ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLI Nº 221

Brasília - DF, sexta-feira, 14 de novembro de 2014

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 3
Atos do Poder Executivo 14
Presidência da República 112
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 114
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 114
Ministério da Cultura 117
Ministério da Defesa 121
Ministério da Educação 123
Ministério da Fazenda 126
Ministério da Integração Nacional 135
Ministério da Justiça 135
Ministério da Pesca e Aquicultura 143
Ministério da Saúde 144
Ministério das Comunicações 177
Ministério de Minas e Energia 183
Ministério do Desenvolvimento Agrário 192
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 192
Ministério do Esporte 193
Ministério do Meio Ambiente 201
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 201
Ministério do Trabalho e Emprego 202
Ministério dos Transportes 204
Conselho Nacional do Ministério Público 205
Ministério Público da União 206
Tribunal de Contas da União 209
Poder Judiciário 221
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 351

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.333 -1
ORIGEM : ADI - 023841/95 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : MANOEL ANDRE DA ROCHA E OUTRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : REGIS ARNOLDO FERRETTI E OUTROS

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 10.385, de 18 de abril de 1995, do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do voto da Relatora. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 29.10.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.807 -2
ORIGEM : ADI - 11999 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Decisão: Após o voto do Ministro Dias Toffoli (Relator), julgando procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 9º e 60, com os respectivos incisos, da Lei nº 6.176/93, do Estado de Mato Grosso, com as alterações operadas pela Lei estadual nº 6.490/94, pediu vista dos autos o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 29.10.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.072 -3
ORIGEM : ADI - 65861 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE- RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : RÉGIS A. FERRETTI E OUTRO

Decisão: O Tribunal, apreciando pedido do requerente à Relatora, adiou o julgamento do feito. O Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, manifestou-se de acordo com o adiamento. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 29.10.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.186 -4
ORIGEM : DI - 23096 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : PGE-SP - MÁRCIO SOTELO FELIPPE
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : ALEXANDRE ISSA KIMURA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 1º das Disposições Transitórias da Lei nº 10.207, de 8 de janeiro de 1999, do Estado de São Paulo. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 29.10.2014.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.952 -5
ORIGEM : ADI - 4952 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA
AGDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO - ABCFARMA
ADV.(A/S) : ANDRE BEDRAN JABR E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO
ADV.(A/S) : DOLIMAR TOLEDO PIMENTEL E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REDES DE FARMÁCIAS E DROGARIAS - ABRAFARMA
ADV.(A/S) : CÂNDIDO DA SILVA DINAMARCO E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, deu provimento ao agravo regimental e julgou improcedente a ação direta. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 29.10.2014.

Acórdãos

ACÓRDÃOSAÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.798 -6
ORIGEM : ADI - 9854 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT
ADV.(A/S) : IAN RODRIGUES DIAS E OUTROS
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta. Ausente o Ministro Dias Toffoli, participando da VI Conferência Ibero-Americana sobre Justiça Eleitoral, no México, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Plenário, 27.08.2014.

Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Servidor Público. 3. Aposentadoria. 4. Contagem do tempo de contribuição na atividade privada para fins de compensação financeira. 5. Restrição do período por lei estadual. 6. Ofensa ao art. 202, § 2º, da Carta Magna (atual art. 201, § 9º). 7. Precedentes. 8. Ação julgada procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.443 -7
ORIGEM : ADI - 47554 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - PAULO PERETTI TORELLY E OUTRA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: O Tribunal, **preliminarmente**, por votação unânime, **rejeitou** a alegação de prejudicialidade da presente ação direta. Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, também por votação unânime, julgou **procedente** a ação direta para declarar a **inconstitucionalidade** da Lei nº 11.529, de 21 de setembro de 2000, do Estado do Rio Grande do Sul, **nos termos** do voto do Relator. Ausentes o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), em viagem oficial à República da Coreia para participar do 3º Congresso Mundial sobre Justiça Constitucional, e, neste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Falou pelo requerente o Dr. Ernesto Toniolo, OAB/RS nº 54.701. Presidiu o julgamento o Ministro Celso de Mello (art. 37, I, do RISTF). Plenário, 25.09.2014.

PROCESSO LEGISLATIVO - ORIGEM - SERVIÇO DO EXECUTIVO. Consoante disposto na Carta da República, incumbe ao Chefe do Poder Executivo o encaminhamento de projeto de lei que vise alterar procedimento adotado no respectivo âmbito.

CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO - EXECUTIVO - DISCIPLINA - INICIATIVA DE PROJETO DE LEI. A iniciativa de projeto de lei objetivando a disciplina de central de atendimento telefônico de serviço do Executivo cabe a este último e não ao Parlamento.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.827 -8
ORIGEM : ADI - 6703 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ADV.(A/S) : WLADIMIR SÉRGIO REALE
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou parcialmente procedente a ação direta, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, que a julgava de todo improcedente. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Falaram, pelo requerente, o Dr. Wladimir Sérgio Reale, pelo requerido, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, o Dr. Guilherme Valle Brum, Procurador do Estado e, pelo Ministério Público Federal, a Vice-Procuradora Geral da República, Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira. Plenário, 16.09.2010.

EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Emenda Constitucional nº 19, de 16 de julho de 1997, à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul; expressão "do Instituto-Geral de Perícias" contida na Emenda Constitucional nº 18/1997, à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul; e Lei Complementar nº 10.687/1996, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 10.998/1997, ambas do Estado do Rio Grande do Sul 3. Criação do Instituto-Geral de Perícias e inserção do órgão no rol daqueles encarregados da segurança pública. 4. O requerente indicou os dispositivos sobre os quais versa a ação, bem como os fundamentos jurídicos do pedido. Preliminar de inépcia da inicial rejeitada. 5. Observância obrigatória, pelos Estados-membros, do disposto no art. 144 da Constituição da República. Precedentes. 6. Taxatividade do rol dos órgãos encarregados da segurança pública, contidos no art. 144 da Constituição da República. Precedentes. 7. Impossibilidade da criação, pelos Estados-membros, de órgão de segurança pública diverso daqueles previstos no art. 144 da Constituição. Precedentes. 8. Ao Instituto-Geral de Perícias, instituído pela norma impugnada, são incumbidas funções atinentes à segurança pública. 9. Violação do artigo 144 c/c o art. 25 da Constituição da República. 10. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.075 -9
ORIGEM : ADI - 157703 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO - CONSIF
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS STURZENEGGER E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação. Impedido o Ministro Roberto Barroso. Ausente, justificadamente, o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), no exercício da Presidência da República. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Plenário, 24.09.2014.

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 14.235/2003, do Estado do Paraná. Proibição ao Poder Executivo Estadual de iniciar, renovar, manter, em regime de exclusividade a qualquer instituição bancária privada, as disponibilidades de caixa estaduais. 2. Reserva da Administração. A matéria trazida pela lei impugnada, por referir-se à disciplina e à organização da Administração Pública, é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. O Projeto de Lei 655/2003, que deu origem à Lei 14.235/2003, é de autoria parlamentar. 3. Violação ao § 3º do art. 164 da Constituição Federal. Necessidade de lei nacional para estabelecer exceções ao comando constitucional. Inconstitucionalidade formal. 4. A legislação impugnada teve a clara intenção de revogar o regime anterior e desconstituir todos os atos e contratos firmados com base em suas normas. A Lei 14.235/00, ao afirmar, em seu art. 3º, que '*caberá ao Poder Executivo revogar, imediatamente, todos os atos e contratos firmados nas condições previstas no art. 1º desta lei*', viola o princípio da separação dos Poderes e da segurança jurídica. Inconstitucionalidade material. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.369 -10
ORIGEM : ADI - 4369 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARÇO AURÉLIO
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - ABRAFIX
ADV.(A/S) : LUIS EDUARDO CORREIA SERRA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta, declarando a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 13.854, de 7 de dezembro de 2009, do Estado de São Paulo. Ausente, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 15.10.2014.

COMPETÊNCIA NORMATIVA - TELEFONIA - ASSINATURA BÁSICA MENSAL. Surge conflitante com a Carta da República lei local a dispor sobre a impossibilidade de cobrança de assinatura básica mensal pelas concessionárias de serviços de telecomunicações. Precedentes: Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.847/SC, relator ministro Gilmar Mendes, acórdão publicado no Diário da Justiça de 9 de março de 2012, e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.478, relator ministro Ayres Britto, acórdão publicado no Diário da Justiça de 30 de novembro de 2011.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.948 -11
ORIGEM : ADI - 4948 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RORAIMA
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente a ação direta. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 11.09.2014.

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 792/2010, do Estado de Roraima. Comércio de artigos de conveniência em drogarias. Não violação competência da União para legislar sobre normas gerais. Ausência de vedação legal. Precedente. Ação direta julgada improcedente.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 416 -12
ORIGEM : ADI - 416 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV. : ANTONIO FRAGOSO DE ARAUJO E OUTRO
AGDO.(A/S) : MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Ausente, neste julgamento, o Ministro Dias Toffoli. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 16.10.2014.

E M E N T A: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO** - JUÍZO DE CONSTITUCIONALIDADE **QUE DEPENDE** DE CONFRONTO **ENTRE** DIPLOMAS LEGISLATIVOS *DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL* - **AÇÃO DIRETA NÃO CONHECIDA** - **PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA** *PELO NÃO PROVIMENTO* DO RECURSO DE AGRAVO - DECISÃO **QUE SE REPORTA** AOS FUNDAMENTOS QUE DERAM SUPORTE AO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO - **MOTIVAÇÃO** "*PER RELATIONEM*" - **LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL** DESSA TÉCNICA DE MOTIVAÇÃO - **FUNDAMENTAÇÃO VÁLIDA** - **RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO**.

- **Não se legitima** a instauração do controle normativo abstrato, **quando** o juízo de constitucionalidade **depende**, *para efeito de sua prolação*, **do prévio cotejo** entre o ato estatal impugnado **e** o conteúdo de **outras** normas jurídicas **infraconstitucionais** editadas pelo Poder Público.

A ação direta **não pode ser degradada** em sua condição jurídica de *instrumento básico* de defesa objetiva da **ordem normativa** inscrita na Constituição. **A válida e adequada utilização** desse meio processual **exige que** o exame "*in abstracto*" do ato estatal impugnado seja realizado, **exclusivamente**, *à luz do texto constitucional*.

A inconstitucionalidade **deve** transparecer, **diretamente**, do próprio texto do ato estatal impugnado. **A prolação** *desse juízo de desvalor* **não pode nem deve depender**, *para efeito de controle normativo abstrato*, da **prévia** análise de **outras** espécies jurídicas infraconstitucionais, para, **somente** a partir desse exame **e** *em desdobramento exegético ulterior*, **efetivar-se o reconhecimento** *da ilegitimidade constitucional* do ato questionado. **Precedente**: **ADI 842/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO.

- **Crises de legalidade** - que irrompem no âmbito do sistema de direito positivo - **revelam-se**, por sua natureza mesma, **insuscetíveis** de controle jurisdicional concentrado, **pois a finalidade** a que se acha vinculado o processo de fiscalização normativa abstrata **restringe-se**, *tão somente*, à aferição de situações configuradoras **de inconstitucionalidade direta**, **imediata e frontal**. **Precedentes**.

- **O Supremo Tribunal Federal** tem salientado, *em seu magistério jurisprudencial*, **a propósito** da motivação "*per relationem*", **que inocorre** ausência de fundamentação **quando** o ato decisório - **o acórdão**, *inclusive* - **reporta-se**, *expressamente*, a manifestações **ou** a peças processuais outras, **mesmo** as produzidas pelo Ministério Público, **desde** que, *nestas*, **se achem expostos** os motivos, de fato **ou** de direito, **justificadores** da decisão judicial proferida. **Precedentes**. **Doutrina**.

O acórdão, **ao fazer remissão** aos fundamentos fático-jurídicos **expostos** no parecer do Ministério Público - **e ao invocá-los** *como expressa razão de decidir* -, **ajusta-se**, *com plena fidelidade*, **à exigência jurídico-constitucional** de motivação **a que estão sujeitos** os atos decisórios **emanados** do Poder Judiciário (**CF**, art. 93, IX).

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.127 -13
ORIGEM : ADI - 118967 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO BRASIL-ADEPOL/BRASIL
ADV.(A/S) : WLADIMIR SÉRGIO REALE
AGDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, conheceu e negou provimento ao agravo regimental. Ausente, neste julgamento, o Ministro Dias Toffoli. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 16.10.2014.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DECRETO Nº 41.149/2008 DO GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. NATUREZA REGULAMENTAR. ATO SECUNDÁRIO. CONTROLE DE LEGALIDADE. PRETENSÃO INCOMPATÍVEL COM A VIA DA AÇÃO DIRETA.

1. Decisão denegatória de seguimento de ação direta de inconstitucionalidade por manifesto descabimento.

2. Vocacionada ao controle da constitucionalidade das leis e atos normativos, a ação direta de inconstitucionalidade não constitui meio idôneo para impugnar a validade de ato regulamentar e secundário em face de legislação infraconstitucional. Precedentes.

Agravo regimental conhecido e não provido.

EMB.DECL. NO AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.875 -14
ORIGEM : ADI - 43386 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
EMBTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO BRASIL - ADEPOL
ADV. : WLADIMIR SÉRGIO REALE
EMBDO.(A/S) : CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, rejeitou os embargos de declaração. Ausente, neste julgamento, o Ministro Dias Toffoli. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 16.10.2014.

E M E N T A: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DE** CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE **OU** OMISSÃO - PRETENDIDO **REEXAME** DA CAUSA - **CARÁTER INFRINGENTE - INADMISSIBILIDADE - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS**.

- **Não se revelam cabíveis** os embargos de declaração, **quando** a parte recorrente - **a pretexto** de esclarecer *uma inexistente situação* de obscuridade, omissão ou contradição - **vem a utilizá-los** com o objetivo **de infringir** o julgado **e** de, *assim*, **viabilizar um indevido reexame** da causa. **Precedentes**.

Secretaria Judiciária
JOÃO BOSCO MARCIAL DE CASTRO
Secretário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.043, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros e sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; altera as Leis nºs 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, 12.431, de 24 de junho de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.996, de 18 de junho de 2014, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.409, de 25 de maio de 2011, 5.895, de 19 de junho de 1973, 11.948, de 16 de junho de 2009, 12.380, de 10 de janeiro de 2011, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 12.712, de 30 de agosto de 2012, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, 6.830, de 22 de setembro de 1980, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.147, de 21 de dezembro de 2000, 12.860, de 11 de setembro de 2013, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 12.598, de 21 de março de 2012, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 12.688, de 18 de julho de 2012, 12.101, de 27 de novembro de 2009, 11.438, de 29 de dezembro de 2006, 11.478, de 29 de maio de 2007, 12.973, de 13 de maio de 2014, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 11.972, de 6 de julho de 2009, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e 10.865, de 30 de abril de 2004, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977, das Leis nºs 5.010, de 30 de maio de 1966, e 8.666, de 21 de junho de 1993, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977; e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo d e **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Da legislação fiscal e financeira

Seção I
Da Responsabilidade Tributária na Integralização de Cotas de Fundos ou Clubes de Investimento por meio da Entrega de Ativos Financeiros

Art. 1º Na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, fica o administrador que receber os ativos a serem integralizados responsável pela cobrança e recolhimento do imposto sobre a renda devido sobre o ganho de capital, observado o disposto no item 1 da alínea *b* do inciso I do **caput** do art. 70 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

§ 1º Em relação aos ativos financeiros sujeitos a retenção do imposto sobre a renda na fonte, a responsabilidade pelo recolhimento do imposto será da instituição ou entidade que faça o pagamento ao beneficiário final, ainda que não seja a fonte pagadora inicial.

§ 2º Cabe ao investidor que integralizar cotas de fundos e clubes de investimento com ativos financeiros a responsabilidade de comprovar o custo de aquisição dos ativos, bem como o valor de mercado pelo qual será realizada a integralização.

§ 3º Cabe ao investidor disponibilizar previamente ao responsável tributário os recursos necessários para o recolhimento do imposto sobre a renda devido nos termos deste artigo e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF, quando aplicável.

§ 4º A comprovação do que dispõe o § 2º será feita por meio da disponibilização ao responsável tributário de nota de corretagem de aquisição, de boletim de subscrição, de instrumento de compra, venda ou doação, de declaração do imposto sobre a renda do investidor, ou de declaração do custo médio de aquisição, conforme instrução da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 5º O investidor é responsável pela veracidade, integridade e completude das informações prestadas e constantes dos documentos mencionados no § 4º.

§ 6º O custo de aquisição ou o valor da aplicação financeira não comprovado será considerado igual a 0 (zero), para fins de cômputo da base de cálculo do imposto sobre a renda devido sobre o ganho de capital.

§ 7º É vedada a integralização de cotas de fundos ou de clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros que não estejam registrados em sistema de registro ou depositados em depositário central autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 8º Não se aplica o disposto neste artigo à integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de imóveis, hipótese em que cabe ao cotista o recolhimento do imposto sobre a renda, na forma prevista na legislação específica.

Seção II
Dos Fundos de Índice de Renda Fixa e das Emissões de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional

Art. 2º Os rendimentos e ganhos de capital auferidos por cotistas de fundos de investimento cujas cotas sejam admitidas à negociação no mercado secundário administrado por bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda fixa (Fundos de Índice de Renda Fixa) e cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas, no mínimo, por 75% (setenta e cinco por cento) de ativos financeiros que integrem o índice de renda fixa de referência, sujeitam-se ao imposto sobre a renda às seguintes alíquotas:

I - 25% (vinte e cinco por cento), no caso de Fundos de Índice de Renda Fixa cuja carteira de ativos financeiros apresente prazo médio de repactuação igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias;

II - 20% (vinte por cento), no caso de Fundos de Índice de Renda Fixa cuja carteira de ativos financeiros apresente prazo médio de repactuação superior a cento e oitenta dias e igual ou inferior a 720 (setecentos e vinte) dias; e

III - 15% (quinze por cento), no caso de Fundos de Índice de Renda Fixa cuja carteira de ativos financeiros apresente prazo médio de repactuação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

§ 1º Os Fundos de Índice de Renda Fixa que descumprirem o percentual mínimo de composição definido no **caput** ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda à alíquota de 30% (trinta por cento) durante o prazo do descumprimento.

§ 2º No caso de alteração do prazo médio de repactuação da carteira dos Fundos de Índice de Renda Fixa que implique modificação de seu enquadramento para fins de determinação do regime tributário, será aplicada a alíquota correspondente ao prazo médio de repactuação do Fundo até o dia imediatamente anterior ao da alteração da condição, sujeitando-se os rendimentos auferidos a partir de então à alíquota correspondente ao novo prazo médio de repactuação.

§ 3º É obrigatório o registro das cotas dos Fundos de Índice de Renda Fixa em depositária central de ativos autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelo Banco Central do Brasil.

§ 4º O imposto sobre a renda de que trata este artigo incidirá na fonte e exclusivamente por ocasião do resgate ou da alienação das cotas ou da distribuição de rendimentos.

§ 5º A periodicidade e a metodologia de cálculo do prazo médio de repactuação a que se refere este artigo serão estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 6º Ficam isentos de imposto sobre a renda os rendimentos, inclusive ganhos de capital, pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país com tributação favorecida, nos termos do art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, produzidos por cotas de Fundo de Índice de Renda Fixa cujo regulamento determine que sua carteira de ativos financeiros apresente prazo de repactuação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Art. 3º A base de cálculo do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos auferidos por cotistas de Fundo de Índice de Renda Fixa será:

I - no resgate de cotas, a diferença entre o valor da cota efetivamente utilizado para resgate, conforme condições estipuladas no regulamento do Fundo, e o valor de integralização ou de aquisição da cota no mercado secundário, excluídos o valor do IOF e o dos custos e despesas incorridos, necessários à realização das operações;

II - na alienação de cotas em mercado secundário, a diferença entre o valor da alienação e o valor de integralização ou de aquisição da cota no mercado secundário, excluídos o valor do IOF e o dos custos e despesas incorridos, necessários à realização das operações; e

III - na distribuição de qualquer valor, o valor distribuído.

Art. 4º São responsáveis pelo recolhimento do imposto sobre a renda devido:

I - na alienação de cotas em mercado secundário, a instituição ou entidade que faça o pagamento dos rendimentos ou ganhos ao beneficiário final, ainda que não seja a fonte pagadora original; e

II - no resgate de cotas e na distribuição de qualquer valor, o administrador do fundo.

§ 1º A bolsa de valores ou a entidade de balcão organizado na qual as cotas do Fundo de Índice de Renda Fixa sejam negociadas deverá enviar à instituição ou entidade a que se refere o inciso I do **caput** as informações sobre o custo de aquisição dos ativos para a apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda devido pelo investidor, caso a aquisição do ativo tenha sido realizada por intermédio dessa instituição ou entidade e ela não disponha das referidas informações.

§ 2º Nos casos em que a alienação das cotas seja realizada por intermédio de instituição ou entidade diferente da que foi utilizada para aquisição do ativo, o investidor poderá autorizar, expressamente, a bolsa de valores ou a entidade de balcão organizado na qual as cotas do Fundo de Índice de Renda Fixa sejam negociadas a enviar as informações sobre o custo de aquisição dos ativos para apuração da base de cálculo do imposto devido pelo investidor aos responsáveis tributários referidos no **caput**.

§ 3º Nas negociações de cotas no mercado secundário que não tenham sido realizadas em bolsas de valores ou em balcão organizado, ou no resgate de cotas, caberá ao investidor fornecer aos responsáveis tributários referidos no **caput** a data de realização do negócio, a quantidade e o custo dos ativos negociados e outras informações que se façam necessárias para apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda devido, cuja comprovação será feita por meio de nota de corretagem de aquisição, de boletim de subscrição, de instrumento de compra, venda ou doação, de declaração do imposto sobre a renda do investidor ou de declaração do custo médio de aquisição, conforme modelo a ser disponibilizado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A falta da autorização de que trata o § 2º ou a falta de comprovação do custo de aquisição ou do valor da aplicação financeira a que se refere o § 3º implicam considerar o custo de aquisição ou o valor da aplicação financeira igual a 0 (zero), para fins de cômputo da base de cálculo do imposto sobre a renda devido.

§ 5º O investidor é responsável pela veracidade, integridade e completude das informações prestadas.

§ 6º O recolhimento do imposto sobre a renda deverá ser efetuado com observância do disposto no item 1 da alínea *b* do inciso I do **caput** do art. 70 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Art. 5º A Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....
.....

X - realizar operações, definidas em lei, com autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista, integrantes da administração pública federal, a critério do Ministro de Estado da Fazenda; e

XI - realizar operações relacionadas ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, instituído pela Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001.
....." (NR)

"Art. 3º .....

I - oferta pública, com a realização de leilões, nas hipóteses dos incisos I e VII do **caput** do art. 1º;

II - oferta pública para pessoas físicas, na hipótese do inciso I do **caput** do art. 1º;

III - direta, com interessado específico e a critério do Ministro de Estado da Fazenda, nas hipóteses dos incisos VI e VII do **caput** do art. 1º;

IV - direta, com interessado específico e a critério do Ministro de Estado da Fazenda, com colocação ao par, na hipótese do inciso II do **caput** do art. 1º;

V - direta, sem contrapartida financeira, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, não podendo ser colocados por valor inferior ao par, na hipótese do inciso XI do **caput** do art. 1º;

VI - direta, sem contrapartida financeira, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, nas hipóteses dos incisos VIII e IX do **caput** do art. 1º;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VII - direta, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, com colocação nas condições definidas na lei a que se refere o inciso X do **caput** do art. 1º, na hipótese do mesmo inciso; e

VIII - direta, com contrapartida financeira, em favor de Fundo de Índice com cotas negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários, em decorrência de contrato celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, e o Gestor, na hipótese do inciso I do **caput** do art. 1º.

.....

§ 2º Os títulos a que se refere o inciso XI do **caput** do art. 1º poderão ser emitidos com prazo inferior ao do financiamento a ser equalizado, observada a equivalência econômica da operação.

§ 3º As emissões anteriores em favor de interessado específico, previstas no inciso XI do **caput** do art. 1º, poderão, desde que haja prévia anuência do interessado e a critério do Ministro de Estado da Fazenda, ser canceladas, emitindo-se, em substituição, títulos com as características do disposto no § 2º.

.....

§ 5º O contrato a que se refere o inciso VIII do **caput** deverá resultar de processo seletivo conduzido pela Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de apontar o Gestor de Fundos de Índice em referência.

§ 6º No processo seletivo a que se refere o § 5º, o Gestor de Fundos de Índice em referência deverá indicar instituição para exercer a função de Administrador, caso ele próprio não exerça essa função." (NR)

"Art. 3º-A. O processo seletivo a que se refere o § 5º do art. 3º desta Lei será realizado na modalidade convite, de acordo com os critérios, condições e prazos a serem estabelecidos em ato do Poder Executivo, e observará o seguinte rito:

I - realização de etapa técnica e etapa comercial, pontuadas de acordo com os pesos definidos no ato do Poder Executivo a que se refere o **caput**, observadas, no mínimo, as seguintes condições:

a) na etapa técnica, as instituições deverão demonstrar capacitação técnica e a estratégia de colocação e desenvolvimento do Fundo de Índice, nos moldes definidos no ato do Poder Executivo a que se refere o **caput**; e

b) na etapa comercial, as instituições deverão apresentar uma única proposta, nos moldes definidos no ato do Poder Executivo a que se refere o **caput**;

II - será desclassificada do processo seletivo a instituição que apresentar mais de uma ou nenhuma proposta técnica ou mais de uma ou nenhuma proposta comercial;

III - em caso de empate entre os 2 (dois) primeiros colocados, será considerada vencedora aquela que obtiver maior nota na etapa técnica;

IV - encerradas as etapas técnica e comercial e ordenadas as propostas, serão avaliados os documentos de habilitação da instituição que apresentou a melhor proposta, para verificação das condições fixadas no ato do Poder Executivo a que se refere o **caput**; e

V - se a instituição classificada em primeiro lugar desatender às exigências habilitatórias, serão examinados os documentos de habilitação da segunda classificada e, sucessivamente, caso haja tal necessidade, das demais instituições, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda às condições fixadas no ato do Poder Executivo a que se refere o **caput**, sendo a instituição declarada vencedora.

§ 1º A modalidade disposta no **caput** observará o número mínimo de 3 (três) convidados, escolhidos dentre os interessados no ramo pertinente ao seu objeto, com disponibilização do instrumento convocatório do processo seletivo no sítio eletrônico do Tesouro Nacional na internet com antecedência de, no mínimo,72 (setenta e duas) horas da apresentação das propostas.

§ 2º O convite será estendido àqueles que manifestarem seu interesse por meio da apresentação de propostas no prazo definido no ato do Poder Executivo a que se refere o **caput**."

Seção III
Da Tributação nas Operações de Empréstimo de Ações e Outros Títulos e Valores Mobiliários

Art. 6º A remuneração auferida pelo emprestador nas operações de empréstimo de ações de emissão de companhias abertas realizadas em entidades autorizadas a prestar serviços de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários será tributada pelo imposto sobre a renda de acordo com as regras estabelecidas para aplicação de renda fixa às alíquotas previstas no art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

§ 1º No caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, a remuneração de que trata o **caput** será reconhecida pelo emprestador ou pelo tomador como receita ou despesa, conforme o caso, segundo o regime de competência, sem prejuízo do imposto de que trata o caput, considerado como antecipação do devido.

§ 2º Quando a remuneração for fixada em percentual sobre o valor das ações objeto do empréstimo, as receitas ou despesas terão por base de cálculo o preço médio da ação verificado no mercado à vista da bolsa de valores em que as ações estiverem admitidas à negociação no dia útil anterior à data de concessão do empréstimo ou no dia útil anterior à data do vencimento da operação, conforme previsto no contrato.

§ 3º Fica responsável pela retenção e recolhimento do imposto de que trata este artigo a entidade autorizada a prestar serviços de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários.

Art. 7º O valor, integral ou parcial, reembolsado ao emprestador pelo tomador, decorrente dos proventos distribuídos pela companhia emissora das ações durante o decurso do contrato de empréstimo, é isento do imposto sobre a renda retido na fonte para o emprestador, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

§ 1º O valor do reembolso de que trata este artigo será:

I - integral em relação aos proventos correspondentes às ações tomadas em empréstimo, caso ocorra o reembolso em decorrência do pagamento de valor equivalente:

a) aos dividendos, em qualquer hipótese; e

b) aos juros sobre o capital próprio - JCP, quando o emprestador não for sujeito à retenção do imposto sobre a renda de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, por ser entidade imune, fundo ou clube de investimento, ou entidade de previdência complementar, sociedade seguradora e Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, no caso de aplicações dos recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004; ou

II - parcial em relação ao JCP correspondente às ações tomadas em empréstimo, deduzido o valor equivalente ao imposto sobre a renda na fonte que seria retido e recolhido pela companhia em nome do emprestador na hipótese de o emprestador não ter colocado suas ações para empréstimo nas entidades de que trata o **caput** do art. 6º.

§ 2º No caso de tomador pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, o valor do imposto sobre a renda a que se refere o inciso II do § 1º não poderá ser compensado como antecipação do devido na apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ.

§ 3º No caso de emprestador pessoa jurídica, o valor do reembolso a que se refere o inciso II do § 1º deverá ser incluído na apuração da base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, adicionado do valor correspondente ao imposto sobre a renda retido pela fonte pagadora do JCP em nome do tomador.

§ 4º O valor correspondente ao imposto sobre a renda que foi adicionado na forma do § 3º poderá ser compensado como antecipação do devido na apuração do IRPJ devido pelo emprestador pessoa jurídica, ainda que não tenha sido retido em seu nome.

§ 5º (VETADO).

§ 6º O valor correspondente ao JCP reembolsado ao emprestador poderá ser dedutível na apuração do IRPJ, no caso de tomador pessoa jurídica tributada com base no lucro real.

Art. 8º Será devido pelo tomador o imposto sobre a renda à alíquota de 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor correspondente ao JCP distribuído pela companhia emissora do papel objeto do empréstimo em ambientes de que trata o art. 6º, na hipótese de operação de empréstimo de ações que tenha como parte emprestadora pessoa física ou jurídica sujeita ao imposto sobre a renda, e como parte tomadora:

I - fundo ou clube de investimento; ou

II - no caso de aplicações dos recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004:

a) entidade de previdência complementar;

b) sociedade seguradora; ou

c) Fapi.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, a base de cálculo do imposto a ser recolhido é o valor correspondente ao montante originalmente distribuído pela companhia, a título de JCP, em relação ao saldo das ações emprestadas ao tomador mantidas em custódia em sua titularidade acrescido do saldo de ações emprestadas a terceiros.

§ 2º Cabe ao administrador do fundo ou clube de investimento ou entidade responsável pela aplicação dos recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, efetuar o recolhimento do imposto sobre a renda à alíquota de 15% (quinze por cento) prevista no **caput**.

§ 3º Para a hipótese de tomador previsto no **caput** que, na data do pagamento do JCP pela companhia emissora, seja também titular de ações não tomadas por meio de empréstimo ou também tenha emprestado ações, a base de cálculo para o imposto sobre a renda será o valor bruto do JCP pago por ação, multiplicado pelo somatório do saldo de ações de sua titularidade e do saldo de ações que o tomador tenha emprestado a terceiros, observando-se para o somatório o limite máximo do número de ações tomadas em empréstimo pelo tomador.

§ 4º O imposto sobre a renda de que trata este artigo será:

I - definitivo, sem direito a qualquer restituição ou compensação por parte do tomador das ações em empréstimo; e

II - recolhido até o terceiro dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

Art. 9º No caso do tomador de ações por empréstimo, a diferença positiva ou negativa entre o valor da alienação e o custo médio de aquisição desses valores será considerada ganho líquido ou perda do mercado de renda variável, sendo esse resultado apurado por ocasião da recompra das ações.

Parágrafo único. Na apuração do imposto de que trata o **caput**, poderão ser computados como custo da operação as corretagens e demais emolumentos efetivamente pagos pelo tomador.

Art. 10. Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 6º aos empréstimos de títulos e outros valores mobiliários.

§ 1º No caso do tomador, a diferença positiva entre o valor de alienação e o valor de aquisição será considerada:

I - ganho líquido ou perda, em relação a valores mobiliários de renda variável negociados em bolsa de valores, sendo esse resultado apurado por ocasião da recompra dos valores mobiliários a serem devolvidos; e

II - rendimento, nos demais casos, sendo esse rendimento apurado por ocasião da recompra dos títulos ou valores mobiliários a serem devolvidos.

§ 2º Na apuração do imposto de que trata o inciso I do § 1º, poderão ser computados como custos da operação as corretagens e demais emolumentos efetivamente pagos pelo tomador.

Art. 11. O valor reembolsado ao emprestador pelo tomador, decorrente dos rendimentos distribuídos durante o decurso do contrato de empréstimo de títulos e outros valores mobiliários, é isento do imposto sobre a renda retido na fonte para o emprestador, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

Parágrafo único. O valor do reembolso de que trata este artigo será deduzido:

I - do valor equivalente ao imposto sobre a renda na fonte que seria devido pelo emprestador; ou

II - do valor equivalente ao imposto de renda retido na fonte previsto no § 1º do art. 12, para as hipóteses previstas no **caput** do art. 12.

Art. 12. O imposto de que trata o art. 8º também incidirá sobre os rendimentos pagos durante o decurso do contrato de empréstimo de títulos e valores mobiliários sujeitos à tributação pelo imposto sobre a renda de acordo com o disposto no art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, quando tenham como parte emprestadora pessoa física ou jurídica sujeita ao imposto sobre a renda, e como parte tomadora:

I - fundo ou clube de investimento; ou

II - no caso de aplicações dos recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004:

a) entidade de previdência complementar;

b) sociedade seguradora; ou

c) Fapi.

§ 1º O tomador será responsável pelo pagamento do imposto de renda à alíquota de 15% (quinze por cento), incidente sobre os rendimentos distribuídos pelo título ou valor mobiliário.

§ 2º O emprestador dos ativos, pessoa física ou jurídica, será responsável pelo pagamento da diferença entre o valor do imposto que seria devido na hipótese em que o rendimento fosse pago diretamente ao emprestador e o valor devido pelo tomador nos termos do § 1º deste artigo, aplicando-se, no que couber, os procedimentos previstos nos §§ 1º a 4º do art. 8º desta Lei.

Art. 13. No caso do tomador de títulos ou valores mobiliários sujeitos à tributação pelo imposto sobre a renda de acordo com o disposto no art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, a diferença positiva entre o valor da alienação, líquido do IOF, eventualmente incidente, e o valor da aplicação financeira é considerada rendimento, sendo apurada por ocasião da recompra dos referidos títulos e valores mobiliários.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. Caberá ao tomador o pagamento do imposto de renda de que trata o **caput**.

Art. 14. No caso do emprestador de títulos, ações e outros valores mobiliários, não constitui fato gerador do imposto sobre a renda a liquidação do empréstimo efetivada pela devolução do mesmo título, ação ou valor mobiliário de mesma classe, espécie e emissor.

Parágrafo único. Quando a operação for liquidada por meio de entrega de numerário, o ganho líquido ou rendimento será representado pela diferença positiva entre o valor da liquidação financeira do empréstimo e o custo médio de aquisição dos títulos, ações e outros valores mobiliários.

Art. 15. São responsáveis pela retenção do imposto sobre a renda:

I - a entidade autorizada a prestar serviços de compensação e liquidação, na hipótese prevista no art. 6º; e

II - a instituição que efetuar a recompra dos títulos e dos valores mobiliários, na hipótese prevista no inciso II do § 1º do art. 10.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II do **caput**:

I - o tomador deverá entregar à instituição responsável pela retenção do imposto a nota de corretagem ou de negociação referente à alienação dos títulos ou valores mobiliários; e

II - será aplicada sobre o rendimento:

a) uma das alíquotas de que trata o art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, em função do prazo decorrido entre as datas de alienação e de recompra dos títulos e dos valores mobiliários;

b) a alíquota de 15% (quinze por cento), no caso de investidor residente ou domiciliado no exterior, individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; ou

c) as alíquotas previstas na legislação em vigor para o investidor residente ou domiciliado em país com tributação favorecida, nos termos do art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Seção IV
Da Isenção de Imposto de Renda sobre Alienação em Bolsa de Valores de Ações de Pequenas e Médias Empresas

Art. 16. Fica isento de imposto sobre a renda o ganho de capital auferido por pessoa física, até 31 de dezembro de 2023, na alienação, realizada no mercado à vista de bolsas de valores, de ações que tenham sido emitidas por companhias que, cumulativamente:

I - tenham as suas ações admitidas à negociação em segmento especial, instituído por bolsa de valores, que assegure, por meio de vínculo contratual entre a bolsa e o emissor, práticas diferenciadas de governança corporativa, contemplando, no mínimo, a obrigatoriedade de cumprimento das seguintes regras:

a) realização de oferta pública de aquisição de ações - OPA, quando exigida pela bolsa de valores, a valor econômico estabelecido em laudo de avaliação, em caso de saída da companhia do segmento especial;

b) resolução de conflitos societários por meio de arbitragem;

c) realização de oferta pública de aquisição para todas as ações em caso de alienação do controle da companhia, pelo mesmo valor e nas mesmas condições ofertadas ao acionista controlador (**tag along**); e

d) previsão expressa no estatuto social da companhia de que seu capital social seja dividido exclusivamente em ações ordinárias;

II - tenham valor de mercado inferior a R$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais):

a) na data da oferta pública inicial de ações da companhia;

b) em 10 de julho de 2014, para as ações das companhias que já tinham efetuado oferta pública inicial de ações antes dessa data; ou

c) na data das ofertas públicas subsequentes de ações, para as companhias já enquadradas nos casos a que se referem as alíneas *a* e *b*;

III - tenham receita bruta anual inferior a R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), apurada no balanço consolidado do exercício social:

a) imediatamente anterior ao da data da oferta pública inicial de ações da companhia;

b) de 2013, para as ações das companhias que já tinham efetuado oferta pública inicial de ações antes de 10 de julho de 2014;

c) imediatamente anterior ao da data das ofertas públicas subsequentes de ações, para as companhias já enquadradas nos casos a que se referem as alíneas *a* e *b*; e

IV - em que se verifique distribuição primária correspondente a, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do volume total de ações de emissão pela companhia:

a) na oferta pública inicial de ações da companhia;

b) em 10 de julho de 2014, para as ações das companhias que já tinham efetuado oferta pública inicial de ações antes dessa data; ou

c) caso exista, na data da oferta pública de ações subsequente, para as companhias já enquadradas nos casos a que se referem as alíneas *a* e *b*.

§ 1º Para efeitos do disposto no inciso II do **caput**, entende-se por valor de mercado da companhia:

I - para a hipótese prevista na alínea *a* do inciso II do **caput**, o valor apurado ao fim do processo de formação de preço (bookbuilding ou leilão em bolsa de valores) na oferta pública inicial de ações;

II - para a hipótese prevista na alínea *b* do inciso II do **caput**, o valor apurado pela média do preço de fechamento das ações, ponderada pelo volume negociado, nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores a 10 de julho de 2014; ou

III - para a hipótese prevista na alínea *c* do inciso II do **caput**, o valor apurado pela média do preço de fechamento das ações, ponderada pelo volume negociado, nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data de pedido de registro de oferta pública subsequente.

§ 2º Para efeito da isenção de que trata o **caput**, as companhias de que trata este artigo estão obrigadas à apuração do imposto sobre a renda com base no lucro real.

§ 3º A Comissão de Valores Mobiliários disponibilizará, em seu sítio na internet, a relação das ofertas cujo objeto sejam ações beneficiadas por esta Seção, juntamente com o montante de cada emissão.

§ 4º A companhia que atenda aos requisitos previstos neste artigo deve destacar esse fato, por ocasião da emissão pública de ações, na primeira página do Prospecto, ou documento equivalente, e do Anúncio de Início de Distribuição.

§ 5º As companhias de que trata este artigo estão obrigadas a disponibilizar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma estabelecida em ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, sua base acionária:

I - do dia anterior ao da entrada em vigor do benefício; e

II - do último dia de vigência do benefício.

Art. 17. Para gozo da isenção de que trata o **caput** do art. 16, as ações devem ser adquiridas a partir de 10 de julho de 2014:

I - por ocasião da oferta pública inicial e de ofertas públicas subsequentes de ações;

II - em bolsas de valores, inclusive para as ações das companhias que já tinham efetuado oferta pública inicial de ações antes de 10 de julho de 2014 com observância das condições estabelecidas nesta Seção;

III - no exercício do direito de preferência do acionista, conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; ou

IV - por meio de bonificações em ações distribuídas até 31 de dezembro de 2023.

§ 1º A manutenção da isenção prevista no **caput** depende da permanência das ações em depositários centrais de ações, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º Até 31 de dezembro de 2023, é vedada a compensação de perdas ou prejuízos incorridos na alienação das ações nos termos do **caput**.

§ 3º Até 31 de dezembro de 2023, o valor de alienação das ações referidas neste artigo não será computado para fins de cálculo do limite a que se refere o inciso I do **caput** do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

§ 4º O empréstimo das ações referidas neste artigo não afasta a manutenção do direito à isenção pelo emprestador, pessoa física.

§ 5º Em relação ao investidor que já tinha adquirido as ações a que se refere o inciso II do **caput** até 10 de julho de 2014, o custo de aquisição dessas ações será ajustado, para fins de apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda, ao maior valor entre o custo de aquisição efetivamente pago e a média do preço de fechamento, ponderada pelo volume negociado, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores a 10 de julho de 2014.

§ 6º As ações adquiridas e não alienadas até 31 de dezembro de 2023 terão seus custos de aquisição ajustados, para fins de apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda, ao maior valor entre o custo de aquisição efetivamente pago e a média do preço de fechamento, ponderada pelo volume negociado nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores a 31 de dezembro de 2023.

§ 7º As entidades responsáveis pelo depósito centralizado deverão disponibilizar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, em relação às companhias de que trata o art. 16 desta Lei, o valor correspondente à média do preço de fechamento das ações de sua emissão, ponderada pelo volume negociado, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores a:

I - 10 de julho de 2014; e

II - 31 de dezembro de 2023.

§ 8º Não se aplica às ações de emissão das companhias que cumpram os requisitos do art. 16, quando negociadas em bolsa de valores, o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e no art. 8º da Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000.

Art. 18. Ficam isentos de imposto sobre a renda os rendimentos auferidos por pessoa física no resgate de cotas de fundos de investimento em ações constituídos sob a forma de condomínio aberto e que atendam aos requisitos previstos neste artigo.

§ 1º Os fundos de investimento em ações de que trata o **caput** deverão:

I - possuir, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de seu patrimônio aplicado em ações cujos ganhos sejam isentos do imposto sobre a renda conforme disposto no art. 16;

II - ter prazo mínimo de resgate de 180 (cento e oitenta) dias; e

III - ter a designação "FIA-Mercado de Acesso".

§ 2º Os fundos de ações tratados neste artigo deverão ter um mínimo de 10 (dez) cotistas, sendo que cada cotista, individualmente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, não poderá deter mais de 10% (dez por cento) das cotas emitidas.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º, considera-se pessoa ligada ao cotista:

I - a pessoa física que for parente ou afim até o terceiro grau, cônjuge ou companheiro; ou

II - a pessoa física que seja sua associada, na forma de consórcio ou condomínio, conforme definido na legislação brasileira, em qualquer empreendimento.

§ 4º Os fundos de investimento em ações referidos neste artigo cujas carteiras deixarem de observar o disposto neste artigo terão os seus rendimentos, produzidos a partir do momento do desenquadramento da carteira, tributados na forma estabelecida no inciso I do § 3º do art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, salvo no caso de, cumulativamente:

I - a proporção a que se refere o inciso I do § 1º não se reduzir abaixo de 50% (cinquenta por cento) do total da carteira;

II - a situação de que trata o inciso I deste parágrafo ser regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias; e

III - não ocorrer nova hipótese de desenquadramento até o último dia do exercício subsequente àquele em que ocorreu o desenquadramento.

§ 5º A Comissão de Valores Mobiliários notificará a Secretaria da Receita Federal do Brasil sempre que for comunicada por administradores de fundos a respeito de desenquadramentos de um FIA-Mercado de Acesso.

Art. 19. As publicações ordenadas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, das companhias que atendam aos requisitos estabelecidos no art. 16 serão feitas por meio do sítio na internet da Comissão de Valores Mobiliários e da entidade administradora do mercado em que as ações da companhia estiverem admitidas à negociação.

§ 1º As companhias de que trata o **caput** estão dispensadas de fazer suas publicações no órgão oficial da União, ou do Estado ou do Distrito Federal, mantida a publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, que deverá ser efetuada de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos no sítio do mesmo jornal na internet, durante o período em que fizerem jus ao benefício estabelecido no art. 16.

§ 2º A publicação de forma resumida, no caso de demonstrações financeiras, deverá conter, no mínimo, comparativamente com os dados do exercício social anterior, informações ou valores globais relativos a cada grupo e respectiva classificação de contas ou registros, assim como extratos das informações relevantes contempladas nas notas explicativas, no parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal, se houver.

§ 3º Incumbe ao respectivo jornal providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos no sítio próprio, por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Seção V
Da Tributação Incentivada de Títulos e Valores Mobiliários

Art. 20. A Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....
.....

§ 10. Aplica-se o disposto neste artigo aos fundos soberanos que realizarem operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, ainda que domiciliados ou residentes em países com tributação favorecida nos termos do art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.
....." (NR)

"Art. 2º .....

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se somente aos ativos que atendam ao disposto nos §§ 1º, 1º-A, 1º-B, 1º-C e 2º do art. 1º, emitidos entre a data da publicação da regulamentação mencionada no § 2º do art. 1º e 31 de dezembro de 2030.
....." (NR)

Seção VI
Do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras

Art. 21. Fica reinstituído o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA, que tem por objetivo devolver parcial ou integralmente o resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados.

Art. 22. No âmbito do Reintegra, a pessoa jurídica que exporte os bens de que trata o art. 23 poderá apurar crédito, mediante a aplicação de percentual estabelecido pelo Poder Executivo, sobre a receita auferida com a exportação desses bens para o exterior.

§ 1º O percentual referido no **caput** poderá variar entre 0,1% (um décimo por cento) e 3% (três por cento), admitindo-se diferenciação por bem.

§ 2º Excepcionalmente, poderá ser acrescido em até 2 (dois) pontos percentuais o percentual a que se refere o § 1º, em caso de exportação de bens em cuja cadeia de produção se verifique a ocorrência de resíduo tributário que justifique a devolução adicional de que trata este parágrafo, comprovado por estudo ou levantamento realizado conforme critérios e parâmetros definidos em regulamento.

§ 3º Considera-se também exportação a venda a empresa comercial exportadora - ECE, com o fim específico de exportação para o exterior.

§ 4º Para efeitos do **caput**, entende-se como receita de exportação:

I - o valor do bem no local de embarque, no caso de exportação direta; ou

II - o valor da nota fiscal de venda para ECE, no caso de exportação via ECE.

§ 5º Do crédito de que trata este artigo:

I - 17,84% (dezessete inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento) serão devolvidos a título da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Contribuição para o PIS/Pasep; e

II - 82,16% (oitenta e dois inteiros e dezesseis centésimos por cento) serão devolvidos a título da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

§ 6º O valor do crédito apurado conforme o disposto neste artigo não será computado na base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

§ 7º Na hipótese de exportação efetuada por cooperativa ou por encomendante, admite-se que os bens sejam produzidos pelo cooperado ou pelo encomendado, respectivamente.

Art. 23. A apuração de crédito nos termos do Reintegra será permitida na exportação de bem que cumulativamente:

I - tenha sido industrializado no País;

II - esteja classificado em código da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e relacionado em ato do Poder Executivo; e

III - tenha custo total de insumos importados não superior a limite percentual do preço de exportação, limite este estabelecido no ato de que trata o inciso II do **caput**.

§ 1º Para efeitos do disposto no inciso I do **caput**, considera-se industrialização, nos termos da legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, as operações de:

I - transformação;

II - beneficiamento;

III - montagem; e

IV - renovação ou recondicionamento.

§ 2º Para efeitos do disposto no inciso III do **caput**:

I - os insumos originários dos demais países integrantes do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL que cumprirem os requisitos do Regime de Origem do MERCOSUL serão considerados nacionais;

II - o custo do insumo importado corresponderá a seu valor aduaneiro, adicionado dos montantes pagos do Imposto de Importação e do Adicional sobre Frete para Renovação da Marinha Mercante, se houver;

III - no caso de insumo importado adquirido de empresa importadora, o custo do insumo corresponderá ao custo final de aquisição do produto colocado no armazém do fabricante exportador; e

IV - o preço de exportação será o preço do bem no local de embarque.

Art. 24. O crédito referido no art. 22 somente poderá ser:

I - compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica; ou

II - ressarcido em espécie, observada a legislação específica.

Art. 25. A ECE é obrigada ao recolhimento de valor correspondente ao crédito atribuído à empresa produtora vendedora se:

I - revender, no mercado interno, os produtos adquiridos para exportação; ou

II - no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da emissão da nota fiscal de venda pela empresa produtora, não houver efetuado a exportação dos produtos para o exterior.

Parágrafo único. O recolhimento do valor referido no **caput** deverá ser efetuado:

I - acrescido de multa de mora ou de ofício e de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da emissão da nota fiscal de venda dos produtos para a ECE até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês do pagamento;

II - a título da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nas proporções definidas no § 5º do art. 22; e

III - até o 10º (décimo) dia subsequente:

a) ao da revenda no mercado interno; ou

b) ao do vencimento do prazo estabelecido para a efetivação da exportação para o exterior.

Art. 26. O Reintegra não se aplica à ECE.

Art. 27. Poderão também fruir do Reintegra as pessoas jurídicas de que tratam os arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, e o art. 1º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999.

Art. 28. No caso de industrialização por encomenda, somente a pessoa jurídica encomendante poderá fruir do Reintegra.

Art. 29. O Poder Executivo regulamentará o disposto nos arts. 21 a 28, contemplando a relação de que trata o inciso II do **caput** do art. 23.

Seção VII
Da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins Incidentes sobre a Receita de Alienação de Participação Societária

Art. 30. A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....
.....

§ 2º .....
.....

IV - as receitas de que trata o inciso IV do **caput** do art. 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, decorrentes da venda de bens do ativo não circulante, classificado como investimento, imobilizado ou intangível; e
.....

§ 14. A pessoa jurídica poderá excluir da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da alienação de participação societária o valor despendido para aquisição dessa participação, desde que a receita de alienação não tenha sido excluída da base de cálculo das mencionadas contribuições na forma do inciso IV do § 2º do art. 3º." (NR)

"Art. 8º-B. A Cofins incidente sobre as receitas decorrentes da alienação de participações societárias deve ser apurada mediante a aplicação da alíquota de 4% (quatro por cento)."

Art. 31. A Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 8º .....
.....

XIII - as receitas decorrentes da alienação de participações societárias." (NR)

Art. 32. A Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 10. .....
.....

XXX - as receitas decorrentes da alienação de participações societárias.
....." (NR)

Seção VIII
Do Aproveitamento de Créditos Fiscais no Pagamento de Débitos e Demais Disposições sobre Parcelamentos

Art. 33. O contribuinte com parcelamento que contenha débitos de natureza tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2013, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN poderá, mediante requerimento, utilizar créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2013 e declarados até 30 de junho de 2014, para a quitação antecipada dos débitos parcelados.

§ 1º Os créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL poderão ser utilizados, nos termos do **caput**, entre empresas controladora e controlada, de forma direta ou indireta, ou entre empresas que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa, em 31 de dezembro de 2013, domiciliadas no Brasil, desde que se mantenham nesta condição até a data da opção pela quitação antecipada.

§ 2º Poderão ainda ser utilizados pelo contribuinte a que se refere o **caput** os créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL do responsável ou corresponsável pelo crédito tributário que deu origem ao parcelamento.

§ 3º Os créditos das empresas de que tratam os §§ 1º e 2º somente poderão ser utilizados após a utilização total dos créditos próprios.

§ 4º A opção de que trata o **caput** deverá ser feita mediante requerimento apresentado em até 15 (quinze) dias após a publicação desta Lei, observadas as seguintes condições:

I - pagamento em espécie equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do saldo do parcelamento; e

II - quitação integral do saldo remanescente mediante a utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido.

§ 5º Para fins de aplicação deste artigo, o valor do crédito a ser utilizado para a quitação de que trata o inciso II do § 4º será determinado mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

I - 25% (vinte e cinco por cento) sobre o montante do prejuízo fiscal;

II - 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo negativa da CSLL, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

III - 9% (nove por cento) sobre a base de cálculo negativa da CSLL, no caso das demais pessoas jurídicas.

§ 6º O requerimento de que trata o § 4º suspende a exigibilidade das parcelas até ulterior análise dos créditos utilizados.

§ 7º A RFB dispõe do prazo de 5 (cinco) anos para análise dos créditos indicados para a quitação.

§ 8º Na hipótese de indeferimento dos créditos, no todo ou em parte, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para o contribuinte, o responsável ou o corresponsável promover o pagamento em espécie do saldo remanescente do parcelamento.

§ 9º A falta do pagamento de que trata o § 8º implicará rescisão do parcelamento e prosseguimento da cobrança dos débitos remanescentes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 10. Aos débitos parcelados de acordo com as regras descritas nos arts. 1º a 13 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 7º daquela Lei somente é aplicável para os valores pagos em espécie, nos termos do inciso I do § 4º deste artigo.

§ 11. A RFB e a PGFN editarão os atos necessários à execução dos procedimentos de que trata este artigo.

§ 12. Para os fins do disposto no § 1º, inclui-se também como controlada a sociedade na qual a participação da controladora seja igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento), desde que existente acordo de acionistas que assegure de modo permanente a preponderância individual ou comum nas deliberações sociais, assim como o poder individual ou comum de eleger a maioria dos administradores.

Art. 34. A Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º Fica reaberto, até o 15º (décimo quinto) dia após a publicação da Lei decorrente da conversão da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, o prazo previsto no § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como o prazo previsto no § 18 do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, atendidas as condições estabelecidas neste artigo.

.....

§ 2º A opção pelas modalidades de parcelamentos previstas no art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, ocorrerá mediante:

I - antecipação de 5% (cinco por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser menor ou igual a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

II - antecipação de 10% (dez por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e menor ou igual a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

III - antecipação de 15% (quinze por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e menor ou igual a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e

IV - antecipação de 20% (vinte por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

§ 3º Para fins de enquadramento nos incisos I a IV do § 2º, considera-se o valor total da dívida na data do pedido, sem as reduções.

§ 4º As antecipações a que se referem os incisos I a IV do § 2º deverão ser pagas até o último dia para a opção, resguardado aos contribuintes que aderiram ao parcelamento durante a vigência da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, o direito de pagar em até 5 (cinco) parcelas.

§ 5º .....

.....

II - os valores constantes do § 6º do art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, ou os valores constantes do § 6º do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, quando aplicável esta Lei.

.....

§ 7º Aplicam-se aos débitos parcelados na forma deste artigo as regras previstas no art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, independentemente de os débitos terem sido objeto de parcelamento anterior." (NR)

Art. 35. (VETADO).

Art. 36. Na hipótese de indeferimento dos créditos de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativas da CSLL utilizados para liquidar os débitos parcelados com base no art. 3º da Medida Provisória nº 470, de 13 de outubro de 2009, e nos arts. 1º a 13 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, cabe manifestação de inconformidade que observará o rito do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Parágrafo único. O contribuinte será intimado a pagar o saldo remanescente do parcelamento no prazo de 30 (trinta) dias da intimação do indeferimento dos créditos de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativas da CSLL ou da intimação da última decisão administrativa no processo administrativo fiscal de que trata o **caput**.

Art. 37. O art. 43 da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 43. .....

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se ao precatório federal de titularidade de pessoa jurídica que, em 31 de dezembro de 2012, seja considerada controladora, controlada, direta ou indireta, ou coligada do devedor, nos termos dos arts. 1.097 a 1.099 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, inclui-se também como controlada a sociedade na qual a participação da controladora seja igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento), desde que existente acordo de acionistas que assegure de modo permanente a preponderância individual ou comum nas deliberações sociais, assim como o poder individual ou comum de eleger a maioria dos administradores." (NR)

Art. 38. Não serão devidos honorários advocatícios, bem como qualquer sucumbência, em todas as ações judiciais que, direta ou indiretamente, vierem a ser extintas em decorrência de adesão aos parcelamentos previstos na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, inclusive nas reaberturas de prazo operadas pelo disposto no art. 17 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, no art. 93 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, no art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

Parágrafo único. O disposto no **caput** aplica-se somente:

I - aos pedidos de desistência e renúncia protocolados a partir de 10 de julho de 2014; ou

II - aos pedidos de desistência e renúncia já protocolados, mas cujos valores de que trata o **caput** não tenham sido pagos até 10 de julho de 2014.

Art. 39. O art. 10 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 10. .....

§ 1º .....

§ 2º Tratando-se de depósito judicial, o disposto no **caput** somente se aplica aos casos em que tenha ocorrido desistência da ação ou recurso e renúncia a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação, para usufruir dos benefícios desta Lei." (NR)

Art. 40. O art. 127 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 127. Até que ocorra a indicação de que trata o art. 5º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, os débitos de devedores que apresentaram pedidos de parcelamentos previstos nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, inclusive nas reaberturas de prazo operadas pelo disposto no art. 17 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, no art. 93 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e no art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, que tenham sido deferidos pela administração tributária devem ser considerados parcelados para os fins do inciso VI do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

....." (NR)

Art. 41. Os débitos relativos à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF podem ser parcelados nos termos da Lei nº 12.996, de 18 junho de 2014, não se aplicando a vedação contida no art. 15 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996.

Art. 42. Os débitos com a Fazenda Nacional relativos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL decorrentes do ganho de capital ocorrido até 31 de dezembro de 2008 pela alienação de ações que tenham sido originadas da conversão de títulos patrimoniais de associações civis sem fins lucrativos, poderão ser:

I - pagos à vista com redução de 100% (cem por cento) das multas, de mora e de ofício, e de 100% (cem por cento) dos juros de mora;

II - parcelados em até 60 (sessenta) prestações, sendo 20% (vinte por cento) de entrada e o restante em parcelas mensais, com as mesmas reduções estabelecidas no inciso I.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se à totalidade dos débitos, constituídos ou não, com exigibilidade suspensa ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, ainda que excluído por falta de pagamento.

§ 2º Da totalidade dos débitos referidos no § 1º, serão deduzidos os valores eventualmente pagos.

§ 3º Para usufruir dos benefícios previstos neste artigo, a pessoa jurídica deverá comprovar a desistência expressa e irrevogável de todas as ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão pagos ou parcelados na forma deste artigo e renunciar a qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações.

§ 4º Os percentuais de redução serão aplicados sobre o valor do débito atualizado à época do depósito e somente incidirão sobre o valor das multas de mora e de ofício, das multas isoladas, dos juros de mora e do encargo legal efetivamente depositado.

§ 5º As reduções previstas no **caput** não serão cumulativas com quaisquer outras reduções admitidas em lei.

§ 6º Na hipótese de anterior concessão de redução de multas ou de juros em percentuais diversos dos estabelecidos no **caput**, prevalecerão os percentuais nele referidos, aplicados sobre o saldo original das multas ou dos juros.

§ 7º Enquanto não consolidada a dívida, em relação às parcelas mensais referidas no inciso II do **caput**, o contribuinte deve calcular e recolher mensalmente o valor equivalente ao montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas.

§ 8º O pagamento ou pedido de parcelamento deverá ser efetuado até 29 de novembro de 2014 e independerá de apresentação de garantia, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal.

§ 9º Implicará imediata rescisão do parcelamento, com cancelamento dos benefícios concedidos, a falta de pagamento:

I - de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não; ou

II - de até 2 (duas) prestações, estando pagas todas as demais ou estando vencida a última prestação do parcelamento.

§ 10. É considerada inadimplida a parcela parcialmente paga.

§ 11. Rescindido o parcelamento:

I - será efetuada a apuração do valor original do débito, restabelecendo-se os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores;

II - serão deduzidas do valor referido no inciso I as prestações pagas.

§ 12. Aplica-se ao parcelamento de que trata este artigo o disposto no **caput** e nos §§ 2º e 3º do art. 11, no art. 12, no caput do art. 13 e no inciso IX do caput do art. 14 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 13. Ao parcelamento de que trata este artigo não se aplicam:

I - o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000; e

II - o § 10 do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Art. 43. A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

"Art. 10-A. O empresário ou a sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, poderão parcelar seus débitos com a Fazenda Nacional, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e consecutivas, calculadas observando-se os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada:

I - da 1ª à 12ª prestação: 0,666% (seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento);

II - da 13ª à 24ª prestação: 1% (um por cento);

III - da 25ª à 83ª prestação: 1,333% (um inteiro e trezentos e trinta e três milésimos por cento); e

IV - 84ª prestação: saldo devedor remanescente.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se à totalidade dos débitos do empresário ou da sociedade empresária constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, ressalvados exclusivamente os débitos incluídos em parcelamentos regidos por outras leis.

§ 2º No caso dos débitos que se encontrarem sob discussão administrativa ou judicial, submetidos ou não à causa legal de suspensão de exigibilidade, o sujeito passivo deverá comprovar que desistiu expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial, e, cumulativamente, renunciou a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem a ação judicial e o recurso administrativo.

§ 3º O empresário ou a sociedade empresária poderá, a seu critério, desistir dos parcelamentos em curso, independentemente da modalidade, e solicitar que eles sejam parcelados nos termos deste artigo.

§ 4º Além das hipóteses previstas no art. 14-B, é causa de rescisão do parcelamento a não concessão da recuperação judicial de que trata o art. 58 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, bem como a decretação da falência da pessoa jurídica.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 5º O empresário ou a sociedade empresária poderá ter apenas um parcelamento de que trata o **caput**, cujos débitos constituídos, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, poderão ser incluídos até a data do pedido de parcelamento.

§ 6º A concessão do parcelamento não implica a liberação dos bens e direitos do devedor ou de seus responsáveis que tenham sido constituídos em garantia dos respectivos créditos.

§ 7º O parcelamento referido no **caput** observará as demais condições previstas nesta Lei, ressalvado o disposto no § 1º do art. 11, no inciso II do § 1º do art. 12, nos incisos I, II e VIII do art. 14 e no §2º do art. 14-A."

Art. 44. A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, inclusive por meio de ato conjunto quando couber, editarão os atos necessários à efetivação do disposto nesta Seção.

Seção IX
Do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS

Art. 45. Não serão inscritos em Dívida Ativa os débitos de um mesmo devedor com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 46. Não serão ajuizadas execuções fiscais para a cobrança de débitos de um mesmo devedor com o FGTS cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Parágrafo único. Entende-se por valor consolidado o resultante da atualização do débito originário, somado aos encargos e acréscimos legais ou contratuais, vencidos até a data da apuração.

Art. 47. Ficam cancelados os débitos com o FGTS inscritos em Dívida Ativa de valor consolidado igual ou inferior a R$ 100,00 (cem reais).

Art. 48. O Procurador da Fazenda Nacional requererá o arquivamento, sem baixa na distribuição, das execuções fiscais de débitos com o FGTS, cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R$ 20.000,00 (vinte mil reais), desde que não conste dos autos garantia, integral ou parcial, útil à satisfação do crédito.

Art. 49. O disposto nesta Seção não prejudica o direito conferido ao trabalhador de buscar a satisfação do crédito fundiário de que é titular, qualquer que seja o valor, mediante o ajuizamento de reclamação trabalhista, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Seção X
Da Substituição da Contribuição Previdenciária sobre Folha de Pagamentos

Art. 50. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º (VETADO)."

"Art. 8º Contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, à alíquota de 1% (um por cento), em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, as empresas que fabricam os produtos classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, nos códigos referidos no Anexo I.
....."(NR)

"Art. 9º .....
.....

II - .....
.....

c) reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo intangível representativo de direito de exploração, no caso de contratos de concessão de serviços públicos;
.....

X - no caso de contrato de concessão de serviços públicos, a receita decorrente da construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, integrará a base de cálculo da contribuição à medida do efetivo recebimento.

§ 1º No caso de empresas que se dedicam a outras atividades além das previstas nos arts. 7º e 8º, o cálculo da contribuição obedecerá:
....." (NR)

Art. 51. Ficam excluídos do Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, os produtos classificados nos seguintes códigos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011:

I - 1901.20.00;

II - 1901.90.90;

III - 5402.46.00, 5402.47.00 e 5402.33.10.

Art. 52. (VETADO).

Art. 53. O art. 14 da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 14. .....
.....

§ 4º .....
.....

IX - execução continuada de procedimentos de preparação ou processamento de dados de gestão empresarial, pública ou privada, e gerenciamento de processos de clientes, com o uso combinado de mão de obra e sistemas computacionais.
....." (NR)

Seção XI
Da Legislação Aduaneira

Art. 54. Na situação de calamidade pública, assim reconhecida por ato da autoridade competente, em que haja risco de desabastecimento para atendimento das necessidades básicas da população, poderá ser autorizada a entrega antecipada da mercadoria ao importador, previamente à formalização dos registros associados aos controles administrativos e aduaneiros, em conformidade com o estabelecido em ato do Poder Executivo.

§ 1º Na hipótese do **caput**, o importador terá prazo de 30 (trinta) dias para formalizar os registros exigidos e apresentar os documentos comprobatórios da regular importação e da destinação das mercadorias importadas.

§ 2º A ausência de regularização da importação no prazo estabelecido ensejará a apreensão da mercadoria importada e a instauração de processo administrativo para a aplicação da pena de perdimento.

§ 3º Os órgãos intervenientes no comércio exterior poderão estabelecer normas específicas e outros procedimentos excepcionais de controle para atender ao disposto no **caput**.

§ 4º Os Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior editarão ato conjunto estabelecendo a lista de mercadorias que poderão receber o tratamento excepcional a que se refere o **caput**.

Art. 55. Os tributos decorrentes de importação realizada nos termos do art. 54 serão calculados na data do registro da respectiva Declaração de Importação, observado o prazo máximo previsto no § 1º daquele artigo.

Art. 56. A Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 67. Na impossibilidade de identificação da mercadoria importada, em razão de seu extravio ou consumo, e de descrição genérica nos documentos comerciais e de transporte disponíveis, será aplicada, para fins de determinação dos impostos e dos direitos incidentes na importação, alíquota única de 80% (oitenta por cento) em regime de tributação simplificada relativa ao Imposto de Importação - II, ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep, à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM.

§ 1º A base de cálculo da tributação simplificada prevista neste artigo será arbitrada em valor equivalente à mediana dos valores por quilograma de todas as mercadorias importadas a título definitivo, pela mesma via de transporte internacional, constantes de declarações registradas no semestre anterior, incluídas as despesas de frete e seguro internacionais.
....." (NR)

"Art. 69. .....
.....

§ 3º Quando aplicada sobre a exportação, a multa prevista neste artigo incidirá sobre o preço normal definido no art. 2º do Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977." (NR)

"Art. 76. .....

I - .....
.....

d) emissão de documento de identificação ou quantificação de mercadoria sob controle aduaneiro em desacordo com o previsto em ato normativo, relativamente a sua efetiva qualidade ou quantidade;

e) prática de ato que prejudique a identificação ou quantificação de mercadoria sob controle aduaneiro;
.....

g) consolidação ou desconsolidação de carga efetuada em desacordo com disposição estabelecida em ato normativo e que altere o tratamento tributário ou aduaneiro da mercadoria;
.....

j) descumprimento de obrigação de apresentar à fiscalização, em boa ordem, os documentos relativos à operação em que realizar ou em que intervier, bem como outros documentos exigidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou

k) descumprimento de determinação legal ou de outras obrigações relativas ao controle aduaneiro previstas em ato normativo não referidas às alíneas *c* a *j*;

II - .....
.....

d) delegação de atribuição privativa a pessoa não credenciada ou habilitada;

e) prática de qualquer outra conduta sancionada com suspensão de registro, licença, autorização, credenciamento ou habilitação, nos termos de legislação específica; ou

f) agressão ou desacato à autoridade aduaneira no exercício da função;

III - .....
.....

d) prática de ato que embarace, dificulte ou impeça a ação da fiscalização aduaneira, para benefício próprio ou de terceiros;
.....

§ 1º A aplicação das sanções previstas neste artigo será anotada no registro do infrator pela administração aduaneira, após a decisão definitiva na esfera administrativa, devendo a anotação ser cancelada após o decurso de 5 (cinco) anos de sua efetivação.

§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, consideram-se intervenientes o importador, o exportador, o beneficiário de regime aduaneiro ou de procedimento simplificado, o despachante aduaneiro e seus ajudantes, o transportador, o agente de carga, o operador de transporte multimodal, o operador portuário, o depositário, o administrador de recinto alfandegado, o perito ou qualquer outra pessoa que tenha relação, direta ou indireta, com a operação de comércio exterior.
.....

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no inciso I do **caput** e na determinação do prazo para a aplicação das sanções previstas no inciso II do caput serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - os danos que dela provierem; e

III - os antecedentes do infrator, inclusive quanto à proporção das irregularidades no conjunto das operações por ele realizadas e seus esforços para melhorar a conformidade à legislação, segundo os critérios estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 5º Para os fins do disposto na alínea *a* do inciso II do **caput** deste artigo, será considerado reincidente o infrator que:

I - cometer nova infração pela mesma conduta já sancionada com advertência, no período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da data da aplicação da sanção; ou

II - não sanar a irregularidade que ensejou a aplicação da advertência, depois de um mês de sua aplicação, quando se tratar de conduta passível de regularização.

§ 5º-A. Para os efeitos do § 5º, no caso de operadores que realizam grande quantidade de operações, poderá ser observada a proporção de erros e omissões em razão da quantidade de documentos, declarações e informações a serem prestadas, nos termos, limites e condições disciplinados pelo Poder Executivo.
.....

§ 10. Feita a intimação, a não apresentação de impugnação no prazo de 20 (vinte) dias implicará revelia, cabendo a imediata aplicação da penalidade.

§ 10-A. A intimação a que se refere o § 10 deste artigo será:

I - pessoal, pelo autor do procedimento ou por agente preparador, na repartição ou fora dela, produzindo efeitos com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, produzindo efeitos com o recebimento no domicílio indicado à Secretaria da Receita Federal do Brasil pelo interveniente na operação de comércio exterior ou, se omitida a data do recebimento, com o decurso de 15 (quinze) dias da expedição da intimação ao referido endereço;

III - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante envio ao domicílio tributário do sujeito passivo ou registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo, produzindo efeitos:

a) 15 (quinze) dias contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo;

b) na data em que o sujeito passivo efetuar consulta ao endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, se ocorrida antes do prazo previsto na alínea *a* deste inciso; ou

c) na data registrada no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo; ou

IV - por edital, quando resultarem improfícuos os meios previstos nos incisos I a III deste parágrafo, ou no caso de pessoa jurídica declarada inapta perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, produzindo efeitos com o decurso de 15 (quinze) dias da publicação ou com qualquer manifestação do interessado no mesmo período.

....." (NR)

Art. 57. O art. 37 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 37. .....

§ 1º Para os fins do disposto no inciso II do **caput**, será considerado reincidente o infrator que, no período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da data da aplicação da sanção, cometer nova infração pela mesma conduta já penalizada com advertência ou que não sanar, depois de 1 (um) mês da aplicação da sanção ou do prazo fixado em compromisso de ajuste de conduta, a irregularidade que ensejou sua aplicação.

§ 2º A aplicação da multa referida no art. 38 poderá ser reduzida em 75% (setenta e cinco por cento) mediante a adesão a compromisso de ajuste de conduta técnica e operacional do infrator com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a partir da assinatura do respectivo termo, condicionada a referida redução ao cumprimento do respectivo compromisso.

§ 3º Para a aplicação da sanção de suspensão do alfandegamento que atinja local ou recinto de estabelecimento prestador de serviço público portuário ou aeroportuário, deverão ser adotadas medidas para preservar, tanto quanto possível, as operações dos usuários cujas atividades estejam concentradas no recinto atingido pela sanção, mediante:

I - a realização de despachos aduaneiros para a retirada ou embarque de mercadorias que estavam armazenadas no momento da aplicação da suspensão ou para aquelas que estavam em vias de chegar ao local ou recinto;

II - postergação, por até 3 (três) meses, do início da execução da suspensão, para que os intervenientes afetados possam realocar atividades; e

III - limitação dos efeitos da sanção ao segmento de atividades do estabelecimento onde se verificou a respectiva infração.

§ 4º A postergação prevista no inciso II do § 3º poderá ser condicionada à:

I - adesão da empresa interessada a compromisso de ajustamento de conduta técnica e operacional com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, caso ainda não tenha aderido; e

II - substituição de administrador ou dirigente responsável pela área de gestão onde ocorreu a infração.

§ 5º Em qualquer caso, o descumprimento de requisito técnico ou operacional para o alfandegamento deverá ser seguido de:

I - ressarcimento pelo órgão ou ente responsável pela administração do local ou recinto de qualquer despesa incorrida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para suprir o requisito descumprido ou mitigar os efeitos de sua falta, mediante recolhimento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, criado pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, no prazo de 60 (sessenta) dias da apresentação do respectivo auto de cobrança; e

II - instauração pelo órgão ou ente público responsável pela administração do local ou recinto de processo disciplinar para apuração de responsabilidades; ou

III - verificação da inadimplência da concessionária ou permissionária pelo órgão ou ente responsável pela fiscalização contratual, na forma do § 2º do art. 38 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, caso não tenha firmado compromisso de ajuste de conduta com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou se o tiver descumprido.

§ 6º As providências referidas nos incisos II e III do § 5º deverão ser tomadas pelo órgão ou ente público responsável pela administração do local ou do recinto ou pela fiscalização da concessão ou permissão, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da representação dos fatos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil." (NR)

Art. 58. As alterações de matérias processuais introduzidas no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, por meio do art. 54 desta Lei, aplicar-se-ão aos processos em curso, sem prejuízo dos atos realizados na forma do rito anterior.

Seção XII
Da Dispensa de Retenção de Tributos Federais na Aquisição de Passagens Aéreas pelos Órgãos da Administração Pública Federal

Art. 59. A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 64. .....

.....

§ 9º Até 31 de dezembro de 2017, fica dispensada a retenção dos tributos na fonte de que trata o **caput** sobre os pagamentos efetuados por órgãos ou entidades da administração pública federal, mediante a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, no caso de compra de passagens aéreas diretamente das companhias aéreas prestadoras de serviços de transporte aéreo." (NR)

Seção XIII
Do Programa Nacional de Habitação Urbana e do Fundo Garantidor da Habitação Popular

Art. 60. A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º O Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU tem por objetivo promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos, desde 14 de abril de 2009.

....." (NR)

"Art. 6º-A. .....

.....

§ 9º Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, em virtude do não pagamento da dívida pelo beneficiário, o FAR e o FDS, na qualidade de credores fiduciários, ficam dispensados de levar o imóvel a leilão, devendo promover sua reinclusão no respectivo programa habitacional, destinando-o à aquisição por beneficiário a ser indicado conforme as políticas habitacionais e regras que estiverem vigentes." (NR)

"Art. 11. O PNHR tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis para agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do orçamento geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, desde 14 de abril de 2009.

....." (NR)

"Art. 29. O FGHab concederá garantia para até 2.000.000 (dois milhões) de financiamentos imobiliários contratados exclusivamente no âmbito do PMCMV." (NR)

"Art. 30. As coberturas do FGHab descritas no art. 20 serão prestadas às operações de financiamento habitacional a partir de 14 de abril de 2009, nos casos de:

....." (NR)

Seção XIV
Da Casa da Moeda do Brasil

Art. 61. O art. 10 da Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 10. .....

.....

§ 2º A despesa envolvida na doação prevista no **caput** não poderá ultrapassar R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), e os custos serão suportados pela CMB." (NR)

Art. 62. A Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

§ 1º Para fins interpretativos, a fabricação de cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro e as atividades de controle fiscal de que tratam os arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e o art. 58-T da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, equiparam-se às atividades constantes do **caput**.

§ 2º Sem prejuízo do disposto neste artigo, a Casa da Moeda do Brasil poderá exercer outras atividades compatíveis com suas atividades industriais, bem como a comercialização de moedas comemorativas nas quantidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil." (NR)

Seção XV
Do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e do Banco da Amazônia S.A.

Art. 63. Fica a União autorizada a renegociar as condições financeiras e contratuais das operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES firmadas com fundamento no art. 1º da Lei nº 12.397, de 23 de março de 2011, no art. 2º da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011, e no art. 3º da Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013.

Parágrafo único. As condições financeiras e contratuais da renegociação de que trata o **caput** serão definidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda, observado o seguinte:

I - as dívidas originais e os saldos renegociados deverão ser considerados pelo seu valor de face; e

II - a remuneração será equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo.

Art. 64. O inciso I do **caput** do art. 2º-A da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º-A. .....

I - até o montante de R$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), visando ao seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional, ficando, neste caso, assegurada ao Tesouro Nacional remuneração compatível com o seu custo de captação; e

....." (NR)

Art. 65. Fica a União autorizada, até o montante de R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), a renegociar ou estabelecer as condições financeiras e contratuais definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda de operações de crédito realizadas com o BNDES, que permitam o seu enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos das normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, devendo a remuneração a ser recebida pelo Tesouro Nacional ser variável e limitada à Taxa de Juros de Longo Prazo.

Art. 66. O art. 1º da Lei nº 12.380, de 10 de janeiro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam a União, inclusive mediante fundos, por meio de ato do Poder Executivo, e as entidades da administração pública federal indireta autorizadas a contratar, reciprocamente ou com fundo privado do qual o Tesouro Nacional seja cotista majoritário:

.....

II - a cessão de valores mobiliários e de créditos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital; e

.....

§ 1º Nas operações de que tratam os incisos I e II do **caput**, poderão ser aceitos em pagamento valores mobiliários, observado o princípio da equivalência econômica, e bens imóveis, na forma do decreto regulamentar.

....." (NR)

Art. 67. O art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 7º .....

I - .....

.....

d) empresas de qualquer porte dos setores definidos pelo Poder Executivo federal, nos termos do regulamento, como estratégicos para a política industrial e tecnológica, nos limites definidos pelo estatuto do fundo;

....." (NR)

Art. 68. A Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º Fica a União autorizada a subscrever e integralizar ações do Banco da Amazônia S.A. ou conceder crédito em condições financeiras e contratuais definidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda que permitam o seu enquadramento como instrumento elegível ao capital principal na formação do patrimônio de referência, nos termos de normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, até 31 de dezembro de 2014, no montante de até R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º Para a cobertura do crédito de que trata o **caput**, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor do Banco da Amazônia S.A., títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º No caso de emissão de títulos, será respeitada a equivalência econômica com o valor previsto no **caput**.

§ 3º A remuneração a ser recebida pelo Tesouro Nacional deverá ser variável e limitada ao seu custo de captação." (NR)

"Art. 33. .....

.....

§ 2º O fundo poderá oferecer, direta ou indiretamente, cobertura para quaisquer riscos relacionados às operações de que trata o § 7º, inclusive não gerenciáveis relacionados a concessões, observadas as condições e formas previstas em seu estatuto.

.....

§ 9º Em caso de cobertura de risco de engenharia, o fundo não exigirá contragarantia." (NR)

Art. 69. A alínea *a* do inciso I do art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - .....

a) à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de granéis líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; a projetos e equipamentos de reciclagem e tratamento ambientalmente adequados de resíduos; e a investimentos no setor de armazenagem nacional de grãos e açúcar; e

....." (NR)

Seção XVI
Da Desoneração Tributária na Venda de Equipamentos ou Materiais Destinados a Uso Médico, Hospitalar, Clínico ou Laboratorial

Art. 70. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da venda de equipamentos ou materiais destinados a uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial, quando adquiridos:

I - pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, bem como pelas suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público; ou

II - por entidades beneficentes de assistência social que atendam ao disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

§ 1º O disposto no **caput** aplica-se:

I - exclusivamente aos equipamentos ou materiais listados pelo Poder Executivo;

II - inclusive na venda dos equipamentos ou materiais por pessoa jurídica revendedora às pessoas jurídicas de que trata o **caput**, hipótese em que as reduções de alíquotas ficam condicionadas à observância dos procedimentos estabelecidos pelo Poder Executivo.

§ 2º A pessoa jurídica industrial, ou equiparada, e a pessoa jurídica revendedora ficam solidariamente responsáveis pelas contribuições não pagas em decorrência de aplicação irregular das reduções de alíquotas de que trata este artigo, acrescidas de juros e de multa, na forma da lei.

Seção XVII
Da Legislação Tributária e Financeira Aplicável aos Contratos de Concessão de Serviços Públicos

Art. 71. A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

.....

§ 3º .....

.....

III - da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB devida pelas empresas referidas nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a partir de 1º de janeiro de 2015.

§ 4º Até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, a parcela excluída nos termos do § 3º deverá ser computada na determinação do lucro líquido para fins de apuração do lucro real, da base de cálculo da CSLL e da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na proporção em que o custo para a realização de obras e aquisição de bens a que se refere o § 2º deste artigo for realizado, inclusive mediante depreciação ou extinção da concessão, nos termos do art. 35 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

.....

§ 6º A partir de 1º de janeiro de 2014, para os optantes conforme o art. 75 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e de 1º de janeiro de 2015, para os não optantes, a parcela excluída nos termos do § 3º deverá ser computada na determinação do lucro líquido para fins de apuração do lucro real, da base de cálculo da CSLL e da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins em cada período de apuração durante o prazo restante do contrato, considerado a partir do início da prestação dos serviços públicos.

§ 7º No caso do § 6º, o valor a ser adicionado em cada período de apuração deve ser o valor da parcela excluída dividida pela quantidade de períodos de apuração contidos no prazo restante do contrato.

§ 8º Para os contratos de concessão em que a concessionária já tenha iniciado a prestação dos serviços públicos nas datas referidas no § 6º, as adições subsequentes serão realizadas em cada período de apuração durante o prazo restante do contrato, considerando o saldo remanescente ainda não adicionado.

§ 9º A parcela excluída nos termos do inciso III do § 3º deverá ser computada na determinação da base de cálculo da contribuição previdenciária de que trata o inciso III do § 3º em cada período de apuração durante o prazo restante previsto no contrato para construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura que será utilizada na prestação de serviços públicos.

§ 10. No caso do § 9º, o valor a ser adicionado em cada período de apuração deve ser o valor da parcela excluída dividida pela quantidade de períodos de apuração contidos no prazo restante previsto no contrato para construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura que será utilizada na prestação de serviços públicos.

§ 11. Ocorrendo a extinção da concessão antes do advento do termo contratual, o saldo da parcela excluída nos termos do § 3º, ainda não adicionado, deverá ser computado na determinação do lucro líquido para fins de apuração do lucro real, da base de cálculo da CSLL e da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da contribuição previdenciária de que trata o inciso III do § 3º no período de apuração da extinção.

§ 12. Aplicam-se às receitas auferidas pelo parceiro privado nos termos do § 6º o regime de apuração e as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins aplicáveis às suas receitas decorrentes da prestação dos serviços públicos." (NR)

"Art. 8º .....

Parágrafo único. (VETADO)." (NR)

Art. 72. A Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

§ 4º Os benefícios previstos no **caput** aplicam-se também na hipótese de, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, as receitas das pessoas jurídicas titulares de contratos de concessão de serviços públicos reconhecidas durante a execução das obras de infraestrutura elegíveis ao Reidi terem como contrapartida ativo intangível representativo de direito de exploração ou ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, estendendo-se, inclusive, aos projetos em andamento, já habilitados perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil." (NR)

"Art. 4º .....

.....

§ 3º Os benefícios previstos no **caput** aplicam-se também na hipótese de, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, as receitas das pessoas jurídicas titulares de contratos de concessão de serviços públicos reconhecidas durante a execução das obras de infraestrutura elegíveis ao Reidi terem como contrapartida ativo intangível representativo de direito de exploração ou ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, estendendo-se, inclusive, aos projetos em andamento, já habilitados perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil." (NR)

Seção XVIII
Da Execução Fiscal e do Arrolamento de Bens e Direitos

Art. 73. A Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º .....

.....

II - penhora, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito, fiança ou seguro garantia;

....." (NR)

"Art. 9º .....

.....

II - oferecer fiança bancária ou seguro garantia;

.....

§ 2º Juntar-se-á aos autos a prova do depósito, da fiança bancária, do seguro garantia ou da penhora dos bens do executado ou de terceiros.

§ 3º A garantia da execução, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia, produz os mesmos efeitos da penhora.

....." (NR)

"Art. 15. .....

I - ao executado, a substituição da penhora por depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia; e

....." (NR)

"Art. 16. .....

.....

II - da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro garantia;

....." (NR)

Art. 74. As execuções fiscais de créditos de natureza não tributária cuja prescrição ficou suspensa por mais de 5 (cinco) anos por força da revogação do parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977, constante do inciso VIII do art. 114 desta Lei, deverão ser extintas.

Art. 75. A revogação do inciso I do art. 15 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, constante do inciso IX do art. 114 desta Lei, não alcança as execuções fiscais da União e de suas autarquias e fundações públicas ajuizadas na Justiça Estadual antes da vigência desta Lei.

Art. 76. O art. 64 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 12:

"Art. 64. .....

.....

§ 12. A autoridade fiscal competente poderá, a requerimento do sujeito passivo, substituir bem ou direito arrolado por outro que seja de valor igual ou superior, desde que respeitada a ordem de prioridade de bens a serem arrolados definida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e seja realizada a avaliação do bem arrolado e do bem a ser substituído nos termos do § 2º do art. 64-A." (NR)

Seção XIX
Da Legislação Tributária Aplicável ao Gás Natural e à Nafta

Art. 77. (VETADO).

Seção XX
Das demais Disposições sobre a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins

Art. 78. O art. 3º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 3º .....

.....

§ 4º O saldo credor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurado pelas pessoas jurídicas de que trata este artigo, na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e do art. 15 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, em relação a custos, despesas e encargos vinculados à produção e à comercialização dos produtos referidos no **caput**, acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário, poderá ser objeto de:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II - pedido de ressarcimento em espécie, observada a legislação específica aplicável à matéria." (NR)

Art. 79. O inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"Art. 10. .....
.....

XX - as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil;
....." (NR)

Art. 80. A ementa da Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a redução a 0 (zero) das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte público coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros."

Art. 81. O art. 1º da Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário.

Parágrafo único. A desoneração de que trata o **caput** alcança também as receitas decorrentes da prestação dos serviços nele referidos no território de região metropolitana regularmente constituída e da prestação dos serviços definidos nos incisos XI a XIII do art. 4º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, por qualquer dos meios citados no caput." (NR)

Seção XXI
Do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e do Imposto de Renda das Pessoas Físicas

Art. 82. A Lei n° 9.393, de 19 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

"Art. 3º-A. Os imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos que estejam sob a ocupação direta e sejam explorados, individual ou coletivamente, pelos membros destas comunidades são isentos do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

§ 1º Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição na Dívida Ativa da União e o ajuizamento da respectiva execução fiscal, e cancelados o lançamento e a inscrição relativos ao ITR referentes aos imóveis rurais de que trata o **caput** a partir da data do registro do título de domínio previsto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Observada a data prevista no § 1º, não serão aplicadas as penalidades estabelecidas nos arts. 7º e 9º para fatos geradores ocorridos até a data de publicação da lei decorrente da conversão da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, e ficam anistiados os valores decorrentes de multas lançadas pela apresentação da declaração do ITR fora do prazo."

Art. 83. O art. 8º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 8º .....
.....

§ 3º O contribuinte cujo imóvel se enquadre nas hipóteses estabelecidas nos arts. 2º, 3º e 3º-A fica dispensado da apresentação do DIAT." (NR)

Art. 84. A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....
.....

VII - as contribuições para as entidades fechadas de previdência complementar de natureza pública de que trata o § 15 do art. 40 da Constituição Federal, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social.
....." (NR)

"Art. 8º .....
.....

II - .....
.....

i) às contribuições para as entidades fechadas de previdência complementar de natureza pública de que trata o § 15 do art. 40 da Constituição Federal, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social.
....." (NR)

Art. 85. O art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 6º e 7º:

"Art. 11. .....
.....

§ 6º As deduções relativas às contribuições para entidades de previdência complementar a que se referem o inciso VII do art. 4º e a alínea *i* do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, desde que limitadas à alíquota de contribuição do ente público patrocinador, não se sujeitam ao limite previsto no **caput**.

§ 7º Os valores de contribuição excedentes ao disposto no § 6º poderão ser deduzidos desde que seja observado o limite conjunto de dedução previsto no **caput**." (NR)

Seção XXII
Do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares

Art. 86. A Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 15. .....
.....

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo aos projetos aprovados até 31 de dezembro de 2017." (NR)

"Art. 16. .....
.....

§ 5º No caso da suspensão aplicável ao Imposto de Importação, fica dispensado, exceto para materiais de construção, o exame de similaridade de que trata o art. 17 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966." (NR)

"Art. 16-A. No caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, fica suspensa a exigência da:

I - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a venda no mercado interno quando os referidos bens ou materiais de construção forem adquiridos por pessoa jurídica beneficiária do Renuclear;

II - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação quando os referidos bens ou materiais de construção forem importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do Renuclear.

§ 1º Nas notas fiscais relativas às vendas de que trata o inciso I do **caput** deverá constar a expressão "Venda efetuada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 2º As suspensões de que trata este artigo convertem-se em alíquota 0 (zero) após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura."

"Art. 16-B. No caso de venda no mercado interno ou de importação de serviços destinados a obras de infraestrutura para incorporação ao ativo imobilizado, fica suspensa a exigência da:

I - Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a prestação de serviços efetuada por pessoa jurídica estabelecida no País quando os referidos serviços forem prestados à pessoa jurídica beneficiária do Renuclear; ou

II - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a prestação de serviços quando os referidos serviços forem importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do Renuclear.

§ 1º Nas notas fiscais relativas às prestações de serviço de que trata o inciso I do **caput**, deverá constar a expressão "Prestação de serviço efetuada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 2º As suspensões de que trata este artigo convertem-se em alíquota 0 (zero) após o serviço ser aplicado na obra de infraestrutura."

"Art. 16-C. No caso de locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos à pessoa jurídica beneficiária do Renuclear para utilização em obras de infraestrutura a serem incorporadas ao ativo imobilizado, fica suspensa a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita auferida pelo locador.

Parágrafo único. As suspensões de que trata este artigo convertem-se em alíquota 0 (zero) após a aplicação do bem locado na obra de infraestrutura."

"Art. 16-D. Para efeitos dos arts.16 e 16-A, equipara-se ao importador a pessoa jurídica adquirente de bens estrangeiros, no caso de importação realizada por sua conta e ordem por intermédio de pessoa jurídica importadora."

"Art. 16-E. A pessoa jurídica habilitada ao Renuclear que não utilizar ou incorporar o bem ou material de construção na obra de infraestrutura ou que não aplicar o serviço ou o bem locado na citada obra, fica obrigada a recolher os tributos não pagos em decorrência das suspensões usufruídas, acrescidas de juros e multa de mora, na forma da legislação específica, contados a partir do vencimento do tributo relativo à aquisição, locação ou prestação, ou do registro da Declaração de Importação - DI, na condição:

I - de contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, à Cofins-Importação, ao IPI vinculado à importação e ao Imposto de Importação;

II - de responsável, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e ao IPI.

Parágrafo único. A incorporação ou utilização do bem ou material de construção na obra de infraestrutura deve ocorrer no prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da respectiva aquisição."

"Art. 17. Os benefícios de que tratam os arts. 16 a 16-C poderão ser usufruídos nas aquisições, importações e locações realizadas até 31 de dezembro de 2020 pela pessoa jurídica habilitada ou coabilitada ao Renuclear." (NR)

Seção XXIII
Das Prorrogações Referentes a Regimes Especiais de Tributação

Art. 87. O art. 11 da Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Os benefícios de que tratam os arts. 9º, 9º-A, 9º-B e 10 poderão ser usufruídos em até 20 (vinte) anos contados da data de publicação desta Lei, nas aquisições e importações realizadas depois da habilitação das pessoas jurídicas beneficiadas pelo Retid." (NR)

Art. 88. O art. 29 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 29. .....
.....

§ 3º O projeto de que trata o **caput** deverá ser apresentado ao Ministério das Comunicações até 30 de junho de 2015.
....." (NR)

Art. 89. O art. 16 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. Fica reduzida a 0 (zero), em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2022, a alíquota do imposto sobre a renda na fonte incidente nas operações de que trata o inciso V do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou de motores destinados a aeronaves, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou cargas, até 31 de dezembro de 2019." (NR)

Art. 90. O inciso I do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - receitas de fretes, afretamentos, aluguéis ou arrendamentos de embarcações marítimas ou fluviais ou de aeronaves estrangeiras ou motores de aeronaves estrangeiros, feitos por empresas, desde que tenham sido aprovados pelas autoridades competentes, bem como os pagamentos de aluguel de contêineres, sobrestadia e outros relativos ao uso de serviços de instalações portuárias;
....." (NR)

Seção XXIV
Das Demais Alterações na Legislação Tributária

Art. 91. O art. 13 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte § 12:

"Art. 13. .....
.....

§ 12. Caso o certificado não tenha sido emitido até o mês imediatamente posterior ao da concessão da bolsa, poderá ser utilizado, quando emitido, para pagamento da prestação do mês posterior ao da concessão da bolsa ou das prestações vencidas após esta, de forma retroativa, não incidindo a mantenedora em hipótese de rescisão, desde que tenha pago regularmente o valor mínimo, em moeda corrente, de 10% (dez por cento) do valor da prestação." (NR)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 92. As perdas incorridas em Certificados de Operações Estruturadas - COE, emitidos de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional, serão dedutíveis na apuração do lucro real.

Art. 93. A Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.13. .....

.....

§ 2º Será facultado à entidade substituir até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade das bolsas de estudo definidas no inciso III do **caput** e no § 1º por benefícios concedidos a beneficiários cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário mínimo e meio, tais como transporte, uniforme, material didático, moradia, alimentação e outros benefícios, ações e serviços definidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

....." (NR)

"Art. 13-A. .....

§ 1º As entidades que atuam concomitantemente no nível de educação superior e que tenham aderido ao Prouni e no de educação básica estão obrigadas a cumprir os requisitos exigidos no art. 13, para cada nível de educação, inclusive quanto à complementação eventual da gratuidade por meio da concessão de bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) e de benefícios, conforme previsto nos §§ 1º e 2º do art. 13.

....." (NR)

"Art.13-B. .....

.....

§ 2º Será facultado à entidade substituir até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade das bolsas de estudo definidas no inciso II do **caput** e no § 1º por benefícios concedidos a beneficiários cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário mínimo e meio, tais como transporte, uniforme, material didático, moradia, alimentação e outros benefícios, ações e serviços definidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

.....

§ 5º As entidades que atuam concomitantemente na educação superior e na educação básica são obrigadas a cumprir os requisitos exigidos no art. 13 e neste artigo de maneira segregada, por nível de educação, inclusive quanto à eventual complementação da gratuidade por meio da concessão de bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) e de benefícios.

....." (NR)

"Art. 17. .....

.....

§ 3º O Termo de Ajuste de Gratuidade poderá ser celebrado somente uma vez com a mesma entidade a cada período de 10 (dez) anos, a contar da data da assinatura do último termo e desde que este tenha sido devidamente cumprido.

....." (NR)

Art. 94. O art. 8º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O Ministério do Esporte informará à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB os valores correspondentes a doação ou patrocínio destinados ao apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos, no ano-calendário anterior.

Parágrafo único. A RFB estabelecerá, em ato normativo próprio, a forma, o prazo e as condições para o cumprimento da obrigação acessória a que se refere o **caput** deste artigo." (NR)

Art. 95. O § 1º do art. 2º da Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

"Art. 2º .....

§ 1º .....

.....

IV - à alíquota 0 (zero), quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, exceto no caso de residente ou domiciliado em país com tributação favorecida, nos termos do art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

....." (NR)

Art. 96. O art. 89 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 89. A matriz e a pessoa jurídica controladora ou a ela equiparada, nos termos do art. 83, domiciliadas no Brasil poderão considerar como imposto pago, para fins da dedução de que trata o art. 87, o imposto sobre a renda retido na fonte no Brasil e no exterior, na proporção de sua participação, decorrente de rendimentos recebidos pela filial, sucursal ou controlada, domiciliadas no exterior.

§ 1º O disposto no **caput** somente será permitido se for reconhecida a receita total auferida pela filial, sucursal ou controlada, com a inclusão do imposto retido.

§ 2º Para o imposto sobre a renda retido na fonte no exterior, o valor do imposto a ser considerado está limitado ao valor que o país de domicílio do beneficiário do rendimento permite que seja aproveitado na apuração do imposto devido pela filial, sucursal ou controlada no exterior." (NR)

Art. 97. As receitas auferidas pelos fundos garantidores constituídos nos termos das Leis nºs 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 11.786, de 25 de setembro de 2008, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 12.712, de 30 de agosto de 2012, ficam isentas do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, inclusive no tocante aos ganhos líquidos mensais e à retenção na fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira de renda fixa e de renda variável.

Parágrafo único. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre as receitas e ganhos líquidos de que trata o **caput**.

Art. 98. (VETADO).

CAPÍTULO II
Das demais alterações na legislação

Seção I
Da Vigilância Sanitária

Art. 99. Os itens 3.1, 3.2, 5.1 e 7.1, bem como seus respectivos subitens, do Anexo II da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, passam a vigorar na forma do Anexo desta Lei.

Art. 100. O art. 1º da Lei nº 11.972, de 6 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Os prazos para renovação das Certificações de Boas Práticas dos produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária, que constam dos subitens dos itens 1.4, 2.4, 4.3, 6.4, 7.2 e 7.3 da tabela do Anexo II da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, ficam alterados para até 4 (quatro) anos, conforme regulamentação específica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, observado o risco inerente à atividade da empresa.

....." (NR)

Seção II
Da Alienação Fiduciária

Art. 101. O Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas.

.....

§ 2º A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário.

.....

§ 4º Os procedimentos previstos no **caput** e no seu § 2º aplicam-se às operações de arrendamento mercantil previstas na forma da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974." (NR)

"Art. 3º O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2º do art. 2º, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário.

.....

§ 9º Ao decretar a busca e apreensão de veículo, o juiz, caso tenha acesso à base de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, inserirá diretamente a restrição judicial na base de dados do Renavam, bem como retirará tal restrição após a apreensão.

§ 10. Caso o juiz não tenha acesso à base de dados prevista no § 9º, deverá oficiar ao departamento de trânsito competente para que:

I - registre o gravame referente à decretação da busca e apreensão do veículo; e

II - retire o gravame após a apreensão do veículo.

§ 11. O juiz também determinará a inserção do mandado a que se refere o § 9º em banco próprio de mandados.

§ 12. A parte interessada poderá requerer diretamente ao juízo da comarca onde foi localizado o veículo com vistas à sua apreensão, sempre que o bem estiver em comarca distinta daquela da tramitação da ação, bastando que em tal requerimento conste a cópia da petição inicial da ação e, quando for o caso, a cópia do despacho que concedeu a busca e apreensão do veículo.

§ 13. A apreensão do veículo será imediatamente comunicada ao juízo, que intimará a instituição financeira para retirar o veículo do local depositado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 14. O devedor, por ocasião do cumprimento do mandado de busca e apreensão, deverá entregar o bem e seus respectivos documentos.

§ 15. As disposições deste artigo aplicam-se no caso de reintegração de posse de veículos referente às operações de arrendamento mercantil previstas na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974." (NR)

"Art. 4º Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor requerer, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, na forma prevista no Capítulo II do Livro II da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil." (NR)

"Art. 5º Se o credor preferir recorrer à ação executiva, direta ou a convertida na forma do art. 4º, ou, se for o caso ao executivo fiscal, serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução.

....." (NR)

"Art. 6º-A. O pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pelo devedor nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, não impede a distribuição e a busca e apreensão do bem."

"Art. 7º-A. Não será aceito bloqueio judicial de bens constituídos por alienação fiduciária nos termos deste Decreto-Lei, sendo que, qualquer discussão sobre concursos de preferências deverá ser resolvida pelo valor da venda do bem, nos termos do art. 2º."

Art. 102. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1.367. A propriedade fiduciária em garantia de bens móveis ou imóveis sujeita-se às disposições do Capítulo I do Título X do Livro III da Parte Especial deste Código e, no que for específico, à legislação especial pertinente, não se equiparando, para quaisquer efeitos, à propriedade plena de que trata o art. 1.231." (NR)

"Art. 1.368-B. A alienação fiduciária em garantia de bem móvel ou imóvel confere direito real de aquisição ao fiduciante, seu cessionário ou sucessor.

Parágrafo único. O credor fiduciário que se tornar proprietário pleno do bem, por efeito de realização da garantia, mediante consolidação da propriedade, adjudicação, dação ou outra forma pela qual lhe tenha sido transmitida a propriedade plena, passa a responder pelo pagamento dos tributos sobre a propriedade e a posse, taxas, despesas condominiais e quaisquer outros encargos, tributários ou não, incidentes sobre o bem objeto da garantia, a partir da data em que vier a ser imitido na posse direta do bem."

Art. 103. A Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 26. .....

.....

§ 4º Quando o fiduciante, ou seu cessionário, ou seu representante legal ou procurador encontrar-se em local ignorado, incerto ou inacessível, o fato será certificado pelo serventuário encarregado da diligência e informado ao oficial de Registro de Imóveis, que, à vista da certidão, promoverá a intimação por edital publicado durante 3 (três) dias, pelo menos, em um dos jornais de maior circulação local ou noutro de comarca de fácil acesso, se no local não houver imprensa diária, contado o prazo para purgação da mora da data da última publicação do edital.

....." (NR)

Seção III
Da Advocacia-Geral da União

Art. 104. O § 7º do art. 8º-A da Lei nº 11.775, de 17 de setembro 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º-A. .....

.....

§ 7º A liquidação e a renegociação de que trata este artigo serão regulamentadas por ato do Advogado-Geral da União." (NR)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Seção IV
Disposições Finais

Art. 105. A Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....
.....

§ 9º A taxa de juros referida na alínea *b* do inciso II do § 2º deste artigo é citada com arredondamento na segunda casa decimal, correspondendo à taxa de juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, e tem a finalidade única de estabelecer o percentual, fixo e invariável, dos juros remuneratórios, a ser adotado nas novações celebradas a partir da data de vigência desta Lei, independentemente de eventual alteração na taxa de juros remuneratórios aplicável aos depósitos de poupança." (NR)

"Art. 3º .....
.....

§ 13. Na forma definida pelo Conselho Curador do FCVS, a comprovação do pagamento das contribuições devidas ao FCVS de que trata o § 3º do art. 1º desta Lei pode ser efetuada de maneira consolidada por instituição financeira recolhedora da contribuição, sendo, nesse caso, obrigatória a apresentação de relatório de auditoria independente.

§ 14. Na instrução do processo de novação de créditos originados pela instituição financiadora, os débitos a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo compreendem aqueles gerados:

I - pelos contratos de financiamento por ela originados; e

II - pelos contratos de financiamento adquiridos, a partir da data da aquisição.

§ 15. Na instrução do processo de novação de créditos adquiridos, adicionalmente ao previsto no § 14 deste artigo, incluem-se os débitos a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo, devidos pelas instituições cedentes, relativamente ao período em que essas permaneceram como titular dos créditos que integram o processo de novação." (NR)

Art. 106. O art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º a 8º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 1º .....

§ 1º .....

§ 2º No caso do inciso I do **caput** deste artigo, quando ocorrer execução simultânea do contrato de afretamento ou aluguel de embarcações marítimas e do contrato de prestação de serviço, relacionados à prospecção e exploração de petróleo ou gás natural, celebrados com pessoas jurídicas vinculadas entre si, do valor total dos contratos a parcela relativa ao afretamento ou aluguel não poderá ser superior a:

I - 85% (oitenta e cinco por cento), no caso de embarcações com sistemas flutuantes de produção e/ou armazenamento e descarga (**Floating Production Systems** - FPS);

II - 80% (oitenta por cento), no caso de embarcações com sistema do tipo sonda para perfuração, completação, manutenção de poços (navios-sonda); e

III - 65% (sessenta e cinco por cento), nos demais tipos de embarcações.

§ 3º Para cálculo dos percentuais previstos no § 2º, o contrato celebrado em moeda estrangeira deverá ser convertido para Real à taxa de câmbio da moeda do país de origem, fixada para venda pelo Banco Central do Brasil, correspondente à data da apresentação da proposta pelo fornecedor, que é parte integrante do contrato.

§ 4º Em caso de repactuação ou reajuste dos valores de quaisquer dos contratos, as novas condições deverão ser consideradas para fins de verificação do enquadramento do contrato de afretamento nos limites previstos no § 2º.

§ 5º Para fins de verificação do enquadramento das remessas de afretamento nos limites previstos no § 2º, deverá ser desconsiderado o efeito da variação cambial.

§ 6º A parcela do contrato de afretamento que exceder os limites estabelecidos no § 2º sujeita-se à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), quando a remessa for destinada a país ou dependência com tributação favorecida, ou quando o arrendante ou locador for beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 7º Para efeitos do disposto no § 2º, será considerada vinculada a pessoa jurídica proprietária da embarcação marítima sediada no exterior e a pessoa jurídica prestadora do serviço quando forem sócias, direta ou indiretamente, em sociedade proprietária dos ativos arrendados ou locados.

§ 8º O Ministro da Fazenda poderá elevar ou reduzir em até 10 (dez) pontos percentuais os limites de que trata o § 2º." (NR)

Art. 107. (VETADO).

Art. 108. (VETADO).

Art. 109. O § 10 do art. 87 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 87. .....
.....

§ 10. Até o ano-calendário de 2022, a controladora no Brasil poderá deduzir até 9% (nove por cento), a título de crédito presumido sobre a renda incidente sobre a parcela positiva computada no lucro real, observados o disposto no § 2º deste artigo e as condições previstas nos incisos I e IV do art. 91 desta Lei, relativo a investimento em pessoas jurídicas no exterior que realizem as atividades de fabricação de bebidas, de fabricação de produtos alimentícios e de construção de edifícios e de obras de infraestrutura, além das demais indústrias em geral.
....." (NR)

Art. 110. (VETADO).

CAPÍTULO III
disposições finais

Art. 111. A Secretaria da Receita Federal do Brasil regulamentará o disposto nos arts. 1º a 3º e 6º a 15 desta Lei.

Art. 112. A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de suas competências, regulamentarão a aplicação do disposto nos arts. 16 a 19 desta Lei.

Art. 113. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, exceto:

I - os arts. 21 a 28, que entram em vigor a partir da data de publicação do ato do Poder Executivo que estabelecer o percentual de que trata o **caput** do art. 22;

II - os arts. 1º a 15, 30 a 32, 97, 106 e os artigos da Seção XXI do Capítulo I, que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015;

III - os arts. 16-A a 16-C da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, incluídos pelo art. 86, que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015;

IV - os seguintes dispositivos, que entram em vigor a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação desta Lei:

a) os incisos XII e XIII do **caput** do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com redação dada pelo art. 50, e os arts. 51 a 53; e

b) o art. 98 e os artigos das Seções XVI, XVII, XIX e XX do Capítulo I.

Art. 114. Ficam revogados:

I - os incisos IV e V do **caput** do art. 1º da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;

II - o § 3º do art. 20 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

III - as seguintes alíneas do art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003:

a) *a*, *b* e *f* do inciso I do **caput**;

b) *c* do inciso II do **caput**;

c) *e* do inciso III do **caput**;

IV - (VETADO);

V - (VETADO);

VI - (VETADO);

VII - os §§ 3º e 4º do art. 16 da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011;

VIII - o parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977;

IX - o inciso I do art. 15 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Arno Hugo Agostin Filho
Miriam Belchior
Mauro Borges Lemos
Edison Lobão
Francisco Gaetani
Gilberto Magalhães Occhi
Luís Inácio Lucena Adams

ANEXO
(ANEXO II DA LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999)

"ANEXO II
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Itens	Fatos Geradores	Valores em R$	Prazo para Renovação
3.1	Autorização e autorização especial de funcionamento de empresa	---	---
3.1.1	Indústria de medicamentos	20.000	---
3.1.2	Indústria de insumos farmacêuticos	20.000	---
3.1.3	Distribuidora, importadora, exportadora, transportadora, armazenadora, embaladora e reembaladora e demais previstas em legislação específica de medicamentos e insumos farmacêuticos	15.000	---
3.1.4	Fracionamento de insumos farmacêuticos	15.000	---
3.1.5	Drogarias e farmácias	500	---
3.1.6	Indústria de cosméticos, produtos de higiene e perfumes	6.000	---
3.1.7	Distribuidora, importadora, exportadora, transportadora, armazenadora, embaladora e reembaladora e demais previstas em legislação específica de cosméticos, produtos de higiene e perfumes	6.000	---
3.1.8	Indústria de saneantes	6.000	---
3.1.9	Distribuidora, importadora, exportadora, transportadora, armazenadora, embaladora e reembaladora e demais previstas em legislação específica de saneantes	6.000	---
3.2	Autorização e autorização especial de funcionamento de farmácia de manipulação	5.000	---
5.1	Autorização de funcionamento	---	---
5.1.1	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de medicamentos, matérias-primas e insumos farmacêuticos em terminais alfandegados de uso público	15.000	---
5.1.2	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de substâncias e medicamentos sob controle especial em terminais alfandegados de uso público	15.000	---
5.1.3	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de cosméticos, produtos de higiene ou perfumes e matérias-primas em terminais alfandegados de uso público	6.000	---
5.1.4	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de produtos saneantes domissanitários e matérias-primas em terminais alfandegados de uso público	6.000	---
5.1.5	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de materiais e equipamentos médico-hospitalares e produtos de diagnóstico de uso **in vitro** (correlatos) em terminais alfandegados de uso público	6.000	---
5.1.6	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de alimentos em terminais alfandegados de uso público	6.000	---
5.1.7	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços alternativos de abastecimento de água potável para consumo humano a bordo de aeronaves, embarcações e veículos terrestres que operam transporte coletivo internacional de passageiros	6.000	---
5.1.8	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de desinsetização ou desratização em embarcações, veículos terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira, aeronaves, terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais aduaneiros de uso público e estações e passagens de fronteira	6.000	---

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5.1.9	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de limpeza, desinfecção e descontaminação de superfícies de aeronaves, veículos terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira, embarcações, terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais aduaneiros de uso público e estação e passagem de fronteiras	6.000	---
5.1.10	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de limpeza e recolhimento de resíduos resultantes do tratamento de águas servidas e dejetos em terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais aduaneiros de uso público e estações e passagens de fronteira	6.000	---
5.1.11	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de esgotamento e tratamento de efluentes sanitários de aeronaves, embarcações e veículos terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira em terminais aeroportuários, portuário e estações e passagens de fronteira	6.000	---
5.1.12	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos resultantes de aeronaves, veículos terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira, embarcações, terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais alfandegados de uso público e estações e passagens de fronteira	6.000	---
5.1.13	Autorização de funcionamento de empresas que operam a prestação de serviços, nas áreas portuárias, aeroportuárias e estações e passagens de fronteira, de lavanderia, atendimento médico, hotelaria, drogarias, farmácias e ervanários, comércio de materiais e equipamentos hospitalares, salões de barbeiros e cabeleireiros, pedicuros e institutos de beleza e congêneres	500	---
5.1.14	Autorização de funcionamento de empresas prepostas para gerir, representar ou administrar negócios, em nome de empresa de navegação, tomando as providências necessárias ao despacho de embarcação em porto (agência de navegação)	6.000	---
7.1	Autorização e renovação de funcionamento de empresas por estabelecimento ou unidade fabril para cada tipo de atividade	---	---
7.1.1	Por estabelecimento fabricante de uma ou mais linhas de produtos para saúde (equipamentos, materiais e produtos para diagnóstico de uso **in vitro**)	10.000	---
7.1.2	Distribuidora, importadora, exportadora, transportadora, armazenadora, embaladora, reembaladora e demais previstas em legislação específica de produtos para saúde	8.000	---
7.1.3	Por estabelecimento de comércio varejista de produtos para saúde	5.000	---

"

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.335, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014(*)

Promulga a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais, firmada em Brasília, em 23 de julho de 2008.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil e a República de Trinidad e Tobago firmaram, em Brasília, em 23 de julho de 2008, a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou a Convenção por meio do Decreto Legislativo nº 1, de 4 de janeiro de 2011;

Considerando que a Convenção entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 23 de setembro de 2011, nos termos de seu Artigo 29;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgada a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais, firmada em Brasília, em 23 de julho de 2008, anexa a Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão da Convenção e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Arno Hugo Agostin Filho

(*) Republicação do Decreto nº 8.335, de 12 de novembro de 2014, por ter constado incorreção na referenda quanto ao original, publicado no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2014, Seção 1.

CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE TRINIDAD E TOBAGO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PARA INCENTIVAR O COMÉRCIO E O INVESTIMENTO BILATERAIS

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República de Trinidad e Tobago,

Desejosos de concluir uma Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda e para incentivar o comércio e o investimento bilaterais,

Acordaram o seguinte:

Artigo 1
Pessoas Abrangidas

Esta Convenção se aplica às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2
Impostos Abrangidos

1. Os impostos aos quais se aplica esta Convenção são:

a) no caso de Trinidad e Tobago, o imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, o imposto sobre a renda das pessoas físicas, o imposto sobre o desemprego, o imposto sobre os lucros do petróleo e o imposto suplementar do petróleo
(doravante denominados "imposto de Trinidad e Tobago") ;

b) no caso do Brasil, o imposto federal sobre a renda
(doravante denominado "imposto brasileiro") .

2. Esta Convenção se aplica também a quaisquer impostos idênticos ou substancialmente similares que forem adotados por um Estado Contratante após a data de assinatura desta Convenção, seja em adição aos acima mencionados, seja em sua substituição. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicar-se-ão as modificações significativas ocorridas em suas respectivas legislações fiscais.

Artigo 3
Definições Gerais

1. Para os fins da presente Convenção, a não ser que o contexto imponha interpretação diferente:

a) o termo "Trinidad e Tobago" significa o Estado Arquipélago de Trinidad e Tobago, compreendendo as diversas ilhas de Trinidad e Tobago, suas águas insulares, o seu mar territorial e o correspondente espaço aéreo, juntamente com as áreas submarinas adjacentes da Zona Econômica Exclusiva e a plataforma continental além do mar territorial sobre o qual Trinidad e Tobago exerce soberania ou outros direitos de acordo com as leis de Trinidad e Tobago e com o Direito Internacional;

b) o termo "Brasil" significa o território continental e insular da República Federativa do Brasil, o respectivo espaço aéreo sobrejacente, incluindo seu mar territorial, tal como definido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e os correspondentes leito e subsolo marítimos, bem assim qualquer área marítima além do mar territorial, incluindo o leito do mar e o subsolo, na medida em que nessa área o Brasil, de acordo com o Direito Internacional, exerça direitos em relação à exploração e ao aproveitamento dos recursos naturais;

c) as expressões "um Estado Contratante" e "o outro Estado Contratante" significam Brasil ou Trinidad e Tobago, de acordo com o contexto;

d) o termo "pessoa" compreende uma pessoa física, uma sociedade e qualquer outro agrupamento de pessoas;

e) o termo "sociedade" significa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade considerada pessoa jurídica para fins fiscais;

f) as expressões "empresa de um Estado Contratante" e "empresa do outro Estado Contratante" significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;

g) a expressão "tráfego internacional" designa todo transporte efetuado por um navio ou uma aeronave explorados por uma empresa cuja direção efetiva tem sede em um Estado Contratante, exceto quando o navio ou aeronave forem explorados somente entre pontos situados no outro Estado Contratante;

h) a expressão "autoridade competente" significa:

i) no caso de Trinidad e Tobago, o Ministro a quem a responsabilidade pelas finanças for atribuída ou seu representante autorizado;

ii) no caso do Brasil, o Ministro de Estado da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;

i) o termo "nacional" significa:

i) qualquer pessoa física que possua a nacionalidade de um Estado Contratante;

ii) qualquer pessoa jurídica, sociedade de pessoas ou associação constituída em conformidade com a legislação vigente num Estado Contratante;

j) os termos "pago", "distribuído" e "recebido", quando usados em relação a rendimentos, incluirão montantes "creditados";

k) a expressão "agência ou instrumentalidade" significa organização ou sociedade de propriedade e controle total do Governo de um Estado Contratante ou qualquer subdivisão política ou uma sua entidade local e constituída sob as leis desse Estado para os fins da consecução dos objetivos desse Governo, subdivisão ou autoridade local.

2. No que se refere à aplicação desta Convenção a qualquer tempo por um Estado Contratante, qualquer termo ou expressão que nela não se encontrem definidos terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que a esse tempo lhe for atribuído pela legislação desse Estado relativa aos impostos que são objeto da Convenção, qualquer significado sob as leis tributárias aplicáveis desse Estado tendo prevalência sobre o significado dado ao termo sob outras leis desse Estado.

Artigo 4
Residente

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "residente de um Estado Contratante" significa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, está sujeita ao imposto nesse Estado, em razão de seu domicílio, sua residência, sua sede de direção ou qualquer outro critério de natureza similar, e também inclui tanto esse Estado quanto qualquer subdivisão política, entidade local ou agência ou instrumentalidade desse Estado, subdivisão ou autoridade.

2. Quando, por força das disposições do parágrafo 1, uma pessoa natural for residente de ambos os Estados Contratantes, sua situação será determinada da seguinte forma:

a) será considerada residente apenas do Estado em que disponha de uma habitação permanente; se dispuser de uma habitação permanente em ambos os Estados, será considerada residente apenas do Estado com o qual suas ligações pessoais e econômicas forem mais estreitas (centro de interesses vitais) ;

b) se o Estado em que essa pessoa tem o centro de seus interesses vitais não puder ser determinado, ou se ela não dispuser de uma habitação permanente em nenhum dos Estados, será considerada residente apenas do Estado em que permanecer habitualmente;

c) se essa pessoa permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente apenas do Estado de que for nacional;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

d) se essa pessoa for nacional de ambos os Estados ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, em virtude das disposições do parágrafo 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa física, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente apenas do Estado em que estiver situada a sua sede de direção efetiva.

Artigo 5
Estabelecimento Permanente

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "estabelecimento permanente" designa uma instalação fixa de negócios mediante a qual uma empresa exerça toda ou parte de sua atividade.

2. A expressão "estabelecimento permanente" compreende principalmente:

a) uma sede de direção efetiva;

b) uma sucursal;

c) um escritório;

d) uma fábrica;

e) uma oficina;

f) um depósito mediante o qual uma pessoa provê instalações de armazenamento para outrem;

g) uma loja ou outro ponto de venda;

h) uma mina, um poço de petróleo ou de gás, uma pedreira ou qualquer outro local de extração de recursos naturais;

i) um canteiro de obra, uma construção, um projeto de instalação ou montagem que perdure por um período superior a seis meses.

3. Não obstante as disposições precedentes do presente Artigo, considera-se que a expressão "estabelecimento permanente" não abrange:

a) a utilização de instalações unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega de bens ou mercadorias pertencentes à empresa;

b) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega;

c) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de transformação por outra empresa;

d) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de comprar bens ou mercadorias ou obter informações para a empresa;

e) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de desenvolver, para a empresa, qualquer outra atividade de caráter preparatório ou auxiliar.

4. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2, quando uma pessoa - que não seja um agente independente ao qual se aplique o parágrafo 5 - atue em um Estado Contratante por conta de uma empresa do outro Estado Contratante, considerar-se-á que tal empresa dispõe de um estabelecimento permanente nesse primeiro Estado mencionado relativamente a qualquer atividade que essa pessoa desenvolva para a empresa, caso tal pessoa:

a) tenha e exerça habitualmente nesse Estado poderes para concluir contratos em nome da empresa, a menos que as atividades de tal pessoa se limitem às mencionadas no parágrafo 3, as quais, se exercidas por intermédio de uma instalação fixa de negócios, não permitiriam considerar-se essa instalação fixa como um estabelecimento permanente nos termos do referido parágrafo; ou

b) não tenha tais poderes, mas habitualmente mantenha no primeiro Estado mencionado estoque de bens ou mercadorias do qual regularmente entregue bens ou mercadorias em nome da empresa.

5. Não se considerará que uma empresa de um Estado Contratante tenha um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante pelo simples fato de exercer nesse outro Estado sua atividade por intermédio de um corretor, de um comissário geral ou de qualquer outro agente que goze de um "status" independente, desde que essas pessoas atuem no âmbito normal de suas atividades e sejam independentes, legal e economicamente, dessa empresa.

6. O fato de que uma sociedade residente de um Estado Contratante controle ou seja controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante, ou desenvolva sua atividade nesse outro Estado (quer por intermédio de um estabelecimento permanente quer de outro modo) , não é, por si só, suficiente para fazer de qualquer dessas sociedades um estabelecimento permanente da outra.

Artigo 6
Rendimentos de Bens Imobiliários

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha de bens imobiliários (inclusive os rendimentos de explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. A expressão "bens imobiliários" terá o significado que lhe é atribuído pela legislação do Estado Contratante em que os bens em questão estiverem situados. A expressão compreende, em qualquer caso, os acessórios da propriedade imobiliária, o gado e o equipamento utilizados nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se aplicam as disposições do direito geral relativas à propriedade de bens imobiliários, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a pagamentos variáveis ou fixos em contrapartida da exploração ou concessão da exploração de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais; navios e aeronaves não serão considerados bens imobiliários.

3. O disposto no parágrafo 1 aplica-se aos rendimentos derivados da exploração direta, da locação ou do arrendamento, ou de qualquer outra forma de exploração de bens imobiliários.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 3 aplicam-se igualmente aos rendimentos provenientes de bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados na execução de serviços pessoais independentes.

Artigo 7
Lucros das Empresas

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só são tributáveis nesse Estado, a não ser que a empresa exerça sua atividade no outro Estado Contratante por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado. Se a empresa exercer sua atividade na forma indicada, seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem atribuíveis a esse estabelecimento permanente.

2. Ressalvadas as disposições do parágrafo 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer sua atividade no outro Estado Contratante por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, serão atribuídos, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento permanente, os lucros que obteria se tivesse constituído uma empresa distinta e separada, que exercesse atividades idênticas ou similares, em condições idênticas ou similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é um estabelecimento permanente.

3. Para a determinação dos lucros de um estabelecimento permanente, será permitido deduzir as despesas que tiverem sido incorridas para a consecução dos fins do estabelecimento permanente, incluindo as despesas gerais de direção assim realizadas, quer no Estado em que o estabelecimento permanente esteja situado ou em outro lugar, em consonância com as disposições legais desse Estado.

4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo fato da simples compra de bens ou mercadorias, por esse estabelecimento permanente, para a empresa.

5. Quando os lucros compreenderem rendimentos tratados separadamente em outros Artigos da presente Convenção, as disposições desses Artigos não serão afetadas pelas disposições do presente Artigo.

Artigo 8
Transporte Marítimo e Aéreo

1. Os lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional serão tributáveis apenas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

2. Para os fins deste Artigo, os lucros da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional incluem:

a) lucros do aluguel de navios ou aeronaves sem tripulação; e

b) lucros provenientes do uso, manutenção ou aluguel de "containers" (incluindo "trailers" e equipamento relacionado para o transporte de "containers") usados no transporte de bens ou mercadorias;

quando tal aluguel ou tal uso, manutenção ou aluguel, conforme o caso, seja incidental à exploração dos navios ou aeronaves no tráfego internacional.

3. Se a sede de direção efetiva de uma empresa de transporte marítimo se situar a bordo de um navio, considerar-se-á que tal sede está situada no Estado Contratante em que se encontre o porto de registro desse navio, ou, na ausência de porto de registro, no Estado Contratante em que resida a pessoa que explora o navio.

4. O disposto nos parágrafos 1 e 2 deste Artigo também se aplicará aos lucros provenientes da participação em um "pool" (um grupo de empresas) , exploração em comum, ou agência internacional de exploração, mas somente na medida em que tais lucros sejam atribuíveis ao participante proporcionalmente à sua participação na operação.

Artigo 9
Empresas Associadas

Quando:

a) uma empresa de um Estado Contratante participar, direta ou indiretamente, na direção, no controle ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante, ou

b as mesmas pessoas participarem, direta ou indiretamente, na direção, no controle ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante,

e, em qualquer dos casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceitas ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, sem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram em virtude de tais condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e tributados de acordo.

Artigo 10
Dividendos

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses dividendos podem também ser tributados no Estado Contratante em que reside a sociedade que os paga e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder:

a) 10 por cento do montante bruto dos dividendos, se o beneficiário efetivo for uma sociedade que detém direta ou indiretamente pelo menos 25 por cento do capital da sociedade que paga os dividendos;

b) 15 por cento do montante bruto dos dividendos em todos os demais casos.

O presente parágrafo não afetará a tributação da sociedade com referência aos lucros que derem origem aos dividendos pagos.

3. O termo "dividendos" usado no presente Artigo designa os rendimentos provenientes de ações, ações ou direitos de fruição, ações de empresas mineradoras, partes de fundador ou outros direitos de participação em lucros com exceção de créditos, assim como rendimentos de outras participações de capital sujeitas ao mesmo tratamento tributário que os rendimentos de ações pela legislação fiscal do Estado em que a sociedade que os distribui é residente, e qualquer modalidade de rendimento que, em conformidade com a legislação de qualquer dos Estados Contratantes, seja tratada como distribuição.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicarão quando o beneficiário efetivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer, no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado e a participação geradora dos dividendos estiver efetivamente ligada a esse estabelecimento permanente. Nesse caso, serão aplicáveis as disposições do Artigo 7.

5. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante receber lucros ou rendimentos do outro Estado Contratante, esse outro Estado não poderá cobrar nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, exceto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação geradora dos dividendos estiver efetivamente ligada a um estabelecimento permanente situado nesse outro Estado, nem submeter os lucros não distribuídos da sociedade à tributação sobre lucros não distribuídos, mesmo se os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistirem, total ou parcialmente, de lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

6. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante, que mantenha um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante, auferir lucros ou rendimentos desse estabelecimento permanente, quaisquer remessas, efetivas ou presumidas, desses lucros ou rendimentos do estabelecimento permanente para a sociedade que é residente do primeiro Estado Contratante mencionado poderão, não obstante qualquer outra disposição desta Convenção, aí ser tributadas de acordo com a legislação do outro Estado Contratante, mas a alíquota do imposto sobre tais remessas não poderá exceder 10 por cento.

7. As disposições deste Artigo não se aplicarão se o principal propósito ou um dos principais propósitos de qualquer pessoa envolvida com a criação ou atribuição de ações ou outros direitos em relação aos quais os dividendos são pagos for o de tirar vantagem deste Artigo mediante tal criação ou atribuição.

Artigo 11
Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Entretanto, esses juros podem também ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim exigido não poderá exceder 15 por cento do montante bruto dos juros.

3. Não obstante as disposições dos parágrafos 1 e 2:

a) os juros provenientes de um Estado Contratante são isentos de imposto nesse Estado quando pagos ao Governo do outro Estado Contratante, a uma de suas subdivisões políticas ou entidade local ou a qualquer agência ou instrumentalidade (inclusive uma instituição financeira) , desde que referido Governo, subdivisão política, entidade local ou agência ou instrumentalidade sejam os beneficiários efetivos desses juros, a menos que se aplique a alínea "b";

b) os juros de obrigações, títulos ou debêntures emitidos pelo Governo de um Estado Contratante, por uma de suas subdivisões políticas ou entidade local ou qualquer agência ou instrumentalidade (inclusive uma instituição financeira) desse Governo ou dessa subdivisão política ou entidade local.

4. Para os fins do presente Artigo, o termo "juros" usado no presente Artigo designa os rendimentos de créditos de qualquer natureza, acompanhados ou não de garantias hipotecárias ou de uma cláusula de participação nos lucros do devedor, e, em particular, os rendimentos da dívida pública, de títulos ou debêntures, assim como quaisquer outros rendimentos que a legislação tributária do Estado de que provenham assimile aos rendimentos de importâncias emprestadas e também incluem os juros pagos como "remuneração sobre o capital próprio" como definido pela legislação brasileira, mas não incluirão qualquer item tratado como distribuição de acordo com as disposições do Artigo 10 desta Convenção.

5. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam quando o beneficiário efetivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer, no outro Estado Contratante de que provenham os juros, atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado e o crédito em relação ao qual os juros são pagos estiver efetivamente ligado a esse estabelecimento permanente. Em tal caso, aplicam-se as disposições do Artigo 7 (Lucros das Empresas) .

6. Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente em relação ao qual haja sido contraída a obrigação que dá origem ao pagamento dos juros e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses juros, tais juros serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

7. Quando, em conseqüência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo, ou entre ambos e terceiros, o montante dos juros pagos, considerando o crédito pelo qual são devidos, exceder o que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições do presente Artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

8. A limitação da alíquota do imposto estabelecida no parágrafo 2 não se aplica aos juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um estabelecimento permanente de uma empresa do outro Estado Contratante situado em um terceiro Estado.

9. As disposições deste Artigo não se aplicarão se o principal propósito ou um dos principais propósitos de qualquer pessoa envolvida com a criação ou atribuição do crédito em relação ao qual os juros são pagos for o de tirar vantagem deste artigo mediante tal criação ou atribuição.

Artigo 12
"Royalties"

1. Os "royalties" provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Entretanto, esses "royalties" podem também ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos "royalties" for residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15 por cento do montante bruto dos royalties.

3. Para os fins deste Artigo, o termo "royalties" designa as remunerações de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, inclusive os filmes cinematográficos, filmes ou fitas de gravação, ou outros meios de transmissão ou reprodução de imagens ou sons para uso em televisão ou radiodifusão, de uma patente, de uma marca de indústria ou comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos, bem assim pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico, e por informações relativas a experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico.

4. 4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicarão quando o beneficiário efetivo dos "royalties", residente de um Estado Contratante, exercer, no outro Estado Contratante de que provêm os "royalties", atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, e o direito ou o bem gerador de tais "royalties" estiver efetivamente ligado a esse estabelecimento permanente. Em tal caso, aplicam-se as disposições do Artigo 7 (Lucros das Empresas) .

5. Os "royalties" são considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for residente desse Estado. Entretanto, quando o devedor dos "royalties", residente ou não de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente em relação com o qual haja sido contraída a obrigação de pagar os "royalties", e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses "royalties", tais "royalties" serão considerados provenientes do Estado em que o estabelecimento permanente estiver situado.

6. Quando, em conseqüência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo, ou entre ambos e terceiros, o montante dos "royalties", tendo em conta o uso, direito ou informação pelo qual são pagos, exceder o que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições do presente Artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

7. As disposições deste Artigo não se aplicarão se o principal propósito ou um dos principais propósitos de qualquer pessoa envolvida com a criação ou atribuição de direitos em relação aos quais os "royalties" são pagos for o de tirar vantagem deste Artigo mediante tal criação ou atribuição.

Artigo 13
Ganhos de Capital

1. Os ganhos obtidos por um residente de um Estado Contratante da alienação de bens imóveis, conforme referidos no Artigo 6, situados no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Os ganhos provenientes da alienação de bens móveis que fazem parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possui no outro Estado Contratante, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento permanente (isolado ou com o conjunto da empresa) podem ser tributados nesse outro Estado. No entanto, os ganhos provenientes da alienação de navios ou aeronaves utilizados no tráfego internacional ou de bens móveis alocados à exploração de tais navios ou aeronaves serão tributáveis apenas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

3. Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos parágrafos 1 e 2 podem ser tributados em ambos os Estados Contratantes.

Artigo 14
Serviços Pessoais Independentes

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha pela prestação de serviços profissionais ou de outras atividades de caráter independente são tributáveis apenas nesse Estado, a não ser que as remunerações por tais serviços ou atividades sejam pagas por um residente do outro Estado Contratante ou caibam a um estabelecimento permanente aí situado, quando tais rendimentos podem também ser tributados nesse outro Estado.

2. A expressão "serviços profissionais" abrange, principalmente, as atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem assim as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

Artigo 15
Serviços Pessoais Dependentes

1. Ressalvadas as disposições dos Artigos 16, 18, 19, 20 e 21, os salários, ordenados e outras remunerações que um residente de um Estado Contratante receber em razão de um emprego somente são tributáveis nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2. Não obstante as disposições do parágrafo 1, as remunerações recebidas por um residente de um Estado Contratante em função de um emprego exercido no outro Estado Contratante somente são tributáveis no primeiro Estado mencionado se:

a) co beneficiário estiver presente no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 no ano calendário; e

b) as remunerações forem pagas por um empregador ou em nome de um empregador que não seja residente do outro Estado; e

c) as remunerações não couberem a um estabelecimento permanente que o empregador possua no outro Estado.

3. Não obstante as disposições precedentes do presente Artigo, as remunerações recebidas em razão de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional podem ser tributadas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

Artigo 16
Remunerações de Direção

As remunerações de direção e outras retribuições similares recebidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro da diretoria ou de qualquer outro conselho de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17
Artistas e Desportistas

1. Não obstante as disposições dos Artigos 14 e 15, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante de suas atividades pessoais exercidas no outro Estado Contratante na qualidade de profissional de espetáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão ou como músico, ou na qualidade de desportista, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Quando os rendimentos de atividades pessoais exercidas por um profissional de espetáculos ou um desportista, nessa qualidade, forem atribuídos não ao próprio profissional de espetáculos ou desportista, mas a outra pessoa, esses rendimentos podem, não obstante as disposições dos Artigos 7, 14 e 15, ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas as atividades do profissional de espetáculos ou do desportista.

3. Não obstante as disposições dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo, os rendimentos provenientes de atividades exercidas em um Estado Contratante por profissionais de espetáculos ou desportistas estarão isentos de imposto nesse Estado Contratante se a visita a esse Estado for custeada principalmente pelo outro Estado Contratante ou por uma de suas subdivisões políticas ou por qualquer entidade controlada pelo governo ou entidade local, ou qualquer agência ou instrumentalidade desse Estado, subdivisão, instituição ou entidade.

Artigo 18
Pensões, Anuidades e Pagamentos de Seguridade Social

1. Ressalvadas as disposições do parágrafo 2 do Artigo 19, as pensões e outras remunerações similares recebidas em razão de um emprego anterior, assim como as anuidades pagas a um residente de um Estado Contratante, podem ser tributadas nesse Estado.

2. Entretanto, tais pensões e outras remunerações similares e anuidades podem também ser tributadas no outro Estado Contratante se o pagamento correspondente é efetuado por um residente desse outro Estado ou por um estabelecimento permanente nele situado.

3. Não obstante as disposições dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo, as pensões e outros pagamentos efetuados em virtude de um programa oficial que integre o sistema da Previdência Social de um Estado Contratante ou uma de suas subdivisões políticas ou entidade local são tributáveis somente nesse Estado.

4. No presente Artigo:

a) o termo "anuidades" designa uma quantia determinada, paga periodicamente em prazos determinados, a título vitalício ou por período de tempo determinado ou determinável, em decorrência de um compromisso de efetuar os pagamentos como retribuição de um pleno e adequado contrapartida em dinheiro ou avaliável em dinheiro (que não seja por serviços prestados) .

b) o termo "pensões" designa pagamentos periódicos efetuados após a aposentadoria ou morte em razão de emprego anterior ou a título de compensação por danos sofridos em conseqüência de emprego anterior.

Artigo 19
Funções Públicas

1.
a) as remunerações, excluindo as pensões, pagas por um Estado Contratante, uma de suas subdivisões políticas ou uma entidade local a uma pessoa física, por serviços prestados a esse Estado, subdivisão ou entidade são tributáveis somente nesse Estado;

b) entretanto, essas remunerações serão tributáveis somente no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados nesse outro Estado e se a pessoa física for um residente desse outro Estado que:

i) possua a nacionalidade desse Estado; ou

ii) não se tenha tornado residente desse Estado unicamente com a finalidade de prestar os serviços.

2.
a) qualquer pensão paga por um Estado Contratante ou uma de suas subdivisões políticas ou entidade local, quer diretamente, quer por intermédio de fundos por eles constituídos, a uma pessoa física, em razão de serviços prestados a esse Estado, a essa subdivisão política ou a essa entidade, será tributável somente nesse Estado;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) entretanto, tal pensão será tributável somente no outro Estado Contratante se a pessoa física for residente e nacional desse Estado.

3. Aplica-se o disposto nos Artigos 15, 16 e 18 às remunerações e às pensões pagas em razão de serviços prestados no âmbito de uma atividade empresarial exercida por um Estado Contratante, uma de suas subdivisões políticas ou uma entidade local.

Artigo 20
Estudantes e Estagiários

1. As importâncias que um estudante ou estagiário que é, ou foi, em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e que permanece no primeiro Estado mencionado apenas com o único fim de aí prosseguir seus estudos ou sua formação, receber para fazer face às despesas com a sua manutenção, educação ou treinamento, não serão tributadas nesse primeiro Estado mencionado, desde que esses pagamentos provenham de fontes situadas fora desse Estado.

2. Em relação a subvenções, bolsas de estudo e remunerações de emprego não abrangidas pelo parágrafo 1 deste Artigo, um estudante ou estagiário de que trata o parágrafo 1 terá, ademais, o direito de beneficiar-se das mesmas isenções, abatimentos ou reduções em relação aos impostos, concedidos aos residentes do Estado que estiver visitando.

Artigo 21
Professores e Pesquisadores

Uma pessoa física que é, ou foi, em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e que, a convite do Governo do primeiro Estado mencionado ou de uma universidade, faculdade, ou estabelecimento de ensino superior, museu ou outra instituição cultural desse primeiro Estado mencionado, ou que, cumprindo um programa oficial de intercâmbio cultural, permanecer nesse Estado por um período não superior a dois anos consecutivos, com o único fim de lecionar, proferir conferências ou realizar pesquisas em tais instituições, será isenta de imposto nesse Estado pela remuneração dessa atividade, desde que o pagamento de tal remuneração provenha de fora desse Estado.

Artigo 22
Outros Rendimentos

Não obstante as disposições de qualquer outro Artigo da presente Convenção, rendimentos de um residente de um Estado Contratante, provenientes de onde quer que seja, que não tenham sido expressamente tratados nos Artigos anteriores desta Convenção, podem ser tributados por cada um dos Estados Contratantes de acordo com as disposições de sua legislação interna.

Artigo 23
Eliminação da Dupla Tributação

1. Quando um residente de um Estado Contratante receber rendimentos que, de acordo com as disposições da presente Convenção, sejam tributáveis no outro Estado Contratante, o primeiro Estado mencionado permitirá a dedução, sujeita às disposições de sua legislação relativa à eliminação da dupla tributação (sem que isso afete o princípio geral aí contido) , do imposto incidente sobre os rendimentos desse residente, de um montante igual ao imposto sobre a renda pago nesse outro Estado.

Tal dedução, entretanto, não poderá exceder a fração do imposto sobre a renda, calculado antes da dedução concedida, correspondente aos rendimentos tributáveis naquele outro Estado.

2. Quando, de acordo com as disposições desta Convenção, rendimentos percebidos por um residente de um Estado Contratante forem isentos de imposto nesse Estado, tal Estado poderá, no entanto, levar em consideração os rendimentos isentos no cálculo do montante de imposto sobre os rendimentos remanescentes de tal residente.

Artigo 24
Não-Discriminação

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa, diversa ou mais gravosa do que aquela a que estiverem ou puderem estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação.

2. A tributação de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será determinada de modo menos favorável nesse outro Estado do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas atividades.

As disposições do parágrafo 6 do Artigo 10 não conflitam com as disposições deste parágrafo.

3. Nada neste Artigo pode ser interpretado no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

4. Salvo se forem aplicáveis as disposições do Artigo 9, do parágrafo 7 do Artigo 11, e do parágrafo 7 do Artigo 12, os juros, royalties e outras importâncias pagas por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do lucro tributável de tal empresa, como se tivessem sido pagas a um residente do Estado primeiramente mencionado.

As disposições da legislação interna dos Estados Contratantes que não permitem que despesas pagas por um estabelecimento permanente à sua matriz sejam dedutíveis não conflitam com as disposições deste parágrafo.

5. As empresas de um Estado Contratante cujo capital seja total ou parcialmente, direta ou indiretamente, detido ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante, não ficarão sujeitas, no primeiro Estado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa diversa ou mais gravosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitas as outras empresas similares do primeiro Estado cujo capital pertença ou seja, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, detido ou controlado por um ou mais residentes de um terceiro Estado.

6. No presente Artigo, o termo "tributação" designa os impostos abrangidos pela presente Convenção.

Artigo 25
Procedimento Amigável

1. Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um Estado Contratante ou por ambos os Estados Contratantes conduzem, ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação em desacordo com as disposições da presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos previstos pelo direito interno desses Estados, submeter o seu caso à apreciação da autoridade competente do Estado Contratante onde residir, ou, se seu caso se enquadrar no parágrafo 1 do Artigo 24, à apreciação da autoridade competente do Estado Contratante de que for nacional.

2. A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar justificada e se ela própria não estiver em condições de lhe dar solução satisfatória, esforçar-se-á para resolver a questão mediante acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação não conforme com a presente Convenção.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão, mediante acordo amigável, para resolver as dificuldades ou para dirimir as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou a aplicação da presente Convenção.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de chegarem a um acordo nos termos indicados nos parágrafos anteriores. As autoridades competentes poderão, por meio de consultas, estabelecer adequados procedimentos, condições, métodos e técnicas de natureza bilateral para a implementação do procedimento amigável de que trata este Artigo.

Artigo 26
Troca de Informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições da presente Convenção ou as da legislação interna dos Estados Contratantes relativa aos impostos abrangidos pela Convenção na medida em que a tributação nelas previstas não seja contrária à Convenção. A troca de informações não está limitada pelo Artigo 1. Qualquer informação recebida por um Estado Contratante será considerada secreta da mesma maneira que a informação obtida pela aplicação da legislação interna desse Estado e só poderá ser comunicada às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e órgãos administrativos) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos pela presente Convenção, das ações declaratórias ou executivas relativas a esses impostos, ou das decisões de recursos a eles correspondentes. Referidas pessoas ou autoridades farão uso das informações somente para tais fins.

2. As disposições do parágrafo 1 não poderão, em nenhum caso, ser interpretadas no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação de:

a) tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;

b) fornecer informação que não poderia ser obtida com base na sua legislação ou no âmbito de sua prática administrativa normal ou nas do outro Estado Contratante;

c) fornecer informação reveladora de segredos comerciais, industriais, profissionais ou de processos comerciais ou industriais, ou informação cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo 27
Membros de Missões Diplomáticas e Postos Consulares

As disposições desta Convenção não prejudicarão os privilégios fiscais de que se beneficiem os membros de missões diplomáticas e postos consulares, seja em virtude das regras gerais do Direito Internacional, seja de disposições de acordos especiais.

Artigo 28
Limitação de Benefícios

Esta Convenção não se aplica a nenhuma companhia, "trust" ou sociedade de pessoas residente de um Estado Contratante e de propriedade efetiva ou controle direto ou indireto de uma ou mais pessoas não residentes desse Estado, se o montante do imposto desse Estado incidente sobre os rendimentos da companhia, "trust" ou sociedade de pessoas é substancialmente inferior ao montante do imposto que seria exigido por esse Estado, se todas as ações da sociedade ou todas as participações no "trust" ou todas as quotas da sociedade de pessoas, conforme o caso, fossem de propriedade efetiva de uma ou mais pessoas físicas residentes desse Estado.

Artigo 29
Entrada em Vigor

Cada Estado Contratante notificará, por escrito e por via diplomática, ao outro Estado Contratante o cumprimento dos procedimentos requeridos por sua legislação para a entrada em vigor da presente Convenção. Esta Convenção entrará em vigor na data da última dessas notificações e surtirá efeito no caso de ambos os Estados Contratantes:

a) no que concerne aos impostos retidos na fonte, às importâncias pagas, creditadas ou remetidas no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor; e

b) no que concerne aos demais impostos, no ano fiscal que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor.

Artigo 30
Denúncia

1. Esta Convenção permanecerá em vigor por prazo indeterminado, mas qualquer dos Estados Contratantes poderá, até o dia 30 de junho, inclusive, de qualquer ano calendário após o fim de um período de cinco anos a partir da data de sua entrada em vigor, denunciar esta Convenção, por meio de um aviso escrito de denúncia entregue ao outro Estado Contratante por via diplomática.

2. Nesse caso, a Convenção não mais surtirá efeitos em ambos os Estados Contratantes:

a) no que concerne aos impostos retidos na fonte, às importâncias pagas, creditadas ou remetidas no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que o aviso de denúncia tenha sido dado; e

b) no que concerne aos demais impostos, no ano fiscal que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que o aviso de denúncia tenha sido dado.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados, assinaram a presente Convenção.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE TRINIDAD E TOBAGO
SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores	MONICA JUNE CLEMENT Embaixadora

PROTOCOLO

No momento da assinatura da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais (doravante denominada "a Convenção") , ambas as Partes convieram nas seguintes disposições que constituem parte integrante da Convenção:

a) para os fins do parágrafo 1 do Artigo 2, a expressão "imposto brasileiro" compreende também a "Contribuição Social sobre o Lucro Líquido", instituída pela Lei nº 7. 689, de 15 de dezembro de 1988;

b) para os fins do parágrafo 2 do Artigo 5, qualquer pagamento de rendimento oriundo de um Estado Contratante e feito em razão de atividades de perfuração para um residente do outro Estado Contratante, que não um estabelecimento permanente situado no primeiro Estado mencionado, estará sujeito ao imposto no Estado Contratante em que o pagamento teve origem de acordo com a legislação desse Estado;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) para os fins do parágrafo 3 do Artigo 12, o termo "royalties" será considerado como incluindo qualquer espécie de pagamento recebido em razão da prestação de assistência técnica e de serviços técnicos.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, para isso devidamente autorizados, assinaram o presente Protocolo.

Feito em Brasília, em 23 de julho de 2008, em duplicata, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE TRINIDAD E TOBAGO
SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores	MONICA JUNE CLEMENT Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária

DECRETO Nº 8.336, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014(*)

Promulga a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, firmada em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela firmaram, em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005, a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou a Convenção por meio do Decreto Legislativo nº 559, de 6 de agosto de 2010; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 19 de agosto de 2010;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgada a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, anexa a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão da Convenção e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Arno Hugo Agostin Filho

(*) Republicação do Decreto nº 8.336, de 12 de novembro de 2014, por ter constado incorreção na referenda quanto ao original, publicado no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2014, Seção 1.

CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPUBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTO SOBRE A RENDA

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Bolivariana da Venezuela,

Desejosos de concluir uma Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto sobre a renda,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1
Âmbito Pessoal

A presente Convenção se aplica às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2
Impostos Visados

1. Os impostos aos quais se aplica esta Convenção são:

a) na República Federativa do Brasil:

i) o imposto federal sobre a renda (doravante denominado "imposto brasileiro");

b) na República Bolivariana da Venezuela:

i) o imposto sobre a renda (doravante denominado "imposto venezuelano").

2. A Convenção se aplica também aos impostos idênticos ou substancialmente similares que forem introduzidos após a data da assinatura da mesma, seja em adição aos acima mencionados, seja em sua substituição. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicar-se-ão as modificações significativas ocorridas em suas respectivas legislações fiscais.

Artigo 3
Definições Gerais

1. Para os fins da presente Convenção, a não ser que o contexto imponha interpretação diferente:

a) o termo "Brasil" significa a República Federativa do Brasil;

b) o termo "Venezuela" significa em seu sentido geográfico, o território da República Bolivariana da Venezuela, incluindo o espaço continental e insular, lacustre e fluvial, o mar territorial, áreas marinhas interiores, as águas incluídas dentro das linhas de base reta que a República tenha adotado ou adote; o solo e o subsolo destes, o espaço aéreo, continental e insular e marítimo e os recursos que neles se encontrem, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva; os direitos no espaço ultraterrestre sobrejacente, sobre os quais a República Bolivariana da Venezuela tenha ou possa ter jurisdição e soberania em conformidade com seu ordenamento jurídico nacional e com o direito internacional;

c) as expressões "um Estado Contratante" e "o outro Estado Contratante" significam, de acordo com o contexto, o Brasil ou a Venezuela;

d) o termo "pessoa" compreende as pessoas físicas ou naturais, as sociedades e qualquer outra associação de pessoas;

e) o termo "sociedade" significa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade considerada pessoa jurídica para fins fiscais;

f) as expressões "empresa de um Estado Contratante" e "empresa do outro Estado Contratante" significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;

g) a expressão "tráfego internacional" significa todo transporte efetuado por um navio, aeronave ou veículo de transporte terrestre explorados por uma empresa cuja sede de direção efetiva esteja situada em um Estado Contratante, exceto quando tal navio, aeronave ou veículo de transporte terrestre for explorado somente entre pontos situados no outro Estado Contratante;

h) o termo "nacional" significa:

i) toda pessoa física ou natural que possua a nacionalidade de um Estado Contratante;

ii) toda pessoa jurídica, sociedade de pessoas ou associação constituída em conformidade com a legislação vigente num Estado Contratante;

i) a expressão "autoridade competente" significa:

i) no Brasil: o Ministro de Estado da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;

ii) na Venezuela, o Superintendente Nacional Aduaneiro e Tributário ou seu representante autorizado

j) o termo "imposto" significa, de acordo com o contexto, o imposto brasileiro ou o imposto venezuelano.

2. Para a aplicação da Convenção em um dado momento por um Estado Contratante, qualquer termo ou expressão que nela não se encontrem definidos terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que nesse momento lhe for atribuído pela legislação desse Estado Contratante relativa aos impostos que são objeto da presente Convenção, prevalecendo os efeitos atribuídos a esse termo ou expressão pela legislação tributária desse Estado Contratante sobre o significado que lhe atribuam os demais ramos do direito desse Estado Contratante.

Artigo 4
Residente

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "residente de um Estado Contratante" significa toda pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, esteja sujeita a tributação nesse Estado, em razão de seu domicílio, residência, sede de direção, lugar de constituição ou qualquer outro critério de natureza similar, e também inclui o próprio Estado e qualquer subdivisão política ou autoridade local.

2. Quando, por força das disposições do parágrafo 1, uma pessoa física ou natural for residente de ambos os Estados Contratantes, sua situação será determinada da seguinte forma:

a) essa pessoa será considerada residente apenas do Estado Contratante em que disponha de uma habitação permanente; se ela dispuser de uma habitação permanente em ambos os Estados, será considerada residente apenas do Estado com o qual suas ligações pessoais e econômicas sejam mais estreitas (centro de interesses vitais);

b) se o Estado em que essa pessoa tem o centro de seus interesses vitais não puder ser determinado, ou se ela não dispuser de uma habitação permanente em nenhum dos Estados, será considerada residente apenas do Estado Contratante em que permanecer habitualmente;

c) se essa pessoa permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente apenas do Estado de que for nacional;

d) se essa pessoa for nacional de ambos os Estados ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, em virtude das disposições do parágrafo 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa física ou natural, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada como residente apenas do Estado em que estiver situada sua sede de direção efetiva.

Artigo 5
Estabelecimento Permanente

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "estabelecimento permanente" significa uma instalação fixa de negócios por meio da qual uma empresa exerce toda ou parte de sua atividade.

2. A expressão "estabelecimento permanente" compreende especialmente:

a) uma sede de direção;

b) uma filial;

c) um escritório;

d) uma fábrica;

e) uma oficina;

f) um depósito em relação a uma pessoa que forneça armazenamento para terceiros;

g) uma mina, um poço de petróleo ou de gás, uma pedreira ou qualquer outro local de exploração ou extração de recursos naturais;

h) um canteiro de obra, construção, instalação ou montagem que perdure por um período superior a seis meses.

3. Não obstante o disposto nos parágrafos precedentes do presente Artigo, considera-se que a expressão "estabelecimento permanente" não inclui:

a) a utilização de instalações unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega de bens ou mercadorias pertencentes à empresa, sempre e quando isso não constitua uma venda;

b) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega, sempre e quando isso não constitua uma venda;

c) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de sua transformação por outra empresa;

d) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de comprar bens ou mercadorias ou obter informações para a empresa;

e) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de desenvolver, para a empresa, qualquer outra atividade de caráter preparatório ou auxiliar;

f) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de combinar as atividades mencionadas nas alíneas anteriores, desde que a atividade global da instalação fixa de negócios resultante dessa combinação seja uma atividade de caráter preparatório ou auxiliar.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2, quando uma pessoa - que não seja um agente independente ao qual se aplique o parágrafo 5 do presente Artigo - atue por conta de uma empresa e tenha e exerça habitualmente num Estado Contratante poderes para concluir contratos em nome da empresa, considerar-se-á que tal empresa dispõe de um estabelecimento permanente nesse Estado relativamente a todas as atividades que essa pessoa desenvolva por conta da empresa, a menos que tais atividades se limitem às mencionadas no parágrafo 3, as quais, se exercidas por intermédio de uma instalação fixa de negócios, não permitiriam considerar-se essa instalação fixa como um estabelecimento permanente nos termos do referido parágrafo.

5. Não se considera que uma empresa de um Estado Contratante tenha um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante pelo simples fato de aí exercer sua atividade por intermédio de um corretor, comissário geral ou qualquer outro agente que goze de um "status" independente, sempre que essas pessoas atuem no âmbito normal de suas atividades. Não obstante, quando referido agente realize todas ou quase todas as suas atividades por conta dessa empresa, não será considerado como agente que goze de um "status" independente no sentido deste parágrafo.

6. O fato de que uma sociedade residente de um Estado Contratante controle ou seja controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante, ou desenvolva atividades nesse outro Estado (quer por intermédio de um estabelecimento permanente quer de outro modo), não é, por si só, suficiente para fazer de qualquer dessas sociedades um estabelecimento permanente da outra.

Artigo 6
Rendimentos Imobiliários

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha de bens imóveis (inclusive os rendimentos de explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. A expressão "bens imóveis" terá o significado que lhe atribua a legislação do Estado Contratante em que os bens estiverem situados. A expressão compreende, em qualquer caso, os acessórios da propriedade imobiliária, o gado e o equipamento utilizados nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições de direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e o direito de receber pagamentos variáveis ou fixos pela exploração, ou concessão da exploração, de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios e aeronaves e veículos de transporte terrestre não serão considerados bens imóveis.

3. O disposto no parágrafo 1 aplica-se aos rendimentos derivados da exploração direta, arrendamento ou parceria, assim como de qualquer outra forma de exploração dos bens imóveis.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 3 aplicam-se igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imóveis de uma empresa.

Artigo 7
Lucros das Empresas

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante somente são tributáveis nesse Estado, a não ser que a empresa exerça sua atividade no outro Estado Contratante por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado. Se a empresa exercer sua atividade na forma indicada, seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas somente na medida em que forem atribuíveis a esse estabelecimento permanente.

2. Ressalvadas as disposições do parágrafo 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer sua atividade no outro Estado Contratante por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, serão atribuídos, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento permanente, os lucros que obteria se tivesse constituído uma empresa distinta e separada, que exercesse atividades idênticas ou similares, em condições idênticas ou similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é um estabelecimento permanente.

3. Para a determinação dos lucros de um estabelecimento permanente, será permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para a consecução dos fins comerciais ou industriais desse estabelecimento permanente, incluindo as despesas de direção e os encargos gerais de administração, incorridos no Estado onde estiver situado o estabelecimento permanente ou em qualquer outro lugar, permitidas em conformidade com as disposições da legislação interna do Estado Contratante onde esteja situado o estabelecimento permanente. Todavia, não será permitida nenhuma dedução pelas importâncias que o estabelecimento permanente tenha pago (salvo como reembolso de gastos efetivos) à matriz da empresa ou a algum de seus outros escritórios em caráter de "royalties", honorários ou pagamentos similares em troca do uso de patentes ou outros direitos, ou mediante comissões, a título de serviços específicos prestados ou a título de administração ou, salvo no caso de um banco, a título de juros sobre dinheiro emprestado ao estabelecimento permanente. Da mesma forma, para determinar os lucros de um estabelecimento permanente não se levarão em conta as importâncias cobradas (salvo para reembolsar gastos efetivos) pelo estabelecimento permanente à matriz da empresa ou a algum de seus outros escritórios com caráter de "royalties", honorários ou pagamentos similares pelo uso de patentes ou outros direitos, ou mediante comissões, a título de serviços específicos prestados ou a título de administração ou, salvo no caso de um banco, a título de juros sobre dinheiro emprestado à matriz da empresa ou a qualquer de seus outros escritórios.

4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo simples fato da compra de bens ou mercadorias, por esse estabelecimento permanente para a empresa.

5. Quando os lucros compreenderem rendimentos ou elementos de rendimentos tratados separadamente em outros Artigos da presente Convenção, as disposições desses Artigos não serão afetadas pelas disposições do presente Artigo.

6. Sempre que a legislação interna de um Estado Contratante permita determinar os lucros imputáveis aos estabelecimentos permanentes distribuindo-se os lucros totais da empresa entre suas diversas partes, as disposições do parágrafo 2 não deverão impedir que referido Estado Contratante determine dessa forma os lucros sujeitos a tributação. Não obstante, o método de distribuição adotado deverá ser tal que o resultado obtido esteja de acordo com os princípios enunciados neste Artigo.

7. Para fins dos parágrafos anteriores, os lucros imputáveis ao estabelecimento permanente serão determinados a cada ano usando-se o mesmo método, a menos que existam motivos válidos e suficientes para proceder de outra forma.

Artigo 8
Transporte Internacional

1. Os lucros provenientes da exploração de navios, aeronaves ou veículos de transporte terrestre no tráfego internacional serão tributáveis apenas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

2. Se a sede de direção efetiva de uma empresa de transporte marítimo se situar a bordo de um navio, considerar-se-á que tal sede está situada no Estado Contratante em que se encontre o porto de registro desse navio, ou, na ausência de porto de registro, no Estado Contratante em que resida a pessoa que explore o navio.

3. O disposto no parágrafo 1 também se aplicará aos lucros provenientes da participação em um "pool", consórcio, exploração em comum, associação ou agência internacional de exploração, mas somente na medida em que tais lucros sejam atribuíveis à referida participação.

Artigo 9
Empresas Associadas

Quando:

a) uma empresa de um Estado Contratante participar, direta ou indiretamente, na direção, no controle ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante, ou

b) as mesmas pessoas participarem, direta ou indiretamente, na direção, no controle ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante, e, em ambos os casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceitas ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, sem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram em virtude de tais condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e, conseqüentemente, tributados.

Artigo 10
Dividendos

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses dividendos podem também ser tributados no Estado Contratante em que resida a sociedade que os paga e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim exigido não poderá exceder de:

a) 10 por cento do montante bruto dos dividendos, se o beneficiário efetivo for uma sociedade (que não seja uma sociedade de pessoas) que controle, direta ou indiretamente, pelo menos 20 por cento do capital da sociedade que pague os dividendos;

b) 15 por cento do montante bruto dos dividendos em todos os outros casos.

O presente parágrafo não afetará a tributação da sociedade com referência aos lucros que derem origem ao pagamento dos dividendos.

3. O termo "dividendos" usado no presente Artigo compreende os rendimentos provenientes de ações, ações de fruição ou usufruto sobre ações, ações de empresas mineradoras, partes de fundador ou outros direitos de participação em lucros, com exceção de créditos, assim como rendimentos de outras participações de capital sujeitos ao mesmo tratamento tributário que os rendimentos de ações pela legislação do Estado Contratante em que a sociedade que os distribui seja residente.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam quando o beneficiário efetivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exerça, no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, uma atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, ou preste nesse outro Estado serviços pessoais independentes por meio de uma base fixa situada nesse outro Estado, sempre que a participação geradora dos dividendos esteja efetivamente ligada a esse estabelecimento permanente ou base fixa. Neste caso são aplicáveis as disposições do Artigo 7 ou do Artigo 14, conforme as circunstâncias.

5. Quando um residente de um Estado Contratante mantiver um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante, esse estabelecimento permanente poderá aí estar sujeito a um imposto retido na fonte de acordo com a legislação desse outro Estado Contratante. Todavia, esse imposto não poderá exceder de 10 por cento do montante bruto dos lucros do estabelecimento permanente, determinado após o pagamento do imposto de renda de sociedades referente a esses lucros.

6. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante receber lucros ou rendimentos procedentes do outro Estado Contratante, esse outro Estado Contratante não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, exceto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação geradora dos dividendos estiver efetivamente ligada a um estabelecimento permanente ou a uma base fixa situada nesse outro Estado, nem reter nenhum imposto a título de tributação dos lucros não distribuídos da sociedade, mesmo se os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistirem, total ou parcialmente, de lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

7. As disposições do presente Artigo não se aplicam quando os direitos em relação aos quais os dividendos são pagos foram acordados ou atribuídos com o principal propósito, ou um dos principais propósitos, de tirar vantagem do presente Artigo. Neste caso são aplicáveis as disposições do Direito interno do Estado Contratante de onde provenham os dividendos.

Artigo 11
Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses juros podem também ser tributados no Estado Contratante de que provenham, e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim exigido não poderá exceder de 15 por cento do montante bruto dos juros.

3. Não obstante as disposições dos parágrafos 1 e 2:

a) os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos ao Governo do outro Estado Contratante, a uma de suas subdivisões políticas ou a qualquer agência (inclusive uma instituição financeira) de propriedade exclusiva desse Estado ou uma de suas subdivisões políticas, são isentos de imposto no primeiro Estado Contratante, a menos que a eles se aplique a alínea "b";

b) os juros da dívida pública, dos bônus ou obrigações emitidas pelo Governo de um Estado Contratante, ou uma de suas subdivisões políticas ou qualquer agência (inclusive uma instituição financeira) de propriedade exclusiva desse Estado ou dessa subdivisão política só são tributáveis nesse Estado.

4. O termo "juros" usado no presente Artigo compreende os rendimentos de créditos de qualquer natureza, acompanhados ou não de garantia hipotecária ou de cláusula de participação nos lucros do devedor, e, em particular, os rendimentos da dívida pública, de títulos ou obrigações, assim como quaisquer outros rendimentos que a legislação tributária do Estado de que provenham assimile aos rendimentos de importâncias emprestadas.

5. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam quando o beneficiário efetivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exerça, no outro Estado Contratante de que provenham os juros, atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, ou preste nesse outro Estado serviços pessoais independentes por meio de uma base fixa situada no referido Estado, sempre que a dívida em relação à qual os juros são pagos esteja efetivamente ligada a esse estabelecimento permanente ou base fixa. Em tais casos, aplicam-se as disposições do Artigo 7 ou do Artigo 14 desta Convenção, segundo as circunstâncias.

6. A limitação da alíquota do imposto estabelecida no parágrafo 2 não se aplica aos juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um estabelecimento permanente de uma empresa do outro Estado Contratante situado em um terceiro Estado.

7. Os juros são considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente ou uma base fixa em relação à qual haja sido contraída a obrigação que dá origem aos juros e caiba a esse estabelecimento permanente ou base fixa o pagamento desses juros, tais juros serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente ou a base fixa estiver situada.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8. Quando, em conseqüência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo dos juros, ou entre ambos e terceiros, o montante dos juros pagos exceder, por qualquer motivo, o que teriam acordado o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições do presente Artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente do pagamento será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as demais disposições da presente Convenção.

9. As disposições do presente Artigo não se aplicam quando o crédito em relação ao qual os juros são pagos foi acordado ou atribuído com o principal propósito, ou um dos principais propósitos, de tirar vantagem do presente Artigo. Neste caso, aplicam-se as disposições do Direito interno do Estado Contratante de procedência dos juros.

Artigo 12
Royalties

1. Os "royalties" provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses "royalties" podem também ser tributados no Estado Contratante de que provenham, e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos "royalties" for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder de 15 por cento do montante bruto dos "royalties".

3. O termo "royalties", empregado neste Artigo, compreende as remunerações de qualquer natureza pagas pelo uso ou concessão do uso de direitos de autor sobre obras literárias, artísticas ou científicas (inclusive filmes cinematográficos e filmes ou fitas de gravação de programas de televisão ou de radiodifusão), de patentes, marcas de indústria ou comércio, desenhos ou modelos, planos, fórmulas ou processos secretos, assim como pelo uso ou concessão do uso de equipamentos industriais, comerciais ou científicos e por informações relativas a experiências industriais, comerciais ou científicas.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam quando o beneficiário efetivo dos "royalties", residente de um Estado Contratante, exerça, no outro Estado Contratante de que provenham os "royalties", uma atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, ou preste nesse outro Estado serviços pessoais independentes por meio de uma base fixa situada no referido Estado, sempre que o direito gerador dos "royalties" esteja efetivamente ligado a esse estabelecimento permanente ou base fixa. Em tais casos, aplicam-se as disposições do Artigo 7 ou do Artigo 14 desta Convenção, de acordo com as circunstâncias.

5. Os "royalties" são considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos "royalties", residente ou não de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente ou uma base fixa em relação à qual haja sido contraída a obrigação de pagar os "royalties", e caiba a esse estabelecimento permanente ou base fixa o pagamento desses "royalties", esses serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente ou a base fixa estiver situada.

6. Quando, em conseqüência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo dos "royalties", ou entre ambos e terceiros, o montante dos "royalties" pagos, tendo em conta o uso, direito ou informação pelo qual são pagos, exceder o que teriam acordado o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições do presente Artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente do pagamento será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

7. As disposições do presente Artigo não se aplicam quando os direitos em relação aos quais os "royalties" são pagos foram criados ou atribuídos com o principal propósito, ou um dos principais propósitos, de tirar vantagem do presente Artigo. Neste caso, aplicam-se as disposições do Direito interno do Estado Contratante de procedência dos "royalties".

Artigo 13
Ganhos de Capital

1. Os ganhos que um residente de um Estado Contratante obtenha da alienação de bens imóveis, tal como definidos no Artigo 6, e situados no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Os ganhos provenientes da alienação de bens móveis que façam parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possua no outro Estado Contratante, ou de bens móveis que pertençam a uma base fixa que o residente de um estado Contratante tenha no outro Estado Contratante para prestar serviços pessoais independentes, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento permanente (isolado ou com o conjunto da empresa) ou de dita base fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

3. No entanto, os ganhos provenientes da alienação de navios, aeronaves ou veículos de transporte terrestre explorados no tráfego internacional, ou de bens móveis afetos à exploração de tais navios, aeronaves ou veículos de transporte terrestre, serão tributáveis apenas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

4. Os ganhos provenientes da alienação de qualquer outro bem ou direito distinto dos mencionados nos parágrafos 1, 2 e 3 deste Artigo, provenientes do outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado Contratante.

Artigo 14
Serviços Profissionais Independentes

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha pela prestação de serviços profissionais ou de outras atividades independentes de natureza similar serão tributáveis apenas nesse Estado, a não ser que:

a) as remunerações por tais serviços ou atividades sejam pagas por um residente do outro Estado Contratante ou caibam a um estabelecimento permanente ou a uma base fixa situados nesse outro Estado; ou

b) referido residente, seus empregados ou outras pessoas por ele encarregadas permaneçam, ou as atividades prossigam, no outro Estado por um período ou períodos que, no total, somem ou excedam 183 dias, dentro de um período qualquer de doze meses; nesse caso, somente pode ser tributável nesse outro Estado a parte da renda obtida das atividades desempenhadas por esse residente nesse outro Estado; ou

c) tais serviços ou atividades sejam prestados no outro Estado Contratante e o beneficiário dos rendimentos tenha uma base fixa disponível nesse outro Estado com o propósito de realizar suas atividades, mas somente na medida em que tais rendimentos sejam imputáveis aos serviços realizados nesse outro Estado.

2. A expressão "serviços profissionais" compreende, especialmente, as atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, assim como as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

Artigo 15
Serviços Profissionais Dependentes

1. Ressalvadas as disposições dos Artigos 16, 18 e 19, os soldos, salários e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante receba em razão de um emprego somente são tributáveis nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2. Não obstante as disposições do parágrafo 1, as remunerações recebidas por um residente de um Estado Contratante em função de um emprego exercido no outro Estado Contratante somente são tributáveis no primeiro Estado se:

a) o beneficiário permanecer no outro Estado durante um ou vários períodos que não excedam, no total, 183 dias, em qualquer período de doze meses que comece ou termine durante o ano fiscal considerado; e

b) as remunerações forem pagas por um empregador ou em nome de um empregador que não seja residente do outro Estado; e

c) o encargo das remunerações não couber a um estabelecimento permanente ou base fixa que o empregador possua no outro Estado.

3. Não obstante as disposições precedentes deste Artigo, as remunerações recebidas em razão de um emprego exercido a bordo de um navio, aeronave ou veículo de transporte terrestre explorados no tráfego internacional por uma empresa de um Estado Contratante podem ser tributadas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

Artigo 16
Remunerações de Diretores ou Conselheiros

As participações, "jetons" e outras retribuições similares recebidas por um residente de um Estado Contratante como membro da diretoria ou de qualquer conselho de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17
Artistas e Desportistas

1. Não obstante as disposições dos Artigos 14 e 15, os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha do exercício de suas atividades pessoais no outro Estado Contratante na qualidade de profissional de espetáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, ou como desportista, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Não obstante as disposições dos Artigos 7, 14 e 15, quando os rendimentos provenientes das atividades pessoais dos profissionais de espetáculos ou desportistas, nessa qualidade, forem atribuídos não ao próprio profissional de espetáculos ou desportista, mas a outra pessoa, esses rendimentos podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas as atividades do profissional de espetáculos ou do desportista.

3. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam aos rendimentos provenientes de atividades exercidas em um Estado Contratante por profissionais de espetáculos ou desportistas se a visita a esse Estado é custeada, integral ou principalmente, por fundos públicos de um ou de ambos os Estados Contratantes ou de uma de suas subdivisões políticas ou por qualquer entidade controlada pelo governo. Em tais casos os rendimentos somente são tributados no Estado do qual o profissional de espetáculos ou o desportista é um residente.

Artigo 18
Pensões e Anuidades

1. Ressalvadas as disposições do parágrafo 2 do Artigo 19, as pensões e outras remunerações similares percebidas em razão de um emprego anterior, assim como as anuidades, provenientes de um Estado Contratante e pagas a um residente do outro estado Contratante somente podem ser tributadas no Estado do qual provenham.

2. Não obstante as disposições do parágrafo 1 do presente Artigo, as pensões e outros pagamentos efetuados em virtude de um programa oficial que integre o sistema de Previdência Social de um Estado Contratante ou de uma subdivisão política ou de uma autoridade local do mesmo são tributáveis somente nesse Estado.

3. No presente Artigo:

a) a expressão "pensões e outras remunerações similares" designa pagamentos periódicos, efetuados após a aposentadoria, em razão de um emprego anterior ou a título de compensação por danos sofridos em conseqüência do referido emprego;

b) o termo "anuidade" designa uma quantia determinada, paga periodicamente em prazos determinados, a título vitalício ou por períodos de tempo determinados ou determináveis, em decorrência de uma obrigação de efetuar os pagamentos como retribuição de um pleno e adequado contravalor em dinheiro ou avaliável em dinheiro (que não seja por serviços prestados) .

Artigo 19
Remunerações Públicas

1. a) Os soldos, salários e outras remunerações similares, excluídas as pensões, pagas por um Estado Contratante ou uma de suas subdivisões políticas ou autoridades locais a uma pessoa física ou natural, por serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão política ou autoridade local, são tributáveis somente nesse outro Estado.

b) Todavia, esses soldos, salários e outras remunerações similares serão tributáveis somente no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados nesse outro Estado e se o beneficiário das remunerações for um residente desse Estado Contratante que:

i) seja nacional desse Estado; ou

ii) não tenha adquirido a condição de residente desse Estado somente para prestar os serviços.

2. a) As pensões pagas por um Estado Contratante, uma de suas subdivisões políticas ou autoridades locais, quer diretamente, quer por meio de fundos por eles constituídos, a uma pessoa física ou natural em razão de serviços prestados a esse Estado, a essa subdivisão política ou autoridade local, são tributáveis somente nesse Estado.

b) Todavia, tais pensões são tributáveis somente no outro Estado Contratante se a pessoa física ou natural for residente e nacional desse outro Estado.

3. O disposto nos Artigos 15, 16, 17 e 18 aplica-se aos soldos, salários e outras remunerações similares, assim como às pensões pagas em razão de serviços prestados no âmbito de uma atividade empresarial exercida por um Estado Contratante, uma de suas subdivisões políticas ou autoridades locais.

Artigo 20
Professores e Pesquisadores

Uma pessoa física ou natural que é, ou foi, em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante e que, a convite do Governo do primeiro Estado Contratante ou de uma universidade, estabelecimento de ensino superior, escola, museu ou outra instituição cultural do primeiro Estado Contratante, ou que, cumprindo um programa oficial de intercâmbio cultural, permanecer nesse Estado por um período não superior a dois anos consecutivos, com o único fim de lecionar, proferir conferências ou realizar pesquisas em tais instituições, será isenta de tributação nesse Estado pela remuneração dessa atividade, desde que a remuneração por tais atividades provenha de fora desse Estado.

Artigo 21
Estudantes e Aprendizes

1. Uma pessoa física ou natural que é, ou foi, residente de um estado Contratante em período imediatamente anterior à sua visita ao outro Estado Contratante e que permanecer no outro Estado Contratante com o fim principal de:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a) estudar nesse outro Estado Contratante, em uma universidade ou outro instituto educacional aprovado pelas autoridades educacionais pertinentes do referido Estado Contratante;

b) adquirir uma especialização vocacional, profissional ou técnica; ou

c) estudar ou realizar pesquisas como bolsista, receptor de estipêndio ou prêmio de um organismo governamental, religioso, caritativo, científico, literário ou educacional, ou como participante de outros programas patrocinados por um organismo dessa natureza,

estará isenta de impostos nesse outro Estado Contratante em relação às importâncias remetidas do exterior para sua manutenção, educação, capacitação ou treinamento.

2. Em relação a subvenções, bolsas de estudo e remunerações de emprego não abrangidas pelo parágrafo 1, os estudantes e aprendizes de que trata o parágrafo 1 terão direito, ademais, durante o período de estudos ou treinamento, às mesmas deduções pessoais, isenções e reduções de impostos concedidas aos residentes do Estado que estiverem visitando.

Artigo 22
Outros Rendimentos

1. Os rendimentos de um residente de um Estado Contratante, qualquer que seja sua proveniência, não tratados nos Artigos anteriores desta Convenção, somente podem ser tributados nesse Estado.

2. As disposições do parágrafo 1 não serão aplicáveis a rendimentos, que não sejam provenientes de bens imóveis como definidos no parágrafo 2 do Artigo 6, cujo receptor seja residente de um Estado Contratante e exerça atividades comerciais ou industriais no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente situado no outro Estado, ou preste nesse outro Estado serviços pessoais independentes por meio de uma base fixa situada no referido Estado, sempre que o direito ou bem em relação ao qual se pague o rendimento esteja vinculado efetivamente com tal estabelecimento permanente ou base fixa. Em tais casos, aplicam-se as disposições do Artigo 7 ou do Artigo 14, segundo as circunstâncias.

3. Não obstante as disposições dos parágrafos precedentes, os rendimentos de um residente de um Estado Contratante não tratados nos Artigos anteriores da presente Convenção e provenientes do outro Estado Contratante podem também ser tributados nesse outro Estado.

Artigo 23
Eliminação da Dupla Tributação

1. No caso da Venezuela, a dupla tributação será evitada da maneira seguinte:

As pessoas residentes na Venezuela que receberem rendimentos que, em conformidade com as disposições desta Convenção, sejam tributáveis no Brasil, poderão creditar contra os impostos venezuelanos correspondentes a esses rendimentos os impostos cobrados no Brasil, de acordo com as disposições aplicáveis na lei venezuelana. Todavia, tal crédito não poderá exceder a fração do imposto sobre a renda, calculado antes do crédito, que possa estar submetida a tributação no Brasil.

2. No caso do Brasil, a dupla tributação será evitada da maneira seguinte:

Quando um residente do Brasil receber rendimentos que, de acordo com as disposições desta Convenção, sejam tributáveis na Venezuela, o Brasil admitirá a dedução, do imposto sobre os rendimentos desse residente, de um montante igual ao imposto sobre os rendimentos pago na Venezuela, de acordo com as disposições aplicáveis da legislação brasileira. Todavia, tal dedução não poderá exceder a fração do imposto sobre a renda, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos tributáveis na Venezuela.

3. Quando, em conformidade com qualquer disposição da presente Convenção, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante estiverem isentos de imposto nesse Estado, tal Estado poderá, todavia, levar em conta os rendimentos isentos para efeito de determinar o montante do imposto sobre o restante dos rendimentos do referido residente.

Artigo 24
Não-Discriminação

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação a ela correspondente que não se exijam ou que sejam mais gravosas do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem nas mesmas condições, especialmente em relação à residência.

2. Os estabelecimentos permanentes que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não serão tributados nesse outro Estado Contratante de modo menos favorável que as empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas atividades. Esta disposição não pode ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, isenções e reduções que, para efeitos fiscais, conceda aos seus próprios residentes em função de seu estado civil ou encargos familiares.

3. A menos que se apliquem as disposições do Artigo 9, do parágrafo 8 do Artigo 11 ou do parágrafo 6 do Artigo 12, os juros, "royalties" ou demais gastos pagos por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante são dedutíveis, para determinar os lucros tributáveis dessa empresa, nas mesmas condições que se tivessem sido pagos a um residente do Estado mencionado em primeiro lugar.

4. As empresas de um Estado Contratante cujo capital seja, total ou parcialmente, detido ou controlado, direta ou indiretamente, por um ou vários residentes do outro Estado Contratante, não ficarão sujeitas, no primeiro Estado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa que não se exijam ou que sejam mais gravosas do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas as outras empresas similares do primeiro Estado.

5. As disposições deste Artigo se aplicam aos impostos visados pela presente Convenção.

Artigo 25
Procedimento Amigável

1. Quando um residente de um Estado Contratante considerar que as medidas tomadas por um ou por ambos os Estados Contratantes implicam, ou podem implicar, em relação a si, uma tributação em desacordo com as disposições da presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos previstos pelo direito interno desses Estados, submeter seu caso à autoridade competente do Estado Contratante onde residir.

2. A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar justificada e se ela própria não estiver em condições de adotar uma solução satisfatória, esforçar-se-á para resolver a questão mediante acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação não conforme com a presente Convenção.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão, mediante acordo amigável, para resolver as dificuldades ou dirimir as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou aplicação da presente Convenção.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de chegarem a um acordo nos termos indicados nos parágrafos anteriores.

5. Independentemente da participação dos Estados Contratantes no "Acordo Geral sobre Comércio de Serviços", ou em quaisquer acordos internacionais, as questões tributárias relativas aos impostos compreendidos na presente Convenção que ocorram entre os Estados Contratantes somente estarão sujeitas às disposições da presente Convenção.

Artigo 26
Troca de Informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão as informações necessárias para aplicar as disposições da presente Convenção ou as da legislação interna dos Estados Contratantes relativa aos impostos federais ou nacionais de qualquer classe ou denominação na medida em que a tributação nela prevista não seja contrária à Convenção. O intercâmbio de informação não está limitado pelos Artigos 1 e 2. As informações recebidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas da mesma maneira que as informações obtidas pela aplicação da legislação interna desse Estado e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluídos tribunais e órgãos administrativos) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos acima mencionados, da instauração de processos sobre infrações relativas a esses impostos, ou da apreciação de recursos a eles correspondentes. Referidas pessoas ou autoridades usarão essas informações somente para fins fiscais.

2. Em nenhum caso as disposições do parágrafo 1 podem ser interpretadas no sentido de obrigar um Estado Contratante a:

a) adotar medidas administrativas contrárias à sua legislação ou prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;

b) fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito de sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;

c) fornecer informações que revelem segredos comerciais, industriais, profissionais ou de processos comerciais ou industriais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

3. Não obstante o disposto no parágrafo 2 deste Artigo, a autoridade competente do Estado Contratante requerido deverá, levando em consideração as limitações constitucionais e legais e a reciprocidade de tratamento, obter e fornecer informações que possuam as instituições financeiras, mandatários ou pessoas que atuem como representantes, agentes ou fiduciários. Em relação a participações sociais ou a participações em sociedades de capital, a autoridade competente deverá obter e fornecer informações inclusive sobre ações ao portador. Se a informação for especificamente requerida pela autoridade competente de um Estado Contratante, a autoridade competente do outro Estado Contratante proporcionará a informação nos termos deste Artigo na forma de declarações de testemunhas e de cópias autenticadas de documentos originais inéditos (inclusive livros, informes, declarações, registros contábeis e anotações) com a mesma amplitude com que essas declarações e documentos possam ser obtidos nos termos estabelecidos pelas leis e práticas administrativas desse outro Estado.

4. A autoridade competente do Estado Contratante requerido poderá autorizar as autoridades fiscais do Estado requerente a ter acesso ao Estado mencionado em primeiro lugar, para fins de presenciar, na qualidade de observadores, os interrogatórios de pessoas e o exame de livros e registros realizados pelo Estado requerido.

5. A autoridade competente do Estado Contratante requerido poderá autorizar, com o consentimento das pessoas submetidas às ações de fiscalização, as autoridades fiscais do Estado Contratante requerente a ter acesso ao Estado requerido para interrogar pessoas e examinar livros e registros.

6. Os Estados Contratantes se consultarão a fim de determinar os casos e procedimentos para a fiscalização simultânea de impostos. Entende-se por fiscalização simultânea, para os fins da presente Convenção, um acordo entre os dois Estados Contratantes para fiscalizar simultaneamente, cada um em seu território, a situação tributária de uma pessoa ou pessoas que possuam interesses comuns ou vinculados, a fim de trocar as informações relevantes que obtenham.

7. As despesas decorrentes da aplicação das disposições deste Artigo ficarão a cargo do Estado Contratante requerido. Todavia, as despesas pela participação de peritos, testemunhas, intérpretes e tradutores serão pagas pelo Estado requerente, com acordo prévio sobre o montante.

Artigo 27
Funcionários Diplomáticos e Consulares

As disposições da presente Convenção não prejudicarão os privilégios fiscais de que se beneficiem os funcionários diplomáticos e consulares, seja em virtude de regras gerais do Direito Internacional, seja de disposições de acordos especiais.

Artigo 28
Disposições Diversas

1. As autoridades competentes de qualquer dos Estados Contratantes poderão negar os benefícios desta Convenção a qualquer pessoa ou em relação a qualquer operação, se em sua opinião a outorga dos benefícios da Convenção constitui um abuso da Convenção considerando seu objeto.

2. Se, após a assinatura da presente Convenção, um Estado Contratante estabelecer em sua legislação que os rendimentos de procedência "offshore" obtidos por uma sociedade:

a) de atividade de navegação;

b) de atividade bancária, financeira, de seguro, de investimento, ou de atividades similares; ou

c) em razão de ser a sede, o centro de coordenação ou uma entidade similar que presta serviços administrativos ou outro tipo de apoio a um grupo de sociedades que exerce atividades empresariais primordialmente em outros Estados, estão isentos de imposto ou estão sujeitos a tributação a uma alíquota substancialmente inferior à alíquota aplicada aos rendimentos obtidos de atividades similares exercidas em seu próprio território, o outro Estado Contratante não estará obrigado a aplicar qualquer limitação imposta pela presente Convenção sobre seu direito de tributar os rendimentos obtidos pela sociedade de tais atividades "offshore" ou sobre seu direito de tributar os dividendos pagos pela sociedade.

3. Uma entidade legal residente de um Estado Contratante que obtenha rendimentos de fontes no outro Estado Contratante não terá direito nesse outro Estado Contratante aos benefícios da presente Convenção se mais de cinqüenta por cento da participação efetiva nessa entidade (ou, no caso de uma sociedade, mais de cinqüenta por cento do valor acumulado das ações com direito a voto e das ações em geral da sociedade) for de propriedade, direta ou indiretamente, de qualquer combinação de uma ou mais pessoas que não sejam residentes do primeiro Estado Contratante mencionado. Todavia, esta disposição não será aplicável se essa entidade exercer, no Estado Contratante de que é residente, uma atividade empresarial substancial distinta da mera detenção de títulos ou outros direitos ou da mera realização de atividades auxiliares ou preparatórias em relação a outras entidades ou empresas relacionadas.

Artigo 29
Entrada em Vigor

1. Cada um dos Estados Contratantes notificará o outro, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os procedimentos requeridos por sua legislação para a entrada em vigor da presente Convenção. A presente Convenção entrará em vigor na data de recepção da última notificação.

2. A Convenção surtirá seus efeitos:

a) no Brasil:

i) no que concerne aos impostos retidos na fonte, relativamente às importâncias pagas, remetidas ou creditadas no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ii) no que concerne aos outros impostos de que trata a Convenção, relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor.

b) na Venezuela:

i) no que concerne aos impostos retidos na fonte, sobre as importâncias pagas ou creditadas a não residentes a partir de primeiro (1) de janeiro do ano calendário seguinte àquele em que esta Convenção entrar em vigor;

ii) no que concerne aos outros impostos sobre a renda, nos períodos impositivos que comecem a partir de primeiro (1) de janeiro do ano calendário seguinte à data em que esta Convenção entrar em vigor.

3. O "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Transporte Aéreo", concluído em Caracas, em 7 de novembro de 1979, deixará de surtir seus efeitos a partir da data na qual a presente Convenção entre em vigor e produza seus efeitos em conformidade com os parágrafos 1 e 2 deste Artigo.

Artigo 30
Denúncia

1. A presente Convenção permanecerá em vigor enquanto não for denunciada por um dos Estados Contratantes. Qualquer Estado Contratante poderá denunciar a presente Convenção, por via diplomática, notificando por escrito a denúncia com antecedência de pelo menos seis meses do final de qualquer ano calendário após transcorridos cinco anos a partir de sua entrada em vigor.

2. Esta Convenção deixará de surtir efeito:

a) no Brasil:

i) no que concerne aos impostos retidos na fonte, relativamente às importâncias pagas, remetidas ou creditadas no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a denúncia tenha ocorrido;

ii) no que concerne aos demais impostos de que trata a presente Convenção, relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a denúncia tenha ocorrido.

b) na Venezuela:

i) no que concerne aos impostos retidos na fonte, sobre as importâncias pagas ou creditadas a não residentes a partir de primeiro (1) de janeiro do ano calendário seguinte àquele em que se dê a notificação;

ii) no que concerne aos outros impostos sobre a renda, em qualquer exercício fiscal que comece a partir de primeiro (1) de janeiro do ano calendário seguinte àquele em que se dê a notificação.

Em testemunho do que os Plenipotenciários dos dois Estados Contratantes assinaram a presente Convenção.

Feito em Caracas, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2005, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Antonio Palocci Filho Antonio
Ministro da Fazenda

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Nelson Merentes
Ministro de Finanças

PROTOCOLO

No momento da assinatura da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda, os abaixo-assinados, para isso devidamente autorizados, convieram nas seguintes disposições que constituem parte integrante da Convenção.

1. Com referência ao Artigo 2

Quando um dos Estados Contratantes estabelecer um imposto sobre o patrimônio, as autoridades tributárias competentes dos Estados Contratantes se reunirão para definir as regras de aplicação do mencionado imposto no âmbito da Convenção.

2. Com referência ao Artigo 11, parágrafo 3

As importâncias pagas a título de "remuneração sobre o capital próprio" segundo o Artigo 9 da Lei brasileira nº 9. 249, de 1995, são consideradas como juros para os fins do parágrafo 3 do Artigo 11 da Convenção.

3. Com referência ao Artigo 12, parágrafo 3

As disposições do parágrafo 3 do Artigo 12 da Convenção se aplicam a qualquer espécie de pagamentos recebidos pela prestação de serviços técnicos e de assistência técnica.

4. Com referência ao Artigo 24

a) Exigências administrativas que não impliquem o pagamento de impostos não constituem discriminação em conformidade com as disposições dos parágrafos 1 e 4 do Artigo 24 da Convenção.

b) As disposições do parágrafo 5 do Artigo 10 não são consideradas discriminatórias nos termos do parágrafo 2 do Artigo 24 da Convenção.

c) As disposições da legislação brasileira que não permitem que os "royalties" mencionados no parágrafo 3 do Artigo 12, pagos por um estabelecimento permanente situado no Brasil a um residente da Venezuela que exerce atividades empresariais no Brasil por intermédio desse estabelecimento permanente, sejam dedutíveis no momento de se determinar o rendimento tributável do referido estabelecimento permanente, não são consideradas discriminatórias nos termos do parágrafo 2 do Artigo 24 da Convenção.

d) As disposições da Convenção, especialmente as do Artigo 24, não impedirão que um Estado Contratante aplique as disposições de sua legislação nacional relativa à capitalização insuficiente ou para combater o diferimento do pagamento dos impostos sobre a renda, incluída a legislação de sociedades controladas estrangeiras (legislação de "CFC") ou outra legislação similar.

Em testemunho do que os Plenipotenciários dos dois Estados Contratantes assinaram o presente Protocolo.

Feito em Caracas, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2005, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Antonio Palocci Filho Antonio
Ministro da Fazenda

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Nelson Merentes
Ministro de Finanças

DECRETO Nº 8.338, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência, firmado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil e a República Argentina firmaram, em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003, um Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 264, de 18 de setembro de 2008; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 2 de dezembro de 2010, nos termos do parágrafo 1º de seu Artigo XIII;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência, firmado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003, anexo a este Decreto.

Parágrafo único. O Acordo a que se refere o **caput** será executado e cumprido integralmente em seus termos.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do referido Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
José Eduardo Cardozo
Eduardo dos Santos

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA RELATIVO À COOPERAÇÃO ENTRE SUAS AUTORIDADES DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA NA APLICAÇÃO DE SUAS LEIS DE CONCORRÊNCIA

A República Federativa do Brasil
e
A República Argentina
(doravante denominadas "as Partes") ,

Desejando promover a efetiva aplicação de suas leis de concorrência, por meio da cooperação entre suas autoridades de defesa da concorrência;

Levando em consideração suas estreitas relações econômicas no âmbito do Mercosul e observando ser a firme e efetiva aplicação de suas leis de concorrência matéria de importância crucial para o funcionamento eficiente dos mercados e para o bem-estar econômico dos cidadãos dos seus respectivos países;

Reconhecendo que a cooperação e a coordenação nas atividades de aplicação das leis de concorrência podem resultar em um atendimento mais efetivo das respectivas preocupações das Partes do que o que poderia ser alcançado por meio de ações independentes;

Reconhecendo ainda que a cooperação técnica entre as Autoridades de Defesa da Concorrência das Partes irá contribuir para melhorar e fortalecer seu relacionamento; e

Tomando nota do compromisso das Partes de assegurar consideração cuidadosa aos importantes interesses recíprocos na aplicação de suas leis de concorrência,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I
Objetivo e Definições

1. O objetivo deste Acordo é promover a cooperação entre as autoridades das Partes na área de defesa da concorrência, incluindo tanto a cooperação na aplicação das leis de defesa da concorrência, quanto a cooperação técnica, bem como garantir que as Partes assegurem consideração cuidadosa a seus importantes interesses recíprocos na aplicação de suas leis de concorrência.

2. Para os fins deste Acordo, os termos abaixo relacionados deverão ter as seguintes definições:

a) "Prática(s) Anticompetitiva(s) " significa qualquer conduta ou operação que possa estar sujeita a penalidades ou outras sanções ao amparo das leis de concorrência de uma Parte;

b) "Autoridade(s) de Defesa da Concorrência" são:

i) para a Argentina, a Secretaria de Coordenação Técnica do Ministério da Economia e o Tribunal de Defesa da Concorrência, sendo que, até a efetiva criação e funcionamento deste Tribunal, considerar-se-á também como Autoridade a Comissão Nacional de Defesa da Concorrência (CNDC) ;

ii) para o Brasil, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ; a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça; e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda;

c) "Lei(s) de Concorrência" são:

i) para a Argentina, a Lei 22. 262 y 25. 156 e os Decretos 89/2000 e 396/2001, bem como os regulamentos decorrentes de tais normas e quaisquer diplomas legais que venham a modificar ou substituir a legislação acima mencionada, integral ou parcialmente;

ii) para o Brasil, as Leis 8. 884/94, 9. 021/95 e 10. 149/00, bem como os regulamentos decorrentes de tais normas e quaisquer diplomas legais que venham a modificar ou substituir a legislação acima mencionada, integral ou parcialmente;

d) "Atividade(s) de Aplicação" (das Leis de Concorrência) significa qualquer investigação, incluído o exame de atos de concentração, bem como qualquer outro procedimento conduzido por uma Parte, nos termos de suas leis de concorrência;

3. Cada Parte deverá notificar prontamente à outra sobre quaisquer alterações ou revogações de suas Leis de Concorrência, bem como sobre a promulgação de novas leis ou regulamentos que venham a fazer parte de sua legislação sobre concorrência.

ARTIGO II
Notificações

1. Cada Parte deverá, com as ressalvas do Artigo X, notificar a outra Parte no tocante às Atividades de Aplicação especificadas neste Artigo e no Artigo XII. As notificações deverão identificar a natureza das práticas sob investigação e os dispositivos legais pertinentes e deverão ser efetuadas após as respectivas Autoridades tomarem ciência da existência de circunstâncias que requeiram a notificação nos prazos estipulados abaixo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. As Atividades de Aplicação a serem notificadas em conformidade com este artigo são aquelas que:

a) sejam relevantes para as atividades da outra Parte na aplicação de suas leis;

b) envolvam práticas anticompetitivas, que não fusões ou aquisições, realizadas no todo ou em parte substancial no território da outra Parte;

c) envolvam atos de concentração, nos quais uma ou mais das Partes envolvidas, ou uma empresa que controle um ou mais dos partícipes da operação, seja uma empresa constituída ou organizada sob as leis da outra Parte, ou de uma de suas unidades subnacionais;

d) envolvam condutas supostamente requeridas, encorajadas ou aprovadas pela outra Parte; e

e) envolvam a busca de informações localizadas no território da outra Parte.

3. As Partes autorizam que funcionários de uma Parte visitem o território da outra Parte no curso de investigações ao amparo de suas respectivas leis de concorrência. Essas visitas deverão estar condicionadas à notificação, em conformidade com este Artigo, e ao consentimento da Parte notificada.

4. Uma Parte se compromete a notificar a outra, observados os critérios de confidencialidade previstos no Artigo X, as atividades de aplicação definidas no item 2 deste Artigo, dentro dos seguintes prazos:

a) no caso da Argentina, em até 15 (quinze) dias a contar da data da "abertura de sumário" relativo à investigação de Condutas Anticompetitivas ou, no caso de Atos de Concentração, em até 15 (quinze) dias a contar da data em que a operação tiver sido notificada às Autoridades, e

b) no caso do Brasil, em até 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do gabinete do Secretário de Direito Econômico que instaurar o Processo Administrativo ou a Averiguação Preliminar, para o caso de condutas ou, para Atos de Concentração, em até 15 (quinze) dias a contar da publicação que informa a notificação de um Ato de Concentração ao Sistema Brasileiro de Defesa das Concorrência;

ARTIGO III
Troca de Informação

1. As Partes acordam ser de interesse comum o compartilhamento das informações que:

a) possam facilitar a aplicação efetiva das respectivas leis de concorrência; ou,

b) promovam uma compreensão mais acurada das condições econômicas e mercadológicas de importância para as atividades das autoridades concorrenciais.

2. Em conformidade com o interesse mútuo das Partes, as Autoridades de Defesa da Concorrência se encontrarão ao menos duas vezes por ano, salvo decisão em contrário, para:

a) promover troca de informações a respeito das atividades desenvolvidas nas respectivas jurisdições;

b) promover a troca de informações em setores econômicos de interesse comum;

c) discutir eventuais mudanças de polítcas públicas que tenham implicações sobre a concorrência e possam ser de interesse da outra Parte; e

d) discutir outras matérias de interesse recíproco referentes à aplicação das respectivas legislações concorrenciais.

3. Cada Parte providenciará à outra todas as informações que julgar pertinentes para a aplicação das respectivas leis.

ARTIGO IV
Cooperação na Aplicação das Leis

1. As Partes concordam que é de interesse comum cooperar para a identificação de Práticas Anticompetitivas e para a aplicação de suas Leis de Concorrência, além de compartilhar informações que irão facilitar a efetiva aplicação dessas leis e promover o melhor entendimento das políticas e atividades de cada uma delas na aplicação das Leis de Concorrência, na medida em que sejam compatíveis com suas leis e importantes interesses, e dentro de seus recursos razoavelmente disponíveis.

2. Nada neste Acordo impedirá as Partes de requerer ou prover assistência recíproca ao amparo de outros acordos, tratados, arranjos ou práticas entre elas.

ARTIGO V
Cooperação Relativa a Práticas Anticompetitivas no Território de uma Parte, que Possam Afetar Adversamente os Interesses da outra Parte

1. As Partes concordam que é de interesse recíproco assegurar o funcionamento eficiente de seus mercados pela aplicação de suas respectivas Leis de Concorrência com o intuito de protegê-los de práticas anticompetitivas. As Partes concordam ainda ser de seu interesse recíproco resguardar-se contra práticas anticompetitivas que possam ocorrer no território de uma Parte e que, além de violar as Leis de Concorrência daquela Parte, afetem adversamente o interesse da outra Parte em assegurar o funcionamento eficiente dos mercados daquela outra Parte.

2. Se uma Parte acreditar que práticas anticompetitivas realizadas no território da outra Parte afetam adversamente seus importantes interesses, a primeira Parte poderá, após consulta prévia à outra Parte, solicitar às Autoridades de Defesa da Concorrência daquela outra Parte que iniciem as Atividades de Aplicação apropriadas. O pedido deverá ser o mais específico possível acerca da natureza das práticas anticompetitivas e de seu efeito nos importantes interesses da Parte solicitante, e deverá incluir oferta de informação e cooperação adicionais que as Autoridades de Defesa da Concorrência da Parte solicitante forem capazes de fornecer.

3. As Autoridades de Defesa da Concorrência da Parte solicitada considerarão cuidadosamente se iniciam Atividades de Aplicação no tocante às Práticas Anticompetitivas identificadas no pedido da outra Parte ou, ainda, se ampliam as Atividades de Aplicação que já vinham desenvolvendo. As Autoridades de Defesa da Concorrência da Parte solicitada deverão prontamente informar à Parte solicitante de sua decisão. Se Atividades de Aplicação forem iniciadas ou ampliadas, as Autoridades de Defesa da Concorrência da Parte solicitada deverão comunicar à Parte solicitante os seus resultados e, na medida do possível, seus progressos parciais, quando significativos.

4. Nada neste Artigo limitará a discricionariedade das Autoridades de Defesa da Concorrência da parte solicitada, ao amparo de suas Leis de Concorrência e respectivas políticas de aplicação, no sentido de determinar a condução de suas Atividades de Aplicação, no tocante às Práticas Anticompetitivas identificadas no pedido, nem impedirá as autoridades da Parte solicitante de conduzir Atividades de Aplicação referentes a tais práticas anticompetitivas.

ARTIGO VI
Coordenação Acerca de Matérias Interrelacionadas

1. Quando as Autoridades de Defesa da Concorrência das duas Partes estiverem implementando Atividades de Aplicação no tocante às matérias interrelacionadas, elas considerarão a conveniência de coordenação dessas Atividades de Aplicação.

2. Em qualquer entendimento de coordenação acerca de matérias interrelacionadas, as autoridades competentes de cada Parte procurarão conduzir suas Atividades de Aplicação levando em consideração os objetivos das Autoridades de Defesa da Concorrência da outra Parte.

ARTIGO VII
Prevenção de Conflitos; Consultas

1. Cada Parte deverá, ao amparo de suas leis e na medida em que for compatível com seus próprios importantes interesses, assegurar cuidadosa consideração aos importantes interesses da outra Parte.

2. Qualquer Parte poderá solicitar à outra consultas a respeito de qualquer assunto relacionado a este Acordo. A solicitação de consultas deverá indicar as razões para o requerimento e se qualquer limite de tempo processual ou outras considerações requerem que as consultas tenham procedimento acelerado. Cada Parte oferecerá consultas prontamente quando solicitada, com vistas a alcançar conclusão consistente com o objetivo deste Acordo.

ARTIGO VIII
Atividades de Cooperação Técnica

As Partes concordam que é do interesse recíproco de suas Autoridades de Defesa da Concorrência trabalhar conjuntamente em atividades de cooperação técnica relacionadas à aplicação de suas leis e políticas de concorrência. Essas atividades incluirão, dentro de um quadro razoável de recursos disponíveis dos órgãos de defesa da concorrência: o intercâmbio de informações; o intercâmbio de funcionários dos órgãos de defesa da concorrência da outra Parte; a participação do pessoal dos órgãos de defesa da concorrência como conferencistas e consultores em cursos de treinamento sobre leis e políticas de concorrência, organizados ou patrocinados por suas Autoridades de Defesa da Concorrência; e quaisquer outras formas de cooperação técnica que as Autoridades de Defesa da Concorrência das Partes acordarem serem apropriadas para os fins deste Acordo.

ARTIGO IX
Encontros de Autoridades de Defesa da Concorrência

Funcionários das Autoridades de Defesa da Concorrência das Partes deverão reunir-se periodicamente para trocar informações acerca de seus esforços e prioridades na aplicação de suas leis de concorrência.

ARTIGO X
Confidencialidade

1. Nenhuma Parte estará obrigada a fornecer informações à outra Parte, em qualquer hipótese, se o fornecimento de tal informação for proibido, segundo as leis da Parte detentora da informação, ou se for incompatível com os importantes interesses daquela Parte.

2. O grau de confidencialidade das informações será decidido pela Parte que as detiver, cabendo exclusivamente a esta verificar a possibilidade e o interesse em fornecê-las.

3. As informações confidencias fornecidas por uma Parte à outra, no contexto da cooperação e coordenação de atividades previstas neste Acordo, não serão usados sem o consentimento da Parte provedora das informações, com qualquer outro propósito que não a aplicação da Lei de Defesa da Concorrência.

ARTIGO XI
Leis Existentes

Nada neste Acordo exigirá que uma Parte tome qualquer medida, ou abstenha-se de agir de uma maneira que não esteja em conformidade com suas leis existentes, ou que exija qualquer mudança nas leis das Partes ou de suas respectivas unidades constitutivas do Estado federal.

ARTIGO XII
Comunicações Decorrentes deste Acordo

1. As notificações previstas no Artigo II deste Acordo, bem como quaisquer outras comunicações dele decorrentes, poderão ser efetuadas por comunicação direta entre as Autoridades de Defesa da Concorrência das Partes. Os pedidos de consultas previstos nos artigos V. 2 e VII. 2 deverão, entretanto, ser confirmados prontamente, por escrito, por meio dos canais diplomáticos costumeiros e deverão fazer referência às comunicações iniciais entre as Autoridades de Defesa da Concorrência, repetindo a informação já fornecida na primeira comunicação.

2. A Parte que investigar uma Prática Anticompetitiva com base neste Acordo poderá notificar a República Oriental do Uruguai e a República do Paraguai sobre o resultado das investigações e, na medida do possível, sobre seus progressos parciais, quando significativos.

ARTIGO XIII
Entrada em Vigor e Denúncia

1. Este Acordo entrará em vigor na data da última notificação pela qual uma das Partes informe a outra, por via diplomática, sobre o cumprimento das respectivas formalidades legais necessárias a sua entrada em vigor.

2. Este Acordo poderá ser modificado por consentimento mútuo das Partes. As modificações entrarão em vigor nos termos do item 1 deste Artigo.

3. Este Acordo permanecerá em vigor por período de tempo indeterminado, sendo reservado a qualquer das Partes o direito de denunciá-lo, a qualquer tempo, mediante notificação escrita, à outra Parte. Em caso de denúncia, o Acordo permanecerá em vigor durante 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação pela Parte notificada.

Feito em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro da Fazenda

MÁRCIO THOMAZ BASTOS
Ministro da Justiça

PELA REPÚBLICA ARGENTINA

RAFAEL BIELSA
Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto

ROBERTO LAVAGNA
Ministro da Economia e Produção

DECRETO Nº 8.339, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a execução dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa firmados durante a XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em Lisboa, em 2 de novembro de 2007.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que os Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foram firmados durante a XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em Lisboa, em 2 de novembro de 2007;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou os Estatutos por meio do Decreto Legislativo nº 216, de 7 de abril de 2010; e

Considerando que a República Federativa do Brasil depositou o instrumento de ratificação dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa junto ao Secretariado Executivo daquela organização em 18 de maio de 2010;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

D E C R E T A :

Art. 1º Os Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, firmados durante a XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em Lisboa, em 2 de novembro de 2007, anexos a este Decreto, serão executados e cumpridos integralmente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos

XII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Lisboa, 2 de novembro de 2007

Resolução sobre o Estabelecimento da Assembléia Parlamentar da CPLP

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) , reunido em Lisboa, na XII Reunião Ordinária, no dia 2 de novembro de 2007;

Tendo presente a proposta do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, visando o estabelecimento de uma Assembléia Parlamentar da CPLP;

Tendo presente a Resolução da XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, de Bissau, que instruiu o CCP no sentido de estudar todas as implicações dessa proposta e a melhor forma de a integrar nos Estatutos da CPLP;

Considerando o interesse na criação da Assembléia Parlamentar da Organização, que indubitavelmente virá reforçar a representatividade da CPLP;

DECIDE:

a) Adotar a nova redação do art. 8º dos Estatutos, abaixo indicada;

b) Introduzir um novo art. 15°, denominado "Assembléia Parlamentar da CPLP";

c) Corrigir a numeração dos artigos subseqüentes.

Artigo 8º
Órgãos

1. São Órgãos de Direção e Executivos da CPLP:

a. A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
b. O Conselho de Ministros;
c. O Comitê de Concertação Permanente;
d. O Secretariado Executivo.

2 A Assembléia Parlamentar da CPLP é o órgão que reúne os Parlamentos nacionais dos Estados membros.

3. Além dos referidos nos números anteriores, também são órgãos da CPLP a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e as Reuniões Ministeriais.

4. Na materialização dos seus objetivos, a CPLP apoia-se também nos mecanismos de concertação político-diplomática e de cooperação já existentes ou a criar entre os Estados membros da CPLP.

Artigo 15º
Assembléia Parlamentar da CPLP

1. A Assembléia Parlamentar é o órgão da CPLP que reúne representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países.

2. Os Parlamentos Nacionais têm igual voto na Assembléia.

3. Compete à Assembléia Parlamentar:

a) Apreciar todas as matérias relacionadas com a finalidade estatutária e a atividade da CPLP, dos seus órgãos e organismos;

b) Emitir parecer sobre as orientações, a política geral e as estratégias da CPLP;

c) Reunir-se, a fim de analisar e debater as respectivas atividades e programas, com o Presidente do Conselho de Ministros, o Secretário Executivo e o Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP e bem assim com os responsáveis por outros organismos equiparáveis que venham a ser criados no âmbito da Organização;

d) Adotar, no âmbito das suas competências e por deliberação que reuna a maioria expressa do conjunto das suas delegações, votos, relatórios, pareceres, propostas ou recomendações.

4. A Assembléia Parlamentar tem direito a receber e a obter a informação e a documentação oficial dos órgãos da CPLP.

5. A Assembléia Parlamentar pode constituir grupos de trabalho e missões de observação internacional, nomeadamente missões eleitorais, bem como designar enviados especiais para relatar sobre assuntos específicos no âmbito da Comunidade.

6. O Presidente da Assembléia Parlamentar, eleito por um período de dois anos não renovável, tem assento nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

7. Os Estatutos e o Regimento da Assembléia Parlamentar são adotados mediante deliberação aprovada por consenso das delegações nacionais ou, na falta deste, por maioria qualificada.

Feita e assinada em Lisboa, em 2 de novembro de 2007.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

ESTATUTOS

(com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007)

Artigo 1º
Denominação

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros.

Artigo 2º
Estatuto Jurídico

A CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 3º
Objetivos

São objetivos gerais da CPLP:

a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos *fora* internacionais;

b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;

c) A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Artigo 4°
Sede

A Sede da CPLP é, na sua fase inicial, em Lisboa, a capital da República Portuguesa.

Artigo 5°
Princípios Orientadores

1. A CPLP é regida pelos seguintes princípios:

a) Igualdade soberana dos Estados membros;

b) Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;

c) Respeito pela sua identidade nacional;

d) Reciprocidade de tratamento;

e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;

f) Respeito pela sua integridade territorial;

g) Promoção do Desenvolvimento;

h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

2. A CPLP estimulará a cooperação entre os seus membros com o objetivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos.

Artigo 6°
Membros

1. Para além dos membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos.

2. A admissão na CPLP de um novo Estado é feita através de uma decisão unânime da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, e tem efeito imediato.

3. O pedido formal de adesão deverá ser depositado no Secretariado Executivo da CPLP.

Artigo 7º
Observadores

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa poderá admitir Observadores com categoria de Associados ou com categoria de Consultivos.

Poderá ser atribuída a categoria de Observador Associado:

1. Aos Estados que, embora não reunindo as condições necessárias para ser membros de pleno direito da CPLP, partilhem os respectivos princípios orientadores, designadamente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governação e ao respeito dos direitos humanos, e prossigam através dos seus programas de governo objetivos idênticos aos da Organização;

2. Às organizações internacionais, universais ou regionais, aos organismos intergovernamentais e às entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autônomos que partilhem os princípios orientadores e os objetivos da CPLP nos termos referidos na alínea anterior;

3. Os Estados, as Organizações Internacionais Universais ou Regionais, os organismos intergovernamentais e as entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autônomos, a que se refere o número anterior, beneficiarão dessa qualidade a título permanente e poderão participar, sem direito a voto, nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo, bem como no Conselho de Ministros, sendo-lhes facultado o acesso à correspondente documentação não confidencial, podendo ainda apresentar comunicações desde que devidamente autorizados. Poderão ser convidados para Reuniões de caráter técnico;

4. Poderá ser atribuída a categoria de Observador Consultivo às organizações da sociedade civil interessadas nos objetivos prosseguidos pela CPLP, designadamente através do respectivo envolvimento em iniciativas relacionadas com ações específicas no âmbito da Organização;

5. A categoria de Observador Consultivo permitirá às entidades a quem for atribuída assistir a reuniões de caráter técnico e o acesso às decisões tomadas nas Conferências de chefes de Estado e de Governo, bem como pelo Conselho de Ministros;

6. As candidaturas à categoria de Observador Associado deverão ser devidamente fundamentadas de modo a demonstrar um interesse real pelos princípios e objetivos da CPLP. Serão apresentadas ao Secretariado Executivo que, após apreciação pelo Comitê de Concertação Permanente, as encaminhará para o Conselho de Ministros, o qual recomendará a decisão final a ser tomada pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo;

7. As candidaturas à categoria de Observador Consultivo, devidamente fundamentadas, serão dirigidas ao Secretariado Executivo que, após apreciação pelo Comitê de Concertação Permanente, as encaminhará para o Conselho de Ministros para decisão;

8. A qualidade de Observador Associado ou Consultivo poderá ser retirada, temporária ou definitivamente, sempre que se verifiquem alterações das condições que recomendaram a sua concessão. A decisão final caberá ao órgão que decidiu a respectiva admissão, com base em proposta do Secretariado Executivo e após apreciação pelo Comitê de Concertação Permanente;

9. Qualquer Estado Membro poderá, caso o julgue oportuno, solicitar que uma Reunião tenha lugar sem a participação de Observadores.

Artigo 8°
Órgãos

1. São Órgãos de Direção e Executivos da CPLP:

a) A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;

b) O Conselho de Ministros;

c) O Comitê de Concertação Permanente;

d) O Secretariado Executivo.

2 A Assembléia Parlamentar da CPLP é o órgão que reúne os Parlamentos nacionais dos Estados membros.

3. Além dos referidos nos números anteriores, também são órgãos da CPLP a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e as Reuniões Ministeriais.

4. Na materialização dos seus objetivos, a CPLP apoia-se também nos mecanismos de concertação político-diplomática e de cooperação já existentes ou a criar entre os Estados membros da CPLP.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Artigo 9º
Instituto Internacional de Língua Portuguesa

O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da CPLP que tem como objetivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em *fora* internacionais.

Artigo 10°
Conferência de Chefes de Estado e de Governo

1. A Conferência é constituída pelos Chefes de Estado e/ou de Governo de todos os Estados membros e é o órgão máximo da CPLP.

2. São competências da Conferência:

a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;

b) Adotar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;

c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;

d) Eleger de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos;

e) Eleger o Secretário Executivo da CPLP.

3. A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados membros.

4. As decisões da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados membros.

Artigo 11º
Competências do Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo

São competências do Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo:

a) Presidir às reuniões da Conferência;

b) Acompanhar a implementação das decisões da Conferência e ação dos demais órgãos da CPLP;

c) Representar a CPLP;

d) Convocar e transmitir orientações ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Secretário Executivo sempre que achar necessário para o cumprimento das decisões da Conferência e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da Organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;

e) O mais que lhe for incumbido pela Conferência.

Artigo 12°
Conselho de Ministros

1. O Conselho de Ministros é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os Estados membros.

2. São competências do Conselho de Ministros:

a) Coordenar as atividades da CPLP;

b) Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP;

c) Definir, adotar e implementar as políticas e os programas de ação da CPLP;

d) Aprovar o orçamento da CPLP e do IILP;

e) Formular recomendações à Conferência em assuntos de política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP;

f) Recomendar à Conferência os candidatos para os cargos de Secretário Executivo;

g) Eleger o Diretor Executivo do IILP;

h) Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objetivos e programas da CPLP;

i) Realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência.

3. O Conselho de Ministros elege de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos.

4. O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

5. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência, à qual deverá apresentar os respectivos relatórios.

6. As decisões do Conselho de Ministros são tomadas por consenso.

Artigo 13º
Competências do Presidente do Conselho de Ministros

São competências do Presidente do Conselho de Ministros:

a) Presidir às reuniões do Conselho;

b) Acompanhar a ação dos demais órgãos da CPLP e a implementação das decisões da Conferência e do Conselho;

c) Representar a CPLP;

d) Convocar e transmitir orientações ao Coordenador do Comitê de Concertação Permanente e ao Secretário Executivo sempre que achar necessário para o cumprimento das decisões da Conferência e do Conselho e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da Organização em matéria de política geral, estratégicas e funcionamento harmonioso da Organização;

e) O mais que lhe for incumbido pela Conferência e pelo Conselho.

Artigo 14°
Comitê de Concertação Permanente

1. O Comitê de Concertação Permanente é constituído por um representante de cada um dos Estados membros da CPLP.

2. Compete ao Comitê de Concertação Permanente acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP.

3. Compete ainda ao Comitê de Concertação Permanente acompanhar as ações levadas a cabo pelo IILP, assegurando a sua concordância com a orientação política geral da CPLP.

4. O Comitê de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

5. O Comitê de Concertação Permanente é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros.

6. As decisões do Comitê de Concertação Permanente são tomadas por consenso.

7. O Comitê de Concertação Permanente pode constituir grupos de trabalho para apoiá-lo nas suas tarefas.

8. O Comitê de Concertação Permanente poderá tomar decisões sobre os assuntos mencionados nas alíneas a) , b) , c) e d) do artigo 12°, *ad referendum* do Conselho de Ministros.

Artigo 15º
Assembléia Parlamentar da CPLP

1. A Assembléia Parlamentar é o órgão da CPLP que reúne representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países.

2. Os Parlamentos Nacionais têm igual voto na Assembléia.

3. Compete à Assembléia Parlamentar:

a) Apreciar todas as matérias relacionadas com a finalidade estatutária e a atividade da CPLP, dos seus órgãos e organismos;

b) Emitir parecer sobre as orientações, a política geral e as estratégias da CPLP;

c) Reunir-se, a fim de analisar e debater as respectivas atividades e programas, com o Presidente do Conselho de Ministros, o Secretário Executivo e o Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP e bem assim com os responsáveis por outros organismos equiparáveis que venham a ser criados no âmbito da Organização;

d) Adotar, no âmbito das suas competências e por deliberação que reuna a maioria expressa do conjunto das suas delegações, votos, relatórios, pareceres, propostas ou recomendações.

4. A Assembléia Parlamentar tem direito a receber e a obter a informação e a documentação oficial dos órgãos da CPLP.

5. A Assembléia Parlamentar pode constituir grupos de trabalho e missões de observação internacional, nomeadamente missões eleitorais, bem como designar enviados especiais para relatar sobre assuntos específicos no âmbito da Comunidade.

6. O Presidente da Assembléia Parlamentar, eleito por um período de dois anos não renovável, tem assento nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

7. Os Estatutos e o Regimento da Assembléia Parlamentar são adotados mediante deliberação aprovada por consenso das delegações nacionais ou, na falta deste, por maioria qualificada.

Artigo 16º
Competências do Instituto Internacional de Língua Portuguesa

1. Na prossecução dos seus objetivos, quer entre Estados membros, quer no plano internacional, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) tomará em consideração a orientação geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como a diversidade cultural dos países que a constituem.

2. O IILP gozará de autonomia científica e administrativa, recebendo orientação quanto aos objetivos a prosseguir dos seus órgãos próprios nomeadamente do Conselho Científico.

3. O IILP é chefiado por um Diretor Executivo que é uma Alta Personalidade dos Estados membros, preferencialmente com experiência em políticas de Língua Portuguesa, e que será eleito pelo Conselho de Ministros para um mandato de dois anos, renovável uma única vez.

4. A ação do Diretor Executivo será apoiada pelo Conselho Científico composto por representantes de todos os Estados membros e que se reunirá, no mínimo, anualmente. O Secretariado Executivo far-se-á representar na reunião do Conselho Científico pelo Assessor para matérias da Língua e Cultura.

Artigo 17°
Secretariado Executivo

1. O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem as seguintes competências:

a) Implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comitê de Concertação Permanente;

b) Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP;

c) Organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP;

d) Acompanhar a execução das decisões das Reuniões Ministeriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP.

2. O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo.

Artigo 18°
Secretário Executivo

1. O Secretário Executivo é uma alta personalidade de um dos Estados membros da CPLP, eleito para um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados membros por ordem alfabética crescente.

2. No final do mandato, é facultado ao Estado membro cujo nacional ocupa o cargo de Secretário Executivo apresentar candidatura, por mais um mandato de dois anos, para o cargo de Secretário Executivo.

3. São principais competências do Secretário Executivo:

a) Empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objetivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento;

b) Apresentar propostas ao Conselho de Ministros e às Reuniões Ministeriais, após consulta ao Comitê de Concertação Permanente;

c) Nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo após consulta ao Comitê de Concertação Permanente;

d) Realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados membros e outras instituições da CPLP;

e) Propor a convocação de reuniões extraordinárias sempre que a situação o justifique;

f) Responder pelas finanças, pela administração geral e pelo patrimônio da CPLP;

g) Representar a CPLP nos *fora* internacionais;

h) Celebrar acordos com outras organizações e agências internacionais, após aprovação pelo Comitê de Concertação Permanente;

i) Exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência, pelo Conselho de Ministros e pelo Comitê de Concertação Permanente;

j) O Secretário Executivo poderá delegar no Diretor Geral parte das suas funções incluindo, com caráter excepcional e informados os Estados membros, a sua representação no exterior.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Artigo 19º
Diretor Geral

1. O Diretor Geral é recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados membros, mediante concurso público, pelo prazo de 3 anos, renovável por igual período;

2. O Diretor Geral é responsável, sob a orientação do Secretário Executivo, pela gestão corrente do Secretariado, planeamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projetos levados a cabo pelo Secretariado.

Artigo 20º
Reunião dos Pontos Focais de Cooperação

1. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP.

2. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação é coordenada pelo representante do Estado membro que detém a Presidência.

3. Compete à Reunião dos Pontos Focais de Cooperação assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade, devendo o seu coordenador apresentar ao Comitê de Concertação Permanente um ponto de situação sobre a execução dos programas apresentados no início de cada semestre.

4. Os Pontos Focais de Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

Artigo 21º
Reuniões Ministeriais

1. As Reuniões Ministeriais são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes setores governamentais de todos os Estados membros.

2. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, em nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respectivos setores governamentais.

3. O Estado membro anfitrião promoverá o depósito, junto do Secretariado Executivo, dos documentos aprovados nas Reuniões Ministeriais, que deles dará conhecimento ao Comitê de Concertação Permanente.

4. As ações aprovadas no âmbito das Reuniões Ministeriais serão financiadas por fontes a serem identificadas por esses órgãos. As ações a serem financiadas pelo Fundo Especial da CPLP deverão submeter-se às normas e procedimentos previstos no Regimento do Fundo Especial.

Artigo 22°
Quórum

O Quórum para a realização de todas as reuniões da CPLP e das suas instituições é de pelo menos seis Estados membros.

Artigo 23°
Decisões

As decisões dos órgãos da CPLP e das suas instituições são tomadas por consenso de todos os Estados membros.

Artigo 24°
Regimento Interno

Os órgãos e instituições da CPLP definirão o seu próprio regimento interno.

Artigo 25°
Proveniência dos Fundos

1. Os fundos da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados membros, mediante quotas a serem fixadas pelo Conselho de Ministros.

2. A CPLP conta com um Fundo Especial, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das Ações Concretas levadas a cabo no quadro da CPLP, constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas, e regido por Regimento próprio, aprovado pelo Conselho de Ministros.

Artigo 26°
Orçamento

1. O orçamento de funcionamento da CPLP estende-se de 1 de janeiro a 31 de dezembro do mesmo ano.

2. A proposta orçamental é preparada pelo Secretariado Executivo e, depois de apreciada pelo Comitê de Concertação Permanente, submetida à decisão dos Estados membros, pelo menos três meses antes do início do novo exercício orçamental.

3. O Diretor Executivo do IILP apresentará, anualmente, ao Comitê de Concertação Permanente, um Projeto de Orçamento de Funcionamento acompanhado das necessárias notas explicativas. No início de cada ano, o Diretor Executivo do IILP apresentará um relatório detalhado da execução orçamental, por forma a que este seja apresentado às Auditorias que inspecionam as contas da CPLP.

4. O orçamento de funcionamento do IILP será aprovado, anualmente, pelo Comitê de Concertação Permanente *ad referendum* do Conselho de Ministros, devendo seguir procedimentos similares aos do orçamento de funcionamento da CPLP.

Artigo 27°
Patrimônio

O patrimônio da CPLP é constituído por todos os bens, móveis ou imóveis, adquiridos, atribuídos ou doados por quaisquer pessoas e instituições públicas ou privadas.

Artigo 28°
Emenda

1. O Estado ou Estados membros interessados em eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão por escrito ao Secretário Executivo uma notificação contendo as propostas de emenda.

2. O Secretário Executivo comunicará ao Comitê de Concertação Permanente as propostas de emenda referidas no n° 1 do presente Artigo, que as submeterá à aprovação do Conselho de Ministros.

Artigo 29°
Entrada em Vigor

1. Os presentes Estatutos entrarão em vigor, provisoriamente, na data da sua assinatura e, definitivamente, após a conclusão das formalidades constitucionais por todos os Estados membros.

2. Os presentes Estatutos serão adotados por todos os Estados membros em conformidade com as suas formalidades constitucionais.

Artigo 30°
Depositário

Os textos originais da Declaração Constitutiva da CPLP e dos presentes Estatutos serão depositados na Sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados membros.

DECRETO Nº 8.340, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira 2003/2005/2006, firmado em Brasília em 14 de maio de 2008.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira 2003/2005/2006 foi firmado em Brasília em 14 de maio de 2008;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 700, de 7 de outubro de 2009; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 27 de outubro de 2009, nos termos de seu Artigo 5;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira 2003/2005/2006, em Brasília, em 14 de maio de 2008, anexo a este Decreto.

Parágrafo único. O Acordo a que se refere o **caput** serão executadas e cumpridas integralmente em seus termos.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do art. 49, **caput**, inciso I, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos
Miriam Belchior

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE COOPERAÇÃO FINANCEIRA 2003/2005/2006

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Federal da Alemanha,

Considerando o espírito das relações amistosas existentes entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha;

Desejosos de consolidar e intensificar tais relações amistosas, mediante uma cooperação financeira em espírito de parceria;

Conscientes de que a manutenção dessas relações constitui a base do presente Acordo;

No intuito de contribuir para o desenvolvimento social e econômico na República Federativa do Brasil, e

Considerando a Ata das Negociações Intergovernamentais, de 2 e 3 de dezembro de 2003, a Ata das Negociações Intergovernamentais, de 30 e 31 de agosto de 2005, e a Nota Verbal de Alocação da Embaixada da República Federal da Alemanha ao Governo da República Federativa do Brasil, de 6 de dezembro de 2006 (WZ 444/PP-G7/ÜR 566 2006),

Acordam o seguinte:

Artigo 1

1. O Governo da República Federal da Alemanha facilitará ao Governo da República Federativa do Brasil ou a outros beneficiários, a serem escolhidos conjuntamente por ambos os Governos, a obtenção junto ao **Kreditanstalt für Wiederaufbau** (doravante denominado "KfW") de contribuições financeiras não reembolsáveis, no montante total de 40. 000. 000,-- EUR (quarenta milhões de euros), para os seguintes projetos:

a) "Manejo Florestal Sustentável na Amazônia" (compromisso de alocação na Ata das Negociações Intergovernamentais de 2003, "**Support of the programme Sustainable Amazonia**" - Amazônia Sustentável), até o montante de 15. 000. 000 EUR (quinze milhões de euros);

b) "Fundo para Áreas Protegidas na Amazônia - FAP/ARPA" (compromisso de alocação na Ata das Negociações Intergovernamentais de 2005, "**Protected Areas - Nature Reserves and other Public Lands - and Sustainable Management**"), até o montante de 10. 000. 000 EUR (dez milhões de euros);

c) "Cooperação Trilateral: Combate à AIDS" (compromisso de alocação na Ata das Negociações Intergovernamentais de 2005, "**Support for the International AIDS Control Cooperation Programme**"), até o montante de 5. 000. 000 EUR (cinco milhões de euros); e

d) "Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA II" (Nota de Alocação de 6 de dezembro de 2006, "Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA II"), até o montante de 10. 000. 000 EUR (dez milhões de euros),

As contribuições financeiras acima referidas serão oferecidas se esses projetos, depois de examinados por ambas as partes, forem considerados aptos para promoção e se tiver sido confirmado que, na função de projetos de meio ambiente ou de infraestrutura social ou de fundo de garantia de empréstimos destinado a médias empresas ou como medida de auto-ajuda destinada a combater a pobreza ou como medida destinada a melhorar a situação social das mulheres, preenchem os requisitos especiais para serem promovidos através de uma contribuição financeira.

2. Caso a confirmação de que trata o parágrafo 1 não possa ser dada com respeito a um dos projetos nele referidos, o Governo da República Federal da Alemanha facilitará ao Governo da República Federativa do Brasil a obtenção junto ao KfW de um empréstimo até o montante da contribuição financeira prevista.

3. Os projetos mencionados no parágrafo 1 poderão ser substituídos por outros projetos, de comum acordo entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil. Se um dos projetos mencionados no parágrafo 1 for substituído por outro projeto que, na função de projeto de meio ambiente ou de infra-estrutura social ou de fundo de garantia de empréstimos destinado a médias empresas ou como medida de auto-ajuda destinada a combater a pobreza ou como medida destinada a melhorar a situação social das mulheres, preenche os requisitos especiais para ser promovido através de uma contribuição financeira não reembolsável, poderá ser concedida uma contribuição financeira não reembolsável ou, caso contrário, um empréstimo.

4. As disposições do presente Acordo serão aplicadas, igualmente, se o Governo da República Federal da Alemanha posteriormente facilitar ao Governo da República Federativa do Brasil a obtenção junto ao KfW de outros empréstimos ou outras contribuições financeiras não reembolsáveis, para a preparação dos projetos mencionados no parágrafo 1 deste Artigo, ou contribuições financeiras não reembolsáveis para a adoção de providências colaterais necessárias a sua execução e a seu acompanhamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Artigo 2

1. A utilização dos montantes mencionados no Artigo 1, as condições de sua concessão, bem como o processo da adjudicação, serão estabelecidos nos contratos a serem celebrados entre os beneficiários das contribuições financeiras e o KfW. Tais contratos ficarão sujeitos às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha.

2. O compromisso de alocação dos montantes mencionados no parágrafo 1 do Artigo 1 será anulado se os respectivos contratos de empréstimo e de financiamento não forem firmados dentro de um prazo de 8 anos a contar do ano em que se assumiu o compromisso. Para os montantes, ou seja, os projetos acima referidos, esses prazos se encerram:

- no caso da letra a): em 31 de dezembro de 2011;

- no caso das letras b) e c): em 31 de dezembro de 2013; e

- no caso da letra d): em 31 de dezembro de 2014.

Artigo 3

O KfW não arcará com o pagamento de tributos, encargos e emolumentos públicos cobrados na República Federativa do Brasil com relação à celebração e execução dos contratos mencionados no Artigo 2, parágrafo 1.

Artigo 4

O Governo da República Federativa do Brasil, no que diz respeito ao transporte de pessoas e bens, por via marítima, terrestre e aérea, decorrente das contribuições financeiras deixará ao livre critério dos passageiros e fornecedores a escolha das empresas de transporte, não tomará quaisquer medidas que excluam ou dificultem a participação, com igualdade de direitos, das empresas de transporte com sede na República Federal da Alemanha e outorgará, depois de preenchidos os requisitos legais necessários, as autorizações para a participação das mesmas.

Artigo 5

O presente Acordo entrará em vigor na data em que o Governo da República Federal da Alemanha receber a comunicação do Governo da República Federativa do Brasil que foram preenchidos os requisitos legais internos para a sua vigência, sendo, para tal efeito, decisiva a data da entrada dessa notificação.

Feito em Brasília, em 14 de maio de 2008, em dois originais, nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
Samuel Pinheiro Guimarães Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores	Prout Von Kunow Embaixador

DECRETO Nº 8.341, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique Relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação, firmado em Brasília, em 17 de junho de 2010.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique firmaram, em Brasília, em 17 de junho de 2010, o Acordo Relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 584, de 26 de dezembro de 2012; e

Considerando que o Acordo Relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 27 de junho de 2014, nos termos de seu Artigo 14;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique Relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação, firmado em Brasília, em 17 de junho de 2010, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE RELATIVO AO RECONHECIMENTO MÚTUO DE CARTEIRAS DE HABILITAÇÃO

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República de Moçambique
(doravante denominados "Partes"),

Animadas pelo espírito de cooperação e de amizade mútua que caracteriza as históricas relações entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique;

Decididas a manter e reforçar as excelentes relações bilaterais entre os dois Países;

Reconhecendo as vantagens recíprocas que possam advir da cooperação e facilitação na circulação rodoviária no território de cada um dos países;

Reconhecendo os objetivos e fins da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) de que Brasil e Moçambique são Partes;

Procurando fortalecer e consolidar a cooperação e os laços de amizade e entendimento mútuo entre os dois povos; e

Conscientes das provisões do Acordo Geral de Cooperação existente entre os dois países, assinado a 15 de Setembro de 1981, em Brasília;

Acordam no seguinte:

Artigo 1
Objeto

O presente Acordo tem por objeto o reconhecimento mútuo de carteiras de habilitação emitidas pelas autoridades competentes das duas Partes aos seus nacionais com residência legal nesses Estados.

Artigo 2
Validade de carteiras de habilitação

1. As Partes reconhecem as carteiras de habilitação referidas no artigo 1 para as categorias de veículos para que sejam concedidas pelas autoridades competentes e por um prazo até 180 dias após a entrada no território da outra Parte.

2. Decorrido o prazo referido no número anterior, os titulares de carteiras de habilitação devem requerer a troca das carteiras, bastando para o efeito a confirmação da autenticidade das mesmas pelas entidades competentes e apresentação do documento de identificação ou autorização de residência no outro Estado.

3. A troca das carteiras de habilitação deve ser feita em conformidade com a tabela de equivalências de categorias que consta do Anexo I, ao presente Acordo, com dispensa de exames teóricos e práticos aos titulares, sendo lhes apenas exigidos os exames de Aptidão Física e Mental e Avaliação Psicológica.

Artigo 3
Requisitos internos

1. As Partes garantem que as carteiras de habilitação emitidas pelas autoridades competentes respeitam as normas de Direito interno de cada uma das Partes, nomeadamente, os requisitos legais para a obtenção das mesmas.

2. Em caso de dúvida sobre a autenticidade de carteiras de habilitação emitidas pelas Partes, as respectivas autoridades competentes podem solicitar mutuamente a confirmação dessa autenticidade.

3. O averbamento ou adição de categorias de carteiras de habilitação requeridas pelos respectivos titulares no outro Estado devem obedecer os procedimentos e requisitos internos estabelecidos para as categorias a que pretendem se habilitar.

4. As carteiras de habilitação caducadas emitidas pelas autoridades competentes das duas Partes poderão ser trocadas no território da outra Parte, desde que o seu titular cumpra os procedimentos internos relativos à renovação da Carteira de Habilitação vigentes nesse País.

5. Os titulares de carteiras de habilitação trocadas no outro Estado devem sujeitar-se às normas desse país ao requerer a renovação ou controle da respectiva Carteira de Habilitação.

6. O presente Acordo não se aplicará à permissão para dirigir e às cartas em "regime probatório", previstas nas legislações nacionais das Partes, e, ainda, às carteiras expedidas em um e outro Estado, derivadas da troca de outra Carteira de Habilitação obtida em um terceiro Estado.

Artigo 4
Menções especiais

Quando a Carteira de Habilitação possuir menções especiais, nomeadamente restrições ou adaptações à condução do titular, estas serão observadas pelas Partes nos termos estabelecidos pelos respectivos Direitos internos para restrições e adaptações idênticas.

Artigo 5
Comunicações recíprocas

1. As Partes comprometem-se a comunicar reciprocamente, a solicitação das autoridades competentes, a informação necessária à identificação do titular da Carteira de Habilitação que seja alvo de processo de contra-ordenação na outra Parte.

2. Ressalvada a situação de troca de carteiras de habilitação, as Partes comprometem-se ainda a comunicar reciprocamente as medidas restritivas definitivas ou transitadas em julgado do direito de conduzir, aplicadas ao condutor no território da outra Parte, designadamente:

a) proibição ou interdição de conduzir;

b) cassação de Carteira de Habilitação;

c) aplicação de sanção acessória de inibição de conduzir;

d) apreensão de carteiras de habilitação, nos termos definidos pelo Direito interno das partes.

3. As Partes obrigam-se, ainda, a comunicar entre si quaisquer ocorrências susceptíveis de dificultar a aplicação do presente Acordo.

Artigo 6
Modelos de carteiras de habilitação

1. Os modelos de carteiras de habilitação vigentes na República Federativa do Brasil e na República de Moçambique constam do Anexo II ao presente Acordo.

2. A alteração dos modelos referidos no número anterior deve ser comunicada a outra Parte com antecedência mínima de trinta (30) dias antes da sua implementação.

Artigo 7
Reconhecimento de Decisões Condenatórias

As Partes comprometem-se a recusar a troca de carteiras de habilitação ao condutor cuja carteira tenha sido objeto de restrição, suspensão ou retirada nos termos do Direito interno das Partes, e ainda a reconhecer as decisões condenatórias definitivas, proferidas em processos de contra-ordenação rodoviária e a executar a parte não cumprida da sanção acessória de inibição de conduzir aplicada pela outra Parte.

Artigo 8
Autoridades competentes

Para efeitos de implementação do presente Acordo, as partes estabelecem que são autoridades competentes:

a) Pela República Federativa do Brasil, o Órgão Máximo Executivo de Trânsito da União - DENATRAN,

b) Pela República de Moçambique, o Instituto Nacional de Viação - INAV;

Artigo 9
Consultas

No processo de implementação do presente Acordo, qualquer uma das Partes poderá a qualquer momento e sempre que se revele pertinente, solicitar consultas à outra parte, para maior eficácia do mesmo.

Artigo 10
Salvaguarda do Direito interno das Partes

Nenhuma das disposições do presente Acordo pode ser interpretada no sentido de impedir qualquer das Partes de tomar as medidas legalmente previstas no seu Direito interno relativa a um titular de Carteira de Habilitação que transgrida as regras de trânsito vigentes ou pratique quaisquer atos susceptíveis de prejudicar o exercício de condução em segurança.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Artigo 11

Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia, relativa à interpretação, à implementação ou à aplicação do presente Acordo será solucionada pelas Partes, por meio de negociação direta, por via diplomática.

Artigo 12

Revisão

1. O presente Acordo pode ser objeto de revisão a pedido de qualquer das Partes.

2. As emendas ao presente Acordo entrarão em vigor nos termos previstos no artigo 14 do presente Acordo.

Artigo 13

Denúncia

1. Qualquer das partes poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo mediante notificação prévia, por escrito e por via diplomática.

2. A Denúncia terá efeito noventa dias (90) após a data de recebimento da respectiva notificação.

Artigo 14

Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data do recebimento da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de Direito interno das Partes necessários para o efeito, e permanecerá em vigor por prazo indeterminado.

Artigo 15

Registro

A Parte em cujo território o presente Acordo for assinado, no mais breve prazo possível após a sua entrada em vigor submetê-lo-á para registro junto ao Secretariado das Nações Unidas, nos termos do artigo 102 da Carteira das nações Unidas, devendo, igualmente, notificar a outra parte da conclusão deste procedimento e indicar-lhe o número de registro atribuído.

Feito em Brasília, em 17 de junho de 2010, em dois originais, em língua portuguesa, sendo ambos textos de igual valor e fé.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Embaixador	**Murade Isaac Murargy**
Piragibe dos Santos Tarragô	Embaixador de Moçambique
Subsecretário-Geral Político III	no Brasil

ANEXO I

TABELA DE EQUIVALÊNCIAS

CARTA MOÇAMBICANA		CARTA BRASILEIRA	
CATEGORIAS	**TIPO DE VEICULOS**	**CATEGORIAS**	**TIPO DE VEICULOS**
A e A1	Motociclos	**A**	Condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral.
B	Ligeiros	**B**	Condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a oito lugares, excluído o do motorista.
C e C1	Pesados	**C**	Condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas.
BE,C1E e CE	Veiculos combinados	**E**	Condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas Categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semi-reboque ou articulada, tenha seis mil quilogramas ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a oito lugares, ou, ainda, seja enquadrado na categoria *trailer*.
P,G e D	Passageiros, Carga normal e Carga perigosa, respectivamente	**D**	Condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista.

CARTEIRA DE HABILITAÇÃO BRASILEIRA



DECRETO Nº 8.342, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, firmado em Brasília, em 2 de fevereiro de 2006.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil e a República da Índia firmaram, em Brasília, em 2 de fevereiro de 2006, o Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 596, de 28 de agosto de 2009; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo em 16 de março de 2012, nos termos do parágrafo 1º de seu Artigo 8;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, firmado em Brasília, em 2 de fevereiro de 2006, anexo a este Decreto.

Parágrafo único. O Acordo a que se refere o **caput** será executado e cumprido integralmente em seus termos.

ANEXO II
MODELOS DE CARTAS DE CONDUÇÃO VIGENTES
NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E NA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

CARTEIRA DE HABILITAÇÃO MOCAMBICANA



Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do artigo 49 da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA INDIA SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES REMUNERADAS POR PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL DIPLOMÁTICO, CONSULAR

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República da Índia

Considerando as dificuldades encontradas pelos membros das famílias de funcionários de Missões Diplomáticas ou Representações consulares que desejam exercer atividade remunerada;

Considerando que os membros daquelas famílias, notadamente o cônjuge, venham a pretender exercer atividade remunerada no Estado em que o funcionário de Missão Diplomática ou Representação consular encontra-se acreditado;

No intuito de facilitar o exercício de atividade remunerada por parte de membros das ditas famílias no Estado acreditado;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acordam o seguinte:

1. Autorização para Exercer Atividade Remunerada

a) Os membros das famílias de funcionários de Missões Diplomáticas ou Representações consulares do Estado acreditante poderão receber autorização, com base na reciprocidade de tratamento, para exercer atividade remunerada no Estado acreditado, de acordo com a legislação do referido Estado;

b) O Estado acreditado reserva-se o direito de denegar autorização para o exercício de atividade remunerada em determinadas campos de trabalho;

c) Qualquer autorização para exercício de atividade remunerada no Estado acreditado deverá, em princípio, ser válida somente durante o período da missão do funcionário de Missão Diplomática ou de Representação consular do Estado acreditante junto ao Estado acreditado.

2. Definições

Para os fins deste Acordo:

a) "Funcionários de Missões Diplomáticas ou Representações consulares" significa qualquer empregado do Estado acreditante, oficialmente designado que não seja nacional ou tenha residência permanente no Estado acreditado numa Missão diplomática, Repartição consular ou Missão junto a uma Organização Internacional;

b) "Membros da família" significa cônjuge de um funcionário de Missão Diplomática ou Representação consular, filhos solteiros até atingida a idade de 25 anos que façam parte da família do funcionário de Missão Diplomática ou Representação consular.

3. Procedimentos

a) A solicitação para o exercício de atividade remunerada deverá ser efetuada, em nome do membro da família do funcionário de Missão Diplomática ou Representação consular do Estado acreditante, junto ao Protocolo do Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado.

b) Os procedimentos a serem seguidos devem ser aplicados de modo a habilitar o membro da família a exercer atividade remunerada tão logo seja possível, e quaisquer requerimentos relativos a permissão para trabalhar e formalidades similares serão acolhidos favoravelmente.

4. Imunidade Civil e Administrativa

No caso de membros da família que gozem de imunidade de jurisdição civil e administrativa no Estado acreditado, nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, ou da Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963, ou de qualquer disposição aplicável do Direito internacional, incluindo as regras do Direito consuetudinário internacional, tal imunidade não se aplicará a nenhum ato ou omissão que resulte da atividade remunerada e que exiver previsto na legislação civil ou administrativa do Estado acreditado.

5. Imunidade Penal

No caso de membros da família que gozem de imunidade de jurisdição penal no Estado acreditado, nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, ou qualquer disposição aplicável do Direito internacional:

a) as normas que dispõem sobre a imunidade de jurisdição penal no Estado acreditado serão aplicadas a qualquer ato que resulte da atividade remunerada;

b) No entanto, em caso de delito grave, o Estado acreditante deverá considerar seriamente solicitação, por parte do Estado acreditado, de proceder à renúncia da imunidade do membro da família que goze da imunidade de jurisdição penal no Estado acreditado;

c) O Estado acreditante deverá, igualmente, considerar seriamente a renúncia de imunidade de execução penal do membro da família que goze da imunidade de jurisdição penal no Estado acreditado;

6. Regimes de taxação e seguridade social

De acordo com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 ou de qualquer disposição aplicável do Direito internacional, os membros da família estarão sujeitos às obrigações tributárias, previdenciárias e financeiras do Estado acreditado para todos os efeitos decorrentes da atividade remunerada no dito Estado.

7. Solução de controvérsias

Quaisquer controvérsias com respeito à interpretação ou aplicação dos dispositivos deste acordo deverão ser dirimidas mediante consulta entre as partes

8. Entrada em Vigor, Emendas e Denúncia

1. Cada Parte Contratante deverá notificar a outra do cumprimento dos respectivos requisitos legais internos necessários à entrada em vigor deste Acordo, a qual se dará 30 (trinta) dias após a data do recebimento da segunda notificação. Este acordo deverá vigorar indefinidamente

2. Emendas a este Acordo deverão ser encaminhadas pelos canais diplomáticos, com o mutuo consentimento das partes contratantes. Tais emendas entrarão em vigor cumpridos os procedimentos previstos no parágrafo primeiro deste Artigo.

3. Ambas as Partes Contratantes podem denunciar este Acordo, mediante notificação escrita. A denúncia terá efeito 6 (seis) meses após a data da notificação.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus Governos, assinaram este Acordo.

Feito em Brasília, em 2 de fevereiro 2006, em dois exemplares originais, nos idiomas português, hindi e inglês todos os textos sendo igualmente autênticos. Em caso de divergência, prevalecerá o texto em inglês.

PELO GOVERNO
DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PEDRO MOTTA PINTO COELHO
Subsecretário-Geral
Político para África,
Ásia/Oceania e Oriente Médio do
Ministério das Relações Exteriores

PELO GOVERNO
DA REPÚBLICA
DA ÍNDIA

HARDEEP SINGH PURI
Embaixador
da República da Índia no Brasil

DECRETO Nº 8.343, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga a Convenção sobre o Acesso Internacional à Justiça, firmada pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 25 de outubro de 1980.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil firmou a Convenção sobre o Acesso Internacional à Justiça, em Haia, em 25 de outubro de 1980;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou a Convenção sobre o Acesso Internacional à Justiça, por meio do Decreto Legislativo nº 658 em 1º de setembro de 2010, com a reserva prevista na alínea "a" do segundo parágrafo do artigo 28, relativa ao segundo parágrafo do artigo 7º;

Considerando que o Governo brasileiro depositou, junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido dos Países Baixos, em 15 de novembro de 2011, o instrumento de adesão à Convenção sobre o Acesso Internacional à Justiça e que a Convenção entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 1º de fevereiro de 2012;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgada a Convenção sobre o Acesso Internacional à Justiça, firmada em Haia, em 25 de outubro de 1980, com a reserva prevista na alínea "a" do segundo parágrafo do artigo 28, relativa ao segundo parágrafo do artigo 7º, anexa a este Decreto.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil conserva o direito de estipular que os formulários e documentos a serem encaminhados para autoridades brasileiras deverão ser acompanhados de tradução para o português.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão da Convenção e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
José Eduardo Cardozo
Eduardo dos Santos

CONVENÇÃO SOBRE O ACESSO INTERNACIONAL À JUSTIÇA

(Firmada em 25 de outubro de 1980)
(Em vigor desde 1º de maio de 1988)

Os Estados Signatários da presente Convenção,

Desejando facilitar o acesso internacional à justiça,

Decidiram firmar uma Convenção com esse propósito e concordaram com as seguintes disposições:

CAPÍTULO I - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Artigo 1º

Os nacionais e os habitualmente residentes em qualquer Estado Contratante terão o direito de receber assistência judiciária para procedimentos judiciais referentes a matéria civil e comercial em outro Estado Contratante, nas mesmas condições que receberiam caso fossem nacionais ou residentes habituais daquele Estado.

Aqueles aos quais o primeiro parágrafo deste artigo não se aplica, mas que foram anteriormente residentes habituais de um Estado Contratante no qual os procedimentos judiciais serão ou já foram instaurados, terão, nada obstante, o direito a assistência judiciária conforme previsto no primeiro parágrafo deste artigo, se o motivo da ação teve origem em sua residência habitual anterior naquele Estado.

Em Estados onde a assistência judiciária é fornecida em matéria administrativa, social e tributária, as disposições deste artigo aplicar-se-ão a processos instaurados em juízos competentes nessas matérias.

Artigo 2º

O artigo 1º deve abranger consultoria jurídica, desde que o solicitante esteja presente no Estado no qual a consultoria é solicitada.

Artigo 3º

Cada Estado Contratante designará uma Autoridade Central para receber e executar as solicitações de assistência judiciária apresentadas segundo as disposições da presente Convenção.

Os Estados Federais e os Estados que possuam mais de um sistema jurídico poderão designar mais de uma Autoridade Central. Caso a solicitação seja enviada para uma Autoridade Central que não tenha competência para transmiti-la, será encaminhada a qualquer outra Autoridade Central, no mesmo Estado Contratante, competente para tanto.

Artigo 4º

Cada Estado Contratante designará uma ou mais autoridades transmissoras para fins de encaminhamento de solicitações de assistência judiciária à Autoridade Central adequada no Estado requerido.

As solicitações de assistência judiciária serão transmitidas, sem a interferência de qualquer outra autoridade, de acordo com o modelo anexo à presente Convenção.

Nada neste artigo impedirá que o envio de uma solicitação seja feito pelas vias diplomáticas.

Artigo 5º

Quando o solicitante de assistência judiciária não estiver presente no Estado requerido, poderá enviar sua solicitação a uma autoridade transmissora no Estado Contratante do qual é residente habitual, sem prejuízo de qualquer outro meio a que tenha direito para o envio de sua solicitação à autoridade competente no Estado requerido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A solicitação terá o formato do modelo anexo à presente Convenção e será acompanhada de quaisquer documentos necessários, sem prejuízo ao direito do Estado requerido de solicitar informações ou documentos adicionais quando cabível.

Qualquer Estado Contratante pode declarar que sua Autoridade Central receptora aceitará solicitações enviadas por outras vias ou métodos.

Artigo 6º

A autoridade transmissora auxiliará o solicitante, garantindo que a solicitação seja acompanhada de todas as informações e documentação que saiba serem necessários para o exame da solicitação. A autoridade transmissora garantirá que os requisitos formais sejam atendidos.

Caso a autoridade transmissora julgue que a solicitação é manifestamente infundada, poderá recusar-se a transmiti-la.

A autoridade transmissora auxiliará o solicitante a obter, sem custo, a tradução dos documentos nos casos em que tal assistência seja cabível.

A autoridade transmissora responderá a pedidos de informações adicionais enviados pela Autoridade Central receptora no Estado requerido.

Artigo 7º

A solicitação, os documentos que a fundamentam e quaisquer respostas a pedidos de informações adicionais serão redigidos no idioma oficial ou em um dos idiomas oficiais do Estado requerido ou serão acompanhados de tradução para um desses idiomas.

Entretanto, quando não for possível obter, no Estado requerente, a tradução para o idioma do Estado requerido, este aceitará os documentos em inglês ou em francês, ou os documentos acompanhados de tradução para um destes idiomas.

As comunicações provenientes da Autoridade Central receptora podem ser redigidas no idioma oficial ou em um dos idiomas oficiais do Estado requerido ou em inglês ou em francês. Entretanto, quando a solicitação encaminhada pela autoridade transmissora estiver em inglês ou em francês ou estiver acompanhada de tradução para um desses idiomas, as comunicações provenientes da Autoridade Central receptora também deverão estar em um desses idiomas.

As despesas de tradução resultantes da aplicação dos parágrafos precedentes serão incorridas pelo Estado requerente, salvo as traduções feitas no Estado requerido, que não darão origem a qualquer reivindicação de reembolso por parte deste Estado.

Artigo 8º

A Autoridade Central receptora decidirá sobre a solicitação ou tomará as providências necessárias para obter tal decisão por uma autoridade competente no Estado requerido.

A Autoridade Central receptora transmitirá pedidos de informações adicionais à autoridade transmissora e a informará a respeito de qualquer dificuldade relacionada à análise da solicitação e sobre decisão tomada.

Artigo 9º

Quando o solicitante de assistência judiciária não residir em um Estado Contratante, poderá enviar sua solicitação por vias consulares, sem prejuízo de qualquer outro meio a que tenha direito para o envio da solicitação à autoridade competente no Estado requerido.

Qualquer Estado Contratante pode declarar que sua Autoridade Central receptora aceitará solicitações enviadas por outras vias ou métodos.

Artigo 10

Todos os documentos encaminhados nos termos do presente capítulo estarão isentos de legalização ou de qualquer outra formalidade análoga.

Artigo 11

Nenhuma cobrança será efetuada pela transmissão, recepção ou decisão a respeito das solicitações de assistência judiciária nos termos do presente Capítulo.

Artigo 12

As solicitações de assistência judiciária serão tratadas de modo célere.

Artigo 13

Quando for concedida assistência judiciária nos termos do artigo 1º, a citação, intimação ou notificação em qualquer outro Estado Contratante relativas ao processo do beneficiário da assistência judiciária não originará qualquer reembolso, independentemente da forma pela qual a citação, intimação ou notificação seja realizada. O mesmo se aplica a Cartas Rogatórias e relatórios de pesquisa social, salvo honorários pagos a peritos e intérpretes.

Quando uma pessoa for beneficiária de assistência judiciária em um processo em um Estado Contratante, nos termos do artigo 1º, e uma decisão for proferida nesse processo, terá direito a ser beneficiária, sem que haja nova análise de sua situação, de assistência judiciária em qualquer outro Estado Contratante no qual solicite o reconhecimento ou a execução de tal decisão.

CAPÍTULO II - DEPÓSITO JUDICIAL PARA GARANTIA DE CUSTAS E DESPESAS E EXECUÇÃO DE CONDENAÇÕES AO PAGAMENTO DE CUSTAS E DESPESAS

Artigo 14

Não será exigido nenhum tipo de garantia, caução ou depósito judicial de pessoas (inclusive pessoas jurídicas) habitualmente residentes em um Estado Contratante que sejam autores ou partes intervenientes de um processo perante juízos de outro Estado Contratante, exclusivamente pelo fato de serem estrangeiras ou de não serem domiciliadas ou residentes no Estado onde o processo foi instaurado.

A mesma regra aplicar-se-á a qualquer pagamento exigido do autor ou das partes intervenientes como garantia das custas processuais.

Artigo 15

As condenações ao pagamento de custas e despesas processuais proferidas em um dos Estados Contratantes em desfavor de qualquer pessoa isenta de obrigações como garantia, caução, depósito judicial ou pagamento decorrentes do artigo 14 ou da legislação do Estado onde o processo foi instaurado, serão, mediante solicitação do beneficiário da decisão, considerada exeqüível gratuitamente em qualquer outro Estado Contratante.

Artigo 16

Cada Estado Contratante designará uma ou mais autoridades transmissoras para fins do encaminhamento, à Autoridade Central competente do Estado requerido, das solicitações de execução previstas no artigo 15.

Cada Estado Contratante designará uma Autoridade Central para receber tais solicitações e tomar as providências necessárias para garantir que se chegue a uma decisão final a seu respeito.

Os Estados Federais e os Estados que possuem mais de um sistema jurídico podem designar mais de uma Autoridade Central. Caso a Autoridade Central à qual uma solicitação for encaminhada não for competente para tramitá-la, encaminhá-la-á a outra Autoridade Central competente no Estado requerido.

As solicitações mencionadas no presente artigo serão transmitidas sem intervenção de qualquer outra autoridade, sem prejuízo da possibilidade de transmissão pelas vias diplomáticas.

Nada neste artigo impedirá que solicitações sejam realizadas diretamente pelo beneficiário da decisão, salvo se o Estado requerido tiver declarado que não aceitará solicitações realizadas dessa forma.

Artigo 17

Todos as solicitaçõesprevistas pelo artigo 15 serão acompanhadas de:

a) uma cópia fiel da parte pertinente da decisão, contendo os nomes e funções das partes e a condenação a custas ou despesas;

b) qualquer documento probatório de que a decisão não é mais objeto das formas ordinárias de recurso no Estado de origem e que é exeqüível neste Estado;

c) uma tradução certificada dos documentos supracitados no idioma do Estado requerido, se não tiverem sido redigidos neste idioma.

A autoridade competente do Estado requerido decidirá sobre a solicitação sem ouvir as partes, limitando-se a verificar se os documentos exigidos foram apresentados. Quando solicitado pelo requerente, tal autoridade fixará o montante das custas de autenticação, tradução e certificação, que serão consideradas como custas e despesas processuais. Não poderá ser exigida a legalização ou qualquer outra formalidade análoga.

As partes não poderão interpor recursos contra a decisão proferida pela autoridade competente, exceto aqueles previstos pela legislação do Estado requerido.

CAPÍTULO III - CÓPIAS DE ATOS E DECISÕES JUDICIAIS

Artigo 18

Nacionais de qualquer Estado Contratante e residentes habituais de qualquer Estado Contratante podem obter em qualquer outro Estado Contratante, nos mesmos termos e condições que os nacionais deste Estado, cópia ou extrato, se necessário legalizados, de atos ou decisão relacionada às matérias civil e comercial.

CAPÍTULO IV - DETENÇÃO E SALVO-CONDUTO

Artigo 19

Quer como meio de execução de sentença ou simplesmente como medida cautelar, prisão e detenção não serão empregadas, em matéria civil ou comercial, contra nacionais de um Estado Contratante ou residentes habituais de um Estado Contratante, quando não puderem ser empregadas contra nacionais do Estado que está prendendo ou detendo. Todos os fatos que possam ser invocados por um nacional que tenha residência habitual no referido Estado para obter soltura de prisão ou detenção podem ser invocados com o mesmo efeito por um nacional de um Estado Contratante ou por um residente habitual de um Estado Contratante, mesmo que o fato tenha ocorrido no estrangeiro.

Artigo 20

Um nacional ou um residente habitual de um Estado Contratante que seja intimado nominalmente, por um juízo em outro Estado Contratante ou por uma parte com permissão de um juízo, a comparecer como testemunha ou perito em processos naquele Estado, não será passível de acusação, detenção, ou sujeição a outra restrição de sua liberdade pessoal no território daquele Estado, no que diz respeito a atos ou condenação ocorridos antes de sua chegada àquele Estado.

A imunidade prevista no parágrafo anterior terá início sete dias antes da data estabelecida para a oitiva da testemunha ou do perito e terminará quando a testemunha ou perito, por um período de sete dias consecutivos a contar da data em que foi informado pelas autoridades judiciais de que sua presença não é mais necessária, tiver tido a oportunidade de partir mas apesar disso tiver permanecido no território ou, tendo deixado tal território, tiver retornado voluntariamente.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 21

Sem prejuízo das disposições do artigo 22, nada nesta Convenção será interpretado como limitador de qualquer direito referente a matérias regidas pela presente Convenção que possa ser outorgado a uma pessoa segundo a legislação de um Estado Contratante ou nos termos de qualquer outra convenção da qual seja, ou venha a se tornar, parte.

Artigo 22

Entre as Partes da presente Convenção que também sejam Partes de uma ou de ambas as Convenções relativas ao Processo Civil, firmadas na Haia em 17 de julho de 1905 e em 1º de março de 1954, a presente Convenção substituirá os artigos 17 a 24 da Convenção de 1905 ou os artigos 17 a 26 da Convenção de 1954, mesmo que tenha sido feita a reserva prevista na alínea "c" do segundo parágrafo do artigo 28 da presente Convenção.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Artigo 23

Os acordos suplementares firmados pelos Estados Partes das Convenções de 1905 e 1954serão considerados igualmente aplicáveis à presente Convenção, na medida em que com esta sejam compatíveis, a menos que as Partes convenham de outro modo.

Artigo 24

Um Estado Contratante poderá, por meio de declaração, especificar idioma ou idiomas, distintos dos previstos nos artigos 7º e 17, nos quais os documentos enviados à sua Autoridade Central possam ser redigidos ou traduzidos.

Artigo 25

Um Estado Contratante que tenha mais de um idioma oficial e não possa, segundo sua legislação nacional, aceitar, com relação a todo o seu território, que os documentos previstos nos artigos 7º e 17 sejam redigidos em um daqueles idiomas especificará, por meio de declaração, o idioma no qual os documentos ou suas traduções serão redigidos para apresentação a determinadas partes de seu território.

Artigo 26

Caso um Estado Contratante possua duas ou mais unidades territoriais nas quais sistemas jurídicos distintos sejam aplicados em relação a matérias tratadas nesta Convenção, no momento da assinatura, ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, poderá declarar que a presente Convenção abrangerá todas as suas unidades territoriais ou apenas uma ou mais unidades e poderá modificar a declaração, remetendo outra declaração a qualquer momento.

Todas as declarações dessa natureza serão notificadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos e especificarão expressamente as unidades territoriais às quais a presente Convenção se aplica.

Artigo 27

Quando um Estado Contratante possuir um sistema de governo no qual os poderes executivo, judiciário e legislativo estiverem distribuídos entre autoridade central e outras autoridades internas do Estado, sua assinatura, ratificação, aceitação, aprovação ou adesão à presente Convenção, ou qualquer declaração feita de acordo com o artigo 26, não terá implicações em relação à distribuição interna de poderes no âmbito desse Estado.

Artigo 28

Qualquer Estado Contratante pode, no momento da assinatura, ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, reservar-se o direito de excluir a aplicação do artigo 1º no caso de pessoas que não sejam nacionais de um Estado Contratante, mas que possuam residência habitual em um Estado Contratante diverso do que faz a reserva ou que tenham possuído residência habitual no Estado que fez a reserva, se não houver reciprocidade de tratamento entre o Estado que fez a reserva e o Estado do qual os solicitantes de assistência judiciária são nacionais.

Qualquer Estado Contratante pode, no momento da assinatura, ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, reservar-se o direito de abster-se de:

a) fazer uso dos idiomas inglês ou francês, ou ambos, nos termos do segundo parágrafo do artigo 7º;

b) aplicar o segundo parágrafo do artigo 13;

c) aplicar o Capítulo II;

d) aplicar o artigo 20.

Caso um Estado apresente reserva:

e) de acordo com os termos da alínea "a" do segundo parágrafo deste artigo, excluindo o emprego dos idiomas inglês e francês, qualquer outro Estado afetado por essa exclusão pode aplicar a mesma regra contra o Estado que fez areserva;

f)de acordo com os termos da alínea "b" do segundo parágrafo deste artigo, qualquer outro Estado pode recusar-se a aplicar o segundo parágrafo do artigo 13 a nacionais ou residentes habituais do Estado que fez a reserva;

g) de acordo com os termos da alínea "c" do segundo parágrafo deste artigo, qualquer outro Estado pode recusar-se a aplicar o Capítulo II a nacionais ou residentes habituais do Estado que fez a reserva.

Nenhuma outra reserva será permitida.

Qualquer Estado Contratante pode, a qualquer momento, retirar reserva que tenha feito. A retirada será notificada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos. A reserva perderá efeito no primeiro dia do terceiro mês-calendário após a notificação.

Artigo 29

Todos os Estados Contratantes indicarão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos, quer no momento do depósito de seu instrumento de ratificação ou adesão, quer posteriormente, a designação das autoridades previstas nos artigos 3º, 4º e 16.

Notificarão, caso necessário e nas mesmas condições supracitadas, o que se segue:

a) declarações referentes aos artigos 5º, 9º, 16, 24, 25, 26 e 33;

b) qualquer retirada ou modificação das designações e declarações acima mencionadas;

c) retirada de qualquer reserva.

Artigo 30

Os modelos de formulários anexos à presente Convenção podem ser alterados por decisão de uma Comissão Especial convocada pelo Secretário Geral da Conferência da Haia à qual todos os Estados Contratantes e todos os Estados Membros serão convidados. A notificação da proposta de alteração dos formulários será incluída na agenda da reunião.

As emendas adotadas pela maioria dos Estados Contratantes presentes e votantes na Comissão Especial entrarão em vigor para todos os Estados Contratantes no primeiro dia do sétimo mês-calendário após a data de sua comunicação pelo Secretário-Geral a todos os Estados Contratantes.

Durante o período mencionado no segundo parágrafo deste artigo, qualquer Estado Contratante poderá, mediante notificação escrita enviada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos, fazer reserva acerca da emenda. A Parte que fizer tal reserva será, até que a reserva seja retirada, tratada como um Estado e não como uma Parte da presente Convenção no que se refere à emenda.

CAPÍTULO VI- DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 31

A presente Convenção fica aberta à assinatura dos Estados Membros da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado à época de sua 14ª Sessão e dos Estados não-Membros convidados a participar na sua preparação.

Será ratificada, aceita ou aprovada e os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos.

Artigo 32

Qualquer outro Estado pode aderir à Convenção.

O instrumento de adesão será depositado junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos.

Essa adesão será válida apenas no que se refere às relações entre o Estado que adere e os Estados Contratantes que não apresentem objeção à sua adesão nos doze meses posteriores ao recebimento da notificação prevista no numeral 2 do artigo 36. A objeção também pode ser feita por Estados Membros no momento de sua ratificação, aceitação ou aprovação da Convenção após uma adesão. Toda objeção será notificada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos.

Artigo 33

Os Estados, no momento da assinatura, da ratificação, da aceitação, da aprovação ou da adesão poderão declarar que a presente Convenção se aplicará a todos os territórios por si representados no plano internacional, ou a um ou mais deles. Essa declaração produzirá efeitos no momento em que a Convenção entrar em vigor para aqueles Estados.

A declaração, bem como qualquer extensão posterior, será notificada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos.

Artigo 34

A Convenção entrará em vigor no primeiro dia do terceiro mês-calendário após o depósito do terceiro instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão mencionado nos artigos 31 e 32.

A partir de então, a Convenção entrará em vigor:

(1) para cada Estado que ratifique, aceite, aprove ou adira a ela posteriormente, no primeiro dia do terceiro mês-calendário após o depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão;

(2) para cada território ou unidade territorial para os quais a Convenção tenha sido estendida, nos termos do artigo 26 ou 33, no primeiro dia do terceiro mês-calendário após a notificação mencionada naquele artigo.

Artigo 35

A presente Convenção permanecerá em vigor por cinco anos, a partir da data de sua entrada em vigor, nos termos do primeiro parágrafo do artigo 34, mesmo para Estados que ratificarem, aceitarem, aprovarem ou aderirem a ela posteriormente.

A Convenção será tacitamente renovada de cinco em cinco anos, salvo denúncia.
Toda denúncia será notificada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos, pelo menos seis meses antes de expirar o período de cinco anos. A denúncia poderá se limitar a certos territórios ou unidades territoriais aos quais a Convenção se aplica.

A denúncia só produzirá efeito relativamente ao Estado que a tiver notificado. A Convenção permanecerá em vigor para os outros Estados Contratantes.

Artigo 36

O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificará aos Estados Membros da Conferência e aos Estados que tiverem aderido nos termos do artigo 32:

(1) das assinaturas, ratificações, aceitações e aprovações mencionadas no artigo 31;

(2) das adesões e objeções feitas a adesões mencionadas no artigo 32;

(3) da data na qual a Convenção entra em vigor, conforme o artigo 34;

(4) das declarações mencionadas nos artigos 26 e 33;

(5) dasreservas e retiradas de reservas mencionadas nos artigos 28 e 30;

(6) das informações transmitidas segundo o artigo 29;

(7) das denúncias mencionadas no artigo 35.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para tanto, firmaram a presente Convenção.

Concluída na Haia, em 25 de outubro de 1980, em inglês e francês, tendo os dois textos igual fé, em um único exemplar que será depositado nos arquivos do Governo do Reino dos Países Baixos e do qual será remetida, por via diplomática, uma cópia certificada, a cada um dos Estados Membros da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado na data de sua 14ª Sessão e a cada Estado participante na preparação da presente Convenção nessa sessão.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO À CONVENÇÃO

Formulário para transmissão de solicitação de assistência judiciária
Convenção sobre o Acesso Internacional à Justiça
firmada na Haia, em 25 de outubro de 1980.

Identificação e endereço da autoridade transmissora	Endereço da Autoridade Central recebedora

A autoridade transmissora abaixo assinada tem a honra de transmitir à Autoridade Central receptora a solicitação de assistência judiciária anexa e os anexos correspondentes (declaração a respeito da situação financeira do requerente), para fins do Capítulo I da Convenção supracitada.
Considerações a respeito da solicitação e da declaração, se houver:
Outras considerações, se houver:

Executado em . . . . . , no dia . . . . . .

Assinatura e/ou carimbo

FORMULÁRIO ANEXO À CONVENÇÃO

Solicitação de assistência Judiciária

Convenção sobre o Acesso Internacional à Justiça firmada na Haia, em 25 de outubro de 1980.

1. Nome e endereço do solicitante de assistência judiciária
2. Juízo no qual o processo foi ou será instaurado (se conhecido)
3. *a)* Objeto(s) do processo; importância da ação, se aplicável
b) Caso aplicável, relação de documentos de apoio relacionados a processo instaurado ou futuro*
c) Nome e endereço da parte oponente*
4. Qualquer data ou limitação temporal relacionada ao processo com conseqüências jurídicas para o solicitante que demande trâmite acelerado da solicitação*
5. Qualquer outra informação importante*
6. Feita em . . . . . , no dia . . . . . .
7. Assinatura dosolicitante
* Excluir, se necessário.

Anexo à solicitação de assistência judiciária

Declarações sobre a situação financeira do solicitante

I S*ituação Pessoal*
8. Nome (nome de solteiro, se for o caso)
9. Primeiro(s) nome(s)
10. Data e local de nascimento
11. Nacionalidade
12.*a)* Residência habitual (data de início de residência)
b) Residência habitual anterior (data de início e término de residência)
13. Estado civil (solteiro, casado, viúvo, divorciado, separado)
14. Nome completo do cônjuge
15. Nomes completos e datas de nascimento de filhos dependentes do solicitante
16. Outras pessoas dependentes do solicitante
17. Informações adicionais sobre a situação familiar
II *Situação financeira*
18. Ocupação
19. Nome e endereço do empregador ou local de trabalho

20. Renda	do solicitante	do cônjuge	de outras pessoas dependentes do solicitante
a) Salário (inclusive qualquer tipo de remuneração)			
b) Pensões por aposentadoria, pensões por invalidez, pensões alimentícias e pensões vitalícias			
c) Segurosdesemprego			
d) Renda de trabalhos não remunerados por salário			
e) Renda de ações e capital flutuante			
f) Renda de imóveis			
g) Outras fontes de renda			
21. Imóveis	do solicitante	do cônjuge	de outras pessoas dependentes do solicitante
(informe valor(es) e obrigações)			
22. Outros bens	do solicitante	do cônjuge	de outras pessoas dependentes do solicitante
(ações, participação em lucros, créditos, contas bancárias, capital acionário, etc.)			
23. Dívidas e outras obrigações financeiras	do solicitante	do cônjuge	de outras pessoas dependentes do solicitante
a) Empréstimos (natureza, saldo a ser pago e prestações anuais e mensais)			
b) Obrigações de alimentos (pagamentos mensais)			
c) Aluguel residencial (inclusive custos de calefação, eletricidade, gás e água)			
d) Outrasobrigaçõesrecorrentes			

24. Pagamentos referentes a imposto de renda e previdência social do *ano anterior*
25. Observações do solicitante
26. Relação dos documentos de apoio, se for o caso
27. O abaixo assinado, ciente das penalidades previstas na legislação referente a declarações falsas, declara que a afirmação acima é verdadeira e está completa.
28. Feita em . . . . . (local)
29. em . . . . . (data)
30. . . . . (assinatura do solicitante)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECRETO Nº 8.344, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga o Protocolo Adicional ao Acordo de Parceria e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa com vistas à criação de um Centro de Cooperação Policial, firmado em Brasília, em 7 de setembro de 2009.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil e a República Francesa firmaram, em Brasília, em 7 de setembro de 2009, o Protocolo Adicional ao Acordo de Parceria e Cooperação com vistas à criação do Centro de Cooperação Policial;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Protocolo Adicional por meio do Decreto Legislativo nº 300, de 30 de setembro de 2011; e

Considerando que o Protocolo Adicional entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 1º de fevereiro de 2013, nos termos do parágrafo 2º de seu Artigo 12;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Protocolo Adicional ao Acordo de Parceria e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa com vistas à criação de um Centro de Cooperação Policial, firmado em Brasília, em 7 de setembro de 2009, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Protocolo Adicional e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
José Eduardo Cardozo
Eduardo dos Santos

PROTOCOLO ADICIONAL AO ACORDO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA COM VISTAS À CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE COOPERAÇÃO POLICIAL

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Francesa
(doravante denominados «Partes»),

Considerando o Acordo de Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, assinado em 12 de março de 1997, em Brasília, que prevê, entre outras medidas, a possibilidade de os países signatários realizarem intercâmbio de informações, de conformidade com suas legislações nacionais;

Considerando o Acordo Relativo à Construção de uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, assinado em 15 de julho de 2005, em Paris;

Considerando a Troca de Notas referente aos Trabalhos da Quinta Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa para a Demarcação das Fronteiras entre o Brasil e o Departamento da Guiana, datada dos dias 3 e 18 de julho de 1980;

Considerando o interesse das Partes em definir um quadro institucional para as trocas de experiências e informações, bem como para a cooperação técnica entre os serviços de polícia;

Considerando o interesse das Partes em prevenir e combater eficazmente os ilícitos cometidos na Guiana Francesa e nos Estados brasileiros fronteiriços, e tendo presente que a República Federativa do Brasil e a República Francesa são Partes Contratantes da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seus três Protocolos, da Convenção Única sobre Drogas Narcóticas e da Convenção contra o Tráfico Ilícito de Drogas narcóticas e substâncias psicotrópicas; e

Convencidos da importância das trocas de experiências e de cooperação entre as instituições policiais dos dois países como instrumento de manutenção da segurança interna e de combate, de modo eficaz, ao crime organizado e a outras manifestações delituosas transnacionais,

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1
Implantação do Centro

1. Será criado um Centro de cooperação policial na fronteira entre o Brasil e a França. Esse Centro acolherá agentes policiais, oriundos, pela Parte brasileira, da Polícia Federal, e, pela parte francesa, da Polícia Nacional e da "Gendarmerie Nationale".

2. O referido Centro ficará localizado inicialmente em território francês. Após três anos da entrada em vigor do presente Protocolo, o país de localização do Centro será definido de comum acordo entre as Partes. A localização precisa do Centro, tanto provisória quanto definitiva, será formalizada por meio de notas diplomáticas, após sua definição pelas autoridades competentes das Partes.

Artigo 2
Missões do Centro

1. O Centro de cooperação policial contribuirá para que sejam alcançados os objetivos definidos abaixo:

a) aprofundar a cooperação transfronteiriça por meio de trocas de informações em matéria policial nas áreas de cooperação previstas no Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública de 12 de março de 1997, com exceção do terrorismo;

b) aprimorar o intercâmbio regular de informações e a investigação sobre os métodos, as tendências e as atividades dos autores de infrações nas áreas mencionadas na alínea "a", na fronteira entre o Brasil e a França. Esse intercâmbio poderá ser exercido especialmente por meio de assistência técnica.

2. O Centro não terá competência de efetuar de maneira autônoma intervenções de caráter operacional. O Centro estará à disposição das seguintes instituições das Partes:

a) pela Parte francesa: a "Gendarmerie Nationale" e a Polícia Nacional;

b) pela Parte brasileira: a Polícia Federal;

c) qualquer outra autoridade ou instituição francesa ou brasileira designada de comum acordo entre as duas Partes, por meio de troca de notas diplomáticas.

Artigo 3
Processamento e proteção das informações

1. O processamento das informações e dados trocados entre os representantes dos órgãos administrativos das Partes será efetuado dentro do respeito às respectivas legislações nacionais e de conformidade com o Artigo 11 do Acordo de Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública, de 12 de março de 1997.

2. As Partes tomarão as medidas necessárias para a garantia da confidencialidade e da segurança material dos dados trocados no Centro.

3. O acesso a qualquer informação resultante das atividades de cooperação policial será exclusivamente reservado aos serviços de segurança pública das Partes, enumerados no Artigo 2. 2 do presente Protocolo.

Artigo 4
Modalidades de cooperação com terceiros

Qualquer pedido de cooperação ao Centro emanado de órgãos internacionais ou de outros países, ou a eles destinado, deve ser dirigido às autoridades nacionais competentes das Partes, que assegurarão seu processamento, respeitadas as exigências das respectivas legislações nacionais.

Artigo 5
Estatuto jurídico dos funcionários lotados no Centro

1. Os agentes de uma Parte que atuarem, com base no presente Protocolo Adicional, no território da outra Parte, permanecerão submetidos às disposições em vigor no seu país de origem para tudo o que diga respeito à sua ligação com o serviço, particularmente em matéria disciplinar.

2. Os agentes de uma Parte, quando atuarem, com base no presente Protocolo Adicional, no território da outra Parte, no exercício de suas funções, desfrutarão também da imunidade de jurisdição civil e criminal desta última Parte pelos atos praticados durante o exercício de suas funções e dentro dos estritos limites de suas respectivas competências.

3. O uso do uniforme e o porte de arma de serviço serão autorizados quando os agentes estiverem no exercício de suas funções ou em razão delas.

4. Para os agentes de uma Parte em viagem entre o seu país de origem e a sede do Centro, o porte de arma deverá, para cada viagem, ser autorizado pelo coordenador da Parte, após consulta ao coordenador da outra Parte.

5. As armas de serviço, munições e objetos de equipamento só poderão ser utilizados pelos agentes do Centro em caso de legítima defesa própria ou de terceiro no exercício de suas funções.

Artigo 6
Acompanhamento e avaliação das atividades do Centro

As autoridades competentes para implementar a cooperação de que trata o presente Protocolo se reunirão ao menos duas vezes por ano, no âmbito de um grupo de trabalho conjunto, para realizar um balanço das atividades do Centro, elaborar um programa de trabalho comum e preparar um relatório de atividades dirigido aos órgãos da administração central de cada uma das Partes.

Artigo 7
Organização do Centro

1. No respeito e no limite de suas disponibilidades orçamentárias, as Partes contribuem com o financiamento do Centro assumindo suas respectivas despesas de equipamento e de funcionamento.

2. Cada Parte se encarregará de todas as despesas de instalação de escritório, telecomunicações e informática destinados aos seus funcionários. Os equipamentos necessários ao funcionamento do Centro serão isentos das taxas alfandegárias ou de importação.

3. Cada Parte designará um coordenador, que servirá como vínculo entre elas.

4. Cada coordenador será responsável pelo funcionamento dos serviços que representa e exercerá autoridade funcional sobre os agentes de sua nacionalidade, que deverão seguir as suas instruções.

5. As modalidades de funcionamento do Centro serão reguladas de comum acordo entre os coordenadores. Regulamentação interna aprovada por troca de Notas entre as duas Partes fixará os detalhes técnicos.

6. Os funcionários do Centro trabalharão em equipe, cooperarão em clima de confiança e prestarão assistência mútua.

Artigo 8
Designação das autoridades competentes

A designação do pessoal que servirá no Centro será efetuada pelos serviços de segurança pública das Partes enumerados na lista que consta no Artigo 1. 1 do presente Protocolo.

Artigo 9
Impenhorabilidade dos bens

Os bens postos à disposição do Centro não podem ser objeto de nenhuma medida de restrição relativa a propriedade, posse ou utilização.

Artigo 10
Solução de Controvérsias

As controvérsias que possam surgir da interpretação e aplicação do presente Protocolo serão dirimidas por negociação direta entre as Partes, pela via diplomática.

Artigo 11
Denúncia, modificação

1. Qualquer uma das Partes poderá denunciar, a qualquer momento, o presente Protocolo Adicional. A denúncia terá efeito seis meses após a data de sua notificação por via diplomática à outra Parte.

2. A denúncia do Acordo de Parceria e Cooperação em matéria de segurança pública de 12 de março de 1997 compreenderá, ao mesmo tempo, a denúncia do presente Protocolo Adicional.

3. As disposições do presente Protocolo poderão ser modificadas por meio de emendas, de comum acordo, por escrito, entre as Partes. As emendas entrarão em vigor segundo as modalidades previstas pelo Artigo 12.

Artigo 12
Duração, validade

1. O presente Protocolo Adicional terá vigência por tempo indeterminado.

2. Cada uma das Partes notificará à outra o cumprimento dos respectivos procedimentos constitucionais requeridos para a entrada em vigor do presente Protocolo Adicional, que entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês posterior ao dia de recebimento da segunda notificação.

Feito em Brasília, em 7 de setembro de 2009, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e francesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA
Celso Amorim Ministro das Relações Exteriores	Bernard Kouchner Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus

DECRETO Nº 8.345, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga o texto da Convenção Internacional sobre Controle de Sistemas Anti-incrustantes Danosos em Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 5 de outubro de 2001.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção Internacional sobre Controle de Sistemas Anti-incrustantes Danosos em Navios, adotada em Londres, em 5 de outubro de 2001, por meio do Decreto Legislativo nº 797 em 20 de dezembro de 2010; e

Considerando que o Governo brasileiro depositou, junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido dos Países Baixos, em 20 de fevereiro de 2012, o instrumento de adesão ao texto da Convenção Internacional sobre Controle de Sistemas Anti-incrustantes Danosos em Navios, e que o texto entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 20 de maio de 2012;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o texto da Convenção Internacional sobre Controle de Sistemas Anti-incrustantes Danosos em Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 5 de outubro de 2001, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do texto da Convenção e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos

ANEXO

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE CONTROLE DE SISTEMAS ANTIINCRUSTANTES DANOSOS EM NAVIOS, 2001

AS PARTES CONTRATANTES DESTA CONVENÇÃO,

OBSERVANDO que estudos científicos e pesquisas realizados por Governos e por organizações internacionais competentes demonstraram que certos sistemas antiincrustantes utilizados em navios acarretam um risco grave de toxicidade e de outros impactos crônicos a organismos marinhos econômica e ecologicamente importantes e, ainda, que a saúde humana pode ser prejudicada pelo consumo de frutos do mar assim afetados;

OBSERVANDO EM PARTICULAR a preocupação grave em relação a sistemas antiincrustantes que utilizam compostos de organoestanho como biocidas e convencidos de que a introdução de tais organoestanhos no meio ambiente deve ser gradativamente descontinuada;

RECORDANDO que o Capítulo 17 da Agenda 21, adotado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, conclama os Estados a tomarem medidas para reduzir a poluição causada por compostos de organoestanho utilizados em sistemas antiincrustantes;

RECORDANDO TAMBÉM que a resolução A.895(21) , adotada pela Assembléia da Organização Marítima Internacional (IMO) no dia 25 de novembro de 1999, requer do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho (MEPC) da Organização a elaboração, com urgência, de um instrumento jurídico global obrigatório para tratar dos efeitos danosos de sistemas antiincrustantes;

CONSCIENTES da abordagem preventiva estabelecida no Princípio 15 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e mencionada na resolução MEPC. 67(37) , adotada pelo MEPC em 15 de setembro de 1995;

RECONHECENDO a importância de proteger o meio ambiente marinho e a saúde humana contra os efeitos danosos de sistemas antiincrustantes;

RECONHECENDO TAMBÉM que o uso de sistemas antiincrustantes para prevenir o acúmulo de organismos na superfície de navios é de fundamental importância para a eficiência do comércio e da navegação e para impedir a disseminação de organismos aquáticos danosos e de agentes patogênicos;

RECONHECENDO AINDA a necessidade de continuar a desenvolver sistemas antiincrustantes eficazes e ambientalmente seguros e de promover a substituição de sistemas danosos por sistemas menos danosos, ou, de preferência, por sistemas não prejudiciais;

CONCORDARAM com o seguinte:

ARTIGO 1
Obrigações Gerais

(1) Cada Parte desta Convenção se compromete a implementar totalmente suas disposições, com vistas a reduzir ou eliminar os efeitos adversos ao meio ambiente marinho e à sáude humana causados por sistemas antiincrustantes.

(2) Os Anexos formam parte integral desta Convenção. Salvo disposição em contrário, toda referência a esta Convenção implica, ao mesmo tempo, uma referência aos seus anexos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(3) Nenhuma disposição desta Convenção deverá ser interpretada como impeditiva a um Estado tomar, individualmente ou em grupo, medidas mais severas para reduzir ou eliminar os efeitos adversos de sistemas antiincrustantes sobre o meio ambiente, desde que tais medidas estejam em conformidade com o direito internacional.

(4) As Partes deverão esforçar-se para cooperar com a finalidade de implementação, conformidade e cumprimento efetivos desta Convenção.

(5) As Partes comprometem-se a incentivar o desenvolvimento contínuo de sistemas antiincrustantes eficazes e ambientalmente seguros.

ARTIGO 2
Definições

Para os fins desta Convenção,salvo disposição em contrário:

(1) "Administração" significa o Governo de um Estado sob cuja autoridade o navio opera. Em relação a um navio que tenha o direito de arvorar a bandeira de um Estado, a Administração é o Governo daquele Estado. Em relação a plataformas fixas ou flutuantes utilizadas na exploração e utilização do fundo do mar e seu subsolo adjacentes à costa sobre a qual o Estado costeiro exercita seus direitos de soberania para fins de exploração e utilização de seus recursos naturais, a Administração é o Governo do Estado costeiro pertinente.

(2) "Sistema antiincrustante" significa uma camada, tinta, tratamento de superfície, superfície ou dispositivo utilizado em um navio para controlar ou impedir a incrustação de organismos indesejáveis.

(3) "Comitê" significa o Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho da Organização.

(4) "Arqueação bruta" significa a arqueação bruta calculada de acordo com as regras para medição de arqueação contidas no Anexo 1 da Convenção Internacional sobre Arqueação de Navios, 1969, ou qualquer Convenção sucessora.

(5) "Viagem internacional" significa uma viagem de um navio, que tenha o direito de arvorar a bandeira de um Estado, de ou para um porto, estaleiro ou terminal ao largo da costa sob a jurisdição de outro Estado.

(6) "Comprimento" significa o comprimento conforme definido na Convenção Internacional sobre Linhas de Carga, 1966, modificada pelo seu Protocolo de 1988, ou qualquer Convenção que a suceda.

(7) "Organização" significa a Organização Marítima Internacional.

(8) "Secretário-Geral" significa o Secretário-Geral da Organização.

(9) "Navio" significa uma embarcação de qualquer tipo que esteja operando no ambiente marinho e inclui hidrofólios, embarcações com colchão de ar, embarcações submersíveis, engenhos flutuantes, plataformas fixas ou flutuantes, unidades flutuantes de armazenagem (FSUs) , unidades flutuantes de produção e descarga (FPSOs) .

(10) "Grupo Técnico" é um órgão constituído por representantes das Partes, Membros da Organização, Nações Unidas e seus Órgãos Especializados, organizações intergovernamentais, que tenham acordos com a Organização e organizações não-governamentais, que tenham status consultivo com a Organização, os quais devem, de preferência, incluir representantes de instituições e laboratórios envolvidos na análise de sistemas antiincrustantes. Estes representantes deverão ser especialistas em efeitos sobre o meio ambiente, efeitos toxicológicos, biologia marinha, saúde humana, análise econômica, gerenciamento de risco, navegação internacional, tecnologia de sistemas de revestimentos antiincrustantes, ou outras áreas de conhecimento especializado necessários para revisar objetivamente os méritos técnicos de uma proposta completa.

ARTIGO 3
Aplicação

(1) Salvo disposto em contrário nesta Convenção, esta deverá ser aplicada a:

(a) navios que tenham o direito de arvorar a bandeira de uma Parte;

(b) navios que não tenham o direito de arvorar a bandeira de uma Parte, mas que operem sob a autoridade de um Estado Parte da Convenção; e

(c) navios que entrem em um porto, estaleiro, ou terminal ao largo da costa de um Estado Parte, mas que não se enquadrem no disposto nos sub-parágrafos (a) ou (b) .

(2) Esta Convenção não se aplicará a navios de guerra, auxiliares navais ou outros navios de propriedade ou operados por uma Parte e usados, na ocasião, somente para serviços governamentais de natureza não comercial. No entanto, cada Parte deverá garantir, pela adoção de medidas que não prejudiquem as operações ou a capacidade de operação de tais navios próprios ou operados por ela, que estes navios, na medida do razoável e praticável, atuem de maneira consistente com esta Convenção.

(3) Em relação a navios de Estados que não sejam Partes desta Convenção, as Partes deverão aplicar os requisitos da presente Convenção conforme seja necessário para garantir que tais navios não recebam nenhum tratamento mais favorável.

ARTIGO 4
Controle de Sistemas Antiincrustantes

(1) De acordo com os requisitos especificados no Anexo 1, cada Parte deverá proibir e/ou restringir:

(a) a aplicação, reaplicação, instalação ou uso de sistemas antiincrustantes danosos nas embarcações mencionadas no Artigo 3(1) (a) ou (b) ; e

(b) a aplicação, reaplicação, instalação ou uso destes sistemas nas embarcações mencionadas no Artigo 3(1) (c) , quando estas estiverem em um porto, estaleiro ou terminal ao largo de uma Parte e deverá tomar medidas efetivas para garantir que tais embarcações cumpram aqueles requisitos.

(2) Navios com um sistema antiincrustante aplicado, que seja controlado por uma emenda ao Anexo 1 após a data de entrada em vigor desta Convenção, poderão manter tal sistema até a data programada para sua próxima reaplicação, não podendo exceder, no entanto, um período de 60 meses após a sua aplicação, salvo se o Comitê decidir que circunstâncias excepcionais justifiquem antecipar a implementação do controle.

ARTIGO 5
Controle de Resíduos do Anexo 1

Levando em consideração regras, padrões e requisitos internacionais, uma Parte deverá tomar medidas adequadas em seu território para garantir que os resíduos da aplicação ou remoção de um sistema antiincrustante controlado de acordo com as disposições do Anexo 1, sejam coletados, manuseados, tratados ou despejados de maneira segura, de modo a proteger a saúde humana e o meio ambiente.

ARTIGO 6
Processo para Apresentação de Propostas de Emendas aos Controles de Sistemas Antiincrustantes

(1) Qualquer Parte poderá propor uma emenda ao Anexo 1, de acordo com este artigo.

(2) Uma proposta inicial deverá conter as informações requeridas no Anexo 2 e ser submetida à Organização. A Organização, ao receber uma proposta, deverá dar conhecimento às Partes, Membros da Organização, às Nações Unidas e suas Agências Especializadas, às organizações intergovernamentais que tenham acordos com a Organização e organizações não-governamentais, que mantenham condição consultiva com a Organização, deixando-a à disposição destas organizações.

(3) O Comitê deverá decidir se o sistema anti-incrustante em questão requer uma revisão mais profunda, baseando-se na proposta inicial. Se o Comitê decidir que uma revisão mais profunda é justificável, deverá requerer à Parte proponente a submissão ao Comitê de uma proposta completa, contendo as informações requeridas no Anexo 3, exceto nos casos em que a proposta inicial já inclua todas as informações requeridas no Anexo 3. Caso o Comitê acredite haver risco de danos graves ou irreversíveis, a falta de total certeza científica não deverá ser usada como um motivo para impedir que se prossiga com a avaliação da proposta. O Comitê deverá estabelecer um grupo técnico de acordo com as disposições do artigo 7.

(4) O grupo técnico deverá revisar a proposta completa, juntamente com qualquer dado adicional submetido por qualquer entidade interessada, avaliá-la e informar ao Comitê se a proposta demonstrou um potencial de risco desarrazoado de efeitos adversos em organismos que não sejam alvos do sistema e à saúde humana, de modo a justificar uma emenda ao Anexo 1. A este respeito:

(a) A revisão do grupo técnico deverá incluir:

(i) uma avaliação da associação entre o sistema antiincrustante em questão e os efeitos adversos conseqüentes observados, quer seja no meio ambiente, quer seja na saúde humana, incluindo, mas não de forma exclusiva , o consumo de frutos do mar afetados, ou por meio de estudos controlados baseados nos dados descritos no Anexo 3 e em quaisquer outros dados relevantes que venham à luz.

(ii) uma avaliação da potencial redução de risco atribuível às medidas de controle propostas e à qualquer outra medida de controle, que possa ser considerada pelo grupo técnico;

(iii) consideração sobre disponibilidade de informações a respeito da viabilidade técnica das medidas de controle e da relação custo-eficácia da proposta;

(iv) consideração sobre disponibilidade de informações a respeito de outros efeitos causados pela introdução de tais medidas de controle, em relação a:

- o meio ambiente (incluindo, mas não de forma exclusiva, o custo da inércia e o impacto na qualidade do ar) ;

- cuidados com a saúde e a segurança nos estaleiros (por exemplo, os efeitos nos trabalhadores de estaleiros) ;

- o custo para a navegação internacional e outros setores relevantes; e

(v) considerações sobre disponibilidade de alternativas adequadas, incluindo considerações sobre os riscos potenciais das alternativas.

(b) O relatório do grupo técnico deverá ser apresentado por escrito e levar em conta todas as avaliações e considerações mencionadas no subparágrafo (a) ; no entanto o grupo técnico poderá decidir não prosseguir com as avaliações e considerações descritas nos subparágrafos (a) (ii) a (a) (v) , caso determine, após a avaliação descrita no subparágrafo (a) (i) , que a proposta não justifica uma consideração mais profunda.

(c) O relatório do grupo técnico deverá incluir, *inter alia*, uma recomendação indicando se os controles internacionais, de acordo com esta Convenção, são permitidos para o sistema antiincrustante em questão, e uma recomendação sobre a adequabilidade das medidas específicas de controle sugeridas na proposta completa, ou sobre outras medidas de controle que acredite serem mais apropriadas.

(5) O relatório do grupo técnico deverá ser circulado pelas Partes, Membros da Organização, Nações Unidas e suas Agências Especializadas, organizações intergovernamentais, que tenham acordos com a Organização e organizações não-governamentais, que mantenham condição consultiva com a Organização, antes de sua consideração pelo Comitê. O Comitê deverá decidir se deve ou não aprovar qualquer proposta de emenda ao Anexo 1, e qualquer modificação decorrente, se apropriado, levando em consideração o relatório do grupo técnico. Caso o relatório indique haver uma ameaça de danos graves ou irreversíveis, a falta de total certeza científica não deverá ser usada como um motivo para impedir que se tome a decisão de incluir um sistema antiincrustante no Anexo 1. As propostas de emendas ao Anexo 1, se aprovadas pelo Comitê, deverão ser circuladas de acordo com as disposições do artigo 16(2) (a) . A decisão de não aprovar uma proposta não deverá impedir futura submissão de uma nova proposta com respeito a um determinado sistema antiincrustante, caso novas informações venham à luz.

(6) Somente as Partes poderão participar das decisões tomadas pelo Comitê descritas nos parágrafos (3) e (5) .

ARTIGO 7
Grupos Técnicos

(1) O Comitê deverá estabelecer um grupo técnico, de acordo com o artigo 6, quando receber uma proposta completa. Caso várias propostas sejam recebidas simultaneamente ou seqüencialmente, o Comitê poderá estabelecer um ou mais grupos técnicos, conforme necessário.

(2) Qualquer Parte poderá participar das deliberações de um grupo técnico e poderá utilizar o conhecimento especializado disponível àquela Parte.

(3) O Comitê deverá decidir sobre os termos de referência, a organização e a operação dos grupos técnicos. Estes termos deverão dispor sobre a proteção a qualquer informação confidencial que seja submetida. Os grupos técnicos poderão se reunir conforme necessário, mas deverão esforçar-se por conduzir o seu trabalho através de correspondência escrita ou eletrônica, ou através de outros meios, conforme apropriado.

(4) Somente os representantes das Partes poderão participar da elaboração de qualquer recomendação ao Comitê, de acordo com as disposições do artigo 6. Um grupo técnico deverá esforçar-se para alcançar a unanimidade entre os representantes das Partes. Caso isto não seja possível, o grupo técnico deverá comunicar quaisquer pontos de vista minoritários dos representantes.

ARTIGO 8
Pesquisa Científica e Técnica e Monitoração

(1) As Partes deverão tomar medidas apropriadas para promover e facilitar a pesquisa científica e tecnológica sobre os efeitos de sistemas antiincrustantes, assim como a monitoração de tais efeitos. Esta pesquisa deverá incluir, especialmente, a observação, medição, amostragem, avaliação e análise dos efeitos de sistemas antiincrustantes.

(2) Cada Parte deverá, com vistas a facilitar os objetivos desta Convenção, promover a disponibilidade de informações relevantes a outras Partes que as requeiram sobre:

(a) atividades científicas e técnicas realizadas de acordo com esta Convenção;

(b) programas de tecnologia e ciência marinha e seus objetivos; e

(c) os efeitos observados através de programas de monitoração e avaliação relacionados a sistemas antiincrustantes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ARTIGO 9
Comunicação e Troca de Informações

(1) Cada Parte compromete-se a comunicar à Organização:

(a) uma lista dos inspetores nomeados ou de organizações reconhecidas autorizadas a atuar em seu nome na administração de assuntos relativos ao controle de sistemas antiincrustantes, de acordo com as disposições desta Convenção, para distribuição às Partes contratantes como informação a seus funcionários. A Administração deverá, assim, informar à Organização sobre as responsabilidades específicas e as condições da autoridade delegada aos inspetores nomeados ou a organizações reconhecidas; e

(b) anualmente, informações relativas a qualquer sistema antiincrustante aprovado, restrito, ou proibido de acordo com sua legislação nacional.

(2) A Organização deverá tornar disponível, por meio de qualquer meio apropriado, qualquer informação recebida de acordo com o parágrafo (1) .

(3) Para os sistemas antiincrustantes aprovados, registrados ou licenciados por uma Parte, esta Parte deverá fornecer, ou requerer que os fabricantes de tais sistemas antiincrustantes forneçam, às Partes que as solicitarem, informações relevantes nas quais suas decisões foram baseadas, incluindo informações previstas no Anexo 3, ou outras informações adequadas para realizar uma avaliação apropriada do sistema antiincrustante. Não serão fornecidas informações protegidas por lei.

ARTIGO 10
Vistoria e Certificação

Uma Parte deverá assegurar-se de que os navios com direito a arvorar a sua bandeira, ou que operem sob sua autoridade, sejam inspecionados e certificados de acordo com as regras do Anexo 4.

ARTIGO 11
Inspeções de Navios e Detecção de Violações.

(1) Um navio ao qual esta Convenção se aplique poderá ser inspecionado em qualquer porto, estaleiro, ou terminal ao largo de uma Parte por funcionários autorizados por aquela Parte, com vistas a determinar se o navio está em conformidade com esta Convenção. A menos que haja motivos justificáveis para acreditar que o navio esteja violando esta Convenção, tal inspeção deverá limitar-se a:

(a) verificação, quando requerido, da existência a bordo de um Certificado Internacional de Sistema Antiincrustante válido, ou uma Declaração sobre Sistema Antiincrustante; e/ou

(b) coleta de uma pequena amostra do sistema antiincrustante do navio, que não afete a integridade, estrutura ou operação do sistema antiincrustante, de acordo com as diretrizes elaboradas pela Organização.* No entanto, o tempo necessário para processar os resultados de tal amostra não deverá ser usado como motivo para impedir os movimentos e a partida do navio.

(2) Casa haja motivos claros para acreditar que o navio esteja violando esta Convenção, uma inspeção detalhada poderá ser realizada, levando em conta as diretrizes elaboradas pela Organização.*

* Diretrizes a serem elaboradas pela Organização.

(3) Caso seja detectado que o navio está violando esta Convenção, a Parte que estiver executando a inspeção poderá tomar as medidas necessárias para advertir, deter, dispensar ou excluir o navio de seus portos. Uma Parte que tome tal medida contra um navio devido ao fato de o navio não estar de acordo com esta Convenção, deverá informar à Administração daquele navio imediatamente.

(4) As Partes deverão cooperar na detecção de violações e na implementação desta Convenção. Uma Parte, também, poderá inspecionar um navio quando este entrar nos portos, estaleiros ou terminais ao largo sob sua jurisdição, caso receba um pedido de investigação de qualquer outra Parte, juntamente com provas suficientes de que o navio está operando ou operou de modo a violar esta Convenção. O relatório desta investigação deverá ser enviado à Parte que o solicitou e à autoridade competente da Administração do navio em questão, para que medidas apropriadas possam ser tomadas de acordo com esta Convenção.

ARTIGO 12
Violações

(1) Qualquer violação desta Convenção deverá ser proibida e penalidades para tais violações deverão ser estabelecidas na legislação da Administração do navio envolvido, onde ocorrer a violação. Caso a Administração seja informada de uma violação, esta deverá investigar o assunto e poderá solicitar à Parte denunciante que forneça evidências adicionais da violação alegada. Se a Administração considerar que as provas disponíveis são suficientes para instaurar um processo em relação à violação alegada, deverá instaurar tal processo o mais rapidamente possível, de acordo com suas leis. A Administração deverá, imediatamente, informar à Parte que denunciou a alegada violação, assim como à Organização, sobre qualquer medida tomada. Se a Administração não tiver tomado nenhuma medida dentro de um ano após receber a informação, deverá informar à Parte que denunciou a alegada violação.

(2) Qualquer violação desta Convenção na jurisdição de qualquer Parte deverá ser proibida e deverão ser estabelecidas penalidades para tal, nas leis daquela Parte. Sempre que ocorrer uma violação, tal Parte deverá:

(a) instaurar processos de acordo com suas leis; ou

(b) transmitir à Administração do navio em questão as informações e provas de que dispuser sobre a ocorrência da violação.

(3) As sanções estabelecidas na legislação de uma Parte, de acordo com este artigo, deverão ter a severidade adequada para desencorajar violações desta Convenção, onde quer que ocorram.

ARTIGO 13
Atrasos Indevidos ou Detenção de Navios

(1) Todos os esforços possíveis deverão ser feitos para evitar atrasar ou deter um navio, indevidamente, pela aplicação dos artigos 11 e 12.

(2) Quando um navio for indevidamente detido ou atrasado, por força dos artigos 11 e 12, terá direito a indenização por qualquer perda ou dano sofrido.

ARTIGO 14
Acerto de Disputas

As Partes poderão acertar qualquer disputa entre si, relativa à interpretação ou aplicação desta Convenção, através de negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, decisão judicial, recurso a agências ou a arranjos regionais, ou outro meio pacífico de sua escolha.

ARTIGO 15
Relação com o Direito Internacional do Mar

Nada nesta Convenção deverá prejudicar os direitos e obrigações de qualquer Estado de acordo com o direito internacional comum, conforme refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

ARTIGO 16
Emendas

(1) Esta Convenção poderá ser emendada por um dos procedimentos especificados nos parágrafos abaixo.

(2) Emenda após consideração no âmbito da Organização:

(a) Qualquer Parte poderá propor uma emenda a esta Convenção. Uma proposta de emenda deverá ser submetida ao Secretário-Geral, o qual deverá circulá-la às Partes e aos Membros da Organização pelo menos seis meses antes de sua consideração. No caso de uma proposta de emenda ao Anexo 1, esta deverá ser processada de acordo com o artigo 6, antes de sua consideração, segundo este artigo.

(b) Uma emenda proposta e circulada de acordo com as disposições acima deverá ser encaminhada ao Comitê para consideração. As Partes, quer sejam ou não Membros da Organização, terão o direito de participar das deliberações do Comitê para consideração e adoção da emenda.

(c) As emendas deverão ser adotadas por uma maioria de dois terços das Partes presentes e votantes no Comitê, desde que pelo menos um terço das Partes contratantes estejam presentes na hora da votação.

(d) Emendas adotadas de acordo com o subparágrafo (c) deverão ser comunicadas pelo Secretário-Geral às Partes para aceitação.

(e) Uma emenda deverá ser considerada como tendo sido aceita nas seguintes circunstâncias:

(i) Uma emenda a um artigo desta Convenção deverá ser considerada como tendo sido aceita na data em que dois terços das Partes tenham notificado ao Secretário-Geral de sua aceitação.

(ii) Uma emenda a um Anexo deverá ser considerada como tendo sido aceita no final de 12 meses após a data de adoção, ou em qualquer outra data que venha a ser determinada pelo Comitê. No entanto, caso, até aquela data, mais de um terço das Partes tiverem notificado ao Secretário-Geral de que não concordam com a emenda, esta deverá ser considerada como não tendo sido aceita.

(f) Uma emenda deverá entrar em vigor de acordo com as seguintes condições:

(i) Uma emenda a um artigo desta Convenção deverá entrar em vigor para as Partes que tiverem declarado aceitá-la seis meses após a data em que a emenda for considerada como aceita, de acordo com o sub-parágrafo (e) (i) .

(ii) Um emenda ao Anexo 1 deverá entrar em vigor para todas as Partes seis meses após a data em que a emenda for considerada aceita, exceto para qualquer Parte que tenha:

(1) comunicado sua objeção à emenda, de acordo com o subparágrafo (e) (ii) , e não tenha retirado tal objeção;

(2) notificado o Secretário-Geral, antes da data de entrada em vigor de tal emenda, de que a emenda só deverá entrar em vigor para aquela Parte após uma subseqüente notificação de sua aceitação; ou

(3) feito uma declaração, na ocasião em que depositou seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão a esta Convenção de que emendas ao Anexo 1 deverão entrar em vigor para aquela Parte somente após notificação ao Secretário-Geral de sua aceitação com respeito a tal emenda.

(iii) Uma emenda a um Anexo, que não seja o Anexo 1, deverá entrar em vigor para todas as Partes seis meses após a data em que a emenda for considerada aceita, exceto para as Partes que tenham comunicado sua objeção à emenda, de acordo com o subparágrafo (e) (ii) , e não tenham retirado tal objeção.

(g) (i) Uma Parte que tenha comunicado sua objeção, de acordo com o sub-parágrafo (f) (ii) (1) ou (iii) , poderá subseqüentemente notificar o Secretário-Geral de que aceita a emenda. Tal emenda deverá entrar em vigor para aquela Parte seis meses após a data de sua notificação de aceitação, ou a data em que a emenda entrar em vigor, conforme a que ocorrer mais tarde.

(ii) Caso uma Parte, que tenha feito uma declaração ou notificação segundo, respectivamente, o subparágrafo (f) (ii) (2) ou (3) , notifique o Secretário-Geral de sua aceitação com respeito a uma emenda, tal emenda deverá entrar em vigor para aquela Parte contratante seis meses após a data de sua notificação de aceitação, ou na data em que a emenda entrar em vigor, conforme a que ocorrer mais tarde.

(3) Emenda por uma Conferência:

(a) Ao receber um pedido de uma Parte apoiado por pelo menos um terço das Partes, a Organização deverá convocar uma Conferência das Partes para considerar emendas a esta Convenção.

(b) Uma emenda adotada por tal Conferência, por maioria de dois terços das Partes presentes e votantes, deverá ser comunicada pelo Secretário-Geral a todas as Partes para aceitação.

(c) A menos que a Conferência decida em contrário, a emenda deverá ser considerada como tendo sido aceita e deverá entrar em vigor, respectivamente, de acordo com os procedimentos especificados nos parágrafos (2) (e) e (f) deste artigo.

(4) Qualquer Parte que tenha recusado aceitação a uma emenda a um Anexo deverá ser tratada como não sendo Parte da Convenção somente para os fins de aplicação daquela emenda.

(5) Uma adição de um novo Anexo deverá ser proposta e adotada e deverá entrar em vigor de acordo com os procedimentos aplicáveis a uma emenda a um artigo desta Convenção.

(6) Qualquer notificação ou declaração de acordo com as disposições deste artigo deverá ser apresentada por escrito ao Secretário-Geral.

(7) O Secretário-Geral deverá informar às Partes e aos Membros da Organização sobre:

(a) qualquer emenda que entre em vigor e a data em que isto ocorrer, em geral e para cada Parte; e

(b) qualquer notificação ou declaração feita de acordo com as disposições deste artigo.

ARTIGO 17
Assinatura, Ratificação, Aceitação, Aprovação e Adesão

(1) A presente Convenção estará aberta para assinatura por qualquer Estado na Sede da Organização de 1º de fevereiro de 2002 a 31 de dezembro de 2002, continuando aberta à adesão por qualquer Estado a partir de então.

(2) Os Estados poderão tornar-se Partes desta Convenção por intermédio de:

(a) assinatura não sujeita a ratificação, aceitação ou aprovação; ou

(b) assinatura sujeita a ratificação, aceitação ou aprovação, seguida de ratificação, aceitação ou aprovação; ou

(c) adesão.

(3) A ratificação, aceitação, aprovação ou adesão deverá ser efetuada mediante o depósito de um instrumento para este efeito junto ao Secretário-Geral.

(4) Se um Estado tiver duas ou mais unidades territoriais nas quais sejam aplicáveis regimes jurídicos distintos em relação às matérias tratadas pela presente Convenção, poderá declarar, no momento da assinatura, ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, que a presente Convenção será aplicável a todas as suas unidades territoriais, ou somente a uma ou mais delas e poderá, em qualquer momento, modificá-la pela substituição da declaração original por outra .

(5) Qualquer destas declarações será notificada ao Secretário-Geral e nela constarão expressamente as unidades territoriais às quais esta Convenção se aplica.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ARTIGO 18
Entrada em vigor

(1) Esta Convenção deverá entrar em vigor doze meses após a data em que pelo menos vinte e cinco Estados, cuja frota mercante combinada represente, no mínimo, vinte e cinco por cento da arqueação bruta da navegação mercante mundial, ou tenham assinado a Convenção sem reservas quanto à sua ratificação, aceitação ou aprovação, ou tenham depositado o instrumento requerido de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, de acordo com o artigo 17.

(2) Para Estados que tenham depositado um instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão com respeito a esta Convenção, após cumpridos os requisitos para sua entrada em vigor, mas anteriormente à data de entrada em vigor, a ratificação, aceitação, aprovação ou adesão deverá efetivar-se na data de entrada em vigor desta Convenção, ou três meses após a data de depósito do instrumento, conforme a que ocorrer mais tarde.

(3) Qualquer instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão depositado após a data em que esta Convenção entrar em vigor, terá efeito três meses após a data de seu depósito.

(4) Após a data em que uma emenda a esta Convenção for considerada como aceita, de acordo com o artigo 16, qualquer instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão depositado deverá aplicar-se à Convenção conforme emendada.

ARTIGO 19
Denúncia

(1) A presente Convenção poderá ser denunciada por qualquer Parte em qualquer data após decorridos dois anos a partir da data em que esta Convenção entrar em vigor para aquela Parte.

(2) A denúncia deverá ser efetuada pelo depósito de uma notificação por escrito junto ao Secretário-Geral, para vigorar um ano após seu recebimento, ou em período mais longo que seja especificado naquela notificação.

ARTIGO 20
Depositário

(1) Esta Convenção deverá ser depositada junto ao Secretário-Geral, que dela deverá transmitir cópias autenticadas a todos os Estados que a tenham assinado ou aderido à mesma.

(2) Além das funções especificadas em outras partes desta Convenção, o Secretário-Geral deverá:

(a) informar a todos os Estados que tenham assinado esta Convenção ou aderido à mesma sobre:

(i) cada nova assinatura ou depósito de um instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, juntamente com a data em que ocorrer;

(ii) a data da entrada em vigor desta Convenção; e

(iii) o depósito de qualquer instrumento de denúncia desta Convenção, assim como a data do depósito e a data em que a denúncia terá efeito; e

(b) assim que a presente Convenção entre em vigor, transmitir o texto da mesma ao Secretariado das Nações Unidas para registro e publicação, de acordo com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

ARTIGO 21
Línguas

Esta Convenção está redigida em um só exemplar original nos idiomas árabe, chinês, inglês, francês, russo, e espanhol, sendo cada texto igualmente autêntico.

EM FÉ DO QUE os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram a presente Convenção.

FEITA EM LONDRES, no quinto dia de outubro de dois mil e um.

ANEXO 1

CONTROLE DE SISTEMAS ANTIINCRUSTANTES

Sistema antiincrustante	Medidas de controle	Aplicação	Data de entrada em vigor
Compostos de organoestanho que atuam como biocidas em sistemas antiincrustantes	Os navios não deverão aplicar ou reaplicar tais compostos	Todos os navios	1º de janeiro de 2003
Compostos de organoestanho que atuam como biocidas em sistemas antiincrustantes	Os navios deverão: (1) ou não ter tais compostos aplicados em seus cascos, partes externas ou superfícies; (2) ou ter aplicada uma camada que forme uma barreira para impedir o desprendimento de tais compostos dos sistemas antiincrustantes subjacentes, que não estejam de acordo com as provisões desta Convenção.	Todos os navios (exceto plataformas fixas e flutuantes, FSUs e FPSOs que tenham sido construídas antes de 1º de janeiro de 2003 e que não tenham estado em dique seco a partir de 1º de janeiro de 2003) .	1º de janeiro de 2008.

ANEXO 2

ELEMENTOS REQUERIDOS PARA UMA PROPOSTA INICIAL

(1) Uma proposta inicial deverá incluir documentação adequada, contendo pelo menos o seguinte:

(a) identificação do sistema antiincrustante do qual trata a proposta: nome do sistema anti-incrustante, nomes dos ingredientes ativos e Número de Registro do Serviço de Catalogação de Produtos Químicos (Número CAS) , conforme aplicável, ou componentes do sistema suspeitos de causarem os efeitos adversos em questão;

(b) caracterização da informação que sugere a possibilidade de o sistema antiincrustante, ou seus produtos de transformação, apresentar um risco à saúde humana ou causar efeitos adversos em outros organismos que não se pretende atingir, e nas concentrações passíveis de serem encontradas no meio ambiente (por exemplo, resultados de estudos de toxicidade sobre espécies representativas ou dados de bioacumulação) ;

(c) material que confirme o potencial dos componentes tóxicos nos sistemas antiincrustantes, ou seus produtos de transformação, ocorrerem no meio ambiente em concentrações que possam resultar em efeitos adversos aos organismos que não se pretende atingir, à saúde humana ou à qualidade da água (por exemplo, dados sobre a persistência na coluna d'água, sedimentos e biota; a taxa de desprendimento de componentes tóxicos de superfícies tratadas em estudos ou em condições reais de uso, ou dados obtidos através de monitoração, caso disponíveis) ;

(d) uma análise da associação entre o sistema anti-incrustante, os efeitos adversos relacionados e as concentrações observadas ou previstas no meio ambiente; e

(e) uma recomendação preliminar sobre os tipos de restrições que possam ser eficazes na redução dos riscos associados ao sistema anti-incrustante.

(2) Uma proposta inicial deverá ser submetida de acordo com as regras e procedimentos da Organização.

ANEXO 3

ELEMENTOS REQUERIDOS PARA UMA PROPOSTA COMPLETA

(1) Uma proposta completa deverá incluir a documentação adequada, contendo o seguinte:

(a) evolução dos dados citados na proposta inicial;

(b) descobertas sobre as categorias de dados descritos nos parágrafos 3(a) , (b) e (c) , conforme aplicável, dependendo do assunto da proposta e identificação ou descrição das metodologias utilizadas na obtenção de tais dados;

(c) um resumo dos resultados dos estudos realizados sobre os efeitos adversos do sistema antiincrustante;

(d) um resumo dos resultados de monitoração, caso tenha sido realizado algum tipo, incluindo informações sobre o tráfego de navios e uma descrição geral da área monitorada;

(e) um resumo dos dados disponíveis sobre a exposição ambiental ou ecológica e qualquer estimativa de concentrações no meio ambiente, desenvolvida por intermédio da aplicação de modelos matemáticos, utilizando todos os parâmetros ambientais disponíveis, de preferência aqueles determinados experimentalmente, acompanhada de uma identificação ou descrição da metodologia de modelagem;

(f) uma avaliação da associação entre o sistema antiincrustante em questão, os efeitos adversos relacionados e as concentrações no meio ambiente, observados ou esperados;

(g) uma indicação qualitativa do nível de incerteza na avaliação mencionada no subparágrafo (f) ;

(h) uma recomendação de medidas específicas de controle para reduzir os riscos associados ao sistema antiincrustante; e

(i) um resumo dos resultados de qualquer estudo disponível sobre os efeitos potenciais das medidas de controle recomendadas sobre a qualidade do ar, condições de estaleiros, navegação internacional e outros setores relevantes, assim como a disponibilidade de alternativas adequadas.

(2) Uma proposta completa também deverá incluir informações sobre cada uma das seguintes propriedades físicas e químicas do(s) componente(s) em questão, caso aplicável:

- Ponto de liquefação;
- Ponto de ebulição;
- Densidade (densidade relativa) ;
- Pressão do vapor;
- Solubilidade da água /pH/constante de dissociação(pKa) ;
- Oxidação/potencial de redução;
- Massa molecular;
- Estrutura molecular; e
- Outras propriedades físicas e químicas identificadas na proposta inicial.

1. (3) Para o parágrafo 1(b) acima, as categorias de dados são:

(a) Dados sobre os efeitos causados ao meio ambiente:

- modos de degradação/dissipação (por exemplo, hidrólise/fotodegradação/biodegradação) ;
- persistência no meio relevante (por exemplo, coluna de água/sedimentos/biota) ;
- separação sedimentos/água
- taxa de lixiviação de biocidas ou ingredientes ativos;
- balanço de massa;
- bio-acumulação, coeficiente de separação, coeficiente octanol/água; e
- qualquer nova reação na liberação ou nos efeitos interativos conhecidos.

(b) Dados sobre qualquer efeito involuntário em plantas aquáticas, invertebrados, peixes, aves marinhas, mamíferos marinhos, espécies em extinção, outra biota, qualidade da água, fundo marinho ou habitat de organismos não alvejados pelo sistema, incluindo organismos sensíveis e representativos:

- toxicidade aguda;
- toxicidade crônica;
- toxicidade reprodutiva e de desenvolvimento;
- disrupção endócrina;
- toxicidade de sedimentos;
- biodisponibilidade/biomagnificação/bioconcentração;
- efeitos na cadeia alimentar/população;
- observações de efeitos adversos, no campo, na mortandade e encalhe de peixes e na análise de tecidos; e
- resíduos encontrados em alimentos do mar.

Este dados deverão referir-se a um ou mais tipos de organismos que não sejam alvos do sistema antiincrustante, tais como plantas aquáticas, invertebrados, peixes, aves, mamíferos e espécies ameaçadas de extinção.

(c) Dados sobre o potencial de efeitos sobre a saúde humana (incluindo, mas não de forma exclusiva, o consumo de frutos do mar afetados) .

(4) Uma proposta completa deverá incluir uma descrição das metodologias utilizadas, assim como qualquer medida relevante tomada para garantia de qualidade, e qualquer revisão dos estudos por pares.

ANEXO 4

REQUISITOS SOBRE VISTORIAS E CERTIFICAÇÃO PARA SISTEMAS ANTIINCRUSTANTES

REGRA 1
Vistorias

(1) Navios de arqueação bruta 400 e acima, mencionados no artigo 3(1) (a), empregados em viagens internacionais, excluindo plataformas fixas e flutuantes, FSUs e FPSOs, estarão sujeitos às vistorias especificadas abaixo:

(a) Uma vistoria inicial antes de o navio entrar em serviço ou antes da primeira emissão do Certificado Internacional de Sistema Antiincrustante (Certificado) exigido pela regra 2 ou 3; e

(b) Uma vistoria quando os sistemas antiincrustantes forem trocados ou substituídos. Estas vistorias deverão ser endossadas no Certificado emitido de acordo com as regras 2 ou 3.

(2) A vistoria deverá ser de natureza a garantir que o sistema antiincrustante do navio cumpre totalmente com esta Convenção.

(3) A Administração deverá estabelecer medidas apropriadas para navios que não estão sujeitos às disposições do parágrafo 1 desta regra, a fim de garantir o cumprimento desta Convenção.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(4) (a) Em relação ao cumprimento obrigatório desta Convenção, as vistorias de navios deverão ser realizadas por funcionários devidamente autorizados pela Administração ou, conforme especificado na regra 3(1) , observando-se as diretrizes para vistorias elaboradas pela Organização. Alternativamente, a Administração poderá confiar as vistorias requeridas por esta Convenção a inspetores nomeados para tal fim ou a organizações por ela reconhecidas.

(b) Uma Administração ao nomear inspetores ou reconhecer organizações para conduzir vistorias, deverá, no mínimo, dar poderes a qualquer inspetor nomeado ou organização reconhecida para:

(i) exigir que os navios vistoriados cumpram as disposições do Anexo 1; e

(ii) conduzir vistorias, caso requerido por autoridades apropriadas de um Estado do porto que seja Parte desta Convenção.

(c) Quando a Administração, um vistoriador nomeado, ou uma organização reconhecida determinar que o sistema antiincrustante do navio não está de acordo com as particularidades de um Certificado exigido sob a regra 2 ou 3, ou com os requisitos desta Convenção, tal Administração, vistoriador ou organização deverá, imediatamente, assegurar que sejam tomadas medidas corretivas para trazer o navio ao cumprimento das exigências. O vistoriador ou organização também deverá, tempestivamente, notificar a Administração sobre qualquer destas determinações. Caso as medidas corretivas exigidas não sejam tomadas, a Administração deverá ser imediatamente notificada e deverá assegurar-se de que não haja emissão de Certificado ou que este seja suspenso, conforme apropriado.

(d) Na situação descrita no subparágrafo (c) , se o navio estiver no porto de outra Parte, as autoridades apropriadas do Estado do porto deverão ser notificadas imediatamente. Quando a Administração, um vistoriador nomeado ou uma organização reconhecida houver notificado as autoridades apropriadas do Estado do porto, o Governo do Estado do porto em questão deverá dar a tal Administração, vistoriador ou organização toda a assistência necessária para cumprirem com suas obrigações de acordo com esta regra, incluindo qualquer medida descrita no artigo 11 ou 12.

REGRA 2
Emissão ou Endosso de um Certificado Internacional de Sistema Antiincrustante

(1) A Administração deverá exigir a emissão de um Certificado para navios aos quais se aplique a regra1, após completada satisfatoriamente uma vistoria de acordo com a regra 1. Um Certificado emitido sob a autoridade de uma Parte deverá ser aceito por outras Partes e considerado, para todos os propósitos cobertos por esta Convenção, como tendo a mesma validade de um Certificado emitido por elas próprias.

(2) Os Certificados deverão ser emitidos ou endossados pela Administração ou por qualquer pessoa ou organização por ela devidamente autorizada. Em todos os casos, a Administração assume total responsabilidade pelo Certificado.

(3) Para navios que utilizem um sistema antiincrustante controlado de acordo com as disposições do Anexo 1, o qual tenha sido aplicado antes da data de entrada em vigor de um controle para tal sistema, a Administração deverá emitir um Certificado de acordo com as provisões dos parágrafos (2) e (3) desta regra, o mais tardar dois anos após a data de entrada em vigor daquele controle. Este parágrafo não deverá afetar no cumprimento de qualquer exigência pelos navios do Anexo 1 .

(4) O Certificado deverá ser elaborado de acordo com o formato do modelo apresentado no apêndice 1 deste anexo e deverá ser redigido, no mínimo em inglês, francês ou espanhol. Caso seja usada, também, uma língua oficial do Estado emitente, esta deverá prevalecer no caso de disputas ou discrepâncias.

REGRA 3
Emissão ou Endosso de um Certificado Internacional de Sistemas Antiincrustantes por Outra Parte

(1) A pedido da Administração, uma outra Parte poderá vistoriar um navio e, caso satisfeita quanto ao cumprimento desta Convenção, poderá emitir ou autorizar a emissão de um Certificado para o navio e, quando apropriado, endossar ou autorizar o endosso daquele Certificado para o navio, de acordo com esta Convenção.

(2) Uma cópia do Certificado e uma cópia do relatório de vistoria deverão ser transmitidas, o mais rápido possível, à Administração solicitante.

(3) Um certificado emitido desta maneira deverá conter uma declaração de que foi emitido a pedido da Administração mencionada no parágrafo 1 e deverá ter o mesmo valor e receber o mesmo reconhecimento de um Certificado emitido pela Administração.

(4) Não deverá ser emitido nenhum Certificado a um navio que tenha o direito de arvorar a bandeira de um Estado que não seja Parte da Convenção.

REGRA 4
Validade de um Certificado Internacional de Sistema Antiincrustante

(1) Um Certificado emitido de acordo com a regra 2 ou 3 deixará de ser válido nos seguintes casos:

(a) se o sistema antiincrustante for trocado ou substituído e o Certificado não for endossado de acordo com esta Convenção; e

(b) quando da transferência do navio para a bandeira de um outro Estado. Um novo Certificado só deverá ser emitido quando a Parte que estiver emitindo o novo Certificado estiver totalmente satisfeita de que o navio está de acordo com esta Convenção. No caso de uma transferência entre Partes, se for requerido dentro de três meses após a transferência, a Parte cuja bandeira o navio tinha o direito de arvorar anteriormente deverá, assim que possível, transmitir à Administração uma cópia dos Certificados portados pelo navio antes da transferência e, se disponível, uma cópia dos relatórios de vistoria relevantes.

(2) A emissão de um novo Certificado por uma Parte para um navio transferido de outra Parte pode ser baseada em nova vistoria ou em um Certificado válido emitido pela Parte cuja bandeira o navio anteriormente estava autorizado a arvorar.

1. REGRA 5
Declaração sobre Sistema Antiincrustante

(1) A Administração deverá exigir que navios de 24 ou mais metros de comprimento, mas com arqueação bruta menor que 400, empregados em viagens internacionais e aos quais o artigo 3(1) (a) seja aplicável (excluindo plataformas fixas ou flutuantes, FSUs e FPSOs) portem uma Declaração assinada pelo proprietário ou por agente autorizado do proprietário. Esta Declaração deverá ser acompanhada por documentação apropriada (tal como um recibo da tinta ou uma fatura do aplicador contratado) ou conter endosso adequado.

(2) A Declaração deverá ser elaborada de acordo com o formato do modelo apresentado no apêndice 2 deste Anexo e deverá ser redigida no mínimo em inglês, francês ou espanhol. Caso também seja usada uma língua oficial do Estado cuja bandeira o navio tem o direito a arvorar, esta deverá prevalecer no caso de disputas ou discrepâncias.

APÊNDICE 1 AO ANEXO 4

FORMULÁRIO MODELO PARA O CERTIFICADO INTERNACIONAL DE SISTEMAS ANTIINCRUSTANTES

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE SISTEMA ANTIINCRUSTANTE
(Este certificado deve ser suplementado por um Registro de Sistemas Antiincrustantes)

(selo oficial) (Estado)

Emitido de acordo com a
Convenção Internacional sobre o Controle de Sistemas Antiincrustantes Danosos em Navios

sob a autoridade do Governo de

.....
(nome do Estado)
por

.....
(pessoa ou organização autorizada)

Se um Certificado tiver sido emitido anteriormente, este Certificado substitui o certificado datado de .....

Dados do navio[1].

Nome do navio .....

Letras ou números indicativos
.....

Porto de registro
.....

Tonelagem de arqueação bruta
.....

Número IMO[2].....

Um sistema antiincrustante controlado de acordo com o Anexo 1 não foi aplicado durante ou após a construção deste navio .....

Um sistema antiincrustante controlado de acordo com o Anexo 1 foi anteriormente aplicado neste navio, mas foi removido por.....(*inserir o nome do removedor*) em .....(*data*)

Um sistema antiincrustante controlado de acordo com o Anexo 1 foi anteriormente aplicado neste navio, mas foi recoberto por uma camada de selante aplicada por .....
(inserir nome do aplicador) em.....(*data*)
.....

Um sistema antiincrustante controlado de acordo com o Anexo 1 foi aplicado neste navio antes de ..... (*data*)[3], mas deve ser removido ou recoberto com uma camada de selante antes de.....(*data*)[4].....

_____

[1] Alternativamente, os detalhes do navio poderão ser colocados horizontalmente em caixas.

[2] De acordo com o Esquema de Número de Identificação de Navios da IMO adotado pela Organização através da Resolução da Assembléia A.600(15) .

[3] Data de entrada em vigor da medida de controle.

[4] Data de término de qualquer período de implementação especificado no artigo 4(2) ou no Anexo 1.

CERTIFICO QUE:

1o navio foi vistoriado de acordo com a Regra 1 do Anexo 4 da Convenção; e

2a vistoria demonstra que o sistema antiincrustante aplicado no navio cumpre os requisitos aplicáveis do Anexo 1 da Convenção.

Emitido em .....
(*Local de emissão do Certificado*)

....
(*Data de emissão*) (*Assinatura do funcionário autorizado a emitir o certificado)*

Data de término da vistoria
sobre a qual este certificado é emitido: .....

FORMULÁRIO MODELO PARA O REGISTRO DE SISTEMAS ANTIINCRUSTANTES

REGISTRO DE SISTEMAS ANTIINCRUSTANTES
Este Registro deverá estar permanentemente anexado ao Certificado Internacional de Sistema Antiincrustante

Dados do navio

Nome do Navio: .....
Letras ou números indicativos: .....
Número IMO: .....

Dados do(s) sitema(s) antiincrustante(s) aplicado(s)

Tipo(s) de sistema(s) antiincrustante(s) utilizado(s) .....
.....

Data(s) da aplicação do sistema(s) antiincrustante(s) .....

Nome da Companhia(s) e estaleiro(os) / local(is) de aplicação .....
.....

Nome(s) do(s) fabricante(s) do(s) sistema(s) antiincrustante(s) .
.....

Nome(s) e cor(es) do(s) sistema(s) antiincrustante(s) .....
.....

Ingrediente(s) ativo(s) e seu(s) Número(s) do CAS (Número de Registro do Serviço de Catalogação de Produtos Químicos)
.....
.....

Tipo(s) de selante(s) , se aplicável .....
.....

Nome(s) e cor(es) do(s) selante(s) utilizado(s) , se aplicável .....
.....

Data de aplicação do selante .....

CERTIFICO que este Registro está correto em todos os aspectos.

Emitido em .....
(Local de emissão do Registro)

1. ....
(*Data de emissão*) (*Assinatura do funcionário autorizado a emitir o Registro)*

Endosso de Registros[5]

CERTIFICO que uma vistoria exigida de acordo com a Regra 1(1) (b) do Anexo 4 da Convenção demonstrou que o navio está de acordo com a Convenção.

Dados do(s) sistema(s) antiincrustante(s) aplicado(s)

Tipo(s) de sistema(s) antiincrustante(s) usado(s) .....
.....

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Data(s) de aplicação do(s) sistema(s) antiincrustante(s)
.....

Nome(s) da(s) Companhia(s) e estaleiro(s) / local(is) de aplicação
.....

Nome(s) do(s) fabricante(s) do(s) sistema(s) antiincrustante(s) .
.....

Nome(s) e cor(es) do(s) sistema(s) antiincrustante(s)
.....

Ingrediente(s) ativo(s) e seu(s) Número(s) do CAS (Número de Registro do Serviço de Catalogação de Produtos Químicos)
.....
.....

Tipo(s) de selante, se aplicável .....
.....

Nome(s) e cor(es) do selante utilizado, se aplicável
.....

Data de aplicação do selante .....

Assinado .....
(Assinatura do funcionário autorizado a emitir o Registro)

Local: .....

Data[6]: .....

(Selo ou carimbo da autoridade)

[5] Esta página do Registro deverá ser reproduzida e adicionada ao Registro conforme seja considerado necessário pela Administração.
[6] Data do término da vistoria sobre a qual este endosso é feito.

APÊNDICE 2 AO ANEXO 4

FORMULÁRIO MODELO PARA A DECLARAÇÃO DE SISTEMA ANTIINCRUSTANTE

DECLARAÇÃO DE SISTEMA ANTIINCRUSTANTE

Elaborada de acordo com
A Convenção Internacional sobre o Controle de Sistemas Antiincrustante
Danosos em Navios

Nome do Navio .....

Letras ou números indicativos .....

Porto de registro .....

Comprimento .....

Arqueação bruta .....

Número IMO (se aplicável) .....

Declaro que o sistema antiincrustante utilizado neste navio está de acordo com o Anexo 1 da Covenção.

....
(Data) *(Assinatura do proprietário ou agente autorizado do proprietário)*

Endosso do(s) sistema(s) antiincrustante(s) aplicado(s)

Tipo(s) de sistema(s) antiincrustante(s) usado(s) e data(s) de aplicação
.....

.....

....
(Data) *(Assinatura do proprietário ou agente autorizado do proprietário)*

Tipo(s) de sistema(s) antiincrustante(s) usado(s) e data(s) de aplicação
.....
.....

....
(Data) *(Assinatura do proprietário ou agente autorizado do proprietário)*

Tipo(s) de sistema(s) antiincrustante(s) usado(s) e data(s) de aplicação
.....
.....

....
(Data) *(Assinatura do proprietário ou agente autorizado do proprietário)*

DECRETO Nº 8.346, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos na Área de Saúde Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, firmado em Rabat, em 25 de junho de 2008.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos firmaram, em Rabat, em 25 de junho de 2008, o Acordo na Área de Saúde Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 277, de 19 de maio de 2010; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 20 de setembro de 2011, nos termos de seu Artigo 15;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos na Área de Saúde Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, firmado em Rabat, em 25 de junho de 2008, anexo a este Decreto.

Parágrafo único. O Acordo a que se refere o **caput** será executado e cumprido integralmente em seus termos.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos
José Gerardo Fontelles

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DO MARROCOS NA ÁREA DE SAÚDE ANIMAL E DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo do Reino do Marrocos
(doravante denominados "Partes") ,

Impulsionados pela vontade de desenvolver a cooperação econômica e comercial entre os dois países;

Desejosos de cooperar em matéria de saúde animal, inspeção sanitária de animais e de produtos de origem animal, bem como de harmonizar seus métodos de análise laboratorial com vistas a facilitar o comércio de animais e de produtos animais, tendo como referência o Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio - SPS/OMC, de 1 de janeiro de 1995,

Acordam o seguinte:

Artigo 1

Principais termos técnicos utilizados para fins do presente Acordo:

a) animais: os animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína; os animais do gênero *camelus*; aqueles das espécies eqüina e asinina e seus cruzamentos; os animais de criação de subsistência; os animais selvagens; caças de pêlo e de pena; abelhas; bicho da seda; animais de companhia e animais de laboratório;

b) produto comestível animal: as carnes e seus derivados, especificamente aqueles obtidos diretamente da carcaça para fins de consumo humano;

c) produtos de origem animal:

i) produtos comestíveis elaborados a partir de animais, em seu estado natural ou transformados;

ii) produtos comestíveis animais destinados ao consumo após preparação, tratamento, transformação, sejam estes produtos adicionados ou não de outros produtos comestíveis animais;

iii) produtos de origem animal destinados à alimentação dos animais e à indústria de sub-produtos animais;

d) material de multiplicação animal: os espermas e embriões criopreservados e todos os outros produtos biológicos destinados à multiplicação animal;

e) produtos do mar e de água doce: peixes, moluscos, crustáceos, rãs e todos os outros produtos vivos, frescos, congelados ou após conservação ou transformação.

Artigo 2

As Partes trocarão informações relativas à saúde animal, à organização e às atribuições de seus serviços de inspeção veterinária, particularmente aqueles encarregados do controle sanitário veterinário referente à importação e exportação de animais e de seus produtos.

Artigo 3

1. Os serviços veterinários das Partes comunicarão, por via eletrônica, fax ou qualquer outro meio seguro e rápido, a ocorrência em seu território de todo foco de doenças infecciosas notificáveis à Organização Mundial de Saúde Animal (doravante denominada "OIE") , fornecendo detalhes precisos sobre nome da doença, sua localização geográfica exata, espécies e número de animais atingidos, assim como medidas adotadas para controle da doença, compreendendo aqueles adotados com relação à exportação.

2. As Partes trocarão, regularmente, informações sobre a ocorrência em seus territórios de doenças infecciosas notificáveis à OIE.

Artigo 4

As Partes reconhecerão os resultados de inspeção sanitária veterinária efetuadas nos animais e nos produtos de origem animal, incluindo materiais de multiplicação animal, objeto de trocas comerciais entre os dois países, de acordo com as normas internacionais e métodos de análises recomendados pela OIE.

Artigo 5

Cada uma das Partes se comprometerá a suspender a exportação de animais e de produtos de origem animal que representem perigo de propagação das doenças apontadas no Artigo 3, parágrafo1, acima.

Artigo 6

Os órgãos encarregados pelas Partes para aplicação do presente Acordo definirão as condições sanitárias para importação e exportação de animais, produtos de origem animal e materiais de multiplicação animal e se consultarão sobre problemas ligados a essas condições. Os documentos estabelecidos pelos referidos órgãos a respeito de condições sanitárias e veterinárias serão adotados mediante a troca de Notas diplomáticas.

Artigo 7

As Partes facilitarão:

a) a colaboração entre os órgãos veterinários laboratoriais, especificamente em matéria de técnicas de diagnóstico e de análises utilizadas para certificação de animais e de produtos de origem animal, objetos de importação e exportação;

b) a troca de informações sobre métodos e formas de luta contra doenças infecciosas em animais notificáveis à OIE;

c) a troca de informações e experiências a respeito de procedimentos de aprovação de medicamentos e de produtos veterinários biológicos em vigor nos dois países e para este efeito, as Partes intercambiarão a lista de medicamentos e produtos veterinários biológicos aprovados (assim que autorizados para comercialização) , bem como toda alteração ocorrida em cada um dos países;

d) a troca de resultados de pesquisas científicas oficiais sobre sanidade animal, higidez de produtos de origem animal e luta contra doenças infecciosas em animais;

e) a cooperação em matéria de fluxo de informação epidemiológica e de aplicação de medidas de urgência, assim como em matéria de programas de profilaxia e de controle de doenças contagiosas animais em vigor nos respectivos países;

f) a troca de informações sobre procedimentos tecnológicos de fabricação ou de transformação da indústria de produtos de origem animal;

g) a troca de informações sobre procedimentos tecnológicos de obtenção e processamento de materiais de multiplicação animal;

h) o intercâmbio de especialistas em matéria de criação de animais (veterinários, zootécnicos, biólogos) a fim de se informarem mutuamente sobre o estado sanitário dos animais, dos produtos de origem animal e sobre as realizações científicas e técnicas nesta área;

i) o acolhimento de estagiários da área de formação em epidemiologia veterinária de doenças animais, zoonoses, reprodução animal, higiene e qualidade de produtos comestíveis de origem animal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Artigo 8

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca do Reino do Marrocos serão encarregados da aplicação do Acordo.

Artigo 9

1. As Partes poderão constituir uma Comissão de acompanhamento do presente Acordo, que será composta de membros designados pelos dois países. A Comissão terá reuniões anuais em cada um dos dois países alternadamente ou extraordinariamente, a pedido de qualquer das Partes.

2. A Comissão será encarregada:

a) da apresentação, se for o caso, de propostas de modificação do presente Acordo mutuamente acordadas;

b) de solucionar, mediante negociações, divergências que possam surgir entre as Partes na aplicação do Acordo;

c) da coordenação da aplicação do presente Acordo;

d) da submissão, se for o caso, a seus respectivos Governos, de propostas de cooperação em assuntos relativos ao presente Acordo e às recomendações emitidas por organizações internacionais competentes (OIE, Comissão do Codex Alimentarius, FAO, OMS) .

Artigo 10

As duas Partes determinarão os meios de financiamento necessários à aplicação do presente Acordo, observando o seguinte:

a) os custos decorrentes da troca de informações e documentos mencionados nos Artigos 2, 3 e 7 estarão a cargo da Parte que envia;

b) os custos decorrentes de intercâmbio de especialistas previsto do Artigo 7 serão responsabilidade da Parte que envia, no que se refere aos custos de viagens internacionais, e da Parte que acolhe, no concernente aos custos locais (alimentação, alojamento e deslocamentos internos) ;

c) para aplicação do Artigo 9, a Parte que envia arcará com os custos das viagens internacionais e a Parte que acolhe assumirá as despesas locais relacionadas a alimentação, alojamento, deslocamentos internos e comunicações.

Artigo 11

As entidades competentes de ambas as Partes se empenharão em assegurar a sanidade dos animais e a salubridade de produtos de origem animal exportados, em conformidade com as condições estabelecidas pela troca de Notas a que se faz referência no Artigo 12.

Artigo 12

1. Os órgãos competentes das Partes definirão as condições sanitárias e de salubridade para o comércio de animais e de produtos entre as duas Partes.

2. Essas condições sanitárias, assim como os modelos de certificados veterinários que as atestem, serão definidos entre as Partes e adotados mediante troca de Notas diplomáticas.

3. Mediante a troca de Notas diplomáticas será definido o modelo de eventuais documentos sanitários relativos a animais vivos.

Artigo 13

As disposições do presente Acordo não afetarão a capacidade internacional das Partes de celebrar outros acordos multilaterais ou bilaterais.

Artigo 14

As Partes concordam que modificações podem ser feitas ao presente Acordo a partir de propostas elaboradas pela Comissão de acompanhamento. As modificações entrarão em vigor a partir do 61º dia após a confirmação escrita das duas Partes, por via diplomática.

Artigo 15

O presente Acordo entrará em vigor a partir do 61º dia seguinte à data do recebimento da segunda notificação pela qual as Partes informam o cumprimento das formalidades internas para sua entrada em vigor. O Acordo terá vigência de cinco anos, automaticamente renovável por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes exprima o desejo de o denunciar por meio de notificação escrita à outra Parte em até três meses antes da expiração do período de sua vigência. Em caso de denúncia, os programas e as ações em curso continuarão válidos e serão regidos pelas disposições do presente Acordo até seu término.

Feito em Rabat, em 25 de junho de 2008, em dois exemplares originais, nos idiomas português, árabe e inglês, sendo os textos igualmente autênticos. No caso de divergência sobre a interpretação do Acordo, o texto em inglês prevalecerá.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	PELO GOVERNO DO REINO DE MARROCOS
Celso Amorim Ministro das Relações Exteriores	Taïb Fassi Fihri Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

DECRETO Nº 8.347, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga a Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, de 23 de junho de 1969.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovoua Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, de 23 de junho de 1969, por meio do Decreto Legislativo nº 57, de 9 de setembro de 1970,

Considerando que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação da Convenção junto ao Secretário-Geral da Organização Marítima Internacional em 30 de novembro de 1970, e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 18 de julho de 1982,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgada a Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, anexa a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares queacarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos
Celson Luiz Nunes Amorim

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE MEDIDA DE TONELAGEM DE NAVIOS, 1969

Os governos contratantes,

Desejando estabelecer princípiose regulamentos uniformes para determinar a tonelagem de navios empregados em viagens internacionais;

Considerando que a melhor maneira de alcançar esse objetivo é pela conclusão de uma Convenção,

Concordaram no que se segue:

ARTIGO 1
Obrigação Geral Decorrente desta Convenção

Os governos contratantes se comprometem, a pôr em execução as disposições da presente Convenção e de seus anexos, que fazem parte integrante da presente Convenção. Toda referência à presente Convenção constitui igualmente referência aos anexos.

ARTIGO 2
Definições

Para os fins da presente Convenção e a menos que expressamente estipulado em contrário:

1) O termo "Regras" designa as regras anexas àpresente Convenção;

2) O termo "Administração" designa o governo do Estado cuja bandeira o navio arvora;

3) O termo "Viagem internacional" designa uma viagem marítima de um país ao qual se aplica a presente Convenção para um porto fora desse país ou inversamente. Para esses fins, considera-se como outro país todo território por cujas relações internacionais um governo contratante é responsável ou as Nações Unidas são a autoridade administrativa;

4) O termo "tonelagem bruta" define o tamanho total de um navio, determinado de acordo com as disposições da presente Convenção;

5) O termo "tonelagem líquida" define a capacidade útil de um navio, determinada de acordo com as disposições da presente Convenção;

6) O termo "navio novo" designa um navio cuja quilha foi batida, ou que se encontra em estágio equivalente de construção em/ou após a data de entrada em vigor da presente Convenção;

7) O termo "navio existente" designa um navio que não é navio novo';

8) O termo "comprimento" representa 96 por cento do comprimento total medido na linha d'água correspondente a 85 por cento do mínimo pontal moldado medido a partir do topo da quilha, ou o comprimento a partir da extremidade mais de vante da proa até o eixo da madre do leme medido naquela linha d'água, se aquele for maior. Em navios projetados com quilha inclinada, a linha d'água na qual este comprimento é medido deve ser paralela à linha d'água do projeto;

9) O termo "Organização" designa a Organização Intergovernamental Consultiva Marítima (IMCO).

ARTIGO 3
Aplicação

1) A presente Convenção se aplica aos seguintes navios quando empregados em viagens internacionais:

a) navios registrados em países cujos governos são governos contratantes;

b) navios registrados em territórios aos quais se estende a presente Convenção nos termos do artigo 20; e

c) navios não registrados arvorando a bandeira de um Estado cujo governo é governo contratante.

2) A presente Convenção se aplica:

a) aos navios novos;

b) aos navios existentes que sofreram alterações ou modificações que, a critério da Administração acarretem uma variação substancial de sua atual tonelagem bruta;

c) aos navios existentes, por solicitação do armador; e

d) a todos os navios existentes, doze anos após a data de entrada em vigor da Convenção. Entretanto, esses navios, com exceção daqueles mencionados nos itens *b* e *c* do presente parágrafo, manterão ainda suas tonelagens antigas para os fins de aplicação das disposições pertinentes de outras convenções internacionais existentes.

3) Os navios existentes, para os quais a presente Convenção se tornou aplicável em virtude do item *c* do parágrafo 2 deste artigo, não poderão ter suas tonelagens novamente calculadas nos termos das disposições até então aplicadas pela Administração aos navios em viagens internacionais.

ARTIGO 4
Exceções

1) A presente Convenção não se aplica:

a) a navios de guerra; e

b) aos navios de menos de 24 metros (79 pés) de comprimento.

2) Nenhuma das disposições da presente Convenção se aplicará aos navios exclusivamente operando:

a) nos Grandes Lagos da América do Norte e no rio Silo Lourenço, a oeste de uma loxodrômica traçada do cabo Des Rosiers ao extremo oeste da ilha de Anticosti e prolongada ao norte da ilha de Anticosti, pelo meridiano de 630 oeste;

b) no mar Cáspio; ou

c) nos rios Prata, Paraná e Uruguai a oeste da loxodrômica traçada de Punta Rasa (cabo San Antônio) - Argentina, a Punta Del Este - Uruguai.

ARTIGO 5
Força Maior

1) Um navio que não esteja sujeito às disposições da presente Convenção guando de sua partida para qualquer viagem, não ficará a elas sujeito em virtude de qualquer desvio de sua rota preestabelecida causada pelo mau tempo ou por qualquer outro motivo de força maior.

2) Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos contratantes darão a devida consideração a qualquer desvio ou atraso causados a qualquer navio devido ao mau tempo ou a qualquer outro motivo de força maior.

ARTIGO 6
Determinação das Tonelagens

A determinação das tonelagens bruta e líquida deve ser feita pela Administração que, entretanto, pode delegar essa determinação quer a pessoas quer a organizações por ela reconhecidas. Em qualquer caso porém, a Administração assume inteira responsabilidade por essa determinação.

ARTIGO 7
Emissão de Certificado

1) Um Certificado Internacional de Tonelagem (1969), deve ser expedido para todo navio que tiver suas tonelagens determinadas de acordo com a presente Convenção.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2) Tal certificado deve ser expedido pela Administração ou por qualquer pessoa ou organização por ela devidamente autorizadas. Em qualquer caso porém, a Administração assume inteira responsabilidade pelo certificado.

ARTIGO 8
Emissão de Certificado por outro Governo

1) Um governo contratante pode, a pedido de outro governo contratante, determinar as tonelagens bruta e líquida de um navio e emitir ou autorizar a emissão de um Certificado Internacional de Tonelagem (1969) para o mesmo de acordo com a presente Convenção.

2) Uma cópia do certificado e uma cópia dos cálculos das tonelagens devem ser enviadas logo que possível ao governo solicitante.

3) Um certificado assim emitido deve conter uma declaração de que o mesmo foi emitido a pedido do governo do Estado cuja bandeira o navio está ou estará arvorando e deve ter a mesma validade e receber o mesmo reconhecimento do que um certificado emitido de conformidade com o artigo 7º.

4) Nenhum Certificado Internacional de Tonelagem (1969) será emitido para um navio arvorando a bandeira de um Estado cujo governo não é um governo contratante.

ARTIGO 9
Forma do Certificado

1) O certificado deve ser redigido na língua ou línguas oficiais do país emitente. Se a língua empregada não for nem o inglês nem o francês, o texto deve incluir uma tradução em uma dessas línguas.

2) A forma do certificado deve corresponder exatamente a do modelo apresentado no Anexo II.

ARTIGO 10
Cancelamento do Certificado

1) Sujeito a quaisquer exceções previstas nas Regras anexas, o Certificado Internacional de Tonelagem (1969) cessa de ser válido e é anulado pela Administração se o arranjo, a construção, a capacidade, a utilização dos espaços, o número total de passageiros que o navio está autorizado a transportar de acordo com seu certificado de passageiros, a linha de carga determinada ou o calado permitido do navio sofrerem modificações que acarretem um aumento da tonelagem bruta ou líquida.

2) Um certificado emitido para um navio por uma Administração cessa de ser válido quando da transferência desse navio para a bandeira de outro Estado, exceto nos casos previstos no parágrafo 3 deste artigo.

3) Em caso de transferência de um navio para a bandeira de outro Estado cujo governo é um governo contratante, o Certificado Internacional e Tonelagem (1969) deve permanecer em vigor por um período não superior a três meses, ou até que a Administração emita um novo Certificado Internacional de Tonelagem (1969) para substituir o anterior aplicando-se a alternativa que primeiro ocorrer. O governo contratante do Estado cuja bandeira o navio até então estava arvorando deve remeter à Administração, após a transferência, logo que possível, uma cópia do certificado em poder do navio por ocasião da transferência e uma cópia dos cálculos pertinentes das tonelagens.

ARTIGO 11
Aceitação do Certificado

O certificado emitido de acordo com a presente Convenção sob a autoridade de um governo contratante deve ser aceito pelos outros governos contratantes e considerado para todos os efeitos da presente Convenção, como tendo a mesma validade que os certificados por eles emitidos.

ARTIGO 12
Inspeção

1) Um navio arvorando a bandeira de um Estado cujo governo é um governo contratante fica sujeito, quando em portos de outros governos contratantes, à inspeção por funcionários devidamente autorizados por tais governos. Tal inspeção deve ter como único propósito verificar:

a) se o navio possui Certificado Internacional de Tonelagem (1969), válido;

b) se as características principais do navio correspondem àquelas constantes no certificado.

2) Em nenhum caso tal inspeção deve causar atraso no navio.

3) Se a Inspeção revelar que as características principais do navio diferem daquelas constantes no Certificado Internacional de Tonelagem (1969), o governo do Estado cuja bandeira o navio está arvorando deve ser imediatamente informado.

ARTIGO 13
Privilégios

Os privilégios da presente Convenção não podem ser invocados a favor de qualquer navio que não esteja de posse de um certificado válido de conformidade com a Convenção.

ARTIGO 14
Tratados, Convenções e Ajustes Anteriores

1) Todos os demais tratados, convenções e ajustes referentes a assuntos de tonelagem ora em vigor entre governos participantes da presente Convenção, devem continuar em vigor durante os períodos neles previstos, no que diz respeito aos prazos respectivos, no tocante a:

a) navios aos quais não se aplica a presente Convenção; e

b) navios aos quais se aplica a presente Convenção, em, assuntos não previstos.

2) Caso, porém, tais tratados, convenções ou ajustes estejam em conflito com as disposições da presente Convenção, prevalecem as disposições desta.

ARTIGO 15
Comunicação de Informações

Os governos contratantes se comprometem a comunicar à Organização e depositar na mesma:

a) um número suficiente de exemplares de seus certificados emitidos de acordo com as disposições da presente Convenção, para distribuição aos governos contratantes;

b) o texto das leis, ordens, decretos, regulamentos e outros instrumentos que tenham sido promulgados sobre os vários assuntos previstos na presente Convenção;e

c) lista das Organizações não governamentais autorizadas a agir em seu nome em assuntos relacionados com a tonelagem, para conhecimento dos governos contratantes.

ARTIGO 16
Assinatura, Ratificação e Adesão

1) A presente Convenção ficará aberta à assinatura por seis meses, a partir de 23 de junho de 1969, e permanecerá após essa data aberta a adesão. Governos dos Estados membros das Nações Unidas ou de qualquer de suas agências especializadas, ou da Comissão Internacional de Energia Atômica, ou membros do Estatuto da Corte Internacional de Justiça podem tornar-se partes da Convenção, mediante:

a) assinatura sem reserva quanto à ratificação; e

b) assinatura sujeita à ratificação seguida por ratificação, ou adesão.

2) A ratificação ou Adesão se tornam efetivas pelo depósito de instrumento de ratificação ou adesão junto à Organização. A Organização deve informar a todos os governos que assinaram a presente Convenção, ou à mesma aderiram, de cada nova ratificação ou adesão e da data de seu depósito. A Organização deve informar ainda a todos os governos que já assinaram a Convenção de qualquer outra assinatura aposta nos seis meses a partir de 23 de junho de 1969.

ARTIGO 17
Entrada em Vigor

1) A presente Convenção entra em vigor vinte quatro meses após a data em que não menos de vinte e cinco governos de Estados, cuja frota mercante reunida constitua não menos de sessenta e cinco por cento da tonelagem bruta da marinha mercante mundial, tenham assinado sem reserva quanto à ratificação ou tenham depositado instrumentos de ratificação ou adesão de acordo com o artigo 16. A Organização deve informar a todos os governos que hajam assinado ou aderido à presente Convenção, da data em que a mesma entra em vigor.

2) Para os governos que hajam depositado um instrumento de ratificação ou de adesão à presente Convenção durante os 24 meses mencionados no parágrafo (1) deste artigo, a ratificação ou adesão se torna efetiva na data em que entra em vigor a presente Convenção, ou três meses após a data de depósitos do instrumento de ratificação ou adesão, se esta última data é posterior.

3) Para os governos que tenham depositado um instrumento de ratificação ou de adesão à presente Convenção após a data de sua entrada vigor, a Convenção se torna efetiva três meses após a data de depósito de tal instrumento.

4) Todo instrumento de ratificação ou de adesão depositado após a data em que todas as medidas para efetivar uma emenda à presente Convenção tiverem sido tomadas, ou após a data em que, em virtude do artigo 18 parágrafo 2 item b se receberam todas as ratificações necessárias para aceitação de uma emenda adotada por unanimidade, é considerado como se aplicando ao texto modificado da Convenção.

ARTIGO 18
Emendas

1) A presente Convenção pode ser emendada por proposta de um governo contratante por qualquer dos processes especificados neste artigo.

2) Emenda por aceitação unânime:

a) Por solicitação de um governo contratante, qualquer emenda proposta pelo mesmo q presente Convenção é comunicada pela Organização a todos os governos contratantes para consideração com vistas à aceitação unânime.

b) Quaisquer dessas emendas entram em vigor 12 meses após a data de sua ratificação por todos governos contratantes a não ser que uma data anterior seja acordada. Um governo contratante que não notifique à Organização a ratificação ou rejeição da emenda dentro de um período de vinte e quatro meses a contar da data em que a Organização fez a primeira comunicação, é considerado como tendo aprovado a emenda.

3) Emenda após consideração na Organização:

a) Por solicitação de um governo contratante, qualquer emenda pelo mesmo proposta à presente Convenção será considerada pela Organização. Se adotada por uma maioria de dois terços daqueles presentes e votantes no Comitê da Segurança Marítima da Organização, tal emenda deve ser comunicada a todos os membros da Organização e a todos os governos contratantes no mínimo seis meses antes de sua consideração pela Assembléia da Organização.

b) Se adotada por uma maioria de dois terços dos presentes e votantes na Assembléia, a emenda deve ser comunicada pela Organização a todos os governos contratantes para sua ratificação.

c) Tal emenda entra em vigor doze meses após a data em que foi aceita por dois terços dos governos contratantes. A emenda entra em vigor para todos os governos contratantes, excetuando-se aqueles que, antes de tal época, façam uma declaração de que não aceitam a emenda.

d) Quando da adoção de uma emenda, a Assembléia pode propor, por uma maioria de 2/3 dos membros presentes e votantes, aí compreendidos 2/3 dos governos representados no Comitê de Segurança Marítima, presentes e votantes na Assembléia, que seja decidido que tal emenda reveste-se de tal importância que qualquer governo contratante que faça uma declaração de acordo com o subparágrafo *c* deste parágrafo e que não aprove a emenda dentro de um período de doze meses após sua entrada em vigor, cessará, quando da expiração deste prazo, de ser parte da presente Convenção.

e) Nada neste parágrafo impede o governo contratante que primeiro propôs um determinado curso de ação de conformidade com este parágrafo sobre uma emenda à presente Convenção, de em qualquer época seguir outro curso de ação que julgue desejável, de acordo com o parágrafo 2 ou 4 deste artigo.

4) Emenda por uma conferência:

a) Por solicitação de um governo contratante, aprovada pelo menos por um terço dos governos contratantes, uma conferência de governos poderá ser convocada pela Organização para considerar emendas à presente Convenção.

b) Todas as emendas adotadas por tal conferência por uma maioria de dois terços dos governos contratantes presentes e votantes devem ser comunicadas pela Organização a todos os governos contratantes para sua ratificação.

c) Tais emendas entram em vigor doze meses após a data em que foram aceitas por dois terços dos governos contratantes. A emenda entra em vigor para todos os governos contratantes exceto para aqueles que, antes de sua entrada em vigor, façam uma declaração de que não a aceitam.

d) Por uma maioria de dois terços daqueles presentes e votantes uma conferência, convocada de acordo com o subparágrafo (a) deste parágrafo pode determinar, quando da adoção de uma emenda que esta é de tal importância que qualquer governo contratante que faça uma declaração de acordo com o subparágrafo (c) deste parágrafo, e que não aceita a emenda dentro de um período de doze meses depois de sua entrada em vigor, cessa de ser parte da presente Convenção quando expirar aquele período.

5) A Organização deve informar a todos os governos contratantes de quaisquer emendas que entrem em vigor de conformidade com este artigo, juntamente com a data na qual cada emenda entrará em vigor.

6) Qualquer ratificação ou declaração de conformidade com este artigo deve ser feita pelo depósitos de seu instrumento na Organização, a qual deve participar o recebimento da ratificação ou aceitação a todos os governos contratantes.

ARTIGO 19
Denúncia

1) A presente Convenção pode ser denunciada por qualquer governocontratante em qualquer época após expirar-se o prazo de cinco anos da data em que a Convenção entre em vigor para aquele governo.

2) A denúncia deve ser efetivada pelo depósitos de um instrumento na Organização a qual informará a todos os governos contratantes do recebimento de tal denúncia e da data de seu recebimento.

3) A denúncia entra em vigor um ano ou mais, se assim especificado no instrumento de denúncia após seu recebimento pela Organização.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ARTIGO 20
Territórios

1) a) As Nações Unidas, quando responsáveis pela administração de um território, ou qualquer governo contratante responsável pelas relações Internacionais de um território, devem logo que possível consultar as autoridades desse território, ou tomar todas as medidas que julgar apropriadas para estender a eles a presente Convenção e podem, em qualquer época, por notificação escrita à Organização declarar que a presente Convenção será estendida a tal território.

b) A presente Convenção será estendida ao território mencionado na notificação, a partir da data de recebimento da notificação ou de outra data aí especificada.

2) a) As Nações Unidas, ou qualquer governo contratante que tiver feito uma declaração de conformidade com o subparágrafo (*a)* do parágrafo 1 deste artigo pode, após o transcurso de 5 anos da data em que a Convenção foi estendida ao território, por meio de uma declaração por escrito à Organização, declarar que a presente Convenção deixa de se estender ao referido território mencionado na notificação.

b) A presente Convenção cessa de se entender a qualquer território mencionado em tal notificação um ano, ou mais se assim nela especificado, após a data de recebimento da notificação pela organização.

3) A Organização deve informar a todos os governos contratantes da extensão da presente Convenção a quaisquer territórios, nos termos do parágrafo (1) deste artigo, e do término de qualquer extensão, de acordo com as disposições do parágrafo (2) declarando em cada caso a data a partir da qual a presente Convenção deixou ou deixará de ser estendida.

ARTIGO 21
Depósito e Registro

1) A presente Convenção deve ser depositada na Organização e o Secretário-Geral da Organização deve remeter cópias autênticas a todos os governos signatários e a todos os governos que aderirem à presente Convenção.

2) Tão logo a presente Convenção entre em vigor, seu texto será transmitido pelo Secretário-Geral da Organização ao Secretariado das Nações Unidas para registro e publicação, de acordo com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

ARTIGO 22
Línguas

A presente Convenção é estabelecida em uma única cópia nas línguas inglesa e francesa, ambos os textos igualmente autênticos. Traduções oficiais nos idiomas russo, e espanhol devem ser preparadas e depositadas com o original assinado.

EM TESTEMUNHO os abaixo assinados devidamente autorizados para tal por seus respectivos governos assinaram a presente Convenção.

Feita em Londres, no vigésimo terceiro dia do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e nove.

ANEXO I
REGRAS PARA DETERMINAÇÃO DAS TONELADAS BRUTA E LÍQUIDA DE NAVIOS

REGRA 1
Geral

1) A tonelagem de uma navio consiste da tonelagem bruta e da tonelagem líquida.

2) A tonelagem bruta e a tonelagem líquida são determinadas de acordo com as disposições destas Regras.

3) A tonelagem bruta e a tonelagem líquida de novos tipos de veículos cujas características de construção são tais que tornem impraticável ou irrazoável a aplicação das disposições destas Regras devem ser determinadas pela Administração. Quando a tonelagem é assim determinada, a Administração deve comunicar à Organização detalhes do método usado para este fim, para informação dos governos contratantes.

REGRA 2
Definição dos Termos Usados nos Anexos

1) Convés Superior

O convés superior 6 o mais alto convés exposto ao tempo e ao mar, que tem dispositivos permanentes de fechamento estanque de todas as aberturas expostas ao tempo, e abaixo do qual, todas as aberturas nos lados do navio são providas com diapositivos de fechamento estanque. Em navios com convés superior em degrau, a linha mais baixa do convés exposto e a continuação desta linha paralela a parte mais alta do convés são tomadas como o convés superior.

2) Calado moldado

a) Calado moldado é a distância vertical medida a partir do topo da quilha até o lado inferior do convés superior, junto à borda. Em navios de madeira e compostos a distância é medida a partir da extremidade inferior do alefriz da quilha. Onde a forma da parte inferior da seção mestra é de caráter côncavo, ou onde chapas de resbordo espessas são afixadas, a distância é medida a partir do ponto onde a linha do fundo chato continua ate a interseção com o lado da quilha.

b) Em navios tendo as bordas do convés arredondadas, o pontal moldado deve ser medido até o ponto de interseção das linhas moldadas do convés com o chapeamento lateral do casco, estas linhas estendendo-se como se as bordas arredondadas fossem de configuração angular.

c) Onde o convés superior é graduado e a parte mais alta do mesmo se estende além do ponto para o qual o pontal moldado deve ser determinado, o pontal moldado deve ser medido até a linha de referência que se estende a partir da parte inferior do convés e continua paralela à parte superior do convés

3) Boca

A boca é a máxima largura do navio, medida a meia-nau até as linhas moldadas das cavernas em um navio com casco de metal e em relação a superfície externa do casco em um navio com o casco de qualquer material.

4) Espaços fechados

Espaços fechados são todos aqueles que são limitados pelo casco do navio, por divisões fixas ou móveis ou anteparas transversais, por conveses ou coberturas outras que não toldos móveis ou permanentes. Nenhuma descontinuidade do convés nem qualquer abertura no casco do navio, em um convés ou em uma cobertura de um espaço, ou nas divisões ou antepares de um espaço, nem a ausência de divisão ou antepara deverá deixar de considerar um espaço de ser incluído no espaço fechado.

5) Espaços excluídos

Não obstante as disposições do parágrafo (4) desta Regra, os Espaços referidos nos subparágrafos *(a)* até *(e)* inclusive, deste parágrafo devem ser denominados espaços excluídos e não devem ser incluídos no volume dos espaços fechados, exceto quando qualquer dito espaço preencha pelo menos uma das seguintes três condições, e deve portanto ser tratado como um espaço fechado:

- O espaço é dotado de bancadas ou outros meios para pear a carga ou mantimentos.

- As aberturas são dotadas de dispositivos de fechamento.

- A construção prevê uma possibilidade de tais abertura serem fechadas.

a) (i) Um espaço situado dentro de uma estrutura em frente a uma abertura que se estende de um convés a outro exceto por uma pequena aba de chapa de altura não superior a 25 milímetros (uma polegada) além da altura dos vaus do convés adjacentes, tal abertura tendo uma largura igual ou maior do que 90 por cento da boca do convés correspondente a posição da abertura do espaço.

Esta disposição deve ser aplicada de modo a excluir dos espaços fechados somente o espaço situado entre a atual abertura e uma linha traçada paralela à linha ou face da abertura em uma distância a partir da abertura igual a metade da largura do convés na posição correspondente à abertura (Figura 1 no Apêndice 1).

a) (ii) Se por qualquer razão a largura de um espaço, exceto pela convergência do chapeamento exterior, torna-se menor do que 90 por cento da boca do convés, somente o espaço situado entre a linha da abertura e uma linha paralela através o ponto onde a largura transversal do espaço torna-se igual ou menor que 90 por cento da boca do convés deve ser excluída do volume dos Espaços fechados (Figuras 2, 3 e 4 no Apêndice).

a) (iii) Onde um intervalo é completamente aberto, exceto por colocação de uma soleira ou corrimão aberto, separando quaisquer dois Espaços, a exclusão de um ou ambos é permitida de acordo com os subparágrafos (*a)* (i) e ou (*a)* (ii); esta exclusão não deve ser aplicada se a separação entre os dois espaços é menor do que a menor metade da boca na posição correspondente à separação (Figuras 5 e 6 no Apêndice 1).

b) Um espaço situado sob uma cobertura de convés aberto para o mar e o tempo não tendo nenhuma outra conexão nos lados expostos com o corpo do navio a não ser os pés de carneiros necessários para o seu suporte. Em tais espaços, corrimãos abertos ou soleiras e pequenas abas de chapa podem ser afixados ou pés de carneiro providos nos lados do navio, uma vez que a distância entre a parte superior dos corrimãos ou da soleira e da pequena aba de chapa não é menor do que 0,75 metros (2,5 pés) ou um terço da abertura do espaço, se este último valor é o maior (Figura 7 no Apêndice 1).

c) Um espaço dentro de uma estrutura de borda a borda diretamente em frente de aberturas laterais opostas tendo uma altura não menor do 0,75 metro (2,5 pés) ou um terço da altura da estrutura, se este último valor é o maior. Se a abertura em tal estrutura é provida em um dos lados somente, o espaço a ser excluído do volume dos espaços fechados deve ser limitado ao espaço interior a partir da abertura até um máximo da metade da boca do convés correspondente à posição da abertura (Figura 8 no Apêndice 1).

d) um espaço dentro de uma estrutura imediatamente abaixo de uma abertura descoberta no convés, sendo tal abertura exposta ao tempo e o espaço excluído dos espaços fechados é limitado à área da abertura. (Figura 9 no Apêndice 1).

e) Um recesso na antepara que limita uma estrutura, exposto ao tempo e cuja abertura estende-se de convés a convés sem meios de fechamento, com a condição, de que sua largura interior não é maior do que a largura na entrada e sua extensão no interior maior do que duas vezes a largura de sua entrada. (Figura 10 no Apêndice 1).

6) Passageiro

Um passageiro é toda pessoa que não seja:

a) o comandante e os membros da tripulação ou outras pessoas empregadas ou utilizadas em qualquer serviço à bordo de um navio nas atribuições daquele navio; e

b) uma criança com menos de um ano de idade.

7) Espaços de carga

Os espaços de carga a serem incluídos no cômputo da tonelagem líquida são os espaços apropriados para o transporte da carga que é para ser descarregada do navio com a condição de que tais espaços tenham sido incluídos no cômputo da tonelagem bruta. Tais espaços de carga serão certificados por meio de marcas de caráter permanente contendo as letras CC (compartimento de carga) e devem ser afixadas de modo a serem prontamente visíveis e não devem ser menores do que 100 milímetros (4 polegadas) em altura.

8) Estanqueidade ao tempo

Estanqueidade ao tempo significa que em qualquer condição de mar a água não penetrará dentro do navio.

REGRA 3
Tonelagem Bruta

A tonelagem bruta (TB) de um navio deve ser determinada pela seguinte fórmula:

$$TB = K_1 V$$

onde: V = é volume total de todos os espaços fechados no navio em metros cúbicos.

$K1 = 0,2 + 0,02 \log_{10} V$ (ou como tabulado no Apêndice 2).

REGRA 4
Tonelagem líquida

1) A tonelagem líquida (TL) de um navio deve ser determinada pela seguinte fórmula:

$$TL = K_2 V_c (\ 4d/3D\ )^2 + K_3\ (N1 + N2/10)$$

na qual:

a) O fator $(\ 4d/3D\ )^2$ não deverá ser tomado maior que a unidade.

b) O termo $K_2 V_c (\ 4d/3D\ )^2$ não deverá ser menor do que 0,25 TB; e

c) TL não deverá ser menor do que 0,30 TB, e na qual:

V_c = Volume total dos espaços de carga em metros cúbicos,

$K_2 = 0,2 + 0,02 \log_{10} V_c$ (ou como tabulado no Apêndice 2),

$K_3 = 1,25\ (TB + 10.000)/10.000$

D = Pontal moldado, a meia nau, em metros como definido na Regra 2 (2),

d = Calado moldado, a meia nau, em metros como definido no parágrafo (2) desta Regra,

N1 = Número de passageiros em cabines com um máximo de 8 camas,

N2 = Número dos passageiros restantes,

N1 + N2 = Número total de passageiros que o navio é permitido carregar como indicado no certificado de passageiros do navio; quando N1 + N2 é menor do que 13, N1 e N2 deverão ser considerados iguais a zero,

TB = Tonelagem bruta do navio, como determinado de acordo com as disposições da Regra 3.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2) O calado moldado (d) referido no parágrafo (1) desta Regra deve ser um dos seguintes calados:

a) Nos navios para os quais a Convenção Internacional de Linhas de Carga em vigor se aplica, o calado correspondente a linha de carga de verão (outras que não as linhas de carga para madeira) assinalada de acordo com aquela Convenção;

b) Nos navios de passageiros, o calado correspondente à subdivisão da linha de carga para o calado máximo, assinalada de acordo com a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar em vigor ou outro tratado Internacional onde aplicável;

c) Nos navios para os quais a Convenção Internacional de linhas de carga não se aplica, mas que tenham a linha de carga assinalada de acordo com regras nacionais, o calado correspondente à linha de carga de verão assinalada;

d) Nos navios para os quais nenhuma linha de carga tenha sido assinalada porém cujo calado é limitado de acordo com determinações nacionais, o máximo calado permissível;

e) Para os demais navios, 75 por cento do pontal moldado à meia nau, como definido na Regra 2(2).

REGRA 5
Alteração da Tonelagem Líquida

1) Quando as características de um navio tais como V, V_c , d, N_1 ou N_2 , como definidas nas Regras 3 e 4, são alteradas e quando tais alterações resultam em um aumento de sua tonelagem líquida determinada de acordo com as disposições da Regra 4, a tonelagem líquida correspondente as novas características deve ser determinada e deve ser aplicada sem atraso.

2) Um navio para o qual as linhas de carga referidas no subparágrafo (2) (a) e (2) (b) da Regra 4 são assinaladas simultaneamente deverá ser dado somente um valor de tonelagem líquida como determinada de acordo com as disposições da Regra 4 e esta tonelagem deve ser a tonelagem aplicada a linha de carga apropriada e assinalada para aquele tipo de transporte de carga em que o navio esta operando.

3) Quando as características de um navio, tais como V, V_c , d, N ou N_2 conforme definidas nas Regras 3 e 4, são alteradas ou quando a linha de carga apropriada e assinalada com referência ao parágrafo (2), é alterada devido a uma mudança no tipo de transporte de carga em que o navio está operando, e quando tais alterações resultam em uma diminuição de sua tonelagem Líquida determinada de acordo com as disposições da Regra 4, um novo Certificado Internacional de Tonelagem (1969) indicando a nova Tonelagem Líquida determinada, não deverá ser expedido até que sejam decorridos 12 meses a partir da data em que o certificado anterior foi expedido; a não ser quando:

a) o navio é transferido para a bandeira de outro Estado, ou

b) o navio sofre alterações ou modificações consideradas pela administração como de maior vulto, tais como remoção de uma superestrutura que requer uma alteração da linha de carga assinalada, ou

c) para os navios de passageiros que são empregados no transporte de grande número de passageiros sem cabines em rotas especiais, tal como por exemplo, as rotas de peregrinos na Índia.

REGRA 6
Determinação de Volumes

1) Todos os volumes incluídos na determinação das tonelagens bruta e líquida, independentemente dos materiais isolantes ou similares aí fixados serão considerados limitados pelo lado interno do chapeamento do casco ou pela parte interna do chapeamento estrutural em navios construídos de metal, e pela superfície externa do casco ou pela parte interna das superfícies estruturais em navios construídos de outro material.

2) Os volumes de apêndices devem ser incluídos no volume total.

3) Os volumes dos espaços abertos para a mar devem ser excluídos do volume total.

REGRA 7
Medições e Cálculos

1) Todas as medições usadas no cálculo de volumes devem ser tomadas na casa de centímetro mais próxima ou 1/20 do pé.

2) Os volumes devem ser calculados por métodos geralmente aceitos para o espaço em questão e com uma precisão aceitável pela administração.

3) O cálculo deve ser suficientemente detalhado de modo a permitir uma fácil verificação.

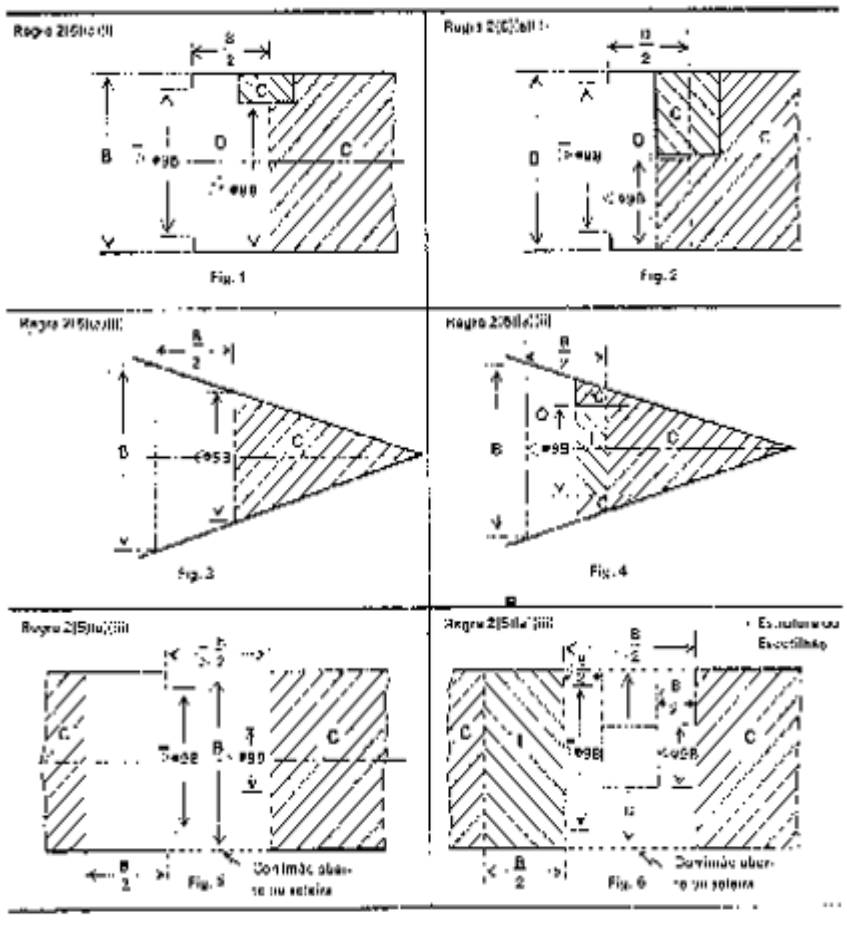
COMER

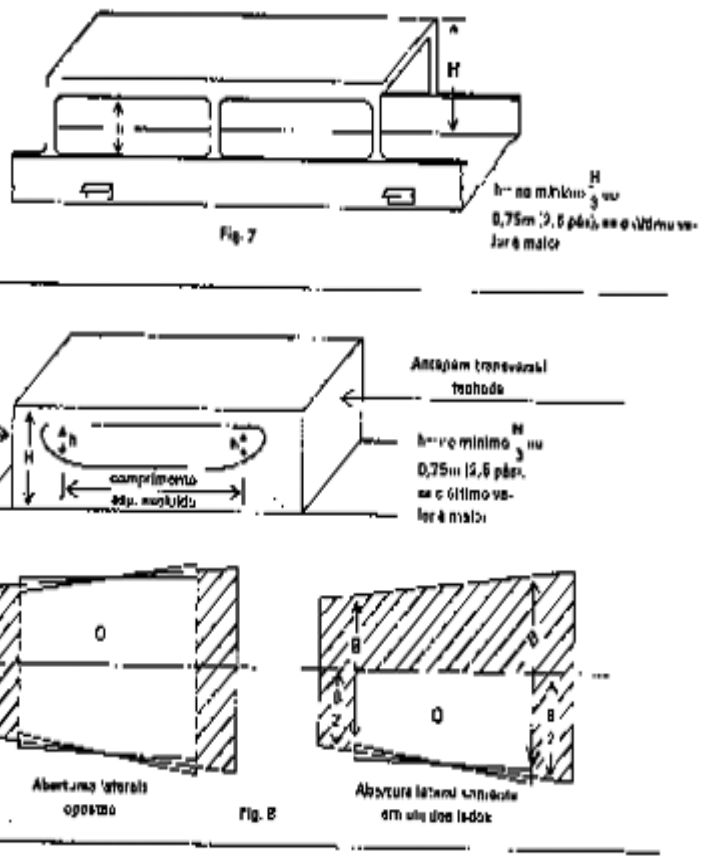
APÊNDICE 1

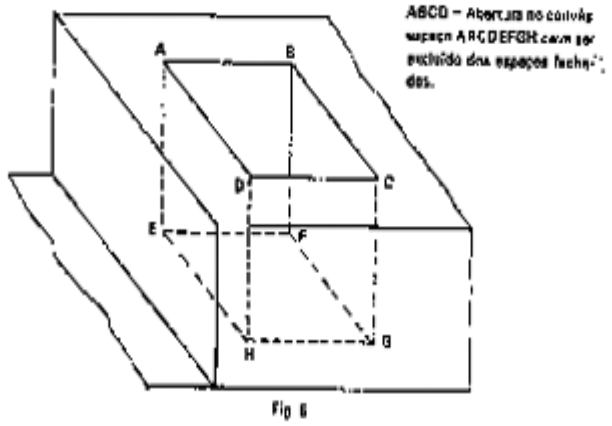
Figuras com referência a Regra 2 (5) .
Nas seguintes Figuras:
O = espaço excluído;
C = espaço fechado;
I = espaço a ser considerado como espaço fechado.

As partes tracejadas são referidas aos espaços a serem incluídos como espaços fechados.
B = boca no convés correspondente à posição da abertura.

Nos navios com bordas arredondadas a boca é medida como indicado na Figura 11.







Regra 21(5)(a)

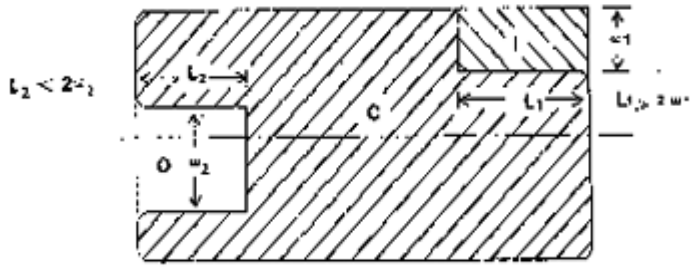


Fig. 10

Navios com bordas arredondadas

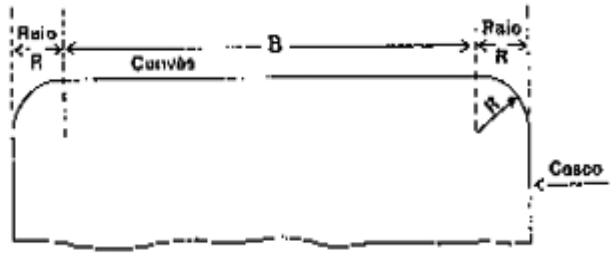


Fig. 11

APÊNDICE 2

COEFICIENTES K_1 e K_2 COM REFERÊNCIA ÀS REGRAS 3 E 4 (1)

V ou V_c em metros cúbicos

V ou V_c	K_1 ou K_2	V ou V_c	K_1 ou K_2	V ou V_c	K_1 ou K_2	V ou V_c	K_1 ou K_2
10	0,2250	40 000	0,2591	300 000	0,3104	670 000	0,3185
20	0,2260	50 000	0,2640	340 000	0,3124	680 000	0,3182
30	0,2295	60 000	0,2642	350 000	0,3109	690 000	0,3182
40	0,2320	80 000	0,2756	360 000	0,31	700 000	0,3184
50	0,2340	85 000	0,2860	370 000	0,3117	710 000	0,3179
60	0,2356	90 000	0,2863	380 000	0,3114	720 000	0,3181
70	0,2369	75 000	0,2926	390 000	0,3118	730 000	0,3173
80	0,2381	80 000	0,2901	400 000	0,3120	740 000	0,3174
90	0,2391	85 000	0,2908	410 000	0,3123	750 000	0,3176
100	0,2400	90 000	0,2897	420 000	0,3125	760 000	0,3178
200	0,2481	95 000	0,2906	430 000	0,3127	770 000	0,3177
300	0,2496	100 000	0,2903	440 000	0,3171	780 000	0,3178
400	0,2520	110 000	0,2908	450 000	0,3131	790 000	0,3180
500	0,2540	120 000	0,2916	460 000	0,3139	800 000	0,3181
600	0,2555	130 000	0,2925	470 000	0,3134	810 000	0,3187
700	0,2568	140 000	0,2929	480 000	0,3136	820 000	0,3183
800	0,2581	150 000	0,2936	490 000	0,3138	830 000	0,3184
900	0,2591	160 000	0,2941	500 000	0,3140	840 000	0,3185
1 000	0,2600	170 000	0,2946	510 000	0,3144	850 000	0,3188
2 000	0,2660	180 000	0,2951	520 000	0,3143	860 000	0,3187
3 000	0,2695	190 000	0,2956	530 000	0,3145	870 000	0,3189
4 000	0,2720	200 000	0,2960	540 000	0,3146	880 000	0,3188
5 000	0,2740	210 000	0,2967	550 000	0,3148	890 000	0,3190
6 000	0,2756	220 000	0,2966	560 000	0,3149	900 000	0,3191
7 000	0,2768	230 000	0,2977	570 000	0,3150	910 000	0,3192
8 000	0,2781	240 000	0,2976	580 000	0,3148	920 000	0,3188
9 000	0,2791	250 000	0,2980	590 000	0,3151	930 000	0,3194
10 000	0,2800	260 000	0,2983	600 000	0,3150	940 000	0,3195
15 000	0,2838	270 000	0,2988	610 000	0,3147	950 000	0,3196
20 000	0,2860	280 000	0,2989	620 000	0,3156	960 000	0,3196
25 000	0,2880	290 000	0,2992	630 000	0,3160	970 000	0,3199
30 000	0,2895	300 000	0,2995	640 000	0,3161	980 000	0,3198
35 000	0,2908	310 000	0,2998	650 000	0,3162	990 000	0,3197
40 000	0,2920	320 000	0,3000	660 000	0,3161	1 000 000	0,3200

Coeficientes K_1 ou K_2 intermediários de V ou V_c devem ser obtidos por interpolação linear

ANEXO II

CERTIFICADO

CERTIFICADO INTERNACIONAL DE TONELAGEM (1969)

(Selo oficial)

Expedido conforme estabelecido na Convenção Internacional de Tonelagem de Navios, 1969, sob responsabilidade do Govêrno da República Federativa do Brasil, para o qual a Convenção entrou em vigor em.....de 19...., pelo.....
.....[designação oficial da competente pessoa ou Organização reconhecida de acôrdo com as disposições da Convenção Internacional sôbre Medida de Tonelagens de Navios, 1969).

Nome do Navio	Indicativo de chamada	Porto de Registro	Data

Data na qual a quilha foi batida ou estágio equivalente de construção (Artigo 2(6)), ou data na qual o navio sofreu alterações ou modificações de maior vulto (Artigo 3(2)(b)), a critério da Administração.

Características Principais

Comprimento (Artigo 2(8))	Bôca (Regra 2(3))	Pontal moldado à meia nau até o convés superior (Regra 2(5))

As Tonelagens do Navio são:

Tonelagem Bruta .....

Tonelagem Líquida.....

Certifico que as tonelagens dêste navio foram determinadas de acôrdo com as disposições da Convenção Internacional sôbre Medidas de Tonelagem de navios, 1969.

Expedido em.....(lugar de expedição do certificado) .....(data da expedição)

.....(assinatura da organização expedidora do certificado)

e/ou

Selo da organização expedidora

Se assinado, o seguinte parágrafo deverá ser adicionado:

O signatário declara que está autorizado pelo Govêrno acima mencionado para emitir êste certificado.

.....(assinatura)

Espaços Incluídos na Tonelagem					
Tonelagem Bruta			Tonelagem Líquida		
Nome do espaço	Localização	Comprimento	Nome do espaço	Localização	Comprimento

Número de Passageiros (Regra 4 (1))

Número de passageiros em cabines limitadas a oito leitos.....
Número dos demais passageiros...
.....

Espaços Excluídos (Regra 2 (5))

Um asterisco (*) deve ser referido àqueles espaços acima discriminados, os quais sejam simultaneamente considerados espaços fechados e excluídos.

Calado Moldado (Regra 4 (2))

Data e lugar da arqueação original .....

Data e lugar da última rearqueação .....

Observações:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014111400043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECRETO Nº 8.348, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos sobre o Cobre - GIEC.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos sobre o Cobre - GIEC, por meio do Decreto Legislativo nº 650, de 25 de setembro de 2009,; e

Considerando que o Governo brasileiro depositou, junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas, em 9 de dezembro de 2009, o instrumento de ratificação ao texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos sobre o Cobre - GIEC, e que, nesta mesma data, o texto entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos sobre o Cobre - GIEC, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do texto ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos
Arno Hugo Agostin Filho
Edison Lobão
Miriam Belchior

24 de agosto de 1992

GRUPO INTERNACIONAL DE ESTUDO SOBRE O COBRE
Reunião de Inauguração
Genebra, 22 de junho de 1992
Agenda item 8

TERMOS DE REFERÊNCIA DO GRUPO
INTERNACIONAL DE ESTUDO SOBRE O COBRE

Da Fundação

1º Cria-se, pelo presente, o Grupo Internacional de Estudo sobre o Cobre para fins de administrar as disposições e acompanhar a execução destes termos de referência.

Dos Objetivos

2º Assegurar o aperfeiçoamento da cooperação, no setor internacional de cobre, mediante o aprimoramento das informações disponíveis sobre o setor de cobre e a criação de um fórum para consultas intergovernamentais sobre o cobre.

Das definições

3º (a) "Grupo" refere-se ao Grupo Internacional de Estudos sobre o Cobre, conforme constituído nestes termos de referência.

(b) "Cobre" significa minérios e concentrados de cobre; metais de cobre refinados e não-refinados, incluindo cobre secundário; ligas de cobre; sobras, perdas e resíduos de cobre; produtos semimanufaturados e outros produtos de cobre, conforme determinado pelo Grupo.

(c) "Membros" são todos os Estados e organizações intergovernamentais, como previsto no parágrafo 5º, que tenham comunicado sua concordância, de acordo com o parágrafo 22º.

Das Funções

4º No intuito de atingir seus objetivos, compete ao Grupo:

(a) Conduzir consultas e intercâmbio de informações acerca da economia internacional de cobre;

(b) Aprimorar as estatísticas relativas ao cobre;

(c) Executar avaliações regulares da situação e das perspectivas do mercado para a indústria global de cobre;

(d) Elaborar estudos sobre assuntos de interesse do Grupo;

(e) Empreender atividades relacionadas aos esforços de outras organizações visando ao desenvolvimento do mercado para o cobre e ao aumento da demanda pelo cobre;

(f) Considerar problemas ou dificuldades específicos, já existentes ou que possam vir a surgir no contexto da economia internacional de cobre.

O grupo deverá cumprir as funções delineadas acima sem derrogar o direito de cada membro de administrar todos os aspectos do seu setor nacional de cobre e sem prejudicar a competência de outros organismos internacionais no que tange a questões de sua jurisdição.

Da Adesão

5º É facultada a condição de membro do Grupo a todos os Estados que estejam interessados na produção, consumo ou comércio internacional de cobre, bem como a qualquer organismo internacional que possua responsabilidades com relação à negociação, conclusão e aplicação de acordos internacionais, particularmente os acordos para *commodities*.

Das Atribuições do Grupo

6º (a) O Grupo exercerá tais atribuições e tomará as medidas necessárias para cumprir e garantir a aplicação do estipulado nestes termos de referência.

(b) O Grupo não será revestido de autoridade para firmar, direta ou indiretamente, qualquer contrato destinado ao comércio de cobre ou de qualquer outra *commodity* ou produto, ou qualquer contrato reservado para transações futuras, nem possuirá autoridade para assumir quaisquer obrigações financeiras relacionadas a tal.

(c) O Grupo adotará as normas de procedimento que considere necessárias para o desempenho de suas funções, as quais devem estar sujeitas a, e em conformidade com, estes termos de referência.

(d) O Grupo não será revestido de autoridade, nem será considerado autorizado pelos membros, para incorrer em quaisquer obrigações além do escopo destes termos de referência ou das normas de procedimento.

Da Sede

7º A Sede do Grupo será em local escolhido por este e situado no território de um Estado membro, salvo determinação contrária do Grupo. O Grupo deverá negociar um Acordo de Sede com o Governo anfitrião a ser concluído o mais breve possível após a entrada em vigor destes termos de referência.

Da Tomada de Decisões

8º (a) A mais alta autoridade do Grupo, designada com base nestes Termos de Referência, deverá ser empossada em Assembléia Geral.

(b) O Grupo, o Comitê Permanente citado no parágrafo 9ª e tais comitês e órgãos subsidiários que forem estabelecidos, deverão tomar suas decisões por consenso, sem votação, salvo no caso de decisões pelas quais uma votação majoritária específica é estipulada nestes termos de referência ou nas regras de procedimento.

(c) Casa Estado membro terá direito a um voto.

Do Comitê Permanente

9ª (a) O Grupo deverá instituir um Comitê Permanente, que será composto de membros do Grupo que tenham demonstrado interesse em participar dos trabalhos deste.

(b) O Comitê Permanente cumprirá as tarefas atribuídas pelo Grupo e informará ao Grupo da conclusão ou do progresso dos seus trabalhos.

Dos Comitês e Órgãos Subsidiários

10º O Grupo poderá estabelecer comitês ou outros órgãos subsidiários, além do Comitê Permanente, na forma e nas condições determinadas pelo Grupo.

Do Secretariado

11º (a) O Grupo deverá ter um Secretariado composto do Secretário-Geral e de uma equipe de funcionários, conforme necessário.

(b) O Secretário-Geral exercerá a chefia administrativa do Grupo e será, perante ele, responsável pela administração e pelo cumprimento do disposto nestes Termos de Referência, de acordo com as decisões do Grupo.

Cooperação com Outras Entidades

12º (a) O Grupo poderá tomar as providências necessárias para manter consultas ou cooperação com as Nações Unidas, seus organismos ou agências especializadas e com outras instituições intergovernamentais, sempre que necessário.

(b) O Grupo também poderá tomar providências, quando apropriado, com vistas a manter contatos com Governos não-participantes interessados, com outras organizações não-governamentais internacionais, ou instituições do setor privado, sempre que necessário.

(c) Observadores poderão ser convidados a participarem das reuniões do Grupo ou seus órgãos Subsidiários, nos termos e condições determinados pelo Grupo ou órgão pertinente.

Relacionamento com o Fundo Comum

13º O Grupo poderá solicitar ser designado como um *International Commodity Body (ICB)* , conforme disposto no artigo 7 (9) do Acordo que estabelece o *Common Fund for Commodities* (Fundo Comum de Commodities) , para fins de patrocinar, de acordo com o disposto nestes termos de referência, projetos sobre o cobre financiados pelo Fundo, por meio de sua Segunda Conta. As decisões relativas ao patrocínio desses projetos serão tomadas normalmente por consenso. Caso não seja possível alcançar o consenso, as decisões correspondentes serão tomadas pela maioria de dois terços da votação. O Grupo não poderá assumir nenhuma obrigação financeira relativa a esses projetos, nem servir como agência executora de qualquer projeto. Nenhum membro será responsável, por razão de sua condição de membro do Grupo, por qualquer encargo decorrente de empréstimos solicitados ou cedidos por qualquer outro membro ou entidade relacionada a projetos.

Status Jurídico

14º (a) O Grupo possuirá personalidade jurídica internacional.

(b) O status do Grupo no território do país anfitrião será regido pelo Acordo de Sede entre o Governo anfitrião e o Grupo.

(c) No território da cada membro, e sujeito a sua legislação nacional, o Grupo possuirá a competência legal requerida para desempenhar suas funções e, em particular, observado o parágrafo 6º (b) citado acima, capacidade de firmar contratos destinados à aquisição e disposição de bens móveis e de instituir processos jurídicos.

Das Contribuições Orçamentárias

15º (a) Cada membro deverá contribuir ao orçamento anual, que será aprovado pelo Grupo de acordo com o disposto nas normas de procedimento. Para fins de avaliação das contribuições dos membros, 50% do orçamento será dividido igualmente entre os membros; 25% serão distribuídos entre os Estados Membros proporcionalmente às suas participações totais na exportação e importação de minérios e concentrados de cobre, calculado com base no conteúdo do metal cobre, e de cobre refinado e não refinado; os restantes 25% serão distribuídos entre os Estados membros proporcionalmente às suas participações em um total que consistirá na produção mineira, ou no consumo de cobre refinado de cada Estado membro, qualquer que seja o maior. O cálculo dessa participação deverá ser baseado nos três últimos anos civis para os quais as estatísticas estejam disponíveis.

(b) O Grupo determinará a contribuição de cada membro para cada ano financeiro em frequência a ser definida pelo Grupo e de acordo com as disposições estabelecidas nas regras de procedimento, no que diz respeito às contribuições. O pagamento das contribuições pelos membros será efetuado em conformidade com os seus procedimentos constitucionais.

(c) Além das contribuições orçamentárias, o Grupo poderá receber doações de fontes externas.

Das Estatísticas e Informações

16º (a) O Grupo deverá coletar, cotejar e disponibilizar aos membros as informações estatísticas relativas a produção, comércio, estoques e consumo de cobre, inclusive o consumo em mercados específicos e indústrias de produtos de consumo final, sempre que necessário ao efetivo cumprimento destes termos de referência, bem como as informações referentes ao subparágrafo (b) abaixo.

(b) O Grupo deverá tomar as providências consideradas adequadas, com vistas à troca de informações com Governos não-participantes interessados e com as organizações não governamentais e intergovernamentais apropriadas, com vistas a evitar a duplicação de trabalho e assegurar a disponibilidade de informações atualizadas, confiáveis e completas sobre a produção, consumo, estocagem, comércio internacional, preços de cobre internacionalmente reconhecidos e divulgados, tecnologias, atividades de pesquisa e desenvolvimento relacionados ao cobre e outros fatores que influenciem na demanda e oferta de cobre.

(c) O Grupo empenhar-se-á para garantir que as informações disponibilizadas por este não prejudiquem o sigilo das atividades por parte de Governos, pessoas ou empresas envolvidas na produção, processamento, comercialização ou consumo de cobre.

Da Avaliação Anual e Relatórios

17º (a) O Grupo realizará uma avaliação anual da situação do cobre no mercado mundial e questões relacionadas, a partir das informações fornecidas pelos membros e complementadas por informações provenientes de todas as outras fontes relevantes. A avaliação anual deverá incluir um informe da capacidade de produção de cobre prevista para os anos subsequentes e as perspectivas de produção, consumo e comércio de cobre para o seguinte ano civil, com o objetivo de subsidiar os membros em suas avaliações individuais da evolução do setor internacional de cobre.

(b) O Grupo deverá elaborar um relatório que incorpore os resultados da avaliação anual e distribuí-lo aos membros. Caso o Grupo julgar necessário, esse relatório, assim como outros relatórios e estudos encaminhados aos membros, poderá ser disponibilizado a outras partes interessadas, de acordo com as regras de procedimento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Desenvolvimento do Mercado

18º (a) O Grupo deverá realizar debates entre seus membros e entre os membros e terceiros, tais como organizações envolvidas em pesquisas e no desenvolvimento do mercado de cobre, para fins de aumento da demanda e do desenvolvimento do mercado para o cobre. No contexto deste sistema, os estudos realizados pelo Grupo em favor do desenvolvimento do mercado serão divulgados às organizações engajadas no desenvolvimento do cobre, a fim de que estas os utilizem na elaboração de propostas de projetos para o desenvolvimento do mercado, as quais deverão ser submetidas ao Grupo para análise. A execução desses projetos será realizada pelas organizações de desenvolvimento de mercado. O Grupo poderá escolher e patrocinar projetos a serem financiados pelo Fundo Comum por meio de sua Segunda Conta.

(b) O Grupo deve prestar-se à coordenação entre as organizações de desenvolvimento do mercado, bem como apoiar a extensão das atividades do desenvolvimento do mercado.

Dos Estudos

19º (a) O Grupo realizará ou providenciará a realização de estudos *ad hoc* relacionados ao setor internacional de cobre, conforme acordado pelo Grupo.

(b) Os estudos poderão conter recomendações ou sugestões de caráter geral destinados ao Grupo, mas tais recomendações ou sugestões não privarão cada membro do direito de administrar todos os aspectos do seu setor nacional de cobre, e nem causarão qualquer dano à competência de outras organizações internacionais em assuntos de suas jurisdições.

Das Obrigações dos Membros

20º Os membros devem empenhar seus melhores esforços no sentido de cooperar e promover a realização do objetivo do Grupo, especialmente no que se refere a providenciar as informações citadas no parágrafo 16º (a) .

Emendas

21º Estes termos de referência poderão ser emendados somente por consenso do Grupo.

Vigência

22º (a) Estes termos de referência entrarão em vigor, de forma permanente, quando os Estados em conjunto representando pelo menos 80% do comércio de cobre, conforme estabelecido no anexo ao presente termo de referência, notificarem o Secretário-Geral das Nações Unidas (doravante referido "o depositário") , de acordo com o subparágrafo (c) abaixo, da sua aceitação definitiva destes termos de referência.

(b) Estes termos de referência entrarão em vigor, provisoriamente, quando os Estados em conjunto representando pelo menos 60% do comércio de cobre, conforme estabelecido no anexo ao presente termo de referência, notificarem o depositário, de acordo com o subparágrafo (c) abaixo, da sua aceitação provisória ou definitiva destes termos de referência.

(c) Qualquer Estado ou organização intergovernamental referido no parágrafo 5º que deseje tornar-se membro do Grupo deverá notificar o depositário de sua aceitação destes termos de referência, seja provisoriamente, até a conclusão dos seus procedimentos internos, seja de forma definitiva. Qualquer Estado ou organização intergovernamental que tenha comunicado sua aceitação provisória destes termos de referência empenhar-se-á em concluir seus procedimentos no prazo de 36 meses a partir da entrada em vigor destes termos de referência, ou da data da comunicação de sua aceitação provisória (considerar-se-á o mais tardio) e notificará o depositário então. No caso em que o Estado ou organização intergovernamental não puder concluir seus procedimentos no prazo estipulado acima, o Grupo poderá conceder uma extensão para o respectivo Estado ou organização intergovernamental.

(d) Caso os requerimentos relativos à entrada em vigor destes termos de referência não tenham sido cumpridos até 30 de junho de 1990, o depositário convocará os Estados e organizações intergovernamentais que tenham comunicado sua aceitação provisória ou definitiva destes termos de referência a decidir pela aplicação, ou não, de forma provisória ou definitiva, desses termos de referência.

(e) Quando da entrada em vigor destes termos de referência, o depositário deverá convocar uma reunião de inauguração do Grupo, no prazo mais breve possível. Os membros devem ser notificados, quando possível, ao menos um mês antes da reunião.

Afastamento

23º (a) Os membros poderão se afastar do Grupo a qualquer momento mediante notificação de afastamento por escrito ao depositário e o Secretário-Geral do Grupo.

(b) O afastamento não anulará quaisquer obrigações financeiras incorridas pelo membro afastado nem implicará o direito deste a descontos de qualquer tipo no que se refere a suas contribuições relativas ao ano do seu afastamento.

(c) O afastamento vigorará a partir de 60 dias após o recebimento, pelo depositário, da notificação.

(d) O Secretário-Geral do Grupo comunicará imediatamente a cada membro o recebimento de qualquer notificação contida neste parágrafo.

Extinção

24º (a) O Grupo poderá decidir a qualquer momento, mediante votação de dois terços dos Estados membros, pela extinção dos termos de referência. A extinção entrará em vigor em data a ser determinada pelo Grupo.

(b) Sem prejuízo para a extinção destes termos de referência, o Grupo permanecerá em existência pelo tempo necessário para concluir sua liquidação, inclusive o acerto de contas.

Reservas

25º Nenhuma reserva poderá ser formulada às disposições contidas nestes termos de referência.

Anexo

COMÉRCIO DO COBRE[1]

País	Exportações	Importações (Milhares de toneladas)	Comércio Total	Participação (porcentagem)
Austrália	150,7	-	150,7	1,41
Áustria	24,2	13,3	37,5	0,35
Bélgica-Luxemburgo	222,6	430,9	653,5	6,12
Bolívia	1,0	-	1,0	0,01
Brasil	2,3	153,8	156,1	1,46
Bulgária	1,0	2,0	3,0	0,03
Canadá	635,1	78,7	713,8	6,69
Chile	1.308,0	-	1.308,0	12,26
China	7,0	358,9	365,9	3,43
Cuba	2,7	6,5	9,2	0,09
Espanha	86,4	97,0	183,4	1,72
Dinamarca	2,5	1,8	4,3	0,04
Estados Unidos da América	187,9	529,1	717,0	6,72
Filipinas	217,1	-	217,1	2,03
Finlândia	21,9	54,5	76,4	0,72
França	15,1	358,7	373,8	3,50
Grécia	-	23,7	23,7	0,22
Holanda	7,6	23,1	30,7	0,29
Hungria	-	34,0	34,0	0,32
Índia	-	64,6	64,6	0,61
Indonésia	90,4	17,4	107,8	1,01
Irlanda	0,9	0,2	1,1	0,01
Itália	13,1	355,7	368,8	3,46
Iugoslávia	16,5	34,5	51,0	0,48
Japão	55,4	1.217,1	1.272,5	11,92
Madagascar	-	-	-	-
México	122,0	5,0	127,0	1,19
Noruega	53,5	12,0	65,5	0,61
Panamá	-	-	-	-
Papua-Nova Guiné	171,5	-	171,5	1,61
Peru	343,4	-	343,4	3,22
Polônia	177,1	18,4	195,5	1,83
Portugal	3,1	16,7	19,8	0,19
Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte	32,1	324,5	356,6	3,34
República da Coréia	4,2	177,9	182,1	1,71
República Democrática da Alemanha	13,5	62,5	76,0	0,71
República Federal de Alemanha	70,7	713,0	783,7	7,34
República Islâmica de Irã	41,7	-	41,7	0,39
Suécia	81,6	81,9	163,5	1,53
Tailândia	-	17,6	17,6	0,16
Turquia	-	46,3	46,3	0,43
União de Repúblicas Socialistas Soviéticas	103,3	23,6	126,9	1,19
Zaire	508,4	-	508,4	4,76
Zâmbia	500,5	20,0	520,5	4,88
TOTAL	5.296,0	5.374,9	10.670,9	100,00

GRUPO INTERNACIONAL DE ESTUDO SOBRE O COBRE

REGRAS DE PROCEDIMENTO
GRUPO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O COBRE

Da Sede

Cláusula 1

A sede do Grupo será em Lisboa, Portugal, até determinação em contrário pelo Grupo.

Dos Idiomas Oficiais e Adotados

Cláusula 2

Os idiomas oficiais e adotados do Grupo serão, para fins de interpretação nas sessões gerais e especiais e dos documentos oficiais relativos às sessões gerais e especiais, o chinês, o inglês, o francês e o espanhol. O Grupo poderá considerar outros idiomas oficiais e adotados das Nações Unidas para fins de sua incorporação como idiomas oficiais e adotados do Grupo, levando-se em conta a composição do Grupo.

Cláusula 3

Comunicações escritas ao Grupo poderão ser efetuadas em quaisquer dos idiomas oficiais.

Das Sessões

Cláusula 4

O Grupo realizará sua sessão geral regular a cada ano, normalmente em sua sede, em data a ser determinada pelo Grupo. Caso o Grupo decida não realizar tal sessão em sua sede, ele poderá realizá-la em outro local, contanto que qualquer custo adicional, que exceda àquele necessário para realização da sessão em sua sede, não corra por conta do Grupo.

Cláusula 5

O Grupo poderá realizar sessões especiais sempre que solicitado por uma maioria simples dos seus membros, ou pelo Secretário-Geral em concordância com o Presidente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Cláusula 6

A convocação de qualquer sessão e da sua agenda provisória correspondente serão comunicadas aos membros pelo Secretário-Geral, mediante consulta ao Presidente, com antecedência de pelo menos 30 dias, salvo em casos de emergência, quando a notificação deverá ser feita com antecedência de pelo menos 15 dias. Em casos de emergência, a notificação deverá conter o motivo da emergência.

Cláusula 7

A agenda provisória para cada sessão será elaborada pelo Secretário-Geral em consulta com o Presidente. Caso um membro deseje que determinado assunto seja discutido, este deverá, quando possível, notificar o Secretário-Geral com antecedência de 60 dias do início da sessão, incluindo na notificação uma justificativa por escrito.

Cláusula 8

Cada membro deverá empenhar-se em notificar o Secretário-Geral, não depois de 5 dias antes do início da sessão, dos nomes dos delegados, substitutos e assessores designados para representá-lo na sessão.

Da Organização e Funcionamento

Cláusula 9

O quorum para quaisquer das sessões será constituído pela presença de dois terços dos membros.

Cláusula 10

O Grupo deverá eleger, anualmente, um Presidente, um Primeiro Vice-Presidente e um Segundo Vice-Presidente.

Cláusula 11

Na ausência temporária do Presidente, as atribuições deste serão exercidas pelo Primeiro Vice-Presidente ou, na sua ausência, pelo Segundo Vice-Presidente. Em caso de ausência permanente dos três, o Grupo, que será provisoriamente presidido pelo Secretário-Geral, poderá, conforme necessário, eleger substitutos entre os delegados, para atuarem até o término do ano em curso.

Cláusula 12

Todas as decisões, salvo especificação em contrário nos termos de referência ou nestas Cláusulas de procedimento, deverão ser tomadas por consenso, sem votação. Nenhuma votação será realizada até determinação pelo Presidente de que todos os esforços para alcançar o consenso já tenham sido esgotados. Caso houver necessidade de votação para decisões relativas ao orçamento, a alterações do orçamento, a questões financeiras, ao programa de trabalho ou ao calendário de reuniões, uma maioria de dois terços dos membros deverá estar presente e participar da votação para a ratificação dessas decisões. Caso seja necessária votação, esta poderá efetuar-se mediante voto por braços erguidos chamada ou cédula secreta. É necessário o quorum para a adoção de todas as decisões.

Cláusula 13

Durante debate sobre qualquer assunto, um membro poderá levantar uma questão de ordem e propor moção para o encerramento ou adiamento do debate. Neste caso, o Presidente imediatamente anunciará seu parecer, o qual prevalecerá, salvo decisão em contrário por uma maioria simples dos membros presentes.

Cláusula 14

Cada Estado membro terá direito a um voto.

Cláusula 15

O delegado que estiver exercendo as funções do Presidente não poderá votar enquanto estiver presidindo, porém poderá nomear outro membro da sua delegação, ou de outra delegação, para votar em seu lugar.

Cláusula 16

Em caso de abstenção, considerar-se-ia que o membro não depositou seu voto.

Cláusula 17

O Presidente do Comitê Permanente poderá tomar as providências para que o Grupo decida questões em pauta por correspondência. Para isso, uma notificação será encaminhada aos membros solicitando que estes registrem suas opiniões ou votos dentro de um prazo especificado, o qual não deverá ser inferior a 45 dias. A notificação deverá explicitar o assunto em pauta e as propostas correspondentes, com relação às quais os membros deverão decidir a favor ou contra. Ao término do prazo especificado, o Secretário-Geral deverá notificar todos os membros sobre a decisão final. Caso as réplicas de três ou mais dos membros contenham objeções à aplicação do procedimento de correspondência para decidir a questão em pauta, nenhuma decisão será tomada e a referida questão deverá ser deliberada na sessão subsequente do Grupo.

Cláusula 18

A ata de cada sessão deverá ser elaborada pelo Secretário-Geral e conter um registro resumido da reunião, incluindo uma descrição detalhada das decisões tomadas; o registro será provisório em primeira instância. Caso alguma delegação deseje alterar quaisquer das suas declarações do registro provisório, tal alteração deverá ser efetuada mediante notificação ao Secretário-Geral no prazo de 30 dias após a publicação do registro, sendo que nenhuma outra modificação será feita sem a autorização expressa do Grupo na sua sessão subsequente.

Cláusula 19

Informações de propriedade do Grupo, os relatório das reuniões e quaisquer outros documentos pertencentes ao Grupo, seus diversos comitês e demais órgãos, serão confidenciais até, e a não ser que, o Grupo ou o Comitê Permanente, quando apropriado, decida em contrário.

Cláusula 20

As reuniões do Grupo serão reservadas, salvo determinação em contrário pelos membros presentes.

Cláusula 21

O Grupo deverá manter os registros necessários para o desempenho das suas funções, de acordo com os termos de referência.

Cláusula 22

O Grupo poderá convidar qualquer Estado não-membro ou organização intergovernamental ou não-governamental interessados em alguns ou em todos os aspectos do setor internacional de cobre a participar, na condição de observador, de qualquer reunião do Grupo.

Das Finanças

Cláusula 23

O orçamento do Grupo deverá ser preparado e a prestação de contas efetuadas na moeda local do país-sede, desde que essa moeda seja livremente conversível. O exercício financeiro do Grupo compreenderá o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. O orçamento inicial será preparado e aprovado pelo Grupo na sua primeira sessão. Subsequentemente, o orçamento anual para o exercício seguinte será elaborado pelo Secretário-Geral e encaminhado aos membros pelo menos 30 dias anteriormente à sua consideração pelo Comitê Permanente. O Grupo deverá aprovar o orçamento em sua sessão geral.

Cláusula 24

Seguindo-se à aprovação do orçamento, o Secretário-Geral imediatamente notificará cada membro do valor de sua contribuição, de acordo com o disposto no parágrafo 15º dos termos de referência. O vencimento das contribuições será o 1º de janeiro do exercício considerado. As contribuições poderão ser pagas na moeda local do país-sede. Os membros que não tenham efetuado pagamento até a realização da segunda reunião do Comitê Permanente serão considerados com pendências e deverão explicar o motivo do atraso no pagamento. Qualquer membro com parte ou toda a contribuição pendente no momento da reunião subsequente do Comitê Permanente será privado de exercer o seu direito de voto e poderá, conforme decisão do Grupo, ser suspenso de sua condição de membro pelo tempo em que permanecer com suas obrigações em aberto.

Cláusula 25

Qualquer membro que se associar ao Grupo no decorrer de um exercício deverá pagar uma contribuição proporcional ao tempo restante do respectivo exercício. As contribuições recebidas dos novos membros não terão nenhum efeito sobre as contribuições dos membros existentes para o respectivo exercício, porém estas serão consideradas na avaliação das contribuições para o exercício subsequente.

Cláusula 26

Somente o Grupo poderá estabelecer ou alterar a escala das contribuições orçamentárias durante sessão geral ou especial. A escala das contribuições para o exercício subsequente será normalmente determinada por consenso na última sessão do ano. Caso seria necessária votação, é requerida uma maioria de dois terços dos votos.

Cláusula 27

O Secretário-Geral será responsável pela administração contábil do Grupo.

Cláusula 28

O Secretário-Geral deverá encaminhar, anualmente, a todos os membros, o extrato de conta, certificado pelo Presidente do Comitê Financeiro, o membro do Comitê Permanente responsável pelos assuntos financeiros do Grupo, o Secretário-Geral e um auditor independente de renome.

Cláusula 29

A adoção do orçamento incluirá a autoridade de incorrer em despesas estabelecidas no orçamento. Dentro dos parâmetros do orçamento total, e com a aprovação do Comitê Permanente, por meio de mecanismo estabelecido por este, qualquer apropriação estipulada em determinado título poderá ser aplicada em qualquer outro título.

Cláusula 30

As despesas com viagens, alimentação e alojamento das delegações dos membros do Grupo ou seus órgãos subordinados não serão debitados aos recursos do Grupo.

Do Comitê Permanente

Cláusula 31

O Comitê Permanente deverá eleger, para cada ano civil, um Presidente, dois Vice-Presidentes, bem como o Presidente e quatro membros adicionais do Comitê Financeiro.

Cláusula 32

O Comitê Permanente observará as Cláusulas de procedimento estabelecidas pelo Grupo, porém essas Cláusulas poderão ser complementadas pelas Cláusulas do próprio Comitê nos casos em que o Grupo tenha delegado a autoridade necessária.

Cláusula 33

O Comitê Permanente realizará, no mínimo, duas sessões regulares por ano na sede do Grupo Quaisquer custos relativos à realização da sessão em outro local que não a sede não deverá correr por conta do Grupo. Como via de regra, pelo menos uma sessão deve se realizar conjuntamente com a sessão geral regular do Grupo, enquanto que outra sessão se realizará no semestre que não aquele em que a sessão geral é realizada.

Cláusula 34

O Comitê Permanente avaliará continuamente a situação do setor de cobre e fará recomendações ao Grupo, conforme considere aconselhável. O Comitê executará quaisquer outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo Grupo. Adicionalmente, exercerá as responsabilidades requeridas para realização dos trabalhos do secretariado com relação à preparação do projeto de orçamento e outras medidas financeiras, de acordo com o previsto na Cláusula 23. Todas as operações financeiras efetuadas em nome do Grupo serão comunicadas regulamente ao Comitê Permanente.

Dos Outros Comitês e Órgãos

Cláusula 35

O Grupo poderá estabelecer comitês ou órgãos secundários e atribuir a estes o exercício de quaisquer das suas competências, salvo aquelas que, conforme previsto nos termos de referência, requeiram votação de dois terços dos membros presentes. Sem prejuízo para essas atribuições. O Grupo poderá, a qualquer momento, debater e decidir quaisquer assuntos que tenha atribuído a qualquer dos comitês ou órgãos secundários.

Cláusula 36

O integrantes de comitês ou órgãos secundários criados pelo Grupo deverão ser eleitos a cada ano.

Cláusula 37

Os comitês ou órgãos secundários deverão prestar informações ao Grupo, sem atraso e pelo menos uma vez por ano, no que diz respeito ao andamento de seus trabalhos e a todas as decisões tomadas por estes.

Cláusula 38

O Grupo poderá revogar qualquer atribuição delegada a um comitê ou órgão secundário.

Do Secretariado

Cláusula 39º

O Grupo nomeará o Secretário-Geral a um mandato fixo de quatro anos, com possibilidade de ser renomeado por mais um mandato.

Cláusula 40º

Os termos e condições da nomeação do Secretário-Geral e os termos e condições da contratação da equipe serão determinados pelo Grupo e incluirão disposições proibindo expressamente conflitos de interesse.

Cláusula 41

O Secretário-Geral deverá nomear sua equipe em conformidade com as decisões do Grupo. O número de integrantes da equipe será determinado pelo Grupo. A equipe será responsabilidade do Secretário-Geral.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Cláusula 42

No exercício das suas atribuições, o Secretário-Geral e demais funcionários não deverão buscar ou receber instruções de qualquer membro ou de qualquer autoridade externa ao Grupo. Estes deverão abster-se de qualquer ato que possa refletir negativamente em sua posição como representantes internacionais responsáveis, em última instância, perante o Grupo. Cada membro deverá respeitar o caráter exclusivamente internacional das responsabilidades do Secretário-Geral e demais integrantes da sua equipe.

Das Controvérsias

Cláusula 43

As controvérsias relativas à interpretação e aplicação destas Cláusulas de procedimento deverão ser submetidas à apreciação do Presidente do Grupo, a fim de que sejam decididas pelo Grupo, nos termos do que dispõe a Cláusula 12.

Das Emendas

Cláusula 44

As Cláusulas de procedimento deverão ser alteradas por consenso, sem votação. Caso houver necessidade de votação, será requerido que a alteração proposta será adotada sucessivamente pelo Comitê Permanente e pelo Grupo em sua sessão geral mediante votação de três quartos dos membros do Comitê Permanente e do Grupo, respectivamente. O Secretário-Geral deverá encaminhar as alterações propostas a todos os membros pelo menos 60 dias antes da sessão. Os votos poderão ser registrados por correspondência.

DECRETO Nº 8.349, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2134 (2014), de 28 de janeiro de 2014, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estabelece bloqueio de ativos e restrições de viagem a indivíduos e bloqueio de ativos de entidades suspeitos de envolvimento em atos que ameacem a paz, a estabilidade e a segurança na República Centro-Africana.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o ar. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 25 da Carta das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, e

Considerando a adoção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas da Resolução 2134 (2014), de 28 de janeiro de 2014, que estabelece bloqueio de ativos e restrições de viagem a indivíduos e bloqueio de ativos de entidades suspeitos de envolvimento em atos que ameacem a paz, a estabilidade e a segurança na República Centro-Africana,

D E C R E T A :

Art. 1º A Resolução 2134 (2014), adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 28 de janeiro de 2014, anexa a este Decreto, será executada e cumprida integralmente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos

Resolução 2134 (2013)

Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 7103ª sessão, realizada em 28 de janeiro de 2014

O Conselho de Segurança,

Recordando as suas resoluções e declarações anteriores sobre a República Centro-Africana (RCA), em particular as resoluções 2121 (2013) e 2127 (2013),

Reafirmando o seu firme compromisso com a soberania, a independência, a unidade e a integridade territorial da RCA, e *recordando* a importância dos princípios de não interferência, boa vizinhança e cooperação regional,

Expressando profunda preocupação com a contínua deterioração da situação de segurança na RCA, caracterizada pelo total colapso da ordem pública, ausência de Estado de direito, assassinatos e incêndios dirigidos por motivos religiosos e *expressando*, ainda, séria preocupação com as consequências da instabilidade na RCA para a região da África central e para além dela, e *sublinhando* a esse respeito a necessidade de que a comunidade internacional aja com rapidez,

Condenando os ataques ocorridos na RCA e particularmente aqueles que vêm ocorrendo desde o dia 5 de dezembro de 2013 em Bangui e que já deixaram mais de 1.000 mortos e centenas de milhares de deslocados internos, e que provocaram ampla violência entre as comunidades cristãs e muçulmanas em todo o país,

Permanecendo seriamente preocupado com as múltiplas e crescentes violações do direito internacional humanitário e com os abusos e violações generalizados dos direitos humanos, incluindo aqueles que envolvem execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, prisões e detenções arbitrárias, tortura, violência sexual contra mulheres e crianças, estupros, recrutamento e uso de crianças e ataques contra civis e contra locais de culto, cometidos tanto por antigos integrantes do Seleka e grupos de milícia, em particular aqueles conhecidos como "anti-balaka",

Alarmado pelo crescente ciclo de violência e retaliação e pela degeneração em uma cisão étnica e religiosa de todo o país, que pode levar a uma situação incontrolável, com graves crimes sob o direito internacional, em particular crimes de guerra e crimes contra a humanidade, com sérias implicações regionais,

Notando que o Esquema de Certificação do Processo de Kimberley suspendeu temporariamente o comércio de diamantes brutos pela RCA e *expressando preocupação* com o fato de que o contrabando de diamantes e outras formas de exploração ilícita de recursos naturais, inclusive a caça ilegal, são forças desestabilizadoras na RCA, e *encorajando* as Autoridades de Transição e as Autoridades de Estado a que tratem dessas questões de todas as formas possíveis,

Acolhendo com satisfação a eleição do Reino do Marrocos para a Presidência da Configuração da Comissão de Consolidação da Paz relativa à RCA e *reiterando* o papel da Comissão em mobilizar e manter a atenção e o compromisso dos parceiros e atores em apoio aos esforços regionais e das Nações Unidas,

Recordando que as Autoridades de Transição têm a responsabilidade primária de proteger a população civil na RCA,

Acolhendo com satisfação a ativa liderança da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) na convocação de líderes de governo, membros do Conselho Nacional de Transição e representantes da sociedade civil da RCA para participar das discussões organizadas pelo Governo de Chade em N'Djamena entre os dias 9 e 10 de janeiro de 2014 sobre a transição política na RCA e *encorajando* a que continuem os esforços nesse sentido,

Tomando nota da Declaração da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) para a Promoção da Paz, da Segurança, da Estabilidade e do Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos realizada em Luanda em 15 de janeiro de 2014,

Expressando profundo apreço pelas ações tomadas pela MISCA, pelos países contribuintes de tropas e pelas forças francesas para proteger civis e ajudar a estabilizar a situação de segurança imediatamente após a adoção da Resolução 2127 e *expressando apreço também* pelos parceiros que providenciaram transporte aéreo para acelerar o desdobramento de tropas,

Acolhendo com satisfação o papel desempenhado pelas autoridades religiosas do país em nível nacional na tentativa de pacificar as relações e impedir a violência entre as comunidades religiosas e *notando* a necessidade de ampliar suas vozes em nível local,

Sublinhando a necessidade urgente de que sejam alocados maiores recursos e conhecimentos especializados ao Escritório Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na República Centro-Africana (BINUCA), a fim de que a missão cumpra plenamente as tarefas previstas em seu mandato,

Recordando a necessidade de um processo abrangente e eficiente de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR), assim como de repatriação (DDRR) no caso de combatentes estrangeiros, respeitando, ao mesmo tempo, a necessidade de lutar contra a impunidade,

Sublinhando a necessidade de por fim à impunidade na RCA e de levar à justiça os perpetradores de violações do direito internacional humanitário e de abusos e violações de direitos humanos e, neste sentido, *sublinhando* a necessidade de reforçar os mecanismos nacionais de responsabilização,

Recordando a sua Resolução 2117 (2013) e *expressando grave preocupação* com a ameaça à paz e segurança na RCA decorrente da transferência ilícita, da acumulação desestabilizadora e do uso indevido de armas pequenas e armamento leve,

Recordando a carta do seu Presidente datada de 29 de outubro de 2013 relativa à intenção do Secretário-Geral de desdobrar uma unidade de guarda na RCA como parte do BINUCA,

Acolhendo com satisfação o firme compromisso da União Europeia (UE) com a RCA, em particular as conclusões do Conselho de Relações Exteriores de 20 de outubro de 2013 e de 16 de dezembro de 2013 e a decisão da UE de contribuir financeiramente para o desdobramento da MISCA no marco do seu Mecanismo de Apoio à Paz na África ("African Peace Facility"),

Acolhendo com satisfação a realização de uma sessão especial do Conselho de Direitos Humanos e *tomando nota com apreço* da nomeação da Perita Independente sobre a Situação de Direitos Humanos na RCA,

Acolhendo com satisfação as promessas feitas na Reunião de Alto Nível para a Ação Humanitária na República Centro-Africana celebrada em Bruxelas, em 20 de janeiro de 2014 e *encorajando* a comunidade internacional a que cumpra sem demora as promessas de continuar prestando apoio em resposta à situação humanitária na RCA,

Acolhendo com satisfação a prontidão da União Europeia em considerar o estabelecimento de uma operação temporária para apoiar a MISCA na República Centro-Africana, expressa na reunião do Conselho da União Europeia realizada em 20 de janeiro de 2014, e *tomando nota* da carta de 21 de janeiro de 2014 da Alta Representante da União Europeia,

Tomando nota da carta das Autoridades de Transição da República Centro-Africana de 22 de janeiro de 2014, aprovando o desdobramento de uma operação da União Europeia,

Determinando que a situação na RCA constitui uma ameaça à paz e à segurança internacional na região,

Mandato do BINUCA

1. *Decide* estender o mandato do BINUCA até 31 de janeiro de 2015;

2. *Decide* que o mandato do BINUCA será reforçado e atualizado conforme segue:

(a) Apoio à implementação do processo de transição:

- Acelerar o restabelecimento da ordem constitucional e a implementação dos acordos de Libreville, identificando, facilitando e coordenando a comunicação regular entre todos os atores centro-africanos, regionais e internacionais relevantes e fornecendo assessoramento estratégico, assistência técnica e apoio ao processo político em curso, às instituições e autoridades de transição e aos seus mecanismos de implementação;

- Assumir papel de liderança no trabalho junto às Autoridades de Transição, as partes relevantes, os atores regionais e a comunidade internacional para elaborar e facilitar o processo de transição política e prestar assistência técnica em apoio ao processo;

- Auxiliar nos esforços de reconciliação, em nível local e nacional, inclusive por meio do diálogo inter-religioso e de mecanismos de restabelecimento da verdade e reconciliação, trabalhando com as Autoridades de Transição e os órgãos regionais relevantes;

- Fazer todos os preparativos necessários, em apoio às Autoridades de Transição e trabalhando em regime de urgência com a Autoridade Eleitoral Nacional, para a realização de eleições livres e justas, que incluam a participação efetiva das mulheres, o quanto antes possível, o mais tardar em fevereiro de 2015 e, se possível, na segunda metade de 2014, inclusive por meio de avaliação urgente das necessidades financeiras, técnicas e logísticas do processo eleitoral;

(b) Apoio à prevenção de conflitos e à assistência humanitária:

- Realizar bons ofícios, adotar medidas de construção da confiança e de facilitação para antecipar, evitar, mitigar e resolver conflitos, e facilitar a prestação civil de assistência humanitária em condições de segurança, de acordo com os princípios orientadores em matéria de assistência humanitária das Nações Unidas;

- Ajudar a coordenar a assistência humanitária;

(c) Extensão da autoridade estatal:
- Promover e apoiar a rápida restauração da autoridade do Estado em todo o território do país;

- Ajudar as instituições governamentais da RCA, inclusive por meio de assistência técnica, a aumentar sua capacidade de executar as funções básicas de governo e a prestar serviços básicos à população centro-africana;

(d) Apoio para a estabilização da situação de segurança:

- Apoiar a estabilização da situação de segurança mediante o aconselhamento e a prestação de assistência técnica em apoio à governança e à reforma do setor de segurança (SSR), ao Estado de direito (incluindo os sistemas policial, judiciário e penitenciário), ao desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de combatentes - assim como a repatriação (DDRR), no caso de combatentes estrangeiros -, inclusive de todas as crianças associadas a forças e grupos armados e às ações de desminagem, inclusive a eliminação de explosivos remanescentes de guerra;

- Finalizar, em colaboração com as Autoridades de Transição e em consultas com a MISCA e as forças francesas, uma estratégia abrangente de DDR e DDRR, e apoiar a sua implementação, inclusive mediante a prestação de assistência técnica e a coordenação do apoio dos atores regionais e internacionais;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(e) Promoção e proteção dos direitos humanos:

- Monitorar, ajudar na investigação e informar ao Conselho sobre as violações ao direito internacional humanitário e os abusos e violações aos direitos humanos cometidos em toda a RCA, inclusive pelo Exército de Resistência do Senhor, e contribuir com os esforços para identificar os perpetradores e prevenir essas violações e abusos;

- Monitorar, ajudar na investigação e informar ao Conselho especificamente sobre as violações e abusos cometidos contra crianças, bem como contra mulheres, incluindo todas as formas de violência sexual em conflito armado, inclusive por meio do desdobramento de assessores para a proteção de crianças e de assessores para a proteção de mulheres;

- Ajudar a fortalecer as capacidades do sistema judiciário nacional, em que se incluem os mecanismos de justiça transicional, e das instituições nacionais de direitos humanos, inclusive por meio de assistência técnica, e ajudar nos esforços de reconciliação nacional, em coordenação com a Comissão Internacional de Inquérito e com a Perita Independente, quando apropriado;

(f) Cooperação com o Comitê e o Painel de Peritos estabelecidos de acordo com os parágrafos 57 e 59 da Resolução 2127 (2013):

- Ajudar, dentro de suas capacidades, o Comitê estabelecido conforme o disposto no parágrafo 57 da Resolução 2127 (2013) e o Painel de Peritos estabelecido de acordo com a mesma resolução, particularmente por meio da transmissão de informações relevantes à implementação do mandato do Comitê e do Painel de Peritos;

(g) Coordenação dos atores internacionais:

- Coordenar os atores internacionais envolvidos na implementação das tarefas descritas acima;

3. *Solicita* ao Secretário-Geral que reforce urgentemente o BINUCA e lhe proporcione uma quantidade significativamente maior de recursos e conhecimentos especializados, a fim de que sejam implementados plenamente e com rapidez todos os aspectos do seu mandato definido no parágrafo 2 desta resolução e aumentada sua capacidade de coordenar os atores internacionais no âmbito de seu mandato e, neste sentido, *solicita também* ao Secretário-Geral que submeta propostas e necessidades de recursos aos órgãos competentes tão logo possível;

4. *Recorda* a necessidade de que as Autoridades de Transição restaurem a autoridade estatal em todo o território do país e *salienta, neste contexto*, a importância da futura expansão do BINUCA nas províncias;

5. *Sublinha* a importância de que o BINUCA trabalhe em estreita colaboração com a Equipe-país das Nações Unidas e a Comissão de Consolidação da Paz;

6. *Acolhe com satisfação* o desdobramento de um contingente inicial da Unidade de Guarda do Reino do Marrocos em 1 de janeiro de 2014 e *insta* o Secretário-Geral a que acelere os preparativos para o desdobramento pleno da Unidade de Guarda o quanto antes possível;

7. *Sublinha* a importância de que o BINUCA faça, com urgência, todos os preparativos necessários para a realização de eleições, junto com as Autoridades de Transição e a Autoridade Eleitoral Nacional;

8. *Sublinha* a importância de que as Autoridades de Transição finalizem, com o apoio do BINUCA, uma estratégia abrangente de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de combatentes, assim como de repatriação (DDRR), para o caso de combatentes estrangeiros, inclusive de todas as crianças associadas a forças e grupos armados, em colaboração com as Autoridades de Transição e em consultas com a MISCA e as Forças Francesas e, neste sentido, *reitera* sua solicitação ao Secretário-Geral para que apresente propostas detalhadas para o apoio das Nações Unidas em seu próximo relatório, a ser apresentado até 5 de março de 2014, no máximo;

9. *Conclama* as Autoridades de Transição, com a assistência do BINUCA e dos parceiros internacionais, a tomar medidas em relação à transferência ilícita, à acumulação desestabilizadora e ao uso indevido de armas pequenas e armamento leve na RCA, e a garantir a gestão, o armazenamento e a segurança efetivos de seus estoques de armas pequenas e armamento leve, bem como a coleta e/ou a destruição dos estoques excedentes e de armas e munições confiscadas, não registradas ou mantidas de forma ilícita, e *sublinha ainda* a importância de incorporar esses elementos aos programas de SSR e DDR/R;

10. *Sublinha* a necessidade urgente de desdobrar em todo o país um número aumentado de monitores dos direitos humanos do BINUCA, com o objetivo de implementar plenamente o seu mandato para monitorar, ajudar a investigar e informar ao Conselho sobre violações do direito internacional humanitário e sobre abusos e violações de direitos humanos cometidos em toda a RCA, e de desdobrar um número adequado de assessores para a proteção de crianças e assessores para a proteção de mulheres, conforme estabelecido no parágrafo 10 da Resolução 2121;

11. *Recorda* a necessidade de que o BINUCA facilite a ajuda humanitária civil em condições de segurança, de acordo com os princípios orientadores em matéria de assistência humanitária das Nações Unidas e em coordenação com todos os agentes humanitários;

12. *Sublinha* a necessidade de estabelecer imediatamente os mecanismos apropriados de coordenação entre o BINUCA e a MISCA e a operação da União Europeia na RCA;

13. *Expressa* sua intenção de monitorar de perto a implementação do disposto acima e *solicita* ao Secretário-Geral que mantenha o Conselho atualizado a respeito;

Processo político

14. *Sublinha* seu apoio aos Acordos de Libreville de 11 de janeiro de 2013, à Declaração de N'Djamena de 18 de abril de 2013, ao Apelo de Brazzaville de 3 de maio de 2013, à Carta de Transição e à declaração adotada pelo Grupo de Contato Internacional sobre a RCA em seu terceiro encontro, realizado em Bangui em 8 de novembro de 2013;

15. *Acolhe com satisfação também* a designação pelo Conselho Nacional de Transição, em 20 de janeiro de 2014, de Catherine Samba-Panza como nova Chefe de Estado de Transição, a nomeação de Andre Nzapayeke como Primeiro-Ministro de Transição e a formação de um Governo de Transição;

16. *Insta* as Autoridades de Transição a que continuem trabalhando pela estabilização, reconciliação e unidade nacionais;

17. *Acolhe com satisfação* o estabelecimento da Autoridade Nacional Eleitoral (ANE) em 16 de dezembro de 2013 e *sublinha* a importância de que as Autoridades de Transição, com o apoio do BINUCA, promovam eleições livres e justas, assegurando inclusive a participação de mulheres, o quanto antes possível, o mais tardar em fevereiro de 2015 e, se possível, na segunda metade de 2014;

18. *Recorda* o compromisso das Autoridades de Transição em iniciar medidas rápidas e concretas, entre as quais a convocação de um marco de conciliação até 24 de fevereiro de 2014, com vistas a manter um diálogo nacional inclusivo e pacífico para promover a reconciliação, e as *conclama* a tomar providências rápidas nesse sentido, em estreita coordenação com o BINUCA;

Direitos humanos e acesso humanitário

19. *Acolhe com satisfação* a nomeação da Comissão Internacional de Inquérito em 22 de janeiro de 2014, para investigar imediatamente relatos sobre violações do direito internacional humanitário, do direito internacional de direitos humanos e abusos de direitos humanos cometidos por todas as partes do conflito na RCA, desde 1 de janeiro de 2013, *apela* a todas as partes a que cooperem plenamente com essa comissão, e *encoraja* o BINUCA a cooperar, conforme apropriado, com a Perita Independente do Conselho de Direitos Humanos e com a Comissão Internacional de Inquérito;

20. *Solicita* ao BINUCA que dê assistência às Autoridades de Transição para preservar, em estreita coordenação com a MISCA, evidências e cenas de crimes, com vistas a apoiar futuras investigações;

21. *Reitera* que todos os perpetradores de tais violações e abusos devem ser responsabilizados e que alguns daqueles atos podem constituir crimes sob o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI), do qual a RCA é Estado-parte, e *recorda* as declarações feitas pela Promotora do TPI em 7 de agosto de 2013 e 9 de dezembro de 2013;

22. *Conclama* todas as partes em conflito armado na RCA, inclusive os antigos combatentes do Seleka e os elementos "anti-balaka", a que emitam ordens claras proibindo todas as violações e abusos contra crianças, em violação do direito internacional aplicável, inclusive aqueles que envolvam o recrutamento e uso, estupro e violência sexual, assassinato e mutilação, sequestros e ataques em escolas e hospitais, e *conclama ainda* as Autoridades de Transição a que formulem e implementem compromissos específicos relativos à investigação oportuna de alegadas violações e abusos, com vistas a responsabilizar os perpetradores e garantir que os responsáveis por tais violações e abusos sejam excluídos do setor de segurança;

23. *Reitera* seus pedidos a que todas as partes protejam e considerem como vítimas as crianças postas em liberdade ou separadas de forças e grupos armados e *enfatiza* a necessidade de dedicar especial atenção à proteção, liberação e reintegração de todas as crianças associadas a forças e grupos armados;

24. *Conclama* todas as partes em conflito armado na RCA, inclusive os antigos combatentes do Seleka e os elementos "anti-balaka", a que emitam ordens claras contra a violência sexual e a violência baseada em gênero, e *conclama ainda* as Autoridades de Transição a que formulem e implementem compromissos específicos relativos à investigação oportuna de alegados abusos, com vistas a responsabilizar os perpetradores, em linha com suas resoluções 1960 (2010) e 2106 (2013), e a facilitar o acesso imediato das vítimas de violência sexual aos serviços disponíveis;

25. *Reitera* sua exortação a que todas as partes em conflito armado na RCA colaborem com os Representantes Especiais do Secretário-geral para Crianças e Conflito Armado e para Violência Sexual em Conflito;

26. *Exige* que as Autoridades de Transição, assim como todos os grupos de milícia e todas as partes no conflito, em particular os antigos combatentes do Seleka e o "anti-balaka", assegurem o acesso rápido, seguro e irrestrito das organizações humanitárias e das equipes de assistência e a prestação oportuna de assistência humanitária às populações em necessidade, respeitando os princípios orientadores em matéria de assistência humanitária das Nações Unidas, inclusive a neutralidade, imparcialidade, humanidade e independência na prestação de assistência humanitária;

27. *Expressa* profunda preocupação com o crescente número de deslocados internos como resultado da persistência da violência, *sublinha* a necessidade de garantir que as necessidades básicas dessas pessoas sejam atendidas, em particular o acesso à água, comida e abrigo, e *felicita* as agências humanitárias das Nações Unidas e os parceiros pelos esforços em fornecer apoio urgente e coordenado à população em necessidade na RCA, enquanto *reconhece também* a necessidade de aumentar a ajuda para fazer frente às necessidades cada vez maiores;

28. *Conclama* os Estados-Membros a que respondam com rapidez aos apelos humanitários das Nações Unidas para atender as necessidades urgentes e crescentes da população na RCA e dos refugiados que seguiram para países vizinhos e *encoraja*, para tal fim, a rápida implementação de projetos humanitários pelas organizações humanitárias das Nações Unidas e parceiros;

29. Atuando ao amparo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, decide o seguinte:

Sanções

30. *Decide* que, por um período inicial de um ano a contar da data de adoção desta resolução, todos os Estados-Membros deverão tomar as medidas necessárias para impedir a entrada ou o trânsito em seus territórios de indivíduos designados pelo Comitê estabelecido de acordo com o parágrafo 57 da Resolução 2127 (2013), ressalvando-se que nada neste parágrafo obriga qualquer Estado a negar a entrada em seus territórios de seus próprios nacionais;

31. *Decide* que as medidas impostas pelo parágrafo 30 acima não deverão ser aplicadas:

(a) Quando o Comitê determinar, com base em avaliação feita caso a caso, que a viagem em questão é justificada por motivos humanitários, inclusive por obrigações religiosas;

(b) Quando a entrada ou o trânsito forem necessários para o cumprimento de um processo judiciário;

(c) Quando o Comitê determinar, com base em avaliação feita caso a caso, que uma exceção poderia contribuir para a paz e a reconciliação nacional na RCA e para a estabilidade na região;

32. *Decide* que todos os Estados-Membros deverão, por um período inicial de um ano a contar da data de adoção desta resolução, bloquear, sem demora, todos os fundos, ativos financeiros e recursos econômicos em seus territórios que pertençam ou sejam controlados, direta ou indiretamente, por indivíduos ou entidades designados pelo Comitê estabelecido de acordo com o parágrafo 57 da Resolução 2127, ou por indivíduos ou entidades que ajam em seu nome ou sob sua direção, ou por entidades pertencentes ou controladas por eles, e *decide também* que todos os Estados-Membros deverão assegurar que quaisquer fundos, ativos financeiros ou recursos econômicos sejam impedidos de ser postos à disposição por seus nacionais ou por quaisquer indivíduos ou entidades em seus territórios, aos indivíduos ou entidades designados pelo Comitê ou em seu benefício;

33. *Decide* que as medidas impostas pelo parágrafo 32 acima não se aplicam aos fundos, a outros ativos financeiros ou a recursos econômicos que os Estados-Membros pertinentes tenham determinado:

(a) Serem necessários para despesas básicas, incluindo o pagamento de alimentos, aluguel ou hipoteca, medicamentos e tratamento médico, impostos, prêmios de seguro e cobranças de utilidade pública ou exclusivamente para o pagamento de honorários em montante razoável e o reembolso de despesas incorridas associadas à prestação de serviços jurídicos, ou honorários ou cobranças de serviços, de acordo com a legislação nacional, por serviços de administração ou manutenção ordinária de fundos bloqueados, de outros ativos financeiros e de recursos econômicos, após a notificação, pelo Estado pertinente ao Comitê, da intenção de autorizar, quando apropriado, o acesso a tais fundos, outros ativos financeiros ou recursos econômicos e na ausência de uma decisão negativa pelo Comitê, em cinco dias úteis a contar da data de tal notificação;

(b) Serem necessários para gastos extraordinários, desde que tal determinação tenha sido notificada pelo Estado pertinente ou pelos Estados-Membros ao Comitê e tenha sido aprovada por este; ou

(c) Serem objeto de uma garantia ou decisão judicial, administrativa ou arbitral, segundo a qual os fundos, os outros ativos financeiros e os recursos econômicos devam ser utilizados para cumprir essa garantia ou decisão, desde que essa garantia ou decisão seja anterior à data da presente resolução, que tenha sido notificada pelo Estado pertinente ou pelos Estados-Membros ao Comitê e que o beneficiário não seja uma pessoa ou entidade designada pelo Comitê;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

34. *Decide* que os Estados-Membros poderão permitir que sejam creditados nas contas bloqueadas em conformidade com o disposto no parágrafo 32 acima os juros ou outros ganhos financeiros ou os pagamentos devidos em decorrência de contratos, acordos ou obrigações anteriores à data em que essas contas tenham se tornado sujeitas às disposições desta resolução, desde que esses juros, ganhos financeiros ou pagamentos continuem sujeitos a essas disposições e permaneçam bloqueados;

35. *Decide* que as medidas estabelecidas no parágrafo 32 acima não deverão impedir que uma pessoa ou entidade designada realize pagamentos devidos em decorrência de contratos assinados antes da listagem desta pessoa ou entidade, desde que os Estados relevantes tenham determinado que o pagamento não seja recebido, direta ou indiretamente, por uma pessoa ou entidade designada de acordo com o parágrafo 32 acima e após a notificação ao Comitê pelos Estados relevantes da intenção de fazer ou receber tais pagamentos ou de autorizar, quando apropriado, o desbloqueio de fundos, outros ativos financeiros ou recursos econômicos para este propósito, 10 dias úteis antes de tal autorização;

36. *Decide* que as medidas contidas nos parágrafos 30 e 32 deverão ser aplicadas a indivíduos e entidades designados pelo Comitê que participem ou prestem apoio a atos que comprometam a paz, a estabilidade ou a segurança da RCA, inclusive a atos que ameacem ou violem acordos de transição, ou que ameacem ou impeçam o processo político de transição, inclusive uma transição a eleições democráticas livres e justas, ou que alimentem a violência;

37. *Decide também*, a esse respeito, que as medidas contidas nos parágrafos 30 e 32 aplicam-se também a indivíduos e entidades designados pelo Comitê que:

a) ajam em violação ao embargo de armas estabelecido no parágrafo 54 da Resolução 2127 (2013), ou que tenham fornecido, vendido ou transferido, direta ou indiretamente, a grupos armados ou a redes criminosas na RCA, armas ou qualquer material conexo, ou qualquer assessoramento técnico, treinamento ou assistência, inclusive financiamento e assistência financeira, relacionados a atividades violentas de grupos armados ou redes criminosas na RCA, ou que tenham sido seus destinatários;

b) estejam envolvidos no planejamento, direção ou realização de atos que violem o direito internacional dos direitos humanos ou o direito internacional humanitário, quando aplicável, ou de atos que constituam abusos ou violações dos direitos humanos, na RCA, inclusive atos que envolvam violência sexual e ataques contra civis ou contra grupos étnicos ou religiosos, ataques em escolas e hospitais e sequestros e deslocamentos forçados;

c) recrutem ou usem crianças em conflitos armados na RCA, em violação do direito internacional aplicável;

d) prestem apoio a grupos armados e redes criminosas por meio da exploração ilegal de recursos naturais, inclusive de diamantes e espécies silvestres e de produtos a base de espécies silvestres na RCA;

e) obstruam a prestação de assistência humanitária na RCA, ou o acesso a, ou a distribuição da ajuda humanitária na RCA;

f) estejam envolvidos no planejamento, direção, patrocínio ou execução de ataques contra as missões das Nações Unidas ou contra a presença internacional de segurança, inclusive do BINUCA, da MISCA, da operação da União Europeia e de outras forças que os apoiem;

g) sejam dirigentes, tenham apoiado ou agido em favor, em nome ou sob as instruções de uma entidade que o Comitê tenha designado de acordo com este parágrafo ou com o parágrafo 36 desta resolução;

38. *Expressa grave preocupação* com os relatos de que algumas figuras políticas da RCA tenham prestado apoio e direção aos grupos "anti-balaka" e Seleka no planejamento de atos de violência e de sérias violações dos direitos humanos e de abusos contra a população civil da RCA, *exige* que essas figuras e todos os demais cessem tais atividades imediatamente e *instrui* o Comitê a considerar, em caráter de urgência, a designação de tais figuras para o regime de sanções seletivas, caso elas se envolvam em quaisquer das atividades estabelecidas nos parágrafos 36 e 37 da presente resolução;

39. *Insta* as figuras públicas da RCA - incluindo oficiais superiores das antigas administrações de Bozize e Djotodia, tais como François Bozize e Noureddine Adam - a apelar aos seus apoiadores a que cessem quaisquer e todos os ataques contra civis;

40. *Decide* que o embargo de armas estabelecido no parágrafo 54 da Resolução 2127 (2013) e as medidas estabelecidas pelo parágrafo 55 serão prorrogados pelo período de um ano a contar da data da adoção desta resolução e *decide também* que as medidas estabelecidas no parágrafo 54 da Resolução 2127 (2013) não se aplicarão aos suprimentos destinados exclusivamente para apoiar a operação da União Europeia ou para seu uso;

41. *Decide* que o mandato do Comitê será aplicado com relação às medidas impostas nesta resolução e que o mandato do Painel de Peritos, estabelecido pelo parágrafo 59 da Resolução 2127 (2013), será prorrogado pelo período de um ano a contar da data de adoção desta resolução e também incluirá: auxiliar o Comitê fornecendo informações sobre indivíduos e entidades designados e indivíduos e entidades que possam atender aos critérios de designação previstos nos parágrafos 36 e 37 acima, inclusive enviando tais informações ao Comitê, na medida em que disponha delas, e incluir em seus relatórios escritos os nomes de potenciais indivíduos ou entidades designados, as informações de identificação pertinentes e as informações relevantes referentes aos motivos pelos quais tal indivíduo ou entidade poderia atender aos critérios de designação previstos nos parágrafos 36 e 37 acima;

42. *Conclama* todos os Estados-Membros a que informem o Comitê dentro de noventa dias a contar da data de adoção desta resolução sobre as medidas tomadas com vistas a implementar efetivamente o parágrafo 54 da Resolução 2127 e os parágrafos 30 e 32 desta resolução;

Mandato para a operação da União Europeia na RCA

43. *Autoriza* a União Europeia a desdobrar uma operação na RCA, a que faz referência a carta de 21 de janeiro de 2014 da Alta Representante da União Europeia (S/2014/45);

44. *Autoriza* a operação da UE a tomar todas as medidas necessárias nos limites de suas capacidades e áreas de desdobramento desde o seu desdobramento inicial e por um período de seis meses a contar da declaração de sua plena capacidade operacional;

45. *Solicita* a União Europeia que relate ao Conselho sobre a implementação deste mandato na RCA e que coordene seu relato com o da União Africana a que faz referência o parágrafo 32 da Resolução 2127;

46. *Conclama* os Estados-Membros, incluindo os países vizinhos à RCA, a que tomem as medidas apropriadas para apoiar a ação da União Europeia, em particular facilitando a transferência à RCA, sem obstáculos ou atrasos, de todo pessoal, equipamentos, provisões, suprimentos ou outros bens, incluindo veículos e peças de reposição, destinados à operação da União Europeia;

47. *Convida* as Autoridades de Transição da RCA a concluir um Acordo sobre o Estatuto das Forças ("Status of Forces Agreements") tão logo possível para o estabelecimento da operação da União Europeia;

48. *Enfatiza* a necessidade de que todas as forças militares na RCA, ao executarem seus mandatos, atuem em pleno respeito pela soberania, integridade territorial e unidade da RCA e em plena conformidade com o direito internacional humanitário aplicável, com o direito dos direitos humanos e com o direito dos refugiados e *recorda* a importância de treinamento nesse sentido;

49. *Solicita* o Secretário-Geral a que informe o Conselho de Segurança sobre a implementação do mandato do BINUCA a cada 90 dias após a adoção desta resolução;

50. Decide continuar ocupando-se ativamente da questão.

DECRETO Nº 8.350, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2146 (2014), de 19 de março de 2014, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera o regime de sanções aplicadas à Líbia.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 25 da Carta das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, e

Considerando a adoção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas da Resolução 2146 (2014), de 19 de março de 2014, que, entre outras disposições, altera o regime de sanções aplicadas à Líbia;

D E C R E T A :

Art. 1º A Resolução 2146 (2014), adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 19 de março de 2014, anexa a este Decreto, será executada e cumprida integralmente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos

Resolução 2146 (2014)

Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 7142ª sessão, realizada em 19 de março de 2014

O Conselho de Segurança,

Recordando suas resoluções 1970 (2011) de 26 de fevereiro de 2011, 1973 (2011) de 17 de março de 2011, 2009 (2011) de 16 de setembro de 2011, 2016 (2011) de 27 de outubro de 2011, 2017 (2011) de 31 de outubro de 2011, 2022 (2011) de 02 de dezembro de 2011, 2040 (2012) de 12 de março de 2012, 2095 (2013) de 14 de março de 2013 e 2144 (2014), assim como a Declaração Presidencial (S/PRST/2013/21) de 16 dezembro de 2013,

Reafirmando seu firme comprometimento com a soberania, a independência, a integridade territorial e a unidade nacional da Líbia,

Recordando que o direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de dezembro de 1982, estabelece o arcabouço jurídico aplicável às atividades no oceano,

Sublinhando a responsabilidade primária das autoridades líbias em tomar as medidas apropriadas para impedir a exportação ilícita de petróleo bruto da Líbia e reafirmando a importância do apoio internacional para a soberania da Líbia sobre seu território e recursos,

Notando a carta de 10 de março de 2014 do Governo líbio ao Presidente do Conselho de Segurança e expressando preocupação com a possibilidade de a exportação ilícita de petróleo bruto da Líbia minar o Governo da Líbia e ameaçar a paz, a segurança e a estabilidade da Líbia,

Expressando apoio aos esforços do Governo da Líbia em solucionar pacificamente as interrupções das exportações de energia da Líbia e reiterando que o controle de todas as instalações deve ser transferido de volta para as autoridades competentes, apoiando a intenção do Governo da Líbia de tratar das questões de segurança fronteiriça, incluindo a implementação do Plano de Ação de Trípoli, e notando a importância da Missão da União Europeia de Assistência à Gestão Integrada das Fronteiras na Líbia para fortalecer o gerenciamento fronteiriço líbio,

Determinando que a situação na Líbia continua a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacional,

Atuando ao amparo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas,

1. *Condena* as tentativas de exportar ilicitamente petróleo bruto da Líbia;

2. *Conclama* o Governo da Líbia, com base em qualquer informação a respeito de tais exportações ou tentativas de exportação, a contatar rapidamente o Estado de bandeira da embarcação abrangida, em primeira instância, para solucionar o problema;

3. *Solicita* que o Governo da Líbia nomeie e notifique ao Comitê estabelecido de acordo com a Resolução 1970 (2011) um ponto focal responsável pela comunicação com o Comitê a respeito das medidas previstas nesta resolução e solicita que o ponto focal do Governo da Líbia informe o Comitê sobre qualquer embarcação transportando petróleo bruto ilicitamente exportado da Líbia, junto com qualquer informação disponível e relevante, e sobre quaisquer esforços feitos de acordo com o parágrafo 2;

4. *Instrui* o Comitê a informar imediatamente todos os Estados-Membros relevantes sobre tais notificações do ponto focal do Governo da Líbia;

5. *Autoriza* os Estados-Membros a inspecionarem em alto mar as embarcações designadas pelo Comitê de acordo com o parágrafo 11, e autoriza os Estados-Membros a utilizarem todas as medidas proporcionais às circunstâncias concretas, em plena conformidade com o direito humanitário internacional e com os direitos humanos, conforme aplicável, para executar tais inspeções e direcionar as embarcações a tomarem as medidas apropriadas para devolverem o petróleo bruto, com o consentimento e em coordenação com o Governo da Líbia, para a Líbia;

6. *Solicita* que os Estados-Membros, antes de adotarem as medidas autorizadas no parágrafo 5, busquem preliminarmente o consentimento do Estado de bandeira da embarcação;

7. *Decide* que qualquer Estado-Membro que realize uma inspeção de acordo o parágrafo 5 deve prontamente submeter um relatório ao Comitê com os detalhes relevantes da inspeção, incluindo os esforços feitos para buscar o consentimento do Estado de bandeira da embarcação;

8. *Afirma* que a autorização estabelecida pelo parágrafo 5 desta resolução se aplica somente a respeito das inspeções realizadas por navios de guerra e navios de propriedade ou operados por um Estado e empregados exclusivamente para fins governamentais não-comerciais;

9. *Afirma* também que a autorização estabelecida pelo parágrafo 5 desta resolução se aplica somente a respeito de embarcações que estejam sujeitas a uma designação feita pelo Comitê de acordo com o parágrafo 11 e não deve afetar os direitos, obrigações ou responsabilidades dos Estados-Membros sob o direito internacional, incluindo os direitos e obrigações sob a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, incluindo o princípio geral de jurisdição exclusiva de um Estado de bandeira sobre suas embarcações em alto mar, em relação a outras embarcações e em qualquer outra situação, e enfatiza em particular que esta resolução não deve ser considerada como estabelecendo uma regra internacional consuetudinária;

10. *Decide* impor as seguintes medidas sobre as embarcações designadas de acordo com o parágrafo 11:

(a) O Estado de bandeira de uma embarcação designada pelo Comitê de acordo com o parágrafo 11 deve adotar as medidas necessárias para instruir a embarcação a não carregar, transportar ou descarregar tal petróleo bruto da Líbia a bordo da embarcação, ausente instrução do ponto focal do Governo da Líbia;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(b) Todos os Estados-Membros devem adotar as medidas necessárias para proibir as embarcações designadas pelo Comitê de acordo com o parágrafo 11 de entrarem em seus portos, a menos que tal entrada seja necessária para o propósito de uma inspeção, haja uma emergência ou no caso de retorno para a Líbia;

(c) Todos os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para proibir a provisão, por seus nacionais ou de seus territórios, de serviços de abastecimento, assim como fornecimento de combustível ou provisões, ou outro serviço nas embarcações, para embarcações designadas pelo Comitê de acordo com o parágrafo 11, a menos que a provisão de tais serviços seja necessária para propósitos humanitários ou no caso de retorno para a Líbia, hipótese na qual o Estado-Membro deverá notificar o Comitê;

(d) Todos os Estados-Membros devem adotar as medidas necessárias para requerer que seus nacionais e entidades e indivíduos no seu território não se engajem em transações financeiras a respeito de tal petróleo bruto da Líbia a bordo de embarcações designadas pelo Comitê de acordo com o parágrafo 11;

11. *Decide* que o Comitê pode designar embarcações para algumas ou todas as medidas no parágrafo 10, baseado em decisão caso-a-caso, por um período de 90 dias, que pode ser renovado pelo Comitê;

12. *Decide* que o Comitê pode decidir revogar a designação de uma embarcação a qualquer momento e pode estabelecer exceções a algumas ou todas as medidas previstas no parágrafo 10, conforme seja necessário e apropriado;

13. *Recorda* a criação, de acordo com o parágrafo 24 da resolução 1973 (2011), de um Painel de Peritos, sob a direção do Comitê, para efetuar as tarefas estabelecidas naquele parágrafo, decide que esse mandato deve aplicar-se a respeito das medidas impostas nesta resolução, e instrui o Painel de Peritos a monitorar a implementação das medidas impostas nesta resolução;

14. *Solicita* ao Secretário-Geral, considerando o mandato estendido do Painel de Peritos, a aumentar o Painel para seis membros, e a adotar os ajustes financeiros e de segurança necessários para apoiar o trabalho do Painel;

15. *Decide* que as autorizações fornecidas e as medidas impostas por esta resolução deverão ser revogadas em um ano a partir da data de adoção desta resolução, a menos que o Conselho decida estendê-las;

16. *Decide* continuar ocupando-se ativamente da questão.

DECRETO Nº 8.351, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a execução no território nacional da Resolução 2140 (2014), de 26 de fevereiro de 2014, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estabelece um comitê de sanções contra indivíduos ou entidades envolvidos em atos de ameaça à paz, à segurança ou à estabilidade no Iêmen e dispõe sobre obrigações decorrentes a serem observadas pelos Estados-Membros das Nações Unidas.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 25 da Carta das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, e

Considerando a adoção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas da Resolução 2140 (2014), de 26 de fevereiro de 2014, que, entre outras disposições, estabelece um comitê de sanções contra indivíduos ou entidades envolvidos em atos de ameaça à paz, à segurança ou à estabilidade no Iêmen e dispõe sobre obrigações decorrentes a serem observadas pelos Estados-Membros das Nações Unidas;

D E C R E T A :

Art. 1º A Resolução 2140 (2014), adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 26 de fevereiro de 2014, anexa a este Decreto, será executada e cumprida integralmente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos

Resolução 2140 (2014)
Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 7119ª sessão, realizada em 26 de fevereiro de 2014

O Conselho de Segurança,

Recordando sua Resolução 2014 (2011), 2051 (2012) e a declaração de seu Presidente de 15 de fevereiro de 2013,

Reafirmando seu firme compromisso com a unidade, soberania, independência e integridade territorial do Iêmen.

Felicitando o engajamento do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) na assistência à transição política do Iêmen,

Acolhendo com satisfação os resultados da Conferência do Diálogo Nacional amplo, apoiada por todos os partidos políticos e cujas decisões fornecem um roteiro para uma contínua transição democrática conduzida pelos iemenitas, apoiada por comprometimento com a democracia, boa governança, Estado de Direito, reconciliação nacional e respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais de todo o povo do Iêmen,

Felicitando aqueles que facilitaram o resultado da Conferência do Diálogo Nacional amplo por meio de sua participação construtiva, em particular a liderança do Presidente Abd Rabbo Mansour Hadi,

Expressando preocupação com os atuais desafios políticos, de segurança, econômicos e humanitários do Iêmen, inclusive a contínua violência,

Recordando a listagem da Al-Qaeda na Península Arábica (AQPA) e de indivíduos associados na lista de sanções da Al-Qaeda estabelecida pelo Comitê, de acordo com as Resoluções 1267 (1999) e 1989 (2011) e realçando, a esse respeito, a necessidade de uma implementação sólida das medidas do parágrafo 1 da Resolução 2083 como ferramenta significativa para combater a atividade terrorista no Iêmen,

Condenando todas as atividades terroristas, ataques contra civis, contra a infraestrutura petrolífera, de gás e elétrica e contra as autoridades legítimas, inclusive aquelas atividades terroristas que visam a prejudicar o processo político no Iêmen,

Condenando também os ataques contra instalações militares e de segurança, em particular o ataque ao Ministério da Defesa, em 5 de dezembro de 2013, e o ataque de 13 de fevereiro ao Presídio do Ministério do Interior, *realçando* a necessidade de que o Governo do Iêmen dê prosseguimento, com eficiência, às reformas das Forças Armadas e do setor de segurança,

Reafirmando sua Resolução 2133 e conclamando todos os Estados-Membros a impedirem que terroristas, direta ou indiretamente, se beneficiem do pagamento de resgates ou de concessões políticas; e a assegurarem a libertação segura dos reféns,

Observando os enormes desafios econômicos, de segurança e sociais que o Iêmen enfrenta, os quais deixaram muitos iemenitas em situação de necessidade grave de assistência humanitária, *reafirmando* seu apoio ao Governo iemenita para salvaguardar a segurança, promover o desenvolvimento social e econômico e avançar as reformas políticas, econômicas e de segurança, e acolhendo com satisfação o trabalho do Escritório Executivo da Estrutura de Responsabilidade Mútua, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) por seu apoio ao Governo do Iêmen na reforma econômica,

Realçando que a melhor solução para a situação no Iêmen passa pelo processo de transição política pacífico, inclusivo e organizado, conduzido pelos iemenitas, que atenda às legítimas demandas e aspirações do povo iemenita por mudança pacífica e significativa reforma política, econômica e social, conforme estabelecido na Iniciativa do CCG, em seu Mecanismo de Implementação e nos resultados da Conferência do Diálogo Nacional amplo, *acolhendo com satisfação* os esforços do Iêmen para fortalecer a participação das mulheres na vida política e pública, inclusive por meio de medidas para garantir ao menos 30 por cento de mulheres candidatas às eleições legislativas nacionais e aos conselhos eleitos,

Recordando também suas Resoluções 1612 (2005), 1882 (2009), 1998 (2011) e 2068 (2012) sobre Crianças e Conflitos Armados e suas Resoluções 1325 (2000), 1820 (2008), 1888 (2009), 1889 (2009), 1960 (2010), 2106 (2013) e 2122 (2013) sobre Mulheres, Paz e Segurança,

Reconhecendo que o processo de transição requer virar a página sobre a presidência de Ali Abdullah Saleh, e acolhendo com satisfação o envolvimento e cooperação de todas as partes interessadas no Iêmen, inclusive grupos que não eram parte da Iniciativa do CCG e de seu Mecanismo de Implementação,

Reiterando a necessidade de investigações abrangentes, independentes e imparciais, condizentes com os padrões internacionais, sobre as alegadas violações de direitos humanos, em linha com os resultados da Conferência para o Diálogo Nacional amplo, com a Iniciativa do CCG e seu Mecanismo de Implementação, de forma a garantir total prestação de contas,

Reconhecendo a importância de reformas na governança para a transição política no Iêmen, *observando*, a esse respeito, as propostas no relatório do Grupo de Trabalho para a Boa Governança da Conferência para o Diálogo Nacional, incluindo, entre outras coisas, pré-requisitos para candidatos às posições de liderança iemenita e a publicidade de seus ativos financeiros,

Recordando sua Resolução 2117 (2013) e expressando séria preocupação com a ameaça à paz e à segurança no Iêmen surgida da transferência ilícita, do acúmulo desestabilizador e do uso indevido de armas pequenas e armamento leve,

Enfatizando a necessidade de um progresso contínuo na implementação da Iniciativa do CCG e de seu Mecanismo de Implementação, de forma a evitar maior deterioração da situação humanitária e de segurança no Iêmen,

Observando com apreço o trabalho da equipe das Nações Unidas e de suas agências no Iêmen,

Acolhendo com satisfação os esforços do Secretariado para expandir e melhorar a lista de especialistas da Divisão de Órgãos Subsidiários do Conselho de Segurança, considerando a diretriz fornecida pela Nota do Presidente (S/2006/997),

Determinando que a situação no Iêmen constitui uma ameaça à paz e à segurança internacional na região,

Atuando ao amparo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas,

1. *Reafirma* a necessidade da implementação plena e oportuna da transição política em seguimento à Conferência do Diálogo Nacional amplo, em linha com a Iniciativa do CCG e seu Mecanismo de Implementação e de acordo com a Resolução 2014 (2011) e 2051 (2012), bem como tendo em conta as expectativas do povo iemenita;

Implementação da Transição Política

2. *Acolhe com satisfação* o recente progresso feito na transição política do Iêmen e *expressa* forte apoio à finalização das próximas etapas da transição, em linha com o Mecanismo de Implementação, incluindo:

(a) redação de uma nova Constituição para o Iêmen;

(b) reforma eleitoral, incluindo a redação e a adoção de uma nova lei eleitoral consistente com a nova Constituição;

(c) realização de um referendo sobre o projeto de Constituição, precedido por divulgação apropriada;

(d) reforma da estrutura estatal para preparar o Iêmen para a transição de Estado unitário para Estado federativo; e

(e) realização, em momento oportuno, de eleições gerais, depois das quais o atual mandato do Presidente Hadi terminaria e seria seguido da posse do Presidente eleito sob a nova Constituição;

3. *Encoraja* todo o eleitorado no país, inclusive os movimentos jovens e os grupos de mulheres, em todas as regiões do Iêmen, a continuar seu engajamento ativo e construtivo pela transição política e a continuar com o espírito de consenso para implementar as etapas subsequentes do processo de transição e as recomendações da Conferência do Diálogo Nacional, e solicita ao Movimento Sulista Hiraak, ao movimento Houthi e a outros a participarem construtivamente e a rejeitarem o uso da violência para alcançar objetivos políticos;

4. *Acolhe com satisfação* o plano do Governo iemenita de introduzir uma Lei de Recuperação de Ativos, e apoia a cooperação internacional no assunto, inclusive por meio da iniciativa de Deauville;

5. *Expressa preocupação* com o uso da mídia para incitar a violência e frustrar as aspirações legítimas do povo do Iêmen para a mudança pacífica;

6. *Expressa expectativa* com medidas tomadas pelo Governo do Iêmen para a implementação do Decreto Republicano No. 140 de 2012, que estabelece um comitê para investigar alegações de violações de direitos humanos em 2011 e declara que as investigações devem ser transparentes e independentes, aderindo aos padrões internacionais, conforme a Resolução 19/29 do Conselho de Direitos Humanos, e convida o Governo do Iêmen a fornecer em breve um prazo para a nomeação expedita dos membros de tal comitê;

7. *Expressa* sua preocupação com o fato de que crianças continuam a ser recrutadas e utilizadas por grupos armados e pelo Governo iemenita, em violação do direito internacional aplicável, e urge contínuo esforço nacional para impedir e pôr fim ao recrutamento e utilização de crianças, inclusive por meio da assinatura e implementação, pelo Governo iemenita, do plano de ação para deter e impedir o recrutamento e utilização de crianças nas forças do governo do Iêmen, em linha com as Resoluções 1612 (2005), 1882 (2009) e 1998 (2011) do Conselho de Segurança, e, *insta* os grupos armados a permitirem acesso seguro e desimpedido do pessoal das Nações Unidas a territórios sob seu controle com o objetivo de acompanhar e produzir relatórios;

8. *Também expressa sua expectativa* com a adoção expedita de uma lei sobre justiça de transição e reconciliação nacional que, considerando as recomendações da Conferência do Diálogo Nacional, esteja de acordo com as obrigações e compromissos internacionais do Iêmen e siga as melhores práticas, conforme o caso;

9. *Conclama* todas as partes a cumprirem com suas obrigações sob o direito internacional, inclusive as normas aplicáveis de direito humanitário internacional e de direitos humanos;

Medidas adicionais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. *Enfatiza* que a transição acordada pelas partes na Iniciativa do CCG e seu Mecanismo de Implementação não foi ainda totalmente alcançada e *conclama* todos os iemenitas a respeitarem plenamente a implementação da transição política e a aderirem aos valores consagrados no Mecanismo de Implementação;

11. *Decide* que todos os Estados-Membros, por um período inicial de um ano a partir da data da adoção desta resolução, devem congelar imediatamente quaisquer fundos, outros ativos financeiros e recursos econômicos em seus territórios que sejam de propriedade ou controlados, direta ou indiretamente, por indivíduos ou entidades designados pelo Comitê estabelecido pelo parágrafo 19 abaixo, ou por indivíduos ou entidades agindo em seu nome ou a seu mando, ou por entidades de propriedade ou controladas por eles, e *decide também* que todos os Estados-Membros devem garantir que quaisquer fundos, ativos financeiros ou recursos econômicos sejam impedidos de serem disponibilizados por seus nacionais ou por quaisquer indivíduos ou entidades dentro de seus territórios a indivíduos ou entidades designados pelo Comitê ou para o benefício destes;

12. *Decide* que as medidas impostas pelo parágrafo 11 acima não se aplicam a fundos, outros ativos financeiros ou recursos econômicos que tenham sido determinados por Estados-Membros pertinentes:

(a) Como necessários para despesas básicas, incluindo pagamentos de produtos alimentícios, aluguel ou hipoteca, medicamentos e tratamento médico, tributos, prêmios de seguro e tarifas de serviços públicos, ou exclusivamente para o pagamento de honorários profissionais em montante razoável e para reembolsos de despesas incorridas associadas à prestação de serviços jurídicos, de acordo com a legislação nacional, ou cobranças de taxas e serviços, de acordo com a legislação nacional, para a gestão de rotina ou manutenção de fundos congelados, outros ativos financeiros e recursos econômicos, depois de notificação pelo Estado pertinente para o Comitê da intenção de autorizar, quando apropriado, acesso a tais fundos, outros ativos financeiros ou recursos econômicos e na ausência de uma decisão negativa pelo Comitê no prazo de cinco dias úteis a contar da data de tal notificação;

(b) Como necessários para despesas extraordinárias, desde que tal determinação tenha sido notificada pelo Estado pertinente ou Estados-Membros ao Comitê e tenha sido por ele aprovada;

(c) Como objeto de uma garantia ou decisão judicial, administrativa ou arbitral, caso no qual os fundos, outros ativos financeiros e recursos econômicos podem ser utilizados para satisfazer tal garantia ou decisão, desde que a garantia ou decisão tenha sido anterior à data da presente resolução, não seja para o benefício de uma pessoa ou entidade designada pelo Comitê e tenha sido notificada pelo Estado ou Estados-Membros pertinentes ao Comitê;

13. *Decide* que os Estados-Membros podem permitir o crédito às contas congeladas, conforme os dispositivos do parágrafo 11 acima, de juros ou outros ganhos devidos àquelas contas ou de pagamentos devidos em virtude de contratos, acordos ou obrigações que surgiram antes da data na qual essas contas tornaram-se sujeitas aos dispositivos desta resolução, contanto que tais juros, outros ganhos e pagamentos continuem sujeitos a esses dispositivos e mantenham-se congelados;

14. *Decide* que as medidas do parágrafo 11 acima não impedirão uma pessoa ou entidade designada de efetuar pagamentos devidos em virtude de um contrato celebrado antes da listagem de tal pessoa ou entidade, desde que os Estados pertinentes tenham determinado que o pagamento não será recebido, direta ou indiretamente, por uma pessoa ou entidade designada conforme o parágrafo 11 acima, e depois de notificação ao Comitê pelos Estados pertinentes da intenção de efetuar ou receber tais pagamentos ou de autorizar, quando apropriado, o descongelamento de fundos, outros ativos financeiros ou recursos econômicos para esse propósito, 10 dias úteis antes de tal autorização;

Proibição de viagens

15. *Decide* que, por um período inicial de um ano a partir da data da adoção desta resolução, todos os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para proibir a entrada ou o trânsito através de seus territórios de indivíduos designados pelo Comitê estabelecido conforme o parágrafo 19 abaixo, desde que nada neste parágrafo obrigue um Estado a recusar que seus próprios nacionais entrem em seu território;

16. *Decide* que as medidas impostas pelo parágrafo 15 acima não se aplicarão:

(a) Quando o Comitê determinar, caso a caso, que tal viagem é justificada devido a necessidades humanitárias, inclusive obrigação religiosa;

(b) Quando a entrada ou trânsito for necessário para o cumprimento de um processo judicial;

(c) Quando o Comitê determinar, caso a caso, que uma exceção beneficiaria os objetivos da paz e reconciliação nacional no Iêmen; e

(d) Quando um Estado determinar, caso a caso, que tal entrada ou trânsito é necessário para avançar a paz e a estabilidade no Iêmen e os Estados subsequentemente notificarem o Comitê dentro de quarenta e oito horas após tal determinação;

Critérios de designação

17. *Decide* que as disposições dos parágrafos 11 e 15 aplicar-se-ão a indivíduos ou entidades designadas pelo Comitê como engajados em ou dando apoio a atos que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade do Iêmen;

18. *Sublinha* que tais atos, como descritos no parágrafo 17 acima, podem incluir, mas não estão limitados a:

(a) Obstruir ou prejudicar o êxito da transição política, conforme prevista na Iniciativa do CCG e no Acordo sobre o Mecanismo de Implementação;

(b) Impedir a implementação dos resultados do relatório final da Conferência do Diálogo Nacional amplo, por meio da violência ou de ataques à infraestrutura essencial; ou

(c) Planejar, dirigir ou cometer atos que violem as normas internacionais aplicáveis de direitos humanos ou de direito humanitário, ou atos que constituam abusos aos direitos humanos, no Iêmen;

Comitê de Sanções

19. *Decide* estabelecer, de acordo com a regra 28 de suas regras provisórias de procedimento, um Comitê do Conselho de Segurança composto por todos os membros do Conselho (doravante, "o Comitê") para empreender as seguintes tarefas:

(a) Monitorar a implementação das medidas impostas pelos parágrafos 11 e 15 acima, a fim de fortalecer, facilitar e melhorar a implementação dessas medidas pelos Estados-Membros;

(b) Buscar e revisar informações a respeito daqueles indivíduos e entidades que possam estar engajados nos atos descritos nos parágrafos 17 e 18 acima;

(c) Designar indivíduos e entidades sujeitos às medidas impostas nos parágrafos 11 e 15 acima;

(d) Estabelecer as diretrizes necessárias para facilitar a implementação das medidas impostas acima;

(e) Apresentar, dentro de 60 dias, um relatório ao Conselho de Segurança sobre o seu trabalho e, a partir de então, reportar ao Conselho conforme julgar necessário o Comitê;

(f) Encorajar o diálogo entre o Comitê e os Estados-Membros interessados, em particular aqueles na região, inclusive por meio de convite aos representantes de tais Estados para se reunirem com o Comitê a fim de discutir a implementação das medidas;

(g) Buscar de todos os Estados qualquer informação que possa julgar útil a respeito das ações tomadas por eles para implementar efetivamente as medidas impostas;

(h) Examinar e tomar as medidas apropriadas sobre as informações a respeito de alegadas violações ou descumprimento das medidas contidas nos parágrafos 11 e 15;

20. *Instrui* o Comitê a cooperar com outros Comitês de Sanções do Conselho de Segurança relevantes, em particular com o Comitê estabelecido pelas Resoluções 1267 (1999) e 1989 (2011) a respeito da Al-Qaeda e de Indivíduos e Entidades Associados;

Relatório

21. *Solicita* que o Secretário-Geral crie, por um período inicial de 13 meses, em consulta com o Comitê, efetuando os arranjos financeiros e de segurança necessários para apoiar o trabalho do Comitê, um grupo de até quatro peritos ("Painel de Peritos"), sob a direção do Comitê, para desempenhar as seguintes tarefas:

(a) Auxiliar o Comitê no desempenho de seu mandato conforme especificado nesta resolução, inclusive por meio do fornecimento ao Comitê, a qualquer tempo, de informações relevantes à potencial designação, em estágio mais avançado, de indivíduos e entidades que possam estar engajados nas atividades descritas nos parágrafos 17 e 18 acima;

(b) Reunir, examinar e analisar informações dos Estados, de órgãos relevantes das Nações Unidas, de organizações regionais e de outras partes interessadas a respeito da implementação das medidas decididas nesta resolução, em particular casos em que há prejuízo à transição política;

(c) Fornecer ao Conselho, após discussão com o Comitê, uma atualização até 25 de junho de 2014, um relatório provisório até 25 de setembro de 2014 e um relatório final até 25 de fevereiro de 2015; e

(d) Auxiliar o Comitê no aperfeiçoamento e atualização das informações da lista de indivíduos sujeitos às medidas impostas pelos parágrafos 11 e 15 desta resolução, inclusive por meio do fornecimento de informações de identificação e informações adicionais para o resumo narrativo dos motivos para a inclusão na lista, o qual é disponível ao público;

22. *Instrui* o Painel a cooperar com outros grupos de peritos relevantes estabelecidos pelo Conselho de Segurança para dar apoio ao trabalho de seus Comitês de Sanções, em particular a Equipe de Monitoramento de Sanções e Apoio Analítico estabelecida pela Resolução 1526 (2004);

23. *Insta* todas as partes e todos os Estados-Membros, assim como organizações internacionais, regionais e sub-regionais, a assegurar a cooperação com o Painel de Peritos e insta também todos os Estados-Membros envolvidos a garantir a segurança dos membros do Painel de Peritos e o acesso livre, em particular a pessoas, a documentos e a locais, de forma a que o Painel de Peritos execute seu mandato;

Compromisso de revisão

24. *Afirma* que deve manter a situação no Iêmen sob contínua revisão e que deve estar preparado para revisar a adequação das medidas contidas nesta resolução, inclusive o fortalecimento, modificação, suspensão ou abolição das medidas, conforme necessário, a qualquer tempo, em face dos desenvolvimentos;

Reforma econômica e assistência ao desenvolvimento para dar apoio à transição

25. *Conclama* doadores e organizações regionais a realizarem plenamente as doações prometidas, durante a conferência de Doadores de Riade, em setembro de 2012, para financiar as prioridades estabelecidas na Estrutura de Responsabilidade Mútua acordada em Riade; e encoraja os doadores com doações não realizadas a trabalharem em estreita colaboração com o Escritório Executivo de forma a identificar projetos prioritários de apoio, levando em consideração as condições de segurança no terreno;

26. *Enfatiza* a importância do Governo da Unidade Nacional tomar medidas para implementar as reformas políticas urgentes estabelecidas na Estrutura de Responsabilidade Mútua; e encoraja os doadores a fornecerem assistência técnica para ajudar a impulsionar essas reformas, inclusive por meio do Escritório Executivo;

27. *Expressa sua preocupação* com os sérios abusos aos direitos humanos e com a violência contra civis tanto nas províncias do Norte quanto nas do Sul, incluindo a província de Al-Dhalee, *insta* todas as partes envolvidas a porem fim aos conflitos e a cumprirem com suas obrigações em relação ao direito humanitário internacional e aos direitos humanos, e *sublinha* a necessidade de as partes tomarem todas as medidas necessárias para evitar vítimas civis, bem como para respeitar e proteger a população civil;

28. *Encoraja* a comunidade internacional a continuar a fornecer assistência humanitária ao Iêmen e *urge* o total financiamento do Plano de Resposta Estratégica de 2014 para o Iêmen e, a esse respeito, solicita que todas as partes no Iêmen facilitem acesso humanitário seguro e desimpedido para garantir a entrega de assistência a todas as populações necessitadas e *conclama* todas as partes a tomarem as medidas necessárias para garantir a segurança do pessoal humanitário, das Nações Unidas e de seu pessoal associado e seus ativos;

29. *Condena* o crescente número de ataques efetuados ou patrocinados pela Al?Qaida na Península Arábica, e expressa sua determinação em tratar dessa ameaça de acordo com a Carta das Nações Unidas e com o direito internacional, inclusive as normas aplicáveis de direitos humanos, de refugiados e de direito humanitário e, a esse respeito, por meio do regime de sanções a Al-Qaeda administrado pelo Comitê seguindo as Resoluções 1267 (1999) e 1989 (2011), e *reitera sua prontidão*, sob o regime acima mencionado, em punir outros indivíduos, grupos, empresas e entidades que não cortaram todos os laços com a Al-Qaeda e grupos associados;

30. *Urge* contínuo esforço nacional para tratar da ameaça imposta por todas as armas, inclusive armas explosivas, armas pequenas e armamento leve, para a estabilidade e segurança no Iêmen, por meio, entre outros, da garantia de gerenciamento, armazenamento e a segurança eficientes e seguros de seus estoques de armas pequenas e armamento leve e armas explosivas, e da coleta e/ou destruição de explosivos remanescentes de guerra e armas e munição excedentes, confiscados, não identificados ou ilícitos, e *sublinha também* a importância de incorporar tais elementos na reforma do setor de segurança;

31. *Reconhece* os sérios obstáculos econômicos, políticos e de segurança enfrentados pelos refugiados e por pessoas deslocadas internamente no Iêmen que desejem retornar a seus lares depois de anos de conflito e *apoia* e encoraja os esforços do Governo do Iêmen e da comunidade internacional para facilitar seu retorno;

Envolvimento das Nações Unidas

32. *Solicita* que o Secretário-Geral continue com seus bons ofícios, *nota* com apreço o trabalho do Conselheiro Especial, Jamal Benomar, *sublinha* a importância de uma coordenação estreita com parceiros internacionais, inclusive o CCG, o Grupo de Embaixadores e outros atores, a fim de contribuir para uma transição bem sucedida e, a esse respeito, *solicita também* que o Secretário-Geral continue a coordenar a assistência da comunidade internacional em apoio à transição;

33. *Solicita* que o Secretário-Geral continue a informar sobre os desenvolvimentos no Iêmen, inclusive sobre a implementação do resultado da Conferência do Diálogo Nacional amplo a cada 60 dias;

34. *Decide* continuar ocupando-se ativamente da questão.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECRETO Nº 8.352, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução nº 1546 (2004), de 8 de junho de 2004, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que modifica o embargo de armas aplicável ao Iraque, e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o art. 25 da Carta das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, e

Considerando a adoção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 8 de junho de 2004, da Resolução nº 1546 (2004), que modifica o embargo de armas aplicável ao Iraque,

D E C R E T A :

Art. 1º A Resolução nº 1546 (2004), adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 8 de junho de 2004, anexa a este Decreto, será executada e cumprida integralmente em seus termos.

Art. 2º O Decreto nº 4.775, de 9 de julho de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 99.441, de 7 de agosto de 1990; e

II - o Decreto não numerado de 5 de maio de 1997 que dispõe sobre a autorização de importação limitada e condicional de petróleo iraquiano, bem como de exportação para o Iraque de itens de ajuda humanitária, peças e equipamentos para o oleoduto de Kirkuk-Yumurtalik, conforme determinado pela Resolução nº 986 (1995) do Conselho de Segurança das Nações Unidas." (NR)

Art. 3º Fica restaurada a vigência do Decreto não numerado de 21 de maio de 1991 que dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução nº 687 (1991) do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos

RESOLUÇÃO 1546 (2004)

Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 4987ª Sessão, realizada em 8 de junho de 2004

O Conselho de Segurança,

Acolhendo com satisfação o início de uma nova fase da transição do Iraque rumo a um governo democraticamente eleito e*expressando sua expectativa* pelo fim da ocupação e a assunção de plena responsabilidade e autoridade por um Governo Provisório do Iraque totalmente soberano e independente até 30 de junho de 2004,

Recordando todas as suas resoluções anteriores relativas ao Iraque,

Reafirmando a independência, soberania, unidade e integridade territorial do Iraque,

Reafirmando também o direito do povo iraquiano de determinar livremente seu próprio futuro político e controlar seus próprios recursos naturais,

Reconhecendo a importância de apoio internacional, particularmente de países da região, vizinhos do Iraque e organizações regionais, ao povo do Iraque em seus esforços para alcançar segurança e prosperidade, e *notando* que a bem-sucedida implementação dessa resolução contribuirá para a estabilidade regional,

Acolhendo com satisfação os esforços do Conselheiro Especial do Secretário-Geral em prestar assistência ao povo iraquiano na formação do Governo Provisório do Iraque, conforme indicado na carta do Secretário-Geral de 7 de junho de 2004 (S/2004/461),

Tomando nota da dissolução do Conselho de Governo do Iraque e *acolhendo com satisfação* o progresso feito na implementação dos preparativos para a transição política do Iraque mencionada na Resolução 1511 (2003) de 16 de outubro de 2003,

Acolhendo com satisfação o compromisso do Governo Provisório do Iraque de trabalhar para um Iraque federal, democrático, pluralista e unificado, onde haja respeito pleno pelos direitos humanos e políticos,

Sublinhando a necessidade de que todas as partes respeitem e protejam o patrimônio arqueológico, histórico, cultural e religioso do Iraque,

Afirmando a importância do Estado de Direito, da reconciliação nacional, do respeito pelos direitos humanos, inclusive os direitos das mulheres, das liberdades fundamentais e da democracia, inclusive eleições livres e justas,

Recordando o estabelecimento da Missão das Nações Unidas de Assistência ao Iraque (UNAMI), em 14 de agosto de 2003 e *afirmando* que as Nações Unidas devem desempenhar um papel de liderança na assistência ao povo e ao governo iraquiano na formação de instituições de governo representativo,

Reconhecendo que o apoio internacional para a restauração da estabilidade e da segurança é essencial para o bem-estar do povo do Iraque, assim como para a capacidade de todos os envolvidos em realizar seu trabalho em nome do povo do Iraque e *acolhendo com satisfação* as contribuições dos Estados-membros para esse propósito sob a forma da Resolução 1483 (2003) de 22 de maio de 2003 e da Resolução 1511 (2003),

Recordando o relatório fornecido pelos Estados Unidos ao Conselho de Segurança, em 16 de abril de 2004, sobre os esforços e progressos da força multinacional,

Reconhecendo o pedido contido na carta de 5 de junho de 2004 do Primeiro-Ministro do Governo Provisório do Iraque ao Presidente do Conselho, a qual está anexada a esta resolução, para manter a presença da força multinacional,

Reconhecendo também a importância do consentimento do Governo soberano do Iraque à presença da força multinacional e da estreita coordenação entre esta e aquele governo,

Acolhendo com satisfação a disposição da força multinacional em manter os esforços para contribuir com a manutenção da segurança e estabilidade no Iraque em apoio à transição política, especialmente no que tange às próximas eleições, e em propiciar segurança para a presença das Nações Unidas no Iraque, conforme descrito na carta de 5 de junho de 2004 do Secretário de Estado dos Estados Unidos ao Presidente do Conselho, a qual está anexada a esta resolução,

Notando o compromisso de todas as forças que promovem a manutenção da segurança e estabilidade no Iraque de agir em conformidade com o direito internacional, inclusive com as obrigações decorrentes do direito internacional humanitário, e de cooperar com as organizações internacionais relevantes,

Afirmando a importância da assistência internacional na reconstrução e desenvolvimento da economia do Iraque,

Reconhecendo os benefícios para o Iraque das imunidades e privilégios desfrutados pelas receitas do petróleo iraquiano e pelo Fundo de Desenvolvimento do Iraque e *notando* a importância de que sejam mantidos os desembolsos de tal Fundo por parte do Governo Provisório do Iraque e seus sucessores após a dissolução da Autoridade Provisória da Coalizão,

Determinando que a situação no Iraque permanece sendo uma ameaça à paz e à segurança internacionais,

Atuando ao amparo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas,

1. *Endossa* a formação de um Governo Provisório do Iraque soberano, como apresentado em 1 de junho de 2004, que assumirá plena responsabilidade e autoridade pelo Governo do Iraque até 30 de junho de 2004, abstendo-se de tomar quaisquer medidas que afetem o destino do Iraque para além do período transitório limitado até que um Governo de Transição do Iraque eleito assuma sua função conforme previsto no parágrafo quarto abaixo;

2. *Acolhe com satisfação* que, também até 30 de junho de 2004, a ocupação terminará, e a Autoridade Provisória da Coalização deixará de existir, e o Iraque reafirmará sua plena soberania;

3. *Reafirma* o direito do povo iraquiano de determinar livremente seu próprio futuro político e exercer plena autoridade e controle sobre seus recursos naturais e financeiros;

4. *Endossa* o calendário proposto para a transição política do Iraque rumo a um governo democrático, incluindo:

(a) a formação do Governo Provisório do Iraque soberano, que, até 30 de junho de 2004, assumirá as responsabilidades de governo e exercerá autoridade pública;

(b) a convocação de uma conferência nacional que reflita a diversidade da sociedade iraquiana; e

(c) a realização de eleições democráticas diretas, se possível até 31 de dezembro 2004, mas em nenhum caso depois de 31 de janeiro de 2005, para uma Assembleia Nacional de Transição, que terá, entre outras funções, a responsabilidade de formar um Governo de Transição do Iraque e de elaborar uma Constituição permanente para o Iraque que conduza a um Governo constitucionalmente eleito até 31 de dezembro de 2005;

5. *Convida* o Governo do Iraque a refletir sobre como a convocação de uma reunião internacional poderia auxiliar o processo acima e *nota* que a acolheria com satisfação, com vistas a apoiar a transição política e a recuperação do Iraque, em benefício do povo iraquiano e em favor da estabilidade na região;

6. *Conclama*todos os iraquianos a implementar tais medidas, pacífica e integralmente, e todos os Estados e organizações relevantes a apoiar tal implementação;

7. *Decide* que, ao implementar seus mandatos de auxílio ao povo iraquiano e ao Governo, tanto quanto permitirem as circunstâncias, o Representante Especial do Secretário-Geral e a Missão das Nações Unidas de Assistência ao Iraque (UNAMI), conforme solicite o Governo do Iraque, deverão:

(a) desempenhar um papel de liderança para:

(i) auxiliar na convocação, durante o mês de julho de 2004, de uma conferência nacional para selecionar um Conselho Consultivo;

(ii) aconselhar e apoiar a Comissão Eleitoral Independente do Iraque, bem como o Governo Provisório do Iraque e a Assembleia Nacional de Transição na realização de eleições;

(iii) promover o diálogo nacional e a construção de consenso na elaboração de uma Constituição nacional pelo povo do Iraque;

(b) e também:

(i) aconselhar o Governo do Iraque no desenvolvimento de serviços civis e sociais eficazes;

(ii) contribuir para a coordenação e realização da reconstrução, desenvolvimento e assistência humanitária;

(iii) promover a proteção dos direitos humanos, a reconciliação nacional e a reforma judicial e legal, a fim de fortalecer o Estado de Direito no Iraque; e

(iv) aconselhar e ajudar o Governo do Iraque no planejamento inicial para a eventual realização de um censo amplo;

8. *Acolhe com satisfação* os esforços em curso por parte do novo Governo Provisório do Iraque para desenvolver as forças de segurança iraquianas, inclusive as Forças Armadas iraquianas (doravante referida como "forças de segurança iraquianas"), que operarão sob a autoridade do Governo Provisório do Iraque e seus sucessores, desempenhando progressivamente um papel maior e, eventualmente, assumindo plena responsabilidade pela manutenção da segurança e da estabilidade no Iraque;

9. *Nota* que, tendo em consideração as cartas em anexas à presente resolução, a presença da força multinacional no Iraque deu-se a pedido do Governo Provisório do Iraque e, portanto, *reafirma* a autorização para a força multinacional, sob comando unificado, instituída pela Resolução 1511 (2003);

10. *Decide* que a força multinacional terá autoridade para tomar todas as medidas necessárias para contribuir com a manutenção da segurança e da estabilidade no Iraque, em consonância com as cartas anexas à presente resolução, as quais comunicam, *inter alia*, o pedido do Iraque pela continuação da presença da força multinacional e descrevem suas funções, inclusive por meio da prevenção e dissuasão do terrorismo, de modo que, *inter alia*, as Nações Unidas possam cumprir seu papel de assistência ao povo iraquiano, conforme descrito no parágrafo sétimo acima, e o povo iraquiano possa implementar livremente e sem intimidação o calendário e o programa para o processo político e beneficiar-se das atividades de reconstrução e reabilitação;

11. *Acolhe com satisfação*, a esse respeito, as cartas anexadas à presente resolução, declarando, *inter alia*, que preparativos estão sendo realizados para estabelecer uma parceria de segurança entre o Governo soberano do Iraque e a força multinacional e para assegurar a coordenação entre os dois, e *nota* também, a esse respeito, que as forças de segurança iraquianas subordinam-se aos ministros iraquianos pertinentes, que o Governo do Iraque tem autoridade para colocar as forças de segurança iraquianas à disposição da força multinacional para participarem de operações conjuntas, e que as estruturas de segurança descritas nas cartas servirão como instâncias para o Governo do Iraque e a força multinacional chegarem a um acordo sobre todas as questões fundamentais de políticas e de segurança, inclusive políticas relacionadas com operações ofensivas sensíveis, e assegurarão plena parceria entre as forças de segurança iraquianas e a força multinacional, por meio de estreita coordenação e consulta;

12. *Decide ainda* que o mandato da força multinacional deverá ser revisto a pedido do Governo do Iraque ou em doze meses, a partir da data da presente resolução, e que este mandato expirará após a conclusão do processo político estabelecido no parágrafo quarto acima, e *declara* que antecipará a revogação deste mandato, caso seja solicitado pelo Governo do Iraque;

13. *Nota* a intenção, estabelecida, na carta anexa, do Secretário de Estado dos Estados Unidos, de criar uma entidade distinta, sob o comando unificado da força multinacional, com a missão exclusiva de fornecer segurança para as Nações Unidas no Iraque; *reconhece* que a implementação de medidas para garantir a segurança dos funcionários do sistema das Nações Unidas que trabalham no Iraque exigiria recursos significativos; e *conclama* os Estados-membros e as organizações relevantes a fornecer esses recursos, inclusive contribuições para aquela entidade;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

14. *Reconhece* que a força multinacional também ajudará na capacitação das forças de segurança iraquianas e instituições, por meio de um programa de recrutamento, treinamento, equipamento, orientação e monitoramento;

15. *Solicita* aos Estados-membros e organizações internacionais e regionais a contribuírem com a força multinacional, inclusive com forças militares, conforme acordado com o Governo do Iraque, a fim de ajudar a suprir as necessidades do povo iraquiano em matéria de segurança e estabilidade, assistência humanitária e reconstrução, e de apoiar os esforços da UNAMI;

16. *Enfatiza* a importância da criação, no Iraque, de uma força policial, de um serviço de segurança de fronteiras e de um Serviço de Proteção de Instalações Físicas eficazes, sob o controle do Ministério do Interior do Iraque, e, no caso do Serviço de Proteção das Instalações Físicas, também de outros ministérios iraquianos, para a manutenção da lei, ordem e segurança, incluindo o combate ao terrorismo, e *solicita* aos Estados-membros e organizações internacionais que ajudem o Governo do Iraque na capacitação dessas instituições iraquianas;

17. *Condena* todos os atos de terrorismo no Iraque, *reafirma* as obrigações dos Estados-membros nos termos das Resoluções 1373 (2001), de 28 de setembro de 2001; 1267 (1999), de 15 de outubro de 1999; 1333 (2000), de 19 de dezembro de 2000; 1390 (2002), de 16 de Janeiro de 2002; 1455 (2003), de 17 de janeiro de 2003; 1526 (2004) de 30 de janeiro de 2004, com eventuais posteriores alterações, e outras obrigações internacionais relevantes, no que diz respeito, *inter alia*, às atividades terroristas dentro e fora do Iraque ou contra seus cidadãos e, particularmente, *reitera* seu apelo aos Estados-membros para impedir o trânsito de terroristas em direção ao Iraque ou procedente do Iraque, de armas para terroristas e o financiamento de apoio a terroristas, e *enfatiza novamente*a importância do fortalecimento da cooperação entre os países da região, especialmente os vizinhos do Iraque, a esse respeito;

18. *Reconhece* que o Governo Provisório do Iraque assumirá o papel principal na coordenação da assistência internacional ao Iraque;

19. *Acolhe com satisfação* os esforços realizados pelos Estados-membros e organizações internacionais, em resposta aos pedidos do Governo Provisório do Iraque, por assistência técnica e especializada enquanto o Iraque reconstrói sua capacidade administrativa;

20. *Reitera* seu pedido de que os Estados-membros, instituições financeiras internacionais e outras organizações fortaleçam seus esforços de ajuda ao povo do Iraque na reconstrução e desenvolvimento da economia iraquiana, inclusive pelo fornecimento de especialistas internacionais e dos recursos necessários por meio de um programa coordenado de assistência de doadores;

21. *Decide* que as proibições relacionadas à venda ou fornecimento ao Iraque de armas e material conexo ao amparo de resoluções anteriores não se aplicam às armas ou material conexo requerido pelo Governo do Iraque ou pela força multinacional para alcançar os propósitos desta resolução; *sublinha* a importância de que todos os Estados cumpram rigorosamente esses propósitos; *nota* a importância dos vizinhos do Iraque nesse sentido; e *conclama* o Governo do Iraque e a força multinacional a garantir que se disponha de procedimentos de implementação adequados;

22. *Nota* que nada no parágrafo anterior afeta as proibições ou obrigações dos Estados relativas aos itens especificados nos parágrafos 8 e 12 da Resolução 687 (1991), de 3 de abril de 1991, ou às atividades descritas no parágrafo 3 (f) da Resolução 707 (1991), de 15 de agosto de 1991; e*reafirma* a sua intenção de rever os mandatos da Comissão das Nações Unidas de Monitoramento, Verificação e Inspeção e da Agência Internacional de Energia Atômica;

23. *Conclama* os Estados-membros e as organizações internacionais a que atendam aos pedidos do Iraque de assistência a seus esforços para integrar veteranos e ex-membros de milícias iraquianos na sociedade iraquiana;

24. *Nota* que, após a dissolução da Autoridade Provisória da Coalizão, os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Iraque deverão ser desembolsados sob a direção do Governo do Iraque, e *decide* que o Fundo de Desenvolvimento do Iraque deverá ser utilizado, de forma transparente e equitativa, por meio do orçamento iraquiano, inclusive para saudar obrigações devidas pelo Fundo de Desenvolvimento do Iraque; que os arranjos para o depósito de receitas advindas da exportação de petróleo, seus derivados e gás natural, estabelecidos no parágrafo 20 da Resolução 1483 (2003), deverão seguir vigentes; que o Conselho Internacional de Assessoramento e Monitoramento deverá continuar suas atividades de monitoramento do Fundo de Desenvolvimento do Iraque e incluir como membro votante adicional um indivíduo devidamente qualificado, designado pelo Governo do Iraque; e que medidas adequadas deverão ser tomadas para a continuação dos depósitos das receitas referidos no parágrafo 21 da Resolução 1483 (2003);

25. *Decide ainda* que as disposições do parágrafo acima relacionadas ao depósito de receitas no Fundo de Desenvolvimento do Iraque e ao papel do IAMB (Conselho Internacional de Assessoramento e Monitoramento, na sigla em inglês) serão revistas a pedido do Governo de Transição do Iraque ou em doze meses a partir da data desta resolução, e expirarão com a conclusão do processo político estabelecido no parágrafo quarto acima;

26. *Decide* que, em conexão com a dissolução da Autoridade Provisória da Coalizão, o Governo Provisório do Iraque e seus sucessores assumirão os direitos, responsabilidades e obrigações relacionados com o Programa Petróleo por Alimentos que foram transferidos para a Autoridade, incluindo toda a responsabilidade operacional do Programa e quaisquer obrigações assumidas pela Autoridade, em conexão com tal responsabilidade, bem como a responsabilidade por assegurar confirmação autenticada independente de que os bens foram entregues; e *decide ainda* que, após um período de transição de 120 dias a partir da data de adoção desta resolução, o Governo Provisório do Iraque e seus sucessores assumirão a responsabilidade pela certificação da entrega de mercadorias sob contratos anteriormente priorizados, e que tal certificação deverá ser considerada como a autenticação independente exigida para a liberação dos recursos associados a esses contratos, efetuando as consultas apropriadas com vistas a garantir a boa execução desses arranjos;

27. *Decide ainda* que as disposições do parágrafo 22 da Resolução 1483 (2003) continuarão em vigor, com a ressalva de que os privilégios e imunidades previstos naquele parágrafo não se aplicarão em relação a nenhuma decisão final decorrente de obrigação contratual contraída pelo Iraque depois de 30 de junho de 2004;

28. *Acolhe com satisfação* os compromissos assumidos por vários credores, incluindo o Clube de Paris, de identificar formas de reduzir substancialmente a dívida soberana do Iraque, *conclama* os Estados-membros, bem como organizações internacionais e regionais, a apoiar o esforço de reconstrução do Iraque, *insta* as instituições financeiras internacionais e doadores bilaterais a tomar as medidas imediatas necessárias para fornecer ao Iraque sua gama completa de empréstimos e outras formas de assistência e arranjos financeiros, *reconhece* que o Governo Provisório do Iraque terá autoridade para concluir e aplicar esses acordos e outros arranjos, conforme o necessário nesse sentido, e *solicita* a credores, instituições e doadores que trabalhem prioritariamente nessas questões juntamente com o Governo Provisório do Iraque e seus sucessores;

29. *Recorda* as obrigações permanentes dos Estados-membros de bloquear e transferir certos fundos, ativos e recursos econômicos para o Fundo de Desenvolvimento do Iraque, em consonância com os parágrafos 19 e 23 da Resolução 1483 (2003) e com a Resolução 1518 (2003), de 24 de novembro de 2003;

30. *Solicita* ao Secretário-Geral que informe o Conselho, no prazo de três meses a contar da data da presente resolução, sobre as operações da UNAMI no Iraque, e, trimestralmente, a partir de então, sobre os progressos feitos em relação às eleições nacionais e ao cumprimento de todas as responsabilidades da UNAMI;

31. *Solicita* que os Estados Unidos, em nome da força multinacional, relatem ao Conselho, no prazo de três meses a contar da data da presente resolução, as atividades e progressos dessa força, e, trimestralmente, a partir de então;

32. *Decide* continuar ocupando-se ativamente da questão.

DECRETO Nº 8.353, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2118 (2013), de 27 de setembro de 2013, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que determina a proibição de aquisição de armas químicas, material correlato, bens e tecnologia ou assistência da República Árabe Síria por nacionais.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 25 da Carta das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, e

Considerando a adoção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas da Resolução 2118 (2013), de 27 de setembro de 2013, que determina a proibição de aquisição de armas químicas, material correlato, bens e tecnologia ou assistência da República Árabe Síria por nacionais;

D E C R E T A :

Art. 1º A Resolução 2118 (2013), adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 27 de setembro de 2013, anexa a este Decreto, será executada e cumprida integralmente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos

RESOLUÇÃO 2118 (2013)

Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 7038ª reunião, em 27 de setembro de 2013

O Conselho de Segurança,

Recordando as declarações de seu Presidente de 03 de agosto de 2011, 21 de março de 2012, 05 de abril de 2012, e suas Resoluções 1540 (2004), 2042 (2012) e 2043 (2012),

Reafirmando seu firme compromisso com a soberania, independência e integridade territorial da República Árabe Síria,

Reafirmando que a proliferação de armas químicas, bem como de seus vetores de lançamento, constitui uma ameaça à paz e segurança internacionais,

Recordando que a República Árabe Síria, em 22 de novembro de 1968, aderiu ao Protocolo Relativo à Proibição do Uso de Gases Asfixiantes, Tóxicos ou Similares e de Meios Bacteriológicos na Guerra, assinado em Genebra em 17 de junho de 1925,

Notando que, em 14 de setembro de 2013, a República Árabe Síria depositou, junto ao Secretário-Geral, instrumento de adesão à Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo (Convenção) e declarou que cumprirá suas disposições e as observará fielmente e sinceramente, aplicando a Convenção provisoriamente até sua entrada em vigor para a República Árabe Síria,

Acolhendo com satisfação o estabelecimento, pelo Secretário-Geral, da Missão das Nações Unidas para a Investigação das Alegações de Uso de Armas Químicas na República Árabe Síria (a Missão), de acordo com a Resolução 42/37 C (1987) da Assembleia Geral de 30 de novembro de 1987, e reafirmado pela Resolução 620 (1988), de 26 de agosto de 1988, e *expressando* apreço pelo trabalho da Missão,

Reconhecendo o relatório de 16 de setembro de 2013 (S/2013/553) da Missão, *ressaltando* a necessidade da Missão cumprir seu mandato e *enfatizando* que futuras alegações críveis da utilização de armas químicas na República Árabe Síria deverão ser investigadas,

Profundamente indignado com a utilização de armas químicas em 21 de agosto de 2013, em Rif Damasco, de acordo com as conclusões do relatório da Missão, *condenando* a matança de civis resultante do ataque, *afirmando* que o uso de armas químicas constitui uma grave violação do direito internacional, e *sublinhando* que os responsáveis por qualquer uso de armas químicas deverão ser responsabilizados,

Recordando a obrigação, nos termos da Resolução 1540 (2004), que todos os Estados deverão abster-se de prestar qualquer forma de apoio a atores não estatais que procurem desenvolver, adquirir, manufaturar, possuir, transportar, transferir ou utilizar armas de destruição em massa, inclusive armas químicas, e seus vetores de lançamento,

Acolhendo com satisfação o Acordo para Eliminação das Armas Químicas Sírias, datado de 14 de setembro de 2013, em Genebra, entre a Federação Russa e os Estados Unidos da América (S/2013/565), visando assegurar a destruição do programa de armas químicas da República Árabe Síria de forma mais rápida e mais segura, e *expressando* seu compromisso com o controle internacional imediato sobre as armas químicas e seus componentes na República Árabe Síria,

Acolhendo com satisfação a decisão do Conselho Executivo da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) de 27 de setembro de 2013, que estabelece procedimentos especiais para a rápida destruição das armas químicas da República Árabe Síria e para sua rigorosa verificação, e *expressando* sua determinação em assegurar a destruição do programa de armas químicas da República Árabe Síria de acordo com o cronograma contido na decisão do Conselho Executivo da OPAQ de 27 de setembro de 2013,

Sublinhando que a única solução para a atual crise na República Árabe Síria é por meio de um processo político inclusivo e liderado pelos sírios, baseado no Comunicado de Genebra de 30 de junho de 2012, e *enfatizando* a necessidade de convocar a conferência internacional sobre a Síria o mais rápido possí1vel,

Determinando que o uso de armas químicas na República Árabe Síria constitui uma ameaça à paz e segurança internacionais,

Ressaltando que os Estados Membros são obrigados a aceitar e a executar as decisões do Conselho, nos termos do Artigo 25 da Carta das Nações Unidas,

1. *Determina* que o uso de armas químicas em qualquer lugar constitui ameaça à paz e segurança internacionais;

2. *Condena* com veemência qualquer uso de armas químicas na República Árabe Síria, em particular o ataque em 21 de agosto de 2013, em violação do direito internacional;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. *Endossa* a decisão do Conselho Executivo da OPAQ de 27 de setembro de 2013, que contém procedimentos especiais para a destruição rápida do programa de armas químicas da República Árabe Síria e para sua verificação rigorosa e conclama sua plena execução da forma mais conveniente e mais segura;

4. *Decide* que a República Árabe Síria não deverá utilizar, desenvolver, produzir ou, de outra forma, adquirir, estocar ou conservar armas químicas, ou transferir, direta ou indiretamente, armas químicas para outros Estados ou atores não estatais;

5. *Sublinha* que nenhuma parte na Síria deverá utilizar, desenvolver, produzir, adquirir, armazenar, conservar ou transferir armas químicas;

6. *Decide* que a República Árabe Síria deverá cumprir todos os aspectos da decisão do Conselho Executivo da OPAQ de 27 setembro de 2013 (Anexo I).

7. *Decide* que a República Árabe Síria deverá cooperar plenamente com a OPAQ e as Nações Unidas, inclusive por meio do cumprimento de suas recomendações pertinentes, aceitando funcionários designados pela OPAQ ou pelas Nações Unidas, ao fornecer e garantir a segurança das atividades realizadas por esses funcionários, fornecendo a esses funcionários acesso imediato e irrestrito e o direito de fiscalizar, no exercício das suas funções, qualquer e todos os locais, e permitindo o acesso imediato e irrestrito a indivíduos que a OPAQ tenha fundamentos para acreditar ser de importância para o propósito do seu mandato, e *decide* que todas as partes na Síria deverão cooperar plenamente neste aspecto;

8. *Decide* autorizar uma equipe avançada de funcionários das Nações Unidas para prestar assistência inicial às atividades da OPAQ na Síria, *solicita* ao Diretor-Geral da OPAQ e ao Secretário-Geral a cooperar estreitamente na implementação da decisão do Conselho Executivo de 27 de setembro de 2013 e desta resolução, inclusive por meio de suas atividades operacionais no terreno e *solicita ainda* ao Secretário-Geral, em consulta com o Diretor-Geral da OPAQ e, quando apropriado, com o Diretor-Geral da Organização Mundial de Saúde, a apresentar ao Conselho, no prazo de 10 dias após a adoção desta resolução, recomendações sobre o papel das Nações Unidas na eliminação do programa de armas químicas da República Árabe Síria;

9. *Nota* que a República Árabe Síria é parte da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, *decide* que o pessoal designado pela OPAQ para atividades previstas na presente resolução ou na decisão do Conselho Executivo da OPAQ de 27 de setembro de 2013 deverá gozar de privilégios e imunidades constantes do Anexo de Verificação, Parte II (B) da Convenção sobre Armas Químicas, e *exorta* a República Árabe da Síria a celebrar modalidades de acordos com as Nações Unidas e a OPAQ;

10. *Encoraja* os Estados-Membros a oferecer apoio, inclusive de pessoal, conhecimentos técnicos, informações, equipamentos, recursos financeiros e outros tipos de recursos e de assistência, em coordenação com o Diretor-Geral da OPAQ e o Secretário-Geral, para permitir que a OPAQ e as Nações Unidas implementem a eliminação do programa de armas químicas da República Árabe Síria, e *decide* autorizar os Estados Membros a adquirir, controlar, transportar, transferir e destruir armas químicas identificadas pelo Diretor-Geral da OPAQ, em consonância com o objetivo da Convenção sobre Armas Químicas, para garantir a eliminação do programa de armas químicas da República Árabe Síria da maneira mais rápida e mais segura;

11. *Insta* todas as partes na Síria e Estados Membros interessados com capacidades relevantes para trabalhar em conjunto e com a OPAQ e as Nações Unidas para organizar a segurança da missão de monitoramento e destruição, reconhecendo a responsabilidade primária do governo sírio nesse aspecto;

12. *Decide* revisar em bases regulares a implementação da decisão do Conselho Executivo da OPAQ de 27 de setembro de 2013 e desta resolução na República Árabe da Síria, e *solicita* ao Diretor-Geral da OPAQ que informe ao Conselho de Segurança, por meio do Secretário-Geral, que deve incluir informações relevantes sobre as atividades das Nações Unidas relacionadas à implementação desta resolução, dentro de 30 dias e depois mensalmente, e *solicita* ainda que o Diretor-Geral da OPAQ e o Secretário-Geral informem, de forma coordenada, conforme necessário, ao Conselho de Segurança, o não cumprimento desta resolução ou da decisão do Conselho Executivo da OPAQ de 27 de setembro de 2013;

13. *Reafirma* sua disponibilidade para considerar prontamente quaisquer relatórios da OPAQ nos termos do Artigo VIII da Convenção sobre Armas Químicas, que prevê o encaminhamento de casos de não conformidade para o Conselho de Segurança das Nações Unidas;

14. *Decide* que os Estados Membros deverão informar imediatamente ao Conselho de Segurança qualquer violação da Resolução 1540 (2004), inclusive a aquisição por atores não estatais de armas químicas, seus vetores de lançamento e materiais relacionados, a fim de tomar as consequentes medidas necessárias;

15. *Expressa* sua forte convicção de que os indivíduos responsáveis pelo uso de armas químicas na República Árabe Síria deveriam ser responsabilizados;

16. *Endossa* plenamente o Comunicado de Genebra de 30 de junho de 2012 (Anexo II), que estabelece uma série de medidas-chave, começando com o estabelecimento de um órgão governamental de transição com plenos poderes executivos, que poderia incluir membros do governo atual e da oposição e de outros grupos e seria formado com base no consentimento mútuo;

17. *Conclama* a convocação, o mais breve possível, de uma conferência internacional sobre a Síria para implementar o Comunicado de Genebra, e *exorta* todas as partes sírias a se envolverem seriamente e de forma construtiva na Conferência de Genebra sobre a Síria, e *sublinha* que as partes deverão ser totalmente representativas do povo sírio e comprometidas com a implementação do Comunicado de Genebra e com a consecução da estabilidade e da reconciliação;

18. *Reafirma* que todos os Estados-Membros deverão abster-se de prestar qualquer forma de apoio a atores não estatais que procurem desenvolver, adquirir, manufaturar, possuir, transportar, transferir ou utilizar armas nucleares, químicas ou biológicas e seus vetores de lançamento, e *exorta* todos os Estados-Membros, em particular os Estados Membros vizinhos da República Árabe Síria, a denunciarem imediatamente ao Conselho de Segurança quaisquer violações deste parágrafo;

19. *Exige* que atores não estatais não desenvolvam, adquiram, manufaturem, possuam, transportem, transfiram ou utilizem armas nucleares, químicas ou biológicas e seus vetores de lançamento, e *exorta* todos os Estados-Membros, em particular os Estados-Membros vizinhos da República Árabe Síria, a denunciarem imediatamente ao Conselho de Segurança quaisquer ações incompatíveis com este parágrafo;

20. *Decide* que todos os Estados Membros deverão proibir a aquisição de armas químicas, equipamentos relacionados, bens e tecnologia ou assistência da República Árabe da Síria por seus cidadãos, ou utilizando navios ou aeronaves de bandeira nacional, originários ou não do território da República Árabe Síria;

21. *Decide*, em caso de não cumprimento desta resolução, inclusive a transferência não autorizada de armas químicas, ou qualquer uso de armas químicas por qualquer pessoa na República Árabe Síria, impor medidas ao amparo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas;

22. *Decide* continuar ocupando-se ativamente da questão.

ANEXO I

Decisão do Conselho Executivo da OPAQ

Decisão sobre a destruição de armas químicas da Síria

O Conselho Executivo,

Recordando que, após sua Trigésima Segunda Reunião, 27 de março de 2013, o Presidente do Conselho Executivo (doravante "o Conselho") emitiu uma declaração (EC-M-32/2/Rev. 1, de 27 de março de 2013) expressando "profunda preocupação de que armas químicas possam ter sido usadas na República Árabe Síria", e salientando que "o uso de armas químicas por qualquer pessoa em qualquer circunstância seria repreensível e completamente contrário às normas legais e aos padrões da comunidade internacional";

Recordando também que a Terceira Conferência de Revisão (RC-3/3*, 19 de abril de 2013) expressou "profunda preocupação de que armas químicas possam ter sido usadas na República Árabe Síria e salientou que o uso de armas químicas por qualquer pessoa em qualquer circunstância seria repreensível e completamente contrário às normas legais e aos padrões da comunidade internacional";

Notando o "Relatório sobre a Alegada Utilização de Armas Químicas na área de Ghouta de Damasco em 21 de agosto de 2013," S/2013/553 (S/2013/553 de 16 de setembro de 2013) elaborado pela Missão das Nações Unidas para Investigar as Alegações do Uso de Armas Químicas na República Árabe Síria, de 16 de setembro de 2013, que conclui que "armas químicas foram utilizadas no conflito entre as partes em curso na República Árabe Síria, também contra civis, inclusive crianças, em uma escala relativamente grande";

Condenando o uso de armas químicas nos mais fortes termos;

Acolhendo com satisfação o Acordo para a Eliminação das Armas Químicas Sírias, acordado entre os Estados Unidos e a Federação Russa em 14 de setembro 2013;

(EC-M-33/NAT.1, de 17 de setembro de 2013);

Notando também que, em 12 de setembro de 2013, em sua comunicação ao Secretário-Geral das Nações Unidas, a Síria informou sobre sua intenção de aplicar provisoriamente a Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo (doravante denominada "a Convenção");

Notando ainda que em 14 de setembro de 2013, a República Árabe Síria depositou junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas, seu instrumento de adesão à Convenção e declarou que cumprirá suas disposições e as observará fielmente e sinceramente, aplicando a Convenção provisoriamente até sua entrada em vigor para a República Árabe Síria, o que foi notificado a todos os Estados Partes pelo depositário na mesma data (C.N.592.2013.TREATIES-XXVI.3), e levando em conta que o depositário não recebeu nenhuma comunicação em contrário dos Estados Partes no que diz respeito a esta declaração;

Notando ainda que a Convenção entrará em vigor para a República Árabe Síria em 14 de outubro de 2013;

Reconhecendo o caráter extraordinário da situação imposta pelas armas químicas sírias e determinado a garantir que as atividades necessárias para a destruição do programa de armas químicas sírias comecem imediatamente pendente a entrada formal em vigor da Convenção no que diz respeito à República Árabe Síria, e que sejam conduzidas da forma mais rápida e segura;

Reconhecendo também o convite do Governo da República Árabe Síria para receber imediatamente uma delegação técnica da OPAQ e para cooperar com a OPAQ de acordo com a aplicação provisória da Convenção antes da sua entrada em vigor na República Árabe Síria, e notando a designação de sua Autoridade Nacional pela República Árabe Síria ào Secretariado Técnico (doravante denominado "Secretariado");

Enfatizando que a aplicação provisória da Convenção dá efeito imediato às suas disposições com relação à República Árabe Síria;

Notando ainda que a República Árabe Síria apresentou, em 19 de setembro de 2013, informações detalhadas, inclusive nomes, tipos e quantidades de seus agentes de armas químicas, tipos de munições e localização e forma de armazenamento, produção e instalações de pesquisa e desenvolvimento;

Notando ainda que, nos termos do Parágrafo 36 do Artigo VIII da Convenção, o Conselho, após consideração de dúvidas ou preocupações sobre o cumprimento e casos de não cumprimento, deverá, em casos de especial gravidade e urgência, trazer a questão ou assunto, inclusive informações e conclusões relevantes, diretamente à atenção da Assembleia Geral das Nações Unidas e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas;

Considerando o Acordo sobre a Relação entre as Nações Unidas e a Organização para a Proibição de Armas Químicas de 17 de outubro de 2000;

Exortando fortemente todos os Estados restantes que não são Partes da Convenção a ratificar ou aderir à mesma como uma questão de urgência e sem condições prévias, no interesse de reforçar a sua própria segurança nacional bem como de contribuir para a paz e segurança global; e

Recordando que, nos termos do parágrafo 8 do Artigo IV e do parágrafo 10 do Artigo V da Convenção, um Estado que tenha aderido à Convenção após 2007 deverá destruir suas armas químicas e suas instalações de produção de armas químicas o mais rapidamente possível, e que o Conselho determinará a "ordem e os procedimentos para verificação rigorosa" dessa destruição;

Por meio deste:

1. Decide que a Síria deverá:

(a) o mais tardar 7 dias após a adoção da presente decisão, submeter ao Secretariado mais informações, para suplementar as informações fornecidas em 19 de setembro de 2013 sobre as armas químicas, como definido no parágrafo 1 do Artigo II da Convenção, que a Síria detém ou possui, ou tem sob sua jurisdição ou controle, em particular:

(i) o nome químico e o designação militar de cada produto químico em seu arsenal de armas químicas, inclusive precursores e toxinas e suas respectivas quantidades;

(ii) o tipo específico de munições, sub-munições e dispositivos em seu arsenal de armas químicas, inclusive as quantidades específicas de cada tipo, com carga ou sem; e

(iii) a localização de todas suas armas químicas, instalações de armazenamento de armas químicas, instalações de produção de armas químicas, inclusive instalações para mistura e carga e instalações de pesquisa e desenvolvimento de armas químicas, fornecendo as coordenadas geográficas específicas;

(b) o mais tardar 30 dias após a aprovação da presente decisão, apresentar ao Secretariado a declaração exigida pelo Artigo III da Convenção;

(c) completar a eliminação de todos os materiais e equipamentos de armas químicas no primeiro semestre de 2014, sujeito às exigências detalhadas, inclusive a destruição de marcos intermediários, a serem decididas pelo Conselho, o mais tardar até 15 de novembro de 2013;

(d) concluir o mais rapidamente possível e, em qualquer caso, o mais tardar em 1º de novembro de 2013, a destruição da produção de armas químicas e dos equipamentos de mistura e carga;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(e) cooperar plenamente com todos os aspectos da implementação desta decisão, inclusive concedendo ao pessoal da OPAQ o direito imediato e irrestrito de inspecionar todos e quaisquer locais na República Árabe Síria;

(f) designar um funcionário como o principal ponto de contato para o Secretariado e dar-lhe a autoridade necessária para garantir que esta decisão seja totalmente implementada.

2. Decide ainda que o Secretariado deverá:

(a) disponibilizar a todos os Estados Partes, dentro de cinco dias após o seu recebimento, qualquer informação ou declaração referente à presente decisão, que deve ser tratada de acordo com o anexo da Convenção para a Proteção das Informações Confidenciais;

(b) o mais rapidamente possível e, em qualquer caso, o mais tardar em 1º de outubro de 2013, iniciar inspeções na República Árabe Síria em conformidade com esta decisão;

(c) inspecionar, o mais tardar 30 dias após a aprovação da presente decisão, todas as instalações constantes da lista referida no parágrafo 1 (a) acima;

(d) inspecionar o mais rápido possível qualquer outro local identificado por um Estado Parte como tendo relação com o programa de armas químicas da Síria, a não ser se tal inspeção seja considerada injustificada pelo Diretor-Geral, ou se o assunto for solucionado por meio de processo de consultas e cooperação;

(e) ser autorizado a contratar, em curto prazo, inspetores qualificados e outros especialistas técnicos e recontratar, em bases temporárias, inspetores, outros especialistas técnicos, bem como outros funcionários que possam ser necessários, cujo tempo de serviço expirou recentemente, a fim de garantir a execução eficiente e eficaz da presente decisão, de acordo com o parágrafo 44 do Artigo VIII da Convenção; e

(f) informar ao Conselho mensalmente sobre a implementação desta decisão, inclusive os progressos alcançados pela República Árabe Síria no cumprimento dos requisitos da presente decisão e da Convenção, as atividades realizadas pelo Secretariado com relação à República Árabe Síria e necessidades de quaisquer recursos suplementares, particularmente recursos técnicos e de pessoal.

3. Decide, ainda:

(a) considerar, em caráter de urgência, os mecanismos de financiamento para as atividades realizadas pelo Secretariado com relação à República Árabe Síria, e apela a todos os Estados Partes em posição de fazê-lo que prestem contribuições voluntárias para as atividades realizadas na implementação desta decisão;

(b) reunir-se dentro de 24 horas caso o Diretor-Geral relate atraso pela República Árabe Síria no cumprimento dos requisitos da presente decisão ou da Convenção, inclusive, inter alia, os casos referidos no Parágrafo 7 da Parte II do Anexo da Convenção sobre Implementação e Verificação, ou falta de cooperação na República Árabe Síria ou outro problema que tenha surgido em relação à execução da presente decisão e, nessa reunião, considerar a possibilidade de levar o assunto, inclusive informações e conclusões relevantes, à atenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em conformidade com o parágrafo 36 do Artigo VIII da Convenção;

(c) continuar ocupando-se da questão e

(d) reconhecer que esta decisão é tomada devido ao caráter extraordinário da situação imposta pelas armas químicas da Síria e que não cria qualquer precedente para o futuro.

ANEXO II

Comunicado Final do Grupo de Ação para a Síria 30 de junho de 2012

1. Em 30 de junho de 2012, os Secretários-Gerais das Nações Unidas e da Liga dos Estados Árabes, os Ministros de Relações Exteriores da China, França, Federação Russa, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, os Estados Unidos da América, Turquia, Iraque (Presidente da Cúpula da Liga dos Estados Árabes), Kuwait (Presidente do Conselho dos Ministros de Relações Exteriores da Liga dos Estados Árabes) e Catar (Presidente da Comissão Árabe de Acompanhamento da Síria da Liga dos Estados Árabes) e a Alta Representante da União Europeia para Assuntos Exteriores e para a Política de Segurança reuniram-se no Escritório das Nações Unidas em Genebra, como o Grupo de Ação para a Síria, presidido pelo Enviado Especial Conjunto para a Síria das Nações Unidas e da Liga dos Estados Árabes.

2. Os membros do Grupo de Ação se reuniram devido à situação alarmante na República Árabe Síria. Eles condenam veementemente a matança contínua e crescente, a destruição e os abusos dos direitos humanos. Eles estão profundamente preocupados com o fracasso em proteger civis, a intensificação da violência, o potencial de conflito ainda mais profundo no país e as dimensões regionais do problema. A inaceitável natureza e magnitude da crise exigem uma posição comum e uma ação internacional conjunta.

3. Os membros do Grupo de Ação estão comprometidos com a soberania, independência, unidade nacional e integridade territorial da República Árabe Síria. Eles estão determinados a trabalhar com urgência e de forma intensiva para trazer um fim à violência e aos abusos aos direitos humanos e para facilitar o lançamento de um processo político liderado pelos sírios, levando a uma transição que atenda às aspirações legítimas do povo sírio e que lhes permita determinar o seu próprio futuro de forma independente e democrática.

4. A fim de assegurar esses objetivos comuns, os membros do Grupo de Ação (a) identificaram etapas e medidas tomadas pelas partes para garantir a plena aplicação do plano de seis pontos e das Resoluções 2042 (2012) e 2043 (2012) do Conselho de Segurança, inclusive a cessação imediata da violência em todas as suas formas; (b) concordaram com princípios e diretrizes para uma transição política que atenda às aspirações legítimas do povo sírio e; (c) concordaram com ações que levariam à implementação dos objetivos em apoio aos esforços do Enviado Especial Conjunto para facilitar um processo político liderado pelos sírios. Eles estão convencidos de que isso pode incentivar e apoiar o progresso no terreno e ajudará a facilitar e a apoiar uma transição liderada pelos sírios.

Medidas e etapas identificadas pelas partes para garantir a plena implementação do plano de seis pontos e das Resoluções do Conselho de Segurança 2042 (2012) e 2043 (2012), inclusive a cessação imediata da violência em todas as suas formas

5. As partes deverão implementar integralmente o plano de seis pontos e as Resoluções 2042 (2012) e 2043 (2012) do Conselho de Segurança. Para este fim:

(a) Todas as partes deverão comprometer-se à cessação sustentada da violência armada em todas as suas formas e à implementação imediata do plano de seis pontos e sem esperar por ações de outros. O Governo e os grupos armados de oposição deverão cooperar com a Missão das Nações Unidas de Supervisão na República Árabe Síria (UNSMIS), visando promover a implementação do plano de acordo com o mandato da Missão;

(b) A cessação da violência armada deverá ser mantida, com ações imediatas, críveis e visíveis por parte do Governo da República Árabe Síria para implementar os outros itens do plano de seis pontos, inclusive:

(i) Intensificação do ritmo e da escala da libertação de pessoas detidas arbitrariamente, inclusive categorias especialmente vulneráveis de pessoas, e pessoas envolvidas em atividades políticas pacíficas; a disponibilização, sem demora e por meio dos canais apropriados, de uma lista de todos os lugares em que essas pessoas estão sendo detidas; a organização imediata de acesso a esses locais e; a disposição, por meio dos canais apropriados, de respostas rápidas a todas as solicitações escritas de informação, acesso ou libertação relativas a tais pessoas;

(ii) Garantia aos jornalistas da liberdade de circulação pelo país e de uma política de vistos não discriminatória;

(iii) Respeito à liberdade de associação e ao direito de se manifestar pacificamente, de acordo com as garantias jurídicas;

(c) Em todas as circunstâncias, todas as partes deverão mostrar o pleno respeito à segurança e proteção da UNSMIS e cooperar plenamente e facilitar a Missão em todos os aspectos;

(d) Em todas as circunstâncias, o Governo deverá permitir acesso humanitário imediato e completo das organizações humanitárias a todas as áreas afetadas pelos combates. O Governo e todos as partes deberão permitir a evacuação dos feridos, e todos os civis que queiram partir deverão estar habilitados a fazê-lo. Todas as partes deverão respeitar plenamente suas obrigações perante o direito internacional, inclusive em relação à proteção de civis.

Princípios e diretrizes acordados para a transição liderada pela Síria

6. Os membros do Grupo de Ação concordaram quanto aos princípios e diretrizes para uma transição liderada pelos sírios, definidos a seguir.

7. Qualquer acordo político deverá fornecer ao povo da República Árabe Síria uma transição que:

(a) Ofereça uma perspectiva para o futuro que poderá ser compartilhada por todos na República Árabe Síria;

(b) Estabeleça medidas claras de acordo com um cronograma fixo para a realização dessa perspectiva;

(c) Possa ser implementado em um clima de segurança para todos e de estabilidade e calma;

(d) Seja atingido rapidamente, sem mais derramamento de sangue e violência e que seja crível.

8. **Perspectiva para o futuro**. As aspirações do povo da República Árabe Síria têm sido claramente expressas pela ampla gama de sírios consultados. Há um desejo prevalescente de um Estado que:

(a) seja genuinamente democrático e pluralista, dando espaço para que atores políticos estabelecidos e emergentes compitam com justiça e igualdade nas eleições. Isso também significa que o compromisso com a democracia multipartidária deverá ser duradouro, indo além de uma rodada inicial de eleições;

(b) cumpra as normas internacionais de direitos humanos, a independência do poder judiciário, a prestação de contas dos governantes e o Estado de Direito. Não é suficiente apenas enunciar tal compromisso. Mecanismos deverão existir para que as pessoas tenham garantia de que estes compromissos serão mantidos por aqueles que têm autoridade;

(c) Ofereça igualdade de oportunidades e chances para todos. Não há espaço para o sectarismo ou discriminação por razões étnicas, religiosas, linguísticas ou qualquer outra. Comunidades numericamente menores deverão ser assegurados que seus direitos serão respeitados.

9. **Etapas claras de transição.** O conflito na República Árabe Síria só terminará quando todos os lados estiverem certos de que existe uma forma pacífica para um futuro comum para todos no país. Portanto, é essencial que qualquer acordo preveja medidas claras e irreversíveis para a transição, de acordo com um intervalo de tempo fixo. As etapas-chave em qualquer transição incluem:

(a) O estabelecimento de um órgão governamental de transição que poderá estabelecer um ambiente neutro em que a transição poderá ocorrer, com o órgão governamental de transição exercendo plenos poderes executivos. O órgão poderá incluir membros do governo atual e da oposição e de outros grupos e deverá ser formado com base no consentimento mútuo;

(b) Cabe ao povo sírio determinar o futuro do país. Todos os grupos e segmentos da sociedade na República Árabe Síria deverão estar habilitados a participar de um processo de diálogo nacional. Esse processo deverá ser não só inclusivo, mas também significativo. Em outras palavras, os seus principais resultados deverão ser implementados;

(c) Com base nisso, uma revisão da ordem constitucional e do sistema judiciário poderá ocorrer. O resultado da elaboração constitucional estaria sujeito à aprovação popular;

(d) Após a criação da nova ordem constitucional, será necessário preparar e conduzir eleições multipartidárias livres e justas para as novas instituições e escritórios que forem estabelecidos;

(e) As mulheres deverão ser plenamente representadas em todos os aspectos da transição.

10. **Segurança, estabilidade e calma.** Qualquer transição envolve mudanças. No entanto, é essencial assegurar que a transição possa ser implementada de maneira a garantir a segurança de todos numa atmosfera de estabilidade e calma. Isso exige:

(a) Consolidação de calma plena e estabilidade. Todas as partes deverão cooperar com o órgão governamental de transição para garantir a cessação definitiva da violência. Isso inclui a finalização de retiradas e a abordagem da questão do desarmamento, desmobilização e reintegração de grupos armados;

(b) Medidas eficazes para assegurar que grupos vulneráveis sejam protegidos e que sejam tomadas medidas imediatas para enfrentar questões humanitários em áreas de necessidade. É também necessário assegurar que a libertação dos detidos seja concluída rapidamente;

(c) Continuidade das instituições governamentais e de pessoal qualificado. Os serviços públicos deverão ser preservados ou restaurados. Isso inclui as forças militares e os serviços de segurança. No entanto, todas as instituições governamentais, inclusive os serviços de inteligência, devem atuar de acordo com os padrões profissionais e de direitos humanos e devem operar sob uma liderança que inspire a confiança pública, sob o controle do órgão governamental de transição;

(d) Compromisso com a prestação de contas e com a reconciliação nacional. A responsabilização por atos cometidos durante o atual conflito deverá ser abordada. Além disso, também é necessário um pacote abrangente de justiça de transição, inclusive compensação ou reabilitação para as vítimas do conflito atual, passos em direção à reconciliação e perdão nacional.

11. **Passos rápidos para chegar a um acordo político crível.** Cabe à população da República Árabe Síria chegar a um acordo político, mas o tempo está se esgotando. É evidente que:

(a) A soberania, independência, unidade e integridade territorial da República Árabe Síria deverão ser respeitadas;

(b) O conflito deverá ser resolvido somente por meio do diálogo e da negociação pacíficos. Condições conducentes a uma solução política deverão ser colocadas em prática agora;

(c) Deverá haver um fim ao derramamento de sangue. Todas as partes deverão se comprometer genuinamente com o plano de seis pontos. Isto deverá incluir a cessação da violência armada em todas as suas formas e ações imediatas, críveis e visíveis para implementar os pontos 2 a 6 do plano de seis pontos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(d) Todas as partes deverão agora envolver-se genuinamente com o Enviado Especial Conjunto. As partes deverão estar preparadas a apresentar interlocutores eficazes para trabalhar rapidamente em direção a um acordo liderado pelos sírios que atenda às aspirações legítimas da população. O processo deverá ser totalmente inclusivo, a fim de garantir que os pontos de vista de todos os segmentos da sociedade síria sejam ouvidos na definição do acordo político para a transição;

(e) A comunidade internacional organizada, inclusive os membros do Grupo de Ação, está pronta para oferecer apoio significativo para a implementação de um acordo alcançado pelas partes. Isso pode incluir a presença de assistência internacional sob mandato das Nações Unidas, caso solicitado. Recursos significativos estarão disponíveis para apoiar a reconstrução e a reabilitação.

Ações acordadas

12. As ações acordadas que os membros do Grupo terão que tomar para implementar o acima mencionado em apoio aos esforços do Enviado Especial Conjunto para facilitar um processo político liderado pelos sírios são as seguintes:

(a) Os membros do Grupo de Ação se envolverão, caso apropriado, e aplicarão pressão conjunta e sustentada sobre as partes na República Árabe Síria para tomar as medidas e as etapas descritas no Parágrafo 5 acima;

(b) Os membros do Grupo de Ação se opõem a qualquer maior militarização do conflito;

(c) Os membros do Grupo de Ação enfatizam para o Governo da República Árabe Síria a importância da nomeação de um interlocutor efetivo e com poderes, quando solicitado pelo Enviado Especial Conjunto para fazê-lo, para trabalhar tendo por base o plano de seis pontos e o presente comunicado;

(d) Os membros do Grupo de Ação exortam a oposição a aumentar a coesão e a estar em uma posição de garantir interlocutores representativos eficazes para trabalhar tendo por base o plano de seis pontos e o presente comunicado;

(e) Os membros do Grupo de Ação darão total apoio ao Enviado Especial Conjunto e à sua equipe para se engajarem imediamente com o Governo e a oposição, e para realizarem uma ampla consulta com a sociedade síria, bem como com outros atores internacionais, a fim de desenvolver ainda mais o caminho a seguir;

(f) Os membros do Grupo de Ação acolheriam com satisfação a convocação futura pelo Enviado Especial Conjunto de uma reunião do Grupo de Ação, caso ele considere necessário rever o progresso concreto em todos os pontos acordados no presente comunicado e determinar quais novas medidas e ações adicionais do Grupo de Ação são necessárias para enfrentar a crise. O Enviado Especial Conjunto também irá manter as Nações Unidas e a Liga dos Estados Árabes informados.

DECRETO Nº 8.354, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a execução do Protocolo de Adesão da República do Panamá ao Acordo Regional de Cooperação Científica e Tecnológica (Convênio-Quadro) entre os Países-Membros da Associação (AR.CET nº 6), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, o Estado Plurinacional da Bolívia, a República do Chile, a República da Colômbia, a República de Cuba, a República do Equador, os Estados Unidos Mexicanos, a República do Paraguai, a República do Peru, a República Oriental do Uruguai, a República Bolivariana da Venezuela e a República do Panamá em 2 de fevereiro de 2012.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu de 1980, que criou a Associação Latino-Americana de Integração - Aladi, firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e promulgado pelo Decreto nº 87.054, de 23 de março de 1982, prevê a modalidade de Acordo Regional;

Considerando que os Plenipotenciários dos países-membros da Aladi, com base no Tratado de Montevidéu de 1980, firmaram em 19 de outubro de 1993, em Montevidéu, o Acordo Regional de Cooperação Científica e Tecnológica (Convênio-Quadro) entre os Países-Membros da Associação (AR.CET nº 6), promulgado pelo Decreto nº 1.132, de 3 de maio de 1994; e

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil,da República Argentina, do Estado Plurinacional da Bolívia, da República do Chile, da República da Colômbia, da República de Cuba, da República do Equador, dos Estados Unidos Mexicanos, da República do Paraguai, da República do Peru, da República Oriental do Uruguai, da República Bolivariana da Venezuela e da República do Panamá, com base no Tratado de Montevidéu de 1980, firmaram em 2 de fevereiro de 2012, em Montevidéu, o Protocolo de Adesão da República do Panamá ao Acordo Regional de Cooperação Científica e Tecnológica (Convênio-Quadro) entre os Países-Membros da Associação (AR.CET nº 6);

D E C R E T A :

Art. 1º O Protocolo de Adesão da República do Panamá ao Acordo Regional de Cooperação Científica e Tecnológica (Convênio-Quadro) entre os Países-Membros da Associação (AR.CET nº 6), entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, o Estado Plurinacional da Bolívia, a República do Chile, a República da Colômbia, a República de Cuba, a República do Equador, os Estados Unidos Mexicanos, a República do Paraguai, a República do Peru, a República Oriental do Uruguai, a República Bolivariana da Venezuela e a República do Panamá, de 2 de fevereiro de 2012, anexo a este Decreto, será executado e cumprido inteiramente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Arno Hugo Agostin Filho
Mauro Borges Lemos

ALADI/AR.CYT/6/Adh Panamá
9 de fevereiro de 2012

ACORDO REGIONAL DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONVÊNIO-QUADRO) ENTRE OS PAÍSES-MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO

Protocolo de Adesão da República do Panamá

Os Plenipotenciários da República Argentina, do Estado Plurinacional da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República do Chile, da República da Colômbia, da República de Cuba, da República do Equador, dos Estados Unidos Mexicanos, da República do Paraguai, da República do Peru, da República Oriental do Uruguai, da República Bolivariana da Venezuela, bem como da República do Panamá, em sua qualidade de país aderente ao Tratado de Montevidéu 1980, acreditados por seus respectivos Governos, segundo poderes outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração,

TENDO EMVISTA o Artigo 58 do Tratado de Montevidéu 1980 e o Artigo Segundo, letra e) da Resolução 64 (XV) do Conselho de Ministros,

CONVÊM EM:

Artigo 1º.- A República do Panamá assume todas as obrigações e compromissos emanados do Acordo Regional de Cooperação Científica e Tecnológica (Convênio-Quadro) entre os Países-Membros da Associação (AR.CIT Nº 6), ao mesmo tempo que adquire todos os direitos que o mesmo outorga aos seus signatários.

Artigo 2º.- O presente Protocolo entrará em vigor trinta (30) dias depois da data da sua assinatura.

Para tais efeitos, a República do Panamá deverá incorporar este Protocolo a seu ordenamento jurídico interno nos trinta (30) dias seguintes à sua assinatura.

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos dos Países Signatários.

EM FÉ DO QUE, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevidéu, aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos. (a.:) Pelo Governo da República Argentina: Guillermo Daniel Raimondi; Pelo Governo do Estado Plurinacional da Bolívia: Salvador RicRiera; Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Regis PercyArslanian; Pelo Governo da República do Chile: Juan Eduardo Burgos Santander; Pelo Governo da República da Colômbia: María Clara IsazaMerchán; Pelo Governo da República de Cuba: Carmen Zilia Pérez Mazón; Pelo Governo da República do Equador: Emilio Rafael IzquierdoMiño; Pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos: Cassio Luiselli Fernández; Pelo Governo da República do Paraguai: Alejandro Hamed Franco; Pelo Governo da República do Peru: Jorge Tello; Pelo Governo da República Oriental do Uruguai: Gonzalo Rodríguez Gigena; Pelo Governo da República Bolivariana da Venezuela: JulioChirino Rodríguez; Pelo Governo da República do Panamá: Francisco Alvarez de Soto.

DECRETO Nº 8.355, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia sobre a Autorização, com Base na Reciprocidade, para o Exercício de Atividade Remunerada por parte dos Familiares de Membros de Missões Diplomáticas ou Postos Consulares, firmado em Brasília, em 11 de janeiro de 2011.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia firmaram, em Brasília, em 11 de janeiro de 2011, o Acordo sobre a Autorização, com Base na Reciprocidade, para o Exercício de Atividade Remunerada por parte dos Familiares de Membros de Missões Diplomáticas ou Postos Consulares;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 195, de 5 de junho de 2012; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 19 de julho de 2012, nos termos de seu Artigo 6;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia sobre a Autorização, com Base na Reciprocidade, para o Exercício de Atividade Remunerada por parte dos Familiares de Membros de Missões Diplomáticas ou Postos Consulares, firmado em Brasília, em 11 de janeiro de 2011, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O CONSELHO DE MINISTROS DA REPÚBLICA DA ALBÂNIA SOBRE A AUTORIZAÇÃO, COM BASE NA RECIPROCIDADE, PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA POR PARTE DOS FAMILIARES DE MEMBROS DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS OU POSTOS CONSULARES

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Conselho de Ministros da República da Albânia
(doravante referidos como "Partes") ,

Com vista a facilitar a atividade remunerada dos familiares dos membros das missões diplomáticas ou repartições consulares do Estado acreditante no território do Estado acreditado,

Acordam o seguinte:

Artigo 1º
Autorização para Exercer Atividade Remunerada

1. Os familiares que vivam em companhia de um membro de missão diplomática ou repartição consular do Estado acreditante poderão ser autorizados, com base na reciprocidade, a exercer atividade remunerada no Estado acreditado, em conformidade com o presente Acordo e com base na reciprocidade.

2. Para efeitos do presente Acordo, "membro de missão diplomática ou repartição consular" significa qualquer funcionário do Estado acreditante, que não seja nacional do Estado acreditado, em uma missão diplomática, repartição consular ou missão junto a uma organização internacional, exceto os membros do pessoal de serviço.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Para efeitos do presente Acordo, "familiar" significa:

a) cônjuge ou companheiro permanente;

b) filhos solteiros menores de 21 anos de idade;

c) filhos solteiros menores de 25 anos de idade que estejam matriculados em uma universidade ou instituição ensino superior reconhecida por cada Estado;

d) filhos solteiros deficientes físicos ou mentais.

Artigo 2º
Procedimento

1. O pedido de autorização para exercício de atividade remunerada deverá ser submetido, em nome do familiar, pela embaixada do Estado acreditante, ao Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado. O pedido deve ser acompanhado da documentação que indique a identidade completa da pessoa em questão, bem como a natureza da atividade remunerada para a qual é pedida a autorização.

2. Os procedimentos devem ser aplicados de uma forma que permita que o familiar exerça a atividade remunerada com a máxima brevidade, e quaisquer requisitos relativos à autorização de trabalho serão aplicados favoravelmente.

3. Qualquer autorização para exercer uma atividade remunerada no Estado acreditado deverá, em princípio, ser terminada após o encerramento da missão do membro da missão diplomática ou repartição consular ou se o beneficiário da autorização deixar de ter a condição de dependente.

4. O presente Acordo não implica o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior. Tal reconhecimento só pode ser concedido em conformidade com as normas que regulamentem essas questões no Estado acreditado.

5. O familiar terá de cumprir os mesmos requisitos que um nacional do Estado acreditado que solicite a mesma posição tenha de cumprir e não estará autorizado a exercer atividade que só possa ser realizada por um nacional do Estado acreditado, ou que afete a segurança nacional.

Artigo 3º
Imunidade civil e Administrativa

No caso dos familiares que gozem de imunidade de jurisdição civil e administrativa no Estado acreditado, em conformidade com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas ou qualquer outro ato internacional aplicável, tal imunidade não será aplicável em relação a qualquer ato praticado no decurso da atividade remunerada e que se refira à legislação civil ou administrativa do Estado acreditado.

Artigo 4º
Imunidade Penal

No caso de familiares que gozem de imunidade de jurisdição penal no Estado acreditado, em conformidade com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas ou qualquer outro ato internacional aplicável, as disposições relativas à imunidade de jurisdição penal no Estado acreditado continuarão aplicáveis em relação a qualquer ato praticado no curso da atividade remunerada. No entanto, o Estado acreditante seriamente considerará a renúncia da imunidade de jurisdição penal no Estado acreditado do familiar em questão.

Artigo 5º
Regimes Fiscal e de Previdência Social

De acordo com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, ou qualquer outro ato internacional aplicável, familiares devem estar sujeitos aos regimes fiscal e de previdência social do Estado acreditado, no que se refere a todas as questões relacionadas a sua atividade remunerada nesse Estado.

Artigo 6º
Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data da última notificação pelas Partes do cumprimento de seus respectivos procedimentos legais internos.

Artigo 7º
Solução de Controvérsias e Emendas

1. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação do presente Acordo será resolvida pelas Partes por via diplomática.

2. O presente Acordo poderá ser emendado por acordo mútuo entre as Partes, por meio de troca de notas diplomáticas. As emendas entrarão em vigor em conformidade com o procedimento estabelecido no Artigo 6 deste Acordo.

Artigo 8º
Duração e Denúncia

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período indeterminado. Qualquer das Partes poderá denunciá-lo a qualquer momento, mediante notificação de sua decisão à outra Parte, por via diplomática.

2. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo mediante notificação escrita à outra Parte. O presente Acordo deixará de vigorar noventa (90) dias após a data da notificação.

Feito em Brasília, em 11 de janeiro de 2011, em dois exemplares originais, em português, albanês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	PELO CONSELHO DE MINISTROS DA REPÚBLICA DA ALBÂNIA
Vera Barrouin Machado	**Tatiana Gjonaj**
Subsecretária - Geral Política I do Ministério das Relações Exteriores	Embaixadora da Albânia no Brasil

DECRETO Nº 8.356, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga os Atos do XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal - UPAEP, firmados no Panamá, em 12 de setembro de 2000.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou os Atos do XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal - UPAEP, firmados no Panamá, em 12 de setembro de 2000, por meio do Decreto Legislativo nº 268, de 18 de setembro de 2008;

Considerando que o Governo brasileiro depositou, junto à Secretaria-Geral da UPAEP, em 28 de novembro de 2008, o instrumento de ratificação dos Atos do XVIII Congresso da UPAEP; e Considerando que os Atos entraram em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 28 de novembro de 2008;

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam promulgados os Atos do XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal - UPAEP, firmados no Panamá, em 12 de setembro de 2000, a seguir relacionados:

I - Constituição da UPAEP; e

II - Regulamento Geral da UPAEP.

Parágrafo único. Os Atos do XVIII Congresso da UPAEP de que trata o **caput**, anexos a este Decreto, serão executados e cumpridos integralmente em seus termos.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão dos Atos do XVIII Congresso da UPAEP e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos
Paulo Bernardo Silva

CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO POSTAL DAS AMÉRICAS, ESPANHA E PORTUGAL

Modificada pelos Protocolos Adicionais de Lima - 1976, Managua - 1981, Havana - 1985, Buenos Aires - 1990, Montevidéu - 1993 e Panamá - 2000

PREÂMBULO

Os países abaixo-assinados, Representantes Plenipotenciários dos Governos dos países membros da União Postal das Américas, Espanha e Portugal,

Assumindo sua responsabilidade de garantir a todas as pessoas a prestação de serviços postais internos e internacionais de qualidade;

Levando em consideração a necessidade de que a prestação de serviços postais seja garantida por meio de suas Operadoras de Serviços Públicos como instrumentos idôneos que lhes permitam levar a cabo essa responsabilidade;

Advertindo que é imperativo, também, que essas Operadoras atuem em todos os âmbitos do mercado postal como empresas dinâmicas e eficientes;

Conscientes de que, para lograr esses objetivos, é indispensável estabelecer e fortalecer acordos e compromissos em nível governamental e empresarial envolvendo tanto aspectos regulatórios como técnicos e comerciais;

Adotam, sob reserva de ratificação, a presente Constituição.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1
Integração, território e liberdade de trânsito. Objetivos e estratégias da União.

1. Os países cujos governos adotem a presente Constituição formam, sob a denominação de União Postal das Américas, Espanha e Portugal, um só território postal para o intercâmbio recíproco de objetos postais abrangidos pelos serviços postais públicos obrigatórios e facultativos em condições iguais ou mais favoráveis para os clientes que as estabelecidas pela União Postal Universal.

2. Em todo o território da União, estará garantida a liberdade de trânsito.

3. A União tem como objetivos e finalidades estratégicas essenciais:

a) coordenar a regulação e orientação da atividade postal de um modo geral entre os países membros no sentido de garantir a prestação do serviço universal em condições de igualdade de acesso, como uma forma de garantir a qualidade da prestação do serviço e salvaguardar os direitos dos clientes;

b) promover ações para garantir a cooperação entre os países membros da União com vistas ao desenvolvimento harmonioso e à qualidade das redes e serviços postais;

c) promover o desenvolvimento das operadoras postais e estabelecer vínculos de cooperação recíproca visando a modernização, o melhoramento da qualidade e o estabelecimento de sistemas comuns de controle;

d) favorecer uma ação comercial comum em termos de mercado e a produção de produtos postais com alto teor de valor agregado e de qualidade;

e) empreender ações concretas para melhorar a operação postal internacional e a gestão das operadoras dos países membros;

f) proceder a ações de formação profissional e de melhoramento da qualidade e da capacidade técnica dos trabalhadores postais, bem como promover o desenvolvimento dos sistemas de trabalho das operadoras dos países membros;

g) favorecer a aplicação de novos sistemas de tecnologia postal de maneira harmoniosa e integrada;

h) facilitar a prática da atividade postal mediante uma ação direta junto a outras organizações que desenvolvem atividades conexas;

i) estabelecer e desenvolver ações e posições comuns junto às organizações internacionais, particularmente junto à União Postal Universal e às respectivas Uniões Restritas, bem como junto a outros organismos, visando defender os interesses comuns dos países membros;

j) promover e facilitar a cooperação para o financiamento de projetos integrais de desenvolvimento e modernização das operadoras postais, estabelecendo e facilitando as relações entre elas e os organismos internacionais de crédito e outras instituições de financiamento;

k) desenvolver ações conjuntas para garantir a criação de infraestruturas postais comuns para os diferentes países membros;

l) melhorar, desenvolver e atualizar, de um modo geral, os serviços postais dos países membros por meio de uma estreita cooperação e colaboração.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Artigo 2
Relações com a União Postal Universal
e outros organismos internacionais

1. A União será independente de qualquer outra organização e manterá relações com a União Postal Universal e, em condições de reciprocidade, com as Uniões Postais Restritas. Quando existirem interesses comuns que exijam tal procedimento, ela poderá manter relações com outros organismos internacionais.

2. Ela desempenhará suas atividades no marco das disposições da União Postal Universal e, para esse fim, manterá seu caráter de União Restrita em conformidade com o disposto no artigo 8 da Constituição da União Postal Universal.

Artigo 3
Membros da União

Serão membros da União:

a) os países que gozarem da qualidade de membros na data da entrada em vigor da presente Constituição;

b) os países que adquirirem a qualidade de membros em conformidade com o disposto no artigo 9.

Artigo 4
Âmbito da União

A União tem em seu âmbito:

a) os territórios dos países membros;

b) os escritórios de correios estabelecidos pelos países membros em territórios não abrangidos pela União;

c) os demais territórios que, sem serem membros da União, dependam - do ponto de vista postal - de países membros.

Artigo 5
Sede da União

A Sede da União e de seus Órgãos permanentes será na cidade de Montevidéu, capital da República Oriental do Uruguai.

Artigo 6
Idioma oficial da União

O idioma oficial da União será o espanhol.

Artigo 7
Pessoa Jurídica

Todos os países membros, de acordo com sua legislação interna, outorgarão capacidade jurídica junto à União Postal das Américas, Espanha e Portugal para o correto exercício de suas funções e para a realização de seus propósitos.

Artigo 8
Privilégios e imunidades

1. A União gozará, no território de cada um dos países membros, dos privilégios e imunidades necessários para a realização de seus propósitos.

2. Os representantes dos países membros e das administrações postais que façam parte das delegações enviadas às reuniões dos órgãos da União ou que cumpram missões oficiais da Organização também gozarão dos privilégios e imunidades necessários para o desempenho de suas atividades.

3. O pessoal da Secretaria Geral da UPAEP também gozará dessas prerrogativas no cumprimento de missões oficiais.

CAPÍTULO II
ADESÃO, ADMISSÃO OU SAÍDA DA UNIÃO

Artigo 9
Adesão ou Admissão à União

1. Os países ou territórios situados no Continente Americano ou em suas ilhas e que desfrutem da qualidade de membros da União Postal Universal, desde que não tenham qualquer conflito de soberania com algum país membro, poderão aderir à União.

2. Todos os países soberanos das Américas que não sejam membros da União Postal Universal poderão solicitar sua admissão à União Postal das Américas, Espanha e Portugal.

3. A adesão ou solicitação de admissão à União deverá incluir uma declaração formal de adesão à Constituição e às demais disposições obrigatórias da União.

Artigo 10
Saída da União

Todos os países terão o direito de se retirar da União renunciando à sua qualidade de membro.

CAPÍTULO III
ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO

Artigo 11
Órgãos da União

1. A União se estrutura nos seguintes Órgãos:

a) o Congresso

b) a Conferência

c) o Conselho Consultivo e Executivo

d) a Secretaria Geral

3. Os Órgãos permanentes da União são: o Conselho Consultivo e Executivo e a Secretaria Geral.

Artigo 12
Congresso

1. O Congresso será o Órgão supremo da União.

2. O Congresso será composto pelos representantes dos países membros.

Artigo 13
Congresso Extraordinário

Por solicitação de pelo menos três países membros e com o consentimento dos dois terceiros poderá ser realizado um Congresso Extraordinário.

Artigo 14
Conferência

Por ocasião da celebração de um Congresso Postal Universal, a Conferência dos representantes dos países membros se reunirá quantas vezes for necessário para determinar a ação conjunta a ser empreendida no mesmo.

Artigo 15
Conselho Consultivo e Executivo

1. O Conselho Consultivo e Executivo garantirá, entre dois Congressos, a continuidade dos trabalhos da União em conformidade com as disposições das Atas da União e deverá desenvolver estudos e emitir pareceres sobre questões técnicas, econômicas, de exploração e de cooperação técnica de interesse do serviço postal. Além disso, ele supervisionará e controlará as atividades da Secretaria Geral.

2. Os membros do Conselho Consultivo e Executivo exercerão suas funções em nome da União e em seu interesse.

Artigo 16
Secretaria Geral

1. A Secretaria Geral da União Postal das Américas, Espanha e Portugal será o Órgão permanente de ligação, informação e consulta entre os membros da União e de cooperação com os mesmos. Ela desempenhará a função de Secretaria do Congresso, da Conferência e do Conselho Consultivo e Executivo, ao qual assistirá em suas funções.

2. A Secretaria Geral funcionará na sede da União, dirigida por um Secretário-Geral e sob a Alta Inspeção da Administração Postal da República Oriental do Uruguai.

CAPÍTULO IV
ATAS, RESOLUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA UNIÃO

Artigo 17
Atas da União

1. A Constituição é a Ata fundamental da União e contém suas normas orgânicas.

2. O Regulamento Geral contém as disposições que garantem a aplicação da Constituição e o funcionamento da União. Ele será obrigatório para todos os países membros.

3. Os Protocolos Finais, eventualmente anexados às Atas da União, contêm reservas a estas.

Artigo 18
Resoluções e Recomendações

1. As disposições não contempladas no Regulamento Geral que se refiram ao funcionamento da União ou de seus Órgãos ou a determinados aspectos da exploração postal assumirão a forma de Resolução e terão um caráter obrigatório para todos os seus membros.

2. As disposições que afetem o funcionamento dos serviços assumirão a forma de Recomendação e sua aplicação por parte das administrações postais dos países membros será levada a cabo na medida de suas possibilidades.

3. O Protocolo Final, eventualmente anexado às Resoluções do Congresso relativas à exploração postal, contém reservas a estas.

CAPÍTULO V
FINANÇAS

Artigo 19
Gastos da União

1. Cada Congresso fixará a importância máxima que poderão alcançar:

a) anualmente os gastos da União;

b) os gastos correspondentes à reunião do Congresso seguinte.

2. Se as circunstâncias exigirem, a importância máxima dos gastos previstos no parágrafo 1 poderá ser ultrapassada, desde que sejam observadas as disposições do Regulamento Geral para os mesmos.

3. Os gastos da União serão cobertos em comum por todos os países membros, que para esse fim serão classificados em diferentes categorias de contribuição. Para esses fins, cada país membro selecionará a categoria de contribuição na qual deseja ser incluído. As categorias de contribuição estão determinadas no Regulamento Geral.

4. No caso de adesão ou admissão à União, o Governo do país interessado determinará, do ponto de vista do compartilhamento dos gastos da União, a categoria de contribuição na qual deseja ser incluído.

CAPÍTULO VI
ACEITAÇÃO DAS ATAS E RESOLUÇÕES DA UNIÃO

Artigo 20
Assinatura, ratificação e outras modalidades de aprovação
das Atas e Resoluções da União

1. A assinatura das Atas e Resoluções da União pelos Representantes Plenipotenciários dos países membros será efetuada no final do Congresso.

2. A Constituição será ratificada, tão logo seja possível, pelos países signatários.

3. A aprovação do Regulamento Interno, dos Protocolos Finais e das Resoluções será regida pelas normas constitucionais de cada país signatário.

4. Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 2 e 3 acima, os países signatários poderão proceder à mencionada ratificação ou aprovação em bases provisórias, apresentando notificação para esse fim por meio de correspondência endereçada à Secretaria Geral da União.

5. Se um país não ratificar a Constituição ou não aprovar as outras Atas e Resoluções, elas não deixarão de ser válidas para os países que as tiverem ratificado ou aprovado.

Artigo 21
Notificação das ratificações da Constituição e das demais
modalidades de aprovação das Atas e Resoluções da União

Os instrumentos de ratificação da Constituição e, eventualmente, os instrumentos de aprovação das demais Atas e Resoluções serão depositados, no menor prazo possível, junto à Secretaria Geral da União, que comunicará esse depósito aos demais países membros.

Artigo 22
Adesão às Atas e Resoluções da União

Os países membros que não assinaram a presente Constituição e as demais disposições obrigatórias poderão aderir a elas quando desejarem.

CAPÍTULO VII
MODIFICAÇÃO DAS ATAS, RESOLUÇÕES
E RECOMENDAÇÕES DA UNIÃO

Artigo 23
Apresentação de propostas

1. As propostas para modificações das Atas da União e das Resoluções e Recomendações poderão ser apresentadas:

a) pela administração postal de um país membro;

b) pelo Conselho Consultivo e Executivo, em consequência dos estudos que realize ou das atividades que desempenhe na esfera de sua competência, bem como em decorrência de afetarem a organização e o funcionamento da Secretaria Geral.

3. As propostas a que se refere o parágrafo anterior deverão ser submetidas à apreciação do Congresso.

Artigo 24
Modificação da Constituição. Ratificação

1. Para serem adotadas, as propostas submetidas à apreciação do Congresso relacionadas à presente Constituição deverão ser aprovadas por pelo menos dois terços dos países membros da União.

2. As modificações adotadas por um Congresso serão objeto de um Protocolo Adicional e, a menos que haja um acordo em contrário desse Congresso, elas entrarão em vigor ao mesmo tempo em que as Atas revisadas no decorrer do mesmo Congresso.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. As modificações da Constituição serão ratificadas na maior brevidade possível pelos países membros e os instrumentos dessa ratificação serão tratados em conformidade com o disposto nos artigos 20 e 21.

Artigo 25
Modificação do Regulamento Geral e das Resoluções e Recomendações

O Regulamento Geral e as Resoluções e Recomendações poderão ser modificados pelo Congresso, de acordo com as condições estabelecidas no Regulamento Geral.

CAPÍTULO VIII
LEGISLAÇÃO E NORMAS SUBSIDIÁRIAS

Artigo 26
Complemento das disposições das Atas e das Resoluções e Recomendações

Os temas relacionados aos serviços postais que não forem abordados nas Atas da União e nas Resoluções e Recomendações adotadas pelo Congresso serão regidos pelos instrumentos listados adiante na seguinte ordem:

1º pelas disposições das Atas da União Postal Universal;

2º pelos acordos firmados entre os países membros;

3º pela legislação interna de cada país membro

CAPÍTULO IX
SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Artigo 27
Arbitragem

Os desacordos que surgirem entre as administrações postais dos países membros em torno da interpretação ou aplicação das Atas e Resoluções da União serão resolvidos por arbitragem, em conformidade com o disposto no Regulamento Geral da União Postal Universal.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28
Vigência e duração da Constituição

A presente Constituição entrará em vigor no dia um de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois e permanecerá em vigor por tempo indeterminado.

Os Representantes Plenipotenciários dos governos dos países membros assinaram a presente Constituição na cidade de Santiago, capital da República do Chile, no dia vinte e seis do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e um.

REGULAMENTO GERAL DA UNIÃO POSTAL DAS AMÉRICAS, ESPANHA E PORTUGAL

PREÂMBULO

Os países abaixo-assinados, Representantes Plenipotenciários dos Governos dos países membros da União Postal das Américas, Espanha e Portugal, adotam, em comum acordo, o presente Regulamento Geral, em virtude do disposto no artigo 17, parágrafo 2, da Constituição, visando garantir sua aplicação e o funcionamento da União.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 101
Adesão ou admissão à União. Procedimento

1. A nota de adesão ou a solicitação de admissão deverá ser dirigida, pelo governo do país interessado, à Secretaria Geral, que a comunicará aos demais países membros da União.

2.Para que um país seja admitido como membro, será necessário que sua solicitação para esse fim seja aprovada por pelo menos dois terços dos países membros.

3. Será considerado que os países membros aprovaram uma solicitação quando não tiverem apresentado resposta dentro de um prazo de quatro meses a contar da data na qual receberam a comunicação.

4. A adesão ou admissão de um país como membro será notificada pela Secretaria Geral aos governos de todos os países membros da União.

5. O resultado será comunicado ao país solicitante e, se admitido, serão comunicados, também, a data a partir da qual ele será considerado membro e demais dados relativos à sua aceitação.

Artigo 102
Adesão às Atas e Resoluções da União. Procedimento

1. Os países membros que não tiverem assinado as Atas e demais disposições obrigatórias adotadas pelo Congresso deverão aderir a elas dentro do menor prazo possível.

2. Os instrumentos de adesão relacionados aos casos previstos no artigo 22 da Constituição e no parágrafo 1 do presente artigo serão encaminhados à Secretaria Geral, que notificará esse depósito aos países membros.

Artigo 103
Saída da União. Procedimento

1. Qualquer país membro terá a faculdade de retirar-se da União mediante denúncia da Constituição, que deverá ser comunicada à Secretaria Geral e, por meio dela, aos demais governos dos países membros.

2. A saída da União será efetivada após um prazo de um ano a contar da data da recepção da denúncia prevista no parágrafo 1 pela Secretaria Geral.

3. Qualquer país membro que se retire deverá cumprir todas as obrigações estipuladas nas Atas da União até a data na qual sua saída for efetivada.

CAPÍTULO II
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA UNIÃO

Artigo 104
Organização e funcionamento dos Congressos

1. Os representantes dos países membros se reunirão em Congresso a cada cinco anos aproximadamente.

2. Cada Congresso designará o país no qual o Congresso seguinte será realizado, sempre por convite para esse fim do país designado. Se diversos países apresentarem convite para esse fim, a decisão será tomada por meio de votação secreta.

3. Se não for possível realizar um Congresso no país escolhido, a Secretaria Geral realizará, com a devida urgência, as gestões necessárias para tentar encontrar um país que esteja disposto a sediar o Congresso. O resultado dessas gestões será submetido à apreciação do Conselho Consultivo e Executivo para sua decisão.

4. Se no fechamento de um Congresso nenhum país tiver apresentado convite para sediar o próximo, a Secretaria Geral aplicará o mesmo procedimento estabelecido no parágrafo 3.

5. Quando um Congresso tiver que ser realizado sem que um governo tenha apresentado convite para sediá-lo, a Secretaria Geral, de acordo com o Conselho Consultivo e Executivo e com o governo da República Oriental do Uruguai, adotará as disposições necessárias para convocar e organizar o Congresso no país sede da União. Nesse caso, a Secretaria Geral exercerá as funções de governo que formulou o convite.

6. Mediante acordo prévio com a Secretaria Geral, o governo do país sede do Congresso fixará a data definitiva e o local onde o Congresso será realizado. Em princípio, um ano antes dessa data, o governo do país sede do Congresso enviará um convite ao governo de cada país membro diretamente ou por meio da Secretaria Geral.

7. A Presidência do Congresso será atribuída ao país que formulou o convite. No caso previsto no parágrafo 5 acima, caberá ao Conselho Consultivo e Executivo designar o país que deverá assumir a Presidência.

8. A administração postal do país sede do Congresso, em regime de consultas com a Secretaria Geral, sugerirá a designação do Decano do mesmo, que deverá ser um funcionário postal em atividade ou aposentado de longa trajetória nos Congressos da União. O Conselho Consultivo e Executivo adotará essa designação no momento adequado. Na abertura da primeira sessão plenária, o Decano assumirá a Presidência do Congresso até que o Presidente seja nomeado. O Decano proporá ao Congresso o Presidente e os Vice-Presidentes do mesmo, bem como os das Comissões. Uma das Vice-Presidências do Congresso será atribuída ao país que exerceu a Presidência no Congresso anterior.

9. Na primeira sessão, o Decano sugerirá os nomes que deverão integrar a Mesa, que será composta pelo Presidente do Congresso, pelos dois Vice-Presidentes e pelo Secretário-Geral da União.

10. As finalidades do Congresso são as seguintes:

a) revisar e complementar, se for o caso, as Atas, Resoluções e Recomendações da União;

b) estabelecer as prioridades de ação da União para o período seguinte; e

c) tratar de assuntos submetidos à sua consideração, relacionados com os fins da União.

11. Cada país membro se fará representar por um ou vários delegados ou pela delegação de outro país. A delegação de um país não poderá representar mais que um outro país além do seu.

12. Cada país membro terá o direito de formular reservas às Atas da União e a Resoluções, relacionadas à exploração postal, que o Congresso adote no momento de assiná-las.

13. O governo do país sede do Congresso notificará os governos dos países membros a respeito das Atas e Resoluções que o Congresso adote.

Artigo 105
Delegações

1. Por delegação, entende-se a pessoa ou conjunto de pessoas designadas como representantes por seu país membro para participar do Congresso. Ela será composta por um Chefe de delegação, um Chefe Adjunto, se for o caso, um ou vários delegados e, eventualmente, um ou vários funcionários agregados.

2. Os membros das delegações deverão ser, na maior medida possível, funcionários qualificados das administrações postais dos países membros.

3. Quando um país não puder participar de um Congresso, ele poderá se fazer representar por uma delegação de outro. Se, participando de um Congresso, não puder estar presente em uma sessão, ele poderá igualmente se fazer representar por uma outra delegação. Em ambos os casos, a decisão a ser adotada deverá ser comunicada ao Presidente, levando em consideração que cada país membro só poderá assumir a representação de outro.

Artigo 106
Poderes dos delegados

1. Os delegados deverão estar acreditados por poderes firmados pelo Chefe de Estado, Chefe de Governo ou Ministro das Relações Exteriores do país interessado.

2. Os poderes deverão estar devidamente redigidos. Um delegado será considerado representante plenipotenciário se seus poderes satisfizerem um dos seguintes critérios:

a) se conferirem plenos poderes;

b) se autorizarem o delegado a representar seu governo, sem restrições;

c) se outorgarem os poderes necessários para assinar as Atas.

Qualquer dos três casos inclui implicitamente o poder de participar de deliberações e de votar.

Os poderes que não satisfizerem os critérios detalhados em a), b) e c) deste parágrafo outorgarão somente o direito de participar de deliberações e de votar.

3. Os poderes serão depositados, tão logo se inicie o Congresso, junto à autoridade designada para esse fim.

4. Os delegados que não tiverem apresentado seus poderes poderão participar das deliberações e das votações se forem anunciados por seus governos ao governo do país sede do Congresso. Poderão também fazê-lo os delegados em cujos poderes se tenha constatado alguma insuficiência ou irregularidade. Nenhum desses delegados poderá votar a partir do momento em que o Congresso tiver aprovado o parecer da Comissão de Verificação de Poderes no qual se constate que não apresentaram seus poderes ou que eles são insuficientes para votar e até esse momento essa situação não tenha sido regularizada.

5. Só serão admitidos os poderes e os mandatos originais devidamente outorgados. No entanto, serão aceitas as comunicações dirigidas por telegrama ou por qualquer outro meio de telecomunicação por escrito que satisfaçam solicitações de pareceres sobre questões relacionadas a poderes.

Artigo 107
Observadores

1. Poderão participar das deliberações do Congresso, em caráter de observadores com direito de expressão:

a) os representantes de administrações postais de países não membros da União que tiverem sido especialmente convidados por decisão do Conselho Consultivo e Executivo;

b) os representantes da União Postal Universal;

c) os representantes das Uniões Postais Restritas que ofereçam reciprocidade.

2. Também serão admitidos como observadores os representantes de qualquer organismo qualificado que o Conselho Consultivo e Executivo considere necessário associar aos trabalhos do Congresso.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Artigo 108
Atribuições do Presidente do Congresso e dos Vice-Presidentes

1. O Presidente abre a sessão, dirige os debates, concede a palavra de acordo com a ordem solicitada, submete à votação os temas em torno dos quais não haja unanimidade de pareceres, decide sobre as questões de procedimento que ocorram durante as deliberações e dá por encerrado o Congresso.

2. O Presidente assinará as Atas, Resoluções e Recomendações adotadas pelo Congresso, conjuntamente com o Secretário-Geral.

3. Em caso de impedimento, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente pertencente ao país que exerceu a Presidência no Congresso anterior.

Artigo 109
Apresentação e exame das propostas

1. As propostas apresentadas dentro do prazo assinalado no artigo 125, parágrafo 1, do presente Regulamento servirão de base para as deliberações do Congresso. Fora desse prazo, as propostas deverão vir apoiadas por pelo menos duas outras administrações e deverão ser apresentadas pelo menos quarenta e oito horas antes da abertura do Congresso.

2. Em princípio, cada proposta deverá ter apenas um objetivo e conter somente as modificações justificadas por esse objetivo.

3. No entanto, poderão ser admitidas emendas em qualquer tempo, tanto escritas como verbais, no decorrer da discussão do tema de que se trate.

4. O Congresso determinará, em sessão plenária, a Comissão que deverá examinar cada uma das propostas. Para esse fim, a Secretaria Geral elaborará oportunamente um documento de base indicando as propostas que, na sua opinião, cada Comissão ou, se for o caso, o próprio Congresso, deverá estudar.

5. Se uma questão for objeto de várias propostas, o Presidente decidirá a ordem da discussão, começando, em princípio, pela que mais se distancie do texto de base ou que implique uma mudança mais radical.

6. Se a proposta puder ser dividida em várias partes, cada uma delas poderá, com a anuência do autor da proposta ou do Congresso, ser examinada e submetida à votação separadamente.

7. Se uma emenda for aceita pela delegação que apresentou a proposta primitiva ela será imediatamente incorporada ao texto dessa proposta. Se a emenda não for aceita, será aplicado, para a ordem de discussão, o critério estabelecido no parágrafo 5.

8. O procedimento descrito no parágrafo 7 também será aplicado quando várias emendas forem apresentadas para uma mesma proposta.

9. Qualquer proposta retirada em Plenário ou em Comissão poderá ser retomada por outra delegação e cada proposta rejeitada ou adotada em Comissão poderá ser retomada em Plenário. Além disso, se a emenda a uma proposta for aprovada e aceita pelo país de origem da proposta, outro país membro poderá retomar a proposta original não modificada.

Artigo 110
Deliberações

1. Os participantes deverão ajustar-se ao tema em discussão, limitando sua intervenção a um tempo não superior a cinco minutos, a menos que um acordo em contrário seja estabelecido pela maioria simples dos membros presentes e votantes. No caso de o tempo previsto ser excedido no uso da palavra, o Presidente estará autorizado a interromper o orador.

2. Mediante consulta prévia ao Congresso, com a aprovação da maioria simples dos membros presentes e votantes, o Presidente poderá:

a) limitar o número de intervenções de uma delegação sobre uma determinada proposta ou grupo de propostas;

b) limitar o número de intervenções de distintas delegações sobre uma mesma determinada proposta ou grupo de propostas a cinco intervenções a favor e cinco contra o tema em questão;

c) declarar encerrada a lista de oradores após dar leitura da mesma, respeitando o direito da delegação que tiver apresentado a proposta de responder às intervenções de outras delegações.

Artigo 111
Moções de ordem e moções de procedimento

1. Durante a discussão de uma questão ou, em alguns casos, após o encerramento do debate, uma delegação poderá apresentar uma moção de ordem para pedir:

- esclarecimentos sobre o desenvolvimento dos debates;

- respeito à Constituição ou ao Regulamento Geral;

- a modificação da ordem de discussão das propostas sugerida pelo Presidente.

A moção de ordem terá prioridade em relação a todas as questões, compreendidas as moções de procedimento mencionadas no parágrafo 3.

2. O Presidente apresentará imediatamente os esclarecimentos solicitados ou tomará a decisão que considere conveniente em relação à moção de ordem. No caso de objeção, a decisão do Presidente será imediatamente submetida à votação.

3. Além disso, durante a discussão de uma questão, uma delegação poderá introduzir uma moção de procedimento que tenha por objeto propor:

a) a suspensão da sessão;

b) a interrupção da sessão;

c) o encerramento da lista de oradores;

d) a definição de um prazo para o debate em torno da questão em discussão;

e) o encerramento do debate em torno da questão em discussão.

As moções de procedimento terão prioridade, na ordem indicada acima, sobre todas as demais propostas, exceto sobre as moções de ordem indicadas no parágrafo 1.

4. As moções tendentes à suspensão ou à interrupção da sessão não serão discutidas, e sim submetidas imediatamente à votação.

5. Quando uma delegação propuser o encerramento da lista de oradores ou a postergação ou encerramento do debate sobre uma questão em discussão, a palavra só será outorgada aos oradores contrários à moção de procedimento em questão, após o que a moção será submetida à votação.

6. A delegação que apresente uma moção de ordem ou procedimento não poderá tratar, em sua intervenção, do teor da questão em discussão. O autor de uma moção de procedimento poderá retirá-la antes de ela ser submetida à votação e qualquer moção desse tipo, emendada ou não, que for retirada, poderá ser retomada por outra delegação.

Artigo 112
Votações

1. As questões que não contem com a concordância geral serão submetidas à votação. A validez do voto está subordinada à presença ou representação de dois terços dos países membros.

2. Como regra geral, a votação será realizada levantando-se a plaqueta com o nome do país. No entanto, por solicitação de uma delegação ou por decisão do Presidente, o voto poderá ser nominal, seguindo a ordem alfabética dos países, após sorteio prévio para se determinar a delegação que começará a votar.

3. Por solicitação de uma delegação, apoiada por outra, será realizada votação secreta. Nesse caso, o Presidente adotará as medidas necessárias para garantir o sigilo do voto. A solicitação de votação secreta, feita em conformidade com o disposto neste parágrafo, predominará sobre a votação nominal.

4. Cada país membro terá direito a um voto apenas; além disso, ele poderá votar, por representação ou por delegação, por um outro país membro.

Artigo 113
Atas das sessões

1. As atas de cada sessão serão redigidas no idioma espanhol. Elas reproduzirão sucintamente o desenvolvimento geral das sessões, as propostas formuladas, as deliberações desenvolvidas e os resultados obtidos.

2. Cada delegado terá o direito de solicitar a inserção na ata, na íntegra, de qualquer declaração que formule em uma sessão, desde que entregue o respectivo texto à Secretaria Geral até vinte e quatro horas após o encerramento da sessão em questão.

3. As atas das sessões serão distribuídas aos delegados após serem reproduzidas e eles terão um prazo de 24 horas para formular suas declarações por escrito à Secretaria Geral. Como norma geral, as atas deverão ser aprovadas pelo Congresso 48 horas após serem distribuídas. As atas das últimas sessões plenárias que não forem entregues aos delegados pelo menos 48 horas antes do encerramento do Congresso serão aprovadas pelo Presidente do Congresso. Nesse último caso, a Secretaria Geral levará em consideração as observações que receba dentro de um prazo de 40 dias a contar da data de distribuição das atas às delegações ou de seu envio aos países membros.

Artigo 114
Organização e funcionamento dos Congressos Extraordinários

1. Os países membros se reunirão em Congresso Extraordinário quando a importância e urgência dos temas a serem tratados não permitam que eles esperem para abordá-los em um Congresso Ordinário.

2. Os países membros que promoverem a realização de um Congresso Extraordinário deverão assinalar, ao mesmo tempo, qual deles está disposto a sediar esse Congresso, para que a Secretaria Geral possa garantir a conformidade com os demais países membros.

3. O governo do país designado como sede do Congresso Extraordinário enviará o oportuno convite ao governo de cada país membro, diretamente ou por meio da Secretaria Geral, pelo menos seis meses antes da data estabelecida para o início do Congresso Extraordinário.

4. Será aplicado, por analogia, o disposto nos parágrafos 11 e 13 do artigo 104.

5. Qualquer país membro terá o direito de formular reservas em relação às Atas da União e às Resoluções relacionadas à exploração postal que forem adotadas em um Congresso Extraordinário.

Artigo 115
Organização e funcionamento da Conferência

1. O Presidente do Conselho Consultivo e Executivo convocará, por meio da Secretaria Geral, os representantes dos países membros para se reunirem em Conferência na cidade designada como sede do Congresso da UPU. Nela, serão examinados temas e propostas de maior interesse para a União, com vistas à determinação dos procedimentos de ação conjunta a serem adotados. A Conferência se reunirá ao longo do Congresso Postal Universal quantas vezes se estime necessário.

Quando existam temas importantes a serem abordados, o Conselho Consultivo e Executivo poderá convocar a reunião da Conferência em data anterior ao início do Congresso da UPU com base no prévio consentimento da maioria dos países membros.

2. O Presidente da Conferência, que será o do Conselho Consultivo e Executivo, informará o Congresso sobre os resultados dos trabalhos realizados por ocasião do Congresso correspondente da UPU e formulará propostas tendentes a fixar a atuação que se julgue mais conveniente para o Congresso seguinte.

3. A Conferência designará o país que deverá substituir o Presidente da mesma se ele não puder participar da reunião ou se encontrar impossibilitado de estar presente em alguma sessão.

4. Todas as disposições do presente Regulamento para o desenvolvimento das sessões do Congresso serão aplicadas à Conferência.

Artigo 116
Conselho Consultivo e Executivo

1. O Conselho Consultivo e Executivo será composto por todos os países membros da União. O país sede do Congresso exercerá a Presidência do Órgão.

2. A reunião constitutiva de cada Conselho será convocada no decorrer do Congresso por seu Presidente. Nela, serão eleitos um primeiro e um segundo Vice-Presidente. Se o país ao qual corresponde a Presidência renunciar a ela, o primeiro Vice- Presidente a assumirá. Nesse caso, o segundo Vice-Presidente passará a ser o primeiro e um novo segundo Vice-Presidente será eleito entre os membros restantes.

3. Em sua reunião constitutiva, o Conselho elegerá quatro países membros para compor o Comitê de Gestão.

4. Cada administração postal designará a sua representação perante o Conselho Consultivo e Executivo.

5. Convocado por seu Presidente, por meio da Secretaria Geral, o Conselho celebrará uma sessão anual na sede da União. Em casos excepcionais e sem que isso signifique maiores custos, o Conselho poderá celebrar sua reunião anual em outra cidade em algum país membro. Em todas as sessões, o Secretário-Geral participará dos debates sem direito a voto. O Conselho ditará o Regulamento Interno que regerá seu funcionamento.

6. Em caso de necessidade, o Presidente, por proposta de qualquer membro e com a anuência dos dois terços dos membros do Conselho, convocará uma reunião extraordinária, dentro de um prazo máximo de dois meses.

7. As funções de membros do Conselho serão gratuitas. Os gastos com seu funcionamento serão arcados pela União. Com exceção das reuniões realizadas durante o Congresso, os países membros da última categoria contributiva que não tenham a possibilidade de usar seus fundos de Cooperação Técnica terão direito ao reembolso do preço de uma única passagem aérea de ida e volta na classe econômica ou do custo da viagem por qualquer outro meio de transporte, com a condição de que a importância envolvida não exceda o preço da passagem aérea de ida e volta na classe econômica. Esta disposição será aplicada com a condição de que a delegação seja unipessoal.

8. Serão convidados a participar como observadores:

a) os representantes da União Postal Universal;

b) qualquer organismo qualificado, sempre que o tema a ser considerado esteja relacionado a ele;

c) as administrações de países interessados nos temas a serem abordados e que se deseje associar aos trabalhos do Conselho Consultivo e Executivo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. A Secretaria Geral enviará convites aos observadores mencionados no parágrafo anterior.

10. O Conselho Consultivo e Executivo coordenará e supervisionará as atividades da União com as seguintes atribuições em particular:

a) manter contato com as administrações postais dos países membros, com os Órgãos da União Postal Universal, com Uniões Postais Restritas e com qualquer outro organismo nacional ou internacional;

b) tomar iniciativas e desempenhar atividades destinadas a defender os interesses comuns das administrações postais dos países membros da União no que se refere aos serviços postais;

c) atuar como controlador das atividades da Secretaria Geral;

d) examinar e, se for o caso, aprovar a Memória anual formulada pela Secretaria Geral sobre as atividades da União;

e) autorizar o Orçamento anual da União dentro dos limites fixados pelo Congresso. Esses limites só poderão ser ultrapassados por iniciativa do Conselho e com a aprovação da maioria dos países membros;

f) examinar e, se for o caso, aprovar a prestação de contas do Orçamento do ano anterior;

g) o Conselho Consultivo e Executivo considerará, em sua primeira reunião posterior ao Congresso Ordinário, o regime salarial do pessoal da Secretaria Geral;

h) aprovar e modificar, se for o caso, o Estatuto do Pessoal da Secretaria Geral da UPAEP;

i) examinar e, se for o caso, aprovar o plano anual de participação da Secretaria Geral nas reuniões postais internacionais, bem como o número de funcionários que deverão participar de cada uma delas, com exceção das viagens de emergência de interesse da União. Sob o mesmo procedimento, aprovar as demais viagens que devam ser realizadas em representação da União;

j) examinar e autorizar, se procedentes, as solicitações de transposição entre programas e entre grupos de gastos de um mesmo programa do Orçamento autorizado para o ano em curso, apresentadas pelo Secretário-Geral;

k) realizar, por mandato ou por iniciativa própria, estudos relacionados a problemas administrativos, legislativos, jurídicos, técnicos, de exploração e econômicos de interesse das administrações postais dos países membros ou que possam afetá-las ou à União;

l) favorecer a implementação das escolas postais nos países membros e, por solicitação das administrações, gerir, por intermédio da Secretaria Geral, ações de especialistas e consultores para sua organização, desenvolvimento e funcionamento, de acordo com programas de cooperação técnica;

m) designar o país sede do Congresso seguinte, nos casos previstos no artigo 104, parágrafos 3 e 4, com votação prévia se houver mais de um candidato;

n) adotar as disposições necessárias para designar o país que deva assumir a Presidência do Congresso no caso previsto no artigo 104, parágrafo 7;

o) apresentar ao Congresso propostas de modificação das Atas e projetos de Resoluções e Recomendações resultantes de estudos realizados por mandato ou por iniciativa própria;

p) decidir sobre as administrações postais de países não membros e organismos qualificados que devem ser convidados como observadores ao Congresso, conforme as disposições do artigo 107 deste Regulamento;

q) informar as administrações postais dos países membros sobre o resultado de estudos iniciados por iniciativa própria quando não corresponda a intervenção do Congresso, ao qual, no entanto, dará conhecimento desse resultado por aplicação do parágrafo 10;

r) estabelecer normas sobre os documentos que a Secretaria Geral deve publicar e distribuir gratuitamente ou a preço de custo;

s) redigir, para o Congresso, o projeto de programa de trabalho do Congresso seguinte, com base nas sugestões formuladas pelas administrações postais da União;

t) a organização e o desenvolvimento dos cursos de que eventualmente disponha a União serão supervisionados pelo Conselho Consultivo e Executivo por intermédio da Secretaria Geral;

u) promover a cooperação internacional para facilitar, por todos os meios de que disponha, a cooperação técnica e econômica em prol das administrações postais dos países em desenvolvimento;

v) atuar em instância superior nas reclamações do pessoal da Secretaria Geral contra as decisões adotadas por ela e resolvidas em primeira instância pela Autoridade de Alta Inspeção;

x) proceder à eleição de cargo ou cargos entre os candidatos propostos no caso previsto no parágrafo 7 do artigo 119;

y) as demais atribuições necessárias para o devido cumprimento do objetivo do Conselho.

11. O Conselho Consultivo e Executivo apresentará, pelo menos dois meses antes do Congresso seguinte, um relatório sobre o conjunto de atividades desenvolvidas no período compreendido entre um Congresso e outro.

Artigo 117
Métodos de trabalho do Conselho Consultivo e Executivo

1. O Conselho Consultivo e Executivo desenvolverá seus trabalhos com base nas políticas institucionais e objetivos globais para ele estabelecidos pelo Congresso. Ele poderá definir uma ordem de prioridade para esses objetivos, introduzir modificações nos mesmos e incorporar outros julgados necessários em decorrência de mudanças nas situações produzidas na atividade postal.

2. O Conselho Consultivo e Executivo determinará os instrumentos e meios com os quais desenvolverá suas atividades.

3. O Conselho Consultivo e Executivo designará um Comitê de Gestão, cuja finalidade será:

- avaliar os planos estratégicos e as prioridades estabelecidas,

- analisar a implementação da nova estrutura e o sucesso alcançado em relação aos objetivos de eficiência e eficácia,

- fazer o acompanhamento da execução do Orçamento,

- apresentar ao Conselho um relatório resumido consolidado sobre a implementação de sua agenda.

O Comitê será composto por sete membros: o Presidente do Conselho Consultivo e Executivo, os dois Vice-Presidentes e quatro países membros da União, que serão eleitos pelo Conselho em sua reunião constitutiva. O Secretário-Geral participará com direito de expressar opiniões e sem direito a voto.

O custo de participação dos membros do Comitê não será, em hipótese alguma, arcado pela UPAEP.

CAPÍTULO III
SECRETARIA GERAL DA UNIÃO

Artigo 118
Atribuições

1. No marco de suas funções gerais, caberá à Secretaria Geral da União:

a) reunir e distribuir documentos e informações de interesse para o serviço postal da União;

b) desempenhar funções de intermediária nos procedimentos de adesão, admissão e saída da União;

c) realizar as pesquisas ou estudos a ela encomendados pelo Congresso ou pelo Conselho Consultivo e Executivo;

d) desempenhar a função de Secretaria do Conselho Consultivo e Executivo, bem como de seu Comitê de Gestão;

e) fornecer as informações solicitadas pelas administrações postais, pelo Escritório Internacional da UPU, pelas Uniões Restritas ou pelos organismos internacionais envolvidos com temas de interesse para os serviços dos correios;

f) intervir e colaborar nos planos de cooperação técnica multilateral e representar a União perante os correspondentes organismos internacionais ou administrações postais que possam facilitar sua cooperação com vistas ao melhoramento dos serviços de correios nos países membros;

g) emitir opinião sobre a interpretação das normas da Constituição e do Regulamento Geral, bem como sobre Resoluções e Recomendações por solicitação de alguma administração;

h) emitir sua opinião em questões litigiosas por solicitação das partes interessadas;

i) manter-se a par do estado do grau de cumprimento das Recomendações adotadas pelo Congresso e comunicar modificações introduzidas nas mesmas aos países membros;

j) manter organizada a Seção Filatélica e a Biblioteca da Secretaria Geral;

k) formular anualmente a conta dos gastos da União;

l) redigir e distribuir oportunamente uma Memória anual dos trabalhos que desenvolva, a qual deverá ser aprovada pelo Conselho Consultivo e Executivo;

m) determinar o montante das cotas distributivas que cada país deve satisfazer anualmente;

n) levar a cabo os programas de cooperação técnica e de assistência para o desenvolvimento do ensino postal em nível regional da União e desempenhar tarefas de supervisão e controle dos cursos postais da União, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Congresso e pelo Conselho Consultivo e Executivo;

o) conduzir os projetos a ela designados pelo Conselho Consultivo e Executivo.

2. No marco dos Congressos, das Conferências e das demais reuniões da União, a Secretaria Geral deverá:

a) intervir na organização e realização dos Congressos, da Conferência e das demais reuniões determinadas pela União;

b) fazer as consultas pertinentes junto a cada um dos países membros para a fixação de uma nova sede, nos casos previstos nos artigos 104, parágrafo 3, e 114, parágrafo 2. Posteriormente, informará o Conselho Consultivo e Executivo sobre o resultado de sua gestão e solicitará seu pronunciamento a favor de um dos países que formularam convite. Comunicará então, a cada governo, o nome do país que o Conselho Consultivo e Executivo designou como sede do Congresso;

c) distribuir oportunamente as propostas a ela encaminhadas para consideração dos Congressos, da Conferência e das demais reuniões da União;

d) atuar como Secretaria da Conferência;

e) elaborar um resumo das decisões adotadas nas reuniões da Conferência;

f) preparar a agenda das reuniões do Conselho Consultivo e Executivo e o relatório sobre os estudos e propostas para apresentação ao Congresso;

g) publicar os documentos dos Congressos, da Conferência e das demais reuniões da União.

3. No marco dos Congressos da União Postal Universal:

a) fazer gestões junto ao país sede do Congresso sobre as salas de reunião e escritórios necessários, respectivamente, para a Conferência e serviços administrativos;

b) divulgar entre os países membros a convocação para a reunião da Conferência, de acordo com o Presidente do Conselho Consultivo e Executivo;

c) prestar sua colaboração às administrações postais dos países membros em questões relacionadas ao desenvolvimento do Congresso Postal Universal.

Artigo 119
Secretário-Geral e Conselheiro da União

1. A Secretaria Geral da União será dirigida e administrada por um Secretário-Geral, assistido por um Conselheiro. Ambos serão eleitos em votação secreta pelo Congresso entre os candidatos apresentados para esse fim. O Secretário-Geral e o Conselheiro serão eleitos para um período e poderão ser reeleitos para outro período adicional. Entende-se por período o intervalo entre dois Congressos ordinários consecutivos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Para ser candidato ao cargo de Secretário-Geral ou Conselheiro, será necessário:

a) possuir uma vasta experiência na organização e execução de serviços postais, adquirida na administração postal de um país membro, e possuir a nacionalidade do país que apresente sua candidatura, ou

b) ocupar o cargo de Secretário-Geral ou de Conselheiro da União.

3. Para a designação do Secretário-Geral e do Conselheiro, as seguintes formalidades deverão ser observadas:

a) eles deverão ser apresentados pelos governos dos países membros, exceto quando se tratar dos funcionários que ocupam esses cargos, os quais poderão apresentar sua candidatura diretamente. Ambos os cargos poderão ser ocupados por nacionais de um mesmo país membro;

b) três meses antes da data do início do Congresso, os governos dos países membros farão a apresentação formal de seus candidatos ao governo do país sede da União, com seus respectivos currículos;

c) quando o Secretário-Geral ou o Conselheiro desejarem apresentar suas candidaturas, eles as enviarão igualmente acompanhadas de seus currículos e no mesmo prazo ao governo do país sede da União;

d) no mais tardar um mês antes da data do início do Congresso, o país sede da União informará os governos dos demais países membros sobre a lista dos candidatos apresentados e o currículo dos mesmos. Ele também fará chegar essas informações à Secretaria Geral;

e) a eleição será realizada por voto secreto e por maioria simples dos membros presentes e votantes.

4. Se ficar vago, o cargo do Secretário-Geral será interinamente ocupado pelo Conselheiro, que manterá suas responsabilidades.

5. Se ficar vago, o cargo de Conselheiro será ocupado pelo Secretário-Geral, que desempenhará as tarefas atribuídas a esse funcionário.

6. Se ambos os cargos ficarem vagos, a Autoridade de Alta Inspeção assumirá interinamente a direção e administração da Secretaria Geral.

7. Imediatamente após a ocorrência de qualquer das eventualidades previstas nos parágrafos 4 a 6, a Secretaria Geral enviará um convite aos países membros da União para apresentarem candidaturas ao cargo ou cargos a serem preenchidos. Por exceção da norma prevista no parágrafo 1, o Conselho Consultivo e Executivo procederá à eleição do cargo ou cargos que correspondam entre os candidatos propostos na primeira reunião que o Órgão celebre após a data em que as vagas tenham sido registradas. O mandato dos funcionários eleitos se estenderá pelo período restante até o Congresso seguinte e esse período não será computado, se for o caso, para os fins da reeleição prevista no parágrafo 1.

8. O procedimento estabelecido no parágrafo anterior não será aplicado quando as vagas ocorrerem após a última reunião ordinária do Conselho Consultivo e Executivo, no período compreendido entre dois Congressos.

9. Além das atribuições expressamente previstas na Constituição e no presente Regulamento Geral, o Secretário-Geral terá as seguintes atribuições:

a) nomear e destituir o pessoal da Secretaria Geral, de acordo com o Regulamento aprovado para esse fim pelo Conselho Consultivo e Executivo;

b) participar das reuniões do Congresso, do Conselho Consultivo e Executivo, da Conferência e do Comitê de Gestão do CCE, podendo participar de suas deliberações, com direito de expressão mas sem direito a voto;

c) participar, na qualidade de observador, dos Congressos da União Postal Universal e das reuniões de seus Conselhos. Nessa qualidade, informará os países membros sobre temas de importância para a União abordados nessas reuniões;

d) organizar a Conferência e as reuniões dos representantes dos países membros da União que participam dos Conselhos da União Postal Universal;

e) contratar empréstimos, assinar documentos de dívidas e constituir garantias que não superem dois duodécimos do Orçamento anual. Os documentos deverão ser assinados pelo Secretário-Geral e pelo Conselheiro;

f) abrir contas bancárias;

g) efetuar transposições de dotações entre rubricas e subrubricas dentro do mesmo grupo de um mesmo programa, de acordo com as necessidades do serviço. Além disso, consultar e obter a anuência do Presidente do Conselho Consultivo e Executivo para efetuar as transposições mais altas previstas no artigo 116, parágrafo 10, inciso i) do Regulamento Geral que forem necessárias para cobrir gastos importantes em situações de emergência e, posteriormente, submeter essas transposições para confirmação ao Conselho Consultivo e Executivo na íntegra, de acordo com o disposto no mencionado artigo, juntamente com qualquer outro gasto que reflita mudanças importantes nos programas ou grupo de gastos dentro de um mesmo programa.

10. O Conselheiro assistirá o Secretário-Geral e, na sua ausência, o substituirá em suas funções com as mesmas atribuições e se ocupará fundamentalmente de:

a) dirigir tarefas administrativas;

b) elaborar os projetos orçamentários da União;

c) estabelecer as contas anuais;

d) colaborar com o Secretário-Geral nas atividades de estudos e cooperação técnica;

e) desempenhar as funções assinaladas no Regulamento da Secretaria Geral.

Artigo 120
Pessoal da Secretaria Geral

1. O pessoal que presta seus serviços na Secretaria Geral será de duas classes:

a) de serviços profissionais;

b) de serviços gerais.

2. O Congresso, por proposta do Secretário-Geral, fixará, por Resolução, a relação de pessoal tanto da categoria profissional como da de serviços gerais.

Artigo 121
Aposentadorias e pensões do pessoal da Secretaria Geral da União

1. O pessoal atual e futuro, eleito ou contratado, residente ou não residente, da Secretaria Geral da UPAEP, de 1º de abril de 1992 em diante, não terá o direito de se aposentar por conta da União. No entanto, terá o direito de receber, ao final de seu cargo, ele ou outras pessoas designadas para receber, em seu nome, uma compensação por saída integrada pela soma de todas as contribuições feitas pelo funcionário e pela União, acrescidas de juros capitalizados com base nas taxas de mercado que esses fundos aufeririam no mercado.

2. As aposentadorias do pessoal da Secretaria Geral, reconhecidas até 31 de março de 1992, e as pensões derivadas ou que se derivem desse conceito serão pagas até a sua extinção com recursos de um Programa especial do Orçamento anual da UPAEP. Se os fundos do mencionado programa forem insuficientes, elas serão pagas com recursos do Fundo de Execução Orçamentária.

Artigo 122
Colaboração com a Secretaria Geral da União

As administrações dos países membros poderão enviar, pelo tempo indispensável, funcionários técnicos para colaborar na realização de trabalhos especiais para a Secretaria Geral da União, quando ela solicitar tal colaboração em casos efetivamente justificados.

CAPÍTULO IV
AUTORIDADE DE ALTA INSPEÇÃO

Artigo 123
Deveres do governo do país sede

Para facilitar o funcionamento da Secretaria Geral e dos demais Órgãos da União, o governo da República Oriental do Uruguai:

a) outorgará os privilégios e imunidades previstos no artigo 8 da Constituição da União;

b) adiantará os fundos necessários para o funcionamento da Secretaria Geral;

c) adotará qualquer outra medida necessária para o cumprimento dos objetivos da Secretaria Geral.

Artigo 124
Atribuições da Autoridade de Alta Inspeção

Caberá à Administração Postal da República Oriental do Uruguai, em seu caráter de Autoridade de Alta Inspeção da Secretaria Geral:

a) formular à Secretaria Geral as observações que estime procedentes sobre qualquer aspecto de seu funcionamento;

b) informar os países membros sobre a não observância, por parte da Secretaria Geral, das observações que tiver formulado na aplicação dos poderes a ela conferidos no âmbito do inciso anterior;

c) efetuar o controle *a posteriori* de todas as contratações, gastos, movimentos de fundos, pagamentos, demonstrativos, etc. da Secretaria Geral;

d) tomar as medidas que considere convenientes para garantir o efetivo adiantamento dos fundos necessários para o funcionamento da Secretaria Geral;

e) velar pelo cumprimento do estabelecido no Orçamento anual de gastos aprovado pelo Conselho Consultivo e Executivo, em conformidade com as estipulações do presente Regulamento Geral;

f) aprovar as prestações de contas anuais dos gastos da Secretaria Geral;

g) cuidar, em primeira instância, das reclamações do pessoal da Secretaria Geral contra decisões que esta venha a tomar;

h) adotar qualquer outra medida necessária para o cumprimento das funções de Alta Inspeção.

CAPÍTULO V
MODIFICAÇÃO DAS ATAS, RESLUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA UNIÃO

Artigo 125
Propostas para a modificação das Atas, Resoluções e Recomendações da União pelo Congresso. Procedimento

1. As propostas deverão ser enviadas à Secretaria Geral quatro meses antes da abertura do Congresso.

2. A Secretaria Geral publicará as propostas e as distribuirá entre as administrações postais dos países membros pelo menos três meses antes da data indicada para a abertura das sessões.

3. As propostas apresentadas após o prazo indicado no parágrafo 1 serão levadas em consideração se forem apoiadas por pelo menos duas administrações. Esta disposição não será aplicada a propostas de alteração de redação, que deverão ostentar a letra "R" no início e serão diretamente encaminhadas à Comissão de Redação.

Artigo 126
Condições de aprovação de propostas relacionadas ao Regulamento Geral, às Resoluções e às Recomendações

1. Para que sejam válidas, as propostas apresentadas ao Congresso relacionadas ao presente Regulamento Geral, às Resoluções e às Recomendações deverão ser aprovadas pela maioria dos países membros presentes e votantes. Pelo menos dois terços dos países membros da União deverão estar presentes ou representados no momento da votação.

2. A norma estabelecida no parágrafo anterior não será aplicada a propostas de modificação do Regulamento Geral relacionadas ao funcionamento do Congresso (artigos 104 a 114, incluindo este), para as quais será necessária uma maioria de dois terços dos países membros da União representados no Congresso. Essas propostas, uma vez aprovadas, entrarão em vigor imediatamente.

CAPÍTULO VI
FINANÇAS DA UNIÃO

Artigo 127
Orçamento da União

1. Cada Congresso fixará, por Resolução, a importância máxima do Orçamento para cada ano no decorrer do período quinquenal posterior ao mesmo em dólares dos Estados Unidos da América e com base na apresentação de programas e atividades desenvolvidos pela Secretaria Geral. Os Orçamentos aprovados serão válidos para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

2. A Secretaria Geral submeterá ao Comitê de Gestão e ao Conselho Consultivo e Executivo o Orçamento detalhado do ano seguinte, bem como a conta de gastos incorridos no ano anterior com as justificativas necessárias para seu exame e, se for o caso, sua aprovação.

Artigo 128
Fundo de Execução Orçamentária

1. No final de cada exercício econômico, o total anual dos gastos a serem cobertos pelo conjunto dos países membros da União será aumentado pelo percentual acordado por cada Congresso. Sua importância será destinada ao Fundo de Execução Orçamentária.

2. Esse fundo será aplicado, pela Secretaria Geral, no sentido de garantir o cumprimento das obrigações orçamentárias.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Se no final de um exercício econômico o Fundo de Execução Orçamentária for superior ou igual ao total dos gastos previstos para o exercício seguinte, não será aplicado, nesse ano, o aumento previsto no primeiro parágrafo deste artigo.

Artigo 129
Contribuição dos países membros

1. Os países membros darão contribuições para cobrir os gastos da União segundo a categoria de contribuição à qual pertençam. Essas categorias são as seguintes:

- categoria de 12 unidades;
- categoria de 11 unidades;
- categoria de 10 unidades;
- categoria de 9 unidades;
- categoria de 8 unidades;
- categoria de 7 unidades;
- categoria de 6 unidades;
- categoria de 5 unidades;
- categoria de 4 unidades;
- categoria de 3 unidades;
- categoria de 2 unidades; e
- categoria de 1 unidade.

2. Os países membros serão enquadrados nas seguintes categorias:

- de 12 unidades;
- de 11 unidades;
- de 10 unidades;
- de 9 unidades;
- de 8 unidades: Canadá - Espanha e Estados Unidos da América;
- de 7 unidades: Portugal e República Federativa do Brasil;
- de 6 unidades: Argentina e Uruguai;
- de 5 unidades;
- de 4 unidades: Colômbia - Chile e Estados Unidos Mexicanos;
- de 3 unidades;
- de 2 unidades: Antilhas Holandesas e Aruba - Panamá - Paraguai e República da Venezuela
- de 1 unidade: Bolívia - Costa Rica - Cuba - Equador - EI Salvador - Guatemala - Haiti - Nicarágua - Peru - República Dominicana - República de Honduras e República de Suriname.

3. A categoria de contribuição de um novo país que ingresse na União deverá manter uma relação com a importância de seus correios. A categoria de contribuição inicial não poderá ser inferior à de 2 unidades.

4. Os países membros poderão mudar de categoria de contribuição, desde que essa mudança seja notificada à Secretaria Geral antes da abertura do Congresso. Essa notificação será comunicada ao Congresso e a mudança de categoria será efetivada na data de entrada em vigor das disposições financeiras aprovadas pelo Congresso.

5. Os países membros só poderão descer uma categoria de contribuição de cada vez. Os países membros que não comunicarem seu desejo de reduzir sua categoria de contribuição antes da abertura do Congresso continuarão na categoria à qual pertenciam até então.

6. As mudanças para categorias superiores não serão objeto de qualquer restrição.

Artigo 130
Fiscalização e adiantamentos

A administração postal do país sede da União fiscalizará os gastos da Secretaria Geral e o governo do respectivo país fará os adiantamentos necessários.

Artigo 131
Formulação de contas

A Secretaria Geral formulará, anualmente, a conta dos gastos da União, que deverá ser verificada pela Autoridade de Alta Inspeção.

Artigo 132
Pagamento das cotas de contribuição

1. O Orçamento aprovado pelo Conselho Consultivo e Executivo será imediatamente comunicado aos países membros para que paguem a cota que lhes corresponde no mencionado Orçamento. Esse pagamento deverá ser efetuado antes do dia 30 de junho do ano ao qual corresponda o Orçamento. Se a importância total autorizada não for efetivamente gasta, os excedentes serão atribuídos ao respectivo país e transpostos para o Orçamento seguinte.

2. Após a data indicada no parágrafo anterior, as quantias pendentes, tanto em relação ao Orçamento como ao fundo de execução orçamentária, serão acrescidas de juros à taxa de 5% ao ano a contar da data de expiração do mencionado prazo.

CAPÍTULO VII
IDIOMAS ADMITIDOS NA UNIÃO

Artigo 133
Idiomas

1. Os documentos da União serão apresentados às administrações no idioma espanhol. No entanto, na correspondência de serviço enviada por administrações postais de países membros cujo idioma não seja o espanhol poderá ser usado o idioma desses países. Excepcionalmente, o Conselho Consultivo e Executivo poderá autorizar a tradução de publicações de interesse especial para a execução dos serviços para os idiomas francês, inglês e português.

2. Para as deliberações dos Congressos, da Conferência e do Conselho, serão admitidos, além do idioma espanhol, o francês, o inglês e o português. Ficará a critério dos organizadores da reunião e da Secretaria Geral a escolha do sistema de tradução a ser usado.

3. Os gastos com serviços de interpretação correrão por conta dos países que solicitem esse serviço, exceto quando se trate de países enquadrados na última categoria de contribuição.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 134
Vigência e duração do Regulamento Geral

O presente Regulamento Geral entrará em vigor no primeiro dia de janeiro de dois mil e um e permanecerá em vigor até a implementação das Atas do Congresso seguinte.

Os Representantes Plenipotenciários dos governos dos países membros da União assinaram o presente Regulamento Geral na cidade do Panamá, República do Panamá, no dia doze de setembro de dois mil.

DECRETO Nº 8.357, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a execução do Décimo Quarto Regulamento do Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres-Porto de Nova Palmira), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República da Bolívia, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu de 1980, que criou a Associação Latino-Americana de Integração - Aladi, firmado pela República Federativa do Brasil em 12 de agosto de 1980 e promulgado pelo Decreto nº 87.054, de 23 de março de 1982, prevê modalidade específica de Acordos em seu Artigo 14;

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República da Bolívia, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, com base no Tratado de Montevidéu de 1980, firmaram, em 26 de junho de 1992, em Mendoza, o Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres-Porto de Nova Palmira), promulgado pelo Decreto nº 2.716, de 10 de agosto de 1998; e

Considerando que a Secretaria-Geral da Aladi, no uso das faculdades que lhe confere a Resolução 30, de 17 de agosto de 1983, do Comitê de Representantes da Associação, lavrou, em 12 de julho de 2007, Ata de Registro do Décimo Quarto Regulamento do Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres-Porto de Nova Palmira) - Regulamento de Segurança para as Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres-Porto de Nueva Palmira);

D E C R E T A :

Art. 1º O Décimo Quarto Regulamento do Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres-Porto de Nova Palmira) - Regulamento de Segurança para as Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres-Porto de Nueva Palmira), entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República da Bolívia, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, anexo a este Decreto, será executado e cumprido integralmente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos
Celso Luiz Nunes Amorim
Paulo Sérgio Oliveira Passos

ACORDO DE TRANSPORTE FLUVIAL PELA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ (PORTO DE CÁCERES - PORTO DE NOVA PALMIRA)

Décimo Quarto Regulamento

Os Plenipotenciários da República Argentina, da República da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, acreditados por seus respectivos Governos segundo poderes que foram outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI),

CONSIDERANDO

A competência regulamentar amparada pelo Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nova Palmira), denominado "Acordo de Santa Cruz de la Sierra", e de seus Protocolos Adicionais; e

Que a protocolização, ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980, do Regulamento de Segurança para as Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nova Palmira) foi recomendada na Reunião do Grupo Técnico Nº 2, de 22 de setembro de 2003, cuja Ata foi aprovada na XXXIII Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nova Palmira), de 25 de setembro de 2003,

CONVÊM EM:

Artigo 1º.- Registrar, no âmbito do Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nova Palmira) e de seus Protocolos Adicionais, o Regulamento de Segurança para as Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nova Palmira), aprovado na Reunião de Buenos Aires de Chefes de Delegação do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, de 26 de novembro de 1999, que se anexa e faz parte do presente instrumento.

Artigo 2º.- Os Governos dos Países-Membros procederão à incorporação do presente Regulamento a seus respectivos ordenamentos jurídicos nacionais, em conformidade com seus procedimentos internos.

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente instrumento, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos signatários.

EM FÉ DO QUE, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente instrumento na cidade de Montevidéu, aos doze dias do mês de julho de dois mil e sete, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos. (a.:) Pelo Governo da República Argentina: Juan Carlos Olima; Pelo Governo da República da Bolívia: Marcelo Janko; Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Regis Percy Arslanian; Pelo Governo da República do Paraguai: Marcelo Scappini; Pelo Governo da República Oriental do Uruguai: Gonzalo Rodríguez Gigena.

REGULAMENTO DE SEGURANÇA PARA AS EMBARCAÇÕES DA HIDROVIA PARAGUAI - PARANÁ (PORTO DE CÁCERES - PORTO DE NUEVA PALMIRA)

ÍNDICE

CAPÍTULO 8 INSTALAÇÕES DE MÁQUINAS EM LANCHAS DE PASSAGEIROS
Regra 1 Geral
Regra 2 Sistemas Auxiliares
CAPÍTULO 9 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM EMBARCAÇÕES DE CARGA E EM EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS
Regra 1 Geral
Regra 2 Fonte de Energia Elétrica Principal e Rede de Iluminação
Regra 3 Fonte de Energia Elétrica de Emergência
Regra 4 Precauções Contra Descargas Elétricas, Incêndios de Origem Elétrica e Outros Riscos do Mesmo Tipo
CAPÍTULO 10 PRESCRIÇÕES COMPLEMENTARES PARA EMBARCAÇÕES DE CARGA E EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS RELATIVAS A ESPAÇOS DE MÁQUINAS SEM GUARNIÇÃO PERMANENTE
Regra 1 Medidas de Segurança

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TÍTULO III PROTEÇÃO E MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS, SISTEMAS DE DETECÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS
CAPÍTULO 1 DEFINIÇÕES
Regra 1 Definições e Considerações
CAPÍTULO 2 MEDIDAS DE SEGURANÇA, SISTEMAS E DISPOSITIVOS DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS EM LANCHAS DE PASSAGEIROS
Regra 1 Sistema Geral de Extinção por Água
Regra 2 Sistemas Fixos de Extinção em Espaços de Máquinas
Regra 3 Extintores Portáteis
Regra 4 Medidas de Segurança
CAPÍTULO 3 MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS, SISTEMAS E DISPOSITIVOS DE DETECÇÃO E SISTEMAS DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS EM EMBARCAÇÕES DE CARGA E EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS
Regra 1 Sistema Geral de Extinção por Água
Regra 2 Sistemas Fixos e Dispositivos Portáteis de Extinção em Espaços de Máquinas
Regra 3 Medidas Especiais em Espaços da Categoria "A" para Máquinas
Regra 4 Medidas Relativas ao Combustível Líquido e Óleos Inflamáveis
Regra 5 Instalações e Artefatos a Gás para Cozinhas
Regra 6 Extintores Portáteis em Espaços de Alojamento, Serviço e Postos de Controle
Regra 7 Equipamento de Bombeiro e Acessórios Contra Incêndios
Regra 8 Plano de Combate Contra Incêndios
CAPÍTULO 4 PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS E MEDIDAS DE SEGURANÇA ADICIONAIS EM EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS
Regra 1 Geral
Regra 2 Proteção Estrutural Contra Incêndios
Regra 3 Meios de Escape
Regra 4 Proteção de Espaços de Alojamento
Regra 5 Proteção de Espaços de Categoria Especial
CAPÍTULO 5 PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS E MEDIDAS DE SEGURANÇA COMPLEMENTARES EM EMBARCAÇÕES DE CARGA
Regra 1 Geral
Regra 2 Proteção Estrutural Contra Incêndios
Regra 3 Meios de Escape
Regra 4 Proteção Contra Incêndios em Espaços de Carga, Espaços de Carga Rodada, Espaços de Categoria Especial e Outros que forem Utilizados para o Transporte de Mercadorias Perigosas ou de Veículos a Motor com Combustível nos seus Tanques para a sua Propulsão
CAPÍTULO 6 PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS E MEDIDAS DE SEGURANÇA ADICIONAIS EM EMBARCAÇÕES TANQUE
Regra 1 Âmbito de Aplicação
Regra 2 Localização e Separação dos Espaços
Regra 3 Proteção Estrutural Contra Incêndios
Regra 4 Circulação de Ar, Drenagem e Ventilação de Tanques de Carga e Praças de Bombas
Regra 5 Proteção dos Tanques de Carga
Regra 6 Características dos Sistemas de Espuma sobre o Convés
Regra 7 Proteção das Praças de Bombas de Carga e Compartimento de Compressores
Regra 8 Embarcações Tanque de Produtos Gasosos e Químicos
CAPÍTULO 7 MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EMBARCAÇÕES DE CARGA SEM PROPULSÃO
Regra 1 Embarcações de Carga sem Propulsão Tripuladas
Regra 2 Barcaças
TÍTULO IV DISPOSITIVOS E MEIOS DE SALVAMENTO EM EMBARCAÇÕES TRIPULADAS
CAPÍTULO 1 CARACTERÍSTICAS DOS DISPOSITIVOS DE SALVAMENTO
Regra 1 Definições
Regra 2 Aprovação dos Dispositivos de Salvamento
Regra 3 Especificações dos Dispositivos Individuais de Salvamento e dos Sinais Visuais
Regra 4 Especificações dos Dispositivos Coletivos de Salvamento
CAPÍTULO 2 LOCALIZAÇÃO E QUANTIDADE DOS DISPOSITIVOS DE SALVAMENTO
Regra 1 Localização dos Dispositivos de Salvamento
Regra 2 Quantidade dos Dispositivos de Salvamento
Regra 3 Saídas de Escape, Postos e Meios de Embarque
Regra 4 Quadro de Obrigações para Casos de Emergência
Regra 5 Sistema de Alarme Geral de Emergência
TÍTULO V RADIOCOMUNICAÇÕES E SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO
CAPÍTULO 1 RADIOCOMUNICAÇÕES
Regra 1 Equipamento
Regra 2 Fonte de Energia da Instalação Radiotelefônica
Regra 3 Pessoal de Radiocomunicações
Regra 4 Indicativo de chamada e Licença de Estação de Navio
CAPÍTULO 2 SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO
Regra 1 Mensagens de Perigo
Regra 2 Aparelhos Náuticos, Publicações e Documentação a Bordo
Regra 3 Equipamento de Amarração e Fundeio
ANEXO I CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DAS REGRAS A EMBARCAÇÕES EXISTENTES

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 1
ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES, ETC.

Regra 1
Âmbito de Aplicação

1. O presente Regulamento é aplicável a toda embarcação matriculada no registro de um País Signatário, como embarcação da Hidrovia, a qual deverá estar incluída em algum dos seguintes casos:

a) Arqueação bruta (AB) igual ou maior que 50;

b) Potência propulsora maior que 500 kW (QUINHENTOS KILOWATT);

c) Potência elétrica nominal maior que 50 kW (CINQÜENTA KILOWATT);

d) Transporte de hidrocarbonetos;

e) Transporte de mercadorias incluídas no Regulamento para o Transporte de Mercadorias Perigosas da Hidrovia; e

f) Transporte de passageiros.

2. As prescrições do presente Regulamento serão aplicadas a partir da entrada em vigor do mesmo às embarcações novas. As embarcações existentes cumprirão o previsto no presente Regulamento, de acordo com o estabelecido no Anexo I.

3. A Administração assegurará, com relação às embarcações existentes que não se encontrem sujeitas às disposições específicas do presente Regulamento, o cumprimento das prescrições que lhe eram aplicáveis antes da entrada em vigor do mesmo. As embarcações existentes que efetuem reparos ou pequenas modificações e a conseqüente instalação de equipamento continuarão a atender, pelo menos as prescrições que já lhe eram aplicáveis anteriormente.

4. Toda embarcação que se transforme em embarcação de passageiros, embarcação tanque, gaseira ou de transporte de produtos químicos, será considerada como construída na data em que iniciar a referida transformação.

5. As transformações ou modificações de grande importância, que vierem a afetar o serviço para o qual originalmente foi projetada a embarcação, cumprirão com as prescrições do presente Regulamento aplicáveis a embarcações novas, no que a Administração julgar razoável e possível.

Regra 2
Definições

1. Embarcação: toda construção flutuante destinada a navegar, quer seja propulsada pelos seus próprios meios ou mediante o auxílio de outra. O termo navio, para fins do presente Regulamento, será considerado equivalente.

2. Embarcação de Passageiros: toda embarcação autopropulsada que transportar mais de doze passageiros e que não seja lancha de passageiros.

3. Passageiro: toda pessoa a bordo, maior de um ano de idade que não seja o Comandante, ou um membro da tripulação ou qualquer pessoa contratada a bordo.

4. Lancha de Passageiros: toda embarcação autopropulsada de comprimento menor que 24 m, que não possui convés das anteparas ou que este não seja contínuo de proa à popa e que transporte passageiros exclusivamente sentados, sem camarotes nem outros locais para descanso. A Administração poderá permitir o transporte de passageiros a pé em travessias não superiores a uma hora e sempre que a quantidade dos mesmos não exceder a 1,5 pessoas por metro quadrado de área livre de convés em espaços de passageiros.

5. Embarcação de Carga: toda embarcação autopropulsada que não seja de passageiros, incluídas aquelas que não transportam carga, como por exemplo os rebocadores.

6. Embarcação Tanque: toda embarcação de carga, que transporte a granel líquidos de natureza inflamável ou produtos químicos líquidos perigosos que são definidos no Regulamento para o Transporte de Mercadorias Perigosas.

7. Navio tanque de produtos químicos ou navio de transporte de produtos químicos: embarcação tanque construída ou adaptada e utilizada para o transporte a granel de qualquer um dos produtos líquidos perigosos relacionados como tais no Regulamento para o Transporte de Mercadorias Perigosas na Hidrovia.

8. Navio tanque de produtos gasosos ou navio gaseiro: embarcação tanque construída ou adaptada e utilizada para o transporte a granel de qualquer um dos gases liquefeitos ou de outros produtos relacionados no Regulamento para o Transporte de Mercadorias Perigosas na Hidrovia.

9. Embarcação sem Propulsão: embarcação de carga sem meios próprios de propulsão. No caso em que, além de não levar tripulação, não tiver governo, será denominada:

- Barcaça, se possuir porões ou tanques abaixo do convés.

- Pontão, se não possuir porões ou tanques abaixo do convés.

10. Embarcação nova: toda aquela cuja quilha tenha sido batida, ou cuja construção se encontre em uma etapa equivalente, na data de entrada em vigor do presente Regulamento ou em data posterior. Para fim do presente Regulamento toda embarcação que for incorporada à matrícula de um País Signatário depois da referida data, será considerada como embarcação nova.

11. Embarcação existente: toda aquela que não é nova.

12. Autoridade Competente: Governo do Estado cuja bandeira a embarcação está autorizada a arvorar. Também denominada Administração.

13. Organização reconhecida: toda Sociedade Classificadora ou outra Organização, cujas vistorias, inspeções, habilitações, testes, aprovações, e certificados, se encontrem convalidados mediante um acordo ou regulamento oficial que autorize a atuação das mesmas em nome da Autoridade Competente.

14. Acordo: o Acordo de "Santa Cruz de la Sierra" sobre transporte fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres, Porto de Nueva Palmira).

Regra 3
Isenções

1. Toda embarcação que não estiver normalmente destinada a realizar viagens dentro do âmbito de aplicação do Acordo, mas que em circunstâncias excepcionais tiver que empreender uma viagem isolada entre os portos de Países Signatários do mesmo, poderá ser desobrigada pela Administração, de cumprir uma das disposições estipuladas no presente Regulamento, sob a condição de atender às prescrições de segurança que considere sejam as apropriadas para a viagem que a embarcação tiver que empreender. Quando para uma embarcação for concedida uma isenção de acordo com o disposto anteriormente, expedir-se-lhe-á o correspondente "Certificado de Isenção" previsto no presente Regulamento.

2. Toda Administração poderá isentar qualquer embarcação que apresentar características inovadoras do cumprimento de qualquer uma das disposições do presente Regulamento, se a sua aplicação dificultar seriamente a pesquisa que vise ao aperfeiçoamento das referidas características. Não obstante, a embarcação que se enquadre nesse caso terá de cumprir com as prescrições de segurança que, na opinião da Administração, sejam apropriadas para o serviço ou atividade para a qual estiver destinada e que por suas características garantam a segurança geral da embarcação, além de serem aceitáveis pelos Governos dos Estados que a embarcação tiver de visitar. A Administração que conceder qualquer uma das isenções previstas na presente regra comunicará aos demais Países Signatários do Acordo as particularidades das mesmas e as razões que as motivaram.

Regra 4
Equivalências

1. Quando as presentes regras estabelecerem a instalação ou o prazo para uma embarcação dispor de algum acessório, material, dispositivo ou aparato, a Administração poderá permitir a instalação de qualquer outro se, após ter realizado testes ou utilizado outro procedimento conveniente, considerar que o mesmo resultará ser tão eficiente como o prescrito pelo presente Regulamento. Toda Administração que autorizar tal equivalência comunicará aos demais Países Signatários as correspondentes particularidades, junto com um relatório com relação dos testes que tenham sido efetuados.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Modelo de Certificado de Isenção para as Embarcações da Hidrovia

CERTIFICADO DE ISENÇÃO PARA EMBARCAÇÕES DA HIDROVIA

(Selo Oficial)

Nº DO CERTIFICADO

Expedido conforme as disposições do
REGULAMENTO DE SEGURANÇA PARA EMBARCAÇÕES DA HIDROVIA (PARAGUAI - PARANÁ)
com a Autoridade conferida pelo Governo do (da)
.....
(nome do Estado)
pela .....
Autoridade ou Organização que expede o Certificado)

NOME DA EMBARCAÇÃO	MATRÍCULA	INDICATIVO

SERVIÇO/S DA EMBARCAÇÃO	TIPO	DATA DE QUILHA

COMPRIMENTO DE ARQUEAÇÃO	ARQUEAÇÃO BRUTA (AB)	ARQUEAÇÃO LÍQUIDA (AL)	BORDA-LIVRE(mm)

TIPO E MARCA DO MOTOR	NÚMERO DO MOTOR	POTÊNCIA PROPULSORA	POTÊNCIA ELÉTRICA NOMINAL

MATERIAL DO CASCO	PROTEGIDA	MERCADORIAS PERIGOSAS	NÚMERO MÁXIMO DE PASSAGEIROS
	SIM/ NÃO	SIM/ NÃO	

CERTIFICA-SE:

Que por aplicação do prescrito na regra ..... do Regulamento de Segurança para Embarcações da Hidrovia, a mesma fica isenta das prescrições relativas a ..... do Regulamento.

Condições, se houverem, nas quais se lhe outorga o Certificado de Isenção
.....

Viagens, se houverem, para as quais se outorga o Certificado de Isenção:
.....

O presente certificado será válido até ..... sob a condição de que continue sendo válido o Certificado ..... ao qual se anexa o presente.

Expedido em .....
(local de expedição do Certificado)

(data de expedição)
.....
(assinatura do funcionário autorizado)

(Selo da autoridade expedidora)

CAPÍTULO 2
VISTORIAS, CERTIFICAÇÃO E NORMAS DE CONSTRUÇÃO

Regra 1
Vistorias e Certificados

1. As vistorias e certificados cumprirão com o estipulado no Regulamento de Inspeções, vistorias e Certificados para Embarcações da Hidrovia.

Regra 2
Normas de Construção

1. Em complemento aos requisitos contidos no presente Regulamento, as embarcações e seu equipamento deverão ser desenhados e construídos em conformidade com os requisitos estruturais, mecânicos e elétricos, dispostos pela Administração ou por uma Organização reconhecida.

TÍTULO II
CONSTRUÇÃO, COMPARTIMENTAGEM E ESTABILIDADE INSTALAÇÕES DE MÁQUINAS E ELETRICIDADE

CAPÍTULO 1
ASPECTOS GERAIS

Regra 1
Definições

1. Comprimento (L): 96% do comprimento total numa linha d'água correspondente a 85% do menor pontal moldado medido do tôpo da quilha, ou como o comprimento compreendido entre a parte de vante da roda de proa e o eixo da madre do leme, na mesma linha d'água. Dos dois comprimentos, aquele que for maior.

2. Perpendiculares: as perpendiculares da proa e da popa deverão situar-se nas extremidades do comprimento (L). A perpendicular a vante deverá coincidir com a parte de vante da roda de proa na linha d'água na qual o comprimento for medido.

3. Boca: largura máxima moldada da embarcação, em metros.

4. Pontal: distância vertical, em metros, medida do topo da quilha ao topo do vau do convés da Borda Livre pelo lado. Contudo, em um navio que tiver sobre o convés das anteparas um espaço de carga fechado que se estender no sentido longitudinal de todo o comprimento, o pontal será medido até o convés localizado imediatamente acima. Quando os espaços de carga fechados cobrirem um comprimento menor, o pontal será determinado acrescentando ao mesmo uma fração em metros igual a e l/L, onde l é o comprimento total dos referidos espaços em metros.

5. Convés das Anteparas: o mais elevado convés até onde vão as anteparas estanques transversais . Nas lanchas com convés de anteparas incompleto, o referido convés será considerado coincidente com o ponto mais baixo do costado.

6. Linha de Margem: linha contínua traçada no costado da embarcação a uma distância vertical não inferior a 75 mm por baixo da intersecção do costado e o lado superior do convés das anteparas ou passando pelo menos 75 mm por baixo do ponto no qual o costado já não seja considerado estanque à água.

7. Linha de Carga máxima de Compartimentagem: linha de flutuação correspondente ao calado máximo permitido pelas prescrições aplicáveis relativas à compartimentagem.

8. Permeabilidade de um espaço: porcentagem do volume desse espaço que a água pode ocupar. O volume de um espaço que se estende por cima da linha de margem será medido somente até a altura desta linha.

9. Espaço de máquinas: estendendo-se entre a linha base moldada e a linha de margem, e entre as anteparas estanques transversais principais, limita os espaços ocupados pelas máquinas propulsoras principais e auxiliares, as caldeiras utilizadas para a propulsão e todos os paióis de carvão permanentes. Tratando-se de uma disposição estrutural pouco freqüente, a Administração poderá definir os limites dos espaços de máquinas.

10. Espaços de passageiros: destinados ao alojamento e uso dos passageiros, excluídos os compartimentos de bagagem, de roupas, de mantimentos e destinados aos correios. Para fins do presente título, os espaços sob a linha de margem destinados ao alojamento e uso da tripulação serão considerados como espaços de passageiros.

11. Volumes e áreas: em todos os casos, deverão ser calculados em relação às linhas moldadas.

12. Estanque ao tempo: condição em que, seja qual for o estado do rio, a água não penetrará no navio.

Definições relativas aos capítulos 7 e 9.

13. Sistema de controle do aparelho de governo: equipamento por meio do qual são transmitidas ordens do passadiço aos servomotores do aparelho de governo. Os sistemas de controle do aparelho de governo compreendem os transmissores, receptores, bombas do comando hidráulico e os seus respectivos motores, controles do motor, tubulações e cabos.

14. Aparelhos de governo principal: conjunto constituído pelo maquinismo, pelos dispositivos acionadores do leme, por suas unidades motoras, se houver, e seu equipamento auxiliar , bem como os meios previstos cana ou quadrante que têm por objetivo transmitir um conjugado à madre do leme, necessário para mover o leme com o fim de governar o navio em condições normais de serviço.

15. Unidade motora do aparelho do governo é:

a) no caso de um aparelho de governo elétrico, um motor elétrico com o seus respectivos equipamentos ;

b) no caso de um aparelho de governo eletrohidráulico, um motor elétrico com seu respectivo equipamento elétrico e a bomba à qual estiver acoplado;

c) no caso de outros tipos de aparelho de governo hidráulico, o motor impulsor e a bomba à qual estiver acoplado;

16. Aparelho de governo auxiliar: equipamento que, embora não faça parte do aparelho de governo principal, é necessário para governar o navio no caso de avaria do aparelho de governo principal; não inclui a cana do leme, o quadrante , ou dispositivos semelhantes que atendem ao mesmo propósito.

17. Sistema acionador ou motor: equipamento hidráulico destinado a fornecer a energia que faz girar a madre do leme; compreende um ou vários servomotores de aparelho de governo, junto com as respectivas tubulações e acessórios e o comando do leme. Os sistemas deste tipo podem compartilhar componentes mecânicos comuns, tais como a cana do leme, o quadrante e a madre do leme, ou componentes que desempenhem a mesma função que essas peças.

18. Condições normais de funcionamento e habitabilidade: ocorrem quando o conjunto do navio, todas as suas máquinas, os serviços, os meios e recursos que asseguram a propulsão, a manobrabilidade, a segurança da navegação, a proteção contra incêndios e alagamento, as comunicações exteriores e interiores, sinalização e os meios de abandono, e os guinchos de emergência das embarcações, as condições de habitabilidade, apresentem situação de normalidade de acordo com o projetado.

19. Situação de emergência: ocorre quando qualquer um dos serviços necessários para manter as condições normais de funcionamento e habitabilidade não podem ser prestadas porque a fonte de energia elétrica principal falhou.

20. Fonte de energia elétrica principal: constituída por geradores destinados a fornecer energia elétrica ao quadro de distribuição principal com a finalidade de distribuir a referida energia(luz e força) a todos os serviços necessários, para manter o navio em condições normais de funcionamento e habitabilidade.

21. Quadro de distribuição principal: alimentado diretamente pela fonte de energia elétrica principal e destinado a distribuir energia para os serviços do navio.

22. Quadro de distribuição de emergência: alimenta diretamente a fonte de energia elétrica de emergência ou a fonte temporária de energia de emergência, no caso de falha do sistema principal de fornecimento de energia elétrica, e tem por finalidade distribuir energia elétrica para os serviços de emergência.

23. Fonte de energia elétrica de emergência: alimenta o quadro de distribuição de emergência no caso de falha do fornecimento proveniente da fonte de energia elétrica principal.

24. Navio tanque de produtos químicos: navio de carga construído ou adaptado e utilizado para o transporte a granel de qualquer um dos produtos líquidos perigosos, relacionados como tais no Regulamento para o Transporte de Mercadorias Perigosas na Hidrovia.

25. Navio de produtos a gás: navio de carga, construído ou adaptado, e utilizado para o transporte a granel de qualquer um dos gases liquefeitos ou de outros produtos relacionados no Regulamento para o Transporte de Mercadorias Perigosas na Hidrovia.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAPÍTULO 2
COMPARTIMENTAGEM E ESTABILIDADE EM AVARIA EM EMBARCAÇÕES E LANCHAS DE PASSAGEIROS E EM EMBARCAÇÕES DE CARGA

Regra 1
Compartimentagem de Embarcações de Carga

1. Toda embarcação de carga possuirá, pelo menos, as seguintes anteparas estanques transversais:

a) Uma antepara de colisão na proa.

b) Uma antepara de colisão na popa.

c) Duas anteparas que limitem a Praça de Máquinas, se possuírem praça de máquinas no centro ou uma antepara a vante da praça de máquinas em embarcações com praça de máquinas na popa.

2. Em complemento ao prescrito anteriormente, para as embarcações as quais não se requer o cumprimento de subdivisão estanque contra avarias ou contra alagamentos, deverão ser instaladas, de forma o mais equidistante possível, anteparas estanques transversais, subdividindo os espaços de carga de forma que o número mínimo dessas anteparas complementares seja o que se prescreve a seguir:

	ANTEPARAS COMPLEMENTARES	
COMPRIMENTO (C) em m.	Máquinas no Centro	Máquinas a Popa
≤ 65	0	0
65 < L ≤ 85	0	1
85 < L ≤ 105	1	1
105 < L ≤ 115	2	2
115 < L ≤ 145	3	3
L > 145	4	4

3. Em qualquer caso, a distância entre as anteparas estanques transversais não será maior que 30 m, exceto se a Administração julgar que não é necessária tal restrição, em virtude das disposições particulares de resistência estrutural e estabilidade que a embarcação possua.

Regra 2
Compartimentagem e Flutuabilidade em Avaria de Embarcações e Lanchas de Passageiros

1. Em complemento às anteparas prescritas na regra letra "a" do item "1" da Regra 1, as embarcações de passageiros estarão subdivididas por um número de anteparas estanques, de modo que não seja submergida a linha de margem diante do alagamento de um compartimento qualquer e que não ocorra a perda da estabilidade em avaria conforme o estabelecido na Regra 5.

2. Nas lanchas de passageiros não será exigida a colocação das anteparas prescritas no parágrafo 1 acima, desde que a compartimentagem do casco seja tal que, quando ocorrer um alagamento incontrolado produzido por uma das avarias abaixo, a condição final de flutuação não submerja nenhuma abertura pela qual possa ocorrer um alagamento progressivo, nem se encontre a menos de 150 mm da borda em embarcações sem conveses:

a) avaria na roda de proa ou em 10% do comprimento medido desde a perpendicular da proa no fundo do casco;

b) ruptura da rede em alguma emenda do casco abaixo da linha d'água;

c) entrada de água pela gaxeta do tubo do eixo ou pelo orifício do tubulão do leme quando o mesmo estiver a menos de 150 mm da linha d'água; e

d) avaria no casco na área de apoio de pés de galinha e/ou de qualquer outro apêndice que sobressaia em forma não protegida pelas linhas do casco.

Regra 3
Disposição das Anteparas Estanques Transversais

1. Em todas as embarcações com convés, as anteparas serão estendidas até o convés das anteparas de forma resistente e estanque à água.

2. Em embarcações de carga, a antepara de popa poderá terminar em um convés abaixo daquele das anteparas, sempre que o referido convés estiver acima do convés da borda livre.

3. A antepara de colisão será colocada em uma distância da perpendicular de proa entre 5% e 8% do comprimento (L). A Administração poderá aceitar uma posição da antepara de colisão superior à prescrita ser for comprovado que, quando determinado compartimento for inundado estando o navio com a carga máxima, o convés das anteparas não será submerso e não ocorrerá uma inaceitável perda de estabilidade ou emersão do hélice.

4. Nas embarcações tanque também será necessária, pelo menos, uma antepara estanque longitudinal que se estenda até o convés da borda livre ao longo da zona de tanques. O número mínimo de anteparas estanques, em qualquer caso, será tal que assegure uma resistência estrutural suficiente e evite esforços estruturais dinâmicos inadequados. Sem prejuízo do prescrito anteriormente, as embarcações tanque deverão cumprir com os requisitos relativos à estabilidade no estado de avaria, tamanho e reparo dos tanques de carga de acordo com o prescrito no regulamento do Capítulo II do Título VII do Protocolo Complementar ao Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai - Paraná, sobre Navegação e Segurança.

Regra 4
Aberturas nas Anteparas Estanques

1. Quando existirem tubulações, embornais, cabos elétricos, etc, instalados através de anteparas estanques de compartimentagem, serão tomadas as medidas necessárias para manter a estanqueidade das mesmas.

2. Não será permitido instalar nas anteparas estanques de compartimentagem, válvulas ou tomadas não integradas a um sistema de redes.

3. Não serão utilizados materiais combustíveis nos sistemas de redes que atravessem as anteparas estanques. Em embarcações de passageiros, as redes pelas quais possam ser alagados outros espaços que se encontrem em uma altura inferior a 500 mm de fundo do casco estarão localizadas, com relação ao costado, a uma distância indicada no parágrafo 5, abaixo, ou, na sua falta, contarão com válvulas interceptoras comandadas do convés.

4. Não serão permitidas portas, elipses ou aberturas de acesso na antepara de colisão ou nas anteparas limitantes que separem o espaço de máquinas do espaço de passageiros. Porém, em embarcações de carga de comprimento menor que 24 m, onde o acesso ao pique tanque pelo convés é impraticável, poder-se-á, a critério da Administração, admitir uma abertura na antepara de colisão, sempre que a mesma possuir um fechamento estanque de resistência equivalente à antepara e estiver localizada na posição mais alta possível.

5. Em outras anteparas estanques, que não sejam de colisão, ou em anteparas às quais os passageiros não tenham acesso, poderão ser permitidas certas aberturas abaixo do convés das anteparas, sempre que sejam em número mínimo compatível com o projeto, o serviço ou atividade da embarcação. Nesse caso, as referidas aberturas deverão ser portas estanques e fixadas permanentemente à antepara e de resistência equivalente, com dispositivos de fechamento em ambos os lados. As portas estanques que devam permanecer abertas em viagem deverão ser do tipo corrediça, acionáveis de ambos os lados e de uma posição acima do convés da borda livre com indicação de abertura no passadiço. Quando normalmente mantidas fechadas em viagem, mas essenciais para o serviço do navio, as portas estanques poderão, a critério da Administração, ser do tipo dobradiça ou corrediça sem dispositivo de telecomando; contudo, não deverão estar localizadas a uma distância perpendicular ao eixo longitudinal inferior a 1/5 (um quinto) da boca quando situadas abaixo da linha d'água. Tais portas terão um cartaz indicando que as mesmas devem ser mantidas fechadas após o seu uso.

6. As portas estanques que devam permanecer fechadas em viagem, poderão ser do tipo dobradiça e acionáveis de ambos os lados. As referidas portas serão fechadas antes de começar a viagem e serão mantidas fechadas por todo seu percurso. Toda abertura e posterior fechamento de portas estanques que devam permanecer normalmente fechadas em viagem deverão ser registrados no Livro Diário de Navegação.

7. Em embarcações de passageiros não serão permitidas portas nas anteparas estanques abaixo do convés das anteparas que não sejam acionadas por controle remoto.

8. No caso de existirem um ou vários compartimentos entre a antepara de popa e a antepara de ré da praça de máquinas, o túnel do eixo deverá ser estanque. O acesso da praça de máquinas ao túnel do eixo, exceto no caso de um túnel curto, será feito através de uma porta estanque do tipo corrediça.

Regra 5
Estabilidade em Avarias em Embarcações e Lanchas de Passageiros

1. As embarcações de passageiros possuirão, com qualquer compartimento simétrico ou assimétrico alagado, uma altura metacêntrica corrigida não inferior a 50 mm e um braço de endireitamento que permita suportar a ação do vento estabelecida no Regulamento de Borda Livre e Estabilidade para Embarcações da Hidrovia, enquanto estiverem carregadas com todos os passageiros, equipamentos e demais elementos de seu porte bruto.

2. Para fins de cálculo, será utilizado um método aceito pela Administração e serão consideradas as permeabilidades mínimas estabelecidas a seguir:

Espaços de Passageiros = 95%

Espaços de Máquinas = 85%

Porões de Carga, Paióis de Equipagem ou Outros = 75%

Porões com Contêineres ou Veículos = 60%

Tanques = 0 - 95% (serão considerados totalmente cheios ou vazios de acordo com o caso).

Regra 6
Indicação, Marcação e Registro da Linha de Carga Máxima de Compartimentagem em Embarcações e Lanchas de Passageiros

1. Para assegurar a manutenção do grau de compartimentagem exigido e prevenir a sua sobrecarga, todas as embarcações e lanchas de passageiros marcarão, em cada bordo da embarcação e em relação ao calado de compartimentagem aprovado de acordo com a regra 5, uma linha de carga máxima de compartimentagem (linha de carga máxima correspondente ao calado máximo adotado para o cálculo da compartimentagem aprovada). Para tal, será usada a marca disposta no Regulamento de Borda Livre e Estabilidade para Embarcações da Hidrovia, e a borda livre correspondente a cada linha de carga deverá ser medida no mesmo local e a partir da mesma linha do convés das bordas livres determinadas segundo esse Regulamento.

2. Em nenhum caso poderá a linha de carga máxima de compartimentagem ficar acima da linha de carga máxima, determinada pela resistência estrutural do navio, pela estabilidade ou pela borda livre determinada pelo Regulamento de Borda Livre e Estabilidade para Embarcações da Hidrovia.

3. Quando uma embarcação de passageiros operar como embarcação exclusivamente de carga e quiser levar as duas indicações poderá utilizar a marca ST estabelecida no Regulamento de Borda Livre e Estabilidade para Embarcações da Hidrovia para identificar a linha de carga máxima de subdivisão trocando a sigla ST pela sigla C1.

Regra 7
Embornais, Descargas Sanitárias e Aberturas Diversas Abaixo do Convés das Anteparas

1. As lanchas de passageiros deverão estar providas de uma válvula de fechamento de aço ou de outro material de resistência equivalente e que seja acessível a todo momento em toda abertura no chapeamento do costado. Toda abertura do casco localizada a menos de 350mm da linha de carga máxima de compartimentagem à qual se conecte uma tubulação de extremidade aberta dentro do casco será provida de uma válvula de retenção. Nas descargas de sanitários, ainda que se encontrem acima dos 350 mm prescritos, poderá estipular-se a instalação de uma válvula de retenção, quando a Administração julgar necessário.

1.1. As aberturas de descarga no casco localizadas a menos de 150 mm da linha de carga máxima de subdivisão, possuirão válvulas de fechamento. Em geral, nenhum trecho da referida tubulação de descarga estará localizada a menos de 350 mm da referida linha.

2. Nas embarcações de passageiros ou de carga, as descargas dos locais abaixo do convés das anteparas ou dos espaços dentro de superestruturas fechadas localizadas imediatamente sobre o referido convés, deverão possuir uma válvula de fechamento e retenção, capaz de ser acionada do convés.

2.1. Alternativamente, poderá ser colocada uma válvula de retenção e outra de fechamento acionável do convés, exceto quando esta descarga estiver localizada a uma distância superior a 1% do comprimento; neste caso, poderão ser instaladas duas válvulas de retenção, uma delas no casco e a outra por cima da linha de flutuação de carga máxima.

2.2. Nos locais onde a distância da descarga à linha de flutuação de carga máxima exceder 2% do comprimento, será suficiente a instalação de uma válvula de não retorno.

2.3. Nas descargas que provenham de outros espaços que não sejam os indicados no parágrafo 2, e que penetrem no casco a uma distância do convés das anteparas maior que 450 mm ou menor que 600 mm da linha de flutuação de carga máxima, será instalada pelo menos uma válvula de retenção no casco, a menos que seja aumentada adequadamente a espessura da tubulação correspondente.

2.4. Quando as descargas estiverem localizadas em espaços de máquinas nos quais normalmente exista tripulação, as válvulas poderão ser operadas diretamente do referido espaço.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014111400066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO 3
COMPARTIMENTAGEM EM EMBARCAÇÕES SEM PROPULSÃO

Regra 1
Número e Disposição de Anteparas Estanques Transversais

1. As barcaças de carga seca ou pontões, quando possuam proa e popa lançadas, instalarão uma antepara de colisão em cada extremidade a uma distância da perpendicular de proa entre 5% e 13% do comprimento (L). Porém, em barcaças tanque, essa distância, não será menor que 7,6 m.

2. Em barcaças que não tenham a proa/popa lançadas, as anteparas transversais limites de porão não estarão localizadas em nenhum ponto a menos que 900 mm das extremidades de proa ou de popa.

3. Também nas barcaças de carga seca serão dispostas anteparas transversais de porão a uma distância não superior a 30 m, exceto quando se demonstre que a resistência transversal esteja assegurada por outros meios.

4. As barcaças tanque, em complemento ao prescrito, possuirão anteparas estanques a distâncias tais que não sejam geradas cargas excessivas sobre a estrutura do casco. Sem prejuízos do exposto e, quando necessários, deverão cumprir também com os requisitos que surjam da regulamentação do Capítulo II do Título VII do Protocolo Adicional sobre Segurança e Navegação ao Acordo.

5. Os pontões poderão ser dispensados de quaisquer das prescrições indicadas na presente regra, quando for comprovada que a subdivisão estanque interna torna inviável a sua aplicação.

CAPÍTULO 4
MEIOS DE ESGOTO EM LANCHAS DE PASSAGEIROS

Regra 1
Tipo, Quantidade e Vazão das Bombas de Esgoto

1. Toda embarcação deverá contar com um meio eficiente ou sistema de esgoto adequado para que a água, que por qualquer motivo penetre em qualquer compartimento, possa ser lançada no rio. Quando se tratar de pequenos compartimentos, cujo alagamento e comunicação com outros compartimentos não implique qualquer risco à embarcação, estes poderão ser esgotados mediante gravidade para espaços adjacentes, sempre que existia um dreno acessível a qualquer momento;

2. A disposição de bombas, válvulas, redes e tomadas deve ser adequado para que impeça a entrada de água no casco por descuido, ou de um compartimento a outro, no caso de ruptura da tubulação em um compartimento alagado;

3. Quando for prescrito o uso de bombas de acionamento mecânico e as mesmas devam esgotar vários compartimentos, as referidas bombas deverão ser ligadas à tubulação principal ou coletor de esgoto e possuir uma derivação em cada compartimento a ser esgotado por meio de uma válvula de retenção. O acionamento direto das máquinas contará com uma válvula de retenção;

3.1. O diâmetro interno do coletor (d) será o diâmetro comercial mais próximo de:

$d = 1{,}5\ [L(B+D)]^{0,5} + 25$ (mm) (L = Comp. Total, B = Boca e D = Pontal, em m.)

3.2. O diâmetro interno de cada ramal (dr) será o diâmetro comercial mais próximo a:

$d = 2\ [l(B+D)]^{0,5} + 25$ (mm) (l = Comp. do compartimento esgotado, em m)

3.3. As redes de esgotos, pelo menos em espaços de máquinas, serão de material resistente às chamas.

4. As bombas de esgotos de acionamento mecânico poderão ser utilizadas para outros serviços, tais como baldeação, extinção de incêndios ou refrigeração de emergência.

5. As lanchas com potência propulsora superior a 200 kW deverão instalar pelo menos duas bombas de esgoto fixas das quais uma delas deverá ser de acionamento mecânico e a outra poderá ser manual ou elétrica submersível. Nas lanchas de menor potência, deverá ser instalada pelo menos uma bomba manual ou elétrica submersível em cada compartimento a ser esgotado.

5.1. As bombas manuais deverão ser acionáveis de uma posição acessível acima da linha de flutuação. As bombas elétricas submersíveis poderão ser mantidas funcionando com o compartimento parcialmente inundado e deverão ser acionáveis de uma posição no comando da embarcação.

5.2. As bombas mecânicas poderão estar acopladas ao motor principal somente através de um sistema facilmente acoplável que não seja o de correias desmontáveis. Quando as bombas forem acionadas pelo motor principal, a linha de eixo deverá ser facilmente desacoplada.

5.3. Todo espaço de máquinas, em embarcações com esgoto mecânico, deverá contar com um acionamento direto independentemente do proveniente da linha principal.

5.4. Quando forem utilizadas bombas centrífugas, essas deverão ser auto-escorrantes.

6. A capacidade mínima de esgoto (Q), no coletor será:

$Q = 0{,}1\ d^2$ (litros/minuto) d: diâmetro do coletor, em mm, de acordo com o parágrafo 3

7. A capacidade da segunda bomba ou das bombas que esgotam um único compartimento será:

$Q = 0{,}1\ dr^2$ (litros/minuto) dr: diâmetro de derivação, em mm, de acordo com o parágrafo 3

CAPÍTULO 5
MEIOS DE ESGOTO EM EMBARCAÇÕES DE CARGA E EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS

Regra 1
Aspirações, Redes e Válvulas do Sistema de Esgoto

1. Todas as embarcações contarão com um sistema eficaz de esgoto por bombeamento, capaz de esgotar qualquer compartimento que não seja utilizado como tanque de lastro, de água doce, de combustíveis ou de lubrificantes quando o navio se encontrar com a quilha no nível, tanto sem trim como com banda de 50 graus e em navios de passageiros em qualquer condição de avaria. Quando um compartimento for pequeno, de tal forma que o seu alagamento não modifique a estabilidade ou operação da embarcação, não será necessário possuir aspirações de esgoto.

2. As seguintes prescrições serão aplicáveis às embarcações de arqueação bruta maior que 50. Em embarcações de arqueação menor, o sistema de esgoto cumprirá com o prescrito na medida do razoável a critério da Administração.

3. As redes e acessórios do sistema de esgoto serão dispostos o mais longe possível do chapeamento do casco e serão independentes de outros sistemas.

4. Serão adotadas medidas de tal forma que a água flua para as aspirações de esgoto. Quando forem necessárias, se disporá de aberturas de capacidade adequadas.

As aspirações de esgoto contarão com filtros com perfurações não maiores que 10 mm de diâmetro e uma superfície aberta não inferior ao triplo da rede de aspiração.

5. Os pique-tanques, quando não forem utilizados como tanques de serviço, deverão ser esgotados por meio de um bomba cuja aspiração não seja conectada ao coletor de esgoto. Em navios tanque esta última disposição será aplicável a todo espaço à vante dos tanques de carregamento. Quando os pique-tanque forem utilizados como flutuadores e não existir uma aspiração prevista no sistema de esgoto, o esgoto desses locais será feito por meio de bombas portáteis, quando a coluna de aspiração não for superior a 7 m. Os compartimentos do leme situados acima do pique-tanque de popa poderão ser esgotados por meio de uma aspiração conectada ao sistema de esgoto, ejetores ou bombas manuais fixas.

O paiol da amarra poderá ser esgotado por um meio do sistema ejetor (edutor) ou por bombas portáteis e não poderá drenar para o pique-tanque de proa.

6. No caso dos pique-tanques serem utilizados como tanques de serviço, a rede de esgoto que atravessar a antepara de colisão terá uma válvula apropriada que poderá ser acionada do convés acima desses compartimentos (com indicação do grau de abertura) e que está ligada à antepara do lado do pique-tanque de proa. Não serão admitidas outras aberturas na antepara de colisão de navios de passageiros.

7. Aspirações de Esgoto.

7.1. Geralmente serão dispostas aspirações para esgoto de porões, em ambos os bordos do navio, exceto nos espaços localizados nas extremidades do navio ou onde o piso do espaço possua uma inclinação para a popa superior a 5 graus. Nesses casos, será suficiente a colocação de uma aspiração na linha de centro e próxima da popa. Em qualquer caso, em porões de comprimento superior a 30m, também será instalada uma abertura na metade do comprimento.

7.2. Todos os tanques (incluindo os do duplo-fundo) e *cofferdams* serão providos de aspirações apropriadas na sua extremidade de popa. Geralmente, será cumprido o indicado no parágrafo 7.1, exceto em tanques divididos longitudinalmente, em que será suficiente uma única aspiração no centro e para a popa.

7.3. Nos túneis dos eixos será colocada uma ramificação para aspiração, na extremidade de popa ou de proa do referido espaço, de acordo com a decisão que se apresentar.

7.4. Quando a sala de máquinas contar com um duplo-fundo que forme poceto nos costados, ou se estenda em todo o comprimento e largura, será colocada uma ramificação de esgoto e uma tomada de aspiração direta, de acordo com o estabelecido no parágrafo 7.5, em cada bordo. Quando não contar com duplo-fundo e possua piso com inclinação superior a 5 graus, será aceita uma ramificação de esgoto e uma tomada de aspiração direta localizados em uma posição acessível e o mais próximo da linha de centro. Quando a praça de máquinas for compartimentada, cada local cumprirá com o estabelecido anteriormente.

Nos navios de passageiros, cada bomba independente terá, adicionalmente, uma tomada de aspiração direta no local onde se encontrar localizada, sem que sejam necessários mais de duas tomadas de aspiração direta por cada local.

7.5. Uma das bombas de acionamento independente, prescritas na Regra 3 terá uma tomada de aspiração direta do porão da praça de máquinas até ela, disposta de tal forma que possa funcionar independentemente do sistema de esgoto, e de dimensão tal que a bomba desenvolva a sua capacidade total.

8. Redes e Válvulas do Sistema de Esgoto

8.1. Prevenção contra alagamento por Inadvertência.

A disposição do sistema de redes deverá impedir a possibilidade, por inadvertência, da passagem de água proveniente do rio ou dos tanques de lastro, ou de combustível, aos espaços de máquinas, da carga, ou de compartimento a outro. Para esse fim, instalar-se-ão, pelo menos:

1. Duas válvulas de não retorno em série entre o sistema de água do rio ou o sistema de lastro, e a aspiração de esgoto em qualquer compartimento.

2. Válvulas de fechamento e retenção nos pianos de válvulas de distribuição.

3. Uma válvula de não retorno entre o sistema de água do rio ou o sistema de lastro, e a rede de aspiração das tomadas automáticas ou de emergência.

4. Uma válvula de fechamento e retenção em toda a ramificação que não passar pelo piano de válvulas de distribuição.

5. Quando as redes de esgoto passarem através de tanques profundos, serão dispostos meios eficazes para impedir o alagamento de outros compartimentos, no caso de se romper uma rede ou se perder uma junta. Tais meios podem consistir de um túnel estanque, ou de rede de aço extra-pesado, adequadamente instalados para absorver a expansão e tendo uniões com flanges dentro do tanque. O número de uniões com flange será reduzido ao mínimo possível. Quando não for utilizado um conduto para as redes, as que passarem através de um tanque profundo terão válvulas de não retorno nas extremidades abertas.

6. Quando for inevitável instalar redes de esgoto através do duplo-fundo, as redes serão de aço extra-pesado ou, em caso contrário, serão providas nas extremidades abertas, de válvulas de retenção ou de fechamento que possam ser acionadas de uma posição facilmente acessível.

7. A caixa de válvulas do sistema esgoto (*manifold*) será completamente independente da caixa de válvulas do sistema de lastro. As ramificações de esgoto para porões e praça de máquinas devem estar separadas das válvulas e redes do sistema do lastro.

8.2. Toda conexão de uma bomba mecânica fixa ao coletor terá uma válvula de fechamento. Quando existirem vários coletores de esgoto ou de lastro, cada um terá válvulas de comando independentes nas bombas.

8.3. Quando for utilizado um sistema de ramal principal único com derivações, as redes do referido sistema que se posicionem no sentido longitudinal do navio serão localizadas a uma distância da popa, não inferior a 20% da boca em cada ponto do projeto. As válvulas de controle nas derivações da ramificação principal serão do tipo de fechamento e retenção, e com um comando à distância, que poderá estar localizado em um espaço de máquinas tripulado ou em uma posição acessível acima do convés das anteparas.

9. Dimensões das Redes de Esgoto

9.1. Em navios de casco múltiplo ("catamarã" [2 cascos], "trimarã" [3 cascos], etc.) o diâmetro mínimo do coletor será de 25 mm e não inferior ao necessário para obter a vazão requerida na Regra 2.2 com uma velocidade não superior a 2 m/s.

9.2. Em navios com casco único de formas convencionais, diâmetro interno mínimo das redes de esgoto terá o diâmetro comercial mais próximo ao do diâmetro dado pelas seguintes expressões:

1. Coletores: O diâmetro do coletor e das aspirações diretas será:

$d\ (mm) = 25 + 1{,}5\ [L(B+D)]^{0,5}$

2. Derivações: O diâmetro equivalente das derivações combinadas a um compartimento será:

$dr\ (mm) = 25 + 2,\ [\ c(B + D)\ ]^{0,5}$

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

onde c é comprimento do compartimento, L, B e D são o comprimento, a boca e o pontal, tal como são definidos na Regra 1 do presente Título.

3. Aspirações Diretas: O diâmetro da rede dessas aspirações não será menor que o calculado em 9.2.1; e quando puder contar com uma aspiração de cada bordo, poderá ser reduzido ao previsto em 9.2.2. Quando se tratar de praças de máquinas de dimensões reduzidas, poder-se-á considerar uma diminuição do diâmetro.

4. Coletor em Embarcações Tanque e Similares: Em navios tanques ou similares, onde as bombas da praça de máquinas não sejam utilizadas para o esgoto de locais fora da mesma, poder-se-á reduzir o diâmetro interno do coletor e das aplicações diretas, ao obtido pela seguinte expressão:

d (mm) = □3 . [□1 (B + D) + 35]

onde 1 = comprimento, em m, da praça de máquinas e L, B e D os definidos em 2.

9.3. Em qualquer caso, nenhum coletor e derivação terão um diâmetro interno inferior a 60 mm e 50 mm respectivamente, com exceção do caso de navios de comprimento inferior a 24 m, onde será admitido como mínimo 38 mm. O diâmetro da ramificação do esgoto do túnel do eixo ou dos pique-tanques não será inferior a 60 mm.

Regra 2
Capacidade e Disposição das Bombas de Esgoto

1. A capacidade de cada bomba (Q) em m^3/h, em navios de casco único, não será inferior a:

$Q = 5{,}75.10^3 . d^2$ onde d= diâmetro em mm, de acordo com a regra 1.9.2.1

2. A capacidade de cada bomba em navios de casco único não necessitará ser maior que a demandada para esgotar o maior compartimento de cada casco, tomando-se por base o cálculo em que a velocidade da água na derivação seja de 2 m/s e o diâmetro seja o resultado obtido da regra 1.9.2.3, em que B e D sejam a boca e o pontal do casco.

3. Quando forem utilizadas bombas de esgoto centrífugas, serão providos meios convenientes de abastecimento ou as bombas serão auto-escorvantes.

4. As bombas de lastro e de serviços gerais podem ser empregadas como bombas de esgoto.

5. No caso em que grandes bombas centrífugas sejam conectadas ao sistema de esgoto, dando velocidades a água superiores a 5 m/seg, a instalação merecerá a aprovação especial por parte da Administração.

6. No esgoto de espaços providos de sistema automático de borrifadores, a razão de esgoto, será conduzida de acordo com a vazão proporcionada pelo sistema de extinção.

7. Em embarcações de passageiros com espaços de máquinas sem guarnição permanente, a colocação em funcionamento da bomba contra incêndios deverá ser efetuada do passadiço ou de um posto de controle.

8. O acionamento das bombas contra incêndio acopladas a um motor principal deverá ser feita por meio de um acoplamento mecânico de forma rápida e eficiente. Para esse fim, não serão aceitos sistemas de acionamento que não sejam por acoplamento.

Regra 3
Número Mínimo de Bombas de Esgoto

1. As embarcações de carga possuirão no mínimo, 2 bombas ou unidades de bombeamento de acionamento mecânico independentes do motor principal. Porém, se o comprimento for menor que 91 m, uma delas poderá estar conectada à unidade propulsora. Em navios de arqueação bruta, inferior a 100, poderá ser instalada uma bomba mecânica, que poderá estar acoplada ao motor principal e uma bomba portátil de capacidade não inferior à indicada na regra 5.1 do Capítulo 4.

2. As embarcações de passageiros possuirão pelo menos duas bombas de acionamento mecânico, independente do motor principal. Porém, em navios de arqueação bruta inferior a 100, uma delas poderá ser acionada pelo motor principal. Para esse fim, não será admitido o acoplamento feito por correias.

3. As embarcações de casco múltiplo deverão possuir pelo menos 2 bombas, das quais uma será mecânica de acionamento independente e deverá esgotar qualquer um dos cascos.

Regra 4
Anotações no Livro Diário de Navegação de Embarcações de Passageiros

1. As portas de dobradiças, as tampas desmontáveis, os elipses, as escotilhas e portas de visita e demais abertura que, em cumprimento ao prescrito nestas regras, deverem ser mantidas fechadas no percurso da navegação, serão fechadas antes de iniciar a viagem. A hora em que forem fechadas e/ ou abertas (ser permitido) ficará registrada no Livro Diário de Navegação.

CAPÍTULO 6
MEIOS DE ESGOTO EM EMBARCAÇÕES SEM PROPULSÃO

Regra 1
Meios de Esgotos

1. As embarcações sem propulsão, em geral, deverão estar providas de meios de esgoto e, no que for aplicável, deverão cumprir com os mesmos requisitos dos sistemas e dispositivos de combate contra alagamento existentes em embarcações autopropulsadas, exceto quando disposto diferentemente no presente capítulo.

2. Nas embarcações dotadas com potência mecânica de máquinas auxiliares, o sistema de esgoto cumprirá com o estipulado no parágrafo 1. Contarão com um sistema de esgoto permanentemente conectado a uma bomba mecânica. As bombas de lastro poderão ser usadas como bombas de esgoto; onde for necessária uma única bomba mecânica, a mesma não servirá ao sistema de incêndio.

3. Em embarcações não tripuladas, os meios de esgoto serão fornecidos pelo rebocador ou empurrador. Para tal, o mesmo deverá contar com pelo menos uma bomba portátil para cada quatro embarcações rebocadas, com um mínimo de duas, de capacidade não inferior a 25 m^3/h cada uma.

As barcaças e pontões deverão possuir aberturas no convés que permitam o esgoto dos compartimentos.

CAPÍTULO 7
INSTALAÇÕES DE MÁQUINAS EM EMBARCAÇÕES DE CARGA E EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS

Regra 1
Aspectos Gerais

1. A máquina deverá ser capaz de operar satisfatoriamente sob as condições de serviço e ambiente que se apresentem a bordo e sob ângulos de banda e trim de até 15º e 5º, respectivamente.

2. As peças da máquina que forem mantidas em altas temperaturas ou peças vivas dos aparelhos elétricos que possam ser tocadas por um operador, ou por outra pessoa, deverão ser isoladas através de proteções para evitar que as pessoas sejam colocadas em risco.

3. Os gases provenientes de instalações de máquinas que ofereçam risco de incêndio ou às pessoas deverão ser expulsos através de meios convenientes. As tubulações que transportarem líquidos de natureza inflamável deverão estar dispostas de tal forma que uma avaria das mesmas não permita que o líquido entre em contato com fontes de ignição.

4. As embarcações deverão possuir meios que permitam manter ou restabelecer o funcionamento normal das máquinas propulsoras, ainda que seja inutilizado um dos serviços auxiliares essenciais tais como:

4.1. o grupo gerador que serve como fonte principal de energia elétrica;

4.2. o sistema de alimentação de combustível líquido para motores;

4.3. as fontes de pressão do óleo lubrificante;

4.4. as fontes de pressão da água de refrigeração;

4.5. o compressor e ampolas de ar para fins de partida de motores ou de controle;

4.6. os meios hidráulicos, pneumáticos e elétricos de comando das máquinas propulsoras, incluindo-se os hélices de passo variável;

4.7. os meios destinados a manter o vácuo dos condensadores; e

4.8. as fontes de alimentação de vapor.

5. Quando os motores propulsores forem controlados à distância deverão também possuir meios para o seu controle local.

6. Estrados das praças de máquinas deverão ser removíveis e de metal antiderrapante. Serão providos meios que impeçam e protejam as pessoas do contato com peças móveis das máquinas. Em geral, o nível de ruídos deverá ser mantido abaixo de 90 dB; quando esse nível for excedido, serão providos protetores auditivos para o pessoal de máquinas.

7. A ventilação dos compartimentos de máquinas deverá ser adequada para que ofereça a adequada renovação de ar que a planta de máquina necessita para o seu funcionamento normal, a critério da Administração.

Regra 2
Máquinas Principais e Auxiliares

1. Quando existir risco das máquinas alcançarem excesso de velocidade, serão providos meios que impeçam que seja excedida a velocidade de segurança de funcionamento.

2. Os motores de diâmetro de cilindro superior a 200 mm, ou com um volume do cárter maior que a 0.6 m^3, estarão providos de válvulas de segurança contra explosões do cárter.

3. Os motores localizados em convés aberto de uma embarcação tanque que transporte líquidos inflamáveis de ponto de fulgor inferior a 60º deverão ser projetados para operar em ambientes com risco de explosão, sem que apresentem peças quentes expostas ou a possibilidade de emitir faíscas no seu funcionamento. Em qualquer caso, o escapamento de gases de combustão deverá possuir um sistema apagador de faíscas e estar distanciado pelo menos 3 m de qualquer conduto que possa emitir gases provenientes do carregamento.

4. As redes de escapamento devem estar efetivamente protegidas, isoladas ou resfriadas. Em embarcações tanque, a rede de escapamento deverá ser instalada a mais de 2,4 m acima do convés e localizada pelo menos a 3 m de qualquer fonte de vapores ou gases inflamáveis. Quando a referida rede atravessar espaços de alojamento, deverá ser protegida mediante uma camisa estanque a gases.

5. Os motores principais e auxiliares de geradores deverão contar com dispositivos de alarme visual e sonoro que indiquem falhas nos sistemas de lubrificação e refrigeração. Além disso, em embarcações que possuam motores de potência superior a 375 kW, deverão contar com instrumentos que permitam controlar visualmente temperatura e pressões dos sistemas de lubrificação, escapamento e refrigeração.

Regra 3
Sistemas de Refrigeração, Lubrificação, Combustível e Partida de Motores Principais e Auxiliares

1. Sistemas de refrigeração com água do rio

1.1. Toda tomada ou descarga no casco deverá ser posta diretamente no casco ou em uma caixa de aço soldada ao casco, através de gola com parafusos não passantes ao casco. Deverão ser colocados filtros em toda entrada de água para circuitos de refrigeração da embarcação.

1.2. Serão providas pelo menos duas tomadas de tal forma que em toda condição de carga exista alimentação do circuito, até em caso de encalhe.

1.3. As descargas do casco deverão atravessá-lo através de luva, a menos que possuam gola de acoplamento reforçada, a critério da Administração, e de curto comprimento.

1.4. Quando o sistema de refrigeração de motores for direto, deverá estar provido de filtros duplos em paralelo entre as tomadas e a respectiva bomba que aspira do rio.

1.5. Em geral, toda embarcação contará com uma bomba principal de refrigeração, que poderá estar acoplada ao motor, e outra de emergência pronta para ser utilizada em todo motor que for utilizado em serviços essenciais. Nas instalações com dois motores principais que possuam as suas próprias bombas de refrigeração de água doce e água do rio, poderá ser admitida a utilização dessas, em vez da bomba de emergência.

1.6. Em motores de potência inferior a 375 kW, admitir-se-á que a bomba de refrigeração possa ser substituída por rodízio com a bomba principal.

1.7. No caso de motores refrigerados por circuito fechado, poderá admitir-se que no lugar de uma bomba de emergência, seja instalada uma conexão ao sistema de água do rio.

2. Sistemas pneumáticos para partida

2.1. As ampolas destinadas a partida de motores principais terão suficiente capacidade para prover pelo menos 9 arranques consecutivos e não menos de 6 em motores não reversíveis. Existirão pelo menos dois destes recipientes de tamanho aproximadamente igual.

2.2. As ampolas de ar deverão ser providas de um sistema de drenagem. O sistema de ar comprimido deverá possuir válvulas de alívio que impeçam sobre-pressões e, quando os recipientes do sistema puderem ser isolados das referidas válvulas, será colocada em cada ampola uma válvula de alívio que impeça uma sobre-pressão acima dos 10% da máxima pressão de trabalho.

2.3. Os sistemas pneumáticos de partida contarão com um compressor que poderá estar acoplado ao motor principal e a outro independente. Os compressores de ar deverão ser providos de uma válvula de alívio de pressão de cabeça de cilindros.

2.4. Todas as redes de descarga dos compressores de ar de partida conduzirão diretamente as ampolas de ar de partida e todas as redes que conduzem este ar das ampolas até os motores serão totalmente independentes do sistema de rede de descarga dos compressores.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.5. As redes de ar de partida de motores de combustão interna deverão estar providas de válvulas de não retorno na sua conexão ao motor.

2.6. Serão tomadas medidas para diminuir ao mínimo a entrada de óleo nos sistemas de ar comprimido e para purgar estes sistemas.

3. Sistemas de Combustível e Sistemas de Lubrificação

3.1. As redes de combustível ou de lubrificantes, e seus acessórios, deverão ser de aço ou de outro material aprovado. Será permitido o uso limitado de tubulações flexíveis em pontos em que a Administração considerar que são necessárias. Essas redes flexíveis deverão ser de material resistente às chamas, aprovadas e instaladas de modo que a Administração julgue satisfatório.

3.2. Os tanques de combustíveis ou lubrificantes não devem ser instalados por cima de fontes de calor. Quando os referidos tanques não forem estruturais serão de aço e deverão possuir aberturas estanques para a sua limpeza e inspeção.

3.3. Dever-se-á prover dispositivos que possam prever a sobre-pressão nos sistemas de combustível e lubrificação, exceto quando, a critério da Administração, as características do sistema não o justifiquem. Nesse caso, verificar-se-á que a descarga dos dispositivos de sobre-pressão não introduza risco de incêndio.

3.4. As tubulações do sistema de combustível ou de lubrificação serão independentes de outros sistemas.

3.5. Deverão ser colocadas bandejas, ou outro meio que possa coletar as possíveis perdas das válvulas de tanques e selos de bombas.

3.6. Os filtros do sistema de alimentação de combustível e de lubrificação de motores principais de combustão interna deverão ser capazes de ser limpos sem deter a alimentação do motor.

3.7. Em espaços de máquinas com dotação de pessoal, os tanques de serviço possuirão meios que permitam controlar a quantidade de combustível existente nos mesmos.

4. Sistema de ventilação e transbordo de tanques

4.1. Serão colocadas dutos de ventilação em todos os tanques e *cofferdams* do navio. As ventilações de tanques e do duplo fundo, *deep tank*, ou tanques que possam ser alagados por uma colisão estarão localizados sobre o convés exposto e os requisitos para as suas extremidades serão os indicados a seguir:

a) Os tanques enchidos mediante bombeamento poderão ter sua extremidade livre, devendo-se ter especial atenção à localização com relação aos focos de ignição e derramamentos, no caso de tanques de combustível.

b) Os tanques de lubrificantes poderão ter suas extremidades em espaços de máquinas, sempre que um derramamento não afete instalações elétricas ou não entre em contato com superfícies quentes. As extremidades de tanques de água potável poderão estar localizadas em espaços de máquinas.

c) Quando as ventilações de tanques de combustível ou lubrificante ventilarem em um convés aberto, deverão descarregar em uma bandeja coletora de capacidade suficiente a critério da Administração.

4.2. Todas as extremidades de ventilações localizadas sobre um convés aberto possuirão dispositivos permanentes de fechamento e no caso de espaços impedidos de serem acessados devido a carga sobre o convés, este dispositivo deverá ser automático. As extremidades de ventilações de combustível deverão possuir pescoço de cisne e tela detentora de chama.

4.3. No caso de tanques enchidos mediante bombeamento e quando a área de ventilação não exceder a 25% da área do tubo de enchimento ou no caso de tanques de serviço ou diários, deverá ser instalado uma tubulação de transbordo. A extremidade da tubulação de transbordo cumprirá com os seguintes requisitos:

a) nos transbordos de tanques de combustível ou de tanques de lubrificantes, a tubulação deverá conduzir a um tanque de transbordo de capacidade adequada ou a um tanque de serviço com capacidade reservada para esse fim. A referida tubulação possuirá um meio visual ou eletrônico para detectar os transbordos.

b) no caso de outros tanques diferentes dos mencionados em a), a extremidade pode ser livre.

4.4. Em embarcações de carga com tanques não estruturais, deverá ser colocada uma tubulação de transbordo, somente no caso de tanque que, ao ser enchido através de bombeamento, possuir aberturas sob o nível da extremidade aberta do tubo de ventilação; caso contrário, será aceito o tubo de ventilação como tubo de transbordamento, sempre que for verificado o indicado em 4.3.

Regra 4
Marcha a Ré - Potência de Reboque e Manobra

1. Toda embarcação terá potência suficiente para dar máquinas atrás de modo que a manobra correta, em todas as circunstâncias normais, seja assegurada. Terá que demonstrar, deixando prova dessa demonstração, que as máquinas podem inverter o sentido de impulso do hélice em um tempo adequado para que a embarcação e o comboio que reboque, no caso de realizar-se esta operação, navegando na sua máxima velocidade de serviço em máquinas adiante, detenham-se sem avançar uma distância razoável.

1.1. Em particular, verificar-se-á que os empurradores também possuam uma potência suficiente para parar o comboio que pretendem empurrar. Como regra geral, sujeita ao critério de cada Administração, a potência necessária para deter um comboio não deverá ser menor que:

$$BHP \geq 1.2.\ Lmad^{-2.392}\ .\ V^{\ 3.75}\ .\ \square^{1.375}$$

Onde: V: é a velocidade absoluta da embarcação, em nós, águas abaixo.

$\square$: é o volume de carena total do comboio, em metros cúbicos.

Lmad: comprimento máximo do comboio permitido no trecho considerado, em metros.

1.2. Também será verificado se o empurrador possui potência suficiente para empurrar o conjunto a uma velocidade de 4 nós com relação ao fundo, águas acima (contra a corrente).

2. Para uso do Comandante ou do pessoal designado para esse fim, haverá a bordo informação com relação aos tempos de parada da embarcação, do seu comboio, se for necessário, e as distâncias percorridas.

3. Toda embarcação autopropulsada possuirá características de manobra suficientes, a critério da Administração. Será verificado, igualmente, se o empurrador em geral possui topes de impulso a uma distância não inferior a dois terços da boca máxima do mesmo, de forma que possa produzir a parada correspondente. Da mesma forma a referida embarcação deverá ser provida de elementos de amarração que permitam que, durante a navegação, seja mantida a tensão dos cabos, no sentido de que não ofereçam risco à tripulação e permitam os movimentos de balanço e cabeceio, tanto com as embarcações rebocadas carregadas como vazias.

3.1. O empurrador deverá, igualmente, poder controlar a sua máquina principal, o seu governo e a sua propulsão diretamente do passadiço.

4. Toda embarcação que não seja um rebocador ou empurrador e que pretenda rebocar ou empurrar outra, com exceção das operações de salvamento ou de emergência, deverá contar com uma certificação para o reboque aprovada pela Administração, de acordo com o estabelecido no Regulamento de Reconhecimentos, Inspeções e Certificado para embarcações da Hidrovia. Para esse fim, a Administração solicitará os cálculos necessários para assegurar que a embarcação tem potência e manobra suficiente para efetuar o referido reboque. Nesse sentido, verificar-se-á, pelo menos, se:

a) a embarcação rebocada possui aparelho de fundear e tripulação mínima própria.

b) a potência da embarcação rebocadora cumpre com o mínimo estabelecido para um empurrador conforme indicado em 1.1 ou 150 HP por tonelada de deslocamento da embarcação a ser rebocada, se a referida potência for menor.

c) a área dos lemes, para reboques empurrando ou a contrabordo, não é menor que 3% em relação à área do plano de deriva do conjunto.

d) a disposição e características dos elementos de amarração dos cabos de reboque cumprem com o especificado para empurradores.

Em qualquer caso, não será concedida nenhuma autorização para rebocar ou empurrar embarcações tanque de produtos gasosos químicos, que transportem mercadorias perigosas ou de passageiros.

Regra 5
Aparelho de Governo e Manobra

1. Toda embarcação autopropulsada deverá estar provida de um aparelho de governo que possa assegurar a sua manobra e manutenção do rumo. O aparelho de governo será projetado de tal forma que o leme não mude de posição quando o referido aparelho não for acionado. Deverá ser de acionamento a motor quando assim for necessário para cumprir com o prescrito em 2.2 e quando exigido pela Administração e a madre do leme deverá possuir mais de 120 mm de diâmetro na altura da cana do leme.

2. O aparelho de governo terá as seguintes características:

2.1. Quando o mesmo for acionado manualmente, cada volta completa do timão corresponderá, pelo menos, a 3º de ângulo de leme, sem que seja necessário fazer força excessiva.

2.2. Quando o mesmo for acionado por um mecanismo, será possível obter uma velocidade angular de 4º por segundo capaz de levar o leme de uma posição de 30º de um bordo para 30º no outro bordo, com a porta do leme completamente submersa e a embarcação em sua velocidade máxima.

2.3. O sistema terá esbarros ou dispositivos de parada que não permitam exceder o ângulo máximo da porta do leme.

3. O aparelho de governo poderá funcionar com banda de até 15º e trim de até 10º.

4. Os componentes do aparelho de governo deverão ser dimensionados para suportar as cargas máximas sob a operação normal. Para absorver cargas maiores que as mencionadas, dever-se-á considerar que a máquina do leme não deverá ser afetada no caso de ocorrência de forças anormais.

5. Aparelhos de Governo a Motor:

5.1. A embarcação que possuir aparelho de governo acionado a motor deverá prover um meio auxiliar de acionamento no caso de falha do referido motor. O aparelho de governo principal e o aparelho de governo auxiliar deverão estar dispostos de forma que a falha de um deles não inutilize o outro.

5.2. O aparelho de governo a motor contará com um dispositivo de proteção contra sobrecarga que limite o torque exercido pelo mecanismo de acionamento.

5.3. Os aparelhos de governo a motor contarão com um alarme visual e acústico no local de comando, que indique uma desconexão acidental ou uma falha no motor de acionamento.

5.4. Quando o meio auxiliar indicado em 5.1 não entrar em serviço automaticamente, deverá ser possível conectá-lo manualmente e em qualquer posição da pá do leme. Isto deverá ser feito por uma única pessoa e em não mais de duas ações. Deverá ser possível passar do governo principal para o governo auxiliar em não mais que 5 segundos.

5.5. Quando o meio auxiliar indicado em 5.1 for manual, este deverá entrar em serviço automaticamente ou deverá poder ser posto em serviço imediatamente da posição de comando. Deverá haver um dispositivo para bloquear a ação do motor do aparelho de governo principal sobre o timão e outro dispositivo para prevenir movimentos do leme na ocasião em que se desconectar do motor e entrar em serviço o sistema manual.

6. Aparelho de governo acionado por bomba hidráulica-manual;

6.1. Quando o acionamento do leme se der por meio de uma bomba hidráulica acionada manualmente do timão, a referida instalação não será considerada dentro do estabelecido em 5, sendo necessário, nesse caso, um meio auxiliar de acionamento de dimensões e construção duradouras em relação à ação mecânica ou ao fogo, a critério da Administração.

7. Quando o aparelho de governo principal estiver hidraulicamente acionado por motor e o aparelho de direção auxiliar estiver acionado por bomba hidráulica-manual, cada sistema deverá ser capaz de operar independentemente do outro. Onde ambos sistemas forem hidraulicamente acionados a motor, a bomba e o motor de cada sistema deverá ser independentes, podendo compartilhar redes, válvulas e pistões sempre que seja comprovado que ambos os sistemas podem operar isoladamente, um do outro.

8. Quando tanto o aparelho de governo principal como o auxiliar, forem eletricamente acionados, a alimentação e o sistema de controle do aparelho de governo auxiliar serão independente do principal. Cada instalação deverá possuir o seu próprio motor. Quando o motor elétrico do sistema auxiliar for acionado por um motor auxiliar, o qual não se encontra normalmente em serviço e que necessita mais de 5 segundos para dar partida, será previsto um meio provisório para acionar o referido motor elétrico durante o tempo que for necessário para que seja dada partida no mesmo.

9. Sistemas de Hélice-Leme ou Hélices *Voith-Schneider*

9.1. Quando o acionamento remoto das referidas hélices for elétrico, hidráulico ou pneumático, deverá possuir dois sistemas independentes de controle conectados entre o passadiço e o motor do propulsor.

9.2. Quando existirem duas ou mais linhas de eixo acionadas por motores independentes, não será necessário o sistema de controle independente mencionado no parágrafo anterior, sempre que se comprovar que a embarcação possui um governo aceitável no caso de falha de qualquer um dos motores.

10. As instalações de controle remoto do leme, incluindo as partes que correm descobertas, deverão estar fixas permanentemente. As instalações que possam ser desconectadas deverão contar com indicações de ligado e desligado no passadiço.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014111400069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11. Deverá existir um indicador de ângulo de leme na estação de governo no passadiço do navio. Além disto, a referida indicação angular deverá ser visível no compartimento no qual se encontre o aparelho de governo auxiliar.

12. Instalação Elétrica do aparelho de governo

12.1. O regime nominal de funcionamento dos motores elétricos deverá corresponder ao torque máximo exigido pelo leme ao aparelho de governo. No caso de instalações hidráulicas o referido regime deverá assegurar que a bomba possa entregar a sua máxima potência à pressão máxima da instalação, considerando o rendimento da referida bomba.

12.2. Cada sistema acionador elétrico ou eletro-hidráulico deverá ser alimentado, diretamente do quadro elétrico principal, por dois circuitos independentes posicionados o mais separadamente possível. Recomenda-se que um dos sistemas possa ser alimentado do quadro elétrico de emergência.

12.3. Os circuitos e motores elétricos deverão estar protegidos somente contra curtos-circuitos. Proteções contra sobrecarga ou alta voltagem, serão proibidas dispondo-se, no entanto, de um alarme por sobrecarga do motor elétrico. Onde for utilizada alimentação trifásica, deverá ser provido um alarme que indique falha em qualquer uma das fases.

12.4. Deverá ser instalado no passadiço um meio de monitoração alimentado por outra fonte, que não seja a do aparelho de governo, que indique:

1. uma luz verde quando o sistema está alimentado; e

2. uma luz vermelha que sinalize, quando existir falta de alimentação, que o motor está desligado ou quando uma das etapas do sistema falhar. Nesse momento, soará um alarme audível.

13. Nos sistemas de acionamento hidráulico, deverá ser instalado um alarme visual e sonoro no passadiço que indique baixo nível de fluido hidráulico. Além disso, será provido um meio para compensar perdas do fluido, em pelo menos um dos sistemas acionadores.

14. A posição angular do leme deverá poder ser observada no passadiço por meio de um sistema independente do sistema de controle do aparelho de governo.

15. Será provido um meio de comunicação entre o passadiço e o compartimento do aparelho de governo auxiliar quando o sistema acionador auxiliar não for operado do passadiço. O referido sistema de comunicação não será necessário em embarcações onde a comunicação verbal direta seja possível.

16. Visão

16.1. O passadiço deverá possuir uma visão o suficientemente livre, de tal forma que:

a) possua uma visão livre em um horizonte de pelo menos 240º, dos quais 140º deverá ser pela proa.

b) não tenha caixilhos de janela, objetos, etc. que possam obstaculizar seriamente a visão do timoneiro.

c) em rebocadores ou empurradores, seja possível observar as posições de acoplamento do reboque.

16.2. A visão no caso de chuva, formação de gelo, ou condensação deverá ser assegurada mediante dispositivos apropriados.

Regra 6
Controle de Máquinas

1. Quando as máquinas propulsoras tiverem que ser telecomandadas do passadiço e os compartimentos de máquinas tiverem que ser guarnecidos, serão cumpridas as seguintes disposições:

1.1. A velocidade, a direção, o sentido do impulso e, se for necessário, o passo do hélice serão totalmente comandados do passadiço em qualquer circunstância.

1.2. Quando existirem vários hélices independentes, eles poderão ser controlados remotamente e individualmente, por meio de um dispositivo de controle, projetado e construído de maneira tal que sua operação não exija atenção específica para os detalhes operacionais da instalação de máquinas. Quando os hélices múltiplos são projetados para operar simultaneamente eles poderão ser controlados por um único dispositivo de controle.

1.3. As máquinas propulsoras estarão providas de um dispositivo de parada de emergência, localizado no passadiço, que seja independente do sistema de comando normal do passadiço.

1.4. O telecomando das máquinas propulsoras somente poderá ser exercido de um local de cada vez. A transferência da função de controle do passadiço para os compartimentos de máquinas deverá ser possível somente para o compartimento principal de máquinas ou para o camarim da máquina.

1.5. Será possível controlar as máquinas do local onde estão localizadas, mesmo quando ocorrer uma falha em qualquer parte do sistema de controle remoto.

1.6. O sistema de controle remoto deverá ser projetado de modo que, no caso do mesmo falhar, será soado um alarme.

1.7. O instrumental que deverá ser instalado na ponte de comando e nos compartimentos principais de máquinas deverão ser estabelecidos pela Administração.

2. Os meios de controle de máquinas deverão ser projetados de modo que não possam ser acidentalmente movidos de uma posição para outra.

3. Deverá existir uma comunicação de dupla via entre a praça de máquinas e o passadiço. Se a máquina propulsora não for controlada do passadiço, o sistema de comunicação será mediante telégrafo de máquinas.

4. Será possível inverter o sentido de rotação do hélice de forma segura.

5. Se a seção do eixo do hélice não puder ser desacoplado de seu propulsor, deverá existir um mecanismo que possa permitir o seu bloqueio.

Regra 7
Caldeiras a Vapor e Sistemas de Alimentação de Caldeiras

As embarcações que possuam caldeiras de vapor, cuja pressão de projeto exceder a 1 bar e a sua superfície quente exceder a 1 m^2, cumprirão com as prescrições estabelecidas pela Administração ou as de uma Organização reconhecida.

Regra 8
Sistemas de Carga em Embarcações Tanque

Os sistemas de carga em embarcações que transportem hidrocarbonetos, substâncias perigosas a granel ou gases liquefeitos deverão cumprir as prescrições estabelecidas pela Administração ou as de uma Organização reconhecida.

CAPÍTULO 8
INSTALAÇÕES DE MÁQUINAS EM LANCHAS DE PASSAGEIROS

Regra 1
Geral

1. As prescrições deste capítulo são aplicáveis a instalações de potência não superior a 375 kW por eixo e em geral não aplicáveis a instalações com motores de combustível com ponto de fulgor (teste de cadinho fechado) superior a 43º C. Exceto se for prescrita outra orientação, as instalações de máquinas das lanchas de passageiros cumprirão com o prescrito no capítulo 7, a critério da Administração.

2. Nos sistemas de combustível e lubrificação, as redes serão de aço ou de outro material aprovado. Será permitido o uso limitado de tubulações flexíveis em pontos em que a Administração considere necessários. As referidas tubulações flexíveis deverão ser de material aprovado e resistente a chamas, e as mesmas serão instaladas do modo que a Administração julgar satisfatório.

3. A montagem e instalação dos diferentes elementos de máquinas deverá cumprir com as prescrições estabelecidas pela Administração ou as de uma Organização reconhecida. (Sociedade Classificadora)

4. Será previsto um sistema de ventilação apropriado de acordo com as condições de operação da máquina. A praça de máquinas deverá ser provida de condutos de entrada e saída de ar no referido compartimento.

Regra 2
Sistemas Auxiliares

1. Sistemas de Partida

1.1. As ampolas ou baterias elétricas destinadas à partida de motores principais terão suficiente capacidade para prover, pelo menos, 9 partidas consecutivas e não menos que 6, em motores não reversíveis.

1.2. Em sistemas de partida pneumáticos será provido um compressor que poderá estar acoplado ao motor principal e a outro independente.

1.3. Em sistemas de partida elétricos a bateria não deverá ser utilizada para alimentar outros serviços.

2. Sistemas de Gases de Escapamento de Motores

2.1. Redes de escapamento de gases de combustão e seus silenciadores deverão estar refrigerados por água ou eficientemente isolados, para prevenir incêndios ou o contato com as pessoas. As redes que descarreguem no casco a uma distância inferior a 350 mm da linha d'água deverão possuir válvulas de não retorno. Em todos os casos, a colocação da referida tubulação deverá evitar a entrada de água mediante retorno.

2.2. No caso de redes de escapamento refrigeradas serão utilizados, para a sua construção, materiais resistentes à corrosão.

3. Sistemas de Combustível

3.1. Onde for utilizada uma bomba mecânica de transferencia de combustível, a mesma deverá poder ser controlada de uma posição externa ao compartimento onde a mesma estiver localizada.

3.2. Os tanques de combustível não estruturais deverão ser de aço, alumínio ou uma liga apropriada. Os tanques de aço necessitarão de proteção externa contra a corrosão. Uma drenagem apropriada de água deverá ser provida na base dos referidos tanques por meio de uma tomada de fechamento automático.

3.3. Exceto em tanques de combustível muito pequenos, os tanques não estruturais de aço não deverão ter uma espessura menor que 3 mm e estarão devidamente ligados à estrutura.

3.4. Os tanques de combustível não estruturais não deverão ser colocados acima ou adjacentes a cozinhas, caldeiras ou outra fonte de produção de chama.

3.5. Deverão ser providos meios para controlar a quantidade de combustível nos tanques e, no caso de se atingir níveis próximo do enchimento, o fornecimento deverá ser interrompido por meio de uma válvula de fechamento automático.

3.6. Deverá ser instalado um filtro duplo de combustível em paralelo.

3.7. As válvulas e tomadas deverão estar diretamente unidas à chapa do tanque e ser de material não combustível.

4. Sistema de refrigeração e lubrificação de motores

4.1. No caso de sistemas de refrigeração direta, serão dispostos filtros duplos que permitam a sua limpeza sem interromper o fornecimento de água ao motor.

4.2. Os sistemas deverão dispor de dispositivos de indicação de temperatura e pressão de lubrificação de motores. Além disto, serão instalados dispositivos de alarme visual ou sonora por excesso de temperatura de refrigeração e baixa pressão de lubrificação.

CAPÍTULO 9
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM EMBARCAÇÕES DE CARGA E EM EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS

Regra 1
Geral

1. O presente capítulo será aplicado a toda planta elétrica cuja tensão for superior a 55 V. Não será admitido o uso de transformadores para obter tensões inferiores. A aplicação do presente capítulo às lanchas de passageiros ficará a critério da Administração.

2. As instalações elétricas deverão ser apropriadas para que fiquem garantidas:

2.1. todos os serviços elétricos que forem necessários para manter a embarcação em condições normais de funcionamento e habitabilidade, sem necessidade de recorrer a fonte de energia elétrica de emergência;

2.2. os serviços elétricos essenciais para a segurança nas diversas situações de emergência;

2.3. a segurança dos passageiros, da tripulação e da embarcação diante de riscos de natureza elétrica.

3. Todas as instalações e os equipamentos elétricos serão projetados, fabricados, testados e instalados em conformidade com as prescrições estabelecidas pela Administração ou as de uma Organização reconhecida.

4. Todo equipamento elétrico estará protegido contra sobrecargas e curto-circuito. Os meios de proteção para isolar os equipamentos afetados possuirão uma seletividade que permita continuar com a alimentação do resto dos equipamentos essenciais não comprometidos pela falha.

4.1. Cada polo vivo dos sistemas de corrente contínua e cada etapa dos sistemas de corrente alterna deverão possuir proteção contra curto-circuito.

4.2. As instalações deverão possuir proteção contra sobrecarga, nas linhas ou fases, de acordo com o seguinte:

1. Sistemas de corrente contínua de dois condutores e sistemas de corrente alternada de uma fase, em cada linha ou fase;

2. Sistemas de corrente contínua de três condutores, nas duas linhas exteriores; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Sistemas de corrente alternada trifásicos, em pelo menos duas fases.

5. Os geradores ou alternadores deverão estar protegidos por interruptores multipolares com dispositivos de proteção contra sobrecarga e curto-circuito. Os geradores dispostos para operar em paralelo estarão protegidos contra corrente inversa e os alternadores deverão estar protegidos contra potência inversa.

6. Cada luz de navegação ou de sinalização deverá estar ligada de forma independente a um quadro de luzes de navegação e cada linha deverá estar protegida no referido quadro.

6.1. O quadro de luzes de navegação deverá estar localizado no passadiço, ser alimentado por um circuito independente vindo do quadro principal e ter dispositivos de alarme visual ou sonoro para o caso de ocorrer avaria ou defeito.

Regra 2
Fonte de Energia Elétrica Principal e Rede de Iluminação

1. A capacidade conjunta das fontes de energia elétrica deverá ser suficiente para garantir os serviços indicados na regra 1.2. Os alternadores terão suficiente capacidade para permitir, durante a operação normal, a partida do maior motor elétrico existente a bordo.

2. As referidas fontes elétricas deverão poder manter um fornecimento estável de potência, ainda que sob condições normais de variação de carga. O acionamento mecânico das referidas fontes deverá ser provido de um regulador de velocidade, que manterá as rotações sob tais flutuações de carga.

3. Da mesma forma, quando uma das fontes citadas deixarem de funcionar, deverá ser possível às demais prover os serviços elétricos necessários para a partida da fonte propulsora elétrica principal, considerando a condição de navio apagado.

4. Deverá haver uma rede de iluminação elétrica principal que ilumine todas as partes da embarcação normalmente acessíveis aos passageiros ou à tripulação, alimentada pela fonte de energia elétrica principal.

5. Nas embarcações de arqueação bruta superior a 300, a rede de iluminação elétrica principal deverá estar disposta de tal forma que, em caso de incêndio ou de outro sinistro nos espaços em que se encontrem a fonte de energia elétrica principal, o respectivo equipamento transformador (se existir), o quadro de distribuição principal e o quadro de distribuição de iluminação principal, não fique inutilizada a rede de iluminação elétrica de emergência. A situação mencionada anteriormente será aplicável também à rede de iluminação de emergência.

Regra 3
Fonte de Energia Elétrica de Emergência

1. Toda embarcação que deva cumprir com as prescrições deste Capítulo deverá possuir uma fonte de energia elétrica de emergência.

2. A fonte de emergência estará localizada:

a) em embarcações de tonelagem superior a 300, por cima do convés das anteparas e fora do espaço de máquinas;

b) em embarcações de passageiros, embarcações tanque e rebocadores de barcaças tanque, fora do espaço de máquinas; e

c) em outros tipos de embarcações, o mais alta quanto possível.

3. Quando o compartimento da fonte de energia elétrica de emergência encontrar-se abaixo do convés das anteparas, o mesmo será fechado por anteparas estanques resistentes ao fogo. A sua localização não poderá estar a vante da antepara de colisão.

4. A capacidade da fonte de emergência será suficiente para alimentar todos os serviços que sejam essenciais para a segurança no caso de emergência, dando a devida consideração aos serviços que possam ter que funcionar simultaneamente. Pelo menos, e se a sua alimentação não for provida por outra fonte independente de energia, deverá alimentar simultaneamente os seguintes serviços, por um período não inferior a quatro horas:

4.1. luzes de navegação e de sinalização;

4.2. rede de iluminação de emergência;

4.3. alarmes, comunicações interiores, rádio e equipamentos de telefonia;

4.4. instalações de controle de sistemas fixos de extinção de incêndios;

4.5. bomba contra incêndios principal e de emergência, em embarcações tanque e de passageiros; e

4.6. aparelho de governo auxiliar.

5. Existirá iluminação de emergência pelo menos nos seguintes lugares:

5.1. local de reunião dos dispositivos salva-vidas;

5.2. saídas de espaços de alojamentos e corredores;

5.3. espaço de máquinas e suas saídas;

5.4. quadro de emergência, ponte de comando e estações de incêndio e de rádio;

5.5. compartimento da fonte de energia elétrica de emergência; e

5.6. compartimento da bomba contra incêndio de emergência.

6. A fonte de energia elétrica de emergência poderá ser:

6.1. um gerador, cuja alimentação de combustível e refrigeração seja independente da planta principal. Nas embarcações tanque, rebocadores de barcaças tanque e embarcações de passageiros, a entrada em serviço será automática sempre que ocorrer a saída de barras da fonte principal, com um atraso de regime não superior aos 30 segundos. A Administração poderá permitir a partida manual do gerador sempre que a sua localização estiver próxima a espaços nos quais exista tripulação em todo momento e que não seja um espaço de máquinas; e

6.2. um grupo de acumuladores que entre em serviço em forma automática e que cumpra com as prescrições de localização e capacidade precedentes. A Administração poderá permitir a conexão manual do grupo, sempre que estiver próxima e for acessível em todo momento, a espaços tripulados permanentemente e se encontre fora do espaço de máquinas.

Regra 4
Precauções Contra Descargas Elétricas, Incêndios de Origem Elétrica e Outros Riscos do Mesmo Tipo

1. As peças metálicas descobertas de máquinas ou equipamentos elétricos não destinados a conduzir corrente, mas que devido a um defeito possam conduzi-la, deverão estar aterradas. Os quadros de distribuição principal e de emergência estarão dispostos de modo que os aparelhos e o equipamento sejam tão acessíveis conforme necessário, sem perigo para o pessoal.

2. Não será feito uso do sistema de distribuição com retorno pelo casco em nenhuma finalidade em embarcações tanques, excluídos os sistemas limitados e aterrados localmente ou dispositivos de monitores de nível de isolamento, contanto que a corrente que circular seja inferior a 30 mA.

3. Em embarcações tanque não será feito uso de sistemas de distribuição aterrados. Quando for utilizado um sistema de distribuição primário ou secundário sem aterramento para a condução de força ou para os serviços de calefação e iluminação, será instalado um dispositivo de monitoração que verificará continuamente o nível de isolamento com relação à massa.

4. Os quadros de distribuição e seus dispositivos de monitoração, os cabos e o seu posicionamento, as baterias de acumuladores e os compartimentos que as contêm deverão atender para a sua aprovação às prescrições estabelecidas pela Administração ou as de uma Organização reconhecida.

5. Os cabos destinados a serviços essenciais ou de emergência de condução de força, iluminação, comunicações interiores ou sinalização, deverão estar posicionados o mais longe possível de cozinhas, espaços de máquinas e trocadores de calor e outros locais com risco elevado de incêndio. Todo os cabos elétricos externos dos referidos equipamentos serão pelo menos do tipo "retardante de fogo", exceto quando a Administração autorizar outro tipo. Os cabos que conectem as bombas de incêndio ao quadro de distribuição de emergência deverão ser resistentes à chamas.

6. Deverão ser tomadas as precauções especiais que a Administração julgar satisfatórias, quando cabos elétricos localizados em zonas perigosas ofereçam riscos de incêndio ou explosão, em virtude de uma eventual avaria dos mesmos.

7. Todos os circuitos de iluminação e de força que terminem em um depósito de combustível ou um espaço de carga deverão ser providos de um interruptor multipolar localizado fora de tal espaço para desconectar os referidos circuitos.

8. Não será instalado qualquer equipamento elétrico em nenhum dos espaços em que possam ser acumuladas misturas gasosas inflamáveis, inclusive em compartimentos de navios tanque, ou nos compartimentos destinados principalmente a conter baterias de acumuladores, em paióis de tinta, de acetileno e espaços similares, a menos que a critério da Administração o referido equipamento:

8.1. seja essencial para fins operacionais;

8.2. seja de um tipo que não possa inflamar a mistura em questão; e

8.3. esteja devidamente homologado e possa ser utilizado sem riscos em atmosferas poeirentas ou com acumulação de vapores ou gases suscetíveis de serem produzidos.

CAPÍTULO 10
PRESCRIÇÕES COMPLEMENTARES PARA EMBARCAÇÕES DE CARGA E EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS RELATIVAS A ESPAÇOS DE MÁQUINAS SEM GUARNIÇÃO PERMANENTE

Regra 1
Medidas de Segurança

1. O presente capítulo não será aplicável às lanchas de passageiros.

2. A disposição que for adotada deverá garantir que a segurança da embarcação, em todas as condições de navegação, incluídas as de manobra, seja equivalente à de uma embarcação cujos espaços de máquinas tenham guarnição permanente.

3. Toda embarcação deverá ser provida de documentação que demonstre, a critério da Administração, sua aptidão para operar com espaços de máquinas sem guarnição permanente.

4. A critério da Administração, as embarcações cumprirão com as prescrições da Parte E do Cap. II-1 do Convênio Internacional para a Segurança da Vida Humana no Mar, (SOLAS 74), na sua forma atualizada.

TÍTULO III
PROTEÇÃO E MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS, SISTEMAS DE DETECÇÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS

CAPÍTULO 1
DEFINIÇÕES

Regra 1
Definições e Considerações

1. Convenção: a Convenção Internacional para a Segurança da Vida Humana no Mar (SOLAS 1974) na sua forma atualizada.

2. Tonelagem: as toneladas de arqueação bruta (AB), segundo o Regulamento de Arqueio da Hidrovia Paraguai-Paraná.

3. Potência conjunta: a soma das potências máximas contínuas de cada motor de combustão interna instalado dentro de um mesmo espaço de máquinas.

4. Motor de combustível: todo aquele que consumir hidrocarbonetos de ponto de fulgor (teste de cadinho fechado) menor que 43 graus centígrados.

5. Material não combustível: aquele que não queima nem solta vapores inflamáveis em quantidade suficiente para experimentar a ignição quando aquecido a 750º C, aproximadamente, sendo que esta característica será demonstrada de modo satisfatório para a Administração por um procedimento de teste reconhecido (Veja Resolução MSC 61(67) da Organização Marítima Internacional). Qualquer outro material será considerado material combustível.

6. Espaços de carga rodada (rô-rô): espaços normalmente não subdivididos de nenhuma forma e que se estendem ao longo de uma parte considerável do comprimento da embarcação, nos quais poderá ser efetuada normalmente a carga e a descarga, no sentido horizontal, de mercadorias embaladas ou a granel, transportadas em/ou sobre vagões de vias férreas ou por viatura, veículos (incluídos os veículos tanque rodoviários ou ferroviários, reboques, contêineres, tanques desmontáveis, unidades de estiva semelhantes ou de outros receptáculos).

7. Espaços de categoria especial: espaços fechados localizados por cima ou abaixo do convés das anteparas e destinados ao transporte de veículos motorizados que levem no seu depósito combustível para a sua própria propulsão, nos quais os referidos veículos possam ser levados e deles retirados por seus próprios meios, conduzidos, e aos quais tenham acesso os passageiros.

8. Espaço de categoria A para máquinas: todo compartimento e os túneis verticais para esses compartimentos contendo:

1. motores de combustão interna utilizados para a propulsão;

2. motores de combustão interna utilizados para fins diferentes da propulsão, se esses motores tiverem potência conjunta não inferior a 375 kW; e

3. qualquer caldeira ou instalação de combustível líquido.

9. Espaços de máquinas: todos os espaços da categoria A para máquinas e todos os que contêm a máquina propulsora, caldeiras, instalações de combustível líquido, máquinas a vapor e de combustão interna, geradores e máquina elétrica principal, estações de abastecimento (tomada) de combustível, máquina frigoríficas, de estabilização, de ventilação e climatização (ar condicionado), e espaços semelhantes, bem como os túneis/condutos de acesso aos mesmos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Instalações de combustível líquido: equipamentos que servem para preparar o combustível que alimenta as caldeiras ou os aquecedores de combustível para motores de combustão interna; a expressão compreende qualquer bomba de combustível e seus filtros e aquecedores de combustível que funcione a uma pressão manométrica superior a 0,18 N/mm2.

11. Postos de controle: compartimentos nos quais se encontram aparelhos de radiocomunicações ou os principais aparelhos de navegação ou o equipamento eletro-gerador de emergência, ou nos quais está centralizado o equipamento detector e extintor de incêndios.

12. Espaços de alojamento ou alojamentos: espaços públicos, corredores, lavatórios, camarotes, escritórios, enfermarias, cinemas, salas de jogos, e de lazer, barbearias, copas sem equipamentos de cozinha e outros espaços similares.

13. Espaços de serviço: cozinhas, ou copas com artefatos para cozinhar, paióis, oficinas que não façam parte do espaço de máquinas e outros espaços similares, incluídos os túneis/condutos que conduzam aos mesmos.

14. Teste padrão de exposição ao fogo: aquele no qual umas amostras das anteparas ou convés, objeto do teste são submetidas em um forno de testes a temperaturas que correspondam aproximadamente às da curva padrão tempo - temperatura. A amostra terá uma superfície exposta não inferior a 4,65 m2 e uma altura (comprimento no caso de tratar-se de um convés) de 2,44 m, e procurará preservar a maior semelhança possível com a construção prevista, contendo, quando for necessário, pelo menos uma junta. A curva padrão de tempo - temperatura é definida por uma curva contínua que passa pelos seguintes pontos indicadores de temperatura do forno:

a) ao finalizar os primeiros 5 minutos, 556º C;

b) ao finalizar os primeiros 10 minutos, 659º C;

c) ao finalizar os primeiros 15 minutos, 718º C;

d) ao finalizar os primeiros 30 minutos, 821º C; e

e) ao finalizar os primeiros 60 minutos, 925º C.

15. Divisão da classe "A": as formadas por anteparas e conveses que reúnam as seguintes condições:

1. ser de aço ou de outro material equivalente;

2. estarem convenientemente reforçadas;

3. estarem construídas de forma que impeçam a passagem da fumaça e das chamas até o final do teste padrão de exposição ao fogo de uma hora de duração;

4. estarem isoladas com materiais não combustíveis aprovados, de forma que a temperatura média do lado não exposto não exceda 139º C acima da temperatura inicial, nem a temperatura em qualquer ponto, inclusive em qualquer junta, se eleve mais de 180º C acima da temperatura inicial dentro dos tempos abaixo relacionados:

classe "A - 60" 60 min

classe "A - 30" 30 min

classe "A - 15" 15 min

classe "A - 0" 0 min

5. a Administração exigirá que seja realizado um teste com uma antepara ou um convés protótipos para que seja assegurada que os mesmos cumpram as prescrições mencionadas quanto à integridade e ao aumento de temperatura (Veja Resolução A.754(18) da Organização Marítima Internacional).

16. Divisões da classe "B": as formadas por anteparas, conveses, tetos e forros internos que reúnam as seguintes condições:

1. deverão ser construídas de forma que possa impedir a passagem de chamas até o final da primeira meia hora de teste padrão de exposição ao fogo;

2. deverão ter um valor de isolamento de forma que a temperatura média do lado não exposto não exceda 139ºC acima da temperatura inicial e que a temperatura em qualquer ponto, inclusive em qualquer junta, se eleve mais de 225º C acima da temperatura inicial, nos intervalos indicados a seguir:

classe "B - 15" 15 min

classe "B - 0" 0 min

3. todos os materiais que forem utilizados na construção e na fixação das divisões da classe "B" deverão ser não combustíveis; contudo, poderá ser autorizado o uso de revestimentos combustíveis com a condição que cumpram outras prescrições do presente título;

4. deverá, por meio de teste com uma antepara protótipo, exigido pela Administração, ter assegurado que as anteparas cumprem com as prescrições mencionadas no que se refere a integridade e aumento de temperatura (Veja Resolução A.754(18) da Organização Marítima Internacional).

17. Divisões da classe "C": as construídas com materiais não combustíveis aprovados. Não é necessário que se ajustem às prescrições relativas a passagem de fumaça e das chamas nem as limitações relativas ao aumento de temperatura. Está autorizado o uso de revestimentos combustíveis, contanto que os mesmos cumpram outras prescrições do presente título.

18. Tetos ou revestimentos contínuos da classe "B": os tetos ou revestimentos da classe "B" que terminam unicamente em uma divisão da classe "A" ou "B".

19. De aço ou de outro material equivalente: quando aparecer esta expressão, por material equivalente será entendido qualquer material não combustível que, por si ou devido ao isolamento do qual estiver provido, possua propriedades estruturais e de integridade equivalentes às do aço ao terminar a exposição ao fogo durante o teste padrão (por exemplo, uma liga de alumínio isolada de forma adequada).

20. Fraca propagação da chama: quando for necessário que um material, um revestimento ou a superfície do mesmo sejam de baixa propagação ou não sejam facilmente inflamáveis, esta característica terá de ser verificada de modo satisfatório pela Administração por um procedimento de teste reconhecido (Veja Resoluções A.653(16) e A.687(17) da Organização Marítima Internacional).

21. Zonas verticais principais: aquelas nas quais fica subdividido o casco; as superestruturas e as casarias mediante divisões da classe "A" e cujo comprimento médio não exceda em geral, em nenhum convés, a 40 m.

22. Espaços públicos: partes do espaço geral de alojamento utilizados como vestíbulos, salas de jantar, salões e recintos similares permanentemente fechados, antecâmaras, refeitórios, salas de estar permanentemente fechados.

23. Espaços de carga: todos os utilizados para mercadorias (incluídos os tanques de carga de hidrocarbonetos), bem como os seus túneis de acesso.

24. Espaços de carga rodada abertos: são espaços de carga rodada (rô-rô) abertos em ambas as extremidades ou por uma delas e providos ao longo de toda a sua extensão de ventilação natural suficiente e eficaz, conseguida mediante aberturas permanentes feitas no chapeamento do costado ou no convés, do modo que a Administração considere satisfatório.

25. Espaços de carga rodada (rô-rô) fechados: espaços de carga rodada (rô-rô) que não são espaços de carga rodada abertos nem conveses exposto ao tempo.

26. Convés exposto ao tempo (aberto): o convés totalmente exposto por cima e pelo menos por dois bordos.

27. Locais que contêm mobiliário e utensílios cujo risco de incêndio é reduzido: aqueles que contêm mobiliário e utensílios cujo risco de incêndio é reduzido (tratando-se de camarotes, espaços públicos, escritórios ou outros tipos de alojamento) e nos quais:

1. todos os móveis e caixas com estantes, tais como escrivaninhas, guarda-roupas, penteadeiras, bufês ou aparadores estão totalmente construídos com materiais não combustíveis aprovados, podendo, ainda utilizar revestimento de chapa combustível que não exceda 2 mm de espessura para revestir as suas superfícies de trabalho;

2. todos os móveis não fixos, como cadeiras, sofás, ou mesas, estão construídos com armações de materiais não combustíveis;

3. todos os tapetes, cortinas e demais materiais têxteis pendurados possuem, na medida que a Administração considere satisfatória, propriedades de resistência à propagação da chama não inferiores às da lã de 0,8 kg/ m2 de massa;

4. todos os revestimentos de piso possuem, na medida que a Administração considere satisfatória, propriedades de resistência de propagação à chama não inferiores às de um material de lã similar utilizado para este mesmo fim;

5. todas as superfícies expostas das anteparas, forros, revestimentos e tetos possuem características de fraca propagação da chama; e

6. todos os móveis estofados com fibras têxteis possuem, na medida que a Administração considere satisfatória, propriedades de resistência à ignição e a propagação da chama.

28. Convés das anteparas: o mais elevado convés onde vão as anteparas estanques transversais.

29. Navio de carga combinado: navio tanque projetado para transportar hidrocarbonetos, bem como cargas sólidas a granel.

30. Óleo cru: todo hidrocarboneto líquido que se encontre na forma natural na terra, tenha sido ou não, tratado para tornar possível o seu transporte; o termo inclui:

1. óleo cru do qual possam ter sido extraídas algumas frações de destilados; e

2. óleo cru ao qual possam ter sido adicionados algumas frações de destilados.

31. Zona da carga: parte do navio no qual se encontram os tanques de carga, tanques de decantação e os compartimentos de bombas de carga, que compreende os compartimentos de bombas, os *cofferdams*, os tanque de lastro, e os espaços vazios adjacentes aos tanques de carga, bem como as áreas de convés localizadas ao longo de todo o comprimentos e de toda a largura da parte do navio que fique por cima dos espaços mencionados.

CAPÍTULO 2
MEDIDAS DE SEGURANÇA, SISTEMAS E DISPOSITIVOS DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS EM NAVIOS DE PASSAGEIROS

Regra 1
Sistema Geral de Extinção por Água

1. Toda lancha de passageiros cujo compartimento seja maior ou igual a 20 m possuirá um sistema geral de extinção mediante água composto de bombas, coletores, tomadas e mangueiras contra incêndios ajustados às seguintes prescrições.

2. Capacidade das Bombas Contra incêndios

2.1. As bombas contra incêndios prescritas terão uma capacidade adequada que lhe permita obter o número mínimo de jatos de água necessários.

2.2. Em geral, as bombas mecânicas não terão uma capacidade inferior a 5,5 m^3/h, e as manuais, não inferior a 1,1 m^3/h.

3. Número, Disposição e Acionamento das Bombas Contra Incêndios.

3.1. Toda embarcação de comprimento maior ou igual a 20 m contará com uma bomba de incêndio acionada mecanicamente, que poderá estar acoplada ao motor principal.

3.2. Em embarcações de casco múltiplo haverá uma bomba acoplada a cada motor ou, na sua falta, uma bomba de acionamento mecânico independente, se possível localizada fora do espaço de máquinas.

3.3. As bombas de esgoto, de serviços gerais, ou sanitárias poderão ser consideradas como bomba contra incêndio.

4. Pressões Mínimas e Disposição da Rede Contra Incêndios.

4.1. Cada bomba será capaz de manter com qualquer esguicho um jato de água de alcance não inferior a 12 m com um esguicho com bocal de 12 mm.

4.2. O diâmetro da rede contra incêndio deverá permitir o cumprimento do disposto em 4.1.

4.3. Onde aplicável, serão colocadas válvulas nas tomadas das extremidades da embarcação de modo que possam ser utilizadas simultaneamente ou em separado e de tal forma que possa ser removida uma mangueira enquanto a bomba encontrar-se operando.

4.4. O Material utilizado nas redes prescritas não deverá ser combustível. Quando for utilizado outro material que não seja aço, deverá ser especialmente aprovado pela Administração. Não será admitido o uso de ferro fundido.

4.5. A menos que se instale uma mangueira por tomada, as mesmas terão conexões de iguais dimensões de modo que permitam a troca de mangueiras.

4.6. O número e distribuição das tomadas deverão permitir que se alcance, pelo menos com um jato, qualquer parte da embarcação com mangueiras de comprimento prescrito.

5. Mangueiras e Esguichos

5.1. Cada mangueira deverá ser provida com esguicho e uniões necessárias, ser de material aprovado, estar pronta para o seu uso e estar localizada, em posição próxima a tomada. Seu comprimento não será maior que 15 m, sempre que isto não resulte em trajetórias cujo percurso nos dificultem as tarefas de extinção.

5.2. Os esguichos destinados a projetar água nos compartimentos de máquinas deverão ser do tipo de duplo emprego (jato-neblina).

Regra 2
Sistemas Fixos de Extinção em Espaços de Máquinas

1. Toda lancha de passageiros instalará um sistema fixo de extinção no compartimento do motor propulsor.

2. Não será admitido o uso de compostos halogenados nos sistemas de extinção de embarcações novas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Sistemas Fixos de Extinção:

3.1. O agente extintor poderá ser dióxido de carbono, pó químico ou espuma.

3.2. Deverá ser provido um arranjo de forma que o meio extintor possa ser distribuído eficazmente através do espaço protegido e não possa escapar-se inadvertidamente. As redes utilizadas deverão estar protegidas contra a corrosão.

3.3. A instalação será provida com um meio manual de disparo.

3.4. Quando for utilizado dióxido de carbono, a quantidade de gás provida deve ser suficiente para fornecer um volume pelo menos igual a 30% do volume total do espaço. Para esse fim será tomado um valor de 0.56 m^3/kg de gás.

3.4.1. A instalação deverá ser feita de modo a permitir a descarga de 85% do gás em tempo não inferior a 2 minutos.

3.4.2. Os cilindros de dióxido de carbono serão dispostos fora do compartimento protegido, em um local ventilado e que não possa ser facilmente afetado por um incêndio no referido compartimento.

Regra 3
Extintores Portáteis

1. As lanchas de passageiros deverão ser providas, nos seus espaços de acomodação, de extintores polivalentes, de acordo com o indicado a seguir:

1. comprimento menor que 10 m: 2 extintores de pó polivalente de pelo menos 1,4 kg;

2. comprimento maior ou igual a 10 m e menor que 20 m: 3 extintores de pó polivalente de pelo menos 1,4 kg; e

3. comprimento maior ou igual a 20 m: 2 extintores de pelo menos 1,4 kg e 1 extintor de 2,3 kg.

2. Em geral, os extintores serão localizados na entrada do espaço protegido e a uma distância que permita a sua utilização eficaz.

Regra 4
Medidas de Segurança

1. Arranjo Geral

1.1. Nas lanchas onde acima do compartimento do motor sejam instalados um ou mais conveses, o espaço de máquinas estará fechado por anteparas estanques que se estendam pelo menos até ao primeiro convés.

1.2. Onde os espaços de alojamentos se encontrem acima do compartimento do motor, esse convés será uma divisão B-15.

1.3. Nas lanchas que não possuam convés das anteparas completo, o motor estará isolado do espaço de alojamento por uma divisão B-15 e de tal forma que os fluidos de máquinas não possam ser deslocados fora do referido espaço para outras zonas do casco.

1.4. Dever-se-á observar atentamente a localização dos tanques de combustível, redes, etc. de forma a minimizar os riscos de incêndio ou explosão. Nesse sentido, não deverão estar localizados em cima dos motores nem de artefatos de chama aberta.

1.5. Em embarcações com motores internos a gasolina, os tanques de combustível, o motor e o espaço de alojamentos deverão ser separados entre si por anteparas estanques aos gases.

1.6. Não será autorizado o uso de motores a gasolina em lanchas de passageiros novas.

1.7. O pique tanque de proa não será utilizado para o transporte de combustível.

1.8. Em lanchas construídas com casco de material combustível, deverão ser instalados detectores de fumaça do tipo iônico no espaço de máquinas e em todo espaço fechado no qual exista uma fonte de ignição.

O referido sistema deverá ativar um alarme visual e sonoro na posição do timoneiro e ter uma alimentação contínua e independente do motor principal.

2. Sistema de Exaustão

2.1. As redes de exaustão dos motores deverão ser revestidas de material isolante de baixa propagação de chamas, de forma que impeça que ocorra a ignição de substâncias combustíveis que entrem em contato com as mesmas. Deverão ser de material resistente à corrosão galvânica.

2.2. As redes de exaustão refrigeradas que atravessem espaços de máquinas ou de alojamento e que não possuam meios para detectar aumentos de temperatura deverão ser isoladas de acordo com o prescrito em 2.1.

3. Sistema de Combustível

3.1. Tão perto do tanque de combustível como seja possível, deverá ser colocada uma válvula de fechamento que possa ser acionada do convés ou de um compartimento contíguo isolado convenientemente.

3.2. Os tanques de combustível de 50 l ou mais terão à disposição uma porta de inspeção e os tanques não estruturais não serão instalados tão próximos das estruturas de modo que impeçam a livre circulação do ar.

3.3. Os tanques de armazenamento de gasolina não deverão ter nenhum tipo de drenagem pelo fundo.

3.4. A conexão de combustível de motor a gasolina será de cobre, de liga de cobre e níquel ou de outra liga equivalente; em motores a diesel serão permitidas conexões flexíveis resistentes ao fogo aprovadas, com, pelo menos, duas braçadeiras.

3.5. Os dutos de ventilação de tanques deverão ter detentor de chamas, um dispositivo que impeça a entrada de água, e se localizarão distante (pelo menos 1 m) de toda entrada de ar ou saída de escapamentos do motor. Nunca terão um diâmetro interno inferior a 12 mm e pelo menos em sistemas bombeados 25% a mais de área que a tubulação de enchimento.

4. Deverá ser provido de fechamentos todo conduto de admissão ou extração de ar dos espaços de máquinas, que possam ser acionados de uma posição segura e fora do espaço considerado.

5. Baterias

5.1. As baterias não deverão ser colocadas no mesmo compartimento que os motores a gasolina ou de tanques de gasolina.

5.2. As instalações de baterias de 5 kWh ou mais, abaixo do convés, deverão ser feitas em compartimentos isolados e com ventilação apropriada.

6. A Administração aprovará as instalações de gás a bordo - ainda que não sejam admitidos recipientes de gás sob pressão em espaços de alojamento nem em espaços abaixo da linha d'água - bem como os artefatos de chama aberta.

7. Meios de Escape

7.1. Toda embarcação provida de lugar para 4 pessoas ou mais, dentro de uma cabine que seja suscetível de ser fechada ou uma superestrutura longa aberta, deverá possuir uma saída de emergência, localizada tão longe da saída principal quanto possível e cuja abertura seja para fora.

7.2. Em espaços de alojamentos pequenos poderá se dispor de uma única saída, sob a condição de que a mesma não possa ser bloqueada por um incêndio no espaço de máquinas.

7.3. A saída de emergência poderá consistir de uma porta escotilha - ou de um agulheiro que não possua uma dimensão livre menor que 600 x 600 mm - que esteja claramente marcada e seja acionável tanto da parte de dentro como pela parte de fora.

7.4. A saída de emergência deverá poder ser aberta sem necessidade de usar chaves ou ferramentas.

7.5. Quando o acesso à saída de emergência for realizado através de outros compartimentos, as portas dos mesmos não deverão ser factíveis de ser bloqueadas.

CAPÍTULO 3
MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS, SISTEMAS E DISPOSITIVOS DE DETECÇÃO E SISTEMAS DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS EM EMBARCAÇÕES DE CARGA E EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS

Regra 1
Sistema Geral de Extinção por Água

1. Toda embarcação será provida de bombas, redes, tomadas e mangueiras contra incêndio, ajustados às seguintes prescrições.

2. Capacidade das Bombas Principais contra Incêndios.

2.1. Em embarcações de passageiros, a soma total das vazões que devem dar as bombas prescritas não será menor que dois terços da vazão total que devam esgotar as bombas de esgoto.

2.2. Em embarcações de carga, a soma total das vazões realizadas pelas bombas prescritas, exceto as de emergência, não será menor que quatro terços da vazão indicada para cada uma das bombas de esgoto; entretanto não será necessário exceder a 180 m^3/h.

2.3. A capacidade de cada bomba, quando forem exigidas duas ou mais bombas não poderá ser menor que 80% da capacidade total exigida dividida pelo número mínimo de bombas estipuladas, nunca sendo menor que 25 m^3/h em navios de comprimento maior que 60 m, nem menor que 15 m^3/h nos navios de comprimento menor. Em todo caso, deverá ser capaz de produzir os dois jatos de água prescritos.

2.4. Quando o número de bombas instaladas for superior ao mínimo prescrito, a capacidade individual das mesmas será submetida à consideração especial da Administração.

3. Número Mínimo e Tipo de Acionamento das Bombas Principais Contra Incêndios.

3.1. Nas embarcações de carga (para os fins do presente item, as embarcações tanque e os rebocadores de barcaças tanque serão consideradas como embarcações de carga de tonelagem >= 1000) instalar-se-ão as bombas prescritas a seguir:

TONELAGEM	Nº DE BOMBAS	ACIONAMENTO
Menor ou Igual que 200	1	Mecânico (1)
Entre 200 e 1000	1	Mecânico (2)
Maior ou Igual que 1000	2	Mecânico (3)

(1) Se a linha de eixos for facilmente desacoplável, poderá estar acoplada ao motor propulsor.

(2) Deverá ser acionada por um motor independente do motor propulsor.

(3) Uma delas deverá ser de acionamento independente e a outra poderá estar acoplada.

3.2. As embarcações de passageiros deverão ter duas bombas acionadas mecanicamente das quais uma delas poderá estar acoplada ao motor principal se a linha de eixos for facilmente desacoplável (mediante acoplamentos elétricos, hidráulicos, ou mecanismos redutores).

3.3. As bombas de lastro, de esgoto e de serviços gerais bem como outras bombas empregadas para o uso de água poderão ser utilizadas como bomba contra incêndios, sempre que pelo menos uma bomba esteja disponível para a sua imediata utilização na extinção de incêndios. As bombas que sirvam o sistema de combustível não poderão ser utilizadas.

3.4. As aspirações das bombas contra incêndios estarão dispostas na parte mais baixa possível e debaixo da linha d'água em lastro.

3.5. As bombas e as suas fontes de energia não poderão estar dispostas a vante da antepara de colisão.

3.6. As bombas centrífugas contra incêndios deverão ser conectadas ao sistema contra incêndios por meio de válvulas de fechamento e de não retorno.

4. Bomba de Emergência Contra Incêndios:

4.1. Nas embarcações onde possa ocorrer incêndio em um compartimento que possa inutilizar todas as bombas, será instalada, exceto prescrição em contrário, uma bomba de emergência que cumpra com o prescrito nesta regra.

4.2. Para fins do presente item, as embarcações tanque serão consideradas como embarcações de carga de tonelagem >= 1000.

4.3. Todas as embarcações de tonelagem maior ou igual que 500 disporão de uma bomba de emergência de acionamento mecânico, fixa ou portátil, de capacidade e pressão equivalente a uma bomba principal, localizada fora do espaço de máquinas e de tal forma que tanto a bomba, como a sua tomada e acionamento não sejam inutilizados pelo incêndio e que possa afetar as bombas principais contra incêndios.

4.4. Poderá não ser necessária uma bomba de emergência, quando as bombas principais estiverem localizadas em compartimentos separados, sem acesso direto entre eles e sempre que um incêndio em um compartimento não qualquer não inutilize ambas as bombas.

4.5. Nas embarcações de tonelagem menor que 500, não será necessária bomba de emergência.

4.6. Instalação da Bomba de Emergência.

1. deverá ser do tipo auto escorrante, tratando-se de uma bomba centrífuga;

2. deverá ter uma capacidade de pelo menos 40%, da total prescrita para as bombas principais (em nenhum caso menor que 25 m^3/h) à pressão necessária em 5 e adicionalmente terá uma capacidade suficiente para fornecer água a qualquer sistema que for instalado para proteção do espaço onde forem instaladas as bombas principais;

3. a altura total de aspiração não excederá a 4,5 m;

4. quando for necessário posicionar uma tomada no compartimento das bombas principais, a válvula da referida tomada deverá ser acionável de uma posição segura e que não seja afetada por um incêndio no referido compartimento;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. deverá ser de acionamento independente da rede que alimentar as bombas principais e, quando se tratar de um acionamento por motor de combustão interna, o fornecimento de combustível deverá estar disposto de forma a não ser afetado por um incêndio no espaço das bombas principais. O dispositivo da partida neste último caso poderá ser manual quando a potência for menor que 15 kW ou, em caso contrário, deverá ser provido um dispositivo auxiliar (exemplo: baterias, sistema hidráulico independente, sistema de ar comprimido independente, etc.); e

6. quando for impraticável localizar a bomba em um compartimento separado, a mesma poderá ser instalada em um compartimento adjacente ao das bombas principais, sempre que as divisórias e/ou cobertas sejam do tipo "A-60".

5. Pressões Mínimas do Sistema Contra Incêndio:

5.1. O diâmetro do coletor e das redes deverá ser adequado para a distribuição eficaz da vazão fornecida pelas bombas de incêndio prescritas, exceto no caso de embarcações de carga bastará que o diâmetro seja suficiente para uma vazão de água de 140 m^3/h.

5.2. Quando uma ou duas bombas mecânicas em conjunto descarreguem pelos esguinchos especificados, a fim de atender a vazão mínima estipulada, por meio de qualquer uma das duas bocas adjacentes, a pressão será:

1. em embarcações de tonelagem menor que 1000, suficiente para produzir um jato de água em cada boca, com um alcance de pelo menos 12 m; e

2. em embarcações de tonelagem maior ou igual que 1000, não menor que 0.27 N/mm^2.

6. Redes e Tomadas contra incêndios

6.1. Não serão utilizados materiais que o calor possa inutilizar facilmente.

6.2. Nas embarcações autorizadas a transportar mercadorias sobre o convés, as tomadas contra incêndios serão facilmente acessíveis.

6.3. A menos que se disponha de uma mangueira por tomada, todos os acoplamentos (uniões e esguichos) deverão ser intercambiáveis.

6.4. Deverá ser instalada uma válvula em cada tomada contra incêndios.

6.5. Quando for instalada uma bomba contra incêndio fora da sala de máquinas, a rede contra incêndios deverá ser provida de uma válvula de bloqueio para a seção da rede que penetra na sala de máquinas de tal forma que a mesma possa seguir fornecendo água ao resto da rede de incêndio fora da referida sala.

6.6. Em toda embarcação tanque deverão ser colocadas válvulas de corte na rede principal contra incêndio; uma delas, precisamente diante do compartimento, à saída do coletor do espaço de máquinas, em posição protegida e outras sobre o convés na zona de carga, em intervalos não maiores que 40 m.

7. Número e Distribuição das Tomadas Contra Incêndios

7.1. O número e a distribuição das tomadas contra incêndios deverão possibilitar que pelo menos dois jatos de água não provenientes da mesma tomada, um deles lançado por uma única seção de mangueira, alcancem qualquer parte da embarcação normalmente acessível aos passageiros ou à tripulação, enquanto a mesma encontre-se navegando, e qualquer espaço de carga, quando o mesmo encontrar-se vazio, ou qualquer espaço de carga rodada (rô-rô) ou de categoria especial, com uma única seção de mangueira por tomada.

7.2. Haverá pelo menos duas tomadas próximas do acesso ao espaço de máquinas e em embarcações de comprimento maior que 30 m, uma delas deverá estar localizada dentro do referido espaço.

8. Mangueiras Contra Incêndios

8.1. Toda embarcação deverá ser provida de mangueiras de material aprovado pela Administração.

8.2. As embarcações de carga possuirão uma mangueira a cada 30 m de comprimento, mais uma sobressalente, sem contar as necessárias para o espaço de máquinas. Nunca serão menos de três, em embarcações de arqueação igual ou maior que 200, nem menos de 2, em embarcações de arqueação menor.

8.3. As embarcações de passageiros e os espaços de máquinas de todas as embarcações, possuirão uma mangueira por cada tomada. Nos espaços de carga rodada e de categoria especial, as mangueiras deverão estar permanentemente conectadas às tomadas.

8.4. Cada mangueira será provida de seu esguicho ou bocal, os seus acessórios de acoplamento e estará acondicionada em cabides preparados para essa finalidade, e próxima a respectiva tomada.

8.5. O comprimento de cada mangueira não será maior que 20 m em navios de comprimento maior que 60 m e nem menor que 15 m nos de comprimento inferior.

9. Esguichos ou Bocais

9.1. O diâmetro das redes, a fim de verificar o estipulado em 5.2, não poderá ser menor que 12 mm. Para espaços de máquinas e sobre convés, o diâmetro do esguicho será aquele que permita obter o máximo de capacidade de descarga da bomba à pressão necessária. O referido diâmetro não será, em geral, maior que 19 mm, exceto em casos que, quando maior, cumpra com o alcance mínimo prescrito.

9.2. Todos os esguichos serão do tipo de duplo emprego (neblina e jato) e terão dispositivos de fechamento.

Regra 2
Sistemas Fixos e Dispositivos Portáteis de Extinção em Espaços de Máquinas

1. Sistemas Fixos de Extinção por Gás, ou de Espuma de Alta Expansão ou Aspersão por Água a Pressão em Espaços de Máquinas.

1.1. Quando, em conformidade com o exposto nos parágrafos seguintes, for exigida a instalação de algum dos referidos sistemas, os mesmos cumprirão com as disposições da Administração ou de uma Organização reconhecida (Sociedade Classificadora).

1.2. Quando num mesmo espaço existam caldeiras, motores de combustão interna para propulsão ou motores auxiliares, adotar-se-á o maior dos equipamentos que atenda os requisitos para tal elemento, como se o espaço fosse destinado exclusivamente ao mesmo, sempre que não existirem requerimentos específicos não cobertos para algum elemento em particular que se encontre no mesmo espaço daquele que determinou o equipamento mínimo.

2. Sistemas Fixos de Extinção em Espaços da Categoria "A" para Máquinas.

2.1. Nos espaços indicados a seguir e salvo se prescreva outra coisa na presente regra, deverá ser instalado algum dos sistemas fixos indicados em 1, a saber:

1. em espaços com caldeiras alimentadas com combustível líquido ou instalações de combustível líquido;

2. em espaços com motores de combustão interna, de qualquer potência, utilizados para a propulsão; e

3. em espaços com motores de combustão interna utilizados para fins auxiliares, quando a sua potência conjunta exceder 375 kW.

2.2. Em Embarcações de Carga, com exceção das prescritas em 2.3:

Toda embarcação de carga cuja arqueação total for maior que 1000 ou que possua uma potência conjunta maior que 750 kW, cumprirá com o prescrito em 2.1.

2.3. Em Embarcações Tanque: cumprirão com o prescrito em 2.1.

2.4. Em Embarcações de Passageiros:

1. instalarão um dos sistemas fixos prescritos em 2.1, exceto em espaços contendo somente motores de combustão interna para fins auxiliares de potência conjunta menor que 750 kW, onde poderá dispensar a instalação do sistema fixo; e

2. as embarcações construídas com casco de material combustível em todos os casos instalarão um dos sistemas fixos de extinção prescritos em 2.1.

3. Dispositivos Portáteis Lança-espumas em Espaços da Categoria "A" para Máquinas.

Em toda embarcação tanque, ou em todo rebocador de barcaças tanque e toda embarcação de passageiros, cujos compartimentos excedam os 10 m de comprimento, dever-se-á instalar em Espaços da Categoria "A" para Máquinas um dispositivo portátil lança-espuma de 20 litros.

4. Extintores de Grande Capacidade em Espaços Contendo Caldeiras.

4.1. Toda embarcação tanque, ou rebocador de barcaças tanque, exceto o prescrito em 4.2, instalará, em espaços contendo caldeiras, um extintor de espuma de 135 litros ou equivalente.

4.2. Tais extintores não serão exigidos em espaços contendo caldeiras de uso doméstico de 175 kW ou menos, ou em qualquer caso de navios diferentes aos especificados anteriormente.

4.3. Em embarcações de tonelagem menor que 200 com caldeiras de menos de 375 kW, o extintor prescrito em 4.1 não será necessário. Quando se tratar de potências maiores, o extintor poderá ser substituído por extintores portáteis de espuma em quantidade de um por cada 75 kW ou fração excedente de 375 kW, não sendo necessários mais de seis.

5. Extintores de Grande Capacidade em Espaços da Categoria "A" para Máquinas contendo Motores de Combustão Interna.

5.1. Em Embarcações de Carga:

5.1.1. Toda embarcação tanque, ou rebocador de barcaças tanque, instalará em Espaços da Categoria "A" para Máquinas contendo Motores de Combustão Interna, extintores de espuma de 45 litros ou equivalente, em número suficiente para que a espuma possa alcançar qualquer parte dos sistemas de combustível, óleo lubrificante sob pressão e outras zonas que apresentem risco de ignição.

5.1.2. Embarcações não incluídas em 5.1:

5.1.2.1. Todo espaço contendo motores para a propulsão principal, de qualquer potência (para embarcações de tonelagem maior ou igual que 1000) e de potência não menor que 375 kW (para embarcações de tonelagem menor que 1000) ou espaços contendo motores auxiliares de potência maior ou igual que 750 kW será provido, exceto no caso prescrito em 5.1.3, de extintores de espuma de 45 litros ou equivalente (um a cada 750 kW ou fração); e

5.1.2.2. Em espaços que contenham somente motores auxiliares, com uma potência conjunta menor que 750 kW, o extintor de 45 litros poderá ser substituído por dois extintores de espuma de 9 litros, ou equivalente, se a potência conjunta for maior que 75 Kw, ou por um extintor, se for menor que o referido valor.

5.1.3. Embarcações de tonelagem menor que 200, se a potência conjunta dos motores dentro de um espaço de máquinas não exceder de 375 kW, não será necessário um extintor de grande capacidade como o prescrito. Do contrário o extintor de 45 litros pode ser substituído por extintores de espuma de 9 litros (um por cada 75 kW ou fração, de excesso de 375 kW, e não mais que 6).

5.2. Em Embarcações de Passageiros:

5.2.1. Toda embarcação, exceto o prescrito em 5.2.2, cumprirá com 5.1.1.

5.2.2. As embarcações de tonelagem menor que 200 poderão cumprir com o prescrito em 5.1.3.

6. Extintores Portáteis em Espaços contendo Caldeiras alimentadas com combustível ou Instalações de combustível líquido.

6.1. Em Embarcações de Carga:

6.1.1. Toda embarcação tanque, ou rebocador de barcaças tanque e todo outro tipo de embarcação de tonelagem menor que 1000, deverão ser instalados, pelo menos, dois extintores de espuma, ou equivalente.

6.1.2. As embarcações não incluídas em 6.1.1, de tonelagem maior ou igual que 1000, além dos extintores ali necessários, deverá ser instalado um extintor de espuma, ou equivalente, por cada queimador (não será necessário que o total exceda os 45 litros). Em caldeiras de potência menor que 175 kW, poderão ser diminuídos os requisitos prescritos.

6.2. Em Embarcações de Passageiros:

6.2.1. Em toda embarcação dever-se-á instalar, em cada um dos referidos espaços, pelo menos dois extintores de espuma, ou equivalente.

7. Extintores Portáteis em Espaços contendo Motores de Combustão Interna:

7.1.Embarcações de Carga:

7.1.1. Em toda embarcação tanque, ou rebocador de barcaças tanque e toda embarcação de passageiros, dever-se-á instalar, em espaços contendo motores para a propulsão de qualquer potência, ou espaços contendo motores auxiliares de potência conjunta não menor que 375 kW, um número de extintores de espuma ou equivalente, de forma que nenhum ponto do espaço fique localizado a uma distância (andando) maior que 10 m de qualquer extintor, e nunca menos de dois extintores.

7.1.2. As embarcações não incluídas em 7.1.1, em espaços contendo motores para a propulsão de qualquer potência, ou espaços contendo motores auxiliares de potência conjunta não menor que 750 kW, serão fornecidos extintores de espuma de 9 litros, ou equivalente, de tal forma que exista um a cada 750 kW, ou fração. (mínimo dois, não sendo necessário mais de seis).

7.1.3. Toda embarcação em espaços contendo motores de combustão interna, que não sejam da categoria "A", deverá possuir, pelo menos, 2 extintores de espuma de 9 litros, ou equivalente, a cada 75 kW de potência conjunta, e, pelo menos, um extintor como prescrito se a potência conjunta for igual ou maior que 15 kW.

8. Extintores Portáteis em sala de bombas de carga ou sala de compressores em embarcações tanque.

8.1. As embarcações tanque instalarão na sua sala de bombas, dois extintores de espuma de 9 litros ou equivalente. Nas embarcações tanque de produtos químicos e gasosos deverão ser instalados, na sua sala de compressores, dois extintores de pó seco de capacidade equivalente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Regra 3
Medidas Especiais em Espaços da categoria "A" para Máquinas

1. As luminárias deverão ser de aço e não terão cristais. Deverão ser tomadas medidas para permitir que, no caso de incêndio, a saída da fumaça do espaço protegido.

2. Não serão instaladas janelas nas anteparas limite dos espaços de máquinas.

3. Deverá haver meios de acionamento localizados fora do espaço e com acesso do convés, disponíveis para:

a) abrir e fechar clarabóias, fechar as aberturas das chaminés que normalmente dão saída ao ar de ventilação e fechar as borboletas dos ventiladores;

b) permitir a saída de fumaças; e

c) parar os ventiladores de tiragem forçada e de tiragem induzida, as bombas de transbordo de combustível líquido, as de instalações de combustível e outras similares.

4. Nas embarcações de passageiros, os referidos meios de acionamento e os de qualquer sistema prescrito para a extinção de incêndios estarão localizados em um posto de comando ou estarão agrupados no menor número possível de postos que a Administração considerar satisfatório. Deverão terá acesso seguro a estes postos do convés aberto.

5. Em todo espaço sem guarnição permanente será instalado um sistema fixo de detecção de incêndios e alarme, de acordo com as disposições da Administração ou de uma Organização reconhecida.

Regra 4
Medidas Relativas ao Combustível Líquido e Óleos Inflamáveis

1. Em geral, não serão utilizados combustíveis com ponto de fulgor (teste do cadinho fechado) menor que 60º C, em motores de combustão interna e caldeiras, exceto em motogeradores de emergência onde poderá ser utilizado combustível de ponto de inflamação não menor que 43º C.

2. Quando se apresentem sistemas que utilizem combustíveis com ponto de fulgor menor que 60º C, os mesmos serão submetidos à consideração especial por parte da Administração e será assegurada que a temperatura dos espaços de máquinas em todo momento estará pelo menos 10ºC abaixo do referido valor. A aprovação de tais sistemas será feita de acordo com os requisitos de uma norma de construção reconhecida pela Administração.

3. Em embarcações de carga poderá ser permitido o uso de combustíveis cujo ponto de inflamação seja inferior ao especificado anteriormente, com a condição que o combustível não seja armazenado em nenhum espaço de máquinas e possua prévia aprovação especial da Administração.

4. Medidas relativas ao combustível líquido:

4.1. Toda embarcação de carga ou de passageiros não transportará combustíveis ou óleos inflamáveis no pique-tanque de proa.

4.2. No que for possível, nenhuma parte do sistema de combustível a pressão maior que 0,18 N/mm², estará localizada em posição encoberta que dificulte a rápida detecção de defeitos e vazamento.

4.3. A ventilação dos espaços de máquinas deverá ser suficiente para evitar o acúmulo de gases.

4.4. Na medida do possível, os tanques de combustível farão parte da estrutura da embarcação e estarão localizados fora dos espaços da categoria A para máquinas. Quando os tanques de combustível, com exceção dos de duplo fundo, tiverem de estar forçosamente adjacentes aos referidos espaços de máquinas ou estarem localizados dentro dos mesmos, pelo menos um de seus lados verticais será contíguo às anteparas limites do espaço de máquinas e terão preferivelmente uma antepara limite com os de duplo fundo e a parte exposta do tanque ao espaço de máquinas será a menor possível. Quando localizados dentro de um espaço da categoria A para máquinas, os referidos tanques não poderão conter combustível de ponto de fulgor menor que 60º C.

4.5. Não será instalado nenhum tanque de combustível onde os seus escape ou derramamentos possam cair sobre superfícies quentes. Deverão ser tomadas providências para que o combustível sob pressão que possa escapar de uma bomba ou de um filtro, ou de uma rede, entre outros, não possa estabelecer contato com superfícies quentes. Da mesma forma, os tanques de combustível em embarcações de passageiros não terão anteparas contíguas aos espaços de alojamento.

4.6. Todas as redes de combustível que, no caso de sofrerem dano possam deixar escapar combustível dos tanques de armazenamento, sedimentação ou serviço diário, os quais se localizam acima do duplo fundo, estarão dotadas na antepara do tanque de uma válvula que poderá ser fechada com facilidade de um local seguro localizado fora do espaço a que se refira. No caso de tanques profundos localizados em outra posição, a válvula poderá ser localizada na tubulação, mas se for localizada na sala de máquinas, deverá ser acionável de local fora desse compartimento.

4.7. Os meios para determinar a quantidade de combustível existente nos tanques deverão ser seguros.

4.7.1. Quando forem instaladas sondas, as mesmas não terminarão em nenhum espaço onde possa existir risco de incêndio por derramamento proveniente das mesmas, particularmente em espaços de passageiros ou da tripulação. Em geral, não terminarão em espaços de máquinas. Contudo, quando a Administração considerar que o referido anteriormente é impossível de ser cumprido, poderá permitir que terminem nos referidos espaços sempre que seja fornecido um indicador de nível como o indicado em 4.7.2 e que as sondas possuam na sua terminação um obturador de fechamento automático e uma torneira de controle debaixo do obturador que permita verificar se não há combustível sob pressão antes de abrir o obturador.

4.7.2. Poderão ser utilizados outros indicadores de nível no lugar das sondas de tal forma que os mesmos não deixem vazar combustível no caso de falha ou que o tanque se encha excessivamente. Proíbe-se o uso de tubos de vidro; contudo, a Administração poderá permitir o uso de níveis de vidros planos providos de válvula de fechamento automático em ambas extremidades. Não serão utilizados níveis de material plástico.

4.8. As tubulações de combustível, as suas válvulas e acessórios deverão ser de aço ou de outro material aprovado, bem como será permitido o uso limitado de tubulações flexíveis de material não facilmente combustível em pontos onde a Administração considere necessários.

5. Medidas relativas ao óleo lubrificante

5.1. Os meios de armazenamento e distribuição de óleo lubrificante em espaços da categoria A para máquinas cumprirão com o disposto em 4 exceto 4.4. Os sistemas de lubrificação poderão utilizar visores de fluxo resistentes ao fogo e poderão ter sondas nos espaços de máquinas que estiverem providos de meios de fechamento apropriados.

Regra 5
Instalações e Artefatos a Gás para Cozinhas

1. Instalação de Gás:

1.1. As instalações de gás para cozinhas deverão ser fixas e adequadas para o uso de gás propano e aprovadas pela Administração.

1.2. Somente serão permitidos até seis recipientes aprovados de gás entre 5 e 35 kg. Eles deverão estar localizados sobre o convés e fora dos espaços de alojamento, em armários identificados, ventilados, de material não combustível e de modo que o trajeto de tubulações até o local de consumo seja o mais curto possível. Se dentro do armário for necessária iluminação ela deverá ser do tipo anti-explosão (de segurança).

1.3. A instalação contará com um redutor de pressão instalado dentro do armário prescrito. A pressão relativa do sistema à saída do redutor não será maior que 5 kPa.

1.4. As tubulações do sistema serão de aço protegido contra a corrosão ou cobre. Contudo, as seções de conexão aos recipientes serão flexíveis e de material aprovado para instalações de gás sob pressão.

1.5. Nenhuma parte da instalação deverá localizar-se dentro de espaços de máquinas e deverá estar provida de dispositivos de corte de fornecimento rapidamente acessíveis. Cada artefato de gás deverá estar provido de uma tubulação de fornecimento independente com a sua correspondente válvula de corte.

1.6. Todas as ampolas deverão estar permanentemente conectadas ao sistema, estando os mesmos cheios ou vazios, exceto se a tubulação estiver fechada por uma válvula ou se estiver vedada.

2. Artefatos a Gás e Ventilação

2.1. Os artefatos instalados a bordo serão fixos, deverão ser aprovados pela Autoridade Competente da Bandeira e estarão providos de meios para prevenir escapamentos de gás no caso de extinção da chama. As conexões do sistema dos referidos artefatos serão apropriadas para que não possam ser afrouxadas ou desconectadas por movimentos ou vibrações.

2.2. Não será permitido o uso de artefatos de chama aberta em camarotes no compartimento do leme.

2.3. Naqueles espaços onde a combustão consuma o oxigênio do ambiente existirão ventilações adequadas e colocadas de tal forma que não possam extinguir uma chama por corrente de ar.

3. Testes da Instalação

3.1. Antes que a instalação seja posta em funcionamento a mesma será inspecionada e submetida aos seguintes testes:

- A resistência da rede entre a válvula redutora e o recipiente deverá ser testada a uma pressão relativa não menor que 2 MPa. A vedação da mesma deverá ser testada a uma pressão relativa não menor que 350 kPa.

- A vedação da tubulação entre a válvula do artefato de consumo e a válvula redutora deverá ser testada com ar a uma pressão relativa não menor que 100 kPa.

- A vedação da tubulação entre a válvula do artefato e a extremidade aberta deverá ser testada com ar a uma pressão relativa não menor que 20 kPa.

- A resistência das tubulações entre recipientes deverá ser testada a uma pressão relativa de 2,5 MPa.

- A vedação das tubulações entre recipientes deverá ser testada à pressão de trabalho.

A duração dos testes prescritos não será menor que 10 minutos.

Serão testados as válvulas e os dispositivos de segurança prescritos.

Regra 6
Extintores Portáteis em Espaços de Alojamento, Serviço e Postos de Controle

1. Geral

1.1. Os extintores usados a bordo deverão ser aprovados pela Administração ou pela Organização reconhecida ou pela Autoridade competente dentro de cada país signatário. As oficinas que efetuem a manutenção ou reparo dos mesmos deverão ser habilitados pela mesma.

1.2. Os extintores estarão localizados, em geral, no acesso ao local a ser protegido e no exterior do mesmo ou, tratando-se de grandes superfícies, estarão próximos dos acessos às mesmas.

1.3. Os extintores serão do tipo de acordo com o fogo a extinguir-se. Não serão instalados extintores de água para proteção de instalações elétricas, nem extintores de dióxido de carbono para fogos de gases inflamáveis, nem extintores de pó seco para fogos de materiais combustíveis sólidos do tipo orgânicos. Os extintores de dióxido de carbono não serão localizados dentro de camarotes.

1.4. Para fogos de materiais combustíveis sólidos do tipo orgânico, a máxima distância a percorrer para alcançar um extintor será de 25 m e para outro tipo de fogos de 15 m.

1.5. A capacidade dos extintores portáteis de carga líquida prescritos não excederá de 13,5 litros, nem será inferior a 9 litros. Os extintores de outro tipo serão, pelo menos, tão portáteis como os de carga líquida de 13,5 litros e terão uma capacidade extintora equivalente pelo menos à dos de 9 litros de carga líquida.

1.6. As equivalências entre tipos de extintores seguirão, em geral, a tabela seguinte:

CLASSE	ÁGUA	ESPUMA	CO2	PÓ QUIM.
A-2	10 l	9 l	-	-
B-1	-	5 l	2 kg	1 kg
B-2	-	9 l	6 kg	4 kg
B-3	-	45 l	10 kg	6 kg
B-4	-	75 l	25 kg	12 kg
B-5	-	150 l	50 kg	25 kg
C-1	-	-	2 kg	1 kg
C-2	-	-	6 kg	4 kg

1.7. Cada extintor conterá uma identificação da oficina que efetuou o seu reparo ou carregamento indicando o tipo de agente extintor, a capacidade, a data da manutenção e o seu vencimento, bem como de forma indelével e registrada a data do último teste hidráulico.

2. Número Mínimo de Extintores Portáteis

2.1. Em espaços de alojamentos:

2.1.1. Em Embarcações de Carga: pelo menos 1 extintor de espuma ou equivalente, por cada convés e por cada corredor principal, de forma a conseguir, no que for possível, que em todos os referidos corredores exista um extintor à vista e nunca menos que o número necessário para cumprir o estipulado em 1.4.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2.1.2. Em Embarcações de Passageiros:

2.1.2.1. De tonelagem maior ou igual que 200: Será instalado pelo menos 1 extintor de espuma ou equivalente, a cada 200 metros quadrados ou fração de espaço ou grupo de espaços de espaços adjacentes acessíveis entre si. Nunca serão menos do número necessário para cumprir o estipulado em 1.4.

2.1.2.2. De tonelagem menor que 200: será instalado pelo menos 1 extintor de espuma ou equivalente, a cada 75 metros quadrados ou fração de espaço ou grupo de espaços adjacentes acessíveis entre si. Nunca haverá menos do que o número necessário para cumprir o estipulado em 1.4.

2.2. Em espaços de serviços e postos de controle, tanto em Embarcações de Carga como de Passageiros.

2.2.1. Em cozinhas: 1 extintor de pó seco ou espuma, de acordo com o tipo de combustível dos artefatos.

2.2.2. Em paióis com produtos inflamáveis: 1 extintor de espuma, pó seco ou dióxido de carbono de acordo com o tipo de produto armazenado.

2.2.3. Nas proximidades de Painéis Elétricos: 1 extintor com dióxido de carbono, próximo de cada quadro principal ou cada quadro secundário de potência maior que 20 kW, exceto o prescrito em 6.

2.2.4. Em estações radiotelegráficas ou radiotelefônicas: 1 extintor de dióxido de carbono, exceto o prescrito em 6.

2.2.5. No passadiço: 1 extintor de dióxido de carbono ou equivalente, exceto o prescrito em 6.

2.2.6. Em navios onde o painel elétrico e/ou a estação radiotelefônica, se localizem na ponte de navegação, serão suficientes, 2 extintores no total para os referidos espaços, sendo um dos extintores de espuma ou equivalente e o outro de dióxido de carbono.

Regra 7
Equipamento de Combate a Incêndio e Acessórios Contra Incêndios

1. O equipamento de combate a incêndio deverá ser aprovado pela Administração ou por uma Organização reconhecida e incluirá:

1.1. Um jogo de equipamento individual composto de:

a) Indumentária protetora, de um material que preserva a pele do calor do fogo e contra queimaduras ou escaldaduras que possa causar o vapor. Pelo seu lado externo será impermeável;

b) Botas ou luvas de borracha ou de outro material que não seja eletro-condutor;

c) Um capacete rígido que proteja eficazmente contra pancadas;

d) Uma lâmpada elétrica de segurança (lanterna de mão) de pelo menos 3 horas de funcionamento; e

e) Um machado.

1.2. Um aparelho de respiração individual acionado a ar comprimido, cujos cilindros tenham uma capacidade de 1200 litros de ar pelo menos, ou outro aparelho individual que possa funcionar durante 30 minutos no mínimo. Haverá a bordo, pelo menos, uma carga sobressalente para cada equipamento.

1.3. Cada aparelho de respiração deverá ter um cabo guia à prova de fogo de resistência e comprimento suficientes, capaz de ser preso por um gato de escape à correia do aparelho ou a um cinto separado, com o objetivo de impedir que o aparelho se solte quando for manejado o cabo guia.

2. Toda embarcação de carga, exceto do tipo indicado em 3, deverá levar:

2.1. Em embarcações de tonelagem maior que 2000, levarão pelo menos um equipamento.

2.2. Em embarcações com espaço de carga rodada (rô-rô) ou espaços de categoria especial, levarão 1 equipamento se a sua tonelagem for menor que 500 e 2 equipamentos se for maior.

3. As embarcações tanque e os rebocadores de barcaças tanque, pelo menos 2 equipamentos de combate a incêndio.

4. Toda embarcação de passageiros:

4.1. Terá pelo menos um equipamento. No caso de embarcações de tonelagem menor que 200 sem camarotes com espaços permanentemente ocupados pelos passageiros poderão ser dispensadas desta prescrição.

4.2. Em embarcações que possuam espaços de categoria especial de tonelagem menor que 500, 1 equipamento e nos de tonelagem maior, 2 equipamentos.

4.3. Adicionalmente em embarcações que transportem mais de 400 passageiros, serão providos 2 equipamentos adicionais aos prescritos anteriormente.

5. Acessórios Contra Incêndios

5.1 Em Embarcações de Carga:

Item/ Tonelagem	Maior que 1000	Entre 500 e 1000	Entre 500 e 200	Até 200
Machados	2 + 1 c/ 1000	2	2	1
Picareta pequena	1	1	-	-
Baldes	4	4	2	2
Mantas de Amianto	1	-	-	-
Sino (gongo)	1	-	-	-

5.2 Em Embarcações de Passageiros:

Item / Tonelagem	Maior que 1000	Entre 200 e 1000	Até 200
Machados	4	2	1
Picareta pequena	1	1	-
Baldes	4	4	2
Mantas de Amianto	4	2	1
Sino (gongo)	1	-	-

Regra 8
Plano de Combate Contra Incêndios

1. Toda embarcação levará a bordo, expostos de forma permanente e em cada convés, planos aprovados pela Administração que mostrem, no idioma da tripulação, os postos de controle, as diferentes seções de contenção de incêndios, limitadas por divisões resistentes ao fogo, sistemas de detecção de incêndios e de alarme contra incêndios, instalação de pulverizadores, dispositivos extintores, meios de acesso aos diferentes compartimentos, cobertas, etc., o sistema de ventilação e os seus sistemas de comandos e fechamentos, e toda informação que for importante para a orientação da tripulação na combate contra incêndios.

CAPÍTULO 4
PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS, E MEDIDAS DE SEGURANÇA ADICIONAIS EM EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS

Regra 1
Geral

1. Quando, de acordo com o prescrito na presente regulamento, forem necessárias propriedades de resistência às chamas em anteparas e convés, ou de baixa propagação de chama ou produção de fumaças em revestimentos e mobiliários, tais características serão verificadas mediante testes, de acordo com a norma estabelecida para cada caso pela Administração ou por uma Organização reconhecida. (Veja Regra 1 do Cap. 1).

Regra 2
Proteção Estrutural Contra Incêndios

1. O casco, superestruturas, anteparas estruturais, convés e cabines (camarotes) deverão ser de aço; contudo, a Administração, em embarcações normalmente de arqueação bruta, menor que 200, poderá permitir o uso de outro material, adotando as medidas especiais contra eventuais incêndios contidas no presente regulamento e as que ela estipule adicionalmente.

2. As divisórias e portas entre corredores e camarotes e entre camarotes deverão ser divisórias resistentes ao fogo pelo menos da classe "B-15". As referidas anteparas deverão ser estendidas de convés a convés ou até o teto contínuo da classe "B-15". Contudo, em espaços de alojamentos protegidos por um sistema automático de pulverizadores de água (sprinkler), não será obrigatório o indicado anteriormente, sempre que forem instaladas telas de material não combustível por detrás dos tetos e de revestimentos, em intervalos não maiores que 14 m.

3. Os revestimentos de convés, anteparas e tetos, dos espaços de acomodação e aqueles que forem adjacentes a espaços de máquinas deverão ser de baixa propagação de chama. Assim, o mobiliário e seus revestimentos (estofamentos) devem ser de materiais que não sejam facilmente inflamáveis e que no caso de um incêndio não desprendam fumaças ou gases tóxicos (Veja Res. MSC 61(67) da OMI).

4. As escadas, saídas e passagens de emergência deverão ser dispostas de tal forma que, se um compartimento for afetado por um incêndio, os outros espaços possam ser evacuados. Para esse fim:

4.1. Qualquer escada que conecte dois espaços fechados que estejam um acima do outro deverá estar fechada, em um nível ou no outro, por anteparas resistentes ao fogo da classe "B-0" e uma porta do mesmo tipo com dispositivo de fechamento automático.

4.2. A seção de escadas que conecte mais de dois espaços fechados deverá estar fechada de uma extremidade até a outra, por divisórias da classe "B-0" e portas da classe "B-0" de fechamento automático, devendo permitir a evacuação para o convés exposta. As escadas serão de aço.

5. As anteparas dos espaços de máquinas, espaços de categoria especial, cozinhas ou paióis de pintura e outros de risco similar, bem como os do compartimento do gerador de emergência, se existir, deverão ser de aço ou de material equivalente.

6. Pinturas, vernizes ou produtos similares contendo nitrocelulose ou compostos altamente inflamáveis, não poderão ser utilizados em espaços de máquinas.

7. Corredores de mais de 40 m de comprimento deverão estar subdivididos em intervalos não superiores a 40 m, por anteparas resistentes ao fogo da classe "B-0", equipados de portas do mesmo tipo com fechamento automático.

8. Os aquecedores elétricos, se forem instalados, serão postos em posição segura e fixa, longe de materiais que possam ser afetados pelo calor.

9. Todos os condutos de ventilação devem ser de aço e providos de telas ou *dampers* de material não combustível para poder prevenir a comunicação de fumaças ou chamas entre os diferentes espaços.

Regra 3
Meios de Escape

1. Os meios de escape deverão estar dispostos de modo que seja provido um rápido acesso desde os espaços destinados a passageiros, dos espaços destinados a tripulação, da praça de máquinas ou de qualquer outro local de trabalho, para o convés aberto. Em geral, deverá haver pelo menos duas vias de escape, o suficientemente separadas em cada um desses espaços, exceto quando a Administração julgar que o espaço é suficientemente pequeno, tornando inviável tal prescrição.

2. As escadas, saídas e passagens de emergência estarão dispostas de modo que, se um incêndio comprometer um espaço, os outros espaços possam ser evacuados de forma segura.

3. O número das vias de escape será estabelecido pela Administração considerando a característica e serviço dos diferentes espaços e a disposição geral da embarcação para a sua evacuação, de modo que todos os passageiros e tripulantes possam sair à coberta exposta em um tempo não superior ao de proteção ou retardo que oferecem as divisões da zona onde se alojam de acordo com a Regra 1. Contudo, em qualquer caso as vias de escapamento em cada espaço serão pelo menos as seguintes:

2 por cada espaço com 50 pessoas ou menos.

3 por cada espaço com mais de 50 e menos de 120

4 por cada espaço com 120 ou mais pessoas até 200

4 mais uma por cada 100 pessoas ou fração excedente de 200.

4. As vias de escape em espaços de alojamentos não serão de uma largura menor que 0,65 m e, no caso de escadas, a altura entre os degraus não excederá os 200 mm, a largura dos mesmos será pelo menos de 260 mm e a superposição entre os degraus não será maior que 30 mm.

5. Uma via de escape de largura maior que 1,20 m poderá ser considerada na medida em que possa evacuar o dobro de pessoas.

6. Um corredor sem uma saída intermediária de comprimento maior que 13 m, sem uma saída intermediária, não poderá ser considerado como via de escape.

Regra 4
Proteção de Espaços de Alojamento

1. Nas embarcações que possuam camarotes para passageiros deverão ser instalados sistemas fixos de detecção e alarme contra incêndios que cumpra as prescrições do Acordo. Nas demais instalar-se-ão sistemas especiais que permitam dar aviso de incêndio ao passadiço e um sistema de fonoclama para avisar à tripulação e aos passageiros.

2. Nas embarcações construídas com cascos ou superestruturas de material combustível deverão ser instalados sistemas automáticos de borrifamento, exceto quando o espaço de alojamento for um único espaço aberto sem divisões, sem cozinhas ou outras fontes de incêndio, seus revestimentos sejam não combustíveis e o mobiliário e revestimento (estofamento) seja de baixa propagação de chama.

3. As chapas combustíveis de anteparas, forros internos e tetos não superarão uma espessura de 2 mm.

Regra 5
Proteção de Espaços de Categoria Especial

1. Sistemas Fixos de Extinção:

1.1 Em espaços de Categoria Especial, ou similares parcialmente abertos, serão instalados um dos seguintes sistemas:

1.1.1. Um sistema fixo de extinção por espuma de alta expansão, a critério da Administração.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.1.2. Um sistema fixo de borrifamento de água sob pressão, comandado manualmente e aprovado pela Administração (este sistema é o único utilizado em espaços parcialmente abertos, entendendo-se por tal aquele que possua em seus bordos ou frentes, aberturas de superfície não menor que 60% do limite tratado).

1.2. Em toda embarcação em espaços de categoria, especial ou similares, parcialmente abertos, instalar-se-á um sistema de detecção e alarme contra incêndios, de acordo com as prescrições da Administração ou de uma Organização reconhecida.

1.3. Todo espaço de categoria especial ou todo outro espaço que leve veículos com combustível em seus tanques deverá ter os seguintes equipamentos de extinção:

a) Um extintor portátil a cada 10 m a bombordo e a boreste, com um mínimo de dois em espaços de comprimento menor que 10 m. Tais extintores poderão ser de espuma, pó seco ou equivalente e se localizarão na entrada dos referidos espaços. Em conveses abertos não há requisitos.

b) Três aplicadores de neblina de baixa. Estes não serão exigidos em porões e conveses abertos.

c) Um dispositivo portátil lança-espuma. Em conveses abertos não são exigidos.

CAPÍTULO 5
PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS, E MEDIDAS DE SEGURANÇA COMPLEMENTARES EM EMBARCAÇÕES DE CARGA

Regra 1
Geral

1. Quando, de acordo com o prescrito na presente parte, forem necessárias propriedades de resistência às chamas nas anteparas, no convés, ou de baixa propagação de chama ou produção de fumaças em revestimentos e mobiliários, tais características deverão ser verificadas mediante testes, de acordo com a norma que, em cada caso, estabeleça a Administração ou uma Organização reconhecida. (Veja Regra 1 do Cap. 1).

Regra 2
Proteção Estrutural Contra Incêndios

1. O casco, superestruturas, anteparas estruturais, convés e cabines deverão ser de aço; contudo a Administração poderá permitir o uso de outro material, adotando as medidas especiais contra incêndios contidas no presente regulamento e as que ela estipular adicionalmente.

2. As anteparas entre espaços de máquinas, alojamentos, espaços de carga, espaços de serviço com alto risco de incêndio e espaços de carga rodada deverão ser de aço.

3. Os revestimentos do convés, anteparas e tetos dos espaços de acomodação e aqueles que forem adjacentes a espaços de máquinas deverão ser de baixa propagação de chama.

4. As chapas combustíveis de anteparas, forros internos e tetos não deverão ultrapassar espessura de 2 mm.

5. O mobiliário e seus revestimentos devem ser de materiais que não sejam facilmente inflamáveis e que, no caso de um incêndio, não desprendam fumaças ou gases tóxicos. (Veja Resolução MSC 61(67) da OMI).

6. Os poços de elevadores e escadas internas sob o convés de fechamento, em alojamentos e sala de máquinas, deverão ser de aço, ou de material equivalente.

7. As divisórias de cozinhas ou paióis de pintura e outros de risco similar, quando forem adjacentes a espaços de alojamento ou do gerador de emergência, deverão ser de aço, ou de material equivalente.

8. Pinturas, vernizes ou produtos similares contendo nitrocelulose ou compostos altamente inflamáveis não poderão ser utilizados em espaços de máquinas.

9. Os aquecedores elétricos, se forem instalados, serão postos em posição segura e fixa, longe de materiais que possam ser afetados pelo calor.

10. Todos os condutos de ventilação devem ser de aço e providos de telas ou *dampers* de material não combustível para poder prevenir a comunicação de fumaças ou chamas entre diferentes espaços.

Regra 3
Meios de Escape

1. Toda embarcação que transporte produtos químicos ou gasosos, cumprirá com o prescrito com relação à Convenção.

2. Toda outra embarcação não incluída em 1. deverá prover nos espaços de alojamento de tripulação ou de máquinas, escadas que possibilitem acesso ao convés aberto. Nos espaços de máquinas de embarcações de arqueação bruta, maior ou igual que 2000, deverão ser providos os meios de escape.

Regra 4
Proteção Contra Incêndios em Espaços de Carga, Espaços de Carga Rodada, Espaços de Categoria Especial e Outros que sejam Utilizados para o Transporte de Mercadorias Perigosas ou de Veículos a Motor com Combustível em seus Tanques para a sua Propulsão

1. Em espaços de Carga:

1.1. Nas embarcações de arqueação bruta maior ou igual que 2000, deverá ser instalado um sistema fixo de extinção por gás de acordo com a Regra 5 da Convenção, exceto quando transportem somente minerais, carvão, grão, madeira verde ou outros carregamentos que, a critério da Administração, apresentem um risco limitado de incêndio (estas isenções não serão aplicáveis a espaços de carga nos quais sejam transportados veículos com motor a diesel). Estas isenções poderão ser aplicadas quando os porões e suas ventilações ou qualquer abertura possuam meios efetivos de fechamento.

1.2. Quando forem utilizados os porões para o transporte de veículos que possuam combustível nos seus tanques para a sua propulsão, cumprir-se-á com o prescrito em 3.; no entanto, no lugar do sistema de detecção previsto em 3.1.1, poderão instalar um sistema de detecção de fumaça por extração, não sendo necessário cumprir com 3.1.3 e 3.1.4. O sistema de ventilação cumprirá com o prescrito em 2.4.

2. Em espaços de Carga Rodada (Rô-Rô):

2.1. As embarcações de tonelagem maior ou igual que 500 instalarão um sistema automático de detecção e alarme conforme o prescrito na Convenção.

2.2. Nos espaços suscetíveis de ficar hermeticamente fechados, quando a embarcação possuir um arqueação bruta maior ou igual que 2000, será instalado um sistema fixo de extinção de acordo com o disposto na Convenção. Em espaços de carga rodada que não possam ser fechados hermeticamente será instalado um sistema fixo de borrifamento.

2.3. Em embarcações de arqueação bruta inferior a 2000 e exceto quando transportem veículos com mercadorias perigosas ou veículos com motores a óleo diesel, a Administração poderá isentá-las da instalação do sistema prescrito em 2.2., optando, nesse caso, pela instalação de extintores portáteis, em número não menor do que um em cada entrada do local.

2.4. Estarão providos de um sistema de ventilação suficiente para produzir 6 renovações de ar por hora, totalmente independente de outros sistemas de ventilação e capaz de ser controlado do lado de fora dos referidos espaços. Deverá ter no passadiço uma indicação de que tais ventilações estão em funcionamento e meios que permitam parar a mesma.

3. Em Espaços de Categoria Especial.

3.1. Toda embarcação, independentemente de sua arqueação, deverá proteger os referidos espaços com:

a) um sistema fixo de detecção e alarme de acordo com o prescrito na Convenção;

b) um sistema fixo de extinção de acordo com 2.2;

c) pelo menos três aplicadores de água; e

d) um dispositivo lança-espuma portátil.

3.2. O sistema de ventilação cumprirá com o prescrito em 2.4.

4. Em convés exposto com veículos com combustível em seus tanques para a sua propulsão:

4.1. Não será necessário um sistema de extinção particular.

4.2. Não será permitida comunicação entre o espaço de veículos e escadas que dão acesso a espaços fechados por baixo ou adjacentes à referida zona.

4.3. Dever-se-á garantir que, no caso de fogo em um veículo, não sejam afetados os acessos a espaços de manobra do navio, nem de dispositivos salva-vidas ou de incêndio, nem vias de escape. Nesse caso, serão sinalizadas no convés as áreas que não possam ser ocupadas por veículos.

5. Espaços de Carga nos quais sejam transportadas mercadorias perigosas:

5.1. Cumprirão pelo menos com o prescrito em 1 e 2 conforme corresponda, de acordo com os limites de tonelagem ali estabelecidos. Contudo, no caso de carga rodada, a isenção prevista em 2.2. não poderá ser aplicada.

5.2. A Administração, tendo em conta a periculosidade das mercadorias poderá estabelecer prescrições adicionais, conforme disposto na regra 54 Cap. II-2 da Convenção.

5.3. Em embarcações de tonelagem maior que 500, qualquer espaço utilizado para transportar explosivos deverá contar com um sistema fixo de detecção e alarme de acordo com o prescrito na Convenção.

CAPÍTULO 6
PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS, E MEDIDAS DE SEGURANÇA COMPLEMENTARES EM EMBARCAÇÕES TANQUE

Regra 1
Âmbito de Aplicação

1. Com exceção da regra 4 do Cap. 5, e exceto o disposto de forma distinta no presente, as prescrições deste Capítulo são complementares àquele Capítulo.

2. O presente capítulo será aplicável a embarcações tanque de tonelagem maior que 500, que transportem óleo e produtos petrolíferos cujo ponto de fulgar for menor ou igual a 60º C (teste de cadinho fechado), a uma pressão *Reíd* abaixo da pressão atmosférica, e a outros produtos que apresentem riscos análogos de incêndio. As embarcações de menor tonelagem cumprirão com as prescrições do Capítulo 5, de acordo com a sua tonelagem, devendo ser instalado também um equipamento portátil de espuma contra incêndios conforme o estabelecido na regra 5.1.2 do presente Capítulo.

3. Em embarcações projetadas para transportar cargas líquidas diferentes das citadas no parágrafo anterior, como produtos líquidos perigosos a granel ou gases liquefeitos, que apresentem riscos adicionais de incêndio, cumprirão com o prescrito no presente e/ou com as medidas de segurança complementares que estabelece o Regulamento para o Transporte de Mercadorias Perigosas na Hidrovia, na sua parte pertinente ao transporte de produtos líquidos perigosos a granel e sobre gases liquefeitos.

4. As embarcações que transportem produtos petrolíferos cujo ponto de fulgor ocorra em uma temperatura maior que 60º C (teste de cadinho fechado), cumprirão com o Capítulo 5; contudo, no lugar do sistema fixo de extinção prescrito na regra 4.1 desse Capítulo, instalarão um sistema como o prescrito na regra 6 do presente.

5. O presente capítulo será aplicável às embarcações de carga combinadas. Tais embarcações não transportarão cargas sólidas a menos que todos os tanques de carga se encontrem vazios de hidrocarbonetos e desgaseificados ou a menos que as medidas adotadas em cada caso sejam consideradas satisfatórias pela Administração, especialmente às relativas ao sistema de gás inerte.

Regra 2
Localização e Separação dos Espaços

1. Os espaços de categoria A para máquinas deverão localizar-se a ré dos tanques de carga ou *slop* e deverão ser isolados dos mesmos mediante um *cofferdam*, sala de bombas ou tanque de óleo combustível. Os referidos espaços deverão localizar-se-á a ré dos *cofferdam* ou sala de bombas, ainda que não necessariamente à ré dos tanques de óleo combustível. Contudo, a parte inferior da sala de bombas poderá ter um recesso dentro dos mencionados espaços para localizar as bombas de uma altura não maior que um meio do pontal desde a quilha.

2. Os espaços de acomodação, postos de controle, estação principal de controle de carga e serviços, deverão localizar-se a ré dos tanques de carregamento, *slops*, sala de bombas e *cofferdams*, mencionados no parágrafo anterior.

3. Qualquer divisória que separe a sala de bombas, incluída a sua entrada, de espaços de alojamento, e de postos de controle deverá ser construída como divisão classe "A-60".

4. Quando for inevitável que a posição do passadiço esteja por cima dos tanques de carregamento e esteja destinado a levar somente instrumentos de navegação, o mesmo deverá estar acima dos tanques pelo menos 2 m e o piso do mesmo será deverá ser resistente ao fogo e isolado mediante divisão "A-60".

5. Deverão existir sobre o convés braçolas transversais, de forma a evitar que qualquer derramamento de tanques chegue à seção de alojamentos.

6. As divisórias limite de espaços de alojamento ou de serviço e postos de controle deverão ser da classe "A-60", em toda a sua altura à frente dos tanques de carregamento e em um perímetro de 3m a ré com altura até o primeiro convés.

7. Na frente de superestruturas e cabines contendo espaços de alojamentos e/ou de serviço que possa dar à zona de tanques de carregamento e em um perímetro de 3 m ao seu redor, não serão permitidos:

a) portas que não estiverem isoladas com a classe "A-60".

b) olhos de boi ou janelas que não sejam fixas, e se estiverem localizadas sobre o convés principal, com tampas cegas de aço.

Regra 3
Proteção Estrutural Contra Incêndios

1. O casco, superestruturas, anteparas estruturais, convés e cabines deverão ser de aço.

2. As anteparas entre espaços de máquinas, espaços de alojamentos e espaços de serviço com alto risco de incêndio deverão ser de aço.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. As anteparas deverão atender ao disposto nas regras 2.3 a 2.10 do Capítulo 5 e também de o prescrito a seguir:

3.1. As anteparas entre a sala de bomba e os espaços de categoria A para máquinas, incluindo seus tanques, serão da classe "A-0" e não terão nenhuma abertura com exceção de peças de passagem estanques para passagem aos eixos das bombas.

3.2. As anteparas e conveses separando espaços da categoria A para máquinas e salas de bombas de espaços de alojamento e/ou de serviço serão de divisão da classe "A-60" e não possuirão janelas ou olhos de boi. Os requisitos sobre aberturas indicados anteriormente não proíbem a instalação de artefatos luminosos estanques aos gases.

3.3. As portas dos túneis de máquinas deverão ser de fechamento automático.

3.4. As divisórias dentro dos espaços de alojamento e serviço serão resistentes às chamas da classe "B-0", não sendo necessário instalar um sistema automático de borrifo, de detecção de incêndios e de alarme, exceto a instalação de um sistema de detecção de fumaça, de acordo com o estipulado na Convenção e sinalizadores manuais em todos os corredores, escada e vias de evacuação.

Regra 4
Circulação de Ar, Drenagem e Ventilação de Tanques de Carga e Praças de Bombas

1. A critério da Administração, cumprir-se-á com o prescrito na Convenção com relação à circulação de ar, drenagem e ventilação de tanques de carga e salas de bomba.

Regra 5
Proteção dos Tanques de Carga

1. As embarcações tanque que transportem óleo cru e produtos petrolíferos de ponto de fulgor menor que 60 graus centígrados, cumprirão com o seguinte:

1.1. Quando o seu porte bruto for maior ou igual a 2000 toneladas, deverão ser providos com um sistema fixo de espuma sobre o convés de acordo com o prescrito na regra 6 do presente.

1.2. Quando o seu porte bruto for menor que 2000 toneladas, serão providas com um dispositivo portátil lança-espuma de uma capacidade mínima de 100 litros de líquido gerador de espuma, mais um tanque de igual capacidade.

2. Toda embarcação tanque qualquer que seja a sua tonelagem e, que utilize lavagem de tanques com óleo cru, será provida com um sistema fixo de gás inerte, de acordo com o prescrito na Convenção.

Regra 6
Características dos Sistemas de Espuma Sobre Convés

1. Os sistemas prescritos em 5.1.1. deverão ser capazes de proporcionar espuma em toda a área dos tanques de carga bem como dentro de um tanque de carga cujo convés tenha se rompido.

2. O sistema deverá ser simples de operar e o seu controle principal deverá estar adjacente aos espaços de alojamentos e fora da zona de carga.

3. O regime de espuma não deve ser menor que o maior dos seguintes valores:

1) 0.6 litros/minuto/metro quadrado de área total de carregamento.

2) 6 litros/minuto/metro quadrado de superfície horizontal do maior tanque.

4. Deverá haver líquido gerador de espuma suficiente para proporcionar pelo menos 20 minutos de produção ao regime estabelecido anteriormente. Para esse fim, a relação de expansão adotada não será maior que 12:1. Contudo, quando o líquido gerador de espuma for de uma relação de expansão maior que 50, o cálculo ficará a critério da Administração.

5. A espuma deverá ser proporcionada por geradores e aplicadores de espuma. Mas pelo menos 50% da espuma necessária deverá ser proporcionada por cada gerador. No caso de embarcações que por seu tamanho a Administração a isente da instalação de geradores, a capacidade de cada aplicador de espuma deverá ser pelo menos de 25% da capacidade total requerida.

6. O número de geradores será estabelecido tendo em conta o indicado em 1 e considerando que a capacidade de cada gerador em litros/minuto será de pelo menos 3 vezes a superfície em metros quadrados da área protegida a vante desse gerador. A distância desde cada gerador até o ponto mais distante da área coberta não será maior que 75% do alcance do mesmo em ar tranqüilo.

7. Um gerador e uma conexão para um aplicador de espuma deverão localizar-se à frente das superestruturas. Conexões para o aplicador devem ser previstas para os cones de sombra do gerador.

8. Contar-se-á com válvulas de corte que permitam isolar trechos de tubulação afetados pelo incêndio. Dever-se-á observar que os regimes de espuma e alcances necessários sejam compatíveis com a vazão e jatos prescritos para o sistema geral de extinção por água.

9. Afim de proporcionar proteção por meio da espuma necessária, deverão ser providas as seguintes bombas:

9.1. Uma ou mais bombas de água que permitam alcançar a vazão e pressão requeridas.

9.2. Uma bomba de material apropriado para o líquido gerador de espuma com suficiente capacidade para proporcionar a quantidade necessária do mesmo. Sistemas equivalentes de edutores, ou outros, serão aprovados pela Administração.

Regra 7
Proteção das Praças de Bombas de Carga e Compartimento

1. Toda embarcação tanque instalará, na sua sala de bombas, um sistema fixo de acordo com o prescrito na Convenção.

Regra 8
Embarcações Tanque de Produtos Gasosos e Químicos

1. Toda embarcação, complementarmente ao prescrito no presente Regulamento, cumprirá com as prescrições pertinentes do Regulamento para o Transporte de Mercadorias Perigosas para a Hidrovia.

CAPÍTULO 7
MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EMBARCAÇÕES DE CARGA SEM PROPULSÃO

Regra 1
Embarcações de Carga sem Propulsão Tripuladas

1. As embarcações de carga sem propulsão, tripuladas, em geral, cumprirão com as prescrições do presente Título para embarcações de carga, sendo objeto de estudo particular por parte da Administração. Contudo, e em especial, quando as referidas embarcações forem utilizadas para o embarque de um número de pessoas maior que 12 (excluindo passageiros), deverão adequar-se ao prescrito a seguir:

1.2. Se o número de pessoas exceder 12, mas não 50, cumprir-se-ão com as prescrições para embarcações de carga, de acordo com a sua tonelagem.

1.3. Se o número de pessoas exceder 50, cumprir-se-á, em geral, como embarcação de passageiros.

Regra 2
Barcaças

1. A extinção de incêndios por meio do sistema geral por água virá do rebocador e, para tal, o mesmo estará provido de, pelo menos, duas tomadas e cabides de mangueiras na posição próxima da extremidade da vante dos compartimentos a serem protegidos e possuirá uma bomba contra incêndio de capacidade não menor que 25 m^3/h e uma pressão que permita alcançar dois jatos de 18 m com um esguicho de 16 mm.

2. Quando forem transportados veículos com combustível em seus tanques em espaços de carga, total ou parcialmente fechados, verificar-se-á que:

2.1. Exista um sistema efetivo de ventilação, com pelo menos 6 renovações de volume bruto de ar por hora. O sistema deverá ser independente de qualquer outro sistema de ventilação e acionável de fora do espaço. Os condutos de entrada de ar deverão estar localizados pelo menos a 450 mm sobre o convés.

2.2. Em geral, não serão instalados dentro dos referidos espaços de veículos, nem nos condutos de ventilação, qualquer equipamento elétrico, exceto nos casos em que o mesmo seja homologado como intrinsecamente seguro ou à prova de explosão.

3. Barcaça Tanque

3.1. A presente regra refere-se principalmente ao transporte de hidrocarbonetos com ponto de fulgor menor ou igual que 60º C (teste de cadinho fechado). Para o caso de pontos de fulgor maiores, a Administração poderá isentar a embarcação daquelas prescrições que se tornem inviáveis.

3.2. Todos os tanques e *cofferdams* bem como todo outro espaço fechado possuirão um meio efetivo de ventilação. As redes dos condutores de ar dos tanques serão dimensionadas de forma que, possam ser ventiladas tanto no momento da carga como durante a operação, sem que seja necessário abrir as bocas de inspeção de tanques.

3.3. A ventilação dos gases do carregamento provenientes das variações de temperatura externa, terá uma válvula de pressão e a vácuo por cada tanque ou um coletor comum de ar de ventilação direta. Os referidos condutos deverão descarregar os gases a uma altura do convés não menor que 2 m, no caso de possuir válvulas de alta velocidade, e de 6 m no caso de condutos de ar livres, em cujo caso também deverá contar com detentor de chama na sua extremidade.

3.4. Em compartimentos de bombas abaixo do convés serão instalados meios de ventilação que possam permitir a remoção de gases do nível inferior do referido compartimento, cujos extratores estejam localizados fora dos condutos de ventilação e fora da sala correspondente. Deverão ser providos meios de parada dos referidos ventiladores. O espaço correspondente à sala de bombas deverá estar limitado por anteparas estanques aos gases, com iluminação mediante artefatos antiexplosivos e vedações de passagens de eixos em anteparas.

3.5. Deverá ser colocado um *cofferdam* entre a zona de tanques de carregamento e qualquer espaço adjacente de alojamento, carga geral ou que contenha máquina que possa originar a ignição de vapores normalmente presentes. Os espaços contendo bombas de carga, com carregamento líquidos com ponto de fulgor maior que 60º C poderão ser considerados como *cofferdams*, mas nesse caso as tubulações dos tanques de carga e das respectivas bombas deverão ser totalmente independentes.

3.6. Os motores de bombas de carregamento localizados em um convés exposto deverão ser especialmente projetados para operar em ambientes explosivos, sem apresentar partes quentes expostas ou possibilidade de faíscas no seu funcionamento. Em qualquer caso, o escapamento de gases de combustão deverá possuir um sistema apagador de faíscas e estar distanciado em pelo menos 3 m de qualquer conduto que emita gases provenientes do carregamento e estar isolado termicamente.

3.7. Serão instaladas braçolas de pelo menos 100 mm de altura ou bandejas coletoras ao redor das aberturas ou da zona de carga e descarga de forma que possa evitar o derramamento de pequenas perdas de combustível que possam existir. Não serão permitidas redes de transbordo que descarreguem para o convés.

4. Barcaças Tanque de Produtos Químicos

4.1. As barcaças tanque de produtos químicos cumprirão, quando aplicável, com o indicado em 3 e com o prescrito a seguir.

4.2. O sistema de ventilação de tanque será de ventilação ao ar livre, com válvulas de pressão e vácuo, ou com válvulas de alívio de acordo com o tipo de carga, conforme estabelece o Regulamento para o Transporte de Mercadorias Perigosas para a Hidrovia.

4.3. Todas as ventilações e tubulações de carregamento deverão entrar no tanque pela sua parte superior.

4.4. As descargas de ventilações com válvulas de pressão e vácuo ou válvulas de alívio estarão longe de outras ventilações de tanques ou de possíveis fontes de ignição. Um coletor de descarga de ventilações poderá ser utilizado se todos os tanques levarem o mesmo produto.

4.5. Para fins de coletar a grande quantidade de gases no momento da carga ou descarga, as válvulas de pressão e vácuo ou as válvulas de alívio deverão ser providas com uma rede e válvula de *by-pass* de modo que possa derivar os referidos gases à terra. Caso isto não seja possível e tenha-se de ventilá-los à atmosfera, deverá ser colocado um tubo respirador vertical na linha de ventilações que descarregue a uma altura não menor que 3,70 m por cima do nível mais alto acessível ao pessoal. Este tubo respirador poderá não ser fixo, nunca deverá estar conectado às válvulas mencionadas e deverá possuir tela detentora de chama na sua saída.

4.6. O compartimento de bombas, quando as mesmas forem instaladas abaixo do convés, possuirá meios de ventilação que permitam remover gases do nível inferior do referido compartimento e que descarreguem a uma altura não menor que 2 m sobre o referido compartimento e não menos que 3 m de qualquer fonte de ignição.

4.7. As bombas de carga serão, no que for possível, do tipo vertical submersíveis com adequada vedação para a passagem do eixo. Os motores das bombas de carga têm que se localizar, sempre que possível, acima do convés exposto.

4.8. Todas as barcaças terão a bordo uma placa com o esquema do circuito de carregamento e uma caixa de aço contendo as especificações do produto transportado, bem como um cartaz de tamanho visível a 30 m com o nome técnico do produto transportado.

TÍTULO IV
DISPOSITIVOS E MEIOS DE SALVAMENTO EM EMBARCAÇÕES TRIPULADAS

CAPÍTULO 1
CARACTERÍSTICAS DOS DISPOSITIVOS DE SALVAMENTO

Regra 1
Definições

1. Pessoa habilitada: aquela que possui um certificado de habilitação no manejo de embarcações de sobrevivência expedido pela Autoridade Competente de acordo com as normas de formação, habilitação e guarda para a Hidrovia.

2. Escada de embarque: a escala de que são providas os postos de embarque das embarcações de sobrevivência, que dá acesso às mesmas sem riscos, depois do seu lançamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Colocação em flutuação por dispositivo hidrostático: método de lançamento da embarcação de sobrevivência, pelo qual o mesmo se solta automaticamente do navio que se encontra afundando e fica pronto para ser utilizado.

4. Dispositivo inflável: dispositivo que, para flutuar, necessita de câmaras não rígidas cheias de gás e que normalmente é guardado desinflado até o momento de prepará-lo para ser utilizado.

5. Dispositivo ou meio de lançamento: dispositivo ou meio pelo qual se traslada, sem riscos, uma embarcação de sobrevivência ou um bote de salva-vidas do seu posto de estiva até a água.

6. Material refletor: material que reflete em direção oposta um feixe de luz projetado sobre o mesmo.

7. Embarcação de sobrevivência: embarcação com a qual poderá se preservar a vida de pessoas que estão em perigo, a partir do momento em que abandonam o navio.

Regra 2
Aprovação dos Dispositivos de Salvamento

1. Todo dispositivo de salvamento a bordo deverá ser aprovado pela Administração. Para esse fim, os testes e características da referida aprovação cumprirão com o estipulado na Parte C do Capítulo III da Convenção para a Segurança da Vida Humana no Mar 1974 na sua forma emendada, conforme a Administração julgue pertinente.

2. Toda Administração poderá aceitar dispositivos aprovados por outro País Signatário quando os mesmos venham acompanhados por certificados que avaliem o cumprimento do presente regulamento e quando satisfaçam os testes determinados pela Administração.

3. Todo dispositivo de salvamento prescrito será de cor bem visível, não será facilmente afetado pela luz solar nem pelos hidrocarbonetos, será imputrescível em água e resistente à corrosão. Os dispositivos individuais e coletivos de salvamento terão material refletor onde o mesmo possa contribuir com a sua detecção.

Regra 3
Especificações dos Dispositivos Individuais de Salvamento e dos Sinais Visuais

1. Os coletes salva-vidas:

1.1. Não deverão queimar ou fundir-se após terem estado totalmente envoltos em chamas durante 2 segundos.

1.2. Poderão ser vestidos em tempo não superior a um minuto e serão projetados de modo a evitar que os mesmos possam ser colocados incorretamente.

1.3. Permitirão ao usuário lançar-se à água de uma altura de pelo menos 4,5 m sem se lesionar e sem que o colete fique deslocado.

1.4. Manterão por cima da água pelo menos a 120 mm, a boca de uma pessoa exausta ou desmaiada, com o corpo da mesma inclinado para trás em um ângulo mínimo de 20º e máximo de 50º com relação à vertical.

1.5. Virarão o corpo de uma pessoa dentro d'água de qualquer posição até que, em menos de 5 segundos, a boca fique fora da água.

1.6. Terão uma flutuabilidade que não fique reduzida em mais de 5% após 24 h de imersão em água doce.

1.7. Permitirão às pessoas que os portem, nadar a uma distância curta e subir em uma embarcação de sobrevivência.

1.8. Terão um apito firmemente preso através de um cordão.

1.9. Serão capazes de suportar os efeitos de temperaturas de até 50º C.

1.10. Possuirão identificação de fabricante, tipo, modelo e ano de fabricação.

1.11. No caso de coletes infláveis, os mesmos estarão divididos em pelo menos duas câmaras independentes, e manterão as condições de flutuabilidade prescritas ainda com uma das câmaras desinfladas. Além disto, serão infláveis de forma automática, manualmente e mediante o sopro de uma pessoa.

1.12. Terão, claramente indicados, o nome e a matrícula da embarcação.

2. Bóias salva-vidas

2.1. Terão um diâmetro externo não maior que 800 mm e um diâmetro interno não menor que 400 mm.

2.2. Serão feitas de material que tenha flutuabilidade própria; não serão aceitos materiais granulares soltos, nem compartimentos infláveis.

2.3. Serão capazes de suportar, flutuando em água doce e durante 24 h, uma massa de 14,5 kg.

2.4. Ter uma massa não menor que 2,5 kg.

2.5. Possuirão um cabo salva-vidas ao redor, formando quatro alças na qual uma pessoa possa segurar-se. Esse cabo salva-vidas terá diâmetro mínimo de 9,5 mm.

2.6. Não deverão queimar ou fundir-se após terem estado totalmente envoltas em chamas durante 2 segundos.

2.7. Terão, claramente indicado, o nome e matrícula da embarcação.

3. Os sinais visuais cumprirão com as especificações indicadas na Convenção.

Regra 4
Especificações dos Dispositivos Coletivos de Salvamento

1. Balsas e Botes Salva-vidas

1.1. As balsas e botes salva-vidas, em geral, cumprirão com as especificações de construção da Convenção, com as modificações que a Administração julgar razoáveis introduzir em virtude dos tempos de resgate, temperatura ambiente e da água e localização dos dispositivos.

1.2. A capacidade máxima de pessoas das balsas e botes será calculada conforme o indicado na Convenção.

1.3. O envoltório e os dispositivos hidrostáticos das balsas salva-vidas, a marcação, o acesso e estabilidade dos botes e balsas salva-vidas, cumprirão com as especificações requeridas na Convenção.

1.4. A palamenta dos dispositivos coletivos será determinada pela Administração, mas levará, pelo menos, um estojo de primeiros socorros, uma boça e dois remos.

1.5. Os meios de colocação em flutuação serão aprovados pela Administração e, a critério da mesma, cumprirão com o disposto para esse fim na Convenção.

2. Dispositivos Coletivos de Flutuação.

2.1. A critério da Administração, as balsas ou botes salva-vidas poderão ser substituídos por dispositivos coletivos de flutuação, aprovados pela mesma.

2.2. Os meios de lançamento serão aprovados pela Administração e, a critério da mesma, cumprirão com o disposto para esse fim na Convenção.

CAPÍTULO 2
LOCALIZAÇÃO E QUANTIDADE DOS DISPOSITIVOS DE SALVAMENTO

Regra 1
Localização dos Dispositivos de Salvamento

1. Dispositivos Individuais de Salvamento:

1.1. As bóias salva-vidas deverão estar prontas para seu uso e estarão localizadas no convés em locais estipulados, em cabides apropriados. Pelo menos uma das bóias deverá ser colocada nas imediações do timoneiro.

1.2. Nas embarcações de carga os coletes salva-vidas estarão localizados em cada camarote ou, na sua falta, em um armário claramente definido para tal e localizada no convés exposto.

1.3. Nas embarcações de passageiros os coletes salva-vidas estarão localizados, se possível, debaixo ou sobre cada assento ou, na sua falta e quando a Administração o autorizar, em armários claramente indicados. Os referidos armários conterão uma quantidade de coletes proporcional ao número de saídas e estarão localizados próximos a cada uma delas; da mesma forma, os coletes para crianças estarão localizados dentro de armários identificados e distribuídos, conforme indicado anteriormente.

1.4. Nos espaços de passageiros deverá haver cartazes de demonstração sobre como colocar os coletes salva-vidas.

2. Dispositivos Coletivos de Salvamento

2.1. As embarcações de sobrevivência ou dispositivos coletivos de flutuação serão estivados em posição de forma que os mesmos possam ser lançados na água rapidamente.

2.2. Os dispositivos infláveis estarão ligados à embarcação por meio de uma boça de tal forma que, no caso de afundamento, os mesmos flutuem automaticamente e possam ser colocados em flutuação manualmente em menos de 5 minutos. No caso de dispositivos que pesem mais de 100 kg ou que devam ser levantados mais de 300 mm para o seu lançamento, o lançamento deve ser auxiliado por dispositivo mecânico-manual.

2.3. O local de estiva deverá possibilitar que o dispositivo possa ser por um lançado sem interferir em outros. No caso de dispositivos flutuantes estivados em filas, a altura da referida fila não excederá 1200 mm e existirão separadores que permitam o lançamento individual de cada dispositivo.

3. Os pirotécnicos para sinalização deverão estar localizados na ponte de navegação, em um armário preparado unicamente para este fim e claramente identificado.

4. Estará exposto a bordo e em cada convés do navio, em um local estabelecido pela Administração, um plano aprovado pela mesma indicando todos os elementos de salvamento.

Regra 2
Quantidade de Dispositivos de Salvamento

1. Dispositivos Individuais de Salvamento

1.1. Toda embarcação possuirá, para cada uma das pessoas que esteja embarcado a bordo, um colete salva-vidas aprovado pela Administração e também um número de coletes salva-vidas apropriados para crianças, em um número proporcional a, pelo menos, 10% do total de passageiros a bordo, ou número de coletes superior, conforme se considere necessário, à proporção de um colete por criança. A Administração poderá diminuir a porcentagem mínima prescrita até 5%.

1.2. Com exceção do prescrito em 1.3, toda embarcação deverá ter, pelo menos, duas bóias salva-vidas, e em navios de comprimento maior que 24 m, pelo menos, 4 com boça de 25 m.

1.3. Toda embarcação de passageiros deverá conter, pelo menos, com a seguinte quantidade de bóias salva-vidas de acordo com o maior dos valores da primeira ou segunda coluna da seguinte tabela:

Comprimento	Número Máximo de Pessoas	Número de Bóias
Até 24 m	300	4
Mais de 24 e até 45 m	600	6
Mais de 45 m	900	8
	1200	10
	Mais de 1200	12

Quando considerar inviável o número de bóias estabelecidas no parágrafo anterior, a Administração poderá aceitar menor quantidade, sempre que não seja menos que as exigidas em 1.2.

2. Dispositivos Coletivos de Salvamento:

2.1. Toda embarcação ou lancha de passageiros de tonelagem maior que 50 deverá ser provida de dispositivos coletivos de salvamento para 100% das pessoas que possam estar embarcadas a bordo, exceto quando a profundidade da zona navegada impeça que a embarcação inunde a coberta mais alta no caso de afundamento ou que a temperatura média mensal da água, em qualquer época do ano, exceda os 15º C.

2.2. Toda embarcação de carga de tonelagem maior que 100 deverá ser provida de dispositivos coletivos de salvamento para 100% das pessoas que possa ter a bordo, exceto quando a profundidade da zona navegada impeça que a embarcação alague o convés mais alto no caso de afundamento ou quando a temperatura média mensal da água, em qualquer época do ano, exceda 15º C.

Em embarcações de tonelagem menor que 500, os referidos dispositivos poderão ser substituídos por botes de trabalho que, em embarcações tanque, deverão ser de material não combustível. Para esse fim, a capacidade, características e facilidade de lançamentos dos referidos botes cumprirão com o estipulado para botes salva-vidas.

3. Sinais Visuais.

3.1. Toda embarcação contará com sinais pirotécnicos aprovados pela Administração. Para esse fim, possuirá pelo menos dois fachos manuais vermelhos e dois sinais flutuantes de fumaça cor de laranja.

4. Toda embarcação contará com um estojo de primeiros socorros.

Regra 3
Saídas de Escape, Postos e Meios de Abandono

1 As saídas para os postos de abandono ou reunião, bem como a localização dos dispositivos de salvamento estarão claramente indicados nas anteparas do navio utilizando a simbologia estabelecida pela Organização Marítima Internacional.

2. Toda embarcação possuirá áreas de convés suficientes nos seus postos de abandono para que possa acomodar todas as pessoas que irão embarcar nas embarcações de sobrevivência localizadas na referida zona. Da mesma forma, todo posto de abandono que estiver a uma altura maior que 3 m da linha d'água terá à disposição uma escada de embarque, exceto se a Administração tiver aprovado o uso de dispositivos coletivos de flutuação.

3. Existirão a bordo meios efetivos de iluminação nas zonas de lançamento das embarcações de sobrevivência.

4. As vias ou corredores de escape, as saídas de emergência e a iluminação dos postos de abandono estarão iluminados por aparelhos alimentados pelo sistema elétrico de emergência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Regra 4
Quadro de Obrigações para Casos de Emergência

1. Toda embarcação de carga que possuir mais de 6 tripulantes e toda embarcação de passageiros contarão com um quadro de obrigações que especifique os pormenores relativos às medidas que a tripulação e os passageiros deverão tomar quando soar o alarme geral de emergência prescrito e o modo no qual se dará a ordem para abandonar o navio, bem como quadro/tabela que contenha os postos e especifique com detalhes as medidas que a tripulação e os passageiros deverão tomar nas diferente situações de emergência que possam ocorrer.

2. No referido quadro constarão as obrigações dos diversos tripulantes, incluídas:

a) o fechamento de portas estanques, válvulas e embornais, iluminações, etc. e outras aberturas similares;

b) a colocação do equipamento, preparação e lançamento das embarcações de sobrevivência;

c) a preparação de outros dispositivos de salvamento;

d) o trabalho de agrupar os passageiros;

e) o uso do equipamento de comunicações; e

f) as obrigações relativas a utilização dos equipamentos e das instalações contra incêndios.

3. No referido quadro serão indicados quais são os oficiais designados para fazer com que os dispositivos de salvamento e de combate contra incêndio sejam conservados em bom estado e prontos para a sua utilização.

4. No quadro das embarcações de passageiros constarão as diversas obrigações que forem atribuídas aos tripulantes com relação aos passageiros, incluindo:

a) avisar os passageiros;

b) verificar se os passageiros vestirem corretamente os coletes salva-vidas. ;

c) agrupar os passageiros nos postos de reunião; e

d) manter os corredores e escadas sem aglomerações.

5. O quadro de obrigações para as embarcações de passageiros deverá ser aprovado pela Administração.

Regra 5
Sistema de Alarme Geral de Emergência

1. Toda embarcação, com exceção das lanchas de passageiros nas quais exista um único espaço de alojamento, possuirá, a critério da Administração, um sistema de alarme geral de emergência que seja alimentado pela fonte de emergência no caso de ser elétrico e que o mesmo possa ser acionado do passadiço de modo que seja audível em todos os espaços de alojamento e nos espaços nos quais a tripulação normalmente trabalhe.

2. As embarcações com mais de 24 m de comprimento ou autorizadas a transportar mais de 60 passageiros, disporão de um sistema de auto-falantes (fonoclama) no espaço de alojamento de passageiros.

TÍTULO V
RADIOCOMUNICAÇÕES E SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

CAPÍTULO 1
RADIOCOMUNICAÇÕES

Regra 1
Equipamento

1. Toda embarcação tripulada contará com pelo menos um equipamento de transmissão de ondas métricas (VHF) composto por um transmissor, um receptor e uma fonte de energia elétrica capaz de fazer funcionar o mesmo a sua potência nominal, e uma antena apropriada para emitir e receber eficientemente os sinais, em todas as frequências que forem utilizadas.

2. O referido equipamento estará localizado no passadiço ao alcance do timoneiro e possuirá nas suas proximidades iluminação apropriada, alimentada pela fonte de energia elétrica de emergência.

3. O VHF poderá transmitir e receber na classe de emissão F3E nas seguintes frequências:

- Socorro: 158,6 MHz (canal 16)

- Entre embarcações: 156,3 MHz (canal 6)

- Operação portuária: 156,55 MHz (canal 11), 156,6 MHz (canal 12), 156,65 MHz (canal 13) e 156,7 MHz (canal 14)

- Nas freqüências determinadas de acordo com a navegação do navio.

4. A potência de saída da onda portadora do transmissor não será superior a 25 Watt, nem inferior a 5 Watt, devendo ter um dispositivo claramente visível e com indicação de sua finalidade, que permita diminui-la entre 0,1 e 1 Watt.

Regra 2
Fonte de Energia da Instalação Radiotelefônica

1. Toda embarcação tripulada contará com um fornecimento permanente de energia elétrica suficiente para fazer funcionar a instalação radiotelefônica prescrita e para carregar as baterias utilizadas como fonte ou fontes de reserva da referida instalação.

2. A fonte de reserva terá energia suficiente para fazer funcionar a instalação radiotelefônica por pelo menos 4 horas, no caso de falha da fonte de energia principal ou de emergência do navio. A referida fonte de reserva não poderá ser utilizada para alimentar outras cargas elétricas e será independente da potência propulsora do navio e do sistema elétrico do mesmo.

3 O posicionamento e a instalação das baterias de acumuladores que constituam a fonte de energia de reserva deverá garantir o melhor serviço, duração e segurança possíveis, que as temperaturas se mantenham dentro dos limites especificados pelo fabricante (tanto em carga como em repouso) e que possam funcionar em toda condição hidrometeorológica. Para esse fim, os referidos acumuladores deverão estar localizados na parte superior do navio em situação protegida dentro de armários, caixas ou locais destinados para esse fim.

Regra 3
Pessoal de Radiocomunicações

1. Toda embarcação levará pessoal habilitado e capacitado para manter radiocomunicações de socorro e segurança de maneira satisfatória.

2. O pessoal habilitado deverá portar certificados especificados no Regulamento Rádio e poderá assumir a responsabilidade primordial das radiocomunicações durante incidentes que compreendam perigo.

Regra 4
Insígnia e Habilitação

1. Toda embarcação tripulada deverá possuir um indicativo de chamada atribuída pela Autoridade Competente da Bandeira. O referido indicativo registrado em um quadro deverá ser colocado em um lugar visível na Estação Rádio.

2. Toda embarcação também levará a bordo, registrada, a licença da Estação do Navio com a descrição dos equipamentos e serviços que correspondem à mesma.

CAPÍTULO 2
SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

Regra 1
Mensagens de Perigo

1. O Comandante ou Patrão de toda embarcação que se encontrar diante de uma situação que possa causar perigo imediato para a navegação, estará obrigado a transmitir a informação pertinente, por todos os meios que possuir, a todas as embarcações que se encontrem próximas, bem como às Autoridades Competentes da zona. Isto deverá ser feito através de meios radiotelefônicos ou através do Código Internacional de Sinais.

2. A Autoridade Competente da zona tomará as medidas necessárias para garantir que a informação recebida, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1, seja rapidamente levada ao conhecimento das pessoas que possam vir a ser afetadas e de outros Países interessados.

Regra 2
Aparelhos Náuticos, Publicações e Documentação a Bordo

1. Toda embarcação tripulada contará a bordo com os seguintes elementos:

1 (um) par de Binóculos.

1 (um Radar (exceto em embarcações de tonelagem menor que 50)

1 (uma) Sonda de Mão

1 (um) Sino

Limpador de pára-brisa

Aviso aos Navegantes

Cartas Náuticas (exceto em embarcações que realizam travessias de menos de 1 hora)

Quadro de Sinais de Socorro

Quadro de Sinais de Salvamento

Regulamento para Prevenção de Abalroamento no Mar

Quadro de Sinais de uma Bandeira

Lanterna manual com botão sinalizado

Megafone

Apito ou Buzina

Holofote orientável

2. Toda embarcação deverá possuir a bordo a seguinte documentação, conforme os regulamentos da Hidrovia:

Livro de Registro de Vistorias e Inspeções ou Sistema Equivalente

Livro de Navegação

Livro de registro de Hidrocarbonetos (se for necessário)

Livro de Máquinas

Documento de Habilitação do pessoal embarcado

Lista da Tripulação (quando a Administração o exigir)

Licença de Rádio

Certificado de Segurança da Navegação

Certificado de Matrícula

Certificado de Arqueação

Certificado de Atribuição de Borda Livre (quando necessário)

Toda autorização para transporte de carga sobre coberta, mercadorias perigosas ou de outra habilitação especial

Certificado de Tripulação de Segurança (CTS)

Atestado de Manutenção dos Dispositivos de Salvamento e de Sistemas de Contra-Incêndios

Autorização para o transporte de gases liquefeitos a granel ou para o transporte de mercadoria perigosa (se necessário)

Certificado de cobertura de seguro para embarcações da Hidrovia

Documentação do pessoal embarcado

Regra 3
Equipamento de Amarração e Fundeio

1. Geral

1.1. Toda embarcação autopropulsada da Hidrovia possuirá elementos de amarração de acordo com o estipulado na presente. Toda embarcação autopropulsada, com exceção dos empurradores, possuirá um sistema de fundeio de acordo com o prescrito no presente regulamento.

2. Aprovação da Instalação e de seus Materiais.

2.1. Os materiais dos cabos e correntes, bem como as âncoras e cabrestantes ou molinetes serão aprovados pela Administração e serão testados de forma que resistam às cargas de testes prescritos.

2.2. A instalação das bases de cabrestantes ou molinetes e dos cabeços e cunhos será aprovada pela Administração, quando resistam às cargas de desenho. A quantidade de cabeços ou cunhos dependerá das características da embarcação, mas nunca será menor que dois em proa e dois em popa.

3. Equipamento para Embarcações Autopropulsadas de Carga ou de Passageiros.

3.1. O equipamento necessário para âncoras, amarras e cabos para embarcações de carga ou de passageiros será determinado em função do Número de Equipamento (Z), de acordo com o prescrito a seguir:

$Z = \square^{2/3} + B \cdot h + A$

$\square$: Volume de carena com a linha de flutuação de carga máxima, em m^3.

B: Boca máxima moldada, em metros.

h: Distância da linha d'água ao convés corrido mais alto, em metros.

A: Área lateral da obra morta (acima da linha d'água), em m^2, de toda superestrutura ou carga sobre o convés cuja largura for maior que um quarto da luva.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.2. Toda embarcação de carga ou de passageiros que, de acordo com o prescrito deva levar âncoras, levará pelo menos duas âncoras articuladas prontas para fundear, cada uma dentro de uma margem de 10% de uma massa não menor que

Massa de cada Âncora (kg) = 2 . Z - 20 (Z > 10)

3.3. Quando, em lugar de âncoras articuladas convencionais, forem utilizadas âncoras de grande poder de fixação, tipo *Danforth, D'Hone, HA-DU, Heuss, Pool* ou similares, a Administração, após comprovar as características das mesmas, poderá diminuir a massa necessária em 25%.

3.4. O diâmetro das amarras será obtido em função da massa da âncora e do tipo de material conforme a seguinte tabela:

Massa da Âncora (kg)	Diâmetro da amarra (mm)			Cabos de Reboque		Cabos de Amarração		
	d1	d2	d3	Comp (m)	C. Ruptura (kN)	Nº	Comp (m)	C. Ruptura (kN)
120	12.5	12.5	12.5	180	100	3	40	35
180	14	12.5	12.5	180	100	3	40	35
240	16	14	14	180	100	3	50	40
300	17.5	16	16	180	100	3	55	40
360	19	17.5	17.5	180	100	3	55	45
420	20.5	17.5	17.5	180	100	3	60	50
480	22	19	19	180	100	3	60	55
570	24	20.5	20.5	180	110	3	60	60
660	26	22	20.5	180	130	4	60	65
780	28	24	22	180	150	4	60	70
900	30	26	24	180	175	4	70	80
1020	32	28	24	180	200	4	70	85
1140	34	30	26	180	225	4	70	95
1290	36	32	28	180	250	4	70	100
1440	38	34	30	190	275	4	70	110
1590	40	34	30	190	305	4	80	120
1740	42	36	32	190	340	4	80	130
1920	44	38	34	190	370	4	80	145
2100	46	40	36	190	405	4	80	160
2280	48	42	36	190	440	4	85	170
2460	50	44	38	190	480	4	85	185
2640	52	46	40	190	520	4	85	200
2850	54	48	42	200	560	4	85	215
3060	56	50	44	200	600	4	85	230

Nota: d1, amarra de grau normal, d2, amarra de grau especial, d3, amarra de grau extra-especial, como definido nas normas de construção das Sociedades Classificadoras.

3.4.1. Para massas de âncora menores que 120 kg, o diâmetro da corrente de grau normal será igual a:

d = 1,15 □ P (mm) onde P = massa da âncora (kg)

3.4.2. O comprimento da amarra necessária não será menor que 2 quartéis de 27,5 m.

3.4.3. Em embarcações cuja ancoragem não seja frequente ou quando a massa da âncora resultante for menor que 80 kg, poderá ser instalada uma única amarra para fundeio.

3.4.4. Quando forem usados cabos em substituição à amarra, deverá ser verificado que:

a) o comprimento do cabo seja 1,5 vezes o da amarra substituída.

b) a sua carga de ruptura seja igual à da amarra de grau normal.

c) entre a âncora e o cabo seja posta uma seção de amarra de comprimento não menor que à distância entre a posição estivada da âncora e o cabrestante.

d) se utilize um guincho que realize as mesmas funções que o cabrestante.

3.5 Para reboque e amarração, os cabos poderão ser cabos de aço ou cabos de fibra sintética ou natural, bem como cabos de aço com alma de fibra. As cargas de ruptura nominais mínimas indicadas na tabela anterior são válidas para cabos com fibra natural (manilha) unicamente. Quando forem utilizados cabos de fibra sintética, as cargas deverão ser incrementadas adequadamente. A equivalência entre os cabos de aço e os cabos de fibra sintética será:

Cabo de Aço	Poliamida Monofilam.	Cabo		
		Poliamida	Poliéster	Polipropileno
(mm)	(mm)	(mm)	(mm)	(mm)
12	30	30	30	30
13	30	32	32	32
14	32	36	36	36
16	32	40	40	40
18	36	44	44	44
20	40	48	48	48
22	44	48	48	52
24	48	52	52	56
26	56	60	60	64
28	60	64	64	72
32	68	72	72	80
36	72	80	80	88
40	72	88	88	96

3.5.1. Para cargas de ruptura superiores a 500 kN, os cabos deverão ser do tipo (6 x 36) com uma alma de fibra e, para cargas menores, do tipo (6 x 24) com alma de fibra de 7 cabos. Contudo, caso os cabos sejam estivados ou usados com molinetes, poderão ser utilizados cabos com alma de aço do tipo (6 x 19) *Seale* ou (6 x 36) *Warrington-Seale*.

3.5.2. Independentemente da carga de ruptura, os cabos de fibra não poderão ter um diâmetro menor que 20 mm.

4. Equipamento Alternativo para Lanchas de Passageiros

4.1. Em vez do equipamento requerido em 3, as lanchas sem convés das anteparas e sem superestruturas poderão ser equipadas com pelo menos uma âncora cuja massa não deverá ser menor que:

Massa da Âncora (kg) = 0,1733 . L^2 + 0,623 . L - 1,6432

onde L: comprimento em m, de acordo com II/1-1.1

4.2. A amarra além da seção de elos necessária para talingar a âncora, terá um cabo com um comprimento e carga de ruptura de:

Comprimento (m) = 4. L sem que seja necessário exceder os 55 m.

C. Ruptura (N) = 4,3 . L - 7,25

4.3. As amarras serão pelo menos três e terão um comprimento (m) e uma carga de ruptura em (kN) de:

C. Ruptura (kN) = 2,14 . L - 1,72

CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DAS REGRAS A EMBARCAÇÕES EXISTENTES

ANEXO I

Objetivo: O presente Anexo é parte integrante do Regulamento de Segurança para as Embarcações da Hidrovia e tem por objetivo, especificar a aplicação do mesmo às embarcações existentes, conforme o disposto na regra 2 do Título I/Cap. 1.

TÍTULO II		Aplicação em embarcações existentes
Cap. 2	Regra 1	8 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 2	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 3	8 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 4	2 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 5	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 6	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 7	5 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
Cap. 3	Regra 1	8 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
Cap. 4	Regra 1	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
Cap. 5	Regra 1	5 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 2	5 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 3	3 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 4	Na entrada em vigor do Regulamento
Cap. 6	Regra 1	Na entrada em vigor do Regulamento
Cap. 7	Regra 1	3 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 2	Na entrada em vigor do Regulamento
	Regra 3	3 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 4	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 5	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 6	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 7	5 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 8	3 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
Cap. 8	Regra 1	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 2	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
Cap. 9	Regra 1	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 2	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 3	3 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 4	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
Cap. 10	Regra 1	3 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento

TÍTULO III		Aplicação a embarcações existentes
Cap. 2	Regra 1	3 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 2	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 3	Na entrada em vigor do Regulamento
	Regra 4	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
Cap. 3	Regra 1	3 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 2	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento, exceto item 2 que em navios outros que navios tanque ou de passageiros será de 5 anos
	Regra 3	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 4	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 5	3 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 6	Na entrada em vigor do Regulamento
	Regra 7	Na entrada em vigor do Regulamento
	Regra 8	Na entrada em vigor do Regulamento
Cap. 4	Regra 2	5 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 3	3 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 4	3 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 5	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
Cap. 5	Regra 2	5 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 3	3 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 4	3 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
Cap. 6	Regra 2	5 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 3	5 Anos a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 4	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 5	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 6	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 7	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
Cap. 7	Regra 2	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento

TÍTULO IV		Aplicação a embarcações existentes
Cap. 1	Regra 2	Na entrada em vigor do Regulamento
	Regra 3	Na entrada em vigor do Regulamento
	Regra 4	Na entrada em vigor do Regulamento
Cap. 2	Regra 1	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 2	Na entrada em vigor do Regulamento
	Regra 3	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento
	Regra 4	Na entrada em vigor do Regulamento
	Regra 5	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento

TÍTULO V		Aplicação a embarcações existentes
Cap. 1	Regra 1	Na entrada em vigor do Regulamento
	Regra 2	Na entrada em vigor do Regulamento
	Regra 3	Na entrada em vigor do Regulamento
	Regra 4	Na entrada em vigor do Regulamento

TÍTULO V		Entrada em Vigência
Cap. 2	Regra 1	Na entrada em vigor do Regulamento
	Regra 2	Na entrada em vigor do Regulamento
	Regra 3	1 Ano a partir da entrada em vigor do Regulamento

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECRETO Nº 8.358, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga o texto da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Seguridade Social, firmada pela República Federativa do Brasil, em Santiago, em 10 de novembro de 2007.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil firmou a Convenção Multilateral Ibero-Americana de Seguridade Social, em Santiago, em 10 de novembro de 2007, por ocasião da XVII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção Multilateral Ibero-americana de Seguridade Social, por meio do Decreto Legislativo nº 769, de 30 de outubro de 2009;

Considerando que o Governo brasileiro depositou, junto ao Secretário-Geral da Organização Ibero-americana de Seguridade Social, em 11 de dezembro de 2009, o instrumento de ratificação ao texto da Convenção Multilateral Ibero-americana de Seguridade Social; e

Considerando que a Convenção entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 1º de maio de 2011 e começou a produzir efeito em 19 de maio de 2011, data da assinatura do Acordo de Aplicação da Convenção Multilateral Ibero-americana de Seguridade Social, conforme previsto no Artigo 31 da Convenção e no Artigo 33 do Acordo de Aplicação;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o texto da Convenção Multilateral Ibero-americana de Seguridade Social, firmada em Santiago, em 10 de novembro de 2007, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão da Convenção e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos
Garibaldi Alves Filho

Os Estados Partes no presente Convénio:

CONSIDERANDO que o trabalho é um dos fatores essenciais no fortalecimento da coesão social das nações e que as condições de segurança social têm uma dimensão muito importante no desenvolvimento do trabalho decente.

CONSTATANDO que o processo actual de globalização conduz a novas e complexas relações entre os diferentes Estados, o que implica, entre outros aspectos, uma crescente interdependência entre países e regiões em consequência de um movimento acrescido de bens, serviços, capitais, comunicações, tecnologias e pessoas.

RECONHECENDO que este processo, tanto à escala global como a nível regional, produz, no âmbito sócio-laboral, uma maior mobilidade de pessoas entre os diferentes Estados.

TENDO em conta que a realidade actual aconselha promover formas de cooperação no espaço internacional que abranjam diferentes actividades e, em especial, a protecção social na Comunidade Ibero-americana, onde já existe um profundo acervo comum a nível cultural, económico e social.

1
CONVENCIDOS de que esta realidade exige igualmente políticas sociais e económicas adequadas que se manifestam, entre outros aspectos, na necessidade de que o processo de globalização seja acompanhado por medidas vocacionadas para promover a coordenação normativa em matéria de protecção social que, sem alterar os respectivos sistemas nacionais, permitam garantir a igualdade de tratamento e os direitos adquiridos ou em vias de aquisição dos trabalhadores migrantes e das pessoas que deles dependem.

AFIRMANDO a urgência de contar com um instrumento de coordenação das legislações nacionais em matéria de pensões que garanta os direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias, abrangidos pelos regimes de Segurança Social dos diferentes Estados Ibero-americanos, com o objetivo de que possam gozar dos benefícios gerados com o seu trabalho nos países receptores.

Acordam:

TÍTULO I
REGRAS GERAIS E DETERMINAÇÃO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CAPÍTULO 1
Disposições gerais

Artigo 1.º ***Definições***

1. Para efeitos da aplicação da presente Convenção, os termos e expressões constantes do presente artigo têm o seguinte significado:

a) *"Actividade por conta de outrem ou dependente"*, qualquer actividade ou situação equiparada que seja considerada como tal pela legislação de segurança social do Estado Parte onde se exerça essa actividade ou se verifique a situação equiparada;

b) "*Actividade por conta própria ou independente"*, qualquer actividade ou situação equiparada que seja considerada como tal pela legislação de segurança social do Estado Parte onde se exerça essa actividade ou se verifique a situação equiparada;

c) "*Autoridade Competente"*, em relação a cada Estado Parte, a autoridade que, para esse efeito, seja designada pelos Estados Parte correspondentes e que como tal seja mencionada no Acordo de Aplicação;

d) "*Comité Técnico-Administrativo*", o órgão mencionado no Título IV;

e) "*Familiar beneficiário ou titular do direito*", a pessoa definida ou reconhecida como tal pela legislação em virtude da qual as prestações são concedidas;

f) *"Funcionário"*, a pessoa definida ou considerada como tal pelo Estado do qual dependa a administração ou o organismo que a empregue;

g) "*Instituição Competente*", o organismo ou a instituição responsável pela aplicação das legislações mencionadas no artigo 3.º. Uma relação será incluída no Acordo de Aplicação;

h) *"Legislação"*, as leis, os regulamentos e outras disposições de segurança social vigentes no território de cada um dos Estados Partes;

i) "*Nacional*", a pessoa definida como tal pela legislação aplicável em cada Estado Parte;

j) "*Organismo de Ligação"*, o organismo de coordenação e informação entre as instituições competentes dos Estados Parte que intervenha na aplicação da Convenção e na informação aos interessados sobre direitos e obrigações derivados da mesma. Uma relação será incluída no Acordo de Aplicação;

k) "*Pensão*", a prestação pecuniária de longa duração prevista na legislação mencionada no artigo 3.º da presente Convenção;

l) "*Períodos de seguro, de contribuição, ou de emprego"*, quaisquer períodos definidos como tal pela legislação ao abrigo da qual foram cumpridos ou se considera como cumpridos, assim como todos os períodos equiparados, sempre que sejam reconhecidos como equivalentes aos períodos de seguro pela referida legislação;

m) "*Prestações pecuniárias"*, quaisquer prestações pecuniárias, pensões, rendas, subsídios ou indemnizações, previstos nas legislações mencionadas no artigo 3.º da presente Convenção, incluindo qualquer complemento, suplemento ou revalorização;

n) "*Residência"*, o lugar onde a pessoa habitualmente reside.

2. Os restantes termos ou expressões usados na presente Convenção têm o significado que lhes for atribuído pela legislação aplicável.

Artigo 2.º ***Campo de aplicação pessoal***

A presente Convenção aplica-se às pessoas que estejam ou tenham estado sujeitas à legislação de um ou de vários Estados Parte, assim como aos seus familiares beneficiários e titulares do direito.

Artigo 3.º ***Campo de aplicação material***

1. A presente Convenção aplica-se à legislação referente aos ramos de segurança social relativos:

a) às prestações pecuniárias por invalidez;

b) às prestações pecuniárias por velhice;

c) às prestações pecuniárias por sobrevivência; e,

d) às prestações pecuniárias por acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Sem prejuízo do disposto no n.º 5 do presente artigo, os cuidados de saúde previstos nas legislações dos Estados Parte não são abrangidos pela presente Convenção.

2. A presente Convenção aplica-se aos regimes contributivos de segurança social, gerais e especiais. Não obstante, estes últimos podem ser excluídos sempre que estejam incluídos no Anexo I.

3. A presente Convenção não se aplica às prestações pecuniárias inscritas no Anexo II, não podendo em circunstância alguma ser inscrita qualquer dos ramos de segurança social mencionadas no n.º 1 do presente artigo.

4. A presente Convenção não se aplica aos regimes não contributivos, nem à assistência social, nem aos regimes de prestações a favor das vítimas de guerra ou das suas consequências.

5. Dois ou mais Estados Parte da presente Convenção podem alargar o âmbito material da mesma, estendendo-o a prestações ou regimes em princípio excluídos. Os acordos bilaterais ou multilaterais através dos quais se proceda a essa extensão e os efeitos da mesma são inscritos no Anexo III.

As disposições correspondentes aos regimes e/ou prestações que tenham sido objecto de extensão, conforme o previsto no parágrafo anterior, afectam unicamente os Estados que as tenham aceitado, não produzindo efeitos nos restantes Estados Parte.

Artigo 4.º ***Igualdade de tratamento***

As pessoas às quais, em conformidade com o disposto no artigo 2.º, se aplique a presente Convenção, estão sujeitas às obrigações e beneficiam da legislação do Estado Parte em que exerçam a sua actividade, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado, salvo disposição em contrário na presente Convenção.

Artigo 5.º ***Totalização dos períodos***

Salvo disposição em contrário na presente Convenção, a instituição competente de um Estado Parte cuja legislação faça depender a sujeição a uma legislação, a aquisição, a conservação, a duração ou a recuperação do direito às prestações, o acesso ou a isenção do seguro obrigatório ou voluntário do cumprimento de determinados períodos de seguro, de contribuição ou de emprego, tem em conta, na medida do necessário, os períodos de seguro, de contribuição ou de emprego cumpridos ao abrigo da legislação de qualquer outro Estado Parte como se se tratasse de períodos cumpridos ao abrigo da legislação que a referida instituição aplica, desde que não se sobreponham.

Artigo 6.º ***Conservação dos direitos adquiridos e pagamento de prestações no estrangeiro***

1. Salvo disposição em contrário na presente Convenção, as prestações pecuniárias mencionadas no artigo 3.º reconhecidas pela instituição competente de um Estado Parte, não estão sujeitas a redução, modificação, suspensão ou supressão, excepto as que, eventualmente, derivem das despesas de transferência pelo facto de o beneficiário se encontrar ou residir no território de outro Estado Parte e as receba neste último.

2. As prestações atribuídas por aplicação da presente Convenção a beneficiários que residam num país terceiro são pagas nas mesmas condições e em igual montante que as dos próprios nacionais que residam nesse país terceiro.

Artigo 7.º ***Revalorização das pensões***

Se, em consequência do aumento do custo de vida, da variação do nível de receitas ou de outros ajustamentos, a legislação de um Estado Parte revalorizar ou actualizar as prestações, aplicando uma nova quantia ou uma determinada percentagem, essa revalorização ou actualização deve aplicar-se directamente às prestações devidas ao abrigo da presente Convenção, tendo em conta, se for o caso, a regra de proporcionalidade estabelecida na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º.

Artigo 8.º ***Relações entre a presente Convenção e outros instrumentos de coordenação de segurança social***

A presente Convenção tem plena aplicação em todos os casos em que não existam convenções bilaterais ou multilaterais sobre segurança social vigentes entre os Estados Parte.

Nos casos em que existam convenções bilaterais ou multilaterais, aplicam-se as disposições que resultem mais favoráveis para o beneficiário.

Cada Estado Parte informa a Secretaria-Geral Ibero-Americana, através do Secretário-Geral da Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS), sobre as convenções bilaterais e multilaterais em vigor, a qual procede ao respectivo registo no Anexo IV da presente Convenção.

Logo que a presente Convenção esteja em vigor, os Estados Parte das convenções bilaterais ou multilaterais inscritas no Anexo IV determinam as disposições mais favoráveis das mesmas e comunicam-nas ao Secretário-Geral da OISS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CAPÍTULO 2
Determinação da legislação aplicável

Artigo 9.º ***Regra geral***

Sem prejuízo do disposto no artigo 10.º, as pessoas às quais se aplica a presente Convenção estão sujeitas exclusivamente à legislação de segurança social do Estado Parte em cujo território exerçam uma actividade, dependente ou independente, que permita à sua inclusão no âmbito de aplicação da referida legislação.

Artigo 10.º ***Regras especiais***

Para efeito da determinação da legislação aplicável, são estabelecidas as regras especiais seguintes:

a) A pessoa que exerça uma actividade dependente ao serviço de uma empresa com sede no território de um dos Estados Parte, que desempenhe funções profissionais, de investigação, científicas, técnicas, de direcção ou actividades similares e que seja destacada para prestar serviços de carácter temporário no território de outro Estado Parte, continua sujeita à legislação do Estado Parte de origem por um período que não exceda doze meses, susceptível de ser prorrogado por um período idêntico, com carácter excepcional, desde que a autoridade competente do outro Estado Parte tenha dado previamente o seu consentimento expresso;

b) A pessoa que exerça uma actividade independente, que desempenhe qualquer das actividades referidas na alínea a) no território de um Estado Parte no qual esteja segurada e que se transfira para exercer essa actividade no território de outro Estado Parte, continua sujeita à legislação do primeiro Estado, na condição de a duração previsível do trabalho não exceder doze meses, desde que a autoridade competente do Estado de origem tenha dado previamente o seu consentimento.

Os Estados Parte podem alargar, de forma bilateral, a lista de actividades sujeitas à presente regra especial, devendo comunicá-lo ao Comité Técnico-Administrativo.

c) O pessoal itinerante ao serviço de empresas de transporte aéreo que exerça a sua actividade no território de dois ou mais Estados Parte está sujeito à legislação do Estado Parte em cujo território esteja situada a sede principal da empresa.

d) Uma actividade dependente ou independente que se desenvolva a bordo de um navio no mar, que arvore a bandeira de um Estado Parte, é considerada como uma actividade exercida nesse Estado Parte.

No entanto, o trabalhador que exerça uma actividade dependente a bordo de um navio que arvore a bandeira de um Estado Parte e que seja remunerado por essa actividade por uma empresa ou uma pessoa que tenha a sua sede ou domicílio noutro Estado Parte, está sujeito à legislação deste último Estado Parte, desde que aí resida. A empresa ou pessoa que pague a remuneração é considerada como empresário ou empregador para efeitos da aplicação da respectiva legislação.

e) Os trabalhadores que residam num Estado Parte que prestem serviço em empresa pesqueira mista constituída noutro Estado Parte e em navio com bandeira desse Estado Parte consideram-se pertencentes à empresa participante do país em que residem e, portanto, ficam sujeitos à sua legislação de segurança social, devendo a referida empresa assumir as suas obrigações como empregador.

f) Os trabalhadores empregados em trabalhos de carga, descarga, reparação de navios e serviços de vigilância no porto estão sujeitos à legislação do Estado Parte a cujo território pertença o porto.

g) Os membros do pessoal das missões diplomáticas e dos postos consulares regem-se pelo estabelecido na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de Abril de 1961, e na Convenção sobre Relações Consulares, de 24 de Abril de 1963.

h) Os funcionários públicos de um Estado Parte, que não sejam os referidos na alínea g) e o pessoal equiparado, que se encontrem destacados no território de outro Estado Parte, ficam sujeitos à legislação do Estado Parte ao qual pertence a administração de que dependem.

i) O pessoal administrativo e técnico e os membros do pessoal ao serviço das missões diplomáticas e postos consulares de cada um dos Estados Parte, que sejam nacionais do Estado Parte acreditante e não sejam funcionários públicos, podem optar entre a aplicação da legislação do Estado acreditante e a do outro Estado Parte.

A opção exerce-se nos três meses seguintes à data de início do trabalho no território do Estado em que exercem a sua actividade.

As pessoas ao serviço privado e exclusivo dos membros das missões diplomáticas ou postos consulares, que sejam nacionais do Estado Parte acreditante, têm o mesmo direito de opção a que se refere o parágrafo anterior.

j) As pessoas enviadas por um Estado Parte em missões de cooperação ao território de outro Estado Parte ficam sujeitas à legislação do Estado que as envia, salvo disposição em contrário em acordos de cooperação.

Artigo 11.º ***Excepções***

Dois ou mais Estados Parte, as autoridades competentes desses Estados ou os organismos designados por essas autoridades podem estabelecer, de comum acordo, excepções aos artigos 9.º e 10.º, em benefício de determinadas pessoas ou categorias de pessoas, sempre que as mesmas sejam inscritas no Anexo V.

Artigo 12.º ***Seguro voluntário***

Em matéria de pensões, o interessado pode beneficiar do seguro voluntário de um Estado Parte, ainda que esteja obrigatoriamente sujeito à legislação de outro Estado Parte, sempre que anteriormente já tenha estado sujeito à legislação do primeiro Estado Parte pelo facto ou em consequência do exercício de uma actividade como trabalhador dependente ou independente e na condição de a referida acumulação ser admitida na legislação do primeiro Estado Parte.

TÍTULO II
DISPOSIÇÕES PARTICULARES PARA AS DIFERENTES CATEGORIAS DE PRESTAÇÕES

CAPÍTULO 1
Prestações por invalidez, velhice e sobrevivência

Artigo 13.º ***Determinação das prestações***

1. Os períodos de seguro, de contribuição ou de emprego cumpridos em qualquer dos Estados Parte são considerados para a determinação das prestações por invalidez, velhice e sobrevivência, nas seguintes condições:

a) Sempre que estejam cumpridas as condições exigidas pela legislação de um ou de vários Estados Parte para beneficiar do direito às prestações, sem que seja necessário recorrer à totalização de períodos prevista no artigo 5.º, a instituição ou instituições competentes determinam a prestação em conformidade com a referida legislação, considerando unicamente os períodos de seguro, de contribuição ou de emprego cumpridos nesse Estado Parte, sem prejuízo de o interessado poder solicitar a totalização dos períodos cumpridos ao abrigo de outras legislações, caso em que se aplica o n.º 2;

b) Quando, considerando unicamente os períodos de seguro, de contribuição ou de emprego cumpridos num Estado Parte, o beneficiário não satisfaça as condições exigidas para beneficiar do direito às prestações, estas são determinadas mediante totalização dos períodos de seguro, contribuição ou de emprego cumpridos noutros Estados Parte.

Para o efeito, a instituição competente determina, em primeiro lugar, o montante da prestação à qual o beneficiário teria direito como se todos os períodos totalizados se tivessem cumprido integralmente ao abrigo da sua própria legislação (prestação teórica) e estabelece de seguida o montante efectivo da prestação, aplicando ao referido montante teórico a proporção entre a duração dos períodos de seguro, de contribuição ou de emprego cumpridos, antes de se verificar a eventualidade, ao abrigo da legislação do Estado Parte e os períodos totalizados (prestação efectiva).

2. Se a legislação de um Estado Parte fizer depender a aquisição, a conservação ou a recuperação do direito a prestações da condição de o interessado ter estado segurado no momento da ocorrência do risco, essa condição é considerada preenchida quando o interessado tenha estado segurado ao abrigo da legislação ou tenha recebido uma pensão calculada com base nos períodos de seguro cumpridos noutro Estado Parte. Para efeitos de determinação de pensões de sobrevivência, tem-se em conta, se necessário, o facto de o segurado em causa ter estado segurado ou ter recebido pensão de outro Estado Parte.

Se a legislação de um Estado Parte fizer depender a determinação do direito a uma prestação da condição de terem sido cumpridos períodos de seguro, de contribuição ou de emprego num período determinado imediatamente anterior ao momento de se apurar a prestação, essa condição considera-se cumprida se o interessado provar a existência de períodos imediatamente anteriores ao da determinação da prestação noutro Estado Parte.

Se a legislação de um Estado Parte fizer depender o direito à concessão de determinados benefícios do cumprimento de períodos de seguro, de contribuição ou de emprego numa profissão ou actividade determinadas, tem-se em conta, para a determinação de tais prestações ou benefícios, os períodos cumpridos noutro Estado Parte numa profissão ou actividade correspondentes.

3. Se a duração total dos períodos de seguro, de contribuição ou de emprego, uma vez totalizados, for superior ao período máximo requerido pela legislação de algum dos Estados Parte para a obtenção de uma prestação completa, a instituição competente desse Estado Parte considera, para efeitos do cálculo previsto no n.º 1, alínea b) do presente artigo, o citado período máximo em vez da duração total dos períodos totalizados. O disposto anteriormente não se aplica no caso de prestações cujo montante não esteja dependente de períodos de seguro, de cotização ou de emprego.

4. Se a legislação de um Estado Parte estabelecer que, para efeitos da determinação do montante da prestação, sejam tomados em conta rendimentos, contribuições, bases de contribuição, remunerações ou uma combinação destes parâmetros, a base de cálculo da prestação determina-se tendo em conta, unicamente, os rendimentos, contribuições, bases de contribuição ou remunerações correspondentes aos períodos de seguro, de contribuição ou de emprego cumpridos no Estado Parte em causa.

5. As cláusulas de redução, suspensão ou supressão previstas na legislação de um Estado Parte no caso de titulares de pensão que exerçam uma actividade profissional, são aplicáveis mesmo que a referida actividade seja exercida no território de outro Estado Parte.

Artigo 14.º ***Períodos inferiores a um ano***

1. Não obstante o disposto nos artigos anteriores, quando a duração total dos períodos de seguro, de contribuição ou de emprego cumpridos ao abrigo da legislação de um Estado Parte não atinja um ano e, nos termos da legislação desse Estado Parte, não seja adquirido direito a prestações pecuniárias, a instituição competente do referido Estado Parte não concede qualquer prestação pecuniária relativa ao referido período.

2. Os períodos referidos são tidos em conta, se necessário, pelas instituições competentes dos outros Estados Parte para a aquisição do direito e a determinação do montante da pensão nos termos da sua legislação.

3. Não obstante o disposto nos números anteriores, quando os períodos cumpridos em cada um dos Estados Parte forem inferiores a um ano, mas, totalizando os mesmos, seja possível adquirir o direito a prestações ao abrigo da legislação de um ou de vários Estados Parte, deve proceder-se à sua totalização, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º.

Artigo 15.º ***Montantes devidos em virtude de períodos de seguro voluntário***

1. Os períodos de seguro voluntário cumpridos pelo trabalhador ao abrigo da legislação de um Estado Parte totalizam-se, se necessário, com os períodos de seguro obrigatório ou voluntário, cumpridos ao abrigo da legislação de outro Estado Parte, desde que não se sobreponham.

2. Quando coincidam no tempo períodos de seguro obrigatório com períodos de seguro voluntário, tem-se em conta os períodos de seguro obrigatório. Quando coincidam no tempo dois ou mais períodos de seguro voluntário, cumpridos em dois ou mais Estados Parte, cada Estado tem em conta os períodos cumpridos no seu território.

3. Não obstante, uma vez calculado o montante teórico, assim como o montante efectivo, da prestação pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 13.º, o montante efectivamente devido é aumentado pela instituição competente em que tenham sido cumprido os períodos de seguro voluntário no montante que corresponda aos referidos períodos de seguro voluntário que não tenham sido tidos em conta de acordo com a sua legislação interna.

4. Quando num Estado Parte não for possível precisar a época em que determinados períodos de seguro tenham sido cumpridos, presume-se que os referidos períodos não se sobrepõem com os períodos de seguro cumpridos noutros Estados Parte.

CAPÍTULO 2
Coordenação de regimes e legislações baseados na poupança e na capitalização

Artigo 16.º ***Regimes de prestações***

1. Quando se trate de regimes de capitalização individual, os inscritos na Entidade Administradora de Fundos de Pensões ou instituição da mesma natureza, financiam as suas pensões com o saldo acumulado na sua conta de capitalização individual, nos termos estabelecidos na legislação do Estado Parte em causa.

Se, de acordo com a legislação de um Estado Parte no qual é paga a pensão, for garantida uma pensão mínima, quando a pensão resultante do saldo acumulado na conta de capitalização individual for insuficiente para financiar pensões de um montante pelo menos igual ao da referida pensão mínima, a instituição competente do Estado Parte onde se paga a pensão procede à totalização dos períodos cumpridos noutros Estados Parte, de acordo com o artigo 5.º, para aceder ao benefício de pensão mínima de velhice ou invalidez, na proporção correspondente, calculada em conformidade com o disposto no artigo 13.º. Igual direito têm os beneficiários de pensão de sobrevivência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Os trabalhadores que se encontrem inscritos num sistema de pensões de capitalização individual de um Estado Parte podem contribuir voluntariamente para o referido sistema de contribuições, desde que a legislação nacional desse Estado o permita e durante o tempo em que residam noutro Estado Parte, sem prejuízo do cumprimento da obrigação de efectuar contribuições nos termos da legislação deste último Estado.

Artigo 17.º ***Transferência de fundos***

Os Estados Parte nos quais vigorem regimes de capitalização individual podem estabelecer mecanismos de transferência de fundos para efeitos de concessão de prestações por invalidez, velhice ou morte.

CAPÍTULO 3
Prestações por acidentes de trabalho e doença profissional

Artigo 18.º ***Determinação do direito a prestações***

O direito às prestações por acidente de trabalho ou doença profissional é determinado de acordo com a legislação do Estado Parte à qual o trabalhador se encontra sujeito na data em que ocorre o acidente ou se verifica a doença.

TÍTULO III
MECANISMOS DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 19.º ***Peritagens médicas***

1. A pedido da instituição competente, os exames médicos previstos pela legislação de um Estado Parte para efeitos de aquisição ou manutenção das correspondentes prestações de segurança social podem ser efectuados em qualquer outro Estado Parte pela instituição do lugar de residência do requerente ou do beneficiário das prestações, tendo esta instituição direito ao reembolso, por parte da instituição competente, das despesas resultantes da realização dos referidos exames.

2. Os referidos exames médicos são financiados, nos termos estabelecidos no Acordo de Aplicação, pela instituição competente do Estado Parte que solicitou os exames e/ou, se assim o determinar a legislação interna, pelo requerente ou beneficiário, podendo a instituição competente do Estado Parte que solicitou a avaliação médica deduzir o montante que o requerente ou beneficiário deva assumir das prestações pecuniárias devidas ou, eventualmente, do saldo da conta de capitalização individual.

3. Para efeitos de facilitar a avaliação a que se refere o n.º 2, a instituição competente do Estado Parte em cujo território a pessoa reside, deve, a pedido da instituição competente do outro Estado Parte, remeter a esta última, sem encargos, qualquer relatório ou antecedente médico pertinente que tenha em seu poder, em conformidade com o disposto no artigo 20.º. Essa informação deve ser utilizada exclusivamente para efeitos da aplicação da presente Convenção.

Artigo 20.º ***Troca de informações.***

1. As autoridades competentes dos Estados Parte comunicam entre si as informações relativas:

a) Às medidas adoptadas para efeitos de aplicação da presente Convenção; e

b) Às alterações das respectivas legislações susceptíveis de afectar a aplicação da presente Convenção.

2. Para efeitos de aplicação da presente Convenção, as autoridades e as instituições competentes dos Estados Parte prestam entre si os seus bons ofícios e actuam como se se tratasse da aplicação das suas próprias legislações. O auxílio administrativo prestado pelas referidas autoridades e instituições é, em regra, gratuito.

3. As instituições competentes, de acordo com o princípio da boa administração, respondem a todos os pedidos num prazo razoável e, para tal efeito, comunicam às pessoas interessadas qualquer informação necessária para fazerem valer os direitos decorrentes da presente Convenção.

4. De igual forma, as pessoas interessadas ficam obrigadas a informar com brevidade as instituições do Estado Parte competente e do Estado Parte de residência sobre qualquer alteração na sua situação pessoal ou familiar que afecte o direito às prestações previstas na presente Convenção.

Artigo 21.º ***Requerimentos e documentos***

1. Os documentos pedidos para efeitos de aplicação da presente Convenção não necessitam de tradução oficial, visto ou legalização por parte das autoridades diplomáticas, consulares e de registo público, desde que sejam enviados através de uma autoridade ou instituição competente ou organismo de ligação.

2. A correspondência entre as autoridades competentes, organismos de ligação e instituições competentes dos Estados Parte é redigida em língua portuguesa ou espanhola.

3. Os requerimentos e documentos apresentados perante as autoridades ou instituições competentes de qualquer Estado Parte onde o interessado tenha cumprido períodos de seguro, de contribuição ou de emprego, ou tenha a sua residência, são admissíveis como se tivessem sido apresentados perante as autoridades ou instituições competentes correspondentes do outro Estado Parte, sempre que o interessado o solicite expressamente ou se da documentação apresentada se deduzir a existência de períodos de seguro, de contribuição ou de emprego neste último Estado Parte.

Artigo 22.º ***Isenções***

As isenções ou reduções de taxas, selos, emolumentos notariais ou de registo estabelecidos na legislação de um Estado Parte para a emissão dos documentos exigidos por essa mesma legislação são extensivas à emissão dos documentos análogos exigidos pela legislação de qualquer outro Estado Parte para efeitos de aplicação da presente Convenção.

TÍTULO IV
COMITÉ TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Artigo 23.º ***Composição e funcionamento do Comité Técnico-Administrativo***

1. O Comité Técnico-Administrativo, composto por um representante do Governo de cada um dos Estados Parte, assistido, se for caso disso, por conselheiros técnicos.

2. Os estatutos do Comité Técnico-Administrativo são estabelecidos, de comum acordo, pelos seus membros. As decisões sobre as questões de interpretação são adoptadas em conformidade com o que se estabeleça no Acordo de Aplicação da presente Convenção.

Artigo 24.º Atribui*ções do Comité Técnico-Administrativo*

Cabe ao Comité Técnico-Administrativo:

a) Possibilitar a aplicação uniforme da presente Convenção, em particular fomentando a troca de experiências e das melhores práticas administrativas;

b) Resolver as questões administrativas ou de interpretação decorrentes da presente Convenção ou do respectivo Acordo de Aplicação;

c) Promover e desenvolver a colaboração entre os Estados Parte e as suas instituições em matéria de segurança social, em particular no sentido de facilitar a realização de acções que visem a cooperação transfronteiriça no âmbito da coordenação dos sistemas de segurança social;

d) Fomentar o uso das novas tecnologias, em particular mediante a modernização dos procedimentos necessários para a troca de informação e a adaptação às trocas electrónicas do fluxo de informações entre as instituições competentes;

e) Exercer qualquer outra função no âmbito das suas competências por força da presente Convenção e do Acordo de Aplicação ou de qualquer convenção ou acordo que venha a celebrar-se no quadro dos referidos instrumentos.

TÍTULO V
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 25.º ***Disposições transitórias***

1. A aplicação da presente Convenção confere direito a prestações por eventualidades ocorridas antes da data da sua entrada em vigor. Não obstante, o pagamento dessas prestações tem unicamente os efeitos retroactivos previstos na legislação do Estado Parte que as concede e não se reporta a períodos anteriores à entrada em vigor da Convenção.

As prestações que tenham sido negadas ou concedidas por um ou vários Estados Parte antes da entrada em vigor da presente Convenção podem, a pedido do interessado, ser revistas ao abrigo da mesma. O direito é adquirido a partir da data do pedido, salvo disposição mais favorável do Estado Parte que proceda à revisão. As prestações de montante único liquidadas não são passíveis de revisão.

2. Qualquer período de seguro, de contribuição ou de emprego cumprido ao abrigo da legislação de um Estado Parte antes da data de aplicação da presente Convenção no Estado Parte em causa é tido em conta para a determinação dos direitos decorrentes da presente Convenção.

ÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 26.º ***Acordo de Aplicação***

As regras de aplicação da presente Convenção são fixadas no respectivo Acordo de Aplicação.

Artigo 27.º ***Conferência das Partes***

A Secretaria-Geral Ibero-Americana, através da OISS, convoca uma Conferência das Partes, o mais tardar um ano após a entrada em vigor da presente Convenção, com o objectivo de promover e examinar a sua aplicação e, em termos gerais, de efectuar uma troca de informações e de experiências.

Artigo 28.º ***Solução de controvérsias***

1. Os Estados Parte procurarão resolver qualquer controvérsia relacionada com a interpretação ou aplicação da presente Convenção mediante negociação.

2. Qualquer controvérsia entre dois ou mais Estados Parte acerca da interpretação ou aplicação da presente Convenção que não possa ser resolvida mediante negociação dentro de um prazo de quatro meses deve, a pedido de um desses Estados, ser submetida à arbitragem de uma Comissão composta por um nacional de cada Estado Parte e por uma pessoa nomeada de comum acordo, a qual actua como Presidente da Comissão. Se, decorridos quatro meses após a data do pedido de arbitragem, os Estados Parte não chegarem a acordo sobre o árbitro, qualquer deles pode solicitar à Secretaria-Geral Ibero-Americana, através da OISS, que o designe.

Uma vez constituída a Comissão de arbitragem, esta emite a sua decisão dentro de um prazo que não exceda quatro meses, prorrogável por um período similar sempre que a Comissão justifique e informe por escrito, antes de decorridos os quatro meses iniciais, as razões pelas quais solicita esta prorrogação.

A decisão da Comissão é definitiva e obrigatória.

Artigo 29.º ***Assinatura***

A presente Convenção está aberta à assinatura dos Estados-Membros da Comunidade Ibero-Americana.

Artigo 30. ***Ratificação, Aceitação, Aprovação ou Adesão***

1. A presente Convenção está sujeita a ratificação, aceitação ou aprovação. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação são depositados junto da Secretaria-Geral Ibero-Americana, através da OISS.

2. A presente Convenção está aberta à adesão de todos os Estados que façam parte da Comunidade Ibero-Americana. Os instrumentos de adesão são depositados junto da Secretaria-Geral Ibero-Americana, através da OISS.

Artigo 31.º ***Entrada em vigor***

1. A Convenção entra em vigor no primeiro dia do terceiro mês subsequente à data em que tenha sido depositado o sétimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão. Não obstante, a Convenção só produz efeitos entre os referidos Estados quando o Acordo de Aplicação entrar em vigor para esses Estados.

2. Para cada Estado que ratifique ou adira à presente Convenção depois de ter sido depositado o sétimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, esta entra em vigor no primeiro dia do terceiro mês subsequente à data em que esse Estado tenha depositado o respectivo instrumento. Não obstante, esta só produz efeitos quando o Acordo de Aplicação entrar em vigor para esse Estado. A Secretaria-Geral Ibero-Americana, através da OISS, comunica o referido acto aos restantes Estados Parte.

Artigo 32.º ***Emendas***

1. A OISS compila as propostas de emenda à Convenção que os Estados Parte para os quais a Convenção esteja em vigor apresentem e, a pedido de três deles, por meio das respectivas autoridades competentes, ou passados três anos, convoca uma Conferência das Partes com vista à sua análise.

2. Qualquer emenda aprovada pela Conferência das Partes está sujeita à ratificação, aceitação ou aprovação pelos Estados Parte.

3. Qualquer emenda aceite de acordo com os n.ºs 1 e 2 do presente artigo entra em vigor relativamente a um Estado Parte noventa dias após a data em que este deposite na Secretaria-Geral Ibero-Americana, através da OISS, o instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação dessa alteração.

4. Quando uma emenda entrar em vigor, será vinculativa apenas para os Estados Parte que a tenham aceitado expressamente. Para os restantes Estados Parte vigoram as disposições da presente Convenção, assim como qualquer outra emenda anterior que tenham ratificado, aceitado ou aprovado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014111400084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Artigo 33.º ***Denúncia da Convenção***

1. A Convenção pode ser denunciada por qualquer dos Estados Parte, devendo a denúncia ser notificada por escrito à Secretaria-Geral Ibero-Americana, através da OISS, e produzindo efeitos, relativamente ao referido Estado, após doze meses a partir da data da recepção da notificação.

2. Em caso de denúncia, as disposições da presente Convenção continuam a aplicar-se, no respectivo Estado Parte, aos direitos anteriormente reconhecidos ou solicitados.

3. Os Estados Parte podem estabelecer acordos especiais que garantam os direitos em curso de aquisição derivados dos períodos de seguro ou equivalentes cumpridos antes da data do termo da vigência da Convenção.

Artigo 34.º ***Línguas***

A presente Convenção é adoptada nas línguas portuguesa e espanhola, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Artigo 35.º ***Depósito***

O original da presente Convenção, cujos textos em língua portuguesa e espanhola fazem igualmente fé, fica em poder da Secretaria-Geral Ibero-Americana, através da OISS.

Feito em Santiago, Chile, aos 10 dias do mês novembro de dois mil sete.

ANEXOS

ANEXO I

Regimes aos quais não se aplica a Convenção Multilateral
(artigo 3.º, n.º 2)

ANEXO II

Prestações às quais não se aplicam as regras da Convenção Multilateral
(artigo 3.º, n.º 3)

ANEXO III

Convenções celebradas entre Estados Parte à Convenção Multilateral através dos quais se estende a aplicação da mesma a regimes e prestações não incluídos no âmbito de aplicação da Convenção Multilateral
(artigo 3.º, n.º 5)

ANEXO IV

Convenções bilaterais ou multilaterais em matéria de segurança social em vigor entre Estados Parte à Convenção Multilateral.
(artigo 8.º)

ANEXO V

Acordos entre Estados Parte, através dos quais se estabelecem excepções à legislação aplicável, em conformidade com o disposto nos artigos 9.º e 10.º da Convenção
(artigo 11.º).

DECRETO Nº 8.359, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a denominação da Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI e ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL para Delegação Permanente do Brasil junto ao MERCOSUL e à ALADI.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 54 e art. 56 do Anexo I do Decreto nº 7.304, de 22 de setembro de 2010,

D E C R E T A :

Art. 1º A Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI e ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL passa a se denominar Delegação Permanente do Brasil junto ao MERCOSUL e à ALADI.

Parágrafo único. O Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto ao MERCOSUL e à ALADI exercerá a função de Representante Permanente do Brasil na Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL e nos órgãos do MERCOSUL com sede em Montevidéu e de Representante Permanente do Brasil no Comitê de Representantes da ALADI.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 4.762, de 23 de junho de 2003.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos

DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Fernão Dias S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.031068/2014-81,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Autopista Fernão Dias S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG, localizados no Município de Betim, Estado de Minas Gerais, necessários à execução das obras de implantação de trevo em desnível no km 494+040m:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no ponto 1, situado no limite com a Terra Sul Ltda., de coordenadas 7.791.964,01m - Norte e 586.073,95m - Leste; deste, segue com distância de 60,08m e azimute plano de 308°22'19", chega-se ao ponto 2; deste, segue confrontando neste trecho com Terra Sul Ltda., com distância de 38,51m e azimute plano de 38°03'55", chega-se ao ponto 3; deste, segue confrontando neste trecho com a Rua Aurora, com distância de 48,76m e azimute plano de 78°02'26", chega-se ao ponto 4; deste, segue confrontando neste trecho com Rua Aurora, com distância de 28,14m e azimute plano de 121°50'48", chega-se ao ponto 5; deste, segue confrontando neste trecho com a Rua Boa Esperança, com distância de 3,02m e azimute plano de 153°03'06", chega-se ao ponto 6; deste, segue confrontando neste trecho com a Rua Boa Esperança, com distância de 41,42m e azimute plano de 217°26'32", chega-se ao ponto 7; deste, segue confrontando neste trecho com Rua Boa Esperança, com distância de 36,63m e azimute plano de 221°50'28", chega-se ao ponto 1; com a área de 4.163,50m²;

II - área 2 - inicia-se o perímetro no ponto 1, situado no limite com João Luiz de Sá, de coordenadas 7.791.964,01m - Norte e 586.073,95m - Leste; deste, segue com distância de 95,91m e azimute plano de 218°18'05", chega-se ao ponto 4; deste, segue confrontando neste trecho com a Rua Geraldina M. Braga, com distância de 59,84m e azimute plano de 308°04'12", chega-se ao ponto 3; deste, segue confrontando neste trecho com a Rua Boa Viagem, com distância de 96,22m e azimute plano de 38°09'32", chega-se ao ponto 2; deste, segue confrontando neste trecho com a Rua Aurora, com distância de 60,08m e azimute plano de 128°22'19", chega-se ao ponto 1; com a área de 5.760,00m²;

III - área 3 - inicia-se o perímetro no ponto 1, situado no limite com a Rua Boa Viagem, de coordenadas 7.791.967,16m - Norte e 585.912,25m - Leste; deste, segue com distância de 76,73m e azimute plano de 52°51'22", chega-se ao ponto 6; deste, segue confrontando neste trecho com a faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG, com distância de 23,25m e azimute plano de 68°27'28", chega-se ao ponto 5; deste, segue confrontando neste trecho com a faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG, com distância de 40,75m e azimute plano de 79°36'03", chega-se ao ponto 4; deste, segue confrontando neste trecho com a faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG, com distância de 42,31m e azimute plano de 221°32'11", chega-se ao ponto 3; deste, segue confrontando neste trecho com a Rua Aurora, com distância de 81,95m e azimute plano de 216°51'59", chega-se ao ponto 2; deste, segue confrontando neste trecho com a Rua Aurora, com distância de 57,53m e azimute plano de 307°28'49", chega-se ao ponto 1; com a área de 4.464,50m²; e

IV - área 4 - inicia-se o perímetro no ponto 1, situado no limite com a faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG, de coordenadas 7.792.058,10m - Norte e 586.098,10m - Leste; deste, segue com distância de 19,52m e azimute plano de 74°41'41", chega-se ao ponto 5; deste, segue confrontando neste trecho com a faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG, com distância de 6,22m e azimute plano de 213°24'57", chega-se ao ponto 4; deste, segue confrontando neste trecho com o expropriado, com distância de 10,94m e azimute plano de 216°00'53", chega-se ao ponto 3; deste, segue confrontando neste trecho com o expropriado, com distância de 7,82m e azimute plano de 301°02'54", chega-se ao ponto 2; deste, segue confrontando neste trecho com a Rua Boa Esperança, com distância de 5,36m e azimute plano de 334°51'52", chega-se ao ponto 1; com a área de 120,00m².

Art. 2º Fica a concessionária Autopista Fernão Dias S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária BR-040 S.A., o imóvel que menciona, localizado no Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.045827/2014-93,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da Concessionária BR-040 S.A., o imóvel delimitado pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situado à margem da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, localizado no Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais, necessário à execução das obras de implantação da Praça de Pedágio P07, no km 405+400m.

Parágrafo único. Inicia-se o perímetro no ponto P00, de coordenadas E= 536334.985m e N= 7890536.070m; deste, segue confrontando com Bruno José Borgatti, com azimute de 99°26'07" e distância de 51,73m, até o ponto P01, de coordenadas E=536386.017m e N=7890527.589m; deste, segue confrontando com Bruno José Borgatti, com azimute de 184°47'47" e distância de 140,58m, até o ponto P02, de coordenadas E=536374.262m e N=7890387.500m; deste, segue confrontando com Bruno José Borgatti, com azimute de 200°19'53" e distância de 7,45m, até o ponto P03, de coordenadas E=536371.672m e N=7890380.510m; deste, segue confrontando com Bruno José Borgatti, com azimute de 180°25'05" e distância de 104,21m, até o ponto P04, de coordenadas E=536370.911m e N=7890276.304m; deste, segue confrontando com Bruno José Borgatti, com azimute de 186°37'40" e distância de 8,86m, até o ponto P05, de coordenadas E=536369.888m e N=7890267.500m; deste, segue confrontando com Bruno José Borgatti, com azimute de 171°45'28" e distância de 172,76m, até o ponto P06, de coordenadas E=536394.655m e N=7890096.523m; deste, segue confrontando com Bruno José Borgatti, com azimute de 260°35'29" e distância de 55,42m, até o ponto P07, de coordenadas E=536339.979m e N=7890087.463m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 352°10'28" e distância de 132,47m, até o ponto P08, de coordenadas E=536321.942m e N=7890218.695m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 353°52'10" e distância de 56,89m, até o ponto P09, de coordenadas E=536315.866m e N=7890275.264m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 357°05'23" e distância de 38,01m, até o ponto P10, de coordenadas E=536313.936m e N=7890313.228m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 1°04'46" e distância de 75,44m, até o ponto P11, de coordenadas E=536315.357m e N=7890388.654m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 5°19'46" e distância de 45,42m, até o ponto P12, de coordenadas E=536319.576m e N=7890433.877m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 8°34'28" e distância de 103,35m até o ponto P00; fechando o perímetro com 992,59m e a área com 24.594,33m².

Art. 2º Fica a Concessionária BR-040 S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação da área de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária BR-040 S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta no Processo ANTT nº 50500.045830/2014-15,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da Concessionária BR-040 S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, localizados no Município de Barbacena, Estado de Minas Gerais, necessários à execução das obras de implantação da Praça de Pedágio P11, no km 714+000m:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no ponto P_00, de coordenadas E= 638739.948m e N=7648366.079m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 176°42'55" e distância de 50,00m até o ponto P_01, de coordenadas E=638742.812m e N=7648316.161m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 171°18'42" e distância de 50,00m até o ponto P_02, de coordenadas E=638750.365m e N=7648266.735m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 165°15'52" e distância de 50,00m até o ponto P_03, de coordenadas E=638763.083m e N=7648218.380m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 160°01'12" e distância de 40,00m até o ponto P_04, de coordenadas E=638776.751m e N=7648180.787m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 154°43'39" e distância de 50,00m até o ponto P_05, de coordenadas E=638798.097m e N=7648135.573m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 148°52'40" e distância de 50,00m até o ponto P_06, de coordenadas E=638823.941m e N=7648092.770m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 143°01'13" e distância de 50,00m até o ponto P_07, de coordenadas E=638854.017m e N=7648052.827m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 138°28'51" e distância de 37,65m até o ponto P_08, de coordenadas E=638878.972m e N=7648024.640m; deste, segue confrontando com Fujio Yamada com o azimute de 297°18'20" e distância de 175,42m até o ponto P_09, de coordenadas E=638723.095m e N=7648105.113m; deste, segue confrontando com Fujio Yamada com o azimute de 342°57'24" e distância de 129,88m até o ponto P_10, de coordenadas E=638685.030m e N=7648229.285m; deste, segue confrontando com Fujio Yamada com o azimute de 13°09'46" e distância de 74,82m até o ponto P_11, de coordenadas E=638702.067m e N=7648302.139m; deste, segue confrontando com Fujio Yamada com o azimute de 30°38'38" e distância de 74,32m até o ponto P_00, de coordenadas E=638739.948m e N=7648366.079m; fechando, assim, o perímetro com 832,59m e a área com 19.180,43m²; e

II - área 2 - inicia-se o perímetro no ponto P_12, de coordenadas E= 638898.378m e N= 7648125.943m; deste, segue confrontando com Fujio Yamada com o azimute de 122°38'20" e distância de 68,87m até o ponto P_13, de coordenadas E=638956.369m e N=7648088.801m; deste, segue confrontando com Fujio Yamada com o azimute de 61°54'32" e distância de 83,16m até o ponto P_14, de coordenadas E=639029.736m e N=7648127.960m; deste, segue confrontando com Fujio Yamada com o azimute de 130°00'46" e distância de 117,18m até o ponto P_15, de coordenadas E=639119.482m e N=7648052.621m; deste, segue confrontando com Fujio Yamada com o azimute de 207°20'16" e distância de 107,55m até o ponto P_16, de coordenadas E=639070.089m e N=7647957.080m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 303°26'30" e distância de 40,00m até o ponto P_17, de coordenadas E=639036.711m e N=7647979.124m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 313°28'44" e distância de 50,00m até o ponto P_18, de coordenadas E=639000.430m e N=7648013.528m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 316°05'44" e distância de 50,00m até o ponto P_19, de coordenadas E=638965.757m e N=7648049.553m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 316°53'25" e distância de 50,00m até o ponto P_20, de coordenadas E=638931.587m e N=7648086.055m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 320°13'14" e distância de 51,90m até o ponto P_12, de coordenadas E=638898.378m e N=7648125.943m; fechando, assim, o perímetro com 618,66m e a área com 16.309,15m².

Art. 2º Fica a Concessionária BR-040 S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária BR-040 S.A., o imóvel que menciona, localizado no Município de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.045823/2014-13,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da Concessionária BR-040 S.A., o imóvel delimitado pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situado à margem da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, localizado no Município de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais, necessário à execução das obras de implantação da Praça de Pedágio P03, no km 091+300m.

Parágrafo único. Inicia-se o perímetro no ponto P 00, de coordenadas E=333721.665m e N=8063922.230m; deste, segue confrontando com Múcio França e Vera Regina Veiga França com azimute de 28°40'48" e distância de 39,75m até o ponto P 01, de coordenadas E=333740.740m e N=8063957.100m; deste, segue confrontando com Múcio França e Vera Regina Veiga França com azimute de 116°39'25" e distância de 181,00m até o ponto P 02, de coordenadas E=333902.500m e N=8063875.895m; deste, segue confrontando com Múcio França e Vera Regina Veiga França com azimute de 126°53'46" e distância de 106,29m até o ponto P 03, de coordenadas E=333987.500m e N=8063812.084m; deste, segue confrontando com Múcio França e Vera Regina Veiga França com azimute de 139°32'02" e distância de 153,32m até o ponto P 04, de coordenadas E=334087.005m e N=8063695.439m; deste, segue confrontando com Múcio França e Vera Regina Veiga França com azimute de 229°03'30" e distância de 48,73m até o ponto P 05, de coordenadas E=334050.199m e N=8063663.510m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 318°48'29" e distância de 47,60m até o ponto P 06, de coordenadas E=334018.853m e N=8063699.326m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 316°00'35" e distância de 43,14m até o ponto P 07, de coordenadas E=333988.890m e N=8063730.365m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 313°20'51" e distância de 61,11m até o ponto P 08, de coordenadas E=333944.451m e N=8063772.311m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 309°51'30" e distância de 57,30m até o ponto P 09, de coordenadas E=333900.466m e N=8063809.034m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 306°35'43" e distância de 66,48m até o ponto P 10, de coordenadas E=333847.087m e N=8063848.669m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 302°54'50" e distância de 62,86m até o ponto P 11, de coordenadas E=333794.321m e N=8063882.824m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 298°28'25" e distância de 82,65m até o ponto P 00, de coordenadas E=333721.665m e N=8063922.230m; fechando, assim, o perímetro com 950,23m e a área com 21.465,92m².

Art. 2º Fica a Concessionária BR-040 S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação da área de terreno e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária BR-040 S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Cristalina, Estado de Goiás.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.045824/2014-50,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da Concessionária BR-040 S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados à margem da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/GO, localizados no Município de Cristalina, Estado de Goiás, necessários à execução das obras de implantação da Praça de Pedágio P01, no km 093+300m:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no ponto P_05, de coordenadas E=221038.028m e N=8147303.280m; deste, segue confrontando com a Faixa de Domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/GO, com azimute de 140°09'50" e distância de 32,06m até o ponto P_06, de coordenadas E=221058.565m e N=8147278.663m; deste, segue confrontando com Gleba 4 com azimute de 234°57'51" e distância de 44,54m até o ponto P_07, de coordenadas E=221022.097m e N=8147253.094m; deste, segue confrontando com Gleba 4 com azimute de 319°22'51" e distância de 28,33m até o ponto P_08, de coordenadas E=221003.651m e N=8147274.601m; deste, segue confrontando com Gleba 5 com azimute de 47°28'42" e distância de 44,77m até o ponto P_05, de coordenadas E=221038.028m e N=8147303.280m; fechando, assim, o perímetro com 149,70m e área com 1.338,71m²;

II - área 2 - inicia-se o perímetro no ponto P_04, de coordenadas E=220973.969m e N=8147380.067m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/GO, com azimute de 140°09'50" e distância de 100,00m até o ponto P_05, de coordenadas E=221038.028m e N=8147303.280m; deste, segue confrontando com Gleba 4 com azimute de 230°45'38" e distância de 44,77m até o ponto P_08, de coordenadas E=221003.651m e N=8147274.601m; deste, segue confrontando com Gleba 5 com azimute de 319°37'23" e distância de 100,00m até o ponto P_09, de coordenadas E=220938.867m e N=8147350.784m; deste, segue confrontando com Gleba 6 com azimute de 52°06'16" e distância de 45,14m até o ponto P_04, de coordenadas E=220973.969m e N=8147380.067m; fechando, assim, o perímetro com 289,91m e área com 4.502,52m²;

III - área 3 - inicia-se o perímetro no ponto P_03, de coordenadas E=220909.834m e N=8147456.793m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/GO, com azimute de 140°06'28" e distância de 100,00m até o ponto P_04, de coordenadas E=220973.969m e N=8147380.067m; deste, segue confrontando com Gleba 5 com azimute de 232°38'22" e distância de 45,14m até o ponto P_09, de coordenadas E=220938.867m e N=8147350.784m; deste, segue con-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

frontando com Gleba 6 com azimute de 319°04'57" e distância de 100,00m até o ponto P_10, de coordenadas E=220873.358m e N=8147426.363m; deste, segue confrontando com Gleba 7 com azimute de 50°53'18" e distância de 46,87m até o ponto P_03, de coordenadas E=220909.834m e N=8147456.793m; fechando, assim, o perímetro com 292,01m e área com 4.614,97m²;

IV - área 4 - inicia-se o perímetro no ponto P_02, de coordenadas E=220845.850m e N=8147533.643m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/GO, com azimute de 140°13'12" e distância de 100,00m até o ponto P_03, de coordenadas E=220909.834m e N=8147456.793m; deste, segue confrontando com Gleba 6 com azimute de 232°16'09" e distância de 46,87m até o ponto P_10, de coordenadas E=220873.358m e N=8147426.363m; deste, segue confrontando com Gleba 7 com azimute de 321°08'57" e distância de 100,00m até o ponto P_11, de coordenadas E=220810.619m e N=8147504.252m; deste, segue confrontando com Gleba 8 com azimute de 52°55'27" e distância de 46,16m até o ponto P_02, de coordenadas E=220845.850m e N=8147533.643m; fechando, assim, o perímetro com 293,03m e área com 4.631,21m²;

V - área 5 - inicia-se o perímetro no ponto P_01, de coordenadas E=220781.791m e N=8147610.431m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/GO, com azimute de 140°09'50" e distância de 100,00m até o ponto P_02, de coordenadas E=220845.850m e N=8147533.643m; deste, segue confrontando com Gleba 7 com azimute de 230°30'04" e distância de 46,16m até o ponto P_11, de coordenadas E=220810.619m e N=8147504.252m; deste, segue confrontando com Gleba 8 com azimute de 321°52'48" e distância de 100,00m até o ponto P_12, de coordenadas E=220748.861m e N=8147582.960m; deste, segue confrontando com Gleba 9 com azimute de 48°00'50" e distância de 43,16m até o ponto P_01, de coordenadas E=220781.791m e N=8147610.431m; fechando, assim, o perímetro com 289,32m e área com 4.419,01m²; e

VI - área 6 - inicia-se o perímetro no ponto P_00, de coordenadas E= 220728.814m e N= 8147673.935m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/GO, com azimute de 140°09'50" e distância de 82,70m até o ponto P_01, de coordenadas E=220781.791m e N=8147610.431m; deste, segue confrontando com Gleba 8 com azimute de 232°14'06" e distância de 43,16m até o ponto P_12, de coordenadas E=220748.861m e N=8147582.960m; deste, segue confrontando com Gleba 9 com azimute de 320°37'43" e distância de 81,02m até o ponto P_13, de coordenadas E=220697.467m e N=8147645.592m; deste, segue confrontando com Gleba 9 com azimute de 47°52'51" e distância de 42,26m até o ponto P_00, de coordenadas E=220728.814m e N=8147673.935m; fechando, assim, o perímetro com 249,14m e área com 3.456,85m².

Art. 2º Fica a Concessionária BR-040 S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 56.500.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista as autorizações contidas no art. 4º, **caput**, inciso V, alínea "b", item "1", da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, e no art. 38, § 2º, da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 56.500.000.000,00 (cinquenta e seis bilhões e quinhentos milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Miriam Belchior

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**56.500.000.000**
		Operações Especiais							
28 846	**0909 0669**	**Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000)**							**56.500.000.000**
28 846	0909 0669 0001	Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000) - Nacional							56.500.000.000
			F	2	0	90	0	144	5.000.000.000
			F	6	0	90	0	144	51.500.000.000
TOTAL - FISCAL									**56.500.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**56.500.000.000**

ÓRGÃO: 75000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal
UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0907	**Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna**							**56.500.000.000**
		Operações Especiais							
28 841	**0907 0365**	**Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna**							**56.500.000.000**
28 841	0907 0365 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional							56.500.000.000
			F	6	0	90	0	143	56.500.000.000
TOTAL - FISCAL									**56.500.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**56.500.000.000**

DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.016460/2014-09,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, localizados no Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, necessários à execução das obras de implantação de rua lateral no trecho entre o km 179+638m e o km 181+281m, na Pista Sul:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 6.967.791,81m e E 734.191,50m; deste, segue com azimute de 106°33'07" e distância de 3,20m, confrontando neste trecho com Maria Estevo de Almeida, até o vértice P2, de coordenadas N 6.967.790,90m e E 734.194,57m; deste, segue com azimute de 170°30'52" e distância de 0,78m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da BR-101/SC, até o vértice P3, de coordenadas N 6.967.790,13m e E 734.194,70m; deste, segue com azimute de 272°15'26" e distância de 5,78m, confrontando neste trecho com Aline Garcia, até o vértice P4, de coordenadas N 6.967.790,36m e E 734.188,92m; deste, segue com azimute de 269°50'40" e distância de 1,22m, confrontando neste trecho com Aline Garcia, até o vértice P5, de coordenadas N 6.967.790,36m e E 734.187,70m; deste, segue com azimute de 69°05'22" e distância de 4,07m, confrontando neste trecho com Maria Estevo de Almeida, até o vértice P1, de coordenadas N 6.967.791,81m e E 734.191,50m; fechando, assim, o perímetro com 15,06m e a área com 6,48m²;

II - área 2 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 6.967.790,36m e E 734.188,92m; deste, segue com azimute de 92°15'26" e distância de 1,85m, confrontando neste trecho com Maria Estevo de Almeida, até o vértice P2, de coordenadas N 6.967.790,29m e E 734.190,77m; deste, segue com azimute de 92°15'26" e distância de 3,93m, confrontando neste trecho com Maria Estevo de Almeida, até o vértice P3, de coordenadas N 6.967.790,13m e E 734.194,70m; deste, segue com azimute de 170°30'52" e distância de 15,32m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da BR-101/SC, até o vértice P4, de coordenadas N 6.967.775,03m e E 734.197,22m; deste, segue com azimute de 272°30'53" e distância de 7,03m, confrontando neste trecho com Gilson Germano Coelho, até o vértice P5, de coordenadas N 6.967.775,34m e E 734.190,19m; deste, segue com azimute de 4°25'46" e distância de 6,80m, confrontando neste trecho com Aline Garcia, até o vértice P6, de coordenadas N 6.967.782,12m e E 734.190,72m; deste, segue com azimute de 268°43'57" e distância de 3,77m, confrontando neste trecho com Aline Garcia, até o vértice P7, de coordenadas N 6.967.782,04m e E 734.186,95m; deste, segue com azimute de 356°53'13" e distância de 7,89m, confrontando neste trecho com Aline Garcia, até o vértice P8, de coordenadas N 6.967.789,91m e E 734.186,52m; deste, segue com azimute de 69°05'22" e distância de 1,26m, confrontando neste trecho com Aline Garcia, até o vértice P9, de coordenadas N 6.967.790,36m e E 734.187,70m; deste, segue com azimute de 89°50'40" e distância de 1,22m, confrontando neste trecho com Maria Estevo de Almeida, até o vértice P1, de coordenadas N 6.967.790,36m e E 734.188,92m; fechando, assim, o perímetro com 49,07m e a área com 113,20m²;

III - área 3 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 6.967.775,34m e E 734.190,19m, situado no limite com Gilson Germano Coelho e Aline Garcia; deste, segue com azimute de 92°30'53" e distância de 7,03m, confrontando neste trecho com Aline Garcia, até o vértice P2, de coordenadas N 6.967.775,03m e E 734.197,22m; deste, segue com azimute de 170°30'52" e distância de 14,16m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da BR-101/SC, até o vértice P3, de coordenadas N 6.967.761,06m e E 734.199,55m; deste, segue com azimute de 269°26'26" e distância de 12,26m, confrontando neste trecho com Ester Soares Simão, até o vértice P4, de coordenadas N 6.967.760,94m e E 734.187,30m; deste, segue com azimute de 359°26'22" e distância de 0,15m, confrontando neste trecho com Gilson Germano Coelho, até o vértice P5, de co-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ordenadas N 6.967.761,09m e E 734.187,29m; deste, segue com azimute de 89°37'31" e distância de 3,13m, confrontando neste trecho com Gilson Germano Coelho, até o vértice P6, de coordenadas N 6.967.761,11m e E 734.190,43m; deste, segue com azimute de 359°03'19" e distância de 14,23m, confrontando neste trecho com Gilson Germano Coelho, até o vértice P1, de coordenadas N 6.967.775,34m e E 734.190,19m; fechando, assim, o perímetro com 50,96m e a área com 114,69m²;

IV - área 4 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 6.967.761,06m e E 734.199,55m, situado no limite com Gilson Germano Coelho e a faixa de domínio da BR-101/SC; deste, segue com azimute de 170°30'52" e distância de 13,08m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da BR-101/SC, até o vértice P2, de coordenadas N 6.967.748,16m e E 734.201,71m; deste, segue com azimute de 267°34'09" e distância de 14,92m, confrontando neste trecho com José Gama do Nascimento, até o vértice P3, de coordenadas N 6.967.747,53m e E 734.186,80m; deste, segue com azimute de 11°18'17" e distância de 3,04m, confrontando neste trecho com Ester Soares Simão, até o vértice P4, de coordenadas N 6.967.750,51m e E 734.187,40m; deste, segue com azimute de 359°26'22" e distância de 10,44m, confrontando neste trecho com Ester Soares Simão, até o vértice P5, de coordenadas N 6.967.760,94m e E 734.187,30m; deste, segue com azimute de 89°26'26" e distância de 12,26m, confrontando neste trecho com Gilson Germano Coelho, até o vértice P1, de coordenadas N 6.967.761,06m e E 734.199,55m; fechando, assim, o perímetro com 53,73m e a área com 175,78m²;

V - área 5 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 6.967.748,16m e E 734.201,71m, situado no limite com Ester Soares Simão e a faixa de domínio da BR-101/SC; deste, segue com azimute de 170°30'52" e distância de 18,08m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da BR-101/SC, até o vértice P2, de coordenadas N 6.967.730,32m e E 734.204,69m; deste, segue com azimute de 272°12'22" e distância de 11,37m, confrontando neste trecho com Daniel de Souza e Solange Terezinha de Souza, até o vértice P3, de coordenadas N 6.967.730,76m e E 734.193,33m; deste, segue com azimute de 352°00'08" e distância de 3,04m, confrontando neste trecho com José Gama do Nascimento, até o vértice P4, de coordenadas N 6.967.733,77m e E 734.192,91m; deste, segue com azimute de 275°46'31" e distância de 7,83m, confrontando neste trecho com José Gama do Nascimento, até o vértice P5, de coordenadas N 6.967.734,56m e E 734.185,12m; deste, segue com azimute de 5°02'28" e distância de 8,18m, confrontando neste trecho com José Gama do Nascimento, até o vértice P6, de coordenadas N 6.967.742,71m e E 734.185,84m; deste, segue com azimute de 11°18'17" e distância de 4,92m, confrontando neste trecho com José Gama do Nascimento, até o vértice P7, de coordenadas N 6.967.747,53m e E 734.186,80m; deste, segue com azimute de 87°34'09" e distância de 14,92m, confrontando neste trecho com Ester Soares Simão, até o vértice P1, de coordenadas N 6.967.748,16m e E 734.201,71m; fechando, assim, o perímetro com 68,33m e a área com 274,76m²;

VI - área 6 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 6.967.730,76m e E 734.193,33m, situado no limite com Daniel de Souza e Solange Terezinha de Souza e José Gama do Nascimento; deste, segue com azimute de 92°12'22" e distância de 11,37m, confrontando neste trecho com José Gama do Nascimento, até o vértice P2, de coordenadas N 6.967.730,32m e E 734.204,69m; deste, segue com azimute de 170°30'52" e distância de 13,23m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da BR-101/SC, até o vértice P3, de coordenadas N 6.967.717,27m e E 734.206,87m; deste, segue com azimute de 270°00'00" e distância de 11,65m, confrontando neste trecho com Paulo Cesar Garcia, até o vértice P4, de coordenadas N 6.967.717,27m e E 734.195,22m; deste, segue com azimute de 352°00'08" e distância de 13,62m, confrontando neste trecho com Daniel de Souza e Solange Terezinha de Souza, até o vértice P1, de coordenadas N 6.967.730,76m e E 734.193,33m; fechando, assim, o perímetro com 49,87m e a área com 152,23m²;

VII - área 7 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 6.967.717,27m e E 734.206,87m, situado no limite com Daniel de Souza e Solange Terezinha de Souza e a faixa de domínio da BR-101/SC; deste, segue com azimute de 170°30'52" e distância de 8,12m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da BR-101/SC, até o vértice P2, de coordenadas N 6.967.709,26m e E 734.208,21m; deste, segue com azimute de 170°56'47" e distância de 3,88m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da BR-101/SC, até o vértice P3, de coordenadas N 6.967.705,43m e E 734.208,82m; deste, segue com azimute de 333°43'04" e distância de 10,23m, confrontando neste trecho com Paulo Cesar Garcia, até o vértice P4, de coordenadas N 6.967.714,60m e E 734.204,29m; deste, segue com azimute de 273°17'42" e distância de 8,78m, confrontando neste trecho com Paulo Cesar Garcia, até o vértice P5, de coordenadas N 6.967.715,11m e E 734.195,53m; deste, segue com azimute de 352°00'08" e distância de 2,19m, confrontando neste trecho com Paulo Cesar Garcia, até o vértice P6, de coordenadas N 6.967.717,27m e E 734.195,22m; deste, segue com azimute de 90°00'00" e distância de 11,65m, confrontando neste trecho com Daniel de Souza e Solange Terezinha de Souza, até o vértice P1, de coordenadas N 6.967.717,27m e E 734.206,87m; fechando, assim, o perímetro com 44,84m e a área com 42,95m²;

VIII - área 8 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 6.967.674,74m e E 734.213,71m, situado no limite com Valmor Garcia e a faixa de domínio da BR-101/SC; deste, segue com azimute de 170°56'48" e distância de 4,42m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da BR-101/SC, até o vértice P2, de coordenadas N 6.967.670,37m e E 734.214,41m; deste, segue com azimute de 282°10'46" e distância de 5,44m, confrontando neste trecho com José Miguel Brites, até o vértice P3, de coordenadas N 6.967.671,52m e E 734.209,09m; deste, segue com azimute de 13°23'14" e distância de 0,05m, confrontando neste trecho com Valmor Garcia, até o vértice P4, de coordenadas N 6.967.671,57m e E 734.209,10m; deste, segue com azimute de 55°32'40" e distância de 5,59m, confrontando neste trecho com Valmor Garcia, até o vértice P1, de coordenadas N 6.967.674,74m e E 734.213,71m; fechando, assim, o perímetro com 15,51m e a área com 11,30m²;

IX - área 9 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 6.967.671,52m e E 734.209,09m, situado no limite com José Miguel Brites e Valmor Garcia; deste, segue com azimute de 102°10'44" e distância de 5,44m, confrontando neste trecho com Valmor Garcia, até o vértice P2, de coordenadas N 6.967.670,37m e E 734.214,41m; deste, segue com azimute de 170°56'47" e distância de 6,45m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da BR-101/SC, até o vértice P3, de coordenadas N 6.967.664,00m e E 734.215,42m; deste, segue com azimute de 282°10'44" e distância de 6,81m, confrontando neste trecho com Juliangelo Garcia, até o vértice P4, de coordenadas N 6.967.665,44m e E 734.208,77m; deste, segue com azimute de 325°52'25" e distância de 1,49m, confrontando neste trecho com José Miguel Brites, até o vértice P5, de coordenadas N 6.967.666,68m e E 734.207,93m; deste, segue com azimute de 13°24'07" e distância de 4,98m, confrontando neste trecho com José Miguel Brites, até o vértice P1, de coordenadas N 6.967.671,52m e E 734.209,09m; fechando, assim, o perímetro com 25,17m e a área com 39,55m²;

X - área 10 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 6.967.665,44m e E 734.208,77m, situado no limite com Juliangelo Garcia e José Miguel Brites; deste, segue com azimute de 102°10'44" e distância de 6,81m, confrontando neste trecho com José Miguel Brites, até o vértice P2, de coordenadas N 6.967.664,00m e E 734.215,42m; deste, segue com azimute de 170°56'47" e distância de 11,10m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da BR-282/SC, até o vértice P3, de coordenadas N 6.967.653,05m e E 734.217,17m; deste, segue com azimute de 325°52'25" e distância de 14,97m, confrontando neste trecho com Juliangelo Garcia, até o vértice P1, de coordenadas N 6.967.665,44m e E 734.208,77m; fechando, assim, o perímetro com 32,87m e a área com 35,19m²; e

XI - área 11 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 6.967.414,53m e E 734.255,17m, situado no limite com Evoni Antunes (Matrícula nº 13.824) e a faixa de domínio da BR-101/SC; deste, segue com azimute de 170°56'47" e distância de 28,93m, confrontando neste trecho com a faixa de domínio da BR-101/SC, até o vértice P2, de coordenadas N 6.967.385,96m e E 734.259,73m; deste, segue com azimute de 228°32'50" e distância de 5,48m, confrontando neste trecho com Evoni Antunes (Matrícula nº 13.824), até o vértice P3, de coordenadas N 6.967.382,34m e E 734.255,62m; deste, segue com azimute de 336°45'58" e distância de 19,41m, confrontando neste trecho com Evoni Antunes (Matrícula nº 13.824), até o vértice P4, de coordenadas N 6.967.400,17m e E 734.247,96m; deste, segue com azimute de 33°29'58" e distância de 9,08m, confrontando neste trecho com Evoni Antunes (Matrícula nº 13.824), até o vértice P5, de coordenadas N 6.967.407,75m e E 734.252,98m; deste, segue com azimute de 17°54'52" e distância de 7,13m, confrontando neste trecho com Evoni Antunes (Matrícula nº 13.824), até o vértice P1, de coordenadas N 6.967.414,53m e E 734.255,17m; fechando, assim, o perímetro com 70,04m e a área com 177,45m².

Art. 2º Fica a concessionária Autopista Litoral Sul S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação da área de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da ViaBahia Concessionária de Rodovias S.A., os imóveis que menciona, localizados nos Municípios de Jaguaquara e Jequié, Estado da Bahia.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.019085/2014-41,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da ViaBahia Concessionária de Rodovias S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, localizados nos Municípios de Jaguaquara e Jequié, Estado da Bahia, necessários à execução das obras de duplicação do trecho entre o km 632+500m e o km 653+000m:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8500950,360301 e E= 383565,764486, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 201°59'0" e distância de 3,32m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 201°59'44" e distância de 8,98m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 202°4'8" e distância de 8,91m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 202°12'55" e distância de 8,86m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 202°26'7" e distância de 8,80m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 202°43'42" e distância de 8,75m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 203°5'41" e distância de 8,69m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 203°47'25" e distância de 17,22m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 204°38'2" e distância de 8,53m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 205°17'36" e distância de 8,47m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 206°51'1" e distância de 27,70m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 209°13'46" e distância de 17,77m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 209°19'47" e distância de 9,61m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 211°34'50" e distância de 16,50m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 211°40'28" e distância de 11,38m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 213°54'27" e distância de 26,77m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 216°21'45" e distância de 26,55m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 218°39'16" e distância de 25,59m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute 220°47'34" e distância de 11,16m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute 220°48'58" e distância de 13,03m; segmento 21 - 22, em linha reta com azimute 222°39'52" e distância de 9,71m; segmento 22 - 23, em linha reta com azimute 223°13'38" e distância de 12,19m; segmento 23 - 24, em linha reta com azimute 223°3'50" e distância de 5,27m; segmento 24 - 25, em linha reta com azimute 225°0'41" e distância de 8,92m; segmento 25 - 26, em linha reta com azimute 225°28'36" e distância de 15,36m; segmento 26 - 27, em linha reta com azimute 225°4'39" e distância de 3,30m; segmento 27 - 28, em linha reta com azimute 227°55'30" e distância de 7,23m; segmento 28 - 29, em linha reta com azimute 227°37'4" e distância de 11,73m; segmento 29 - 30, em linha reta com azimute 227°39'24" e distância de 6,88m; segmento 30 - 31, em linha reta com azimute 229°3'11" e distância de 3,20m; segmento 31 - 32, em linha reta com azimute 229°13'51" e distância de 4,26m; segmento 32 - 33, em linha reta com azimute 324°20'33" e distância de 5,04m; segmento 33 - 34, em linha reta com azimute 42°50'28" e distância de 35,01m; segmento 34 - 35, em linha reta com azimute 36°51'54" e distância de 33,25m; segmento 35 - 36, em linha reta com azimute 32°59'30" e distância de 22,65m; segmento 36 - 37, em linha reta com azimute 30°4'8" e distância de 17,01m; segmento 37 - 38, em linha reta com azimute 25°30'18" e distância de 52,07m; segmento 38 - 39, em linha reta com azimute 27°57'40" e distância de 35,29m; segmento 39 - 40, em linha reta com azimute 30°40'13" e distância de 33,84m; segmento 40 - 41, em linha reta com azimute 33°26'36" e distância de 28,09m; segmento 41 - 42, em linha reta com azimute 37°30'44" e distância de 26,89m; segmento 42 - 43, em linha reta com azimute 38°51'50" e distância de 76,75m; segmento 43 - 1, em linha reta com azimute 128°51'50" e distância de 4,54m; com a área de 7.735,65m²;

II - área 2 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8500122,393312 e E= 383139,296156, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 156°26'4" e distância de 4,36m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 152°27'17" e distância de 7,72m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 151°12'2" e distância de 7,69m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 149°57'15" e distância de 9,00m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 148°42'24" e distância de 8,31m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 147°5'2" e distância de 16,63m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 145°6'49" e distância de 17,66m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 143°37'1" e distância de 13,28m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 142°24'6" e distância de 18,39m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 140°59'44" e distância de 50,15m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 141°25'20" e distância de 31,49m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 143°5'41" e distância de 11,07m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 144°20'10" e distância de 8,73m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 145°30'32" e distância de 6,73m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 146°31'53" e distância de 5,14m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 147°28'36" e distância de 4,63m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 148°35'0" e distância de 6,31m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 149°50'30" e distância de 5,99m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute 151°35'52" e distância de 11,17m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute 153°38'55" e distância de 8,87m; segmento 21 - 22, em linha reta com azimute 155°47'22" e distância de 12,05m; segmento 22 - 23, em linha reta com azimute 158°14'41" e distância de 11,95m; segmento 23 - 24, em linha reta com azimute 161°50'45" e distância de 15,89m; segmento 24 - 25, em linha reta com azimute 164°34'3" e distância de 11,39m; segmento 25 - 26, em linha reta

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

com azimute 164°36'52" e distância de 11,91m; segmento 26 - 27, em linha reta com azimute 169°0'40" e distância de 14,87m; segmento 27 - 28, em linha reta com azimute 171°33'13" e distância de 9,98m; segmento 28 - 29, em linha reta com azimute 174°25'4" e distância de 18,09m; segmento 29 - 30, em linha reta com azimute 178°13'8" e distância de 25,60m; segmento 30 - 31, em linha reta com azimute 180°59'58" e distância de 26,93m; segmento 31 - 32, em linha reta com azimute 181°54'34" e distância de 7,84m; segmento 32 - 33, em linha reta com azimute 182°3'4" e distância de 7,95m; segmento 33 - 34, em linha reta com azimute 182°8'25" e distância de 49,60m; segmento 34 - 35, em linha reta com azimute 182°0'32" e distância de 49,70m; segmento 35 - 36, em linha reta com azimute 308°47'55" e distância de 14,33m; segmento 36 - 37, em linha reta com azimute 345°59'36" e distância de 87,74m; segmento 37 - 38, em linha reta com azimute 356°56'18" e distância de 90,03m; segmento 38 - 39, em linha reta com azimute 348°55'30" e distância de 37,59m; segmento 39 - 40, em linha reta com azimute 339°26'5" e distância de 31,37m; segmento 40 - 41, em linha reta com azimute 327°40'38" e distância de 44,89m; segmento 41 - 42, em linha reta com azimute 324°20'32" e distância de 90,94m; segmento 42 - 43, em linha reta com azimute 331°49'53" e distância de 82,66m; segmento 43 - 44, em linha reta com azimute 356°31'23" e distância de 33,43m; segmento 44 - 1, em linha reta com azimute 37°48'27" e distância de 11,51m; com a área de 16.806,80m²;

III - área 3 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8498806,370947 e E= 383041,543336, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 195°27'50" e distância de 0,37m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 195°24'33" e distância de 1,05m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 195°25'20" e distância de 2,17m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 195°26'5" e distância de 2,74m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 195°27'23" e distância de 2,09m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 195°21'29" e distância de 4,26m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 195°35'50" e distância de 0,92m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 191°41'22" e distância de 3,98m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 191°40'30" e distância de 8,19m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 191°41'24" e distância de 7,73m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 191°42'4" e distância de 1,66m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 187°47'40" e distância de 1,49m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 187°57'43" e distância de 7,33m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 187°55'31" e distância de 12,75m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 184°11'35" e distância de 7,75m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 184°8'43" e distância de 10,51m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 184°17'38" e distância de 3,39m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 180°26'30" e distância de 10,72m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute 180°25'11" e distância de 10,81m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute 176°40'59" e distância de 14,01m; segmento 21 - 22, em linha reta com azimute 176°43'7" e distância de 6,88m; segmento 22 - 23, em linha reta com azimute 174°18'53" e distância de 4,29m; segmento 23 - 24, em linha reta com azimute 173°41'5" e distância de 9,39m; segmento 24 - 25, em linha reta com azimute 171°38'4" e distância de 4,81m; segmento 25 - 26, em linha reta com azimute 171°41'46" e distância de 7,67m; segmento 26 - 27, em linha reta com azimute 169°58'11" e distância de 4,47m; segmento 27 - 28, em linha reta com azimute 315°26'49" e distância de 8,71m; segmento 28 - 29, em linha reta com azimute 351°57'30" e distância de 55,49m; segmento 29 - 30, em linha reta com azimute 359°22'41" e distância de 21,71m; segmento 30 - 31, em linha reta com azimute 3°7'32" e distância de 28,15m; segmento 31 - 32, em linha reta com azimute 25°59'55" e distância de 29,12m; segmento 32 - 1, em linha reta com azimute 29°38'20" e distância de 14,68m; com a área de 1.057,04m²;

IV - área 4 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8498406,613176 e E= 383069,444762, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 90°16'30" e distância de 7,99m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 189°34'32" e distância de 3,44m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 189°28'3" e distância de 7,07m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 189°31'24" e distância de 3,30m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 194°5'22" e distância de 10,16m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 194°5'40" e distância de 7,49m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 193°48'11" e distância de 2,23m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 198°38'21" e distância de 16,79m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 198°35'13" e distância de 2,98m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 203°9'53" e distância de 19,87m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 207°43'5" e distância de 19,87m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 212°15'15" e distância de 19,82m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 216°49'34" e distância de 20,04m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 221°24'12" e distância de 11,76m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 221°22'1" e distância de 4,85m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 221°24'9" e distância de 3,07m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 225°53'3" e distância de 4,00m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 314°11'53" e distância de 5,14m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute 353°20'15" e distância de 10,27m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute 19°27'59" e distância de 14,32m; segmento 21 - 22, em linha reta com azimute 34°31'15" e distância de 47,62m; segmento 22 - 23, em linha reta com azimute 27°38'10" e distância de 38,46m; segmento 23 - 24, em linha reta com azimute 20°7'10" e distância de 29,86m; segmento 24 - 1, em linha reta com azimute 32°51'58" e distância de 11,02m; com a área de 2.419,96m²;

V - área 5 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8498002,584830 e E= 382522,095437, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 219°17'44" e distância de 11,20m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 217°54'48" e distância de 10,71m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 217°40'26" e distância de 4,37m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 215°58'23" e distância de 13,75m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 214°15'0" e distância de 11,11m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 214°15'17" e distância de 2,34m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 214°35'43" e distância de 0,17m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 212°31'29" e distância de 0,88m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 23°37'55" e distância de 4,96m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 31°32'56" e distância de 22,39m; segmento 11 - 1, em linha reta com azimute 43°12'28" e distância de 27,54m; com a área de 65,09m²;

VI - área 6 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8497808,180273 e E= 382417,484603, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 96°30'35" e distância de 7,66m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 192°24'56" e distância de 9,61m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 190°42'2" e distância de 14,21m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 189°2'5" e distância de 12,66m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 187°30'29" e distância de 2,84m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 187°9'55" e distância de 12,74m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 185°36'16" e distância de 9,13m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 185°48'18" e distância de 2,84m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 183°57'27" e distância de 6,11m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 183°44'47" e distância de 9,19m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 182°4'11" e distância de 13,76m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 180°33'48" e distância de 11,19m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 178°56'5" e distância de 14,69m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 177°14'59" e distância de 9,44m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 177°18'10" e distância de 1,50m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 175°58'30" e distância de 8,46m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 275°0'19" e distância de 8,36m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 333°5'45" e distância de 12,34m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute 358°53'50" e distância de 49,31m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute 4°20'32" e distância de 30,83m; segmento 21 - 22, em linha reta com azimute 11°40'3" e distância de 39,21m; segmento 22 - 1, em linha reta com azimute 40°45'50" e distância de 10,80m; com a área de 1.814,08m²;

VII - área 7 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8497627,490515 e E= 382420,199968, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 169°46'51" e distância de 8,98m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 168°46'32" e distância de 3,81m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 168°34'54" e distância de 3,03m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 168°42'37" e distância de 3,28m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 167°32'38" e distância de 12,16m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 166°22'3" e distância de 17,06m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 165°15'58" e distância de 14,58m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 164°43'12" e distância de 12,88m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 164°12'23" e distância de 57,04m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 254°11'0" e distância de 6,36m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 308°59'39" e distância de 13,43m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 341°36'49" e distância de 55,03m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 345°43'28" e distância de 16,94m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 350°57'2" e distância de 41,94m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 28°57'58" e distância de 12,22m; segmento 16 - 1, em linha reta com azimute 78°52'56" e distância de 6,04m; com a área de 1.944,93m²;

VIII - área 8 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8496896,941907 e E= 382610,452489, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 181°6'17" e distância de 4,87m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 181°10'6" e distância de 7,02m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 183°18'5" e distância de 7,62m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 184°36'23" e distância de 7,26m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 185°46'4" e distância de 6,98m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 186°20'43" e distância de 3,90m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 186°56'10" e distância de 6,14m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 187°47'44" e distância de 8,55m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 188°39'43" e distância de 5,75m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 188°33'18" e distância de 1,82m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 188°58'5" e distância de 2,36m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 189°11'15" e distância de 0,75m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 189°13'33" e distância de 2,22m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 189°11'58" e distância de 2,50m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 189°27'49" e distância de 4,40m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 189°46'12" e distância de 9,54m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 190°5'55" e distância de 20,95m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 281°33'30" e distância de 7,37m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute 344°49'5" e distância de 11,59m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute 0°39'21" e distância de 21,73m; segmento 21 - 22, em linha reta com azimute 6°46'53" e distância de 30,99m; segmento 22 - 23, em linha reta com azimute 8°33'48" e distância de 23,26m; segmento 23 - 24, em linha reta com azimute 36°59'1" e distância de 13,05m; segmento 24 - 1, em linha reta com azimute 68°0'20" e distância de 8,33m; com a área de 1.438,31m²;

IX - área 9 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8496660,410068 e E= 382573,514116, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 191°9'48" e distância de 9,54m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 191°34'22" e distância de 3,17m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 191°56'8" e distância de 2,83m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 191°47'13" e distância de 1,16m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 191°53'11" e distância de 0,91m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 192°22'37" e distância de 2,08m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 192°31'55" e distância de 6,15m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 193°3'2" e distância de 5,30m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 193°50'23" e distância de 6,13m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 195°9'45" e distância de 7,65m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 195°5'37" e distância de 5,22m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 195°11'4" e distância de 4,10m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 197°21'35" e distância de 9,34m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 197°17'4" e distância de 7,61m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 199°24'4" e distância de 10,89m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 199°26'30" e distância de 5,23m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 200°59'59" e distância de 10,93m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 201°58'53" e distância de 9,73m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute 202°54'49" e distância de 8,07m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute 203°28'16" e distância de 10,70m; segmento 21 - 22, em linha reta com azimute 203°58'55" e distância de 9,39m; segmento 22 - 23, em linha reta com azimute 204°17'55" e distância de 8,49m; segmento 23 - 24, em linha reta com azimute 204°18'58" e distância de 4,89m; segmento 24 - 25, em linha reta com azimute 204°28'40" e distância de 41,22m; segmento 25 - 26, em linha reta com azimute 204°28'11" e distância de 78,48m; segmento 26 - 27, em linha reta com azimute 204°25'0" e distância de 54,99m; segmento 27 - 28, em linha reta com azimute 273°21'30" e distância de 12,34m; segmento 28 - 29, em linha reta com azimute 337°6'46" e distância de 18,66m; segmento 29 - 30, em linha reta com azimute 18°48'17" e distância de 37,67m; segmento 30 - 31, em linha reta com azimute 34°25'31" e distância de 17,67m; segmento 31 - 32, em linha reta com azimute 74°53'23" e distância de 17,04m; segmento 32 - 33, em linha reta com azimute 17°2'48" e distância de 19,73m; segmento 33 - 34, em linha reta com azimute 352°40'57" e distância de 16,97m; segmento 34 - 35, em linha reta com azimute 20°53'28" e distância de 64,96m; segmento 35 - 36, em linha reta com azimute 25°19'43" e distância de 95,32m; segmento 36 - 1, em linha reta com azimute 35°54'39" e distância de 55,93m; com a área de 7.293,51m²;

X - área 10 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8496248,139890 e E= 382402,955938, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 205°51'36" e distância de 0,52m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 205°49'8" e distância de 1,00m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 205°52'47" e distância de 1,54m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 206°36'28" e distância de 10,31m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 207°51'46" e distância de 9,77m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 209°9'58" e distância de 7,77m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 210°9'52" e distância de 4,01m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 210°58'52" e distância de 4,58m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 212°16'28" e distância de 7,95m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 214°18'49" e distância de 9,57m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 216°52'20" e distância de 10,05m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 219°5'48" e distância de 6,64m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 220°51'18" e distância de 6,55m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 223°9'12" e distância de 10,70m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 225°19'53" e distância de 5,65m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 227°23'26" e distância de 9,98m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 229°27'53" e distância de 6,85m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 230°59'59" e distância de 7,38m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute 232°56'55" e distância de 13,72m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute 235°8'51" e distância de 16,53m; segmento 21 - 22, em linha reta com azimute 325°59'50" e distância de 21,81m; segmento 22 - 23, em linha reta com azimute 342°35'51" e distância de 11,36m; segmento 23 - 24, em linha reta com azimute 32°44'21" e distância de 14,63m; segmento 24 - 25, em linha reta com azimute 56°18'45" e distância de 21,43m; segmento 25 - 26, em linha reta com azimute 63°8'46" e distância de 38,06m; segmento 26 - 27, em linha reta com azimute 15°36'57" e distância de 22,04m; segmento 27 - 28, em linha reta com azimute 24°53'55" e distância de 15,85m; segmento 28 - 29, em linha reta com azimute 43°57'3" e distância de 12,20m; segmento 29 - 30, em linha reta com azimute 72°56'29" e distância de 7,62m; segmento 30 - 1, em linha reta com azimute 99°18'22" e distância de 24,82m; com a área de 4.393,68m²;

XI - área 11 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8495650,987583 e E= 382095,002738, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 176°49'32" e distância de 3,87m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 177°22'24" e distância de 7,29m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 178°2'28" e distância de 4,46m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 178°32'55" e distância de 4,14m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 179°9'42" e distância de 4,91m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 179°54'20" e distância de 5,65m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 181°6'55" e distância de 9,58m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 182°31'26" e distância de 6,53m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 183°22'15" e distância de 2,40m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 184°13'40" e distância de 6,24m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 185°31'13" e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

distância de 5,61m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 187°50'16" e distância de 4,49m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 187°49'11" e distância de 10,56m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 191°17'47" e distância de 12,90m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 191°27'39" e distância de 1,82m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 194°37'39" e distância de 3,18m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 194°47'3" e distância de 6,52m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 194°35'44" e distância de 5,56m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute 198°9'45" e distância de 9,89m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute 198°15'56" e distância de 5,02m; segmento 21 - 22, em linha reta com azimute 200°29'17" e distância de 5,58m; segmento 22 - 23, em linha reta com azimute 201°47'24" e distância de 4,63m; segmento 23 - 24, em linha reta com azimute 202°29'34" e distância de 7,26m; segmento 24 - 25, em linha reta com azimute 203°39'8" e distância de 5,16m; segmento 25 - 26, em linha reta com azimute 204°18'32" e distância de 6,06m; segmento 26 - 27, em linha reta com azimute 205°17'43" e distância de 11,40m; segmento 27 - 28, em linha reta com azimute 205°59'23" e distância de 5,83m; segmento 28 - 29, em linha reta com azimute 316°45'49" e distância de 15,77m; segmento 29 - 30, em linha reta com azimute 346°13'4" e distância de 20,39m; segmento 30 - 31, em linha reta com azimute 30°56'30" e distância de 10,74m; segmento 31 - 32, em linha reta com azimute 44°57'45" e distância de 23,01m; segmento 32 - 33, em linha reta com azimute 23°43'51" e distância de 59,59m; segmento 33 - 34, em linha reta com azimute 314°16'45" e distância de 16,59m; segmento 34 - 35, em linha reta com azimute 5°2'25" e distância de 8,30m; segmento 35 - 36, em linha reta com azimute 19°24'20" e distância de 18,12m; segmento 36 - 1, em linha reta com azimute 31°11'42" e distância de 14,79m; com a área de 2.261,24m² ;

XII - área 12 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8495305,291206 e E= 381982,269027, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 195°2'41" e distância de 4,11m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 192°12'38" e distância de 8,00m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 191°20'56" e distância de 5,33m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 190°17'36" e distância de 13,60m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 188°45'44" e distância de 24,60m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 187°56'54" e distância de 103,27m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 250°23'27" e distância de 11,53m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 320°56'28" e distância de 21,45m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 2°3'21" e distância de 60,50m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 345°19'21" e distância de 10,53m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 5°13'18" e distância de 72,73m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 58°45'49" e distância de 22,71m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 109°30'23" e distância de 19,18m; segmento 14 - 1, em linha reta com azimute 130°16'48" e distância de 6,58m; com a área de 5.500,32m²;

XIII - área 13 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8495092,798869 e E= 381950,261627, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 187°56'27" e distância de 23,31m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 190°49'33" e distância de 197,44m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 190°36'58" e distância de 48,43m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 4°36'13" e distância de 48,20m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 8°1'55" e distância de 25,16m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 8°14'25" e distância de 35,19m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 10°54'25" e distância de 21,81m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 4°29'5" e distância de 33,01m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 7°48'29" e distância de 32,32m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 6°26'0" e distância de 27,32m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 2°49'58" e distância de 12,35m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 11°17'12" e distância de 10,73m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 24°8'21" e distância de 13,44m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 44°27'52" e distância de 6,83m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 65°42'40" e distância de 6,36m; segmento 16 - 1, em linha reta com azimute 79°35'12" e distância de 3,92m; com a área de 2.450,17m²;

XIV - área 14 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8494507,419200 e E= 381952,409867, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 141°43'29" e distância de 21,00m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 177°38'37" e distância de 14,30m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 218°27'59" e distância de 27,71m; segmento 4 - 1, em linha reta com azimute 3°58'13" e distância de 52,60m; com a área de 500,86m²;

XV - área 15 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8494093,044463 e E= 381923,649864, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 172°32'57" e distância de 100,62m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 175°3'52" e distância de 70,71m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 178°45'16" e distância de 32,87m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 183°48'27" e distância de 76,13m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 188°0'36" e distância de 32,19m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 190°25'0" e distância de 65,58m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 196°2'8" e distância de 116,95m; segmento 8 - 1, em linha reta com azimute 3°58'13" e distância de 489,00m; com a área de 10.691,18m²;

XVI - área 16 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8493444,765747 e E= 381878,567084, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 92°57'31" e distância de 10,34m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 142°18'12" e distância de 18,05m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 183°39'23" e distância de 14,05m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 199°11'41" e distância de 13,57m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 222°39'31" e distância de 13,31m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 173°19'29" e distância de 5,64m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 153°16'23" e distância de 12,39m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 167°19'41" e distância de 9,56m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 184°11'53" e distância de 18,16m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 194°28'5" e distância de 15,86m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 215°57'7" e distância de 10,40m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 241°14'47" e distância de 14,36m; segmento 13 - 1, em linha reta com azimute 3°55'49" e distância de 126,53m; com a área de 2.197,50m²;

XVII - área 17 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8491166,965821 e E= 381721,448605, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 113°42'40" e distância de 36,54m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 159°30'12" e distância de 16,79m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 176°45'2" e distância de 17,83m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 182°22'42" e distância de 24,74m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 187°10'19" e distância de 59,87m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 197°57'57" e distância de 44,96m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 213°27'6" e distância de 36,21m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 221°15'25" e distância de 20,20m; segmento 9 - 1, em linha reta com azimute 3°58'14" e distância de 221,03m; com a área de 7.487,85m²;

XVIII - área 18 - inicia-se o perímetro no ponto 01 de coordenadas N= 8490167,955487 e E= 381652,105071, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 140°37'56" e distância de 20,66m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 159°53'38" e distância de 10,11m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 182°1'34" e distância de 30,02m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 191°15'17" e distância de 12,07m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 203°30'42" e distância de 10,08m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 236°24'51" e distância de 18,19m; segmento 7 - 1, em linha reta com azimute 3°58'14" e distância de 86,83m; com a área de 1.276,26m²;

XIX - área 19 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8489883,287229 e E= 381566,282223, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 178°14'9" e distância de 171,75m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 339°4'36" e distância de 20,00m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 345°37'55" e distância de 11,76m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 352°36'5" e distância de 15,50m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 354°57'28" e distância de 13,70m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 358°9'58" e distância de 32,28m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 359°16'27" e distância de 44,50m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 7°57'35" e distância de 20,45m; segmento 9 - 1, em linha reta com azimute 23°24'13" e distância de 16,96m; com a área de 1.553,52m²;

XX - área 20 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8489488,916564 e E= 381578,429515, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 178°14'36" e distância de 29,04m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 178°24'39" e distância de 8,82m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 178°42'39" e distância de 8,71m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 179°2'17" e distância de 4,57m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 179°18'3" e distância de 4,03m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 179°45'41" e distância de 8,49m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 180°30'43" e distância de 8,37m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 181°24'44" e distância de 8,26m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 182°27'46" e distância de 8,14m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 183°39'48" e distância de 8,03m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 185°0'48" e distância de 7,91m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 188°33'44" e distância de 22,85m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 188°36'27" e distância de 6,86m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 194°12'24" e distância de 29,18m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 197°50'33" e distância de 9,34m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 199°9'7" e distância de 6,25m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 200°14'30" e distância de 8,49m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 201°21'44" e distância de 9,05m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute 202°15'20" e distância de 7,58m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute 203°21'14" e distância de 19,79m; segmento 21 - 22, em linha reta com azimute 204°24'21" e distância de 49,16m; segmento 22 - 23, em linha reta com azimute 16°29'10" e distância de 54,65m; segmento 23 - 24, em linha reta com azimute 18°57'46" e distância de 16,85m; segmento 24 - 25, em linha reta com azimute 16°39'20" e distância de 60,41m; segmento 25 - 26, em linha reta com azimute 13°28'50" e distância de 23,69m; segmento 26 - 27, em linha reta com azimute 9°6'47" e distância de 25,40m; segmento 27 - 1, em linha reta com azimute 4°1'59" e distância de 88,97m; com a área de 1.763,46m²;

XXI - área 21 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8489129,784086 e E= 381480,571446, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 204°29'34" e distância de 198,06m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 14°22'42" e distância de 50,77m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 19°17'8" e distância de 17,66m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 23°3'28" e distância de 18,50m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 24°20'36" e distância de 32,44m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 26°15'30" e distância de 35,94m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 31°32'19" e distância de 21,43m; segmento 8 - 1, em linha reta com azimute 42°38'48" e distância de 23,53m; com a área de 1.593,90m²;

XXII - área 22 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8488460,811145 e E= 381344,685708, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 177°41'54" e distância de 276,86m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 317°3'19" e distância de 10,59m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 347°17'34" e distância de 55,04m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 353°18'31" e distância de 42,66m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 355°49'54" e distância de 20,65m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 358°52'54" e distância de 44,76m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 2°5'6" e distância de 51,76m; segmento 8 - 1, em linha reta com azimute 13°46'17" e distância de 57,40m; com a área de 4.147,16m²;

XXIII - área 23 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8487438,448940 e E= 381435,293208, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 165°57'30" e distância de 145,96m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 318°25'33" e distância de 18,84m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 342°34'18" e distância de 35,19m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 346°43'39" e distância de 45,57m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 349°55'36" e distância de 15,02m; segmento 6 - 1, em linha reta com azimute 1°10'57" e distância de 34,80m; com a área de 1.191,12m²;

XXIV - área 24 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8487237,607150 e E= 381485,523539, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 165°54'4" e distância de 114,15m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 324°39'12" e distância de 18,92m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 342°15'57" e distância de 27,46m; segmento 4 - 1, em linha reta com azimute 352°59'41" e distância de 69,64m; com a área de 569,44m²;

XXV - área 25 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8487077,734322 e E= 381525,690110, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 165°53'14" e distância de 146,54m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 275°3'20" e distância de 23,34m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 275°16'9" e distância de 17,37m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 28°20'22" e distância de 20,10m; segmento 5 - 1, em linha reta com azimute 357°45'20" e distância de 120,87m; com a área de 2.198,15m²;

XXVI - área 26 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8487076,477678 e E= 381608,495770, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 135°17'7" e distância de 73,43m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 138°27'26" e distância de 18,50m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 145°56'55" e distância de 21,19m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 153°14'6" e distância de 17,59m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 159°33'22" e distância de 16,28m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 163°10'30" e distância de 15,05m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 193°34'58" e distância de 24,20m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 202°25'9" e distância de 10,89m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 183°31'15" e distância de 14,95m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 159°8'21" e distância de 13,93m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 168°27'42" e distância de 41,87m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 180°31'54" e distância de 22,93m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 196°30'28" e distância de 16,28m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 204°57'14" e distância de 36,34m; segmento 15 - 1, em linha reta com azimute 345°53'14" e distância de 312,41m; com a área de 11.303,41m²;

XXVII - área 27 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8486903,567730 e E= 381569,478874, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 165°53'14" e distância de 277,36m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 165°53'49" e distância de 2,72m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 323°31'5" e distância de 23,18m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 349°41'46" e distância de 112,36m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 329°1'22" e distância de 69,73m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 348°10'35" e distância de 33,70m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 338°25'29" e distância de 44,39m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 315°25'47" e distância de 18,55m; segmento 9 - 1, em linha reta com azimute 97°16'52" e distância de 38,03m; com a área de 3.397,74m²;

XXVIII - área 28 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8486681,513759 e E= 381707,797144, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 137°54'34" e distância de 20,24m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 173°25'13" e distância de 35,11m; segmento 3 - 4, em

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

linha reta com azimute 206°59'2" e distância de 7,67m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 346°41'12" e distância de 5,88m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 346°10'49" e distância de 12,25m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 345°55'45" e distância de 12,05m; segmento 7 - 1, em linha reta com azimute 345°53'14" e distância de 28,28m; com a área de 350,06m²; e

XXIX - área 29 - inicia-se o perímetro no ponto 01, de coordenadas N= 8486612,429763 e E= 381642,609789, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 166°26'32" e distância de 5,29m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 166°47'19" e distância de 6,43m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 167°21'41" e distância de 10,6m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 168°21'8" e distância de 12,02m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 170°24'54" e distância de 22,17m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 172°52'14" e distância de 9,50m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 175°54'23" e distância de 20,93m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 180°39'21" e distância de 19,02m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 184°11'40" e distância de 9,77m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 186°26'15" e distância de 6,84m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 186°34'28" e distância de 4,17m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 189°10'13" e distância de 16,66m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 190°39'17" e distância de 5,46m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 192°22'15" e distância de 19,21m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 194°7'51" e distância de 18,89m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 195°12'12" e distância de 10,06m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 346°38'47" e distância de 10,64m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 8°41'11" e distância de 67,08m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute 357°33'17" e distância de 42,94m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute 352°55'53" e distância de 49,46m; segmento 21 - 1, em linha reta com azimute 8°9'36" e distância de 25,60m; com a área de 1.604,58m².

Art. 2º Fica a ViaBahia Concessionária de Rodovias S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da ViaBahia Concessionária de Rodovias S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.034440/2014-10,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da ViaBahia Concessionária de Rodovias S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, localizados no Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, necessários à execução das obras de duplicação do trecho entre o km 826+900m e o km 862+900m:

I - área 1 - conforme a planta DE-01-116-BA-828-9-D03/001, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 829+900m, Pista Norte, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Ciclo Engenharia Ltda. ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8351836,415471 e E= 299064,447630, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 192°25'32" e distância de 35,85m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 210°38'55" e distância de 26,16m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 236°33'28" e distância de 26,03m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 31°31'03" e distância de 5,38m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 30°18'28" e distância de 20,42m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 30°55'34" e distância de 20,24m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 30°40'51" e distância de 19,92m; segmento 8 - 1, em linha reta com azimute de 30°57'12" e distância de 17,67m; com a área de 622,86m²;

II - área 2 - conforme a planta DE-01-116-BA-828-9-D03/001, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 829+900m, Pista Sul, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Doralice Ribeiro Silva Dias ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8351919,981777 e E= 298984,405899, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 210°41'36" e distância de 124,84m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 05°00'24" e distância de 40,93m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 36°33'21" e distância de 88,43m; segmento 4 - 1, em linha reta com azimute de 120°42'54" e distância de 8,71m; com a área de 1.490,42m²;

III - área 3 - conforme a planta DE-01-116-BA-831-5-D03/002, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 831+500m, Pista Sul, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Francisco José Mendes Marinho de Andrade, Cláudio Mendes Marinho de Andrade, Paulo Mendes Marinho de Andrade, Maria Luiza Marinho de Andrade Figueira, José Luiz Marinho de Andrade, Vicente Mendes Marinho de Andrade ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8349811,891544 e E= 297769,231852, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 210°44'13" e distância de 419,87m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 299°24'48" e distância de 5,00m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 30°44'55" e distância de 239,99m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 300°42'58" e distância de 5,00m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 30°42'44" e distância de 140,00m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 300°42'58" e distância de 5,00m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 30°45'09" e distância de 40,00m; segmento 8 - 1, em linha reta com azimute de 120°42'58" e distância de 15,00m; com a área de 3.191,34m²;

IV - área 4 - conforme a planta DE-01-116-BA-832-1-D03/003, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 832+100m, Pista Norte, no Município de Vitória da Conquista/BA e Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Zidden do Brasil Participações Ltda. ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 01, de coordenadas N= 8349199,077797 e E= 297498,297966, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 204°07'10", distância de 64,33m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 206°41'30", distância de 73,67m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 210°31'29", distância de 43,63m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 218°52'20", distância de 89,94m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 30°28'08", distância de 36,25m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 30°47'44", distância de 40,99m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 30°41'57", distância de 79,38m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 30°30'49", distância de 40,18m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 30°55'37", distância de 39,00m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 31°05'07", distância de 19,67m; segmento 11 - 1, em linha reta com azimute de 30°54'22", distância de 14,59m; com a área de 2.131,02m²;

V - área 5 - conforme a planta DE-01-116-BA-832-7-D03/004, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 832+700m, Pista Sul, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Bruno Lisboa Rodrigues ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8348679,346942 e E= 297096,372684, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 210°35'49" e distância de 4,58m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 211°02'49" e distância de 22,04m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 210°27'07" e distância de 15,04m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 228°34'15" e distância de 15,72m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 232°30'34" e distância de 28,24m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 231°56'58", distância de 27,18m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 233°18'15" e distância de 0,92m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 320°41'08" e distância de 13,22m; segmento 9 - 1, em linha reta com azimute de 50°41'08" e distância de 111,19m; com a área de 1.288,26m²;

VI - área 6 - conforme a planta DE-01-116-BA-832-7-D03/004, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 832+800m, Pista Sul, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a José Raimundo Melo ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8348629,185464 e E= 297066,509290, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 210°51'44" e distância de 8,63m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 210°47'27" e distância de 19,88m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 211°00'23" e distância de 20,13m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 210°22'09" e distância de 17,98m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 210°55'13" e distância de 22,09m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 210°38'22" e distância de 19,69m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 210°41'55" e distância de 38,77m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 210°54'32" e distância de 20,89m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 210°36'52" e distância de 16,71m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 298°43'48" e distância de 5,00m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute de 30°43'45" e distância de 126,89m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute de 320°41'08" e distância de 16,60m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute de 51°23'27" e distância de 2,31m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute de 53°10'32" e distância de 35,30m; segmento 15 - 1, em linha reta com azimute de 50°41'08" e distância de 18,73m; com a área de 1.233,06m²;

VII - área 7 - conforme a planta DE-01-116-BA-834-5-D03/005, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 834+500m, Pista Sul, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Floriza Ferreira Salgado Lemos, Josias da Silva Lemos, Tereza de Jesus Lemos Viana, Vitório Batista Lemos, Tomáz da Silva Lemos Primo, Maria da Silva Lemos, Rozalina de Jesus Lemos, Adão de Jesus Lemos, Ana Vitória Lemos, Dionísia de Jesus Lemos, Landulfo da Silva Lemos Filho, Orosina de Jesus Lemos, Francisco José Mendes Marinho de Andrade, Cláudio Mendes Marinho de Andrade, Paulo Mendes Marinho de Andrade, Maria Luiza Marinho de Andrade Figueira, José Luiz Marinho de Andrade, Vicente Mendes Marinho de Andrade ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8347236,296993 e E= 296238,856710, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 210°41'25" e distância de 12,39m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 210°19'45" e distância de 18,23m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 210°39'26" e distância de 21,56m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 211°22'25" e distância de 19,40m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 210°12'50" e distância de 18,49m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 210°51'52" e distância de 19,80m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 210°48'42" e distância de 58,45m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 210°44'33" e distância de 39,95m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 210°34'52" e distância de 39,62m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 210°55'08" e distância de 20,15m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute de 210°36'54" e distância de 20,36m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute de 210°40'23" e distância de 19,58m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute de 210°38'59" e distância de 39,54m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute de 210°39'32" e distância de 19,43m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute de 210°45'10" e distância de 20,58m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute de 210°51'19" e distância de 19,63m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute de 210°41'28" e distância de 16,67m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute de 300°42'58" e distância de 5,00m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute de 30°42'54" e distância de 423,46m; segmento 20 - 1, em linha reta com azimute de 116°34'26" e distância de 5,01m; com a área de 2.120,67m²;

VIII - área 8 - conforme a planta DE-01-116-BA-836-9-D03/006, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 836+900m, Pista Sul, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Francisco José Mendes Marinho de Andrade, Cláudio Mendes Marinho de Andrade, Paulo Mendes Marinho de Andrade, Maria Luiza Marinho de Andrade Figueira, José Luiz Marinho de Andrade, Vicente Mendes Marinho de Andrade ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8345199,124184 e E= 295028,451031, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 210°44'01" e distância de 294,19m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 300°42'58" e distância de 13,74m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 343°14'42" e distância de 35,12m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 72°54'37" e distância de 31,22m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 30°42'58" e distância de 75,10m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 18°47'37" e distância de 63,41m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 30°42'58" e distância de 20,04m; segmento 8 - 1, em linha reta com azimute de 50°10'37" e distância de 95,60m; com a área de 6.349,97m²;

IX - área 9 - conforme a planta DE-01-116-BA-836-9-D03/006, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 837, Pista Sul, Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Francisco José Mendes Marinho de Andrade, Cláudio Mendes Marinho de Andrade, Paulo Mendes Marinho de Andrade, Maria Luiza Marinho de Andrade Figueira, José Luiz Marinho de Andrade, Vicente Mendes Marinho de Andrade ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8344985,417706 e E= 294851,329145, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 163°18'23" e distância de 29,54m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 300°42'58" e distância de 6,59m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 342°54'37" e distância de 24,66m; segmento 4 - 1, em linha reta com azimute de 72°54'37" e distância de 4,63m; com a área de 123,03m²;

X - área 10 - conforme a planta DE-01-116-BA-841-9-D03/007, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 841+900m, Pista Norte, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Tabatinga Agropecuária Ltda. ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8341010,775726 e E= 292057,844400, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 211°05'41" e distância de 35,26m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 219°06'38" e distância de 82,87m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 224°52'45" e distância de 49,76m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 38°58'23" e distância de 23,11m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 39°11'43" e distância de 14,48m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 38°43'41" e distância de 25,20m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 39°38'10" e distância de 20,11m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 38°52'09" e distância de 19,79m; segmento 9 - 10, em linha reta com

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

azimute de 39°32'37" e distância de 19,60m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 38°50'29" e distância de 20,25m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute de 39°28'53" e distância de 18,91m; segmento 12 - 1, em linha reta com azimute de 39°13'05" e distância de 5,85m; com a área de 634,58m²;

XI - área 11 - conforme a planta DE-01-116-BA-843-5-D03/008, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 843, Pista Sul, no Município de Vitória da Conquista, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Tabatinga Agropecuária Ltda. ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8340198,264912 e E= 291420,411344, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 200°46'56" e distância de 24,99m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 200°10'27" e distância de 20,19m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 200°58'53" e distância de 19,86m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 200°08'36" e distância de 20,44m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 200°16'24" e distância de 18,96m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 200°43'19" e distância de 20,34m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 200°17'57" e distância de 20,53m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 200°36'19" e distância de 20,05m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 200°05'14" e distância de 19,84m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 200°37'35" e distância de 20,49m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute de 199°57'32" e distância de 19,67m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute de 200°50'15" e distância de 20,76m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute de 199°51'46" e distância de 19,61m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute de 200°47'22" e distância de 20,24m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute de 199°58'35" e distância de 19,95m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute de 200°39'41" e distância de 7,53m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute de 358°07'53" e distância de 57,13m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute de 14°35'49" e distância de 89,42m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute de 23°40'33" e distância de 135,01m; segmento 20 - 1, em linha reta com azimute de 52°29'31" e distância de 43,48m; com a área de 6.916,34m²;

XII - área 12 - conforme a planta DE-01-116-BA-843-5-D03/008, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 843+450m, Pista Sul, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Tabatinga Agropecuária Ltda. ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8339796,906502 e E= 291270,773701, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 201°07'22" e distância de 17,05m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 200°21'35" e distância de 20,10m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 200°26'39" e distância de 19,68m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 200°35'41" e distância de 19,92m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 200°42'58" e distância de 39,94m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 200°51'03" e distância de 19,25m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 203°06'52" e distância de 19,80m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 203°57'16" e distância de 19,00m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 206°27'21" e distância de 18,82m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 206°48'21" e distância de 19,93m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute de 208°27'20" e distância de 16,10m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute de 311°34'59" e distância de 11,35m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute de 352°47'11" e distância de 22,09m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute de 23°57'15" e distância de 96,52m; segmento 15 - 1, em linha reta com azimute de 32°50'32" e distância de 111,76m; com a área de 4.048,32m²;

XIII - área 13 - conforme a planta DE-01-116-BA-843-5-D03/008, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 843+750m, Pista Sul, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Tabatinga Agropecuária Ltda., Vitória Empreendimentos Imobiliários Ltda. ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8339452,288472 e E= 291092,657391, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 219°29'18" e distância de 19,34m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 218°37'17" e distância de 17,28m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 219°04'24" e distância de 21,00m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 218°35'42" e distância de 19,74m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 219°22'20" e distância de 19,94m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 219°02'12" e distância de 19,72m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 218°52'50" e distância de 20,25m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 219°14'03" e distância de 5,34m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 10°00'03" e distância de 23,30m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 37°20'20" e distância de 114,07m; segmento 11 - 1, em linha reta com azimute de 99°47'12" e distância de 16,80m; com a área de 1.651,80m²;

XIV - área 14 - conforme a planta DE-01-116-BA-846-0-D03/009, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 845+800m, Pista Sul, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Vitória Empreendimentos Imobiliários Ltda. ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8338020,429113 e E= 289930,839389, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 218°37'52" e distância de 11,66m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 219°02'15" e distância de 20,15m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 219°06'03" e distância de 19,21m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 219°09'07" e distância de 20,72m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 219°26'07" e distância de 19,87m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 218°51'59" e distância de 20,44m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 218°38'43" e distância de 16,60m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 218°52'22" e distância de 23,19m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 218°40'55" e distância de 20,32m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 219°08'43" e distância de 20,06m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute de 219°04'25" e distância de 20,05m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute de 219°51'14" e distância de 19,02m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute de 220°47'22" e distância de 41,05m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute de 222°29'04" e distância de 38,95m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute de 223°31'05" e distância de 19,89m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute de 225°29'17" e distância de 19,11m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute de 225°42'55" e distância de 21,92m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute de 34°04'14" e distância de 148,21m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute de 39°35'32" e distância de 79,49m; segmento 20 - 1, em linha reta com azimute de 47°40'39" e distância de 146,32m; com a área de 5.275,11m²;

XV - área 15 - conforme a planta DE-01-116-BA-846-0-D03/009, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 846+100m, Pista Sul, Município de Vitória da Conquista, Comarca de Vitória da Conquista, consta pertencer a Vitória Empreendimentos Imobiliários Ltda. ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8337704,696286 e E= 289652,784313, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 228°48'59" e distância de 27,48m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 229°54'57" e distância de 19,16m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 228°49'21" e distância de 19,72m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 229°46'17" e distância de 20,07m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 229°14'14" e distância de 20,07m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 229°23'11" e distância de 20,07m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 229°38'18" e distância de 20,11m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 228°46'24" e distância de 20,09m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 229°44'16" e distância de 19,93m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 229°33'31" e distância de 19,92m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute de 229°23'01" e distância de 20,23m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute de 229°13'25" e distância de 20,78m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute de 229°56'13" e distância de 19,48m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute de 229°14'34" e distância de 18,44m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute de 229°44'33" e distância de 10,94m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute de 345°21'30" e distância de 11,35m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute de 344°31'24" e distância de 21,32m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute de 337°20'47" e distância de 24,63m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute de 67°37'16" e distância de 12,44m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute de 157°37'16" e distância de 19,95m; segmento 21 - 22, em linha reta com azimute de 122°06'48" e distância de 12,65m; segmento 22 - 23, em linha reta com azimute de 49°25'32" e distância de 88,10m; segmento 23 - 24, em linha reta com azimute de 319°23'36" e distância de 10,00m; segmento 24 - 25, em linha reta com azimute de 49°25'32" e distância de 129,41m; segmento 25 - 1, em linha reta com azimute de 79°31'25" e distância de 55,50m; com a área de 6.879,41m²;

XVI - área 16 - conforme a planta DE-01-116-BA-847-0-D03/010, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 847, Pista Sul, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Wesley Oliveira Feminela, Antônio Queiroz Neto e S/M Jovita Lemos Queiros ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8337509,536834 e E= 289425,170144, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 229°44'33" e distância de 6,66m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 229°14'29" e distância de 19,85m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 229°13'22" e distância de 20,94m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 228°53'13" e distância de 18,53m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 229°32'46" e distância de 21,77m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 229°03'43" e distância de 19,83m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 229°37'10" e distância de 20,68m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 229°16'23" e distância de 19,96m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 229°39'56" e distância de 20,04m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 229°04'26" e distância de 20,28m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute de 229°32'53" e distância de 19,74m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute de 229°01'50" e distância de 20,48m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute de 229°48'28" e distância de 19,32m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute de 229°19'22" e distância de 21,57m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute de 229°21'38" e distância de 19,01m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute de 229°20'26" e distância de 18,53m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute de 229°10'57" e distância de 21,34m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute de 229°10'08" e distância de 20,74m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute de 229°36'23" e distância de 19,36m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute de 229°07'34" e distância de 19,94m; segmento 21 - 22, em linha reta com azimute de 229°57'13" e distância de 20,08m; segmento 22 - 23, em linha reta com azimute de 228°55'31" e distância de 19,86m; segmento 23 - 24, em linha reta com azimute de 229°38'29" e distância de 20,24m; segmento 24 - 25, em linha reta com azimute de 229°21'31" e distância de 39,55m; segmento 25 - 26, em linha reta com azimute de 229°45'15" e distância de 21,14m; segmento 26 - 27, em linha reta com azimute de 229°17'37" e distância de 19,81m; segmento 27 - 28, em linha reta com azimute de 229°36'17" e distância de 19,28m; segmento 28 - 29, em linha reta com azimute de 228°52'36" e distância de 19,60m; segmento 29 - 30, em linha reta com azimute de 229°58'14" e distância de 20,03m; segmento 30 - 31, em linha reta com azimute de 228°50'18" e distância de 20,71m; segmento 31 - 32, em linha reta com azimute de 229°32'43" e distância de 19,84m; segmento 32 - 33, em linha reta com azimute de 229°03'49" e distância de 20,32m; segmento 33 - 34, em linha reta com azimute de 229°51'58" e distância de 19,85m; segmento 34 - 35, em linha reta com azimute de 229°29'34" e distância de 19,26m; segmento 35 - 36, em linha reta com azimute de 229°20'25" e distância de 20,31m; segmento 36 - 37, em linha reta com azimute de 229°03'19" e distância de 19,72m; segmento 37 - 38, em linha reta com azimute de 229°51'33" e distância de 21,19m; segmento 38 - 39, em linha reta com azimute de 228°55'20" e distância de 19,14m; segmento 39 - 40, em linha reta com azimute de 229°47'44" e distância de 19,78m; segmento 40 - 41, em linha reta com azimute de 229°08'51" e distância de 20,08m; segmento 41 - 42, em linha reta com azimute de 229°56'11" e distância de 19,39m; segmento 42 - 43, em linha reta com azimute de 228°56'48" e distância de 20,45m; segmento 43 - 44, em linha reta com azimute de 229°52'15" e distância de 20,43m; segmento 44 - 45, em linha reta com azimute de 229°04'24" e distância de 19,84m; segmento 45 - 46, em linha reta com azimute de 229°23'14" e distância de 20,16m; segmento 46 - 47, em linha reta com azimute de 229°39'35" e distância de 20,24m; segmento 47 - 48, em linha reta com azimute de 228°54'42" e distância de 16,34m; segmento 48 - 49, em linha reta com azimute de 230°06'12" e distância de 24,99m; segmento 49 - 50, em linha reta com azimute de 228°31'10" e distância de 20,31m; segmento 50 - 51, em linha reta com azimute de 229°48'21" e distância de 19,20m; segmento 51 - 52, em linha reta com azimute de 228°39'44" e distância de 19,52m; segmento 52 - 53, em linha reta com azimute de 229°40'47" e distância de 21,13m; segmento 53 - 54, em linha reta com azimute de 229°02'34" e distância de 14,43m; segmento 54 - 55, em linha reta com azimute de 229°38'07" e distância de 25,26m; segmento 55 - 56, em linha reta com azimute de 228°02'18" e distância de 19,97m; segmento 56 - 57, em linha reta com azimute de 228°39'02" e distância de 19,57m; segmento 57 - 58, em linha reta com azimute de 226°46'21" e distância de 8,53m; segmento 58 - 59, em linha reta com azimute de 317°20'00" e distância de 6,01m; segmento 59 - 60, em linha reta com azimute de 49°23'36" e distância de 1.110,95m; segmento 60 - 61, em linha reta com azimute de 07°38'48" e distância de 40,03m; segmento 61 - 62, em linha reta com azimute de 337°37'16" e distância de 27,54m; segmento 62 - 63, em linha reta com azimute de 67°37'16" e distância de 11,78m; segmento 63 - 64, em linha reta com azimute de 157°46'30" e distância de 24,48m; segmento 64 - 65, em linha reta com azimute de 163°57'14" e distância de 21,09m; segmento 65 - 66, em linha reta com azimute de 165°39'02" e distância de 10,65m; segmento 66 - 67, em linha reta com azimute de 168°11'24" e distância de 1,12m; segmento 67 - 1, em linha reta com azimute de 175°31'16" e distância de 1,03m; com a área de 6.478,69m²;

XVII - área 17 - conforme a planta DE-01-116-BA-847-7-D03/011, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 847+700m, Pista Sul, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Oscar José dos Santos ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8336680,047933 e E= 288474,825318, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 222°04'18" e distância de 13,04m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 221°37'33" e distância de 20,61m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 221°05'33" e distância de 18,79m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 219°31'34" e distância de 20,18m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 219°24'35" e distância de 20,07m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 217°18'51" e distância de 20,37m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 218°22'13" e distância de 19,74m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 216°10'55" e distância de 21,34m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 216°20'30" e distância de 18,58m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 214°30'29" e distância de 22,08m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute de 215°06'48" e distância de 17,97m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute de 212°56'12" e distância de 19,66m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute de 213°41'09" e distância de 18,90m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute de 211°47'55" e distância de 14,14m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute de 301°54'36" e distância de 5,00m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute de 34°09'00" e distância de 111,68m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute de 37°15'35" e distância de 61,64m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute de 40°38'34" e distância de 93,03m; segmento 19 - 1, em linha reta com azimute de 132°21'46" e distância de 5,00m; com a área de 1.199,74m²;

XVIII - área 18 - conforme a planta DE-01-116-BA-848-8-D03/012, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 848+800m, Pista Norte, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Ernane Alves Peires e S/M Dulcilene Oliveira Pires ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8335642,117875 e E= 287909,557244, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 202°20'57" e distância de 47,79m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 210°30'42" e distância de 122,34m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 220°58'15" e distância de 49,66m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 31°28'09" e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

distância de 24,80m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 30°43'56" e distância de 20,35m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 31°39'24" e distância de 20,30m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 30°33'01" e distância de 19,58m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 31°37'26" e distância de 21,20m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 30°23'21" e distância de 19,05m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 31°30'17" e distância de 20,57m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute de 30°39'26" e distância de 20,52m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute de 31°25'21" e distância de 19,93m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute de 30°32'42" e distância de 20,45m; segmento 14 - 1, em linha reta com azimute de 31°31'54" e distância de 11,76m; com a área de 1.327,10m²;

XIX - área 19 - conforme a planta DE-01-116-BA-853-7-D03/013, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 853+700m, Pista Norte, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Joel Pereira Suzart ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8332235,178954 e E= 284424,975670, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 200°12'38" e distância de 74,85m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 212°14'47" e distância de 107,37m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 225°48'35" e distância de 29,92m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 30°09'00" e distância de 24,97m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 29°27'47" e distância de 20,70m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 30°19'22" e distância de 19,82m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 29°44'30" e distância de 20,34m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 30°06'14" e distância de 19,81m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 29°32'19" e distância de 20,06m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 30°18'01" e distância de 19,92m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute de 29°35'26" e distância de 19,68m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute de 30°24'05" e distância de 19,10m; segmento 13 - 1, em linha reta com azimute de 29°29'06" e distância de 25,43m; com a área de 1.685,35m²;

XX - área 20 - conforme a planta DE-01-116-BA-858-7-D03/014, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 858+750m, Pista Norte, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Renato Landulfo Castro Medrado e S/M Celeste Guimarães Medrado, Manoel Vieira de Melo ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8327881,805199 e E= 281921,583709, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 187°50'50" e distância de 50,99m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 210°00'59" e distância de 57,81m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 223°26'56" e distância de 80,85m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 29°41'23" e distância de 21,93m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 29°50'43" e distância de 18,72m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 29°54'03" e distância de 39,40m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 30°03'29" e distância de 20,54m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 29°32'24" e distância de 19,75m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 30°34'15" e distância de 20,25m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 29°34'59" e distância de 20,35m; segmento 11 - 1, em linha reta com azimute de 29°47'08" e distância de 22,72m; com a área de 2.302,89m²;XXI - área 21 - conforme a planta DE-01-116-BA-858-7-D03/014, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 858+650m, Pista Sul, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Maria Angélica de Oliveira Nunes, Djalma Oliveira Nunes, Ailton de Oliveira Nunes, Delfim de Oliveira Nunes, José William de Oliveira Nunes, Eurides Nunes Moraes, Alaíde Nunes Navarro, João de Oliveira Nunes, Valdete de Oliveira Nunes, Gilvan de Oliveira Nunes, Roberto de Oliveira Nunes, Odete de Oliveira Nunes ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8328054,627105 e E= 281928,656394, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 209°46'27" e distância de 17,88m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 209°53'18" e distância de 17,20m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 209°55'53" e distância de 22,38m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 209°44'36" e distância de 20,01m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 210°16'05" e distância de 19,59m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 209°35'53" e distância de 19,88m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 210°05'07" e distância de 20,14m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 209°49'56" e distância de 19,59m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 209°46'41" e distância de 19,70m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 209°34'59" e distância de 17,46m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute de 264°09'58" e distância de 34,13m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute de 301°21'01" e distância de 24,57m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute de 49°5'36" e distância de 115,67m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute de 43°10'04" e distância de 35,39m; segmento 15 - 1, em linha reta com azimute de 34°48'08" e distância de 69,72m; com a área de 3.926,11m²; e

XXII - área 22 - conforme a planta DE-01-116-BA-858-7-D03/014, situa-se às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, no km 858+850m, Pista Sul, no Município de Vitória da Conquista/BA, Comarca de Vitória da Conquista/BA, consta pertencer a Maria Angélica de Oliveira Nunes, Djalma Oliveira Nunes, Ailton de Oliveira Nunes, Delfim de Oliveira Nunes, José William de Oliveira Nunes, Eurides Nunes Moraes, Alaíde Nunes Navarro, João de Oliveira Nunes, Valdete de Oliveira Nunes, Gilvan de Oliveira Nunes, Roberto de Oliveira Nunes, Odete de Oliveira Nunes ou outros, com linha de divisa partindo do ponto 1, de coordenadas N= 8327809,859971 e E= 281787,988227, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute de 210°09'31" e distância de 13,91m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute de 209°50'43" e distância de 19,06m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute de 209°40'38" e distância de 20,94m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute de 209°58'50" e distância de 19,36m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute de 210°12'44" e distância de 20,05m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute de 209°39'18" e distância de 20,19m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute de 209°54'17" e distância de 20,26m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute de 209°48'13" e distância de 19,79m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute de 209°54'15" e distância de 20,33m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute de 210°01'31" e distância de 25,74m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute de 18°11'06" e distância de 225,88m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute de 119°46'50" e distância de 14,13m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute de 134°34'29" e distância de 9,28m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute de 144°30'41" e distância de 15,03m; segmento 15 - 1, em linha reta com azimute de 174°45'59" e distância de 15,85m; com a área de 4.855,14m².

Art. 2º Fica a ViaBahia Concessionária de Rodovias S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis que menciona, localizados nos Municípios de São José e Palhoça, Estado de Santa Catarina.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3ª, art. 5ª, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.011209/2014-40,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, localizados nos Municípios de São José e Palhoça, Estado de Santa Catarina, necessários à execução das obras de implantação do quarto subtrecho do contorno de Florianópolis/SC, entre o km 215+680m e o km 220+217m:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6946194.852m e E 727458.444m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 107°06'59" e 127.13m, até o ponto 1, de coordenadas N 6946157.436m e E 727579.944m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 195°08'35" e 0.06m, até o ponto 2, de coordenadas N 6946157.376m e E 727579.928m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 199°29'09" e 52.43m, até o ponto 3, de coordenadas N 6946107.944m e E 727562.437m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 197°07'06" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6946103.166m e E 727560.966m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 197°09'37" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6946098.389m e E 727559.490m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 197°15'58" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6946093.614m e E 727558.006m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 197°23'29" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6946088.842m e E 727556.512m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 197°19'49" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6946084.069m e E 727555.022m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 197°42'58" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6946079.307m e E 727553.501m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 197°53'18" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6946074.548m e E 727551.965m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 198°04'20" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6946069.795m e E 727550.414m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 198°15'16" e 2.10m, até o ponto 12, de coordenadas N 6946067.802m e E 727549.757m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 278°52'10" e 45.06m, até o ponto 13, de coordenadas N 6946074.750m e E 727505.233m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°29'40" e 51.25m, até o ponto 14, de coordenadas N 6946024.200m e E 727496.779m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°29'40" e 23.75m, até o ponto 15, de coordenadas N 6946000.777m e E 727492.862m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 297°22'06" e 102.69m, até o ponto 16, de coordenadas N 6946047.985m e E 727401.665m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 358°53'00" e 1.74m, até o ponto 17, de coordenadas N 6946049.723m e E 727401.631m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 10°04'33" e 16.48m, até o ponto 18, de coordenadas N 6946065.951m e E 727404.515m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 12°14'05" e 19.56m, até o ponto 19, de coordenadas N 6946085.071m e E 727408.661m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 24°31'16" e 16.49m, até o ponto 20, de coordenadas N 6946100.074m e E 727415.505m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 28°48'55" e 30.69m, até o ponto 21, de coordenadas N 6946126.965m e E 727430.297m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 22°31'10" e 73.49m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6946194.852m e E 727458.444m, início da descrição; fechando o perímetro com 602,92m e a área com 19.423,41m²;

II - área 2 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6946047.985m e E 727401.665m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 117°22'06" e 102.69m, até o ponto 1, de coordenadas N 6946000.777m e E 727492.862m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 9°29'40" e 23.75m, até o ponto 2, de coordenadas N 6946024.200m e E 727496.779m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 9°29'40" e 51.25m, até o ponto 3, de coordenadas N 6946074.750m e E 727505.233m; deste, segue confrontando com Vive Construções e Incorporações Ltda., com o seguinte azimute e distância: 98°52'10" e 45.06m, até o ponto 4, de coordenadas N 6946067.802m e E 727549.757m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 198°37'15" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6946063.064m e E 727548.160m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 198°37'15" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6946058.325m e E 727546.564m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 199°16'09" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6946053.605m e E 727544.914m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 199°47'34" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6946048.901m e E 727543.221m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 199°55'05" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6946044.200m e E 727541.517m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 200°15'38" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6946039.509m e E 727539.786m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 200°40'20" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6946034.831m e E 727538.021m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 201°16'54" e 5.00m, até o ponto 12, de coordenadas N 6946030.172m e E 727536.206m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 201°16'23" e 4.93m, até o ponto 13, de coordenadas N 6946025.581m e E 727534.418m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 201°52'43" e 5.00m, até o ponto 14, de coordenadas N 6946020.941m e E 727532.555m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 202°25'12" e 5.00m, até o ponto 15, de coordenadas N 6946016.319m e E 727530.648m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 197°35'54" e 21.60m, até o ponto 16, de coordenadas N 6945995.725m e E 727524.116m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 205°46'56" e 11.74m, até o ponto 17, de coordenadas N 6945985.157m e E 727519.011m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute

VERSÃO PARA ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

e distância: 205°46'56" e 6.55m, até o ponto 18, de coordenadas N 6945979.257m e E 727516.162m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 211°37'11" e 15.01m, até o ponto 19, de coordenadas N 6945966.476m e E 727508.292m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 205°08'12" e 5.00m, até o ponto 20, de coordenadas N 6945961.949m e E 727506.168m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 205°08'32" e 5.00m, até o ponto 21, de coordenadas N 6945957.423m e E 727504.044m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 205°06'51" e 5.00m, até o ponto 22, de coordenadas N 6945952.896m e E 727501.922m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 205°01'33" e 5.00m, até o ponto 23, de coordenadas N 6945948.365m e E 727499.807m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 204°46'00" e 5.00m, até o ponto 24, de coordenadas N 6945943.825m e E 727497.712m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 204°40'24" e 5.00m, até o ponto 25, de coordenadas N 6945939.281m e E 727495.625m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 204°40'24" e 5.00m, até o ponto 26, de coordenadas N 6945934.738m e E 727493.538m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 204°09'19" e 5.00m, até o ponto 27, de coordenadas N 6945930.176m e E 727491.491m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 203°41'13" e 5.00m, até o ponto 28, de coordenadas N 6945925.597m e E 727489.483m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 203°41'13" e 5.00m, até o ponto 29, de coordenadas N 6945921.018m e E 727487.474m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 202°45'48" e 5.00m, até o ponto 30, de coordenadas N 6945916.408m e E 727485.539m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 202°45'48" e 5.00m, até o ponto 31, de coordenadas N 6945911.797m e E 727483.605m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 202°45'48" e 5.00m, até o ponto 32, de coordenadas N 6945907.187m e E 727481.670m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 200°39'02" e 5.00m, até o ponto 33, de coordenadas N 6945902.508m e E 727479.907m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 200°39'02" e 5.00m, até o ponto 34, de coordenadas N 6945897.829m e E 727478.144m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 199°18'57" e 5.00m, até o ponto 35, de coordenadas N 6945893.110m e E 727476.490m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 199°18'57" e 5.00m, até o ponto 36, de coordenadas N 6945888.392m e E 727474.836m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 198°25'19" e 5.00m, até o ponto 37, de coordenadas N 6945883.648m e E 727473.256m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 197°27'43" e 5.00m, até o ponto 38, de coordenadas N 6945878.879m e E 727471.755m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 197°09'26" e 5.00m, até o ponto 39, de coordenadas N 6945874.101m e E 727470.280m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 196°57'51" e 5.00m, até o ponto 40, de coordenadas N 6945869.319m e E 727468.822m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 195°24'59" e 5.00m, até o ponto 41, de coordenadas N 6945864.499m e E 727467.492m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 194°58'35" e 5.00m, até o ponto 42, de coordenadas N 6945859.668m e E 727466.200m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 194°39'23" e 5.00m, até o ponto 43, de coordenadas N 6945854.831m e E 727464.935m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 193°16'38" e 5.00m, até o ponto 44, de coordenadas N 6945849.965m e E 727463.787m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 192°43'20" e 5.00m, até o ponto 45, de coordenadas N 6945845.087m e E 727462.686m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 192°36'03" e 5.00m, até o ponto 46, de coordenadas N 6945840.208m e E 727461.595m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 191°34'19" e 5.00m, até o ponto 47, de coordenadas N 6945835.310m e E 727460.592m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 191°00'11" e 5.00m, até o ponto 48, de coordenadas N 6945830.401m e E 727459.638m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°38'18" e 5.00m, até o ponto 49, de coordenadas N 6945825.472m e E 727458.800m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°46'31" e 5.00m, até o ponto 50, de coordenadas N 6945820.531m e E 727458.038m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°20'12" e 5.00m, até o ponto 51, de coordenadas N 6945815.583m e E 727457.313m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 187°38'24" e 5.00m, até o ponto 52, de coordenadas N 6945810.628m e E 727456.648m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 187°01'03" e 5.00m, até o ponto 53, de coordenadas N 6945805.665m e E 727456.037m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 186°09'57" e 5.00m, até o ponto 54, de coordenadas N 6945800.694m e E 727455.500m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 185°14'01" e 5.00m, até o ponto 55, de coordenadas N 6945795.715m e E 727455.044m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 184°48'04" e 5.00m, até o ponto 56, de coordenadas N 6945790.733m e E 727454.626m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 184°20'40" e 5.00m, até o ponto 57, de coordenadas N 6945785.747m e E 727454.247m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 183°33'24" e 5.00m, até o ponto 58, de coordenadas N 6945780.757m e E 727453.937m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 183°54'04" e 2.46m, até o ponto 59, de coordenadas N 6945778.301m e E 727453.769m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 183°54'04" e 5.00m, até o ponto 60, de coordenadas N 6945773.312m e E 727453.429m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 182°18'15" e 5.00m, até o ponto 61, de coordenadas N 6945768.316m e E 727453.228m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 182°18'15" e 5.00m, até o ponto 62, de coordenadas N 6945763.320m e E 727453.027m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 182°03'34" e 5.00m, até o ponto 63, de coordenadas N 6945758.324m e E 727452.847m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 181°52'04" e 5.00m, até o ponto 64, de coordenadas N 6945753.326m e E 727452.684m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 181°36'31" e 5.00m, até o ponto 65, de coordenadas N 6945748.328m e E 727452.544m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 181°20'28" e 5.00m, até o ponto 66, de coordenadas N 6945743.330m e E 727452.427m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 181°13'31" e 5.00m, até o ponto 67, de coordenadas N 6945738.331m e E 727452.320m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 181°12'25" e 5.00m, até o ponto 68, de coordenadas N 6945733.332m e E 727452.215m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 181°10'46" e 86.60m, até o ponto 69, de coordenadas N 6945646.747m e E 727450.432m; deste, segue confrontando com Zenir Pereira Martins, com o seguinte azimute e distância: 277°46'54" e 19.85m, até o ponto 70, de coordenadas N 6945649.435m e E 727430.762m; deste, segue confrontando com Zenir Pereira Martins, com o seguinte azimute e distância: 190°07'06" e 310.75m, até o ponto 71, de coordenadas N 6945343.517m e E 727376.168m; deste, segue confrontando com Engedal Construtora de Obras Ltda., com o seguinte azimute e distância: 312°46'48" e 5.88m, até o ponto 72, de coordenadas N 6945347.510m e E 727371.853m; deste, segue confrontando com Engedal Construtora de Obras Ltda., com o seguinte azimute e distância: 241°11'38" e 8.22m, até o ponto 73, de coordenadas N 6945343.550m e E 727364.652m; deste, segue confrontando com Engedal Construtora de Obras Ltda., com o seguinte azimute e distância: 261°48'48" e 21.15m, até o ponto 74, de coordenadas N 6945340.539m e E 727343.721m; deste, segue confrontando com Engedal Construtora de Obras Ltda., com o seguinte azimute e distância: 204°32'54" e 20.59m, até o ponto 75, de coordenadas N 6945321.807m e E 727335.165m; deste, segue confrontando com Engedal Construtora de Obras Ltda., com o seguinte azimute e distância: 242°57'39" e 1.64m, até o ponto 76, de coordenadas N 6945321.061m e E 727333.704m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 1°10'46" e 159.32m, até o ponto 77, de coordenadas N 6945480.347m e E 727336.983m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 1°10'46" e 255.30m, até o ponto 78, de coordenadas N 6945735.596m e E 727342.238m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 1°12'26" e 5.00m, até o ponto 79, de coordenadas N 6945740.595m e E 727342.343m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 1°12'26" e 5.00m, até o ponto 80, de coordenadas N 6945745.594m e E 727342.449m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 1°18'50" e 5.00m, até o ponto 81, de coordenadas N 6945750.592m e E 727342.563m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 1°27'51" e 5.00m, até o ponto 82, de coordenadas N 6945755.591m e E 727342.691m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 1°38'58" e 5.00m, até o ponto 83, de coordenadas N 6945760.589m e E 727342.835m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 1°58'31" e 5.00m, até o ponto 84, de coordenadas N 6945765.586m e E 727343.007m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 1°58'31" e 5.00m, até o ponto 85, de coordenadas N 6945770.583m e E 727343.180m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 2°24'54" e 5.00m, até o ponto 86, de coordenadas N 6945775.578m e E 727343.390m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 2°55'31" e 5.00m, até o ponto 87, de coordenadas N 6945780.572m e E 727343.645m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 3°13'43" e 5.00m, até o ponto 88, de coordenadas N 6945785.564m e E 727343.927m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 3°13'43" e 5.00m, até o ponto 89, de coordenadas N 6945790.556m e E 727344.209m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 4°02'11" e 5.00m, até o ponto 90, de coordenadas N 6945795.544m e E 727344.561m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 4°20'23" e 5.00m, até o ponto 91, de coordenadas N 6945800.529m e E 727344.939m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 4°58'27" e 5.00m, até o ponto 92, de coordenadas N 6945805.510m e E 727345.373m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 6°01'01" e 5.00m, até o ponto 93, de coordenadas N 6945810.483m e E 727345.897m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 6°01'01" e 5.00m, até o ponto 94, de coordenadas N 6945815.455m e E 727346.421m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 6°58'40" e 5.00m, até o ponto 95, de coordenadas N 6945820.418m e E 727347.028m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 6°58'40" e 5.00m, até o ponto 96, de coordenadas N 6945825.381m e E 727347.636m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 8°20'26" e 5.00m, até o ponto 97, de coordenadas N 6945830.328m e E 727348.361m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 8°20'26" e 5.00m, até o ponto 98, de coordenadas N 6945835.276m e E 727349.086m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 8°49'09" e 5.00m, até o ponto 99, de coordenadas N 6945840.216m e E 727349.853m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 8°49'09" e 5.00m, até o ponto 100, de coordenadas N 6945845.157m e E 727350.619m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 9°50'21" e 5.00m, até o ponto 101, de coordenadas N 6945850.084m e E 727351.474m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 9°50'21" e 5.00m, até o ponto 102, de coordenadas N 6945855.010m e E 727352.328m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 11°13'20" e 5.00m, até o ponto 103, de coordenadas N 6945859.915m e E 727353.301m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 11°13'20" e 5.00m, até o ponto 104, de coordenadas N 6945864.819m e E 727354.274m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 12°51'55" e 5.00m, até o ponto 105, de coordenadas N 6945869.693m e E 727355.388m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 12°51'55" e 5.00m, até o ponto 106, de coordenadas N 6945874.568m e E 727356.501m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 13°22'15" e 5.00m, até o ponto 107, de coordenadas N 6945879.432m e E 727357.657m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 13°22'15" e 5.00m, até o ponto 108, de coordenadas N 6945884.297m e E 727358.813m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 14°42'27" e 5.00m, até o ponto 109, de coordenadas N 6945889.133m e E 727360.083m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 14°42'27" e 5.00m, até o ponto 110, de coordenadas N 6945893.969m e E 727361.352m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 15°49'38" e 5.00m, até o ponto 111, de coordenadas N 6945898.780m e E 727362.716m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 16°12'31" e 5.00m, até o ponto 112, de coordenadas N 6945903.581m e E 727364.112m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 16°51'38" e 5.00m, até o ponto 113, de coordenadas N 6945908.366m e E 727365.562m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 17°18'06" e 7.49m, até o ponto 114, de coordenadas N 6945915.522m e E 727367.791m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 346°46'37" e 9.81m, até o ponto 115, de coordenadas N 6945925.069m e E 727365.547m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 346°46'37" e 4.40m, até o ponto 116, de coordenadas N 6945929.356m e E 727364.540m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 351°51'25" e 28.85m, até o ponto 117, de coordenadas N 6945957.917m e E 727360.454m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 9°10'01" e 14.51m, até o ponto 118, de coordenadas N

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6945972.243m e E 727362.765m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 15°04'12" e 12.34m, até o ponto 119, de coordenadas N 6945984.154m e E 727365.973m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 28°10'07" e 11.34m, até o ponto 120, de coordenadas N 6945994.151m e E 727371.326m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 32°29'04" e 6.37m, até o ponto 121, de coordenadas N 6945999.522m e E 727374.745m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 32°29'04" e 2.06m, até o ponto 122, de coordenadas N 6946001.261m e E 727375.853m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 36°18'49" e 14.63m, até o ponto 123, de coordenadas N 6946013.049m e E 727384.516m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 52°38'26" e 22.10m, até o ponto 124, de coordenadas N 6946026.462m e E 727402.085m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 358°53'00" e 21.53m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6946047.985m e E 727401.665m, início da descrição; fechando o perímetro com 1.794,77m e a área com 67.329,32m²;

III - área 3 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6945316.397m e E 727418.536m; deste, segue confrontando com Rua Camilo Francisco da Silva, com o seguinte azimute e distância: 244°19'11" e 58.21m, até o ponto 1, de coordenadas N 6945291.170m e E 727366.073m; deste, segue confrontando com Engedal Construtora de Obras Ltda., com o seguinte azimute e distância: 10°54'56" e 53.31m, até o ponto 2, de coordenadas N 6945343.517m e E 727376.168m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 10°07'06" e 310.75m, até o ponto 3, de coordenadas N 6945649.435m e E 727430.762m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 97°46'54" e 19.85m, até o ponto 4, de coordenadas N 6945646.747m e E 727450.432m; deste, segue confrontando com Zenir Pereira Martins, com o seguinte azimute e distância: 181°10'46" e 168.57m, até o ponto 5, de coordenadas N 6945478.208m e E 727446.963m; deste, segue confrontando com Zenir Pereira Martins, com o seguinte azimute e distância: 181°10'46" e 18.87m, até o ponto 6, de coordenadas N 6945459.338m e E 727446.574m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 191°00'29" e 108.17m, até o ponto 7, de coordenadas N 6945353.153m e E 727425.919m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 191°21'27" e 37.49m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6945316.397m e E 727418.536m, início da descrição; fechando o perímetro com 775,22m e a área com 14.122,39m²;

IV - área 4 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6945285.113m e E 727364.905m; deste, segue confrontando com Rua Camilo Francisco da Silva, com o seguinte azimute e distância: 64°58'02" e 57.66m, até o ponto 1, de coordenadas N 6945309.513m e E 727417.153m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 191°21'27" e 200.02m, até o ponto 2, de coordenadas N 6945113.406m e E 727377.762m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 272°18'40" e 12.93m, até o ponto 3, de coordenadas N 6945113.927m e E 727364.844m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 272°18'40" e 32.72m, até o ponto 4, de coordenadas N 6945115.247m e E 727332.147m; deste, segue confrontando com Engedal Construtora de Obras Ltda., com o seguinte azimute e distância: 10°54'56" e 173.00m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6945285.113m e E 727364.905m, início da descrição; fechando o perímetro com 476,33m e a área com 8.546,92m²;

V - área 5 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6945340.023m e E 727467.670m; deste, segue confrontando com Rua Camilo Francisco da Silva, com o seguinte azimute e distância: 244°19'11" e 54.52m, até o ponto 1, de coordenadas N 6945316.397m e E 727418.536m; deste, segue confrontando com Zenir Pereira Martins, com o seguinte azimute e distância: 11°21'27" e 37.49m, até o ponto 2, de coordenadas N 6945353.153m e E 727425.919m; deste, segue confrontando com Zenir Pereira Martins, com o seguinte azimute e distância: 11°00'29" e 108.17m, até o ponto 3, de coordenadas N 6945459.338m e E 727446.574m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 181°10'46" e 99.12m, até o ponto 4, de coordenadas N 6945360.239m e E 727444.534m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 59°50'21" e 2.74m, até o ponto 5, de coordenadas N 6945361.616m e E 727446.905m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 59°50'21" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6945364.129m e E 727451.228m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 66°27'52" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6945366.125m e E 727455.812m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 70°34'00" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6945367.789m e E 727460.527m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 66°46'45" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6945369.760m e E 727465.122m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 66°52'22" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6945371.724m e E 727469.721m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 64°55'12" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6945373.843m e E 727474.249m; deste, segue confrontando com Renato Gasparetto e Silvana Cecatto Gasparetto, com o seguinte azimute e distância: 191°00'29" e 34.45m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6945340.023m e E 727467.670m, início da descrição; fechando o perímetro com 366,49m e a área com 2.468,12m²;

VI - área 6 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6945309.513m e E 727417.153m; deste, segue confrontando com Rua Camilo Francisco da Silva, com o seguinte azimute e distância: 64°58'02" e 54.80m, até o ponto 1, de coordenadas N 6945332.701m e E 727466.807m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 189°59'28" e 226.28m, até o ponto 2, de coordenadas N 6945109.854m e E 727427.549m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 187°07'48" e 205.76m, até o ponto 3, de coordenadas N 6944905.683m e E 727402.010m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 277°18'03" e 63.15m, até o ponto 4, de coordenadas N 6944913.709m e E 727339.370m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 7°15'03" e 201.83m, até o ponto 5, de coordenadas N 6945113.927m e E 727364.844m; deste, segue confrontando com Zenir Pereira Martins, com o seguinte azimute e distância: 92°18'40" e 12.93m, até o ponto 6, de coordenadas N 6945113.406m e E 727377.762m; deste, segue confrontando com Zenir Pereira Martins, com o seguinte azimute e distância: 11°21'27" e 200.02m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6945309.513m e E 727417.153m, início da descrição; fechando o perímetro com 964,77m e a área com 22.865,41m²;

VII - área 7 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6945115.355m e E 727329.470m; deste, segue confrontando com Engedal Construtora de Obras Ltda., com o seguinte azimute e distância: 92°18'40" e 2.68m, até o ponto 1, de coordenadas N 6945115.247m e E 727332.147m; deste, segue confrontando com Zenir Pereira Martins, com o seguinte azimute e distância: 92°18'40" e 32.72m, até o ponto 2, de coordenadas N 6945113.927m e E 727364.844m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 187°15'03" e 201.83m, até o ponto 3, de coordenadas N 6944913.709m e E 727339.370m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 277°18'03" e 2.61m, até o ponto 4, de coordenadas N 6944914.041m e E 727336.778m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 350°53'48" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6944918.978m e E 727335.987m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 351°19'24" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6944923.920m e E 727335.232m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 351°41'49" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6944928.868m e E 727334.510m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 352°04'11" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6944933.820m e E 727333.820m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 352°41'30" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6944938.780m e E 727333.184m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 352°56'34" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6944943.742m e E 727332.570m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 353°24'54" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6944948.709m e E 727331.997m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 353°54'41" e 5.00m, até o ponto 12, de coordenadas N 6944953.681m e E 727331.466m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 354°14'47" e 5.00m, até o ponto 13, de coordenadas N 6944958.655m e E 727330.965m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 354°22'25" e 5.00m, até o ponto 14, de coordenadas N 6944963.631m e E 727330.475m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 355°15'40" e 5.00m, até o ponto 15, de coordenadas N 6944968.614m e E 727330.062m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 355°40'08" e 5.00m, até o ponto 16, de coordenadas N 6944973.600m e E 727329.684m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 355°59'57" e 5.00m, até o ponto 17, de coordenadas N 6944978.588m e E 727329.335m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 356°32'35" e 5.00m, até o ponto 18, de coordenadas N 6944983.579m e E 727329.034m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 356°54'08" e 5.00m, até o ponto 19, de coordenadas N 6944988.571m e E 727328.764m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 357°21'15" e 5.00m, até o ponto 20, de coordenadas N 6944993.566m e E 727328.533m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 357°41'31" e 5.00m, até o ponto 21, de coordenadas N 6944998.562m e E 727328.332m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 358°11'24" e 5.00m, até o ponto 22, de coordenadas N 6945003.559m e E 727328.174m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 358°35'02" e 5.00m, até o ponto 23, de coordenadas N 6945008.558m e E 727328.050m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 359°03'38" e 5.00m, até o ponto 24, de coordenadas N 6945013.557m e E 727327.968m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 359°24'29" e 5.00m, até o ponto 25, de coordenadas N 6945018.557m e E 727327.916m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 359°42'12" e 5.00m, até o ponto 26, de coordenadas N 6945023.557m e E 727327.891m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 0°05'54" e 5.00m, até o ponto 27, de coordenadas N 6945028.557m e E 727327.899m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 0°18'50" e 5.00m, até o ponto 28, de coordenadas N 6945033.557m e E 727327.927m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 0°32'24" e 5.00m, até o ponto 29, de coordenadas N 6945038.557m e E 727327.974m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 0°43'16" e 5.00m, até o ponto 30, de coordenadas N 6945043.556m e E 727328.037m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 0°53'20" e 5.00m, até o ponto 31, de coordenadas N 6945048.556m e E 727328.114m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 1°01'46" e 5.00m, até o ponto 32, de coordenadas N 6945053.555m e E 727328.204m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 1°07'13" e 5.00m, até o ponto 33, de coordenadas N 6945058.554m e E 727328.302m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 1°09'46" e 5.00m, até o ponto 34, de coordenadas N 6945063.553m e E 727328.403m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 1°11'07" e 1.44m, até o ponto 35, de coordenadas N 6945064.989m e E 727328.433m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 1°10'46" e 50.38m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6945115.355m e E 727329.470m, início da descrição; fechando o perímetro com 441,66m e a área com 4.489,64m²;

VIII - área 8 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6944914.041m e E 727336.778m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 97°18'03" e 2.61m, até o ponto 1, de coordenadas N 6944913.709m e E 727339.370m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 97°18'03" e 63.15m, até o ponto 2, de coordenadas N 6944905.683m e E 727402.010m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 189°33'08" e 95.34m, até o ponto 3, de coordenadas N 6944811.661m e E 727386.187m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 192°31'58" e 159.24m, até o ponto 4, de coordenadas N 6944656.215m e E 727351.632m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 188°07'30" e 166.51m, até o ponto 5, de coordenadas N 6944491.375m e E 727328.099m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 6°46'29" e 190.94m, até o ponto 6, de coordenadas N 6944680.983m e E 727350.623m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 6°45'53" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6944685.948m e E 727351.212m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 6°45'37" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6944690.913m e E 727351.801m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 6°36'29" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6944695.880m e E 727352.376m; deste, segue confrontando com Espólio de Manoel Laurentino Machado; com os seguintes azimutes e distâncias: 6°32'31" e 5.00m até o vértice ponto 10, de coordenadas N 6944700.847m e E 727352.946m; deste, segue confrontando com Espólio de Manoel Laurentino Machado; com os seguintes azimutes e distâncias: 6°22'09" e 5.00m até o vértice ponto 11, de coordenadas N 6944705.816m e E 727353.501m; deste, segue confrontando com Espólio de Manoel Laurentino Machado; com os seguintes azimutes e distâncias: 6°08'28" e 5.00m até o vértice ponto 12, de coordenadas N 6944710.788m e E 727354.035m; deste, segue confrontando com Espólio de Manoel Laurentino Machado; com os seguintes azimutes e distâncias: 5°44'41" e 5.00m até o vértice ponto 13, de coordenadas N 6944715.762m e E 727354.536m; deste, segue confrontando com Espólio de Manoel Laurentino Machado; com os seguintes azimutes e distâncias: 5°31'53" e 7.68m até o vértice ponto 14, de coordenadas N 6944723.405m e E 727355.276m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 4°41'43" e 9.96m, até o ponto 15, de coordenadas N 6944733.336m e E 727356.092m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 3°37'05" e 10.01m, até o ponto 16, de coordenadas N 6944743.325m e E 727356.723m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 2°16'13" e 7.35m, até o ponto 17, de coordenadas N 6944750.668m e E 727357.015m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 1°39'21" e 5.00m, até o ponto 18, de coordenadas N 6944755.666m e E 727357.159m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 0°36'27" e 5.00m, até o ponto 19, de coordenadas N 6944760.666m e E 727357.212m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 0°06'59" e 5.00m, até o ponto 20, de coordenadas N 6944765.666m e E 727357.222m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 359°29'36" e 5.00m, até o ponto 21, de coordenadas N 6944770.666m e E 727357.178m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 358°35'21" e 5.00m, até o ponto 22, de coordenadas N 6944775.664m e E 727357.055m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

distância: 358°02'54" e 5.00m, até o ponto 23, de coordenadas N 6944780.661m e E 727356.885m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 357°02'45" e 5.00m, até o ponto 24, de coordenadas N 6944785.655m e E 727356.627m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 356°24'42" e 5.00m, até o ponto 25, de coordenadas N 6944790.645m e E 727356.314m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 356°02'53" e 5.00m, até o ponto 26, de coordenadas N 6944795.633m e E 727355.969m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 354°50'34" e 7.32m, até o ponto 27, de coordenadas N 6944802.919m e E 727355.312m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 353°44'44" e 7.68m, até o ponto 28, de coordenadas N 6944810.558m e E 727354.475m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado: 352°43'44" e 5.00m até o ponto 29, de coordenadas N 6944815.518m e E 727353.842m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 352°19'51" e 7.62m, até o ponto 30, de coordenadas N 6944823.074m e E 727352.824m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 351°09'43" e 7.38m, até o ponto 31, de coordenadas N 6944830.362m e E 727351.691m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 350°54'10" e 5.00m, até o ponto 32, de coordenadas N 6944835.299m e E 727350.900m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 350°31'33" e 7.45m, até o ponto 33, de coordenadas N 6944842.645m e E 727349.675m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 349°52'48" e 7.55m, até o ponto 34, de coordenadas N 6944850.080m e E 727348.347m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 349°45'25" e 7.53m, até o ponto 35, de coordenadas N 6944857.492m e E 727347.008m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 349°26'21" e 7.47m, até o ponto 36, de coordenadas N 6944864.834m e E 727345.639m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 349°23'14" e 5.00m, até o ponto 37, de coordenadas N 6944869.748m e E 727344.719m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 349°22'06" e 5.00m, até o ponto 38, de coordenadas N 6944874.662m e E 727343.796m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 349°24'16" e 5.00m, até o ponto 39, de coordenadas N 6944879.577m e E 727342.877m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 349°27'33" e 5.00m, até o ponto 40, de coordenadas N 6944884.493m e E 727341.962m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 349°34'46" e 5.00m, até o ponto 41, de coordenadas N 6944889.410m e E 727341.058m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 349°42'25" e 5.00m, até o ponto 42, de coordenadas N 6944894.330m e E 727340.164m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 349°52'41" e 5.00m, até o ponto 43, de coordenadas N 6944899.252m e E 727339.286m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 350°07'42" e 5.00m, até o ponto 44, de coordenadas N 6944904.178m e E 727338.428m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 350°17'14" e 5.00m, até o ponto 45, de coordenadas N 6944909.106m e E 727337.585m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 350°42'39" e 5.00m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6944914.041m e E 727336.778m, início da descrição; fechando o perímetro com 912,79m e a área com 7.323,89m²;

IX - área 9 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6944480.129m e E 727326.493m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 188°07'30" e 43.01m, até o ponto 1, de coordenadas N 6944437.554m e E 727320.415m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 189°48'58" e 21.31m, até o ponto 2, de coordenadas N 6944416.551m e E 727316.781m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 3°01'41" e 15.10m, até o ponto 3, de coordenadas N 6944431.633m e E 727317.579m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 6°45'35" e 7.85m, até o ponto 4, de coordenadas N 6944439.424m e E 727318.503m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 8°04'45" e 17.98m, até o ponto 5, de coordenadas N 6944457.229m e E 727321.030m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 13°05'20" e 22.91m, até o ponto 6, de coordenadas N 6944479.540m e E 727326.217m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 25°07'04" e 0.65m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6944480.129m e E 727326.493m, início da descrição; fechando o perímetro com 128,81m e a área com 94,99m²;

X - área 10 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6945351.258m e E 727491.036m; deste, segue confrontando com Rua Camilo Francisco da Silva, com o seguinte azimute e distância: 244°19'11" e 25.93m, até o ponto 1, de coordenadas N 6945340.023m e E 727467.670m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 11°00'29" e 34.45m, até o ponto 2, de coordenadas N 6945373.843m e E 727474.249m; deste, segue confrontando com Renato Gasparetto e Silvana Cecatto Gasparetto, com o seguinte azimute e distância: 64°23'25" e 2.67m, até o ponto 3, de coordenadas N 6945374.998m e E 727476.659m; deste, segue confrontando com Renato Gasparetto e Silvana Cecatto Gasparetto, com o seguinte azimute e distância: 148°48'05" e 27.75m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6945351.258m e E 727491.036m, início da descrição; fechando o perímetro com 90,80m e a área com 395,07m²;

XI - área 11 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6945343.517m e E 727376.168m; deste, segue confrontando com Rua Camilo Francisco da Silva e Zenir Pereira Martins, com o seguinte azimute e distância: 190°54'56" e 232.48m, até o ponto 1, de coordenadas N 6945115.247m e E 727332.147m; deste, segue confrontando com Regiane Silva Borges, com o seguinte azimute e distância: 272°18'40" e 2.68m, até o ponto 2, de coordenadas N 6945115.355m e E 727329.470m; deste, segue confrontando com Engedal Construtora de Obras Ltda., com o seguinte azimute e distância: 1°10'46" e 1.12m, até o ponto 3, de coordenadas N 6945116.479m e E 727329.493m; deste, segue confrontando com Engedal Construtora de Obras Ltda., com o seguinte azimute e distância: 281°38'30" e 23.75m, até o ponto 4, de coordenadas N 6945121.271m e E 727306.234m; deste, segue confrontando com Engedal Construtora de Obras Ltda., com o seguinte azimute e distância: 11°38'30" e 140.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6945258.391m e E 727334.484m; deste, segue confrontando com Engedal Construtora de Obras Ltda., com o seguinte azimute e distância: 281°38'30" e 2.10m, até o ponto 6, de coordenadas N 6945258.816m e E 727332.423m; deste, segue confrontando com Engedal Construtora de Obras Ltda., com o seguinte azimute e distância: 1°10'46" e 62.26m, até o ponto 7, de coordenadas N 6945321.061m e E 727333.704m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 62°57'39" e 1.64m, até o ponto 8, de coordenadas N 6945321.807m e E 727335.165m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 24°32'54" e 20.59m, até o ponto 9, de coordenadas N 6945340.539m e E 727343.721m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 81°48'48" e 21.15m, até o ponto 10, de coordenadas N 6945343.550m e E 727364.652m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 61°11'38" e 8.22m, até o ponto 11, de coordenadas N 6945347.510m e E 727371.853m; deste, segue confrontando com Maria Eunice Luz de Andrade da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 132°46'48" e 5.88m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6945343.517m e E 727376.168m, início da descrição; fechando o perímetro com 521,87m e a área com 6.474,13m²;

XII - área 12 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6945332.701m e E 727466.807m; deste, segue confrontando com Rua Camilo Francisco da Silva, com o seguinte azimute e distância: 64°58'02" e 30.51m, até o ponto 1, de coordenadas N 6945345.613m e E 727494.455m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 148°48'05" e 26.19m, até o ponto 2, de coordenadas N 6945323.207m e E 727508.023m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 237°54'31" e 3.25m, até o ponto 3, de coordenadas N 6945321.481m e E 727505.270m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 244°23'08" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6945319.320m e E 727500.762m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 244°01'51" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6945317.130m e E 727496.266m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 244°01'49" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6945314.941m e E 727491.771m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 246°34'29" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6945312.953m e E 727487.183m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 240°16'54" e 5.33m, até o ponto 8, de coordenadas N 6945310.310m e E 727482.554m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 184°45'39" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6945305.328m e E 727482.139m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 187°11'13" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6945300.367m e E 727481.513m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 187°00'38" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6945295.404m e E 727480.903m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°07'57" e 5.00m, até o ponto 12, de coordenadas N 6945290.433m e E 727480.369m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 188°38'50" e 3.00m, até o ponto 13, de coordenadas N 6945287.470m e E 727479.918m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 181°14'41" e 2.22m, até o ponto 14, de coordenadas N 6945285.248m e E 727479.870m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 192°04'10" e 5.00m, até o ponto 15, de coordenadas N 6945280.358m e E 727478.825m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 190°10'40" e 5.00m, até o ponto 16, de coordenadas N 6945275.437m e E 727477.941m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 190°56'54" e 5.00m, até o ponto 17, de coordenadas N 6945270.528m e E 727476.992m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 188°10'02" e 5.00m, até o ponto 18, de coordenadas N 6945265.579m e E 727476.281m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°20'43" e 5.00m, até o ponto 19, de coordenadas N 6945260.609m e E 727475.729m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 188°42'22" e 5.00m, até o ponto 20, de coordenadas N 6945255.667m e E 727474.972m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 184°57'35" e 3.99m, até o ponto 21, de coordenadas N 6945251.690m e E 727474.627m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 142°04'17" e 1.15m, até o ponto 22, de coordenadas N 6945250.782m e E 727475.334m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 178°55'48" e 9.99m, até o ponto 23, de coordenadas N 6945240.793m e E 727475.521m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 182°20'14" e 4.37m, até o ponto 24, de coordenadas N 6945236.423m e E 727475.342m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 115°05'20" e 0.56m, até o ponto 25, de coordenadas N 6945236.185m e E 727475.852m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 181°13'41" e 19.14m, até o ponto 26, de coordenadas N 6945217.045m e E 727475.442m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 197°58'31" e 6.83m, até o ponto 27, de coordenadas N 6945210.551m e E 727473.335m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 202°26'35" e 5.00m, até o ponto 28, de coordenadas N 6945205.930m e E 727471.426m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 206°04'21" e 5.00m, até o ponto 29, de coordenadas N 6945201.439m e E 727469.229m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 210°55'41" e 5.00m, até o ponto 30, de coordenadas N 6945197.150m e E 727466.659m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 211°37'24" e 5.00m, até o ponto 31, de coordenadas N 6945192.892m e E 727464.037m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 214°40'25" e 5.00m, até o ponto 32, de coordenadas N 6945188.780m e E 727461.193m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 211°39'48" e 4.47m, até o ponto 33, de coordenadas N 6945184.974m e E 727458.845m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 222°49'21" e 7.15m, até o ponto 34, de coordenadas N 6945179.728m e E 727453.984m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 233°43'17" e 0.93m, até o ponto 35, de coordenadas N 6945179.177m e E 727453.233m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 216°41'52" e 8.36m, até o ponto 36, de coordenadas N 6945172.473m e E 727448.236m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 258°48'28" e 7.75m, até o ponto 37, de coordenadas N 6945170.969m e E 727440.638m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 181°10'46" e 61.77m, até o ponto 38, de coordenadas N 6945109.216m e E 727439.367m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 181°10'46" e 46.50m, até o ponto 39, de coordenadas N 6945062.725m e E 727438.410m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 181°10'34" e 5.00m, até o ponto 40, de coordenadas N 6945057.726m e E 727438.307m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 181°08'25" e 5.00m, até o ponto 41, de coordenadas N 6945052.727m e E 727438.207m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 181°02'37" e 5.00m, até o ponto 42, de coordenadas N 6945047.728m e E 727438.116m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 180°56'00" e 5.00m, até o ponto 43, de coordenadas N 6945042.729m e E 727438.035m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 180°46'36" e 5.00m, até o ponto 44, de coordenadas N 6945037.729m e E 727437.967m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 180°33'00" e 5.00m, até o ponto 45, de coordenadas N 6945032.729m e E 727437.919m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 180°17'40" e 5.00m, até o ponto 46, de coordenadas N 6945027.729m e E 727437.893m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 179°57'17" e 5.00m, até o ponto 47, de coordenadas N 6945022.729m e E 727437.897m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 179°40'45" e 5.00m, até o ponto 48, de coordenadas N 6945017.729m e E 727437.925m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

distância: 179°10'59" e 5.00m, até o ponto 49, de coordenadas N 6945012.730m e E 727437.997m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 178°46'27" e 5.00m, até o ponto 50, de coordenadas N 6945007.731m e E 727438.104m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 178°23'30" e 5.00m, até o ponto 51, de coordenadas N 6945002.733m e E 727438.244m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 177°40'21" e 5.00m, até o ponto 52, de coordenadas N 6944997.737m e E 727438.447m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 177°11'11" e 5.00m, até o ponto 53, de coordenadas N 6944992.743m e E 727438.692m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 176°45'29" e 5.00m, até o ponto 54, de coordenadas N 6944987.751m e E 727438.975m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 176°12'50" e 5.00m, até o ponto 55, de coordenadas N 6944982.762m e E 727439.305m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 175°35'27" e 5.00m, até o ponto 56, de coordenadas N 6944977.777m e E 727439.690m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 175°11'36" e 5.00m, até o ponto 57, de coordenadas N 6944972.794m e E 727440.109m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 174°33'21" e 5.00m, até o ponto 58, de coordenadas N 6944967.817m e E 727440.583m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 174°06'33" e 5.00m, até o ponto 59, de coordenadas N 6944962.843m e E 727441.096m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 173°27'10" e 5.00m, até o ponto 60, de coordenadas N 6944957.876m e E 727441.666m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 173°04'31" e 5.00m, até o ponto 61, de coordenadas N 6944952.912m e E 727442.269m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 172°35'35" e 5.00m, até o ponto 62, de coordenadas N 6944947.954m e E 727442.914m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 172°02'12" e 5.00m, até o ponto 63, de coordenadas N 6944943.002m e E 727443.606m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 171°28'45" e 5.00m, até o ponto 64, de coordenadas N 6944938.058m e E 727444.347m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 171°14'37" e 5.00m, até o ponto 65, de coordenadas N 6944933.116m e E 727445.109m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 170°44'30" e 5.00m, até o ponto 66, de coordenadas N 6944928.181m e E 727445.913m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 170°27'00" e 5.00m, até o ponto 67, de coordenadas N 6944923.250m e E 727446.742m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 170°12'07" e 5.00m, até o ponto 68, de coordenadas N 6944918.323m e E 727447.593m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 169°55'11" e 5.00m, até o ponto 69, de coordenadas N 6944913.400m e E 727448.469m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 169°46'53" e 5.00m, até o ponto 70, de coordenadas N 6944908.480m e E 727449.356m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 169°12'35" e 5.15m, até o ponto 71, de coordenadas N 6944903.416m e E 727450.321m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 169°22'20" e 18.84m, até o ponto 72, de coordenadas N 6944884.901m e E 727453.795m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 169°27'43" e 10.13m, até o ponto 73, de coordenadas N 6944874.945m e E 727455.647m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 169°48'05" e 11.92m, até o ponto 74, de coordenadas N 6944863.214m e E 727457.757m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 170°23'35" e 5.00m, até o ponto 75, de coordenadas N 6944858.284m e E 727458.592m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 170°11'57" e 5.99m, até o ponto 76, de coordenadas N 6944852.380m e E 727459.612m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 171°14'23" e 5.81m, até o ponto 77, de coordenadas N 6944846.640m e E 727460.496m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 171°14'23" e 8.23m, até o ponto 78, de coordenadas N 6944838.507m e E 727461.750m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 172°20'16" e 12.92m, até o ponto 79, de coordenadas N 6944825.699m e E 727463.473m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 173°41'20" e 11.79m, até o ponto 80, de coordenadas N 6944813.980m e E 727464.769m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 174°57'05" e 11.63m, até o ponto 81, de coordenadas N 6944802.397m e E 727465.792m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 176°16'53" e 12.04m, até o ponto 82, de coordenadas N 6944790.384m e E 727466.573m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 177°40'55" e 12.62m, até o ponto 83, de coordenadas N 6944777.772m e E 727467.083m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 179°23'25" e 6.13m, até o ponto 84, de coordenadas N 6944771.640m e E 727467.149m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 179°34'34" e 5.00m, até o ponto 85, de coordenadas N 6944766.640m e E 727467.186m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 179°39'01" e 5.00m, até o ponto 86, de coordenadas N 6944761.640m e E 727467.216m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 179°45'42" e 5.00m, até o ponto 87, de coordenadas N 6944756.640m e E 727467.237m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 181°52'20" e 5.00m, até o ponto 88, de coordenadas N 6944751.643m e E 727467.074m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 181°24'40" e 6.58m, até o ponto 89, de coordenadas N 6944745.069m e E 727466.912m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 182°43'49" e 11.69m, até o ponto 90, de coordenadas N 6944733.396m e E 727466.355m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 184°02'02" e 12.87m, até o ponto 91, de coordenadas N 6944720.553m e E 727465.449m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 185°05'05" e 12.59m, até o ponto 92, de coordenadas N 6944708.010m e E 727464.333m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 185°52'54" e 5.00m, até o ponto 93, de coordenadas N 6944703.039m e E 727463.821m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 185°42'20" e 6.68m, até o ponto 94, de coordenadas N 6944696.394m e E 727463.157m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°31'27" e 14.76m, até o ponto 95, de coordenadas N 6944681.734m e E 727461.481m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°44'20" e 6.41m, até o ponto 96, de coordenadas N 6944675.369m e E 727460.728m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°45'39" e 4.45m, até o ponto 97, de coordenadas N 6944670.947m e E 727460.204m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°46'28" e 5.00m, até o ponto 98, de coordenadas N 6944665.982m e E 727459.614m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°46'28" e 23.13m, até o ponto 99, de coordenadas N 6944643.017m e E 727456.886m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°46'29" e 74.42m, até o ponto 100, de coordenadas N 6944569.114m e E 727448.107m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°46'29" e 97.15m, até o ponto 101, de coordenadas N 6944472.638m e E 727436.647m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°45'24" e 5.00m, até o ponto 102, de coordenadas N 6944467.673m e E 727436.058m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°44'56" e 5.00m, até o ponto 103, de coordenadas N 6944462.707m e E 727435.471m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°38'23" e 5.00m, até o ponto 104, de coordenadas N 6944457.741m e E 727434.893m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°31'13" e 5.00m, até o ponto 105, de coordenadas N 6944452.773m e E 727434.325m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°21'14" e 5.00m, até o ponto 106, de coordenadas N 6944447.804m e E 727433.771m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 186°07'04" e 5.00m, até o ponto 107, de coordenadas N 6944442.833m e E 727433.239m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 185°51'06" e 5.00m, até o ponto 108, de coordenadas N 6944437.859m e E 727432.729m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 185°34'47" e 3.81m, até o ponto 109, de coordenadas N 6944434.068m e E 727432.358m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 174°52'13" e 7.85m, até o ponto 110, de coordenadas N 6944426.250m e E 727433.060m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 183°00'17" e 29.95m, até o ponto 111, de coordenadas N 6944396.343m e E 727431.490m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 184°50'43" e 19.99m, até o ponto 112, de coordenadas N 6944376.422m e E 727429.802m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 178°30'44" e 2.75m, até o ponto 113, de coordenadas N 6944373.669m e E 727429.873m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 177°49'32" e 6.00m, até o ponto 114, de coordenadas N 6944367.673m e E 727430.101m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 176°56'58" e 8.00m, até o ponto 115, de coordenadas N 6944359.684m e E 727430.527m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 175°42'38" e 5.00m, até o ponto 116, de coordenadas N 6944354.698m e E 727430.901m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 175°42'38" e 5.00m, até o ponto 117, de coordenadas N 6944349.712m e E 727431.274m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 174°54'26" e 10.00m, até o ponto 118, de coordenadas N 6944339.752m e E 727432.162m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 173°32'15" e 5.00m, até o ponto 119, de coordenadas N 6944334.784m e E 727432.725m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 173°04'35" e 5.00m, até o ponto 120, de coordenadas N 6944329.820m e E 727433.328m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 172°23'05" e 5.00m, até o ponto 121, de coordenadas N 6944324.864m e E 727433.990m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 171°44'15" e 5.00m, até o ponto 122, de coordenadas N 6944319.916m e E 727434.709m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 171°44'15" e 5.00m, até o ponto 123, de coordenadas N 6944314.968m e E 727435.427m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 170°28'47" e 5.00m, até o ponto 124, de coordenadas N 6944310.037m e E 727436.254m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 169°57'29" e 4.32m, até o ponto 125, de coordenadas N 6944305.782m e E 727437.008m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 190°08'50" e 91.61m, até o ponto 126, de coordenadas N 6944215.610m e E 727420.869m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 190°57'04" e 210.80m, até o ponto 127, de coordenadas N 6944008.653m e E 727380.824m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 341°33'18" e 37.48m, até o ponto 128, de coordenadas N 6944044.206m e E 727368.966m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 349°44'10" e 18.66m, até o ponto 129, de coordenadas N 6944062.565m e E 727365.642m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 14°16'36" e 19.90m, até o ponto 130, de coordenadas N 6944081.855m e E 727370.550m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 10°29'16" e 11.79m, até o ponto 131, de coordenadas N 6944093.452m e E 727372.697m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 14°32'22" e 15.53m, até o ponto 132, de coordenadas N 6944108.483m e E 727376.595m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 343°55'22" e 98.73m, até o ponto 133, de coordenadas N 6944203.354m e E 727349.253m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 343°58'54" e 7.88m, até o ponto 134, de coordenadas N 6944210.932m e E 727347.078m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 344°06'45" e 9.45m, até o ponto 135, de coordenadas N 6944220.016m e E 727344.492m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 344°37'01" e 16.85m, até o ponto 136, de coordenadas N 6944236.266m e E 727340.021m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 345°43'00" e 15.28m, até o ponto 137, de coordenadas N 6944251.071m e E 727336.252m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 346°43'53" e 12.64m, até o ponto 138, de coordenadas N 6944263.372m e E 727333.351m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 348°08'36" e 10.05m, até o ponto 139, de coordenadas N 6944273.204m e E 727331.287m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 348°41'33" e 11.73m, até o ponto 140, de coordenadas N 6944284.708m e E 727328.987m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 350°18'22" e 12.06m, até o ponto 141, de coordenadas N 6944296.594m e E 727326.956m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 351°24'51" e 6.21m, até o ponto 142, de coordenadas N 6944302.736m e E 727326.029m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 351°24'51" e 7.84m, até o ponto 143, de coordenadas N 6944310.483m e E 727324.859m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 353°05'35" e 6.17m, até o ponto 144, de coordenadas N 6944316.604m e E 727324.118m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 353°05'35" e 11.29m, até o ponto 145, de coordenadas N 6944327.817m e E 727322.760m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 354°49'18" e 12.64m, até o ponto 146, de coordenadas N 6944340.407m e E 727321.619m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 355°56'13" e 11.87m, até o ponto 147, de coordenadas N 6944352.248m e E 727320.777m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 347°05'23" e 5.05m, até o ponto 148, de coordenadas N 6944357.173m e E 727319.648m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e

Versão do DOU em Formato Digital

distância: 354°22'04" e 39.85m, até o ponto 149, de coordenadas N 6944396.827m e E 727315.738m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 3°01'41" e 19.75m, até o ponto 150, de coordenadas N 6944416.551m e E 727316.781m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 9°48'58" e 21.31m, até o ponto 151, de coordenadas N 6944437.554m e E 727320.415m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 8°07'30" e 43.01m, até o ponto 152, de coordenadas N 6944480.129m e E 727326.493m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 8°07'30" e 11.36m, até o ponto 153, de coordenadas N 6944491.375m e E 727328.099m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 8°07'30" e 166.51m, até o ponto 154, de coordenadas N 6944656.215m e E 727351.632m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 12°31'58" e 159.24m, até o ponto 155, de coordenadas N 6944811.661m e E 727386.187m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Laurentino Machado, com o seguinte azimute e distância: 9°33'08" e 95.34m, até o ponto 156, de coordenadas N 6944905.683m e E 727402.010m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 7°07'48" e 205.76m, até o ponto 157, de coordenadas N 6945109.854m e E 727427.549m; deste, segue confrontando com espólio de Manoel Hames, com o seguinte azimute e distância: 9°59'28" e 226.28m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6945332.701m e E 727466.807m, início da descrição; fechando o perímetro com 2.759,98m e a área com 85.154,42m²;

XIII - área 13 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6944008.653m e E 727380.824m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 10°57'04" e 210.80m, até o ponto 1, de coordenadas N 6944215.610m e E 727420.869m; deste, segue confrontando com J. R. Administração e Participação S.C. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 10°08'50" e 91.61m, até o ponto 2, de coordenadas N 6944305.782m e E 727437.008m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 169°23'41" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6944300.867m e E 727437.928m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 168°41'17" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6944295.964m e E 727438.909m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 168°20'40" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6944291.068m e E 727439.919m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 167°34'15" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6944286.185m e E 727440.995m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 166°49'37" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6944281.316m e E 727442.134m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 166°24'13" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6944276.456m e E 727443.310m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 165°53'38" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6944271.607m e E 727444.529m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 165°29'37" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6944266.767m e E 727445.781m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 165°06'31" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6944261.935m e E 727447.066m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 164°51'05" e 5.00m, até o ponto 12, de coordenadas N 6944257.108m e E 727448.373m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 164°32'42" e 5.00m, até o ponto 13, de coordenadas N 6944252.289m e E 727449.705m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 164°20'59" e 5.00m, até o ponto 14, de coordenadas N 6944247.474m e E 727451.054m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 164°11'08" e 5.00m, até o ponto 15, de coordenadas N 6944242.664m e E 727452.416m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 164°02'42" e 5.00m, até o ponto 16, de coordenadas N 6944237.856m e E 727453.791m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 163°58'09" e 5.00m, até o ponto 17, de coordenadas N 6944233.051m e E 727455.172m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 163°55'21" e 5.00m, até o ponto 18, de coordenadas N 6944228.246m e E 727456.556m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 163°55'22" e 89.83m, até o ponto 19, de coordenadas N 6944141.933m e E 727481.432m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 119°05'42" e 15.17m, até o ponto 20, de coordenadas N 6944134.555m e E 727494.690m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 150°24'44" e 15.57m, até o ponto 21, de coordenadas N 6944121.016m e E 727502.378m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 154°29'29" e 7.48m, até o ponto 22, de coordenadas N 6944114.264m e E 727505.600m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 154°29'29" e 5.67m, até o ponto 23, de coordenadas N 6944109.150m e E 727508.040m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 118°10'58" e 7.01m, até o ponto 24, de coordenadas N 6944105.838m e E 727514.221m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 154°11'13" e 26.48m, até o ponto 25, de coordenadas N 6944082.004m e E 727525.750m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 161°01'33" e 13.47m, até o ponto 26, de coordenadas N 6944069.270m e E 727530.128m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig e não identificado, com o seguinte azimute e distância: 190°30'40" e 302.16m, até o ponto 27, de coordenadas N 6943772.184m e E 727475.006m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 340°29'22" e 5.00m, até o ponto 28, de coordenadas N 6943776.897m e E 727473.336m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 341°07'23" e 5.00m, até o ponto 29, de coordenadas N 6943781.628m e E 727471.719m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 341°30'27" e 5.00m, até o ponto 30, de coordenadas N 6943786.370m e E 727470.133m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 341°45'01" e 5.00m, até o ponto 31, de coordenadas N 6943791.118m e E 727468.567m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 342°16'06" e 5.00m, até o ponto 32, de coordenadas N 6943795.881m e E 727467.044m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 342°38'22" e 5.00m, até o ponto 33, de coordenadas N 6943800.653m e E 727465.552m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 342°57'12" e 5.00m, até o ponto 34, de coordenadas N 6943805.434m e E 727464.087m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 343°17'24" e 5.00m, até o ponto 35, de coordenadas N 6943810.222m e E 727462.649m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 343°23'48" e 5.00m, até o ponto 36, de coordenadas N 6943815.014m e E 727461.220m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 343°36'55" e 5.00m, até o ponto 37, de coordenadas N 6943819.811m e E 727459.810m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 343°46'48" e 5.00m, até o ponto 38, de coordenadas N 6943824.612m e E 727458.413m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 343°52'24" e 5.00m, até o ponto 39, de coordenadas N 6943829.415m e E 727457.024m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 343°55'04" e 5.00m, até o ponto 40, de coordenadas N 6943834.219m e E 727455.639m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 343°55'22" e 102.63m, até o ponto 41, de coordenadas N 6943932.834m e E 727427.218m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 268°10'29" e 5.85m, até o ponto 42, de coordenadas N 6943932.648m e E 727421.375m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 329°38'36" e 44.44m, até o ponto 43, de coordenadas N 6943970.997m e E 727398.915m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 343°45'15" e 12.01m, até o ponto 44, de coordenadas N 6943982.524m e E 727395.556m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 328°01'44" e 24.41m, até o ponto 45, de coordenadas N 6944003.227m e E 727382.633m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 341°33'18" e 5.72m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6944008.653m e E 727380.824m, início da descrição; fechando o perímetro com 1.125,31m e a área com 37.160,40m²;

XIV - área 14 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943810.035m e E 727482.029m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 10°30'40" e 263.66m, até o ponto 1, de coordenadas N 6944069.270m e E 727530.128m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 161°01'33" e 12.10m, até o ponto 2, de coordenadas N 6944057.828m e E 727534.062m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 161°34'00" e 16.07m, até o ponto 3, de coordenadas N 6944042.582m e E 727539.143m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 169°42'08" e 16.55m, até o ponto 4, de coordenadas N 6944026.302m e E 727542.101m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 175°10'25" e 17.64m, até o ponto 5, de coordenadas N 6944008.728m e E 727543.585m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 187°23'00" e 35.41m, até o ponto 6, de coordenadas N 6943973.607m e E 727539.034m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 196°32'34" e 16.20m, até o ponto 7, de coordenadas N 6943958.075m e E 727534.421m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 163°55'22" e 99.92m, até o ponto 8, de coordenadas N 6943862.060m e E 727562.093m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 129°41'18" e 7.31m, até o ponto 9, de coordenadas N 6943857.389m e E 727567.721m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 146°31'27" e 13.67m, até o ponto 10, de coordenadas N 6943845.989m e E 727575.260m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 176°16'55" e 7.94m, até o ponto 11, de coordenadas N 6943838.068m e E 727575.774m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 158°01'21" e 3.51m, até o ponto 12, de coordenadas N 6943834.814m e E 727577.088m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 173°49'30" e 3.56m, até o ponto 13, de coordenadas N 6943831.280m e E 727577.470m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 156°40'49" e 2.95m, até o ponto 14, de coordenadas N 6943828.569m e E 727578.638m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 194°15'40" e 11.73m, até o ponto 15, de coordenadas N 6943817.200m e E 727575.749m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 160°54'52" e 3.68m, até o ponto 16, de coordenadas N 6943813.719m e E 727576.953m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 160°17'47" e 5.00m, até o ponto 17, de coordenadas N 6943809.011m e E 727578.639m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 159°37'06" e 5.00m, até o ponto 18, de coordenadas N 6943804.324m e E 727580.381m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 159°07'15" e 5.00m, até o ponto 19, de coordenadas N 6943799.653m e E 727582.163m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 157°38'42" e 5.00m, até o ponto 20, de coordenadas N 6943795.029m e E 727584.064m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 156°42'31" e 5.00m, até o ponto 21, de coordenadas N 6943790.436m e E 727586.041m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 156°11'19" e 5.00m, até o ponto 22, de coordenadas N 6943785.862m e E 727588.060m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 155°27'40" e 5.00m, até o ponto 23, de coordenadas N 6943781.313m e E 727590.137m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 154°31'02" e 5.00m, até o ponto 24, de coordenadas N 6943776.800m e E 727592.288m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 154°29'47" e 5.00m, até o ponto 25, de coordenadas N 6943772.287m e E 727594.441m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 151°50'29" e 5.00m, até o ponto 26, de coordenadas N 6943767.879m e E 727596.800m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 151°50'40" e 5.00m, até o ponto 27, de coordenadas N 6943763.470m e E 727599.159m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 151°49'31" e 5.00m, até o ponto 28, de coordenadas N 6943759.063m e E 727601.520m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 149°52'54" e 5.00m, até o ponto 29, de coordenadas N 6943754.738m e E 727604.029m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 149°51'38" e 5.00m, até o ponto 30, de coordenadas N 6943750.414m e E 727606.540m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 147°43'26" e 5.00m, até o ponto 31, de coordenadas N 6943746.186m e E 727609.210m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 147°42'28" e 5.00m, até o ponto 32, de coordenadas N 6943741.960m e E 727611.881m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 146°04'21" e 5.00m, até o ponto 33, de coordenadas N 6943737.811m e E 727614.672m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 146°04'15" e 5.00m, até o ponto 34, de coordenadas N 6943733.662m e E 727617.463m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 145°41'17" e 5.00m, até o ponto 35, de coordenadas N 6943729.532m e E 727620.281m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 144°11'55" e 5.00m, até o ponto 36, de coordenadas N 6943725.477m e E 727623.206m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 143°59'27" e 5.00m, até o ponto 37, de coordenadas N 6943721.433m e E 727626.145m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 142°26'36" e 5.00m, até o ponto 38, de coordenadas N 6943717.469m e E 727629.193m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 141°24'18" e 5.00m, até o ponto 39, de coordenadas N 6943713.561m e E 727632.312m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 140°54'18" e 5.00m, até o ponto 40, de coordenadas N 6943709.680m e E 727635.465m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 140°01'23" e 5.00m, até o ponto 41, de coordenadas N 6943705.849m e E 727638.678m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 139°38'28" e 5.00m, até o ponto 42, de coordenadas N 6943702.039m e E 727641.916m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 139°07'34" e 5.00m, até o ponto 43, de coordenadas N 6943698.258m e E 727645.188m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 138°39'11" e 5.00m, até o ponto 44, de coordenadas N 6943694.504m e E 727648.491m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 138°18'53" e 5.00m, até o ponto 45, de coordenadas N

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6943690.770m e E 727651.816m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 137°55'08" e 5.00m, até o ponto 46, de coordenadas N 6943687.059m e E 727655.167m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°59'19" e 70.65m, até o ponto 47, de coordenadas N 6943617.481m e E 727642.912m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 280°16'50" e 88.32m, até o ponto 48, de coordenadas N 6943633.242m e E 727556.014m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 319°30'47" e 1.09m, até o ponto 49, de coordenadas N 6943634.072m e E 727555.305m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 319°59'15" e 5.00m, até o ponto 50, de coordenadas N 6943637.902m e E 727552.090m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 320°40'41" e 5.00m, até o ponto 51, de coordenadas N 6943641.770m e E 727548.922m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 320°31'48" e 5.00m, até o ponto 52, de coordenadas N 6943645.630m e E 727545.743m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 322°18'14" e 5.00m, até o ponto 53, de coordenadas N 6943649.586m e E 727542.686m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 321°24'42" e 5.00m, até o ponto 54, de coordenadas N 6943653.494m e E 727539.567m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 323°48'00" e 5.00m, até o ponto 55, de coordenadas N 6943657.529m e E 727536.614m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 324°00'56" e 5.00m, até o ponto 56, de coordenadas N 6943661.575m e E 727533.677m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 324°09'04" e 5.00m, até o ponto 57, de coordenadas N 6943665.628m e E 727530.748m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 324°39'21" e 5.00m, até o ponto 58, de coordenadas N 6943669.706m e E 727527.856m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 325°13'46" e 5.00m, até o ponto 59, de coordenadas N 6943673.813m e E 727525.004m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 326°04'44" e 5.00m, até o ponto 60, de coordenadas N 6943677.963m e E 727522.214m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 326°34'03" e 5.00m, até o ponto 61, de coordenadas N 6943682.135m e E 727519.459m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 327°40'57" e 5.00m, até o ponto 62, de coordenadas N 6943686.361m e E 727516.786m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 328°01'03" e 5.00m, até o ponto 63, de coordenadas N 6943690.602m e E 727514.138m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 328°17'45" e 5.00m, até o ponto 64, de coordenadas N 6943694.856m e E 727511.510m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 10°30'40" e 108.28m, até o ponto 65, de coordenadas N 6943801.319m e E 727531.264m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 280°02'23" e 50.00m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943810.035m e E 727482.029m, início da descrição; fechando o perímetro com 1.075,24m e a área com 29.386,84m²;

XV - área 15 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943772.184m e E 727475.006m; deste, segue confrontando com Valdemar Antonio Schmidt, com o seguinte azimute e distância: 10°30'40" e 38.50m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943810.035m e E 727482.029m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 100°02'23" e 50.00m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943801.319m e E 727531.264m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 190°30'40" e 108.28m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943694.856m e E 727511.510m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 329°47'27" e 5.64m, até o ponto 4, de coordenadas N 6943699.734m e E 727508.670m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 330°12'14" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6943704.073m e E 727506.186m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 331°06'06" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6943708.450m e E 727503.769m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 331°43'31" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6943712.854m e E 727501.401m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 331°17'34" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6943717.239m e E 727498.999m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 333°18'34" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6943721.706m e E 727496.753m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 333°21'33" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6943726.175m e E 727494.511m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 334°05'42" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6943730.673m e E 727492.327m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 334°43'02" e 5.00m, até o ponto 12, de coordenadas N 6943735.194m e E 727490.191m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 335°25'34" e 5.00m, até o ponto 13, de coordenadas N 6943739.741m e E 727488.112m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 336°05'49" e 5.00m, até o ponto 14, de coordenadas N 6943744.312m e E 727486.086m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 337°12'03" e 5.00m, até o ponto 15, de coordenadas N 6943748.922m e E 727484.149m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 336°26'15" e 5.00m, até o ponto 16, de coordenadas N 6943753.505m e E 727482.150m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 338°16'33" e 5.00m, até o ponto 17, de coordenadas N 6943758.150m e E 727480.299m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 338°42'08" e 5.00m, até o ponto 18, de coordenadas N 6943762.808m e E 727478.483m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 339°22'09" e 5.00m, até o ponto 19, de coordenadas N 6943767.488m e E 727476.721m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 339°56'20" e 5.00m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943772.184m e E 727475.006m, início da descrição; fechando o perímetro com 282,42m e a área com 3.786,12m²;

XVI - área 16 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943608.477m e E 727692.553m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 280°16'50" e 50.45m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943617.481m e E 727642.912m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 9°59'19" e 70.65m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943687.059m e E 727655.167m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 137°44'56" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943683.358m e E 727658.529m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 137°29'31" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6943679.673m e E 727661.907m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 137°21'06" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6943675.995m e E 727665.295m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 137°18'06" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6943672.320m e E 727668.685m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 137°14'45" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6943668.649m e E 727672.080m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 137°15'50" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6943664.976m e E 727675.473m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 137°19'38" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6943661.300m e E 727678.862m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 137°26'39" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6943657.617m e E 727682.243m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 137°36'47" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6943653.924m e E 727685.614m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 137°50'49" e 5.00m, até o ponto 12, de coordenadas N 6943650.217m e E 727688.969m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 138°04'18" e 5.00m, até o ponto 13, de coordenadas N 6943646.497m e E 727692.310m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 138°28'55" e 5.00m, até o ponto 14, de coordenadas N 6943642.754m e E 727695.625m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 138°43'08" e 4.16m, até o ponto 15, de coordenadas N 6943639.627m e E 727698.370m; deste, segue confrontando com Otavio Manoel dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 190°34'39" e 31.69m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943608.477m e E 727692.553m, início da descrição; fechando o perímetro com 216,95m e a área com 2.599,56m²;

XVII - área 17 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943601.972m e E 727728.416m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 280°16'50" e 36.45m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943608.477m e E 727692.553m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros, com o seguinte azimute e distância: 10°34'39" e 31.69m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943639.627m e E 727698.370m; deste, segue confrontando com Otavio Manoel dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 139°04'10" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943635.849m e E 727701.646m; deste, segue confrontando com Otavio Manoel dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 139°34'18" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6943632.043m e E 727704.888m; deste, segue confrontando com Otavio Manoel dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 139°57'29" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6943628.216m e E 727708.105m; deste, segue confrontando com Otavio Manoel dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 140°34'34" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6943624.353m e E 727711.280m; deste, segue confrontando com Otavio Manoel dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 141°05'04" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6943620.463m e E 727714.421m; deste, segue confrontando com Otavio Manoel dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 141°40'47" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6943616.540m e E 727717.521m; deste, segue confrontando com Otavio Manoel dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 142°18'50" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6943612.583m e E 727720.578m; deste, segue confrontando com Otavio Manoel dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 142°54'33" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6943608.595m e E 727723.593m; deste, segue confrontando com Otavio Manoel dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 143°37'49" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6943604.569m e E 727726.558m; deste, segue confrontando com Otavio Manoel dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 144°24'59" e 3.19m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943601.972m e E 727728.416m, início da descrição; fechando o perímetro com 116,33m e a área com 596,39m²;

XVIII - área 18 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943633.242m e E 727556.014m; deste, segue confrontando com Renato Luiz Hinnig e Rosane Basil Hinnig, com o seguinte azimute e distância: 100°16'50" e 88.32m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943617.481m e E 727642.912m; deste, segue confrontando com Eugênio Schmidt e outros e Otavio Manoel dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 100°16'50" e 86.90m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943601.972m e E 727728.416m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 147°21'17" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943597.762m e E 727731.113m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 147°32'02" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6943593.543m e E 727733.797m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 149°12'35" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6943589.248m e E 727736.357m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 149°01'17" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6943584.961m e E 727738.930m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 149°01'17" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6943580.674m e E 727741.504m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 149°01'17" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6943576.388m e E 727744.078m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 149°01'17" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6943572.101m e E 727746.651m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 149°01'17" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6943567.814m e E 727749.225m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 149°01'17" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6943563.527m e E 727751.798m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 149°01'17" e 5.00m, até o ponto 12, de coordenadas N 6943559.240m e E 727754.372m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 154°28'30" e 5.00m, até o ponto 13, de coordenadas N 6943554.728m e E 727756.527m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 154°28'30" e 5.00m, até o ponto 14, de coordenadas N 6943550.216m e E 727758.681m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 154°28'30" e 5.00m, até o ponto 15, de coordenadas N 6943545.704m e E 727760.836m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 154°28'30" e 5.00m, até o ponto 16, de coordenadas N 6943541.192m e E 727762.990m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 154°28'30" e 5.00m, até o ponto 17, de coordenadas N 6943536.681m e E 727765.145m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 154°28'30" e 5.00m, até o ponto 18, de coordenadas N 6943532.169m e E 727767.299m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 157°13'43" e 5.00m, até o ponto 19, de coordenadas N 6943527.558m e E 727769.235m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 158°25'56" e 5.00m, até o ponto 20, de coordenadas N 6943522.908m e E 727771.073m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 159°31'58" e 5.00m, até o ponto 21, de coordenadas N 6943518.224m e E 727772.821m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 161°03'55" e 5.00m, até o ponto 22, de coordenadas N 6943513.495m e E 727774.443m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 161°03'55" e 5.00m, até o ponto 23, de coordenadas N 6943508.765m e E 727776.066m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 162°29'29" e 5.00m, até o ponto 24, de coordenadas N 6943503.997m e E 727777.570m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 162°29'29" e 5.00m, até o ponto 25, de coordenadas N 6943499.228m e E 727779.074m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 162°29'29" e 5.00m, até o ponto 26, de coordenadas N 6943494.460m e E 727780.579m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 162°29'29" e 5.00m, até o ponto 27, de coordenadas N 6943489.692m e E 727782.083m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 162°29'29" e 5.00m, até o ponto 28, de coordenadas N 6943484.923m e E 727783.587m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 166°28'19" e 5.00m, até o ponto 29, de coordenadas N 6943480.062m e E 727784.757m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 166°28'19" e 5.00m, até o ponto 30, de coordenadas N 6943475.201m e E 727785.926m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 166°28'19" e 5.00m, até o ponto 31, de coordenadas N 6943470.339m e E 727787.096m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 167°41'35" e 5.00m, até o ponto 32, de coordenadas N 6943465.454m e E 727788.162m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 167°41'35" e 5.00m, até o ponto 33, de co-

REVISÃO DE PROVA - ARTE FINAL

ordenadas N 6943460.569m e E 727789.227m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 169°15'30" e 5.00m, até o ponto 34, de coordenadas N 6943455.657m e E 727790.159m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 169°15'30" e 5.00m, até o ponto 35, de coordenadas N 6943450.744m e E 727791.091m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 171°19'58" e 5.00m, até o ponto 36, de coordenadas N 6943445.802m e E 727791.845m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 171°19'58" e 5.00m, até o ponto 37, de coordenadas N 6943440.859m e E 727792.598m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 171°19'58" e 5.00m, até o ponto 38, de coordenadas N 6943435.916m e E 727793.352m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 173°35'29" e 5.00m, até o ponto 39, de coordenadas N 6943430.947m e E 727793.910m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 173°35'29" e 5.00m, até o ponto 40, de coordenadas N 6943425.978m e E 727794.468m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 175°26'51" e 5.00m, até o ponto 41, de coordenadas N 6943420.994m e E 727794.865m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 175°26'51" e 5.00m, até o ponto 42, de coordenadas N 6943416.010m e E 727795.262m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 178°19'17" e 5.00m, até o ponto 43, de coordenadas N 6943411.012m e E 727795.408m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 178°19'17" e 5.00m, até o ponto 44, de coordenadas N 6943406.014m e E 727795.555m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 179°45'08" e 5.00m, até o ponto 45, de coordenadas N 6943401.014m e E 727795.576m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 179°45'08" e 5.00m, até o ponto 46, de coordenadas N 6943396.014m e E 727795.598m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 179°45'08" e 5.00m, até o ponto 47, de coordenadas N 6943391.014m e E 727795.619m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 179°00'47" e 5.00m, até o ponto 48, de coordenadas N 6943386.015m e E 727795.706m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 179°00'47" e 5.00m, até o ponto 49, de coordenadas N 6943381.016m e E 727795.792m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 180°55'07" e 5.00m, até o ponto 50, de coordenadas N 6943376.016m e E 727795.712m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 180°55'07" e 5.00m, até o ponto 51, de coordenadas N 6943371.017m e E 727795.631m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 184°02'01" e 5.00m, até o ponto 52, de coordenadas N 6943366.029m e E 727795.280m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 184°02'01" e 5.00m, até o ponto 53, de coordenadas N 6943361.042m e E 727794.928m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 184°57'38" e 5.00m, até o ponto 54, de coordenadas N 6943356.061m e E 727794.496m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 184°57'38" e 5.00m, até o ponto 55, de coordenadas N 6943351.079m e E 727794.063m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 186°14'17" e 5.00m, até o ponto 56, de coordenadas N 6943346.109m e E 727793.520m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 186°14'17" e 3.64m, até o ponto 57, de coordenadas N 6943342.494m e E 727793.125m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 281°23'18" e 110.37m, até o ponto 58, de coordenadas N 6943364.287m e E 727684.927m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 5°44'34" e 0.74m, até o ponto 59, de coordenadas N 6943365.020m e E 727685.001m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 2°10'58" e 5.00m, até o ponto 60, de coordenadas N 6943370.016m e E 727685.192m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 2°10'58" e 5.00m, até o ponto 61, de coordenadas N 6943375.013m e E 727685.382m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 3°00'20" e 5.00m, até o ponto 62, de coordenadas N 6943380.006m e E 727685.644m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 3°35'29" e 5.00m, até o ponto 63, de coordenadas N 6943384.996m e E 727685.957m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 358°42'00" e 5.00m, até o ponto 64, de coordenadas N 6943389.995m e E 727685.844m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 359°02'05" e 5.00m, até o ponto 65, de coordenadas N 6943394.994m e E 727685.760m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 359°02'05" e 5.00m, até o ponto 66, de coordenadas N 6943399.993m e E 727685.675m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 355°32'10" e 5.00m, até o ponto 67, de coordenadas N 6943404.978m e E 727685.286m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 355°08'19" e 5.00m, até o ponto 68, de coordenadas N 6943409.960m e E 727684.863m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 355°08'19" e 5.00m, até o ponto 69, de coordenadas N 6943414.942m e E 727684.439m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 350°59'42" e 5.00m, até o ponto 70, de coordenadas N 6943419.881m e E 727683.656m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 350°59'42" e 5.00m, até o ponto 71, de coordenadas N 6943424.819m e E 727682.874m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 350°59'42" e 5.00m, até o ponto 72, de coordenadas N 6943429.757m e E 727682.091m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 350°59'42" e 5.00m, até o ponto 73, de coordenadas N 6943434.696m e E 727681.308m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 350°59'42" e 5.00m, até o ponto 74, de coordenadas N 6943439.634m e E 727680.526m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 350°59'42" e 5.00m, até o ponto 75, de coordenadas N 6943444.572m e E 727679.743m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 346°05'27" e 5.00m, até o ponto 76, de coordenadas N 6943449.426m e E 727678.541m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 346°05'27" e 5.00m, até o ponto 77, de coordenadas N 6943454.279m e E 727677.339m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 346°05'27" e 5.00m, até o ponto 78, de coordenadas N 6943459.133m e E 727676.137m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 343°30'23" e 5.00m, até o ponto 79, de coordenadas N 6943463.927m e E 727674.718m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 343°30'23" e 5.00m, até o ponto 80, de coordenadas N 6943468.721m e E 727673.298m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 339°14'10" e 5.00m, até o ponto 81, de coordenadas N 6943473.396m e E 727671.526m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 339°14'10" e 5.00m, até o ponto 82, de coordenadas N 6943478.072m e E 727669.753m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 339°14'10" e 5.00m, até o ponto 83, de coordenadas N 6943482.747m e E 727667.981m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 339°14'10" e 5.00m, até o ponto 84, de coordenadas N 6943487.422m e E 727666.208m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 339°14'10" e 5.00m, até o ponto 85, de coordenadas N 6943492.097m e E 727664.435m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 339°14'10" e 5.00m, até o ponto 86, de coordenadas N 6943496.773m e E 727662.663m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 331°54'11" e 5.00m, até o ponto 87, de coordenadas N 6943501.183m e E 727660.308m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 331°35'12" e 5.00m, até o ponto 88, de coordenadas N 6943505.581m e E 727657.929m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 331°35'12" e 5.00m, até o ponto 89, de coordenadas N 6943509.979m e E 727655.550m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 331°35'12" e 5.00m, até o ponto 90, de coordenadas N 6943514.376m e E 727653.171m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 331°35'12" e 5.00m, até o ponto 91, de coordenadas N 6943518.774m e E 727650.791m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 327°14'15" e 5.00m, até o ponto 92, de coordenadas N 6943522.979m e E 727648.086m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 326°45'15" e 5.00m, até o ponto 93, de coordenadas N 6943527.160m e E 727645.344m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 326°45'15" e 5.00m, até o ponto 94, de coordenadas N 6943531.342m e E 727642.603m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 326°45'15" e 5.00m, até o ponto 95, de coordenadas N 6943535.524m e E 727639.862m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 326°45'15" e 5.00m, até o ponto 96, de coordenadas N 6943539.705m e E 727637.121m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 321°13'58" e 5.00m, até o ponto 97, de coordenadas N 6943543.604m e E 727633.990m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 321°17'55" e 5.00m, até o ponto 98, de coordenadas N 6943547.506m e E 727630.864m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 321°17'55" e 5.00m, até o ponto 99, de coordenadas N 6943551.408m e E 727627.738m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 321°17'55" e 5.00m, até o ponto 100, de coordenadas N 6943555.310m e E 727624.611m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 321°17'55" e 5.00m, até o ponto 101, de coordenadas N 6943559.212m e E 727621.485m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 321°17'55" e 5.00m, até o ponto 102, de coordenadas N 6943563.114m e E 727618.359m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 321°17'55" e 5.00m, até o ponto 103, de coordenadas N 6943567.016m e E 727615.232m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 321°17'55" e 5.00m, até o ponto 104, de coordenadas N 6943570.918m e E 727612.106m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 317°44'40" e 5.00m, até o ponto 105, de coordenadas N 6943574.619m e E 727608.744m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 317°44'40" e 5.00m, até o ponto 106, de coordenadas N 6943578.320m e E 727605.382m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 317°44'40" e 5.00m, até o ponto 107, de coordenadas N 6943582.021m e E 727602.019m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 317°44'40" e 5.00m, até o ponto 108, de coordenadas N 6943585.721m e E 727598.657m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 317°44'40" e 5.00m, até o ponto 109, de coordenadas N 6943589.422m e E 727595.295m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 317°44'40" e 5.00m, até o ponto 110, de coordenadas N 6943593.123m e E 727591.933m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 317°44'40" e 5.00m, até o ponto 111, de coordenadas N 6943596.824m e E 727588.571m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 317°44'40" e 5.00m, até o ponto 112, de coordenadas N 6943600.524m e E 727585.208m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 318°11'52" e 5.00m, até o ponto 113, de coordenadas N 6943604.252m e E 727581.876m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 318°17'26" e 5.00m, até o ponto 114, de coordenadas N 6943607.984m e E 727578.549m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 318°17'26" e 5.00m, até o ponto 115, de coordenadas N 6943611.717m e E 727575.222m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 318°17'26" e 5.00m, até o ponto 116, de coordenadas N 6943615.450m e E 727571.895m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 318°17'26" e 5.00m, até o ponto 117, de coordenadas N 6943619.182m e E 727568.569m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 318°17'26" e 5.00m, até o ponto 118, de coordenadas N 6943622.915m e E 727565.242m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 318°13'02" e 13.85m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943633.242m e E 727556.014m, início da descrição; fechando o perímetro com 868,82m e a área com 32.025,77m²;

XIX - área 19 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943364.287m e E 727684.927m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 101°23'18" e 110.37m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943342.494m e E 727793.125m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 188°19'55" e 5.00m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943337.546m e E 727792.400m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 188°46'31" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943332.605m e E 727791.637m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 189°49'18" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6943327.678m e E 727790.785m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 190°47'09" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6943322.767m e E 727789.849m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 190°47'09" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6943317.855m e E 727788.913m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 190°47'09" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6943312.943m e E 727787.977m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 193°13'25" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6943308.076m e E 727786.834m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 193°20'37" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6943303.211m e E 727785.680m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 194°38'26" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6943298.373m e E 727784.416m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 195°08'33" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6943293.547m e E 727783.110m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 195°26'43" e 5.00m, até o ponto 12, de coordenadas N 6943288.727m e E 727781.778m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 196°00'22" e 5.00m, até o ponto 13, de coordenadas N 6943283.921m e E 727780.400m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 196°45'27" e 8.10m, até o ponto 14, de coordenadas N

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6943276.167m e E 727778.065m; deste, segue confrontando com Sirlei Rodrigues de Freitas, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 6.54m, até o ponto 15, de coordenadas N 6943277.397m e E 727771.644m; deste, segue confrontando com Élcio Roberto Strechar, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 15.00m, até o ponto 16, de coordenadas N 6943280.221m e E 727756.912m; deste, segue confrontando com Sidney Nascimento Amorim e Djalma Nascimento de Amorim Júnior, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 15.00m, até o ponto 17, de coordenadas N 6943283.045m e E 727742.181m; deste, segue confrontando com Michel Rodolfo Seemann e Cleide Inácio Goulart Seemann, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 15.00m, até o ponto 18, de coordenadas N 6943285.869m e E 727727.449m; deste, segue confrontando com Daise Espírito Santo Sachetti, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 11.00m, até o ponto 19, de coordenadas N 6943287.940m e E 727716.645m; deste, segue confrontando com Vilanir Steffens e Madlene Maria de Abreu, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 21.89m, até o ponto 20, de coordenadas N 6943292.061m e E 727695.148m; deste, segue confrontando com Eduardo Manoel da Silva, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 17.00m, até o ponto 21, de coordenadas N 6943295.261m e E 727678.452m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 9.63m, até o ponto 22, de coordenadas N 6943297.075m e E 727668.990m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 19°16'39" e 5.00m, até o ponto 23, de coordenadas N 6943301.795m e E 727670.641m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 18°34'09" e 5.00m, até o ponto 24, de coordenadas N 6943306.534m e E 727672.233m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 17°26'36" e 5.00m, até o ponto 25, de coordenadas N 6943311.304m e E 727673.732m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 16°27'50" e 5.00m, até o ponto 26, de coordenadas N 6943316.099m e E 727675.149m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 17°01'53" e 5.00m, até o ponto 27, de coordenadas N 6943320.880m e E 727676.613m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 14°33'26" e 5.00m, até o ponto 28, de coordenadas N 6943325.720m e E 727677.870m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 14°03'09" e 5.00m, até o ponto 29, de coordenadas N 6943330.570m e E 727679.084m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 13°02'30" e 5.00m, até o ponto 30, de coordenadas N 6943335.441m e E 727680.212m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 11°27'19" e 5.00m, até o ponto 31, de coordenadas N 6943340.341m e E 727681.205m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 10°22'16" e 5.00m, até o ponto 32, de coordenadas N 6943345.260m e E 727682.105m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 9°24'39" e 5.00m, até o ponto 33, de coordenadas N 6943350.193m e E 727682.923m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 8°53'12" e 5.00m, até o ponto 34, de coordenadas N 6943355.132m e E 727683.695m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 8°16'29" e 5.00m, até o ponto 35, de coordenadas N 6943360.080m e E 727684.415m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 6°56'45" e 4.24m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943364.287m e E 727684.927m, início da descrição; fechando o perímetro com 358,77m e a área com 7.555,98m²;

XX - área 20 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943254.602m e E 727670.658m; deste, segue confrontando com Rua Santilia Antônio Guinácio, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 17.42m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943257.880m e E 727653.554m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 22°26'52" e 5.00m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943262.501m e E 727655.464m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 22°02'37" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943267.136m e E 727657.340m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 21°59'02" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6943271.772m e E 727659.212m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 21°37'44" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6943276.420m e E 727661.055m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 21°20'12" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6943281.077m e E 727662.874m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 20°53'57" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6943285.748m e E 727664.658m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 20°53'57" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6943290.420m e E 727666.441m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 21°12'21" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6943295.081m e E 727668.250m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 20°21'15" e 2.13m, até o ponto 10, de coordenadas N 6943297.075m e E 727668.990m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 100°51'05" e 9.63m, até o ponto 11, de coordenadas N 6943295.261m e E 727678.452m; deste, segue confrontando com Eduardo Manoel da Silva, com o seguinte azimute e distância: 190°51'05" e 41.40m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943254.602m e E 727670.658m, início da descrição; fechando o perímetro com 110,58m e a área com 555,12m²;

XXI - área 21 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943251.401m e E 727687.354m; deste, segue confrontando com Rua Santilia Antônio Guinácio, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 17.00m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943254.602m e E 727670.658m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 10°51'05" e 41.40m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943295.261m e E 727678.452m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 100°51'05" e 17.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943292.061m e E 727695.148m; deste, segue confrontando com Vilanir Steffens e Madlene Maria de Abreu, com o seguinte azimute e distância: 190°51'05" e 41.40m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943251.401m e E 727687.354m, início da descrição; fechando o perímetro com 116,80m e a área com 703,80m²;

XXII - área 22 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943247.280m e E 727708.851m; deste, segue confrontando com Rua Santilia Antônio Guinácio, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 21.89m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943251.401m e E 727687.354m; deste, segue confrontando com Eduardo Manoel da Silva, com o seguinte azimute e distância: 10°51'05" e 41.40m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943292.061m e E 727695.148m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 100°51'05" e 21.89m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943287.940m e E 727716.645m; deste, segue confrontando com Daise Espírito Santo Sachetti, com o seguinte azimute e distância: 190°51'05" e 41.40m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943247.280m e E 727708.851m, início da descrição; fechando o perímetro com 126,58m e a área com 906,19m²;

XXIII - área 23 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943245.209m e E 727719.655m; deste, segue confrontando com Rua Santilia Antônio Guinácio, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 11.00m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943247.280m e E 727708.851m; deste, segue confrontando com Vilanir Steffens e Madlene Maria de Abreu, com o seguinte azimute e distância: 10°51'05" e 41.40m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943287.940m e E 727716.645m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 100°51'05" e 11.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943285.869m e E 727727.449m; deste, segue confrontando com Michel Rodolfo Seemann e Cleide Inácio Goulart Seemann, com o seguinte azimute e distância: 190°51'05" e 41.40m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943245.209m e E 727719.655m, início da descrição; fechando o perímetro com 104,80m e a área com 455,40m²;

XXIV - área 24 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943242.385m e E 727734.386m; deste, segue confrontando com Rua Santilia Antônio Guinácio, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 15.00m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943245.209m e E 727719.655m; deste, segue confrontando com Daise Espírito Santo Sachetti, com o seguinte azimute e distância: 10°51'05" e 41.40m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943285.869m e E 727727.449m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 100°51'05" e 15.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943283.045m e E 727742.181m; deste, segue confrontando com Sidney Nascimento Amorim e Djalma Nascimento de Amorim Júnior, com o seguinte azimute e distância: 190°51'05" e 41.40m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943242.385m e E 727734.386m, início da descrição; fechando o perímetro com 112,80m e a área com 621,00m²;

XXV - área 25 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943239.561m e E 727749.118m; deste, segue confrontando com Rua Santilia Antônio Guinácio, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 15.00m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943242.385m e E 727734.386m; deste, segue confrontando com Michel Rodolfo Seemann e Cleide Inácio Goulart Seemann, com o seguinte azimute e distância: 10°51'05" e 41.40m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943283.045m e E 727742.181m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 100°51'05" e 15.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943280.221m e E 727756.912m; deste, segue confrontando com Élcio Roberto Strechar, com o seguinte azimute e distância: 190°51'05" e 41.40m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943239.561m e E 727749.118m, início da descrição; fechando o perímetro com 112,80m e a área com 621,00m²;

XXVI - área 26 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943236.762m e E 727763.724m; deste, segue confrontando com Rua Santilia Antônio Guinácio, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 14.87m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943239.561m e E 727749.118m; deste, segue confrontando com Sidney Nascimento Amorim e Djalma Nascimento de Amorim Júnior, com o seguinte azimute e distância: 10°51'05" e 41.40m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943280.221m e E 727756.912m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 100°51'05" e 15.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943277.397m e E 727771.644m; deste, segue confrontando com Sirlei Rodrigues de Freitas, com o seguinte azimute e distância: 190°51'05" e 40.73m, até o ponto 4, de coordenadas N 6943237.392m e E 727763.976m; deste, segue confrontando com Élcio Roberto Strechar, com o seguinte azimute e distância: 201°45'33" e 0.68m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943236.762m e E 727763.724m, início da descrição; fechando o perímetro com 112,68m e a área com 620,96m²;

XXVII - área 27 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943277.397m e E 727771.644m; deste, segue confrontando com Maria da Glória Silveira, com o seguinte azimute e distância: 100°51'05" e 6.54m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943276.167m e E 727778.065m; deste, segue confrontando com Sirlei Rodrigues de Freitas, com o seguinte azimute e distância: 198°05'20" e 5.00m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943271.414m e E 727776.512m; deste, segue confrontando com Sirlei Rodrigues de Freitas, com o seguinte azimute e distância: 199°17'15" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943266.694m e E 727774.861m; deste, segue confrontando com Sirlei Rodrigues de Freitas, com o seguinte azimute e distância: 199°31'22" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6943261.982m e E 727773.190m; deste, segue confrontando com Sirlei Rodrigues de Freitas, com o seguinte azimute e distância: 199°38'52" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6943257.273m e E 727771.509m; deste, segue confrontando com Sirlei Rodrigues de Freitas, com o seguinte azimute e distância: 200°23'56" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6943252.586m e E 727769.766m; deste, segue confrontando com Sirlei Rodrigues de Freitas, com o seguinte azimute e distância: 200°40'19" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6943247.908m e E 727768.001m; deste, segue confrontando com Sirlei Rodrigues de Freitas, com o seguinte azimute e distância: 200°40'19" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6943243.230m e E 727766.236m; deste, segue confrontando com Sirlei Rodrigues de Freitas, com o seguinte azimute e distância: 201°00'46" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6943238.563m e E 727764.443m; deste, segue confrontando com Sirlei Rodrigues de Freitas, com o seguinte azimute e distância: 201°45'33" e 1.26m, até o ponto 10, de coordenadas N 6943237.392m e E 727763.976m; deste, segue confrontando com Élcio Roberto Strechar, com o seguinte azimute e distância: 10°51'05" e 40.73m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943277.397m e E 727771.644m, início da descrição; fechando o perímetro com 88,53m e a área com 142,85m²;

XXVIII - área 28 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943250.459m e E 727650.482m; deste, segue confrontando com Rua Santilia Antônio Guinácio, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 22.59m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943245.997m e E 727672.631m; deste, segue confrontando com Valdino Medeiros, com o seguinte azimute e distância: 192°51'45" e 17,66m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943228.776m e E 727668.698m; deste, segue confrontando com Valdino Medeiros, com o seguinte azimute e distância: 281°14'26" e 25.62m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943233.770m e E 727643.571m; deste, segue confrontando com Pedro Ignácio e Maristela Mendes Ignácio, com o seguinte azimute e distância: 22°29'40" e 18.06m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943250.459m e E 727650.482m, início da descrição; fechando o perímetro com 83,93m e a área com 426,41m²;

XXIX - área 29 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943210.939m e E 727637.021m; deste, segue confrontando com José Nelson da Silva, com o seguinte azimute e distância: 281°23'22" e 2.73m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943211.479m e E 727634.341m; deste, segue confrontando com Maria do Carmo da Silva Ignácio, com o seguinte azimute e distância: 22°29'40" e 15.16m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943225.482m e E 727640.139m; deste, segue confrontando com Valdino Medeiros, com o seguinte azimute e distância: 192°06'02" e 14.87m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943210.939m e E 727637.021m, início da descrição; fechando o perímetro com 32,76m e a área com 20,34m²;

XXX - área 30 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943233.770m e E 727643.571m; deste, segue confrontando com Pedro Ignácio e Maristela Mendes Ignácio, com o seguinte azimute e distância: 101°14'26" e 25.62m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943228.776m e E 727668.698m; deste, segue confrontando com Pedro Ignácio e Maristela Mendes Ignácio, com o seguinte azimute e distância: 12°51'45" e 17.66m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943245.997m e E 727672.631m; deste, segue confrontando com Rua Santilia Antônio Guinácio, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 2.96m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943245.413m e E 727675.529m; deste, segue confrontando com Lourival José de Limas, com o seguinte azimute e distância: 190°51'05" e 41.40m, até o ponto 4, de coordenadas N 6943204.752m e E 727667.734m; deste, segue confrontando com José Nelson da Silva, com o seguinte azimute e distância: 281°23'22" e 15.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6943207.714m e E 727653.029m; deste, segue confrontando com José Nelson da Silva, com o seguinte azimute e distância: 281°23'22" e 16.33m, até o ponto 6, de coordenadas N 6943210.939m e E 727637.021m; deste, segue confrontando com Maria do Carmo da Silva Ignácio, com o seguinte azimute e distância: 12°06'02" e 14.87m, até o ponto 7, de coordenadas N 6943225.482m e E 727640.139m; deste, segue confrontando com Valdino Medeiros, com o seguinte azimute e distância: 22°29'40" e 8.97m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943233.770m e E 727643.571m, início da descrição; fechando o perímetro com 142,81m e a área com 787,26m²;

XXXI - área 31 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943245.413m e E 727675.529m; deste, segue confrontando com Rua Santilia Antônio Guinácio, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 30.00m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943239.489m e E 727704.939m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos e Ivonete da Silva Ignácio dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 190°51'05" e 41.40m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943198.827m e E 727697.145m; deste, segue confrontando com José Nelson da Silva, com o seguinte azimute e distância: 281°23'22" e 30.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943204.752m e E 727667.734m; deste, segue confrontando com

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Valdino Medeiros, com o seguinte azimute e distância: 10°51'05" e 41.40m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943245.413m e E 727675.529m, início da descrição; fechando o perímetro com 142,80m e a área com 1.242,05m²;

XXXII - área 32 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943239.489m e E 727704.939m; deste, segue confrontando com Rua Santilia Antônio Guinácio, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 30.00m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943233.564m e E 727734.350m; deste, segue confrontando com Maria do Carmo da Silva Ignácio, com o seguinte azimute e distância: 190°51'05" e 41.40m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943192.903m e E 727726.555m; deste, segue confrontando com José Nelson da Silva, com o seguinte azimute e distância: 281°23'22" e 30.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943198.827m e E 727697.145m; deste, segue confrontando com Lourival José de Limas, com o seguinte azimute e distância: 10°51'05" e 41.40m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943239.489m e E 727704.939m, início da descrição; fechando o perímetro com 142,80m e a área com 1.242,05m²;

XXXIII - área 33 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943233.564m e E 727734.350m; deste, segue confrontando com Rua Santilia Antônio Guinácio, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 15.00m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943230.602m e E 727749.055m; deste, segue confrontando com Adriana Debax, com o seguinte azimute e distância: 190°51'05" e 25.79m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943205.272m e E 727744.199m; deste, segue confrontando com Marcelina Pickler, com o seguinte azimute e distância: 190°51'05" e 15.61m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943189.940m e E 727741.261m; deste, segue confrontando com José Nelson da Silva, com o seguinte azimute e distância: 281°23'22" e 15.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6943192.903m e E 727726.555m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos e Ivonete da Silva Ignácio dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 10°51'05" e 41.40m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943233.564m e E 727734.350m, início da descrição; fechando o perímetro com 112,80m e a área com 621,03m²;

XXXIV - área 34 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943230.602m e E 727749.055m; deste, segue confrontando com Rua Santilia Antônio Guinácio, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 11.50m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943228.330m e E 727760.332m; deste, segue confrontando com Marcelina Pickler, com o seguinte azimute e distância: 202°24'10" e 5.00m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943223.708m e E 727758.426m; deste, segue confrontando com Marcelina Pickler, com o seguinte azimute e distância: 202°24'10" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943219.085m e E 727756.521m; deste, segue confrontando com Marcelina Pickler, com o seguinte azimute e distância: 202°24'10" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6943214.462m e E 727754.615m; deste, segue confrontando com Marcelina Pickler, com o seguinte azimute e distância: 202°24'10" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6943209.840m e E 727752.710m; deste, segue confrontando com Marcelina Pickler, com o seguinte azimute e distância: 202°24'10" e 6.21m, até o ponto 6, de coordenadas N 6943204.095m e E 727750.341m; deste, segue confrontando com Marcelina Pickler, com o seguinte azimute e distância: 280°51'05" e 6.25m, até o ponto 7, de coordenadas N 6943205.272m e E 727744.200m; deste, segue confrontando com Maria do Carmo da Silva Ignácio, com o seguinte azimute e distância: 10°51'05" e 25.79m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943230.602m e E 727749.055m, início da descrição; fechando o perímetro com 69,75m e a área com 228,64m²;

XXXV - área 35 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943205.272m e E 727744.199m; deste, segue confrontando com Adriana Debax, com o seguinte azimute e distância: 100°51'05" e 6.25m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943204.095m e E 727750.341m; deste, segue confrontando com Marcelina Pickler, com o seguinte azimute e distância: 202°29'40" e 15.97m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943189.342m e E 727744.232m; deste, segue confrontando com José Nelson da Silva, com o seguinte azimute e distância: 281°23'22" e 3.03m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943189.940m e E 727741.261m; deste, segue confrontando com Maria do Carmo da Silva Ignácio, com o seguinte azimute e distância: 10°51'05" e 15.61m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943205.272m e E 727744.199m, início da descrição; fechando o perímetro com 40,86m e a área com 72,56m²;

XXXVI - área 36 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943211.479m e E 727634.341m; deste, segue confrontando com Maria do Carmo da Silva Ignácio, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 2.73m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943210.939m e E 727637.021m; deste, segue confrontando com Valdino Medeiros, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 16.33m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943207.714m e E 727653.029m; deste, segue confrontando com Valdino Medeiros, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 15.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943204.752m e E 727667.734m; deste, segue confrontando com Lourival José de Limas, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 30.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6943198.827m e E 727697.145m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos e Ivonete da Silva Ignácio dos Santos, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 15.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6943195.865m e E 727711.850m; deste, segue confrontando com Anísio Lindolfo dos Santos e Ivonete da Silva Ignácio dos Santos e Maria do Carmo da Silva Ignácio, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 30.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6943189.940m e E 727741.261m; deste, segue confrontando com Marcelina Pickler, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 3.03m, até o ponto 7, de coordenadas N 6943189.342m e E 727744.232m; deste, segue confrontando com José Nelson da Silva, com o seguinte azimute e distância: 202°29'40" e 10.59m, até o ponto 8, de coordenadas N 6943179.559m e E 727740.181m; deste, segue confrontando com Marcelina Pickler, com o seguinte azimute e distância: 281°23'22" e 112.10m, até o ponto 9, de coordenadas N 6943201.696m e E 727630.290m; deste, segue confrontando com José Nelson da Silva, com o seguinte azimute e distância: 22°29'40" e 10.59m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943211.479m e E 727634.341m, início da descrição; fechando o perímetro com 245,37m e a área com 1.164,49m²;

XXXVII - área 37 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943201.696m e E 727630.290m; deste, segue confrontando com José Nelson da Silva, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 112.10m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943179.559m e E 727740.181m; deste, segue confrontando com Marcelina Pickler, com o seguinte azimute e distância: 202°29'40" e 11.01m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943169.390m e E 727735.970m; deste, segue confrontando com York Administração de Bens e Participações e Arraial D'Ajuda Construtora, com o seguinte azimute e distância: 281°23'22" e 112.10m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943191.527m e E 727626.079m; deste, segue confrontando com Marcelina Pickler, com o seguinte azimute e distância: 22°29'40" e 11.01m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943201.696m e E 727630.290m, início da descrição; fechando o perímetro com 246,22m e a área com 1.210,74m²;

XXXVIII - área 38 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943191.527m e E 727626.079m; deste, segue confrontando com Marcelina Pickler, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 112.10m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943169.390m e E 727735.970m; deste, segue confrontando com York Administração de Bens e Participações e Arraial D'Ajuda Construtora, com o seguinte azimute e distância: 202°29'40" e 32.51m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943139.357m e E 727723.533m; deste, segue confrontando com Ivete Therezinha da Silva Batista, com o seguinte azimute e distância: 281°23'22" e 112.10m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943161.494m e E 727613.642m; deste, segue confrontando com York Administração de Bens e Participações e Arraial D'Ajuda Construtora, com o seguinte azimute e distância: 22°29'40" e 32.51m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943191.527m e E 727626.079m, início da descrição; fechando o perímetro com 289,22m e a área com 3.575,63m²;

XXXIX - área 39 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943161.494m e E 727613.642m; deste, segue confrontando com York Administração de Bens e Participações e Arraial D'Ajuda Construtora, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 112.10m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943139.357m e E 727723.533m; deste, segue confrontando com Ivete Therezinha da Silva Batista, com o seguinte azimute e distância: 202°29'40" e 10.55m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943129.612m e E 727719.498m; deste, segue confrontando com Jailson José Pacífico e Alvina Priscila Ávila Maccari Pacífico, com o seguinte azimute e distância: 281°23'22" e 112.10m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943151.749m e E 727609.606m; deste, segue confrontando com Ivete Therezinha da Silva Batista, com o seguinte azimute e distância: 22°29'40" e 10.55m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943161.494m e E 727613.642m, início da descrição; fechando o perímetro com 245,30m e a área com 1.160,32m²;

XL - área 40 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943151.749m e E 727609.606m; deste, segue confrontando com Ivete Therezinha da Silva Batista, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 112.10m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943129.612m e E 727719.498m; deste, segue confrontando com Jaílson José Pacífico e Alvina Priscila Ávila Maccari Pacífico, com o seguinte azimute e distância: 202°29'40" e 9.65m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943120.700m e E 727715.807m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 281°23'22" e 112.10m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943142.837m e E 727605.916m; deste, segue confrontando com Jaílson José Pacífico e Alvina Priscila Ávila Maccari Pacífico, com o seguinte azimute e distância: 22°29'40" e 9.65m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943151.749m e E 727609.606m, início da descrição; fechando o perímetro com 243,50m e a área com 1.061,02m²;

XLI - área 41 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6943142.837m e E 727605.916m; deste, segue confrontando com Jaílson José Pacífico e Alvina Priscila Ávila Maccari Pacífico, com o seguinte azimute e distância: 101°23'22" e 112.10m, até o ponto 1, de coordenadas N 6943120.700m e E 727715.807m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 202°29'40" e 8.59m, até o ponto 2, de coordenadas N 6943112.768m e E 727712.523m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 193°08'04" e 31.61m, até o ponto 3, de coordenadas N 6943081.987m e E 727705.340m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 211°13'36" e 13.65m, até o ponto 4, de coordenadas N 6943070.311m e E 727698.262m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 199°34'50" e 36.96m, até o ponto 5, de coordenadas N 6943035.493m e E 727685.877m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 197°08'30" e 39.37m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942997.873m e E 727674.273m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 205°09'25" e 20.89m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942978.961m e E 727665.392m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 217°17'49" e 19.81m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942963.202m e E 727653.388m; deste, segue confrontando com Terezinha Oliveira Macedo e Adão Machado, com o seguinte azimute e distância: 282°04'17" e 118.60m, até o ponto 9, de coordenadas N 6942988.005m e E 727537.409m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 30°49'37" e 10.23m, até o ponto 10, de coordenadas N 6942996.794m e E 727542.653m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 26°35'17" e 21.84m, até o ponto 11, de coordenadas N 6943016.320m e E 727552.426m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 23°04'28" e 42.01m, até o ponto 12, de coordenadas N 6943054.965m e E 727568.889m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 15°21'24" e 13.65m, até o ponto 13, de coordenadas N 6943068.128m e E 727572.504m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 41°30'41" e 7.02m, até o ponto 14, de coordenadas N 6943073.382m e E 727577.155m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 22°29'40" e 75.17m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6943142.837m e E 727605.916m, início da descrição; fechando o perímetro com 571,50m e a área com 19.560,97m²;

XLII - área 42 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942809.923m e E 727540.774m; deste, segue confrontando com Bonifácio da Rosa e outros, com o seguinte azimute e distância: 281°20'27" e 64.62m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942822.630m e E 727477.417m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 281°20'27" e 19.59m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942826.481m e E 727458.214m; deste, segue confrontando com Terezinha Oliveira Macedo e Adão Machado, com o seguinte azimute e distância: 19°59'52" e 11.12m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942836.934m e E 727462.018m; deste, segue confrontando com Terezinha Oliveira Macedo e Adão Machado, com o seguinte azimute e distância: 79°43'45" e 18.92m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942840.308m e E 727480.638m; deste, segue confrontando com Terezinha Oliveira Macedo e Adão Machado, com o seguinte azimute e distância: 22°29'40" e 99.98m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942932.679m e E 727518.889m; deste, segue confrontando com Terezinha Oliveira Macedo e Adão Machado, com o seguinte azimute e distância: 11°14'45" e 11.72m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942944.170m e E 727521.174m; deste, segue confrontando com Terezinha Oliveira Macedo e Adão Machado, com o seguinte azimute e distância: 29°17'38" e 17.05m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942959.039m e E 727529.516m; deste, segue confrontando com Terezinha Oliveira Macedo e Adão Machado, com o seguinte azimute e distância: 5°07'13" e 18.60m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942977.560m e E 727531.175m; deste, segue confrontando com Terezinha Oliveira Macedo e Adão Machado, com o seguinte azimute e distância: 30°49'37" e 12.16m, até o ponto 9, de coordenadas N 6942988.005m e E 727537.409m; deste, segue confrontando com Milton Jaques da Nova e Paulo Ricardo da Nova, com o seguinte azimute e distância: 102°04'17" e 118.60m, até o ponto 10, de coordenadas N 6942963.202m e E 727653.388m; deste, segue confrontando com Terezinha Oliveira Macedo e Adão Machado, com o seguinte azimute e distância: 217°17'49" e 10.13m, até o ponto 11, de coordenadas N 6942955.142m e E 727647.249m; deste, segue confrontando com Terezinha Oliveira Macedo e Adão Machado, com o seguinte azimute e distância: 202°30'47" e 79.05m, até o ponto 12, de coordenadas N 6942882.114m e E 727616.980m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 242°57'27" e 44.43m, até o ponto 13, de coordenadas N 6942861.913m e E 727577.406m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 219°26'29" e 26.25m, até o ponto 14, de coordenadas N 6942841.637m e E 727560.727m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 212°10'31" e 37.47m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942809.923m e E 727540.774m, início da descrição; fechando o perímetro com 589,69m e a área com 17.215,78m²;

XLIII - área 43 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942873.834m e E 727613.304m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 61°48'54" e 0.36m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942874.002m e E 727613.618m; deste, segue confrontando com Adilson Volmir do Nascimento, com o seguinte azimute e distância: 202°30'47" e 0.31m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942873.714m e E 727613.498m; deste, segue confrontando com Laudir SchmidtSchmitt, com o seguinte azimute e distância: 301°38'31" e 0.23m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942873.834m e E 727613.304m, início da descrição; fechando o perímetro com 90cm e a área com 400cm²;

XLIV - área 44 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942840.625m e E 727584.851m; deste, segue confrontando com Lauro Hilberto Müller, com o seguinte azimute e distância: 301°38'31" e 13.29m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942847.595m e E 727573.540m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 42°22'42" e 10.02m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942854.996m e E 727580.293m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 56°06'29" e 5.04m, até o

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ponto 3, de coordenadas N 6942857.804m e E 727584.473m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 60°28'51" e 22.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942868.641m e E 727603.613m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 61°48'54" e 10.99m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942873.834m e E 727613.304m; deste, segue confrontando com Adilson Volmir do Nascimento, com o seguinte azimute e distância: 121°38'31" e 0.23m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942873.714m e E 727613.498m; deste, segue confrontando com Laudir SchmidtSchmitt, com o seguinte azimute e distância: 202°30'47" e 20.19m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942855.060m e E 727605.767m; deste, segue confrontando com Laudir SchmidtSchmitt, com o seguinte azimute e distância: 240°29'31" e 21.66m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942844.392m e E 727586.918m; deste, segue confrontando com Laudir SchmidtSchmitt, com o seguinte azimute e distância: 208°44'35" e 4.30m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942840.625m e E 727584.851m, início da descrição; fechando o perímetro com 107,72m e a área com 475,03m²;

XLV - área 45 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942803.305m e E 727573.770m; deste, segue confrontando com Nicésio Sens, com o seguinte azimute e distância: 43°02'50" e 25.86m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942822.205m e E 727591.424m; deste, segue confrontando com Lauro Hilberto Müller, com o seguinte azimute e distância: 43°02'50" e 0.62m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942822.660m e E 727591.849m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 124°35'10" e 2.40m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942821.300m e E 727593.822m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 205°04'03" e 22.22m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942801.172m e E 727584.407m; deste, segue confrontando com Bonifácio da Rosa e outros, com o seguinte azimute e distância: 281°20'27" e 10.85m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942803.305m e E 727573.770m, início da descrição; fechando o perímetro com 61,45m e a área com 148,48m²;

XLVI - área 46 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942837.647m e E 727566.817m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 34°03'12" e 12.01m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942847.595m e E 727573.540m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 121°38'31" e 13.29m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942840.625m e E 727584.851m; deste, segue confrontando com Lauro Hilberto Müller, com o seguinte azimute e distância: 208°44'35" e 10.87m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942831.090m e E 727579.622m; deste, segue confrontando com Lauro Hilberto Müller, com o seguinte azimute e distância: 124°35'10" e 14.85m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942822.660m e E 727591.849m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 223°02'50" e 0.62m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942822.205m e E 727591.424m; deste, segue confrontando com Nicésio Sens, com o seguinte azimute e distância: 302°06'41" e 29.05m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942837.647m e E 727566.817m, início da descrição; fechando o perímetro com 80,69m e a área com 180,66m²;

XLVII - área 47 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942808.632m e E 727547.207m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 34°03'12" e 35.02m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942837.647m e E 727566.817m; deste, segue confrontando com Lauro Hilberto Muller, com o seguinte azimute e distância: 122°06'41" e 29.05m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942822.205m e E 727591.424m; deste, segue confrontando com Laudir SchmidtSchmitt, com o seguinte azimute e distância: 223°02'50" e 25.86m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942803.305m e E 727573.770m; deste, segue confrontando com Bonifácio da Rosa e outros, com o seguinte azimute e distância: 281°20'27" e 10.40m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942805.351m e E 727563.571m; deste, segue confrontando com Bonifácio da Rosa e outros, com o seguinte azimute e distância: 281°20'27" e 16.69m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942808.632m e E 727547.207m, início da descrição; fechando o perímetro com 117,02m e a área com 806,44m²;

XLVIII - área 48 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942742.306m e E 727505.970m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 335°47'36" e 0.25m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942742.538m e E 727505.866m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 7°14'22" e 10.20m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942752.657m e E 727507.151m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 41°11'34" e 23.92m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942770.655m e E 727522.904m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 32°37'02" e 45.09m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942808.632m e E 727547.207m; deste, segue confrontando com Nicésio Sens e Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 101°20'27" e 37.94m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942801.172m e E 727584.407m; deste, segue confrontando com Bonifácio da Rosa e outros, com o seguinte azimute e distância: 205°04'03" e 18.87m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942784.076m e E 727576.411m; deste, segue confrontando com Bonifácio da Rosa e outros, com o seguinte azimute e distância: 152°20'52" e 9.47m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942775.690m e E 727580.805m; deste, segue confrontando com Bonifácio da Rosa e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°14'45" e 21.34m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942754.690m e E 727577.009m; deste, segue confrontando com Bonifácio da Rosa e outros, com o seguinte azimute e distância: 124°11'41" e 4.54m, até o ponto 9, de coordenadas N 6942752.141m e E 727580.761m; deste, segue confrontando com Bonifácio da Rosa e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°40'26" e 24.91m, até o ponto 10, de coordenadas N 6942727.590m e E 727576.576m; deste, segue confrontando com Coapar Adm. Part. Emp. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 281°46'24" e 5.68m, até o ponto 11, de coordenadas N 6942728.750m e E 727571.012m; deste, segue confrontando com Coapar Adm. Part. Emp. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 281°46'24" e 66.44m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942742.306m e E 727505.970m, início da descrição; fechando o perímetro com 268,65m e a área com 4.037,97m²;

XLIX - área 49 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942809.923m e E 727540.774m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 214°07'22" e 45.57m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942772.198m e E 727515.211m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 221°11'34" e 23.92m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942754.200m e E 727499.459m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 187°14'22" e 10.35m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942743.935m e E 727498.155m; deste, segue confrontando com servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 281°46'24" e 0.08m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942743.950m e E 727498.080m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 345°17'08" e 81.35m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942822.629m e E 727477.417m; deste, segue confrontando com Terezinha Oliveira Macedo e Adão Machado, com o seguinte azimute e distância: 101°20'27" e 64.62m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942809.923m e E 727540.774m, início da descrição; fechando o perímetro com 225,89m e a área com 2.255,34m²;

L - área 50 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942826.481m e E 727458.214m; deste, segue confrontando com Terezinha Oliveira Macedo e Adão Machado, com o seguinte azimute e distância: 101°20'27" e 19.59m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942822.630m e E 727477.417m; deste, segue confrontando com Bonifácio da Rosa e outros, com o seguinte azimute e distância: 165°17'08" e 81.35m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942743.950m e E 727498.080m; deste, segue confrontando com Laudir SchmidtSchmitt, com o seguinte azimute e distância: 281°46'24" e 86.27m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942761.553m e E 727413.622m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 4°12'09" e 5.40m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942766.941m e E 727414.018m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 12°42'46" e 19.09m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942785.559m e E 727418.218m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 27°19'58" e 20.75m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942803.989m e E 727427.744m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 39°04'46" e 24.86m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942823.288m e E 727443.417m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 90°51'12" e 13.56m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942823.086m e E 727456.978m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros, com o seguinte azimute e distância: 19°59'52" e 3.61m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942826.481m e E 727458.214m, início da descrição; fechando o perímetro com 274,48m e a área com 4.511,88m²;

LI - área 51 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942641.004m e E 727492.717m; deste, segue confrontando com Coapar Adm. Part. Emp. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 101°28'25" e 31.14m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942634.809m e E 727523.237m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 216°10'45" e 4.39m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942631.265m e E 727520.645m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 191°11'09" e 1.13m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942630.161m e E 727520.427m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 191°03'11" e 1.14m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942629.044m e E 727520.209m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°55'28" e 1.14m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942627.924m e E 727519.992m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°47'59" e 1.15m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942626.799m e E 727519.778m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°40'46" e 1.15m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942625.669m e E 727519.565m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°33'47" e 1.16m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942624.528m e E 727519.352m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°27'00" e 1.16m, até o ponto 9, de coordenadas N 6942623.388m e E 727519.142m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°20'31" e 1.16m, até o ponto 10, de coordenadas N 6942622.246m e E 727518.933m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°14'17" e 1.16m, até o ponto 11, de coordenadas N 6942621.100m e E 727518.726m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°08'17" e 1.17m, até o ponto 12, de coordenadas N 6942619.949m e E 727518.520m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°02'33" e 1.17m, até o ponto 13, de coordenadas N 6942618.794m e E 727518.316m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°57'03" e 1.18m, até o ponto 14, de coordenadas N 6942617.635m e E 727518.113m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°51'48" e 1.18m, até o ponto 15, de coordenadas N 6942616.472m e E 727517.910m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°46'48" e 1.18m, até o ponto 16, de coordenadas N 6942615.305m e E 727517.709m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°42'03" e 1.19m, até o ponto 17, de coordenadas N 6942614.133m e E 727517.509m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°37'33" e 1.19m, até o ponto 18, de coordenadas N 6942612.958m e E 727517.309m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°33'17" e 1.20m, até o ponto 19, de coordenadas N 6942611.778m e E 727517.111m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°29'16" e 1.20m, até o ponto 20, de coordenadas N 6942610.594m e E 727516.913m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°25'30" e 1.20m, até o ponto 21, de coordenadas N 6942609.406m e E 727516.716m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°21'59" e 0.91m, até o ponto 22, de coordenadas N 6942608.507m e E 727516.568m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°20'19" e 0.61m, até o ponto 23, de coordenadas N 6942607.910m e E 727516.469m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°18'43" e 0.61m, até o ponto 24, de coordenadas N 6942607.312m e E 727516.371m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°17'10" e 0.61m, até o ponto 25, de coordenadas N 6942606.713m e E 727516.273m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°15'42" e 0.61m, até o ponto 26, de coordenadas N 6942606.112m e E 727516.175m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°14'16" e 0.61m, até o ponto 27, de coordenadas N 6942605.511m e E 727516.078m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°12'55" e 0.61m, até o ponto 28, de coordenadas N 6942604.909m e E 727515.980m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°11'37" e 0.61m, até o ponto 29, de coordenadas N 6942604.306m e E 727515.882m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°10'23" e 0.61m, até o ponto 30, de coordenadas N 6942603.701m e E 727515.785m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°09'13" e 0.61m, até o ponto 31, de coordenadas N 6942603.096m e E 727515.687m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°08'06" e 0.61m, até o ponto 32, de coordenadas N 6942602.490m e E 727515.590m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°07'03" e 0.62m, até o ponto 33, de coordenadas N 6942601.882m e E 727515.492m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°06'04" e 0.62m, até o ponto 34, de coordenadas N 6942601.274m e E 727515.395m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°05'08" e 0.62m, até o ponto 35, de coordenadas N 6942600.665m e E 727515.297m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°04'16" e 0.62m, até o ponto 36, de coordenadas N 6942600.054m e E 727515.200m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°03'28" e 0.62m, até o ponto 37, de coordenadas N 6942599.443m e E 727515.102m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°02'44" e 0.62m, até o ponto 38, de coordenadas N 6942598.831m e E 727515.005m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°02'03" e 0.62m, até o ponto 39, de coordenadas N 6942598.217m e E 727514.907m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°01'26" e 0.62m, até o ponto 40, de coordenadas N 6942597.603m e E 727514.810m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°00'53" e 0.62m, até o ponto 41, de coordenadas N 6942596.988m e E 727514.712m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°00'23" e 0.62m, até o ponto 42, de coordenadas N 6942596.372m e E 727514.615m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°59'57" e 0.62m, até o ponto 43, de coordenadas N 6942595.754m e E 727514.517m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°59'35" e 0.63m, até o ponto 44, de coordenadas N 6942595.136m e E 727514.419m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°59'16" e 0.63m, até o ponto 45, de coordenadas N 6942594.517m e E 727514.321m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°59'02" e 0.63m, até o ponto 46, de coordenadas N 6942593.897m e E 727514.223m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°58'44" e 1.89m, até o ponto 47, de coordenadas N 6942592.030m e E 727513.928m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°58'39" e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

28.63m, até o ponto 48, de coordenadas N 6942563.756m e E 727509.461m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°58'42" e 1.69m, até o ponto 49, de coordenadas N 6942562.091m e E 727509.198m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°58'55" e 0.85m, até o ponto 50, de coordenadas N 6942561.256m e E 727509.066m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°59'11" e 0.85m, até o ponto 51, de coordenadas N 6942560.419m e E 727508.934m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°59'32" e 0.85m, até o ponto 52, de coordenadas N 6942559.581m e E 727508.801m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°59'58" e 0.85m, até o ponto 53, de coordenadas N 6942558.742m e E 727508.668m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°00'29" e 0.85m, até o ponto 54, de coordenadas N 6942557.902m e E 727508.535m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°01'06" e 0.85m, até o ponto 55, de coordenadas N 6942557.060m e E 727508.402m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°01'47" e 0.85m, até o ponto 56, de coordenadas N 6942556.217m e E 727508.268m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°02'35" e 0.86m, até o ponto 57, de coordenadas N 6942555.373m e E 727508.133m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°03'27" e 0.86m, até o ponto 58, de coordenadas N 6942554.527m e E 727507.998m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°04'24" e 0.86m, até o ponto 59, de coordenadas N 6942553.680m e E 727507.863m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°05'27" e 0.86m, até o ponto 60, de coordenadas N 6942552.831m e E 727507.727m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°06'35" e 0.86m, até o ponto 61, de coordenadas N 6942551.981m e E 727507.591m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°07'48" e 0.86m, até o ponto 62, de coordenadas N 6942551.130m e E 727507.454m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°09'06" e 0.86m, até o ponto 63, de coordenadas N 6942550.278m e E 727507.317m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°10'30" e 0.86m, até o ponto 64, de coordenadas N 6942549.424m e E 727507.179m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°11'58" e 0.87m, até o ponto 65, de coordenadas N 6942548.569m e E 727507.041m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°13'32" e 0.87m, até o ponto 66, de coordenadas N 6942547.713m e E 727506.901m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°15'12" e 0.87m, até o ponto 67, de coordenadas N 6942546.855m e E 727506.762m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°16'56" e 0.87m, até o ponto 68, de coordenadas N 6942545.996m e E 727506.621m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°18'46" e 0.87m, até o ponto 69, de coordenadas N 6942545.136m e E 727506.480m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°20'40" e 0.87m, até o ponto 70, de coordenadas N 6942544.274m e E 727506.339m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°22'41" e 0.87m, até o ponto 71, de coordenadas N 6942543.411m e E 727506.196m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°24'46" e 0.88m, até o ponto 72, de coordenadas N 6942542.547m e E 727506.053m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°26'56" e 0.88m, até o ponto 73, de coordenadas N 6942541.681m e E 727505.909m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°29'12" e 0.88m, até o ponto 74, de coordenadas N 6942540.815m e E 727505.764m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°31'33" e 0.88m, até o ponto 75, de coordenadas N 6942539.947m e E 727505.618m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°33'59" e 0.22m, até o ponto 76, de coordenadas N 6942539.728m e E 727505.581m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 281°34'55" e 12.89m, até o ponto 77, de coordenadas N 6942542.315m e E 727492.958m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 359°51'37" e 98.69m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942641.004m e E 727492.717m, início da descrição; fechando o perímetro com 321,30m e a área com 6.095,63m²;

LII - área 52 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942761.553m e E 727413.622m; deste, segue confrontando com Adelino João da Silveira e outros e servidão Laerte Stefens, com o seguinte azimute e distância: 101°46'24" e 94.33m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942742.306m e E 727505.970m; deste, segue confrontando com Coapar Adm. Part. Emp. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 155°47'36" e 6.85m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942736.059m e E 727508.779m; deste, segue confrontando com Coapar Adm. Part. Emp. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 193°50'06" e 13.75m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942722.709m e E 727505.491m; deste, segue confrontando com Coapar Adm. Part. Emp. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 200°34'36" e 36.67m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942688.375m e E 727492.603m; deste, segue confrontando com Coapar Adm. Part. Emp. Ltda. e Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 179°51'37" e 60.64m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942627.730m e E 727492.750m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 179°51'37" e 67.85m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942559.884m e E 727492.915m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 179°51'37" e 17.57m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942542.315m e E 727492.958m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 183°53'10" e 80.35m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942462.151m e E 727487.512m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 198°06'04" e 0.38m, até o ponto 9, de coordenadas N 6942461.792m e E 727487.395m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 281°34'55" e 112.33m, até o ponto 10, de coordenadas N 6942484.345m e E 727377.351m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 59°10'14" e 2.13m, até o ponto 11, de coordenadas N 6942485.439m e E 727379.184m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 19°15'59" e 10.21m, até o ponto 12, de coordenadas N 6942495.075m e E 727382.552m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 18°04'20" e 2.09m, até o ponto 13, de coordenadas N 6942497.062m e E 727383.200m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 17°24'13" e 4.79m, até o ponto 14, de coordenadas N 6942501.636m e E 727384.634m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 16°22'07" e 5.86m, até o ponto 15, de coordenadas N 6942507.263m e E 727386.287m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 14°55'33" e 9.29m, até o ponto 16, de coordenadas N 6942516.242m e E 727388.680m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 13°08'43" e 12.51m, até o ponto 17, de coordenadas N 6942528.428m e E 727391.526m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 11°37'56" e 9.64m, até o ponto 18, de coordenadas N 6942537.868m e E 727393.470m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 10°52'48" e 5.27m, até o ponto 19, de coordenadas N 6942543.043m e E 727394.464m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 315°30'26" e 11.51m, até o ponto 20, de coordenadas N 6942551.252m e E 727386.400m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 359°34'39" e 19.32m, até o ponto 21, de coordenadas N 6942570.572m e E 727386.257m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 18°00'26" e 18.23m, até o ponto 22, de coordenadas N 6942587.909m e E 727391.893m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 48°19'35" e 11.09m, até o ponto 23, de coordenadas N 6942595.281m e E 727400.175m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 7°39'59" e 42.73m, até o ponto 24, de coordenadas N 6942637.630m e E 727405.875m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 39°59'02" e 5.73m, até o ponto 25, de coordenadas N 6942642.024m e E 727409.560m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 9°17'24" e 25.77m, até o ponto 26, de coordenadas N 6942667.458m e E 727413.721m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 27°54'11" e 8.88m, até o ponto 27, de coordenadas N 6942675.309m e E 727417.878m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 15°51'26" e 28.95m, até o ponto 28, de coordenadas N 6942703.158m e E 727425.788m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 12°44'16" e 11.53m, até o ponto 29, de coordenadas N 6942714.401m e E 727428.330m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 18°21'05" e 14.88m, até o ponto 30, de coordenadas N 6942728.523m e E 727433.014m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 313°13'11" e 28.01m, até o ponto 31, de coordenadas N 6942747.702m e E 727412.604m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 4°12'09" e 13.89m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942761.553m e E 727413.622m, início da descrição; fechando o perímetro com 793,03m e a área com 25.486,11m²;

LIII - área 53 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942641.004m e E 727492.717m; deste, segue confrontando com Coapar Adm. Part. Emp. Ltda., com o seguinte azimute e distância: 101°28'25" e 31.14m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942634.809m e E 727523.237m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 216°10'45" e 4.39m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942631.265m e E 727520.645m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°01'07" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942626.342m e E 727519.775m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°08'30" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942621.420m e E 727518.895m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°04'25" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942616.497m e E 727518.020m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°01'41" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942611.573m e E 727517.150m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°26'58" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942606.641m e E 727516.329m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°19'51" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942601.707m e E 727515.518m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°09'42" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6942596.771m e E 727514.722m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°02'35" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6942591.833m e E 727513.936m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°02'35" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6942586.895m e E 727513.150m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°02'35" e 5.00m, até o ponto 12, de coordenadas N 6942581.957m e E 727512.364m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°03'49" e 5.00m, até o ponto 13, de coordenadas N 6942577.020m e E 727511.577m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°03'49" e 5.00m, até o ponto 14, de coordenadas N 6942572.082m e E 727510.789m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°03'49" e 5.00m, até o ponto 15, de coordenadas N 6942567.145m e E 727510.001m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°03'49" e 5.00m, até o ponto 16, de coordenadas N 6942562.207m e E 727509.214m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°03'49" e 5.00m, até o ponto 17, de coordenadas N 6942557.270m e E 727508.426m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°12'25" e 5.00m, até o ponto 18, de coordenadas N 6942552.334m e E 727507.626m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°12'25" e 5.00m, até o ponto 19, de coordenadas N 6942547.398m e E 727506.826m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°13'02" e 5.00m, até o ponto 20, de coordenadas N 6942542.463m e E 727506.025m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°11'12" e 2.55m, até o ponto 21, de coordenadas N 6942539.947m e E 727505.618m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 189°33'59" e 0.22m, até o ponto 22, de coordenadas N 6942539.728m e E 727505.581m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 281°34'55" e 12.89m, até o ponto 23, de coordenadas N 6942542.315m e E 727492.958m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 359°51'37" e 98.69m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942641.004m e E 727492.717m, início da descrição; fechando o perímetro com 239,88m e a área com 2.023,90m²;

LIV - área 54 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942484.345m e E 727377.351m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 101°34'55" e 112.33m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942461.793m e E 727487.395m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 198°06'04" e 0.22m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942461.585m e E 727487.328m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 198°06'04" e 2.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942459.684m e E 727486.706m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 198°59'45" e 2.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942457.793m e E 727486.055m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 198°59'45" e 2.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942455.902m e E 727485.404m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 198°59'45" e 2.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942454.011m e E 727484.753m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 199°10'52" e 2.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942452.122m e E 727484.096m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 199°11'06" e 2.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942450.233m e E 727483.439m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 200°16'31" e 1.18m, até o ponto 9, de coordenadas N 6942449.125m e E 727483.030m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 281°14'35" e 120.52m, até o ponto 10, de coordenadas N 6942472.624m e E 727364.821m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 35°48'41" e 9.19m, até o ponto 11, de coordenadas N 6942480.075m e E 727370.197m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 59°10'14" e 8.33m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942484.345m e E 727377.351m, início da descrição; fechando o perímetro com 263,77m e a área com 1.601,80m²;

LV - área 55 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942542.315m e E 727492.958m; deste, segue confrontando com Orlando José da Silva e outros, com o seguinte azimute e distância: 101°34'55" e 12.89m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942539.728m e E 727505.581m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 189°43'45" e 5.00m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942534.800m e E 727504.736m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 190°07'19" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942529.878m e E 727503.858m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 190°34'42" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942524.963m e E 727502.940m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 190°30'51" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942520.047m e E 727502.027m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 190°54'14" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6942515.137m e E 727501.082m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 191°12'03" e 4.82m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942510.413m e E 727500.146m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 281°34'55" e 4.37m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942511.291m e E 727495.862m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 183°53'10" e 27.12m, até o ponto 9, de coordenadas N 6942484.235m e E 727494.024m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 195°27'07" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6942479.416m e E 727492.692m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com os seguinte azimute e distância: 196°07'42" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6942474.613m e E 727491.303m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 196°36'25" e 5.00m, até o ponto 12, de coordenadas N 6942469.821m e E 727489.874m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 196°54'09" e 5.00m, até o ponto 13, de coordenadas N 6942465.037m e E 727488.420m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 197°27'32" e 3.03m, até o ponto 14, de coordenadas N 6942462.151m e E 727487.513m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 15, de coordenadas N 6942467.140m e E 727487.851m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 16, de coordenadas N 6942472.128m e E 727488.190m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 17, de coordenadas N 6942477.117m e E 727488.529m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 18, de coordenadas N 6942482.105m e E 727488.868m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 19, de coordenadas N 6942487.094m e E 727489.207m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 20, de coordenadas N 6942492.082m e E 727489.546m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 21, de coordenadas N 6942497.071m e E 727489.885m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 22, de coordenadas N 6942502.059m e E 727490.223m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 23, de coordenadas N 6942507.048m e E 727490.562m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 24, de coordenadas N 6942512.036m e E 727490.901m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 25, de coordenadas N 6942517.025m e E 727491.240m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 26, de coordenadas N 6942522.013m e E 727491.579m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 27, de coordenadas N 6942527.002m e E 727491.918m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 28, de coordenadas N 6942531.990m e E 727492.257m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 29, de coordenadas N 6942536.979m e E 727492.595m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 5.00m, até o ponto 30, de coordenadas N 6942541.967m e E 727492.934m; deste, segue confrontando com Laudir Schmitt, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 0.35m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942542.315m e E 727492.958m, início da descrição; fechando o perímetro com 177,58m e a área com 529,66m²;

LVI - área 56 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942472.624m e E 727364.821m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 101°14'35" e 120.52m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942449.125m e E 727483.030m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 200°16'31" e 0.82m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942448.357m e E 727482.746m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 200°16'31" e 2.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942446.481m e E 727482.053m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 200°35'49" e 2.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942444.609m e E 727481.349m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 200°47'42" e 2.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942442.739m e E 727480.639m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 201°03'09" e 2.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942440.872m e E 727479.921m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 201°15'23" e 2.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942439.008m e E 727479.195m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 196°21'25" e 5.40m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942433.826m e E 727477.674m; deste, segue confrontando com Zélio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 281°14'35" e 125.59m, até o ponto 9, de coordenadas N 6942458.312m e E 727354.495m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 35°48'41" e 17.65m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942472.624m e E 727364.821m, início da descrição; fechando o perímetro com 279,98m e a área com 1.973,01m²;

LVII - área 57 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942484.235m e E 727494.024m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 3°53'10" e 27.12m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942511.291m e E 727495.862m; deste, segue confrontando com Sérgio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 101°34'55" e 4.37m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942510.413m e E 727500.146m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 191°43'18" e 0.73m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942509.697m e E 727499.997m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 191°48'42" e 0.93m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942508.787m e E 727499.807m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 191°54'11" e 0.93m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942507.876m e E 727499.615m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 191°59'45" e 0.93m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942506.965m e E 727499.422m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 192°05'25" e 0.93m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942506.052m e E 727499.226m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 192°11'10" e 0.93m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942505.139m e E 727499.029m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 192°17'00" e 0.94m, até o ponto 9, de coordenadas N 6942504.224m e E 727498.830m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 192°22'55" e 0.94m, até o ponto 10, de coordenadas N 6942503.308m e E 727498.629m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 192°28'55" e 0.94m, até o ponto 11, de coordenadas N 6942502.391m e E 727498.426m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 192°35'01" e 0.94m, até o ponto 12, de coordenadas N 6942501.474m e E 727498.221m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 192°41'12" e 0.94m, até o ponto 13, de coordenadas N 6942500.555m e E 727498.014m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 192°47'28" e 0.94m, até o ponto 14, de coordenadas N 6942499.635m e E 727497.805m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 192°53'49" e 0.94m, até o ponto 15, de coordenadas N 6942498.715m e E 727497.594m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 193°00'16" e 0.95m, até o ponto 16, de coordenadas N 6942497.793m e E 727497.382m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 193°06'48" e 0.95m, até o ponto 17, de coordenadas N 6942496.870m e E 727497.167m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 193°13'25" e 0.95m, até o ponto 18, de coordenadas N 6942495.947m e E 727496.950m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 193°20'07" e 0.95m, até o ponto 19, de coordenadas N 6942495.023m e E 727496.730m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 193°26'55" e 0.95m, até o ponto 20, de coordenadas N 6942494.097m e E 727496.509m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 193°33'47" e 0.95m, até o ponto 21, de coordenadas N 6942493.171m e E 727496.286m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 193°40'45" e 0.95m, até o ponto 22, de coordenadas N 6942492.244m e E 727496.060m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 193°47'48" e 0.96m, até o ponto 23, de coordenadas N 6942491.316m e E 727495.832m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 193°54'57" e 0.96m, até o ponto 24, de coordenadas N 6942490.387m e E 727495.602m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 194°02'10" e 0.96m, até o ponto 25, de coordenadas N 6942489.457m e E 727495.370m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 194°09'29" e 0.96m, até o ponto 26, de coordenadas N 6942488.526m e E 727495.135m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 194°16'53" e 0.96m, até o ponto 27, de coordenadas N 6942487.595m e E 727494.898m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 194°24'22" e 0.96m, até o ponto 28, de coordenadas N 6942486.662m e E 727494.658m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 194°31'57" e 0.96m, até o ponto 29, de coordenadas N 6942485.729m e E 727494.416m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 194°39'37" e 0.97m, até o ponto 30, de coordenadas N 6942484.795m e E 727494.172m; deste, segue confrontando com Elza Seemann Fernandes, com o seguinte azimute e distância: 194°47'21" e 0.58m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942484.235m e E 727494.024m, início da descrição; fechando o perímetro com 58,37m e a área com 62,03m²;

LVIII - área 58 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942458.312m e E 727354.495m; deste, segue confrontando com Zélio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 101°14'35" e 125.59m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942433.826m e E 727477.674m; deste, segue confrontando com Célia Seemann, com o seguinte azimute e distância: 196°21'25" e 9.20m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942424.993m e E 727475.082m; deste, segue confrontando com Célia Seemann, com o seguinte azimute e distância: 209°14'25" e 8.64m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942417.450m e E 727470.859m; deste, segue confrontando com Célio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 281°14'35" e 133.10m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942443.400m e E 727340.316m; deste, segue confrontando com Célia Seemann, com o seguinte azimute e distância: 47°17'39" e 2.52m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942445.111m e E 727342.169m; deste, segue confrontando com Célia Seemann, com o seguinte azimute e distância: 69°38'17" e 4.08m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942446.531m e E 727345.994m; deste, segue confrontando com Célia Seemann, com o seguinte azimute e distância: 35°48'41" e 14.53m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942458.312m e E 727354.495m, início da descrição; fechando o perímetro com 297,66m e a área com 2.239,97m²;

LIX - área 59 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942443.400m e E 727340.316m; deste, segue confrontando com Zélio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 101°14'35" e 133.10m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942417.450m e E 727470.859m; deste, segue confrontando com Célia Seemann, com o seguinte azimute e distância: 209°14'25" e 10.29m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942408.472m e E 727465.833m; deste, segue confrontando com Célia Seemann, com o seguinte azimute e distância: 205°49'29" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942403.971m e E 727463.655m; deste, segue confrontando com Célia Seemann, com o seguinte azimute e distância: 205°56'27" e 3.75m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942400.601m e E 727462.016m; deste, segue confrontando com Célio Seemann , com o seguinte azimute e distância: 281°14'35" e 149.32m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942429.714m e E 727315.561m; deste, segue confrontando com Célia Seemann, com o seguinte azimute e distância: 53°49'26" e 17.34m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942439.952m e E 727329.562m; deste, segue confrontando com Célia Seemann, com o seguinte azimute e distância: 96°43'47" e 6.27m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942439.218m e E 727335.784m; deste, segue confrontando com Célia Seemann, com o seguinte azimute e distância: 47°17'39" e 6.17m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942443.400m e E 727340.316m, início da descrição; fechando o perímetro com 331,24m e a área com 2.590,68m²;

LX - área 60 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942429.714m e E 727315.561m; deste, segue confrontando com Célia Seemann, com o seguinte azimute e distância: 101°14'35" e 149.32m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942400.601m e E 727462.016m; deste, segue confrontando com Célio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 206°42'23" e 5.00m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942396.135m e E 727459.769m; deste, segue confrontando com Célio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 206°50'16" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942391.673m e E 727457.511m; deste, segue confrontando com Célio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 207°00'49" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942387.219m e E 727455.240m; deste, segue confrontando com Célio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 207°11'11" e 4.48m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942383.238m e E 727453.196m; deste, segue confrontando com Hélio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 281°14'35" e 155.88m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942413.629m e E 727300.311m; deste, segue confrontando com Célio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 38°29'13" e 15.06m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942425.414m e E 727309.681m; deste, segue confrontando com Célio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 53°49'26" e 7.29m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942429.714m e E 727315.561m, início da descrição; fechando o perímetro com 347,03m e a área com 2.876,05m²;

LXI - área 61 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942413.629m e E 727300.311m; deste, segue confrontando com Célio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 101°14'35" e 155.88m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942383.238m e E 727453.196m; deste, segue confrontando com Hélio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 207°36'16" e 5.00m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942378.807m e E 727450.879m; deste, segue confrontando com Hélio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 207°49'46" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942374.385m e E 727448.545m; deste, segue confrontando com Hélio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 207°55'14" e 2.98m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942371.749m e E 727447.148m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 281°36'04" e 155.97m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942403.114m e E 727294.361m; deste, segue confrontando com Hélio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 15°09'00" e 0.88m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942403.961m e E 727294.590m; deste, segue confrontando com Hélio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 28°30'26" e 8.88m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942411.764m e E 727298.828m; deste, segue confrontando com Hélio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 38°29'13" e 2.38m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942413.629m e E 727300.311m, início da descrição; fechando o perímetro com 336,97m e a área com 1.869,93m²;

LXII - área 62 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942403.114m e E 727294.361m; deste, segue confrontando com Hélio Seemann, com o seguinte azimute e distância: 101°36'04" e 155.97m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942371.749m e E 727447.148m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 208°04'05" e 5.00m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942367.337m e E 727444.795m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 208°04'05" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942362.925m e E 727442.442m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 208°06'50" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942358.515m e E 727440.086m; deste, segue confrontando com José

REPLAN DESAPROPRIAÇÃO

Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 208°06'50" e 28.04m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942333.782m e E 727426.872m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 207°55'53" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942329.365m e E 727424.530m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 208°02'03" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942324.951m e E 727422.180m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 207°58'42" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942320.536m e E 727419.835m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 207°58'42" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6942316.120m e E 727417.489m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 207°18'01" e 1.57m, até o ponto 10, de coordenadas N 6942314.727m e E 727416.770m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 281°47'06" e 140.57m, até o ponto 11, de coordenadas N 6942343.436m e E 727279.164m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 354°05'14" e 17.23m, até o ponto 12, de coordenadas N 6942360.571m e E 727277.389m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 13°47'52" e 15.27m, até o ponto 13, de coordenadas N 6942375.397m e E 727281.030m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 39°25'48" e 12.17m, até o ponto 14, de coordenadas N 6942384.797m e E 727288.759m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 26°21'54" e 5.95m, até o ponto 15, de coordenadas N 6942390.129m e E 727291.402m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 4°42'43" e 2.97m, até o ponto 16, de coordenadas N 6942393.088m e E 727291.646m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 15°09'00" e 10.39m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942403.114m e E 727294.361m, início da descrição; fechando o perímetro com 427,13m e a área com 9.335,87m²;

LXIII - área 63 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942343.436m e E 727279.164m; deste, segue confrontando com José Eduardo Gomes, com o seguinte azimute e distância: 101°47'06" e 140.57m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942314.727m e E 727416.770m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 207°11'04" e 5.00m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942310.279m e E 727414.485m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 207°11'04" e 6.46m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942304.536m e E 727411.536m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 183°19'04" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942299.544m e E 727411.246m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 183°19'04" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942294.552m e E 727410.957m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 183°19'04" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942289.561m e E 727410.668m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 183°19'04" e 3.30m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942286.265m e E 727410.477m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 223°34'30" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942282.642m e E 727407.030m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 223°34'30" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6942279.020m e E 727403.584m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 223°34'30" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6942275.398m e E 727400.137m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 223°34'30" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6942271.775m e E 727396.691m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 223°34'30" e 0.25m, até o ponto 12, de coordenadas N 6942271.591m e E 727396.515m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 199°40'53" e 5.00m, até o ponto 13, de coordenadas N 6942266.883m e E 727394.832m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 199°40'53" e 5.00m, até o ponto 14, de coordenadas N 6942262.176m e E 727393.148m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 198°14'27" e 5.00m, até o ponto 15, de coordenadas N 6942257.427m e E 727391.583m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 198°14'27" e 5.00m, até o ponto 16, de coordenadas N 6942252.678m e E 727390.017m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 196°51'20" e 5.00m, até o ponto 17, de coordenadas N 6942247.893m e E 727388.568m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 196°02'48" e 5.00m, até o ponto 18, de coordenadas N 6942243.088m e E 727387.186m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 192°50'16" e 5.00m, até o ponto 19, de coordenadas N 6942238.213m e E 727386.075m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 192°50'16" e 5.00m, até o ponto 20, de coordenadas N 6942233.338m e E 727384.964m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 192°03'51" e 5.00m, até o ponto 21, de coordenadas N 6942228.448m e E 727383.919m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 192°03'51" e 5.00m, até o ponto 22, de coordenadas N 6942223.558m e E 727382.874m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 190°09'51" e 5.00m, até o ponto 23, de coordenadas N 6942218.637m e E 727381.991m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 190°09'51" e 5.00m, até o ponto 24, de coordenadas N 6942213.715m e E 727381.109m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 189°44'20" e 5.00m, até o ponto 25, de coordenadas N 6942208.787m e E 727380.263m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 189°14'29" e 5.00m, até o ponto 26, de coordenadas N 6942203.852m e E 727379.460m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 188°54'11" e 5.00m, até o ponto 27, de coordenadas N 6942198.913m e E 727378.686m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 189°12'44" e 5.00m, até o ponto 28, de coordenadas N 6942193.977m e E 727377.886m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 188°41'37" e 5.00m, até o ponto 29, de coordenadas N 6942189.035m e E 727377.130m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 188°35'44" e 5.00m, até o ponto 30, de coordenadas N 6942184.091m e E 727376.383m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 188°03'45" e 5.00m, até o ponto 31, de coordenadas N 6942179.140m e E 727375.682m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 188°03'42" e 1.72m, até o ponto 32, de coordenadas N 6942177.440m e E 727375.441m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 348°43'47" e 68.58m, até o ponto 33, de coordenadas N 6942244.694m e E 727362.038m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 281°47'06" e 85.31m, até o ponto 34, de coordenadas N 6942262.117m e E 727278.529m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 14°32'55" e 5.00m, até o ponto 35, de coordenadas N 6942266.957m e E 727279.785m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 15°36'15" e 5.00m, até o ponto 36, de coordenadas N 6942271.773m e E 727281.130m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 15°45'30" e 5.00m, até o ponto 37, de coordenadas N 6942276.585m e E 727282.488m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 15°58'37" e 5.00m, até o ponto 38, de coordenadas N 6942281.391m e E 727283.864m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 17°16'23" e 5.00m, até o ponto 39, de coordenadas N 6942286.166m e E 727285.349m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 17°16'23" e 5.00m, até o ponto 40, de coordenadas N 6942290.940m e E 727286.834m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 18°43'59" e 5.00m, até o ponto 41, de coordenadas N 6942295.676m e E 727288.439m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 19°17'42" e 5.00m, até o ponto 42, de coordenadas N 6942300.395m e E 727290.092m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 19°17'42" e 5.00m, até o ponto 43, de coordenadas N 6942305.114m e E 727291.744m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 21°00'01" e 5.00m, até o ponto 44, de coordenadas N 6942309.782m e E 727293.536m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 21°08'35" e 5.00m, até o ponto 45, de coordenadas N 6942314.445m e E 727295.339m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 21°08'35" e 5.00m, até o ponto 46, de coordenadas N 6942319.109m e E 727297.143m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 21°08'35" e 1.71m, até o ponto 47, de coordenadas N 6942320.705m e E 727297.760m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 317°04'09" e 26.83m, até o ponto 48, de coordenadas N 6942340.352m e E 727279.483m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 354°05'14" e 3.10m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942343.436m e E 727279.164m, início da descrição; fechando o perímetro com 532,83m e a área com 10.050,76m²;

LXIV - área 64 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942262.117m e E 727278.529m; deste, segue confrontando com Deobaldino Goulart e Ailton Antônio Goulart, com o seguinte azimute e distância: 101°47'06" e 85.31m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942244.694m e E 727362.038m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 168°43'47" e 68.58m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942177.440m e E 727375.441m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 187°42'16" e 5.00m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942172.485m e E 727374.771m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 187°42'26" e 5.00m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942167.531m e E 727374.100m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 187°25'01" e 5.00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942162.572m e E 727373.455m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°24'46" e 5.00m, até o ponto 6, de coordenadas N 6942157.626m e E 727372.723m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 186°49'07" e 5.00m, até o ponto 7, de coordenadas N 6942152.662m e E 727372.129m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°24'08" e 5.00m, até o ponto 8, de coordenadas N 6942147.715m e E 727371.399m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°24'08" e 5.00m, até o ponto 9, de coordenadas N 6942142.769m e E 727370.668m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°24'08" e 5.00m, até o ponto 10, de coordenadas N 6942137.823m e E 727369.938m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°24'08" e 5.00m, até o ponto 11, de coordenadas N 6942132.876m e E 727369.207m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 188°24'08" e 1.01m, até o ponto 12, de coordenadas N 6942131.877m e E 727369.059m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 158°06'40" e 9.30m, até o ponto 13, de coordenadas N 6942123.250m e E 727372.526m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 190°54'08" e 40.50m, até o ponto 14, de coordenadas N 6942083.478m e E 727364.865m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 180°40'37" e 25.82m, até o ponto 15, de coordenadas N 6942057.660m e E 727364.560m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 275°23'16" e 162.06m, até o ponto 16, de coordenadas N 6942072.877m e E 727203.220m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 9°31'09" e 15.56m, até o ponto 17, de coordenadas N 6942088.225m e E 727205.794m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 23°05'23" e 13.33m, até o ponto 18, de coordenadas N 6942100.487m e E 727211.021m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 22°46'09" e 27.15m, até o ponto 19, de coordenadas N 6942125.521m e E 727221.529m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 14°08'50" e 42.57m, até o ponto 20, de coordenadas N 6942166.798m e E 727231.933m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 53°51'47" e 13.30m, até o ponto 21, de coordenadas N 6942174.640m e E 727242.673m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 19°58'14" e 12.07m, até o ponto 22, de coordenadas N 6942185.983m e E 727246.795m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 42°24'32" e 9.36m, até o ponto 23, de coordenadas N 6942192.896m e E 727253.110m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 22°48'53" e 25.61m, até o ponto 24, de coordenadas N 6942216.507m e E 727263.042m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 38°38'01" e 13.68m, até o ponto 25, de coordenadas N 6942227.192m e E 727271.582m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 9°47'24" e 5.00m, até o ponto 26, de coordenadas N 6942232.119m e E 727272.432m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 10°05'20" e 5.00m, até o ponto 27, de coordenadas N 6942237.042m e E 727273.308m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 10°34'37" e 5.00m, até o ponto 28, de coordenadas N 6942241.957m e E 727274.226m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 11°56'47" e 5.00m, até o ponto 29, de coordenadas N 6942246.848m e E 727275.261m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 11°34'03" e 5.00m, até o ponto 30, de coordenadas N 6942251.747m e E 727276.263m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 11°34'03" e 5.00m, até o ponto 31, de coordenadas N 6942256.645m e E 727277.266m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 12°52'34" e 5.00m, até o ponto 32, de coordenadas N 6942261.520m e E 727278.380m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 14°00'11" e 0.62m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942262.117m e E 727278.529m, início da descrição; fechando o perímetro com 645,83m e a área com 24.920,51m²;

LXV - área 65 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6942072.877m e E 727203.220m; deste, segue confrontando com Ari Silveira Júnior e outros, com o seguinte azimute e distância: 95°23'16" e 162.06m, até o ponto 1, de coordenadas N 6942057.660m e E 727364.560m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 180°40'37" e 4.18m, até o ponto 2, de coordenadas N 6942053.478m e E 727364.511m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 199°48'15" e 15.15m, até o ponto 3, de coordenadas N 6942039.222m e E 727359.377m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 147°11'40" e 19.75m, até o ponto 4, de coordenadas N 6942022.621m e E 727370.078m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 180°48'03" e 21.01m, até o ponto 5, de coordenadas N 6942001.609m e E 727369.784m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

197°28'46" e 21.87m, até o ponto 6, de coordenadas N 6941980.748m e E 727363.215m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 208°05'18" e 18.30m, até o ponto 7, de coordenadas N 6941964.605m e E 727354.599m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 216°53'09" e 19.83m, até o ponto 8, de coordenadas N 6941948.741m e E 727342.694m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 214°43'43" e 56.14m, até o ponto 9, de coordenadas N 6941902.601m e E 727310.712m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 275°51'42" e 180.22m, até o ponto 10, de coordenadas N 6941921.006m e E 727131.431m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 13°29'18" e 35.90m, até o ponto 11, de coordenadas N 6941955.918m e E 727139.805m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 46°31'26" e 0.61m, até o ponto 12, de coordenadas N 6941956.338m e E 727140.247m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 37°17'41" e 11.15m, até o ponto 13, de coordenadas N 6941965.210m e E 727147.005m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 32°00'52" e 15.81m, até o ponto 14, de coordenadas N 6941978.620m e E 727155.389m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 347°05'51" e 5.84m, até o ponto 15, de coordenadas N 6941984.316m e E 727154.084m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 26°28'31" e 19.34m, até o ponto 16, de coordenadas N 6942001.626m e E 727162.705m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 35°10'59" e 15.88m, até o ponto 17, de coordenadas N 6942014.608m e E 727171.857m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 45°46'46" e 24.70m, até o ponto 18, de coordenadas N 6942031.837m e E 727189.562m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 91°52'08" e 7.56m, até o ponto 19, de coordenadas N 6942031.590m e E 727197.114m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 42°47'41" e 0.62m, até o ponto 20, de coordenadas N 6942032.046m e E 727197.536m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 28°44'09" e 10.93m, até o ponto 21, de coordenadas N 6942041.634m e E 727202.793m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 18°41'26" e 5.56m, até o ponto 22, de coordenadas N 6942046.900m e E 727204.574m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 315°54'11" e 1.63m, até o ponto 23, de coordenadas N 6942048.070m e E 727203.441m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 355°49'39" e 18.25m, até o ponto 24, de coordenadas N 6942066.274m e E 727202.113m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 9°31'09" e 6.69m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6942072.877m e E 727203.220m, início da descrição; fechando o perímetro com 698,98m e a área com 29.501,81m²;

LXVI - área 66 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6941906.942m e E 727128.168m; deste, segue confrontando com Rua Altino Martins, com o seguinte azimute e distância: 13°03'36" e 14.44m, até o ponto 1, de coordenadas N 6941921.006m e E 727131.431m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 95°51'42" e 180.22m, até o ponto 2, de coordenadas N 6941902.601m e E 727310.712m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 214°43'43" e 2.94m, até o ponto 3, de coordenadas N 6941900.185m e E 727309.037m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 223°12'22" e 48.30m, até o ponto 4, de coordenadas N 6941864.980m e E 727275.970m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 301°43'14" e 5.09m, até o ponto 5, de coordenadas N 6941867.658m e E 727271.637m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 222°27'21" e 13.86m, até o ponto 6, de coordenadas N 6941857.434m e E 727262.282m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 222°32'42" e 13.87m, até o ponto 7, de coordenadas N 6941847.215m e E 727252.904m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 275°23'16" e 59.03m, até o ponto 8, de coordenadas N 6941852.758m e E 727194.130m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 309°24'04" e 85.36m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6941906.942m e E 727128.168m, início da descrição; fechando o perímetro com 423,11m e a área com 7.947,52m²;

LXVII - área 67 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6941852.758m e E 727194.130m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 95°23'16" e 59.03m, até o ponto 1, de coordenadas N 6941847.215m e E 727252.904m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 222°32'42" e 28.45m, até o ponto 2, de coordenadas N 6941826.253m e E 727233.666m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 227°13'19" e 4.66m, até o ponto 3, de coordenadas N 6941823.090m e E 727230.247m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 309°24'04" e 46.74m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6941852.758m e E 727194.130m, início da descrição; fechando o perímetro com 138,88m e a área com 777.15m²;

LXVIII - área 68 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6941945.491m e E 727129.932m; deste, segue confrontando com Rua Altino Martins, com o seguinte azimute e distância: 193°29'18" e 24.42m, até o ponto 1, de coordenadas N 6941921.745m e E 727124.236m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 275°51'42" e 10.51m, até o ponto 2, de coordenadas N 6941922.818m e E 727113.786m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 32°56'49" e 17.37m, até o ponto 3, de coordenadas N 6941937.397m e E 727123.235m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 39°36'29" e 10.51m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6941945.491m e E 727129.932m, início da descrição; fechando o perímetro com 62,81m e a área com 137,72m²; e

LXIX - área 69 - inicia-se o perímetro no ponto 0=PP, de coordenadas N 6941921.745m e E 727124.236m; deste, segue confrontando com Rua Altino Martins, com o seguinte azimute e distância: 193°29'18" e 9.94m, até o ponto 1, de coordenadas N 6941912.076m e E 727121.917m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 309°24'04" e 12.83m, até o ponto 2, de coordenadas N 6941920.219m e E 727112.005m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 35°17'45" e 1.96m, até o ponto 3, de coordenadas N 6941921.822m e E 727113.140m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 32°56'49" e 1.19m, até o ponto 4, de coordenadas N 6941922.818m e E 727113.786m; deste, segue confrontando com não identificado, com o seguinte azimute e distância: 95°51'42" e 10.51m, até o ponto 0=PP, de coordenadas N 6941921.745m e E 727124.236m, início da descrição; fechando o perímetro com 36,43m e a área com 71,85m².

Art. 2º Fica a concessionária Autopista Litoral Sul S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação**,** para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.016459/2014-76,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, adjacentes à Rodovia BR-376/PR, localizados no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, necessários à execução das obras de implantação trevo no km 617+450m:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y)7168484,537 e E(X)683662,813, situado no limite com Aldo Rodrigues da Silva e outros; deste, segue com azimute de 142°33'20" e distância de 8,53m, confrontando com Aldo Rodrigues da Silva e outros, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7168477,761 e E(X)683668,002; deste, segue com azimute de 157°05'09" e distância de 25,44m, confrontando com Aldo Rodrigues da Silva e outros, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7168454,324 e E(X)683677,909; deste, segue com azimute de 177°55'20" e distância de 34,17m, confrontando com Aldo Rodrigues da Silva e outros, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)7168420,175 e E(X)683679,148; deste, segue com azimute de 192°06'19" e distância de 17,67m, confrontando com Aldo Rodrigues da Silva e outros, até o vértice P5, de coordenadas N(Y)7168402,896 e E(X)683675,442; deste, segue com azimute de 225°47'55" e distância de 11,01m, confrontando com Aldo Rodrigues da Silva e outros, até o vértice P6, de coordenadas N(Y)7168395,222 e E(X)683667,551; deste, segue com azimute de 195°08'25" e distância de 39,91m, confrontando com Aldo Rodrigues da Silva e outros, até o vértice P7, de coordenadas N(Y)7168356,7 e E(X)683657,128; deste, segue com azimute de 212°57'53" e distância de 20,13m, confrontando com Aldo Rodrigues da Silva e outros, até o vértice P8, de coordenadas N(Y)7168339,808 e E(X)683646,173; deste, segue com azimute de 17°59'17" e distância de 5,68m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P9, de coordenadas N(Y)7168345,207 e E(X)683647,926; deste, segue com azimute de 17°20'51" e distância de 5,70m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P10, de coordenadas N(Y)7168350,646 e E(X)683649,625; deste, segue com azimute de 16°39'05" e distância de 5,72m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P11, de coordenadas N(Y)7168356,126 e E(X)683651,264; deste, segue com azimute de 15°52'07" e distância de 5,74m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P12, de coordenadas N(Y)7168361,649 e E(X)683652,834; deste, segue com azimute de 15°02'14" e distância de 5,76m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P13, de coordenadas N(Y)7168367,214 e E(X)683654,329; deste, segue com azimute de 14°07'48" e distância de 5,78m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P14, de coordenadas N(Y)7168372,823 e E(X)683655,741; deste, segue com azimute de 13°09'43" e distância de 5,72m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P15, de coordenadas N(Y)7168378,395 e E(X)683657,044; deste, segue com raio de 320,30m e distância de 106,79m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P1; fechando o perímetro com 303,76m e a área com 1.312,50m²;

II - área 2 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y) 7.168.215,26m e E(X) 683.599,77m, situado no limite com proprietário não identificado; deste, segue com azimute de 185°16'35" e distância de 26,42m, confrontando com proprietário não identificado, até o vértice P2, de coordenadas N(Y) 7.168.188,95m e E(X) 683.597,34m; deste, segue com azimute de 166°31'58" e distância de 34,94m, confrontando com proprietário não identificado, até o vértice P3, de coordenadas N(Y) 7.168.154,97m e E(X) 683.605,48m; deste, segue com azimute de 189°44'54" e distância de 70,04m, confrontando com proprietário não identificado, até o vértice P4, de coordenadas N(Y) 7.168.085,94m e E(X) 683.593,62m; deste, segue com azimute de 208°44'58" e distância de 43,91m, confrontando com proprietário não identificado, até o vértice P5, de coordenadas N(Y) 7.168.047,45m e E(X) 683.572,50m; deste, segue com azimute de 319°31'13" e distância de 38,58m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P6, de coordenadas N(Y) 7.168.076,79m e E(X) 683.547,46m; deste, segue com azimute de 20°41'48" e distância de 148,02m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P1; fechando o perímetro com 361,91m e a área com 4.154,80m²;

III - área 3 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y) 7.168.076,79m e E(X) 683.547,46m, situado no limite com proprietário não identificado; deste, segue com azimute de 139°31'13" e distância de 38,58m, confrontando com proprietário não identificado, até o vértice P2, de coordenadas N(Y) 7.168.047,45m e E(X) 683.572,50m; deste, segue com azimute de 208°44'22" e distância de 5,20m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P3, de coordenadas N(Y) 7.168.042,89m e E(X) 683.570,00m; deste, segue com azimute de 179°26'47" e distância de 18,04m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P4, de coordenadas N(Y) 7.168.024,85m e E(X) 683.570,18m; deste, segue com azimute de 207°54'51" e distância de 17,26m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P5, de coordenadas N(Y) 7.168.009,59m e E(X) 683.562,10m; deste, segue com azimute de 164°51'36" e distância de 26,44m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P6 de coordenadas N(Y) 7.167.984,07m e E(X) 683.569,00m; deste, segue com azimute de 174°14'49" e distância de 14,93m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P7, de coordenadas N(Y) 7.167.969,21m e E(X) 683.570,50m; deste, segue com azimute de 297°14'13" e distância de 31,64m, confrontando com Spoladore Administração de Bens Ltda, até o vértice P8, de coordenadas N(Y) 7.167.983,69m e E(X) 683.542,36m; deste, segue com azimute de 338°56'13" e distância de 31,80m, confrontando com Spoladore Administração de Bens Ltda, até o vértice P9, de coordenadas N(Y) 7.168.013,37m e E(X) 683.530,93m; deste, segue com azimute de 358°36'13" e distância de 18,42m, confrontando com Spoladore Administração de Bens Ltda, até o vértice P10, de coordenadas N(Y) 7.168.031,79m e E(X) 683.530,49m; deste, segue com azimute de 20°39'47" e distância de 48,10m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P1; fechando o perímetro com 250,42m e a área com 2.843,27m²;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - área 4 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y)7168121,368 e E(X)683489,323, situado no limite com Irene Bonin del Sechi e outros; deste, segue com azimute de 113°48'28" e distância de 30,18m, confrontando com Irene Bonin del Sechi e outros, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7168109,186 e E(X)683516,933; deste, segue com azimute de 200°40'12" e distância de 54,09m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7168058,58 e E(X)683497,841; deste, segue com azimute de 296°30'46" e distância de 16,22m, confrontando com Reomar Construção Civil Ltda. e outros, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)7168065,82 e E(X)683483,328; deste, segue com azimute de 278°28'16" e distância de 31,61m, confrontando com Reomar Construção Civil Ltda. e outros, até o vértice P5, de coordenadas N(Y)7168070,477 e E(X)683452,059; deste, segue com azimute de 37°27'40" e distância de 17,99m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P6, de coordenadas N(Y)7168084,753 e E(X)683462,998; deste, segue com azimute de 45°27'38" e distância de 30,26m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P7, de coordenadas N(Y)7168105,98 e E(X)683484,569; deste, segue com azimute de 15°53'42" e distância de 15,31m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P8, de coordenadas N(Y)7168120,708 e E(X)683488,763; deste, segue com azimute de 40°18'51" e distância de 0,87m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P1; fechando o perímetro com 196,52m e a área com 1.996,99m²;

V - área 5 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y) 7.168.031,79m e E(X) 683.530,49m, situado no limite com Ana Maria Bindo e outros; deste, segue com azimute de 178°36'13" e distância de 18,42m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P2, de coordenadas N(Y) 7.168.013,37m e E(X) 683.530,93m; deste, segue com azimute de 158°56'13" e distância de 31,80m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P3, de coordenadas N(Y) 7.167.983,69m e E(X) 683.542,36m; deste, segue com azimute de 117°14'13" e distância de 31,64m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P4, de coordenadas N(Y) 7.167.969,21m e E(X) 683.570,50m; deste, segue com azimute de 174°14'49" e distância de 31,79m, confrontando com Spoladore Administração de Bens Ltda., até o vértice P5, de coordenadas N(Y) 7.167.937,59m e E(X) 683.573,69m; deste, segue com azimute de 210°50'25" e distância de 33,39m, confrontando com Spoladore Administração de Bens Ltda., até o vértice P6, de coordenadas N(Y) 7.167.908,92m e E(X) 683.556,57m; deste, segue com azimute de 208°51'52" e distância de 49,88m, confrontando com Spoladore Administração de Bens Ltda., até o vértice P7, de coordenadas N(Y) 7.167.865,24m e E(X) 683.532,49m; deste, segue com azimute de 238°09'48" e distância de 10,77m, confrontando com Spoladore Administração de Bens Ltda., até o vértice P8, de coordenadas N(Y) 7.167.859,55m e E(X) 683.523,34m; deste, segue com azimute de 208°55'19" e distância de 18,95m, confrontando com Spoladore Administração de Bens Ltda., até o vértice P9, de coordenadas N(Y) 7.167.842,96m e E(X) 683.514,17m; deste, segue com azimute de 291°34'15" e distância de 51,59m, confrontando com Spoladore Administração de Bens Ltda., até o vértice P10, de coordenadas N(Y) 7.167.861,93m e E(X) 683.466,20m; deste, segue com azimute de 20°43'55" e distância de 181,61m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P1, de coordenadas N(Y) 7.168.031,79m e E(X) 683.530,49m; fechando o perímetro com 459,85m e a área com 9.500,47m²;

VI - área 6 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y) 7.167.861,93m e E(X) 683.466,20m, situado no limite com Spoladore Administração de Bens Ltda.; deste, segue com azimute de 111°34'15" e distância de 51,59m, confrontando com Spoladore Administração de Bens Ltda., até o vértice P2, de coordenadas N(Y) 7.167.842,96m e E(X) 683.514,17m; deste, segue com azimute de 208°55'19" e distância de 75,81m, confrontando com Spoladore Administração de Bens Ltda., até o vértice P3, de coordenadas N(Y) 7.167.776,61m e E(X) 683.477,51m; deste, segue com azimute de 201°33'37" e distância de 10,32m, confrontando com Spoladore Administração de Bens Ltda., até o vértice P4, de coordenadas N(Y) 7.167.767,01m e E(X) 683.473,72m; deste, segue com azimute de 212°28'43" e distância de 23,30m, confrontando com Spoladore Administração de Bens Ltda., até o vértice P5, de coordenadas N(Y) 7.167.747,36m e E(X) 683.461,21m; deste, segue com azimute de 294°30'55" e distância de 35,64m, confrontando com Spoladore Administração de Bens Ltda., até o vértice P6, de coordenadas N(Y) 7.167.762,15m e E(X) 683.428,78m; deste, segue com azimute de 20°23'37" e distância de 62,65m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P7, de coordenadas N(Y) 7.167.820,87m e E(X) 683.450,61m; deste, segue com azimute de 20°47'16" e distância de 43,92m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P1; fechando o perímetro com 303,23m e a área com 4.727,35m²;

VII - área 7 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y)7167843,595 e E(X)683392,723, situado no limite com estrada municipal; deste, segue com raio de 294m e distância de 59,99m, confrontando com estrada municipal, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7167784,09 e E(X)683385,955; deste, segue com azimute de 192°20'05" e distância de 52,03m, confrontando com estrada municipal, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7167733,26 e E(X)683374,84; deste, segue com azimute de 319°29'43" e distância de 5,66m, confrontando com estrada municipal, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)7167737,561 e E(X)683371,166; deste, segue com azimute de 13°00'46" e distância de 11,83m, confrontando com estrada municipal, até o vértice P5, de coordenadas N(Y)7167749,084 e E(X)683373,829; deste, segue com azimute de 322°54'10" e distância de 7,87m, confrontando com estrada municipal, até o vértice P6, de coordenadas N(Y)7167755,36 e E(X)683369,083; deste, segue com azimute de 11°14'05" e distância de 30,58m, confrontando com estrada municipal, até o vértice P7, de coordenadas N(Y)7167785,355 e E(X)683375,041; deste, segue com azimute de 356°00'59" e distância de 25,09m, confrontando com Oportunes Incorporação, Construção e Comércio de Imóveis Ltda. e outro, até o vértice P8, de coordenadas N(Y)7167810,384 e E(X)683373,298; deste, segue com azimute de 47°01'59" e distância de 21,41m, confrontando com Oportunes Incorporação, Construção e Comércio de Imóveis Ltda. e outro, até o vértice P9, de coordenadas N(Y)7167824,975 e E(X)683388,963; deste, segue com azimute de 11°24'59" e distância de 19,00m, confrontando com Oportunes Incorporação, Construção e Comércio de Imóveis Ltda. e outro, até o vértice P1; fechando o perímetro com 233,44m e a área com 972,83m²;

VIII - área 8 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y)7167923,809 e E(X)683349,051, situado no limite com estrada municipal; deste, segue com azimute de 285°24'09" e distância de 14,35m, confrontando com estrada municipal, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7167927,621 e E(X)683335,214; deste, segue com azimute de 289°26'41" e distância de 24,30m, confrontando com Oportunes Incorporação, Construção e Comércio de Imóveis Ltda. e outro, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7167935,71 e E(X)683312,301; deste, segue com azimute de 9°25'13" e distância de 4,48m, confrontando com Oportunes Incorporação, Construção e Comércio de Imóveis Ltda. E outro, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)7167940,128 e E(X)683313,034; deste, segue com raio de 114m e distância de 39,67m, confrontando com Oportunes Incorporação, Construção e Comércio de Imóveis Ltda. e outro, até o vértice P1; fechando o perímetro com 82,79m e a área com 133,81m²;

IX - área 9 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y)7167908,736 e E(X)683441,178, situado no limite com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR; deste, segue com azimute de 200°47'15" e distância de 78,93m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7167834,943 e E(X)683413,165; deste, segue com azimute de 200°24'42" e distância de 32,69m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7167804,303 e E(X)683401,763; deste, segue com raio de 306m e distância de 58,98m, confrontando com estrada municipal, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)7167863,141 e E(X)683404,311; deste, segue com azimute de 356°57'24" e distância de 5,44m, confrontando com estrada municipal, até o vértice P5, de coordenadas N(Y)7167868,577 e E(X)683404,022; deste, segue com raio de 66m e distância de 24,41m, confrontando com estrada municipal, até o vértice P6, de coordenadas N(Y)7167892,165 e E(X)683398,298; deste, segue com azimute de 1°36'13" e distância de 9,61m, confrontando com a Pedreira Andriguetto Ltda., até o vértice P7, de coordenadas N(Y)7167901,774 e E(X)683398,567; deste, segue com azimute de 311°55'22" e distância de 18,13m, confrontando com a Pedreira Andriguetto Ltda., até o vértice P8, de coordenadas N(Y)7167913,884 e E(X)683385,081; deste, segue com azimute de 285°23'50" e distância de 3,82m, confrontando com a Pedreira Andriguetto Ltda., até o vértice P9, de coordenadas N(Y)7167914,898 e E(X)683381,399; deste, segue com raio de 66m e distância de 4,67m, confrontando com estrada municipal, até o vértice P10, de coordenadas N(Y)7167917,834 e E(X)683377,768; deste, segue com azimute de 306°55'35" e distância de 14,84m, confrontando com estrada municipal, até o vértice P11, de coordenadas N(Y)7167926,751 e E(X)683365,903; deste, segue com raio de 156,09m e distância de 57,15m, confrontando com estrada municipal, até o vértice P12, de coordenadas N(Y)7167952,055 e E(X)683315,013; deste, segue com azimute de 9°25'21" e distância de 4,51m, confrontando com a Pedreira Andriguetto Ltda., até o vértice P13, de coordenadas N(Y)7167956,502 e E(X)683315,751; deste, segue com azimute de 103°56'30" e distância de 17,36m, confrontando com a Pedreira Andriguetto Ltda., até o vértice P14, de coordenadas N(Y)7167952,32 e E(X)683332,597; deste, segue com azimute de 87°53'59" e distância de 10,45m, confrontando com Pedreira Andriguetto Ltda., até o vértice P15, de coordenadas N(Y)7167952,703 e E(X)683343,041; deste, segue com azimute de 114°07'59" e distância de 107,54m, confrontando com Joel Portes Vieira e outro, até o vértice P1; fechando o perímetro com 448,53m e a área com 3.516,80m²;

X - área 10 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y)7167944,56 e E(X)683454,725, situado no limite com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR; deste, segue com azimute de 200°42'52" e distância de 38,30m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7167908,736 e E(X)683441,178; deste, segue com azimute de 294°07'59" e distância de 107,54m, confrontando com a Pedreira Andriguetto Ltda., até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7167952,703 e E(X)683343,041; deste, segue com azimute de 87°54'03" e distância de 11,82m, confrontando com Joel Portes Vieira e outro, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)7167953,136 e E(X)683354,854; deste, segue com azimute de 43°08'57" e distância de 12,19m, confrontando com Joel Portes Vieira e outro, até o vértice P5, de coordenadas N(Y)7167962,033 e E(X)683363,194; deste, segue com azimute de 102°06'43" e distância de 33,41m, confrontando com Joel Portes Vieira e outro, até o vértice P6, de coordenadas N(Y)7167955,022 e E(X)683395,864; deste, segue com azimute de 15°39'02" e distância de 14,68m, confrontando com Joel Portes Vieira e outro, até o vértice P7, de coordenadas N(Y)7167969,157 e E(X)683399,824; deste, segue com azimute de 114°08'01" e distância de 60,16m, confrontando com Rosa Jungles da Silva e outros, até o vértice P1; fechando o perímetro com 278,10m e a área com 3.009,20m²;

XI - área 11 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y)7167961,584 e E(X)683461,162, situado no limite com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR; deste, segue com azimute de 200°42'44" e distância de 18,20m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7167944,56 e E(X)683454,725; deste, segue com azimute de 294°08'01" e distância de 60,16m, confrontando com Joel Portes Vieira e outro, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7167969,157 e E(X)683399,824; deste, segue com azimute de 15°38'47" e distância de 18,37m, confrontando com Rosa Jungles da Silva e outros, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)7167986,845 e E(X)683404,778; deste, segue com azimute de 114°07'60" e distância de 61,78m, confrontando com Antônio Aparecido dos Santos e outros, até o vértice P1; fechando o perímetro com 158,51m e a área com 1.107,69m²;

XII - área 12 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y)7167978,982 e E(X)683467,741, situado no limite com a Rodovia BR-376/PR; deste, segue com azimute de 200°12'42" e distância de 9,66m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7167969,918 e E(X)683464,404; deste, segue com azimute de 200°47'34" e distância de 8,95m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7167961,554 e E(X)683461,228; deste, segue com azimute de 294°08'01" e distância de 61,86m, confrontando com Rosa Jungles da Silva e outros, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)7167986,845 e E(X)683404,778; deste, segue com azimute de 15°39'01" e distância de 18,77m, confrontando com Antônio Aparecido dos Santos e outros, até o vértice P5, de coordenadas N(Y)7168004,921 e E(X)683409,842; deste, segue com azimute de 114°07'57" e distância de 63,44m, confrontando com Ronaldo Aparecido dos Santos, até o vértice P1; fechando o perímetro com 162,67m e a área com 1.163,64m²;

XIII - área 13 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y)7167996,916 e E(X)683474,586, situado no limite com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR; deste, segue com azimute de 200°53'27" e distância de 19,20m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7167978,982 e E(X)683467,741; deste, segue com azimute de 294°07'57" e distância de 63,44m, confrontando com Antônio Aparecido dos Santos e outros, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7168004,921 e E(X)683409,842; deste, segue com azimute de 15°39'14" e distância de 7,53m, confrontando com Ronaldo Aparecido dos Santos, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)7168012,176 e E(X)683411,875; deste, segue com azimute de 67°11'21" e distância de 16,03m, confrontando com Ronaldo Aparecido dos Santos, até o vértice P5, de coordenadas N(Y)7168018,391 e E(X)683426,652; deste, segue com azimute de 114°07'59" e distância de 52,52m, confrontando com Reomar Construção Civil Ltda. e outro, até o vértice P1; fechando o perímetro com 158,05m e a área com 1.158,59m²;

XIV - área 14 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 7.168.035,10m e E 683.436,51m, situado no limite com proprietário não identificado; deste, segue com azimute de 114°08'48" e distância de 49,20m, confrontando com terras de proprietário não identificado, até o vértice P2, de coordenadas N 7.168.014,98m e E 683.481,40m; deste, segue com azimute de 200°39'47" e distância de 19,30m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P3, de coordenadas N 7.167.996,92m e E 683.474,59m; deste, segue com azimute de 294°07'41" e distância de 52,52m, confrontando com Ronaldo Aparecido dos Santos, até o vértice P4, de coordenadas N 7.168.018,39m e E 683.426,65m; deste, segue com azimute de 30°31'26" e distância de 19,40m, confrontando com Reomar Construção Civil Ltda. e outro, até o vértice P1; fechando o perímetro com 140,42m e a área com 980,18m²;

XV - área 15 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 7.168.052,05m e E 683.446,50m, situado no limite com Reomar Construção Civil Ltda. e outro; deste, segue com azimute de 114°08'48" e distância de 45,82m, confrontando com Reomar Construção Civil Ltda. e outro, até o vértice P2, de coordenadas N 7.168.033,31m e E 683.488,31m; deste, segue com azimute de 200°39'47" e distância de 19,59m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P3, de coordenadas N 7.168.014,98m e E 683.481,40m; deste, segue com azimute de 294°08'48" e distância de 49,20m, confrontando com Reomar Construção Civil Ltda. e outro, até o vértice P4, de coordenadas N 7.168.035,10m e E 683.436,51m; deste, segue com azimute de 30°31'26" e distância de 19,67m, confrontando com proprietário não identificado, até o vértice P1; fechando o perímetro com 134,27m e a área com 928,77m²;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XVI - área 16 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y)7168058,58 e E(X)683497,841, situado no limite com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR; deste, segue com azimute de 200°39'48" e distância de 27,00m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7168033,316 e E(X)683488,313; deste, segue com azimute de 294°08'00" e distância de 45,82m, confrontando com proprietário não identificado, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7168052,05 e E(X)683446,498; deste, segue com azimute de 30°31'37" e distância de 5,72m, confrontando com Reomar Construção Civil Ltda. e outro, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)7168056,973 e E(X)683449,401; deste, segue com azimute de 357°41'59" e distância de 9,54m, confrontando com Reomar Construção Civil Ltda. e outro, até o vértice P5, de coordenadas N(Y)7168066,508 e E(X)683449,018; deste, segue com azimute de 37°27'32" e distância de 5,00m, confrontando com Reomar Construção Civil Ltda. e outro, até o vértice P6, de coordenadas N(Y)7168070,477 e E(X)683452,059; deste, segue com azimute de 98°28'16" e distância de 31,61m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P7, de coordenadas N(Y)7168065,82 e E(X)683483,328; deste, segue com azimute de 116°30'46" e distância de 16,22m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P1; fechando o perímetro com 140,91m e a área com 1.153,92m²; e

XVII - área 17 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 7.168.198,19m e E 683.550,56m, situado no limite com Irene Bonin del Sechi e outros; deste, segue com azimute de 200°41'56" e distância de 95,16m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P2, de coordenadas N 7.168.109,17m e E 683.516,93m; deste, segue com azimute de 294°08'48" e distância de 30,13m, confrontando com Ana Maria Bindo e outros, até o vértice P3, de coordenadas N 7.168.121,50m e E 683.489,43m; deste, segue com azimute de 40°19'29" e distância de 28,77m, confrontando com Irene Bonin del Sechi e outros, até o vértice P4, de coordenadas N 7.168.143,43m e E 683.508,05m; deste, segue com azimute de 26°40'42" e distância de 26,36m, confrontando com Irene Bonin del Sechi e outros, até o vértice P5, de coordenadas N 7.168.166,99m e E 683.519,89m; deste, segue com azimute de 50°01'27" e distância de 20,93m, confrontando com Irene Bonin del Sechi e outros, até o vértice P6, de coordenadas N 7.168.180,44m e E 683.535,93m; deste, segue com azimute de 30°49'29" e distância de 18,00m, confrontando com Irene Bonin del Sechi e outros, até o vértice P7, de coordenadas N 7.168.195,90m e E 683.545,15m; deste, segue com azimute de 67°01'03" e distância de 5,88m, confrontando com Irene Bonin del Sechi e outros, até o vértice P1; fechando o perímetro com 225,23m e a área com 1.551,36m².

Art. 2º Fica a concessionária Autopista Litoral Sul S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Fluminense S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.137970/2013-21,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Autopista Fluminense S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/RJ, localizados no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, necessários à execução das obras de implantação de trevo no km 113+320m:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y)7566870,416 e E(X)225497,371, situado no limite com Gelson Alcantara Lahan; deste, segue com azimute de 149°59'59" e distância de 37,62m, confrontando com Gelson Alcantara Lahan, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7566837,84 e E(X)225516,179; deste, segue com azimute de 187°08'20" e distância de 19,30m, confrontando com Gelson Alcantara Lahan, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7566818,686 e E(X)225513,78; deste, segue com azimute de 223°45'13" e distância de 19,93m, confrontando com Gelson Alcantara Lahan, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)7566804,293 e E(X)225500; deste, segue com azimute de 277°05'01" e distância de 30,01m, confrontando com Gelson Alcantara Lahan, até o vértice P5, de coordenadas N(Y)7566807,994 e E(X)225470,217; deste, segue com azimute de 215°24'23" e distância de 38,63m, confrontando com Gelson Alcantara Lahan, até o vértice P6, de coordenadas N(Y)7566776,511 e E(X)225447,838; deste, segue com azimute de 162°39'27" e distância de 6,45m, confrontando com Gelson Alcantara Lahan, até o vértice P7, de coordenadas N(Y)7566770,353 e E(X)225449,761; deste, segue com azimute de 221°21'32" e distância de 60,56m, confrontando com Gelson Alcantara Lahan, até o vértice P8, de coordenadas N(Y)7566724,896 e E(X)225409,743; deste, segue com azimute de 285°29'01" e distância de 11,71m, confrontando com Gelson Alcantara Lahan, até o vértice P9, de coordenadas N(Y)7566728,021 e E(X)225398,462; deste, segue com azimute de 239°41'05" e distância de 26,43m, confrontando com Gelson Alcantara Lahan, até o vértice P10, de coordenadas N(Y)7566714,679 e E(X)225375,644; deste, segue com azimute de 211°40'07" e distância de 39,94m, confrontando com Gelson Alcantara Lahan, até o vértice P11, de coordenadas N(Y)7566680,689 e E(X)225354,677; deste, segue com azimute de 244°20'47" e distância de 35,06m, confrontando com Gelson Alcantara Lahan, até o vértice P12, de coordenadas N(Y)7566665,512 e E(X)225323,076; deste, segue com azimute de 293°55'54" e distância de 14,73m, confrontando com Gelson Alcantara Lahan, até o vértice P13, de coordenadas N(Y)7566671,486 e E(X)225309,615; deste, segue com azimute de 226°14'32" e distância de 40,45m, confrontando com Gelson Alcantara Lahan, até o vértice P14, de coordenadas N(Y)7566643,513 e E(X)225280,402; deste, segue com azimute de 256°57'19" e distância de 4,12m, confrontando com Gelson Alcantara Lahan, até o vértice P15, de coordenadas N(Y)7566642,583 e E(X)225276,388; deste, segue com azimute de 44°07'32" e distância de 317,40m, confrontando com Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/RJ, até o vértice P1, de coordenadas N(Y)7566870,416 e E(X)225497,371; fechando o perímetro com 702,32m e a área com 8.556,95m²; e

II - área 2 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N(Y)7567120,431 e E(X)225613,734, situado no limite com Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/RJ; deste, segue com azimute de 228°20'58" e distância de 81,58m, confrontando com Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/RJ, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7567066,212 e E(X)225552,774; deste, segue com azimute de 196°47'31" e distância de 27,81m, confrontando com Rodovia Governador Mário Covas, BR-101, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7567039,592 e E(X)225544,741; deste, segue com azimute de 227°46'49" e distância de 175,73m, confrontando com Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/RJ, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)7566921,503 e E(X)225414,597; deste, segue com azimute de 358°28'42" e distância de 22,97m, confrontando com Binam - Agropecuária, Comércio, Empreendimentos Imobiliários e Consultoria Ltda., até o vértice P5, de coordenadas N(Y)7566944,467 e E(X)225413,987; deste, segue com azimute de 34°14'39" e distância de 27,19m, confrontando com Binam - Agropecuária, Comércio, Empreendimentos Imobiliários e Consultoria Ltda., até o vértice P6, de coordenadas N(Y)7566966,943 e E(X)225429,287; deste, segue com azimute de 41°08'21" e distância de 120,05m, confrontando com Binam - Agropecuária, Comércio, Empreendimentos Imobiliários e Consultoria Ltda., até o vértice P7, de coordenadas N(Y)7567057,355 e E(X)225508,267; deste, segue com azimute de 12°43'04" e distância de 12,07m, confrontando com Binam - Agropecuária, Comércio, Empreendimentos Imobiliários e Consultoria Ltda., até o vértice P8, de coordenadas N(Y)7567069,128 e E(X)225510,924; deste, segue com azimute de 35°39'36" e distância de 49,65m, confrontando com Binam - Agropecuária, Comércio, Empreendimentos Imobiliários e Consultoria Ltda., até o vértice P9, de coordenadas N(Y)7567109,466 e E(X)225539,867; deste, segue com azimute de 74°20'32" e distância de 45,54m, confrontando com Binam - Agropecuária, Comércio, Empreendimentos Imobiliários e Consultoria Ltda., até o vértice P10, de coordenadas N(Y)7567121,758 e E(X)225583,721; deste, segue com azimute de 92°31'54" e distância de 30,04m, confrontando com Binam - Agropecuária, Comércio, Empreendimentos Imobiliários e Consultoria Ltda., até o vértice P1, de coordenadas N(Y)7567120,431 e E(X)225613,734; fechando o perímetro com 592,63m e a área com 8.197,48m².

Art. 2º Fica a concessionária Autopista Fluminense S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Saúde, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$ 19.404.263,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, incisos XXIX e XXX, e § 6º, da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Saúde, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$ 19.404.263,00 (dezenove milhões, quatrocentos e quatro mil, duzentos e sessenta e três reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, relativas a emendas individuais, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Miriam Belchior

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2014		**Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização**							**300.000**
		Atividades							
20 608	**2014 20ZV**	**Fomento ao Setor Agropecuário**							**300.000**
20 608	2014 20ZV 0032	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Espírito Santo							300.000
			F	4	6	40	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									**300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2032		**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**							**1.013.306**
		Atividades							
12 302	**2032 4086**	**Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais**							**1.013.306**
12 302	2032 4086 7008	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Reestruturação do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - No Município do Rio de Janeiro - RJ							213.306

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

			S	3	6	90	0	100	213.306
12 302	2032 4086 7018	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - No Estado do Rio de Janeiro							800.000
			S	3	6	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.013.306**
TOTAL - GERAL									**1.013.306**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**14.940.957**
		Atividades							
10 122	**2015 4525**	**Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde**							**2.887.623**
10 122	2015 4525 0041	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado do Paraná							6.203
			S	3	6	41	6	100	6.203
10 122	2015 4525 1883	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Lagarto - SE							1.000.000
			S	3	6	50	6	151	1.000.000
10 122	2015 4525 7052	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - Fundação Cristiano Varella - No Município de Muriaé - MG							1.381.420
			S	3	6	50	6	100	1.381.420
10 122	2015 4525 7072	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - Centro de Valorização da Vida - Francisca Júlia - No Município de São José dos Campos - SP							500.000
			S	3	6	50	6	100	500.000
10 302	**2015 8535**	**Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde**							**5.043.000**
10 302	2015 8535 0023	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Ceará							843.000
			S	3	6	99	6	151	843.000
10 302	2015 8535 0029	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado da Bahia							500.000
			S	4	6	40	6	100	500.000
10 302	2015 8535 0031	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Minas Gerais							800.000
			S	3	6	99	6	153	500.000
			S	4	6	99	6	153	300.000
10 302	2015 8535 0042	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Santa Catarina							1.700.000
			S	3	6	50	6	100	1.700.000
10 302	2015 8535 7266	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital Municipal - No Município de Santa Terezinha - PE							1.200.000
			S	3	6	40	6	153	1.200.000
10 301	**2015 8581**	**Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde**							**7.010.334**
10 301	2015 8581 0014	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Roraima							471.000
			S	4	6	40	6	100	471.000
10 301	2015 8581 0027	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Alagoas							2.115.000
			S	4	6	40	6	153	2.115.000
10 301	2015 8581 0035	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de São Paulo							463.000
			S	4	6	40	6	100	463.000
10 301	2015 8581 0041	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Paraná							1.350.014
			S	4	6	40	6	153	1.350.014
10 301	2015 8581 0042	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Santa Catarina							200.000
			S	4	6	40	6	153	200.000
10 301	2015 8581 0043	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul							2.250.000
			S	3	6	40	6	151	2.000.000
			S	4	6	40	6	100	250.000
10 301	2015 8581 5384	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Santo Afonso - MT							161.320
			S	4	6	40	6	100	161.320
	2065	**Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas**							**100.000**
		Atividades							
10 423	**2065 20YP**	**Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena**							**100.000**
10 423	2065 20YP 0225	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena - No Município de São Gabriel da Cachoeira - AM							100.000
			S	4	6	90	6	153	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**15.040.957**
TOTAL - GERAL									**15.040.957**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	**Cultura: Preservação, Promoção e Acesso**							**1.530.000**
		Atividades							
13 392	**2027 20KH**	**Ações Integradas de Cultura e Educação**							**150.000**
13 392	2027 20KH 0035	Ações Integradas de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo							150.000
			F	3	6	90	0	100	150.000
13 392	**2027 20ZF**	**Promoção e Fomento à Cultura Brasileira**							**1.380.000**
13 392	2027 20ZF 0015	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado do Pará							500.000
			F	3	6	40	0	100	500.000
13 392	2027 20ZF 0026	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado de Pernambuco							100.000
			F	4	6	40	0	100	100.000
13 392	2027 20ZF 0035	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado de São Paulo							480.000
			F	3	6	40	0	100	480.000
13 392	2027 20ZF 0043	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado do Rio Grande do Sul							150.000
			F	4	6	40	0	100	150.000
13 392	2027 20ZF 5375	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Município de Poxoréo - MT							150.000
			F	3	6	40	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									**1.530.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.530.000**

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**							**100.000**
		Atividades							
21 127	**2029 210X**	**Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**							**100.000**
21 127	2029 210X 0043	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - No Estado do Rio Grande do Sul							100.000
			F	4	6	40	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									**100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2066	**Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária**							**320.000**
		Atividades							
21 631	**2066 211A**	**Desenvolvimento de Assentamentos Rurais**							**320.000**
21 631	2066 211A 0031	Desenvolvimento de Assentamentos Rurais - No Estado de Minas Gerais							320.000
			F	4	6	99	0	100	320.000
TOTAL - FISCAL									**320.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**320.000**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Política Nacional de Defesa**							**100.000**
		Projetos							
05 244	**2058 1211**	**Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte**							**100.000**
05 244	2058 1211 0402	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Macapá - AP							100.000
			F	4	6	40	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									**100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**							**1.000.000**
		Projetos							
15 244	**2029 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**1.000.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

15 244	2029 7K66 0027	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de Alagoas	F	4	6	90	0	100	1.000.000
									1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2014	**Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização**							**300.000**
		Atividades							
20 608	**2014 20ZV**	**Fomento ao Setor Agropecuário**							**300.000**
20 608	2014 20ZV 0032	Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado do Espírito Santo	F	3	6	40	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									**300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2032	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**							**1.013.306**
		Atividades							
12 302	**2032 4086**	**Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais**							**1.013.306**
12 302	2032 4086 7008	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Reestruturação do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - No Município do Rio de Janeiro - RJ	S	4	6	90	0	100	213.306
12 302	2032 4086 7018	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - No Estado do Rio de Janeiro	S	4	6	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.013.306**
TOTAL - GERAL									**1.013.306**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	**Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**							**14.940.957**
		Atividades							
10 122	**2015 4525**	**Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde**							**2.887.623**
10 122	2015 4525 0041	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado do Paraná	S	4	6	41	6	100	6.203
10 122	2015 4525 1883	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Lagarto - SE	S	4	6	50	6	151	1.000.000
10 122	2015 4525 7052	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - Fundação Cristiano Varella - No Município de Muriaé - MG	S	4	6	40	6	100	1.381.420
			S	4	6	50	6	100	31.420
10 122	2015 4525 7072	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - Centro de Valorização da Vida - Francisca Júlia - No Município de São José dos Campos - SP	S	4	6	50	6	100	1.350.000
10 302	**2015 8535**	**Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde**	S	4	6	50	6	100	500.000
10 302	2015 8535 0027	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Alagoas	S	4	6	40	6	153	2.115.000
10 302	2015 8535 0029	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado da Bahia	S	3	6	99	6	100	500.000
10 302	2015 8535 0042	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Santa Catarina	S	4	6	50	6	100	1.700.000
10 302	2015 8535 0043	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul	S	4	6	40	6	151	2.000.000
10 302	2015 8535 7266	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital Municipal - No Município de Santa Terezinha - PE	S	4	6	40	6	153	1.200.000
10 301	**2015 8581**	**Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde**							**4.538.334**
10 301	2015 8581 0014	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Roraima	S	3	6	99	6	100	471.000
10 301	2015 8581 0023	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Ceará	S	3	6	99	6	151	843.000
10 301	2015 8581 0031	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Minas Gerais	S	3	6	99	6	153	800.000
10 301	2015 8581 0035	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de São Paulo	S	3	6	40	6	100	463.000
10 301	2015 8581 0041	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Paraná	S	3	6	40	6	153	1.350.014
10 301	2015 8581 0042	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Santa Catarina	S	3	6	40	6	153	200.000
10 301	2015 8581 0043	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	6	40	6	100	250.000
10 301	2015 8581 5288	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Araputanga - MT	S	4	6	40	6	100	42.000
10 301	2015 8581 5355	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Nova Olímpia - MT	S	3	6	40	6	100	19.320
10 301	2015 8581 5384	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Santo Afonso - MT	S	3	6	40	6	100	100.000
	2065	**Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas**							**100.000**
		Atividades							
10 423	**2065 20YP**	**Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena**							**100.000**
10 423	2065 20YP 0225	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena - No Município de São Gabriel da Cachoeira - AM	S	3	6	90	6	153	100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**15.040.957**
TOTAL - GERAL									**15.040.957**

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2027	**Cultura: Preservação, Promoção e Acesso**							**1.530.000**
		Atividades							
13 392	**2027 20KH**	**Ações Integradas de Cultura e Educação**							**150.000**
13 392	2027 20KH 0035	Ações Integradas de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo	F	4	6	90	0	100	150.000
13 392	**2027 20ZF**	**Promoção e Fomento à Cultura Brasileira**							**1.380.000**
13 392	2027 20ZF 0015	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado do Pará	F	4	6	40	0	100	500.000
13 392	2027 20ZF 0026	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado de Pernambuco	F	3	6	40	0	100	100.000
13 392	2027 20ZF 0035	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado de São Paulo	F	4	6	40	0	100	480.000
13 392	2027 20ZF 0043	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	6	40	0	100	150.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

13 392	2027 20ZF 5375	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Município de Poxoréo - MT	F	4	6	40	0	100	150.000	150.000
TOTAL - FISCAL										**1.530.000**
TOTAL - SEGURIDADE										**0**
TOTAL - GERAL										**1.530.000**

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**							**100.000**
		Atividades							
21 127	**2029 210X**	**Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**							**100.000**
21 127	2029 210X 0043	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	6	40	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									**100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2066	**Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária**							**320.000**
		Atividades							
21 631	**2066 211A**	**Desenvolvimento de Assentamentos Rurais**							**320.000**
21 631	2066 211A 0031	Desenvolvimento de Assentamentos Rurais - No Estado de Minas Gerais	F	3	6	99	0	100	320.000
TOTAL - FISCAL									**320.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**320.000**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Política Nacional de Defesa**							**100.000**
		Projetos							
05 244	**2058 1211**	**Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte**							**100.000**
05 244	2058 1211 0402	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Macapá - AP	F	3	6	40	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									**100.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**100.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**							**1.000.000**
		Projetos							
15 244	**2029 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**1.000.000**
15 244	2029 7K66 0027	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de Alagoas	F	3	6	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

RETIFICAÇÃO

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária BR-040 S.A., o imóvel que menciona, localizado no Município de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.

(Publicado no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2014, Seção 1)

Na página 15, 3ª coluna, nas assinaturas, **leia-se**: MICHEL TEMER e Paulo Sérgio Oliveira Passos.

Presidência da República

DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 376, de 13 de novembro de 2014. Solicita ao Congresso Nacional a retirada de tramitação da Mensagem nº 375, de 12 de novembro de 2014, referente ao pedido de urgência ao Projeto de Lei nº 36, de 2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014".

Nº 377, de 13 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo Constituinte de Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPESCA), celebrado em São José, Costa Rica, em 18 de fevereiro de 1994.

Nº 378, de 13 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa Rica sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2011.

Nº 379, de 13 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo sobre Constituição da Rede Internacional do Bambu e do Ratã, celebrado em Pequim, em 6 de novembro de 1997.

Nº 380, de 13 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo para a Integração Fronteiriça entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru na Área de Telecomunicações, assinado em Lima, em 11 de novembro de 2013.

Nº 381, de 13 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo Internacional de Cacau de 2010, assinado pelo Brasil, em 7 de junho de 2012.

Nº 382, de 13 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, assinado em Havana, em 31 de janeiro de 2012.

Nº 383, de 13 de novembro de 2014. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre o Município de Alagoinhas, Estado da Bahia e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Promoção Social do Município de Alagoinhas".

Nº 384, de 13 de novembro de 2014.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2014 (MP nº 651/14), que "Dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros e sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; altera as Leis nºs 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, 12.431, de 24 de junho de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.996, de 18 de junho de 2014, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.409, de 25 de maio de 2011, 5.895, de 19 de junho de 1973, 11.948, de 16 de junho de 2009, 12.380, de 10 de janeiro de 2011, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 12.712, de 30 de agosto de 2012, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, 6.830, de 22 de setembro de 1980, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.147, de 21 de dezembro de 2000, 12.860, de 11 de setembro de 2013, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 12.598, de 21 de março de 2012, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 12.688, de 18 de julho de 2012, 12.101, de 27 de novembro de 2009, 11.438, de 29 de dezembro de 2006, 11.478, de 29 de maio de 2007, 12.973, de 13 de maio de 2014, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 11.972, de 6 de julho de 2009, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e 10.865, de 30 de abril de 2004, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977, das Leis nºs 5.010, de 30 de maio de 1966, e 8.666, de 21 de junho de 1993, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977; e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§ 5º do art. 7º

"§ 5º Na hipótese de alienação das ações pela pessoa jurídica tomadora, não se aplicará a isenção prevista no **caput**, ficando a entidade referida no art. 6º responsável pela retenção e recolhimento do imposto sobre a renda correspondente ao JCP que seria devido caso não houvesse alienado as ações."

Razões do veto

"O dispositivo levaria à dupla incidência de imposto sobre a renda em relação ao mesmo pagamento de juros sobre capital próprio. Ademais, as entidades autorizadas a prestar serviços de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários não têm informações suficientes para a realização da retenção e do recolhimento."

Incisos XII, XIII e caput do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, alterados pelo art. 50 e art. 52 do projeto de lei de conversão

"Art. 7º Contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do **caput** do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 2% (dois por cento):

.....

XII - as empresas de engenharia e arquitetura enquadradas no Grupo 711 do CNAE 2.0;

XIII - as empresas de transporte rodoviário de passageiros sob regime de fretamento.

....." (NR)"

"Art. 52. Ficam incluídas no Anexo II a que se refere o inciso XII do § 3º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, as empresas de varejo que exercem as seguintes atividades:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, enquadrado na Subclasse CNAE 4771-7/01;

II - comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas, enquadrado na Subclasse CNAE 4771-7/02."

Razão dos vetos

"Os dispositivos desonerariam setores da economia, sem apresentar os cálculos de impacto orçamentário-financeiro devidos, em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal."

Art. 98

"Art. 98. O § 8º do art. 14 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 14. .....
.....

§ 8º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se também aos bens utilizados na execução de serviços de transporte de mercadorias em ferrovias e nas operações de carga e descarga de mercadorias, classificados nas posições 84.26 e 84.28 e 86.01, 86.02 e 86.06 da Nomenclatura Comum do Mercosul, e aos trilhos e demais elementos de vias férreas classificados na posição 73.02 da Nomenclatura Comum do Mercosul, relacionados pelo Poder Executivo.
.....' (NR)"

Razão do veto

"O dispositivo estenderia desonerações em vigor a outros bens, sem apresentar os cálculos de impacto orçamentário-financeiro devidos, em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal."

Art. 108

"Art. 108. Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) as alíquotas das contribuições para PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as receitas de venda dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras de ar de borracha).

Parágrafo único. A redução a que se refere o **caput** aplica-se às receitas de venda realizadas por pessoas jurídicas fabricantes que utilizarem no processo de industrialização, em estabelecimentos implantados na Zona Franca de Manaus, de acordo com o processo produtivo básico fixado em legislação específica, borracha natural produzida por extrativismo não madeireiro na região Norte."

Razões do veto

"A inexistência de critérios quantitativos relativos ao uso de borracha natural impediria o alcance dos objetivos extrafiscais da medida. Além disso, produtos da Zona Franca de Manaus - ZFM já dispõem de diversos incentivos tributários."

Art. 110

"Art. 110. O art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 28. .....
.....

XXXVII - serviços de reforma de pneumáticos usados, enquadrados na subclasse 2212-9/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0).
.....' (NR)"

Razão do veto

"O dispositivo estenderia desonerações em vigor a outros serviços, sem apresentar os cálculos de impacto orçamentário-financeiro devidos, em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal."

O Ministério da Fazenda e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se, ainda, pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 35

"Art. 35. O previsto no art. 34 estende-se aos débitos de qualquer natureza perante a Fazenda Nacional administrados pela Procuradoria-Geral da União."

Razão do veto

"Da forma prevista, o dispositivo estenderia inadequadamente o parcelamento previsto na medida a débitos não tributários, de naturezas diversas, inclusive débitos relativos a improbidade administrativa, reduzindo indevidamente o caráter punitivo de multas."

Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Parágrafo único do art. 8º, da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, alterado pelo art. 71 do projeto de lei de conversão

"Parágrafo único. O regime de garantias previsto neste artigo aplica-se às contratações em que houver transferência ou desenvolvimento local de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica."

Razões do veto

"O dispositivo ampliaria hipóteses de vinculação de receitas da União. Além disso, oneraria o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, destinando seus recursos para finalidades diversas daquelas que motivaram sua constituição."

Incisos IV, V e VI do art. 114

"IV - o § 6º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

V - a alínea *a* do inciso I e os §§ 1º, 2º e 4º do art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;

VI - o art. 8º-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977;"

Razões dos vetos

"Tais dispositivos supressivos foram equivocamente mantidos, após rejeição das correspondentes emendas modificativas durante a tramitação do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória. Assim, haveria revogação de conteúdos essenciais a sistemáticas legais em vigor."

Ouvido, o Ministério de Minas e Energia manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 77

"Art. 77. O parágrafo único do art. 56 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

'Art. 56. .....

Parágrafo único. .....
.....

III - às vendas, por distribuidor autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, de gás natural para indústrias químicas para ser utilizado como insumo na produção de álcool metílico.' (NR)"

Razão do veto

"A proposta não alcançaria os objetivos pretendidos por restringir sua aplicação apenas a distribuidores autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP."

Já os Ministérios do Meio Ambiente e das Cidades opinaram pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

Art. 107

"Art. 107. Os arts. 54 e 55 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada em, no máximo, 8 (oito) anos após a data de publicação desta Lei, nos termos do plano estadual de resíduos sólidos e do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.' (NR)

'Art. 55. O disposto nos arts. 16 e 18 entra em vigor 6 (seis) anos após a data de publicação desta Lei.' (NR)"

Razões do veto

"A prorrogação de prazos, da forma como prevista, contrariaria o interesse público, por adiar a consolidação de aspecto importante da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Além disso, a imposição de veto decorre de acordo realizado no plenário do Senado Federal com as Lideranças Parlamentares, que se comprometeram a apresentar alternativa para a solução da questão."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 13 de novembro de 2014

Entidade: AR PRIMUS
CNPJ: 20.553.246/0001-06
Processo Nº: 00100.000298/2014-33

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 37/39), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro PRIMUS, operacionalmente vinculada à AC VALID BRASIL, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR CERTIFICADO DIGITAL
CNPJ: 12.975.400/0001-00
Processo Nº: 00100.000275/2014-29

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 36/39), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro CERTIFICADO DIGITAL, operacionalmente vinculada à AC CERTISIGN RFB, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em de 13 de novembro de 2014

Nº 7 - **O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso III do art. 47 do Regimento Interno, com base na Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, no inciso XXXII do art. 3º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.122 de 13 de fevereiro de 2002, no disposto no art. 6º do Decreto nº 6.759 de 05 de fevereiro de 2009, combinado com o §2º do art. 27 da Resolução 3.290-ANTAQ de 13 de fevereiro de 2014, tendo em vista o que consta do Processo nº 50300.002252/2011-28 resolve habilitar ao tráfego marítimo internacional as instalações do terminal portuário de uso privado atualmente operado pela empresa TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.389.394/0002-19, localizada na Rua Carlos Henrique Mohering, nº 1.300, Juary II, CEP 69104-404, Itacoatiara/AM, face ao atendimento das condições adequadas para a realização de operações portuárias, respeitadas as características do projeto, o atendimento às exigências dos demais órgãos envolvidos e o disposto no Contrato de Adesão nº 013/2014-ANTAQ de 03 de setembro de 2014.

RIVALDO PINHEIRO DANTAS

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, inciso XLI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n° 110, de 15 de setembro de 2009, e alterações posteriores, nos termos do disposto na Instrução Suplementar nº 108-001 A - Programa de Segurança do Operador Aéreo, de 15 de maio de 2013, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e conforme as responsabilidades estabelecidas no Decreto nº 7.168, de 5 de maio de 2010 - Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil (PNAVSEC), resolve:

Nº 2.685 - Aprovar o Programa de Segurança de Operador Aéreo (PSOA) da INSEL AIR ARUBA N.V. Processo nº 00058.072216/2014-15.

Nº 2.686 - Aprovar o Programa de Segurança de Operador Aéreo (PSOA) da INSEL AIR INTERNATIONAL B.V. Processo nº 00058.071912/2014-12.

Nº 2.687 - Aprovar o Programa de Segurança de Operador Aéreo (PSOA) da ROYAL AIR MAROC. Processo nº 00058.034201/2014-59.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 2304, de 17 de dezembro de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.677 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Canel (PI) (Código OACI: SJZS) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.147334/2014-03.

Nº 2.678 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda DIMEP (SP) (Código OACI: SDMP) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.141828/2013-95.

Nº 2.679 - Inscrever o aeródromo privado Célia Neuza (PA) (Código OACI: SSUC) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez)anos. Processo nº 00065.147974/2014-13.

Nº 2.680 - Inscrever o aeródromo privado Usina São Simão (GO) (Código OACI: SSYO) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.147000/2014-21.

Nº 2.681 - Inscrever o heliponto privado Posthaus (SC) (Código OACI: SJUP) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.147778/2014-31.

Nº 2.682 - Alterar a inscrição do heliponto privado Centro Administrativo Rio Negro (SP) (Código OACI: SJZY) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 22 de abril de 2015. Processo nº 00065.084492/2014-37. Fica revogada a Portaria nº 586, de 20 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2010 , Seção 1, página 40.

Nº 2.683 - Alterar e renovar a inscrição do heliponto privado Brascan Century Plaza (SP) (Código OACI: SIIR) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.071056/2014-06.

Nº 2.684 - Alterar e renovar a inscrição do heliponto privado Vide Bula (MG) (Código OACI: SIVB) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.075535/2014-93.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

HUGO VIEIRA DE VASCONCELOS

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 104, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando o disposto nas Diretrizes nºs 40/14 e 42/14 da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM e na Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL - GMC, sobre ações pontuais no âmbito tarifário por razões de abastecimento, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Alterar para 2% (dois por cento), por um período de 12 (doze) meses e conforme quota discriminada, a alíquota **ad valorem** do Imposto de Importação da mercadoria classificada no código da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM a seguir:

NCM	Descrição	Quota
2815.12.00	- - Em solução aquosa (lixívia de soda cáustica)	360.000 toneladas
	Ex 001 - Para uso exclusivo na produção de alumina (ou óxido de alumínio)	

Parágrafo único. A quota mencionada no *caput* deste artigo somente poderá ser distribuída para as empresas que utilizam a soda cáustica para a produção de alumina (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2441).

Art. 2º Alterar para 2% (dois por cento), por um período de 6 (seis) meses a partir de 24 de fevereiro de 2015 e conforme quota discriminada, a alíquota **ad valorem** do Imposto de Importação da mercadoria classificada no código da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM a seguir:

NCM	Descrição	Quota
2916.12.20	De etila	7.000 toneladas

Art. 3º A Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC editará norma complementar, visando estabelecer os critérios de alocação das quotas mencionadas.

Art. 4º A alíquota correspondente ao código 2815.12.00 da NCM, constante do Anexo I da Resolução nº 94, de 2011, passa a ser assinalada com o sinal gráfico "**", enquanto vigorar a referida redução tarifária.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LEMOS BORGES

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÃO Nº 19, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETARIA EXECUTIVA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED), em reunião realizada no dia 29 de outubro de 2014, com fulcro no inciso XIV do art. 6º da Lei n.º 10.742/2003, no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução CMED n.º 3/2003, decide:

Acolher o Relatório n.º 34/2014/SE/CMED, de 29 de outubro de 2014, referente ao Processo Administrativo n.º 25351.671888/2013-63 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para condenar JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA., CNPJ 51.780.468/0001-87, ao pagamento de multa no valor de R$ 83.254,96 (oitenta e três mil duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos), por infração no art. 8º da Lei n.º 10.742/2003, pela comercialização de medicamentos por preço superior ao permitido pela CMED.

Acolher o Relatório n.º 37/2014/SE/CMED, de 29 de outubro de 2014, referente ao Processo Administrativo n.º 25351.566456/2013-45 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos, para absolver PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A., CNPJ 33.009.945/0002-04, por infração no art. 8º da Lei n.º 10.742/2003.

LEANDRO PINHEIRO SAFATLE
Secretário-Executivo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 254, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Portaria MP nº 327, de 16 de setembro de 2013; na Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004; na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009; na Constituição Federal, e o que consta dos Processos nº 70100.004630/2014-14 e nº 70010.000833/2014-41, resolve:

Art. 1º Tornar pública a lista de aprovados de ampla concorrência do cargo FFA - Veterinário para a localidade de Belém-PA (Lanagro), referente ao resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de vagas para as carreiras de Fiscal Federal Agropecuário, as carreiras de Atividades Técnicas de Fiscalização e as carreiras do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE afetos ao MAPA, nos termos do Edital nº 1, de 20 de janeiro de 2014, publicado no DOU nº 14, Seção 3, de 21 de janeiro de 2014, em cumprimento à decisão proferida nos autos do Processo nº 0047453-20.2014.4.01.3400, Mandado de Segurança em trâmite perante a 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

I - Resultado final de candidatos de ampla concorrência da localidade de Belém-PA (Lanagro), na seguinte ordem: cargo/localidade, inscrição, nome, nota final e classificação no concurso público.

1. FFA - VETERINÁRIO;
1.1. BELÉM (LANAGRO)
420454966 / Amanda Bonalume Cordeiro De Morais / 79,5 / 1º; 420524318 / Luciana Barreto De Almeida Silva / 65,5 / 2º; 420396166 / Lucila Pereira Da Silva / 64,25 / 3º.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GERARDO FONTELLES

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 354, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA- SUBSTITUTO no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428 de 09/06/2010, e tendo em vista o disposto no Art. 3º da Lei nº 7802, de 11/07/1989, no Decreto nº 4.074, de 04/01/2002, na Instrução Normativa nº 36, de 24/11/2009, na Instrução Normativa nº 42, de 05/11/2011, e o que consta no Processo nº 21050. 002186/2014-20, resolve:

Art. 1º - credenciar a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CAÇADOR, CNPJ nº 83.052.191/0003-24, isenta de Inscrição Estadual, localizada na Rua Abílio Franco, 1500 - Bairro Bom Sucesso, em Caçador/SC, CEP 89500-000 para, na qualidade de empresa de pesquisa, proceder pesquisas e ensaios experimentais de eficácia e praticabilidade agronômica de agrotóxicos e afins, com finalidade fitossanitária.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO LUIZ FREIBERGER

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.237, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.006124/2013-38, de 20/12/2013, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Siemens Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 44.013.159/0065-80, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Ecógrafo com análise espectral doppler.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 168, de 20 de fevereiro de 2013.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.006124/2013-38, de 20/12/2013.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.238, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.005218/2013-90, de 5/11/2013, resolvem:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art.1º Habilitar a empresa Huber Suhner America Latina Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 03.054.923/0002-03, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Bastidor para fibras ópticas;

II - Distribuidor de conexões para redes de comunicação de dados por fibras ópticas; e

III - Caixa para emenda de fibras ópticas.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 759, de 25 de julho de 2014.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.005218/2013-90, de 5/11/2013.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.239, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.001252/2014-76, de 25/3/2014, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa AG Indústria e Comércio de Placas Eletrônicas Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 07.620.567/0001-00, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Multiplexador por divisão de comprimento de onda;

II - Demultiplexador óptico por divisão de comprimento de onda; e

III - Multiplexador óptico de inserção e retirada por divisão de comprimento de onda (OADM).

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 986, de 22 de dezembro de 2006.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.001252/2014-76, de 25/3/2014.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.240, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.002098/2014-50, de 20/5/2014, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Lenke-Automação Industrial Ltda. - EPP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 04.645.176/0001-51, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Controlador lógico programável.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 450, de 28 de abril de 2014.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.002098/2014-50, de 20/5/2014.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014(*)

Estabelece as condições de isolamento e de monitoramento pós-colheita para condução de liberação planejada no meio ambiente de sorgo geneticamente modificado.

A COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CTNBio, no uso de suas atribuições legais e regulamentares e, de acordo com o disposto no inciso II do art. 14 da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, resolve:

Art. 1º. As liberações planejadas de sorgo (Sorghum bicolor (L.) Moench subsp bicolor) geneticamente modificado no meio ambiente deverão ser implementadas observando-se as seguintes condições de isolamento:

I - Distância mínima de 800 metros de outros plantios de sorgo;

II - Bordadura de contenção com 20 (vinte) linhas de sorgo não geneticamente modificado ao redor do conjunto das parcelas experimentais. A cultivar de sorgo deve ser de mesmo ciclo da cultivar geneticamente modificada;

III - Ensaque das panículas das plantas de sorgo geneticamente modificado de forma a evitar a liberação do pólen;

IV - Inspeções até a colheita, no mínimo quinzenais, da lavoura e da área ao redor do experimento em um raio de 1.500 metros, com o objetivo de eliminar as plantas silvestres de sorgo e as plantas voluntárias.

Art. 2º. Após a colheita do sorgo geneticamente modificado, a área experimental e a área de bordadura deverão ser monitoradas quanto à presença de plantas voluntárias de sorgo, durante o período de 6 (seis) meses, com irrigação, ou 12 doze (meses), sem irrigação.

§ 1º. A disponibilidade ou não de sistema de irrigação deverá ser informada no pedido da Liberação Planejada no Meio Ambiente - LPMA.

§ 2º. Durante o período de monitoramento, a área deverá ser mantida em pousio ou ser cultivada com cultura que permita a fácil identificação das plantas de sorgo.

§ 3º. As plantas voluntárias deverão ser eliminadas antes do florescimento.

Art. 3º. As situações não previstas nesta Resolução Normativa serão avaliadas e definidas, caso a caso, pela CTNBio

Art. 4º. A CTNBio poderá, como resultado da avaliação de risco, estabelecer medidas de biossegurança adicionais.

Art. 5º. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 218, de 11-11-2014, Seção 1, pág. 5, com incorreção no original.

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.305/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 176ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 02 de outubro de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003883/1997-03

Requerente: Instituto de Ciências Biológicas/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

CQB: 038/97

Próton: 51737/13

Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-2

Extrato Prévio: 3875/13 publicado em 10/12/2013

Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Nível de Biossegurança NB2 do Departamento de Bioquímica e Imunologia e Laboratório de Genética Celular e Molecular do Departamento de Biologia Geral do ICB/UFMG, ambos para Nível de Biossegurança 2, para finalidade de Pesquisa em regime de contenção. O responsável pela unidade operativa declarou que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.306/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 177ª Reunião Ordinária, ocorrida em 6 de novembro de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004010/1996-19

Requerente: Embrapa Cerrados

CNPJ: 00.348.003/0039-93

Endereço: BR 020, km 18, Plat. 2, C.P. 08223, 73310-970, Planaltina, DF

Assunto: Extensão de CQB

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação de Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A requerente solicitou à CTNBio, a Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB 052/98) para o Laboratório de Fitopatologia localizado na Embrapa Cerrados, Planaltina, Brasília/DF para desenvolver atividades de pesquisa em regime de contenção, transporte, detecção e identificação de OGMs, descarte, ensino e armazenamento de OGMs da classe de risco 1.

No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares deverão ser solicitadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 13 de novembro de 2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, que fica cancelado o Extrato prévio nº. 4323/2014, DOU nº. 220, Seção 3, pág.13 de 13/11/2014.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 12 de novembro de 2014

557ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Comitê Olímpico Brasileiro - COB	900.1093/2009	34.117.366/0001-67

Em 13 de novembro de 2014

558ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Associação Brasileira de Saúde Coletiva-ABRASCO	900.0643/1995	00.665.448/0001-24

LUIZ ALBERTO HORTA BARBOSA

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA

PORTARIA Nº 21, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA do MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 8º da Portaria MCTI nº 555, de 18 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.005045/2014-91, de 07/11/2014, que o software USTORE, versão 1.7.3, da empresa USTO.RE Software e Serviços de Informática LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 16.826.461/0001-58, atende à condição de bem de informática e automação resultado de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, nos termos da Portaria MCTI nº 555, de 18 de junho de 2013 e da Metodologia de Avaliação da Certificação CERTICS para Software, e para os fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, no art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010.

Art. 2º Esse reconhecimento tem validade de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de publicação da portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIRGILIO AUGUSTO ALMEIDA FERNANDES



Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

RETIFICAÇÕES

Na Instrução Normativa Nº 115, de 30 de Setembro de 2014, Altera dispositivos da Instrução Normativa nº. 91, de 01 de dezembro de 2010, publicado na data de 02/10/2014, Seção 1, pág. 07, do DOU nº 190, para considerar o seguinte:

onde se lê:

No art. 10 da Instrução Normativa nº 115, de 30 de setembro de 2014,

"Art. 10-A. O agente econômico cujo objeto social inclua a atividade de programação deverá também encaminhar no ato do requerimento do seu registro declaração assinada por representante legal que explicite a existência ou inexistência de qualquer vínculo de exclusividade junto a outro agente econômico com relação a produção de conteúdo audiovisual que integre espaço qualificado, conforme modelo constante no Anexo XII desta instrução normativa." (NR)

Leia-se:

"Art. 10-A - O agente econômico cujo objeto social inclua a atividade de produção deverá também encaminhar no ato do requerimento do seu registro declaração assinada por representante legal que explicite a existência ou inexistência de qualquer vínculo de exclusividade junto a outro agente econômico com relação a produção de conteúdo audiovisual que integre espaço qualificado, conforme modelo constante no Anexo XII desta instrução normativa". (NR)

No Despacho do Superintendente nº. 168 de 07/11/2014, publicada no DOU nº. 217 de 10/11/2014, Seção 1, página 24, em relação ao projeto "Os Penetras 2", para considerar o seguinte:

onde se lê:

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

leia-se:

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 532, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a delimitação da área de entorno da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, situada no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, bem objeto de tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

O PRESIDENTE-SUBSTITUTO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições que lhe são legalmente conferidas, tendo em vista o disposto no art. 21, V, do Anexo I do Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e o contido no Processo Administrativo n° 01510.00808/2014-11, e CONSIDERANDO:

Que é dever do Poder Público zelar pela integridade dos bens tombados, assim como por sua visibilidade e ambiência;

O disposto no artigo 18 do Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937, que protege a visibilidade dos bens tombados e determina a necessidade de prévia autorização do IPHAN para intervenções na vizinhança dos bens tombados;

O disposto nos artigos 1º, II, 23, III, 24, VII, 30, IX, 215, 216 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Que a Fortaleza de São José da Ponta Grossa é objeto de tombamento pelo IPHAN através dos Processos de Tombamento nº 101-T-38 e 155-T-38 e inscrito nos Livros do Tombo das Belas Artes, sob nº 95, e Histórico, sob nº 55, em 24 de maio de 1938;

A necessidade de regulamentação da área de entorno da Fortaleza de São José da Ponta Grossa;

Os estudos técnicos desenvolvidos pelo IPHAN e constantes do processo administrativo nº 01510.000808/2014-11, resolve:

Art. 1° Delimitar a área de entorno do bem tombado, cuja poligonal tem início no Ponto 01 (S 27° 25' 59.91" | O 48° 30' 54.10") localizado no cruzamento da Servidão José Cardoso de Oliveira com a Servidão Nossa Senhora dos Navegantes; deste ponto toma-se uma linha que percorre 134,49m no sentido sul pela Servidão Nossa Senhora dos Navegantes até o limite desta Servidão, chegando no Ponto 02 (S 27° 26' 4.25" | O 48° 30' 54.61"); de onde segue 119,72m também no sentido sul, acompanhando os limites ao lado leste dos lotes de inscrição cadastral nº 22.45.096.1257 e nº 22.45.096.0070, estes incluídos, até o Ponto 03 (S 27° 26' 8.10" | O 48° 30' 55.17"); a partir do ponto 03, a linha segue 200,56m em direção oeste até o Ponto 04 (S 27° 26' 7.91" | O 48° 31' 2.46"); de onde percorre mais 50,34m em direção norte, acompanhando o limite ao lado oeste do lote de inscrição cadastral nº 22.45.056.1032, este incluído, passando pelo Ponto 05 (S 27° 26' 6.27" | O 48° 31' 2.44"); onde muda a direção para oeste e segue 252,7m até o Ponto 06 (S 27° 26' 6.11" | O 48° 31' 11.64"), passando pelo limite sul do lote de inscrição cadastral nº 22.45.056.0070, este incluído; a partir do Ponto 06 a linha percorre toda a orla da Praia do Forte, incluindo a faixa de areia, até chegar no Ponto 07 (S 27° 25' 52.12" | O 48° 30' 52.34"); por fim, seguindo 244,89m no sentido sul da Servidão José Cardoso de Oliveira encontra-se novamente o Ponto 01, inicial desta poligonal.

Art. 2º Quaisquer intervenções a serem realizadas no ENTORNO do bem tombado deverão ser precedidas de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, conforme dispõem os artigos 17 e 18 do Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937, e Portaria IPHAN nº 420, de 22 de dezembro de 2010, cujos procedimentos de avaliação e aprovação dar-se-ão no âmbito da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina.

Parágrafo único. São passíveis de análise e aprovação pelo IPHAN, à luz desta Portaria, todas as intervenções em logradouros públicos, como calçadas, ruas, praças e largos, lotes urbanos ou rurais e edificações no ENTORNO do bem tombado e, ainda, a instalação de equipamentos publicitários.

Art. 3º É parte integrante desta portaria o Anexo I - Mapa de Delimitação do Perímetro de Entorno da Fortaleza de São José da Ponta Grossa.

Art. 4º Esta Portaria e seu anexo também estarão disponíveis no endereço eletrônico: www.iphan.gov.br

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANDREY ROSENTHAL SCHLEE



Poligonal de Entorno da Fortaleza de São José da Ponta Grossa

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 109, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 846, de 07 de novembro de 2013, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo para captação de recursos dos projetos audiovisuais, relacionados no anexo I a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO HENRIQUE COSTA BORGNETH

ANEXO I

14 3277 - Tácito
André Moreira Neves
CNPJ/CPF: 349.300.298-05
SP - Jundiaí
Período de captação: 13/11/2014 a 31/12/2014
14 7498 - AUTISMO
GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CNPJ/CPF: 09.448.997/0001-11
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 05/11/2014 a 31/12/2014
14 8184 - VII Janela Internacional de Cinema do Recife
CinemasScópio Produções Cinematográficas e Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 08.587.501/0001-28
PE - Recife
Período de captação: 03/11/2014 a 31/12/2014
14 5484 - Sobrevida
joao avelar lobato
CNPJ/CPF: 042.218.596-52
SP - São Paulo
Período de captação: 04/11/2014 a 31/12/2014
14 7275 - FESTIVAL LATINO AMERICANO DE CINEMA AMBIENTAL - 12a EDIÇÃO - FESTCINEAMAZONIA

EXEMPLAR DE ASSINANTE

ESPAÇO VIDEO E CINEMA
CNPJ/CPF: 01.900.387/0001-03
RO - Porto Velho
Período de captação: 09/11/2014 a 31/12/2014
14 4501 - Quando o Milagre Não Acontece
Lourivaldo Leitão de Souza Cursos e Produções Teatrais e Cinematográficas - ME
CNPJ/CPF: 12.140.278/0001-43
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 11/11/2014 a 31/12/2014

PORTARIA Nº 110, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 805 de 07 de outubro de 2013, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo II, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO HENRIQUE COSTA BORGNETH

ANEXO I

14 9153 - A Casa dos Sonhos Esquecidos
Bruno Vieira de Melo Tajes
CNPJ/CPF: 317.026.368-44
Processo: 01400.059550/20-14
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 635.091,78
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um média metragem de 69 minutos, que tenta contar, usando muita poesia e uma linguagem que apela a todos os públicos, uma história que vai estimular as pessoas a sentir a beleza e a peculiaridade dos nossos cotidianos - onde cabe sentir mais e julgar menos.
14 9631 - CINEMA PARA VOCÊ 2015
DIGITAL LIVE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO LTDA.
CNPJ/CPF: 12.663.356/0001-94
Processo: 01400.060149/20-14
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 597.103,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Realização de exibições gratuitas contemplando 08 semanas de projeto e até 16 cidades brasileiras, para a população das classes C, D e E que não tem acesso às salas de cinema e também às produções cinematográficas.
14 8183 - RESTAURANDO A PLANTA DE PETRÓPOLIS
Fatima Medeiros de Almeida Menna Barreto
CNPJ/CPF: 012.524.307-36
Processo: 01400.040716/20-14
RJ - Petrópolis
Valor do Apoio R$: 164.600,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um vídeo de até 30 minutos, apresentando os processos utilizados na restauração de 02 documentos históricos (plantas topográficas) que deram origem a Petrópolis, a Cidade Imperial.
14 9624 - O diabo está lá fora, baseado em fatos reais.
Julio Cesar Gonçalves Quinan
CNPJ/CPF: 574.933.241-15
Processo: 01400.060142/20-14
GO - Itumbiara
Valor do Apoio R$: 764.200,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um média metragem de 69 minutos, baseado na história real de Orlando Sabino - O monstro do Triangulo Mineiro. Trata-se da adaptação do livro O Diabo está lá fora, de autoria do proponente, e que relata de forma romanceada os fatos ocorridos no início dos anos 70, em plena ditadura militar.
14 9753 - Documentário Roman Romancini - Da Cama ao Cume
LAS RAMBLAS EDITORA E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 12.259.329/0001-50
Processo: 01400.060355/20-14
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 600.000,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um documentário de 52 minutos, onde será retratada a história de superação e exemplo de vida de um dos maiores alpinistas do Brasil, além de destacar seu sonho de subir o Monte Everest.
14 7935 - 15ª GOIÂNIA MOSTRA CURTAS
ICUMAM - Instituto de Cultura e Meio Ambiente
CNPJ/CPF: 03.715.726/0001-07
Processo: 01400.037236/20-14
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 656.475,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Realização da 15ª edição da mostra, que acontecerá entre 06 e 11/10/2015, destacando as principais obras de curta-metragem da mais recente safra da produção brasileira, com realização de uma série de atividades no campo do audiovisual.
14 9733 - Lé com Cré - O quê que é...
Mariana Lopes da Silva
CNPJ/CPF: 397.313.098-10
Processo: 01400.060326/20-14
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 36.015,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um documentário em animação de 10 minutos, no qual são registradas as definições dadas por crianças sobre os conceitos: dinheiro, família, culpa, mentira, magia, sexismo e medo.
14 9110 - Projeto Cidade EnCena - Natasha Um Anjo Rebelde
Associação Arte Nova Produções Culturais e Artísticas
CNPJ/CPF: 09.372.135/0001-52
Processo: 01400.059474/20-14
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 600.000,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um média metragem de 70 minutos, visando descobrir talentos locais na arte audiovisual, e assim, aprimorar todas as tarefas inerentes à produção durante um projeto Cinematográfico profissional, desde a leitura do roteiro até a edição final do filme.
14 9623 - Mostra São Gonçalo - Cinema na Fazenda
Drix Filmes & Comunicação
CNPJ/CPF: 15.359.562/0001-01
Processo: 01400.060141/20-14
RJ - São Gonçalo
Valor do Apoio R$: 166.199,50
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Exibição de filmes digitais com temas livres no formato de curta metragens e média metragens, produzidos por profissionais e amadores nacionais e locais, destacando a produção audiovisual de baixo custo, democratizando o acesso a cultura. Em setembro de 2015.
14 9736 - Nômades
Tatiana Escosteguy
CNPJ/CPF: 021.417.689-42
Processo: 01400.060329/20-14
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 323.500,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um documentário de 50 minutos, sobre os Nômades Digitais - pessoas que, graças à internet, trabalham online e vivem viajando pelo mundo, morando 4, 5 meses em cada país.
14 9756 - Cine na Praça
Cooperativa dos Produtores Culturais do Estado de São Paulo
CNPJ/CPF: 18.659.166/0001-80
Processo: 01400.060358/20-14
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 595.743,94
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Realização de 98 exibições e 11 debates com cineastas da recente produção da cinematográfica brasileira e internacional, de agosto de 2015 a julho de 2016, apresentando uma programação diferenciada do que é exibido no circuito comercial, voltada a um segmento de público que não tem acesso a esse tipo de exibição e discussão.
14 9625 - Cine Cultura
Instituto Eco Ambiental e Social - IEAS
CNPJ/CPF: 07.200.091/0001-58
Processo: 01400.060143/20-14
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 613.266,50
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Realização de 35 apresentações de cinema, públicas e gratuitas em praças, centros comunitários ou escolas, selecionados de produtores independentes ou do catálogo da programadora Brasil, no período de 01/01 a 01/07/2015.
14 9538 - NO BATUQUE DO BOI
Cinemarte Produções Ltda - ME
CNPJ/CPF: 08.959.696/0001-90
Processo: 01400.060018/20-14
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 325.528,50
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Produção de 03 documentários de 20 minutos, sobre a história do Grupo Cupuaçu, criado por uma comunidade maranhense instalada há tempos na capital Paulista, levando ao telespectador o conhecimento de uma tradição da cultura popular brasileira que não é originária do Estado de São Paulo.

ANEXO II

14 9535 - COOL TOURS
Atividartes Produções Artísticas e Culturais Ltda-ME.
CNPJ/CPF: 06.652.057/0001-51
Processo: 01400.060015/20-14
SP - Santos
Valor do Apoio R$: 634.480,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Criação de um serviço de informação gratuito que convida o usuário a viver e ver a cidade de uma forma diferenciada. Oferece a possibilidade de experienciar pontos de cultura, arte, arquitetura, gastronomia e eventos de maneira fácil e interativa.
14 9543 - RUP 107,7 FM - Rádio Universitária Paranaense
Fundação Cândido Garcia
CNPJ/CPF: 04.166.662/0001-97
Processo: 01400.060027/20-14
PR - Umuarama
Valor do Apoio R$: 135.900,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
O projeto propõe incentivo às ações e a produção da RUP 107,7 FM - Rádio Universitária Paranaense, projeto da fundação Cândido Garcia e tem como objetivo levar cultura, conhecimento, informação e entretenimento a cidade de Umuarama e região em que atua no noroeste do Paraná.
14 9545 - Projeto de Manutenção e Ampliação do PORTAL TEMPO GLAUBER
Associação dos Amigos do Tempo Glauber
CNPJ/CPF: 07.482.964/0001-62
Processo: 01400.060029/20-14
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 237.840,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 20/12/2014
O projeto apresentado visa a reforma do site www.tempoglauber.com.br e sua ampliação para o acesso ao banco de dados que contém a PI (produção intelectual) de Glauber Rocha, contendo 224 projetos, na sua maioria inéditos, 400 desenhos e 4000 fotografias, além de cópias dos cartazes e prêmios concedidos à obra.
14 10478 - Estúdio Escola de Animação (EEA) - Ano IV
Ciranda Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 12.809.987/0001-79
Processo: 01400.064612/20-14
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 500.700,20
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Realização da 4ª edição do projeto tem como objetivo despertar em jovens estudantes da rede pública de ensino o interesse pela linguagem da animação, através de Animation Shows (apresentações sobre animação) e Oficinas (Estúdio).
14 9757 - OFICINA DE TÉCNICA CINEMATOGRÁFICA MEU PRIMEIRO FILME / I MOSTRA DO CINEASTA DOURADENSE R DE OMOTE CARDOSO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS ME
CNPJ/CPF: 14.860.303/0001-99
Processo: 01400.060359/20-14
SP - Batatais
Valor do Apoio R$: 32.684,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Realização de um projeto com duas ações: oficina com duração de 12 semanas, e apresentação pública dos curtas produzidos pelos próprios participantes durante esta oficina, de forma não competitiva, em evento público gratuito.
14 9626 - Grava São Gonçalo
Drix Filmes & Comunicação
CNPJ/CPF: 15.359.562/0001-01
Processo: 01400.060144/20-14
RJ - São Gonçalo
Valor do Apoio R$: 545.269,62
Prazo de Captação: 14/11/2014 a 31/12/2014
Serão desenvolvidas oficinas audiovisuais para 02 turmas: a 1ª com 6 meses de duração e a segunda também com 6 meses de duração, com o objetivo de desenvolver o total de 10 curtas metragens de 5 minutos cada, com temas que envolvam as semelhanças e influências entre as cidades do Rio de Janeiro e São Gonçalo.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 755, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
149580 - 40 anos Depois...
ANDREIA SANTOS ANDRADE - EDITORA E PRODUTORA DE LIVROS E CDS
CNPJ/CPF: 10.451.879/0001-41
Processo: 01400060075201411
Cidade: Cotia - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 5.197.860,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Montagem e temporada pelo Sul e Sudeste do Brasil do novo espetáculo musical "40 anos depois..." que representa a volta do Grupo multimídia Dzi Croquettesdos anos '70, agora em turnê 2015 com música ao vivo. As apresentações serão realizadas nas cidades de Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Rio de janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e Vitória (ES) em teatros das capitais dos Estados da região Sul e Sudeste do país, de quinta a domingo.
1410493 - ATIVIDADES ARTISTICAS 2014 - 2º PRÊMIO COPASA/SINPARC
Sindicato dos Produtores de Artes Cênicas de Minas Gerais
CNPJ/CPF: 20.185.922/0001-28
Processo: 01400064633201418
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 462.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Serão realizadas atividades artísticas do SINPARC, voltada ao desenvolvimento de seus filiados e beneficiando o público em geral, através da premiação dos melhores do teatro e da dança profissional de MG em 2014; e da instrumentalização de ações para os produtores que venham a facilitar o acesso do público aos espetáculos produzidos. O número de apresentações é superior a 200, pois a precisão deste número depende do número de espetáculos e suas respectivas produções que farão uso do sistema.
140594 - Iluminando a Infância - Mostra II
Trickster Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 01.067.282/0001-07
Processo: 01400000603201475
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 753.700,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto Iluminando a Infância - Mostra II, consiste numa mostra gratuita com produtos culturais infantis de qualidade - todos premiados ou indicados por formadores de opinião -, sejam de teatro, dança, ópera, musica, literatura ou circo com transporte gratuito. Está previsto para acontecer ao longo de 5 meses num teatro da cidade do RJ. Tem como público alvo mais de vinte e quatro mil crianças da rede pública de ensino da cidade, pretendendo atingir aproximadamente 200 escolas.
1410785 - INSTITUTO HAHAHA - PLANO ANUAL 2015 - VERTICALIZAÇÃO
Instituto HaHaHa
CNPJ/CPF: 16.911.508/0001-81
Processo: 01400070872201407
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 1.349.349,04
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Instituto HAHAHA tem a missão de levar arte de boa qualidade para hospitais e outros ambientes de vulnerabilidade social. O plano anual de 2015, além da MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANUAL de visitas de palhaços profissionais às 4 PEDIATRIAS DE HOSPITAIS PÚBLICOS de BH e a EXPANSÃO para MAIS UM HOSPITAL se destina a VERTICALIZAR no fazer artístico dos palhaços profissionais do HAHAHA que atuam em hospitais, refletir a prática - nas ações de TREINAMENTO e formação - CTI`s - para emergir a linguagem artística de excelência. O compartilhamento do conhecimento gerado a partir do cotidiano dos hospitais, por meio de atividades públicas realizadas no CENTRO CULTURAL ITINERANTE permitirá, ainda, a continuidade da expansão da atuação para o interior do Estado através do HAHAHA MINAS que serão 4 oficinas artisticas.
149614 - JORNADA CULTURAL NA XIV EXPOFEIRA
Cristiano Caraffa Casali e Cia Ltda - ME
CNPJ/CPF: 00.346.095/0001-08
Processo: 01400060131201418
Cidade: Santa Rosa - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 607.850,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar 9 dias de eventos artísticos e musicais no município de Três de Maio/RS, totalizando 8 apresentações ao final do projeto. São intervenções artísticas de música instrumental, teatro, grupos de folclore e circense. O projeto pretende levar cultura e arte a todos os níveis da população.
149236 - Natal em Família 2014
Associação para o Desenvolvimento Turístico de Ivoti
CNPJ/CPF: 07.002.529/0001-93
Processo: 01400059659201436
Cidade: Ivoti - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 45.330,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto "Natal em Família" que se realizará no município de Ivoti/RS, em novembro e dezembro propõe uma rica programação cultural, com participação comunitária, agregando significados a sociedade, como o conhecimento e a união através das artes. Teremos diversas atrações como: Teatros, Oficinas de artes, apresentação Orquestra Sinfônica, Música Erudita e o Auto de Natal, totalizando cinco apresentações de artes cênicas, quatro apresentações musicais e onze oficinas de arte. Além disso, estaremos envolvendo a comunidade na programação, para comemorar um Natal em família.
1410393 - Plano Anual de Atividades Culturais da FUNDAÇÃO ROGE 2015
FUNDAÇÃO ROGE
CNPJ/CPF: 04.025.536/0001-12
Processo: 01400064474201443
Cidade: Delfim Moreira - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 464.338,87
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto propõe a continuidade das ações culturais desenvolvidas pela FUNDAÇÃO ROGE no município de Delfim Moreira-MG, preservando o acesso do município à cultura.
149276 - Rodeio do Prata
Centro de Tradições Gaúchas Querência do Prata
CNPJ/CPF: 91.566.521/0001-66
Processo: 01400059730201481
Cidade: Nova Prata - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 107.565,90
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar uma edição do Rodeio Crioulo do Prata, no município de Nova Prata - RS, no Parque de Rodeios do CTG Querência do Prata. Este evento reúne dezenas de Centros de Tradições Gaúchas, vindos de diversos municípios, com seus grupos de danças e artistas para competirem entre si e celebrarem o folclore gaúcho. Além disso prevê-se a publicação de um livro contanto a história desta entidade que possui mais de 50 anos de existência.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
149089 - AVRAHAM FRIED E YUVAL STUPEL IN CONCERT
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BRASILEIRA ISRAELITA YESHIVA TOMCHEI TMIMIM
CNPJ/CPF: 07.569.731/0001-00
Processo: 01400059452201461
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 185.570,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar 01 apresentação em São Paulo no Teatro Bradesco o pianista Yuval Stupel acompanhando o tenor Avraham Fried, intérprete de canções eruditas e chassídicas da cultura judaica no dia 27 de novembro de 2014.
148932 - BLOCO DO RUQUINHO - MÚSICA - ARTES PLÁSTICAS E CONSCIÊNCIA AMBIENTAL ALEGRANDO O CARNAVAL DE TRÊS MARIAS E REGIÃO.
ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL REDE VERDE
CNPJ/CPF: 07.576.162/0001-11
Processo: 01400059264201433
Cidade: Três Marias - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 1.016.750,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O principal objetivo do projeto é percorrer 08 cidades na REGIÃO do MAR DOCE em Minas Gerais (no período de novembro /2014 a janeiro/2015) com a agremiação carnavalesca BLOCO DO RUQUINHO, realizando 02 apresentações por cidade e finalizando com 04 apresentações no municipio de TRÊS MARIAS MG no mês de fevereiro de 2015. O projeto envolve a apresentação de música instrumental, bonecos caricatus e monitores realizando uma campanha de conscientização e preservação ambiental.
148955 - Cinemacolor
Studio Verde Musica e Audio LTDA
CNPJ/CPF: 03.863.942/0001-91
Processo: 01400059287201448
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 367.180,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a gravação do primeiro CD instrumental autoral do compositor, produtor e arranjador Robertinho Brant. Serão prensadas duas mil cópias do CD, contendo 13 faixas inéditas inspiradas em trilhas sonoras do cinema e nos diversos matizes da música instrumental brasileira. O álbum será produzido com a participação de uma orquestra montada exclusivamente para esse projeto e regida pelo grande maestro Wagner Tiso.
149579 - COLLEGIUM CANTORUM OFICINA CORAL
Ana Cristina do Lago de Calderon
CNPJ/CPF: 749.241.509-59
Processo: 01400060074201469
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 250.750,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Manutenção de atividades do Collegium Cantorum Coro Feminino que promovem o estudo, fomento e difusão de obras de gêneros e tendências da produção musical brasileira, com realização de 1 oficina internacional em Curitiba, PR, 4 concertos didáticos, 1 participação internacional no Exterior, 1 concerto de finalização, além da capacitação de cantoras, instrumentistas e regentes em oficinas permanentes de canto coral.
1410508 - CONEXSOUL INSTRUMENTAL
Alexandre Emanuel Cláudio
CNPJ/CPF: 174.823.088-30
Processo: 01400064651201491
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 241.831,96
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Gravação de CD, contendo 11 faixas instrumentais de autoria do proponente, Alexandre Emanuel Cláudio. Este CD contará com a participação de grandes músicos conhecidos no cenário da música brasileira e ainda contará com a Direção Musical do Maestro Sr. Marco de Vita.
149581 - ENCONTROS MUSICAIS
Ety Cristina Forte Carneiro
CNPJ/CPF: 519.286.639-15
Processo: 01400060076201458
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 365.714,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Democratizando o acesso a musica instrumental o projeto se propõe a realizar apresentações musicais com artistas locais no Complexo Hospitalar Pequeno Príncipe, durante 10 meses. No encerramento do Projeto prevemos uma apresentação musical no Teatro Bom Jesus em Curitiba-PR, proporcionando o encontro de dois gigantes da musica instrumental Brasileira, Yamandu Costa e Hamilton de Holanda.
1410560 - Itinerância Música de Câmara Através das Fronteiras
INTERARTE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 54.223.482/0001-78
Processo: 01400069505201452
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.706.450,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo realizar a itinerância do "Música de Câmara Através das Fronteiras" com o intuito de ampliar o público beneficiado com a oferta música erudita. Serão 65 apresentações de música instrumental na região de Ribeirão Preto, dentro do Estado de São Paulo.

149698 - JAZZ FEST
Dueto Produções e Publicidade Ltda.
CNPJ/CPF: 27.872.415/0001-01
Processo: 01400060287201491
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 2.835.800,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto trata-se de uma nova versão do conhecido Festival de Jazz realizado pela Dueto desde 2011 com uma leitura atualizada que contará com participação de prestigiados artistas internacionais os quais já foram convidados para participar do projeto.
148409 - Leão Fest 2014 - Programação Artística.
Leandro Caramigo Cabral
CNPJ/CPF: 309.923.128-25
Processo: 01400041011201411
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 425.250,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto "Leão Fest 2014 - programação artística" visa realizar uma feira onde artistas de pequenas cidades poderão expor o seu talento. Haverá dança, música instrumental e exposições de artes plásticas em dois eventos. Cada um desses dois eventos terá 3 dias de duração. A divulgação será realizada de forma ampla incluindo a internet, dando publicidade internacional ao evento. O projeto estimulará a produção cultural regional, bem como auxiliará entidade beneficente. O projeto irá gerar centenas de empregos e novos olhares para cultura típica e regional.
149696 - MATA PAULISTANA INSTRUMENTAL
Marco de Vita Campos
CNPJ/CPF: 278.900.528-12
Processo: 01400060272201422
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 454.289,87
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Este projeto cultural, visa a divulgação de lançamento do novo álbum autoral do proponente Marco de Vita, nomeado "MATA PAULISTANA". (Música Instrumental). Esta divulgação será concretizada através de oito apresentações.
1410618 - Plano Anual Paço do Frevo 2015
IDG - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTAO
CNPJ/CPF: 04.393.475/0001-46
Processo: 01400069564201421
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado R$: R$ 1.237.500,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Esta proposta apresenta as atividades a serem realizadas no Paço do Frevo na cidade do Recife/PE em 2015, contemplando as áreas de exposições, programação cultural, pesquisa e documentação, acessibilidade e programação educativa.
147284 - SÉRIE DEPOIMENTOS INSTRUMENTAL
Instituto Social Oscar Niemeyer de Projetos e Pesquisas
CNPJ/CPF: 07.402.775/0001-32
Processo: 01400025855201415
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 760.052,96
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Um registro audiovisual (recursos próprios) de depoimentos com músicos com mais de 25 anos de carreira, que serão entrevistados por um mediador e pelo público presente. Serão realizados oito espetáculos de maio à dezembro. Cada espetáculo terá duração de 1h e 30 min., divididos por 3 blocos de entrevistas de 15 minutos, intercalados por 3 blocos de músicas também de 15 minutos.
1410641 - Tournée Orquestra Internacional no Brasil
INTERARTE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 54.223.482/0001-78
Processo: 01400070678201413
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.436.930,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Com o intuito de divulgar aos brasileiros a música sinfônica da melhor qualidade, o presente projeto se propõe a trazer ao Brasil uma orquestra internacional realização de 07 (sete) concertos em cidades do interior do Estado de São Paulo e Minas Gerais, e em três capitais, a saber, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
148817 - Alimentário - Arte e Construção do Patrimônio Alimentar Brasileiro
COMPANHIA DAS LICENÇAS LICENCIAMENTOS LTDA.
CNPJ/CPF: 08.261.665/0001-60
Processo: 01400041629201473
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.131.840,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Refazer a exposição Alimentário, realizada no MAM/RJ, para o Museu da Cidade na OCA, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo. Concebida por Felipe Ribenboim e Rodrigo Villela com curadoria de Jacopo Crivelli Visconti, a mostra exalta a importância do alimento na cultura brasileira, reunindo chefes e artistas visuais como Portinari, Lasar Segall, Adriana Varejão, Beatriz Milhazes, Ernesto Neto, entre outros.
138292 - ARTE, DESIGN E MODA
INSTITUTO FOCUS TÊXTIL
CNPJ/CPF: 18.843.398/0001-93
Processo: 01400023523201315
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 640.770,89
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Resumo do Projeto: O Projeto "Arte, Design e Moda" tem como produto final uma exposição de artes plásticas, que mistura arte, design e moda. A curadoria fica a cargo de Walter Rodrigues (designer e estilista), que seleciona os participantes da exposição e coordena os workshops de criatividade para produção das peças dos novos talentos selecionados. A exposição será lançada em São Paulo, no teatro Bradesco (com palestras gratuitas) e ficará exposta, posteriormente, em espaço privado.

1411456 - Bernini e o Barroco Romano (título provisório)
EXPOMUS - Exposições Museus Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 46.874.756/0001-60
Processo: 01400074960201470
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 6.717.920,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto apresenta como produto principal a exposição "Bernini e o Barroco Romano" que será realizada no Museu Nacional de Belas Artes, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, entre 05/03 e 30/06/2015, com curadoria dos Professores Giovanni Morello e Francesco Petrucci. A entrada a esta exposição será gratuita, mas o Museu já cobra entrada para o ingresso ao prédio. Serão distribuídos gratuitamente aos visitantes folder e folheto educativo. Serão impressos 3.000 catálogos, distribuidos gratuitamente conforme Plano de Distribuição.

1410411 - Exposições de arte na 5ª Edição do Festival de Fotografia de Tiradentes
CAMERA WORK PRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 02.860.030/0001-01
Processo: 01400064500201433
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 449.470,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Dar continuidade ao Festival de Fotografia de Tiradentes, que em 2015 realizará sua 5ª edição. Para isso proponho a montagem de exposições em diversos espaços e nas ruas desta cidade histórica mineira, projeções de obras de artistas relevantes da produção fotográfica brasileira na praça principal (Largo das Fôrras), realização de 4 residências artísticas e a impressão de 1.000 unidades de livro de fotografia, como forma de incentivar produções do gênero.

1411308 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES 2015
FUNDACAO CULTURAL BADESC
CNPJ/CPF: 09.176.236/0001-58
Processo: 01400074745201479
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 421.439,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Manutenção das atividades culturais e artísticas da Fundação Cultural Badesc de caráter permanente e continuado, com a realização dos projetos e ações de 2015, como exposições de artes visuais, arte educação, apresentação de música, oficinas de arte, edição de livros e catálogos, registros documentais e outros.

1410423 - Plano Anual de Atividades Culturais 2015
Fundação Iberê Camargo
CNPJ/CPF: 01.204.099/0001-06
Processo: 01400064512201468
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 11.987.500,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar o Plano Anual 2015 da FIC, realizando 5 exposições temporárias de arte moderna e contemporânea e uma exposição de Iberê Camargo com obras de Acervo da instituição. As exposições são acompanhadas de projetos que ampliam a reflexão sobre a obra do artista e sobre as Artes Visuais:Programa Educativo e cursos de formação;Seminário;Bolsa de residência artística;ateliê de gravura;manutenção e conservação de acervo artístico,bibliográfico e documental e apoio à pesquisa; publicação de catálogos, materiais educativos e de comunicação;geração de conteúdo para site e redes sociais. As equipes de planejamento, produção, educativo, administração, atendimento ao público e manutenção predial sao permanentes.

1410585 - Plano Anual de atividades Videobrasil (2015)
Associação Cultural Videobrasil
CNPJ/CPF: 66.515.487/0001-53
Processo: 01400069530201436
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.787.050,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivos a realização do Plano Anual de ações e atividades a serem desenvolvidas na sede da Associacão Cultural Videobrasil e em seu sítio na Internet.

149644 - PROJETO ANUAL MON 2015
Sociedade dos Amigos do MON - Museu Oscar Niemeyer
CNPJ/CPF: 05.695.855/0001-06
Processo: 01400060187201464
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 13.323.935,92
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O Projeto Anual 2015 do Museu Oscar Niemeyer compreende a realização de exposições de acervo e temporárias nas suas áreas de atuação (artes visuais, design e arquitetura) e o desenvolvimento de atividades de educativas voltadas à mediação das mostras e à realização de oficinas artíticas, assim como à realização de cursos de formação de público. As atividades expositivas são complementadas por um programa envolvendo a música, teatro, e dança para público espontâneo e agendado, que buscam consolidar o Museu Oscar Niemeyer como um espaço aberto para a reflexão e a promoção do pensamento sobre a arte contemporânea.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

149512 - Museu de Arte do Rio - Plano Anual 2015
instituto odeon
CNPJ/CPF: 02.612.590/0002-10
Processo: 01400059992201445
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 23.364.370,37
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Trata-se do Plano Anual de atividades do MAR - Museu de Arte do Rio para 2015. O equipamento situa-se na Praça Mauá, na zona portuária, no centro do Rio de Janeiro e possui uma área expositiva de 3.500m² e área total de 15.000m², incluindo salas de aula, biblioteca, auditório de 100 lugares, loja e espaços gastronômicos. O Plano Anual de Atividades compreende a realização do programa de exposições temporárias e o desenvolvimento das ações da Escola do Olhar.

149274 - Museu de Zoologia
UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense
CNPJ/CPF: 83.661.074/0001-04
Processo: 01400059721201490
Cidade: Criciúma - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 3.665.426,73
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Tem por objetivo realizar a primeira e segunda fase do projeto de construção do Museu de Zoologia Profª. Morgana Cirimbeli Gaidzinski da Universidade do Extremo Sul Catarinense-Unesc, Criciúma, SC, incluindo o levantamento e preparação do projeto de Museologia e Expografia (Exposição de Artes).

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

148278 - Fúria - Crônicas de um Semideus
Carla Simone Dias dos Santos
CNPJ/CPF: 624.004.100-97
Processo: 01400040830201433
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 460.838,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto prevê a publicação do livro juvenil Fúria-Crônicas de um Semideus, com 448 páginas. A tiragem total será de 2,5 mil exemplares: 2 mil em caracteres comuns e 500 em braile. O livro será escrito por duas adolescentes, Bruna dos Santos Pereira e Caroline Maciel Duarte, e contará a história de uma guerra entre deuses. Para evitar uma catástrofe, foi oferecido um acordo de paz entre os deuses gregos. O acordo proibia Hades de sair do submundo e cedia-lhe um lote de humanos vivos para trabalhar para ele, contanto que Hades jamais tivesse filhos. Entre os humanos entregues estava uma garotinha de sete anos, cuja irmã faria qualquer coisa para recuperá-la. Anos depois, a caçula foi morta. Descobriu-se que estava grávida. O bebê sobreviveu, revelando-se filho de Hades e prova de que o pacto fora quebrado.

1410683 - Gastronomia Pantaneira
ESTÚDIO GASTRONÔMICO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.475.789/0001-90
Processo: 01400070735201464
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 270.417,40
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Esse projeto tem como objetivo apresentar a importância da gastronomia na formação cultural do Pantanal e para alcançar esse objetivo, será produzido um livro com imagens exuberantes da gastronomia pantaneira que foi extremamente influenciada por paulistas, mineiros, índios e até mesmo por países vizinhos como Paraguai, Bolívia e Cuba. Essa influência teve reflexo sobre a gastronomia que se tornou um dos símbolos da cultura pantaneira.

1411049 - Luiz Carlos Orsini
Copacabana Editora Ltda
CNPJ/CPF: 18.206.770/0001-50
Processo: 01400074452201491
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 765.122,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Nosso objetivo é editar o livro de artes do paisagista Luiz Carlos Orsini, onde através de suas características norteadas pela harmonia e equilíbrio que são fatores essenciais para a criação e desenvolvimento dos seus projetos, seja de arquitetura, decoração ou paisagismo. Todo o livro, além de ser abrilhantado por fotografias das obras, terá comentários explicativos dos projetos. Objetivamos também, realizar quatro exposições das obras constantes do livro.

1411408 - Ponto a Ponto
Christian de Almeida Thomas
CNPJ/CPF: 433.370.740-49
Processo: 01400074891201402
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 164.790,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Elaboração, publicação e lançamento de um livro de design, abordando os aspectos da pesquisa, desenvolvimento técnico e experiência profissional no design de moda, calçados, bolsas e acessórios. A iniciativa democratiza o acesso a conteúdos técnicos reunidos pela experiência profissional do autor, sendo que não há no mercado, material didático desta natureza, visto que, este traz a possibilidade de hibridação e tradução cultural, daquilo que se apresenta como tendência no exterior e que é resignificado no Brasil. Este livro torna acessível aos estudantes e profissionais da área uma gama de conteúdos, antes só acessíveis em literatura estrangeira, além de apresentar o mote técnico inserido na pesquisa com vistas ao desenvolvimento de produtos estética e culturalmente resignificados.

1411048 - Trancoso
Copacabana Editora Ltda
CNPJ/CPF: 18.206.770/0001-50
Processo: 01400074451201447
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 689.865,00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Editar o livro de arte Trancoso, contando sua história, curiosidades, arte, cultura e de sua privilegiada geografia, que encanta pessoas do mundo todo. Com fotos de Tuca Reines e poemas e textos de Bruna Lombardi.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)

149724 - 26º Prêmio da Música Brasileira
GIONVA SERVÇOS LTDA
CNPJ/CPF: 05.100.097/0001-28
Processo: 01400060313201481
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: 8926303.50
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Democratizar e incentivar a atividade musical com oportunidades para os mais variados tipos de artistas, de norte a sul do país, através de prêmios para os melhores lançamentos artísticos. O Prêmio da Música Brasileira premiará artistas brasileiros em diversas categorias e gêneros musicais. A premiação será realizada em 2015 no Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

1410647 - Bloco da Alegria
OFICINA DE ALEGRIA ENTRETENIMENTO LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 17.180.270/0001-24
Processo: 01400070684201471
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: 324970.84
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto Bloco da Alegria tem por objetivo realizar desfile do bloco Bangalafumenga, durante o carnaval de 2015, na cidade de São Paulo. Contará, ainda, com ensaio aberto ao público, na penúltima semana que antecede o desfile, e com oficinas musicais e instrumentais.

1411212 - Camarote Andante 2015
Pilar das Produções e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 17.092.056/0001-16
Processo: 01400074634201462
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado R$: 1521250.00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realização de três apresentações do cantor e compositor Carlinhos Brown durante o carnaval da Bahia. O trio elétrico independente de Brown irá percorrer as ruas da cidade de Salvador nos dias 15, 16 e 18 de fevereiro de 2015 (domingo, segunda e quarta), sem o tradicional esquema das cordas de isolamento, sendo assim gratuito, para todo o público. Cada apresentação terá uma duração média de 4h30.

149602 - Do meu jeito
Frederico Gonçalves Pizyblski
CNPJ/CPF: 074.238.649-00
Processo: 01400060104201437
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Aprovado R$: 33770.00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O presente projeto tem como proposta lançar o CD "Do meu jeito" do cantor e compositor paranaense Frederico Gonçalves Pizyblski. O CD é composto por 10 faixas, todas autorais.

149706 - Turnê PMB 2015
GIONVA SERVÇOS LTDA
CNPJ/CPF: 05.100.097/0001-28
Processo: 01400060295201437
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: 8825515.00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar shows itinerantes com apresentações regionais em 07 cidades de norte a sul do país, totalizando grandiosos 9 shows (05 cidades com uma apresentação e 02 cidades com 02 apresentações) totalmente gratuitos. Gravação do show e a produção de um DVD e um CD.

1411741 - VARANDA CULTURAL DE NAZARÉ 2015
Kaiapó Produções Artísticas e Publicidade
CNPJ/CPF: 03.051.383/0001-15
Processo: 01400077245201499
Cidade: São Caetano do Sul - SP;
Valor Aprovado R$: 1326800.00
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo a realização da Varanda Cultural no ano de 2015, evento integrante do Círio de Nazaré, realizado no Pará, considerado Patrimônio Imaterial pelo Iphan e Patrimônio Imaterial da Humanidade Pela Unesco, evento que atrai aproximadamente 4.000.000 de espectadores de forma gratuita.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)

1410344 - Projeto Arte & Literatura: Estratégias de ensino da escrita por meio da arte
Tamara de Almeida Ramos
CNPJ/CPF: 263.970.118-52
Processo: 01400064417201464
Cidade: Guarapari - ES;

PROIBIDA POR TERCEIROS

Valor Aprovado R$: 264931.90
Prazo de Captação: 14/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Capacitação gratuita a Professores do ensino fundamental e médio. Introduzindo e integrando a produção de textos escritos e interpretação de obras de arte, com metodologias de ensino baseadas em indagações em ambientes de museus. É um curso de arte literária e produção autoral criativa, projetado para dar aos professores as ferramentas necessárias à elaboração de atividades de aprendizagem baseados no contato com a arte.Faz parte do projeto a produção de 2.5000 (dois mil e quinhentos) exemplares do livro ilustrado "Autores Artistas - Estratégias de Ensino da Escrita por meio da Arte", escrito pela proponente, que apresenta 30 técnicas para atividades de escrita criativa por meio do contato com as artes visuais. O livro, com distribuição gratuita, vem acompanhado uma pasta contendo 15 lâminas de ilustraç

PORTARIA N° 756, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
13 9143 - Gonzagão - A Lenda (Circulação)
SARAU AGENCIA DE CULTURA BRASILEIRA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 00.185.247/0001-20
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 1.731.190,80
12 7896 - CAZUZA O MUSICAL
Miniatura9 Produções Artísticas Ltda. ME
CNPJ/CPF: 06.346.382/0001-96
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 2.283.350,00
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
12 7133 - RESTAURO E REFORMA DAS EDIFICAÇÕES E ENTORNOS DA ESCOLA DE ARTES VISUAIS DO PARQUE LAGE - PRIM
Associação dos Amigos da Escola de Artes Visuais
CNPJ/CPF: 29.279.924/0001-50
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 328.436,00
ÁREA: 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
13 1881 - Baú de Leitura
Casa do Conto
CNPJ/CPF: 06.273.253/0001-15
CE - Fortaleza
Valor Complementar em R$: 67.200,00

PORTARIA N° 757, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
12 6717 - PROJETO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL PAULISTA
ID4! Produtora Cultural
CNPJ/CPF: 09.272.200/0001-78
SP - Paulínia
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
13 8104 - Sonido - Mostra de Música Instrumental Contemporânea
Associação Cultural Amazônia Independente
CNPJ/CPF: 10.511.256/0001-17
PA - Belém
Período de captação: 01/10/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
13 7795 - Brincando com o Vale do Ribeira
ILLUMINA IMAGENS E MEMORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.419.736/0001-50
SP - São Paulo
Período de captação: 11/11/2014 a 31/12/2014

PORTARIA N° 758, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
13 7759 - FLAQ - Festa Literária de Aquiraz
EM FOCO DIVULGACAO E PRODUCAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.690.486/0001-86
SP - São Paulo
Valor reduzido em R$: 198.700,00
12 5948 - CAMINHOS DE ITAIPU
W.Fenianos Editora Ltda
CNPJ/CPF: 01.009.110/0001-87
PR - Curitiba
Valor reduzido em R$: 65.600,00

PORTARIA N° 759, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do proponente do projeto abaixo relacionado:

PRONAC 13 11166 - "Detalhes de convivência - Fundação Iberê Camargo", portaria de aprovação n.º 361/14 de 04/06/2014, publicado no D.O.U. em 05/06/2014:

Onde se lê: Maria Elvira Tomazoni de Azambuja Fortuna
CNPJ/CPF: 605.012.510-49

Leia-se: Tomazoni Fortuna Organização de Eventos e Comunicação Cultural Ltda - ME
CNPJ/CPF: 11.907.585/0001-44

Art. 2º - Alterar o reenquadramento do projeto abaixo relacionado:

PRONAC 13 7352 - "FAZENDO MINHA HISTORIA NA BAIXADA SANTISTA", publicado na portaria de aprovação n. 581/13 de 25/10/2013, publicado no D.O.U. em 28/10/2013:

Onde se lê: ÁREA: 6 HUMANIDADES - (ART 26)

Leia-se: ÁREA: 6 HUMANIDADES: LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

RETIFICAÇÕES

Na portaria nº 754/14 de 12/11/2014, publicada no D.O.U. em 13/11/2014, Seção 1, página 38, referente ao Processo: 01400.038042/2013-04, Projeto "VOZES DO VIOLÃO" - Pronac:13 10747.

Onde se lê: ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
Leia se: ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)

Na portaria nº 406/14 de 25/06/2014, publicada no D.O.U. em 27/06/2014, Seção 1, página 13, referente ao Processo: 01400.014592/2014-19, Projeto "DIVERTE TEATRO VIAJANTE" - Pronac:14 4836.

Onde se lê: Cidade: Santana de Parnaíba - SP
Leia se: Cidade: São Paulo - SP

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.920/GC1, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova a redistribuição dos efetivos de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira a vigorar no período de 15 de novembro a 25 de dezembro de 2014.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o art. 23, inciso XIV, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009; o art. 2º do Decreto nº 7.966, de 21 de março de 2013, que distribui o efetivo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira, e o que consta no Processo nº 67005.002163/2014-61, resolve:

Art. 1º Aprovar a redistribuição dos efetivos de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira a vigorar no período de 15 de novembro a 25 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 1.311/GC1, de 8 de agosto de 2014.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

ANEXO

REDISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DE OFICIAIS DA ATIVA DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA PARA O PERÍODO DE 15 DE NOVEMBRO A 25 DE DEZEMBRO DE 2014.
1 - OFICIAIS DE CARREIRA

	OFICIAIS											
QUADROS	GENERAIS			SUBTOTAL	SUPERIORES			INTERMEDIÁRIOS E SUBALTERNOS				
	Ten Brig	Maj Brig	Brig		CEL	TEN CEL	MAJ	CAP	1ª TEN	2ª TEN	SUBTOTAL	TOTAL
Aviadores	8	20	35	63	285	320	420	555	535	245	2360	2423
Engenheiros	-	1	5	6	30	38	77	80	330	-	555	561
Intendentes	-	2	6	8	139	140	200	210	167	90	946	954
Médicos	-	1	5	6	34	65	153	265	443	-	960	966
Dentistas	-	-	-	-	15	58	48	110	138	-	369	369
Farmacêuticos	-	-	-	-	9	23	28	45	60	-	165	165
Infantaria	-	-	1	1	42	79	65	95	75	42	398	399
Especialistas em Aviões	-	-	-	-	3	11	76	50	19	13	172	172
Especialistas em Comunicações	-	-	-	-	2	14	70	60	38	25	209	209
Especialistas em Armamento	-	-	-	-	2	11	30	28	21	10	102	102
Especialistas em Fotografia	-	-	-	-	1	7	22	19	10	10	69	69

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Especialistas em Meteorologia	-	-	-	-	2	11	42	37	27	15	134	134
Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo	-	-	-	-	2	10	41	40	36	23	152	152
Especialistas em Suprimento Técnico	-	-	-	-	1	6	37	48	26	11	129	129
QOEA	-	-	-	-	-	-	-	550	485	420	1455	1455
TOTAL	8	24	52	84	567	793	1309	2192	2410	904	8175	8259

2 - OFICIAIS TEMPORÁRIOS

	GENERAIS			SUBTOTAL	SUPERIORES			INTERMEDIÁRIOS E SUBALTERNOS				
QUADROS	Ten Brig	Maj Brig	Brig		CEL	TEN CEL	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SUBTOTAL	TOTAL
QCOA	-	-	-	-	-	-	-	-	700	478	1178	1178
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	700	478	1178	1178

3 - TOTALIZAÇÃO

TOTAL	8	24	52	84	567	793	1309	2192	3110	1382	9353	9437
					2669			6684				

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 270/DPC, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Cancela seleção de candidato ao Processo Seletivo à Categoria de Prático/2012.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Cancelar a seleção do candidato Luis Fernando Mello da Silveira, nº de inscrição 102037-0, no Processo Seletivo à Categoria de Praticante de Prático/2012, divulgada por Edital de 19 de março de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 20 de março de 2014, consoante decisão da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que negou provimento ao Agravo de Instrumento 2013.02.01.018028-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vice-Almirante CLÁUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS

TRIBUNAL MARÍTIMO

ATA DA 6.939ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2014 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante MARCOS NUNES DE MIRANDA, Secretária do Tribunal, a Bacharela DINÉIA DA SILVA.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO BEZERRA DE MATOS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, ausente o Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31, do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

28.455/2013, 28.600/2014 do Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves; 26.516/2011, 26.551/2011, 26.794/2012, 27.320/2012, 28.167/2013, 28.173/2013, 28.334/2013, 28.405/2013, 28.484/2013, 28.494/2013, 28.522/2013 do Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras; 26.593/2011, 28.673/2014, 28.738/2014 do Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos; 28.332/2013, 28.590/2014, 28.722/2014, do Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho; e 26.049/2011, 26.861/2012, 28.315/2013, 28.580/2014, 28.734/2014 do Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 28.539/2013 - Fato da navegação envolvendo o Rb "SANTA CATARINA III", um de seus tripulantes e a balsa "CAMPO GRANDE", ocorrido na lagoa de Santo Antônio, Laguna, Santa Catarina, em 18 de julho de 2013.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Luís Felippe Fernandes Silva (tripulante do Rb "SANTA CATARINA III"), Luiz Roberto de Medeiros (mestre do Rb "SANTA CATARINA III").

Nº 28.727/2014 - Acidente e fato da navegação envolvendo o bote "IMPERADOR", quando atracado no terminal pesqueiro de Cabedelo, Paraíba, ocorridos em 20 de setembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Carlos Alberto Cardoso dos Santos (proprietário).

Nº 28.709/2014 - Acidente e fato da navegação envolvendo as embarcações "UP ESMERALDA", de bandeira panamenha, e "MAERSK PROVIDER", de bandeira dinamarquesa, ocorridos no fundeadouro 6 da baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 21 de julho de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Bhaskar Jyoti Ghosh (comandante da embarcação "UP ESMERALDA").

Nº 28.661/2014 - Acidente da navegação envolvendo o NM "LEVANTE", de bandeira maltesa, ocorrido no terminal especializado de Barra do Riacho S/A - PORTOCEL, Espírito Santo, em 09 de setembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: PORTOCEL - terminal especializado de Barra do Riacho S/A. (operador portuário), Jaroslaw Wladyslaw Sikorski (comandante) e Zbigniew Wrycza (chefe de máquinas).

JULGAMENTOS

Com preferência deferida

Nº 27.696/2012 - Acidente da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "BERTOLINI XCII" com a balsa "BERTOLINI CXLVII" e o comboio integrado pelo Rb "JEAN FILHO LXII" com as balsas "GIOVANA II", "GIOVANA IV" e "JEANY SARON V", ocorrido na baía de Marajó, Pará, em 27 de maio de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Elligton de Souza Nery dos Santos (condutor do comboio formado pelo Rb "BERTOLINI XCII" com a balsa "BERTOLINI CXLVII"), Adv. Dr. Pedro Calmon Filho (OAB/RJ 9.142), Manoel dos Santos Silva (condutor do comboio formado pelo Rb "JEAN FILHO LXII" com as balsas "GIOVANA II", "GIOVANA IV" e "JEANY SARON V"), Adv. Dr. Thiago Ribeiro de Oliveira (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação como decorrente de imprudência dos representados Elligton de Souza Nery dos Santos e Manoel dos Santos Silva, condenando-os à pena de multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais) e custas, na forma dos artigos 14, alínea "a" e 121, inciso VII, da Lei nº 2.180/54.

Nº 26.698/2012 - Fato da navegação envolvendo o NM "ESBJERG", de bandeira de Antigua e Barbuda, e dois clandestinos, ocorrido durante a travessia do porto de Bissau, Guiné-Bissau, para o porto de Mucuripe, Fortaleza, Ceará, Brasil, em 20 de julho de 2011.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Robert Andrzej Podbrzesky (comandante), Advª Drª Fernanda Ayala Bianchi (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar procedente a representação de autoria da D. Procuradoria Especial da Marínha-PEM (fls. 122/127) e considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como consequência da conduta negligente de ROBERT ANDRZEJ PODBRZESKY, na condição de comandante e responsável pela segurança a bordo do NM "ESBJERG", condená-lo à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), prevista no artigo 121, inciso VII, c/c os artigos 124-IX, 127, Caput e 139-IV, (d), todos da Lei nº 2.180/54, com redação dada pela Lei nº 8.969/94, acrescida das custas processuais.

Nº 25.746/2011 - Fato da navegação envolvendo uma voadeira pertencente ao Rb "JEAN FILHO XXXIII", que formava comboio com as balsas "JEANY SARON XLIV" e "JEANY SARON XXXVIII", e um passageiro, ocorrido no rio Madeira, próximo à cidade de Humaitá, Amazonas, em 08 de março de 2009.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Waldemar Amâncio da Silva (comandante do comboio), Advª Drª Fernanda Ayala Bianchi (DPU/RJ), Hermanizio Ramos de Lima (imediato do comboio), Adv. Dr. Caio Cesar da Silva Carvalho (OAB/RJ 145.031), Sebastião Fernandes da Costa (marinheiro de convés do comboio), Adv. Dr. Vladimir Ferreira Correia (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o fato da navegação como decorrente da imprudência do 3º representado, Sebastião Fernandes da Costa, condenando-o à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) e pagamento das custas. Exculpar os demais representados, na forma dos artigos 15, alínea "e" 121, da Lei nº 2.180/54.

Às 14h48min os trabalhos foram suspensos, tendo sido reiniciados às 14h53min.

Nº 27.529/2012 - Acidente da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "F. ANDREIS I" e a balsa "DEUSA DO MAR", com o cais da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, em 03 de setembro de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Altamir Calção de Freitas (comandante do comboio), Adv. Dr. Mauro José da Silva Jaeger (OAB/RS 14.178). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação como decorrente de força maior, arquivando-se os autos e exculpado o representado Altamir Calção de Freitas, art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54.

Nº 27.804/2013 - Fato da navegação envolvendo a moto aquática "GMM" e uma passageira, ocorrido no açude de Galante, Campina Grande, Paraíba, em 13 de outubro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Gerôncio Marques Maciel (proprietário/condutor) - Revel. Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de imprudência de Gerôncio Marques Maciel, condenando-o à pena de repreensão e multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), de acordo com o art 121, incisos I e VII § 5°, combinado com o art. 124, inciso IX, art. 135, inciso II e art. 139, inciso IV, alínea "a", da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94. Custas processuais na forma da Lei.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 28.566/2014 - Acidente da navegação envolvendo a LM "ZIZINHO", ocorrido no canal do Bracuí, baía da Ribeira, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 09 de novembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de um caso fortuito, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 27.968/2013 - Acidente da navegação envolvendo o BM "CAPITÃO MARCLEJSSON II" e as embarcações "SÃO FRANCISCO DO CANINDÉ IX" e "KELVIN NILTON", ocorrido no rio Negro, nas proximidades da feira da Panair, Manaus, Amazonas, em 05 de janeiro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental as infrações ao RLESTA, art. 11 (conduzir embarcação ou contratar tripulante sem habilitação para operá-la) e art. 14, inciso II (possuir Rol de Equipagem ou Rol Portuário em desacordo com o Cartão de Tripulação de Segurança), cometidas por Rizo Nelson da Costa Bentes e pelo proprietário do B/M "CAPITÃO MARCLEISSON II", Vanderlei de Oliveira Pereira.

Nº 28.841/2014 - Fato da navegação envolvendo o NM "STELLAR JOURNEY", de bandeira das Ilhas Marshall, e um tripulante, ocorrido quando a embarcação navegava com destino ao porto de Itaqui, São Luís, Maranhão, em 23 de fevereiro de 2014.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como proveniente de caso fortuito, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Esteve presente, pela Procuradoria, o 1º Ten (T) Francisco José Siqueira Ferreira.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 15h40min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretora-Geral da Secretaria.

Em 11 de novembro de 2014.
Vice-Almirante MARCOS NUNES DE MIRANDA
Juiz-Presidente

DINÉIA DA SILVA
Secretária

DESPACHO DO JUIZ-PRESIDENTE
Em 12 de novembro de 2014

Processo nº 24.910/2010.

Admito, nos termos do art. 22, letra "f", c/c o art. 105, letra "c", da Lei nº 2.180/54 e com o art. 143 do Regimento Interno Processual do Tribunal Marítimo, o Recurso de Embargos de De-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

claração interposto em 04NOV2014 por SOHEL IBNA HAMID, Advª. Drª. Luísa Ayumi Komoda Paes de Figueiredo - Defensora Pública Federal (protocolo Nº 6684/2014).

Vice-Almirante MARCOS NUNES DE MIRANDA

SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 27.980/13 - "N. ALMEIDA II" e outras
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : 1º Ten. (T)Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Claudio Aparecido Ribeiro Júnior - Revel
Despacho : "À DPU para alegações finais."
Prazo : "10 (dez dias)."
Proc. nº 28.169/13 - BM "ROMER VII"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : João de Castro (Condutor)- Revel
Despacho : "Ao Representado para alegações finais."
Prazo : "10 (dez dias)."
Proc. 27.211/2012 - "GÁVEA I"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : CT (T) Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representados : Núbia Gomes Batalha Ventura e
: Almir Matias Nascimento
Advogada : Drª. Maria das Neves Santos da Rocha (OAB/RJ 61.673)
Representada : Barcas S.A Transportes Marítimos
Advogada : Drª. Heloísa de C. Faria Ferreira (OAB/RJ 99.721)
Representado : Adail Marques Albuquerque
Advogado : Dr. Alexandre Faria Corrêa (OAB/RJ 101.598)
Despacho : "Diante da desistência de prova testemunhal às fls. 458, encerro a fase de Instrução. Às partes para alegações finais. Prazos sucessivos de 10 (dez) dias."
Proc. nº 27.908/13 - Navio "ITAPERUNA"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Leudes Araujo Montenegro (2º Oficial de Náutica)
Advogado : Dr. Caio César da Silva Carvalho (OAB/RJ 145.031)
Despacho : "Encerro a Instrução.""Às partes para alegações finais, prazos sucessivos de 10 (dez) dias."
Proc. 27.977/2013 - "ALOHA II e Outra"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : CT (T) Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Leobaldo Martins de Oliveira
Advogado : Dr. Rafael Ferreira da Fonseca (OAB/RJ 167.479)
Despacho :"Encerro a Instrução. Às partes para alegações finais, prazos sucessivos de 10 (dez) dias."
Proc. 28.322/2013 - "MARCOS DIAS" e outra
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representados : Unilson Damião de Menezes Filho e
: Octávio Roberto da Silva Ribeiro
Advogado : Dr. Antônio Francisco Sobral Sampaio (OAB/RJ 63.503)
Representado : Alexandre dos Santos Rodrigues Pimentel
Advogada : Drª. Leonília Maria de Castro Gomes (OAB/RJ 75.746)
Representado : Rivaldo Manoel Oliveira da Cunha
Despacho : "Defiro o prazo de 10 dias para a juntada da procuração do 3º Representado." "Aberta a Instrução, as partes para provas, prazos sucessivos de 05 (cinco) dias."
Proc. 28.341/2013 - "FENIX III"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Dilson Cavalcanti Vieira de Melo
Advogada : Dra. Érica Guerra da Silva (OAB/RJ 121.616)
Despacho : "Encerro a Instrução. Às partes para alegações finais.
Prazos sucessivos de 10 (dez) dias."
Proc. nº 26.410/11 - Rb "DONA CARMEN" e outras
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Salustiano Ramon Jara Arevalos (Comandante)
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
Assistente da PEM:
Autor : Fairfax Brasil Seguros Corporativos S/A
Advogado : Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio (OAB/RJ 63.503)
Despacho : "Intimem o perito do juízo para se manifestar sobre os dois laudos juntados pelos Assistentes Técnicos das Partes, em especial sobre o pedido de esclarecimentos de fls. 815/817."
Proc. nº 27.088/12 - "REI NEPTUNO" e outra
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Lidinaldo Magalhães (condutor)
Advogado : Dr. Jonathas Fortuna (OAB/BA 28.051)
Despacho : "Analisarei a preliminar apresentada pela defesa por ocasião do julgamento. Aberta a Instrução, tendo a Procuradoria Especial da Marinha se manifestado no sentido de dispensar a procuração de novas provas, intimem o representado para que diga se pretende produzir provas, justificando em caso positivo."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. 26.959/2012 - "SALMISTA DE DAVI III"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : 1º Ten (T) Francisco José Siqueira Ferreira
Representado : Gilmar Almeida de Carvalho - Revel
Representado : Manoel Raimundo Ramos Nunes
Defensor : Dr. Thiago Ribeiro de Oliveira (DPU/RJ)
Despacho : " 1 - Ao Representado Gilmar Almeida de Carvalho para razões finais. Prazo: 10(dez) dias. Publique-se. 2 - À D. DPU para razões finais, do Representado Manoel Raimundo Ramos Nunes. Prazo: 10 (dez) dias, contados em dobro."
Proc. nº 27.965/13 - "REGHINE X" e outra
Relatora : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : : CT (T) Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Ildemar Gonçalves de Oliveira (Comandante)
Advogado : Dr. Waldomiro Pires de Oliveira (OAB/SP 227.084)
Representada : Porto de Areia Aparecido Reghine Ltda. (Proprietária) Despacho : "À representada PORTO DE AREIA APARECIDO REGHINE LTDA, defiro as provas requeridas de fl. 126, itens 1, 2, 3 e 4, devendo as testemunhas serem qualificadas e apresentar rol de quesitos por testemunha e recibo do pagamento do preparo, em conformidade com art. 110 do Regimento Interno Processual do Tribunal Marítimo."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. 28.309/2013 - "RONDÔNIA"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luis Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Raimundo Geovani Menezes da Trindade
Advogado : Dr. Osíris Cipriano da Costa (OAB/PA 7.731)
Representado : Marcos Rodolfo Gomes Pimentel
Defensor : Dr. Eraldo Silva Júnior (DPU/RJ)
Despacho : "Aos Representados Marcos Rodolfo Gomes Pimentel e Raimundo Jeovani Menezes da Trindade, para especificarem, justificadamente, as provas que pretendem produzir."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. 28.474/2013 - Sem nome e outras
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Luiz Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Fernando de Magalhães Cardoso
: Iomar Anjos de Souza
: Oziel Mustafá dos Santos & Cia LTDA
Advogado : Dr. Erik Lorenzzo Marinho da Silva
Despacho : "Aberta a Instrução. À PEM para provas.
Prazo : "05 (cinco) dias."

Em 13 de novembro de 2014.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 959, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como o contido no art. 3º do Decreto nº 7.311 e no art. 4º do Decreto nº 7.312, ambos de 22 de setembro de 2010, e ainda, em observância ao disposto na Portaria nº 79, de 28 de fevereiro de 2002, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, resolve:

Art. 1º Ficam redistribuídos, na forma do Anexo à presente Portaria, os cargos e os códigos de vaga a eles referentes, do Ministério da Educação - MEC para as Instituições Federais de Ensino - IFEs que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

ANEXO

Do MEC para as IFEs

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26439 - IFSP					
CÓDIGO SIAPE	CARGO	CLASSE	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA	
				INICIAL	FINAL
701411	Auxiliar de Enfermagem	C	1	349151	-
701411	Auxiliar de Enfermagem	C	1	349908	-
701411	Auxiliar de Enfermagem	C	1	460912	-
701411	Auxiliar de Enfermagem	C	1	483391	-
701411	Auxiliar de Enfermagem	C	1	587849	-
701411	Auxiliar de Enfermagem	C	1	613346	-
701411	Auxiliar de Enfermagem	C	1	614100	-
701411	Auxiliar de Enfermagem	C	1	636910	-
701411	Auxiliar de Enfermagem	C	1	636911	-
701405	Auxiliar em Administração	C	1	0748155	-
701275	Técnico em Secretariado	D	1	0971546	-
701062	Analista de Tecnologia da Informação	E	44	0977108	0977151
701031	Engenheiro/área	E	3	0828385	0828387
701045	Jornalista	E	5	0982271	0982275
701055	Nutricionista/Habilitação	E	13	0982970	0982982
701064	Odontólogo	E	5	0829136	0829140
701073	Revisor de Textos	E	1	0985191	-
701079	Técnico em Assuntos Educacionais	E	1	0985918	-
701085	Zootecnista	E	1	0830293	-
TOTAL DISTRIBUÍDO			84		

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26411 - IFSUDESTEMG					
CÓDIGO SIAPE	CARGO	CLASSE	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA	
				INICIAL	FINAL
701409	Auxiliar de Biblioteca	C	1	0961842	-
701211	Revisor de Textos Braille	D	3	0965209	0965211
701244	Técnico de Laboratório/área	D	4	0966752	0966755
701214	Técnico em Agropecuária	D	2	0835191	0835192
701216	Técnico em Arquivo	D	1	0969409	-
701221	Técnico em Audiovisual	D	1	0969741	-
701228	Técnico em Edificações	D	1	0970500	-
701232	Técnico em Eletroeletrônica	D	2	0835774	0835775
701275	Técnico em Secretariado	D	2	0971544	0971545
701266	Tradutor e Intérprete de Linguagem Sinais	D	6	0973829	0973834
701062	Analista de Tecnologia da Informação	E	1	0977152	-
701076	Secretário Executivo	E	1	0985565	-
701081	Tecnológo-Formação	E	1	0986751	-
707001	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	NS	23	0945473	0945495
TOTAL DISTRIBUÍDO			49		

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26402 - IFAL					
CÓDIGO SIAPE	CARGO	CLASSE	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA	
				INICIAL	FINAL
701048	Médico Veterinário	E	1	0848398	-
TOTAL DISTRIBUÍDO			1		

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26412 - IF SUL DE MINAS					
CÓDIGO SIAPE	CARGO	CLASSE	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA	
				INICIAL	FINAL
707001	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	NS	23	0945496	0945518
TOTAL DISTRIBUÍDO			23		

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26429 - IFG					
CÓDIGO SIAPE	CARGO	CLASSE	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA	
				INICIAL	FINAL
707001	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	NS	123	0945519	0945641
TOTAL DISTRIBUÍDO			123		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 960, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das competências específicas delegadas por meio do Decreto nº 3.669, de 23 de novembro de 2000, tendo em vista o disposto nos arts. 143, 146 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando os elementos constantes do Processo nº 23123.000768/2010-72, bem como a solicitação contida no Ofício CPAD 013/2014, resolve:

Art. 1º Fica reconduzida a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída por meio da Portaria MEC nº 262, de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 21 de março de 2014, que teve por último ato de prorrogação a Portaria MEC nº 811, de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2014, para dar continuidade à apuração de possíveis irregularidades administrativas de que trata o processo mencionado no caput.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de sessenta dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

PORTARIA Nº 961, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das competências específicas delegadas por meio do Decreto nº 3.669, de 23 de novembro de 2000, tendo em vista o disposto nos arts. 143, 146 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando os elementos constantes dos Processos nºs 23000.009180/2010-71 e 23000.010468/2011-79, bem como a solicitação contida no Oficio nº 05/2014/CPAD/MEC/CRG/CGU-PR, resolve:

Art. 1º Fica reconduzida a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída por meio da Portaria MEC nº 1.075, de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2011, que teve por último ato de prorrogação a Portaria MEC nº 803, de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2014, para dar continuidade à apuração de possíveis irregularidades administrativas de que tratam os processos mencionados no caput.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de sessenta dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

PORTARIA Nº 962, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das competências específicas delegadas por meio do Decreto nº 3.669, de 23 de novembro de 2000, tendo em vista o disposto nos arts. 143, 146 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando os elementos constantes do Processo nº 23123.002018/2011-16 e Relatório de Demandas Especiais 00190.001525/2007-57 da CGU, bem como a solicitação contida no Oficio nº 05/2014/CPAD/MEC/CRG/CGU-PR, resolve:

Art. 1º Fica reconduzida a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída por meio da Portaria MEC nº 1.052, de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2013, que teve por último ato de prorrogação a Portaria MEC nº 799, de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2014, para dar continuidade à apuração de possíveis irregularidades administrativas de que tratam os processos mencionados no caput.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de sessenta dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

PORTARIA Nº 963, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das competências específicas delegadas por meio do Decreto nº 3.669, de 23 de novembro de 2000, tendo em vista o disposto nos arts. 143, 146 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando os elementos constantes dos Processos nºs 23000.009180/2010-71 e 23000.010471/2011-92, bem como a solicitação contida no Oficio nº 05/2014/CPAD/MEC/CRG/CGU-PR, resolve:

Art. 1º Fica reconduzida a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída por meio da Portaria MEC nº 1.078, de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2011, que teve por último ato de prorrogação a Portaria MEC nº 798, de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2014, para dar continuidade à apuração de possíveis irregularidades administrativas de que tratam os processos mencionados no caput.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de sessenta dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

PORTARIA Nº 964, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das competências específicas delegadas por meio do Decreto nº 3.669, de 23 de novembro de 2000, tendo em vista o disposto nos arts. 143, 146 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando os elementos constantes dos Processos nºs 23000.009180/2010-71 e 23123.001802/2011-15, bem como a solicitação contida no Oficio nº 05/2014/CPAD/MEC/CRG/CGU-PR, resolve:

Art. 1º Fica reconduzida a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída por meio da Portaria MEC nº 962, de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2011, que teve por último ato de prorrogação a Portaria MEC nº 802, de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2014, para dar continuidade à apuração de possíveis irregularidades administrativas de que tratam os processos mencionados no caput.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de sessenta dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

PORTARIA Nº 965, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das competências específicas delegadas por meio do Decreto nº 3.669, de 23 de novembro de 2000, tendo em vista o disposto nos arts. 143, 146 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando os elementos constantes dos Processos nºs 23000.009180/2010-71 e 23000.010467/2011-24, bem como a solicitação contida no Oficio nº 05/2014/CPAD/MEC/CRG/CGU-PR, resolve:

Art. 1º Fica reconduzida a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída por meio da Portaria MEC nº 1.079, de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2011, que teve por último ato de prorrogação a Portaria MEC nº 801, de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2014, para dar continuidade à apuração de possíveis irregularidades administrativas de que tratam os processos mencionados no caput.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de sessenta dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2013, resolve:

N° 3.244 - PRORROGAR por 1 (um) ano, a contar de 08/01/2015, a validade do Concurso Público para provimento de cargos de Técnico-Administrativos em Educação, objeto do Edital nº. 25, de 30/06/2013, publicado no DOU de 01/07/2013, retificado no DOU de 22/08/2013 e 25/10/2013, para os seguintes cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Universidade:

CÓDIGO	CARGO	LOCALIDADE
NM01	Assistente Administrativo	Manaus
NM02	Téc. Lab. Informática	Manaus
NM04	Téc. Lab. Biologia	Manaus
NM05	Téc. em Radiologia	Manaus
NM07	Téc. Em Tecnologia da Informação	Manaus
NM08	Assistente Administrativo	Coari
NM09	Assistente Administrativo	Humaitá
NM10	Assistente Administrativo	Itacoatiara
NM11	Téc. Em Agropecuária	Itacoatiara
NM12	Téc. Em Enfermagem	Coari
NM13	Téc. Em Nutrição e Dietética	Coari
NM14	Téc. Lab. Informática	Benjamin Constant
NM15	Téc. Em Agropecuária	Humaitá
NM16	Téc. Lab. Física	Humaitá
NM17	Téc. Lab. Informática	Itacoatiara
NM18	Téc. Lab. Farmácia	Itacoatiara
NM19	Téc. Lab. Mecânica	Itacoatiara
NM20	Téc. Lab. Química	Itacoatiara
NM21	Téc. Lab. Audiovisual	Parintins
NM22	Téc. Lab. Química	Parintins

N° 3.245 - PRORROGAR por 1 (um) ano, a contar de 14/01/2015, a validade do Concurso Público para provimento de cargos de Técnico-Administrativos em Educação, objeto do Edital nº. 26, de 30/06/2013, publicado no DOU de 01/07/2013, retificado no DOU de 22/08/2013 e 03/09/2013, bem como Edital Complementar, publicado no DOU de 04/10/2013, para os seguintes cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Universidade:

CÓDIGO	CARGO	LOCALIDADE
NS14	SECRETÁRIO EXECUTIVO	Manaus
NS15	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Manaus
NS29	SECRETÁRIO EXECUTIVO	Benjamin Constant
NS30	SECRETÁRIO EXECUTIVO	Itacoatiara
NS31	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Humaitá

N° 3.246 - PRORROGAR por 1 (um) ano, a contar de 08/01/2015, a validade do Concurso Público para provimento de cargos de Técnico-Administrativos em Educação, objeto do Edital nº. 26, de 30/06/2013, publicado no DOU de 01/07/2013, retificado no DOU de 22/08/2013 e 03/09/2013, bem como Edital Complementar, publicado no DOU de 04/10/2013, para os seguintes cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Universidade:

CÓDIGO	CARGO	LOCALIDADE
NS01	ADMINISTRADOR	Manaus
NS02	ARQUIVISTA	Manaus
NS03	BIBLIOTECÁRIO/DOCUMENTALISTA	Manaus
NS04	CONTADOR	Manaus
NS05	ENFERMEIRO/GENERALISTA	Manaus
NS06	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	Manaus
NS07	ESTATÍSTICO	Manaus
NS08	MÉDICO VETERINÁRIO	Manaus
NS09	PEDAGOGO/GENERALISTA	Manaus
NS10	PSICÓLOGO/GENERALISTA	Manaus
NS11	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Manaus
NS12	PROGRAMADOR VISUAL	Manaus
NS13	REVISOR DE TEXTOS	Manaus
NS16	ADMINISTRADOR	Itacoatiara
NS17	ADMINISTRADOR	Parintins
NS18	AUDITOR	Benjamin Constant
NS19	BIBLIOTECÁRIO/DOCUMENTALISTA	Coari
NS20	BIBLIOTECÁRIO/DOCUMENTALISTA	Humaitá
NS21	BIBLIOTECÁRIO/DOCUMENTALISTA	Itacoatiara
NS22	CONTADOR	Benjamin Constant
NS23	CONTADOR	Coari
NS24	CONTADOR	Humaitá
NS25	CONTADOR	Itacoatiara
NS26	ENFERMEIRO/GENERALISTA	Benjamin Constant
NS27	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Humaitá
NS28	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Parintins

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 2.305, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.004774/2014-41, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Núcleo de Medicina/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 011/2014, publicado no D.O.U. de 12/03/2014, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade) com ênfase em Neurocirurgia
Disciplinas	Todos os Ciclos de Medicina (sessões tutoriais, conferências, aulas em laboratórios, habilidades médicas e práticas de ensino na comunidade)
Cargo/Nível	Auxiliar - Nível 1
Regime de Trabalho	40 (quarenta) horas semanais
Resultado Final	1º LUGAR: JOACIR GRACIOLI CORDEIRO - 88,95 2º LUGAR: ARTHUR MAYNART D. PEREIRA - 66,98

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MAURÍCIO DE CONCEIÇÃO SOUZA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.700, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, no exercício do cargo de REITOR SUBSTITUTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1577-GR/IFAM, de 15.10.2014, resolve:

I. ALTERAR a estrutura organizacional do Instituto Federal do Amazonas / Campus Manaus-Centro, conforme especificação a seguir:

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	
Coordenação de Turno Matutino	De	Para
	FG-04	FG-02

SANDRA MAGNI DARWICH

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 232, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014

Regulamentação da Avaliação e Fluxo de Procedimentos Para A Concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências Aos Docentes Pertencentes Ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA.

O Presidente do Conselho Superior-CONSUP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 874/2012/MEC, torna público a regulamentação da avaliação, aprovação e fluxo de procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, aos docentes pertencentes à Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Todas as demais informações estão expressas na Resolução completa, que se encontra à disposição dos interessados no endereço eletrônico: www.ifpa.edu.br.

ÉLIO DE ALMEIDA CORDEIRO

RESOLUÇÃO Nº 350, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova o regulamento para o processo eletivo aos cargos de reitor (a) e dos (as) diretores (as) gerais do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Pará - IFPA.

O Presidente do Conselho Superior-CONSUP Substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1851/2014/GAB/IFPA, aprova o Regulamento para o Processo Eletivo aos Cargos de Reitor (a) nos Campi de Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Industrial Marabá, Itaituba, Rural Marabá, Santarém e Tucuruí; nos Campi tutelados de Ananindeua, Cametá, Paragominas, Parauapebas e Óbidos e dos (as) Diretores (as) Gerais dos Campi de Abaetetuba, Altamira, Belém, Castanhal, Industrial Marabá e Tucuruí, do Instituto Federal do Pará - IFPA, com as alterações aprovadas pelo Conselho Superior na 11ª Reunião Extraordinária, realizada dia 11 de novembro de 2014, na forma do anexo a esta Resolução. Todas as demais informações estão expressas na Resolução completa, que se encontra à disposição dos interessados no endereço eletrônico: www.ifpa.edu.br.

JOSÉ ROBERTO BRITO PEREIRA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 692, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, e considerando o processo nº 23000.006942/2014-19, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo (5738), bacharelado, ministrado pela Universidade Anhanguera de São Paulo - UNIAN - SP, localizada no município de Santo André, São Paulo, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa a ser 250 (duzentas e cinquenta).

Art. 2º O deferimento do pedido de aumento de vagas implica a vedação da aplicação de regras de desoneração de visita e a obrigatoriedade de visita in loco, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para análise e expedição do próximo ato regulatório do curso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 693, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Portaria Normativa nº 3, de 1º de fevereiro de 2013, ambas do Ministério da Educação, considerando o acolhimento das razões do recurso referente ao processo nº 23000.007656/2013-81, conforme Nota Técnica nº 955/2014-DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Medicina, bacharelado, ministrado pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Educacional Lucas Machado Feluma.

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa a ser 100 (cem).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 694, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 2, de 1º de fevereiro de 2013, a Portaria Normativa nº 3, de 1º de fevereiro de 2013, e a Portaria Normativa nº 12, de 2 de julho de 2013, todas do Ministério da Educação, considerando o processo nº 23000.015560/2013-97 e o Parecer nº 278/2014-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas do curso de graduação em Medicina, bacharelado, ministrado pela Faculdade Ceres, localizada no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, mantida pela Anbar Ensino Técnico e Superior LTDA - ME .

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa a ser 120 (cento e vinte).

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

PORTARIA Nº 10.927, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O Diretor da Escola de Comunicação, Amaury Fernandes da Silva Junior, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo para preenchimento de uma vaga de Professor Substituto do Departamento de Fundamentos da Comunicação, de acordo com Edital n°384 de 24/10/2014, publicado no DOU n°207 de 27/10/2014, Seção 3, páginas 70-74, retificado pelos Editais n°396 de 29/10/2014 e 401 de 30/10/2014.

Aprovados
1° Leila Salim Leal
2° Carlos Alberto Salim Leal
3° Murilo Silva de Araújo
4° Marianna de Araújo e Silva
5° Renata Cristina de Oliveira Tomaz
6° Bruno Marinoni Ribeiro de Sousa
7° Camila Mozzini

AMAURY FERNANDES DA SILVA JUNIOR

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PORTARIA Nº 10.919, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A Diretora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, nomeada pela Portaria nº. 9609 de 07 de dezembro de 2011, publicada no DOU nº. 235 - Seção 2, de 08 de dezembro de 2011, no uso de suas atribuições legais e considerando o Edital nº. 384, de 24 de outubro de 2014, publicado no DOU nº. 207, de 27 de outubro de 2014, e Edital nº. 396, de 29 de outubro de 2014, publicado no DOU nº 208, de 29 de outubro de 2014, e Edital nº. 401, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo Público para Contratação Temporária de Professor Substituto para o Departamento de Psicologia Geral e Experimental do Instituto de Psicologia da UFRJ, em que foi aprovado em 1º. lugar o candidato LUAN CARPES BARROS CASSAL (alocado no setor o Setor de Teorias e Sistemas), com a nota final de 9,1 (nove vírgula um) e, em 2º. lugar, a candidata MARÍLIA SILVEIRA (alocada no Setor de Psicologia Geral e Experimental) com a nota final de 8,9 (oito vírgula nove).

ROSA MARIA LEITE RIBEIRO PEDRO

CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE MÚSICA

PORTARIA Nº 10.907, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O Diretor da Escola de Música do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nomeado pela Portaria n.º 5.060, de 27/07/2011, publicada no DOU n.º 144, Seção 2, de 28/07/2011, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo para contratação de professor substituto, referente ao Edital n.º 384, de 24 de outubro de 2014, publicado no Diário Oficial da União nº 207, Seção 3, de 27 de outubro de 2014,retificado pelo Edital nº 396, de 29 de outubro de 2014, publicado no Diário Oficial da União nº 210, Seção 3, de 30 de outubro de 2014, divulgando o nome das candidatas aprovadas:

Departamento Vocal - 05
Setorização: Canto
Candidatas Aprovadas
1º lugar: Willa Soanne Martins; e
2º lugar: Lívia Cristina Dias Touça

ANDRÉ CARDOSO

PORTARIA Nº 10.908, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O Diretor da Escola de Música do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nomeado pela Portaria n.º 5.060, de 27/07/2011, publicada no DOU n.º 144, Seção 2, de 28/07/2011, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo para contratação de professor substituto, referente ao Edital n.º 384, de 24 de outubro de 2014, publicado no Diário Oficial da União nº 207, Seção 3, de 27 de outubro de 2014,retificado pelo Edital nº 396, de 29 de outubro de 2014, publicado no Diário Oficial da União nº 210, Seção 3, de 30 de outubro de 2014, divulgando o nome dos candidatos aprovados:

Departamento de Metodologia e Educação Musical - 04
Setorização: Metodologia de Ensino da Música
Candidatos Aprovados
1º lugar: Rodrigo Heringer Costa;
2º lugar: Júlia Mendes Selles;
3º lugar: Paulo Roberto de Oliveira Coutinho; e
4º lugar: Pedro Macedo Mendonça.

ANDRÉ CARDOSO

PORTARIA Nº 10.909, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Diretor da Escola de Música do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nomeado pela Portaria n.º 5.060, de 27/07/2011, publicada no DOU n.º 144, Seção 2, de 28/07/2011, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo para contratação de professor substituto, referente ao Edital n.º 384, de 24 de outubro de 2014, publicado no Diário Oficial da União nº 207, Seção 3, de 27 de outubro de 2014,retificado pelo Edital nº 396, de 29 de outubro de 2014, publicado no Diário Oficial da União nº 210, Seção 3, de 30 de outubro de 2014, divulgando o nome das candidatas aprovadas:

Departamento de Metodologia e Educação Musical - 04
Setorização: História da Música
Candidatos Aprovados
1º lugar: Mário Alexandre Dantas Barbosa; e
2º lugar: Milton Castelli Veiga;

ANDRÉ CARDOSO

FACULDADE DE LETRAS

PORTARIA Nº 10.935, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

A Diretora da Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 40, de 06/01/2014, publicada no DOU nº 04, Seção 2, de 07/01/2014, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação temporária de Professor Substituto referente ao Edital nº 384, de 24/10/2014, publicado no DOU nº 207, de 27/10/2014, divulgando, em ordem de classificação, o nome da candidata aprovada:

Departamento de Letras Clássicas
Setor: Latim
1-Bráulio Costa Pereira
2-Flávia Costa Carvalho de Andrade

ELEONORA ZILLER CAMENIETZKI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 1.990, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

A PRÓ-REITORA DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria R Nº. 2.108, de 21 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2012, e considerando o disposto no Decreto 6.944, de 21/08/2009, publicado no Diário Oficial da União de 24/08/2009, resolve:

Art. 1º Prorrogar por mais 1 (um) ano, a partir de 21 de novembro de 2014, o prazo de validade do Concurso Público para provimento do cargo de FISIOTERAPEUTA, referente ao Edital nº. 43, de 21 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 25 de março de 2013, homologado por meio do Edital nº. 180, de 19 de novembro de 2013 e publicado no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2013, seção 3, página 127.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARLENE MARINS DE CAMARGOS BORGES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PORTARIAS 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DO CARGO DE REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Nº 2.483 - prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 27.12.2014, a validade do Concurso Público destinado ao provimento do cargo de Professor de Magistério Superior - Classe A - denominação de Adjunto A, para a Área de Biologia Celular, Histologia e Bioquímica para o Campus de Unaí, homologado através do Edital nº 283, de 26.12.2013, publicado no DOU de 27.12.2013.

Nº 2.484 - prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 16.01.2015, a validade do Concurso Público destinado ao provimento do cargo de Professor de Magistério Superior - Classe A - denominação de Adjunto A, para a Área de Microbiologia, Parasitologia, Patologia Geral e Metodologia Científica - Campus do Mucuri, homologado através do Edital nº 024, de 15.01.2014, publicado no DOU de 16.01.2014.

DONALDO ROSA PIRES JÚNIOR

Ministério da Fazenda

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 19, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 9, de 18 de outubro de 2013, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relativos ao IRPJ e à CSLL, decorrentes da aplicação do art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, na forma do art. 40 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL e o SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 40 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, resolvem:

Art. 1º O art. 3º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 9, de 18 de outubro de 2013, passa a vigorar acrescido dos §§ 7º e 8º, com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

§ 7º Havendo diferença a menor entre os valores calculados pela pessoa jurídica e os apurados pela RFB ou pela PGFN com base no § 4º, a diferença deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, contado da intimação efetuada pelo órgão que administra a dívida, observado o disposto no § 5º.

§ 8º O disposto no § 7º aplica-se, inclusive, aos pedidos de parcelamento indeferidos na forma do art. 8º."

Art. 2º O art. 8º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 9, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

b) sem comprovação do pagamento da 1ª (primeira) prestação em valor não inferior ao estipulado no inciso I do § 4º do art. 3º, efetuado até o último dia útil de julho de 2014, observado o disposto nos §§ 7º e 8º do art. 3º.

....." (NR)

Art. 3º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

LUIZ FERNANDO TEIXEIRA NUNES
Secretário da Receita Federal do Brasil
Substituto

BANCO DO BRASIL S/A
BESCVAL

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2014

I. Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil quatorze, às nove horas, na Praça XV de Novembro, nº 329, Centro - Florianópolis (SC), reuniram-se, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia. Verificando o Livro de Presença dos Acionistas apurou-se que havia quorum legal para a instalação da Assembleia, pois estava presente acionista detentor de 10.168.639 ações ordinárias nominativas, todas com direito a voto (representando 99,6% do capital votante). Em observância ao disposto no artigo 128 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, foi designado para presidir os trabalhos o Sr. Renato Porto, representante do acionista majoritário, que declarou instalada a Assembleia, em 1ª convocação, convidando para compor a mesa André Luiz Valença da Cruz, para servir como Secretário. Composta a mesa, comunicou que a Assembleia havia sido regularmente convocada por edital publicado na forma do artigo 124, da Lei n.º 6.404/76, nas edições de 21, 22 e 24 de julho de 2014, no Diário Oficial da União (pags. 71, 70 e 97, respectivamente) e nas edições de 21, 22 e 23 de julho de 2014 do jornal Notícias do Dia - SC (pags. 16, 26 e 22, respectivamente) solicitando ao Secretário que procedesse à sua leitura, cujo teor é o seguinte: BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., CNPJ 82.518.523/0001-99. São convidados os Senhores Acionistas da Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Bescval - companhia fechada - a participarem, em primeira convocação, da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na Praça XV de Novembro, nº 329, Centro - Florianópolis (SC), às 9 horas do dia 30 de julho de 2014, a fim de tratar do seguinte assunto: autorização para alienação de Imóveis. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados no Banco do Brasil, na Praça XV de Novembro, nº 329, Centro - Florianópolis (SC), preferencialmente até 24 horas antes da realização da Assembleia. A documentação relativa à proposta a ser apreciada está disponível na Praça XV de Novembro, nº 329, Centro - Florianópolis (SC). Para admissão na Assembleia, conforme prevê o artigo 126 da Lei 6.404/76, o acionista, ou seu representante legal, deverá apresentar documento hábil de identidade. Brasília (DF), 30 de julho de 2014. Carlos Massaru Takahashi, Presidente. Procedida a leitura do edital de convocação, passou-se ao exame e deliberação do assunto nele constante. Inicialmente, foi aprovado que a presente ata fosse lavrada na forma de sumário, conforme prevê o parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei n.º 6.404/76, e suas posteriores alterações. Foi aprovada pelo acionista a alienação de 14 salas desocupadas, localizadas em prédio comercial, na Rua Jerônimo Coelho nº 170, centro de Florianópolis (SC). Nada mais havendo a tratar, o Presidente informou que iria suspender a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, a Ata foi lida, discutida e aprovada, dela extraindo-se as cópias necessárias destinadas aos fins legais. Florianópolis (SC), 30 de julho de 2014. Assinaram: Renato Porto, Presidente da Assembleia e Representante do Banco do Brasil S.A. e André Luiz Valença da Cruz, Secretário da Assembleia ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE Nº 05, PÁGINAS 74 E 75. A Junta Comercial do Estado de Santa Catarina certificou o registro em 22.10.2014, sob número 20142975176. Blasco Borges Barcellos - Secretário-Geral

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA-CIRCULAR Nº 3.678, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014(*)

Estabelece procedimentos a serem observados na remessa do documento Informações de Cooperados, de que trata a Circular nº 3.720, de 11 de setembro de 2014.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 22, inciso I, alínea "a", e 71, inciso II, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, e a Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon), no uso da atribuição que lhe confere o art. 22, inciso I, alínea "a", do referido Regimento, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Circular nº 3.720, de 11 de setembro de 2014, resolvem:

Art. 1º A remessa das informações de que trata o art. 1º da Circular nº 3.720, de 11 de setembro de 2014, deve ser realizada mensalmente pelas cooperativas singulares de crédito por meio do documento 5300 - Informações de Cooperados, com a codificação do Catálogo de Documentos (Cadoc) e suas demais características, nos termos do anexo a esta Carta Circular.

§ 1º As informações referidas no caput devem apresentar, no mínimo, o seguinte conteúdo:

I - em relação ao cooperado:

a. identificação;

b. localização;

c. data-início do relacionamento;

d. data-fim do relacionamento, quando houver;

e. situação cadastral;

f. operações de sua responsabilidade; e

g. valor das quotas-parte do capital;

II - em relação ao representante legal ou convencional do cooperado, quando houver:

a. identificação;

b. data-início do relacionamento; e

c. data-fim do relacionamento, quando houver.

§ 2º Para efeito do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), os cooperados são considerados correntistas e clientes, nos termos estabelecidos no parágrafo único do art. 1º da Circular nº 3.347, de 11 de abril de 2007.

Art. 2º As instituições mencionadas no art. 1º devem indicar empregado apto a responder a eventuais questionamentos sobre as informações fornecidas nos termos desta Carta Circular.

Parágrafo único. A indicação referida neste artigo deve ser registrada no Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (Unicad), de que trata a Circular nº 3.165, de 4 de dezembro de 2002.

Art. 3º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da data-base de dezembro de 2014.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN
Chefe do Desig

ANDRÉIA LAÍS DE MELO SILVA VARGAS
Chefe do Decon

ANEXO

Codificação no Catálogo de Documentos (Cadoc) e suas demais características:
Código do Documento: 5300.
Nome do Documento: Informações de Cooperados.
Periodicidade da Remessa: Mensal.
Data-limite para Remessa: até o dia 10 do mês seguinte ao da correspondente data-base.
Data-base: último dia útil de cada mês.
Unidade Responsável pela Curadoria: Desig e Decon.
Forma de Remessa: Meio eletrônico.
Sistema para Remessa: Sistema de Transferência de Arquivos (STA), na forma da Carta Circular nº 3.588, de 18 de março de 2013, disponível na página do Banco Central do Brasil na Internet, no endereço https://sta.bcb.gov.br/sta/.
Formato para Remessa: XML (eXtensible Markup Language).
Validação da Remessa: Antecipada.
Esquema de Validação da Remessa: XSD (XML Schema Definition).
Elementos Adicionais para Remessa: leiaute, em formato XML; modelos, em formato Excel; esquemas de validação XSD; arquivos-exemplo; programa validador; e instruções de preenchimento, disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço http://www.bcb.gov.br/?LEIAUTES.
Diretor Responsável pela elaboração e remessa: indicado nos termos do art. 1º da Circular nº 3.504, de 6 de agosto de 2010.
Registro do Diretor Responsável: no módulo "Vínculos - Inclusão - Diretor Responsável por Área de Atuação" do Unicad.
Registro do Empregado Indicado para Responder a Questionamentos: no módulo "Vínculos - Inclusão - Responsável por Envio de Informações" do Unicad.
Endereço Eletrônico para Solução de Dúvidas sobre a Remessa e Preenchimento do Documento: informacoescooperados@bcb.gov.br.
Origem do Documento:

Código Cadoc	Segmentos	Subsegmentos
44.1.3.271-4	Cooperativas de Crédito	Singulares

(*) Republicada por ter saído no DOU de 13-11-2014, Seção 1, págs. 44 e 45, com incorreção no original.

CARTA-CIRCULAR Nº 3.679, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Leiaute e as Instruções de Preenchimento do documento de código 2080 - Posição de Cotas e de Grupos das Operações de Consórcio - Bens Imóveis e Móveis, de que tratam a Circular nº 3.394, de 9 de julho de 2008, e a Carta Circular nº 3.335, de 1º de agosto de 2008.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso da atribuição que lhe confere o art. 22, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, tendo em vista o disposto no art. 1º da Circular nº 3.394, de 9 de julho de 2008, e no item 3 da Carta Circular nº 3.335, de 1º de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Passam a vigorar, a partir da data-base de janeiro de 2015, inclusive, nos termos do anexo a esta Carta Circular, as novas versões do Leiaute e das Instruções de Preenchimento do documento de código 2080 - Posição de Cotas e de Grupos das Operações de Consórcio - Bens Imóveis e Móveis, disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico http://www.bcb.gov.br/?LEIAUTES.

Art. 2º Para adequação à legislação vigente ou aos termos nela empregados, foram efetuadas as seguintes alterações:

I - Inclusão de comentário, no final do documento, referente às colunas Descrição e Observações.

II - Registro dos dados consolidados/Registro de bens imóveis: Alterações nos campos Nome do campo, Descrição e Observações.

III - Registro dos dados consolidados/Registro de grupos de bens imóveis: Alterações nos campos Nome do campo, Obrig., Preenchimento e Observações.

IV - Registro dos dados consolidados/Registro de bens móveis e serviços: Alterações no nome do Registro, e nos campos Nome do campo, Obrig., Preenchimento e Observações.

V - Registro dos dados individualizados/Registro de grupo ativo: Alterações nos campos Nome do campo, Preenchimento, Descrição e Observações.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VI - Registro dos dados individualizados/Registro de cota: Alterações no cabeçalho do Registro, e nos campos Nome do campo, Obrig., Preenchimento, Descrição e Observações.

VII - Registro dos dados individualizados/Registro de recursos de consorciados de grupos encerrados: Alterações no nome e no cabeçalho do Registro, e nos campos Nome do campo, Descrição e Observações.

VIII - Registro dos dados individualizados/Registro de inadimplentes de grupos encerrados: Alterações no cabeçalho do Registro, e nos campos Nome do campo, Preenchimento, Descrição e Observações.

Art. 3º As administradoras de consórcio devem indicar e registrar, no Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central - Unicad, empregado apto a responder a eventuais questionamentos sobre as informações fornecidas nos termos desta Carta Circular.

Art. 4º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

ANEXO

Codificação no Catálogo de Documentos (Cadoc) e demais características:
Código do Documento: 2080.
Nome do Documento: Posição de Cotas e de Grupos das Operações de Consórcio - Bens Imóveis e Móveis.
Sistema para Remessa: Sistema de Transferência de Arquivos (STA), disponível na página do Banco Central do Brasil na Internet, no endereço https://sta.bcb.gov.br/sta/, na forma da Carta Circular nº 3.588, de 18 de março de 2013.
Periodicidade da Remessa: Conjuntos de informações consolidadas e individualizadas que devem ser inseridas com periodicidade mensal e trimestral, respectivamente.
Data-limite para Remessa: Até o dia 30 do mês subsequente ao da data-base.
Unidade Responsável pela Curadoria: Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig).
Forma de Remessa: Meio eletrônico.
Formato para Remessa: XML (eXtensible Markup Language).
Validação da Remessa: Antecipada.
Esquema de Validação da Remessa: XSD (XML Schema Definition).
Elementos Adicionais para Remessa: leiaute, em formato XML; modelos, em formato Excel; esquemas de validação XSD; arquivos-exemplo; programa validador; e instruções de preenchimento, disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço http://www.bcb.gov.br/?INFOL.
Diretor Responsável pela elaboração e remessa: indicado nos termos do art. 40 da Circular nº 3.432, de 3 de fevereiro de 2009.
Registro do Diretor Responsável pela Remessa: no módulo "Vínculos - Inclusão - Diretor Responsável por Área de Atuação" do Unicad.
Registro do Empregado Indicado para Responder a Questionamentos: no módulo "Vínculos - Inclusão - Responsável por Envio de Informações" do Unicad.
Endereço Eletrônico para Solução de Dúvidas sobre a Remessa e Preenchimento do Documento: consorcios@bcb.gov.br.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Sobreloja, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES

1 - Processo nº: 11080.015779/2002-10 - Recorrente: CHIES PRODUTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10831.002029/2003-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUNART COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE METAIS LTDA. - EPP

3 - Processo nº: 10314.003075/00-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMBRAGEN EMPRESA BRASILEIRA DE ARMAZÉNS GERAIS E ENTREPOSTOS LTDA.

4 - Processo nº: 11030.001745/2003-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA LAGOENSE LTDA. EM LIQUIDAÇÃO

5 - Processo nº: 10314.000744/2002-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SPECIAL TOOLS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS LTDA. - EPP

6 - Processo nº: 10314.003873/2002-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PROMON IP S.A.

7 - Processo nº: 10314.000993/2003-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PROMON IP S.A.

8 - Processo nº: 10831.009395/00-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DAN AGRO COMERCIAL LTDA.

9 - Processo nº: 10384.003319/2003-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CURTUME EUROPA LTDA.

10 - Processo nº: 10314.001790/99-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GENERAL MOTORS BRASIL LTDA.

Relatora: NANCI GAMA

11 - Processo nº: 13808.006400/2001-74 - Recorrente: FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO - FECAP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10680.004269/2003-68 - Recorrente: CONTERMI - ADMINISTRADORA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10909.002439/2005-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ZIM ISRAEL NAVIGATION COMPANY LTDA.

Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS

14 - Processo nº: 16327.001945/2003-57 - Embargante: PRODUBAN SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 11131.001313/2007-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DUNAS TRADE COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. - ME

16 - Processo nº: 10835.003652/2004-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SINDICATO RURAL DE ADAMANTINA

17 - Processo nº: 10940.002380/2003-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KUGLER VEÍCULOS LTDA.

Relator: RODRIGO CARDOZO MIRANDA

18 - Processo nº: 13052.000022/2003-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CALÇADOS MAJOLO LTDA.

19 - Processo nº: 11065.001096/00-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CALÇADOS MALU LTDA.

20 - Processo nº: 11065.002255/00-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CALÇADOS MALU LTDA.

21 - Processo nº: 11065.100352/2007-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CALÇADOS MALU LTDA.

22 - Processo nº: 10209.000147/2003-78 - Recorrente: PARA PIGMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10932.000202/2005-15 - Recorrente: ELEVADORES OTIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOEL MIYAZAKI

24 - Processo nº: 11543.003543/2003-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIA. COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - KOBRASKO

25 - Processo nº: 13876.000832/2003-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARJO WIGGINS LTDA.

Relator: FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA

26 - Processo nº: 12466.000890/2002-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WESTLAND TRADERS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

27 - Processo nº: 10508.000393/2001-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONFINS TRANSPORTES LTDA.

28 - Processo nº: 13873.000574/2001-40 - Recorrente: INDÚSTRIA AERONÁUTICA NEIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 18336.000175/00-18 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO - S/A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 18336.000180/2003-54 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO - S/A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 18336.000412/2005-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS

32 - Processo nº: 18336.000413/2005-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS

33 - Processo nº: 18336.000909/2005-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS

Relatora: MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ

34 - Processo nº: 19515.003881/2003-08 - Recorrente: GPV COMÉRCIO DE VEÍCULOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 11128.004733/2001-92 - Recorrente: IRUSA ROLAMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10945.002216/2005-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRACONEL TRANSPORTADORA CORSÁRIO NEGRO LTDA.

DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES

37 - Processo nº: 19515.720188/2012-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA

38 - Processo nº: 19515.722154/2011-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA

39 - Processo nº: 10580.004006/2003-87 - Recorrente: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10680.007677/2004-52 - Recorrente: UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10830.009085/2002-42 - Recorrente: C.C.C. - CENTRO DE CIÊNCIA E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 16327.000316/2004-91 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DOS PRODUTORES RURAIS E EMPRESÁRIOS DO INTERIOR PAULISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 16327.000482/2005-78 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DOS PRODUTORES RURAIS E EMPRESÁRIOS DO INTERIOR PAULISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10830.001734/00-89 - Recorrente: FUNDAÇÃO CPQD - CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 16327.002419/00-91 - Recorrente: FUNDAÇÃO NESTLÉ DE PREVIDÊNCIA PRIVADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10925.000402/2003-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SABARÁ

47 - Processo nº: 10875.000336/98-41 - Recorrente: AÇOS VILLARES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 13896.004279/2002-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SONY PICTURES HOME ENTERTAINMENT DO BRASIL LTDA.

49 - Processo nº: 13811.001589/98-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

50 - Processo nº: 13883.000248/96-40 - Recorrente: CONFAB TUBOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 13942.000005/99-76 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TRÊS FRONTEIRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10469.902945/2008-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CAMANOR PRODUTOS MARINHOS LTDA.

53 - Processo nº: 15374.005462/2001-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIWAY SERVIÇOS - COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS LIBERAIS LTDA.

54 - Processo nº: 10932.000016/2005-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSZERO TRANSPORTADORA DE VEÍCULOS LTDA.

55 - Processo nº: 10932.000017/2005-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSZERO TRANSPORTADORA DE VEÍCULOS LTDA.

56 - Processo nº: 10830.007439/93-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ISOLADORES SANTANA S/A

Relatora: NANCI GAMA

57 - Processo nº: 10840.002677/2001-33 - Recorrente: UNIMED DE MONTE ALTO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 13884.004325/2002-85 - Recorrentes: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA. e FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 13890.000040/2002-96 - Recorrente: CERÂMICA FORMIGRÊS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 13310.000105/2001-04 - Recorrente: CALÇADOS ANIGER NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 13971.001048/00-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LANCASTER BENEFICIAMENTOS TÊXTEIS LTDA.

62 - Processo nº: 13026.000250/00-40 - Recorrente: CENTRAL AGROINDUSTRIAL DE COOPERATIVA DO ALTO JACUÍ LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10950.003995/2004-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDÚSTRIA DE PRODUTOS NATURAIS DESHYDRATER LTDA. - ME

Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS

64 - Processo nº: 12466.001107/98-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIA. IMPORTADORA E EXPORTADORA - COIMEX

65 - Processo nº: 10380.010672/2002-20 - Recorrente: CALÇADOS ANIGER NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 13005.000494/2005-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASFUMO INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FUMOS S/A

67 - Processo nº: 13005.000915/2005-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASFUMO INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FUMOS S/A

68 - Processo nº: 13005.000978/2006-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASFUMO INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FUMOS S/A

69 - Processo nº: 13005.000979/2006-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASFUMO INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FUMOS S/A

70 - Processo nº: 13053.000130/2006-72 - Recorrentes: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e FAZENDA NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

71 - Processo nº: 13053.000212/2006-17 - Recorrentes: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 13005.903260/2008-04 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 13897.000524/2003-56 - Recorrentes: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e FAZENDA NACIONAL e Recorrentes: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 13855.001878/2003-12 - Recorrente: CURTUME BELAFRANCA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10830.005862/94-91 - Recorrente: WORTEX PLÁSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: RODRIGO CARDOZO MIRANDA

76 - Processo nº: 10680.007077/00-16 - Recorrente: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 13888.900794/2008-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FERRO ENAMEL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

78 - Processo nº: 13888.900797/2008-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FERRO ENAMEL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

79 - Processo nº: 13876.000435/2001-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALCOA ALUMÍNIO S/A

80 - Processo nº: 13876.000436/2001-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALCOA ALUMÍNIO S/A

81 - Processo nº: 13876.000439/2001-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALCOA ALUMÍNIO S/A

82 - Processo nº: 13876.000440/2001-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALCOA ALUMÍNIO S/A

83 - Processo nº: 13310.000036/00-41 - Recorrente: CALÇADOS ANIGER NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 13310.000044/2001-77 - Recorrente: CALÇADOS ANIGER NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 13310.000034/2002-12 - Recorrente: CALÇADOS ANIGER NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 13026.000067/2002-78 - Recorrentes: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE e FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 13678.000141/00-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S/A

Relator: JOEL MIYAZAKI

88 - Processo nº: 10630.001194/2003-59 - Recorrente: UNIMED TEÓFILO OTONI COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 11618.000297/00-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: POLIMASSA ARGAMASSAS LTDA.

Relator: FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA

90 - Processo nº: 10380.015027/2007-16 - Recorrente: FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 10283.005275/2007-49 - Recorrente: SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 10283.005276/2007-93 - Recorrente: SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 10283.005284/2007-30 - Recorrente: SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 10283.005288/2007-18 - Recorrente: SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 10283.005289/2007-62 - Recorrente: SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 10283.005926/2003-77 - Recorrente: SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 11020.720673/2007-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDÚSTRIA DE MOVEIS B & B LTDA.

98 - Processo nº: 11050.000043/99-66 - Recorrentes: INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS LEAL SANTOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS LEAL SANTOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ

99 - Processo nº: 10283.005290/2007-97 - Recorrente: SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 13005.000980/2004-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASFUMO INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FUMOS S/A

101 - Processo nº: 13005.000923/2005-86 - Recorrente: BRASFUMO INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FUMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 11065.100946/2006-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDÚSTRIA DE PELES MINUANO LTDA.

103 - Processo nº: 11065.003173/2007-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDÚSTRIA DE PELES MINUANO LTDA.

104 - Processo nº: 11065.003174/2007-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDÚSTRIA DE PELES MINUANO LTDA.

105 - Processo nº: 11065.000464/2008-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDÚSTRIA DE PELES MINUANO LTDA.

106 - Processo nº: 11065.000204/2004-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAKOUROS DO BRASIL LTDA.

107 - Processo nº: 13671.000018/2003-10 - Recorrente: SBL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 13671.000026/2003-58 - Recorrente: SBL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 13963.000662/2002-13 - Recorrente: AGROAVÍCOLA VENETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 13851.000087/00-47 - Recorrente: FISCHER S/A - AGROINDÚSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 13866.000180/2002-61 - Recorrente: CERRADINHO AÇÚCAR, ETANOL E ENERGIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 10675.002316/2001-46 - Recorrente: FRIGORÍFICO MATABOI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 11065.001311/2003-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RGS INDÚSTRIA DE COUROS LTDA.

114 - Processo nº: 13660.000069/2003-62 - Recorrente: G. A. PEDRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 13660.000070/2003-97 - Recorrente: G. A. PEDRAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 13971.000454/00-64 - Recorrente: TEKA TECELAGEM KUEHNRICH S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES

117 - Processo nº: 13975.000102/2002-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMERCIAL F TOMIO LTDA.

118 - Processo nº: 13975.000468/2002-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMERCIAL F TOMIO LTDA.

119 - Processo nº: 10510.002000/2003-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CASA SANTA ROSA LTDA.

120 - Processo nº: 13054.000680/2003-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRAL DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA.

121 - Processo nº: 11080.012242/2001-17 - Recorrente: JACKWAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 16327.004252/2002-35 - Recorrentes: BANCO ITAUBANK S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BANCO ITAUBANK S.A. e FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 10825.000361/2007-91 - Recorrente: CADBURY BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 10880.720421/2007-21 - Recorrente: CADBURY BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 10980.006770/2007-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DERQUIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

126 - Processo nº: 11030.001010/2006-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MÓVEIS DE BASTIANI LTDA.

127 - Processo nº: 19740.000300/2003-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S/A

128 - Processo nº: 10909.001131/2003-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VOITH HYDRO LTDA.

129 - Processo nº: 11080.009251/2005-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CERVIERI ENGENHARIA LTDA.

130 - Processo nº: 10945.000348/2005-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRÁFICA LEX LTDA. - ME

131 - Processo nº: 13502.000589/2003-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CÉRAMUS BAHIA S/A PRODUTOS CERÂMICOS

132 - Processo nº: 10640.001918/2002-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LATICÍNIOS MB LTDA.

133 - Processo nº: 13973.000569/2003-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: POSTO AGRICOPEL LTDA.

134 - Processo nº: 10830.006338/2001-45 - Recorrente: GEDAKO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: NANCI GAMA

135 - Processo nº: 13909.000177/99-92 - Recorrente: CIA IGUAÇU DE CAFÉ SOLÚVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo nº: 11543.001123/2002-17 - Recorrente: CAJUGRAM GRANITOS E MÁRMORES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo nº: 10805.000046/2002-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIAMON REVESTIMENTOS LTDA.

138 - Processo nº: 13204.000031/2003-77 - Recorrente: AGROPALMA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo nº: 10640.002357/00-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOUZA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Relator: RODRIGO DA COSTA PÔSSAS

140 - Processo nº: 19740.000190/2003-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANESTES S/A

141 - Processo nº: 10768.011293/2002-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: REXAM BEVERAGE CAN SOUTH AMERICA S/A

142 - Processo nº: 10510.000986/2002-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HABITACIONAL CONSTRUÇÕES S/A

143 - Processo nº: 11610.019569/2002-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALSTOM HYDRO ENERGIA BRASIL LTDA.

144 - Processo nº: 10380.000067/2002-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VICUNHA NORDESTE S/A INDÚSTRIA TÊXTIL

145 - Processo nº: 11020.001474/00-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MP ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA.

146 - Processo nº: 13710.001621/00-47 - Embargante: DROGARIAS PACHECO S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: RODRIGO CARDOZO MIRANDA

147 - Processo nº: 10855.003033/2003-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: F & G COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA.

148 - Processo nº: 10680.008376/97-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EXTRAMIL EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S/A

Relator: JOEL MIYAZAKI

149 - Processo nº: 10480.008992/2002-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIA. CEARENSE DE CIMENTO PORTLAND

150 - Processo nº: 10680.008628/2003-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIAUTO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

151 - Processo nº: 10830.007304/99-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MIRACEMA NUODEX INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.

Relator: FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA

152 - Processo nº: 13802.001325/95-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PNEUTOP ABOUCHAR PARTICIPAÇÕES LTDA.

153 - Processo nº: 13807.009676/00-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: YPÊ ADMINISTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.

Relatora: MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ

154 - Processo nº: 13502.000617/2002-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ACRINOR ACRILONITRILA DO NORDESTE S/A

155 - Processo nº: 10830.009050/97-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FIBRA DUPONT SUDAMÉRICA S.A.

156 - Processo nº: 11020.000981/2002-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TROMBINI PAPEL E EMBALAGENS S/A

157 - Processo nº: 10380.008921/2003-06 - Recorrente: CIA. DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ - COGERH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

158 - Processo nº: 10979.000116/2002-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AZEVEDO & APOLO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C

159 - Processo nº: 10845.001108/2002-10 - Recorrente: ITAPEMA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
Presidente da Turma

CLEUZA TAKAFUJI
Chefe do Serviço de Seção

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

RETIFICAÇÃO

No Anexo Único do Ato Declaratório Executivo Codac nº 46, de 11 de julho de 2013, publicado na página 127 da Seção 1 da Edição do Diário Oficial da União (DOU) nº 134, de 15 de julho de 2013:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Onde se lê:

83	4324	Parcelamento Super Simples - Lei Complementar 123/07 - Título de Cobrança

86	4359	Parcelamento Super Simples - Lei Complementar 123/07 - Título de Cobrança (PLC 128)

Leia-se:

83	4324	Parcelamento Super Simples - Lei Complementar 123/06 - Título de Cobrança

86	4359	Parcelamento Super Simples - Lei Complementar 123/06 - Título de Cobrança (PLC 128)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.0012, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

A Delegada da Receita Federal em Cuiabá-MT, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e o que consta no processo administrativo 10183.722528/2012-38, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional a pessoa jurídica, a seguir identificada, em virtude de infração ao disposto no art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentado pela Resolução CGSN nº 6, de 18 de junho de 2007 - Exercício de Atividade vedada ao Simples Nacional.

Nome Empresarial: CONSIGO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME

CNPJ: 02.201.443/0001-76

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 1º de outubro de 2011, conforme disposto no Inciso II do art. 31 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande-MS, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

MARCELA MARIA LADISLAU DE MATOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.0026, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

A Delegada da Receita Federal em Cuiabá-MT, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e o que consta no processo administrativo 10183.724401/2014-15, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional a pessoa jurídica, a seguir identificada, em virtude de infração ao disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentado pela Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011 - Excesso de receita no mercado interno em mais de 20% do limite estabelecido.

Nome Empresarial: V. CONCEICAO SILVA & CIA LTDA - EPP

CNPJ: 08.459.768/0001-30

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 1º de novembro de 2013, conforme disposto no Inciso V do art. 31 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande-MS, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

MARCELA MARIA LADISLAU DE MATOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.0027, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

A Delegada da Receita Federal em Cuiabá-MT, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e o que consta no processo administrativo 10183.721975/2014-31, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional a pessoa jurídica, a seguir identificada, em virtude de infração ao disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentado pela Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011 - Excesso de receita no mercado interno em mais de 20% do limite estabelecido.

Nome Empresarial: POLO AR CONDICIONADO SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - EPP

CNPJ: 06.021.988/0001-51

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 1º de novembro de 2013, conforme disposto no Inciso V do art. 31 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande-MS, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

MARCELA MARIA LADISLAU DE MATOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.0028, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

A Delegada da Receita Federal em Cuiabá-MT, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e o que consta no processo administrativo 10183.722644/2014-19, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional a pessoa jurídica, a seguir identificada, em virtude de infração ao disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentado pela Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011 - Excesso de receita no mercado interno em até 20% do limite estabelecido.

Nome Empresarial: PARAISO DAS TINTAS COMERCIAL LTDA - EPP

CNPJ: 01.077.777/0001-17

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 1º de janeiro de 2014, conforme disposto no Inciso V do art. 31 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande-MS, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

MARCELA MARIA LADISLAU DE MATOS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 206, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de Maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de Maio de 2012, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720310/2014-86.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000089/2014, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282/2011 e Portaria RFB nº 3010/2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 207, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas.

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de Maio de 2012, publicado no D.O.U. de 17 de Maio de 2012, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.720322/2014-19.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA0000090/2014, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282/2011 e Portaria RFB nº 3010/2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA - SARAC DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Sobral, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral, à Av. Eurípides Ferreira Gomes, nº 720 - Bairro - Betânia , Sobral - CE.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CNPJ das Pessoas Jurídicas excluídas
11.741.204/0001-08

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso da competência delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 07 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 149 e 150 do Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), alterado pelo Decreto nº 6.158, de 16 de julho de 2007, declara:

Art. 1º - Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a serem classificados ou a terem sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ HONORATO SOUSA

ANEXO ÚNICO

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
02.229.685/0001-78	SERRA LIMPA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
09.168.055/0001-80	SÃO PAULO	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	M
09.168.055/0001-80	SÃO PAULO	De 181ml até 375ml	2208.40.00	H
09.168.055/0001-80	SÃO PAULO CRISTAL	De 181ml até 375ml	2208.40.00	I
12.990.840/0001-28	CACHAÇA CASCAVEL	Até 180ml	2208.40.00	B
12.990.840/0001-28	CACHAÇA CASCAVEL	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	J
12.990.840/0001-28	CACHAÇA CASCAVEL	De 181ml até 375ml	2208.40.00	D
35.421.213/0001-71	VOLÚPIA	De 181ml até 375ml	2208.40.00	K
35.421.213/0001-71	VOLÚPIA	Até 180ml	2208.40.00	G

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 26, 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Cancela, de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais (CAFIR), as inscrições dos imóveis que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Natal-RN, no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o artigo 13 da Instrução Normativa RFB nº 1.467, de 22 de maio de 2014, publicada no DOU de 23 de maio de 2014, declara:

Art.1º Cancelar, de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR, a inscrição a seguir relacionada, por motivo de transformação em imóvel urbano, conforme consta no processo administrativo 10469.725871/2014-08:

I - NIRF 2.346.434-8 referente ao imóvel rural denominado "Granja Passagem de Areia", medindo 73,9 hectares, localizado no município de Parnamirim/RN;

Art. 2º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS HÜBNER FLORES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 673, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a transferência temporária de competências entre unidades no âmbito da 6ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo primeiro do art. 301, art. 314 do § 1º, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU do dia 17 de maio de 2012, considerando a criação, no âmbito da 6ª Região Fiscal, da Agência da Receita Federal do Brasil em Araguari, bem como a necessidade de implementar condições e garantir recursos que viabilizem o pleno funcionamento dessa nova unidade, resolve,

Art. 1º- Prorrogar a transferência temporária de competências da Agência da Receita Federal do Brasil em Araguari para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia.

Parágrafo único. As competências referidas no caput serão exercidas de forma concorrente entre agência e delegacia, podendo cessar a qualquer tempo por ato específico do Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª RF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tendo vigência até 31 de dezembro de 2015.

HERMANO LEMOS DE AVELAR MACHADO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO Nº 191, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte, no uso de suas atribuições, em face do disposto no art. 13 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02 de maio de 2007, resolve:

Art.1º- Declarar CANCELADA a Certidão Específica Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros de número 265702014-88888293, emitida indevidamente em 27/10/2014, em favor do contribuinte LABORATÓRIO REAL DE ANALISES CLINICAS LTDA, CNPJ 73.513.293/0001-84.

JOSÉ EDUARDO FERREIRA FUSCO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014

Divulga enquadramento de bebida para efeito do IPI.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, MG, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto nos artigos 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo, para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata o artigo 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, são classificados conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento divulgadas neste Ato Declaratório Executivo aplicam-se somente aos produtos fabricados no País.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JÚNIOR

ANEXO ÚNICO

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
16.733.677/0001-79	CASA GERALDO - JEROPIGA 375 ML	De 181ml até 375ml	2204.21.00	F
16.733.677/0001-79	CASA GERALDO - GRAPPA	De 376ml até 670ml	2208.20.00	O
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO TINTO DE MESA SECO FOLHA DE FIGO 880 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO TINTO DE MESA SUAVE 880 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO ROSADO DE MESA SUAVE 880 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO BRANCO DE MESA SECO NIÁGARA 880 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO BRANCO DE MESA SUAVE 880 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO TINTO DE MESA SUAVE 375 ML	De 181ml até 375ml	2204.21.00	C
16.733.677/0001-79	CASA GERALDO - VINHO TINTO DE MESA SUAVE BORDO 375 ML	De 181ml até 375ml	2204.21.00	D
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO BRANCO DE MESA SECO 1480 ML	Acima de 1000ml	2204.21.00	E
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO TINTO DE MESA SECO FOLHA DE FIGO 1,50 LT	Acima de 1000ml	2204.21.00	E
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO TINTO DE MESA SUAVE 1,50 LT	Acima de 1000ml	2204.21.00	E
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO BRANCO DE MESA SECO NIAGARA 1,50 LT	Acima de 1000ml	2204.21.00	E
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO BRANCO DE MESA SUAVE NIAGARA 4,50 LT	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO TINTO DE MESA SECO FOLHA DE FIGO 4,50 LT	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO TINTO DE MESA SUAVE 4,50 LT	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO BRANCO DE MESA SECO NIAGARA 4,50 LT	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
16.733.677/0001-79	SOLEO CAMPINO - VINHO TINTO DE MESA SUAVE SOLEO FRISANTE 660 ML	De 376ml até 670ml	2204.21.00	G
16.733.677/0001-79	SOLEO CAMPINO - VINHO BRANCO DE MESA SUAVE SOLEO FRISANTE 660 ML	De 376ml até 670ml	2204.21.00	G
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO BRANCO DE MESA NIAGARA SUAVE 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO TINTO DE MESA SECO BORDO 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO TINTO DE MESA SUAVE 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.733.677/0001-79	CASA GERALDO - VINHO TINTO DE MESA SUAVE BORDO 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
16.733.677/0001-79	LITURGICO - VINHO ROSADO LICOROSO DOCE LITURGICO 740 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.733.677/0001-79	CASA GERALDO - VINHO FINO TINTO SECO MERLOT 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
16.733.677/0001-79	CASA GERALDO - VINHO FINO TINTO SECO TANNAT 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
16.733.677/0001-79	CASA GERALDO - MISTELA 375 ML	De 181ml até 375ml	2204.21.00	F
16.733.677/0001-79	CASA GERALDO - VINHO FINO TINTO SECO CABERNET SAUVIGNON 375 ML	De 181ml até 375ml	2204.21.00	F
16.733.677/0001-79	CASA GERALDO - VINHO FINO ESPUMANTE BRANCO DOCE MOSCATEL 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	K
16.733.677/0001-79	CASA GERALDO - VINHO FINO ESPUMANTE BRANCO SECO BRUT 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	K
16.733.677/0001-79	CASA GERALDO - VINHO FINO BRANCO ESPUMANTE NATURAL PROSECCO BRUT 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.10.90	K
16.733.677/0001-79	CASA GERALDO - VINHO FINO TINTO SECO SHIRAZ 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	J
16.733.677/0001-79	CASA GERALDO - VINHO FINO BRANCO MEIO SECO MOSCATO GIALLO 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
16.733.677/0001-79	CASA GERALDO - VINHO FINO TINTO MEIO SECO 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO BRANCO LICOROSO DOCE 880 ML	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
16.733.677/0001-79	CAMPINO VINHO LICOROSO DOCE 750 ML	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO BRANCO DE MESA SECO NIÁGARA 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
16.733.677/0001-79	CAMPINO - VINHO ROSADO DE MESA SUAVE - 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
16.733.677/0001-79	CAMPINO - COOLER 4,5 L	Acima de 1000ml	2206.00.90	G
16.733.677/0001-79	CAMPINO - COOLER PÊSSEGO 750 ML	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	G
16.733.677/0001-79	CAMPINO- VINHO BRANCO DE MESA SUAVE 750 ML	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.043, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA. CESSÃO DE MÃO DE OBRA. CONSTRUÇÃO CIVIL. RETENÇÃO DE 3,5%. As empresas prestadoras de serviços de construção civil relacionadas no art. 7º, IV, da Lei nº 12.546, de 2011, e que não são responsáveis pela matrícula no CEI estão submetidas à substituição das contribuições previdenciárias e, consequentemente, à retenção de 3,5% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços no período de 01/04/2013 a 03/06/2013 e a partir de 01/11/2013. No período de 04/06/2013 a 31/10/2013, é facultado a essas empresas a sujeição ao regime substitutivo previsto na Lei nº 12.546, de 2011. Entretanto, uma vez escolhida a sistemática de substituição das contribuições previdenciárias, a opção torna-se irretratável para todo o período. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 40, DE 02/12/2013.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal de 1988, art. 195, § 13; Lei nº 8.212, de 1991, art. 22, I e III e art. 31; Lei nº 12.546, de 2011, art. 7º, IV e § 6º; Lei nº 12.844, de 2013, arts. 13 e 14; Medida Provisória nº 601, de 2012, art. 1º; Decreto nº 7.828, de 2012, art. 2º, § 3º, II; Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, arts. 121 a 123; Instrução Normativa RFB nº 1.434, de 2013, art. 9º.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 22, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DELEGADO-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, pela Portaria RFB nº 2.211, de 22 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2009, tendo em vista o disposto nos artigos 33, inciso II, e 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, correspondentes aos artigos 33, inciso II, e 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e, ainda, considerando o que consta do processo 10865.722183/2012-43, declara:

1º - NULA a inscrição nº 15.322.102/0001-09, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, da pessoa jurídica denominada MARCELO CARLOS GUIMARAES TRANSPORTES ME, em virtude da constatação de ocorrência de vício no ato cadastral no CNPJ.

2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 15 de março de 2010.

ANDRÉ DALLE VÊDOVE BARBOSA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 105, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM SÃO PAULO(SP), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 228, 240 e 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista os artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25/02/67, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06/09/79, alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17/09/81, e considerando a conveniência da desburocratização e da descentralização administrativa, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Chefe do Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC -, e, em suas faltas ou impedimentos, ao substituto eventual, para, observada a legislação vigente:

I - dar ciência ao sujeito passivo de decisões proferidas nos processos administrativos;

II - expedir memorandos, mensagens eletrônicas e outras comunicações sobre assuntos na sua área de competência;

III - decidir sobre o encaminhamento, arquivamento ou desarquivamento de processos administrativos;

IV - executar procedimentos para a expedição de súmulas e publicação de atos declaratórios relativos à inidoneidade de documentos ou à situação cadastral e fiscal de pessoas jurídicas;

V - autorizar a emissão de Documentos Fiscais de ouro ativo financeiro ou instrumento cambial;

VI - proceder e executar os ajustes necessários à atualização de ofício dos cadastros da RFB;

VII - decidir sobre os pedidos de parcelamento convencional de débitos fazendários e previdenciários, limitado ao valor atualizado de R$10.000.000,00;

VIII - executar procedimentos para prestação ao Juízo solicitante, ao Ministério Público e aos demais órgãos, de informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, nos termos das limitações legais impostas.

Art. 2º Delegar competência ao Chefe da Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário - DICAT - e, em suas faltas ou impedimentos, ao substituto eventual, para, observada a legislação vigente:

I - elaborar cálculos de exigência tributária ou previdenciária alterada por acórdãos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF -, bem como por decisões do Poder Judiciário, na sua área de sua competência;

II - propor à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN - levantamento, conversão em renda da União ou transformação em pagamento definitivo, bem como elaborar os cálculos de seus montantes, dos depósitos judiciais realizados em garantia de débitos fazendários e previdenciários;

III - solicitar o cancelamento ou alteração de débito tributário ou previdenciário inscrito na Dívida Ativa da União à PFN, bem como o retorno do processo administrativo;

IV - encaminhar à PFN, para inscrição em Dívida Ativa da União, os processos administrativos de débitos de tributos e contribuições federais, ou de penalidades decorrentes do descumprimento de obrigações federais, ou acessórias, na área de sua competência;

V - decidir sobre o cancelamento de débitos dos sistemas de contas-correntes, gerados eletronicamente ou constantes em processos de representação fiscal;

VI - decidir sobre pedidos de desbloqueio, cancelamento ou reativação de declarações;

VII - elaborar procedimentos sobre a inclusão e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados;

VIII - decidir sobre pedido e emissão de Autorização para Débito em Conta - ADC - de parcelamento, convencional ou especial, de débitos fazendários e previdenciários, bem como executar procedimentos com vista a emitir ato declaratório necessário;

IX - negar o seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade e recurso voluntário, quando não atendidos os requisitos legais;

X - elaborar procedimentos de arrolamento de bens e de medida cautelar fiscal;

XI - autorizar os procedimentos de retificação e correção de documentos de arrecadação;

XII - autorizar o levantamento pelo contribuinte ou a transformação em pagamento definitivo de depósitos administrativos efetuados para garantia de débitos administrados pela RFB;

XIII - manifestar-se em pleitos de contribuinte sobre matéria tributária ou referente à sua situação fiscal;

XIV - proceder à inclusão, exclusão e alteração da situação de contribuintes no CADIN;

XV - sanear cálculos das contribuições para regularização de obra de construção civil, que não implique em verificação de escrituração contábil, bem como emitir Certidões de Regularização de Obras;

XVI - proceder e executar os ajustes necessários à atualização de ofício dos cadastros da RFB;

XVII - decidir sobre revisão de ofício, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inclusive quanto aos créditos tributários lançados e débitos inscritos em dívida ativa da União, bem como proceder, quando necessário, a revisão de ofício das declarações decorrentes de obrigações acessórias;

XVIII - executar procedimentos para prestação ao Juízo solicitante, ao Ministério Público e aos demais órgãos, de informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, nos termos das limitações legais impostas;

PORTARIA Nº 92, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui pessoas jurídicas do REFIS.

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, e na Portaria RFB nº 2.211, de 22 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2009, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - por pagamento irrisório nos termos do Parecer PGFN/CDA nº 1.206/2013 -, as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeito a partir da data indicada, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	DT. EFEITO
43.090.224/0001-44	CASA SERENI LTDA - ME	10865.722790/2014-75	01/12/2014
47.250.733/0001-48	JFN SERVICOS E COMÉRCIO EIRELI - EPP	10865.722793/2014-17	01/12/2014
49.623.853/0001-79	SIPIMAR-COML. DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA	10865.722792/2014-64	01/12/2014
52.356.268/0001-64	CONSÓRCIO DE DESENV. DA REG. GOV. DE SJBVISTA	10865.722688/2014-70	01/12/2014
54.228.309/0001-62	COMERCIAL GARBELOTO & CIA LTDA - ME	10865.722789/2014-41	01/12/2014
59.897.587/0001-26	JURANDIR DO CARMO RIOLLI - ME	10865.722690/2014-49	01/12/2014
65.920.852/0001-42	COMERCIAL P.R. MANPRESS LTDA - ME	10865.722692/2014-38	01/12/2014
66.126.038/0001-13	D ATERRA INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA - ME	10865.722791/2014-10	01/12/2014
66.897.216/0001-00	SPAC COMÉRCIO DE AÇO - EIRELI	10865.722794/2014-53	01/12/2014
67.156.505/0001-10	MOCOCA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - EPP	10865.722689/2014-14	01/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ DALLE VÊDOVE BARBOSA
Delegado
Substituto

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da drf/osasco no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011, e tendo em vista o disposto no processo administrativo n° 10882.723097/2014-10 e com fundamento no inc. II do art. 37, no inc. I e § 3° do art. 39 e no art. 43 da IN-RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica de número 53.416.830/0001-60, da ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURAL CAMINHO DA VIDA, desde a data de publicação deste Ato, em razão desta não ter sido localizada no endereço informado no referido cadastro.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica acima referida, a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA ARAKAKI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede habilitação ao Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira (Retaero), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.186, de 29 de agosto de 2011.

O CHEFE SUBSTITUTO DO SEORT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, no uso da competência estabelecida no inciso VII do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e conforme delegação de competência prevista no inciso VIII do artigo 6º da Portaria DRF/SJC nº 75, de 12 de maio de 2011, tendo em vista as conclusões expendidas no processo administrativo nº 13884.720153/2014-24, e com base no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.186, de 29 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa SAFRAN SERVIÇOS DE SUPORTE DE PROGRAMAS AERONÁUTICOS LTDA, CNPJ nº 17.144.721/0001-78, HABILITAÇÃO no Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira (RETAERO), no Perfil Fornecedor Direto, de acordo com os artigos 29 a 33 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e com a Instrução Normativa RFB nº 1.186/2011.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LOYCE LEAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XIX - expedir ofícios, excetuados ao Poder Judiciário e Ministério Público, intimações, memorandos, mensagens eletrônicas, editais e outras comunicações sobre assuntos na sua área de competência;

XX - executar procedimentos para a expedição de súmulas e publicação de atos declaratórios relativos à inidoneidade de documentos ou à situação cadastral e fiscal de pessoas jurídicas;

XXI - elaborar cálculos dos valores devidos de créditos tributários incluídos em programas especiais de pagamento e parcelamento e decidir pela extinção destes créditos, obedecidas as disposições legais;

XXII - decidir sobre anexação ou desanexação, apensação ou desapensação, arquivamento ou desarquivamento e encaminhamento de processos administrativos e expedientes que tratem de assuntos de sua competência.

Parágrafo único. A delegação de competência a que se referem os incisos II, III, IV, V, XII, XVII e XXI limita-se ao valor atualizado de R$10.000.000,00.

Art. 3º Delegar:

I - aos Chefes das Equipes de Arrecadação e Cobrança - EAC da DICAT, as competências previstas abaixo:

a) decidir sobre pedido e emissão de Autorização para Débito em Conta - ADC - de parcelamento, convencional ou especial, de débitos fazendários e previdenciários, bem como executar procedimentos com vista a emitir ato declaratório necessário;

b) negar o seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade e recurso voluntário, quando não atendidos os requisitos legais;

c) decidir sobre fornecimento de cópias de processos e outros documentos, observada a Tabela de Temporalidade e a legislação sobre o sigilo fiscal;

d) lavrar termos e emitir despachos interlocutórios em processos administrativos, inclusive de encaminhamento às demais divisões;

e) decidir sobre anexação ou desanexação, apensação ou desapensação, arquivamento ou desarquivamento de processos administrativos e expedientes que tratem de assuntos de sua competência;

f) decidir sobre pedidos de prorrogação de prazos a eles relativos;

g) requisitar ao SETEC cópias de declarações arquivadas, no interesse da Divisão.

II - aos Chefes das Equipes de Arrecadação e Cobrança - EAC/2, EAC/3 e EAC/4 da DICAT, a competência prevista abaixo:

a) decidir sobre a suspensão da exigibilidade de créditos tributários, nos termos da legislação vigente, bem como lavrar termos e emitir despachos interlocutórios em processos administrativos que controlem os créditos tributários suspensos.

Parágrafo único. A delegação de competência a que se referem os incisos I e II, limita-se ao valor atualizado de R$10.000.000,00.

Art. 4º Delegar competência ao Chefe da Divisão de Orientação e Análise Tributária - DIORT -, e, em suas faltas ou impedimentos, ao substituto eventual, para, observada a legislação vigente:

I - decidir em processo administrativo de reconhecimento de incentivos fiscais, imunidade, suspensão e isenção, bem como de restituição, ressarcimento, reembolso, compensação, relativos a tributos e contribuições administrados pela RFB, e encargos legais decorrentes do descumprimento de obrigação principal e acessória;

II - negar o seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade e recurso voluntário, quando não atendidos os requisitos legais;

III - decidir em revisão de ofício, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inclusive quanto aos créditos tributários lançados e débitos inscritos em dívida ativa da União, bem como proceder, quando necessário, a revisão de ofício das declarações decorrentes de obrigações acessórias;

IV - considerar não declarada a compensação e não formulado o pedido de restituição;

V - manifestar-se em pleitos de contribuinte sobre matéria tributária ou referente à sua situação fiscal;

VI - proceder à inclusão, exclusão e alteração da situação de contribuintes no CADIN;

VII - decidir sobre pedidos de desbloqueio, cancelamento ou reativação de declarações;

VIII - propor à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN - levantamento, conversão em renda da União ou transformação em pagamento definitivo, bem como elaborar os cálculos de seus montantes, dos depósitos judiciais realizados em garantia de débitos fazendários e previdenciários;

IX - autorizar o levantamento pelo contribuinte ou a transformação em pagamento definitivo de depósitos administrativos efetuados para garantia de débitos administrados pela RFB;

X - elaborar procedimentos sobre a inclusão e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados;

XI - expedir ofícios, excetuado ao Poder Judiciário e Ministério Público, intimações, memorandos, mensagens eletrônicas, editais e outras comunicações sobre assuntos na sua área de competência;

XII - elaborar procedimentos de arrolamento de bens e de medida cautelar fiscal;

XIII - autorizar os procedimentos de retificação e correção de documentos de arrecadação;

XIV - elaborar cálculos de exigência tributária ou previdenciária alterada por acórdãos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF -, bem como por decisões do Poder Judiciário, na sua área de sua competência;

XV - executar procedimentos para a expedição de súmulas e publicação de atos declaratórios relativos à inidoneidade de documentos ou à situação cadastral e fiscal de pessoas jurídicas;

XVI - analisar, acompanhar e elaborar as informações a serem prestadas quando solicitadas por autoridades e órgãos externos, inclusive em ações judiciais;

XVII - decidir sobre fornecimento de cópias de processos e outros documentos, observada a Tabela de Temporalidade e a legislação sobre o sigilo fiscal;

XVIII - decidir sobre anexação ou desanexação, apensação ou desapensação, arquivamento ou desarquivamento e encaminhamento de processos administrativos e expedientes que tratem de assuntos de sua competência.

Parágrafo único. A delegação de competência a que se referem os incisos I, III, IV, VIII e IX limita-se ao valor atualizado de R$10.000.000,00.

Art. 5º Delegar competência ao Chefe da Divisão de Fiscalização - DIFIS -, e, em suas faltas ou impedimentos, ao substituto eventual, para, observada a legislação vigente:

I - decidir sobre revisão de ofício, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inclusive quanto aos créditos tributários lançados e débitos inscritos em dívida ativa da União, bem como proceder, quando necessário, a revisão de ofício das declarações decorrentes de obrigações acessórias, limitado ao valor atualizado de R$10.000.000,00;

II - elaborar procedimentos sobre a inclusão e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados;

III - executar procedimentos para a expedição de súmulas e publicação de atos declaratórios relativos à inidoneidade de documentos ou à situação cadastral e fiscal de pessoas jurídicas;

IV - elaborar procedimentos de arrolamento de bens e de medida cautelar fiscal;

V - expedir ofícios, excetuado ao Poder Judiciário e Ministério Público, intimações, memorandos, mensagens eletrônicas, editais e outras comunicações sobre assuntos na sua área de competência;

VI - elaborar procedimentos quanto à suspensão, inaptidão e regularização de contribuintes nos cadastros da RFB;

VII - analisar, acompanhar e elaborar as informações a serem prestadas quando solicitadas por autoridades e órgãos externos, inclusive em ações judiciais, na área de sua competência;

VIII - elaborar procedimentos para a declaração de inidôneo para assinar peças ou documentos, contábeis ou não, sujeitos à apreciação da RFB, o profissional que incorrer em fraude de escrituração ou falsidade de documentos.

IX - decidir sobre anexação ou desanexação, apensação ou desapensação, arquivamento ou desarquivamento e encaminhamento de processos administrativos e expedientes que tratem de assuntos de sua competência.

Art. 6º Delegar competência ao Chefe de Serviço de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal - SEPAC - e, em suas faltas ou impedimentos ao respectivo substituto eventual, para:

I - realizar diligências e perícias fiscais, inclusive as de instrução processual;

II - elaborar procedimentos sobre a inclusão e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados;

III - executar procedimentos para a expedição de súmulas e publicação de atos declaratórios relativos à inidoneidade de documentos ou à situação cadastral e fiscal de pessoas jurídicas;

IV - elaborar procedimentos de arrolamento de bens e de medida cautelar fiscal;

V - processar lançamentos de ofício, imposição de multas e outras penas aplicáveis às infrações à legislação tributária, e as correspondentes representações fiscais;

VI - elaborar procedimentos quanto à suspensão, inaptidão e regularização de contribuintes nos cadastros da RFB;

VII - analisar, acompanhar e elaborar as informações a serem prestadas quando solicitadas por autoridades e órgãos externos, inclusive em ações judiciais, na área de sua competência;

VIII - elaborar procedimentos para a declaração de inidôneo para assinar peças ou documentos, contábeis ou não, sujeitos à apreciação da RFB, o profissional que incorrer em fraude de escrituração ou falsidade de documentos;

IX - expedir ofícios, excetuados ao Poder Judiciário e Ministério Público, intimações, memorandos, mensagens eletrônicas, editais e outras comunicações sobre assuntos na sua área de competência.

X - decidir sobre anexação ou desanexação, apensação ou desapensação, arquivamento ou desarquivamento e encaminhamento de processos administrativos e expedientes que tratem de assuntos de sua competência.

Art. 7º Delegar competência ao Chefe do Serviço de Tecnologia da Informação - SETEC -, e em suas faltas ou impedimentos ao substituto eventual, para, observada a legislação vigente:

I - atender, em conformidade com as disposições legais de regência, às requisições de cópias de declarações e aos pedidos de informações cadastrais;

II - executar as atividades de verificação, registro e preparo de declarações para processamento, nas hipóteses previstas na legislação tributária;

III - assinar faturas relativas à prestação de serviços pelo SERPRO e demais prestadoras de serviço na área de informática.

IV - decidir sobre anexação ou desanexação, apensação ou desapensação, arquivamento ou desarquivamento e encaminhamento de processos administrativos e expedientes que tratem de assuntos de sua competência.

Art. 8º Delegar competência ao Chefe do Serviço de Programação e Logística - SEPOL -, e, em suas faltas ou impedimentos, ao substituto eventual, para, observada a legislação vigente:

I - assinar documentos relativos à movimentação de material permanente transferido de outras unidades;

II - autorizar a saída de veículo oficial para uso em serviço, mediante requisição de transporte;

III - promover a publicação, nos órgãos oficiais e na imprensa privada, de atos, avisos, editais ou despachos;

IV - decidir sobre a destruição ou o encaminhamento à SAMF/SP de documentos não processuais afetos a sua área, observados os prazos de pré-arquivamento fixados na tabela de temporalidade de documentos da Divisão de Documentação do Ministério da Fazenda;

V - requisitar passagens aéreas, rodoviárias e ferroviárias para os servidores que devam viajar a serviço e cuja viagem esteja devidamente autorizada;

VI - aprovar o processo de viagem dos servidores da Unidade, em termos administrativos, no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, vinculado ao perfil proponente;

VII - elaborar ofícios e expedir memorandos, mensagens eletrônicas e outras comunicações sobre assuntos na sua área de competência, a órgãos públicos, autoridades e empresas;

VIII - coordenar anualmente o inventário físico de processos administrativos.

IX - decidir sobre anexação ou desanexação, apensação ou desapensação, arquivamento ou desarquivamento e encaminhamento de processos administrativos e expedientes que tratem de assuntos de sua competência.

Art. 9º Delegar competência ao Chefe da Equipe de Gestão de Pessoas - EGP -, e em suas faltas ou impedimentos ao substituto eventual, para, observada a legislação vigente:

I - elaborar expedientes necessários para a decisão sobre a concessão de direitos, vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações e benefícios;

II - elaborar expedientes necessários para dar posse e exercício a servidores nomeados para cargo efetivo e em comissão, e os designados para função de confiança;

III - requisitar exames de sanidade e capacidade físicas dos servidores ao Serviço de Assistência Médico Social da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo - SAMF/SP, bem como reconhecer os afastamentos legais;

IV - encaminhar à SAMF/SP processos referentes a requerimento de direitos e concessões na área de pessoal;

V - assinar documentos relacionados à contratação de estagiários, termos de compromisso de estágio, termos aditivos, termos de responsabilidade e desligamentos dos estagiários;

VI - expedir declarações para fins de prova junto a órgãos públicos ou privados, quanto à situação funcional e ao exercício de servidores;

VII - manter os registros funcionais, elaborar a escala de férias e o controle de frequência;

VIII - solicitar pagamento de substituição de chefia;

IX - promover a capacitação e o desenvolvimento dos servidores;

X - decidir sobre anexação ou desanexação, apensação ou desapensação, arquivamento ou desarquivamento e encaminhamento de processos administrativos e expedientes que tratem de assuntos de sua competência.

Art. 10 Delegar competência ao Chefe da Seção de Controle da Rede Arrecadadora - SAARF -, e, em suas faltas ou impedimentos, ao substituto eventual, para, observada a legislação vigente:

I - aplicar teste de habilitação técnica à instituição bancária interessada em prestar serviço de arrecadação de receitas federais e elaborar parecer sobre o correspondente resultado;

II - decidir em procedimentos de aplicação de regime disciplinar e penalidades aos agentes arrecadadores por irregularidades cometidas no desempenho das atividades contratadas com a RFB;

III - analisar, processar os pedidos de correção e cancelamento dos documentos de arrecadação e deferir, apresentados por agente arrecadador;

IV - analisar, acompanhar e elaborar as informações a serem prestadas solicitadas por autoridades e órgãos externos, inclusive em ações judiciais, na área de sua competência;

V - expedir ofícios, excetuados ao Poder Judiciário e Ministério Público, intimações, memorandos, mensagens eletrônicas, editais e outras comunicações sobre assuntos na sua área de competência;

VI - efetuar restituição aos bancos, referente às sobras financeiras em GPS derivadas de cancelamentos de pagamento ou de repasse feito a maior;

VII - participar em sugestões, elaboração de normas e atividades operacionais em sistemas da rede arrecadadora;

VIII - encaminhar à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN -, para inscrição em Dívida Ativa da União, os processos administrativos de débitos de penalidades decorrentes do descumprimento de obrigações contratuais, na área de sua competência;

IX - manifestar-se em pleitos de contribuinte sobre matéria referente à rede arrecadadora.

X - decidir sobre anexação ou desanexação, apensação ou desapensação, arquivamento ou desarquivamento e encaminhamento de processos administrativos e expedientes que tratem de assuntos de sua competência.

Parágrafo único. A delegação de competência a que se referem os incisos II, VI e VIII limita-se ao valor atualizado de R$500.000,00.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 11 Delegar ao Delegado-Adjunto da Deinf, para atuar concorrentemente ao Delegado, as atribuições constantes do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012.

Art. 12 Deverão ser mencionados o número e a data desta Portaria em todos os atos praticados por força das competências ora delegadas.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria Deinf/SPO nº 49, de 27 de maio de 2011.

FRANCISCO LABRIOLA NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 346, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.723325/2014-84, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa EÓLICA HERMENEGILDO II S.A., CNPJ nº 19.660.985/0001-00, para o projeto Central Geradora Eólica EOL Verace 29 (Autorizada pela Portaria MME nº 247, de 3 de junho de 2014 - Leilão nº 09/2013-ANEEL), de sua titularidade, com enquadramento ao Reidi aprovado pela Portaria nº 297, de 30 de outubro de 2014, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, com período de execução previsto de 01/12/2013 a 31/12/2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 347, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.723324/2014-30, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa EÓLICA HERMENEGILDO II S.A., CNPJ nº 19.660.985/0001-00, para o projeto Central Geradora Eólica EOL Verace 30 (Autorizada pela Portaria MME nº 281, de 16 de junho de 2014 - Leilão nº 09/2013-ANEEL), de sua titularidade, com enquadramento ao Reidi aprovado pela Portaria nº 305, de 3 de novembro de 2014, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, com período de execução previsto de 01/12/2013 a 31/12/2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 157, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.721699/2014-81, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94/2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MERCEARIA M.M. MACIEL LTDA - ME	12.425.173/0001-30	01/04/2012

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 158, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.721700/2014-77, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94/2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MINI MERCADO SOLIVO LTDA - EPP	85.334.159/0001-03	01/02/2012

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 159, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.721698/2014-36, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94/2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MERCEARIA DO MONGE LTDA - ME	06.019.206/0001-40	01/10/2012

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 160, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.721701/2014-11, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94/2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MONALISA PRESENTES LTDA - ME	00.575.292/0001-90	01/10/2012

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/POA nº 091/2012, publicada no DOU de 16 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art.7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo

dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, situada na Avenida Loureiro da Silva, 445 - Central de Atendimento ao Contribuinte - CAC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO RENI LINCKE

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (Paes). Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003. Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

87.393.278/0001-54
90.814.187/0001-50
91.594.812/0001-68
92.756.717/0001-86

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/POA nº 091/2012, publicada no DOU de 16 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica relacionada no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo

dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, situada na Avenida Loureiro da Silva, 445 - Central de Atendimento ao Contribuinte - CAC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO RENI LINCKE

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (Paes). Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003. CNPJ da pessoa jurídica excluída

92.027.556/0001-90

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 654, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 13.11.2014;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h30 às 12h00;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 14.11.2014;

V - data da liquidação financeira: 14.11.2014;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.04.2015	138	2.500.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.10.2016	687	4.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.07.2018	1.325	3.000.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 29, de 6 de fevereiro de 2013, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 13.11.2014;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 14.11.2014;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
LTN	100000	01.04.2015	138	500.000	1.000,000000
LTN	100000	01.10.2016	687	800.000	1.000,000000
LTN	100000	01.07.2018	1.325	600.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 655, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série F, NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 13.11.2014;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h30 às 12h00;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 14.11.2014;

V - data da liquidação financeira: 14.11.2014;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)	Adquirente
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	2.240	300.000	1.000,000000	Público
NTN-F	950199	01.01.2025	10,0%	3.701	300.000	1.000,000000	Público

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 29, de 6 de fevereiro de 2013, que consistirá na aquisição de NTN-F com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 13.11.2014;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 14.11.2014;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	2.240	60.000	1.000,000000
NTN-F	950199	01.01.2025	10,0%	3.701	60.000	1.000,000000

§ 1º. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

§ 2º. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Integração Nacional

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova a Consulta Prévia da Empresa J. A. Konzen e Cia Ltda. que objetiva a construção e operação de uma destilaria para produção de biocombustível (etanol), no município de Tabaporã - MT, com a participação de recursos do FDCO.

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Anexo I ao Decreto n.º 8.277, de 27 de junho de 2014, torna público que, em sessão da 31ª Reunião Ordinária, realizada em 10.11.2014, a Diretoria Colegiada desta Superintendência, resolveu:

Art. 1º. Aprovar, observando o disposto nos §§ 3º e 9º do art. 17 do Anexo ao Decreto n.º 8.067, de 14 de agosto de 2013, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, a Consulta Prévia da empresa J. A. Konzen e Cia Ltda., CNPJ n.º 13.336.699/0001-07, que objetiva a construção e operação de uma destilaria para produção de biocombustível (etanol), no município de Tabaporã -MT, com participação de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO de até R$ 158.637.237,00 (cento e cinquenta e oito milhões, seiscentos e trinta e sete mil e duzentos e trinta e sete reais), com as seguintes condicionantes:

I. Apresentação de projeto cujos componentes relacionados à produção de energia elétrica estejam devidamente enquadrados no Parecer Técnico PT nº 62321/CI/SUIMIS/2012, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT, de 21.05.2012, o qual limita a produção de energia a 5 MW/h em cogeração;

II. Apresentação de projeto no qual a área total de cultivo da cana se limite a 7000 ha, não podendo ser ampliada, conforme Parecer Técnico PT nº 62321/CI/SUIMIS/2012, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT, de 21.05.2012.

Art. 2º. Comunicar que, de conformidade com o § 11 do art. 17 do novo Regulamento do FDCO, aprovado pelo Decreto n.º 8.067, de 14 de agosto de 2013, a Consulta Prévia, neste ato aprovada, terá um prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de recebimento da comunicação oficial da aprovação desta Resolução;

Art. 3º. Comunicar que, de conformidade com disposto nos §§ 10 e 12 do art. 17 do anexo ao Decreto 8.067, de 14 de agosto de 2013, a Empresa deverá procurar o agente operador de sua preferência para obter a autorização com vistas à elaboração do respectivo projeto;

Art. 4º. Determinar, observado o disposto no § 15 do art. 17 do Regulamento do FDCO, aprovado pelo Decreto n.º 8.067, de 14 de agosto de 2013, a publicação desta Resolução em meio eletrônico de amplo acesso, para consulta pública;

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLEBER ÁVILA

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.788, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71046, resolve:

Declarar anistiado político GUALBERTO ROLANDER FONSECA, portador do CPF nº 755.300.408-10, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.203,70 (um mil, duzentos e três reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 11.07.2007, perfazendo um total retroativo de R$ 109.175,59 (cento e nove mil, cento e setenta e cinco reais e cinqüenta e nove centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 30.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.789, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66310, resolve:

Declarar anistiado político ADILES MOREIRA PESSOA FILHO, portador do CPF nº 082.129.107-68, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.856,70 (um mil, oitocentos e cinqüenta e seis reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 17.12.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 230.230,80 (duzentos e trinta mil, duzentos e trinta reais e oitenta centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.790, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66307, resolve:

Declarar anistiado político LUIZ PAULO DE SOUZA, portador do CPF nº 739.175.168-53, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.856,70 (um mil, oitocentos e cinqüenta e seis reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 17.12.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 230.230,80 (duzentos e trinta mil, duzentos e trinta reais e oitenta centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 25.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.791, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66530, resolve:

Declarar anistiado político GILBERTO DA SILVA DIAS, portador do CPF nº 787.953.208-06, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.762,90 (um mil, setecentos e sessenta e dois reais e noventa centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 08.02.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 215.455,76 (duzentos e quinze mil, quatrocentos e cinqüenta e cinco reais e setenta e seis centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.792, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68095, resolve:

Declarar anistiado político "post mortem" WALTER DIAS DOS SANTOS, filho de JANDIRA MENDES DOS SANTOS, e conceder a HILDA GOMES DOS SANTOS, portadora do CPF nº 220.213.428-08, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.762,90 (um mil, setecentos e sessenta e dois reais e noventa centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 19.10.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 199.383,99 (cento e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos), ante a ausência de dependentes, a reparação retroativa transfere-se aos sucessores, se existir, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 07.04.1987, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.793, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68467, resolve:

Declarar anistiado político ALFREDO PEDROSO, portador do CPF nº 005.358.798-73, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.814,70 (um mil, oitocentos e quatorze reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 20.12.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 201.250,23 (duzentos e um mil, duzentos e cinqüenta reais e vinte e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.794, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71113, resolve:

Declarar anistiado político EDSON GOMES MAGALHÃES, portador do CPF nº 005.266.508-93, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.385,00 (um mil, trezentos e oitenta e cinco reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 27.07.2007, perfazendo um total retroativo de R$ 124.765,42 (cento e vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.795, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.66303, resolve:

Declarar anistiado político OLIVEIRO JANUÁRIO GARCIA, portador do CPF nº 592.470.108-53, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.856,70 (um mil, oitocentos e cinqüenta e seis reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 17.12.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 230.230,80 (duzentos e trinta mil, duzentos e trinta reais e oitenta centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 16.09.1985, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.796, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67167, resolve:

Declarar anistiado político PAULO ROBERTO DA SILVA, portador do CPF nº 998.018.848-00, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.769,90 (um mil, setecentos e sessenta e nove reais e noventa centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 20.04.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 211.621,04 (duzentos e onze mil, seiscentos e vinte e um reais e quatro centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.797, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67603, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Declarar anistiado político "post mortem" JOSÉ MARIA FERREIRA, filho de MARIA JOSÉ RODRIGUES, e conceder a MARGARIDA NORBERTO FERREIRA, portadora do CPF nº 081.294.388-01, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.814,70 (um mil, oitocentos e quatorze reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 14.07.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 211.594,02 (duzentos e onze mil, quinhentos e noventa e quatro reais e dois centavos), ante a ausência de dependentes, a reparação retroativa transfere-se aos sucessores, se existir, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.798, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67168, resolve:

Declarar anistiado político PAULO INACIO DA SILVA, portador do CPF nº 044.032.998-14, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.814,70 (um mil, oitocentos e quatorze reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 20.04.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 216.977,63 (duzentos e dezesseis mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.799, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71505, resolve:

Declarar anistiado político GILBERTO APARECIDO VICENTE, portador do CPF nº 548.265.608-00, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.856,70 (um mil, oitocentos e cinqüenta e seis reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 02.10.2007, perfazendo um total retroativo de R$ 162.925,43 (cento e sessenta e dois mil, novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 16.07.1985, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.800, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71098, resolve:

Declarar anistiado político JOSE BENEDITO DA ROSA, portador do CPF nº 887.645.598-15, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.532,00 (um mil, quinhentos e trinta e dois reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 27.07.2007, perfazendo um total retroativo de R$ 138.007,67 (cento e trinta e oito mil, sete reais e sessenta e sete centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 25.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.801, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66533, resolve:

Declarar anistiado político EMILIO CARLOS JANEIRO, portador do CPF nº 036.141.348-30, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.083,00 (um mil e oitenta e três reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 09.02.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 132.324,55 (cento e trinta e dois mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinqüenta e cinco centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 07.04.1986, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.802, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64900, resolve:

Declarar anistiado político PEDRO GERALDO SOBRINHO, portador do CPF nº 831.427.628-68, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.814,70 (um mil, oitocentos e quatorze reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 27.08.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 232.281,60 (duzentos e trinta e dois mil, duzentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 01.06.1986, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.803, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69367, resolve:

Declarar anistiado político JOSÉ LUCIO DOS SANTOS, portador do CPF nº 221.878.988-49, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.856,70 (um mil, oitocentos e cinqüenta e seis reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 28.06.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 193.344,36 (cento e noventa e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.804, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66297, resolve:

Declarar anistiado político PAULO CESAR MARTINS, portador do CPF nº 025.997.868-00, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.114,00 (um mil, cento e quatorze reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 14.12.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 138.340,23 (cento e trinta e oito mil, trezentos e quarenta reais e vinte e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 10.09.1985, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.805, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66304, resolve:

Declarar anistiado político JOÃO SILVERIO, portador do CPF nº 313.455.148-91, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.814,70 (um mil, oitocentos e quatorze reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 17.12.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 225.022,80 (duzentos e vinte e cinco mil, vinte e dois reais e oitenta centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.806, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71099, resolve:

Declarar anistiado político JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BORSOI, portador do CPF nº 548.279.068-15, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.814,70 (um mil, oitocentos e quatorze reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 27.07.2007, perfazendo um total retroativo de R$ 163.474,23 (cento e sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 01.04.1986, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.807, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64883, resolve:

Declarar anistiado político "post mortem" ANTONIO GERALDO MONTEIRO, filho de INEZ MONTEIRO DE REZENDE, e conceder a ANA DE LOURDES DE SOUZA MONTEIRO, portadora do CPF nº 554.787.006-49, e aos demais dependentes, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.543,80 (dois mil, quinhentos e quarenta e três reais e oitenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 27/08/2004, perfazendo um total retroativo de R$ 325.606,40 (trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e seis reais e quarenta centavos), ante a ausência de dependentes, a reparação retroativa transfere-se aos sucessores, se existir, e conceder contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.808, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66308, resolve:

Declarar anistiado político JOSE CARLOS FERREIRA FILHO, portador do CPF nº 314.049.608-72, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.856,70 (um mil, oitocentos e cinqüenta e seis reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 17.12.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 230.230,80 (duzentos e trinta mil, duzentos e trinta reais e oitenta centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 24.03.1986, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.809, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70262, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Declarar anistiado político MARCOS EDUARDO GIOVANELLI BARBOSA, portador do CPF nº 030.451.688-09, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.814,70 (um mil, oitocentos e quatorze reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 24.10.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 181.349,02 (cento e oitenta e um mil, trezentos e quarenta e nove reais e dois centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 26.04.1985 a 28.07.1986, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.810, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66306, resolve:

Declarar anistiado político VITOR SILVERIO DE MELO, portador do CPF nº 073.589.548-15, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.856,70 (um mil, oitocentos e cinqüenta e seis reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 17.12.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 230.230,80 (duzentos e trinta mil, duzentos e trinta reais e oitenta centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 25.04.1985 a 10.07.1985, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.811, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69458, resolve:

Declarar anistiado político JORGE SOARES, portador do CPF nº 145.046.858-68, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.083,00 (um mil e oitenta e três reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 28.06.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 112.776,40 (cento e doze mil, setecentos e setenta e seis reais e quarenta centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.812, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66305, resolve:

Declarar anistiado político MAURICIO RODRIGUES MONTEIRO, portador do CPF nº 004.336.768-25, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.203,70 (um mil, duzentos e três reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 17.12.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 149.258,80 (cento e quarenta e nove mil, duzentos e cinqüenta e oito reais e oitenta centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 10.05.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.813, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67841, resolve:

Declarar anistiado político CESAR ANDRADE DA SILVA, portador do CPF nº 049.949.538-13, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.814,70 (um mil, oitocentos e quatorze reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 08.09.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 208.025,11 (duzentos e oito mil, vinte e cinco reais e onze centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.814, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66695, resolve:

Declarar anistiado político PAULO ROGERIO DA SILVA, portador do CPF nº 019.297.498-05, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.083,00 (um mil e oitenta e três reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 09.02.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 132.324,55 (cento e trinta e dois mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinqüenta e cinco centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 25.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.815, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67143, resolve:

Declarar anistiado político NILSON ORLANDO DOMINGUES SILVA, portador do CPF nº 031.657.148-27, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.083,00 (um mil e oitenta e três reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 08.04.2005, perfazendo um total retroativo de R$ 130.014,15 (cento e trinta mil, quatorze reais e quinze centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.816, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 02 de julho de 2014, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70304, resolve:

Declarar anistiado político ALCIDINO OZÓRIO, portador do CPF nº 045.628.718-30, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 1.814,70 (um mil, oitocentos e quatorze reais e setenta centavos), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 02.07.2014 a 17.11.2006, perfazendo um total retroativo de R$ 179.806,53 (cento e setenta e nove mil, oitocentos e seis reais e cinqüenta e três centavos), e contagem de tempo, para todos os efeitos, do período compreendido de 29.04.1985 a 05.10.1988, nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.817, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS E AVANÇADOS, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ sob o nº 04.641.617/0001-47 (Processo MJ nº 08071.015308/2014-31).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.818, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal o INSTITUTO RIO CULTURAL, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ sob o nº 06.900.459/0001-28 (Processo MJ nº 08071.015309/2014-86).

Art. 2º A entidade de que trata esta Portaria fica obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houver prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenha sido subvencionada, conforme preceituam os arts. 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 1.819, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e da competência expressamente delegada no Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000;

Considerando os dispositivos do Decreto-lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, aplicáveis às pessoas jurídicas estrangeiras e do Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943;

Considerando o disposto na Portaria MJ nº 1.272, de 3 de julho de 2008 e na Portaria MJ nº 2.144 de 31 de outubro de 2008;

Considerando o que dispõe a Portaria SNJ nº 252, de 27 de dezembro de 2012;

Considerando ainda o Processo Administrativo nº 08071.013693/2014-82, bem como as atividades desenvolvidas pela entidade de dar apoio a organizações que recebem suporte financeiro para realizar atividades e programas direcionados para o combate da pobreza e da injustiça no mundo, para assistência a refugiados ou para assistência em situações de desastres; estimular a cooperação entre organizações (inter)eclesiásticas, civis, empresas, bem como outras partes envolvidas em cooperação internacional; fortalecer a base de apoio à cooperação para o desenvolvimento; constituir, participar, exercer a administração, exercer a supervisão, providenciar e fornecer assessoria a organizações, sociedades e outras formas jurídicas com ou sem personalidade jurídica, resolve:

Art. 1º. Autorizar a STICHTING INTERKERKELIJKE ORGANISATIE VOOR ONTWIKKELINGSSAMENWERKING - ICCO -, Organização Estrangeira com sede na Joseph Haydnlaan 2ª, 3503 RD, Utrecht, Holanda, a atuar no Brasil.

Art. 2º. A Organização Estrangeira deverá apresentar ao Ministério da Justiça, no período de 1º abril a 30 de junho, relatório circunstanciado dos serviços e atividades prestados à coletividade no ano anterior, acompanhado de demonstrativo das receitas e despesas realizadas no período.

Art. 3º. As alterações nos atos constitutivos da entidade deverão ser comunicadas ao Ministério da Justiça, sob pena de cancelamento da autorização.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

ATA DA 177ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2014

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e quatorze, às 10 horas, na sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça (DF), no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES: Sob a Presidência do Dr. FABRÍCIO MISSORINO LÁZARO, os Conselheiros: Dra. MARIANE CORDAT CAMPOS MELO, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE; Dr. CLÁUDIO EVANGELISTA CARVALHO, representante do Ministério da Fazenda/MF; Dra. ROSILENE MENDES DOS SANTOS, representante do Ministério da Saúde/ANVISA; Dr. PEDRO GUSTAVO MORGADO CLEROT, representante do Ministério da Cultura/IPHAN; Dr. DIÓGENES F. CARVALHO, representante do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor/BRASILCON; Dra. TERESA DONATO LIPORACE, representante do Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor-FNECDC; Dra. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA e o Dr. PAULO SOTERO DE VASCONCELOS, representantes do Ministério do Meio Ambiente/MMA; Dra. TATIANA BARRRETO SERRA, representante do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde"; Dra. VALQUÍRIA OLIVEIRA QUIXADÁ NUNES, representante do Ministério Público Federal - MPF; e o Dr. NELSON CAMPOS, Secretário-Executivo do CFDD. O Presidente agradeceu a presença de todos e deu início aos assuntos em pauta. Item - 1º - Posse dos novos Conselheiros: 1.1 - Dra. ROSILENE MENDES DOS SANTOS, representante titular do Ministério da Saúde/ANVISA; 1.2 - Dr. JOÃO PAULO SOTERO VASCONCELOS, representante suplente do Ministério do Meio Ambien-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

te/MMA. O Secretário-Executivo do CFDD leu os Termos de Posse e a Dra. Ana Beatriz de Oliveira deu as boas-vindas aos respectivos conselheiros. Item 2º - Aprovação da Ata da 176ª Reunião Ordinária. A Ata foi aprovada por unanimidade. Item 3º - Quadros Demonstrativos de Valores. O Presidente passou a palavra ao Secretário-Executivo do Conselho que leu os valores recolhidos ao FDD de 1º de janeiro a 31 de julho de 2014. Código 001 - Condenações Judiciais - Meio Ambiente - R$ 2.274.059,95; Código 002 - Condenações Judiciais - Consumidor - R$ 1.021.299,10; Código 003 - Condenações Judiciais - Bens Direitos de Valor Artístico - R$ 1.452,48; Código 004 - Condenações Judiciais - Qualquer Outro Interesse Difuso ou Coletivo - R$ 9.714.490,30; Código 005 - Multas e Indenizações - Deficientes - R$ 17.459,67; Código 006 - Multas - CDC - Consumidor (art. 57 da Lei 8.078/90) - R$ 174.709,39; Código 007 - Indenizações - CDC - Consumidor (art. 100 da Lei 8.078/90) - R$ 225,74; Código 008 - Mercado Imobiliário - Não houve; Código 009 - Infração a Ordem Econômica - R$ 90.353.610,09; Multas Legislação Prevista - Auto de Infração - R$ 4.272.735,98; Outras Receitas - Sorteios de Instituições Filantrópicas - R$ 20.320,96; Outras Receitas - Doações - R$ 40.365,07; Devolução de saldo de convênios de exercícios anteriores (Cód. 28850-0) - R$ 435.010,26; Devolução de saldo de convênio de exercício anterior (Cód. 18836-0) - R$ 170.365,27. Obtendo uma arrecadação total no valor de R$ 108.496.103,26 (cento e oito milhões quatrocentos e noventa e seis mil cento e três reais e vinte e seis centavos). Item 4º - Deliberação Sobre Projetos: Item 4.1 - Interessado: Instituto Estadual de Florestas do Amapá/AP (08012.003905/2013-37). Projeto: "Implantar Um Sistema de Monitoramento para Projetos de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação-REDD da Floresta Estadual do Amapá". Conselheira-Relatora: Dra. Ana Beatriz de Oliveira, representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA. Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade. Item 4.2 - Interessado: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos/SP (08012.00003924/2013-63). Projeto: Fortalecimento da Organização dos Indígenas que Vivem no Contexto Urbano da Região Metropolitana de São Paulo". Conselheira-Relatora: Dra. Márcia Leuzinger, representante do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde". Decisão do CFDD: Retirado de pauta. Item 4.3 - Interessado: Instituto Socioambiental-ISA/SP (08012.003927/2013-05). Projeto: "Roças Quilombolas: Segurança Alimentar, Cultura e Biodiversidade". Conselheira-Relatora: Dra. Diana Dianovsky, representante do Ministério da Cultura/Minc. O voto foi apresentado pelo Conselheiro Suplente, Dr. Pedro Gustavo Morgado Clerot. Decisão do CFDD: Aprovado com ressalva de indicar ao proponente a possibilidade de substituição das contratações de consultorias de pessoas jurídicas por pessoas físicas, nos moldes do Decreto nº 6.170/2007. Item 4.4 - Interessado: Instituto de Pesquisas Ecológicas-IPE/SP (08012.003908/2013-71). Projeto: "Café com Floresta: Agricultura Familiar e Corredores da Biodiversidade". Conselheiro-Relator: Dr. Ricardo Leite Ribeiro, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE. Decisão do CFDD: Retirado de pauta. Item 4.5 - Interessado: Sergipe Parque Tecnológico-Sergipetec/SE (08012.003907/2013-26). Projeto: "Florestas Apícolas Propagando Florestas e Serviços Ambientais". Conselheira-Relatora: Dra. Rosilene Mendes dos Santos, representante do Ministério da Saúde/ANVISA. Decisão do CFDD: Retirado de pauta. Item 4.6 - Interessado: Instituto Alto-Montana da Serra Fina/MG (08012.003916/2013-17). Projeto: "Criação do Monumento Natural Municipal da Pedra do Picu em Itamonte/MG". Conselheira-Relatora: Dra. Valquíria Oliveira Quixadá Nunes, representante do Ministério Público Federal/MPF. Decisão do CFDD: Pedido de vistas pelo representante do Ministério do Meio Ambiente, Dr. João Paulo Sotero de Vasconcelos. Item 5º - Seleção de Projetos para 2015: O Conselho selecionou o total de 29 Propostas de Trabalho/Cartas Consulta para o ano de 2015. Ficou determinado que 24 projetos serão prioritários e 05 comporão um cadastro de projetos reservas, da seguinte forma: I - Projetos Prioritários: a) Área do consumidor: Proposta 038178/2014, Interessado: Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais/MG; Proposta 039320/2014, Interessado: Fundação Universidade de Passo Fundo/RS; Proposta 039891/2014, Interessado: Estado do Acre/AC; Proposta: 040089/2014, Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia/BA; Proposta 040185/2014, Interessado: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor/SP; Proposta 040248/2014; Interessado: Defensoria Pública do Estado do Maranhão/MA; Carta-Consulta nº 08012.002286/2014-44, Interessado: Universidade Federal de Alfenas/MG. b) Área do Meio Ambiente: Proposta 037282/2014, Interessado: Cooperativa Agroextrativista de Beneficiamento e Industrialização de Produtos Agropecuários/AM; Proposta 039254/2014, Interessado: Instituto Curicaca/RS; Proposta 039270/2014, Interessado: Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa/AL; Proposta 039469/2014, Interessado: ECOA - Ecologia & Ação/MS; Proposta 040015/2014, Interessado: Instituto Ambiental Brasil Sustentável - IABS/DF; Proposta 040065/2014, Interessado: Prefeitura de Gravatal/SC; Proposta 040290/2014, Interessado: Prefeitura de Itapetininga/SP; Proposta 040348/2014, Interessado: Prefeitura de Americano do Brasil/GO. c) Área de Outros Direitos Difusos: Proposta 038180/2014, Interessado: Museu de História e Ciências Naturais/MG; Proposta 039622/2014, Interessado: Prefeitura de Campinas do Piauí/PI; Proposta 039666/2014, Interessado: Prefeitura de Nortelândia/MT; Proposta 039804/2014, Interessado: Prefeitura de São Tomé/RN; Proposta 039872/2014, Interessado: Prefeitura de PalmasTO; Proposta 040021/2014, Interessado: Associação Cultural do Bumba-Meu-Boi de Codó Raízes do Maranhão/MA; Proposta 040274/2014, Interessado: Prefeitura de Beberibe/CE; Proposta 040325/2014, Interessado: Prefeitura de Itaiatuba/PA; Proposta: 040347/2014, Interessado: Sociedade Amigos do Xadrez/RO. II - Projetos para o Cadastro de Reservas: Proposta 040309/2014, Interessado: Prefeitura de Boa Vista/RR; Proposta 040270/2014, Interessado: Associação de Recuperação Florestal da Bacia do Rio Piracicaba e Região/SP; Proposta 040303/2014, Interessado: Prefeitura de Cametá/PA; Proposta 039959/2014, Interessado: Prefeitura de Rio de Janeiro/RJ; Proposta 039748/2014, Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia/BA. Item 6º - Assuntos Gerais: Não houve. Item 7º- Data da próxima reunião do CFDD: A próxima reunião ordinária do CFDD ficou prevista para o dia 25/09/2014, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 304. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrada a presente Ata.

FABRICIO MISSORINO LAZARO
Presidente

ATA DA 178ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2014

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e quatorze, às 10 horas, na sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça (DF), no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES: Sob a Presidência do Dr. FABRÍCIO MISSORINO LÁZARO, os Conselheiros: Dr. RICARDO LEITE RIBEIRO, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE; Dr. CLÁUDIO EVANGELISTA CARVALHO, representante do Ministério da Fazenda/MF; Dra. VANESSA GHISLENI ZARDIN, representante do Ministério da Saúde/ANVISA; Dra. DIANA DIANOVSKY, representante do Ministério da Cultura/IPHAN; Dra. VALQUÍRIA OLIVEIRA QUIXADÁ NUNES, representante do Ministério Público Federal/MPF; Dra. ROSANA GRINBERG e a Dra. TERESA DONATO LIPORACE, representantes do Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor-FNECDC; e o Dr. NELSON CAMPOS, Secretário-Executivo do CFDD. JUSTIFICARAM AUSÊNCIAS: Dra. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA e o Dr. JOÃO PAULO SOTERO DE VASCONCELOS, representantes do Ministério do Meio Ambiente/MMA; Dra. TATIANA BARRRETO SERRA e Dra. MÁRCIA LEUZINGER, representantes do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde". O Presidente agradeceu a presença de todos e deu início aos assuntos em pauta. Item - 1º - Aprovação da Ata da 177ª Reunião Ordinária. A Ata foi aprovada por unanimidade. Item 2º - Quadros Demonstrativos de Valores. O Presidente passou a palavra ao Secretário-Executivo do Conselho que leu os valores recolhidos ao FDD de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2014. Código 001 - Condenações Judiciais - Meio Ambiente - R$ 2.812.027,84; Código 002 - Condenações Judiciais - Consumidor - R$ 1.025.399,10; Código 003 - Condenações Judiciais - Bens Direitos de Valor Artístico - R$ 2.451,48; Código 004 - Condenações Judiciais - Qualquer Outro Interesse Difuso ou Coletivo - R$ 10.451.674,86; Código 005 - Multas e Indenizações - Deficientes - R$ 17.459,67; Código 006 - Multas - CDC - Consumidor (art. 57 da Lei 8.078/90) - R$ 174.709,39; Código 007 - Indenizações - CDC - Consumidor (art. 100 da Lei 8.078/90) - R$ 225,74; Código 008 - Mercado Imobiliário - R$ 225,74; Código 009 - Infração a Ordem Econômica - R$ 106.364.117,47; Multas Legislação Prevista - Auto de Infração - R$ 5.182.941,26; Outras Receitas - Sorteios de Instituições Filantrópicas - R$ 20.756, 47; Outras Receitas - Doações - R$ 42.450,23; Devolução de saldo de convênios de exercícios anteriores (Cód. 28850-0) - R$ 569.781,69; Devolução de saldo de convênio de exercício anterior (Cód. 18836-0) - R$ 194.731,19. Obtendo uma arrecadação total no valor de R$ 126.858.952,13 (cento e vinte e seis milhões oitocentos e cinquenta e oito mil novecentos e cinquenta e dois reais e treze centavos). Item 3º - Deliberação Sobre Projetos: Item 3.1 - Interessado: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos/SP (08012.003924/2013-63). Projeto: "Fortalecimento da Organização dos Indígenas que Vivem no Contexto Urbano da Região Metropolitana de São Paulo". Conselheira-Relatora: Dra. Márcia Leuzinger, representante do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde". Decisão do CFDD: Retirado de pauta. Item 3.2 - Interessado: Instituto de Pesquisas Ecológicas-IPE/SP (08012.003908/2013-71). Projeto: "Café com Floresta: Agricultura Familiar e Corredores da Biodiversidade". Conselheiro-Relator: Dr. Ricardo Leite Ribeiro, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE. Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade Item 3.3 - Interessado: Interessado: Sergipe Parque Tecnológico-Sergipetec/SE (08012.003907/2013-26). Projeto: "Florestas Apícolas Propagando Florestas e Serviços Ambientais". Conselheira-Relatora: Dra. Vanessa Ghisleni Zardin, representante do Ministério da Saúde/ANVISA. Decisão do CFDD: Aprovado com ressalvas. 3.4 - Interessado: Fundação de Proteção ao Meio Ambiente e Ecoturismo do Estado do Piauí/PI (08012.003912/2013-39). Projeto: "Promover a produção, preservação e o uso sustentável dos recursos florestais". Conselheiro-Relator: Dr. Cláudio Evangelista de Carvalho, representante do Ministério da Fazenda/MF. Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade. Item 3.5 -Interessado: Instituto Internacional de Inovação/SC (08012.003897/2013-29). Projeto: "Aplicativo Interativo para dispositivos eletrônicos". Conselheira-Relatora: Dra. Valquíria Oliveira Quixadá Nunes, representante do Ministério Público Federal/MPF. Decisão do CFDD: Pedido de vistas do projeto pelo o Conselheiro Ricardo Leite Ribeiro, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica/CADE. Item 3.6 - Interessado: Associação dos Proprietários, Artistas e Escolas de Circos do Ceará/CE (08012.003925/2013-16). Projeto: "Circo, Memória e Identidade" Conselheira-Relatora: Dra. Diana Dianovsky, representante do Ministério da Cultura/IPHAN/Minc. Decisão do CFDD: Retirado de pauta. Item 3.7 - Interessado: Prefeitura de Hortolândia/SP (08012.003921/2013-20). Projeto: "Criação da Casa do Quilombola para valorização da cultura e dos direitos dos negros". Conselheira-Relatora: Dra. Rosana Grinberg, representante do Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor. Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade. Item 3.8 - Interessado: Instituto Itapoty: Desenvolvimento Humano e Conservação Ambiental/SP (08012.003913/2013-83). Projeto: "Atlas da Cuesta na Prática". Conselheira-Relatora: Dra. Ana Beatriz de Oliveira, representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA. Decisão do CFDD: Retirado de pauta Item 4º. - Assuntos Gerais: Não houve. Item 5º- Data da próxima reunião do CFDD: A próxima reunião ordinária do CFDD ficou prevista para o dia 30/10/2014, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 304. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrada a presente Ata.

FABRICIO MISSORINO LAZARO
Presidente

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.944, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11573 - DPF/SOD/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa T.I.G.E.R.S. FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 08.882.997/0001-62, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
25209 (vinte e cinco mil e duzentas e nove) Espoletas calibre 38
1000 (um mil) Estojos calibre 38
16485 (dezesseis mil e quatrocentos e oitenta e cinco) Gramas de pólvora
25209 (vinte e cinco mil e duzentos e nove) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Espoletas calibre .380
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380
107 (cento e sete) Quilos de chumbo calibre 12
2662 (duas mil e seiscentas e sessenta e duas) Espoletas calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.968, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12403 - DPF/SCS/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EMPRESA DE VIGILÂNCIA CINDAPA DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 05.454.403/0001-24, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
450 (quatrocentas e cinquenta) Munições calibre 38
44 (quarenta e quatro) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.019, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13492 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ALAMO PROTEC SECURITY VIGILANCIA LTDA ME, CNPJ nº 16.599.942/0001-78, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
90 (noventa) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.098, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14001 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve: CONCEDER autorização à empresa 5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 72.591.894/0001-42, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20 (vinte) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC)
2 (duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 4.133, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14145 - DPF/VAG/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA MINEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.845.911/0004-86, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

1 (uma) Pistola calibre .380

1 (um) Revólver calibre 38

15000 (quinze mil) Munições calibre 38

4368 (quatro mil e trezentas e sessenta e oito) Munições calibre .380

70000 (setenta mil) Espoletas calibre 38

35585 (trinta e cinco mil e quinhentos e oitenta e cinco) Gramas de pólvora

70000 (setenta mil) Projéteis calibre 38

6668 (seis mil e seiscentas e sessenta e oito) Espoletas calibre .380

6668 (seis mil e seiscentos e sessenta e oito) Projéteis calibre .380

9188 (nove mil e cento e oitenta e oito) Buchas calibre 12

150 (cento e cinquenta) Quilos de chumbo calibre 12

9188 (nove mil e cento e oitenta e oito) Espoletas calibre 12

5000 (cinco mil) Estojos calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.153, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/9479 - DPF/JFA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO PROPAGADORA ESDEVA -COLEGIO CRISTO REDENTO/ ACADEMIA DE COMERCIO, CNPJ nº 21.562.368/0006-28 para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.214, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14197 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ nº 10.364.152/0002-08, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

130 (cento e trinta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.217, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14559 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa QUIMICA AMPARO LTDA, CNPJ nº 43.461.789/0001-90 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.227, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14777 - DPF/LGE/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa HELP EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.309.155/0003-64, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.243, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11127 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 19.559.024/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 2072/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.246, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11811 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AREA - ASSOC. RESIDENCIAL E EMPRESARIAL ALPHAVILLE, CNPJ nº 49.721.848/0001-07 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2276/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.257, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/9096 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa HUFFOZ VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.188.532/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2120/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.259, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14822 - DPF/SJE/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ROTAFORTE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 07.333.988/0001-50, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente ACADEMIA PAULISTA DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 96.522.974/0001-04:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.261, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/10463 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa AGE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 14.091.715/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2103/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.262, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/10752 - DPF/VDC/BA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PXT VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 15.290.916/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2198/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 33.081, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08352.003949/2014-97, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa JVM PUB E RESTAURANTE LTDA, CNPJ nº 09.292.452/0001-69, localizada DPF/JFA/MG.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência atribuída por meio da Portaria SE/MJ nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria SE/MJ nº 1.136, de 11 de julho de 2012, resolve:

Nº 290 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do art. 12, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 111 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

DIVER ESTHER NAMI DE PEREZ - V091195-M, natural do Uruguai, nascida em 11 de fevereiro de 1962, filha de Ramon Oribe Nami e de Adela Silvestri de Nami, residente no Distrito Federal(Processo nº 08280.008987/2014-27);

HANS HEINRICH VOGT - V209507-T, natural da Alemanha, nascido em 11 de novembro de 1950, filho de Henrich Vogt e de Elizabeth Vogt, residente no Estado do Ceará(Processo nº 08270.019402/2013-32);

JAIME HUMBERTO PALACIO REVELLO - V180341-4, natural da Colômbia, nascido em 10 de janeiro de 1967, filho de Humberto Palacio Naranjo e de Maria Victoria Revello Jaramillo, residente no Estado do Mato Grosso do Sul(Processo nº 08337.005940/2013-28);

LU CHIA YU - Y271894-7, natural da China (Taiwan), nascida em 28 de janeiro de 1992, filha de Lu Wen Piao e de Juan Pao Hsien, residente no Estado de Minas Gerais(Processo nº 08352.003846/2013-46);

MIGUEL ANGEL TUMBARELL RODRIGUEZ - V195502-C, natural de Cuba, nascido em 21 de dezembro de 1960, filho de Miguel Tumbarell e de Maria Gloria Rodriguez Garcia, residente no Distrito Federal(Processo nº 08280.008554/2014-71);

SAMER ALI ZAHR - Y231490-I, natural do Líbano, nascido em 29 de junho de 1970, filho de Ali Zahr e de Ibtissam Awada, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08389.009745/2014-42);

TEODORO CACERES ZUNIGA - W426894-E, natural do Peru, nascido em 22 de abril de 1947, filho de Juan Caceres Arana e de Julia Zuniga Saenz, residente no Distrito Federal(Processo nº 08280.008990/2014-41);

FREDERICO DE MORAIS ANDRADE COUTINHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIAS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência atribuída por meio da Portaria SE/MJ nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria SE/MJ nº 1.136, de 11 de julho de 2012, resolve:

Nº 291 - RECONHECER aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos artigos 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos.

ABILIO FERNANDO VIEIRA TEIXEIRA CARNEIRO - V576136-R, natural de Portugal, nascido em 11 de agosto de 1952, filho de Manuel Teixeira Carneiro e de Rosa Vieira de Jesus, residente no Estado de Goiás (Processo nº 08000.014819/2014-70);

ACACIO VIEIRA PEREIRA - V415758-4, natural de Portugal, nascido em 29 de julho de 1952, filho de Jose Maria Pereira e de Maria Rosa Vieira, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.006385/2014-93);

AGOSTINHO DE JESUS DA SILVA FARIA - V536650-0, natural de Portugal, nascido em 23 de dezembro de 1962, filho de Alvaro Oliveria de Faria e de Rosa da Conceiçao da Silva, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08000.007533/2014-38);

JOÃO MATIAS GOMES DIOGO - V759991-7, natural de Portugal, nascido em 11 de setembro de 1931, filho de Alvaro Diogo Cabaco e de Elvira Gomes DIogo, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 08102.011209/2012-12);

MARIA MADALENA MASCARENHAS ALCOBIA DE SOUSA DELATTRE - V690580-J, natural de Portugal, nascida em 21 de julho de 1960, filha de Vergilio de Sousa e de Maria Helena Mascarenhas de Menezes, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.005186/2014-10) e

SUSANA ISABEL GODINHO DAVID - V462399-S, natural de Portugal, nascida em 14 de janeiro de 1969, filha de Joaquim Lourenço David e de Maria Eugênia Godinho David, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.015867/2014-34).

Nº 292 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do art. 12, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 111 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

ABIMAEL MIGUEL PEREIRA - V176505-D, natural da Angola, nascido em 23 de fevereiro de 1986, filho de Celestino Joao Pereira e de Antonia Adao Miguel, residente no Distrito Federal(Processo nº 08280.016697/2013-76);

ANDRE ALBERT JACQUES MESSECA - V009802-4, natural da República Árabe do Egito, nascido em 7 de junho de 1961, filho de Albert Jacques Messeca e de Zakeia Nached, residente no Estado do Rio de Janeiro(Processo nº 08460.011307/2010-19);

CHUNG HSUEH CHI - Y283776-Y, natural da China, nascida em 8 de agosto de 1974, filha de Chung Hhui Cheng e de Ko Yueh Yun, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08514.003673/2014-47);

EDY ESTHER YAÑEZ DE ALVA - Y235712-6, natural do Peru, nascida em 19 de julho de 1944, filha de Humberto Yañez Zegarra e de Maria Esther Vizcardo de Yañez, residente no Estado de Sergipe(Processo nº 08520.005962/2014-00);

CHIA HSIN LIN, que ao amparo do artigo 115 da lei nº 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se ERIKA CHIA HSIN LIN - V166903-7, natural da China (Taiwan), nascida em 24 de junho de 1990, filha de Yuan Ming Lin e de Chiu Yen Chen, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08505.016236/2014-01);

KUNG HSIU YUEH TSAI - Y244998-Z, natural da China (Taiwan), nascida em 18 de fevereiro de 1957, filha de Geng Lian Kung e de Wu Hsiu Tzy Kung, residente no Estado do Rio Grande do Sul(Processo nº 08444.000756/2014-55) e

VERONICA PALMA DE TELLES PIRES - V138569-1, natural da Bolívia, nascida em 6 de maio de 1969, filha de Luis Palma Pacheco e de Mary Gudiño Rivera, residente no Estado do Rio de Janeiro(Processo nº 08460.030381/2013-79).

Nº 293 - RECONHECER aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos artigos 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos.

ARTUR ALEXANDRE VALE MEDEIROS BAGANHA ARNEDO - V836178-E, natural de Portugal, nascido em 21 de maio de 1975, filho de Luis Filipe de Jesus Baganha de Arnedo e de Maria do Sacramento do Vale Andrade Medeiros Baganha de Arnedo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08018.001925/2014-02);

FERNANDO ALBERTO GRECO DE FREITAS LEAL - V767891-F, natural de Portugal, nascido em 9 de julho de 1948, filho de Fernando Pereira da Silva de Freitas Leal e de Maria das Dores Robim Grego de Freitas Leal, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08420.030468/2013-12);

JORGE MANUEL LOPES RAMIRES - V777226-7, natural de Portugal, nascido em 15 de junho de 1962, filho de Domingos Paulino Ramires e de Maria dos Prazeres Lopes Ramires, residente no Estado da Paraíba (Processo nº 08018.006894/2014-78);

MARIA ADELIA MARQUES SIMÕES LOPES - V423439-O, natural de Portugal, nascida em 21 de abril de 1956, filha de Antonio Martins Simões e de Alda Silveira Marques, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08000.007870/2014-25);

MARIA HELENA CATARINA VAZ - W644951-C, natural de Portugal, nascida em 5 de dezembro de 1961, filha de Manoel Augusto Vaz e de Maria Isabel Catarino, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08018.006784/2014-14) e

PAULO JOSÉ VAZ DA SILVA LOPES - V405958-2, natural de Portugal, nascido em 5 de março de 1944, filho de Alberto Louro da Silva Lopes e de Brice Vaz Pazzi da Silva Lopes, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08000.017646/2014-41).

Nº 294 - RECONHECER aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos artigos 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos.

ANA CAROLINA JANUARIO VICENTE - V552781-U, natural de Portugal, nascida em 27 de outubro de 1995, filha de Joao Ribeiro Vicente e de Ana Paula Gomes Bernardino Januario Vicente, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.030379/2014-17);

BRUNO RICARDO PULSO CARREIA FERRO - V730788-O, natural de Portugal, nascido em 29 de outubro de 1980, filho de Antonio Jose Peneque Correia Ferro Margarid e de Anabela Pulso Margarido Ferro, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08018.009230/2014-61);

CARLOS EDUARDO MONTEIRO DE OLIVEIRA - V433681-B, natural de Portugal, nascido em 12 de outubro de 1983, filho de Carlos Manuel Resende de Oliveira e de Maria Filomena da Costa Monteiro de Oliveira, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.007993/2014-86);

JOSE MARTINHO GUEDES BARBOSA DOS SANTOS - V523250-0, natural de Portugal, nascido em 9 de junho de 1947, filho de Joaquim Barbosa dos Santos e de Adelina Guedes dos Santos, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08018.002787/2014-71);

MARIA FILOMENA DA COSTA MONTEIRO DE OLIVEIRA - V433683-7, natural de Portugal, nascida em 5 de agosto de 1961, filha de Antonio Monteiro e de Maria Gonçalves da Costa, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08018.004288/2014-18) e

RITA MARIA CANNAS DE PAIVA NAZARETH GOMES DA SILVA - V591650-Q, natural de Portugal, nascida em 8 de novembro de 1961, filha de João Manuel Serra de Paiva Nazareth e de Maria do Rosario Laranjeira Cannas Martins Paiva Nazareth, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08018.003794/2014-90).

NILDE ROSSNELL LAURO VARGAS - V376575-F, natural do Peru, nascida em 20 de maio de 1970, filha de Juan Godofredo Lauro Larico e de Nancy Elisa Vargas de Lauro, residente no Estado de Goiás (Processo nº 08295.005564/2013-13).

Nº 297 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do art. 12, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 111 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

ALICIA RUIZ OLALDE - V043109-O, natural do Uruguai, nascida em 24 de janeiro de 1960, filha de Darwin Ruiz Marchese e de Nilda Olalde de Ruiz, residente no Estado do Rio Grande do Sul(Processo nº 08260.006730/2011-26);

AMAL ABDUL LATIF TAGHLOBE - V213521-M, natural do Líbano, nascida em 15 de julho de 1973, filha de Abdul Latif Bakri e de Saada Bakri, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08389.002141/2013-94);

ANDREINA JABRA BERNERT - W542269-1, natural da Síria, nascida em 17 de março de 1963, filha de Joseph Jabra e de Souad Jabra, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08390.003985/2014-02);

DAVID ANTONIO SOTO ARAYA - V255052-Y, natural do Chile, nascido em 20 de março de 1985, filho de Gustavo Soto Loyola e de Erika Araya Fredes, residente no Distrito Federal(Processo nº 08280.002352/2014-16);

KATHERINE KATIUSKA ROJAS FLORES - Y044501-W, natural do Chile, nascida em 18 de julho de 1977, filha de Ramon Alberto Rojas Flores e de Maria Isabel Flores Campillay, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08390.001805/2014-40);

MARTHA CECILIA HENRIQUEZ PINO - W484699-N, natural do Chile, nascida em 18 de dezembro de 1960, filha de Juan Bautista Henriquez Medel e de Juana Del Carmen Pino San Martin, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08390.001695/2014-16) e

WANG CHOON SIN - W034727-S, natural da República Popular da China, nascido em 7 de fevereiro de 1950, filho de Wang Jock Bun e de Kao Su Ching, residente no Estado da Bahia(Processo nº 08260.002265/2009-30).

Nº 298 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em conformidade com o art. 111 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

ANDREA LEGITTIMO - V641842-3, natural da Itália, nascido em 14 de agosto de 1980, filho de Giovanni Legittimo e de Marina Carcagni, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.008517/2013-71);

CARLOS ARTURO ROCHA - V019503-8, natural da Colômbia, nascido em 5 de janeiro de 1956, filho de Carlos Montana e de Teresa Rocha, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.016713/2007-64);

IRENIA NOEMI ZURITA DE QUENTASI - V252798-Y, natural da Bolívia, nascida em 10 de fevereiro de 1959, filha de Julio Zurita Galarza e de Irenia Camacho Claure, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.011521/2013-17);

LIZZETH CONDORI MAMANI - V580051-M, natural da Bolívia, nascida em 21 de agosto de 1986, filha de Valentin Condori Quispe e de Martha Mamani Montano, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08353.002400/2012-11);

NABIL HUSSEIN HACHEM - Y228534-W, natural do Líbano, nascido em 10 de agosto de 1978, filho de Hussein Hachem Hachem e de Intissar Fakih, residente no Estado de Paraná (Processo nº 08389.029384/2013-70);

ROBERTO ANTONIO CARTY RIVERA - V293421-F, natural do Peru, nascido em 29 de setembro de 1973, filho de Roberto Enrique Carty Cam e de Vilma Antonia Rivera de Carty, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.023774/2014-43) e

SERGUEI AGAFONOV - V663157-S, natural da Rússia, nascido em 23 de março de 1970, filho de Ivan Agafonov e de Valentina Agafonova, residente no Estado da Paraíba (Processo nº 08375.013157/2012-09).

Nº 299 - RECONHECER ao português abaixo relacionado a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos no Brasil, nos termos do art. 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

ANA MARIA BARREIROS CABRAL RODRIGUES - V392039-A, natural de Portugal, nascida em 5 de dezembro de 1958, filha de Francisco Cabral e de Lurdes Barreiros, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08018.015616/2013-21);

EURICO FERNANDES LUÍS - W575265-D, natural de Portugal, nascido em 7 de setembro de 1938, filho de Adriano Fernandes Luis e de Maria Tavares da Rocha, residente no Estado do Pará (Processo nº 08364.000886/2013-05);

JOÃO PAULO RELA DOS SANTOS BENTO - V072582-M, natural de Angola, nascido em 23 de agosto de 1970, filho de João Pedro dos Santos Bento e de Maria de Lourdes Zenha Rela dos Santos Bento, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.028182/2013-09);

JOSE AUGUSTO DA CUNHA PEREIRA - V585151-U, natural de Angola, nascido em 31 de julho de 1954, filho de Joaquim Rodrigues Pereira e de Eufelia Emilia da Cunha, residente no Estado de Alagoas (Processo nº 08230.000418/2014-29);

NELSON DE ALMEIDA GOUVEIA - V128809-D, natural de Portugal, nascido em 22 de novembro de 1989, filho de José Manuel Matias Gouveia e de Maria da Conceição Pereira de Almeida Gouveia, residente no Estado do Pará (Processo nº 08364.000134/2014-17) e

SÉRGIO MANUEL MORAIS DA SILVA - V855351-J, natural de Portugal, nascido em 25 de dezembro de 1969, filho de Sérgio Leal da Silva e de Constância Velhinho Morais, residente no Distrito Federal (Processo nº 08000.023518/2012-75).

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 890, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de junho de 2014, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 116, Parágrafo Único, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, e tendo em vista o que consta do processo nº 08018.002336/2014-33, resolve:

Nº 296 - TORNAR DEFINITIVA a nacionalidade brasileira concedida, por naturalização, a NABIL HULEIHEL LLOPIZ, natural de Cuba, nascido em 12 de dezembro de 1995, filho de Merhi Mohamad Huleihel e de Tania Tamara Llopiz Machado, residente no Estado da Bahia, a fim de que continue a gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil

FREDERICO DE MORAIS ANDRADE COUTINHO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Considerando o que consta do processo administrativo MJ nº 08018.007341/2014-32 APROVO a transferência da nacional portuguesa ELISABETE MARIA JORGE BORGES para o cumprimento, no país de nacionalidade, do restante da pena a que foi condenada pela Justiça brasileira, com fundamento no art. 3, alínea f, da Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada aos 23 de novembro de 2005 e promulgada pelo Decreto nº 8.049, de 11 de julho de 2013.

FREDERICO DE MORAIS ANDRADE COUTINHO
Substituto

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 267, de 07 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2014, DOU Seção 1, página 33, onde se lê: "Nº 267 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em conformidade com o art. 111 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1980, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

DJOURDEM MOHAMED - V826206-4, natural da Argélia, nascido em 23 de maio de 1981, filho de Djourdem Hamou e de Latreuch Nebia, residente no Estado de Sergipe (Processo nº 08520.013756/2013-84);

DOMINIQUE PASCAL ALVES - V186486-M, natural da França, nascido em 25 de setembro de 1975, filho de Antonio Coelho Alves e de Adelina Pereira da Costa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.131869/2013-59);

DORA GUTIERREZ COPA - V459259-F, natural da Bolívia, nascida em 4 de agosto de 1972, filha de Vicente Gutierrez Gutierrez e de Estefania Copa Copa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.117830/2013-29);

HANA BASSAL NASSER - V749590-V, natural do Líbano, nascida em 1 de janeiro de 1988, filha de Mohamad Bassal e de Insaf Abou Merhi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.115585/2013-15);

HARPREET SINGH - V208948-4, natural da Índia, nascido em 24 de novembro de 1970, filho de Rajinder Singh e de Surjeet Kaur, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.132961/2013-36);

KISSOKA FRANCISCO MIGUEL - V344845-3, natural da Angola, nascido em 21 de janeiro de 1953, filho de Nguima Miguel Norberto e de Tungo Kotelo Helena, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08457.003799/2013-62) e

NILDE ROSSNELL LAURO VARGAS - V376575-F, natural do Peru, nascida em 20 de maio de 1970, filha de Juan Godofredo Lauro Larico e de Nancy Elisa Vargas de Lauro, residente no Estado de Goiás (Processo nº 08295.005564/2013-13)".

Leia-se: "Nº 268 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em conformidade com o art. 111 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

DJOURDEM MOHAMED - V826206-4, natural da Argélia, nascido em 23 de maio de 1981, filho de Djourdem Hamou e de Latreuch Nebia, residente no Estado de Sergipe (Processo nº 08520.013756/2013-84);

DOMINIQUE PASCAL ALVES - V186486-M, natural da França, nascido em 25 de setembro de 1975, filho de Antonio Coelho Alves e de Adelina Pereira da Costa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.131869/2013-59);

DORA GUTIERREZ COPA - V459259-F, natural da Bolívia, nascida em 4 de agosto de 1972, filha de Vicente Gutierrez Gutierrez e de Estefania Copa Copa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.117830/2013-29);

HANA BASSAL NASSER - V749590-V, natural do Líbano, nascida em 1 de janeiro de 1988, filha de Mohamad Bassal e de Insaf Abou Merhi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.115585/2013-15);

HARPREET SINGH - V208948-4, natural da Índia, nascido em 24 de novembro de 1970, filho de Rajinder Singh e de Surjeet Kaur, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.132961/2013-36);

KISSOKA FRANCISCO MIGUEL - V344845-3, natural da Angola, nascido em 21 de janeiro de 1953, filho de Nguima Miguel Norberto e de Tungo Kotelo Helena, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08457.003799/2013-62) e

NILDE ROSSNELL LAURO VARGAS - V376575-F, natural do Peru, nascida em 20 de maio de 1970, filha de Juan Godofredo Lauro Larico e de Nancy Elisa Vargas de Lauro, residente no Estado de Goiás (Processo nº 08295.005564/2013-13)".

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA CHEFE

INDEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação, por ter se esgotado o prazo da estada legal no País, nos termos do art. 38 da Lei nº 6.815, de 1980. Abaixo relacionados;

Processo Nº 08270.006743/2014-29 - LUIS FERNANDO MONTEIRO

Processo Nº 08296.000507/2014-19 - MATEUS CARLOS BATISTA

Processo Nº 08390.000252/2014-16 - KAZUTOSHI HASEGAWA

Processo Nº 08457.001788/2014-29 - EDUARDO MAMBUENI LUTONDA

Processo Nº 08701.002898/2014-79 - MARINELA KAREN ALMEIDA CORREIA SILVA

Determino o arquivamento do presente processo, diante do término do curso. - Processo Nº 08505.031104/2014-09 - DWAINE JOSEPH PERRILLOUX

Considerando o pedido de cancelamento por parte do requerente, revogo o ato publicado no diário Oficial da União de 28/07/2005, Seção I, pág.38, para ARQUIVAR o pedido de permanência do estrangeiro CLINT HAYLETT.

Processo Nº 08460.002828/2005-18 - CLINT HAYLETT

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 17/05/2013, Seção 1, pág 124, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.085562/2012-98 - EDWIN RAMOS ADRIAN e ANGELICA BARRIENTOS GONZALEZ

INDEFIRO o pedido de permanência definitiva com base em prole, haja vista o disposto no art. 12, inciso I, alínea `` a `` da Constituição Federal de 1988, considerando que no momento do nascimento dos menores, os requerentes se encontravam no Brasil a serviço do seu país de origem, conforme informação da divisão de Imigração do Ministério das Relações Exteriores-MTE.

Processo Nº 08505.064053/2007-64 - TER YEOW MING e CHONG SIEW HONG

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009,

Processo Nº 08070.001070/2013-96 - MAYARA ALONSO

Processo Nº 08096.007828/2012-21 - ANDRES FEDERICO CANCINO

Processo Nº 08256.003942/2013-82 - FLORENCIA LUCIA OLIUS

Processo Nº 08256.003943/2013-27 - PABLO ADOLFO GRIMBERG

Processo Nº 08256.003951/2013-73 - MATEO CREVATIN

Processo Nº 08702.005431/2013-90 - LUCIANA RITA ADELA ZAMORANO e ELUHEY FRANCISCO DE CAMPOS

Processo Nº 08711.003159/2013-02 - PAOLA ROMINA WUERICH

Processo Nº 08711.003171/2013-17 - MAGDALENA MARIA LOPEZ ISLA

Processo Nº 08711.003198/2013-00 - GONZALO JOSE MARIA MANGISCH

Processo Nº 08495.004199/2013-65 - YAMILA BELEN COSTANTINI, ALEXEI POPOV e ANTON POPOV COSTANTINI

Processo Nº 08070.001069/2013-61 - JULIAN ALONSO

Processo Nº 08505.110517/2013-60 - MARIA JOSE DEFELICE

Processo Nº 08495.002419/2013-16 - MARIA DE LOS ANGELES AMODIO

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08354.005701/2012-89 - MARITZA MASSI ROJAS

Processo Nº 08354.006200/2012-10 - RAMIRO MOYA CONDORI

Processo Nº 08389.027623/2012-76 - ELIGIO GIMENEZ BORDON

Processo Nº 08437.001195/2012-39 - RICARDO ESTEBAN SEQUEIRA CHOCHO

Processo Nº 08444.001026/2013-91 - PABLO OMAR BRANDAN

Processo Nº 08444.004990/2012-90 - JOVANA JANETH ANTINAPA CRUZ

Processo Nº 08460.020755/2013-48 - FERNANDO COURMANIAN

Processo Nº 08505.035347/2013-27 - VIRGINIA ORTIZ CHAMBI, KAREN SURCO ORTIZ e YOHN MICHAEL SURCO ORTIZ

Processo Nº 08505.035414/2013-11 - ELISEO TARQUI HUANCA, GONZALO TARQUI MAMANI e SILVERIA MAMANI AMARU

Processo Nº 08505.035611/2013-22 - ISRAEL MAMANI MAMANI

Processo Nº 08505.035768/2013-58 - REYNA CHIPANA DE CALLE

Processo Nº 08505.035830/2013-10 - WILMA PINTO MAMANI, LESLY PAREDES PINTO e WILSON REYNALDO PAREDES PINTO

Processo Nº 08505.035969/2013-55 - PAULINA RAMOS MAMANI e ALDANA CONDORI RAMOS

Processo Nº 08505.035992/2013-40 - VIRGINIA AUGUSTA BARRIOS ESPINOLA

Processo Nº 08505.036422/2013-77 - GUSTAVO CHAMBI LAURA

Processo Nº 08505.036434/2013-00 - PETRONILA FLORES GONZALES

Processo Nº 08709.010710/2012-24 - VICTORINA DUARTE DUARTE

Processo Nº 08460.020753/2013-59 - MARIA SUSANA GARCIA ACEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08102.004250/2012-24 - JULIO ADRIAN CARRIEDO

Processo Nº 08436.003692/2013-62 - DANIEL EDUARDO FUENTE

Processo Nº 08505.082669/2013-65 - JUAN DANIEL FABRE

Processo Nº 08505.084356/2013-41 - PAULA ANDREA SOZZI

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08432.002212/2012-03 - GUSTAVO PEREIRA SILVEIRA

Processo Nº 08434.003123/2013-37 - GLADYS MIRTHA FIGUEREDO CASCO

Processo Nº 08437.005679/2013-38 - CARLOS AUGUSTO APOLINARIO PEREIRA

Processo Nº 08444.006305/2013-41 - MARCOS ANTONIO PEREIRA LÓPEZ

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 06/1997 do Conselho Nacional de Imigração. abaixo relacionados

Processo Nº 08444.008220/2014-88 - FREDALBER DE JESUS ALVAREZ RESTREPO, KAREN DANIELA ALVAREZ NORIEGA e MARIA FLORNY NORIEGA

Processo Nº 08495.003957/2013-28 - MAHAB AQIL SAMHAN

Processo Nº 08505.121214/2012-91 - JESUS ALBERTO VILLEGAS MOLINA

DEFIRO o pedido de transformação de residência provisória em permanente, tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08389.038678/2011-21 - HASSAN MONIF EL ZEIN

DEFIRO o presente pedido de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 05/97 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08420.025425/2012-34 - ANTONIA RECCHIUTI

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 21/09/2012, Seção 1, pág. 48, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.043035/2011-25 - SHILONG WU e HAIFEI WU

INDEFIRO o(s) pedido(s) de permanência, abaixo relacionado(s), tendo em vista que o (s) estrangeiro (s) não preenchem os requisitos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80:

Processo Nº 08389.020628/2012-78 - ROBERTO CARLOS FARINA LOPEZ

Processo Nº 08364.000846/2011-93 - FRANCOIS ROBERT MICHEL REGARD e IRMA YAIME LICEA ESCALONA

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000436/2014-14 - JAMES ROBERT HECKER, até 02/02/2016

Processo Nº 08000.000590/2014-96 - JAIME HUELE CEPE, até 28/02/2016

Processo Nº 08000.000868/2014-25 - SERGEY CHISTYAKOV, até 08/05/2015

Processo Nº 08000.001560/2014-05 - BLAINE PATRICK BERG, até 21/03/2015

Processo Nº 08000.023803/2013-77 - JURIJ LISIMENKO, até 25/02/2016

Processo Nº 08000.024016/2013-42 - OLEG ZIEMIENKOV, até 28/11/2015

Processo Nº 08000.025968/2013-83 - ARTHUR TOLENTINO MONCUPA, até 15/02/2015

Processo Nº 08000.026769/2013-92 - ANDRONICO JR JERVOSO ATILLO, até 07/01/2016

Processo Nº 08000.027082/2013-74 - SURESH SUKUMARAN NAIR, até 10/02/2016

Processo Nº 08000.027207/2013-66 - FRANCIS XAVIER COADY, até 15/05/2015

Processo Nº 08000.027210/2013-80 - KARANBIR SINGH PANNU, até 10/02/2016

Processo Nº 08000.027314/2013-94 - MOHAMMAD JAVED KHAN, até 10/02/2016

Processo Nº 08000.027321/2013-96 - MANGESH HARIKRISHNA MEHER, até 10/02/2016

Processo Nº 08000.027322/2013-31 - SANTOSH SHRIKRISHNA SAWANT, até 10/02/2016

Processo Nº 08000.027338/2013-43 - DANIEL HOLMES, até 09/12/2015

Processo Nº 08000.028129/2013-17 - RADOSLAW ILECKI, até 15/05/2015

Processo Nº 08000.028434/2013-17 - FREDERICK SMITH, até 21/10/2015

Processo Nº 08000.029738/2013-93 - ANDRIJA TOMIC, até 12/07/2016

Processo Nº 08461.009573/2013-14 - FREDERIK KAREL ALEXANDER ROMBACH, até 10/03/2016

Processo Nº 08000.025807/2013-90 - ANOLSON AGUSTIN LEON CAMACHO, até 15/02/2015

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):

Processo Nº 08000.022825/2013-10 - JOSE MANUEL VALVERDE CACO

Processo Nº 08000.022847/2013-80 - JASON THOMAS PAPUCHIS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08000.023132/2013-44 - JORGE ISAAC VALDEZ SOLORZANO
Processo Nº 08420.010286/2013-25 - ANTONIO FILIPE REBELO VICENTE
Processo Nº 08072.000976/2013-73 - LISI CHEN
Processo Nº 08270.010347/2013-15 - NICOLA CIARAFFA
Processo Nº 08460.017310/2013-81 - MARCO CONTARDI
Processo Nº 08461.003917/2013-73 - MACIEJ WILCZYNSKI
Processo Nº 08461.006254/2013-49 - SOMPORN TEMTAWEE
Processo Nº 08000.020214/2013-37 - DANNY SOLER GARCIA
Processo Nº 08000.025423/2013-77 - BIRGER MICHAEL GORMSEN
Processo Nº 08000.026431/2013-31 - JAMES RYANN MAGTIBAY REYES
Processo Nº 08000.028789/2013-06 - JONARD VERDERA INSIGNE
Determino o arquivamento, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país.
Processo Nº 08000.022144/2013-51 - FRANCISCO JOSE BRITO MARTINEZ
INDEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País,visto temporário item V por falta do cumprimento de exigências junto ao Ministério do Trabalho. Abaixo relacionados;
Processo Nº 08000.021781/2013-19 - MICHAL KRZYSZTOF MARCZAK
Processo Nº 08000.022540/2013-89 - REMEGIO GLORIA BORNEA
Processo Nº 08000.022682/2013-46 - BRIJ MOHAN KUMAR
Processo Nº 08000.022721/2013-13 - FABIEN FRANCK DAUBA
Processo Nº 08000.022829/2013-06 - TERRY GLEN BADDOCK
Processo Nº 08000.022883/2013-43 - FLAVIO HERNAN PEREZ OSORIO
Processo Nº 08000.023822/2013-01 - MAURI ASLAK VAAHTERA
Processo Nº 08000.024585/2013-98 - JANUSZ SOLON
Processo Nº 08000.025010/2013-92 - MARK JOSEPH AMPARO DELGADO
Processo Nº 08461.005872/2013-71 - DUSTIN SCOTT KING
Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 21/02/2014, Seção 1, pág. 45, bem assim determino o arquivamento do pedido.
Processo Nº 08000.013032/2013-18 - JAROSLAW PIOTR LOCHOWSKI

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item I, abaixo relacionado(s);
Processo Nº 08514.002896/2014-97 - ARIAN OJEDA GONZALEZ, DANIEL DAVID JERONIMO ESTRADA, DARIAN ANIEL OJEDA ESTRADA e YUSEN ESTRADA TORTOSA, até 02/05/2015
Processo Nº 08240.010815/2014-90 - ERIKA BUSCARDO, até 14/05/2015
Processo Nº 08458.001376/2014-89 - CHANDRACHANI DEVI NINGOMBAM, até 19/04/2015
DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item IV, abaixo relacionado(s);
Processo Nº 08102.001484/2014-81 - WILLIAM OBEL, até 19/02/2015
Processo Nº 08102.001487/2014-15 - JEAN BAPTISTE JOSEPH, até 19/02/2015
Processo Nº 08240.010808/2014-98 - PIO ANTONIO COLMENARES GARCIA, até 04/05/2015
Processo Nº 08457.001794/2014-86 - MIRALDINHA ALICE SANTOS, até 08/05/2015
Processo Nº 08457.001801/2014-40 - LETICIA SONALIA CALERES SA CUNHA, até 07/05/2015
Processo Nº 08457.001808/2014-61 - JOAO BRANCO MIGUEL, até 28/05/2015
Processo Nº 08458.001275/2014-16 - MARIA GABRIELA VERA LOZADA, até 12/04/2015
Processo Nº 08458.001292/2014-45 - VANESSA CAROLINA TORRES MONTILLA, até 12/04/2015
Processo Nº 08458.001333/2014-01 - FABIAN ESTEBAN ERASO GONZALEZ, até 28/03/2015
Processo Nº 08458.001347/2014-17 - DANIELA VEZO MONTEIRO, até 15/03/2015
Processo Nº 08458.001357/2014-52 - LUIS PANFILO YAPU QUISPE, até 17/04/2015
Processo Nº 08505.036022/2014-42 - ALCINA DOMINGOS CHILALA, até 29/04/2015
Processo Nº 08505.036554/2014-80 - ROMAN SPIRIN, até 13/05/2015
Processo Nº 08505.036591/2014-98 - HUMBA CHRISTELLE MINDANDA, até 14/05/2015
Processo Nº 08508.003954/2014-89 - CLAUDIO ANTONIO SALAS FIGUEROA, ARIEL ALEJANDRO SALAS ROJAS, FRANCISCA ANTONIA SALAS ROJAS e VIANKA INGRID ALEJANDRA ROJAS HINOJOSA, até 04/05/2015
Processo Nº 08364.000614/2014-88 - FRANÇOIS JEAN PIERRE DUVIALARD, até 03/07/2016
Processo Nº 08390.001108/2014-99 - ISRAEL SEBASTIAN GARZON GUERRERO, até 03/04/2015
DEFIRO o pedido de prorrogação de estada no País, temporário item VII,
Processo Nº 08505.036472/2014-35 - TOMOKO ADACHI, até 25/05/2015
Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):
Processo Nº 08295.007481/2014-31 - SERGE ROBERT ROGER BOUZINAC
Processo Nº 08458.001407/2014-00 - MARIA MONTSERRAT JIMENEZ ABAD
Processo Nº 08508.009717/2013-41 - FRANCISCA HENDRIKA ISABELLA DIEUWERTJE SEGERS
Determino o arquivamento do presente processo, diante do término do curso.
Processo Nº 08505.036460/2014-19 - ISAAC PEDRO VIEIRA PAXE
Determino o arquivamento do(s) presente(s) processo(s) , por já se encontrar esgotado o prazo máximo de estada no País, autorizado pelo(s) visto(s) temporário que porta(m) nos termos do art.25 c/c o art.66, § 1º, do Decreto 86.715/81.
Processo Nº 08083.000430/2013-93 - NATALIA CARNEIRO DA FONSECA
INDEFIRO o pedido, tendo em vista que no momento da autuação, o requerente encontrava-se em situação irregular no País, nos termos do artigo 38, da Lei 6.815/80, alterada pela Lei 6.964/81.
Processo Nº 08458.001346/2014-72 - LINA MARIA HURTADO GOMEZ

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Transformação de Visto item V em Permanente abaixo relacionado(s);
Processo Nº 08505.066786/2013-81 - AMY ELIZABETH HUNT, ADAM HUNT FERTIG, BRENNA HUNT FERTIG e SAMUEL HUNT FERTIG
Processo Nº 08505.067313/2013-00 - THIBAUT ANNE MARIE OLIVIER CHARMEIL, CHRISTINE MARIE ANNE PINOT PERIGORD DE VILLECHENON CHARMEIL, FLORE FANNY MARIE ANTOINE CHARMEIL, GABRIEL PIERRE MARIE ISABELLE CHARMEIL, MARTIN MATTHIEU MARIE AMELIE CHARMEIL e PAUL OLIVIER MARIE CAMILLE CHARMEIL
Processo Nº 08505.083062/2013-01 - HISAYOSHI HARA
Processo Nº 08000.027332/2013-76 - JAMES JEFFERSON MC CLAIN
Processo Nº 08260.002763/2013-69 - PEDRO ARNULFO HERNANDEZ GARCIA e ADRIANA GALLEGOS GAYTAN
Processo Nº 08444.003341/2013-52 - KEVIN WILLIAM ROBERTS
Processo Nº 08505.011542/2013-61 - JAIRO ALONSO VASQUEZ MORENO
Processo Nº 08460.012011/2013-50 - MARTIJN DINGEMAN KLEIJN
Processo Nº 08505.110431/2013-37 - MARIE-HÉLÈNE EVA BEN SAMOUN HILBEY e JACQUES HENRI HILBEY
Processo Nº 08460.030123/2013-92 - JORGE PAULO GOMES NUNES, AFONSO VIANA LINO GOMES NUNES, CATIA VANESSA VIANA DA SILVA LINO e LEONOR VIANA LINO GOMES NUNES
Processo Nº 08000.028428/2013-51 - TIMOTHY SCOTT FORTENBERRY
Processo Nº 08000.022081/2013-33 - ALEXANDER SOUHOKA
Processo Nº 08000.024000/2013-30 - MARIAN MARA
Processo Nº 08505.083694/2013-66 - HAIHONG HE e YANYAN LU
Processo Nº 08461.008999/2013-42 - GIOVANNY ALVAREZ CARDONA
Processo Nº 08000.022385/2013-09 - SINCLAIR FORREST
Processo Nº 08000.024231/2013-43 - JOAO PAULO VALADARES SOUTO E CARREIRO
Processo Nº 08000.027956/2013-93 - EDUART RAFAEL PERNALETE NOGUERA
Processo Nº 08000.028382/2013-71 - WILLIAM EDWARD STEWART JR
Processo Nº 08000.025545/2013-63 - PEDRO LUIS CORDOVA ORTIZ
Processo Nº 08460.028225/2013-48 - JULIEN BENOIT METZGER e DELPHINE MARIE VANESSA BARREYRE METZGER
Processo Nº 08460.030272/2013-51 - PASCAL MARCEL ZWERGER
Processo Nº 08460.032925/2013-37 - THOMAS BEALL WELSH e BARBARA ELLEN KUENSTNER
Processo Nº 08461.009051/2013-12 - DOMINGO RAFAEL VELIZ MOROCOIMA e MARIA SOFIA DOMINGUEZ DE VELIZ
Processo Nº 08461.009428/2013-25 - ANTONIO RIVERA COSTA, MALENA RIVERA VAZQUEZ, SOFIA RIVERA VAZQUEZ e VIRGINIA VAZQUEZ PORTELA
Processo Nº 08505.051266/2013-74 - PABLO ANTONIO RONDON GRIJALBA
Processo Nº 08505.052167/2013-18 - KUN SIK SHON, JIHUN SHON, JOOAH SHON e KEUMHYUN LEE
Processo Nº 08505.052593/2013-43 - WILLIAM GIOVANNY PARRA ARGUELLO
Processo Nº 08505.067288/2013-56 - CIARA CATHERINE HALLEMAN
Processo Nº 08505.082974/2013-57 - CAITLIN MAUREEN LA FRANCE
Processo Nº 08505.083508/2013-99 - MIRKO PIETRO EMILIO MOLINARI e LUDOVICA SCANU
Processo Nº 08505.083524/2013-81 - JOAO MARIO BATISTA ANTUNES GONCALVES
Processo Nº 08505.083577/2013-01 - KENICHI YAMAMOTO
Processo Nº 08505.083775/2013-66 - LUIGI TONINELLI
Processo Nº 08505.083808/2013-78 - JONATHAN ALVARADO MARTINEZ
Processo Nº 08505.083914/2013-51 - TATIANA DEL ROSARIO DE LA CRUZ OBREGON
Processo Nº 08505.010850/2014-51 - TAKAYUKI KUBOTA, HIROKI KUBOTA, SETSUKO KUBOTA e YUKI KUBOTA
INDEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de visto, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho.
Processo Nº 08460.014663/2013-29 - BATHYLLE ROSE MARIE BENEDICTE KAEPPELIN
Processo Nº 08505.093050/2012-03 - LORRAINE PAULE MARINE CLOE HAC

LEONARDO SILVA TORRES
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 11 de novembro de 2014

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO o pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da entidade a seguir relacionada, em razão de que a mesma não atendeu ao disposto no art. 6º, § 3º,I, da Lei nº 9.790:
I. CENTRO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL - CADI/BRASIL, com sede na cidade de FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 17.569.150/0001-13 - (Processo MJ nº 08071.030070/2014-74).
Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º,II, da Lei nº 9.790:
I. ASSOCIAÇÃO LUGAR DE VIDA, com sede na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ nº 19.049.450/0001-05 - (Processo MJ nº 08071.032211/2014-93);
II. ASSOCIAÇAO SONHANDO E REALIZANDO (ASER), com sede na cidade de HIDROLÂNDIA, Estado do Ceará - CGC/CNPJ nº 20.784.889/0001-52 - (Processo MJ nº 08071.024255/2014-40);
III. SER ESPECIAL - ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DE INTEGRAÇÃO AO TRABALHO - A.A.I.T., com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 05.446.196/0001-66 - (Processo MJ nº 08071.028313/2014-12).
Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º,III, da Lei nº 9.790:
I. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SHALON, com sede na cidade de JOÃO PINHEIRO, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 20.583.779/0001-22 - (Processo MJ nº 08071.026301/2014-45);
II. ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA PRAIA DE PARANAPUÃ, com sede na cidade de PRAIA GRANDE, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 08.087.253/0001-56 - (Processo MJ nº 08071.030945/2014-38);
III. ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO PARÁ E RECURSOS NATURAIS DE PASSA TEMPO E REGIÃO -, com sede na cidade de PASSA TEMPO, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 15.585.278/0001-45 - (Processo MJ nº 08071.004451/2014-06);
IV. ESPORTE CLUBE VASSOURENSE, com sede na cidade de VASSOURAS, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ nº 03.609.894/0001-00 - (Processo MJ nº 08004.000333/2014-14);
V. INSTITUTO CENTÉSIMA - IC, com sede na cidade de VITÓRIA, Estado do Espírito Santo - CGC/CNPJ nº 19.191.887/0001-70 - (Processo MJ nº 08071.025894/2014-22);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VI. INSTITUTO PONTE, com sede na cidade de VITÓRIA, Estado do Espírito Santo - CGC/CNPJ nº 21.181.264/0001-69 - (Processo MJ nº 08071.030629/2014-66);

VII. SOCIEDADE PARNAIBANA DE COMBATE AO CÂNCER, com sede na cidade de PARNAÍBA, Estado do Piauí - CGC/CNPJ nº 08.708.092/0001-70 - (Processo MJ nº 08071.026461/2014-94).

Em 12 de novembro de 2014

Considerando que a entidade já é qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, conforme Despacho nº 264 de 10/03/2006, publicado no DOU de 10/03/2006, TORNO SEM EFEITO o Despacho de 01 de setembro de 2014, publicado em 04 de setembro de 2014 no D.O.U., que indeferiu o pedido de qualificação como OSCIP da entidade a seguir relacionada:

I. CINEMA NOSSO, CNPJ registrado sob o nº 06.085.782/0001-95, com sede na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado do Rio de Janeiro - (Processo MJ nº 08071.016220/2014-37).

Considerando que a entidade já é qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, conforme Despacho nº 685 de 02/04/2014, publicado no DOU de 03/04/2014, TORNO SEM EFEITO o Despacho de 10 de junho de 2014, publicado em 20 de junho de 2014 no D.O.U., que deferiu novamente o pedido de qualificação como OSCIP da entidade a seguir relacionada:

I. ASSOCIAÇÃO VALORES - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO - VALORES, registrada sob o nº 18.670.384/0001-15, com sede na cidade de BRASÍLIA, Distrito Federal (Processo MJ nº 08071.014890/2014-19).

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 13 de novembro de 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 6 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014,

Processo MJ nº 08017.002157/2014-14
Programa: "TÁ NA TELA COM LUIZ BACCI"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.
Classificação Pretendida: Livre

Considerando que o pedido de autoclassificação "Livre", do programa "TÁ NA TELA COM LUIZ BACCI" foi apresentado e deferido em julho deste ano e que, posteriormente, o serviço de acompanhamento do Ministério da Justiça verificou exibição de conteúdos incompatíveis com a classificação indicativa atribuída;

Considerando que, instada a prestar esclarecimentos, a emissora solicitou que o programa fosse considerado do gênero "jornalístico", e não de "variedades" como inicialmente o identificou.

Considerando que não se verificou mudança na linha editorial do programa a ponto de justificar novo entendimento acerca de seu gênero e que possui formato muito similar a outros programas exibidos por outras emissoras - alguns até na mesma faixa de horário - que são devidamente classificados;

Considerando que não seria adequado tratar programas semelhantes de forma desigual;

Resolve indeferir o pedido de autoclassificação e classificar, o programa como "não recomendado para menores de dez anos", por conter violência e linguagem de conteúdo sexual, e manter o monitoramento da obra.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Estabelece normas para habilitação de profissionais privados para a realização de coleta e remessa de amostras oficiais para laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura - RENAQUA, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 7.024, de 7 de dezembro de 2009, na Instrução Normativa nº 3 de 13 de abril de 2012, na Instrução Normativa nº 22, de 11 de setembro de 2014 e Instrução Normativa nº 23, de 11 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1º Estabelecer normas para habilitação, junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, de profissionais legalmente habilitados, que atuam no setor privado, para a realização de coleta e remessa de amostras oficiais para laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura - RENAQUA, para fins de execução de atividades de defesa sanitária de animais aquáticos, no âmbito de atuação deste Ministério.

CAPÍTULO I

DOS PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE HABILITAÇÃO

Art. 2º A solicitação de habilitação deverá ser protocolizada pelo profissional legalmente habilitado na Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura da Unidade da Federação onde pretenda atuar, ou na Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura - SEMOC/MPA, instruída com a seguinte documentação:

I - formulário de solicitação de habilitação, conforme modelo aprovado pelo MPA;

II - ficha cadastral, conforme modelo aprovado pelo MPA;

III - documento expedido pelo conselho de classe do profissional legalmente habilitado declarando que o profissional está devidamente inscrito e não responde a processo ético ou disciplinar;

IV - certificado de aprovação em treinamento de coleta e remessa de amostras de animais aquáticos oferecido por órgão ou instituição previamente capacitada e autorizada pelo MPA;

V - certificado de aprovação em treinamento para atuação no âmbito de programas sanitários oficiais do MPA, oferecido por órgão ou instituição previamente capacitada e autorizada pelo MPA, quando couber; e

VI - termo de compromisso e sigilo, conforme modelo aprovado pelo MPA.

Parágrafo único. Compete à SEMOC/MPA a análise dos processos de solicitação de que trata este artigo, cujo ato de habilitação será formalizado mediante Portaria publicada no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES DO PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO

Art. 3º São obrigações do profissional legalmente habilitado:

I - cumprir os regulamentos técnicos dos Programas Sanitários do MPA e demais atos normativos em defesa sanitária de animais aquáticos relacionados às atividades inerentes à habilitação;

II - fornecer, quando solicitadas pelo MPA, todas as informações relacionadas às atividades para as quais foi habilitado;

III - atender às convocações do MPA; e

IV - manter atualizada a ficha cadastral exigida para a habilitação.

CAPÍTULO III

DO PADRÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO

Art. 4º Os documentos emitidos pelo profissional, em razão das atividades para as quais foi habilitado, deverão ser identificados conforme o modelo constante do Anexo a esta Instrução Normativa, abaixo especificados:

I - nome do profissional, em fonte tipo Arial Narrow, tamanho 12, em negrito;

II - nome da profissão, em fonte tipo Arial Narrow, tamanho 11;

III - número da Portaria SEMOC de habilitação, em fonte tipo Arial Narrow, tamanho11; e

IV - número de registro no respectivo conselho de classe da Unidade Federativa de atuação, em fonte tipo Arial Narrow, tamanho 11.

§1º Para documentos impressos, os dados de identificação devem ser apostos com 5 (cinco) centímetros de largura e 2 (dois) centímetros de altura, empregando-se cor distinta à da impressão, quando for utilizado o carimbo.

§2º Para documentos digitais, os dados de identificação deverão obedecer aos critérios definidos pelo MPA.

CAPÍTULO IV

DA REVOGAÇÃO, DO CANCELAMENTO E DA SOLICITAÇÃO DE NOVA HABILITAÇÃO

Art. 5º A habilitação de que trata esta Instrução Normativa poderá, a qualquer tempo, e a critério da autoridade competente, ser revogada.

Art. 6º O profissional legalmente habilitado poderá, a qualquer tempo, requerer o cancelamento de sua habilitação, conforme documento aprovado pelo MPA.

Art. 7º O profissional legalmente habilitado privado poderá, a qualquer tempo, requerer nova habilitação, desde que cumpridas as formalidades da presente Instrução Normativa.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Todas as despesas decorrentes da habilitação, da coleta, da remessa e das análises laboratoriais requeridas serão de responsabilidade do profissional legalmente habilitado.

Art. 9º A habilitação somente será válida no âmbito das Unidades da Federação para as quais o profissional foi habilitado.

Art. 10. O profissional legalmente habilitado conforme a presente Instrução Normativa, no exercício das funções inerentes à habilitação, será considerado agente público para efeitos penais, civis e administrativos.

Parágrafo único. As atividades desempenhadas pelos profissionais habilitados por esta norma não acarretarão nenhuma espécie de remuneração ou ônus aos cofres públicos.

Art. 11. A lista de profissionais legalmente habilitados, acompanhada do respectivo escopo de atuação, será disponibilizada no sítio eletrônico do MPA, disponível em www.mpa.gov.br.

Art. 12. O art. 5º da Instrução Normativa nº 22, de 11 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2014, Seção 1, pag. 56, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º A coleta e remessa das amostras laboratoriais para atendimento ao disposto em cada programa sanitário do Plano Forma Jovem Segura serão de responsabilidade do Serviço Veterinário Oficial ou do profissional legalmente habilitado a realizar coleta e remessa de amostras oficiais para laboratórios da RENAQUA para fins de execução de atividades de defesa sanitária de animais aquáticos no âmbito de atuação do MPA." (NR)

Art. 13. Os §§ 2º e 4º do art. 2º A Instrução Normativa nº 23, de 11 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2014, Seção 1, pag. 49, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

§2º São responsáveis pelo fornecimento dos dados do Boletim de Produção o produtor rural, o responsável técnico da exploração pecuária ou o profissional legalmente habilitado a emitir GTA que deverão preenchê-lo diretamente na Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) ou em sistema informatizado integrado com a PGA.

.....

§4º Para o transporte de matéria-prima de aquicultura cujos produtos serão destinados à exportação, o Boletim de Produção deverá ser preenchido por profissional legalmente habilitado a emitir GTA, pelo serviço veterinário oficial ou pelo responsável técnico da exploração pecuária com formação profissional legalmente compatível com a natureza da certificação exigida pelo país importador." (NR)

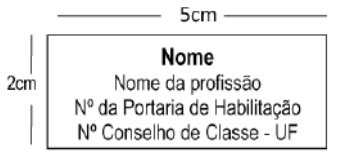
Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revoga-se a Instrução Normativa nº 18, de 5 de novembro de 2013.

EDUARDO LOPES

ANEXO

MODELO DE PADRÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, na Instrução Normativa MPA nº 17, de 11 de agosto de 2014, e o que consta no processo nº 00350.008338/2011-09, resolve:

Art. 1º Revogar o inciso V do art. 7º da Instrução Normativa nº 17, de 11 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2014, Edição nº 154, Seção 1, pags. 126 e 127.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO LOPES

PORTARIA Nº 411, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei nº 9.784, de 25 de janeiro de 1999, nas alíneas "e", "f" e "g"do inciso XXIV do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no art. 31 da Lei nº 11.959, de 29 de julho de 2009, na alínea "b" do inciso I e nos inciso II e III do art. 2º e no art. 3º do Decreto nº 7.024, de 7 de dezembro de 2009, na Instrução Normativa nº 22, de 11 de setembro de 2014, e o que consta no Processo nº 00350.004748/2014-15, resolve:

Art. 1º Submeter à consulta pública, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta Portaria, o projeto de Instrução Normativa que institui o Programa Nacional de Monitoramento Sanitário de Alevinos de Tilápias (Oreochromis, Tilapia, Sarotherodon e híbridos desses gêneros) - "Alevino de Tilápia Monitorado" e estabelecer os critérios para o transporte nacional de formas jovens de tilápia.

Parágrafo único. O projeto de Instrução Normativa e o Formulário de Envio de Sugestões e Comentários encontram-se disponíveis na página eletrônica do Ministério da Pesca e Aquicultura: "www.mpa.gov.br", coluna "Acesso à Informação", item "Consulta Pública".

Art. 2º O objetivo da presente consulta pública é permitir a ampla divulgação do Projeto de Instrução Normativa e a participação da sociedade e do segmento aquícola.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º As sugestões de que trata o art. 1º, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas à Coordenação Geral de Sanidade Pesqueira, no formulário específico, sob o título "Consulta Pública - Alevino de Tilápia Monitorado" no endereço eletrônico: sanidade@mpa.gov.br, ou via postal, para o endereço: Ministério da Pesca e Aquicultura - Coordenação Geral de Sanidade Pesqueira, Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco J, Edifício Carlton Tower, 7º andar, CEP 70070-120 - Brasília - DF.

Art. 4º Findo o prazo estabelecido no art. 1º desta Portaria, a Coordenação Geral de Sanidade Pesqueira avaliará as sugestões recebidas e procederá as adequações pertinentes para publicação da Norma.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO LOPES

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E CONTROLE
COORDENAÇÃO-GERAL DE SANIDADE PESQUEIRA

PORTARIA Nº 19, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL SANIDADE PESQUEIRA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 11.958, de 26 de junho de 2009, no Decreto nº 5.564, de 19 de outubro de 2005, no Decreto 7.024, de 07 de dezembro de 2009, na INI MPA/MAPA nº 7 de 08 de maio de 2012, na Portaria MPA nº 523, de 02 de dezembro de 2010, na Portaria MPA nº 204 de 28 de junho de 2012 e na Portaria MPA nº 175 de 15 de maio de 2013;

Considerando a ocorrência de resultado positivo do Laboratório Oficial de Análises de Resíduos e Contaminantes em Recursos Pesqueiros - LAQUA Itajaí / RENAQUA para a toxina DSP (Diarrhoeic Shellfish Poisoning) na parte comestível de moluscos bivalves procedentes da Ganchos de Fora, no estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de proteção da saúde do consumidor, resolve:

Art. 1º Suspender a retirada de moluscos bivalves, retroativo ao período de 28/10/2014, procedentes de Ganchos de Fora, no estado de Santa Catarina, até novas recomendações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO DE AZEVEDO PEDROSA CUNHA

PORTARIA Nº 20, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL SANIDADE PESQUEIRA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 11.958, de 26 de junho de 2009, no Decreto nº 5.564, de 19 de outubro de 2005, no Decreto 7.024, de 07 de dezembro de 2009, na INI MPA/MAPA nº 7 de 08 de maio de 2012, na Portaria MPA nº 523, de 02 de dezembro de 2010, na Portaria MPA nº 204 de 28 de junho de 2012 e na Portaria MPA nº 175 de 15 de maio de 2013;

Considerando a ocorrência de resultado positivo do Laboratório Oficial de Análises de Resíduos e Contaminantes em Recursos Pesqueiros - LAQUA Itajaí / RENAQUA para a toxina DSP (Diarrhoeic Shellfish Poisoning) na parte comestível de moluscos bivalves procedentes da Praia do Cedro, no estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de proteção da saúde do consumidor, resolve:

Art. 1º Suspender a retirada de moluscos bivalves, retroativo ao período de 29/10/2014, procedentes da Praia do Cedro, no estado de Santa Catarina, até novas recomendações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO DE AZEVEDO PEDROSA CUNHA

PORTARIA Nº 21, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL SANIDADE PESQUEIRA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 11.958, de 26 de junho de 2009, no Decreto nº 5.564, de 19 de outubro de 2005, no Decreto 7.024, de 07 de dezembro de 2009, na INI MPA/MAPA nº 7 de 08 de maio de 2012, na Portaria MPA nº 523, de 02 de dezembro de 2010, na Portaria MPA nº 204 de 28 de junho de 2012 e na Portaria MPA nº 175 de 15 de maio de 2013;

Considerando a ocorrência de resultado positivo do Laboratório Oficial de Análises de Resíduos e Contaminantes em Recursos Pesqueiros - LAQUA Itajaí / RENAQUA para a toxina DSP (Diarrhoeic Shellfish Poisoning) na parte comestível de moluscos bivalves procedentes da Laranjeiras, no estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de proteção da saúde do consumidor, resolve:

Art. 1º Suspender a retirada de moluscos bivalves, retroativo ao período de 30/10/2014, procedentes de Laranjeiras, no estado de Santa Catarina, até novas recomendações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO DE AZEVEDO PEDROSA CUNHA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.537, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, em especial o seu anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência do incentivo financeiro referente às equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, a partir da competência financeira agosto de 2014, do Município de Vitória do Mearim (MA).

Parágrafo único. Tal suspensão deve-se a irregularidades/impropriedades detectadas pelo Relatório de Auditoria nº 13.180, oriundo do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária por parte dos profissionais que compõem as equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 2 (duas) equipes de Saúde da Família e 4 (quatro) equipes de Saúde Bucal, e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.538, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Atenção Domiciliar - Programa Melhor em Casa, devido à ausência de alimentação de dados no Sistema de Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS), por período superior a 60 (sessenta) dias.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando o não preenchimento do Sistema de Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS), pelas equipes de Atenção Domiciliar, por período superior a 60 (sessenta) dias, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência de incentivos financeiros da competência financeira julho de 2014, referentes ao número de equipes de Atenção Domiciliar - Programa Melhor em Casa do proponente Secretaria Municipal de Saúde no anexo a esta Portaria, devido ao não preenchimento do Sistema de Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS), por período superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	EMAD Tipo 1	EMAD Tipo 2	EMAP
MG	310560	BARBACENA	1	0	1
RJ	330490	SAO GONCALO	10	0	4
TOTAL			11	0	5

PORTARIA Nº 2.539, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Suspende as a transferência de recursos financeiros do Bloco de Atenção de Media e Alta Complexidade referente ao custeio de Unidades de Serviços de Atendimento Móvel (SAMU 192).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 356/SAS/MS, de 8 de abril de 2013, que estabelece obrigatoriedade da inserção dos dados de produção dos serviços realizados no sistema de Informações Ambulatórias (SIA/SUS), ainda que estes não gerem pagamento de procedimentos por produção;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos transferidos para os Municípios; e

Considerando a Nota Técnica nº 039, de 18 de agosto de 2014, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergências, do Departamento de Atenção Hospitalar de Urgência, da Secretaria de Atenção Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam suspensas as transferências de recursos referentes ao custeio das unidades de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), conforme Anexo.

Paragrafo único. A suspensão ora formalizada perdurará até a adequação das irregularidades na alimentação do Sistema de Informações Ambulatórias (SIA/SUS) por parte dos Municípios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município	GESTÃO	CNES	Serviço	Competência	Custeio Mensal
PR	Paranaguá	Municipal	7074026	SAMU 192	Nov/14	50.100,00
RJ	Rio de Janeiro	Municipal	7274521	SAMU 192	Nov/14	257.600,00
MT	Cuiabá	Municipal	7068042	SAMU 192	Nov/14	83.300,00
PE	Recife	Municipal	6946283	SAMU 192	Nov/14	139.000,00
PR	Maringá	Municipal	350848	SAMU 192	Nov/14	26.600,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.540, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Suspende a transferência do valor adicional do incentivo financeiro dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) aderidos à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, ambas de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 975/SAS/MS, de 14 de setembro de 2012, que inclui na Tabela de Incentivos Redes no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) os incentivos CEO I, II e III - Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência; e

Considerando a avaliação realizada pela Coordenação-Geral de Saúde Bucal/DAB/SAS/MS, dos dados extraídos do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), relativos à produção informada através do Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I), nos meses janeiro e fevereiro de 2014, resolve:

Art.1º Fica suspensa a transferência do valor adicional do incentivo financeiro de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), relacionados no anexo a esta Portaria, aderidos à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência que se encontram irregulares na alimentação do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) referentes ao Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I).

Art. 2º A suspensão ora formalizada perdurará até a adequação das irregularidades na alimentação do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) por parte dos Municípios/Estados.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a suspensão dos valores adicionais dos incentivos financeiros destinados ao custeio mensal para os Fundos Municipais/Estaduais de Saúde, correspondentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência setembro de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME FANTASIA	CÓDIGO CNES	PORTARIA DE ADESÃO À RCPD	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO	INCENTIVO ADICIONAL
AL	270510	Matriz de Camaragibe	Centro de Especialidade Odontológica Amaro Elias da Silva	6238114	Portaria nº 2.982/GM/MS, de 04 de dezembro de 2013	Municipal	I	R$ 1.650,00
CE	230625	Itaitinga	Centro de Esp. Odont. Ester G. Tavares	2723662	Portaria nº 2.693/GM/MS, 11 de novembro de 2013	Municipal	II	R$ 2.200,00
CE	230725	Jijoca de Jericoacoara	Centro Especializado de Odontologia de Jijoca CEO I	5918774	Portaria nº 2.693/GM/MS, 11 de novembro de 2013	Municipal	I	R$ 1.650,00
CE	230840	Missão Velha	Centro de Especialidades Odontológicas de Missão Velha	3975797	Portaria nº 681/GM/MS, de 24 de abril de 2013	Municipal	I	R$ 1.650,00
GO	520910	Goiatuba	Centro de Especialidades Odontológicas	5014670	Portaria nº 520/GM/MS, de 27 de março de 2013	Municipal	II	R$ 2.200,00
MG	314180	Minas Novas	Policlínica Municipal Domingos Mota	2178494	Portaria nº 120/GM/MS, de 22 de janeiro de 2014	Municipal	II	R$ 2.200,00
MG	316800	Taiobeiras	Centro De Especialidades Odontológicas	5498899	Portaria nº 120/GM/MS, de 22 de janeiro de 2014	Municipal	II	R$ 2.200,00
MG	316940	Três Pontas	Centro Odontológico Fabricio Fagundes Miari	3534618	Portaria nº 120/GM/MS, de 22 de janeiro de 2014	Municipal	II	R$ 2.200,00
PB	250680	Ingá	Ceo Centro de Especialidades Odontológicas	7199600	Portaria nº 2.982/GM/MS, de 04 de dezembro de 2013	Municipal	I	R$ 1.650,00
PB	251080	Patos	Centro de Especialidades Odontológicas de Patos CEO II	5010330	Portaria nº 2.982/GM/MS, de 04 de dezembro de 2013	Municipal	II	R$ 2.200,00
PE	261330	São Joaquim do Monte	CEO	5459141	Portaria nº 2.693/GM/MS, 11 de novembro de 2013	Municipal	I	R$ 1.650,00
PI	221100	Teresina	Centro de Especialidades Odontológicas CEO II	3985563	Portaria nº 120/GM/MS, de 22 de janeiro de 2014	Municipal	II	R$ 2.200,00
PR	410150	Arapongas	Centro de Saúde Jaime de Lima	2573369	Portaria nº 1.666/GM/MS, de 08 de agosto de 2013	Municipal	III	R$ 3.850,00
RJ	330025	Arraial do Cabo	CEO David Segundo Ayres de Oliveira	5490723	Portaria nº 2.693/GM/MS, 11 de novembro de 2013	Municipal	II	R$ 2.200,00
RJ	330370	Paraíba do Sul	Policlínica Dr Henrique Bastos Filho	3386953	Portaria nº 1.310/GM/MS, de 03 julho de 2013	Municipal	I	R$ 1.650,00
RJ	330411	Porto Real	Centro de Especialidades Odontológicas de Porto Real	3730107	Portaria nº 1.909/GM/MS, de 05 de setembro de 2013	Municipal	II	R$ 2.200,00
SP	352710	Lins	CEO Centro de Especialidades Odontológicas De Lins	5847508	Portaria nº 120/GM/MS, de 22 de janeiro de 2014	Municipal	I	R$ 1.650,00
SP	353880	Piraju	Centro de Especialidade Odontológica CEO II Piraju	5330319	Portaria nº 3.080/GM/MS, de 27 de dezembro de 2012	Municipal	II	R$ 2.200,00

PORTARIA Nº 2.543, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Redefine a Comissão de Assessoramento Técnico em Gestão de Equipamentos (CAT-Gestão de Equipamentos), no âmbito do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados (SINASAN).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 3.990, de 30 de outubro de 2001, que regulamenta o art. 26 da Lei nº 10.205, de 2001, que dispõe sobre a coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades;

Considerando a Portaria nº 612/GM/MS, de 26 de março de 2009, que estabelece padrão de Contrato de Cessão de Direitos Autorais a ser utilizado no âmbito do Ministério da Saúde; e

Considerando a necessidade de assessoramento técnico especializado para qualificação técnica e gerencial da Hemorrede para o desenvolvimento de ações em Gestão de Equipamentos no âmbito do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados (SINASAN), e para o cumprimento da missão legal do Ministério da Saúde no tema, resolve:

Art. 1º Fica redefinida a Comissão de Assessoramento Técnico em Gestão de Equipamentos (CAT-Gestão de Equipamentos), no âmbito do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados (SINASAN).

Art. 2º A CAT-Gestão de Equipamentos tem por finalidade assessorar tecnicamente a Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados (CGSH/DAHU/SAS/MS), tendo as seguintes atribuições:

I - elaborar propostas na área de Gestão de Equipamentos, visando minimizar as desigualdades regionais, otimizando a aplicação de recursos, adequação e incorporação de novas tecnologias em saúde, na segurança dos trabalhadores e na qualificação de produtos e serviços na área de sangue e derivados;

II - contribuir com a CGSH/DAHU/SAS/MS no acompanhamento e monitoramento das ações e atividades da área de Gestão de Equipamentos, no âmbito dos serviços de hematologia e hemoterapia do Sistema Único de Saúde (SUS), a fim de atender a legislação vigente e qualificar a Hemorrede Pública Nacional, sob responsabilidade do SINASAN; e

III - sugerir à CGSH/DAHU/SAS/MS documentos, notas técnicas, recomendações, manuais, protocolos, diretrizes, condutas e rotinas que deem sustentabilidade, segurança e resolutividade ao desenvolvimento das ações de Gestão de Equipamentos.

Art. 3º A CAT-Gestão de Equipamentos é composta por representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos e entidades:

I - 4 (quatro) representantes da CGSH/DAHU/SAS/MS;

II - 1 (um) representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

III - 5 (cinco) representantes dos serviços de saúde públicos, preferencialmente vinculados a serviços de hematologia e hemoterapia; e

IV - 3 (três) representantes de instituições de ensino superior público.

§ 1º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos dirigentes de seus respectivos órgãos e entidades à Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS), no prazo de 20 (vinte) dias contado da data de publicação desta Portaria.

§ 2º A participação das entidades ou órgãos de que tratam os incisos III e IV do "caput" será formalizada após resposta a convite a elas encaminhado pelo Secretário da SAS/MS, com indicação dos seus respectivos representantes.

§ 3º Os representantes suplentes substituirão os titulares em seus impedimentos eventuais ou permanentes.

§ 4º Um dos representantes da CGSH/DAHU/SAS/MS, designado por ato específico do Secretário de Atenção à Saúde, exercerá a coordenação da CAT-Gestão de Equipamentos.

§ 5º A ausência, sem justificativa, a duas reuniões consecutivas do CAT - Gestão de Equipamentos determina a exclusão do membro e seu substituto, cabendo à SAS/MS providenciar nova representação do órgão ou entidade.

§ 6º A indicação nominal de representantes na CAT-Gestão de Equipamentos será revista a cada 2 (dois) anos, devendo a CGSH/DAHU/SAS/MS sugerir à SAS/MS a indicação nominal de novos representantes.

Art. 4º Os membros da CAT-Gestão de Equipamentos promoverão a cessão de direitos autorais para publicações e divulgação de todo material técnico resultante de trabalhos desenvolvidos pela Comissão, oriundos de interesse do Ministério da Saúde ou de demanda espontânea, na forma definida pela Portaria nº 612/GM/MS, de 26 de março de 2009.

Art. 5º Poderão ser convidados, a critério da CGSH/DAHU/SAS/MS ou da CAT-Gestão de Equipamentos, especialistas "ad hoc" para participarem de discussões técnicas, elaboração de documentos e orientações sobre temas afins, podendo ser criados Grupos de Trabalho específicos, mediante ato do Secretário da SAS/MS, após proposta da Comissão.

Art. 6º Os membros do CAT-Gestão de Equipamentos e os convidados de que trata o art. 5º encaminharão as seguintes declarações, quando de seu ingresso na Comissão:

I - declaração de conflito de interesse, conforme modelo constante do anexo I; e

II - declaração de confidencialidade, conforme modelo constante do anexo II.

§ 1º Em caso de conflito de interesse de qualquer dos representantes, cabe à CAT-Gestão de Equipamentos, por maioria simples, avaliar a conveniência ou não da manutenção do representante na Comissão, temporária ou permanentemente, com posterior comunicação do ato ao interessado e à CGSH/DAHU/SAS/MS.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2º Em caso de quebra de confidencialidade por qualquer dos membros da CAT-Gestão de Equipamentos, cabe à CGSH/DAHU/SAS/MS efetuar a imediata retirada do representante da Comissão, com posterior comunicação do ato ao interessado e ao Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência (DAHU/SAS/MS).

Art. 7º A CAT-Gestão de Equipamentos reunir-se-á por convocação da CGSH/DAHU/SAS/MS ou a requerimento da maioria simples de seus membros.

§ 1º Compete à coordenação do CAT-Gestão de Equipamentos organizar a pauta e coordenar as reuniões.

§ 2º Os temas a serem abordados na pauta serão propostos pela CGSH/DAHU/SAS/MS e pelos membros das Comissão.

§ 3º A convocação e a organização das reuniões do CAT-Gestão de Equipamentos são de responsabilidade da CGSH/DAHU/SAS/MS.

§ 4º Cabe à coordenação da CAT-Gestão de Equipamentos organizar e divulgar aos seus membros as atas e outros documentos pertinentes às sua atividades, os quais, após assinados pelos participantes, devem ser arquivados sob a responsabilidade da CGSH/DAHU/SAS/MS.

Art. 8º As despesas de passagens e diárias dos membros e convidados da CAT-Gestão de Equipamentos serão custeadas pela CGHS/DAHU/SAS/MS, quando relacionadas com as atividades da Comissão.

Art. 9º As atividades desenvolvidas no âmbito da CAT-Gestão de Equipamentos não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogada a Portaria nº 263/GM/MS, de 18 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 36, Seção 1, do dia 21 seguinte, p. 52.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Eu, ?nome completo?, ?nacionalidade?, ?estado civil?, ?profissão?, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº ? nº do CPF?, declaro junto á Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (CGSH/SAS/MS), para fins de atuação como membro colaborador na Comissão de Assessoramento Técnico em Gestão de Equipamento, que possuo os potenciais conflitos de interesse, entre outras condições relevantes, as seguintes:

( ) Vínculo empregatício com instituição de natureza privada: (citar) _____ .

( ) Consultoria técnica em andamento: (citar) _____ .

( ) Membro de comitê técnico assessor de empresas produtoras de medicamentos, vacinas, exames laboratoriais ou outros equipamentos e tecnologias que integrem ou possam vir a integrar protocolos utilizados nas atividades da área de sangue e hemoderivados: (citar) _____ .

( ) Vínculo de emprego, contrato de consultoria ou ações de organização(ões) civis que, de alguma forma, possam ter benefícios ou prejuízos com a sua participação na Gestão de Equipamento: (citar) _____

( ) Outro: (especificar) _____ .

( ) não possuo conflitos de interesses relevantes para a atuação nas atividades da área de sangue e hemoderivados desenvolvidas pelo Ministério da Saúde.

Por fim, comprometo-me a informar à CGSH/SAS/MS a ocorrência de qualquer alteração posterior em sua situação de conflito de interesse, para conhecimento e avaliação.

Em ___/ ___/ ____

_____

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE

Eu, ?nome completo?, ?nacionalidade?, ?estado civil?, ?profissão?, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº < nº do CPF?, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras a que tiver acesso, relacionadas às ações de Gestão de Equipamento, no âmbito da Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde e à Comissão de Assessoramento Técnico em Gestão de Equipamento, do qual sou membro colaborador.

Por este Termo de Confidencialidade comprometo-me a:

1. Não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para uso de terceiros;

2. Não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso relacionadas ao programa mencionado, a não ser aquelas necessárias a atividade e com autorização da CGSH ou direção dos serviços de saúde sob os quais há a atuação do CAT- Gestão de Equipamento;

3. Apropriar-me ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponível através do programa mencionado;

4. Não repassar o conhecimento das informações confidenciais e/ou estratégicas do Ministério da Saúde, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações por meu intermédio.

A vigência da obrigação de confidencialidade, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, será por tempo indeterminado, ou enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou ainda, mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pelas partes interessadas neste termo.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade, fico ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Em ___/ ___/ ____

_____

Assinatura

PORTARIA Nº 2.544, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Restabelece o incentivo financeiro destinado ao custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), que tiveram os recursos suspensos por falta de informação de produção no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), a adesão à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e define os valores adicionais dos incentivos financeiros destinados ao custeio mensal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, ambas de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I, Tipo II e Tipo III;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 975/SAS/MS, de 14 de setembro de 2012, que inclui na Tabela de Incentivos Redes no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) os incentivos (CEO) Tipos I, II e III - Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência;

Considerando as Portarias nº 2.496/GM/MS, de 1º de novembro de 2012, nº 3.080/GM/MS, de 27 de dezembro de 2012, nº 681/GM/MS, de 24 de abril de 2013, e nº 996/GM/MS, de 28 de maio de 2013, que concedem aos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) a adesão à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e definem valores adicionais dos incentivos financeiros destinados ao custeio mensal;

Considerando a Portaria nº 2.189/GM/MS, de 1º de outubro de 2013, e a Portaria nº 3.114/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que suspendem a transferência do valor adicional do incentivo financeiro dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) aderidos à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência; e

Considerando a avaliação, realizada pela Coordenação-Geral de Saúde Bucal do Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (CGSB/DAB/SAS/MS), dos dados extraídos do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), relativos à produção informada por meio do Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I), referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2014, resolve:

Art. 1º Fica restabelecido o incentivo financeiro destinado ao custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), relacionados no anexo a esta Portaria, aderidos à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, que tiveram os recursos suspensos por falta de informação de produção no SIA/SUS.

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, ambas de 23 de março de 2006, Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, e Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, pelo Município/Estado pleiteante, implicará, a qualquer tempo, no descredenciamento da Unidade de Saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores adicionais dos incentivos financeiros destinados ao custeio mensal, para os Fundos Municipais/Estaduais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada (PO 0003).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO	INCENTIVO ADICIONAL (R$)
						CEO TIPO	CUSTEIO MENSAL
BA	291640	Itapetinga	CEO Centro de Especialidades Odontológicas	6291171	Municipal	II	R$ 2.200,00
TOTAL BA							R$ 2.200,00
CE	230730	Juazeiro do Norte	Centro de Especialidades Odontológicas CEO	2664658	Municipal	II	R$ 2.200,00
TOTAL CE							R$ 2.200,00
DF	530010	Brasília	HRAN	10464	Distrital	II	R$ 2.200,00
TOTAL DF							R$ 2.200,00
GO	521460	Niquelândia	CEO Centro de Especialidades Odontológicas	6012639	Municipal	III	R$ 3.850,00
TOTAL GO							R$ 3.850,00
MT	510340	Cuiabá	Clínica Odontológica do Pascoal Ramos	2393468	Municipal	III	R$ 3.850,00
MT	510340	Cuiabá	Clínica Odontológica do Tijucal	3388158	Municipal	III	R$ 3.850,00
MT	510340	Cuiabá	Clínica Odontológica do Planalto	3388182	Municipal	III	R$ 3.850,00
MT	510340	Cuiabá	Clínica Odontológica Jardim Vitoria	3391922	Municipal	III	R$ 3.850,00
TOTAL MT							R$ 15.400,00
PA	150034	Água Azul do Norte	CEO LRPD de Água Azul do Norte	6246036	Municipal	I	R$ 1.650,00
TOTAL PA							R$ 1.650,00
PE	260790	Jaboatão dos Guararapes	Policlínica Marinha Melo	2351471	Municipal	II	R$ 2.200,00
TOTAL PE							R$ 2.200,00
PR	410480	Cascavel	CEO III UNIOESTE	6391915	Estadual	III	R$ 3.850,00
PR	411840	Paranavaí	CEO Centro de Especialidade Odontológica	7011318	Estadual	I	R$ 1.650,00
PR	412405	Santa Terezinha de Itaipu	Centro de Especialidades Odontológicas	3893103	Municipal	II	R$ 2.200,00
PR	412770	Toledo	CEO Centro de Especialidades Odontológicas	5119731	Estadual	III	R$ 3.850,00
TOTAL PR							R$ 11.550,00
RJ	330170	Duque de Caxias	CEO Centro de Especialidades Odontológicas I	3807975	Municipal	I	R$ 1.650,00
RJ	330430	Rio Bonito	CEO Rio Bonito	6275613	Municipal	II	R$ 2.200,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

			TOTAL RJ				R$ 3.850,00
RN	240220	Canguaretama	CEO Centro de Especialidades Odontológicas de Canguaretama	3994228	Municipal	II	R$ 2.200,00
			TOTAL RN				R$ 2.200,00
SC	420910	Joinville	CEO Tipo II BUCAREIN	5626781	Municipal	II	R$ 2.200,00
			TOTAL SC				R$ 2.200,00
SP	355650	Várzea Paulista	CEO	5025621	Municipal	II	R$ 2.200,00
			TOTAL SP				R$ 2.200,00
			TOTAL GERAL				R$ 51.700,00

PORTARIA Nº 2.545, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Redefine a Comissão de Assessoramento Técnico em Gestão Ambiental (CAT-Gestão Ambiental), no âmbito do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados (SINASAN).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 3.990, de 30 de outubro de 2001, que regulamenta o art. 26 da Lei nº 10.205, de 2001, que dispõe sobre a coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades;

Considerando a Portaria nº 612/GM/MS, de 26 de março de 2009, que estabelece padrão de Contrato de Cessão de Direitos Autorais a ser utilizado no âmbito do Ministério da Saúde; e

Considerando a necessidade de assessoramento técnico especializado para qualificação técnica e gerencial da Hemorrede para o desenvolvimento de ações em gestão ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados (SINASAN), e para o cumprimento da missão legal do Ministério da Saúde no tema, resolve:

Art. 1º Fica redefinida a Comissão de Assessoramento Técnico em Gestão Ambiental (CAT-Gestão Ambiental), no âmbito do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados (SINASAN).

Art. 2º A CAT-Gestão Ambiental tem por finalidade assessorar tecnicamente a Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados (CGSH/DAHU/SAS/MS), tendo as seguintes atribuições:

I - elaborar propostas e propor ações na área de gestão ambiental, visando minimizar as desigualdades regionais, otimizando a aplicação de recursos, preservando o meio ambiente, a saúde da população e a segurança dos trabalhadores;

II - contribuir com a CGSH/DAHU/SAS/MS no acompanhamento e monitoramento das ações e atividades da área de gestão ambiental, no âmbito dos serviços de hematologia e hemoterapia do Sistema Único de Saúde (SUS), a fim de atender a legislação vigente e qualificar a Hemorrede Pública Nacional, sob responsabilidade do SINASAN; e

III - sugerir à CGSH/DAHU/SAS/MS documentos, notas técnicas, recomendações, manuais, protocolos, diretrizes, condutas e rotinas que deem sustentabilidade, segurança e resolutividade ao desenvolvimento das ações de gestão ambiental.

Parágrafo único. As ações de assessoramento para a qualificação técnica e gerencial da Hemorrede a serem desenvolvidas pelo CAT-Gestão Ambiental ocorrerão no âmbito da CGSH/DAHU/SAS/MS e dos serviços de hematologia e hemoterapia públicos.

Art. 3º A CAT-Gestão Ambiental é composta por representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos e entidades:

I - 2 (dois) representantes da CGSH/DAHU/SAS/MS;

II - 1 (um) representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

III - 4 (quatro) representantes dos serviços de hematologia e hemoterapia públicos; e

IV - 2 (dois) representantes de instituições de ensino superior público.

§ 1º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos dirigentes de seus respectivos órgãos e entidades à Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS), no prazo de 20 (vinte) dias contado da data de publicação desta Portaria.

§ 2º A participação das entidades ou órgãos de que tratam os incisos III e IV do "caput" será formalizada após resposta a convite a elas encaminhado pelo Secretário da SAS/MS, com indicação dos seus respectivos representantes.

§ 3º Os representantes suplentes substituirão os titulares em seus impedimentos eventuais ou permanentes.

§ 4º Um dos representantes da CGSH/DAHU/SAS/MS, designado por ato específico do Secretário de Atenção à Saúde, exercerá a coordenação da CAT-Gestão Ambiental.

§ 5º A ausência, sem justificativa, a duas reuniões consecutivas do CAT-Gestão Ambiental determina a exclusão do membro e seu substituto, cabendo à SAS/MS providenciar nova representação do órgão ou entidade.

§ 6º A indicação nominal de representantes da CAT-Gestão Ambiental será revista a cada 2 (dois) anos, devendo a CGSH/DAHU/SAS/MS sugerir à SAS/MS a indicação nominal de novos representantes.

Art. 4º Os membros da CAT-Gestão Ambiental promoverão a cessão de direitos autorais para publicações e divulgação de todo material técnico resultantes de trabalhos desenvolvidos pela Comissão, oriundos de interesse do Ministério da Saúde ou de demanda espontânea, na forma definida pela Portaria nº 612/GM/MS, de 26 de março de 2009.

Art. 5º Poderão ser convidados, a critério da CGSH/DAHU/SAS/MS ou da CAT-Gestão Ambiental, especialistas "ad hoc" para participarem de discussões técnicas, elaboração de documentos e orientações sobre temas afins, podendo ser criados Grupos de Trabalho específicos, mediante ato do Secretário da SAS/MS, após proposta da Comissão.

Art. 6º Os membros do CAT-Gestão Ambiental e os convidados de que trata o art. 5º encaminharão as seguintes declarações, quando de seu ingresso na Comissão:

I - declaração de conflito de interesse, conforme modelo constante do Anexo I; e

II - declaração de confidencialidade, conforme modelo constante do Anexo II.

§ 1º Em caso de conflito de interesse de qualquer dos representantes, cabe à CAT-Gestão Ambiental, por maioria simples, avaliar a conveniência ou não da manutenção do representante na Comissão, temporária ou permanentemente, com posterior comunicação do ato ao interessado e à CGSH/DAHU/SAS/MS.

§ 2º Em caso de quebra de confidencialidade por qualquer dos membros da CAT-Gestão Ambiental, cabe à CGSH/DAHU/SAS/MS efetuar a imediata retirada do representante da Comissão, com posterior comunicação do ato ao interessado e ao Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência (DAHU/SAS/MS).

Art. 7º A CAT-Gestão Ambiental reunir-se-á por convocação da CGSH/DAHU/SAS/MS ou a requerimento da maioria simples de seus membros.

§ 1º Compete à coordenação do CAT-Gestão Ambiental organizar a pauta e coordenar as reuniões.

§ 2º Os temas a serem abordados na pauta serão propostos pela CGSH/DAHU/SAS/MS e/ou pelos membros da Comissão.

§ 3º A convocação e a organização das reuniões do CAT-Gestão Ambiental são de responsabilidade da CGSH/DAHU/SAS/MS.

§ 4º Cabe à coordenação da CAT-Gestão Ambiental organizar e divulgar aos seus membros as atas e outros documentos pertinentes às sua atividades, os quais, após assinados pelos participantes, devem ser arquivados sob a responsabilidade da CGSH/DAHU/SAS/MS.

Art. 8º As despesas de passagens e diárias dos membros e convidados da CAT-Gestão Ambiental serão custeadas pela CGHS/DAHU/SAS/MS, quando relacionadas com as atividades da Comissão.

Art. 9º As atividades desenvolvidas no âmbito da CAT-Gestão Ambiental não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 381/GM/MS, de 16 de fevereiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 35, Seção 2, do dia 21 seguinte, página 23; e

II - a Portaria nº 861/GM/MS, de 20 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 77, Seção 2, do dia 25 seguinte, página 39.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Eu, ?nome completo?, ?nacionalidade?, ?estado civil?, ?profissão?, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº ? nº do CPF?, declaro junto á Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (CGSH/SAS/MS), para fins de atuação como membro colaborador na Comissão de Assessoramento Técnico em Gestão Ambiental, que possuo os potenciais conflitos de interesse, entre outras condições relevantes, as seguintes:

( ) Vínculo empregatício com instituição de natureza privada: (citar) _____ .

( ) Consultoria técnica em andamento: (citar) _____ .

( ) Membro de comitê técnico assessor de empresas produtoras de medicamentos, vacinas, exames laboratoriais ou outros equipamentos e tecnologias que integrem ou possam vir a integrar protocolos utilizados nas atividades da área de sangue e hemoderivados: (citar) _____ .

( ) Vínculo de emprego, contrato de consultoria ou ações de organização(ões) civis que, de alguma forma, possam ter benefícios ou prejuízos com a sua participação na Gestão Ambiental: (citar) _____ .

( ) Outro: (especificar) _____ .

( ) não possuo conflitos de interesses relevantes para a atuação nas atividades da área de sangue e hemoderivados desenvolvidas pelo Ministério da Saúde.

Por fim, comprometo-me a informar à CGSH/SAS/MS a ocorrência de qualquer alteração posterior em sua situação de conflito de interesse, para conhecimento e avaliação.

Em ___/ ___/ ____

_____

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE

Eu, ?nome completo?, ?nacionalidade?, ?estado civil?, ?profissão?, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº ? nº do CPF?, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras a que tiver acesso, relacionadas às ações de Gestão Ambiental, no âmbito da Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde e à Comissão de Assessoramento Técnico em Gestão Ambiental, do qual sou membro colaborador.

Por este Termo de Confidencialidade comprometo-me a:

1. Não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para uso de terceiros;

2. Não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso relacionadas ao programa mencionado, a não ser aquelas necessárias a atividade e com autorização da CGSH ou direção dos serviços de saúde sob os quais há a atuação do CAT- Gestão Ambiental;

3. Apropriar-me ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponível através do programa mencionado;

4. Não repassar o conhecimento das informações confidenciais e/ou estratégicas do Ministério da Saúde, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações por meu intermédio.

A vigência da obrigação de confidencialidade, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, será por tempo indeterminado, ou enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou ainda, mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pelas partes interessadas neste termo.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade, fico ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Em ___/ ___/ ____

_____

Assinatura

DESPACHO DO MINISTRO

Em 12 de novembro de 2014

Nº 20 - À vista do que consta dos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.159326/2014-87 e pelas razões de fato e fundamentos técnicos e de direito apresentados, respectivamente, pela Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde e pela Consultoria Jurídica, que adoto como razões de decidir, autorizo a celebração do acordo de parcelamento do débito da Associação Beneficente Douradense referente a crédito em favor da União oriundo de condenação imposta pelo Tribunal de Contas da União nos autos da TC nº 029.127/2010-6 (TC-CBEX nº 030.603/2013-7), conforme Acórdão 7026/2012-TCU-1º Câmara, nos termos do §1º do art. 1º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

ARTHUR CHIORO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.723, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a determinação de alienação da carteira e suspensão da comercialização de planos ou produtos de operadora

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN nº 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, considerando o indeferimento da autorização de funcionamento e/ou as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves das operadoras a seguir, conforme o disposto no art. 35 da RN nº 85, de 09 de dezembro de 2004, e suas posteriores alterações e o disposto nos incisos I e III do artigo 82, da RN nº 197, de 16 de julho de 2009 e posteriores alterações, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º. Fica determinado que a operadora Biodente Clínica Odontológica Ltda., registro nº 40.975-8, inscrita no CNPJ nº 03.454.374/0001-75, processo administrativo nº 33902.005259/2006-36, promova a alienação de sua carteira, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º. Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA
Diretora-Presidente
Substituta

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 53, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a avaliação de desempenho das operadoras, referente ao ano de 2014, pelo Programa de Qualificação da Saúde Suplementar - Componente Operadoras, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no que tange aos incisos I, II, III e IV do artigo 22-A da Resolução Normativa - RN nº139, de 24 de novembro de 2006.

A Diretora de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde Suplementar - DIDES/ANS, em vista do que dispõem os artigos 22, 22-A da Resolução Normativa - RN nº 139, de 24 de novembro de 2006; e incisos XXIV, XXV e XXVI do Art. 23, incisos XVIII e XIX do artigo 23-A da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, conforme RN nº 354, de 25 de agosto de 2014.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução dispõe sobre a avaliação de desempenho das operadoras, referente ao ano base de 2014, pelo Programa de Qualificação da Saúde Suplementar - Componente Operadoras, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no que tange:

I - às fichas técnicas dos indicadores, suas fontes de dados, bem como as metodologias a serem empregadas;

II - à relação dos sistemas de informação e a data de obtenção dos dados necessários para o cálculo dos indicadores;

III - aos critérios a serem utilizados para cálculo do índice de desempenho das dimensões; e

IV - aos prazos e meios pelos quais as operadoras poderão enviar os questionamentos aos resultados preliminares.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção I
Dos Sistemas de Informação Utilizados para o Cálculo dos Indicadores

Art. 2º A captura dos dados necessários para a avaliação de desempenho terá como base os seguintes Sistemas de Informações da ANS e do Ministério da Saúde no dia 30 de abril de 2015:

I - Sistema de Informação de Beneficiários - SIB;

II - Sistema de Informações de Produtos - SIP;

III - Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS;

IV - Sistema Integrado de Fiscalização - SIF;

V - Sistema de Registro de Planos de Saúde - RPS:

a) dados referentes às características e à situação dos produtos; e

b) dados de rede credenciada; e

VI - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

Seção II
Dos Critérios a Serem Utilizados Para Cálculo do Índice de Desempenho das Dimensões

Art. 3º A ANS não usará qualquer critério de arredondamento dos resultados dos indicadores e de suas respectivas pontuações, assim como dos resultados dos Índices de Desempenho das Dimensões e do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar - IDSS.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, durante o processamento dos dados serão mantidas todas as casas decimais após a vírgula que sucede os números inteiros, advindas dos programas computacionais.

Art. 4º As operadoras que se encontrarem em uma das seguintes situações ficarão excluídas do cálculo do IDSS, com base no art. 8º da RN nº 139, de 24 de dezembro de 2006:

I - com registro ativo e que não possuem nenhum plano ativo ou plano ativo com comercialização suspensa em todos os meses do ano base;

II - com registro ativo e que não possuem beneficiários em todos os meses do ano base;

III - com registro ativo, mas que não receberam contraprestações pecuniárias e não realizaram pagamentos a prestadores durante todo o ano base de 2014.

Art. 5º Receberá zero no Índice de Desempenho da Dimensão ou em algum de seus indicadores, sendo esse valor incluído no cálculo de seu IDSS, a operadora que:

I - em qualquer dimensão ou em algum de seus indicadores, apresentar inconsistência dos dados necessários ao cálculo do respectivo índice de desempenho;

II - na dimensão atenção à saúde:

a) não enviar dados do SIP referentes a um ou mais trimestres do ano avaliado até 30 de abril de 2015;

b) informar eventos, beneficiários e despesas com valores repetidos (maiores que zero) em dois ou mais trimestres do SIP do ano avaliado; ou

c) informar eventos, beneficiários e despesas com valores iguais a zero em um ou mais trimestres do SIP do ano avaliado; ou

III - na dimensão econômico-financeira, não enviar os dados do DIOPS referentes ao quarto trimestre do ano avaliado, até a data de 30 de abril de 2015.

Parágrafo único. Para efeito do inciso I considera-se inconsistência de dados como aquele que sejam:

I - discrepantes por terem valores atípicos;

II - divergentes em arquivos ou sistemas em que estejam informados;

III - incoerentes; ou

IV - insuficientes.

Seção III
Das Fichas Técnicas dos Indicadores

Art 6º Os indicadores, aprovados pela Diretoria Colegiada da ANS, a serem utilizados na avaliação de desempenho das operadoras, referentes ao ano de 2014, com as respectivas metodologias estatísticas, fichas e fontes de dados encontram-se disponíveis no sítio da ANS, na área do Programa de Qualificação de Operadoras, no endereço http://www.ans.gov.br/planos-de-saude-e-operadoras/informacoes-e-avaliacoes-de-operadoras/programa-ans-de-qualificacao-das-operadoras

Seção IV
Dos Questionamentos aos Resultados Preliminares

Art. 7º Depois de disponibilizados os resultados preliminares, as operadoras terão quinze dias para enviar os questionamentos.

Parágrafo único. As regras, as informações e o sistema de troca de arquivos entre a ANS e as operadoras sobre o processo de questionamento encontram-se disponíveis no sítio da ANS, na área do Programa de Qualificação de Operadoras, no endereço http://www.ans.gov.br/planos-de-saude-e-operadoras/informacoes-e-avaliacoes-de-operadoras/programa-ans-de-qualificacao-das-operadoras

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 8º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

DECISÃO DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

A Diretora de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e consoante o disposto no art.15, V c/c art. 25, todos da RN 48, de 19/09/2003, vem por meio deste dar ciência da decisão proferida em processos administrativos às Operadoras relacionadas no anexo.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
	33902.652896/2011-63	Caixa De Assistência Dos Servidores da Cedae - CAC	321869.	31.934.805/0001-36	Art. 25 da Lei n° 9.656/98, c/c art. 78 da RN 124/06 (Obrigações de Natureza Contratual)	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
	25789.043493/2010-63	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	1) art. 20 Lei 9.656/98, conforme o art. 34 da RN 124/06 (Envio de Informações das Operadoras e dos Prestadores de Serviços) 2) art. 25 Lei 9656/98 c/c art. 61-A RN 124/06 (Reajuste de Plano Coletivo). 3) art. 25 Lei 9656/98 c/c art. 61-A RN 124/06 (Reajuste de Plano Coletivo) 4) art. 25 Lei 9656/98 c/c art. 69 RN 124/06 (Alteração do Contrato em Desacordo com a Legislação)	1) Advertência; 2) 45.405,00 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinco reais; 3) 45.205,00 (quarenta e cinco mil, duzentos e cinco reais; 4) 35.315,00 (trinta e cinco mil, trezentos e quinze reais).
	25783.025348/2011-31	Caixa De Assistência Dos Funcionários Do Banco Do Brasil	346659.	33.719.485/0001-27	Art. 25 da Lei n° 9.656/98, c/c art. 78 da RN 124/06, (Obrigações de Natureza Contratual)	60.000,00 (sessenta mil reais)
	33902.441272/2011-12	Caixa De Assistência Dos Funcionários Do Banco Do Brasil	346659.	33.719.485/0001-27	Art. 25 da Lei n° 9.656/98, c/c art. 78 da RN 124/06 (Obrigações de Natureza Contratual)	60.000,00 (sessenta mil reais)
	33902.333480/2010-68	Semeg Saúde Ltda.	414280.	04.572.122/0001-03	Art. 25 da Lei n° 9.656/98, c/c art. 78 da RN 124/06, (Obrigações de Natureza Contratual)	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
	33902.085324/2009-41	Sul América Companhia de Seguro Saúde	006246.	01.685.053/0001-56	Art. 25 da Lei n° 9.656/98, c/c art. 78 da RN 124/06, (Obrigações de Natureza Contratual)	60.000,00 (sessenta mil reais)
	25773.003032/2011-16	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	403911.	01.518.211/0001-83	Art. 25 da Lei n° 9.656/98, c/c art. 78 da RN 124/06, (Obrigações de Natureza Contratual)	60.000,00 (sessenta mil reais)
	33902.118206/2010-61	Unimed-Rio Cooperativa De Trabalho Medico Do Rio De Janeiro	393321.	42.163.881/0001-01	Art. 25 da Lei n° 9.656/98, c/c art. 78 da RN 124/06, (Obrigações de Natureza Contratual).	60.000,00 (sessenta mil reais)
	25779.020426/2011-71	Administradora Brasileira De Assistência Medica Ltda	413305.	04.043.452/0001-01	Art.1º, §1º, ¿d¿ da Lei 9.656/98 c/c Art.1º, §2º da CONSU 8, c/c art. 66 c/c o art. 9º, II, c/c art. 10, III, (Cláusulas de Garantias Legais) e art. 71, c/c art. 10, III, (Mecanismo de Regulação) todos da RN 124/06	96.586,11 (noventa e seis mil quinhentos e oitenta e seis reais e onze centavos).
	25783.000240/2013-06	Vip Saúde Ltda. - Em Liquidação Extrajudicial	404047.	41.009.812/0001-85	Art. 12 da Lei 9656/98 c/c art. 77 RN 124/06, (Negativa de Cobertura)	32.000,00 (trinta e dois mil reais)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33902.548594/2011-91	Serviço Social Das Estradas De Ferro - SESEF	312304.	33.909.540/0001-41	Art.25 da Lei 9.656/98 c/c art. 78 RN 124/06, (Obrigações de Natureza Contratual).	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33902.326153/2011-31	Sociedade Italiana de Beneficência E Mutuo Socorro	351679.	33.268.475/0001-12	Art.25 da Lei 9.656/98 c/c art. 78 RN 124/06, (Obrigações de Natureza Contratual).	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33902.217357/2010-09	Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.	403911.	01.518.211/0001-83	Art. 25 da Lei 9.656/98 c/c art. 78 da RN 124/06 (Obrigações de Natureza Contratual).	60.000,00 (sessenta mil reais)

SIMONE SANCHES FREIRE

NÚCLEO NO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO DE 29 DE AGOSTO DE 2014

A Chefe Substituta do Núcleo da ANS Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 131, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS , e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
	33903.019138/2011-29	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
	33903.001219/2013-34	CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL	339679	02.812.468/0001-06	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
	33903.023857/2013-14	CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL	339679	02.812.468/0001-06	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
	33903.004025/2011-29	FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	346926	00.628.107/0001-89	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	52.800,00 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS REAIS)
	33903.005830/2013-31	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173	07.658.098/0001-18	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
	33903.000013/2013-97	SUL AMÉRICA SAÚDE COMPANHIA DE SEGUROS	005622	60.831.427/0001-63	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	52.800,00 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS REAIS)

RENATA PEREIRA FERREIRA

DECISÃO DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

A Chefe Substituta do Núcleo da ANS Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 131, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
	33903.019113/2013-97	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
	33903.008987/2013-19	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911	01.518.211/0001-83	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
	33903.009006/2013-51	OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE SANTA GENOVEVA S/S LTDA	324809	02.704.835/0001-58	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)
	25780.008376/2012-03	UNIMED DE BELÉM COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	303976	04.201.372/0001-37	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656)	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
	33903.009057/2013-82	UNIMED SEGUROS SAÚDE S/A	000701	04.487.255/0001-81	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

RENATA PEREIRA FERREIRA

NÚCLEO NO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

A Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 139, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos..

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.008022/2011-20	UNIMED PELOTAS/RS - COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE LTDA.	311375.	89.870.547/0001-51	Programa Olho Vivo	307044 (TREZENTOS E SETE MIL, QUARENTA E QUATRO

RENATA FERNANDES CACHAPUZ

NÚCLEO NO PARANÁ

DECISÃO DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014

O(A) Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS PARANA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 331 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25782.009922/2011-14	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de cumprir as regras referentes à adoção e utilização do mecanismo de regulação de coparticipação. (Art.1º, § 1º, "d", da Lei 9.656 c/c art. 1º, § 2º e art. 4º, I, "a" da CONSU 08)	30000 (TRINTA MIL REAIS)
25782.009434/2011-15	UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS-COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	360449.	77.858.611/0001-08	Deixar de cumprir as normas relativas a adoção e utilização dos mecanismos de regulação de coparticipação (art. 1º, §1º, "d" da Lei 9.656 c/c art. 1º, § 2º, e art. 4º, I,"a" da CONSU 08)	24000 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)
25782.012412/2011-24	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	312924.	00.360.305/0001-04	Comercializou seus produtos de modo diverso do registrado na ANS, ofertando rede hospitalar não atrelada às informações dos estabelecimento de saúde desses produtos (Art.19, §3º, IX, da Lei 9.656)	50000 (CINQUENTA MIL REAIS)
25782.012972/2011-89	PLANOS DE SAÚDE PSMC PREVENÇÃO, SAÚDE, MEDICINA E CIRURGIA LTDA ME	364941.	00.721.322/0001-20	i) Deixar de garantir cobertura obrigatória para procedimentos diagnósticos previstos no art. 12 da lei 9656 e (ii) deixar de fornecerr informações de beneficiários à ANS, (i) art. 12, I, "b" E ii) no art. 20 todos da Lei 9.656).	21000 (VINTE E UM MIL REAIS)
25782.002086/2012-28	UNIMED CURITIBA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS	304701.	75.055.772/0001-20	Deixar de garantir cobertura obrigatória para o procedimento Braquiterapia Endoluminal de Alta Taxa de Dose prevista no art. 12 da Lei 9.656 e regulamentação. (Art.12, I, "b", da Lei 9.656)	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25782.001032/2012-45	NOSSA SAÚDE - OPERADORA PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE LTDA.	372609.	02.862.447/0001-03	Aplicar reajuste por faixa etária ao consumidor, sem previsão do percentual aplicado. (Art.15, da Lei 9.656)	27000 (VINTE E SETE MIL REAIS)
25782.002778/2012-76	BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL	318299.	83.506.030/0001-00	Aplicar reajuste por faixa etária ao consumidor, acima do contratado. (Art.15 da Lei 9.656)	27000 (VINTE E SETE MIL REAIS)
33903.005854/2012-18	UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	342084.	03.533.726/0001-88	Deixar de garantir a cobertura obrigatória de consulta prevista no art. 12, da Lei 9656 e sua regulamentação (Art.12, I, "a" da Lei 9.656)	64000 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)

TATIANA NOZAKI GRAVE

DECISÃO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O(A) Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS PARANA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 331 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25782.003095/2012-36	INTERODONTO - SISTEMA DE SAÚDE ODONTOLÓGICA LTDA.	317501.	71.930.226/0001-30	Exigir decurso de prazo superior a doze meses para efetivar rescisão imotivada de contrato coletivo. (art. 25, caput, da Lei 9.656 c/c art. 17, § único da RN 195 c/c Anx. I, Tema XVII, B da IN DIPRO 23)	30000 (TRINTA MIL REAIS)
25782.007201/2012-51	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA	400360.	76.613.835/0001-89	Deixar de garantir a cobertura obrigatória de procedimento previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 (Art.12, II , "a" da Lei 9.656)	43200 (QUARENTA E TRES MIL, DUZENTOS REAIS)
25782.009832/2011-23	SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF	312304.	33.909.540/0001-41	Reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS (Art.17, §4º da Lei 9.656)	28226 (VINTE E OITO MIL, DUZENTOS E VINTE E SEIS REAIS)

TATIANA NOZAKI GRAVE

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÃO DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Ao Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 6.368 de 26/06/2014, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.081047/2010-31	BRADESCO DENTAL S.A.	000051.	09.060.348/0001-49	Programa Olho Vivo: Aspectos Técnico-Assistenciais. Violação ao artigo 66 da RN 124/06. Infração configurada.	1.991.579,64 (UM MILHÃO, NOVECENTOS E NOVENTA E UM MIL, QUINHENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS)
33902.364169/2010-61	SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.	416428.	02.866.602/0001-51	Programa Olho Vivo. Não cumprimento das regras estabelecidas pela regulamentação da ANS para identificação da operadora; Não cumprimento das regras referentes à adoção e utilização dos mecanismos de regulação. Improcedência de infração.	ARQUIVAMENTO
33902.330076/2013-85	UNIMED SOUSA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	343153.	24.294.787/0001-00	Demonstrações contábeis e parecer de auditoria independente. Art. 20 e 22 da lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 24/08. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06 alterada pela Resolução Normativa 301/12. Infração configurada.	30.000 (TRINTA MIL REAIS)
33902.329829/2013-18	UNIMED PIRASSUNUNGA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	314242.	00.840.048/0001-08	Demonstrações contábeis e parecer de auditoria independente. Art. 20 e 22 da lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 46/11. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Procedência parcial da representação.	ADVERTÊNCIA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33902.329755/2013-10	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE CAMPO GRANDE	306428.	03.276.524/0001-06	Demonstrações contábeis e parecer de auditoria independente. Art. 20 e 22 da lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 36/09, alterada pela IN DIOPE 40/10 c/c IN DIOPE 46/11. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.329794/2013-17	UNIODONTO DE MANAUS - COOPERATIVA ODONTOLOGICA LTDA.	311391.	23.031.479/0001-29	Demonstrações contábeis e parecer de auditoria independente. Art. 20 e 22 da lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 36/09, alterada pela IN DIOPE 40/10. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Procedência parcial da representação.	ADVERTÊNCIA
33902.330084/2013-21	UNIMED-SÃO GONÇALO - NITERÓI - SOC.COOP.SERV.MED E HOSP LTDA	343731.	28.630.531/0001-87	Demonst. contábeis e parecer de audit. independente. Art. 20 e 22 da lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 36/09, alterada pela IN DIOPE 40/10, c/c IN DIOPE 46/11. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Proced parcial da represent.	ADVERTÊNCIA E MULTA PECUNIARIA R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)

MARCUS TEIXEIRA BRAZ

DECISÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Ao Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 6.368 de 26/06/2014, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.051599/2010-15	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	309222.	31.925.548/0001-76	Programa Olho Vivo. Operar produto de forma diversa da registrada na ANS. Infração ao art. 35-A, IV, "b" da Lei 9.656/98, c/c arts. 5°, § 1°; 6°, § 3°; e 6°-A da RDC n° 28/00, alterada pela RN 183/08. Conduta tipificada no art. 20 da RN 124/06. Proced de infração.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
25785.011432/2010-77	UNIMED SANTA MARIA - SOC. COOP. DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.	319708.	87.497.368/0001-95	Programa Olho Vivo. Fiscalização técnico assistencial. Múltiplas infrações. Pelo reconhecimento da reparação voluntária e eficaz em relação parte das condutas. Pela anulação parcial do auto de infração. Procedência parcial de infração.	138.670,74 (CENTO E TRINTA E OITO MIL, SEISCENTOS E SETENTA REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)
33902.330099/2013-90	UNIODONTO REGIONAL COOP TRAB ODONTOLOGICO LTDA	344451.	26.185.199/0001-63	Não envio do Parecer da Auditoria Independente. Art. 20, 22 e 35-A, parágrafo único, da Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Procedência parcial da representação.	ADVERTÊNCIA
33902.330285/2013-29	PRONTOMEDICO PLANO DE ASSISTENCIA MEDICA LTDA	362182.	20.437.133/0001-37	Não env. de Demonst. Contáb. e Parec. de Aud. Indepen. Art. 20,caput e 22 Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06; IN DIOPE 09/07; IN DIOPE 24/08; IN DIOPE 36/09; IN DIOPE 40/10; IN DIOPE 46/11; RN 290/12.Cond.tipif. art. 35 RN 124/06. Infr. Config.	ADVERTÊNCIA
33902.330295/2013-64	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SANTA RITA PASSA QUATRO	363511.	56.927.809/0001-18	Não envio de Demonst Contáb e Parec de Aud Indepen. Art. 20,caput,e 22 Lei 9.656/98; IN DIOPE 08/06; IN DIOPE 09/07; IN DIOPE 24/08; IN DIOPE 36/09; IN DIOPE 40/10; IN DIOPE 46/11; RN 290/12. Cond tipif art. 35 da RN 124/06. Infr. config.	ADVERTÊNCIA
33902.329939/2013-71	ASSOCIAÇÃO EVANGELICA BENEFICENTE DE LONDRINA	326755.	78.613.841/0001-61	Não envio do Parecer da Auditoria Independente. Art. 20, 22 e 35-A, parágrafo único, da Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Procedência parcial da representação.	ADVERTÊNCIA
33902.329943/2013-30	UNIMED SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	327352.	66.453.168/0001-60	Não envio do Parecer da Auditoria Independente. Art. 20, 22 e 35-A, parágrafo único, da Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Procedência parcial da representação.	ADVERTÊNCIA
33902.330263/2013-69	NUCLEO ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA	359866.	01.855.799/0001-60	Não envio de Demonst Contáb e Parec de Audit Indepen.Art. 20, caput,e 22 Lei 9.656/98; IN DIOPE 08/06; IN DIOPE 09/07; IN DIOPE 24/08; IN DIOPE 36/09;IN DIOPE 40/10; IN DIOPE 46/11;RN 290/12. Cond.tipif. art. 35 RN 124/06.Proced. Parc. Represent.	ADVERTÊNCIA
33902.329796/2013-06	FUNDAÇÃO BENEFICENTE RIO DOCE	311499.	27.836.329/0001-43	Não envio do Parecer da Auditoria Independente. Art. 20, 22 e 35-A, parágrafo único, da Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.330219/2013-59	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAARJ	355879.	33.755.174/0001-13	Não envio de Demonst contáb e parec de audit indepen. Art. 20 e 22 lei 9.656/98,35-A, paragr. único, Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 09/2007 c/c IN DIOPE 36/09, IN DIOPE 40/10. Cond tipif art. 35 RN 124/06 alterada pela RN 301/12. Proced parc da represen.	ADVERTÊNCIA E MULTA PECUNIARIA R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
33902.330179/2013-45	UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA.	352501.	87.096.616/0001-96	Não envio do Parecer da Auditoria Independente. Art. 20, 22 e 35-A, parágrafo único, da Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Procedência parcial da representação.	ADVERTÊNCIA E MULTA PECUNIARIA R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.329982/2013-37	CISOPAR - CENTRO INTEGRADO DE SAUDE ORAL PARAISENSE LTDA	332950.	64.478.027/0001-77	Não env de demonst contáb e parec de audit indepen. Art. 20, 22 lei 9.656/98, 35-A, parágr único,Lei 9.656/98;IN DIOPE09/07; IN DIOPE 24/08; IN DIOPE 40/10; IN DIOPE 46/11.Cond tipif art35 RN124/06alter pelaRN301/12.Proced parc represen.	ADVERTÊNCIA E MULTA PECUNIARIA R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

MARCUS TEIXEIRA BRAZ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RETIFICAÇÃO

No D.O.U. de 12 de novembro de 2014, Seção 1, página 43 e 44, processo: 33902.329765/2013-47 da operadora IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MOCOCA onde consta ADVERTÊNCIA E MULTA PECUNIÁRIA R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) leia-se ADVERTÊNCIA E MULTA PECUNIÁRIA R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS).

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.420, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de recondução de 9 maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014 e a Portaria MS/GM n° 912, de 12 de maio de 2014, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 988, de 04 de MARÇO de 2011, única e exclusivamente quanto ao Deferimento de retificação de publicação para o medicamento VICK VAPORUB, processo 25351.014847/00-41, referente à empresa PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S/A, publicada no Diário Oficial da União nº. 46, de 09 de MARÇO de 2011, Seção 1, página 65 e Suplemento página 06.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE Nº 2.820, de 25 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 142, de 28 de julho de 2014, Seção 1 pg. 51 e Suplemento pg. 54, referente ao processo nº 25351004633001l

Onde se lê:

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 1.01300-3
INSULINA GLARGINA
ANTIDIABETICOS
LANTUS 25351.004633/00-11 11/2015
(...)
COMERCIAL 1.1300.0285.026-9 36 Meses
100 U/ML SOL INJ CT 3 CAR VD TRANS X 3ML + 3 CAN
APLIC
INSULINA GLARGINA
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO

Leia-se:

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 1.01300-3
INSULINA GLARGINA
ANTIDIABETICOS
LANTUS 25351.004633/00-11 11/2015
(...)
COMERCIAL 1.1300.0285.026-9 36 Meses
100 U/ML SOL INJ CT 3 CAR VD TRANS X 3ML + 3 CAN
APLIC

SOLOSTAR
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO

Na Resolução - RE N.º 3.731 de 19 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 182, de 22 de setembro de 2014, Seção 1 Pag. 40 e Suplemento Pag. 12, referente ao processo nº 25351.004633/00-11

Onde se lê:
COMERCIAL 1.1300.0285.016-1 36 Meses
100 U/ML SOL INJ CT 1 CAR VD TRANS X 3 ML LANTUS OPTICLIK
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO
COMERCIAL 1.1300.0285.019-6 36 Meses
100 U/ML SOL INJ CT 5 CAR VD TRANS X 3 ML LANTUS OPTICLIK
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO
COMERCIAL 1.1300.0285.023-4 36 Meses
100 U/ML SOL INJ CT 10 CAR VD TRANS X 3 ML OPTICLIK
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO
COMERCIAL 1.1300.0285.026-9 36 Meses
100 U/ML SOL INJ CT 3 CAR VD TRANS X 3ML + 3 CAN APLIC
INSULINA GLARGINA
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO
Leia-se:
COMERCIAL 1.1300.0285.001-3 36 Meses
100 U/ML SOL INJ CT 1 CAR VD TRANS X 3 ML LANTUS
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO
COMERCIAL 1.1300.0285.006-4 36 Meses
100 U/ML SOL INJ CT 5 CAR VD TRANS X 3 ML LANTUS
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO
COMERCIAL 1.1300.0285.007-2 36 Meses
100 U/ML SOL INJ CT 10 CAR VD TRANS X 3 ML LANTUS
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO
COMERCIAL 1.1300.0285.026-9 36 Meses
100 U/ML SOL INJ CT 3 CAR VD TRANS X 3ML + 3 CAN APLIC
SOLOSTAR
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO

Na Resolução RE N.º 3.820 de 26 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 187, de 29 de setembro de 2014, Seção 1 pág. 36 e Suplemento pág. 11, referente ao processo nº 25351.221302/2012-62

Onde se lê:
SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 1.01300-3
ZALTRAP
OUTROS ANTINEOPLASICOS
ZALTRAP 25351.221302/2012-62 09/2019
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1300.1148.001-0 36 Meses
25 MG/ML SOL DIL INFUS CT FA VD TRANSP X 4 ML
Não informado
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1300.1148.002-9 36 Meses
25 MG/ML SOL DIL INFUS CT 3 FA VD TRANSP X 4 ML
Não informado
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1300.1148.003-7 36 Meses
25 MG/ML SOL DIL INFUS CT FA VD TRANSP X 8 ML
Não informado
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO
Leia-se:
SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 1.01300-3
AFLIBERCEPTE
OUTROS ANTINEOPLASICOS
ZALTRAP 25351.221302/2012-62 09/2019
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1300.1148.001-0 36 Meses
25 MG/ML SOL DIL INFUS CT FA VD TRANSP X 4 ML
Não informado
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1300.1148.002-9 36 Meses
25 MG/ML SOL DIL INFUS CT 3 FA VD TRANSP X 4 ML
Não informado
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO
RESTRITO A HOSPITAIS 1.1300.1148.003-7 36 Meses
25 MG/ML SOL DIL INFUS CT FA VD TRANSP X 8 ML
Não informado
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO

SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de novembro de 2014

N° 316 - A Superintendência de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 136, inciso XV, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicado na seção 1, do DOU n. 103, de 02 de junho 2014, e pelo art. 1º, inciso III, alínea b, da Portaria n. 1.666, de 10 de outubro de 2014, publicada na seção 1, do DOU n. 197, de 13 de outubro de 2014,vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA.
PROCESSO: 25756.396126/2010-31 - AIS: 517082/10-6 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais).
AUTUADO: CONECTA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA.
PROCESSO: 25750.166951/2010-85 - AIS: 220522/10-0 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).
AUTUADO: RA CATERING LTDA.
PROCESSO: 25751.183419/2010-31 - AIS: 242315/10-4 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais).
AUTUADO: SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DO RIO GRANDE.
PROCESSO: 25751.232899/2010-40 - AIS: 306436/10-1 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais).
AUTUADO: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍUCLOS AUTOMOTORES LTDA.
PROCESSO: 25743.069060/2010-64 - AIS: 092226/10-9 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais).
AUTUADO: WEBJET LINHAS AEREAS AS.
PROCESSO: 25751.175072/2010-25 - AIS: 231059/10-7 - GGPAF/ANVISA.
Penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais).

PAULO BIANCARDI COURY

SUPERINTENDÊNCIA DE CORRELATOS E ALIMENTOS
GERÊNCIA-GERAL DE COSMÉTICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.431, DE 17 DE ABRIL DE 2014.(*)

A Gerente-Geral de Cosméticos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.726, de 21 de outubro de 2014, tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014,

Art. 1° Conceder a Revalidação Automática dos processos dos Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, conforme RDC nº 250/2004, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSINEIRE MELO COSTA SALLUM

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
COR E/OU TONALIDADE NUMERO DE PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
LOCAL DE FABRICAÇÃO VENCIMENTO
DESTINAÇÃO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO
GRUPO DO PRODUTO
EMBALAGEM PRIMÁRIA
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
FORMA FÍSICA
ASSUNTO DA PETIÇÃO
RESTRIÇÃO DE USO
CONSERVAÇÃO
AVON INDUSTRIAL LTDA 2.00004-1
AVON DESODORANTE MUSK MARINE PARA HOMENS ROLL ON ANTITRANSPIRANTE
25351.062905/2004-56 2.0004.1363.001-4
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 4 Ano(s)
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
AVON DESODORANTE MUSK FRESH PARA HOMENS ROLL ON ANTITRANSPIRANTE
25351.062922/2004-93 2.0004.1365.001-5
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 4 Ano(s)
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
AVON NATURALS ERVA DOCE DESODORANTE ROLL-ON ANTITRANSPIRANTE
25351.238377/2009-14 2.0004.1644.001-1
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
AVON NATURALS ERVA DOCE DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE CREME
25351.238404/2009-19 2.0004.1645.001-7
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
AVON CLEARSKIN ESFOLIANTE FACIAL DE LIMPEZA PROFUNDA
25351.261274/2009-95 2.0004.1646.001-2
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2021034 CREME DE LIMPEZA FACIAL PARA PELE ACNÉICA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUIN
DO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
AVON CLEARSKIN ESFOLIANTE FACIAL DE LIMPEZA PROFUNDA
25351.261274/2009-95 2.0004.1646
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2021034 CREME DE LIMPEZA FACIAL PARA PELE ACNÉICA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUIN
DO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTELA DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
AVON SKIN SO SOFT SOFT & FIRM LOÇÃO FIRMADORA PARA O CORPO
25351.297899/2009-95 2.0004.1654.001-6
SÃO PAULO/SP 07/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020253 LOÇÃO PARA CELULITE / ESTRIAS (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU NÃO
, INCLUINDO OS "LEITES")
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BBP INDUSTRIA DE CONSUMO LTDA 2.03394-8
CONDICIONADOR DISNEY MARIE
25351.135401/2009-41 2.3394.0080.001-8
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 07/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020360 CONDICIONADOR CAPILAR INFANTIL
BISNAGA PLASTICO LAMINADO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
SHAMPOO DISNEY MARIE
25351.143375/2009-61 2.3394.0078.001-7
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 07/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020350 XAMPU INFANTIL
BISNAGA PLASTICO LAMINADO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
SABONETE LÍQUIDO DISNEY MARIE
25351.145191/2009-73 2.3394.0086.001-0
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 07/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020380 SABONETES INFANTIS
FRASCO PET
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
CREME DENTAL COM FLÚOR+CÁLCIO HERBAL ULTRA ACTION COM FLÚOR ATIVO
25351.236715/2009-82 2.3394.0087.001-6
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 07/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020022 DENTIFRÍCIO ANTICÁRIE (LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO)
TUBO LAMINADO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BEIERSDORF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 2.02721-0
NIVEA ANGEL STAR DEO ICY KISS DESODORANTE ROLL-ON ANTITRANSPIRANTE
25351.163302/2009-31 2.2721.0358.001-9
ITATIBA/SP 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NIVEA ANGEL STAR DEO ICY KISS DESODORANTE ROLL-ON ANTITRANSPIRANTE
25351.163302/2009-31 2.2721.0358.002-7
ITATIBA/SP 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE VIDRO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NIVEA ANGEL STAR DEO HOT CRUSH DESODORANTE ROLL-ON ANTITRANSPIRANTE
25351.163310/2009-01 2.2721.0359.001-4
ITATIBA/SP 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NIVEA ANGEL STAR DEO HOT CRUSH DESODORANTE ROLL-ON ANTITRANSPIRANTE
25351.163310/2009-01 2.2721.0359.002-2
ITATIBA/SP 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE VIDRO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NIVEA HAPPY TIME DESODORANTE ROLL-ON ANTITRANSPIRANTE
25351.221970/2009-81 2.2721.0361.001-5
ITATIBA/SP 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NIVEA HAPPY TIME DESODORANTE ROLL-ON ANTITRANSPIRANTE
25351.221970/2009-81 2.2721.0361.002-3
ITATIBA/SP 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE VIDRO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
EUCERIN DERMO PURIFYER GEL DE LIMPEZA
25351.845175/2008-21 2.2721.0345.001-8
CHILE 02/2019
COMERCIAL 30 Meses
2021034 CREME DE LIMPEZA FACIAL PARA PELE ACNÉICA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUIN
DO OS GÉIS)
TUBO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
EUCERIN DERMO PURIFYER GEL DE LIMPEZA
25351.845175/2008-21 2.2721.0345.002-6
CHILE 02/2019
COMERCIAL 12 Meses
2021034 CREME DE LIMPEZA FACIAL PARA PELE ACNÉICA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUIN
DO OS GÉIS)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
EUCERIN DERMO PURIFYER GEL CREME
25351.879478/2008-18 2.2721.0364.001-1
ALEMANHA 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020223 CREME PARA PELE ACNÉICA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
EUCERIN DERMO PURIFYER GEL CREME
25351.879478/2008-18 2.2721.0364.002-1
ALEMANHA 06/2019
COMERCIAL 12 Meses
2020223 CREME PARA PELE ACNÉICA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
BIO PRODUCTS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. 2.03726-5
CELAMINA ULTRA SHAMPOO
25351.782946/2008-57 2.3726.0059.001-9
BARUERI/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020014 XAMPU ANTICASPA / ANTIQUEDA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS QUE JU
STIFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO DE POLIETILENO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
CELAMINA SHAMPOO
25351.782958/2008-27 2.3726.0060.001-4
BARUERI/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020014 XAMPU ANTICASPA / ANTIQUEDA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS QUE JU
STIFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO DE POLIETILENO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
BIOFACTOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME 2.04530-3
BIOBASE SUN FPS 45
25351.363300/2009-48 2.4530.0011.001-6
TAUBATÉ/SP 07/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020091 PROTETOR SOLAR
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
BRIGHT STAR BUSINESS CORP. DO BRASIL LTDA 2.03940-3
LA PRAIRIE CELLULAR RADIANCE EYE CREAM
25351.285583/2009-91 2.3940.0168.001-1
SUÍÇA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020084 CREME PARA A ÁREA DOS OLHOS EXCETO OS DE MAQUIAGEM E/OU AÇÃO HIDRATAN
TE E/OU DEMAQUILANTE
POTE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CERAS JOHNSON LTDA 2.00192-0
OFF! COSMETIC
25351.077453/2009-70 2.0192.0478.001-4
MANAUS/AM 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020320 REPELENTE DE INSETOS
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
COFERLY COSMETICA LTDA. 2.03597-0
NEW OXI 40 VOLUMES K.PRO PROFISSIONAL
25351.331029/2009-25 2.3597.0187.001-1
BARUERI/SP 07/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA

VEDADA A IMPRESSÃO SEM PLANO DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NEW OXI 20 VOLUMES K.PRO PROFISSIONAL
25351.331053/2009-16 2.3597.0188.001-5
BARUERI/SP 07/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
COLGATE PALMOLIVE INDUSTRIAL LTDA 2.04970-3
CREME DENTAL COLGATE TRIPLA AÇÃO
25351.237994/2009-14 2.4970.0005.001-5
MÉXICO 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020022 DENTIFRÍCIO ANTICÁRIE (LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO / PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PASTA DENTIFRICIA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
COLGATE HERBAL FRESH GEL
25351.265866/2009-88 2.4970.0010.001-2
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 07/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020022 DENTIFRÍCIO ANTICÁRIE (LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO / PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PASTA DENTIFRICIA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
Produto exclusivo para Exportação
COSMETICA INDUSTRIAL BRENNER LTDA 2.01466-4
DERMATUS OLIGOPLUS LOÇAO FACIAL
25351.033040/2004-11 2.1466.0151.001-7
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2010254 LOÇÃO PARA O ROSTO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU N
ÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
FRASCO PET
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO AQUOSA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
COSMS VIEIRA LTDA 2.00408-8
LINEA PERFECTA PER CAPELLI RELAXER SUPER SISTEMA DE TRATAMENTO RELAXANTE PARA OS CABELOS
25351.124491/2009-10 2.0408.0009.001-2
BELO HORIZONTE/MG 04/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LINEA PERFECTA PER CAPELLI RELAXER MÉDIO SISTEMA DE TRATAMENTO RELAXANTE PARA OS CABELOS
25351.124522/2009-21 2.0408.0010.001-8
BELO HORIZONTE/MG 04/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
D. DA SILVA MESQUITA -ME 2.02359-1
GELPARA MASSAGEM BÁLSAMO DA AMAZÔNIA BOTICA OFFICINALIS.
25351.760056/2008-10 2.2359.0006.001-4
PORTO VELHO/RO 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020226 CREME PARA O CORPO COM FOTOPROTETOR OU COM OUTRAS FINALIDADES ALÉM DE
HIDRATAÇÃO E REFRESCÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
DELLY KOSMETIC COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA 2.02560-4
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
7.5-LOURO ACAJU 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.001-9
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
1.0-PRETO 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.002-7
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
2.0-ESCURO 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.003-5
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
3.0-CASTANHO ESCURO 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.004-3
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
4.0-CASTANHO 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.005-1
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
5.0-CASTANHO CLARO 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.006-1
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
6.0-LOURO ESCURO 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.007-8
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
7.0-LOURO 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.008-6
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
8.0-LOURO CLARO 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.009-4
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
9.0-LOURO CLARÍSSIMO 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.010-8
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
3.31-CASTANHO ESCURO DOURADO CINZA25351.319319/2009-55 2.2560.0182.011-6
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
3.65-CASTANHO ESCURO VERMELHO ACAJU25351.319319/2009-55 2.2560.0182.012-4
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
4.51-CASTANHO ACAJU CINZA 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.013-2
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
4.45-CASTANHO COBRE ACAJU 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.014-0
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
4.65-CASTANHO VERMELHO ACAJU 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.015-9
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
5.1-CASTANHO CLARO CINZA 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.016-7
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
5.3-CASTANHO CLARO DOURADO 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.017-5
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
5.35-CASTANHO CLARO DOURADO ACAJU25351.319319/2009-55 2.2560.0182.018-3
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
5.53-CASTANHO CLARO ACAJU DOURADO25351.319319/2009-55 2.2560.0182.019-1
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
5.64-CASTANHO CLARO VERMELHO COBRE25351.319319/2009-55 2.2560.0182.020-5
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
6.56-LOURO ESCURO ACAJU VERMELHO25351.319319/2009-55 2.2560.0182.021-3
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
6.3-LOURO ESCURO DOURADO 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.022-1
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
7.1--LOURO CINZA 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.023-1
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
7.3-LOURO DOURADO 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.024-8
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
7.45-LOURO COBRE ACAJU 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.025-6
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
7.5-CASTANHO CLARO ACAJU 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.026-4
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
5.65-CASTANHO CLARO VERMELHO ACAJU25351.319319/2009-55 2.2560.0182.027-2
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
8.31-LOURO CLARO DOURADO CINZA25351.319319/2009-55 2.2560.0182.028-0
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
9.21-LOURO CLARÍSSIMO NACRÉ 25351.319319/2009-55 2.2560.0182.029-9
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING CREAM
9.31-LOURO CLARÍSSIMO DOURADO CINZA25351.319319/2009-55 2.2560.0182.030-2
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS G.H.F. LTDA ME 2.04869-6
TÔNICO CAPILAR ANTIQUEDA GOTAS MILAGROSAS HAIR FLY
25351.285684/2009-24 2.4869.0001.001-4
ABREU E LIMA/PE 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020280 TÔNICO CAPILAR (ALCOÓLICO OU NÃO)
FLACONETE PLASTICO
DISPLAY DE CARTOLINA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ELCA COSMÉTICOS LTDA 2.02468-9
CLINIQUE YOUTH SURGE SPF 15 AGE DECELERATING MOISTURIZER VERY DRY TO DRY
25351.197166/2009-14 2.2468.0666.001-7
ESTADOS UNIDOS 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020221 CREME OU LOÇÃO PARA O ROSTO COM FOTOPROTETOR DA PELE E/ou COM OUTRAS
FINALIDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
MAC STUDIO MOISTURE TINT SPF 15
MEDIUM DARK 25351.259631/2009-87 2.2468.0675.001-6
CANADÁ 07/2019
COMERCIAL 30 Meses

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
MAC STUDIO MOISTURE TINT SPF 15
LIGHT 25351.259631/2009-87 2.2468.0675.002-4
CANADÁ 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
MAC STUDIO MOISTURE TINT SPF 15
MEDIUM 25351.259631/2009-87 2.2468.0675.003-2
CANADÁ 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
MAC STUDIO MOISTURE TINT SPF 15
DARK 25351.259631/2009-87 2.2468.0675.004-0
CANADÁ 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
MAC STUDIO MOISTURE TINT SPF 15
DEEP DARK 25351.259631/2009-87 2.2468.0675.005-9
CANADÁ 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
MAC STUDIO MOISTURE TINT SPF 15
DARK PLUS 25351.259631/2009-87 2.2468.0675.006-7
CANADÁ 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
MAC STUDIO MOISTURE TINT SPF 15
MEDIUM PLUS 25351.259631/2009-87 2.2468.0675.007-5
CANADÁ 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
MAC STUDIO MOISTURE TINT SPF 15
DARK DEEP 25351.259631/2009-87 2.2468.0675.008-3
CANADÁ 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
FARMOQUÍMICA S/A 2.03540-1
LYSALPHA CICAPEEL LABORATOIRES SVR
25351.262549/2009-02 2.3540.0164.001-0
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021001 ESFOLIANTE QUÍMICO
FRASCO DE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
LYSALPHA CICAPEEL LABORATOIRES SVR
25351.262549/2009-02 2.3540.0164.002-9
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021001 ESFOLIANTE QUÍMICO
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
DENSITIUM CONTOUR DES YEUX LABORATOIRES SVR
25351.262627/2009-19 2.3540.0166.001-1
FRANÇA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020084 CREME PARA A ÁREA DOS OLHOS EXCETO OS DE MAQUIAGEM E/OU AÇÃO HIDRATAN
TE E/OU DEMAQUILANTE
FRASCO DE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
DENSITIUM CONTOUR DES YEUX LABORATOIRES SVR
25351.262627/2009-19 2.3540.0166.002-1
FRANÇA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020084 CREME PARA A ÁREA DOS OLHOS EXCETO OS DE MAQUIAGEM E/OU AÇÃO HIDRATAN
TE E/OU DEMAQUILANTE
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
DENSITIUM CREME LABORATOIRES SVR
25351.262631/2009-76 2.3540.0165.001-6
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
DENSITIUM CREME LABORATOIRES SVR
25351.262631/2009-76 2.3540.0165
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
SPIRIAL SPRAY LABORATOIRES SVR
25351.262661/2009-21 2.3540.0167.001-7
FRANÇA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
FLAGIAN IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA 2.00108-1
SOIN SUPERLATIF REVITALISANT 2 CREME REVITALISANTE 2 ANNA PEGOVA
25000.006634/9965- 2.0108.0124.001-6
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2010221 CREME PARA O ROSTO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
PEGOLIFT C FLUIDE JEUNESSE PERGOLIFT C FLUIDO REJUVENESCEDOR ANNA PEGOVA PARIS
25351.104532/2009-62 2.0108.0179.001-6
SÃO PAULO/SP 07/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2010254 LOÇÃO PARA O ROSTO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU N
ÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
FLUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GASPAROTTO LABATE & CIA LTDA 2.00333-8
LAVANDA INGLESINHA INFANTIL HALLEY BABY
25351.015464/2004-01 2.0333.0083.001-4
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020420 COLÔNIAS INFANTIS (HIDROALCOÓLICAS OU NÃO)
FRASCO PVC
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
COLÔNIA CHEIRINHO BOM HALLEY PARA O CORPO AZUL
25351.055680/2004-81 2.0333.0082.001-9
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020420 COLÔNIAS INFANTIS (HIDROALCOÓLICAS OU NÃO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
COLÔNIA CHEIRINHO BOM HALLEY PARA O CORPO AZUL
25351.055680/2004-81 2.0333.0082.002-7
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020420 COLÔNIAS INFANTIS (HIDROALCOÓLICAS OU NÃO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GREENWOOD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 2.00292-6
JAFRA ROYAL JELLY GEL FACIAL HUMECTANTE DE ACCION INTENSIVA CON JALEA REAL (CON CELLSPAN COMPLEX)
25351.311444/2009-81 2.0292.0893.001-8
MÉXICO 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010221 CREME PARA O ROSTO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE VIDRO
ESTOJO DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
INDÚSTRIA E COMÉRCIO SANTA THEREZA LTDA 2.00877-8
CONDICIONADOR LORYS KIDS RED SHAKE
25351.042614/2004-41 2.0877.0261.001-8
JUNDIAÍ/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PARA TERCEIROS

2020360 CONDICIONADOR CAPILAR INFANTIL
FRASCO DE POLIETILENO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
J A BITENCOURT & CIA LTDA ME 2.03417-8
BLOQUEADOR SOLAR FOTOEQUILIBRIO FPS 33 SUNNY SOL WIND
25351.168791/2009-19 2.3417.0063.001-2
CEILÂNDIA/DF 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020092 BLOQUEADOR SOLAR/ANTI SOLAR (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
BLOQUEADOR SOLAR FOTOEQUILIBRIO FPS 15 SUNNY SOL WIND
25351.258891/2009-16 2.3417.0064.001-8
CEILÂNDIA/DF 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020092 BLOQUEADOR SOLAR/ANTI SOLAR (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA. 2.00092-5
MINI LISTERINE COOL MINT ANTI-SÉPTICO BUCAL
25351.134315/2009-67 2.0092.0948.001-1
JAGUARIÚNA/SP 07/2019
COMERCIAL 18 Meses
2020025 ENXAGUATÓRIO BUCAL COM FLÚOR, ANTIPLACA E ANTI-SÉPTICO
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
CALADRYL PÓS SOL
25351.257422/2009-71 2.0092.0949.001-7
MÉXICO 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010253 LOÇÃO PARA O CORPO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU N
ÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
MINI LISTERINE FRESHBURST ANTI-SÉPTICO BUCAL
25351.347475/2009-30 2.0092.0951.001-8
JAGUARIÚNA/SP 07/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020025 ENXAGUATÓRIO BUCAL COM FLÚOR, ANTIPLACA E ANTI-SÉPTICO
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
KIMBERLY CLARK BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA 2.03047-1
LENÇOS UMEDECIDOS HUGGIES NATURAL CARE
25351.220554/2009-18 2.3047.0005.001-1
SUZANO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
FILME PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LENÇOS UMEDECIDOS FEMININOS INTIMUS
25351.233180/2009-11 2.3047.0006.001-7
SUZANO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021054 LENÇO UMEDECIDO COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS QUE JUST
IFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA
FILME PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
TOALHAS UMEDECIDAS PARA ADULTOS PLENITUD
25351.233189/2009-62 2.3047.0008.001-8
SUZANO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021054 LENÇO UMEDECIDO COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS QUE JUST
IFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA
FILME PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LENÇOS UMEDECIDOS HUGGIES RECÉM NASCIDO
25351.247635/2009-05 2.3047.0007.001-2
SUZANO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
FILME PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LENÇOS UMEDECIDOS BABY WIPES
25351.247662/2009-77 2.3047.0011.001-4
SUZANO/SP 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
FILME PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LENÇOS UMEDECIDOS BABY WIPES
25351.247662/2009-77 2.3047.0011.002-2
SUZANO/SP 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LENÇOS UMEDECIDOS BABY WIPES
25351.247662/2009-77 2.3047.0011.003-0
SUZANO/SP 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
ENVELOPE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LENÇOS UMEDECIDOS HUGGIES
25351.247678/2009-53 2.3047.0012.001-1
SUZANO/SP 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
FILME PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LENÇOS UMEDECIDOS HUGGIES
25351.247678/2009-53 2.3047.0012
SUZANO/SP 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
FILME PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
FOAM SOAP ANTIBACTERIAL KIMCARE
25351.294419/2009-17 2.3047.0014.001-0
HOLANDA (PAÍSES BAIXOS) 07/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020003 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL ANTI-SÉPTICO (LÍQUIDO,GEL, CREME OU SÓL
IDO)
SACO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LABORATORIO MARPESA PRODUTOS BELEZA E HIGIENE LTDA 2.00655-0
SELETIF SABONETE LIQUIDO ÍNTIMO DROGALFA
25351.447045/2008-51 2.0655.0264.001-1
MESQUITA/RJ 04/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
LABORATORIO MICRO ERVAS LTDA ME 2.03145-8
CREME REDUTOR DE CELULITE SAVRE
25351.224614/2009-54 2.3145.0045.001-3
DIADEMA/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020226 CREME PARA O CORPO COM FOTOPROTETOR OU COM OUTRAS FINALIDADES ALÉM DE
HIDRATAÇÃO E REFRESCÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
LABORATORIO PANIZZA LTDA 2.02795-7
SHAMPOO ANTI-CASPA PANIZZA
25351.251396/2009-08 2.2795.0021.001-0
TABOÃO DA SERRA/SP 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020014 XAMPU ANTICASPA / ANTIQUEDA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS QUE JU
STIFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CONDICIONADOR ANTI-CASPA PANIZZA
25351.251405/2009-11 2.2795.0020.001-5
TABOÃO DA SERRA/SP 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2021066 CONDICIONADOR COM AÇÃO ANTIQUEDA, ANTI-CASPA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ES
PECÍFICOS QUE JUSTIFIQUEM COMPROVAÇÃO PRÉVIA
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
LARRU`S INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA. 2.00337-2
ILEG HINODE ÓLEO EM GEL LÍQUIDO PARA MASSAGEM
25351.234956/2009-00 2.0337.0284.001-4
BARUERI/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2021012 ÓLEO PARA MASSAGEM COM OUTRAS FINALIDADES ALÉM DE HIDRATAÇÃO E/OU REF
RESCÂNCIA
FRASCO PLASTICO PEAD
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ILEG HINODE ÓLEO EM GEL LÍQUIDO PARA MASSAGEM
25351.234956/2009-00 2.0337.0284.002-2
BARUERI/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021012 ÓLEO PARA MASSAGEM COM OUTRAS FINALIDADES ALÉM DE HIDRATAÇÃO E/OU REF
RESCÂNCIA
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
LVMH PARFUMS ET COSMETIQUES DO BRASIL S/A. 2.02640-0
GIVENCHY PHOTO'PERFEXION - FOND DE TEINT FLUIDE - TEINT 100% NATUREL - 0 DÉFAUT - SPF 20 - PA+++
4 - PERFECT VANILLA 25351.100946/2009-20 2.2640.0659.001-2
FRANÇA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021027 BASE CREMOSA FACIAL OU CORPORAL COM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE VIDRO COM VALVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
FLUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GIVENCHY PHOTO'PERFEXION - FOND DE TEINT FLUIDE - TEINT 100% NATUREL - 0 DÉFAUT - SPF 20 - PA+++
5 - PERFECT PRALINE 25351.100946/2009-20 2.2640.0659.002-0
FRANÇA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021027 BASE CREMOSA FACIAL OU CORPORAL COM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE VIDRO COM VALVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
FLUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GIVENCHY PHOTO'PERFEXION - FOND DE TEINT FLUIDE - TEINT 100% NATUREL - 0 DÉFAUT - SPF 20 - PA+++
6 - PERFECT HONEY 25351.100946/2009-20 2.2640.0659.003-9
FRANÇA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021027 BASE CREMOSA FACIAL OU CORPORAL COM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE VIDRO COM VALVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
FLUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GIVENCHY PHOTO'PERFEXION - FOND DE TEINT FLUIDE - TEINT 100% NATUREL - 0 DÉFAUT - SPF 20 - PA+++
7 - PERFECT GOLD 25351.100946/2009-20 2.2640.0659.004-7
FRANÇA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021027 BASE CREMOSA FACIAL OU CORPORAL COM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE VIDRO COM VALVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
FLUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GIVENCHY PHOTO'PERFEXION - FOND DE TEINT FLUIDE - TEINT 100% NATUREL - 0 DÉFAUT - SPF 20 - PA+++
8 - PERFECT AMBER 25351.100946/2009-20 2.2640.0659.005-5
FRANÇA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021027 BASE CREMOSA FACIAL OU CORPORAL COM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE VIDRO COM VALVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
FLUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GIVENCHY 2 CLEAN TO BE TRUE - DÉMAQUILLANT YEUX BI-PHASE INTENSE & WATERPROOF
25351.170649/2009-13 2.2640.0655.001-0
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010191 DEMAQUILANTES (INCLUINDO OS DISCOS EMBEBIDOS)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
FLUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
DIOR BRONZE PROTECTION SOLAIRE VOILE DE MONOÏ SUBLIMATEUR PROTECTION MOYENNE SPF10 UVA
25351.215635/2009-24 2.2640.0660.001-8
FRANÇA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020091 PROTETOR SOLAR
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
DIOR HOMME DERMO SYSTEM SERUM YEUX TENSEUR DEFATIGUANT-ANTI-FATIGUE FIRMING EYE SERUM
25351.313390/2009-54 2.2640.0663.001-4
FRANÇA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020086 LOÇÃO PARA ÁREA DOS OLHOS EXCETO AS DE MAQUIAGEM E/OU AÇÃO HIDRATANTE
E/OU DEMAQUILANTE
FLACONETE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
MARY KAY DO BRASIL LTDA 2.02547-0
MARY KAY TIME WISE AGE FIGHTING EYE CREAM
25351.042609/2004-39 2.2547.0204.001-3
ESTADOS UNIDOS 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020084 CREME PARA A ÁREA DOS OLHOS EXCETO OS DE MAQUIAGEM E/OU AÇÃO HIDRATANTE E/OU DEMAQUILANTE
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
MARY KAY TIME WISE AGE FIGHTING EYE CREAM
25351.042609/2004-39 2.2547.0204.002-1
ESTADOS UNIDOS 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020084 CREME PARA A ÁREA DOS OLHOS EXCETO OS DE MAQUIAGEM E/OU AÇÃO HIDRATANTE E/OU DEMAQUILANTE
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
MELORA DO BRASIL PRODUTOS DERMATOLÓGICOS S/A 2.03232-8
ENDOCARE TENSAGE CREAM ENDOCARE TENSAGE CREME
25351.157987/2009-87 2.3232.0083.001-4
ESPANHA 06/2019
COMERCIAL 48 Meses
2010221 CREME PARA O ROSTO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MEMPHIS S/A INDUSTRIAL 2.00180-9
DESODORANTE ROLL-ON ANTITRANPIRANTE ALMA DE FLORES ESSÊNCIA DE CHAMPGNE
25351.130131/2009-76 2.0180.0175.001-5
PORTO ALEGRE/RS 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
TUBO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
NATIVA BIOCOSMETICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 2.02527-1
MÁSCARA SECATIVA EQUILÍBRIO NATIVA
25351.200343/2009-78 2.2527.0167.001-7
BELO HORIZONTE/MG 06/2019
PROFISSIONAL 2 Ano(s)
2021003 MÁSCARA FACIAL COM FINALIDADE ESPECÍFICA OU COM BENEFÍCIOS ESPECÍFICO
S QUE JUSTIFIQUEM COMPROVAÇÃO PRÉVIA
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE SEM PERFUME - IANDÊ - NATIVA
25351.247753/2009-99 2.2527.0169.001-8
BELO HORIZONTE/MG 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO PET
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LOÇÃO SECATIVA - EQUILÍBRIO - NATIVA
25351.280077/2009-36 2.2527.0170.001-3
BELO HORIZONTE/MG 07/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020251 LOÇÃO PARA PELE ACNÉICA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU NÃO, INCL
UINDO OS "LEITES")
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO AQUOSA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LOÇÃO SECATIVA - EQUILÍBRIO - NATIVA
25351.280077/2009-36 2.2527.0170.002-1
BELO HORIZONTE/MG 07/2019
PROFISSIONAL 2 Ano(s)
2020251 LOÇÃO PARA PELE ACNÉICA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU NÃO, INCL
UINDO OS "LEITES")
FRASCO PET
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO AQUOSA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
MOUSSE FACIAL - EQUILÍBRIO - NATIVA
_____ 25351.299068/2009-39 2.2527.0171.001-9
BELO HORIZONTE/MG 07/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NEVER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 2.01248-1
CREME DENTAL COM FLUOR NEVASCA
25000.014752/9947- 2.1248.0075.001-7
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020022 DENTIFRÍCIO ANTICÁRIE (LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO)
BISNAGA DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
PASTA DENTIFRICIA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CREME DENTAL COM FLUOR NEVASCA
25000.014752/9947- 2.1248.0075.002-5
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020022 DENTIFRÍCIO ANTICÁRIE (LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO)
BISNAGA DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
PASTA DENTIFRICIA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
LOURO CLARO ACINZENTADO 8.1 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.001-1
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
CASTANHO RUBI 4.65 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.002-1
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
CASTANHO VIOLINI 3.65 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.003-8
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
CEREJA 6.646 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.004-6
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
LOURO ESCURO VERMELHO PROFUNDO 6.6625351.041230/2004-10 2.1248.0122.005-4
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
LOURO DOURADO ACAJU 6.35 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.006-2
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
LOURO MUITO CLARO BEGE 9.31 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.007-0
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
LOURO ULTRA CLARO 11.0 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.008-9
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
LOURO PLATINADO 10.1 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.009-7
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
CASTANHO MÉDIO 4.0 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.010-0
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
CASTANHO ESCURO 3.0 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.011-9
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
CASTANHO CLARO 5.0 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.012-7
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
ACAJU PÚRPURA 3.66 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.013-5
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
ACAJU 5.5 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.014-3
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
COBRE DOURADO 7.43 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.015-1
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
CHOCOLATE 6.7 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.016-1
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
GRANADA 6.45 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.017-8
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
LOURO ACOBREADO 6.4 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.018-6
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
LOURO CLARÍSSIMO 9.0 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.019-4
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TINTURA CREME NUTRITON
LOURO CLARO 8.0 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.020-8
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
LOURO CINZA CLARO 9.1 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.021-6
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
LOURO DOURADO 8.3 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.022-4
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
LOURO ESCURO 6.0 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.023-2
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
LOURO MÉDIO 7.0 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.024-0
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
LOURO PASTEL 10.0 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.025-9
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
MARROM DOURADO 7.73 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.026-7
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
MARROM MÉDIO 7.7 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.027-5
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
PRETO 2.0 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.028-3
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
PRETO AZULADO 1.0 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.029-1
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TINTURA CREME NUTRITON
VERMELHO INTENSO 4.66 25351.041230/2004-10 2.1248.0122.030-5
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CREME ALISANTE ANALÉA CABELOS CRESPOS
25351.104579/2009-23 2.1248.0145.001-7
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CREME ALISANTE ANALÉA CABELOS ONDULADOS & SENSÍVEIS
25351.104595/2009-51 2.1248.0148.001-3
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
OPUS PRODUTOS DE HIGIENE E DESCARTAVEIS LTDA. 2.00035-9
LENCOS UMEDECIDOS BABY POPPY
25000.014758/9923- 2.0035.0181.001-9
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
PEPILON INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA 2.00629-1
LOÇÃO RESTAURADORA PEPILON TRADICIONAL UNICA 25351.250893/2009-60 2.0629.0066.001-6
LONDRINA/PR 07/2019
COMERCIAL 48 Meses
2020121 TINTURA PROGRESSIVA (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO HIDROALCOOLICA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LOÇÃO RESTAURADORA PEPILON TRADICIONAL UNICA 25351.250893/2009-60 2.0629.0066
LONDRINA/PR 07/2019
COMERCIAL 48 Meses
2020121 TINTURA PROGRESSIVA (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO HIDROALCOOLICA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).

PERFUMARIA MARCIA LTDA 2.00305-1
LOÇÃO CAPILAR MÁRCIA
25351.685120/2008-80 2.0305.0307.001-1
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020121 TINTURA PROGRESSIVA (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
FRASCO DE POLIETILENO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
PHISALIA PRODUTOS DE BELEZA LTDA 2.00043-6
SHAMPOO TRÁ LÁ LÁ KIDS VITAMINADO
25351.251999/2009-36 2.0043.0316.001-6
OSASCO/SP 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020350 XAMPU INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
PRACOM INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS DO BRASIL LTDA 2.03734-2
LOWELL COMPLEX CARE SHAMPOO ANTIQUEDA
25351.156678/2009-63 2.3734.0019.001-5
ITAPIRA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 2 Ano(s)
2020014 XAMPU ANTICASPA / ANTIQUEDA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS QUE JU
STIFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, PÓ OU SÓLIDO)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LOWELL COLOR DESCOLORANTE EM PÓ
25351.252210/2009-85 2.3734.0023.001-7
ITAPIRA/SP 07/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020130 DESCOLORANTE PARA CABELOS (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA 2.00345-1
SUPER REPELEX SPRAY
25351.221799/2009-47 2.0345.0863.001-6
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020320 REPELENTE DE INSETOS
FRASCO DE PLASTICO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SANTHER FABRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S.A. 2.03482-1
SABONETE LÍQUIDO ÍNTIMO SYM
25351.750571/2008-64 2.3482.0002.001-8
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SHAMPOO INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA 2.01659-1
TONICO CAPILAR TRICOFORT COM EXTRATOS VEGETAIS DE GENGIBRE, JUA, QUINA E CAPSICUM
25351.106329/2009-10 2.1659.0107.001-9
COLOMBO/PR 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020280 TÔNICO CAPILAR (ALCOÓLICO OU NÃO)
FLACONETE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO HIDROALCOOLICA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
TONICO CAPILAR TRICOFORT COM EXTRATOS VEGETAIS DE GENGIBRE, JUA, QUINA E CAPSICUM
25351.106329/2009-10 2.1659.0107.002-7
COLOMBO/PR 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020280 TÔNICO CAPILAR (ALCOÓLICO OU NÃO)
FLACONETE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO HIDROALCOOLICA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
SHISEIDO DO BRASIL LTDA. 2.03114-0
SHISEIDO MEN FACIAL CONTOUR REFINER
25351.100517/2009-65 2.3114.0168.001-6
ESTADOS UNIDOS 06/2019
COMERCIAL 48 Meses
2020221 CREME OU LOÇÃO PARA O ROSTO COM FOTOPROTETOR DA PELE E/ou COM OUTRAS
FINALIDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SIDONE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. 2.02702-5
DERM´ATTIVE PEDICURE HIDRATANTE
25351.057823/2003-17 2.2702.0018.001-5
UBERLÂNDIA/MG 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010227 CREME PARA OS PÉS COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRESC
ÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
SKINTEC COMERCIAL IMP. E EXP. LTDA 2.02571-2
TIMEXPERT LIFT NECK CREMA REMODELANTE CUELLO Y ESCOTE - GERMAINE DE CAPUCCINI
25351.279093/2009-79 2.2571.0137.001-3
ESPANHA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020221 CREME OU LOÇÃO PARA O ROSTO COM FOTOPROTETOR DA PELE E/ou COM OUTRAS
FINALIDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
SUISSA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA 2.00230-1
LAVANDA FLORA NENEN
NÃO SE APLICA 25351.287324/2009-94 2.0230.0169.001-9
NOVA IGUAÇU/RJ 07/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020420 COLÔNIAS INFANTIS (HIDROALCOÓLICAS OU NÃO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
TOTAL PERFORMANCE INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA - ME 2.03639-5
PROTETOR LABIAL FPS 30 ZANPHY
25351.746841/2008-46 2.3639.0007.001-1
JAMBEIRO/SP 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020090 PROTETOR LABIAL COM AÇÃO FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO
)
TUBO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
BASTAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
TRI HAIR INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA 2.03729-6
SHAMPOO TONIFICANTE 12 ERVAS TRI HAIR
25351.088770/2009-47 2.3729.0009.001-1
SALVADOR/BA 07/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020014 XAMPU ANTICASPA / ANTIQUEDA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS QUE JU
STIFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
VAINCRE IND. COM. IMP. EXP. LTDA. 2.02544-1
CREME REFRESCANTE REBILD FRESH
25351.015410/2004-38 2.2544.0015.001-0
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 12 Meses
2010221 CREME PARA O ROSTO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
VITADERM FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA 2.01032-4
LOÇÃO REVELADORA 10 VOLUMES INTENSIV COLOR FASHION
25351.231385/2009-71 2.1032.0294.001-4
SÃO PAULO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LOÇÃO REVELADORA 10 VOLUMES INTENSIV COLOR FASHION
25351.231385/2009-71 2.1032.0294.002-2
SÃO PAULO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LOÇÃO REVELADORA 10 VOLUMES INTENSIV COLOR FASHION
25351.231385/2009-71 2.1032.0294.003-0
SÃO PAULO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
CREME CORPORAL PARA PREVENÇÃO DE ESTRIAS VITADERM
25351.231507/2009-00 2.1032.0292.001-3
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CREME CORPORAL PARA PREVENÇÃO DE ESTRIAS VITADERM
25351.231507/2009-00 2.1032.0292.002-1
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASNAGA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CREME CORPORAL PARA PREVENÇÃO DE ESTRIAS VITADERM
25351.231507/2009-00 2.1032.0292.003-1
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CREME CORPORAL PARA PREVENÇÃO DE ESTRIAS VITADERM
25351.231507/2009-00 2.1032.0292.004-8
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CREME CORPORAL PARA PREVENÇÃO DE ESTRIAS VITADERM
25351.231507/2009-00 2.1032.0292.005-6
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASNAGA
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CREME CORPORAL PARA PREVENÇÃO DE ESTRIAS VITADERM
25351.231507/2009-00 2.1032.0292.006-4
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
LOÇÃO REVELADORA 30 VOLUMES INTENSIV COLOR FASHION
25351.231512/2009-80 2.1032.0295.001-1
SÃO PAULO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 24 Meses

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LOÇÃO REVELADORA 30 VOLUMES INTENSIV COLOR FASHION
25351.231512/2009-80 2.1032.0295.002-8
SÃO PAULO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LOÇÃO REVELADORA 30 VOLUMES INTENSIV COLOR FASHION
25351.231512/2009-80 2.1032.0295.003-6
SÃO PAULO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LOÇÃO REVELADORA 40 VOLUMES INTENSIV COLOR FASHION
25351.231533/2009-42 2.1032.0293.001-9
SÃO PAULO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LOÇÃO REVELADORA 40 VOLUMES INTENSIV COLOR FASHION
25351.231533/2009-42 2.1032.0293.002-7
SÃO PAULO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LOÇÃO REVELADORA 40 VOLUMES INTENSIV COLOR FASHION
25351.231533/2009-42 2.1032.0293.003-5
SÃO PAULO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
GEL CRIOTERÁPICO CORPORAL VITADERM
25351.233066/2009-37 2.1032.0291.001-8
SÃO PAULO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GEL CRIOTERÁPICO CORPORAL VITADERM
25351.233066/2009-37 2.1032.0291.002-6
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GEL CRIOTERÁPICO CORPORAL VITADERM
25351.233066/2009-37 2.1032.0291.003-4
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GEL CRIOTERÁPICO CORPORAL VITADERM
25351.233066/2009-37 2.1032.0291.004-2
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GEL CRIOTERÁPICO CORPORAL VITADERM
25351.233066/2009-37 2.1032.0291.005-0
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASNAGA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA 2.03566-2
DERMAGLOS LINEA SOLAR FACTOR 20 RESISTENTE AL AGUA
25351.090705/2004-93 2.3566.0008.001-9
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020091 PROTETOR SOLAR
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DERMAGLOS LINEA SOLAR RESISTENTE AL AGUA PANTALLA TOTAL FACTOR 45
25351.090721/2004-86 2.3566.0007.001-3
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020092 BLOQUEADOR SOLAR/ANTI SOLAR (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DERMAGLOS LINEA SOLAR RESISTENTE AL AGUA PANTALLA TOTAL FACTOR 45
25351.090721/2004-86 2.3566.0007
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020092 BLOQUEADOR SOLAR/ANTI SOLAR (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DERMAGLOS LINEA SOLAR RESISTENTE AL AGUA PANTALLA TOTAL FACTOR 45
25351.090721/2004-86 2.3566.0007
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020092 BLOQUEADOR SOLAR/ANTI SOLAR (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DERMAGLOS LINEA SOLAR FACTOR 20 SPRAY
25351.090729/2004-42 2.3566.0006.001-8
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020091 PROTETOR SOLAR
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DERMAGLOS LINEA SOLAR FACTOR 10 SPRAY
25351.090732/2004-66 2.3566.0004.001-7
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020091 PROTETOR SOLAR
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DERMAGLOS POST SOLAR GEL
25351.106247/2004-11 2.3566.0009.001-4
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010226 CREME PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRES
CÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DERMAGLOS POST SOLAR GEL
25351.106247/2004-11 2.3566.0009.002-2
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL
2010226 CREME PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRES
CÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DERMAGLOS POST SOLAR GEL
25351.106247/2004-11 2.3566.0009
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010226 CREME PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRES
CÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DERMAGLOS POST SOLAR EMULSIÓN
25351.106327/2004-77 2.3566.0010.001-1
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010253 LOÇÃO PARA O CORPO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU N
ÃO, INCLUINDO OS "LEITES")

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
V.V.INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA 2.02528-5
SABONETE ÍNTIMO FLOWER CARE
25351.273689/2009-75 2.2528.0020.001-9
LONDRINA/PR 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
GEL FIXADOR ANTIQUEDA JABORANDI FLORA COSMÉTICA
25351.273750/2009-82 2.2528.0021.001-4
LONDRINA/PR 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010171 FIXADOR PARA CABELOS (LÍQUIDO, GEL, CREME OU AEROSSOL)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _

AMWAY DO BRASIL LIMITADA 2.01293-6
MOISKIN BODY FIRMING GEL
25351.156794/2009-01 2.1293.0293.001-4
ESTADOS UNIDOS 05/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
CAIXA DE CARTOLINA
FRASCO DE PLASTICO
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ANNE MARIE EXPORTAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA 2.02579-1
CREME HIDRATANTE RENAL DERM
25351.092651/2004-09 2.2579.0179.001-7
CURITIBA/PR 07/2024
COMERCIAL 2 Ano(s)
2010226 CREME PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRES
CÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
SACO PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
ATSUM INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA 2.04088-8
TÔNICO CAPILAR PERSONAL HAIR CLINIC
25351.848716/2008-24 2.4088.0041.001-9
CURITIBA/PR 07/2019
PROFISSIONAL 2 Ano(s)
2020280 TÔNICO CAPILAR (ALCOÓLICO OU NÃO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BBP INDUSTRIA DE CONSUMO LTDA 2.03394-8
COLÔNIA DISNEY MARIE
25351.143339/2009-06 2.3394.0073.001-1
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 05/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020420 COLÔNIAS INFANTIS (HIDROALCOÓLICAS OU NÃO)
FRASCO PET
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO HIDROALCOOLICA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. 2.01212-6
ANTISTAX GEL
25351.382789/2009-55 2.1212.0012.001-8
ALEMANHA 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010220 CREME PARA AS PERNAS COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFR
ESCÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ANTISTAX GEL
25351.382789/2009-55 2.1212.0012.002-6
ALEMANHA 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010220 CREME PARA AS PERNAS COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFR
ESCÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA POLIETILENO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ANTISTAX GEL
25351.382789/2009-55 2.1212.0012.003-4
ALEMANHA 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010220 CREME PARA AS PERNAS COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFR
ESCÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CCD COSM CIENTIFICA DERM COMERCIO E INDUSTRIA LTDA 2.01717-1
SECATRIZ LÁPIS RETRÁTIL SECATIVO
COR ÚNICA 25351.833094/2008-37 2.1717.0184.001-1
RIO DE JANEIRO/RJ 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
LAPISEIRA
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
COLGATE PALMOLIVE INDUSTRIAL LTDA 2.04970-3
COLGATE SENSITIVE PRÓ ALÍVIO
25351.239301/2010-01 2.4970.0144.001-1
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 08/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2021042 DENTIFRÍCIO COM INDICAÇÃO PARA DENTES SENSÍVEIS (LÍQUIDO, GEL, CREME,
SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO / PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PASTA DENTIFRICIA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
COLGATE SENSITIVE PRÓ ALÍVIO
25351.239301/2010-01 2.4970.0144.002-1
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 08/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2021042 DENTIFRÍCIO COM INDICAÇÃO PARA DENTES SENSÍVEIS (LÍQUIDO, GEL, CREME,
SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO / PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
PASTA DENTIFRICIA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
COLGATE SENSITIVE PRÓ ALÍVIO
25351.239301/2010-01 2.4970.0144.003-8
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 08/2019
COMERCIAL 1 Ano(s)
2021042 DENTIFRÍCIO COM INDICAÇÃO PARA DENTES SENSÍVEIS (LÍQUIDO, GEL, CREME,
SÓLIDO)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
PASTA DENTIFRICIA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 2.00003-8
TONALIZANTE RÁPIDO BIOCOLOR HOMEM
LOURO ESCURO 25351.146816/2009-23 2.0003.0377.001-6
TABOÃO DA SERRA/SP 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
TONALIZANTE RÁPIDO BIOCOLOR HOMEM
CASTANHO CLARO 25351.146816/2009-23 2.0003.0377.002-4
TABOÃO DA SERRA/SP 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
TONALIZANTE RÁPIDO BIOCOLOR HOMEM
CASTANHO MÉDIO 25351.146816/2009-23 2.0003.0377.003-2
TABOÃO DA SERRA/SP 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
TONALIZANTE RÁPIDO BIOCOLOR HOMEM
CASTANHO ESCURO 25351.146816/2009-23 2.0003.0377.004-0
TABOÃO DA SERRA/SP 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
DELLY KOSMETIC COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA 2.02560-4
YELLOW COLOR ENERGY SERIES
11.00-LOURO PLATINA NATURAL 25351.313382/2009-91 2.2560.0183.001-4
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR ENERGY SERIES
11.11-LOURO PLATINA CINZA INTENSO25351.313382/2009-91 2.2560.0183.002-2
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

YELLOW COLOR ENERGY SERIES
11.20-LOURO PLATINA IRISÉ 25351.313382/2009-91 2.2560.0183.003-0
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR ENERGY SERIES
11.30-LOURO PLATINA DOURADO 25351.313382/2009-91 2.2560.0183.004-9
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR CREMA COLORANTE
4.66-CASTANHO VERMELHO INTENSO25351.313384/2009-49 2.2560.0184.001-1
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR CREMA COLORANTE
5.66-CASTANHO CLARO VERMELHO INTENSO25351.313384/2009-49 2.2560.0184.002-8
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR CREMA COLORANTE
6.66-LOURO ESCURO VERMELHO INTENSO25351.313384/2009-49 2.2560.0184.003-6
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR CREMA COLORANTE
7.66-LOURO VERMELHO INTENSO 25351.313384/2009-49 2.2560.0184.004-4
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR CREMA COLORANTE
8.66-LOURO CLARO VERMELHO INTENSO25351.313384/2009-49 2.2560.0184.005-2
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR CREMA COLORANTE
9.4-LOURO CLARÍSSIMO COBRE 25351.313384/2009-49 2.2560.0184.006-0
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORANTE
6000 - VERMELHO VIVO 25351.319281/2009-51 2.2560.0185.001-5
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR TINTA
1.11-PRETO AZUL 25351.319515/2009-68 2.2560.0187.001-6
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING
7.4-LOURO COBRE 25351.319563/2009-05 2.2560.0188.001-1
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR HAIR COLORING
8.4--LOURO CLARO COBRE 25351.319563/2009-05 2.2560.0188.002-1
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR SUPER REFORÇADOR DE ACLARAÇÃO
25351.328950/2009-21 2.2560.0186.001-0
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020130 DESCOLORANTE PARA CABELOS (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR CLEAR & GLOSS - DILUENTE E BRILHO
0 25351.392095/2009-99 2.2560.0198.001-6
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR INTENSIFICADOR COLORAÇÃO INTENSA E ULTRA LUMINOSA
ROSSO-VERMELHO 25351.392100/2009-08 2.2560.0199.001-1
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
3-CASTANHO ESCURO 25351.392104/2009-14 2.2560.0200.001-5
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
4-CASTANHO MÉDIO 25351.392104/2009-14 2.2560.0200.002-3
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
5-CASTANHO CLARO 25351.392104/2009-14 2.2560.0200.003-1
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
6-LOURO ESCURO 25351.392104/2009-14 2.2560.0200.004-1
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
7-LOURO MÉDIO 25351.392104/2009-14 2.2560.0200.005-8
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
8-LOURO CLARO 25351.392104/2009-14 2.2560.0200.006-6
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
9-LOURO CLARÍSSIMO 25351.392104/2009-14 2.2560.0200.007-4
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
10.31-LOURO EXTRA-CLARO DOURADO CINZA25351.392104/2009-14 2.2560.0200.008-2
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
8.31-LOURO CLARO DOURADO CINZA25351.392104/2009-14 2.2560.0200.009-0
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
6.31-LOURO ESCURO DOURADO CINZA25351.392104/2009-14 2.2560.0200.010-4
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
5.45-CASTANHO CLARO COBRE ACAJU25351.392104/2009-14 2.2560.0200.011-2
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
7.32-LOURO MÉDIO DOURADO IRISE25351.392104/2009-14 2.2560.0200.012-0
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
6.53-LOURO ESCURO ACAJU DOURADO25351.392104/2009-14 2.2560.0200.013-9
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
5.53-CASTANHO CLARO ACAJU DOURADO25351.392104/2009-14 2.2560.0200.014-7
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
6.35-LOURO ESCURO DOURADO ACAJU25351.392104/2009-14 2.2560.0200.015-5
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
7.35-LOURO MÉDIO DOURADO ACAJU25351.392104/2009-14 2.2560.0200.016-3
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
5.14-CASTANHO CLARO CINZA COBRE25351.392104/2009-14 2.2560.0200.017-1
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
6.14-LOURO ESCURO CINZA COBRE25351.392104/2009-14 2.2560.0200.018-1
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM INTENSA E ULTRA LUMINOSA
7.14-LOURO MÉDIO CINZA COBRE 25351.392104/2009-14 2.2560.0200.019-8
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR INTENSIFICADOR COLORAÇÃO ARANCIO-LARANJA 25351.392107/2009-95 2.2560.0189.001-7
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR TONE ON TONE
5.5-CASTANHO CLARO ACAJU 25351.392110/2009-13 2.2560.0190.001-2
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR HAIR COLOR
4.52-CASTANHO MÉDIO ACAJU IRISÉ25351.392116/2009-88 2.2560.0191.001-8
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR INTENSIFICADOR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM
VIOLA-VIOLETA 25351.392119/2009-65 2.2560.0196.001-5
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2024
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR INTENSE AND ULTRA LUMINOUS HAIR COLOR
6.4-LOURO ESCURO COBRE 25351.392122/2009-93 2.2560.0197.001-0
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR INTENSE AND ULTRA LUMINOUS HAIR COLOR
7.43-LOURO MÉDIO COBRE DOURADO25351.392122/2009-93 2.2560.0197.002-9
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR INTENSE AND ULTRA LUMINOUS HAIR COLOR
7.34-LOURO MÉDIO DOURADO COBRE25351.392122/2009-93 2.2560.0197.003-7
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR INTENSE AND ULTRA LUMINOUS HAIR COLOR
8.4-LOURO CLARO COBRE 25351.392122/2009-93 2.2560.0197.004-5
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO
9.3-LOURO CLARÍSSIMO DOURADO 25351.392213/2009-11 2.2560.0192.001-3
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO
4.3-CASTANHO MÉDIO DOURADO 25351.392213/2009-11 2.2560.0192.002-1
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO
7.3-LOURO MÉDIO DOURADO 25351.392213/2009-11 2.2560.0192.003-1
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO
6.3-LOURO ESCURO DOURADO 25351.392213/2009-11 2.2560.0192.004-8
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORACIÓN INTENSA Y ULTRA LUMINOSA
7.66-LOURO MÉDIO VERMELHO INTENSO25351.392215/2009-63 2.2560.0193.001-9
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORACIÓN INTENSA Y ULTRA LUMINOSA
6.66-LOURO ESCURO VERMELHO INTENSO25351.392215/2009-63 2.2560.0193.002-7
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORACIÓN INTENSA Y ULTRA LUMINOSA
5.66-CASTANHO CLARO VERMELHO INTENSO25351.392215/2009-63 2.2560.0193.003-5
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORACIÓN INTENSA Y ULTRA LUMINOSA
4.66-CASTANHO MÉDIO VERMELHO INTENSO25351.392215/2009-63 2.2560.0193.004-3
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAZIONE INTENSA E ULTRA LUMINOSA
1-PRETO 25351.392229/2009-91 2.2560.0194.001-4
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM
7.1-LOURO MÉDIO CINZA 25351.392237/2009-55 2.2560.0195.001-1
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM
5.1-CASTANHO CLARO CINZA 25351.392237/2009-55 2.2560.0195.002-8
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM
8.1-LOURO CLARO CINZA 25351.392237/2009-55 2.2560.0195.003-6
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM
10.1-LOURO EXTRA CLARO CINZA 25351.392237/2009-55 2.2560.0195.004-4
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ALFAPARF COLOR WEAR COLORAÇÃO TOM SOBRE TOM
9.21-LOURO CLARÍSSIMO IRISÉ CINZA25351.392237/2009-55 2.2560.0195.005-2
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW FORM CONDITIONING CREAM RELAXER SUPER 1 25351.446420/2009-91 2.2560.0202.001-6
RIO DE JANEIRO/RJ 09/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW FORM CONDITIONING CREAM RELAXER SUPER 1 25351.446420/2009-91 2.2560.0202.002-4
RIO DE JANEIRO/RJ 09/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

YELLOW FORM CONDITIONING CREAM RELAXER REGULAR
1 25351.446431/2009-21 2.2560.0203.001-1
RIO DE JANEIRO/RJ 09/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW FORM CONDITIONING CREAM RELAXER REGULAR
1 25351.446431/2009-21 2.2560.0203.002-1
RIO DE JANEIRO/RJ 09/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
DENTAL PREV INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 2.03911-3
CREME DENTAL ALEG AÇÃO TOTAL
25351.109039/2009-16 2.3911.0121.001-2
LORENA/SP 05/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020022 DENTIFRÍCIO ANTICÁRIE (LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO)
BISNAGA PLASTICO LAMINADO
CARTUCHO DE PAPELAO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DEVINTEX COSMÉTICOS LTDA 2.02959-4
SALON LINE PROFESSIONAL CREME ALISANTE TIOGLICOLATO CABELOS CRESPOS ONDULADOS OU VOLUMOSOS MÉDIO
25351.066145/2009-95 2.2959.0153.001-8
SÃO PAULO/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
FILME PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SALON LINE PROFESSIONAL CREME ALISANTE TIOGLICOLATO CABELOS CRESPOS ONDULADOS OU VOLUMOSOS MÉDIO
25351.066145/2009-95 2.2959.0153
SÃO PAULO/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
SACHE
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
ELCA COSMÉTICOS LTDA 2.02468-9
CLINIQUE SELF SUN BODY TINTED LOTION (LIGHT/MEDIUM)
25351.149860/2009-50 2.2468.0665.001-1
ESTADOS UNIDOS 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020103 BRONZEADOR SIMULATÓRIO (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
EPITEC INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA 2.04850-9
CREME PROTETOR PARA A PELE EPITEC 3 EM 1 BIO REGENERADOR
25351.135683/2009-62 2.4850.0001.001-1
CANOAS/RS 05/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2010225 CREME PARA AS MÃOS SEM AÇÃO ANTI-SÉPTICA, SEM AÇÃO FOTOPROTETORA, SEM
INDICAÇÃO DE AÇÃO PROTETORA INDIVIDUAL PARA O TRABALHO COMO EQUIPAMENTO DE P
ROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - E COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFR
BISNAGA DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
EVONIK DEGUSSA BRASIL LTDA. 2.01119-6
STOKOSEPT® GEL
25351.787154/2008-41 2.1119.0010.001-2
ALEMANHA 05/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020227 CREME PARA AS MÃOS COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA, COM AÇÃO FOTOPROTETORA, COM
INDICAÇÃO DE AÇÃO PROTETORA INDIVIDUAL PARA O TRABALHO COMO EQUIPAMENTO DE P
ROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - E/ou COM OUTRAS FINALIDADES ALÉM DE HIDRATAÇÃO E/O
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
FLAGIAN IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA 2.00108-1
LOCAO ACNALYS PARA PELES OLEOSAS LOTION ACNALYS ANNA PEGOVA
25000.006623/9949- 2.0108.0117.001-8
SÃO PAULO/SP 05/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2010254 LOÇÃO PARA O ROSTO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU N
ÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
FLORESÇA INDÚSTRIA E COMÉERCIO DE COSMÉTICOS LTDA 2.03319-1
CORPUS C SATTIVA
25351.053559/2009-60 2.3319.0008.001-9
APARECIDA DE GOIÂNIA/GO 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
GALDERMA BRASIL LTDA 2.02262-5
CETAPHIL SHAMPOO SUAVE
25000.008504/9921- 2.2262.0044.001-1
DIADEMA/SP 05/2019
COMERCIAL 30 Meses
2010011 XAMPU EXCETO OS COLORANTES/TONALIZANTES E OS COM AÇÃO ANTIQUEDA, ANTI
CASPA OU OUTROS BENEFÍCIOS QUE JUSTIFIQUEM COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL,
CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CETAPHIL SHAMPOO SUAVE
25000.008504/9921- 2.2262.0044.002-8
DIADEMA/SP 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010011 XAMPU EXCETO OS COLORANTES/TONALIZANTES E OS COM AÇÃO ANTIQUEDA, ANTI
CASPA OU OUTROS BENEFÍCIOS QUE JUSTIFIQUEM COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL,
CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CETAPHIL SHAMPOO SUAVE
25000.008504/9921- 2.2262.0044
DIADEMA/SP 05/2019
COMERCIAL 12 Meses
2010011 XAMPU EXCETO OS COLORANTES/TONALIZANTES E OS COM AÇÃO ANTIQUEDA, ANTI
CASPA OU OUTROS BENEFÍCIOS QUE JUSTIFIQUEM COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL,
CREME, PÓ OU SÓLIDO)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GREENWOOD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 2.00292-6
JAFRA CREMA DE DIA PARA MANOS CON FPS 15
25351.143892/2009-60 2.0292.0891.001-7
MÉXICO 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020227 CREME PARA AS MÃOS COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA, COM AÇÃO FOTOPROTETORA, COM
INDICAÇÃO DE AÇÃO PROTETORA INDIVIDUAL PARA O TRABALHO COMO EQUIPAMENTO DE P
ROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - E/ou COM OUTRAS FINALIDADES ALÉM DE HIDRATAÇÃO E/O
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
HENLAU QUIMICA LTDA 2.02743-7
GEL ANTISSÉPTICO HELP HAND
NÃO APLICAVEL 25351.529983/2009-26 2.2743.0182.001-2
GARÇA/SP 10/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO PLÁSTICO COM VÁLVULA SPRAY
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
GEL ANTISSÉPTICO HELP HAND
NÃO APLICAVEL 25351.529983/2009-26 2.2743.0182.002-0
GARÇA/SP 10/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
HIDRANCE COSMÉTICOS LTDA 2.04398-9
BLOQUEADOR SOLAR FPS 50 HIDRANCE
25351.342762/2009-68 2.4398.0021.001-1
SAPUCAIA DO SUL/RS 09/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020091 PROTETOR SOLAR
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
PROTETOR SOLAR FPS 15 HIDRANCE
25351.342780/2009-43 2.4398.0024.001-6
SAPUCAIA DO SUL/RS 10/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020091 PROTETOR SOLAR
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
BLOQUEADOR SOLAR FPS 30 HIDRANCE
25351.342785/2009-89 2.4398.0018.001-3
SAPUCAIA DO SUL/RS 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020091 PROTETOR SOLAR
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IMS-COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA 2.01436-0
CREME PARA PENTEAR JABORANDI POTENCIALIZADO ANTI QUEDA AROMA DO CAMPO
25351.061979/2009-27 2.1436.0640.001-0
NOVA IGUAÇU/RJ 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021061 CREME RINSE ANTIQUEDA, ANTICASPA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS Q
UE JUSTIFIQUEM COMPROVAÇÃO PRÉVIA
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
SHAMPOO JABORANDI POTENCIALIZADO ANTI QUEDA AROMA DO CAMPO
25351.061983/2009-84 2.1436.0639.001-5
NOVA IGUAÇU/RJ 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020014 XAMPU ANTICASPA / ANTIQUEDA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS QUE JU
STIFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ATIVADOR GUANIDINA COM EXTRATO VEGETAL VITA-A®
25351.085688/2009-75 2.1436.0641.001-6
NOVA IGUAÇU/RJ 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
ATIVADOR GUANIDINA COM EXTRATO VEGETAL VITA-A®
25351.085688/2009-75 2.1436.0641.002-4
NOVA IGUAÇU/RJ 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
FRASCO DE PLASTICO
FILME PLASTICO
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
ATIVADOR GUANIDINA COM EXTRATO VEGETAL VITA-A®
25351.085688/2009-75 2.1436.0641
NOVA IGUAÇU/RJ 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
FRASCO DE PLASTICO
SHRINK
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
SACHÊ TONALIZANTE ALISA E TINGE AROMA DO CAMPO PRETO 25351.294885/2009-65 2.1436.0648.001-4
NOVA IGUAÇU/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
SACHE
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SACHÊ TONALIZANTE ALISA E TINGE AROMA DO CAMPO CASTANHO ESCURO 25351.294885/2009-65 2.1436.0648.002-2
NOVA IGUAÇU/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
SACHE
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SACHÊ TONALIZANTE ALISA E TINGE AROMA DO CAMPO CASTANHO NATURAL 25351.294885/2009-65 2.1436.0648.003-0
NOVA IGUAÇU/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
SACHE
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SACHÊ TONALIZANTE ALISA E TINGE AROMA DO CAMPO CASTANHO CLARO 25351.294885/2009-65 2.1436.0648.004-9
NOVA IGUAÇU/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
SACHE
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SACHÊ TONALIZANTE ALISA E TINGE AROMA DO CAMPO ACAJU 25351.294885/2009-65 2.1436.0648.005-7
NOVA IGUAÇU/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
SACHE
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SACHÊ TONALIZANTE ALISA E TINGE AROMA DO CAMPO CHOCOLATE 25351.294885/2009-65 2.1436.0648.006-5
NOVA IGUAÇU/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
SACHE
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SACHÊ TONALIZANTE ALISA E TINGE AROMA DO CAMPO PRETO AZULADO 25351.294885/2009-65 2.1436.0648.007-3
NOVA IGUAÇU/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
SACHE
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
INDALABOR INDAIÁ LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA 2.03387-4
INDASEPT SOLUÇÃO HIGIENIZANTE DA PELE
25351.018632/2003-21 2.3387.0013.001-1
DORES DO INDAIÁ/MG 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
INDASEPT SOLUÇÃO HIGIENIZANTE DA PELE
25351.018632/2003-21 2.3387.0013.002-8
DORES DO INDAIÁ/MG 07/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
INDASEPT SOLUÇÃO HIGIENIZANTE DA PELE
25351.018632/2003-21 2.3387.0013.003-6
DORES DO INDAIÁ/MG 07/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO COM GOTEJADOR
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
INDASEPT SOLUÇÃO HIGIENIZANTE DA PELE
25351.018632/2003-21 2.3387.0013.004-4
DORES DO INDAIÁ/MG 07/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
GALAO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
INDASEPT SOLUÇÃO HIGIENIZANTE DA PELE
25351.018632/2003-21 2.3387.0013
DORES DO INDAIÁ/MG 07/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BOLSA PLASTICA
CAIXA DE CARTOLINA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A 2.00704-1
SABONETE EVEN BABY
25351.041000/2004-42 2.0704.0068.001-9
PAULISTA/PE 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020380 SABONETES INFANTIS
PAPEL CARTAO
PAPEL COUCHE
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
SABONETE EVEN KIDS
25351.041001/2004-97 2.0704.0069.001-4
PAULISTA/PE 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020380 SABONETES INFANTIS
PAPEL CARTAO
PAPEL DE SEDA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA. 2.00092-5
SUNDOWN FRESH FPS 15
25351.225365/2009-46 2.0092.0952.001-3
ARUJÁ/SP 08/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020091 PROTETOR SOLAR
TUBO DE ALUMINIO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NEUTROGENA RAPID CLEAR HIDRATANTE FACIAL
25351.278095/2009-20 2.0092.0953.001-9
LOUVEIRA/SP 08/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020251 LOÇÃO PARA PELE ACNÉICA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU NÃO, INCL
UINDO OS "LEITES")
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NEUTROGENA RAPID CLEAR HIDRATANTE FACIAL
25351.278095/2009-20 2.0092.0953.002-7
LOUVEIRA/SP 08/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2020251 LOÇÃO PARA PELE ACNÉICA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU NÃO, INCL
UINDO OS "LEITES")
SACHE
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NEUTROGENA UV PROTECTION BODY CARE
25351.379809/2009-26 2.0092.0954.001-4
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP 08/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020257 LOÇÃO PARA O CORPO COM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE OU COM OUTRA AÇÃO A
LÉM DE HIDRATAÇÃO E REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU NÃO, INC
LUINDO OS "LEITES")
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NEUTROGENA UV PROTECTION BODY CARE
25351.379809/2009-26 2.0092.0954.002-2
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP 08/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020257 LOÇÃO PARA O CORPO COM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE OU COM OUTRA AÇÃO A
LÉM DE HIDRATAÇÃO E REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU NÃO, INC
LUINDO OS "LEITES")
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM

LABORATÓRIO TAYUYNA LTDA 2.03056-0
BLOQUEADOR SOLAR FPS 30 UVA UVB SOFTSUN AMPLO
25351.035824/2004-83 2.3056.0028.001-3
NOVA ODESSA/SP 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020092 BLOQUEADOR SOLAR/ANTI SOLAR (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
LABORATÓRIOS BAGÓ DO BRASIL S.A. 2.04096-5
BAGÓVIT A EMULSÃO BAGÓVIT
25351.610953/2008-97 2.4096.0004.001-1
ARGENTINA 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010226 CREME PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRES
CÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO COM GOTEJADOR
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LIMA & PERGHER INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA 2.03679-3
BAC GEL SEM AROMA
25351.308193/2009-29 2.3679.0017.001-9
UBERLÂNDIA/MG 09/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020003 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL ANTI-SÉPTICO (LÍQUIDO,GEL, CREME OU SÓL
IDO)
BOLSA PLASTICA
CAIXA DE CARTOLINA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
BAC GEL SEM AROMA
25351.308193/2009-29 2.3679.0017.002-7
UBERLÂNDIA/MG 09/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020003 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL ANTI-SÉPTICO (LÍQUIDO,GEL, CREME OU SÓL
IDO)
BOLSA PLASTICA
CAIXA DE PAPELAO
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
BAC GEL SEM AROMA
25351.308193/2009-29 2.3679.0017.003-5
UBERLÂNDIA/MG 09/2019
INSTITUCIONAL 24 Meses
2020003 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL ANTI-SÉPTICO (LÍQUIDO,GEL, CREME OU SÓL
IDO)
BOMBONA PLASTICA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
L.R. NORDESTE S/A 2.03867-2
DESODORANTE ROLL- ON ANTITRANSPIRANTE LEITE DE ROSAS TRADICIONAL
25351.226793/2009-89 2.3867.0005.001-6
NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE 08/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020038 ANTITRANSPIRANTE/ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADO OU NÃO SOB A FORMA
DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
LUNIZ COSMÉTICOS LTDA ME 2.04766-0
RELAXER PLUS RELAXAMENTO CAPILAR COM 1% DE ÁCIDO TIOGLICÓLICO KAYOAH
25351.785725/2008-77 2.4766.0016.001-3
RIBEIRÃO PRETO/SP 05/2019
PROFISSIONAL 12 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MAGISTRIS DO BRASIL LABORATÓRIO DERMOCOSMÉTICO LTDA - EPP 2.03105-1
CREME RELAXANTE PARA MASSAGENS VIVA VIDA
25351.362493/2009-05 2.3105.0201.001-8
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP 08/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010226 CREME PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRES
CÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO PET
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
MELFE COSMÉTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 2.03763-2
SAVON HYGIENIQUE PAYOT SABONETE HIGIENIZANTE ACNEDERM
25351.156838/2009-83 2.3763.0014.001-0
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2010001 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL EXCETO OS COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA OU ESFO
LIANTE QUÍMICO (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
FRASCO PLASTICO PEAD
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
INTELLIGENCE CREME PAYOT
25351.156888/2009-01 2.3763.0011.001-4
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2010221 CREME PARA O ROSTO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE VIDRO
CARTUCHO DE PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
PHOTODEFENSE PAYOT
25351.156907/2009-35 2.3763.0012.001-1
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020255 LOÇÃO PARA O ROSTO COM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE OU COM OUTRAS FINAL
IDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS
OU NÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
FRASCO DE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NATUPHITUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA 2.01928-0
BASE LÍQUIDA COM FPS 30 PRÓ VITAMINA B-5 E VITAMINA E DELANGE.
BRONZE 25351.179952/2009-71 2.1928.0542.001-1
ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021028 BASE LÍQUIDA FACIAL OU CORPORAL COM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE VIDRO
CAIXA DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BASE LÍQUIDA COM FPS 30 PRÓ VITAMINA B-5 E VITAMINA E DELANGE.
BRONZE 25351.179952/2009-71 2.1928.0542.002-8
ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021028 BASE LÍQUIDA FACIAL OU CORPORAL COM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE VIDRO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BASE LÍQUIDA COM FPS 30 PRÓ VITAMINA B-5 E VITAMINA E DELANGE.
TRANSLÚCIDA 25351.179952/2009-71 2.1928.0542.003-6
ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021028 BASE LÍQUIDA FACIAL OU CORPORAL COM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE VIDRO
CAIXA DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BASE LÍQUIDA COM FPS 30 PRÓ VITAMINA B-5 E VITAMINA E DELANGE.
TRANSLÚCIDA 25351.179952/2009-71 2.1928.0542.004-4
ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021028 BASE LÍQUIDA FACIAL OU CORPORAL COM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE VIDRO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BASE LÍQUIDA COM FPS 30 PRÓ VITAMINA B-5 E VITAMINA E DELANGE.
NATURAL 25351.179952/2009-71 2.1928.0542.005-2
ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021028 BASE LÍQUIDA FACIAL OU CORPORAL COM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE VIDRO
CAIXA DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BASE LÍQUIDA COM FPS 30 PRÓ VITAMINA B-5 E VITAMINA E DELANGE.
NATURAL 25351.179952/2009-71 2.1928.0542.006-0
ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR 06/2019
COMERCIAL 36 Meses

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2021028 BASE LÍQUIDA FACIAL OU CORPORAL COM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE VIDRO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BASE LÍQUIDA COM FPS 30 PRÓ VITAMINA B-5 E VITAMINA E DELANGE.
BEGE 25351.179952/2009-71 2.1928.0542.011-7
ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021028 BASE LÍQUIDA FACIAL OU CORPORAL COM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE VIDRO
CAIXA DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BASE LÍQUIDA COM FPS 30 PRÓ VITAMINA B-5 E VITAMINA E DELANGE.
BEGE 25351.179952/2009-71 2.1928.0542.012-5
ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021028 BASE LÍQUIDA FACIAL OU CORPORAL COM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE VIDRO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
DESODORANTE ANTIPERSPIRANTE ROLL-ON FEMENINO YSTMOS CAMPELLE.
25351.324547/2009-65 2.1928.0543.001-5
ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020038 ANTITRANSPIRANTE/ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADO OU NÃO SOB A FORMA
DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
DESODORANTE ANTIPERSPIRANTE ROLL-ON FEMININO PATRY CAMPELLE.
25351.324571/2009-56 2.1928.0547.001-7
ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020038 ANTITRANSPIRANTE/ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADO OU NÃO SOB A FORMA
DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NATURELLE IND E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA 2.00664-1
SHAMPOO ANTI CASPA SLIM
25000.011967/9905- 2.0664.0361.001-3
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020014 XAMPU ANTICASPA / ANTIQUEDA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS QUE JU
STIFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LOCAO CAPILAR PARA LIMPEZA PROFUNDA SLIM
25000.011969/9922- 2.0664.0357.001-1
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020281 LOÇÃO CAPILAR (LÍQUIDA, EMULSIONADA OU NÃO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PEEL LINE BEAUTY BODY & CARE SYSTEM SPA GEL LIPOLÍTICO COM CAFEÍNA
25351.081582/2004-08 2.0664.0597.001-7
SÃO PAULO/SP 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PEEL LINE BEAUTY BODY & CARE SYSTEM SPA GEL LIPOLÍTICO COM CAFEÍNA
25351.081582/2004-08 2.0664.0597.002-5
SÃO PAULO/SP 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PEEL LINE BEAUTY BODY & CARE SYSTEM SPA GEL LIPOLÍTICO COM CAFEÍNA
25351.081582/2004-08 2.0664.0597.003-3
SÃO PAULO/SP 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PEEL LINE BEAUTY FACE & CARE SYSTEM FLUIDO FIRMADOR E REJUVENECEDOR SPA DMAE 10%
25351.081590/2004-46 2.0664.0598.001-2
SÃO PAULO/SP 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE VIDRO COM VALVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PEEL LINE BEAUTY FACE & CARE SYSTEM FLUIDO FIRMADOR E REJUVENECEDOR SPA DMAE 10%
25351.081590/2004-46 2.0664.0598.002-0
SÃO PAULO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE DE PORCELANA
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PEEL LINE BEAUTY FACE & CARE SYSTEM FLUIDO FIRMADOR E REJUVENECEDOR SPA DMAE 10%
25351.081590/2004-46 2.0664.0598.003-9
SÃO PAULO/SP 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
GEL SECATIVO NATUFLORA
25351.090108/2004-69 2.0664.0600.001-1
SÃO PAULO/SP 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020223 CREME PARA PELE ACNÉICA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
GEL SECATIVO NATUFLORA
25351.090108/2004-69 2.0664.0600.002-1
SÃO PAULO/SP 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020223 CREME PARA PELE ACNÉICA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
SABONETE ANTISSEPTICO NOBAC
25351.090307/2004-77 2.0664.0608.001-5
SÃO PAULO/SP 09/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020003 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL ANTI-SÉPTICO (LÍQUIDO,GEL, CREME OU SÓL
IDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PRACOM INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS DO BRASIL LTDA 2.03734-2
LOWELL COLOR EMULSÃO REVELADORA 40 VOLUMES
25351.252224/2009-10 2.3734.0024.001-2
ITAPIRA/SP 09/2019
PROFISSIONAL 2 Ano(s)
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA 2.00070-9
NUTRISSE
677 25000.041039/9859- 2.0070.1615.042-0
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
10 25000.041039/9859- 2.0070.1615.043-9
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
30 25000.041039/9859- 2.0070.1615.044-7
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
40 25000.041039/9859- 2.0070.1615.046-3
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
43 25000.041039/9859- 2.0070.1615.047-1
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
50 25000.041039/9859- 2.0070.1615.049-8
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
60 25000.041039/9859- 2.0070.1615.052-8
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
70 25000.041039/9859- 2.0070.1615.055-2
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
73 25000.041039/9859- 2.0070.1615.056-0
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
80 25000.041039/9859- 2.0070.1615.057-9
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
91 25000.041039/9859- 2.0070.1615.058-7
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
100 25000.041039/9859- 2.0070.1615.059-5
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
61 25000.041039/9859- 2.0070.1615.060-9
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
46 25000.041039/9859- 2.0070.1615.061-7
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
67 25000.041039/9859- 2.0070.1615.064-1
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
71 25000.041039/9859- 2.0070.1615.066-8
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
81 25000.041039/9859- 2.0070.1615.067-6
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
90 25000.041039/9859- 2.0070.1615.068-4
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
666 25000.041039/9859- 2.0070.1615.073-0
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
57 25000.041039/9859- 2.0070.1615.074-9
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
210 25000.041039/9859- 2.0070.1615.075-7
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
366 25000.041039/9859- 2.0070.1615.076-5
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
83 25000.041039/9859- 2.0070.1615.078-1
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
566 25000.041039/9859- 2.0070.1615.081-1
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
44 25000.041039/9859- 2.0070.1615.085-4
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
52 25000.041039/9859- 2.0070.1615.086-2
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
55 25000.041039/9859- 2.0070.1615.090-0
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
53 25000.041039/9859- 2.0070.1615.091-9
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
51 25000.041039/9859- 2.0070.1615.104-4
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
831 25000.041039/9859- 2.0070.1615.107-9
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
543 25000.041039/9859- 2.0070.1615.110-9
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
466 25000.041039/9859- 2.0070.1615.112-5
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
77 25000.041039/9859- 2.0070.1615.113-3
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
5562 25000.041039/9859- 2.0070.1615.114-1
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
2260 25000.041039/9859- 2.0070.1615.115-1
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NUTRISSE
20++ 25000.041039/9859- 2.0070.1615.116-8
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MODERATO PELE DELICADA GARNIER
25351.024210/2004-76 2.0070.2570.001-2
SÃO PAULO/SP 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
DERMO EXPERTISE PURE ZONE GEL ESFOLIANTE LIMPEZA PROFUNDA
25351.077578/2004-37 2.0070.2574.001-4
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010229 CREME ESFOLIANTE "PEELING" MECÂNICO CORPORAL E/OU FACIAL (PERFUMADO O
U NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MATT TOUCH COMPACT FOUNDATION
3 25351.126390/2009-81 2.0070.3410.001-4
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTOPROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MATT TOUCH COMPACT FOUNDATION
4 25351.126390/2009-81 2.0070.3410.002-2
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTOPROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MATT TOUCH COMPACT FOUNDATION
5 25351.126390/2009-81 2.0070.3410.003-0
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTOPROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MATT TOUCH COMPACT FOUNDATION
6 25351.126390/2009-81 2.0070.3410.004-9
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTOPROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MATT TOUCH COMPACT FOUNDATION
7 25351.126390/2009-81 2.0070.3410.005-7
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTOPROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MATT TOUCH COMPACT FOUNDATION
8 25351.126390/2009-81 2.0070.3410.006-5
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTOPROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MAYBELLINE SUPER NATURAL UV-BLOCK FPS 30
CLARO 01 25351.233198/2009-55 2.0070.3420.001-9
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTOPROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
LUVA LACRE
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MAYBELLINE SUPER NATURAL UV-BLOCK FPS 30
CLARO 01 25351.233198/2009-55 2.0070.3420.002-7
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 30 Meses

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTO-PROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
BLISTER DE PAPEL / PLASTICO
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MAYBELLINE SUPER NATURAL UV-BLOCK FPS 30
CLARO 02 25351.233198/2009-55 2.0070.3420.003-5
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTO-PROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
LUVA LACRE
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MAYBELLINE SUPER NATURAL UV-BLOCK FPS 30
CLARO 02 25351.233198/2009-55 2.0070.3420.004-3
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTO-PROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
BLISTER DE PAPEL / PLASTICO
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MAYBELLINE SUPER NATURAL UV-BLOCK FPS 30
CLARO 03 25351.233198/2009-55 2.0070.3420.005-1
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTO-PROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
LUVA LACRE
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MAYBELLINE SUPER NATURAL UV-BLOCK FPS 30
CLARO 03 25351.233198/2009-55 2.0070.3420.006-1
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTO-PROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
BLISTER DE PAPEL / PLASTICO
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MAYBELLINE SUPER NATURAL UV-BLOCK FPS 30
ESCURO 01 25351.233198/2009-55 2.0070.3420.007-8
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTO-PROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
LUVA LACRE
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MAYBELLINE SUPER NATURAL UV-BLOCK FPS 30
ESCURO 01 25351.233198/2009-55 2.0070.3420.008-6
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTO-PROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
BLISTER DE PAPEL / PLASTICO
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MAYBELLINE SUPER NATURAL UV-BLOCK FPS 30
MÉDIO 01 25351.233198/2009-55 2.0070.3420.009-4
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTO-PROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
LUVA LACRE
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MAYBELLINE SUPER NATURAL UV-BLOCK FPS 30
MÉDIO 01 25351.233198/2009-55 2.0070.3420.010-8
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTO-PROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
BLISTER DE PAPEL / PLASTICO
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MAYBELLINE SUPER NATURAL UV-BLOCK FPS 30
MÉDIO 02 25351.233198/2009-55 2.0070.3420.011-6
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTO-PROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
LUVA LACRE
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MAYBELLINE SUPER NATURAL UV-BLOCK FPS 30
MÉDIO 02 25351.233198/2009-55 2.0070.3420.012-4
ARGENTINA 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2021015 PÓ FACIAL COMPACTO COM FINALIDADE FOTO-PROTETORA DA PELE
ESTOJO DE PLASTICO
BLISTER DE PAPEL / PLASTICO
PO COMPACTO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MATRIX ESSENTIALS SOLUTIONIST SO SILVER SHAMPOO
25351.258954/2009-24 2.0070.3423.001-5
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2024
COMERCIAL 36 Meses
2020123 XAMPU COLORANTE/TONALIZANTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MATRIX ESSENTIALS SOLUTIONIST SO SILVER SHAMPOO
25351.258954/2009-24 2.0070.3423.001-5
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2024
COMERCIAL 36 Meses
2020123 XAMPU COLORANTE/TONALIZANTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
DERMO EXPERTISE PURE ZONE ADSTRINGENTE ANTI-CRAVOS RESISTENTES
25351.259941/2009-22 2.0070.3422.001-1
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021006 LOÇÃO TÔNICA FACIAL PARA PELE ACNÉICA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADA
S OU NÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO HIDROALCOOLICA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
REDKEN BLONDE GLAM COLOR ENHANCER PERFECT PLATINUM
. 25351.373479/2009-17 2.0070.3451.001-8
ESTADOS UNIDOS 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020017 CONDICIONADOR COLORANTE/TONALIZANTE
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KERASTASE AGE PREMIUM MASQUE SUBSTANTIF
25351.532756/2009-28 2.0070.3471.001-7
ESPANHA 11/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010282 MÁSCARA CAPILAR (CREME, SÓLIDO)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KERASTASE AGE PREMIUM MASQUE SUBSTANTIF
25351.532756/2009-28 2.0070.3471.002-5
ESPANHA 11/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010282 MÁSCARA CAPILAR (CREME, SÓLIDO)
POTE DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S/A 2.01715-4
CLAIROL ÁGUA OXIGENADA PARA COLORAÇÃO PERMANENTE 6%
25351.334021/2009-11 2.1715.0241.001-5
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SEVEN GEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP 2.03389-1
SABONETE LÍQUIDO ANTI SÉPTICO COM CLOREXIDINA 2% SEVEN GEL
25351.016013/2004-83 2.3389.0007.001-0
SERTÃOZINHO/SP 05/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020003 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL ANTI-SÉPTICO (LÍQUIDO,GEL, CREME OU SÓL
IDO)
CAIXA DE PAPELAO
FRASCO DE PLASTICO
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SILVESTRE LABS QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA 2.00846-0
DUO CYCLES ESSENCE
25351.209050/2008-67 2.0846.0030.001-5
RIO DE JANEIRO/RJ 09/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DUO CYCLES ESSENCE
25351.209050/2008-67 2.0846.0030
RIO DE JANEIRO/RJ 09/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DUO CYCLES ESSENCE
25351.209050/2008-67 2.0846.0030
RIO DE JANEIRO/RJ 09/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
FRASCO DE PLASTICO
CAIXA DE CARTOLINA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DUO CYCLES
25351.213007/2008-04 2.0846.0031.001-0
RIO DE JANEIRO/RJ 09/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
FRASCO DE PLASTICO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DUO CYCLES
25351.213007/2008-04 2.0846.0031
RIO DE JANEIRO/RJ 09/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
FRASCO DE PLASTICO
CAIXA DE CARTOLINA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DUO CYCLES
25351.213007/2008-04 2.0846.0031
RIO DE JANEIRO/RJ 09/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
STOK SKIN COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA 2.02904-3
NOUVELLE JEUNESSE LÈVRES MARY COHR
25351.119378/2004-69 2.2904.0081.001-7
FRANÇA 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NOUVELLE JEUNESSE LÈVRES MARY COHR
25351.119378/2004-69 2.2904.0081.002-5
FRANÇA 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NOUVELLE JEUNESSE - MARY COHR
25351.369210/2009-59 2.2904.0112.001-4
FRANÇA 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
NOUVELLE JEUNESSE - MARY COHR
25351.369210/2009-59 2.2904.0112.002-2
FRANÇA 08/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
SUISSA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA 2.00230-1
AGUA OXIGENADA CREMOSA FLORAMELIA 20 VOL
25000.006996/9956- 2.0230.0117.001-5
NOVA IGUAÇU/RJ 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
AGUA OXIGENADA CREMOSA FLORAMELIA 30 VOL
25000.018297/9902- 2.0230.0118.001-0
NOVA IGUAÇU/RJ 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
THERASKIN FARMACEUTICA LTDA. 2.03708-3
CETRILAN
25351.106814/2004-30 2.3708.0002.001-5
MONTE MOR/SP 09/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020380 SABONETES INFANTIS
FILME DE POLIPROPILENO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
RETINAGE CREME
25351.316252/2009-22 2.3708.0016.001-1
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 08/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010221 CREME PARA O ROSTO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE

RETINAGE CREME
25351.316252/2009-22 2.3708.0016
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 08/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010221 CREME PARA O ROSTO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
RETINAGE CREME
25351.316252/2009-22 2.3708.0016
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 08/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010221 CREME PARA O ROSTO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
ZANINPHARMA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA 2.04547-3
OXYCLEAR ACTIVINTENSIVE SHAMPOO ANTICASPA
25351.153062/2009-28 2.4547.0007.001-5
ESTAÇÃO/RS 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020014 XAMPU ANTICASPA / ANTIQUEDA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS QUE JU
STIFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM

(*) Republicada por saído no DOU nº 75, de 22-4-2014, Seção 1, pág. 41 e Suplemento, pág. 150, com incorreções no original.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO

RESOLUÇÃO-RE N° 4.421, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando os artigos 6º e 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a Notificação de queixa técnica, emitida pela Santa Casa de Franca (Hospital Sentinela), que descreveu a presença de corpo estranho dentro de frasco inviolado do produto CIPROFLOXACINO 2MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, lote 14324501 e confirmação de desvio pela empresa Isofarma Industrial Farmacêutica Ltda., resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 14324501 (val.: 07/2016) do produto CIPROFLOXACINO 2MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, fabricado por Isofarma Industrial Farmacêutica Ltda. (CNPJ: 02.281.006/0001-00),

Art. 2º. Determinar que a empresa Isofarma Industrial Farmacêutica Ltda. promova o recolhimento do estoque existente no mercado relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.422, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando os artigos 6º e 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando as irregularidades relacionadas a produtos fabricados pela empresa EMS S/A, conforme relatório da inspeção, conduzida pelo Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo/CVS-SP que identificou várias não-conformidades de requerimentos de Boas Práticas de Fabricação, as quais foram tipificadas como críticas, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 633712 (fab.: 05/2014, val.: 05/2016) do medicamento Rifasan spray 10mg solução dermatológica, fabricado por EMS S/A (CNPJ: 57.507.378/0003-65),

Art. 2º. Determinar à empresa que promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.423, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando os artigos 6º e 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando as irregularidades relacionadas a produtos fabricados pela empresa Germed Farmacêutica Ltda., conforme relatório da inspeção conduzida pelo Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo/CVS-SP que identificou várias não-conformidades de requerimentos de Boas Práticas de Fabricação, as quais foram tipificadas como críticas, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes do produto abaixo, fabricados pela empresa Germed Farmacêutica Ltda. (CNPJ: 45.992.062/0001-65),

Produto	lotes	Data de fabricação	Data de validade
Rifamicina Spray 10mg/mL 20mL	634622	06/2014	06/2016
	646439	06/2014	06/2016
	634620	05/2014	05/2016

Art. 2º. Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.424, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando os artigos 6º e 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando as irregularidades relacionadas a produtos fabricados pela empresa Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda., conforme o relatório da inspeção conduzida pelo Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo/CVS-SP que identificou várias não-conformidades de requerimentos de Boas Práticas de Fabricação, as quais foram tipificadas como críticas, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes dos produtos abaixo, fabricados pela empresa Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda. (CNPJ: 05.044.984/0001-26)

Produto	lotes	Data de fabricação	Data de validade
Bialudex pomada oftálmica bisnaga 3,5 g (cloridrato de ciprofloxacino + dexametasona)	498056	01.2013	01.2015
	527686	04.2013	04.2015
	557030	09.2013	09.2015
	588183	11.2013	11.2015
	587505	11.2013	11.2015
	594453	01.2014	01.2016
	605070	01.2014	01.2016
	643846	06.2014	06.2016
Gentagran pomada oftálmica bisnaga 3 g (sulfato de gentamicina)	505829	12.2012	12.2014
	530347	03.2013	03.2015
	557029	09.2013	09.2015
	603868	01.2014	01.2016
	619308	03.2014	03.2016
	653703	07.2014	07.2016
	490527	10.2012	10.2014
	505829	12.2012	12.2014
	530347	03.2013	03.2015
	557029	09.2013	09.2015
	603868	01.2014	01.2016
	619308	03.2014	03.2016
	653703	07.2014	07.2016

Art. 2º. Determinar à empresa que promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos produtos descritos no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.438, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do medicamento VASOPRIL nas apresentações de 5 e 10 mg, cujos registros encontram-se cancelados na Anvisa, respectivamente desde setembro e outubro/2013, pela empresa Biolab Sanus Farmacêutica Ltda., resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do medicamento VASOPRIL (Maleato de Enalapril), 5 e 10 mg, comprimidos, fabricado pela empresa Biolab Sanus Farmacêutica Ltda. (CNPJ 49475833/0001-06).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

DESPACHOS DA COORDENADORA
Em 12 de novembro de 2014

N° 317 - A Coordenação de Análise e Julgamento de Processo Administrativo Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 124, incisos I e II, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicado na seção 1, do DOU n. 103, de 02 de junho 2014, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: EMS S/A.
PROCESSO: 25351.458918/2009-29 - AIS: 594471/09-6 - GFIMP/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.

N° 318 - A Coordenação de Análise e Julgamento de Processo Administrativo Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 124, incisos I e II, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicado na seção 1, do DOU n. 103, de 02 de junho 2014, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: BIOSINTÉTICA FARMACÊUTICA LTDA.
PROCESSO: 25351.345256/2007-79 - AIS: 446332/07-3 - GGPRO/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO.

Nº 319 - A Coordenação de Análise e Julgamento de Processo Administrativo Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 124, incisos I e II, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicado na seção 1, do DOU n. 103, de 02 de junho 2014, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: EDITORA ABRIL S/A.
PROCESSO: 25351.425840/2009-85 - AIS: 551075/09-9 - GGPRO/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: EDITORA ABRIL S/A.
PROCESSO: 25351.016111/2006-82 - AIS: 021405/06-1 - GGPRO/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: RADIO BELA VISTA DE POÇÕES LTDA.
PROCESSO: 25351.380961/2009-13 - AIS: 491965/09-3 - GGPRO/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA.
PROCESSO: 25351.323491/2010-65 - AIS: 420922/10-2 - GGPRO/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: SANTEC - INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA.
PROCESSO: 25351.303614/2009-50 - AIS: 389567/09-0 - GFIMP1/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: SHOP EXPRESS LTDA.
PROCESSO: 25351.583061/2008-14 - AIS: 756313/08-2 - GGPRO/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: TV SBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A.
PROCESSO: 25351.323403/2010-57 - AIS: 420818/10-8 - GGPRO/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.

Nº 320 - A Coordenação de Análise e Julgamento de Processo Administrativo Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 124, incisos I e II, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicado na seção 1, do DOU n. 103, de 02 de junho 2014, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: BRUNELLI COMERCIO DE CARTUCHOS LTDA ME.
PROCESSO: 25351.256615/2008-03 - AIS: 324351/08-6 - GGPRO/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.
AUTUADO: DR TOZZI COSMÉTICOS LTDA.
PROCESSO: 25351.164024/2008-01 - AIS: 208036/08-2 - GGPRO/ANVISA.
ARQUIVAMENTO POR INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.

MARY LUCE BARBOSA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na publicação do DOU n° 197, de 13 de outubro de 2014, Seção 1, página 667 e Suplemento página 82,

Onde se lê:

"Resolução-RE n° 3.970, de 9 de setembro de 2014";

Leia-se:

"Resolução-RE n° 3.970, de 9 de outubro de 2014".

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

CONSULTA PÚBLICA Nº 21, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

A Secretária de Atenção à Saúde-Substituta torna pública, nos termos do art. 34, inciso II, c/c art. 59 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, minuta de Portaria que aprova, na forma do Anexo, o texto das "Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas - Mieloma Múltiplo".

O texto em apreço encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: www.saude.gov.br/sas.

A relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam enviadas contribuições, devidamente fundamentadas, relativas às citadas Diretrizes, para sua posterior aprovação, publicação e entrada em vigor em todo o território nacional.

As contribuições deverão estar fundamentadas em estudos clínicos de Fase III realizados no Brasil ou no Exterior e meta-análises de ensaios clínicos, e ser enviadas, exclusivamente, para o seguinte endereço eletrônico ddt-onco-consulta@saude.gov.br, especificando-se o número da Consulta Pública e o nome das Diretrizes no título da mensagem. Os arquivos dos textos das fontes bibliográficas devem também ser enviados como anexos.

A Assessoria Técnica da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde coordenará a avaliação das proposições recebidas e a elaboração da versão final consolidada das "Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas - Mieloma Múltiplo" para fins de posterior aprovação, publicação e entrada em vigor em todo o território nacional.

APARECIDA LINHARES PIMENTA

ANEXO
MINUTA

PORTARIA Nº xx, de xx de xxxxxxxxx de xxxx.

Aprova as Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas do Mieloma Múltiplo.

A Secretária de Atenção à Saúde-Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de se estabelecerem parâmetros sobre o mieloma múltiplo no Brasil e de diretrizes nacionais para o diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que as diretrizes diagnósticas e terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formuladas dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando as sugestões dadas à Consulta Pública SAS/MS nº xx, de xx de xxxxxxx de xxxx; e

Considerando a avaliação técnica da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS (CONITEC) e da Assessoria Técnica da SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas, na forma do Anexo, as Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas - Mieloma Múltiplo.

Parágrafo único. As Diretrizes de que trata este artigo, que contêm o conceito geral do mieloma múltiplo, critérios de diagnóstico, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, são de caráter nacional e devem ser utilizadas pelas Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento do mieloma múltiplo.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com a doença em todas as etapas descritas no Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA LINHARES PIMENTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.257, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 1.380/SAS/MS, de 9 de dezembro de 2013.

A Secretária de Atenção à Saúde-Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo atenção em saúde mental;

Considerando as Portarias nº 52/GM/MS e 53/GM/MS, de 20 de janeiro de 2004, que estabelecem a redução progressiva dos leitos nos hospitais psiquiátricos do país;

Considerando a Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.090/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que altera a Portaria nº 106/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2000, e dispõe, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, sobre o repasse de recursos de incentivo de custeio e custeio mensal para implantação e/ou implementação e funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT);

Considerando que os Serviços Residenciais Terapêuticos configuram-se como ponto de atenção do componente desinstitucionalização, sendo estratégicos no processo de desospitalização e reinserção social de pessoas longamente internados nos hospitais psiquiátricos ou em hospitais de custódia; e

Considerando a necessidade de acelerar a estruturação e a consolidação da rede extra-hospitalar de atenção psicossocial em todas as unidades da Federação, com a implementação de diretrizes de melhoria de qualidade da atenção à saúde mental, resolve:

Art.1º A Gestão do Serviço e o número de CNPJ do Fundo de Saúde a receber o recurso financeiro referente ao Serviço Residencial Terapêutico do Município de União (PI), publicados no Anexo da Portaria nº 1.380/SAS/MS, de 9 de dezembro de 2013, passa a vigorar da seguinte forma:

UF	Muni-cípio	Especi-ficação do Plano	Cód. do IBGE	CNES	CNPJ	Gestão do Serviço	Tipo	Código	Nº de morado-res
PI	União	RSM-RSME	220000	3549771	06.206.659/0001-85	Estadual	SRT tipo I	82.26	4

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA LINHARES PIMENTA

PORTARIA Nº 1.258, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Remaneja recursos financeiros no Município de Estância (SE), do Componente II para realização de procedimentos cirúrgicos eletivos do Componente III.

A Secretária de Atenção à Saúde-Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 131/GM/MS, de 22 de janeiro de 2014, que estabelece a possibilidade de remanejamento de recursos financeiros do Componente II para realização de procedimentos de cirurgias eletivas do Componente III, observadas as disposições contidas em seu art. 2º;

Considerando a Deliberação CIE nº 213/2014, de 12 de setembro de 2014, da CIE/SE - Colegiado Interfederativo Estadual de Sergipe; e

Considerando o ofício nº 1210/2014, de 25 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o remanejamento de recursos financeiros no Município de Estância (SE), do Componente II para realização de procedimentos cirúrgicos eletivos do Componente III, conforme o Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recursos financeiros constante nesta portaria não acarretará em impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA LINHARES PIMENTA

ANEXO

IBGE	MUNICÍPIO	COMPONENTE II	COMPONENTE III	TOTAL
280210	Estância	(267.633,28)	267.633,28	0,00

PORTARIA Nº 1.259, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Remaneja recursos financeiros no Município de Cabedelo (PB), do Componente II para realização de procedimentos cirúrgicos eletivos do Componente III.

A Secretária de Atenção à Saúde-Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 131/GM/MS, de 22 de janeiro de 2014, que estabelece a possibilidade de remanejamento de recursos financeiros do Componente II para realização de procedimentos de cirurgias eletivas do Componente III, observadas as disposições contidas em seu art. 2º; e

Considerando a Resolução CIB/PB Nº 47/14, de 4 de agosto de 2014, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Paraíba, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o remanejamento de recursos financeiros no Município de Cabedelo (PB), do Componente II para realização de procedimentos cirúrgicos eletivos do Componente III, conforme o Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recursos financeiros constante nesta Portaria não acarretará em impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA LINHARES PIMENTA

ANEXO

IBGE	GESTÃO	COMPONENTE II	COMPONENTE III	VALOR TOTAL
250320	Cabedelo	(70.977,75)	70.977,75	0,00

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 399, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 64, de 18 de dezembro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 64, de 18 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.219524/2013-26	JOSE LUIS CASTILLO ROJAS	4100212	PR	AMPERE

PORTARIA Nº 400, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 369, de 09 de outubro de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 369, de 09 de outubro de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.078304/2014-17	YARISVEY MENDOZA SILES	4100850	PR	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

PORTARIA Nº 401, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Anexo da Portaria nº 370, de 09 de outubro de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 370, de 09 de outubro de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.076507/2014-79	LIBAN MAXY QUESADA MEDERO	4100851	PR	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E REGULAÇÃO DA PROVISÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL

PORTARIA Nº 18, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Divulga a relação nominal dos médicos convocados para Módulo de Acolhimento e Avaliação do Projeto Mais Médicos para o Brasil, em cumprimento de decisão judicial.

O COORDENADOR DO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL, designado nos termos da Portaria nº 1494/GM/MS, de 18 de julho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere, o art. 8º, inciso IV, da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, e em cumprimento às decisões judiciais nos processos abaixo referidos, resolve:

Art. 1º Divulgar, conforme anexo desta Portaria, a relação nominal dos médicos convocados a participar do Módulo de Acolhimento e Avaliação do Projeto Mais Médicos para o Brasil, a ser iniciado no dia 17 de novembro de 2014, com duração de 160 horas/aula, destinado exclusivamente ao cumprimento de decisões judiciais que autorizaram a inscrição no Projeto, nos termos dos Editais de nº 39/SGTES/MS, de 08 de julho de 2013; 49/SGTES/MS, de 16 de agosto de 2013; 63/SGTES/MS, de 27 de novembro de 2013; 04/SGTES/MS, de 16 de janeiro de 2014 e 21/SGTES/MS, de 01 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO

PARTICIPANTE	NUMERO DO PROCESSO	JUÍZO
Carol Natali Guevara Paredes	0005868-67.2014.4.01.3600	8ª Vara Federal do Mato Grosso
Wakilarmad Tajik	0001488-13.2014.4.03.6100	12ª Vara Federal de São Paulo
Bens Jeans Louis	0035189-68.2014.4.01.3400	6ª Vara Federal do Distrito Federal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Lidio Raphael Duarte Espindola	0003793-73.2014.4.01.3400	22ª Vara Federal do Distrito Federal
Jorge Enrique Acosta Noriega	0046707-89.2013.4.01.3400	16º Vara Federal do Distrito Federal
Hector Ivan Rueda Guzman	0006116-21.2014.4.01.3400	7ª Vara Federal do Distrito Federal
Jorge Luis Reluz Salas	0006111-29.2014.4.01.3400	16ª Vara Federal do Distrito Federal
Ever Hugo Amarilla Lopes	0011495-70.2014.4.01.3400	8ª Vara Federal do Distrito Federal

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.108, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.060663/2011, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFAL, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Arapiraca, estado de Alagoas.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 1.218, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059021/2011, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Chapecó, estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 2.309, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e considerando o que consta do Processo n.º 53000.019602/2014-19, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, EMPRESA DE RÁDIO E TELEVISÃO NOSSO MUNDO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Patos, Estado da Paraíba, por meio do canal 43 (quarenta e três), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 16+E (dezesseis decalado para mais, educativo), no município de Curitiba, estado do Paraná, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, em conformidade com o Anexo, observado o disposto nos artigos 26, parágrafo único, e 33, da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012.

Art. 3º A digitalização deste canal está condicionada à demonstração de viabilidade técnica pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Art. 4º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL			
Logradouro: RUA MANOEL MOTA, S/N			Bairro: S/B
CEP: 58700-001	Localidade: PATOS	UF: PB	Coordenadas Geográficas: 07°03'28,88"S; 37°16'36,03"W

TRANSMISSOR PRINCIPAL		
Fabricante: *		
Modelo: *	Potência de Operação: 0,500 kW	Certificação: *

* A entidade deverá indicar o nome do fabricante, o modelo e o código de certificação do transmissor principal de 0,500 kW na ocasião da solicitação do licenciamento da estação.

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante: MECTRÔNICA MECÂNICA E ELETRÔNICA LTDA.			Modelo: MTSL4UO	
Cota Base da Torre: 254 m	Altura Centro Geométrico: 25 m	Azimute de Orientação: 0 ° NV	Beam-tilt: 0 °	Ganho max.: 7,48 dBd
Tipo: OMNIDIRECIONAL		Polarização: HORIZONTAL		ERP max: 2,029 kW

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: KMP - RFS CABOS E SISTEMAS ESPECIAIS LTDA.		Modelo: LCF 78-50JA	
Comprimento: 30,0 m	Eficiência: 72,50 %	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação. 2,993 dB/100m

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTE (ERP_{AZ})		
AZIMUTE (º)	ALTURA* (m)	ERP_{AZ} (kW)
0	43	1,643
30	20	1,921
60	3	1,364
90	0	2,029
120	9	1,388
150	4	1,270
180	-2	1,604
210	-1	1,335
240	13	1,432
270	-1	2,029
300	6	1,466
330	14	2,001

* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.

DESPACHOS DO MINISTRO

Nº 448/2014 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 775/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo nº 53000.049133/2011, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Arapiraca, estado de Alagoas, por meio do canal 261E, constante do Aviso de Habilitação nº 9, de 19 de setembro de 2011, e adjudicar o seu objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFAL, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

Proponente	Tipo	Processo	Proposta	Classificação/Resultado
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAL)	I	53000.060663/2011	Habilitada	1º Lugar
Fundação Brasil Ecoar	II	53000.059244/2011	Desconsiderada*	Indeferimento
Fundação Cultural e Educativa Santa Cecília (FUNSESC)	II	53000.058616/2011	Desconsiderada*	Indeferimento
Fundação Reverendo Cícero Menezes	II	53000.059560/2011	Desconsiderada*	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.
*Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011

Nº 490/2014 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 797/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo nº 53000.056943/2011, de sorte a negar provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE, participante do Aviso de Habilitação nº 9, de 2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Chapecó, estado de Santa Catarina, por meio do canal 291E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

Nº 491/2014 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 797/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo nº 53000.060620/2011, de sorte a negar provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, participante do Aviso de Habilitação nº 9, de 2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Chapecó, estado de Santa Catarina, por meio do canal 291E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

Nº 492/2014 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 797/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo nº 53000.049164/2011, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Chapecó, estado de Santa Catarina, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 9, de 19 de setembro de 2011, e adjudicar o seu objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

Em 11 de novembro de 2014

Nº 445 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 775/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo nº 53000.059560/2011, de sorte a negar provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO REVERENDO CÍCERO MENEZES, participante do Aviso de Habilitação nº 9, de 2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Arapiraca, estado de Alagoas, por meio do canal 261E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

Nº 447 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 775/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo nº 53000.058616/2011, de sorte a não conhecer o recurso interposto pela FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA SANTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CECÍLIA, participante do Aviso de Habilitação n° 9, de 2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Arapiraca, estado de Alagoas, por meio do canal 261E, tendo em vista a intempestividade da solicitação.

Nº 587 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 1036/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.043376/2012, de sorte a conceder provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO JOÃO MATIAS DE OLIVEIRA, participante do Aviso de Habilitação nº 4, de 2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Campo Maior, estado do Piauí, por meio do canal 286E, tendo em vista a presença de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

Nº 588 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 1036 /2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo nº 53000.046346/2012, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Campo Maior, estado do Piauí, por meio do canal 286E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO JOÃO MATIAS DE OLIVEIRA, de acordo com o resultado final constante do Anexo, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses, contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no art. 29 do Decreto nº 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO

Proponente	Tipo	Processo	Proposta	Classificação/Resultado
Fundação João Matias de Oliveira	II	53000.043376/2012	Habilitada	Vencedora
Fundação Koiné de Comunicação Educativa e Cristã - FUNKCEC	II	53000.040325/2012	Inabilitada	Indeferida

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.
*Art. 5º, §2º, inciso I, da Portaria n° 420/2011

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 9.022, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.005684/2000, FUNDAÇÃO CASPER LÍBERO - RTV-Prim - Campo Mourão/PR - Canal 36+ - Autoriza novas características técnicas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 9.023, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.005685/2000, FUNDAÇÃO CASPER LÍBERO - RTV-Prim - Guarapuava/PR - Canal 40+ - Autoriza novas características técnicas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 9.024, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.052190/2007, TV INDEPENDÊNCIA S/A - RTV-Prim - Castro/PR - Canal 13+ - Autoriza novas características técnicas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 9.025, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.057374/2012, TV INDEPENDÊNCIA S/A - RTV-Prim - Guaratuba/PR - Canal 14 - Autoriza novas características técnicas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 9.026, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.015476/2012, TV INDEPENDÊNCIA S/A - RTV-Prim - Prudentópolis/PR - Canal 14- - Autoriza a utilização de equipamento transmissor.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 9.028, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53516.003969/2013, TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA. - TV - Cornélio Procópio/PR - Canal 12+ - Consolida características técnicas autorizadas de operação.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 9.029, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53516.002401/2014, TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA. - RTV-Prim - Santo Antônio da Platina/PR - Canal 36 - Consolida características técnicas autorizadas de operação.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 9.030, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.031965/2012, TV INDEPENDÊNCIA OESTE DO PARANÁ LTDA. - RTV-Prim - Mariópolis/PR - Canal 55 - Consolida características técnicas autorizadas de operação.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 9.012, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo no 53500.009998/2009. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à VM OPENLINK COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA. EPP, CNPJ no 07.714.104/0001-07, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 14 de Maio de 2019, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.020, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo no 53500.005018/2014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à GILMAR DOS SANTOS & CIA. LTDA., CNPJ no 09.629.918/0001-79, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 31 de Julho de 2029, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.033, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo n° 535000042082004. Expede autorização de uso da(s) radiofreqüência(s), à UNIVERSAL TELECOM S.A., CNPJ nº 03.197.023/0001-26, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 17 de Fevereiro de 2029, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.042, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.063525/12. TELEV.CACHOEIRA DO SUL LTDA-RTVD-Mateus Leme/MG-Canal 39. Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.043, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.060174/12. INTERVISÃO EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - RTVD - Várzea da Palma/MG - Canal 20. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.044, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.065625/13. FUND. EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO - GTVD - São Sebastião do Paraíso/MG - Canal 32. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.045, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.048252/12. GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPACOES S. A. - RTVD - Governador Valadares/MG - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.046, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.012372/12. TELEV.INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Mariana (Vila Del Rei)/MG - Canal 52. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.049, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.002123/08. RÁDIO E TELEV.OM LTDA - RTVD - Campo Grande/MS - Canal 19. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.052, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.013406/09. RVO A VOZ D'OESTE COMUNICAÇÕES LTDA - RTVD - Cuiabá/MT - Canal 46. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.053, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.021996/12. TELEV. PRIMAVERA LTDA - RTVD-Primavera do Leste/MT-Canal 38. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação

ATO Nº 9.054, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.026432/13. TROPICALCOMUNICAÇÕES LTDA - RTVD - Sorriso/MT - Canal 45. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.055, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.064963/12. TV GUAPOREI LTDA - RTVD - Pontes e Lacerda/MT - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.056, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.064965/12. TELEV.NHAMBIQUARA LTDA-RTVD-Guarantã do Norte/MT-Canal 46. Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.057, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.060664/12. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Diamantino/MT - Canal 19. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.058, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.043514/12. FUNDAÇÃO NAZARE DE COMUNICAÇÃO-RTVD-Juína/MT-Canal 16. Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 9.059, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.054930/12. FUNDAÇÃO NAZARE DE COMUNICAÇÃO - RTVD - Várzea Grande/MT - Canal 15. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.060, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.056662/12. TV PIRAIBA LTDA - RTVD - Colíder/MT - Canal 46. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.061, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.064966/12. TUPI COMUNICAÇÕES LTDA - RTVD - Água Boa/MT - Canal 49. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.062, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.064971/12. SISTEMA OURO MINAS DE RADIODIFUSÃO LTDA - RTVD - Colíder/MT - Canal 48. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.063, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.063302/2 . TELES PIRES COMUNICAÇÕES LTDA EPP - RTVD - Sorriso/MT - Canal 46. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.064, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.017491/09. TORRES COMUNICAÇÕES LTDA-RTVD-Nova Mutum/MT-Canal 51.Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.065, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.024571/11. TELEV. CENTRO AMERICA LTDA - RTVD - Cáceres/MT - Canal 36. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.066, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.017492/09. REDE DE COMUNICAÇÃO CENTRO NORTE LTDA - RTVD - Alta Floresta/MT - Canal 38. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.067, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.054935/12. FUNDAÇÃO NAZARE DE COMUNICAÇÃO - RTVD - Tangará da Serra/MT - Canal 18. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 2.160, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - BAURU, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005121/2014 ,no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTÁQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - BAURU
ID:	2573
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 327.609,87
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.235, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE AMERICANA-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.004929/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE AMERICANA-01
ID:	2529
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	15/07/2014
Término:	29/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 490.962,59
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.237, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - ARARAQUARA, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.004936/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTÁQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - ARARAQUARA
ID:	2568
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 341.594,87
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.238, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - ARARAS, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005116/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTÁQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - ARARAS
ID:	2570
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 327.609,87
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.239, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - ATIBAIA, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005119/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTÁQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - ATIBAIA
ID:	2572
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 327.609,87
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.240, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - BOTUCATU, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005130/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTÁQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - BOTUCATU
ID:	2574
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 327.609,87
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.242, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - BRAGANÇA PAULISTA, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005131/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTÁQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - BRAGANÇA PAULISTA
ID:	2575
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 327.609,87
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.244, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - INDAITUBA, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005142/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTÁQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - INDAITUBA
ID:	2578
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 327.609,87
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.257, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - ITU, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005147/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - ITU
ID:	2582
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 327.609,87
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.258, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - SÃO CARLOS, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005148/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - SÃO CARLOS
ID:	2587
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 294.224,43
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.259, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - LIMEIRA, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005160/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - LIMEIRA
ID:	2595
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 327.609,87
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.261, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005164/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ID:	2596
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 294.224,43
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.264, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE JUNDIAÍ-01, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005166/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO DE ACESSO ÓPTICO NA CIDADE DE JUNDIAÍ-01
ID:	2600
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	15/07/2014
Término:	29/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 749.636,76
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.311, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - PIRACICABA, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005168/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - PIRACICABA
ID:	2601
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 327.609,87
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.312, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - RIBEIRÃO PRETO, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005170/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - RIBEIRÃO PRETO
ID:	2602
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 358.290,71
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.313, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - MOGI MIRIM E MOGI GUAÇU, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005172/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - MOGI MIRIM E MOGI GUAÇU
ID:	2603
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 327.609,87
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.314, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - SERTÃOZINHO, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005174/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - SERTÃOZINHO
ID:	2604
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 327.609,87
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.321, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - SOROCABA, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.005176/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	PROJETO ACESSO ÓPTICO NET PONTO A PONTO - SOROCABA
ID:	2605
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	18/07/2014
Término:	18/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 411.978,80
Unidade Federativa:	SP

PORTARIA Nº 2.362, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto Rede local sem fio, da pessoa jurídica LAFAIETE PROVEDOR DE INTERNET E TELECOMUNICACOES LTDA-EPP, processo nº 53900.017302/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTÁQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	LAFAIETE PROVEDOR DE INTERNET E TELECOMUNICACOES LTDA-EPP
CNPJ:	10.552.549/0001-42
Projeto:	Rede local sem fio
ID:	2081
Tipo(s) de rede:	Rede Local sem Fio
Início:	10/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 12.656,55
Unidade Federativa:	MG

PORTARIA Nº 2.386, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto Projeto Cidade Campo Largo, da pessoa jurídica GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA, processo nº 53900.017471/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA
CNPJ:	03.420.926/0001-24
Projeto:	Projeto Cidade Campo Largo
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	30/06/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 1.481.904,66
Unidade Federativa:	PR

PORTARIA Nº 2.388, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTODO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto Projeto Cidade Canoas, da pessoa jurídica GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA, processo nº 53900.017472/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA
CNPJ:	03.420.926/0001-24
Projeto:	Projeto Cidade Canoas
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	30/06/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 245.694,72
Unidade Federativa:	RS

PORTARIA Nº 2.389, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto Projeto Cidade Cascavel, da pessoa jurídica GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA, processo nº 53900.017477/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA
CNPJ:	03.420.926/0001-24
Projeto:	Projeto Cidade Cascavel
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	30/06/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 245.694,72
Unidade Federativa:	PR

PORTARIA Nº 2.391, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto Projeto Cidade Cianorte, da pessoa jurídica GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA, processo nº 53900.017478/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

PJ proponente:	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA
CNPJ:	03.420.926/0001-24
Projeto:	Projeto Cidade Cianorte
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	30/06/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 737.084,16
Unidade Federativa:	PR

PORTARIA Nº 2.394, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto Projeto Cidade Curitiba, da pessoa jurídica GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA, processo nº 53900.017480/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA
CNPJ:	03.420.926/0001-24
Projeto:	Projeto Cidade Curitiba
Tipo(s) de rede:	Rede de acesso metálico
Início:	30/06/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 245.694,72
Unidade Federativa:	PR

PORTARIA Nº 2.397, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto MODERNIZAÇÃO DA REDE HFC DA CIDADE DE RIO BRANCO 2015, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53900.019601/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	MODERNIZAÇÃO DA REDE HFC DA CIDADE DE RIO BRANCO 2015
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Metálico
Início:	25/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 560.927,98
Unidade Federativa:	AC

PORTARIA Nº 2.401, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto MODERNIZAÇÃO DA REDE HFC DA CIDADE DE RIO BRANCO 2016, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53900.019603/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	MODERNIZAÇÃO DA REDE HFC DA CIDADE DE RIO BRANCO 2016
ID:	2820
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Metálico
Início:	25/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 548.966,88

PORTARIA Nº 2.407, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto MODERNIZAÇÃO DA REDE HFC DA CIDADE DE PASSO FUNDO-2016, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53900.019594/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	MODERNIZAÇÃO DA REDE HFC DA CIDADE DE PASSO FUNDO-2016
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Metálico
Início:	25/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 373.996,44
Unidade Federativa:	RS

PORTARIA Nº 2.411, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto MODERNIZAÇÃO DA REDE HFC DA CIDADE DE PORTO ALEGRE - 2014, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53900.019598/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	MODERNIZAÇÃO DA REDE HFC DA CIDADE DE PORTO ALEGRE - 2014
ID:	2853
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Metálico
Início:	25/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 10.757.677,30

PORTARIA Nº 2.416, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto MODERNIZAÇÃO DA REDE HFC DA CIDADE DE RECIFE, da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53900.019599/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ:	00.108.786/0001-65
Projeto:	MODERNIZAÇÃO DA REDE HFC DA CIDADE DE RECIFE
ID:	2854
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Metálico
Início:	25/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 7.494.673,07

PORTARIA Nº 2.641, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto "MODERNIZAÇÃO DA REDE HFC DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 2016A", da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A, processo nº 53900.009596/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTÁQUIO ALVES

ANEXO I

Nome empresarial	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ	00.108.786/0001-65
ID	2869
Tipo de rede	Rede de acesso metálico
Previsão de início	15/06/2014
Previsão de término	30/12/2016
Valor do projeto	R$ 79.010.449,28
Unidades Federativas	SP

PORTARIA Nº 2.642, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto "MODERNIZAÇÃO DA REDE HFC DA CIDADE DE CURITIBA - 2016", da pessoa jurídica NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A , processo nº 53900.017633/2014 , no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTÁQUIO ALVES

ANEXO I

Nome empresarial	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A
CNPJ	00.108.786/0001-65
ID	2775
Tipo de rede	Rede de acesso óptico
Previsão de início	25/07/2014
Previsão de término	30/12/2016
Valor do projeto	R$ 844.467,81
Unidades Federativas	PR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.653, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte e pela Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto FTTX - Fase 2 - Araraquara, da pessoa jurídica TELEFONICA BRASIL S.A., processo nº 53900.020164/2014, no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os autos desse processo ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO I

PJ proponente:	TELEFONICA BRASIL S.A.
CNPJ:	02.558.157/0001-62
Projeto:	FTTX - Fase 2 - Araraquara
ID:	2916
Tipo(s) de rede:	Rede de Acesso Óptico
Início:	01/07/2014
Término:	30/12/2016
Valor do Projeto:	R$ 17.379.429,99
Unidade Federativa:	SP

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 609, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2014-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.001155/2013-81 e nº 48500.000528/2014-88, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Santana 1 Energia Renovável S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.560.874/0001-21, com Sede na Praia do Flamengo, nº 78, Sala 101, Parte, Bairro Flamengo, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santana I, no Município de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.031810-8.01, com 30.000 kW de capacidade instalada e 17.200 kW médios de garantia física de energia, constituída por quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da EOL Santana I, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/69 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 69 kV, com cerca de cinco quilômetros e duzentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Lagoa Nova II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 30 de janeiro de 2016;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 1º de fevereiro de 2016;

c) início das Obras do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito: até 1º de fevereiro de 2016;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de março de 2016;

e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de junho de 2016;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 3 de julho de 2016;

g) início da Operação em Teste da 1ª à 8ª Unidade Geradora: até 4 de outubro de 2016;

h) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 30 de outubro de 2016;

i) início da Operação em Teste da 9ª à 15ª Unidade Geradora: até 20 de novembro de 2016;

j) obtenção da Licença de Operação: até 30 de novembro de 2016; e

k) início da Operação Comercial da 1ª à 15ª Unidade Geradora: até 1º janeiro de 2017;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2014-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 9.871.997,50 (nove milhões, oitocentos e setenta e um mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Santana I;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2014-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Santana I, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Santana I

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	781.654	9.330.218
2	781.751	9.330.504
3	781.727	9.330.951
4	781.918	9.331.106
5	782.827	9.331.188
6	782.808	9.331.816
7	782.994	9.331.975
8	783.162	9.332.140
9	783.328	9.332.310
10	782.646	9.332.724
11	782.810	9.332.895
12	787.295	9.331.762
13	787.523	9.331.852
14	787.745	9.331.952
15	787.960	9.332.054

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 610, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2014-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.006241/2013-81 e nº 48500.000528/2014-88, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Santana 2 Energia Renovável S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.588.049/0001-35, com Sede na Praia do Flamengo, nº 78, Sala 101, Parte, Bairro Flamengo, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santana II, no Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.031811-6.01, com 24.000 kW de capacidade instalada e 12.900 kW médios de garantia física de energia, constituída por doze Unidades Geradoras de 2.000 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da EOL Santana II, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/69 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 69 kV, com cerca de cinco quilômetros e duzentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Lagoa Nova II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 30 de janeiro de 2016;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 1º de fevereiro de 2016;

c) início das Obras do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito: até 1º de fevereiro de 2016;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de março de 2016;

e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de junho de 2016;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 3 de julho de 2016;

g) início da Operação em Teste da 1ª à 6ª Unidade Geradora: até 4 de outubro de 2016;

h) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 30 de outubro de 2016;

i) início da Operação em Teste da 7ª à 12ª Unidade Geradora: até 20 de novembro de 2016;

j) obtenção da Licença de Operação: até 30 de novembro de 2016; e

k) início da Operação Comercial da 1ª à 12ª Unidade Geradora: até 1º janeiro de 2017;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2014-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 8.209.725,00 (oito milhões, duzentos e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Santana II;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2014-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Santana II, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Santana II

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	780.726	9.331.415
2	780.430	9.330.789
3	782.964	9.329.071
4	782.317	9.328.913
5	782.000	9.328.602
6	782.752	9.327.896
7	782.844	9.327.300
8	782.931	9.326.787
9	783.696	9.326.088
10	783.587	9.325.880
11	783.488	9.325.672
12	783.952	9.325.236

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 611, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.000302/2014-87, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Autorizar as empresas abaixo qualificadas, integrantes do Consórcio Bentevi, a se estabelecerem como Produtores Independentes de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Bentevi, no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, com 15.000 kW de capacidade instalada e 5.700 kW médios de garantia física de energia, constituída por seis Unidades Geradoras de 2.500 kW, cujas localizações são apresentadas em Anexo à presente Portaria:

I - Furnas Centrais Elétricas S.A. (90% - Líder do Consórcio), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.274.194/0001-19, com Sede na Rua Real Grandeza, nº 219, Bairro Botafogo, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

II - Eólica Tecnologia Ltda. (7%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.135.980/0001-90, com Sede Rua do Bom Jesus nº 183, Sala 203, Bairro do Recife Antigo, Município de Recife, Estado de Pernambuco;

III - Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. (2,99%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.093.977/0001-09, com Sede na Avenida Santos Dumont, nº 5.753, Salas 905/910, Bairro Papicú, Município de Fortaleza, Estado do Ceará; e

IV - Central Eólica Bentevi Ltda. (0,01%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.104.753/0001-99, com Sede na Fazenda Famosa, s/nº, Sala A, Zona Rural, Município de Tibau, Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pelas autorizadas destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverão as autorizadas implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da EOL Bentevi, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/138 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, com cerca de dezesseis quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação João Câmara III, de propriedade da Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. - ETN, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações das autorizadas:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 8 de novembro de 2016;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 9 de novembro de 2016;

c) início das Obras do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito: até 7 de dezembro de 2016;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 7 de janeiro de 2017;

e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 10 de julho de 2017;

f) obtenção da Licença de Operação: até 15 de agosto de 2017;

g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 28 de agosto de 2017;

h) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 26 de outubro de 2017;

i) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 3 de novembro de 2017;

j) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 14 de novembro de 2017;

k) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 23 de novembro de 2017;

l) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 30 de novembro de 2017;

m) início da Operação em Teste da 5ª Unidade Geradora: até 3 de dezembro de 2017;

n) início da Operação em Teste da 6ª Unidade Geradora: até 12 de dezembro de 2017;

o) início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora: até 22 de dezembro de 2017;

p) início da Operação Comercial da 2ª Unidade Geradora: até 24 de dezembro de 2017;

r) início da Operação Comercial da 3ª Unidade Geradora: até 26 de dezembro de 2017;

s) início da Operação Comercial da 4ª Unidade Geradora: até 28 de dezembro de 2017;

t) início da Operação Comercial da 5ª Unidade Geradora: até 30 de dezembro de 2017; e

u) início da Operação Comercial da 6ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2018;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 2.681.500,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil e quinhentos reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Bentevi;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, as autorizadas ficarão sujeitas às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Bentevi, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Bentevi

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	181.655	9.390.963
2	181.872	9.391.175
3	182.068	9.391.399
4	182.247	9.391.635
5	182.426	9.391.884
6	182.967	9.390.512

Fuso/Datum: 25S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 612, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.003199/2014-27, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas abaixo qualificadas, integrantes do Consórcio Ouro Verde II, a se estabelecerem como Produtores Independentes de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ouro Verde II, no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, com 30.000 kW de capacidade instalada e 11.200 kW médios de garantia física de energia, constituída por doze Unidades Geradoras de 2.500 kW, cujas localizações são apresentadas em Anexo à presente Portaria:

I - Furnas Centrais Elétricas S.A. (90% - Líder do Consórcio), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.274.194/0001-19, com Sede na Rua Real Grandeza nº 219, Bairro Botafogo, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

II - Eólica Tecnologia Ltda. (7%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.135.980/0001-90, com Sede na Rua do Bom Jesus nº 183, Sala 203, Bairro Recife Antigo, Município de Recife, Estado de Pernambuco;

III - Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. (2,99%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.093.977/0001-09, com Sede na Avenida Santos Dumont nº 5.753, Sala 905/910, Bairro Papicú, Município de Fortaleza, Estado do Ceará; e

IV - Central Eólica Ouro Verde II Ltda. (0,01%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.037.271/0001-26, com Sede na Fazenda Ouro Verde, Distrito de Brejinhos, Galpão 2, s/nº, Zona Rural, Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pelas autorizadas destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverão as autorizadas implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da EOL Ouro Verde II, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/138 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, com cerca de dezesseis quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação João Câmara III, de propriedade da Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. - ETN, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações das autorizadas:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 8 de novembro de 2016;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 9 de novembro de 2016;

c) início das Obras do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito: até 7 de dezembro de 2016;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 7 de janeiro de 2017;

e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 10 de julho de 2017;

f) obtenção da Licença de Operação: até 15 de agosto de 2017;

g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 28 de agosto de 2017;

h) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 4 de setembro de 2017;

i) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 6 de setembro de 2017;

j) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 15 de setembro de 2017;

k) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 26 de setembro de 2017;

l) início da Operação em Teste da 5ª Unidade Geradora: até 4 de outubro de 2017;

m) início da Operação em Teste da 6ª Unidade Geradora: até 15 de outubro de 2017;

n) início da Operação em Teste da 7ª Unidade Geradora: até 26 de outubro de 2017;

o) início da Operação em Teste da 8ª Unidade Geradora: até 3 de novembro de 2017;

p) início da Operação em Teste da 9ª Unidade Geradora: até 14 de novembro de 2017;

r) início da Operação em Teste da 10ª Unidade Geradora: até 23 de novembro de 2017;

s) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 30 de novembro de 2017;

t) início da Operação em Teste da 11ª Unidade Geradora: até 3 de dezembro de 2017;

u) início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora: até 10 de dezembro de 2017;

v) início da Operação em Teste da 12ª Unidade Geradora: até 12 de dezembro de 2017;

w) início da Operação Comercial da 2ª Unidade Geradora: até 12 de dezembro de 2017;

x) início da Operação Comercial da 3ª Unidade Geradora: até 14 de dezembro de 2017;

y) início da Operação Comercial da 4ª Unidade Geradora: até 16 de dezembro de 2017;

z) início da Operação Comercial da 5ª Unidade Geradora: até 18 de dezembro de 2017;

aa) início da Operação Comercial da 6ª Unidade Geradora: até 20 de dezembro de 2017;

bb) início da Operação Comercial da 7ª Unidade Geradora: até 22 de dezembro de 2017;

cc) início da Operação Comercial da 8ª Unidade Geradora: até 24 de dezembro de 2017;

dd) início da Operação Comercial da 9ª Unidade Geradora: até 26 de dezembro de 2017;

ee) início da Operação Comercial da 10ª Unidade Geradora: até 28 de dezembro de 2017;

ff) início da Operação Comercial da 11ª Unidade Geradora: até 30 de dezembro de 2017; e

gg) início da Operação Comercial da 12ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2018;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 5.196.600,00 (cinco milhões, cento e noventa e seis mil e seiscentos reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Ouro Verde II;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, as autorizadas ficarão sujeitas às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ouro Verde II, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pelas autorizadas com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ouro Verde II

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	184.271	9.392.795
2	184.445	9.393.043
3	184.657	9.393.287
4	184.899	9.393.492
5	185.968	9.391.782
6	186.198	9.392.031
7	186.377	9.392.309
8	186.427	9.392.637
9	186.708	9.392.859
10	186.852	9.393.173
11	187.036	9.393.481
12	187.353	9.394.198

Fuso/Datum: 25S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 613, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.003198/2014-82, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas abaixo qualificadas, integrantes do Consórcio Ouro Verde III, a se estabelecerem como Produtores Independentes de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ouro Verde III, no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, com 25.000 kW de capacidade instalada e 9.400 kW médios de garantia física de energia, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.500 kW, cujas localizações são apresentadas em Anexo à presente Portaria:

I - Furnas Centrais Elétricas S.A. (90% - Líder do Consórcio), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.274.194/0001-19, com Sede na Rua Real Grandeza nº 219, Bairro Botafogo, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

II - Eólica Tecnologia Ltda. (7%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.135.980/0001-90, com Sede na Rua do Bom Jesus nº 183, Sala 203, Bairro Recife Antigo, Município de Recife, Estado de Pernambuco;

III - Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. (2,99%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.093.977/0001-09, com Sede na Avenida Santos Dumont nº 5.753, Sala 905/910, Bairro Papicú, Município de Fortaleza, Estado do Ceará; e

IV - Central Eólica Ouro Verde III Ltda. (0,01%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.037.258/0001-77, com Sede na Fazenda Ouro Verde, Distrito de Brejinhos, Zona Rural, s/nº, Galpão 3, Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pelas autorizadas destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverão as autorizadas implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da EOL Ouro Verde III, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/138 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, com cerca de dezesseis quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação João Câmara III, de propriedade da Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. - ETN, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações das autorizadas:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 8 de novembro de 2016;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 9 de novembro de 2016;

c) início das Obras do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito: até 7 de dezembro de 2016;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 7 de janeiro de 2017;

e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 10 de julho de 2017;

f) obtenção da Licença de Operação: até 15 de agosto de 2017;

g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 28 de agosto de 2017;

h) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 15 de setembro de 2017;

i) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 26 de setembro de 2017;

j) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 4 de outubro de 2017;

k) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 15 de outubro de 2017;

l) início da Operação em Teste da 5ª Unidade Geradora: até 26 de outubro de 2017;

m) início da Operação em Teste da 6ª Unidade Geradora: até 3 de novembro de 2017;

n) início da Operação em Teste da 7ª Unidade Geradora: até 14 de novembro de 2017;

o) início da Operação em Teste da 8ª Unidade Geradora: até 23 de novembro de 2017;

p) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 30 de novembro de 2017;

q) início da Operação em Teste da 9ª Unidade Geradora: até 3 de dezembro de 2017;

r) início da Operação em Teste da 10ª Unidade Geradora: até 12 de dezembro de 2017;

s) início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora: até 14 de dezembro de 2017;

t) início da Operação Comercial da 2ª Unidade Geradora: até 16 de dezembro de 2017;

u) início da Operação Comercial da 3ª Unidade Geradora: até 18 de dezembro de 2017;

v) início da Operação Comercial da 4ª Unidade Geradora: até 20 de dezembro de 2017;

w) início da Operação Comercial da 5ª Unidade Geradora: até 22 de dezembro de 2017;

x) início da Operação Comercial da 6ª Unidade Geradora: até 24 de dezembro de 2017;

y) início da Operação Comercial da 7ª Unidade Geradora: até 26 de dezembro de 2017;

z) início da Operação Comercial da 8ª Unidade Geradora: até 28 de dezembro de 2017;

aa) início da Operação Comercial da 9ª Unidade Geradora: até 30 de dezembro de 2017; e

bb) início da Operação Comercial da 10ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2018;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 4.346.100,00 (quatro milhões, trezentos e quarenta e seis mil e cem reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Ouro Verde III;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, as autorizadas ficarão sujeitas às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ouro Verde III, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pelas autorizadas com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ouro Verde III

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	187.913	9.394.321
2	187.701	9.395.197
3	187.691	9.395.517
4	187.681	9.395.839
5	187.678	9.396.162
6	187.659	9.396.480
7	187.659	9.396.800
8	187.674	9.397.102
9	187.651	9.397.380
10	187.625	9.397.661

Fuso/Datum: 25S/SIRGAS2000.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 11 de novembro de 2014

Nº 4.400 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta nos autos do Processo nº 48500.005592/2014-55, decide conhecer e dar provimento ao pedido de providências cautelares da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, interposto em favor da UTE Candiota III, para suspender o Chamado Ativo nº 102.556 da CCEE e determinar a esta que se abstenha de realizar novos descontos de receita fixa decorrentes da aplicação do Despacho nº 2.648, de 23/07/2013 ou de aplicar penalidades decorrentes do Chamado Ativo nº 102.556 até 1º de dezembro de 2014.

Em 13 de novembro de 2014

Nº 4.421 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001577/2014-38, resolve conhecer do Pedido de Impugnação formulado pela Abengoa Construção Brasil Ltda. em face do Edital do Leilão de Transmissão nº 4/2014 e, no mérito, negar-lhe provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de novembro de 2014

Nº 4.428 - Processo nº 48500.003933/2014-58. Interessado: Boa Vista Energia S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da UTE Distrito - Bloco Soenergy, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.PE.RR.031983-0.01, com 26.240 kW de Potência Instalada, localizada no município de Boa Vista, estado de Roraima.

Nº 4.429 - Processo nº 48500.003934/2014-01. Interessado: Boa Vista Energia S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da UTE Novo Paraíso, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.PE.RR.031984-8.01, com 18.040 kW de Potência Instalada, localizada no município de Novo Paraíso, estado de Roraima.

Nº 4.430 - Processo nº 48500.003973/2014-08. Interessado: Boa Vista Energia S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da UTE Monte Cristo, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.PE.RR.031982-1.01, com 122.400 kW de Potência Instalada, localizada no município de Boa Vista, estado de Roraima.

A íntegra destes Despachos constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

RETIFICAÇÕES

Na íntegra do Despacho nº 1.914, de 20 de junho de 2014, constante no Processo nº 48500.003968/2013-14, publicado no DOU de 23 de junho de 2014, seção 1, página 45, v. 151, n. 117, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, onde se lê "... referente à EOL Santo Estevão IV ", leia-se "... referente à EOL Ventos de Santo Estevão IV".

Na íntegra do Despacho nº 2.630, de 11 de julho de 2014, constante no Processo nº 48500.002651/2014-33, publicado no DOU de 14 de julho de 2014, seção 1, página 83, v. 151, n. 132, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, onde se lê "CNPJ/MF 13.376.172/0001-43", leia-se "CNPJ/MF 12.376.172/0001-43".

Na íntegra do Despacho nº 2.631, de 11 de julho de 2014, constante no Processo nº 48500.002650/2014-99, publicado no DOU de 14 de julho de 2014, seção 1, página 83, v. 151, n. 132, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, onde se lê "CNPJ/MF 13.376.172/0001-43", leia-se "CNPJ/MF 12.376.172/0001-43".

Na íntegra do Despacho nº 2.632, de 11 de julho de 2014, constante no Processo nº 48500.002649/2014-64, publicado no DOU de 14 de julho de 2014, seção 1, página 83, v. 151, n. 132, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, onde se lê "CNPJ/MF 13.376.172/0001-43", leia-se "CNPJ/MF 12.376.172/0001-43".

Na íntegra do Despacho nº 2.633, de 11 de julho de 2014, constante no Processo nº 48500.002654/2014-77, publicado no DOU de 14 de julho de 2014, seção 1, página 83, v. 151, n. 132, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, onde se lê "CNPJ/MF 13.376.172/0001-43", leia-se "CNPJ/MF 12.376.172/0001-43".

Na íntegra do Despacho nº 2.634, de 11 de julho de 2014, constante no Processo nº 48500.002653/2014-22, publicado no DOU de 14 de julho de 2014, seção 1, página 83, v. 151, n. 132, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, onde se lê "CNPJ/MF 13.376.172/0001-43", leia-se "CNPJ/MF 12.376.172/0001-43".

Na íntegra do Despacho nº 3.185, de 18 de agosto de 2014, constante no Processo nº 48500.003664/2014-20, publicado no DOU de 19 de agosto de 2014, seção 1, página 47, v. 151, n. 158, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, onde se lê "... inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.389.148/001-98", leia-se "... inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.389.148/0001-98".

Na íntegra do Despacho nº 3.212, de 20 de agosto de 2014, constante no Processo nº 48500.006471/2013-40, publicado no DOU de 21 de agosto de 2014, seção 1, página 48, v. 151, n. 160, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, onde se lê "... Despacho nº 1.233, de 14 de abril de 2014", leia-se "... Despacho nº 1.233, de 16 de abril de 2014".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Na íntegra do Despacho nº 3.483, de 28 de agosto de 2014, constante no Processo nº 48500.002658/2014-55, publicado no DOU de 29 de agosto de 2014, seção 1, página 69, v. 151, n. 166, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, onde se lê "Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 1.890, de 18 de julho de 2014", leia-se "Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 1.890, de 18 de junho de 2014".

Na íntegra do Despacho nº 3.484, de 28 de agosto de 2014, constante no Processo nº 48500.002659/2014-08, publicado no DOU de 29 de agosto de 2014, seção 1, página 69, v. 151, n. 166, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, onde se lê "Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 1.890, de 18 de julho de 2014", leia-se "Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 1.890, de 18 de junho de 2014".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de nvoembro de 2014

Nº 4.436 - Processo nº: 48500.004619/2014-92. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Decisão: Conhecer do recurso administrativo apresentado pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf e, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 4.437 - Processo nº: 48500.003210/2014-59. Interessada: Cemig Distribuição S.A. Decisão: homologar, nos termos do art. 16 do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura celebrados individualmente pela Cemig Distribuição S.A. com as seguintes empresas: Cabangu Internet Ltda. - ME e CRJ Tecnologia e Informática Ltda.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 4.293, de 31 de outubro de 2014, constante no Processo n° 48500.003889/2012-77, publicada no DOU nº 212, de 03 de novembro de 2014, Seção 1, página 71, onde se lê: "Processo nº 48500.003889/2014-77." leia-se: "Processo n° 48500.003889/2012-77.".

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de nvoembro de 2014

Nº 4.431 - Processo nº: 48500. 005716/2011-50. Interessado: FURNAS Decisão: reconsiderar parcialmente a decisão constante no Auto de Infração nº 1048/2014-SFE, alterando o valor para R$ 1.851.600,99 (um milhão, oitocentos e cinquenta e um mil, seiscentos reais e noventa e nove centavos), com base no art. 34 da Res. 63/2004.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de nvoembro de 2014

Nº 4.427 - Processo nº 48500.008147/2000-15. Interessado: ECE Participações S.A. Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação comercial a partir de 14 de novembro de 2014. Usina: UHE Santo Antônio do Jari. Unidade Geradora: UG02 de 123.330 kW. Localização: Municípios de Laranjal do Jari, Estado do Amapá, e Almeirim, Estado do Pará.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de nvoembro de 2014

Nº 4.423 - Processo nº: 48500.003787/2009-01. Interessada: CEB Distribuição S.A. Decisão: anuir à minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Recuperação de Faturas do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº 012/2002-PRPJU/CEB, a ser celebrado entre a interessada e a Corumbá Concessões S.A.

Nº 4.424 - Documento nº 48500.003437/2009-37. Interessada: Light Serviços de Eletricidade S.A. Decisão: anuir à celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Comodato nº 021-207-001-008, entre a Interessada e Paulo Antonio da Silva, com o objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Contrato anuído pelo Despacho nº 4.507/2011, até 13 de dezembro de 2017.

Nº 4.425 - Processo nº: 48500.005433/2014-51. Interessada: Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - CERBRANORTE Decisão: anuir ao pedido de transferência do acervo de iluminação pública registrado na Interessada aos municípios de Braço do Norte/SC e Rio Fortuna/SC.

Nº 4.426 - Processo nº 48500.005104/2014-18. Interessada: Copel Distribuição S.A. - COPEL D. Decisão: I - anuir à constituição de garantia em recebíveis ao contrato de financiamento da 5ª Tranche do Programa Luz para Todos nº 333/2013 pela Interessada, no valor de R$ R$ 5.661.940,00 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e um mil e novecentos e quarenta reais) de recursos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE., em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, destinado ao financiamento de obras do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica - Luz para Todos; II - estabelecer que a COPEL D deve: (i) apresentar à ANEEL a documentação comprobatória da aplicação dos recursos financeiros captados em até 60 (sessenta) dias, após o término da utilização dos recursos; e (ii) disponibilizar em arquivo para fiscalização a posteriori da ANEEL a planilha de controle da execução da avença; e III - ressalvar que a distribuidora deverá enviar os relatórios com as informações e nos prazos conforme descrito na Nota Técnica motivadora deste Despacho.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de novembro de 2014

Nº 4.432 - Processo: 48500.005643/2014-49. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Dona Amélia II, com potência estimada de 11,00 MW, situada no rio Andrada, localizado na sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 27/10/2014 pela empresa Agathon Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.229.380/0001-42, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 11/1/2016, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 4.433 - Processo: 48500.005638/2014-36. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH São Salvador, com potência estimada de 5,35 MW, situada no rio Andrada, localizado na sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 27/10/2014 pela empresa Agathon Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.229.380/0001-42, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 11/1/2016, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 4.434 - Processo: 48500.005639/2014-81. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Meireles, com potência estimada de 4,95 MW, situada no rio Andrada, localizado na sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 27/10/2014 pela empresa Agathon Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.229.380/0001-42, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 11/1/2016, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 4.435 - Processo: 48500.005618/2014-65. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Rodeio, com potência estimada de 9,95 MW, situada no rio Benedito, sub-bacia 83, bacia hidrográfica do rio Atlântico Sudeste, no Estado de Santa Catarina, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 24/10/2014 pela empresa Múltipla Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 11.649.715/0001-96, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 11/1/2016, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de novembro de 2014

Nº 4.422 - Processo: 48500.005762/2013-11. Interessados: agentes de distribuição de energia elétrica com aniversário contratual em novembro de 2014. Decisão: Fixar a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE para os interessados.

A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 13 de nvoembro de 2014

Nº 1.700 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, n.° 58 e n.° 59, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação do contrato de cessão de espaço listado a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA/ REGISTRO	CARTÓRIO N.º	PRODUTOS	PRAZO	PROCESSO
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	RM Petróleo S.A. 04.414.127/0002-99	Reg. 331087	Gasolina A (50m³) Diesel A (25m³) Diesel B5 (25m³) Etanol Anidro (20m³) Etanol Hidratado (50m³)	30/06/2015	48610.012319/2014-30

Nº 1.701 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, n.° 58 e n.° 59, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação do contrato de cessão de espaço listado a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA/ REGISTRO	CARTÓRIO N.º	PRODUTOS	PRAZO	PROCESSO
Guarulhos	SP	PETRÓLEO Brasileiro S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS Transportes S.A. - TRANSPETRO	NOROESTE Distribuidora de Combustíveis Ltda. 01.966.325/0001-96	Termo Aditivo n.° 02 - N.° 430.2.135/12-8 Reg. 3.573.615	Óleo Diesel A S10 (38m³)	31/12/2015	48610.014854/2012-63

Nº 1. 702 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, n.° 58 e n.° 59, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação do contrato de cessão de espaço listado a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA/ REGISTRO	CARTÓRIO N.º	PRODUTOS	PRAZO	PROCESSO
Rio Grande	RS	PETRÓLEO Brasileiro S.A. - PETROBRAS / PETROBRAS Transportes S.A. - TRANSPETRO	DISTRIBUIDORA de Produtos de Petróleo Charrua Ltda. 01.317.309/0004-15	Termo Aditivo n.° 02 - N.° 430.2.020/11-1 Reg. 3.573.614	Óleo Diesel A S10 (667m³)	31/12/2016	48610.007502/2009-56

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 1.703 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/PA0167629	A.P. MELO E CIA LTDA EPP	20.647.563/0001-83	PORTEL	PA	48610.012360/2014-14
PR/RO0166063	AUTO POSTO ALTERNATIVO LTDA - EPP	20.080.454/0001-27	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	RO	48610.010187/2014-10
PR/ES0155502	AUTO POSTO BAIMINAS DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	18.493.389/0001-10	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	ES	48610.004492/2014-64
PR/SP0161282	AUTO POSTO DE CONVENIÊNCIA PARAVENTI LTDA - ME	02.286.084/0001-05	GUARULHOS	SP	48610.007768/2014-66
PR/PA0167544	AUTO POSTO NORTE PARA LTDA	17.827.292/0001-33	CAPANEMA	PA	48610.011877/2014-88
PR/SP0167563	AUTO POSTO PORTAL DE IGARATÁ LTDA EPP	17.915.873/0001-27	IGARATA	SP	48610.012120/2014-10
PR/SP0167646	AUTO POSTO PRIMEIRO DE ROMA LTDA	20.589.247/0001-00	SAO PAULO	SP	48610.012381/2014-21
PR/SP0167644	AUTO POSTO SENARIS BELLO LTDA	20.514.988/0001-14	SAO PAULO	SP	48610.012380/2014-87
PR/AL0138842	AUTO POSTO TABELA LTDA - EPP	17.879.703/0001-34	ARAPIRACA	AL	48610.006445/2013-74
PR/MG0167645	EDINEY CARDOSO DOS SANTOS - ME	13.187.073/0001-86	JAIBA	MG	48610.012387/2014-07
PR/BA0167584	EVALDO RIOS MAIA - EPP.	20.016.632/0001-50	ITIUBA	BA	48610.011993/2014-05
PR/PA0167628	GONÇALVES & DIAS LTDA.	07.868.912/0013-62	VITORIA DO XINGU	PA	48610.012357/2014-92
PR/SP0167643	J.G.W.S AUTO POSTO LTDA EPP	20.732.386/0001-33	SANTO ANDRE	SP	48610.012382/2014-76
PR/RN0167226	KATARINA LAVYA DE FREITAS CARDOZO COMBUSTIVEIS - ME	17.148.809/0001-68	MARCELINO VIEIRA	RN	48610.011404/2014-81
PR/AP0154682	L. R. PONTES - ME	09.351.716/0003-70	CALCOENE	AP	48610.003412/2014-53
PR/GO0165862	MARTINS & CARVALHO LTDA - ME	18.854.929/0001-43	RIO VERDE	GO	48610.010369/2014-82
PR/MG0159782	ORGANIZAÇÕES SILVA & SILVA LTDA - ME.	10.529.199/0001-01	JEQUITINHONHA	MG	48610.006930/2014-29
PR/PB0167565	POSTO CAETANO E AMANDA COMÉRCIO LTDA - ME	19.069.429/0001-63	IMACULADA	PB	48610.012126/2014-89
PR/BA0155223	POSTO DE COMBUSTIVEIS ZONA SUL LTDA	11.417.043/0001-93	ITAPETINGA	BA	48610.004509/2014-83
PR/BA0167564	POSTO JJN LTDA - ME	20.885.360/0001-25	SERRINHA	BA	48610.012119/2014-87
PR/SP0162402	POSTO PAULISTA IBIRAREMA LTDA	08.383.773/0001-06	IBIRAREMA	SP	48610.008190/2014-65
PR/BA0164522	POSTO VAL LOPES LTDA.	18.591.266/0001-11	CURACA	BA	48610.009277/2014-50
PR/BA0167202	PROGRESSO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	20.524.115/0001-92	VITORIA DA CONQUISTA	BA	48610.010619/2014-84
PR/SE0167165	REDE DE POSTOS PRESIDENTE LTDA	32.864.795/0020-35	ARACAJU	SE	48610.011195/2014-75
PR/MG0165342	WMC COMBUSTIVEIS E SERVICOS LTDA - ME.	20.400.413/0001-70	MIRAI	MG	48610.009889/2014-42

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 479, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.016052/2009-92, e considerando:

-a conveniência de se unificar as diversas Autorizações de operação outorgadas pela ANP para as instalações do Terminal da empresa COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. localizado no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo em um único Ato Administrativo, com vistas ao melhor controle das outorgas;

-a nova sistemática de acompanhamento das Licenças Ambientais das instalações de competência da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural - SCM, cujas instruções constam atualmente nas Autorizações publicadas;

-a otimização do controle periódico das vistorias das instalações com vistas a sua segurança operacional, torna público o seguinte ato:

Art.1º Fica a empresa COPAPE Produtos de Petróleo Ltda., CNPJ: 01.428.174/0002-01, autorizada a operar as instalações de seu Terminal Terrestre para movimentação e armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis das classes I a III, incluindo derivados de petróleo, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e etanol, localizado no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, compreendendo 11 (onze) tanques e instalações complementares, conforme discriminado a seguir:

Tanque	Diâmetro (m)	Altura (m)	Capacidade (m^3)	Produto
101	9,518	14,790	1061,926	Classes I a III, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e etanol combustível
102	9,518	13,280	1056,295	Classes I a III, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e etanol combustível
103	9,516	14,800	1066,968	Classes I a III, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e etanol combustível
104	9,511	14,870	1066,897	Classes I a III, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e etanol combustível
105	14,276	18,67	3.000	Classes I a III, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e etanol combustível
106	14,282	18,55	2.966,310	Classes I a III, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e etanol combustível
107	9,551	14,350	1.033,306	Classes II a III, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel
108	9,526	14,420	1.033,231	Classes I a III, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e etanol combustível
109	15,255	23,640	4.341,530	Classes I a III, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e etanol combustível
110	15,256	23,640	4.341,135	Classes I a III, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e etanol combustível
205	1,90	5,40	15	Biodiesel

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º A empresa COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4° Fica revogada a Autorização ANP N° 489 de 27/05/2013, publicada no Diário Oficial da União - DOU n° 101, Seção 1 página 47, de 28/05/2013.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 695/2014-MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(322)

10406/2014-831.484/2013-MARIA DE FÁTIMA BARBOSA VAZ-

10407/2014-831.494/2013-THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA-

10408/2014-831.495/2013-THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA-

10409/2014-831.497/2013-JOÃO VIANA LELIS-

10410/2014-831.513/2013-JEQUITI MINERAÇÃO LTDA-

10411/2014-831.543/2013-JOSÉ JORGE LANDIM-

10412/2014-831.567/2013-SUMMIT COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-

10413/2014-831.571/2013-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA-

10414/2014-831.572/2013-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA-

10415/2014-831.580/2013-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA - ME.-

10416/2014-831.668/2013-COSTA E VITA LTDA-

10417/2014-831.714/2013-GUILHERME DE SOUZA LIMA ME-

10418/2014-831.732/2013-GABRIEL CUSTÓDIO SILVA OLIVEIRA-

10419/2014-832.061/2013-TOLEDO MINERAÇÃO LTDA-

10420/2014-832.437/2013-MINERAÇÃO NOVO CRUZEIRO LTDA ME-

10421/2014-832.447/2013-CLEOFAS GONÇALVES GUSMÃO-

10422/2014-832.505/2013-MIRANDA E ASSUNÇÃO LTDA ME-

10423/2014-832.511/2013-SV.X PREMOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA-

10424/2014-832.517/2013-DILSON CARVALHO CAMPOS-

10425/2014-832.574/2013-NELSON DE PAULA BRITO-

10426/2014-832.731/2013-EMPRESA DE MINERAÇÃO LAMBARI MÁRMORES E GRANITOS LTDA-

10427/2014-832.745/2013-PEDREIRA MURIAÉ LTDA-

10428/2014-832.747/2013-SV.X PREMOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA-

10429/2014-832.774/2013-MINERAÇÃO MAROTO LTDA ME-

10430/2014-832.807/2013-STONE GOLD CHOCOLATE ESTRAÇÃO DE GRANITO LTDA-

10431/2014-832.808/2013-STONE GOLD CHOCOLATE ESTRAÇÃO DE GRANITO LTDA-

10432/2014-832.812/2013-LOCADORA DE EQUIPAMENTOS BRITTOS LTDA-

10433/2014-832.837/2013-BENEDITO GALVÃO PEREIRA DA SILVA-

10434/2014-832.851/2013-GERALDO CORREA DE PAULA-

10435/2014-832.887/2013-JOSINA JESUS DE SOUZA-

10436/2014-830.166/2014-CLÍNICA DE IMAGEM COMPUTADORIZADA LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(323)

10437/2014-831.486/2013-PAULO SILVA FREIRE-

10438/2014-831.541/2013-FERREIRA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME-

10439/2014-831.547/2013-MINERAÇÃO FL JOTAS LTDA-

10440/2014-831.561/2013-MINASILICIO GMA MINERADORA LTDA-

10441/2014-831.562/2013-COMERCIAL RESENDE E VIEIRA LTDA-

10442/2014-831.656/2013-MINERAÇÃO CARAI LTDA-

10443/2014-831.691/2013-RÔMULO ALVES GUIMARÃES-

10444/2014-831.698/2013-EDSON DA SILVA TEIXEIRA-

10445/2014-832.028/2013-PORTO SANTA FÉ LTDA-

10446/2014-832.512/2013-MINERADORA GREIMEL LTDA ME-

10447/2014-832.744/2013-CERAMICA SAFIRA LTDA EPP-

10448/2014-832.748/2013-MARIA DOLORES BRITO JARDIM-

10449/2014-832.779/2013-INDUSTRIAS BRASILEIRAS DE ARTIGOS REFRATÁRIOS IBAR LTDA.-

10450/2014-832.782/2013-WEULDON BATISTA OLIVEIRA-

10451/2014-832.834/2013-JARDEL LEONE QUEIROZ DE FREITAS-

10452/2014-832.846/2013-THALES JUNIO DA SILVA-

10453/2014-832.879/2013-CAULIM TOTAL PREMIUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-

10454/2014-832.883/2013-JOSE GERALDO DE FIGUEIREDO-

10455/2014-832.884/2013-CESAR RODRIGUES DE ARAUJO-

10456/2014-832.936/2013-FELIPE DE SOUZA MOTA ME-

10457/2014-832.941/2013-NADSON TORRES SARMENTO ME-

10458/2014-832.997/2013-LEONARDO PIMENTEL TOREZANI-

10459/2014-832.998/2013-LEONARDO PIMENTEL TOREZANI-

10460/2014-830.164/2014-CLÍNICA DE IMAGEM COMPUTADORIZADA LTDA-

10461/2014-830.165/2014-CLÍNICA DE IMAGEM COMPUTADORIZADA LTDA-

10462/2014-830.167/2014-DENILSON JOSÉ DE ARAÚJO-

10463/2014-830.224/2014-MÁRIO FERNANDO ADRIANO FRANCO BS EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-

10464/2014-830.245/2014-EDELMO MARCONDES DA COSTA CPF 025.544.236 01 ME-

10465/2014-831.585/2014-CERAMICA LEAL LTDA-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 221/2014-PB

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(321)

10466/2014-846.197/2014-EXTRACAO DE AREIA SAO MIGUEL LTDA-

10467/2014-846.225/2014-SERGIO RICARDO SILVA MARTINS-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(322)

10468/2014-846.189/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-

10469/2014-846.190/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-

10470/2014-846.191/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-

10471/2014-846.192/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-

10472/2014-846.193/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-

10473/2014-846.210/2014-EXTRACAO DE AREIA SAO MIGUEL LTDA-

10474/2014-846.211/2014-EXTRACAO DE AREIA SAO MIGUEL LTDA-

10475/2014-846.212/2014-EXTRACAO DE AREIA SAO MIGUEL LTDA-

10476/2014-846.216/2014-ROCHA ASFALTO INDUSTRIA DE ASFALTO, LOCACAO DE EQUIPAMENTOS E TERRAPLANAGEM LT-

10477/2014-846.219/2014-H. S. F. DAS NEVES-

10478/2014-846.231/2014-SERGIO RICARDO RIBEIRO GAMA-

10479/2014-846.232/2014-MIBRA MINÉRIOS LTDA.-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(323)

10480/2014-846.196/2014-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-

10481/2014-846.217/2014-MINERAÇÃO PERNANBUCO LTDA-

10482/2014-846.218/2014-DEZAIX DE ASSIS WANDERLEY-

RELAÇÃO Nº 45/2014-PI

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(321)

10486/2014-803.221/2014-MINERADORA POTY LTDA-

10487/2014-803.228/2014-FERRAZ AGROPECUARIA E MINERAÇÃO LTDA ME-

10488/2014-803.229/2014-FERRAZ AGROPECUARIA E MINERAÇÃO LTDA ME-

10489/2014-803.230/2014-AGREGADOS MINERAIS ESPECIAIS-

10490/2014-803.231/2014-AGREGADOS MINERAIS ESPECIAIS-

10491/2014-803.232/2014-CERAMICA ALVORADA LTDA (M.A.GL. GONÇALVES)-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(322)

10492/2014-803.258/2014-ELISVAN DA SILVA OLIVEIRA-

RELAÇÃO Nº 88/2014-RO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(323)

10483/2014-886.114/2012-RIO MADEIRA COM. IMP E EXP DE MINERIOS LTDA-Termo de Compromisso

10484/2014-886.304/2012-ELETROLIGAS LTDA-Termo de Compromisso

10485/2014-886.313/2014-PLANEJAMENTO CONTROLE E GERENCIAMENTO AMBIENTAL LTDA-Termo de Compromisso

SERGIO AUGUSTO DAMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 100/2014

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

880.167/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°286/2014

880.169/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°287/2014

880.170/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°288/2014

880.171/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°289/2014

880.172/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°290/2014

880.173/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°291/2014

880.174/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°292/2014

880.175/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°293/2014

880.176/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°294/2014

880.177/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°295/2014

880.178/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°296/2014

880.179/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°297/2014

880.180/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°298/2014

880.181/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°299/2014

880.182/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°300/2014

880.245/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°301/2014

880.246/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°302/2014

880.657/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°303/2014

880.272/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°272/2014

880.273/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°273/2014

880.274/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°274/2014

880.275/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°275/2014

880.276/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°276/2014

880.277/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°277/2014

880.278/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°278/2014

880.279/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°279/2014

880.280/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°280/2014

880.281/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°281/2014

880.282/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°282/2014

880.283/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°283/2014

880.284/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°284/2014

880.285/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°285/2014

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)

880.095/2004-JOSE EDUARDO MARTINS - AI N°383/2013

880.367/2010-MANUEL LOPES DA SILVA - AI N°372/2013

880.368/2010-MANUEL LOPES DA SILVA - AI N°371/2013

880.033/2011-MANUEL LOPES DA SILVA - AI N°373/2013

880.043/2011-MANOEL JUARES SIMÕES CARDOSO - AI N°382/2013

880.058/2011-MANUEL LOPES DA SILVA - AI N°374/2013

880.240/2011-IARA AZEVEDO LEMBI DE CARVALHO BARBOSA - AI N°364/2013

FERNANDO BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 718/2014

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

834.633/1995-PORTO DE AREIA SÃO GERALDO LTDA.-OF. N°331/2014-ERPM

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

830.884/1997-ÁGUA IZA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Fonte: Ipanema - Marca: Minas Gerais - Embalagem:20L,10L,5L,1,5L,500 mL e 200 mL, sem gás e 500 mL com gás- UBERLÂNDIA/MG

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

831.768/2013-MINERADORA VALE DO CAPARAO LTDA ME-Registro de Licença N°4327/2014 de 11/11/2014-Vencimento em 10/06/2023

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 126/2014

Fase de Licenciamento

Despacho de retificação do Registro de Licença(741)

826.416/2014-BALA BALA MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA.- Registro de Licença N°25/2014-ONDE SE LÊ:"...BALA BALA MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA-REGISTRO DE LICENÇA N°25/2014...", LEIA-SE:"...BALA BALA MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA REGISTRO DE LICENÇA N° 21/2014...".

RELAÇÃO Nº 128/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)

826.110/2014-ITAVEL SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

826.995/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA -Alvará N°5469/2014

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

826.544/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1993/2014/DGTM/DNPM/PR

826.545/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1990/2014/DGTM/DNPM/PR

826.546/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1985/2014/DGTM/DNPM/PR

826.547/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1986/2014/DGTM/DNPM/PR

826.548/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1989/2014/DGTM/DNPM/PR

826.550/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1982/2014/DGTM/DNPM/PR

826.551/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1994/2014/DGTM/DNPM/PR

826.495/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1964/2014/DGTM/DNPM/PR

826.496/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1963/2014/DGTM/DNPM/PR

826.497/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1974/2014/DGTM/DNPM/PR

826.498/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1973/2014/DGTM/DNPM/PR

826.499/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1970/2014/DGTM/DNPM/PR

826.500/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1968/2014/DGTM/DNPM/PR

826.501/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1967/2014/DGTM/DNPM/PR

826.016/2012-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1977/2014/DGTM/DNPM/PR

826.017/2012-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1978/2014/DGTM/DNPM/PR

826.018/2012-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1981/2014/DGTM/DNPM/PR

Determina arquivamento definitivo do processo(1039)

826.567/2007-AREAL COSTA LTDA

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

826.436/1996-F.ANDREIS & CIA LTDA.- Alvara n° 2258/1998 - Cessionário: F. ANDREIS NETO ME- CNPJ 12.127.886/0001-18

826.444/1996-F.ANDREIS & CIA LTDA.- alvara n° 2259/1998 - Cessionário: F. ANDREIS NETO ME- CNPJ 12.127.886/0001-18

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

826.678/2003-JOSÉ CARLOS FERRARESI ME-OF. N°1961/2014/DGTM/DNPM/PR

826.542/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1996/2014/DGTM/DNPM/PR

826.544/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1992/2014/DGTM/DNPM/PR

826.545/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1991/2014/DGTM/DNPM/PR

826.546/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1984/2014/DGTM/DNPM/PR

826.547/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1987/2014/DGTM/DNPM/PR

826.548/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1988/2014/DGTM/DNPM/PR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

826.550/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1983/2014/DGTM/DNPM/PR
826.551/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1995/2014/DGTM/DNPM/PR
826.495/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1965/2014/DGTM/DNPM/PR
826.496/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1962/2014/DGTM/DNPM/PR
826.497/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1975/2014/DGTM/DNPM/PR
826.498/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1972/2014/DGTM/DNPM/PR
826.499/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1971/2014/DGTM/DNPM/PR
826.500/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1969/2014/DGTM/DNPM/PR
826.501/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°1966/2014/DGTM/DNPM/PR
826.016/2012-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1976/2014/DGTM/DNPM/PR
826.017/2012-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1979/2014/DGTM/DNPM/PR
826.018/2012-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°1980/2014/DGTM/DNPM/PR
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
826.185/2014-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LEOPOLDINO LTDA.-Registro de Licença N°46/2014 de 12/11/2014-Vencimento em 06/02/2024
826.187/2014-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LEOPOLDINO LTDA.-Registro de Licença N°47/2014 de 12/11/2014-Vencimento em 06/02/2024
826.544/2014-AREAL COSTA LTDA-Registro de Licença N°45/2014 de 10/11/2014-Vencimento em 30/06/2019
826.817/2014-AREAL BOZZA LTDA-Registro de Licença N°44/2014 de 07/11/2014-Vencimento em 31/03/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
826.721/2014-BARBARA CORDEIRO RAMOS-OF. N°1997/2014/DGTM/DNPM/PR

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 133/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
840.389/2012-FERGUBEL MINERAÇÃO E TRANSPORTES SÃO JOSÉ DO BELMONTE LTDA.
840.392/2012-FERGUBEL MINERAÇÃO E TRANSPORTES SÃO JOSÉ DO BELMONTE LTDA.
840.526/2012-MARIO YE SUI YONG
840.530/2012-MARIO YE SUI YONG
840.531/2012-MARIO YE SUI YONG
840.532/2012-MARIO YE SUI YONG
840.534/2012-MARIO YE SUI YONG
840.808/2012-D&D TERRAPLENAGEM LTDA.
840.809/2012-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA
840.812/2012-CONSTRUTORA BEZERRA E SILVA LTDA.
840.825/2012-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA
840.826/2012-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA
840.827/2012-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA
840.444/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA
840.520/2013-ITATIM MINÉRIOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.237/2012-LUIZ ANTONIO MARTINS NETO-OF. N°1346/14
840.376/2013-BRANDÃO & BARBALHO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1369/14
840.195/2014-LEÔNIDAS MAGNO RODRÍGUES-OF. N°1343/14
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
840.494/2012-CONTINENTAL MINERAÇÃO LTDA.

RELAÇÃO Nº 134/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
840.053/2014-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA
840.072/2014-EDSON ROQUE QUEIROZ FILHO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.157/2014-BARAÚNA PARTICIPAÇÕES S.A.-OF. N°1390/14
840.166/2014-UNIMIN DO BRASIL LTDA.-OF. N°1391/14
840.169/2014-MARCOS ANTONIO DA SILVA MELO JUNIOR-OF. N°1366/14
840.210/2014-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME-OF. N°1389/14
840.211/2014-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME-OF. N°1388/14
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
840.888/2011-HP MINERAÇÃO LTDA. -Alvará N°1382/2013
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.196/2014-GOIANA MINERAÇÃO LTDA.-Registro de Licença N°031/2014 de 14/10/2014-Vencimento em 29/09/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
840.175/2014-CERAMICA CAVALCANTI NETOS LTDA ME-OF. N°1807/14
840.177/2014-CERAMICA MONTE FORTE LTDA ME-OF. N°1808/14
840.197/2014-CERÂMICA MARANATA LTDA-OF. N°1374/14
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
840.146/2014-PAULO OTAVIANO DA SILVA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
840.092/2002-PEDREIRA HERVAL LTDA-OF. N°221.44.021/2014

PAULO JAIME ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 48/2014

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que não houve apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 903.269/2014 Notificado: Indústria de Calcário do Cerrado Piauiense Ltda.
CNPJ/CPF 05.308.452/0001-59 NFLDP nº 130/2014
Valor: R$ 31.139,27 Fase: Licenciamento
Processo de Cobrança nº 903.397/2013 Notificado: Santana e Ferreira Ind. E Com. Ltda.
CNPJ/CPF 03.454.478/0001-80 NFLDP nº 162/2013
Valor: R$ 5.877,67 Fase: Licenciamento
Processo de Cobrança nº 903.398/2013 Notificado: Santana e Ferreira Ind. E Com. Ltda.
CNPJ/CPF 305.421.033-20 NFLDP nº 163/2013
Valor: R$ 63,66 Fase: Licenciamento

ELISEU EMÍDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 90/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
886.426/2011-JOÃO CAPISTRANO NETO DA LUZ-OF. N°1.294/2014
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
886.264/2012-ITAMAR CESAR ROVER
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
886.139/2010-WAGNER LOPES GHELER SERVIÇOS ME-Cessionário:COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE RONDÔNIA S.A- CPF ou CNPJ 04.418.471/0001-75- Alvará nº9.084/2014
886.415/2013-METAL GEMA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:DELTA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA- CPF ou CNPJ 16.614.304/0001-89- Alvará n°13.523/2014
886.416/2013-METAL GEMA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:Delta do Brasil Importação e Exportação LTDA- CPF ou CNPJ 16.614.304.0001/89- Alvará n°9876/2014
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
886.264/2012-ITAMAR CESAR ROVER
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
886.253/2014-UDO WAHLBRINK-Registro de Licença N°37/2014 de 31/10/2014-Vencimento em 20/01/2018
886.270/2014-LEANDRO BRASILEIRO DE QUEIROZ-Registro de Licença N°38/2014 de 04/11/2014-Vencimento em 36/06/2015
886.418/2014-ORLIZES SOUZA DA SILVA-Registro de Licença N°40/2014 de 07/11/2014-Vencimento em 25/08/2014
886.439/2014-DIEGO DA VITORIA SILVA & CIA LTDA ME-Registro de Licença N°41/2014 de 10/11/2014-Vencimento em Indeterminado
886.443/2014-ITAMAR CESAR ROVER-Registro de Licença N°39/2014 de 04/11/2014-Vencimento em 25/09/2019
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
886.295/2014-GERSON MARCOS DE ASSIS-OF. N°1.219/2014
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
886.146/2014-MICHEL JUNIOR CAMPANHONNI
886.229/2014-L.M. CONSTRUTORA LTDA
886.234/2014-CERAMICA RIO MACHADO LTDA ME
886.238/2014-EXTRAÇÃO LATERITA QUINARI LTDA
Fase de Licenciamento
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
886.103/2000-PEDREIRA VALE DO ABUNÃ LTDA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
886.045/2006-ZORTTON COMÉRCIO E SERVIÇOS IMP. E EXP. LTDA

DEOLINDO DE CARVALHO NETO

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 180/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
815.638/2014-JOEL GABRIEL DE AVIZ
815.662/2014-MINERAÇÃO VEIGA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.514/2014-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°4585/2014
815.656/2014-TRAINOTTI DADAM EXTRACAO DE AREIA E ARGILA LTDA EPP-OF. N°4588/2014
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.876/2007-ERNANDES AUGUSTO BENDINI- Alvará n°8.009/2014 - Cessionario:815.648/2014-Balneário Materiais de Construção Ltda.- CPF ou CNPJ 00.874.055/0001-20
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
815.066/2009-RODOMÁQUINAS LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.741/2010-MINERADORA PORTO IGUAÇU LTDA-OF. N°4543/2014
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.439/2006-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA- Área de 901,50 ha para 92,71 ha-Saibro e Argila
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
815.296/2013-HELDER CASAGRANDE ME- Alvará n°3926/2010 - Cessionário: A.J.E Terraplanagem Ltda. ME- CNPJ 07.841.041/0001-50
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.024/1994-CAMBIRELA EXT. COM. DE SILIX LTDA-OF. N°4581/2014
815.594/2003-CAMBIRELA EXT. COM. DE SILIX LTDA-OF. N°4541/2014
815.718/2006-PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA-OF. N°4540/2014
815.356/2007-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°4580/2014
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.293/1993-TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.-BRUSQUE/SC, NOVA TRENTO/SC - Guia n° 122/2014-50.000Toneladas-Granito- Validade:31/10/2015
815.114/2000-J M COMÉRCIO E MINERAÇÃO DE PEDRAS LTDA.-AGRONÔMICA/SC, TROMBUDO CENTRAL/SC - Guia n° 121/2014-4.000toneladas/ano-Folhelho/Ardósia- Validade:05/11/2015
815.597/2005-SOL MINERAÇÃO LTDA ME-TAIÓ/SC - Guia n° 123/2014-6000Toneladas-Diabásio Ornamental- Validade:07/11/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.594/2003-CAMBIRELA EXT. COM. DE SILIX LTDA-OF. N°4542/2014
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
815.802/2010-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4576/2014
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
815.126/2001-H. LEVE ENGARRAFADORA E DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL LTDA- Água Mineral Natural H Leve - Fonte: Heinig: Embalagem descartável 2,5 l sem gás- BRUSQUE/SC
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
810.241/1979-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA- AI N° 847/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
815.460/2004-L.A LATICINIOS E AGUA MINERAL LTDA ME- AI Nº 276/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.890/1995-PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-OF. N°4545/2014
815.460/2004-L.A LATICINIOS E AGUA MINERAL LTDA ME-OF. N°4592/2014
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.036/2006-NASCIMENTO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME- Registro de Licença N°:1282/2006 - Vencimento em 15/02/2015
815.719/2012-A. MENDES TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA- Registro de Licença N°:1547/2013 - Vencimento em 02/10/2018
Fase de Disponibilidade
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
815.074/2005-CETARB - COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA - CNPJ Nº 81908469/0001-25
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
815.074/2005- HABILITADOS os proponentes: x-x-x e INABILITADOS os proponentes: DESMONTEC MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA - CNPJ Nº 07721027/0001-12 E MINERAÇÃO LM LTDA - CNPJ Nº 08561759/0001-55
815.048/2008- HABILITADOS os proponentes: COMERCIAL E INDUSTRIAL ALEXANDRO LTDA ME, CNPJ Nº 01647989/0001-92 e INABILITADOS os proponentes: LIDIA CARVALHO PLÁCIDO TEIXEIRA RIECK, CPF Nº 02808957/0001-94
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.363/2014-COMERCIAL DACLANDE LTDA EPP-OF. N°4514/2014

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 172/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
864.027/2008-LUCIANA CORDEIRO NASCIMENTO- AI N°795/2014 - DNPM/TO
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
864.002/2004-VOTORANTIM CIMENTOS S A- OF. N° 2.603/2014 - DNPM/TO
Nega provimento a defesa apresentada(242)
864.170/2011-ANANIAS PONCE LACERDA NETO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.384/2007-FAMA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2668/2014 - DNPM/TO
864.061/2013-PHYLADELFIA EXTRAÇÃO IND. E COMERCIO DE MINERIOS LTDA-OF. N°2.568/2014 - DNPM/TO
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
864.077/2014-PHYLADELFIA EXTRAÇÃO IND. E COMERCIO DE MINERIOS LTDA-OF. N°2.130/2014 - DNPM/TO
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
864.228/2010-WALDEMAR PINTO CERQUEIRA- Área de 592,04 para 183,83-Granito
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.028/2002-GOIAZ MINERADORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
864.030/2002-GOIAZ MINERADORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
864.031/2002-GOIAZ MINERADORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
864.219/2007-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA
864.027/2008-LUCIANA CORDEIRO NASCIMENTO
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
864.393/2006-VIVALDO GAUDÊNCIO-AI N°941/2013 - DNPM/TO
Fase de Licenciamento
Determina o arquivamento imposição de multa(1810)
864.202/2005-INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS NORTE LTDA EPP- DOU de 09/04/2014
RELAÇÃO Nº 173/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
864.393/2006-VIVALDO GAUDÊNCIO- AI N°941/2013 - DNPM/TO
Fase de Licenciamento
Torna sem efeito multa aplicada(1822)
864.202/2005-INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS NORTE LTDA EPP- Publicado DOU de 44/2012 - DNPM/TO
Torna sem efeito Auto de Infração(1873)
864.202/2005-INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS NORTE LTDA EPP- AI N°44/2012 - DNPM/TO

RÔMULO SOARES MARQUES

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 216, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 864.262/2001, resolve:

Art. 1° Outorgar à DRAGA MINAS EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA, concessão para lavrar CASCALHO, AREIA, no(s) Município(s) de PALMAS/TO, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 10°09'06,507"S/48°22'56,772"W; 10°09'09,762"S/48°22'56,772"W; 10°09'09,762"S/48°22'53,487"W; 10°09'13,017"S/48°22'53,487"W; 10°09'13,017"S/48°22'50,202"W; 10°09'19,526"S/48°22'50,202"W; 10°09'19,526"S/48°23'29,623"W; 10°09'16,271"S/48°23'29,623"W; 10°09'16,271"S/48°23'32,908"W; 10°09'13,016"S/48°23'32,908"W; 10°09'13,016"S/48°23'36,193"W; 10°09'06,507"S/48°23'36,193"W; 10°09'06,507"S/48°22'56,772"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2781,0m, no rumo verdadeiro de 64°44'59"992 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 10°08'27,900"S e Long. 48°24'19,400"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 100,0m-S; 100,0m-E; 100,0m-S; 100,0m-E; 200,0m-S; 1200,0m-W; 100,0m-N; 100,0m-W; 100,0m-N; 100,0m-W; 200,0m-N; 1200,0m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 217, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.503/1995, resolve:

Art. 1° Outorgar à PETROCON CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, concessão para lavrar BASALTO, no(s) Município(s) de CASCAVEL/PR, numa área de 22,19ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 24°59'48,295"S/53°28'20,279"W; 24°59'40,170"S/53°28'20,279"W; 24°59'40,170"S/53°28'16,356"W; 24°59'37,245"S/53°28'16,356"W; 24°59'37,245"S/53°28'05,302"W; 24°59'39,195"S/53°28'05,302"W; 24°59'39,195"S/53°27'53,962"W; 24°59'48,294"S/53°27'53,962"W; 24°59'48,295"S/53°28'20,279"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 24°59'48,295"S e Long. 53°28'20,279"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 250,0m-N; 110,0m-E; 90,0m-N; 310,0m-E; 60,0m-S; 318,0m-E; 280,0m-S; 738,0m-W.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 218, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.246/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de TIBAGI/PR, IPIRANGA/PR, PONTA GROSSA/PR, numa área de 49,99ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°00'55,385"S/50°26'06,998"W; 25°00'52,136"S/50°26'06,998"W; 25°00'52,136"S/50°25'59,865"W; 25°00'49,536"S/50°25'59,865"W; 25°00'49,535"S/50°25'50,235"W; 25°00'38,161"S/50°25'50,236"W; 25°00'38,161"S/50°25'53,089"W; 25°00'06,312"S/50°25'53,090"W; 25°00'06,312"S/50°25'44,174"W; 25°00'08,912"S/50°25'44,174"W; 25°00'08,912"S/50°25'42,391"W; 25°00'10,537"S/50°25'42,391"W; 25°00'10,536"S/50°25'38,825"W; 25°00'12,161"S/50°25'38,825"W; 25°00'12,161"S/50°25'35,258"W; 25°00'13,786"S/50°25'35,258"W; 25°00'13,786"S/50°25'31,692"W; 25°00'15,411"S/50°25'31,692"W; 25°00'15,410"S/50°25'26,343"W; 25°00'18,010"S/50°25'26,342"W; 25°00'18,010"S/50°25'20,993"W; 25°00'19,960"S/50°25'20,993"W; 25°00'19,959"S/50°25'11,007"W; 25°00'24,834"S/50°25'11,007"W; 25°00'24,835"S/50°25'23,845"W; 25°00'23,210"S/50°25'23,846"W; 25°00'23,210"S/50°25'28,482"W; 25°00'21,260"S/50°25'28,482"W; 25°00'21,261"S/50°25'32,761"W; 25°00'18,661"S/50°25'32,762"W; 25°00'18,661"S/50°25'37,398"W; 25°00'17,036"S/50°25'37,398"W; 25°00'17,036"S/50°25'42,034"W; 25°00'14,761"S/50°25'42,034"W; 25°00'14,762"S/50°25'46,117"W; 25°00'55,385"S/50°25'46,116"W; 25°00'55,385"S/50°26'06,998"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2097,0m, no rumo verdadeiro de 87°12'59"992 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°00'58,700"S e Long. 50°27'21,700"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 100,0m-N; 200,0m-E; 80,0m-N; 270,0m-E; 350,0m-N; 80,0m-W; 980,0m-N; 250,0m-E; 80,0m-S; 50,0m-E; 50,0m-S; 100,0m-E; 50,0m-S; 100,0m-E; 50,0m-S; 100,0m-E; 50,0m-S; 150,0m-E; 80,0m-S; 150,0m-E; 60,0m-S; 280,0m-E; 150,0m-S; 360,0m-W; 50,0m-N; 130,0m-W; 60,0m-N; 120,0m-W; 80,0m-N; 130,0m-W; 50,0m-N; 130,0m-W; 70,0m-N; 114,5m-W; 1250,0m-S; 585,5m-W.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 219, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.380/1983, resolve:

Art. 1° Outorgar à PEDREIRA MONGAGUA LTDA, concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de MONGAGUÁ/SP, numa área de 2,51ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 24°05'11,700"S/46°37'33,281"W; 24°05'11,700"S/46°37'35,759"W; 24°05'12,025"S/46°37'35,759"W; 24°05'12,025"S/46°37'36,821"W; 24°05'12,675"S/46°37'36,821"W; 24°05'12,675"S/46°37'39,831"W; 24°05'11,212"S/46°37'39,831"W; 24°05'11,212"S/46°37'40,185"W; 24°05'10,075"S/46°37'40,185"W; 24°05'10,075"S/46°37'39,122"W; 24°05'08,775"S/46°37'39,122"W; 24°05'08,775"S/46°37'38,060"W; 24°05'08,124"S/46°37'38,060"W; 24°05'08,124"S/46°37'36,998"W; 24°05'07,474"S/46°37'36,998"W; 24°05'07,474"S/46°37'35,582"W; 24°05'07,149"S/46°37'35,582"W; 24°05'07,149"S/46°37'33,989"W; 24°05'08,124"S/46°37'33,989"W; 24°05'08,124"S/46°37'32,927"W; 24°05'08,775"S/46°37'32,927"W; 24°05'08,775"S/46°37'32,396"W; 24°05'10,075"S/46°37'32,396"W; 24°05'10,075"S/46°37'33,281"W; 24°05'11,700"S/46°37'33,281"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 774,0m, no rumo verdadeiro de 25°00'00"010 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 24°05'34,500"S e Long. 46°37'21,700"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 70,0m-W; 10,0m-S; 30,0m-W; 20,0m-S; 85,0m-W; 45,0m-N; 10,0m-W; 35,0m-N; 30,0m-E; 40,0m-N; 30,0m-E; 20,0m-N; 30,0m-E; 20,0m-N; 40,0m-E; 10,0m-N; 45,0m-E; 30,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-S; 15,0m-E; 40,0m-S; 25,0m-W; 50,0m-S.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 323, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.001682/2014-77, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santo Onofre II, de titularidade da empresa Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.022.974/0001-02, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 78, de 25 de fevereiro de 2014, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de março de 2014 e são de exclusiva responsabilidade da Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A.			02	CNPJ 19.022.974/0001-02
03	Logradouro Rodovia Doutor Mendel Steinbruch			04	Número s/nº
05	Complemento km 08, Sala 171	06	Bairro/Distrito Distrito Industrial	07	CEP 61939-906
08	Município Maracanaú	09	UF Ceará	10	Telefone (85) 4006-0503
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	EOL Ventos de Santo Onofre II (Autorizada pela Portaria MME nº 78, de 25 de fevereiro de 2014 - Leilão nº 05/2013-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santo Onofre II, compreendendo: I - quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 230/500 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 500 kV, com cerca de trinta quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora ao Seccionamento da Linha de Transmissão São João do Piauí - Milagres, de propriedade da Iracema Transmissora de Energia S.A.				
Período de Execução	De 20/3/2014 a 1º/9/2015.				
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de Simões, Estado do Piauí.				
12	PRESIDENTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Mário Araújo Alencar Araripe.				CPF: 887.393.928-72.	
Nome: Walter Cremasco.				CPF: 493.671.707-00.	
Nome: Eugênio Pacelli Mendonça Dupin.				CPF: 486.116.706-04.	
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	119.216.526,69.				
Serviços	8.535.992,87.				
Outros	504.113,96.				
Total (1)	128.256.633,52.				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	108.624.777,09.				
Serviços	7.889.392,11.				
Outros	485.713,80.				
Total (2)	116.999.883,00.				

PORTARIA Nº 324, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.003504/2014-81, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Coqueirinho 2, de titularidade da empresa Coqueirinho 2 Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.962.277/0001-23, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 219, de 26 de maio de 2014, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de abril de 2014 e são de exclusiva responsabilidade da Coqueirinho 2 Energia S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Coqueirinho 2 Energia S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Coqueirinho 2 Energia S.A.			02	CNPJ 19.962.277/0001-23
03	Logradouro Rua Pedroso Alvarenga			04	Número 691
05	Complemento Sala 206	06	Bairro Itaim Bibi	07	CEP 04531-011
08	Município São Paulo	09	UF SP	10	Telefone (11) 3073-0252
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	EOL Coqueirinho 2 (Autorizada pela Portaria MME nº 219, de 26 de maio de 2014 - Leilão nº 09/2013-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Coqueirinho 2, compreendendo: I - dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de cinco quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 230 kV da Subestação Pindaí II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.				
Período de Execução	De 9/6/2014 a 1º/12/2015.				
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de Pindaí, Estado da Bahia.				
12	REPRESENTANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Alvaro Rodrigues Fernandes.				CPF: 594.525.877-68.	
Nome: Alvaro Rodrigues Fernandes.				CPF: 594.525.877-68.	
Nome: Edson Ortega Faia.				CPF: 143.758.578-70.	
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	27.641.281,65.				
Serviços	6.618.776,99.				
Outros	163.791,36.				
Total (1)	34.423.850,00.				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	25.291.772,71.				
Serviços	6.056.180,95.				
Outros	158.058,66.				
Total (2)	31.506.012,32.				

PORTARIA Nº 325, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.003502/2014-91, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Papagaio, de titularidade da empresa Papagaio Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.962.303/0001-13, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 213, de 22 de maio de 2014, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de abril de 2014 e são de exclusiva responsabilidade da Papagaio Energia S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Papagaio Energia S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Papagaio Energia S.A.			02	CNPJ 19.962.303/0001-13
03	Logradouro Rua Pedroso Alvarenga			04	Número 691
05	Complemento Sala 206 - Parte	06	Bairro Itaim Bibi	07	CEP 04531-011
08	Município	09	UF	10	Telefone

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

São Paulo	SP	(11) 3073-0252
11	DADOS DO PROJETO	
Nome do Projeto	EOL Papagaio (Autorizada pela Portaria MME nº 213, de 22 de maio de 2014 - Leilão nº 09/2013-ANEEL).	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Papagaio, compreendendo: I - nove Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 18.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de cinco quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 230 kV da Subestação Pindaí II, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.	
Período de Execução	De 9/6/2014 a 1º/12/2015.	
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de Pindaí, Estado da Bahia.	
12	REPRESENTANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA	
Nome: Alvaro Rodrigues Fernandes.		CPF: 594.525.877-68.
Nome: Alvaro Rodrigues Fernandes.		CPF: 594.525.877-68.
Nome: Edson Ortega Faia.		CPF: 143.758.578-70.

13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	27.641.281,65.
Serviços	6.618.776,99.
Outros	163.791,36.
Total (1)	34.423.850,00.
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	25.291.772,71.
Serviços	6.056.180,95.
Outros	158.058,66.
Total (2)	31.506.012,32.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO DO SUL

RETIFICAÇÕES

Na PORTARIA INCRA/SR-16/Nº 08/2005, de 03 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. nº 152 de 09/08/05, que criou o Projeto de Assentamento Mateira, onde se lê "...localizado no município de Chapadão do Sul" leia-se "...localizado no município de Paraíso das Águas..."

Na Resolução Nº 02/1999, de 23 de março de 1999, que declarou emancipado o Projeto de Assentamento Sucuriú, onde se lê "...localizado no município de Chapadão do Sul" leia-se "...localizado no município de Paraíso das Águas..."

Na Resolução Nº 48/1985, de 01 de abril de 1985, que criou o Projeto de Assentamento Sucuriú, onde se lê "...localizado no município de Paranaíba" leia-se "...localizado no município de Paraíso das Águas..."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 61, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/N° 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2009, e Portaria/INCRA/P/N° 519, de 13 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2013,

CONSIDERANDO o que consta do processo administrativo INCRA/MG n° 54170.002297/2004-57, que trata do assentamento de família na parcela n° 43 do Projeto de Assentamento Nova Tangará, localizado no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, resolve:

I RESCINDIR o Contrato de Assentamento de Laureny Souza Ferreira, CPF 033.272.276-75, e Edivaldo Paixão Felício, CPF 011.873.866-69, código SIPRA MG023500000196, emitido em 23/07/2004, por descumprimento das cláusulas contratuais.

II DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG que adote as providências cabíveis visando à destinação do lote a novo candidato selecionado para o Programa Nacional de Reforma Agrária.

DANILO DANIEL PRADO ARAÚJO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-18/N° 007/2007, de 12 de março de 2007, publicada no DOU N° 66 de 05 de abril de 2007, Seção 1, página 83, que criou o Projeto de Assentamento NOSSA SENHORA APACECIDA, código SIPRA PB0279000. Onde se lê: "..."FAZENDA CURTUME" com área registrada de 2.259,0884 (dois mil duzentos e cinquenta e nove hectares, oito ares e oitenta e quatro centiares) e área medida de 2.374,3947 (dois mil trezentos e setenta e quatro hectares, trinta e nove ares e quarenta e sete centiares..." leia-se, "... "FAZENDA CURTUME" com área registrada de 2.445,40 (dois mil quatrocentos e quarenta e cinco hectares e quarenta ares) e área medida de 2.259,0884 (dois mil duzentos e cinquenta e nove hectares, oito ares e oitenta e quatro centiares)".

Onde se lê: "... "FAZENDA CURTUME" com área registrada de registrada de 2.259,0884 (dois mil duzentos e cinquenta e nove hectares, oito ares e oitenta e quatro centiares) e área demarcada de 2.374,3947 (dois mil trezentos e setenta e quatro hectares, trinta e nove ares e quarenta e sete centiares..." leia-se, "... "FAZENDA CURTUME" com área registrada de 2.445,40 (dois mil quatrocentos e quarenta e cinco hectares e quarenta ares) e área demarcada de 2.259,0884 (dois mil duzentos e cinquenta e nove hectares, oito ares e oitenta e quatro centiares)".

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 289, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Regulamenta o procedimento de emissão de Declaração de Processo Produtivo, conforme disposto no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013.

O MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do § 2º do art. 7º e do art. 19 do Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria disciplina a composição e o funcionamento do Grupo Técnico de Análise das Solicitações de Emissão de Declaração de Processo Produtivo, denominado GT-DPP, e regulamenta os procedimentos de análise e aprovação das solicitações de emissão de Declaração de Processo Produtivo, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013.

Art. 2º As empresas interessadas em obter credenciamento no Sistema Militar de Catalogação das Forças Armadas - SISMICAT, como Empresa de Defesa - ED, deverão solicitá-lo diretamente no SISMICAT, apresentando a Declaração de Processo Produtivo - DPP ou a Declaração de Conteúdo Nacional - DCN do seu Produto de Defesa - PRODE, ou Sistema de Defesa - SD.

Art. 3º A DPP, emitida nos termos desta Portaria, deverá especificar a manufatura ou o desenvolvimento de PRODE ou de SD nacional, mensurado de acordo com as apropriações de custos, desenvolvimento e inovação tecnológica, realizados no País.

Art. 4º A DCN, de caráter autodeclaratório, deve ser emitida pela empresa, e expressa o grau de nacionalização de PRODE ou de SD, mensurado de acordo com as apropriações de custos dos insumos e os processos da cadeia produtiva, especificando, quando couber, o desenvolvimento e a inovação tecnológica realizados no País.

CAPÍTULO II

DO GRUPO TÉCNICO GT-DPP

Art. 5º O GT-DPP é composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que o coordenará;

II - Ministério da Defesa; e

III - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 6º O GT-DPP tem a finalidade de examinar e emitir Nota Técnica sobre as solicitações de emissão de Declaração de Processo Produtivo e propor ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a emissão de ato declaratório específico.

Art. 7º Os procedimentos de análise e aprovação têm início com a solicitação de emissão de DPP pela empresa interessada.

CAPÍTULO III

DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO

Art. 8º A solicitação fundamentada de emissão de DPP deverá ser apresentada pelo interessado, mediante preenchimento de formulário específico disponibilizado pela Comissão Mista da Indústria de Defesa - CMID.

§ 1º O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior deverá realizar análise prévia para verificar se a solicitação foi preenchida adequadamente.

§ 2º Em caso de incorreção ou inconsistência no preenchimento das informações exigidas, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior deverá comunicar o fato ao interessado, que terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para providenciar os ajustes necessários à análise da proposta.

§ 3º Observados os §§ 1º e 2º, a solicitação de emissão de DPP deverá ser encaminhada ao GT-DPP, que terá um prazo de 30 (trinta) dias úteis para analisar a solicitação, admitida a prorrogação desse prazo quando as circunstâncias a exigirem.

CAPÍTULO IV

DA ANÁLISE DE MÉRITO DA SOLICITAÇÃO

Art. 9º Na análise de mérito da solicitação, deverão ser observados os seguintes critérios:

I - agregação de valor no país, que efetivamente gere atração de investimentos, aumento da produtividade, alavancagem competitiva, incorporação de tecnologias compatíveis com o estado da arte e da técnica, qualificação de recursos humanos e colaboração para o desenvolvimento científico e tecnológico;

II - adequação da participação percentual do conteúdo local em peso ou valor no produto final ou serviço a ser prestado, à luz dos objetivos da Estratégia Nacional de Defesa;

III - contribuição para o atingimento das metas da Política Industrial e da Política Científica e Tecnológica.

§ 1º A critério do GT-DPP, poderão ser realizadas visitas técnicas às empresas para verificar as informações prestadas ou coletar informações adicionais.

§ 2º O GT-DPP poderá convidar a Força Armada relacionada ao produto em análise para prestar assessoria durante as visitas técnicas de que trata o §1º.

§ 3º Poderá ser contratado estudo especializado para subsidiar a decisão do GT-DPP.

§ 4º Na hipótese do §3º, a análise do processo será sobrestada até que o estudo seja concluído para avaliação.

§ 2º Em caso de não atendimento aos critérios previstos no caput, a solicitação de emissão de Declaração de Processo Produtivo será indeferida.

CAPÍTULO V

DA DECISÃO FINAL

Art. 10 Caberá ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ouvido o GT-DPP, aprovar ou indeferir a solicitação de emissão de Declaração de Processo Produtivo, por meio de Portaria específica, a ser publicada no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. A Portaria deve ser motivada, podendo a motivação consistir em declaração de concordância com fundamentos de anterior Nota Técnica que, neste caso, será parte integrante do ato.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 O Coordenador do GT-DPP poderá editar, consultados sempre que possível os membros do Grupo, atos complementares à implementação desta Portaria.

Art. 12 O GT-DPP deverá elaborar e tornar pública a metodologia de avaliação dos critérios de análise da solicitação definidos no art. 9º desta Portaria.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BORGES LEMOS

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 210, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

(10º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 109/1997)

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia- Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994;

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.024097/2014; e

Considerando os termos da Portaria Inmetro/Dimel nº 109/1997, que aprova em caráter provisório o modelo PRIX IV, de balança de funcionamento não automático, eletrônico, digital, classe de exatidão III, marca TOLEDO, resolve:

Autorizar, em caráter opcional, a inclusão da 2ª linha de texto nos mostradores do operador e consumidor, bem como, a inclusão da legenda "Tara pré-determinada" nos mostradores do operador e consumidor, relativa ao dispositivo de pré-determinação de tara associado a um dispositivo de procura de preço (PP ou PLU), de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 211, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

(1º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 58/2014)

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pela Portaria Inmetro n° 431/2007,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 52600.040047/2014, com vistas à alteração da Portaria Inmetro/Dimel n° 58, de 24 de abril de 2014, que aprova os modelos A1053 IND, A1054 ND e A1055 IND, de medidor eletrônico de energia elétrica, polifásicos, classes de exatidão C ou B, marca ELSTER, resolve:

Alterar as alíneas "g" e "l" no item 4 da Portaria Inmetro/Dimel nº 58, de 24 de abril de 2014, que aprova os modelos A1053 IND, A1054 ND E A1055 IND, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 50, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

A Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com os artigos 8o e 9o da Portaria Interministerial MDIC/MCT no 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de "MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE (TOUCH SCREEN) TABLET-PC".

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3335

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, mcti.ppb@mct.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

PORTARIA Nº 156, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.004759/2014-81, de 16 de outubro de 2014, e no processo MDIC nº 52001.001429/2014-11, de 20 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa V2 Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 06.967.175/0001-59, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Aparelho automático digital para monitoramento, controle, detecção, recepção e transmissão de dados para a interconexão de redes e equipamentos com protocolos e tecnologias de comunicação distintos.	NG2 BÁSICO; NG2 2G; NG2 3G; NG2 Full 2G; NG2 Full 3G

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 276, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004, Decreto n° 5.342, de 14 de janeiro de 2005, Portaria nº 164, de 06 de outubro de 2011 e Resolução nº 39, de 31 de julho de 2014, resolve:

Art. 1° Contemplar 734 (setecentos e trinta e quatro) atletas de modalidades que não integram os programas olímpicos e paraolímpicos, referente ao exercício 2014, aprovados no âmbito do Programa Bolsa Atleta, relacionados no Anexo Único desta Portaria, sendo:

a) 585 (quinhentos e oitenta e cinco) habilitados na Categoria Atleta Internacional; e

b) 149 (cento e quarenta e nove) habilitados na Categoria Atleta Nacional.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO

ANEXO ÚNICO

MODALIDADES QUE NÃO FAZEM PARTE DOS PROGRAMAS OLÍMPICO E PARAOLÍMPICO
CATEGORIA INTERNACIONAL - MODALIDADES PAN-AMERICANAS
EVENTOS MUNDIAIS

Nº de Ordem	Nº da Ficha	Nome do Atleta	CPF	Modalidade	Classificação	Tipo de Modalidade	Categoria de Idade
1	42348/2014	GUSTAVO CASADO DE MELO	380.967.048-00	PATINACAO ARTISTICA	1º	Individual	Principal
2	42446/2014	MARCEL RUSCHEL STURMER	011.428.060-65	PATINACAO ARTISTICA	1º	Individual	Principal
3	43144/2014	VALERIA KUMIZAKI	227.648.028-97	KARATE	1º	Individual	Principal
4	42350/2014	HERON RODRIGUES DA SILVA	052.576.279-57	KARATE	3º	Individual	Principal
5	42456/2014	BRENO MATEUS DE SOUZA TEIXEIRA	035.025.613-62	KARATE	1º	Individual	Intermediária

CATEGORIA INTERNACIONAL - MODALIDADES PAN-AMERICANAS
EVENTOS PAN-AMERICANOS

Nº de Ordem	Nº da Ficha	Nome do Atleta	CPF	Modalidade	Classificação	Tipo de Modalidade	Categoria de Idade
6	43227/2014	CARLA PEY DOS SANTOS	235.976.488-86	PATINACAO ARTISTICA	1º	Individual	Principal
7	42902/2014	ISABELA DOS SANTOS RODRIGUES	126.724.697-92	KARATE	1º	Individual	Principal
8	42290/2014	EDEMILSON GUTZ DOS SANTOS	075.906.079-75	KARATE	2º	Individual	Principal
9	42266/2014	DOUGLAS SANTOS BROSE	057.861.929-62	KARATE	3º	Individual	Principal
10	42273/2014	FRANCYS ROSSETO ZANON	044.979.399-01	PATINACAO ARTISTICA	3º	Individual	Principal
11	42377/2014	NATALIA RIBEIRO HILARIO BROZULATTO	367.599.928-90	KARATE	3º	Individual	Principal
12	42181/2014	SHIRLEI CRISTINA PONTES	603.388.061-72	SQUASH	3º	Individual	Principal
13	42690/2014	THAISA SERAFINI	006.112.260-22	SQUASH	3º	Individual	Principal
14	42261/2014	VINICIUS REZENDE FIGUEIRA	084.789.919-56	KARATE	3º	Individual	Principal
15	42444/2014	ALBERTO DA CONCEICAO AZEVEDO	035.277.291-35	KARATE	1º	Individual	Intermediária
16	42506/2014	DIEGO INACIO MARINHO SOARES	110.265.484-11	KARATE	2º	Individual	Intermediária
17	42344/2014	DIEGO TSCHICK GOBBI	345.660.198-02	SQUASH	2º	Individual	Intermediária
18	42182/2014	PEDRO VEIGA DE ALMEIDA	063.030.816-06	SQUASH	2º	Individual	Intermediária
19	42663/2014	GIOVANNA PAOLA AMBROZI PEREIRA	446.913.128-89	SQUASH	3º	Individual	Intermediária
20	42183/2014	GIOVANNA VEIGA DE ALMEIDA	063.030.966-38	SQUASH	3º	Individual	Intermediária
21	42551/2014	GIULIA STEVANIN BALDISSERA	060.799.319-74	SQUASH	3º	Individual	Intermediária
22	43067/2014	LETICIA DA SILVEIRA BRITO	095.857.649-11	KARATE	3º	Individual	Intermediária

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

23	42813/2014	RAFAEL CAMARGOS NASCIMENTO	112.990.316-84	KARATE	3º	Individual	Intermediária
24	42449/2014	RENATA FURLETTI NUNES BARROS REGO	093.959.046-82	SQUASH	3º	Individual	Intermediária
25	43059/2014	PEDRO SODRE DAS DORES PATRICIO	174.728.407-69	KARATE	2º	Individual	Iniciante
26	42270/2014	LUIZA RODRIGUES FONSECA	134.564.096-05	KARATE	3º	Individual	Iniciante

CATEGORIA INTERNACIONAL - MODALIDADES PAN-AMERICANAS
EVENTOS SUL-AMERICANO

Nº de Ordem	Nº da Ficha	Nome do Atleta	CPF	Modalidade	Classificação	Tipo de Modalidade	Categoria de Idade
27	43037/2014	ALINE SOUZA DE PAULA	017.388.834-85	KARATE	1º	Individual	Principal
28	43042/2014	GABRIELA PLENTZ BOLOGNESI	018.240.630-08	PATINACAO ARTISTICA	1º	Individual	Principal
29	42349/2014	GABRIELLE MORAES PIRES VIEIRA	366.402.598-93	PATINACAO ARTISTICA	1º	Individual	Principal
30	42996/2014	RENAN ZOGHAIB FERREIRA	336.586.958-11	BOLICHE	1º	Individual	Principal
31	42906/2014	ROBERTA CAMARGO RODRIGUES	392.457.238-01	BOLICHE	1º	Individual	Principal
32	43168/2014	ROGERIO EMERICK	061.267.699-45	KARATE	1º	Individual	Principal
33	43008/2014	STEPHANIE MIGLIORE DUBBIO MARTINS	353.894.378-88	BOLICHE	1º	Individual	Principal
34	42411/2014	WELLINGTON RODRIGUES BARBOSA	027.331.201-40	KARATE	1º	Individual	Principal
35	42623/2014	JOSEMAR CLAUDIO BEZERRA DA SILVA	444.929.538-25	SQUASH	2º	Individual	Principal
36	42617/2014	MARCELO ANTONIO SUARTZ	366.587.018-65	BOLICHE	2º	Individual	Principal
37	42587/2014	RAMON ROCHA DE FERNANDES	072.766.334-89	KARATE	2º	Individual	Principal
38	42683/2014	ALESSANDRA CARIBE MOURA	788.335.665-87	KARATE	3º	Individual	Principal
39	42310/2014	FERNANDA JUMA SOARES PACHECO	031.647.471-10	KARATE	3º	Individual	Principal
40	42457/2014	MAIKE STEFFEN MACHADO DE OLIVEIRA	053.031.219-09	KARATE	3º	Individual	Principal
41	42529/2014	MANOEL FERNANDES GOIS PEREIRA	315.823.088-70	SQUASH	3º	Individual	Principal
42	42244/2014	MARCELO DE FRANCA E AZEVEDO BRAGA	105.784.736-40	SQUASH	3º	Individual	Principal
43	42962/2014	MARIZETE SCHEER	568.768.231-72	BOLICHE	3º	Individual	Principal
44	42288/2014	RONIVALDO DA SILVA DUARTE	121.636.257-29	SQUASH	3º	Individual	Principal
45	43222/2014	ROSELI COSTA DOS SANTOS	042.823.938-23	BOLICHE	3º	Individual	Principal
46	42742/2014	ANA BEATRIZ MORAIS DE TOLEDO	171.798.447-99	PATINACAO ARTISTICA	1º	Individual	Intermediária
47	42336/2014	BAEATRIZ LICIO GARCIA VILELA	374.049.728-92	KARATE	1º	Individual	Intermediária
48	42338/2014	LUCAS ANTONIO MARTINS LIRA	054.836.253-07	KARATE	1º	Individual	Intermediária
49	42351/2014	GABRIEL HERINGER	101.011.739-46	KARATE	2º	Individual	Intermediária
50	43025/2014	LEO VICTOR GAMA	433.740.458-98	KARATE	2º	Individual	Intermediária
51	42424/2014	NICOLE HELENA YONAMINE MOTA	421.601.098-94	KARATE	2º	Individual	Intermediária
52	42400/2014	NOELLE PRAXEDES FELIPE	402.890.598-28	KARATE	2º	Individual	Intermediária
53	42455/2014	RAFAELA FREITAS MONTEIRO	417.934.708-39	PATINACAO ARTISTICA	2º	Individual	Intermediária
54	42265/2014	TATIANA CORTEZE AMEIXEIRO	418.266.408-60	PATINACAO ARTISTICA	2º	Individual	Intermediária
55	42814/2014	GABRIELA DETONI DE LIMA	449.322.328-61	KARATE	3º	Individual	Intermediária
56	42375/2014	LETYCIA DE OLIVEIRA PETRI	040.217.671-50	KARATE	3º	Individual	Intermediária
57	43034/2014	RAFAELA GONCALVES MIGUEL	437.104.028-40	KARATE	3º	Individual	Intermediária
58	43256/2014	SANDRIELE CRISTINA NERIS ALVES	444.932.878-70	KARATE	3º	Individual	Intermediária
59	43007/2014	STELLA HELLER DE MATTOS	079.139.479-42	PATINACAO ARTISTICA	3º	Individual	Intermediária
60	42262/2014	BIANCA CORTEZE AMEIXEIRO	418.266.608-95	PATINACAO ARTISTICA	1º	Individual	Iniciante
61	42314/2014	BRUNA DE CASTRO WURTS	488.051.158-78	PATINACAO ARTISTICA	1º	Individual	Iniciante
62	43212/2014	IZABELA CORREA RAINHO	421.255.518-29	KARATE	1º	Individual	Iniciante
63	42522/2014	JESSICA LINHARES DE PAULA	379.465.218-55	KARATE	1º	Individual	Iniciante
64	42499/2014	JULIA ZARDO DA ROSA	037.412.250-45	PATINACAO ARTISTICA	1º	Individual	Iniciante
65	43241/2014	THAMIRES ALVES DE SOUSA	425.586.698-85	KARATE	1º	Individual	Iniciante
66	42428/2014	BEATRIZ MACHINI ERENBERG	431.440.548-10	PATINACAO ARTISTICA	2º	Individual	Iniciante
67	42500/2014	MARTHYNARA BARBOSA SILVA	451.765.498-24	KARATE	2º	Individual	Iniciante
68	42203/2014	NATHALIA DI PRETORO	098.506.039-50	PATINACAO ARTISTICA	2º	Individual	Iniciante
69	43141/2014	VICTOR MARIANO HOJO	422.967.608-56	KARATE	2º	Individual	Iniciante
70	43057/2014	BRUNO CONDE FERRARI FERREIRA	136.544.247-08	KARATE	3º	Individual	Iniciante
71	42598/2014	TAMILLIS CAMPI PIMENTA	154.790.717-77	KARATE	3º	Individual	Iniciante
72	42435/2014	THIAGO SILVA DO NASCIMENTO	179.404.457-40	KARATE	3º	Individual	Iniciante
73	42536/2014	ARIEL ANGELO FRIGO	361.274.628-60	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
74	42208/2014	CAIC NONOYAMA	393.245.288-74	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
75	42341/2014	CARLOS HIDEO OTA	300.068.348-84	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
76	42625/2014	DANIEL PEREIRA DA SILVA	367.950.538-81	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
77	42283/2014	EDUARDO NAOKI WATANABE	332.292.638-98	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
78	42615/2014	ERIC HIFUMI TESIMA	359.137.108-43	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
79	42212/2014	EVERTON SHIMIZU	380.806.358-03	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
80	42184/2014	FABIO KYOJI NAKAMURA	381.587.558-79	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
81	42357/2014	FABIO YUDI MURAKAMI	331.482.658-31	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
82	42239/2014	FELIPE FRANCISCO TALOS	433.763.918-74	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
83	42246/2014	FELIPE SATO FUKUDA	415.405.978-57	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
84	42292/2014	FERNANDO HAYATO NISHIMURA	327.123.268-73	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
85	43036/2014	HALLAN HIDEYUKI SILVA CHIMURA	430.700.228-80	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
86	42220/2014	HENRIQUE TSUTOMU YOSHIDA	332.289.508-40	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
87	42230/2014	JEAN ANTONIO TOME	370.022.508-33	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
88	43092/2014	JUN CLAYTON SATO	383.962.998-54	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
89	42223/2014	LUCAS HIDEKI TADOKORO	227.642.998-42	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
90	42210/2014	LUCAS ROJO SAMPER OLLER	397.020.928-50	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
91	42460/2014	MARCEL LUIDES VIANNA	296.095.138-75	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
92	43019/2014	MARCELO KENJI NAKAMURA	348.349.088-44	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
93	42604/2014	MARCIO HIRO HAMASUNA	265.976.578-29	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
94	42218/2014	MARCIO ISAO KIKUCHI	342.059.448-88	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
95	42553/2014	RODRIGO YUDI KANASHIRO	383.864.648-79	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
96	42818/2014	ROMULO IMA DO NASCIMENTO KURIHARA SHINDO	367.758.778-62	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal
97	42360/2014	VALTER TETSU MATUMOTO	298.400.888-07	BEISEBOL	2º	Coletivo	Principal

CATEGORIA NACIONAL - MODALIDADES PAN-AMERICANA
EVENTOS NACIONAIS

Nº de Ordem	Nº da Ficha	Nome do Atleta	CPF	Modalidade	Classificação	Tipo de Modalidade	Categoria de Idade
98	42566/2014	CARLOS VIEIRA SANTOS	552.974.205-04	KARATE	1º	Individual	Principal
99	42410/2014	CELSO RICARDO CORDEIRO DE AZEVEDO	076.737.868-77	BOLICHE	1º	Individual	Principal
100	42572/2014	FABIO GROSSI DE ANDRADE	658.189.461-34	BOLICHE	1º	Individual	Principal
101	42271/2014	FRANCISCO LUIZ MONTEIRO	199.130.608-34	BOLICHE	1º	Individual	Principal
102	42843/2014	IGOR PIZZOLI MORAES VIEIRA	323.008.158-77	BOLICHE	1º	Individual	Principal
103	43110/2014	IN OK CHOI	022.531.938-10	BOLICHE	1º	Individual	Principal
104	42450/2014	KARLA REBECCA DE SOUZA TEIXEIRA	035.025.583-02	KARATE	1º	Individual	Principal
105	42530/2014	LUIZ FELIPH LIMA ROSA	340.146.688-78	BOLICHE	1º	Individual	Principal
106	42373/2014	MARCELO HASIMOTO MALHEIRO	290.811.558-14	BOLICHE	1º	Individual	Principal
107	42588/2014	MARCIO ANTONIO VIEIRA	375.614.727-49	BOLICHE	1º	Individual	Principal
108	42895/2014	MARCO AURELIO DE SA	283.958.288-02	KARATE	1º	Individual	Principal
109	43026/2014	MARCO TULIO FERNANDS DE MIRANDA	464.533.856-00	BOLICHE	1º	Individual	Principal
110	42305/2014	PATRICIA CARVALHO CHIRON	793.391.405-59	KARATE	1º	Individual	Principal
111	42784/2014	PAULO MELLO FEIJO	025.447.427-63	BOLICHE	1º	Individual	Principal
112	42899/2014	RENATO JOSE SENRA CASTELLOES	601.665.507-44	BOLICHE	1º	Individual	Principal
113	42241/2014	WALTER JUNIOR ASSIS COSTA	338.984.567-49	BOLICHE	1º	Individual	Principal
114	42254/2014	BRUNO SOARES COSTA	129.225.426-29	BOLICHE	2º	Individual	Principal
115	42943/2014	CHARLES COSTA ROBINI	117.836.328-79	BOLICHE	2º	Individual	Principal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

116	43004/2014	DANNYEL CARVALHO COELHO	488.337.541-20	BOLICHE	2º	Individual	Principal
117	42971/2014	DAYSE MARIA GOMES DA SILVA	298.625.072-68	BOLICHE	2º	Individual	Principal
118	42309/2014	FABRICE CHIRON	740.227.251-68	KARATE	2º	Individual	Principal
119	42573/2014	HELOISA HELENA DOS SANTOS QUEIROZ ALVES	811.844.501-10	BOLICHE	2º	Individual	Principal
120	42264/2014	JACQUELINE MARIA SOARES COSTA	724.728.206-15	BOLICHE	2º	Individual	Principal
121	42624/2014	JAMIL MESSIAS SALES	136.051.002-87	BOLICHE	2º	Individual	Principal
122	43071/2014	LUIZ AFONSO GONCALVES BRAGA	317.289.951-91	BOLICHE	2º	Individual	Principal
123	43063/2014	LUIZ ANTUNES DE SOUZA	116.685.201-68	BOLICHE	2º	Individual	Principal
124	42991/2014	LUIZ VICTOR DA ROCHA BARROS	013.814.854-64	KARATE	2º	Individual	Principal
125	42382/2014	MARCOS PAULO ANDRADE SILVA	420.038.298-90	KARATE	2º	Individual	Principal
126	42977/2014	MARIA CECILIA FRERES ALVAREZ	776.736.385-68	BOLICHE	2º	Individual	Principal
127	43114/2014	MARIO DE OLIVEIRA ALVARENGA	007.524.501-90	BOLICHE	2º	Individual	Principal
128	42467/2014	MILTON DE SOUZA MENEZES	044.904.085-28	KARATE	2º	Individual	Principal
129	42255/2014	PAULA PAIXAO TOLEDO	811.685.866-15	SQUASH	2º	Individual	Principal
130	42293/2014	RENATA CRISTINA TREVISAN	331.141.238-99	KARATE	2º	Individual	Principal
131	43223/2014	SABRINA DA SILVA RODRIGUES	431.335.448-45	KARATE	2º	Individual	Principal
132	42274/2014	SANDRA DE OLIVEIRA MACIEL	544.109.676-49	BOLICHE	2º	Individual	Principal
133	43224/2014	THAINAN FOSCARINI SCHOPCHAKI	044.529.959-26	KARATE	2º	Individual	Principal
134	43165/2014	ALISSON BRUNO SANTANA SOBRINHO	039.158.191-07	KARATE	3º	Individual	Principal
135	42822/2014	ANDRE DOS SANTOS VASCONCELOS	990.859.922-49	KARATE	3º	Individual	Principal
136	43081/2014	BRUNA PETEROSSI MARTINSS	432.414.268-82	KARATE	3º	Individual	Principal
137	42685/2014	CAMILLE SANTOS RODRIGUES	023.472.801-98	KARATE	3º	Individual	Principal
138	42480/2014	GILMARCOS DE BASTOS JUNIOR	011.333.709-42	KARATE	3º	Individual	Principal
139	42591/2014	GIOVANNA FEROLDI	044.501.719-85	KARATE	3º	Individual	Principal
140	43173/2014	JOHN O DONNELL JR	057.835.617-11	BOLICHE	3º	Individual	Principal
141	43213/2014	JULIANA DE OLIVEIRA ALVES	134.477.437-78	KARATE	3º	Individual	Principal
142	42728/2014	JULIANO MORAES DE OLIVEIRA	082.833.647-40	BOLICHE	3º	Individual	Principal
143	42259/2014	LAILA VERENA ALCANTARA NASCIMENTO	045.176.785-39	KARATE	3º	Individual	Principal
144	42941/2014	LEA MARIA BADARO DE CASTRO	239.614.901-63	BOLICHE	3º	Individual	Principal
145	42585/2014	LUCIA MARIA ACCIARIS PINTO VIEIRA	689.274.287-49	BOLICHE	3º	Individual	Principal
146	43086/2014	LUIZA ROCHA TRONCOSO GONCALVES	012.933.241-08	BOLICHE	3º	Individual	Principal
147	42910/2014	MARIANA CRISTINA SILVA	027.844.271-45	BOLICHE	3º	Individual	Principal
148	43014/2014	MARIO MARCIO RODRIGUES TAVARES	314.422.427-87	BOLICHE	3º	Individual	Principal
149	42574/2014	POLLYANNA GOMES ARANTES	807.155.671-87	BOLICHE	3º	Individual	Principal
150	42661/2014	RAFAEL DE SOUZA FERREIRA	025.839.743-86	KARATE	3º	Individual	Principal
151	42363/2014	RAYANE LOPES DA SILVA SANTOS	031.413.711-48	KARATE	3º	Individual	Principal
152	42640/2014	RAYOLL MENDES GADELHA DE VASCONCELOS	025.482.633-47	KARATE	3º	Individual	Principal
153	43226/2014	RICARDO IGOR DA SILVA LEANDRO	658.907.873-49	KARATE	3º	Individual	Principal
154	42454/2014	RONIVALDO SANTOS CONCEICAO	164.891.978-20	SQUASH	3º	Individual	Principal
155	43207/2014	SEVERINO DE OLIVEIRA	804.587.427-91	BOLICHE	3º	Individual	Principal
156	43070/2014	SHEILA REGINA DE ABREU	005.147.496-44	BOLICHE	3º	Individual	Principal
157	42562/2014	VANESSA ARAUJO CAMPOS	053.676.784-08	KARATE	3º	Individual	Principal
158	42249/2014	VANESSA DE ALMEIDA ANDRADE BARROS	221.381.106-72	BOLICHE	3º	Individual	Principal
159	43161/2014	CARLA VILELA FINOCCHIO	544.133.206-97	SQUASH	1º	Individual	Intermediária
160	43048/2014	ELLEN NATALY PEREIRA DOS SANTOS	061.731.545-01	KARATE	1º	Individual	Intermediária
161	42465/2014	HERNANI VERISSIMO	436.593.688-30	KARATE	1º	Individual	Intermediária
162	43158/2014	LISLEI DA SILVA JUNIOR	127.758.116-98	KARATE	1º	Individual	Intermediária
163	42445/2014	LUIS ANTONIO BATISTA JUNIOR	451.778.858-01	KARATE	1º	Individual	Intermediária
164	42833/2014	MAYKON DOUGLAS NATAL	096.626.809-18	KARATE	1º	Individual	Intermediária
165	42914/2014	SHAYENE RISTOW	088.761.839-14	KARATE	1º	Individual	Intermediária
166	42916/2014	SIDNEY COSTA FERNANDES	063.449.676-09	SQUASH	1º	Individual	Intermediária
167	43146/2014	ARIANE ALVES DA SILVA	090.588.409-48	KARATE	2º	Individual	Intermediária
168	42718/2014	DANIEL CHRISTIAN NARDES	091.597.299-96	KARATE	2º	Individual	Intermediária
169	43066/2014	LINAMARA FERRIGNO	087.271.738-01	SQUASH	2º	Individual	Intermediária
170	43220/2014	MAYSA BERNDT	093.907.979-85	KARATE	2º	Individual	Intermediária
171	43033/2014	VINICIUS MORELLO REIS	369.545.528-44	SQUASH	2º	Individual	Intermediária
172	42944/2014	VINICIUS TREVISIOLI NAKAMURA	455.463.858-80	KARATE	2º	Individual	Intermediária
173	42905/2014	ANA CAROLINA GARIGLIO DE MELO	452.521.888-66	KARATE	3º	Individual	Intermediária
174	43035/2014	JOAO VITOR DA COSTA DA SILVA	081.058.449-23	KARATE	3º	Individual	Intermediária
175	42540/2014	LANCASTER BRENDOM SOARES AZEVEDO	158.755.467-43	KARATE	3º	Individual	Intermediária
176	43116/2014	LUCAS CRISOSTOMO DE AZEVEDO	166.834.267-75	KARATE	3º	Individual	Intermediária
177	42610/2014	LUCAS LIRA INOCENCIO	151.567.957-81	KARATE	3º	Individual	Intermediária
178	43106/2014	MURILO FERNANDES	388.404.888-04	SQUASH	3º	Individual	Intermediária
179	43015/2014	NAYANNE JARDIM COUTO	104.122.976-39	SQUASH	3º	Individual	Intermediária
180	42524/2014	PAMELA THAYS GONZAGA DE MELO	017.808.654-14	KARATE	3º	Individual	Intermediária
181	42303/2014	STEPHANI TREVISAN DE LIMA	392.660.358-58	KARATE	3º	Individual	Intermediária
182	42280/2014	TAYNA DA SILVA	100.187.259-29	KARATE	3º	Individual	Intermediária
183	43153/2014	VICTOR CHEBLI DE CASTRO	117.578.266-10	KARATE	3º	Individual	Intermediária
184	42403/2014	VIVIANE COSTA	398.225.240-72	SQUASH	3º	Individual	Intermediária
185	42300/2014	YASMIN NUNES COSTA	442.259.788-42	KARATE	3º	Individual	Intermediária
186	43049/2014	FABIA ALESSANDRA GIEHL	042.719.510-13	PATINACAO ARTISTICA	1º	Individual	Iniciante
187	42673/2014	GABRIEL PEREIRA STANKUNAS	441.824.698-36	KARATE	1º	Individual	Iniciante
188	42698/2014	LUIZ EDUARDO ALVES OLIVEIRA	458.638.128-00	SQUASH	1º	Individual	Iniciante
189	43093/2014	MARIA ELIZA FERREIRA DE SOUSA NOBREGA	750.576.971-53	KARATE	1º	Individual	Iniciante
190	42409/2014	MONIQUE SAORY YONAMINE MOTA	421.600.158-06	KARATE	1º	Individual	Iniciante
191	42601/2014	RENATA FERNANDES SOARES	029.285.980-57	PATINACAO ARTISTICA	1º	Individual	Iniciante
192	42719/2014	VICTORIA CARVALHO CANSINI	100.342.799-54	SQUASH	1º	Individual	Iniciante
193	42333/2014	VITOR RODRIGUES BORALLI	424.793.038-96	KARATE	1º	Individual	Iniciante
194	42709/2014	ALYSON THIAGO SANTOS DA SILVA	122.534.874-90	KARATE	2º	Individual	Iniciante
195	42609/2014	ANA PAULA DAS NEVES ILORCA	053.062.141-00	KARATE	2º	Individual	Iniciante
196	43080/2014	AYRTON SEIJI HIRATA SENA	361.723.428-35	KARATE	2º	Individual	Iniciante
197	42648/2014	FERNANDO DE LIMA MARQUES	024.532.050-48	KARATE	2º	Individual	Iniciante
198	42384/2014	LUIZA CARBONIERI ANTUNES DA SILVA	451.402.078-85	SQUASH	2º	Individual	Iniciante
199	42393/2014	STEFANY DA COSTA SILVA REIS	751.347.211-49	KARATE	2º	Individual	Iniciante
200	42423/2014	ANDERSON SILVA DE OLIVEIRA	468.563.508-64	KARATE	3º	Individual	Iniciante
201	43058/2014	DEBORA CAIXETA AMANCIO	096.322.886-29	KARATE	3º	Individual	Iniciante
202	42401/2014	EDUARDA SANTOS KRUGER	038.477.490-30	PATINACAO ARTISTICA	3º	Individual	Iniciante
203	43157/2014	GABRIEL FELIX RODRIGUES MARTINS DOS SANTOS	057.448.501-55	KARATE	3º	Individual	Iniciante
204	42783/2014	IZABELLA ARABE BRANDAO	107.719.176-60	SQUASH	3º	Individual	Iniciante
205	43002/2014	JACYANNE SARAH ALVES SANTOS	068.073.075-35	KARATE	3º	Individual	Iniciante
206	43206/2014	JEAN CARLOS DOS PASSOS	109.318.469-86	KARATE	3º	Individual	Iniciante
207	42969/2014	LETICIA MARIA DE SANTANA GARCIA	479.308.608-09	KARATE	3º	Individual	Iniciante
208	42301/2014	LUAN DE JESUS SANTOS	072.001.845-51	KARATE	3º	Individual	Iniciante
209	43050/2014	LUIS HENRIQUE PIRES BESSAS	124.507.816-09	KARATE	3º	Individual	Iniciante
210	43013/2014	MIRLIANE DA SILVA LIMA	067.696.663-24	KARATE	3º	Individual	Iniciante
211	43005/2014	VITOR MARDEGAN ARAUJO	361.217.568-88	KARATE	3º	Individual	Iniciante
212	42272/2014	YANNE VASQUES YULE	057.701.401-35	KARATE	3º	Individual	Iniciante

CATEGORIA NACIONAL - MODALIDADES PAN-AMERICANA
HABILITADOS PELO RANKING

Nº de Ordem	Nº da Ficha	Nome do Atleta	CPF	Modalidade	Classificação	Tipo de Modalidade	Categoria de Idade
213	43000/2014	CAROLINA RAMALHO DOS SANTOS	366.144.588-09	KARATE	1º	Individual	Principal
214	43062/2014	FELIPE MARTINS PINHEIRO MIYAMOTO	724.054.811-20	ESQUI AQUATICO	1º	Individual	Principal
215	43181/2014	HEDPO ANDRADE DA ROCHA	398.891.748-63	KARATE	1º	Individual	Principal
216	42257/2014	LARISSA BRENDA BARBOSA BRAGA	139.809.287-80	KARATE	1º	Individual	Principal

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

217	43103/2014	MARCELO BACCHI AMBROSANO	274.195.758-43	ESQUI AQUATICO	1º	Individual	Principal
218	43174/2014	MARLON DUARTE DE PAULA	088.895.446-86	KARATE	1º	Individual	Principal
219	42311/2014	VANESSA DA SILVA PAPATERRA DOS SANTOS	030.460.045-83	KARATE	1º	Individual	Principal
220	42753/2014	WILLIAMES SOUZA SANTOS	032.493.905-18	KARATE	1º	Individual	Principal
221	43083/2014	ALEXANDRE ANGELO RIBEIRO DE MORAES	343.656.398-62	ESQUI AQUATICO	2º	Individual	Principal
222	42394/2014	CASSIANO DE JESUS SILVA	155.058.847-84	SQUASH	2º	Individual	Principal
223	42743/2014	CESAR AUGUSTO ZORZE FURTUOSO	077.049.409-96	KARATE	2º	Individual	Principal
224	42304/2014	ERICA CARLA CASTRO DOS SANTOS	369.625.098-80	KARATE	2º	Individual	Principal
225	42534/2014	ESKALATY FELIX S R CRUZ	091.115.114-19	KARATE	2º	Individual	Principal
226	42810/2014	JEANIS CRISTINA COLZANI	041.892.559-39	KARATE	2º	Individual	Principal
227	43125/2014	LUCIANO RONDI NETO	386.585.148-70	ESQUI AQUATICO	2º	Individual	Principal
228	42433/2014	VICTOR YONAMINE MOTA	406.608.158-42	KARATE	2º	Individual	Principal
229	42204/2014	CAIO CARVALHO MAGNANI	437.510.498-86	SQUASH	3º	Individual	Principal
230	42325/2014	DANIEL TEOFILO SOARES MURTA	001.379.256-38	BOLICHE	3º	Individual	Principal
231	42391/2014	MATHEUS CARBONIERI ANTUNES DA SILVA	388.798.848-59	SQUASH	3º	Individual	Principal
232	43097/2014	MATHEUS PAGGIARO BONADIMAN	370.935.048-41	ESQUI AQUATICO	3º	Individual	Principal
233	42720/2014	NAYARA OLIVEIRA GABRIEL	041.575.341-40	KARATE	3º	Individual	Principal
234	43225/2014	OMAR SAKR CHERULLI FILHO	054.150.831-89	SQUASH	3º	Individual	Principal
235	43178/2014	RAYANE DA SILVA FERREIRA	018.697.961-44	KARATE	3º	Individual	Principal
236	43054/2014	VICTOR CADETTE CORDEIRO	459.952.688-64	ESQUI AQUATICO	3º	Individual	Principal
237	42520/2014	GABRIEL BRITO SILVA LANA	098.449.996-26	SQUASH	1º	Individual	Intermediária
238	42291/2014	FLAVIO RENATO LABANCA CASTELLOES	104.083.586-45	BOLICHE	2º	Individual	Intermediária
239	43043/2014	ISABELLA DE OLIVEIRA MACIEL	081.673.246-99	BOLICHE	2º	Individual	Intermediária
240	42677/2014	GABRIEL ARCANGELI ROSSI	467.077.208-21	SQUASH	3º	Individual	Intermediária
241	42552/2014	GIOVANI DE ABREU MACHADO	467.139.418-93	SQUASH	3º	Individual	Intermediária
242	43131/2014	WILLIAM HIDEKI SEINO KAKITSUKA	407.724.608-33	BOLICHE	3º	Individual	Intermediária
243	42927/2014	PEDRO FACURY GOMES	126.788.936-50	SQUASH	1º	Individual	Iniciante
244	42209/2014	VITOR CARVALHO MAGNANI	437.511.008-22	SQUASH	2º	Individual	Iniciante
245	42722/2014	VINICIUS CARVALHO CANSINI	100.342.829-04	SQUASH	3º	Individual	Iniciante
246	42898/2014	VINICIUS TORRES BERBEL	488.153.038-04	SQUASH	3º	Individual	Iniciante

CATEGORIA INTERNACIONAL - MODALIDADES NÃO OLÍMPICA E NÃO PAN-AMERICANA
EVENTOS MUNDIAIS

Nº de Ordem	Nº da Ficha	Nome do Atleta	CPF	Modalidade	Classificação	Tipo de Modalidade	Categoria de Idade
247	42306/2014	ADRIAN DAVID OCAMPO	818.006.730-00	SUPINO	1º	Individual	Principal
248	42557/2014	ADRIANO CORREA DA SILVA	748.246.510-34	LEVANTAMENTO DE TERRA	1º	Individual	Principal
249	42980/2014	ANA ROSA CASTELLAIN	008.693.359-01	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Principal
250	42582/2014	ANGELICA BERTI	006.030.780-36	POWER BICEPS	1º	Individual	Principal
251	42942/2014	CARLOS AUGUSTO CORREIA PAIXAO	065.402.819-27	SKATE	1º	Individual	Principal
252	42589/2014	CICERO BEZERRA DA SILVA JUNIOR	036.311.009-73	SUPINO	1º	Individual	Principal
253	42426/2014	DANIEL TURI	618.760.890-91	SUPINO	1º	Individual	Principal
254	43041/2014	EVANDRO CASAGRANDE	527.000.700-20	LEVANTAMENTO DE TERRA	1º	Individual	Principal
255	42729/2014	EVERTON MARTINS DE SOUSA	377.465.928-13	MUAY THAI	1º	Individual	Principal
256	42496/2014	FLAVIO DANNA	456.971.320-34	SUPINO	1º	Individual	Principal
257	42707/2014	GABRIELA LIMA DE VASCONCELOS	369.524.018-06	LUTA DE BRACO	1º	Individual	Principal
258	42581/2014	GENIVALDO PORTO	042.108.437-50	KICK BOXING	1º	Individual	Principal
259	42871/2014	HENRIQUE SIMPLICIO ALVES DA SILVA	387.674.088-69	KUNG FU	1º	Individual	Principal
260	43172/2014	ISABELA DE SOUSA SILVA	035.022.073-56	BODYBOARDING	1º	Individual	Principal
261	42808/2014	JOELSON VIEIRA BRANDENBURG	038.512.759-69	KUNG FU	1º	Individual	Principal
262	42691/2014	KELVIN HOEFLER RODRIGUES	405.358.118-45	SKATE	1º	Individual	Principal
263	42836/2014	LEONARDO DANNA	025.177.390-64	SUPINO	1º	Individual	Principal
264	42974/2014	LETICIA BUFONI E SILVA	392.938.918-59	SKATE	1º	Individual	Principal
265	43179/2014	MARCIA DALLEGRAVE	003.602.060-50	POWER BICEPS	1º	Individual	Principal
266	42912/2014	MARCIO JULIO DE FIGUEREDO	034.345.559-51	KUNG FU	1º	Individual	Principal
267	43231/2014	MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA	394.270.528-13	JIU JITSU	1º	Individual	Principal
268	42287/2014	MAURICIO LOUREIRO PIRES	012.693.830-00	LEVANTAMENTO DE TERRA	1º	Individual	Principal
269	42548/2014	MISAEL NICOLAU DA SILVA	333.663.648-58	KICK BOXING	1º	Individual	Principal
270	42826/2014	PAMELA LEITE ROSA	423.900.828-07	SKATE	1º	Individual	Principal
271	43079/2014	RAFAEL PEREIRA PORTUGAL	126.087.447-88	MUAY THAI	1º	Individual	Principal
272	43235/2014	RONALDO GOMES DA SILVA FILHO	230.105.958-83	SKATE	1º	Individual	Principal
273	43122/2014	TALITA ANDREA NOGUEIRA	336.749.188-89	JIU JITSU	1º	Individual	Principal
274	42518/2014	VILIBALDO DESBESEL NETO	890.523.310-49	LEVANTAMENTO DE TERRA	1º	Individual	Principal
275	42684/2014	ANDERSON AZEVEDO ACCAMPORA	978.385.940-49	LEVANTAMENTO DE TERRA	2º	Individual	Principal
276	42404/2014	ANDRE ROSSI KUROSWISKI	218.687.158-09	PENTATLO AERONÁUTICO	2º	Individual	Principal
277	42825/2014	ANDRE SILVA TORRES	070.079.276-70	PENTATLO MILITAR	2º	Individual	Principal
278	43085/2014	ARIEL JOSE PIMENTEL KACZMARK	082.333.459-70	PENTATLO AERONÁUTICO	2º	Individual	Principal
279	42851/2014	CARLOS ARTUR DA ROSA	453.270.330-15	LEVANTAMENTO DE TERRA	2º	Individual	Principal
280	42474/2014	CLEITON BRUNO BATISTA	423.781.158-14	LUTA DE BRACO	2º	Individual	Principal
281	42856/2014	CRHIS REGIANE TEODORO DE SOUZA	249.388.401-97	LUTA DE BRACO	2º	Individual	Principal
282	42285/2014	DIEGO GARCIA LEITE	031.559.325-38	PENTATLO MILITAR	2º	Individual	Principal
283	42911/2014	DIONATA JOSE DE SOUZA	061.937.399-71	KUNG FU	2º	Individual	Principal
284	42651/2014	DOUGLAS DE CASTRO JACINTO	082.001.286-60	PENTATLO MILITAR	2º	Individual	Principal
285	42938/2014	DOUGLAS MIGUEL MORAIS SEGUNDA	070.229.179-06	KUNG FU	2º	Individual	Principal
286	42429/2014	EDUARDO UTZIG SILVA	071.059.417-82	PENTATLO AERONÁUTICO	2º	Individual	Principal
287	42892/2014	ELY GUEDES SALES	288.331.938-37	KUNG FU	2º	Individual	Principal
288	42769/2014	ERIOVALDO CARVALHO DE MORAES	387.274.978-10	LUTA DE BRACO	2º	Individual	Principal
289	43115/2014	FELIPE STIEVANO MICHELETTi	355.211.778-41	KICKBOXING	2º	Individual	Principal
290	42819/2014	FILIPE LUCAS DA SILVA	124.866.887-14	PENTATLO MILITAR	2º	Individual	Principal
291	43089/2014	GABRIEL TAVARES TODESCO	009.338.231-69	PENTATLO AERONÁUTICO	2º	Individual	Principal
292	42918/2014	GUILHERME MAIA KABBACH	396.264.018-50	NATAÇÃO PARA SURDOS	2º	Individual	Principal
293	43169/2014	IVANI DA CONCEICAO FERREIRA	189.893.768-07	KICKBOXING	2º	Individual	Principal
294	43155/2014	IVAN JOSE DAL CORNO	934.000.120-68	SUPINO	2º	Individual	Principal
295	42299/2014	JOEL ELOI BELO JUNIOR	008.313.099-38	PENTATLO AERONÁUTICO	2º	Individual	Principal
296	42389/2014	JOSE ROBERTO CAMARGO SILVEIRA	005.361.200-05	LEVANTAMENTO DE TERRA	2º	Individual	Principal
297	42984/2014	KATIUSCA MOREIRA VENANCIO	056.503.157-01	PENTATLO MILITAR	2º	Individual	Principal
298	42198/2014	LINDOMAR FELIX FERREIRA	009.351.124-80	PENTATLO MILITAR	2º	Individual	Principal
299	42655/2014	MARISTELA ALVES DO NASCIMENTO	044.400.513-75	KUNG FU	2º	Individual	Principal
300	43196/2014	MATHEUS ROCHA DO PRADO	390.774.588-40	MUAY THAI	2º	Individual	Principal
301	43257/2014	MAX DANIEL BALLESTEROS	012.691.526-10	SKATE	2º	Individual	Principal
302	42973/2014	MAYARA SOARES DA SILVA	120.496.187-51	PENTATLO AERONÁUTICO	2º	Individual	Principal
303	42372/2014	MELLINA DOS SANTOS BARBOSA CABRAL SILVA	107.217.727-73	PENTATLO AERONÁUTICO	2º	Individual	Principal
304	42803/2014	NAIANA FREIRE DA PURIFICACAO	125.449.047-71	PENTATLO MILITAR	2º	Individual	Principal
305	42945/2014	ORLANDO GOMES MARTINS	742.948.813-72	CULTURISMO E MUSCULACAO	2º	Individual	Principal
306	42289/2014	OTAVIO AUGUSTO DA SILVA GUIDEROLI	440.335.558-70	KICK BOXING	2º	Individual	Principal
307	43072/2014	PEDRO LOURENCO EDUARDO PEREIRA	420.856.958-17	KUNG FU	2º	Individual	Principal
308	42800/2014	ROBERTA TESCH	054.061.009-71	PENTATLO MILITAR	2º	Individual	Principal
309	42224/2014	ROBERTO PEREIRA PERDIZA	218.914.028-54	PENTATLO AERONÁUTICO	2º	Individual	Principal
310	42402/2014	TATIANE SILVEIRA RAMOS	106.615.407-40	PENTATLO MILITAR	2º	Individual	Principal
311	42268/2014	TIAGO CABRAL SILVA	013.599.384-94	PENTATLO MILITAR	2º	Individual	Principal
312	42276/2014	ALEX SANDRO BARRETO SANTANA	615.012.392-87	PENTATLO NAVAL	3º	Individual	Principal
313	42459/2014	DANIELA TANAKA FURTADO	002.116.712-58	KARATE	3º	Individual	Principal
314	42279/2014	DANIEL DE MATTOS GONCALVES	079.792.207-57	KICKBOXING	3º	Individual	Principal
315	42999/2014	DANIEL HENRIUE SIMOES DE CASTRO	318.986.668-65	KUNG FU	3º	Individual	Principal
316	42654/2014	Erick Pavanelli	221.546.568-97	JIU JITSU	3º	Individual	Principal
317	43159/2014	EUDESIA ARAUJO MARTINS	428.483.423-15	CULTURISMO E MUSCULACAO	3º	Individual	Principal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

318	43145/2014	FABIANE JESUS MARINHO	056.928.767-79	PENTATLO NAVAL	3º	Individual	Principal
319	42481/2014	FELICIO CARRICO DAL COL	094.938.337-63	PENTATLO NAVAL	3º	Individual	Principal
320	42772/2014	HUGO TETSUO YAMAGUCHI	903.742.662-04	KARATE	3º	Individual	Principal
321	43150/2014	JESSICA LIMA LESSA	113.337.347-00	PENTATLO NAVAL	3º	Individual	Principal
322	43100/2014	LAERCIO PEIXOTO DO AMARAL NETO	005.361.713-43	KUNG FU	3º	Individual	Principal
323	42929/2014	LAMAR DA SILVA	050.835.126-02	MUAY THAI	3º	Individual	Principal
324	43138/2014	LUCAS NOGUEIRA BORGES	104.457.367-80	BODYBOARDING	3º	Individual	Principal
325	42951/2014	MAURICIO CASTILHO STUMM	001.712.780-70	MUAY THAI	3º	Individual	Principal
326	42539/2014	MAX LEAL DOS SANTOS	084.225.227-48	PENTATLO NAVAL	3º	Individual	Principal
327	43132/2014	NEYMARA ROCHA DE CARVALHO	070.839.217-25	BODYBOARDING	3º	Individual	Principal
328	42473/2014	PAULO LEANDRO BRASSOLOTO	308.398.898-28	JIU JITSU	3º	Individual	Principal
329	42468/2014	SANDRO VINICIUS DOS SANTOS PACHECO	096.233.217-83	PENTATLO NAVAL	3º	Individual	Principal
330	42975/2014	TADEU DA SAN MARTINO	174.899.958-33	KICKBOXING	3º	Individual	Principal
331	42726/2014	TATIANE VANESSA OLIVEIRA DE FARIA	324.439.378-01	LUTA DE BRACO	3º	Individual	Principal
332	42379/2014	TIAGO ANDRE LINCOLN BRASIL	142.351.217-07	PENTATLO NAVAL	3º	Individual	Principal
333	43060/2014	VICTOR DOS SANTOS TAVARES	164.307.287-06	MUAY THAI	1º	Individual	Intermediária
334	42804/2014	ALECZANDER DE ANDRADE CASTILHOS	869.234.470-20	MUAY THAI	2º	Individual	Intermediária
335	42727/2014	ANDREZ KROB PEREIRA	034.725.880-80	SKATE	2º	Individual	Intermediária
336	42692/2014	RODRIGO MARTINS RIBEIRO DA SILVA	401.157.158-00	JIU JITSU	2º	Individual	Intermediária
337	43113/2014	YGOR PASQUAL NOGUEIRA	027.379.720-43	MUAY THAI	2º	Individual	Intermediária
338	42312/2014	ANDRIWS DE SOUZA URTASSUM	034.850.430-60	PADEL	3º	Individual	Intermediária
339	42367/2014	BERNARDO DUARTE SELBACH	090.911.059-09	PADEL	3º	Individual	Intermediária
340	42840/2014	FELIPE VALENT DE MATOS	036.171.200-67	PADEL	3º	Individual	Intermediária
341	43076/2014	FERNANDO DA SILVA FURGHESTTI	083.815.399-27	PADEL	3º	Individual	Intermediária
342	42242/2014	HEITOR SCHUMACHER	100.430.089-17	PADEL	3º	Individual	Intermediária
343	42725/2014	JOAO PEDRO FLORES	010.406.280-01	PADEL	3º	Individual	Intermediária
344	42441/2014	LUCAS DA CUNHA BERGAMINI	024.809.400-98	PADEL	3º	Individual	Intermediária
345	42493/2014	LUCAS DE OLIVEIRA CAMPAGNOLO	015.208.820-25	PADEL	3º	Individual	Intermediária
346	43175/2014	LUCAS PERDONA DA SILVA	081.489.449-62	SKATE	3º	Individual	Intermediária
347	42407/2014	MARIA CAROLINA MIANO SELBACH	097.828.749-57	PADEL	3º	Individual	Intermediária
348	42356/2014	MARTINA CORREA RODRIGUES	035.469.170-81	PADEL	3º	Individual	Intermediária
349	42699/2014	RODRIGO ARAUJO MENDONCA ALVES	060.737.121-89	KARATE	3º	Individual	Intermediária
350	42466/2014	ISAQUE ALBERTO DE OLIVEIRA PAIVA	369.788.058-66	JIU JITSU	1º	Individual	Iniciante
351	43006/2014	GABRIEL ORTIZ MACHADO	005.577.700-76	JIU JITSU	3º	Individual	Iniciante
352	43268/2014	MARIO SERGIO NAMES REIS	973.015.900-91	JIU JITSU	3º	Individual	Iniciante
353	42845/2014	FLAVIA CAROLINE HORTA MUNIZ	081.867.897-66	BEACH TENNIS	1º	Coletivo	Principal
354	43111/2014	JOANA AMORIM CORTEZ DOS SANTOS	084.879.227-08	BEACH TENNIS	1º	Coletivo	Principal
355	42788/2014	SAMANTHA BARIJAN DE VASCONCELLOS	316.224.848-51	BEACH TENNIS	1º	Coletivo	Principal
356	42978/2014	VINICIUS RODRIGUES FONT	112.571.987-77	BEACH TENNIS	1º	Coletivo	Principal
357	42320/2014	AMANDA LYSSA DE OLIVEIRA CRISOSTOMO	054.216.233-43	FUTSAL	1º	Coletivo	Principal
358	42347/2014	Anderson Targino Alves	092.945.947-42	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
359	42194/2014	ARIANE NASCIMENTO DA SILVA	107.869.517-29	FUTSAL	1º	Coletivo	Principal
360	42361/2014	BRUNO CARLOS DE OLIVEIRA	063.953.474-03	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
361	42746/2014	CAMILA RAMOS DE SOUZA	075.881.924-29	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
362	42343/2014	CAROLINE DA SILVA MARCIANO	425.051.938-43	FUTSAL	1º	Coletivo	Principal
363	42281/2014	CILENE PEREIRA PARANHOS	327.463.728-94	FUTSAL	1º	Coletivo	Principal
364	42463/2014	CINTHYA PIQUET DE MEDEIROS PIRES	048.897.044-00	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
365	42785/2014	DANILO ANDRADE DOS SANTOS EUGENIO	346.681.758-70	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
366	42328/2014	DARLENE SILVA SOARES	630.623.053-04	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
367	42793/2014	DAVID LEITE PERRONE	868.640.762-53	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
368	42318/2014	DIANA SANTOS DE OLIVEIRA MENDES	026.006.600-11	FUTSAL	1º	Coletivo	Principal
369	42544/2014	GIL VICENTE DE PAES PIRES	043.279.904-42	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
370	42781/2014	GUILHERME EURY LEITE PERRONE	745.909.442-00	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
371	42584/2014	JAIME SOUZA TORRES	081.600.687-35	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
372	42482/2014	JARISON RIBEIRO PEREIRA	076.985.886-45	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
373	42932/2014	JERUSA FERREIRA DIAS	091.269.247-22	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
374	43061/2014	JOZIANE DE OLIVEIRA	037.449.859-89	FUTSAL	1º	Coletivo	Principal
375	42717/2014	JULIANA DELGADO LAUTENSCHLAGER	008.519.100-09	FUTSAL	1º	Coletivo	Principal
376	42330/2014	LUANA VERUCIA DE MOURA	033.954.250-02	FUTSAL	1º	Coletivo	Principal
377	43127/2014	LUCILEIA RENNER MINUZZO	001.409.500-95	FUTSAL	1º	Coletivo	Principal
378	43107/2014	MILLENA DOS ANJOS ALENCAR	088.491.234-50	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
379	42258/2014	MISSIARA LUIZA PAPST	074.819.249-29	FUTSAL	1º	Coletivo	Principal
380	42688/2014	NAILSON DE SOUSA DO AMARAL	046.140.983-63	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
381	42556/2014	NATHALIE SOUZA GUEDES DE SENA	048.639.384-46	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
382	42174/2014	PATRICIA MORAES DE FARIA	066.344.839-57	FUTSAL	1º	Coletivo	Principal
383	42751/2014	PATRICIA SCHEPPA	117.570.397-40	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
384	42260/2014	PRISCILLA ROBERTA ANNES	046.430.614-05	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
385	42337/2014	RENATA ADAMATTI	086.912.449-84	FUTSAL	1º	Coletivo	Principal
386	42475/2014	RENATA DA SILVA SANTIAGO	104.689.047-60	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
387	42931/2014	RODRIGO LOPES PEREIRA	131.774.297-40	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
388	42790/2014	TATIANA TORRES MIRANDA FERREIRA	029.306.457-17	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
389	42376/2014	TATIANE DEBIASI CROCETA	059.833.529-38	FUTSAL	1º	Coletivo	Principal
390	43147/2014	THIAGO DE OLIVEIRA BARCELLOS	128.826.847-54	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
391	42900/2014	THIAGO LUIZ GUSMAO DO NASCIMENTO CLAUDIO	108.504.797-03	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
392	42275/2014	VANESSA CRISTINA PEREIRA	095.446.806-67	FUTSAL	1º	Coletivo	Principal
393	42795/2014	VANIA MORAES DA CRUZ	305.101.298-03	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
394	42418/2014	WEBER GARCEZ DA SILVA	094.313.387-42	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
395	42555/2014	WELLINGTON DE NOVAIS ALVES ESTEVES	374.944.418-83	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
396	42798/2014	ANA PAULA DE OLIVEIRA MANHAES	104.112.337-00	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
397	42180/2014	BERNARDO RAMALHO IMMENDORFF	094.361.097-41	BOLAO	2º	Coletivo	Principal
398	42413/2014	BRUNO FARIAS GOMES	294.825.728-07	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
399	42438/2014	CICERO EDUARDO DOS SANTOS	099.998.664-33	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
400	42708/2014	DANIEL ALVES	405.166.318-37	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
401	42507/2014	DECIO LIMEIRA DA SILVA	294.615.168-94	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
402	42368/2014	FABIO ALVES SOARES	011.009.284-80	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
403	42711/2014	FABIO ASSE GONCALVES	304.377.858-82	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
404	42399/2014	FABIO BRUNO TENORIO BISPO	038.839.004-27	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
405	42214/2014	FELIPE ORLANDO MILANOV GERALDINI	320.754.008-22	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
406	42680/2014	FLAVIO CASSIMIRO DINIZ	055.087.326-08	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
407	42710/2014	GUSTAVO TECCHIO BRANDAO	007.557.949-90	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
408	42703/2014	JOSE ALEXANDRE GUILARDI	220.622.488-73	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
409	42791/2014	LORENA MASCARENHAS FERREIRA	665.482.841-00	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
410	42414/2014	LUIS ROBERTO PEDRO CUSTODIO	303.202.898-18	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
411	42354/2014	LUIZ FERNANDO MOURAO DE ALMEIDA FILHO	285.262.148-70	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
412	42619/2014	LUIZ HENRIQUE KOENEN PROENCA	013.412.936-96	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
413	42576/2014	MAURICIO MOURA LUCIO	325.361.668-13	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
414	42387/2014	NATHANIEL CAVALCANTE DOS SANTOS JUNIOR	055.747.524-41	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
415	42469/2014	PATRICIA HELENA CUNHA BADE	131.476.737-23	BOLAO	2º	Coletivo	Principal
416	42636/2014	ROGERIO WATANABE POLIDO	304.514.608-20	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
417	42869/2014	VINICIUS DILINSKIR PEREIRA	410.101.498-14	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
418	42205/2014	VINICIUS FERREIRA DE SOUSA	389.442.938-05	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
419	43210/2014	WELLINGTON MARTINS DA SILVA	076.597.126-75	HOQUEI EM LINHA	2º	Coletivo	Principal
420	42602/2014	ANDRE ALVARO BATISTA DO NASCIMENTO	913.983.044-68	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
421	42186/2014	ANTONIO AUGUSTO BATISTA DOS SANTOS	014.095.617-47	PARAQUEDISMO	3º	Coletivo	Principal
422	43133/2014	BRUNO DA SILVA XAVIER	107.112.007-77	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
423	42453/2014	BRUNO MALIAS MENDES	087.441.617-51	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
424	42193/2014	CAMILA BUCHMANN FEISTAUER	049.206.099-14	BOLAO	3º	Coletivo	Principal
425	42714/2014	DANIEL NOGUEIRA LIMA	055.443.627-26	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

426	42512/2014	DIEGO GABRIEL DA SILVA	082.526.787-00	PARAQUEDISMO	3º	Coletivo	Principal
427	42799/2014	DIKSON BELISARIO BARLETTA	962.048.424-04	FUTEVOLEI	3º	Coletivo	Principal
428	42415/2014	EDUARDO KRAUSE	016.782.109-19	BOLAO	3º	Coletivo	Principal
429	42595/2014	FERNANDO LUIZ DE OLIVEIRA VALENCA	008.720.984-51	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
430	43244/2014	FILIPE DUARTE DA SILVA	109.690.084-06	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
431	42471/2014	GABRIELA GARCEZ	066.655.379-35	BOLAO	3º	Coletivo	Principal
432	42542/2014	INGRID FUCHTER SCHULZ DE QUADRI	015.256.769-03	BOCHA	3º	Coletivo	Principal
433	42749/2014	JEFFERSON DE OLIVEIRA SILVA	009.595.714-69	FUTEVOLEI	3º	Coletivo	Principal
434	42837/2014	JENILSON BRITO RODRIGUES	078.056.377-84	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
435	42442/2014	JOAO ANTONIO KLEINKAUF	021.542.080-29	BOLAO	3º	Coletivo	Principal
436	42229/2014	JOAO AUGUSTO DOGNINI	586.898.009-30	BOLAO	3º	Coletivo	Principal
437	42985/2014	JORGE AUGUSTO DA CUNHA GABRIEL	045.354.147-00	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
438	42759/2014	JOSEFA DE LIMA SOUZA	100.918.137-86	FUTEVOLEI	3º	Coletivo	Principal
439	42770/2014	JOSE WESLEY DA SILVA EVANGELISTA	052.301.403-13	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
440	42188/2014	JUSSARA BISONI	061.851.279-97	BOLAO	3º	Coletivo	Principal
441	42606/2014	LEANDRO FERREIRA BRITO	112.603.297-20	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
442	43197/2014	LUIZ ALBERTO DO NASCIMENTO BRAGA	038.371.433-84	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
443	42436/2014	MARCELO BUENO	072.156.517-46	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
444	42767/2014	MARISSOL SUELEN CIVIDINI	070.168.899-80	BOLAO	3º	Coletivo	Principal
445	42216/2014	MICHEL MARCONI HAKIME DE ANDRADE RAMOS	860.302.991-15	PARAQUEDISMO	3º	Coletivo	Principal
446	42656/2014	MIGUEL ANTONIO PEREIRA LEITAO	006.224.547-30	PARAQUEDISMO	3º	Coletivo	Principal
447	42925/2014	NAERCIO ANTONIO DE SANTANA FILHO	076.534.324-09	FUTEVOLEI	3º	Coletivo	Principal
448	42681/2014	NATALIA EUGENIA GUITLER	117.141.577-09	FUTEVOLEI	3º	Coletivo	Principal
449	42335/2014	NOELI DALLA CORTE	543.388.169-53	BOCHA	3º	Coletivo	Principal
450	42395/2014	OMAR ABDALLAH ANTAKLI	023.806.619-36	BOLAO	3º	Coletivo	Principal
451	42682/2014	RAFAEL AMORIM SILVA	125.077.727-51	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
452	42847/2014	RAFAEL ANTONIO DE JESUS PINTO	141.624.137-03	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
453	43266/2014	REYDER WEREKER RESENDE LUNA MANGABEIRA	093.460.594-78	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
454	42658/2014	RICARDO DUARTE	013.090.574-78	FUTEVOLEI	3º	Coletivo	Principal
455	42934/2014	RITA DE CASSIA BERNARDO KLEIN	939.445.000-91	BOLAO	3º	Coletivo	Principal
456	43109/2014	ROBERTO LUIS DE ARAUJO	055.327.747-22	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
457	43185/2014	ROBERTO MUNIZ PACHECO NETO	012.609.383-01	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
458	42627/2014	RODRIGO GONCALVES	081.883.027-16	PARAQUEDISMO	3º	Coletivo	Principal
459	42628/2014	ROGERIO ARKIE	148.045.648-96	BOLAO	3º	Coletivo	Principal
460	42765/2014	ROSIANE LUIZA DIAS JAEGER	064.752.759-64	BOLAO	3º	Coletivo	Principal
461	42238/2014	SILVENIO MERGEN	430.870.609-25	BOCHA	3º	Coletivo	Principal
462	42855/2014	TAIANA POLISELI RAMOS	071.937.539-83	BOLAO	3º	Coletivo	Principal
463	42340/2014	VOLNEI BRANCHI	679.575.010-87	BOCHA	3º	Coletivo	Principal
464	42687/2014	WELITON VIEIRA DA SILVA	896.336.794-00	FUTEVOLEI	3º	Coletivo	Principal

CATEGORIA INTERNACIONAL - MODALIDADES NÃO OLÍMPICA E NÃO PAN-AMERICANA
EVENTOS - PANAMERICANO

Nº de Ordem	Nº da Ficha	Nome do Atleta	CPF	Modalidade	Classificação	Tipo de Modalidade	Categoria de Idade
465	42378/2014	ALBERTO MASSUMI TAKAYAMA	302.169.838-78	KENDO	1º	Individual	Principal
466	42353/2014	ANDRE DO PRADO GOMES	046.870.815-41	KARATE INTERESTILOS	1º	Individual	Principal
467	42946/2014	BARBARA BELAFRONTE ROCHA	418.567.418-00	KARATE INTERESTILOS	1º	Individual	Principal
468	42369/2014	CICERA BATISTA TAVARES	254.966.188-51	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Principal
469	42385/2014	CRISTIANE LIE TOIDA	311.517.128-50	KENDO	1º	Individual	Principal
470	42920/2014	DAVID COIMBRA DA SILVA	315.677.958-03	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Principal
471	42222/2014	DEMETRIUS DA SILVA OLIVEIRA	649.424.576-53	TIRO PRATICO	1º	Individual	Principal
472	42217/2014	DIEGO SILVA DOS SANTOS	366.118.308-71	KARATE INTERESTILOS	1º	Individual	Principal
473	42490/2014	JAMILLY COSTA FARIAS	853.424.675-00	KARATE-DO TRADICIONAL	1º	Individual	Principal
474	42484/2014	LUAN JUSTINO DOS SANTOS	384.529.968-10	KARATE	1º	Individual	Principal
475	42478/2014	MARTINNA PIRES GONCALVES DE SOUZA REY	024.573.625-55	KARATE-DO TRADICIONAL	1º	Individual	Principal
476	42189/2014	ROBERTO ALVES TIMBO	837.542.101-49	KARATE	1º	Individual	Principal
477	43094/2014	SAMARA CRISTINA DE SOUZA	375.789.148-12	KARATE INTERESTILOS	1º	Individual	Principal
478	42859/2014	VINICIUS JOSE MORENO SILVA	024.029.011-95	KARATE-DO TRADICIONAL	1º	Individual	Principal
479	42492/2014	ADAIRCE CASTANHETTI	459.214.231-49	KARATE-DO TRADICIONAL	2º	Individual	Principal
480	42695/2014	ANA CAROLINA ALVES FERREIRA	128.591.757-09	KARATE INTERESTILOS	2º	Individual	Principal
481	42397/2014	AROLDO PEREIRA SOARES	248.667.238-90	KARATE	2º	Individual	Principal
482	42731/2014	EDUARDO MUZZETTE DA COSTA	368.287.388-02	KENDO	2º	Individual	Principal
483	42352/2014	ELZAMI MIWA ONAKA	029.714.639-40	KENDO	2º	Individual	Principal
484	42308/2014	JAYME ALEXANDRE SANDALL JUNIOR	078.721.407-80	KARATE-DO TRADICIONAL	2º	Individual	Principal
485	42850/2014	JUDIMEIRE APARECIDA DELAGO	107.014.378-20	LEVANTAMENTO BASICO	2º	Individual	Principal
486	42177/2014	Lucimar Domingues de Oliveira	133.669.041-00	TIRO PRATICO	2º	Individual	Principal
487	42675/2014	MANUELA TATIANE FLORES SPESSATTO	013.591.130-37	KARATE-DO TRADICIONAL	2º	Individual	Principal
488	42712/2014	MARILIA STRUZZIATTO FERREIRA FLORINDO	227.297.998-00	KARATE	2º	Individual	Principal
489	42342/2014	MAURICIO INAMONICO	149.474.708-10	KARATE	2º	Individual	Principal
490	42592/2014	STTENIO ALMEIDA SALES DE LIMA	064.554.074-90	KARATE INTERESTILOS	2º	Individual	Principal
491	43052/2014	WENDER FERREIRA DO AMARANTE	735.344.471-15	KARATE-DO TRADICIONAL	2º	Individual	Principal
492	42200/2014	ALEXANDRE DE JESUS PEREIRA	006.317.925-38	KARATE	3º	Individual	Principal
493	42801/2014	ALINE LIE KIMURA	395.584.068-99	KENDO	3º	Individual	Principal
494	43065/2014	ANDRE FRANCISSCO ALVES E SILVA	619.964.671-15	KARATE	3º	Individual	Principal
495	42197/2014	ANDRE LUIS DE JESUS FERNANDES	722.762.901-53	KARATE	3º	Individual	Principal
496	42831/2014	ANDRE REZENDE MARQUES	924.448.149-91	XADREZ	3º	Individual	Principal
497	42721/2014	ANNA CHIBA	416.378.258-38	KENDO	3º	Individual	Principal
498	42764/2014	EDSON JUNDI TOIDA	291.060.818-27	KENDO	3º	Individual	Principal
499	42901/2014	FABIANO GILBERTO CAPPATTO	166.189.568-97	TIRO PRATICO	3º	Individual	Principal
500	43046/2014	HORACIO OLIVEIRA CARIELLO	815.821.617-04	TIRO PRATICO	3º	Individual	Principal
501	43277/2014	IRANI RODRIGUES BARBOSA	355.657.798-47	LEVANTAMENTO BASICO	3º	Individual	Principal
502	42215/2014	JUDSON DE ARAUJO GURGEL	008.388.124-73	KARATE	3º	Individual	Principal
503	42219/2014	LEANDRO SILVEIRA BOAVENTURA	577.051.196-68	TIRO PRATICO	3º	Individual	Principal
504	42997/2014	SERGIO BISCUOLA NETO	797.848.361-49	TIRO PRATICO	3º	Individual	Principal
505	42355/2014	THIAGO DO PRADO GOMES	058.271.775-20	KARATE INTERESTILOS	3º	Individual	Principal
506	43031/2014	CARLOS LUTHYERE DE SOUSA PEREIRA	039.032.383-76	KARATE-DO TRADICIONAL	1º	Individual	Intermediária
507	42324/2014	CAROLINE NAOMI UEDA	352.639.128-97	KENDO	1º	Individual	Intermediária
508	42346/2014	ERICK OLIVEIRA DA SILVA	398.458.688-43	KARATE	1º	Individual	Intermediária
509	42816/2014	LETICIA ARAGAO BASTOS	017.165.865-50	KARATE-DO TRADICIONAL	1º	Individual	Intermediária
510	42559/2014	LUIZ FERNANDO HANASHIRO	450.502.498-99	KENDO	1º	Individual	Intermediária
511	42405/2014	NADIA GUIDORZI GURTHER	429.332.418-62	KARATE	1º	Individual	Intermediária
512	42326/2014	PAULO ANTONIO DA SILVA	414.622.798-48	KARATE	1º	Individual	Intermediária
513	42531/2014	RODRIGO DELAYTI ALCANTARA	057.509.875-90	KARATE-DO TRADICIONAL	1º	Individual	Intermediária
514	42315/2014	EMILY NASCIMENTO LARANJEIRA	061.570.225-23	KARATE	2º	Individual	Intermediária
515	42952/2014	NAYARA KAROLINE AMARANTE DE AMORIM	043.653.951-90	KARATE-DO TRADICIONAL	2º	Individual	Intermediária
516	42745/2014	NICOLE MIHO YAMAMOTO	469.850.058-37	KENDO	2º	Individual	Intermediária
517	43229/2014	VICTOR KENZO FUJIKURA	436.014.228-59	KENDO	2º	Individual	Intermediária
518	42486/2014	VITORIA REGIA GALUCHO DE OLIVEIRA	055.960.833-05	KARATE-DO TRADICIONAL	2º	Individual	Intermediária
519	42488/2014	BARBARA DE OLIVEIRA FONSECA	040.872.431-50	KARATE-DO TRADICIONAL	3º	Individual	Intermediária
520	42713/2014	FLAVIO REIS PAIXAO	056.687.625-64	KARATE-DO TRADICIONAL	3º	Individual	Intermediária
521	42437/2014	GUILHERME TADATOSHI YANAGITA	424.144.718-08	KENDO	3º	Individual	Intermediária
522	43056/2014	Jessika sthefanie maciel de oliveira	062.957.303-45	KARATE-DO TRADICIONAL	3º	Individual	Intermediária
523	42832/2014	KELLEN LARISSA DE SOUZA	407.069.618-03	LEVANTAMENTO BASICO	3º	Individual	Intermediária
524	43279/2014	MARCO ANTONIO RODRIGUES BARBOSA	391.855.538-08	LEVANTAMENTO BASICO	3º	Individual	Intermediária
525	42245/2014	MARCOS COSTA DE MENEZES JUNIOR	044.904.095-08	KARATE	3º	Individual	Intermediária
526	43263/2014	VINICIUS TAVARES MARINHO	116.019.507-21	JIU JITSU	3º	Individual	Intermediária

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

527	42821/2014	AMANDA DELGADO GUSSAO	082.546.409-98	KARATE-DO TRADICIONAL	1º	Individual	Iniciante
528	42558/2014	BRAYAN SAAVEDRA DOS SANTOS	052.886.391-67	KARATE-DO TRADICIONAL	1º	Individual	Iniciante
529	42716/2014	CAIO VINICIUS CAETANO VELHO	424.149.238-06	KARATE	1º	Individual	Iniciante
530	42381/2014	DAIANE SOUZA DA FONSECA	448.103.358-44	KARATE NÃO PANAMERICANO	1º	Individual	Iniciante
531	42907/2014	MATEUS GOMES ROSA	051.901.621-17	KARATE-DO TRADICIONAL	1º	Individual	Iniciante
532	42443/2014	NATALIA VICTORIA VIANA ADORNI	390.191.218-55	KARATE	1º	Individual	Iniciante
533	42820/2014	PEDRO PAGGIARO PIMENTEL	444.257.438-30	KARATE	1º	Individual	Iniciante
534	42827/2014	AUGUSTO FLORES SPESSATTO	037.850.200-07	KARATE-DO TRADICIONAL	2º	Individual	Iniciante
535	42538/2014	LUANA MENDES SOARES	603.890.823-41	KARATE-DO TRADICIONAL	2º	Individual	Iniciante
536	42541/2014	LUAN MENDES SOARES	603.890.913-32	KARATE-DO TRADICIONAL	2º	Individual	Iniciante
537	42676/2014	MAXIMILIANO PROENCA DE ANDRADE	409.948.898-52	KARATE	2º	Individual	Iniciante
538	42458/2014	MIKELLI APARECIDA MARANGONI BRAGADINI	464.405.708-89	KARATE	2º	Individual	Iniciante
539	42483/2014	SUSAN HELLEN LIMA DOS SANTOS	042.575.791-96	KARATE-DO TRADICIONAL	2º	Individual	Iniciante
540	43012/2014	GABRIEL MARANGONI DE OLIVEIRA	418.862.948-79	JIU JITSU	3º	Individual	Iniciante
541	42564/2014	MATEUS ELIAS CRUZ ANTUNES	030.114.661-65	KARATE-DO TRADICIONAL	3º	Individual	Iniciante
542	42750/2014	MATHEUS VARIANI CASAGRANDE	083.862.449-92	KARATE-DO TRADICIONAL	3º	Individual	Iniciante
543	42732/2014	RICARDO MARTINS DA SILVA	436.199.218-57	KARATE	3º	Individual	Iniciante
544	43154/2014	THAIS KOVAL	099.818.289-39	KARATE-DO TRADICIONAL	3º	Individual	Iniciante
545	42608/2014	YGOR FELICIO DE GODOY	468.164.398-05	KARATE	3º	Individual	Iniciante
546	42586/2014	DAVI COSTA SERMENHO DO NASCIMENTO	126.598.777-77	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
547	42317/2014	DIOGO SILVA VIEIRA	115.906.307-93	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
548	42233/2014	JADSON FELIX DA SILVA JUNIOR	054.790.094-51	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
549	42646/2014	MARCUS VINICIUS LEMOS DOMINGUES	135.486.357-76	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
550	42178/2014	PEDRO LUIZ SALVADOR WIRTZBIKI	137.851.227-80	BEACH HANDEBOL	1º	Coletivo	Principal
551	43242/2014	EDUARDO REGIS DE OLIVEIRA	052.780.957-84	PARABADMINTON	2º	Coletivo	Principal
552	43259/2014	GERALDO DA SILVA OLIVEIRA	054.690.836-59	PARABADMINTON	2º	Coletivo	Principal
553	42757/2014	Marcus Vinicius Cardozo Ferreira	348.691.188-07	BEACH TENNIS	2º	Coletivo	Principal
554	42866/2014	THALES OLIVEIRA SANTOS	380.353.878-55	BEACH TENNIS	2º	Coletivo	Principal
555	42590/2014	LUAMAR MARTIN	143.684.507-60	GINASTICA AEROBICA	2º	Coletivo	Principal
556	42730/2014	LUCAS SANTIAGO DE MELO BARBOSA	017.484.496-48	GINASTICA AEROBICA	2º	Coletivo	Principal
557	43243/2014	LEONARDO ARTHUR ZUFFO	010.050.569-43	PARABADMINTON	3º	Coletivo	Principal
558	42545/2014	CAROLINE SANTIAGO DOS SANTOS	121.959.156-41	GINASTICA AEROBICA	1º	Coletivo	Intermediária
559	42747/2014	JESSICA PATRIACIA PEREIRA LEMES	073.848.476-80	GINASTICA AEROBICA	1º	Coletivo	Intermediária
560	42689/2014	TAMIRES REBECA SANTOS SILVA	121.552.066-23	GINASTICA AEROBICA	1º	Coletivo	Intermediária
561	42773/2014	CLARA MOSA SALUSTIANO	147.606.277-31	GINASTICA AEROBICA	1º	Coletivo	Iniciante
562	42571/2014	ISABELA MACHADO MONTEIRO	175.020.627-77	GINASTICA AEROBICA	1º	Coletivo	Iniciante
563	42533/2014	MARIA EDUARDA DE ALMEIDA OLIVEIRA	104.461.936-82	GINASTICA AEROBICA	1º	Coletivo	Iniciante

CATEGORIA INTERNACIONAL - MODALIDADES NÃO OLÍMPICA E NÃO PAN-AMERICANA
EVENTOS - SUL-AMERICANO

Ordem	Nº de	Nº da Ficha	Nome do Atleta	CPF	Modalidade	Classificação	Tipo de Modalidade	Categoria de Idade
564		42494/2014	CARLOS EDUARDO FERRAZ	292.293.058-04	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Principal
565		42987/2014	CHRISTIAN NEMETH MACAMBIRA	334.609.868-08	LUTAS SUBMISSION	1º	Individual	Principal
566		43250/2014	CLAIRTON AVILA COSTA	628.393.490-00	MMA	1º	Individual	Principal
567		42476/2014	CLEBER BARATTO VIDAL	833.578.230-04	ORIENTACAO	1º	Individual	Principal
568		42853/2014	CLEISINEI LOBO DA SILVA	035.213.491-79	KARATE SEMI-CONTATO	1º	Individual	Principal
569		42267/2014	DANIEL DIONISIO MADEIRA	863.604.421-91	KUNG FU	1º	Individual	Principal
570		42949/2014	DANKY DEAN GARCIA OVALHE	014.224.590-98	SKATE	1º	Individual	Principal
571		42903/2014	EDMUR PESSOA	197.338.698-48	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Principal
572		42894/2014	ELAINE DALMARES LENZ	946.341.570-04	ORIENTACAO	1º	Individual	Principal
573		42596/2014	ERICA BATISTA BUENO	309.703.808-60	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Principal
574		43003/2014	FABIO KUCZKOSKI	059.531.047-82	ORIENTACAO	1º	Individual	Principal
575		43104/2014	GABRIEL ALMEIDA DE BRITO	123.275.377-70	KUNG FU	1º	Individual	Principal
576		42202/2014	GUILHERME RIBEIRO MOURA DE FARIA	324.388.448-92	KUNG FU	1º	Individual	Principal
577		42989/2014	JEFFERSON NEMETH MACAMBIRA	334.603.988-92	MMA	1º	Individual	Principal
578		42671/2014	JHONATAN SOUZA PRADO	038.041.881-92	KUNG FU	1º	Individual	Principal
579		42913/2014	LEONARDO FRITZKE NEGRI	050.504.669-54	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Principal
580		42477/2014	LEONARDO RESSURREICAO DO ROSARIO	037.656.025-82	PENTATLO MILITAR	1º	Individual	Principal
581		42957/2014	LETICIA DA SILVA SALTORI	063.633.749-95	ORIENTACAO	1º	Individual	Principal
582		42327/2014	LUCIANO DUARTE	254.719.838-07	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Principal
583		42565/2014	MARCELO MASSAYUKI HOKAMA YAMADA	338.823.548-10	KUNG FU	1º	Individual	Principal
584		42642/2014	MARCO ANTONIO RAMOS	339.645.398-05	MMA	1º	Individual	Principal
585		42915/2014	MILENA CRISTINA DIENER	009.591.779-90	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Principal
586		43024/2014	MIRIAN FERRAZ PASTURIZA	009.438.910-19	ORIENTACAO	1º	Individual	Principal
587		43095/2014	PATRICIA RODRIGUES BARBOSA SILVA	225.627.778-08	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Principal
588		42388/2014	REGINALDO FRANCISCO ROSA	049.516.726-69	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Principal
589		43027/2014	THIAGO GUITCIS LAURINO	407.304.468-08	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Principal
590		42498/2014	VINICIUS ROGERIO TRINDADE	274.422.588-67	LUTAS SUBMISSION	1º	Individual	Principal
591		42213/2014	WALLISSON DELANO CARNEIRO BATISTA	986.411.151-53	KARATE SEMI-CONTATO	1º	Individual	Principal
592		43204/2014	CRISTINA APARECIDA DE TOLEDO	120.416.158-50	LEVANTAMENTO BASICO	2º	Individual	Principal
593		42626/2014	DENIR GOMES PEREIRA DA SILVA	863.613.331-91	KARATE SEMI-CONTATO	2º	Individual	Principal
594		42505/2014	DOUGLAS RODRIGUES DA SILVA	811.885.870-72	SKATE	2º	Individual	Principal
595		42705/2014	FRANCIELY DE SIQUEIRA CHILES	021.954.550-20	ORIENTACAO	2º	Individual	Principal
596		43022/2014	LEANDRO PEREIRA PASTURIZA	963.771.940-72	ORIENTACAO	2º	Individual	Principal
597		42502/2014	MARCELO DEL LAMA RONDON DA SILVA	333.650.338-82	LEVANTAMENTO BASICO	2º	Individual	Principal
598		42432/2014	ROBSON FIGUEIRA RENGIFO	670.061.752-91	ORIENTACAO	2º	Individual	Principal
599		43124/2014	TAIS MACHADO	031.690.200-48	MMA	2º	Individual	Principal
600		43040/2014	TANIA MARIA JESUS DE CARVALHO	080.108.217-05	ORIENTACAO	2º	Individual	Principal
601		42779/2014	THIELLI GUTEREES SOARES	012.022.990-08	ORIENTACAO	2º	Individual	Principal
602		43148/2014	VANDERLEI BARBOSA	349.058.248-93	LEVANTAMENTO BASICO	2º	Individual	Principal
603		42277/2014	BRANDON PORFIRIO DA SILVA	413.646.998-50	KUNG FU	3º	Individual	Principal
604		43126/2014	CINTIA LEHNEN GUTH NUNES	004.135.620-93	MMA	3º	Individual	Principal
605		42948/2014	DIORDIN ALENCAR SANTOS SILVA	021.391.130-20	MMA	3º	Individual	Principal
606		42754/2014	GUSTAVO HENRIQUE COURY SANTOS	348.469.188-31	KUNG FU	3º	Individual	Principal
607		42702/2014	KETTY FABIANA DE CARVALHO	305.733.038-00	LEVANTAMENTO BASICO	3º	Individual	Principal
608		42953/2014	PAULO ROBERTO STEIN	017.253.280-97	MMA	3º	Individual	Principal
609		43091/2014	ALEQXANDRO MOREIRA COSTA	023.474.320-44	ORIENTACAO	1º	Individual	Intermediária
610		42497/2014	CARLOS HENRIQUE SOUZA DE ARAUJO	084.244.769-56	ORIENTACAO	1º	Individual	Intermediária
611		42629/2014	EUDSON JOSE LEITE DE LIMA	055.627.359-11	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Intermediária
612		42334/2014	GELSON ANDREY ZAGO TOGNI	085.990.269-25	ORIENTACAO	1º	Individual	Intermediária
613		42806/2014	HAROLDO CARLOS SAKAMOTO	308.350.088-27	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Intermediária
614		42226/2014	KYUNG JOON RIBEIRO SANTOS	009.052.221-48	KARATE SEMI-CONTATO	1º	Individual	Intermediária
615		42207/2014	MARCELA LACERDA MOREIRA	084.016.116-60	ORIENTACAO	1º	Individual	Intermediária
616		42849/2014	PAULO GUILHERME DE LIMA CAMPOS	432.212.788-61	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Intermediária
617		42448/2014	SERGIO ALVES DOS SANTOS FILHO	378.819.008-65	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Intermediária
618		42668/2014	YAN BERTINATI	034.408.610-07	SKATE	1º	Individual	Intermediária
619		42253/2014	YOUNG SOON RIBEIRO SANTOS	009.052.281-89	KARATE SEMI-CONTATO	1º	Individual	Intermediária
620		42631/2014	EVERTON DANIEL MARKUS	028.404.960-38	ORIENTACAO	2º	Individual	Intermediária
621		43129/2014	GABRIEL HENRIQUE CORDEIRO	330.859.638-55	LEVANTAMENTO BASICO	2º	Individual	Intermediária
622		42706/2014	JESSICA SANTOS DE JESUS	158.586.127-84	ORIENTACAO	2º	Individual	Intermediária
623		43090/2014	JORGE PRADO VIEIRA LEITE	375.049.508-40	LEVANTAMENTO BASICO	2º	Individual	Intermediária
624		42427/2014	TALITA MARQUES DE SOUZA	143.616.667-50	ORIENTACAO	2º	Individual	Intermediária
625		42775/2014	TIAGO DE SOUZA MOHR	039.382.340-75	SKATE	2º	Individual	Intermediária
626		42809/2014	ABRAAO JOSE DE OLIVEIRA	125.265.108-21	LEVANTAMENTO BASICO	3º	Individual	Intermediária
627		42637/2014	CRISTIANO BENEDETTO DE OLIVEIRA	814.562.040-68	MMA	3º	Individual	Intermediária

EXEMPLAR ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

628	42374/2014	LEONARDO VIEIRA DE OLIVEIRA	029.063.141-61	ORIENTACAO	3º	Individual	Intermediária
629	42593/2014	ANDRE DE SOUZA GARCIA	226.856.418-58	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Iniciante
630	42633/2014	ANDRE DOS SANTOS	896.844.270-34	MMA	1º	Individual	Iniciante
631	42844/2014	ARIEL QUIM DE ALMEIDA	032.346.330-45	ORIENTACAO	1º	Individual	Iniciante
632	42440/2014	GABRIELLA DANTAS FRANCO	015.036.960-30	ORIENTACAO	1º	Individual	Iniciante
633	42976/2014	LUCAS MIRANDA BASTOS CONCEICAO	443.323.028-69	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Iniciante
634	43200/2014	MATHEUS AUGUSTO FAVARO	073.862.209-52	ORIENTACAO	1º	Individual	Iniciante
635	42240/2014	SOON SAM RIBEIRO SANTOS	009.052.291-50	KARATE SEMI-CONTATO	1º	Individual	Iniciante
636	42607/2014	THAIS BOFF BRAUNER	857.432.750-68	ORIENTACAO	1º	Individual	Iniciante
637	42857/2014	WELLINGTON GOMES MORAIS	281.696.778-66	LEVANTAMENTO BASICO	1º	Individual	Iniciante
638	43170/2014	PAULO RUBENS CORPES RODRIGUES	055.896.191-65	ORIENTACAO	2º	Individual	Iniciante
639	42366/2014	RAQUEL SALES ARENDT	046.615.601-40	ORIENTACAO	2º	Individual	Iniciante
640	43068/2014	SAUL AMARO DE MATTOS	032.886.710-18	ORIENTACAO	2º	Individual	Iniciante
641	42970/2014	DIEGO FERREIRA SILVA	041.542.701-09	ORIENTACAO	3º	Individual	Iniciante
642	42733/2014	ALINE CRISTINA MENDES KAISER	086.351.529-05	FUTSAL PARA SURDOS	1º	Coletivo	Principal
643	42959/2014	ANA PAULA RIOS SANTANA	793.440.621-53	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
644	42904/2014	ANDRESSA TREVINE PIRES	371.582.908-75	FUTSAL PARA SURDOS	1º	Coletivo	Principal
645	42778/2014	BIANCA DE ALCANTARA HIEMER	101.619.777-23	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
646	42792/2014	CLAUDEVAN FERREIRA DOS SANTOS	010.685.154-30	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
647	42643/2014	DANIEL CASTRO ABRUZZI	021.216.610-77	BOCHA	1º	Coletivo	Principal
648	42371/2014	DANIELE CORREA DE OLIVEIRA	050.583.679-39	FUTSAL PARA SURDOS	1º	Coletivo	Principal
649	42669/2014	DAVID FREITAS SORES	034.627.005-70	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
650	42302/2014	DIANA SAZANO DE SOUZA KYOSEN	050.780.429-54	FUTSAL PARA SURDOS	1º	Coletivo	Principal
651	43047/2014	DIEGO HENRIQUE DINIZ MIRANDA	007.577.241-83	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
652	42930/2014	GAETANO DOMENICO RITO	095.941.377-46	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
653	42736/2014	IROZINA RAUEN VANELLI	060.754.899-16	FUTSAL PARA SURDOS	1º	Coletivo	Principal
654	43021/2014	JOATHAN VICTOR PAULINO DE MORAIS	049.339.519-93	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
655	42794/2014	JOSE PEDRO MIGLIORETTO	656.302.030-53	BOCHA	1º	Coletivo	Principal
656	42362/2014	JOSIANE MARIA POLESKI	043.040.589-83	FUTSAL PARA SURDOS	1º	Coletivo	Principal
657	42782/2014	JULIANO PEREIRA PASTURIZA	968.038.350-49	ORIENTACAO	1º	Coletivo	Principal
658	42359/2014	LAELEN CASSIA MACHADO BRIZOLA	093.846.459-07	FUTSAL PARA SURDOS	1º	Coletivo	Principal
659	42939/2014	Lana Cristina Diniz Miranda	720.869.801-59	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
660	42964/2014	LARA GEOVANA DE CARVALHO NEVES	029.349.861-01	FUTSAL PARA SURDOS	1º	Coletivo	Principal
661	42693/2014	LEANDRO DA SILVA OLIVEIRA	054.587.367-37	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
662	43077/2014	LIVIA CAROLINE PEREIRA BEBIANO	373.631.648-86	FUTSAL PARA SURDOS	1º	Coletivo	Principal
663	42452/2014	LUIZ FELIPE PEREIRA BRAGA	135.335.247-10	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
664	42227/2014	LUIZ HENRIQUE TOIGO DE OLIVEIRA	086.284.719-28	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
665	42776/2014	MANIELE GLEIZE ARAUJO PINTO	955.862.615-53	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
666	42797/2014	MARCIO ANDRE DA SILVA LIMA	050.427.534-86	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
667	42269/2014	MARCO ANTONIO NALIN	008.740.090-14	BOCHA	1º	Coletivo	Principal
668	43053/2014	MICHELE BARBOSA MAGALHAES	908.161.294-87	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
669	42528/2014	PATRICIA LESSA DE FREITAS	093.791.847-43	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
670	42933/2014	RODRIGO LEITE VASCONCELOS	090.730.667-51	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
671	42307/2014	ROMARIO EMANUEL SILVA DE MELO	111.831.804-89	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
672	43136/2014	Ronaldo Andre Castelo dos Santos de Almeida	097.149.837-70	ORIENTACAO	1º	Coletivo	Principal
673	42579/2014	SIDNALDO FARIAS SOUSA	982.508.762-53	ORIENTACAO	1º	Coletivo	Principal
674	42768/2014	SONIA DE CONTI KAMCHEN	946.929.470-04	ORIENTACAO	1º	Coletivo	Principal
675	42829/2014	STEFANY KREBS	042.614.810-06	FUTSAL PARA SURDOS	1º	Coletivo	Principal
676	42470/2014	TAISSA ALONSO BARROS	094.676.397-69	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
677	42295/2014	THIAGO SILVA DE MELO	080.229.894-01	FUTEVOLEI	1º	Coletivo	Principal
678	42645/2014	TIAGO JORLAN RAUGUST	011.466.890-63	BOCHA	1º	Coletivo	Principal
679	43044/2014	VALDECIR GARCIA	027.039.939-94	BOCHA	1º	Coletivo	Principal
680	42737/2014	VALDEREZ SPOLTI	024.173.449-55	BOCHA	1º	Coletivo	Principal
681	42928/2014	ALEXANDRE DANTAS OLIVEIRA	072.185.844-97	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
682	42666/2014	ANDREA DA SILVA MARTINS	010.925.950-58	ORIENTACAO	2º	Coletivo	Principal
683	42578/2014	ANDRESSA ESSY STRIBE	019.346.200-17	ORIENTACAO	2º	Coletivo	Principal
684	42967/2014	BARBARA OLIVEIRA DE SOUZA	053.018.557-19	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
685	42936/2014	BRUNO SILVA TRAVEZANI	084.249.577-09	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
686	42678/2014	DENISLANE MATOS CANDEIAS	114.373.577-33	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
687	43055/2014	DIOGO CHAVES DANTAS BOMFIM	809.765.575-68	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
688	42672/2014	GILBERT LUIS GOMES LEAL	024.824.337-38	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
689	43239/2014	HEBER LEITE PERRONE	987.037.142-68	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
690	43023/2014	ILSO TADEU DE SOUZA DORNELLES	172.056.620-87	BOCHA	2º	Coletivo	Principal
691	42422/2014	IRONIR ALBERTO EV	963.680.470-20	ORIENTACAO	2º	Coletivo	Principal
692	42462/2014	ISAEL MAROLI DE ALMEIDA	031.454.837-81	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
693	42963/2014	MIRIELLE CRISTINA GOMIDE PORFIRIO	049.891.976-58	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
694	43098/2014	NEI LUIZ CENCI	018.814.909-04	BOCHA	2º	Coletivo	Principal
695	42519/2014	ODACIR FERNANDES	489.579.410-53	ORIENTACAO	2º	Coletivo	Principal
696	42250/2014	RAFAEL HENRIQUE KOVALSKI	010.129.769-63	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
697	42780/2014	RARIANE MARTINELLI DA SILVA	110.875.027-30	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
698	43099/2014	RAYANA MEIRELES SERVARE	141.977.087-00	FUTEVOLEI	2º	Coletivo	Principal
699	42756/2014	VANDERLEI JOSE BORTOLI	760.495.580-00	ORIENTACAO	2º	Coletivo	Principal
700	42206/2014	WILMA BARBOSA DE SOUZA	031.591.924-82	ORIENTACAO	2º	Coletivo	Principal
701	42370/2014	ANDERSON WESLEY OLIVEIRA DOS SANTOS	033.537.243-03	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
702	42697/2014	BENJAMIN PEREIRA DA SILVA	002.318.637-21	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
703	42543/2014	CESAR TOMAZ COUTINHO SEGISMUNDO ESTEVES	098.444.427-02	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
704	42752/2014	DIEGO BROCK SZCSEPANIAK	004.321.790-70	BOCHA	3º	Coletivo	Principal
705	42908/2014	GUILHERME RESSEL FLORES	009.402.600-93	ORIENTACAO	3º	Coletivo	Principal
706	42760/2014	GUSTAVO BOITO VENDRAMIN	027.270.740-69	BOCHA	3º	Coletivo	Principal
707	42774/2014	JEAN CARLOS RAMOS DE OLIVEIRA	762.514.030-04	ORIENTACAO	3º	Coletivo	Principal
708	43123/2014	JEAN CARLOS SCHRODER	008.357.870-60	ORIENTACAO	3º	Coletivo	Principal
709	42430/2014	Juscelino Alencar Karnikowski	912.773.880-91	ORIENTACAO	3º	Coletivo	Principal
710	42763/2014	LUIS SARTORI	392.507.760-04	BOCHA	3º	Coletivo	Principal
711	42758/2014	MAICO MASSIGNAN	811.954.000-04	BOCHA	3º	Coletivo	Principal
712	42755/2014	RAFAEL DA SILVA DE MEDEIROS	997.074.110-15	BOCHA	3º	Coletivo	Principal
713	42537/2014	SIDNEY RIBEIRO SOUTO	081.231.187-67	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
714	43184/2014	VENICIUS RIBEIRO MARIANI FAMBRE	036.261.427-01	BEACH SOCCER	3º	Coletivo	Principal
715	42667/2014	BRUNA SCHMITT	039.244.140-33	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
716	42922/2014	CAROLINE COSTA SUFFERT	041.618.700-51	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
717	42635/2014	DARCY LICHENER VENEROSO NETO	030.500.040-37	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
718	42535/2014	FELIPE AUGUSTO MOGK DA SILVA	090.008.249-66	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
719	42451/2014	FERNANDO SANTOS TEDESCO	069.122.099-98	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
720	43194/2014	GABRIELA MARIA PLACHA CHEQUIM	051.285.039-92	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
721	42796/2014	IGOR HENRIQUE SOARES E SILVA	085.489.529-97	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
722	42447/2014	Isabella Moccelin Lucchin	854.719.920-91	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
723	42649/2014	JOAO VITOR ORENGO GUIEL	040.460.970-86	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
724	42867/2014	LUAN MATHEUS TEILO DE FREITAS	094.761.609-85	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
725	42868/2014	LUCAS AURELIO TEILO DE FREITAS	094.743.089-00	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
726	43038/2014	LUCAS EDUARDO BARBA	096.406.299-28	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
727	42605/2014	LUIZA PETRY HECK	036.796.560-76	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
728	42526/2014	MATEUS DE ANDRADE KUNTZLER	016.073.030-94	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
729	42875/2014	PAULA MARTINS CACOLA	100.338.469-28	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
730	42464/2014	RAFAELA SANTOS TEDESCO	069.122.059-09	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
731	42864/2014	TAIANE SPOLADOR PEREIRA	092.204.309-40	PUNHOBOL	1º	Coletivo	Intermediária
732	43163/2014	LUIS DARWIN DE SIQUEIRA CHILES	021.954.570-74	ORIENTACAO	2º	Coletivo	Intermediária
733	42923/2014	WELLINGTON PEREIRA PASTURIZA	032.936.440-58	ORIENTACAO	2º	Coletivo	Iniciante
734	42286/2014	AUGUSTO AFFONSO NETO	109.891.686-70	ORIENTACAO	3º	Coletivo	Iniciante

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 662, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/07/2014 e 04/11/2014, e na reunião extraordinária realizada em 22/10/2014.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 24 de outubro de 2013, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/07/2014 e 04/11/2014, e na reunião extraordinária realizada em 22/10/2014.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002648/2014-15
Proponente: AVEBESP - Associação dos Veteranos de Basquete do Estado de São Paulo
Título: Projeto GIBI - Escolas Estaduais (SP) - Ano II
Registro: 02SP011502007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 03.915.511/0001-21
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 2.740.211,70
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6810 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8015-2
Período de Captação até: 31/12/2015

ANEXO II

1- Processo: 58701.005297/2012-24
Proponente: Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo
Título: Volta da USP
Valor aprovado para captação: R$ 200.109,33
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1897 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 9587-7
Período de Captação até: 31/12/2015
2- Processo: 58701.002556/2011-84
Proponente: Fundação Educacional Comunitária Formiguense
Título: Futuro Atleta, Futuro Cidadão
Valor aprovado para captação: R$ 462.233,97
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0212 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 39345-2
Período de Captação até: 30/06/2015

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 1.629, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 548ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de novembro de 2014, considerando o disposto no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do Processo nº 02501.000087/2010-80, resolveu:

Art. 1º Alterar o §8º do Artigo 1º e o §1º do Artigo 6º da Resolução nº 84 de 02 de abril de 2012, emitida pela Agência Nacional de Águas - ANA, e publicada no Diário Oficial da União em 10 de abril de 2012, Seção I, fl. 56, que passam a ter a seguinte redação:

Art.1º.....
[...]
§8° Deverá ser removida 70,07% da cobertura florestal na área a ser inundada devido à formação do reservatório, conforme orientações estabelecidas na Autorização de Supressão de Vegetação da Área do Reservatório (PT N° 8243/CAIA/SUIMIS/2014), emitida pela SEMA- MT;

Art.6º.....
[...]
§1° A vazão mínima remanescente, a jusante da barragem, durante o período de enchimento, deverá ser de 192 m^3/s;

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

RESOLUÇÃO Nº 1.630, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 61, inciso XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 348, de 20 de agosto de 2007, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 548ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de novembro de 2010, com fundamentos no art. 12, inciso V da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, tendo em vista o que consta no Processo nº 02501.000190/2009-96, e

considerando os dispositivos do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, celebrado em 11 de Março de 1991 e do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação, celebrado em 06 de Maio de 1997, resolve:

Art. 1º Outorgar aos usuários listados na Tabela I, anexa a esta Resolução, doravante denominados Outorgados, o direito de uso de recursos hídricos para captação de água no rio Quaraí, nos municípios de Quaraí, Uruguaiana e Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul.

§ 1º Os trinta e três Outorgados listados na Tabela I deverão:

I - reduzir os volumes captados e o número de horas de captação diária nos períodos hidrológicos críticos, de acordo com o nível d'água na estação fluviométrica de Quaraí, código nº 77500000, conforme a tabela abaixo:

Faixa de nível d'água na estação fluviométrica Quaraí	Faixa de vazões características	Regra de redução de volumes
Acima de 50cm	Acima da Q_{79}	Atendimento total às demandas
Entre 38 e 50cm	Entre a Q_{86} e a Q_{79}	Redução de 45%
Entre 22 e 38 cm	Entre a Q_{91} e a Q_{86}	Redução de 70 %
Abaixo de 22 cm	Abaixo da Q_{91}	Interrupção das captações

II - respeitar os regimes de captação de água definidos nas Tabelas I-A, I-B, I-C, e I-D; e III - acompanhar o nível d'água do rio Quaraí no sítio ANA na Internet, que disponibiliza os dados da estação fluviométrica de Quaraí em tempo real, de forma a adequar seu consumo de água à regra estabelecida;

Parágrafo único. A operação das captações de água poderão ser ajustadas, caso necessário, desde que não sejam ultrapassados os volumes máximos mensais outorgados e que sejam respeitados os limites estabelecidos nas Tabelas I-A, I-B, I-C e I-D.

Art. 2º As características técnicas dos usos de recursos hídricos dos empreendimentos constantes desta Resolução estão disponíveis nos endereços eletrônicos http://cnarh.ana.gov.br e http://www2.ana.gov.br/outourga.

Art 3º os interessados constantes desta Resolução deverão cumprir, naquilo que lhes couber, o disposto na Resolução nº 833, de 05 de dezembro de 2011.

Art. 4º Todos os Outorgados deverão observar o esquema de escalonamento de implantação da cultura, de modo a atingir, no mínimo, 50% da área em irrigação até o final do mês de outubro.

Art. 5º As outorgas, objeto desta Resolução, vigorarão pelo prazo de 10 anos, a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Resolução de outorga, bem como as Tabelas I-A, I-B, I-C e I-D estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

VICENTE ANDREU

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 1.628, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 548ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de novembro de 2014, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu outorgar ao:

Município de Conceição de Ipanema, por intermédio da Prefeitura do Município de Conceição de Ipanema, rio José Pedro, Município de Conceição de Ipanema/Minas Gerais, esgotamento sanitário.

O inteiro teor da Resolução de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 432, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre novos prazos e procedimentos para operacionalização e execução das emendas individuais de que trata o art. 52 da LDO/2014.

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, DA FAZENDA, Interino, CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO E CHEFE DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições previstas no art. 87, incisos I e II da Constituição, com fundamento no art. 18 do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, no Decreto nº 6.207, de 18 de setembro de 2007, e tendo em vista o disposto no art. 52 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, resolvem:

Art. 1º Ficam estabelecidos novos prazos e procedimentos para operacionalização e execução das programações orçamentárias relativas a emendas individuais de que trata o art. 52 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 - LDO/2014, nos seguintes termos:

I - os proponentes deverão enviar suas propostas e os planos de trabalho no sistema de transferência de recursos utilizado até 21 de novembro de 2014, bem como os demais documentos necessários à celebração do convênio ou contrato de repasse, caso ainda não os tenham enviados;

II - os órgãos e entidades da Administração Pública Federal deverão analisar as propostas apresentadas, com plano de trabalho e demais documentos, sob o aspecto técnico e jurídico, até 27 de novembro de 2014, concluindo pela sua aprovação, reprovação ou necessidade de complementação;

III - quando solicitada a complementação da proposta ou plano de trabalho, os proponentes deverão realizar os ajustes e encaminhar aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal até 01 de dezembro de 2014, para reanálise; e

IV - os órgãos e entidades da Administração Pública Federal deverão reanalisar as propostas e respectivos planos de trabalho até 04 de dezembro de 2014.

§ 1º O descumprimento dos prazos de que tratam os incisos I e III do caput acarretará inviabilidade operacional e implicará na impossibilidade de execução da emenda individual objeto da proposta.

§ 2º A SRI/PR, como coordenadora do processo e responsável pela articulação com o Congresso Nacional, informará os parlamentares sobre a situação atual das emendas ainda não empenhadas e solicitará aos respectivos autores das emendas individuais para que diligenciem junto aos proponentes e aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal para procederem aos ajustes necessários para a viabilização da proposta e realização do empenho, inclusive indicação de beneficiários de suas emendas, se for o caso, antes do prazo de que o inciso I do caput deste artigo.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal deverão concluir a análise de todas as propostas e planos de trabalho apresentados, decidindo pela sua aprovação ou reprovação até 04 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. O prazo do caput deve ser observado para todas as emendas individuais, inclusive para as de execução direta e para as propostas apresentadas antes da vigência desta Portaria.

Art. 3º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, após o prazo de que trata o art. 2º, deverão realizar o registro no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, até 05 de dezembro de 2014, de todas as programações orçamentárias relativas a emendas individuais que possuem impedimento de ordem técnica, conforme definido no art. 2º da Portaria Interministerial nº 40, de 06 de fevereiro de 2014, que impossibilita sua execução, com as seguintes informações:

I - a classificação orçamentária da despesa, com toda a especificação constante da Lei Orçamentária de 2014;

II - o número da emenda;

III - o nome do autor da emenda;

IV - o valor da emenda;

V - o impedimento de ordem técnica, parcial ou total; e

VI - a identificação da(s) proposta(s) com impedimento, objeto da emenda individual, e sua justificativa.

§ 1º Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal - SPOF poderão, a seu critério, determinar que as informações de que trata o caput serão incluídas no SIOP pelas suas respectivas UOs, fixando-lhes prazos e condições para cumprimento.

§ 2º O registro estabelecido no caput deve ser realizado dentro do prazo para todas as emendas individuais, inclusive para aquelas de execução direta e para as propostas apresentadas antes da vigência desta Portaria.

Art. 4º A SRI/PR, após os órgãos e entidades da Administração Pública Federal realizarem o registro no SIOP das programações orçamentárias que ainda possuem impedimentos de ordem técnica, deverá consolidar as informações referentes às emendas individuais até 10 de dezembro de 2014, e comunicar aos parlamentares.

Art. 5º A SRI/PR realizará a coordenação e o acompanhamento do cumprimento dos procedimentos descritos nesta Portaria, promovendo inclusive o controle do atendimento dos respectivos prazos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal e as comunicações devidas aos interessados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

ARNO AUGUSTIN
Ministro de Estado da Fazenda
Interino

JORGE HAGE SOBRINHO
Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

RICARDO BERZOINI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 429, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea f, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o processo nº 04967.003207/2014-82, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Município de Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro, do imóvel de propriedade da União classificado como próprio nacional, com área de 10.439.761,525m², registrado sob a Matrícula nº 881, Livro nº 2, do Cartório do Ofício Único daquela Comarca.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º se destina à regularização fundiária na área do donatário.

Art. 3º É fixado o prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de assinatura do respectivo contrato, para que o donatário conclua a titulação dos beneficiários finais de baixa renda, ocupantes dos imóveis inseridos na área de que trata a presente destinação.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput é prorrogável por iguais e sucessivos períodos a partir da análise de conveniência e oportunidade administrativa pela Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 4º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente decorrentes do contrato de doação e da legislação pertinente.

Art. 6º A doação tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito do donatário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade assumida, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

PORTARIA Nº 430, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I e §§ 1º a 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b" e "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o Processo nº 04977.004252/2005-44, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Município de Votuporanga, Estado de São Paulo, de imóvel de propriedade da União, originário do antigo Instituto Brasileiro do Café - IBC, com área de 49.687,93m² e benfeitorias de 10.486,93m², localizado na Rua Thomaz Paes da Cunha Filho, 1078, nas proximidades do Bairro São João, naquele Município, registrado sob a Matrícula nº 30.079, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos daquela Comarca, inscrito sob o RIP nº 7245.00011.500-3.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à manutenção de atividades voltadas ao desenvolvimento econômico e social e de projeto de provisão habitacional.

§ 1º Além do encargo previsto no caput, o donatário deverá adotar providências para desmembrar as áreas de uso institucional daquela a ser destinada à provisão habitacional.

§ 2º Quanto à área destinada à provisão habitacional, o Município deverá doá-la à Caixa Econômica Federal - CAIXA, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, ou destinar diretamente aos beneficiários, cerca de 60 famílias de baixa renda, caso execute o empreendimento fora daquele Programa.

Art. 3º O donatário disporá do prazo de 1 (um) ano para dar início ao projeto de urbanização e construção das residências e de 3 (três) anos para sua conclusão, contados da data de assinatura do contrato.

Parágrafo único. No caso do projeto habitacional se desenvolver fora do Programa Minha Casa Minha Vida, o donatário disporá de 4 (quatro) anos, contados da data de assinatura do contrato, para concluir a titulação das famílias beneficiárias do projeto.

Art. 4º Os encargos de que trata o artigo 2º serão permanentes e resolutivos, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista, ou se ocorrer inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais.

Art. 5º A doação a que se refere o art. 1º não exime o interessado de obter todas as licenças, outorgas, autorizações e alvarás necessários ao empreendimento, bem como de observar rigorosamente a legislação aplicável, dentro do prazo estipulado no art. 3º.

Art. 6º O donatário fica obrigado a efetuar o regular pagamento das prestações do parcelamento deferido junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em virtude da ocupação ilícita, sob pena de reversão do imóvel doado, sem direito a quaisquer tipos de indenizações, ainda que por benfeitorias construídas.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 23, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - DEST, tendo em vista a autorização constante no art. 38, § 1º, inciso II, alínea "a" da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, e considerando a necessidade de adequação do identificador de resultado primário, de modo a discriminar, no Orçamento de Investimento para 2014, a identificação em ação abrangida pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, o identificador de resultado primário, aprovado pela Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, da ação orçamentária "26.781.2017.7H34 - Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP)", da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO FRANCISCO BARELLA

ANEXOS

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil
UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	Aviação Civil							1.000.000
		Projetos							
26 781	2017 7H34	Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP)							1.000.000
26 781	2017 7H34 0035	Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP) - No Estado de São Paulo							1.000.000
			I	4-INV	3	90	0	495	1.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									1.000.000

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil
UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	Aviação Civil							1.000.000
		Projetos							
26 781	2017 7H34	Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP)							1.000.000
26 781	2017 7H34 0035	Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP) - No Estado de São Paulo							1.000.000
			I	4-INV	2	90	0	495	1.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									1.000.000

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.744, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, os modelos de certidões de registro sindical expedidas pela Secretaria de Relações do Trabalho.

§ 1º A certidão de que trata o Anexo I será disponibilizada eletronicamente no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 2º Nas hipóteses de requerimento da entidade sindical ou de concessão do registro a certidão a que se refere o Anexo II será expedida em papel cartão.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 2003, de 19 de agosto de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

ANEXO I

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
CERTIDÃO
Código de Validação: XXXX-XXXX-XXXX-XXXX

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 17 do Anexo I, do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004 e o disposto na Portaria nº _____, de ___/___/___, certifica para fins de direito, que consta no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, o registro sindical referente ao Processo de n.º(à Carta Sindical assentada no)_____, do(a) _____, inscrição no CNPJ nº_____, para representar a(s) categoria(s)_____, na(s) base(s) territorial(is) _____, com abrangência _____. Certifica, ainda, que se encontra informada junto ao CNES a seguinte diretoria com mandato válido até___/___/___.

MEMBROS DIRIGENTES
NOME - FUNÇÃO
_____ - _____
_____ - _____

Brasília, ____/____/____.
Certidão gerada eletronicamente em __/___/___ às ___:___:___
Secretaria de Relações do Trabalho
A verificação da autenticidade desta Certidão poderá ser feita por meio do código XXXX-XXXX-XXXX-XXXX, no endereço < http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/validarcertidao> Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ANEXO II

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
CERTIDÃO

O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 17 do Anexo I, do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004 e o disposto na Portaria nº _____, de ___/___/___, certifica para fins de direito, que consta no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, o registro sindical referente ao Processo de nº (à carta Sindical assentada no) _____, do(a) _____, inscrição no CNPJ nº_____, para representar a(s) categoria (s) _____, na(s) base(s) territorial(is)_____, com abrangência _____. Certifica, ainda, que se encontra informada junto ao CNES a seguinte diretoria com mandato válido até___/___/___.

MEMBROS DIRIGENTES
NOME - FUNÇÃO
_____ - _____
_____ - _____

Eu,_____Coordenador-Geral de Registro Sindical, a conferi.
Brasília, ____/____/____.
Certifico.
SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DO TRABALHO
Dou fé.
MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.748, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar estudos para fomentar o diálogo setorial acerca do tema "contratação de aprendizes em setores cujas atividades sejam consideradas perigosas e/ou insalubres".

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho - GT com o objetivo de realizar estudos para fomentar o diálogo setorial com foco na inserção social e formação profissional de aprendizes em atividades consideradas insalubres e/ou perigosas.

Parágrafo único. O GT deverá utilizar como base de referência para a identificação das atividades a que se refere este artigo, as informações da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e outros bancos de dados disponíveis no âmbito do MTE, observando a estruturação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE/IBGE e a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

Art. 2º O GT será composto por:

I - um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

a) representante da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (Departamento de Políticas de Juventude SPPE/DPJ);

b) representante da Secretaria de Inspeção do Trabalho (Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho SIT/DSST e Departamento de Fiscalização do Trabalho SIT/DEFIT);

c) representante da Secretaria de Relações do Trabalho - SRT;

d) representante da Fundação Jorge Duprat de Segurança e Saúde no Trabalho - Fundacentro.

II - três representantes, titulares e suplentes, da bancada de empregadores a serem indicados pelas Confederações.

III - três representante, titulares e suplentes, da bancada dos trabalhadores a serem indicados pelas Centrais Sindicais.

§1º A Coordenação do GT ficará a cargo do representante titular do Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude e a suplência será indicada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho.

§2º A bancada de empregadores e dos trabalhadores deverão indicar seus representantes em até dez dias a partir da publicação desta Portaria ao Secretário Executivo do Ministerio do Trabalho e Emprego.

§3º O MTE poderá convidar representantes de outros órgãos e instituições para participarem das reuniões do GT.

Art.3º O prazo para instalação do Grupo de Trabalho será de trinta dias e os trabalhos deverão ser concluídos em até cento e vinte dias após a sua instalação.

Art.4º Ao final dos trabalhos será elaborado relatório conclusivo cujas recomendações do GT serão submetidas à apreciação do Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP, instituído pela Portaria MTE nº 983, de 26 de novembro de 2008.

Art.5º A busca pelo consenso será objeto dos debates do GT sendo consignadas em relatório eventuais posições contrárias.

Art.6º A participação no GT será considerada prestação de serviço relevante, não remunerada.

Art.7º O GT a que se refere esta portaria substitui o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 1.311 de 21.08.2014.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação oficial.

MANOEL DIAS

DESPACHOS DO MINISTRO

Processo nº 47774.000133/2014-01

Acolho a manifestação da Consultoria Jurídica, consubstanciada no PARECER Nº 626/2014/CONJUR-MTE/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO Nº 1180/2014/CONJUR-MTE/CGU/AGU, integrando a este ato as conclusões naquele exaradas, e, com fundamento no que consta no Processo nº 47774.000133/2014-01, decido:

INDEFERIR o Recurso Administrativo apresentado pela empresa ALPHA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, e, em consequência, manter as penalidades de multa e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar com toda a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, que lhes foram aplicadas por descumprimento dos termos e condições firmados no Contrato Administrativo SRTE/MG nº 18/2012, com fundamento no art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com o consequente arquivamento dos autos.

Determinar a restituição dos autos à citada Unidade Descentralizada, a fim de que adote as providências necessárias com vistas ao registro, nos cadastros pertinentes, das penalidades ora confirmadas, sem prejuízo das medidas relativas à cobrança dos valores correspondentes às multas fixadas.

REFERÊNCIA: Processo nº 47909.000919/2014-47 (Apenso ao Processo Administrativo Disciplinar nº 46010.001534/2006-39)

Acolho a manifestação da Consultoria Jurídica, consubstanciada no PARECER Nº 667/2014/CONJUR-MTE/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO Nº 1237/2014/CONJUR-MTE/CGU/AGU, e, com fundamento no que consta nos processos em epígrafe, decido:

Art. 1º Conhecer o Recurso Administrativo apresentado pelo ex-servidor SEBASTIÃO ALVES DA SILVA como Pedido de Reconsideração para, no mérito, indeferi-lo, em face da ausência de argumentos que contraditem as razões da punição imposta.

Art. 2º Determinar a remessa dos autos à Corregedoria desta Pasta, para conhecimento e adoção das providências de sua competência, inclusive ciência do ex-servidor.

MANOEL DIAS

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Tendo em vista a DETERMINAÇÃO JUDICIAL proferida nos autos do Processo Judicial n.º 46500-79.2012.5.21.0007, referente à Ação Civil Pública tramitada perante a 7ª Vara do Trabalho de Natal/RN, do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região; com supedâneo na Portaria Ministerial n.º 326/2013 e na Nota Técnica n.º 371/2014/AIP/SRT/MTE, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, determina a ANULAÇÃO do Ato Administrativo publicado no DOU n.º 142, Seção 1, pág. 86, de 28/07/2014, cumulada à CONTINUIDADE dos trâmites processuais ADMINISTRATIVOS, referentes aos Pedidos de Registros Sindicais, postulados pelo Sindforte-RN - Sindicato dos trabalhadores em transporte de valores do Rio Grande do Norte, CNPJ n.º 13.311.175/0001-61, nos autos do Processo Administrativo n.º 46217.001558/2012-10; e pelo SINDSEGUR - SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS VIGILANTES DO RIO GRANDE DO NORTE, CNPJ: 14.008.958/0001-33, nos autos do Processo Administrativo n.º 46217.005112/2011-83, em trâmite perante este Órgão.

Em 11 de novembro de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o Representante Legal do Sindicato dos Empregados em Postos de Combustíveis dos Municípios de Uberlândia e Região, CNPJ 08.177.543/0001-90, Processo de Registro Sindical n.º 46000.020334/2005-13, do inteiro teor do Ofício n.º 1.082/2014/CGRS/SRT/TEM, encaminhado à entidade em 26/08/2014, informando acerca da necessidade de realização de nova AGE de Ratificação, nos moldes do art. 19 c/c art. 41 da Portaria 326/2013, bem como o envio de toda a documentação referente a Atualização Cadastral da entidade. O Ofício referido restou devolvido, conforme se verifica no Aviso de Recebimento n.º AR358727458DG (fl. 2.095), pelo seguinte motivo: mudou-se. Cumpre-nos esclarecer que cabe obrigatoriamente ao administrado comunicar à Administração Pública sobre a atualização do endereço e, diante do exposto, informamos à entidade o prazo de 30 (trinta) dias para envio da documentação expressa no Ofício citado, bem como a atualização dos dados cadastrais no Sistema de Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, sob pena de INDEFERIMENTO do pedido de registro sindical, conforme determina o artigo 25, parágrafo único, da Portaria n.º 326/2013. Desta forma, torno pública a notificação para conhecimento.

Em 12 de novembro de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão judicial exarada no processo n.º 0000337-46.2014.5.10.0017, em trâmite perante a 17ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1449/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a impugnação 46000.005042/2014-41, com fundamento na Ratificação do pedido de registro, conforme art. 19 da Portaria 326/2013, e, por conseguinte, DEFERIR o Registro Sindical ao SINPROFAR-RG - Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Município de Rio Grande/RS, CNPJ 17.257.901/0001-66, Processo 46218.016516/2012-73, para representar a Categoria profissional dos trabalhadores da categoria regulamentada pela Lei 6224/75 que são: propagandistas, propagandistas vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos no município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 25, inciso III, da Portaria 326/2013. Para fins de atualização do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, resolve EXCLUIR da base territorial do Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Sul - RS, CNPJ 92.958.974/0001-09, Carta Sindical L047 P087 A1967, o município Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, conforme determina o art. 30 da Portaria 326, de 11 de março de 2013. O sindicato anotado no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES deverá encaminhar, dentro do prazo de 60 dias, o Estatuto Social contendo a representação devidamente atualizada, sob pena de suspensão do seu registro sindical conforme o disposto no art. 33 da Portaria 326/2013.

Em cumprimento à decisão judicial prolatada nos Autos do processo n.° 0001195-04.2014.5.10.0009, da 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que determinou a esta Secretaria a conclusão do processo no prazo de 60 dias, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos arts. 26, I e 27, I, da Portaria n.º 326, republicada em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR/INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto nos arts. 26 e 27 da Portaria n.º 326/2013:

Processo	47998.004451/2013-27
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Empregados em Drogarias de Medicamentos em Geral do Estado de São Paulo - SINTRAFARMASP
CNPJ	17.614.525/0001-10
Fundamento	NT 1448/2014/CGRS/SRT/MTE

Em 13 de novembro de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica os Senhores representantes legais das entidades sindicais abaixo relacionadas, do inteiro teor dos Ofícios encaminhados às entidades, os quais restaram devolvidos, conforme Aviso de Recebimento, que terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentarem a documentação solicitada, sob pena de INDEFERIMENTO do pedido de registro sindical, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326, de 11 de março de 2013.

N.º DO PROCESSO	CNPJ	ENTIDADE	OFÍCIO
46206.000894/2012-74	36.863.090/0001-91	Sindicato dos Empregados no Comércio da Região do Entorno do Distrito Federal- SINTRACOM	Ofício nº 1238/2014/CGRS/SRT/MTE
46211.003334/2012-01	21.700.612/0001-67	Sindicato dos Vendedores de Jornais e Revistas do Estado de Minas Gerais	Ofício nº 821/2014/APOIO/CGRS/SRT/MTE
46202.021067/2011-73	14.490.316/0001-13	Sindicato das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança do Estado do Amazonas-SIESE-AM	Ofício nº 1243/2014/CGRS/SRT/MTE
46000.004690/2003-28	05.565.358/0001-85	Sindicato dos Empregadores de Salão de Beleza e Estética do Estado de Pernambuco	Ofício nº 1145/2014/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica os Senhores representantes legais das entidades sindicais abaixo relacionadas, do inteiro teor dos Ofícios encaminhados às entidades, os quais restaram devolvidos, conforme Aviso de Recebimento, que terão o prazo de 20 (vinte) dias para apresentarem a documentação solicitada, sob pena de ARQUIVAMENTO do pedido de registro sindical, nos termos do art. 12 da Portaria 326 de 11 de março de 2013.

N.º DO PROCESSO	CNPJ	ENTIDADE	OFÍCIO
46262.003708/2010-12	12.334.675/0001-56	Sind. das Emp. de Auto Moto Esc. e Centro de Form. de Cond. A&B dos Mun. de Santo André...-SINDAMEC	Ofício nº 1097/2014/CGRS/SRT/MTE
46211.007241/2011-66	97.526.604/0001-08	SINDHOSP-TC- O Sindicato Patronal dos Hospitais e Clínicas de Saúde de Três Corações Minas Gerais	Ofício nº 465/CGRS/SRT/MTE
46311.001813/2010-94	12.086.486/0001-01	SINTEEPAM-Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Público de Amarante do Maranhão	Ofício nº 448/CGRS/SRT/MTE
46204.005240/2009-51	10.828.718/0001-24	Sindicato dos Bancários e Financiários de Juazeiro e Região	Ofício nº 804/CGRS/SRT/MTE
46200.003150/2011-81	09.203.351/0001-74	Sindicato dos Guias de Turismo do Acre-SINGTUR-AC	Ofício nº 680/CGRS/SRT/MTE

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

PORTARIA Nº 115, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art.5º da Portaria nº 3.118, de 03 de abril de 1989, baseado nas inspeções realizadas no estabelecimento PRATI DONADUZZI & CIA LDTA - CNPJ nº 73.856.593/0001-66, resolve:

CANCELAR a autorização concedida pela Portaria nº 5, de 23 de janeiro de 2013, publicada no DOU nº 25 de 5 de fevereiro de 2013, Seção 1, página 88, para o trabalho em domingos, feriados civis e religiosos. A empregadora em questão foi autuada em ação fiscal por desrespeito a normas de proteção do trabalho no que se refere à jornada e intervalo para repouso ou alimentação. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

NEIVO BERALDIN

Ministério dos Transportes

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA N° 259, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º da Portaria nº 228, de 11 de outubro de 2007 e as alterações posteriores, e;

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº. 268, de 13 de dezembro de 2012, do Ministro de Estado dos Transportes;

Considerando o despacho da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, resolve:

Art. 1º Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Distrito Federal para o exercício 2014 - 2ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º Revogar o Anexo VII da Portaria nº. 154, de 17 de Junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de Junho de 2014, seção 1, página 54.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANIVALDO VALE

ANEXO

Unidade da Federação: DISTRITO FEDERAL

Processo nº: 50000. 042748/2013-81

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2014 - 2ª Alteração

Programa de Trabalho contendo as alterações propostas pelo Estado, recebidas em 29 de outubro de 2014.

Relação de Empreendimentos

A - Programa de restauração de rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. DF-290	Entroncamento BR-060 - Km 25,1 (início do trecho duplicado)	6.985.526
02. DF-345	Divisa GO/DF - Entroncamento DF- 230	3.000.774
03. DF-440	Km 7,2 ao Km 21,1 (lote 01 e 02)	1.181.460
Total do programa		11.167.760

Cronograma Financeiro

(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	*Trimestre*				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de restauração de rodovias	0	0	8.989.300	2.181.460	11.167.760
Total da Unidade da Federação	0	0	10.605.465	562.295	11.167.760

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 222, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50535.003957/2014-51, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia Engenheiro Vasco Filho, BR-324/BA, por meio de travessia no km 620+370m, em Salvador/BA, de interesse da Vivo S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de cabos de fibra óptica, a Vivo deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Vivo não poderá iniciar a implantação da rede de cabos de fibra óptica objeto desta Portaria antes de assinar, com a ViaBahia, o Contrato de Permissão Especial de Uso referente às obrigações especificadas e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A ViaBahia deverá encaminhar, à Unidade Regional da Bahia - URBA, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Vivo assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de cabos de fibra óptica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Vivo deverá concluir a obra de implantação da rede de cabos de fibra óptica no prazo de 14 (quatorze) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Vivo verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de cabos de fibra óptica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à ViaBahia sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à ViaBahia acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de cabos de fibra óptica.

Art. 8º A Vivo deverá apresentar, à URBA e à ViaBahia, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de cabos de fibra óptica por meio de travessia autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 1.375,63 (um mil, trezentos e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Vivo abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 213, de 03.11.2014, publicada no DOU Nº 214, de 05.11.2014, Seção 1, pág. 62 onde se lê: "90 (noventa) dias", leia-se: "330 (trezentos e trinta) dias".

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 600, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.060684/2014-40, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da empresa Viação Garcia Ltda., para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Maringá (PR) - Bauru (SP), prefixo 09-1420-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MUÑOZ LOPES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 601, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentado no Processo nº 50500.085692/2014-07, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da Viação Santa Cruz Ltda. para redução de freqüência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Pirassununga (SP) - Poços de Caldas (MG), prefixo 08-0584-00, para 1 (um) horário semanal, por sentido, todos os meses do ano.

Art. 2º Determinar à autorizatária sob regime especial de operação que comunique aos usuários do serviço acerca da redução da frequência mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MUÑOZ LOPES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 105, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 158/2010, alterada pela Deliberação nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.128955/2014-71, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação do Projeto de Interesse de Terceiros - PIT abaixo relacionado, com impacto na malha ferroviária concedida, conforme o extrato do contrato e com base na análise do respectivo processo.

Parágrafo único: Esta autorização não dispensa o solicitante ou a Concessionária da emissão de licenças, dispensas e certificações que se fizerem necessárias, no que couber e, conforme sua responsabilidade, junto aos respectivos órgãos competentes nas esferas municipal, estadual ou federal.

América Latina Logística Malha Paulista S.A. - ALLMP

Processo: 50500.128955/2014-71

Nota Técnica: 178/GPFER/SUFER/2014

Projeto: PIT - Implantação de travessia inferior de água no km 88+749m, no município de Americana/SP.

Interessado: Evonik Degussa Brasil Ltda.

Concessionária: América Latina Logística Malha Paulista S.A. - ALLMP

Contrato n°: 108/NN/GRIP/13

Tipo de Contrato: Oneroso

Valor da parcela anual: 500,00

Tipo de reajuste: Anual

Alíquota sobre a Receita líquida de atividade autorizada: 10%

Início: Após a autorização da ANTT

Final: Coincidente com a vigência do Contrato de Concessão

Art. 2º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia dos aditivos, se houver, formalizado com o terceiro interessado, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 110, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com fulcro no Decreto nº 4.130/2002, Anexo I, art. 4º, § 1º; na Deliberação DG/ANTT nº 158/2010, art. 1º, inc. IV, alterada pela Deliberação nº 38, de 22/02/2013; no Contrato de Arrendamento nº 047/98, Cláusula Quarta, item XII; no Contrato de Concessão, Cláusula Nona, Subcláusula 9.1, item X; bem como no Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a ANTT, em 20/07/2009, Cláusula Terceira, item 3.12; e no que consta no Processo Administrativo ANTT nº 50500.009487/2014-37, resolve:

Art. 1º Autorizar a substituição de 57 (cinquenta e sete) vagões arrendados, integrantes do Contrato de Arrendamento nº 047/98, por outros 36 (trinta e seis) vagões de propriedade da ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A. (ALLMP).

Art. 2º A substituição se efetivará mediante celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 047/98 pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, ANTT e ALLMP promovendo a desincorporação de 57 (cinquenta e sete) vagões até então arrendados, relacionados no Anexo A desta Portaria e, simultaneamente, a incorporação de 36 (trinta e seis) vagões de propriedade da ALLMP, relacionados no Anexo B desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

ANEXO A

RELAÇÃO DE VAGÕES SUBSTITUÍDOS

ITEM	SÉRIE	VAGÃO Nº
1	FSC	301255-7
2	FSC	301802-4
3	FSC	302210-2
4	FSC	302257-9
5	FSC	302308-7
6	FSC	302322-2
7	FSC	302487-3
8	FSC	302498-9
9	FSC	302542-0
10	FSC	303005-9
11	FSC	303052-1
12	FSC	303058-0
13	FSC	303065-2
14	FSC	303102-1
15	FSC	303115-2
16	FSC	303168-3
17	FSC	303205-1
18	FSC	303237-0
19	FSC	303279-5
20	FSC	303290-6
21	FEC	303419-4
22	FSC	303884-0
23	FHC	303959-5
24	FSC	304228-6
25	FSC	304313-4
26	FHC	304333-9
27	FHD	304760-1
28	FHD	305466-7
29	FHD	305630-9
30	FLD	309701-3
31	FLD	309723-4
32	FLD	309758-7
33	PHC	331311-5
34	PHC	331414-6
35	PHC	331515-1
36	PHC	331581-9
37	PHC	331605-0
38	PHC	331606-8
39	PHC	331610-6
40	PHC	331804-4
41	PHC	331821-4
42	PHC	331915-6
43	PHC	331923-7
44	PHC	331952-1
45	PHC	331955-5
46	PHC	332028-6
47	PHC	332087-1
48	PHC	332088-0
49	PHC	332104-5
50	PHC	332117-7
51	PEC	332263-7
52	PHC	332283-1
53	GND	343007-3
54	GND	343076-6
55	FSC	343355-2
56	FNB	354071-5
57	PEC	369105-5

ANEXO B

RELAÇÃO DE VAGÕES SUBSTITUÍDOS

ITEM	SÉRIE	VAGÃO Nº
1	HFE	715979-0
2	HFE	715988-9
3	HFE	716035-6
4	HFE	716036-4
5	HFE	716038-1
6	HFE	716039-9
7	HFE	716040-2
8	HFE	716042-9
9	HFE	716047-0
10	HFE	716053-4
11	HFE	716072-1
12	HFE	716079-8
13	HFE	716082-8
14	HFE	716089-5
15	HFE	716108-5
16	HFE	716115-8
17	HFE	716357-6
18	HFE	716369-0
19	HFE	716370-3
20	HFE	716371-1
21	HFE	716373-8
22	HFE	716375-4
23	HFE	716379-7
24	HFE	716386-0
25	HFE	716388-6
26	HFE	716391-6
27	HFE	716395-9
28	HFE	716397-5
29	HFE	716400-9
30	HFE	716404-1
31	HFE	716406-8
32	HFE	716407-6
33	HFE	716408-4
34	HFE	716412-2
35	HFE	716414-9
36	HFE	716416-5

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 1.797, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, com base no artigo 21, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 5.765, de 27 de Abril de 2006, publicada no D.O.U. de 28/04/2006, e de acordo com o Art. 124, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de Janeiro de 2007, publicado no D.O.U. de 26/02/2007 e, Portaria n.º 1.444/2014 da Diretoria Colegiada, de 1.º de setembro de 2014, publicada no D.O.U. de 02 de setembro de 2014 resolve:

Art. 1º - CRIAR o Escritório de Gerenciamento da BR-381/MG - EG-BR-381/MG com as seguintes atribuições:

I) Planejar, organizar, supervisionar e controlar os estudos, o desenvolvimento e a execução dos projetos e das obras de infraestrutura de transportes referentes à Rodovia BR-381/MG, seguido as boas práticas de gerenciamento de projetos preconizadas pelo PMI (Project Management Institute);

II) Transmitir orientações e acompanhar a implementação das ações afetas ao empreendimento da Rodovia BR-381/MG;

III) Articular-se com os demais setores da Autarquia envolvidos na execução do empreendimento da Rodovia BR-381/MG;

IV) Zelar pelo cumprimento das metas estabelecidas para o empreendimento da Rodovia BR-381/MG, adotando todos os procedimentos necessários ao alcance dessa finalidade junto aos setores da Autarquia e aos órgãos externos;

V) Administrar entrada e saída de documentos e processos relativos ao empreendimento da Rodovia BR-381/MG;

VI) Manter a Diretoria Executiva e a Diretoria Geral da Autarquia informadas sobre o andamento do empreendimento da Rodovia BR-381/MG;

VII) Elaborar relatórios de acompanhamento da execução das ações que direta ou indiretamente tenham influência na execução e no andamento dos cronogramas físico-financeiros de todos os contratos referentes ao empreendimento sob sua responsabilidade;

a. Os relatórios deverão conter informações suficientes que permitam a tomada de decisões, pela Direção Geral, no que se refere a possíveis atrasos na conclusão das metas estabelecidas para empreendimento da Rodovia BR-381/MG;

VII) Elaborar relatório final, referente ao empreendimento da Rodovia BR-381/MG, promovendo o encerramento do projeto e documentando as lições aprendidas;

IX) Criar e manter atualizada a estrutura de repositório para armazenamento de todos os documentos relativos ao empreendimento da Rodovia BR-381/MG;

X) Definir as Regras, Procedimentos, Processos de Gerenciamento de Projetos e Indicadores, além de todos os artefatos necessários ao planejamento e acompanhamento das atividades do empreendimento da Rodovia BR-381/MG;

Art. 2º - DETERMINAR que todos os setores da Autarquia e Superintendências Regionais deverão prover, ao Escritório de Gerenciamento da BR-381/MG - EG-BR-381/MG, todas as informações disponíveis para o cumprimento das atribuições estabelecidas nesta Portaria.

Art. 3º - Subordinar o Escritório de Gerenciamento da BR-381/MG - EG-BR-381/MG diretamente à DIRETORIA EXECUTIVA-DIREX/DNIT.

Art. 4º - DESIGNAR a Gerente de Projeto KAROLINE BRASILEIRO QUIRINO LEMOS - matrícula SIAPE 173913-3, para exercer a função de chefia do Escritório de Gerenciamento da BR-381/MG - EG-BR-381/MG.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 137, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede e cancela, ad referendum, prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - CDFMM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º do Decreto nº 5.269, de 10 de dezembro de 2004, resolve, ad referendum:

Art. 1º Dar publicidade ao CANCELAMENTO por decurso do prazo, previsto no caput do art. 8º da Portaria GM nº 253, de 12 de março de 2009, à prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, concedida ao postulante e respectivo projeto, aprovada na 23ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, conforme disposto na Resolução CDFMM nº 128, de 31/10/2013, publicada em 04/11/2013:

ESTALEIRO KEPPEL SINGMARINE BRASIL LTDA., modernização e ampliação do Estaleiro Keppel Singmarine Brasil, localizado em Navegantes - SC, item I do artigo 1º, processo nº 50000.030056/2013-90.

Art. 2º - CONCEDER prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, à empresa brasileira e respectivo projeto, abaixo relacionado, pelo prazo de 120 dias contados a partir da publicação desta Resolução:

ESTALEIRO KEPPEL SINGMARINE BRASIL LTDA., modernização e ampliação do Estaleiro Keppel Singmarine Brasil, localizado em Navegantes - SC, com valor total do projeto de R$ 99.068.559,99 (noventa e nove milhões, sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos), que corresponde a US$ 48.541.604,19 (quarenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e um mil, seiscentos e quatro dólares norte americanos e dezenove centavos), com data-base de 16/01/2013, processo nº. 50000.030056/2013-90.

ANIVALDO VALE

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 204, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso I do art. 130-A, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Os prazos processuais, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, ficarão suspensos de 20 de dezembro de 2014 a 6 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 205, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Institui o Sistema de Transporte Ecológico do Conselho Nacional do Ministério Público - Ecotransporte, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições contidas no art. 130-A, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, e no art. 12, inciso XIV, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público - RICNMP), resolve:

Art. 1º Instituir o Sistema de Transporte Ecológico - Ecotransporte no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

Art. 2° O Ecotransporte é destinado ao uso exclusivo de servidores e estagiários em serviço no CNMP.

§ 1º Mediante autorização especial emitida pelo Secretário-Geral do CNMP, o Ecotransporte poderá ser utilizado por usuários não enquadrados no caput deste artigo.

§ 2º Para utilização do Ecotransporte, o usuário deverá apresentar identificação funcional ou a autorização de utilização emitida pelo Secretário-Geral do CNMP.

Art. 3º O Ecotransporte destina-se ao deslocamento dos usuários previstos no art. 2º no percurso entre a Rodoviária do Plano Piloto e a sede do CNMP e vice-versa.

Art. 4º O Ecotransporte será implementado utilizando veículos integrantes da frota do CNMP ou de terceiros, neste caso, contratados conforme procedimentos específicos previstos em lei.

Parágrafo único. A condução dos veículos será realizada por empresa contratada, que observará a legislação de regência sobre transporte de pessoas, responsabilizando-se por eventuais danos causados aos usuários ou a terceiros.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 5º Em razão da implementação do Ecotransporte, não será concedido aos servidores e estagiários o auxílio-transporte referente ao percurso servido pelo referido Sistema.

Parágrafo único. Os servidores e estagiários que recebem auxílio-transporte deverão realizar novo cadastramento junto à Coordenadoria de Gestão de Pessoas para percepção do benefício, no prazo de 15 (quinze) dias após a implantação do Ecotransporte, sob pena de suspensão do seu pagamento.

Art. 6° Compete à Coordenadoria de Transportes - COTRAN planejar e coordenar a operacionalização do Ecotransporte, devendo:

I - formular as escalas de transporte e promover sua divulgação interna; e

II - elaborar relatório mensal em que conste, no mínimo, o número de deslocamentos realizados, o número de usuários por deslocamento e eventuais ocorrências.

Art. 7° São vedados:

I - a alteração do itinerário preestabelecido pela COTRAN, salvo por motivo de caso fortuito ou força maior;

II - a saída em horários não programados para o Ecotransporte; e

III - o transporte de passageiro em pé.

Art. 8º Fica proibida a utilização do Ecotransporte:

I - em atividade de caráter particular;

II - no transporte de familiares; e

III - no transporte de pessoas não previstas no art. 2º desta Portaria.

Art. 8º A utilização do Ecotransporte está limitada aos horários e à capacidade de lotação previamente definidos e divulgados.

Parágrafo único. O esgotamento da capacidade do Ecotransporte ou sua indisponibilidade não exime os usuários do regular cumprimento da jornada de trabalho.

Art. 9º As informações sobre o serviço de Ecotransporte ficarão disponíveis na intranet do CNMP.

Art. 10. Cabe ao Secretário-Geral do CNMP resolver os casos omissos e dirimir as dúvidas suscitadas na aplicação desta Portaria.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PLENÁRIO

DECISÕES DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

PROCESSO: PP Nº 0.00.000.001253/2014-12
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: ANA LÚCIA DA SILVA FARIA GOMES
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

(...)

Ante o exposto, constato a regularidade da atuação ministerial, evidenciando-se a manifesta improcedência da pretensão do requerente, bem como sua incompatibilidade com o Enunciado nº 06 deste Conselho Nacional, de modo que determino o arquivamento do presente Pedido de Providências nº 0.00.000.001253/2014-12, com fundamento no art. 43, inciso IX, alíneas "b" e "d", do RICNMP

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro-Relator

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001326/2014-68
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
RECORRENTE: ROBERTO FREITAS GARCIA
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

(...) Ante o exposto, confirmando a decisão proferida em sede de liminar, não vejo como prosperar o pleito formulado neste feito, razão pela qual decido pela perda do objeto do Recurso Interno interposto às fls. 41/54 dos autos e determino o arquivamento deste PCA nº 0.00.000.001326/2014-68 em razão de sua manifesta improcedência, com fundamento no art. 43, inc. IX, alínea "b", do RICNMP.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro-Relator

DESPACHO DO CONSELHEIRO-RELATOR
Em 13 de novembro de 2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 0.00.000.001281/2014-21
RELATOR: Conselheiro Leonardo de Farias Duarte
REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí

DESPACHO

Designo o dia 19 de novembro de 2014, a partir às 16h, para oitiva da testemunha Antônio Lopes de Oliveira, tendo em vista os fundamentos expostos à fl. 203, e mantenho o dia 20 de novembro de 2014, às 10h, para o interrogatório da processada.

Intimem-se a testemunha, bem como a acusada e o seu defensor (este mediante publicação no DOU).

Publique-se.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria PG nº 616, de 2/10/2014, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 193, de 7/10/2014, onde se lê:

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
Nº de Funções	DENOMINAÇÃO	Código CC/FC	Nº de Funções	DENOMINAÇÃO	Código CC/FC
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO/RO			PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO/RO		
	.....			.....	
ASSESSORIA JURÍDICA DO PROCURADOR-CHEFE			2.0 ASSESSORIA JURÍDICA DO PROCURADOR-CHEFE		
1	Chefe	CC 03	1	Assessor-Chefe	CC 03
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO PROCURADOR-CHEFE			3.0 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO PROCURADOR-CHEFE		
1	Responsável	CC 02	1	Assessor- Chefe	CC 02
	ASSESSORIA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E PERÍCIA DO PROCURADOR-CHEFE		4.0 ASSESSORIA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E PERÍCIA DO PROCURADOR-CHEFE		
1	Chefe	CC 04	1	Assessor- Chefe	CC 03
	GABINETES DE PROCURADORES		5.0 GABINETES DE PROCURADORES		
3	Assessor Jurídico	CC 02	3	Assessor Jurídico	CC 02
DIRETORIA REGIONAL			6.0 DIRETORIA REGIONAL		
	.....			.....	
	SEÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
1	Chefe	FC 02		Chefe	FC 02
	.....			.....	
	DIVISÃO PROCESSUAL			6.4 SECRETARIA DA COORDENADORIA DE 1º GRAU	
1	Diretor	FC 02	1	Chefe	FC 02
	SEÇÃO PROCESSUAL			6.5 SECRETARIA DA COORDENADORIA DE 2º GRAU	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
				6.6 DIVISÃO ADMINISTRATIVA	
1	Função de confiança	FC 03	1	Chefe	FC 03
	SEÇÃO DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS			6.6.1 SEÇÃO DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	SEÇÃO DE PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO E TRANSPORTE			6.6.2 SEÇÃO DE PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO E TRANSPORTE	
1	Função de confiança	FC 02	1	Chefe	FC 02
	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E GESTÃO DE CONTRATOS			6.6.3 EÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E GESTÃO DE CONTRATOS	
1	Chefe	FC 01	1	Chefe	FC 02
				6.6.4 SETOR DE PROTOCOLO	
			1	Chefe	S/ Função
	.....			.....	

Leia-se:

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
Nº de Funções	DENOMINAÇÃO	Código CC/FC	Nº de Funções	DENOMINAÇÃO	Código CC/FC
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO/RO			PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO/RO		
	.....			.....	
ASSESSORIA JURÍDICA DO PROCURADOR-CHEFE			2.0 ASSESSORIA JURÍDICA DO PROCURADOR-CHEFE		
1	Assessor-Chefe	CC 03	1	Assessor-Chefe	CC 03
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO PROCURADOR-CHEFE			3.0 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO PROCURADOR-CHEFE		
1	Assessor-Chefe	CC 02	1	Assessor- Chefe	CC 02
	ASSESSORIA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E PERÍCIA DO PROCURADOR-CHEFE		4.0 ASSESSORIA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E PERÍCIA DO PROCURADOR-CHEFE		
1	Assessor-Chefe	CC 04	1	Assessor- Chefe	CC 03
	GABINETES DE PROCURADORES		5.0 GABINETES DE PROCURADORES		
3	Assessor Jurídico	CC 02	3	Assessor Jurídico	CC 02
DIRETORIA REGIONAL			6.0 DIRETORIA REGIONAL		
	.....			.....	
	SEÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			DIVISÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	
1	Chefe	FC 02		Chefe	FC 02
	.....			.....	
	SECRETARIA DA COORDENADORIA DE 1º GRAU			6.4 SECRETARIA DA COORDENADORIA DE 1º GRAU	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	SECRETARIA DA COORDENADORIA DE 2º GRAU			6.5 SECRETARIA DA COORDENADORIA DE 2º GRAU	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	DIVISÃO ADMINISTRATIVA			6.6 DIVISÃO ADMINISTRATIVA	
1	Chefe	FC 03	1	Chefe	FC 03
	SEÇÃO DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS			6.6.1 SEÇÃO DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	SEÇÃO DE PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO E TRANSPORTE			6.6.2 SEÇÃO DE PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO E TRANSPORTE	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E GESTÃO DE CONTRATOS			6.6.3 EÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E GESTÃO DE CONTRATOS	
1	Chefe	FC 01	1	Chefe	FC 02
				6.6.4 SETOR DE PROTOCOLO	
			1	Chefe	S/ Função
	.....			.....	

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 243, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, por intermédio da Procuradora do Trabalho que subscreve este ato, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o teor dos fatos relatados no(a) Procedimento Preparatório nº 000259.2014.01.006/3 - 602, autuado(a) com a finalidade de apurar irregularidades quanto ao(s) seguinte(s) objeto(s): Temas: 01.01.07. - Condições Sanitárias e de Conforto Nos Locais de Trabalho, 01.01.12. - Pcmso - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, 01.02.06. - Instalações elétricas,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

I- Instaurar o Inquérito Civil nº 000259.2014.01.006/3 - 602, em face de PADARIA NOVA ALAMEDA LTDA - EPP, CPF/CNPJ nº 11.219.449/0001-61;

II - Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, Erica Bonfante de Almeida Tessarollo, que poderá ser secretariada pela servidora Susana da Silveira Mulin .

ERICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSAROLLO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

PORTARIA Nº 160, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Determina a publicação de estatística

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a obrigatória publicação mensal dos mapas demonstrativos de movimento de processos, nos termos da Resolução nº 27, de 21/05/97, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho,

Determina a publicação, no Diário Oficial da União, dos Mapas de Produtividade e de Atuação Custos Legis de 1° Grau, anexos, referentes ao mês de Outubro de 2014.

ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA

ANEXOS

MAPAS DE PRODUTIVIDADE

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014
I - PRODUTIVIDADE

PROCURADOR	*SIT.*	*SALDO ANTERIOR*	*DISTRIB.*	*TOTAL*	*RESTITUÍDOS*		*SALDO ATUAL*				*SESSÕES*	*AUD. D.C.*	*PAREC. ORAL*
					NORMAL	*COTA*	*EXERC. ANT.*	*MESES ANT.*	*MÊS ATUAL*	*TOTAL*			
Antonio de Oliveira Lima	10	15	30	45	16	3	-	-	26	26	1	-	-
Carlos Leonardo Holanda Silva	11	-	1	1	-	-	-	-	1	1	4	-	-
Cláudio Alcântara Meireles	16	15	17	32	24	3	-	-	5	5	1	-	-
Evanna Soares	-	15	95	110	81	22	-	-	7	7	4	-	1
Francisco Gérson Marques de Lima	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Nicodemos Fabrício Maia	-	11	94	105	87	13	-	-	5	5	6	-	2
TOTAL	-	56	238	294	209	41	-	-	44	44	16	-	3

Situação (SIT): 10-Proc-Chefe 11-Proc-Chefe Substituto 14 - Férias

II - TRÂNSITO DE PROCESSOS COM O TRIBUNAL

RECEBIDOS	*REMETIDOS*	*DIFERENÇA ENTRE RECEBIDO/REMETIDO*
238	250	-12

III - PROCESSOS NA PROCURADORIA

AG. DISTRIB.	*AG. EMISSÃO DE PARECER*	*AG. REMESSA*	*TOTAL EXIST.*
-	44	-	44

IV - OBSERVAÇÕES:

ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA:
1 e 2/10 - XXVII Reunião Nacional da COORDINFÂNCIA, em Brasília;
3/10 - Reunião com o Dr Francisco José Pontes Ibiapina, Superintendente Regional do Trabalho no Estado do Ceará;
3/10 - Entrevista concedida à Rádio Tribuna Band News sobre os Indices do Trabalho Infantil no Estado do Ceará, de acordo com o PNAD 2013;
6/10 - Reunião com a Des. Federal do Trabalho REGINA GLAUCIA CAVALCANTE NEPOMUCENO, Cogestora Regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil - PCTI;
8 e 9/10 - XXI Reunião Nacional da CONAP, em Salvador/BA;
9 e 10/10 - Seminário "Terceirização e Administração Pública", em Salvador/BA;
15/10 - Reunião com o Presidente do Egrégio TRT, Dr Tarcísio Guedes Lima Verde, e o Corregedor-Geral do MPT, Dr Manoel Orlando de Melo Goulart;
15/10 - Proferiu Palestra sobre a Inconsistência das Propostas de Redução da Maioridade Penal, por ocasião da Reunião de Nivelamento de Linguagem com Adolescentes, realizada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará - CEDCA - CE;
15/10 - Reunião do Colégio de Procuradores com o Corregedor-Geral do MPT, Dr Manoel Orlando de Melo Goulart.
16/10 - Reunião com o Superintendente Substituto da Polícia Rodoviária Federal, Insp. Gláudio Moura Júnior, sobre o descumprimento de Obrigações Trabalhistas por parte de empresa que lhe presta serviço de terceirização de Mão de Obra.
17/10 - Entrevista concedida ao Jornal O Povo sobre os Direitos Trabalhistas das Mulheres portadoras de Câncer de Mama.
20/10 - Reunião com a APDM/CE, para planejamento do 6º Seminário da Agenda Cearense de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - ACEPETI ;
21/10 - Entrevista concedida à Rádio O POVO CBN sobre o Trabalho Infantil no Lixão de Pacajus e as Operações de Resgate de Trabalhadores em Condições Análogas a de Escravo no Ceará;
21/10 - Reunião com as Empresas Enprol e Pollux, para tratar de assuntos referentes à Construção da nova Sede da Procuradoria;
22 e 23/10 - Participou como Docente no curso Sistema Unico de Assitência Social (SUAS) como instrumento imprescindível da Rede de Proteção no Combate ao Trabalho Infantil, na ESMPU, em Brasília/DF;
24/10 - Reunião com Engenheiro da empresa Enprol, para tratar de assunto referente à Construção da nova Sede da Procuradoria;
24/10 - Reunião com a Sra Maria Heurenice Moura de Souza, Representante da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, sobre a Agenda Intersetorial do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti;
24/10 - Entrevista concedida à Rádio Tribuna Band News sobre a Tramitação de uma Denúcia recebida na Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região;
28/10 - Reunião com Representantes do Fórum Lixo e Cidadania;
28/10 - Participação no Programa Questão de Ordem, da Tv Assembleia, debatendo sobre Trabalho Infantil;
30/10 - Reunião com o Dr. Victor Péricles, Juiz Diretor do Fórum de Juazeiro do Norte, juntamente com o Corregedor-Geral do MPT e a Coordenadora da PTM de Juazeiro do Norte, para tratar de assuntos pertinentes à PTM.
ANA VALÉRIA TARGINO DE VASCONCELOS:
4/8 a 2/10 - Licença-prêmio;
6/10 - Férias;
15/10 - Reunião do Colégio de Procuradores com o Corregedor-Geral do MPT, Dr Manoel Orlando de Melo Goulart.
16/10 - Reunião na sede da Procuradoria Geral de Justiça, com a participação do Ministério Público Estadual e da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego;
29/10 - Reunião com o CEREST e o Prefeito do Município de Ibiapina para tratar sobre adicional de insalubridade.
CARLOS LEONARDO HOLANDA SILVA:
1 a 3/10 - Designado para atuar junto à Procuradoria do Trabalho no Município de Juazeiro do Norte, conforme Portaria nº 139, de 23/09/2014;
7/10 - Reunião ordinária do COETRAE-CE (Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo);
8/10 - Entrevista concedida à Radio Universitária, sobre Trabalho Escravo;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10/10 - Diligência no Porto do Pecém;
15/10 - Reunião do Colégio de Procuradores com o Corregedor-Geral do MPT, Dr Manoel Orlando de Melo Goulart;
22/10 - Entrevista concedida à TV Metrópole, sobre Trabalho Escravo;
27/10 - Entrevistaconcedida à Rádio Dom Bosco sobre Trabalho Escravo;
29 e 30/10 - XXI Reunião Nacional da COORDIGUALDE, em Brasilia/DF.
CLÁUDIO ALCÂNTARA MEIRELES:
13 a 24/10 - Licença-prêmio.
FRANCISCA HELENA DUARTE CAMELO:
10/10 - Participou da inspeção no Porto do Pecém, juntamente com os Procuradores Francisco Gérson Marques de Lima e Carlos Leonardo Holanda Silva, e Engenheiro do Trabalho Marcos Vinicius Martins Maciel;
15/10 - Reunião do Colégio de Procuradores com o Corregedor-Geral do MPT, Dr Manoel Orlando de Melo Goulart.
FRANCISCO GÉRSON MARQUES DE LIMA:
1/10 - Reunião com o Presidente da Federação Nacional dos Securitários - FENESPIC;
1/10 - Reunião com o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, sobre estatuto padrão;
1/10 - Reunião com o Presidente da FEEESP;
8/10 - Proferir palestra no Encontro Jurídico da CsPB, sobre "Práticas antissindicais dos Gestores Públicos";
10/10 - Participou da inspeção no Porto do Pecém, juntamente com os Procuradores Francisca Helena Duarte Camelo e Carlos Leonardo Holanda Silva, e Engenheiro do Trabalho Marcos Vinicius Martins Maciel;
10/10 - Reunião com o Presidente do SINTERC-CE;
16 e 17/10 - Reunião Nacional da CONALIS, em Brasília/DF;
20/10 - Reunião com dirigente sindical do SINPOF;
30/10 - Proferiu palestra na V Jornada Jurídica da CNTQ - Confederação Nacional dos Trabalhadores de Química, sobre "Garantias dos Dirigentes Sindicais e Proteção em Face dos Atos Antissindicais", em Nova Iguaçu, RJ.
GEÓRGIA MARIA DA SILVEIRA ARAGÃO:
14/10 - Recebeu o Corregedor Geral do MPT, em visita à Procuradoria do Trabalho em Limoeiro do Norte, juntamente com o Procurador Dr. Nicodemos Fabricio Maia, e os acompanhou para conhecer à Vara do Trabalho do Município de Limoeiro do Norte;
15/10 - Reunião do Colégio de Procuradores com o Corregedor-Geral do MPT, Dr Manoel Orlando de Melo Goulart;
16/10 - Reunião, na sede da Procuradoria de Justiça em Fortaleza, com o Procurador Geral de Justiça, Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, a Procuradora do Trabalho, Dra. Ana Valeria Targino de Vasconcelos e o Auditor-fiscal do Trabalho, Sr. Sérgio Carvalho;
29/10 - Reunião para discussão de estratégias de atuação para enfrentamento das recorrentes ocorrências de registro de trabalho análogo a escravo na atividade de extração de palha de carnaúba no estado do Ceará. Local: SRTE/CE;
30/10 - Oficina sobre o Projeto Ação Integrada - Replicação no Estado do Ceará.
JULIANA SOMBRA PEIXOTO GARCIA:
5/9 a 2/10 - Licença - médica.
LORENA BRANDÃO LANDIM CAMAROTTI:
15/10 - Reunião do Colégio de Procuradores com o Corregedor-Geral do MPT, Dr Manoel Orlando de Melo Goulart.
MARIANA FÉRRER CARVALHO ROLIM:
1 a 3/10 - Férias.
NICODEMOS FABRÍCIO MAIA:
9/10 - Reunião com Polícia Federal para deliberar sobre condições de Segurança nas entregas de permissão de pesca;
14/10 - Acompanhar o corregedor do MPT em visita à PTM de Limoeiro e Vara do Trabalho;
15/10 - Reunião do Colégio de Procuradores com o Corregedor-Geral do MPT, Dr Manoel Orlando de Melo Goulart;
22/10 - Reunião com Advogado Ricardo Valente, sobre a multifuncionalidade prevista na Lei 12.815/2013.
RICARDO ARAUJO COZER:
7 a 13/10 - Licença prêmio.
Última distribuição ordinária de processos em 31/10/2014.

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014
I - ATUAÇÃO NO 1º GRAU (CUSTOS LEGIS)

PROCURADOR	SIT.	SALDO ANT.	DISTRIB.	TOTAL	RESTITUÍDOS		SALDO ATUAL				AUD.	INTERV.	DIV.
					NORMAL	COTA	EXERC. ANT.	MESES ANT.	MÊS ATUAL	TOTAL			
Antonio de Oliveira Lima	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ana Valéria Targino De Vasconcelos	14/16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Leonardo Holanda Silva	11	-	3	3	1	-	-	-	2	2	-	1	-
Francisca Helena Duarte Camelo	-	5	1	6	1	5	-	-	-	-	1	1	-
Francisco Gérson Marques de Lima	-	3	6	9	4	4	-	-	1	1	1	7	-
Francisco José Parente Vasconcelos Júnior	-	2	-	2	-	1	-	1	-	1	1	-	-
Geórgia Maria da Silveira Aragão	-	-	2	2	1	-	-	-	1	1	-	1	-
Juliana Sombra Peixoto Garcia	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lorena Brandão Landim Camarotti	-	6	3	9	5	4	-	-	-	-	2	4	-
Mariana Férrer Carvalho Rolim	14	4	2	6	4	-	-	-	2	2	1	4	-
Ricardo Araújo Cozer	16	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-
TOTAL	-	20	18	38	17	14	-	1	6	7	6	19	-

Situação(SIT): 10-Proc-Chefe 11-Proc- Chefe Substituto 14-Férias 15 - Licença Médica 16 - Licença-Prêmio
II - TRÂNSITO DE PROCESSOS COM AS VARAS

RECEBIDOS	REMETIDOS	DIFERENÇA ENTRE RECEBIDO/REMETIDO
18	31	-13

III - PROCESSOS NA PROCURADORIA

AG. DISTRIB.	AG. EMISSÃO DE PARECER	AG. REMESSA	TOTAL EXIST.
-	7	1	8

IV - OBSERVAÇÕES:
Todos os processos em poder da Procuradora do Trabalho Dra. Lorena Brandão Landim Camarotti foram restituídos. No entanto, o sistema não computou a devolução da ACP 0001229-11.2011.5.07.0027 como "Manifestação/Pedido de Diligência", realizada em 07/10/2014. A aludida restituição foi acrescentada no presente mapa, gerando diferença na quantidade de processos do quadro gerado pelo MPT DIGITAL, especificamente nas colunas "Restituídos/normal", "Remetidos" e "Diferença entre Recebido e Remetido".

Fortaleza, 7 de novembro de 2014.
LAUREDÍSIA CARVALHO RIBEIRO PASSOS
Chefe da Secretaria da Coordenadoria de 2º Grau

ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA
Procurador-Chefe

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 214ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2014

Aos 14 dias do mês de outubro de 2014, às 10h40, na Sala de Reuniões do Conselho Superior do MPM, sob a presidência do Doutor Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar, presentes os Conselheiros Mário Sérgio Marques Soares, Roberto Coutinho, Edmar Jorge de Almeida, Péricles Aurélio Lima de Queiroz, Alexandre Concesi, Arilma Cunha da Silva, José Garcia de Freitas Junior, Hermínia Célia Raymundo, Anete Vasconcelos de Borborema, Maria de Nazaré Guimarães de Moraes e Giovanni Rattacaso. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Carlos Frederico de Oliveira Pereira. Primeira Parte - Expediente: Aprovação da Ata da 213ª Sessão Ordinária: Aprovada à unanimidade. Inicialmente o Sr. Presidente abordou o tema referente aos critérios estabelecidos na Portaria nº 167/PGJM, que estabelece procedimentos transitórios acerca da gratificação por substituição com acumulação de ofícios aos membros do Ministério Público Militar, até a aprovação de resolução respectiva. A seguir, consultou os Conselheiros sobre a possibilidade da próxima sessão ordinária ser realizada no dia 12 de novembro de 2014, em virtude da relevância dos temas para discussão. A proposta foi aprovada. O Sr. Presidente solicitou aos Conselheiros que informem à secretaria, até o dia 6 de novembro próximo, os assuntos que devam constar na pauta. Segunda Parte - Ordem do Dia: 1) Proposta de criação do Colégio Nacional dos Conselhos Superiores dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. Após a análise da proposta, de iniciativa do Ministério Público de São Paulo, os Conselheiros deliberaram pela participação do Ministério Público Militar nas discussões preliminares sobre a criação desse colegiado. 2) Indicação de Membro Suplente para compor a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Retirado de pauta a pedido do relator. 3) Escolha do Corregedor-Geral do Ministério Público Militar e Suplentes, em virtude do término do mandato. Aprovada a recondução da Dra. Hermínia Célia Raymundo, Subprocuradora-Geral da Justiça Militar, para mandato de dois anos, a contar de 15 de novembro de 2014. 4) Relatório de Correição Ordinária realizada no 1º Ofício da Procuradoria de Justiça Militar do Rio de Janeiro. Relatório apresentado pela Corregedora-Geral do Ministério Público Militar, sem ressalvas dos Conselheiros.

A seguir, os Conselheiros referendaram, a autorização para o afastamento dos Membros do Ministério Público Militar, Dr. Giovanni Rattacaso, Subprocurador-Geral da Justiça Militar, Dra. Rejane Batista de Souza Barbosa, Procuradora da Justiça Militar, Dra. Maria da Graça Oliveira de Almeida, Promotora da Justiça Militar, Dr. Antonio Carlos Gomes Facuri, Promotor da Justiça Militar e Dra.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Helena Mercês Claret da Mota, Promotora da Justiça Militar, para comparecerem à 19ª Conferência Anual da International Association of Prosecutors, em Dubai, no período de 21 a 28 de novembro de 2014, em conformidade com as Portarias nº 157/PGJM, de 19 de setembro de 2014, e 168/PGJM, de 8 de outubro de 2014. As Conselheiras Hermínia Célia Raymundo e Maria de Nazaré Guimarães de Moraes declinaram do interesse em participar do evento. Ao final, os Conselheiros deliberaram, à unanimidade, pela autorização de um membro do Ministério Público Militar para cursar o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, no ano de 2015, obedecendo o critério de antiguidade, com ônus parcial.

Não havendo assuntos a serem deliberados, o Sr. Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e encerrou a sessão às 11h20.

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Presidente do Conselho

GABRIELA DANTAS TREZI DE ARAUJO
Secretária

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 43, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014
(Sessão Extraordinária)

Presidente: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes
Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 10 horas e 18 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário e registrou a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira; e do Procurador, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira.

Assinalou, também, a presença dos Ministros eméritos Carlos Átila Álvares da Silva e Ubiratan Aguiar, do Ministro-Substituto emérito Lincoln Magalhães da Rocha, do Subprocurador-Geral emérito Sebastião Baptista Affonso e do Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

A Presidência comunicou que a sessão extraordinária destinava-se à entrega do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União às personalidades escolhidas pelo Conselho do Grande-Colar no exercício de 2014: Arthur Ávila Cordeiro de Melo, Cleonice Berardinelli, Fábio de Salles Meirelles, João Ubaldo Ribeiro (*in memoriam)* e Lúcia Willadino Braga e à entrega, ao Ministro emérito Valmir Campelo, da Medalha de 50 Anos de Serviço Público.

Solicitou, então, que os Ministros Walton Alencar Rodrigues e Bruno Dantas acompanhassem os homenageados à Sala das Sessões.

Após a execução do Hino Nacional, o Cerimonial procedeu à leitura do Histórico do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União e o Secretário das Sessões fez a chamada das personalidades agraciadas para a entrega das comendas pelo Presidente do Tribunal e Chanceler da insígnia, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

A palavra foi então concedida, sucessivamente, ao Ministro José Múcio Monteiro, para falar em nome do Tribunal, e ao Dr. Fábio de Salles Meirelles, para discursar pelos homenageados (v. Anexo I).

A seguir passou-se a cerimônia de entrega da Medalha de 50 Anos de Serviço Público a Sua Excelência o Ministro Valmir Campelo, emérito desta Corte de Contas. O cerimonial procedeu à leitura do histórico da referida medalha, tendo a seguir o agraciado feito seu pronunciamento (v. Anexo I).

Ao fim, o Presidente teceu umas palavras acerca da solenidade (v. Anexo I), agradeceu a todos os presentes e, às 11horas e 57 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 12 de novembro de 2014.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

1ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 42 (ORDINÁRIA)
Sessão em 18 de novembro de 2014, às 15h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-000.983/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do pará
Interessados: Eduardo da Conceição Coelho e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-000.990/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Interessados: Jose Henrique Fontinele Pereira da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.125/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jacareacanga - PA
Responsáveis: Carlos Augusto Veiga e Eduardo Azevedo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.214/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Interessados: Hilda Duarte Batista de Faria e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.353/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz
Interessados: Eloiza Grativo Nunes e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.508/2007-5
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit
Responsáveis: Paulo Roberto Coelho de Godoy; Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (STE)
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-019.356/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
Interessado: Maria Helena de Miranda Lage Caetano
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.423/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
Interessados: Adaury Monteiro de Oliveira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.521/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Senado Federal
Interessados: Ademir Monteiro e Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.662/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes (vinculador)
Interessados: Antônia Maria Mendes e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.302/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
Interessados: Elizabeth Ramos dos Santos Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.476/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Interessados: Maria das Graças Pereira Orrico e Valdelice Alves Lins
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.789/2014-1
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Senado Federal
Representante: Plansul Planejamento e Consultoria Ltda.
Advogados constituídos nos autos: Joel de Menezes Niebuhr (OAB/SC 12.639) e outros.

TC-037.737/2012-0
Natureza: Prestação de Contas - Exercício 2011
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo
Responsáveis: Nilton José de Andrade e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-045.148/2012-0
Natureza: Prestação de Contas - Exercício de 2011
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Cardiologia
Responsáveis: Artur Roberto Couto e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-000.915/2006-1
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Andreza Lins Falcone Pontes e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.813/2014-9
Natureza: Representação
Representante: Associação Brasileira da Construção Metálica
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Advogados constituídos nos autos: Marcos Ezequiel de Moura Lima (OAB/MG 136.164) e outros

TC-009.216/2011-1
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da República no Município de Ji-Paraná/RO
Unidade: Superintendência Regional do Dnit nos Estados de Rondônia e Acre
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.390/2011-6
Natureza: Representação
Representante: Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Malhador/SE
Unidade: Prefeitura Municipal de Malhador/SE
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.532/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ana da Silva
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Rondônia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.800/2014-2
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Unidade: Prefeitura Municipal de Joca Claudino/PB
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.881/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antônio Pereira Rabêlo e outros
Unidade: Supremo Tribunal Federal
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.752/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alcina Gomes da Silva e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.083/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandre Nogueira de Castro Constantino e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.315/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Clarice Afonso Coutinho e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.411/2006-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Alda Fontes Lima de Castro
Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Acre
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.494/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Helia Maria do Nascimento
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-026.935/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Allisson Hugo dos Santos Mafra e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Roraima
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.189/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Edy Carneiro Asp
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.291/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cleliam Perotti Cantudo e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.293/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Carmen Lucia de Souza Bastos Belache e Sonia Marisa Giraldi Pinto
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.301/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Athais Meire Garcia Custodio e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.395/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Yvone Silva dos Santos
Unidade: Supremo Tribunal Federal - STF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.507/2014-2
Natureza: Representação
Representante: Controladoria-Geral da União
Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.089/2009-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Almerindo Gomes de Souza
Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.374/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Sandes Silva e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.945/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriela Fernanda dos Santos Castro e outros
Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.951/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Priscilla Valadares Leite e outros
Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-032.182/2013-9
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS)
Unidade: Prefeitura Municipal de Coronel Barros/RS
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro BRUNO DANTAS

TC-003.869/2003-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Apensos: TC-010.159/2013-4; TC-004.308/2014-0
Responsáveis: Antônio Xerxes O´dena Tavares e outros
Órgão/Entidade: Conselho Federal de Representantes Comerciais; Conselho Regional de Representantes Comerciais-RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.525/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Paulo Cezar Sander e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.371/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eleide da Silva Rodrigues e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.529/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Pedro Raiol da Costa
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.987/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Manoel Candido do Nascimento
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.988/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Justino de Matos
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.994/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sebastiao Pereira da Silva
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.008/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Elton da Silva
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.043/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Lucia Zamith David
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.198/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Honorato Braga e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.210/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Magno Pereira da Costa e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.212/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline de Sousa Loli e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.228/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Jose da Silva e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Integração Latino-americana
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.233/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vinicius Camargo Andrade
Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.266/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allen Lopes Petrini e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.267/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Auxiliadora Tireli Miranda e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.273/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Fernando Ebersol Menna e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.280/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Damasio Trani Gomes e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.284/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mario Alberto Miranda e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.290/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleyton Aquilino Souza da Rocha e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.293/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rosely Almeida Souza e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.295/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandro Pereira Ramos e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.296/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana de Sousa Lima e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.303/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Advania Elza da Silva e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.372/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Efigenia Ferreira e Ferreira e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.376/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Analice Franca Lima Amorim e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.381/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano do Nascimento Simões e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.453/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Lea Olinda Cury
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.530/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Suze Caixeta Marcovig
Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Machado - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.533/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arnaud Ramos da Silva e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.534/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Bernardo de Carvalho
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.537/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Lúcia Cavalcanti Moura de Melo e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.539/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Dulce Augusto Faria
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.547/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ediraci Guedes Barros da Silveira
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-026.550/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eteriano Castro da Conceiçao e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.553/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Maria Batista Correia Lima Raulino e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.578/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cecília Maria Brackmann e outros
Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.593/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adelia Machado de Alcântara e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.594/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Hiram Lima Magalhaes e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.595/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alene Gonzaga e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.602/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Bunick
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.606/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Lucia Bezerra da Silva
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.608/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elisabete Andrade Cabral e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.707/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cirene Sousa e Silva e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.725/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisca Veras Sá e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.730/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Manoel Americo de Assunção
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.732/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Fernandes de Oliveira
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.738/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Carlos Vieira Lopes
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.740/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eduardo de Assis Duarte e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.762/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Zulda Rocha Freitas
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.808/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Donata Rodriguês da Silva e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.814/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio Becker Junior e outros
Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.899/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Nelci de Fatima Medeiros Carvalho
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.902/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Benedito Francelino de Souza e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.913/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eliete Maria Souza da Cunha e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.955/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Catarina Fernandes Baptista e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.958/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio Cassemiro da Silva e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.959/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gilson André Dennys Correa Rosário e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.964/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Daniel Ferreira dos Santos e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.965/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Marta Maria Fernandes Santana e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.023/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Ulda de Oliveira Pereira
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.027/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Idalina Fernandes e outros
Órgão/Entidade: Instituto Benjamim Constant
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.031/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Huga Ferreira de Carvalho
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.041/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Emiko Yanagawa
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.052/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Vera Luz Ferrão Garcia
Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.053/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria da Conceição Clementino Nunes
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.059/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Vera Maria Rocha Figueiredo
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.105/2014-8
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.150/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Ligia Madureira Pina
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.215/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Dinah de Lourdes Bertoni de Sa e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.271/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eliane Cristina de Oliveira Quirino e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.346/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Odete Silva Martins
Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.347/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Jesuina Ferreira da Cruz
Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Salinas - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.354/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Elizabeth da Silva Castro e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.356/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Edelicia Siganski Reolon
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.360/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Zoê Italia Nozella Gil
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.412/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adauto Miranda Anunciação e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.414/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Alzira Bezerra Arruda
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.498/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maira Frigo Flores e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.504/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Tanandra Bernieri
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.506/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodrigo Elias de Souza
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.507/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dione Sousa Albuquerque de Lima e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-027.508/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mariana dos Santos Cezar
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.510/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisca Daniela Gonçalves Teixeira e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.513/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Elizete Santos Balbino
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.523/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Elpidio Rezende Vieira
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.536/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anna Paula Galvão Scheidegger e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.538/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Brenno Ramos Pereira
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.543/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Pereira dos Santos e outros
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.549/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fabricio Gonçalves de Jesus
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.550/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Carla de Araujo Caravassilakis e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.553/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Isabel Castro Bonow
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.556/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alcilene Dalilia de Sousa e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.562/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luis Costa Lopes da Silva e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.588/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carla Alessandra Haber Bastos e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.592/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jaqueline Luzia da Silva
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.633/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ademir Capistrano Pereira
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.637/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Eduardo Rondon
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.638/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Cleusa Aparecida Goncalves Pereira Zamparoni
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.643/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Esther Maxine Trew
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.645/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Frederico Guilherme de Moura Muller
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.646/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Guilherme Julio Muller Abreu Lima
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.650/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Carlos Barrozo
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.651/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Juarez Falcao de Barros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.653/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Manoel Francisco de Vasconcelos Motta
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.655/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Cristina de Figueiredo e Albuquerque
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.659/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Nelice de Souza Lotufo
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.660/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Nely Tocantins
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.662/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Roseney Bellato
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.663/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Talal Dib
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.666/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ulysses Ribeiro
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.667/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Valdir Barbaresco Filho
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.668/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Wilse Arena da Costa
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.670/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Orlinda Simal Izidoro de Souza
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.786/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Jurandir Pereira de Azevedo
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-006.647/2014-6
Natureza: Pedido de Reexame (em Aposentadoria).
Recorrente: Krystyna Matys Costa
Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
Advogado constituído nos autos: Rafael Campos de Oliveira (OAB/RS nº 71.145)

TC-010.628/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Ari Alfredo Costa (ex-prefeito)
Unidade: Prefeitura Municipal de Tavares/RS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.444/2012-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Anael Robson Ramos Farias (ex-prefeito)
Unidade: Prefeitura Municipal de Nova Módica/MG
Advogado constituído nos autos: não há

TC-012.582/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Conceição Deromar Castro Krusser (ex-prefeito) e Município de Encruzilhada do Sul/RS
Unidade: Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul/RS
Advogados constituídos nos autos: Marcelo Xavier de Abreu (OAB/DF 18811); André Luiz Kipper (OAB 52569) e outros

TC-022.659/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandre Augusto Fernandes Moreira; Carmem Maria Nene Soares; Cristina do Carmo Tinoco Mendes; Francisca Maria Alves Rodrigues; Ines Morais de Carvalho Queiroz; Luiz Carlos Fernandes Moreira; Maria Eduarda Barreto Nogueira; Maria de Fátima Moreira Fernandes; Polybio Fernandes Moreira; Raimundo da Cruz Costa; Valeria Paes Lima Fernandes
Unidade: Ministério da Fazenda
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.672/2013-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação das Comissões Organizadoras de Festivais de Música do RS e Tiago Henquer Cesarino
Unidade: Ministério da Cultura
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.713/2014-4
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Osvaldo Leo Ujikawa e Seiken Tasoko
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.841/2014-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelmo Rocha de Oliveira; Alda da Silva Pires; Jose Tavares Neto; Natália Rocha de Oliveira; Vitor Rocha de Oliveira
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro BRUNO DANTAS

TC-012.171/2003-5
Apensos: TC 008.186/2002-3, TC 008.089/2004-6, TC 015.481/2006-6
Natureza: Tomada de Contas Simplificada -
Exercício: 2002
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Cardiologia
Exercício: 2003
Responsáveis: Carlos Irineu de Macedo; Carlos Scherr; Clécio Maria Gouvêa; Francisco José de Carvalho; Gloria Aparecida Lemos de Souza; Hilda Maria Monteiro; Ildary Mesquita Machado; Jadiel Pires Nogueira da Silva; Jose Roberto dos Santos; José Vitor Pereira; Lucy Therezinha Castro; Luiracy de Castro Sylvestre de Queiroz; Luiz Henrique da Cunha Loyola; Marcia Gisele Santos da Costa; Predserv Manutenções e Serviços Ltda.; Regina Maria de Aquino Xavier; Regina Maria de Oliveira da Silva; Reynaldo F de Almeida Neto; Valdemar da Silva Fagundes; Volume Construcões e Participacões Ltda.
Interessado: Instituto Nacional de Cardiologia
Advogado constituído nos autos: Lincoln Magalhaes da Rocha, OAB nº 24089/DF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-013.380/2011-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Conde - PB
Responsáveis: Prefeitura Municipal de Conde - PB e Temístocles de Almeida Ribeiro
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Advogado constituído nos autos: Carlos Neves Dantas Freire OAB-PB nº 2666 e Maria do Carmo Marques Araújo, OAB-PB, nº 8767.

TC-024.254/2014-2
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
Interessado: Jaime Baião.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.436/2011-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Puxinanã/PB
Responsáveis: Lúcia de Fátima Aires Miranda; Orlando Dantas de Miranda; Prefeitura Municipal de Puxinanã/PB
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Advogado constituído nos autos: Newton Nobel Sobreira Vita, OAB/PB 10.204 (peças 14 e 18)

TC-029.469/2011-2
Natureza: Representação
Representante: Real Construções e Serviços Ltda.
Entidade: Prefeitura Municipal de Conceição/PB
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 13 de novembro de 2014.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da 1ª Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 42 (ORDINÁRIA)
Sessão em 18 de novembro de 2014, às 16h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-015.996/2003-1
Natureza: Embargos de declaração (TCE)
Embargante: Edeijavá Rodrigues Lira.
Entidade: Fundação Universitária de Brasília - Fubra.
Advogado constituído nos autos: Breno Luiz Moreira Braga de Figueiredo (OAB/DF 26.291).

TC-022.435/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Almir de Campos Alt; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Porto Alegre/RS - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.542/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Benedicto Edejamir Costa; e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.093/2014-5
Natureza: Pensão civil
Interessados: Alice Silva de Magalhaes; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Belo Horizonte/MG - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.310/2014-6
Natureza: Pensão civil
Interessados: Alda Bezerra Santos Freire; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Maceió/AL - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.463/2014-7
Natureza: Pensão civil
Interessados: Cleide Silva Azevedo; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em São Luís/MA - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.875/2014-3
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Gabriela Cristina Mafacioli Ehlers; e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.281/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Ramos; e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.293/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Dermival Souza de Carvalho
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.350/2014-9
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Jaqueline Cristina de Siqueira Junqueira; e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.353/2014-8
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Ariovaldo Ferreira Marques; e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.362/2014-7
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Adriana Souza de São Paulo; e outros Órgão/: Tribunal Superior do Trabalho
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.476/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Claudio Albino Tesheiner
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Caxias do Sul/RS - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.491/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Pereira de Barros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Petrolina/PE - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.506/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Isabel de Lira Herculani
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Presidente Prudente/SP - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.511/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ivanir Cesar dos Santos Junior; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Divinópolis/MG - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.588/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ruth Souza de Oliveira
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.590/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ademar Lindner de Oliveira; e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.631/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arlindo Seiki Nakasone; e outros
Entidade: Superintendência Estadual do Inss em Campo Grande/MS - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.646/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Hidal Tabatschnic
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Curitiba/PR - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.647/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Mauro de Alencastro Costa; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Goiânia/GO - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.719/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edival José Nunes; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Belo Horizonte/MG - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.792/2014-1
Natureza: Pensão civil
Interessado: Valter Pinto de Camargo
Órgão: Ministério da Previdência Social (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.821/2014-1
Natureza: Pensão civil
Interessado: Lorena Dickel Bernardo
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Ijuí/RS - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.824/2014-0
Natureza: Pensão civil
Interessados: Lucas Guerreiro Pedroso; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Londrina/PR - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.828/2014-6
Natureza: Pensão civil
Interessados: Marcio Roberto Soares Ferreira; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em João Pessoa/PB - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.854/2014-7
Natureza: Pensão civil
Interessados: Azanira Carvalho Araponga; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Salvador/BA - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.859/2014-9
Natureza: Pensão civil
Interessados: Cesar Augusto Leite; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Osasco/SP - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.864/2014-2
Natureza: Pensão civil
Interessados: Aricleia dos Santos Papeira; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss no Rio de Janeiro/Norte
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.865/2014-9
Natureza: Pensão civil
Interessado: Maurício Vieira Leroy
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Contagem/MG - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.039/2014-5
Natureza: Pensão civil
Interessados: Euridice Ferrer Pinto Martins; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em São Paulo/Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.164/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Cesar Roberto Amaral
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.258/2014-9
Natureza: Pensão civil
Interessado: Luis Scagnetti
Entidade: Ministério da Previdência Social (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.281/2014-0
Natureza: Pensão civil
Interessados: Cleomar Torres Figueiredo da Silva; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em João Pessoa/PB - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.285/2014-6
Natureza: Pensão civil
Interessado: Alice Especiosa da Silva
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Petrolina/PE - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.305/2014-7
Natureza: Pensão civil
Interessado: José Hitler Biancardi
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Presidente Prudente/SP - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.310/2014-0
Natureza: Pensão civil
Interessados: Aliomar Paixao Neves; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss no Rio de Janeiro/Norte
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.314/2014-6
Natureza: Pensão civil
Interessados: Almerinda de Oliveira; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss no Rio de Janeiro-Centro/RJ - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.371/2014-0
Natureza: Pensão civil
Interessados: Hortência Leon de Castro; e outros
Órgão: Ministério das Relações Exteriores (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-027.578/2014-3
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Bruno Camilo Teixeira; e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.580/2014-8
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Ravenna Magalhães de Oliveira
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.582/2014-0
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Rodrigo Nascimento da Silva
Órgão: Tribunal Superior do Trabalho - TST
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.077/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Emanuel Lopes Loureiro; e outros
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-003.725/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Genivaldo Cardoso da Gama e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Advogados constituídos nos autos: Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613), Cleber Jair Amaral (OAB/RO 2856)

TC-008.601/2011-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: David José de Castro Gouvêa e outros
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - Ministério dos Transportes
Advogados constituídos nos autos: Mariana Pirih da Silva (OAB/PR 59.275), Nelson Pietniczka Junior (OAB/PR 63.566) e outros

TC-022.905/2010-3
Natureza: Tomada de Contas -
Exercício: 2009
Responsáveis: Abelardo da Silva Oliveira Júnior e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Estado do Amapá
Advogado constituído nos autos: Alessandro Chagas de Oliveira (n.º OAB/AP n.º 964).

TC-025.432/2014-1
Natureza: Representação
Representante: Renato Madeira Reis, Promotor de Justiça da Comarca de Turiaçu/MA
Órgão/Entidade: Municipal de Turiaçu/MA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.776/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Mario Lucas Pinto
Unidade: Departamento de Órgãos Extintos - DEPEX/SE/MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.927/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anazita Ferreira do Monte; Luiz Victor de Souza Botto
Unidade: Ministério Público do Trabalho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.949/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Leonardo Deppe
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.159/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Leomar Barros Amorim de Sousa
Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.171/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Marcos Corbal
Unidade: Ministério Público Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.401/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Helena Novaes Herdy
Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.451/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Angelita Alves da Silva e outros
Unidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.575/2014-4
Natureza: Ato de Admissão
Interessado: Luis Carlos Miranda de Oliveira
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.596/2014-1
Natureza: Ato de Admissão
Interessado: Thaisa Rios Marciano
Unidade: Ministério Público Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.685/2013-0
Natureza: Pedido de Reexame - Representação
Recorrente: Cbemi - Construtora Brasileira e Mineradora Ltda.
Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Advogado constituído nos autos: Thiago Groszewicz Brito (OAB/31.762)

TC-044.336/2012-8
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2011
Responsáveis: Adriano Reis de Carvalho e outros
Unidade: Eletrobras Termonuclear S/A - Eletrobras Eletronuclear, Ministério de Minas e Energia (MME)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-002.554/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: Urbino Capanema Junior.
Unidade: município de Ipiaçu - MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.427/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Bernardo Ramos dos Santos e Carlos Eduardo Ramos dos Santos.
Unidade: município de Humberto de Campos - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.888/2013-5
Apenso: 006.900/2013-5.
Natureza: Representação.
Interessado: Presidência da República (vinculador); Secretaria de Comunicação Social.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.063/2013-7
Natureza: Monitoramento.
Responsáveis: Humberto Tannús Junior; Ismael Gonçalves Numes; Laerte Simão; Mario Renato de Azeredo; Nalva Oliveira Resende; Orizomar Araújo Siqueira; Parocínio Braz Concentino; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Vargas; Pedro Alves de Oliveira; Samuel Alves Silva; Wilson de Oliveira.
Interessado: Departamento Regional do Sesi no Estado do Goiás.
Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado do Goiás.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.945/2013-7
Natureza: Toma de Contas Especial.
Responsáveis: Celio Marcos Santos Lima; Elice Eliane Nobre Ribeiro; Genserico Barroso Filho; José Bonifácio Mourão; Prefeitura Municipal de Governador Valadares - MG.
Unidade: município de Governador Valadares - MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.798/2014-6
Natureza: Reforma.
Interessado: Paulo Walker de Medeiros.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.804/2014-6
Natureza: Reforma.
Interessados: Adriano dos Santos Cunha; Alcino Marcos da Conceicao Batista; Ana Regina Cyrillo Gomes Vianna; Anderson Cleiton Rodrigues de Siqueira; Antonio de Oliveira Neto; Artur Jorge Climaco Machado; Carlos Alberto de Souza Silva; Carlos Alberto dos Santos Ramos; Claude da Silva Chaves; Damiao de Azevedo; Eduardo Ribeiro Falcão; Elvio Tito de Araujo; Enio Barbosa Siqueira e Silva; Erlon Cazumba Cardoso; Gehova Fernandes de Oliveira; Ivan Gomes de Araujo; Jorge Luiz de Almeida da Silva; Jorge Pinheiro Landim Filho; Jurandir Mascarenhas Gomes.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.631/2014-7
Natureza: Reforma.
Interessados: Tasman Jose Bezerra de Medeiros; Valdecir Ribeiro de Macedo; Valter Querino Guimarães Filho; Varlei Barbosa da Silva; Vilson Machado da Costa; Wellington Sergio Videira.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.842/2014-8
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Aldenira Carvalho Coimbra; Artenisa Campos da Costa; Benedita Ferreira Diniz Véras; Carmelia Helena Furtado Veras; Dila Paim Muller; Dilma Falcão Quaresma de Lima; Edina Josefa Vilas Boas Galvão; Eliana de Carvalho Felicio; Elizabeth Bandeira Alves dos Santos; Elizabeth Cordeiro de Almeida; Ivanise dos Santos Costa Chaves; Jamille de Jesus Bandeira; Josepha Alves Marques; Lea Torres de Castro; Margareth Galvão Bandeira Ulbrich; Maria da Conceição Veras Brandão; Mariana Pereira de Carvalho; Mauren Cristina Silva Machado; Monica Alves Muniz; Queila Sibna Pereira de Carvalho Lima; Rosa Peluzo Silveira Paula; Rosana Coimbra Matos; Sebastiana Pinto da Fonseca Abreu; Therezinha Fernandes dos Santos Pinto; Vera Lucia Cardoso Lima; Vilma Regina Cunha de Sousa; Vitoria Régia Cunha de Sousa Tomas; Zefira Gracina de Oliveira.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.844/2014-0
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Ana Maria Matias de Oliveira; Aurelina Maria dos Santos de Jesus; Carla de Oliveira França; Carmem Gomes Faria; Dagmar de Andrade Freitas; Delma de Andrade Freitas; Diva Cerqueira Souza; Eci Ferreira Corrêa; Edilana Nunes de Oliveira; Edneia Alves Cardoso Faria; Eduarda Lima de Oliveira; Esabele Espirito Santo de Oliveira; Esnaide Oliveira de Aguiar; Fabiana Lima de Oliveira; Fátima Cardoso Silva; Gabriel Nunes de Oliveira; Israel de Sejus Alves; Josué de Jesus Alves; Keilla Regina Campos Ferreira; Ledir Villas Boas França; Leila Maria Magalhães Costa; Lucas Nunes de Oliveira; Luciana de Jesus Alves; Luciane de Oliveira Martins; Marcia Paes da Silva; Maria Ilza Pires do Couto; Maria Julita Pinheiro Lau; Maria da Conceição dos Santos; Maria de Lourdes Medeiros; Maria do Carmo Silva Freitas; Maria do Carmo dos Santos; Marinalva Farias Cardoso Lau; Neusa Fernandes Lamartine Nogueira; Nádia Paes da Silva Arêas; Railda Santos Machado; Rosana Lomeu Garcia de Oliveira; Roseli Victório Garcia; Telma Paes Zanco; Yramaia de Jesus Alves; Zaira de Jesus Alves.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.845/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Amélia de Lima Motta; Ana Cristina Dias Araujo Motta; Ana Cristina de Almeida Pereira Damasceno; Analice de Almeida Pereira; Beatriz Maria da Silva Motta; Dilza Henriques de Carvalho; Efigênia Maria Nazário de Castro; Elaine de Almeida Pereira; Eliane Lima de Araujo Felix; Eliane dos Santos Oliveira Manfredi; Fernando Lacerda Pereira Junior; Francisca Teixeira de Macêdo; Glaucia da Silva Valadares Cantarino; Iolanda Pereira Rodrigues Nunes; Janaina Oliveira Nunes; Jane Marcia Torraca do Nascimento; Jaqueline Oliveira Nunes Freire; Jorgina Chiconha dos Santos; Josefa Felix de Macêdo; Josineide Oliveira Nunes Rodrigues; Jucinara Nunes Rodrigues; Laís Lopes dos Santos Barros; Marcia Gonçalves Cerqueira; Maria do Socorro Silva; Marta Dantas de Macêdo; Myriam Marcia Vaqueiro Sennas; Noemia da Silva Gonçalves Cerqueira; Rejane Caetano da Silva do Nascimento; Rosilene Boaes de Freitas; Rozineide Teixeira de Jesus Alves; Silvana Faitão Cezar Lopes Neves; Soraya Ribeiro de Lima; Suelane Ribeiro de Lima Coutinho; Suzana Ribeiro de Lima Calixto; Tania Cristina de Almeida Pereira Damasceno; Vania Lucia de Almeida Pereira; Vera Lúcia Monteiro Boaes.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.850/2014-0
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Alice Rosane Costa da Silva Aguiar Beraldo; Andressa Vieira da Gama Pinto Guthierres da Rosa; Celia Rodrigues de Souza; Dilma Barbosa de Souza Aguiar; Eliane de Oliveira Pereira; Elisa Pereira Pullig Bastos; Elisabeth Parga Nina; Eni de Almeida Freitas Pereira; Flávia da Silva Viana; Genilde Silva Santos; Gilda Maria Gonçalves de Magalhães; Jani Lima Pereira de Melo; Jucy Lima Pereira de Melo; Juliana de Assis Pinto; Juracy Lima de Melo; Lucia Faria de Menezes; Marcia Assis de Oliveira; Marcia de Lara dos Santos; Margareth Lara dos Santos; Maria Eliza Batista Pinto; Maria de Fátima Barbosa de Melo; Mariza Silva Barbosa; Martha Faria de Menezes; Odevaldina Luiza Pereira; Ofenizia Silva Botelho; Olantina Castelo Branco Matheus; Ritta Araujo da Silva Matheus; Sandra Pinto Pontes; Saraia Dutra da Silva; Silvia Faria de Menezes Fonseca; Soraia Dutra da Silva; Therezinha Santiago Telles Dutra; Walesca Guimarães de Menezes Bretas.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.851/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Adelide de Oliveira Canela; Antonia Cremona Almeida; Catia Cristina Belati Magalhães; Deuzimar Batista Oliveira; Elisete Tavares Barrozo; Genevra Farias de Araujo; Glória Pereira Viana; Ivone Alves Noronha Canela; Joana Gomes de Barros Romualdo; José Mauro Ramos de Oliveira; Jucea de Souza Quintela e Silva; Laura Menezes Hachem; Luciana Mendes Almeida; Lucília Mendes Almeida; Lúcia Helena Mendes Sobral; Marcia Maria dos Santos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Canela; Maria Dolores Elias de Queiroga; Maria Jose Salles de Oliveira; Maria de Lourdes Souza Pimentel; Maria de Lourdes de Araujo Souza; Maria do Socorro Oliveira de Almeida; Miriam Magaraia; Raymunda da Silva Bastos; Rosana da Silva Beserril de Santana; Sandra Lourença Nogueira Lima; Solita de Souza da Silva; Sonia Regina Antunes Silveira; Tatiana Aline Cremona Almeida; Zoradia Casini da Silva.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.856/2014-9
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Alda Lenir Silva; Ana Maria Capristrano Midon; Ana Maria Silva Costa Cuiabano; Andreza Arruda de Souza; Dail do Amaral Ferreira; Deivison Arruda de Souza; Denize Freire de Lima; Ednilza Mendes Saraiva Romão; Euridice Martins Laureano da Silva; Francisca Elza Cavalcante Pinheiro; Ivanete Cavalcanti de Aquino; Izete de Melo Moura; Jane Vieira de Carvalho da Silva; Josefa Regina da Silva; Julunilsa Peixoto Ferreira; Kezia Maria Barreto de Aquino; Klene Barreto de Aquino; Maria Aleide de Santana Soares; Maria Alves de Lima; Maria Belaniza de Góes Barreto de Campos; Maria Christina Cerqueira Gomes; Maria Rodrigues de Pontes; Maria Steinhauser Vidal; Maria de Fatima Gomes Pacheco; Neuza Nascimento de Souza; Sonia Maria Ferreira dos Santos; Zilá Adriano.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.860/2014-6
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Aliceomar Maria da Rosa; Alícia Regina Navarros Dias de Souza; Ana Leal da Silva; Ana Maria Conceicao e Silva; Ana Maria Silva; Carmem Lucia da Silva Martins; Cecilia Teresinha de Abreu Graziadei; Cléa de Carvalho Barrêto; Conceição Aparecida Seara Gomes; Elenice Adélia da Silva Moreira; Enide Cavalcante Pereira; Fatima Cristina Seara da Silva; Gloria Regina Seara Nobrega da Silva; Honorata Jung de Albuquerque; Ilaine Vitoriano Rabello; Ivanilde Marina Lopes Bunn; Izabel Mariza Seara; Jaira Ferraz de Souza; Jussanã Pereira; Kely Cristina de Sá Fernandes da Silva; Ligia da Conceição dos Santos; Lillian Maria Dantas Cunha; Luzia de Abreu Seara Mariano; Maria Henriques Mendonça; Maria das Dores Seara Ramos; Paulina Araujo dos Santos Chaves; Sheila Pereira de Souza Cardoso; Simone Marta Moura de Amorim; Solange de Souza Ribeiro; Sueli Pereira de Souza Muniz.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.635/2014-3
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Amelia Cristina Marques Caracas; Antonio Fernando Alves Pinto; Armando Paulo dos Santos Filho; Candida Zuleide Bacellar Urpia; Carlos Eduardo Massot Fontoura; Denzil Hudson de Oliveira; Edite Francisca da Silva; Iury Bento Pedraça de Oliveira; Marcia Vasconcelos Boaventura; Maria Lúcia Rocha Lima; Maria Tereza Junior; Marise Lima de Souza; Meurenir Jose de Paula; Paulo Vianna Tegethoff; Raphael Renato Chepi Souza; Rose Mery Pedrosa; Zenaide Pimentel Barbosa.
Unidade: Advocacia-Geral da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.882/2014-0
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Edilma Amaro de Oliveira; Edinea Horacio Rosa; Gecy de Paula Rosa; Helena Martiniano Vasconcelos Alvares; Ivone do Carmo Carneiro Melo; Neide Faria Soares; Odiléia Quartieri Lima Telles; Zenaide Gomes Rodrigues dos Santos.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.074/2014-5
Natureza: Reforma.
Interessados: Aquino Tomas da Costa Filho; Arialdo Ausgustinczyk; Ayron Guipson Ferreira de Souza; Camilo Costa Rodrigues; Carlos Alberto Franco; Carlos Augusto de Sousa Silva; Carlos Bernardo Nunes Moraes; Carlos Caldas Costa; Carlos David Pereira Mello; Carlos Henrique Leocadio.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.077/2014-4
Natureza: Reforma.
Interessados: Elcio Jesuino de Souza e Silva; Elias Lima da Silva; Eliezer Alves dos Santos; Eliezer Ferreira da Costa; Elton de Oliveira Sousa; Emanoel Gonçalves de Souza; Emilio Antonio Guariento; Enio Ochs; Enoque Alcantara Lira; Everaldo Carmo de Almeida.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.085/2014-7
Natureza: Reforma.
Interessados: Mauricio Tavares da Cruz; Mauricio dos Santos; Mauro Procópio; Moacir Ribeiro Chang; Mário Lúcio da Silva; Neide dos Santos Gertrudes; Nelson Germano; Nelson Nogueira; Newton Jorge Oliveira Tavares; Nhôjoffre Magno Vieira Machado.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.113/2014-0
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Catia Mara Oliveira da Silva; Etiene Ribeiro de Oliveira; Iracy Lima do Rego Barros; Ivonildes Sampaio dos Santos da Hora; Jacira Xavier de Araujo; Jaciára Xavier de Sousa; Luciene dos Santos Bastos; Maria Angelica Ribeiro; Marly Valido Barreto; Nilza Andrade da Silva; Rejane Rafael da Silva; Rosangela da Silva Freire da Hora; Therezinha Alves Rangel.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.118/2014-2
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Alvira Fonseca dos Santos; Andreza Pereira do Nascimento; Aureni Pereira do Nascimento; Elisabete de Oliveira Silverio; Evanira Aparecida dos Santos Carvalho; Gabrielle Alves Silverio; Kizi Ferreira de Souza; Luzia da Silva de Jesus; Maria de Lourdes Melo do Nascimento; Nalva Melo do Nascimento; Natalia Telles Siqueira Farias; Núbia Melo do Nascimento; Renato Amazonas de Souza; Shirlei Narciso Rêgo Gualberto; Silvana da Costa Levita Siqueira Farias; Tatiana Moreira Moraes; Thais Azevedo Gualberto; Viviane Amazonas de Souza; Wallace Gabriel Alves Silverio; Wallyson da Silva Silverio.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.120/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Ednelza Oliveira; Eloise dos Santos Soares da Silva; Francisca Pena Gomes; Hiloir Gomes Coelho; Valquíria Rosa; Wanderley Calixto Ferreira da Silva.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.203/2014-0
Natureza: Pensão Civil.
Interessado: Felipe Adão Vitorino de Abreu.
Unidade: Hospital das Forças Armadas.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.323/2014-5
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Deusarina Matos Lucena; Etelvina de Lima Ferreira; Ismaelina Bastos de Melo Rodrigues; Maria de Lourdes Duarte; Marianna Campos Pacca Rocha; Marina Hilario de Souza; Nativa Chaves de Souza; Orlando de Queiroz; Zuleide de França Cocentino.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.331/2014-8
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Eleir Ercilia Martins; Iracema Gama dos Passos Soares; Jurema Maria da Rocha; Maria Dalva Lins de Albuquerque; Maria José de Souza; Maria da Cruz; Ottilia Barroco; Vilma Panar dos Santos.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.334/2014-7
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Arlette Meira dos Santos; Dilsa de Jezus Bastos; Ester Damaceno de Carvalho; Neli Caetano da Silva; Rosa Abdala Jorge; Yvonilde Mota da Silva.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.351/2014-9
Natureza: Pensão Civil.
Interessado: Rubens Boia Barbosa.
Unidade: Escola Superior de Guerra.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.527/2014-0
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: Marco Aurélio Nunes da Silva.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.534/2014-6
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Ana Mariza de Souza Rodrigues; Diego Sesary Weber; Eleonis Freitas Nunes; Raimundo Nonato Martins Junior; Robson Araujo de Almeida.
Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.332/2014-1
Natureza: Representação.
Representante: Aje Serviços Técnicos Especializados Ltda..
Unidade: Hospital Central da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-002.925/2014-1
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Adolfo Walter Steinmetz e Jorge Leite Moreira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.929/2014-7
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessado: Nilson Francisco Pereira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.364/2014-3
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Rúbia Francisca dos Santos e Victória Francisca dos Santos.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.226/2014-3
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Edil Assis dos Santos.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.939/2014-0
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Adelir Capistrano Ferreira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.309/2007-2
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Departamento de Polícia Federal - DPF/MJ.
Interessado: Jaime Freire de Queiroz.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.538/2014-9
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Josué Luiz da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.551/2014-5
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Nilson Aquino de Brito e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.553/2014-8
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessado: Wenceslau Vrgílio Cardoso Leães.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.700/2014-0
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessados: Alderina Nunes da Silveira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.704/2014-6
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Ana Lúcia Peixoto de Freitas e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.706/2014-9
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Ana Maria Zazyki Marques e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.708/2014-1
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
Interessados: Ceci Rocha Lemos e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.778/2014-0
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: José Domingos Filho e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.253/2014-8
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Antonio Silvio de Souza e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.576/2014-1
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Mauro de Oliveira Miranda e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.121/2014-5
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Phelipe Mattos Costa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-010.364/2013-7
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessadas: Célia Ribeiro e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.282/2008-0
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Departamento de Polícia Federal - DPF/MJ.
Interessados: Antônio Rodrigues Santiago e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.759/2014-0
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Antonio Gomes Reis e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.760/2014-9
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Jorge tadeo Heleno e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.761/2014-5
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Ronivan Neves do Nascimento e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.799/2014-2
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Adelino Palma Nunes e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.806/2014-9
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Alexander Marcos Pinto da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.452/2014-6
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Flávio Gomes da Câmara e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.456/2014-1
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administraçõ do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Daniel Honório Lopes Bastos e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.047/2014-8
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Maria Elizabeth Maldonado Silveira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.631/2006-5
Natureza: Prestação de Contas Simplificada - exercício de 2005.
Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Amapá - Sesc/AP.
Responsáveis: Amiraldo da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.807/2014-2
Natureza: Representação.
Unidade: Grupamento de Apoio Logístico - GAL - MD/CA.
Representante: Toalheiros Real Ltda.
Advogado constituído nos autos: Patrick Granados da Mata Machado, OAB/RJ n. 129.107.

TC-016.492/2014-5
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessada: Sônia Maria Morais Nascimento.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.499/2014-0
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Carlos Alberto Nunes da Motta e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.862/2014-7
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Renato Batista Coelho e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.880/2014-5
Natureza: Representação.
Órgão/Entidade: Ministério do Turismo - Mtur e Município de Palmas/TO.
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - TCE/TO.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.616/2014-0
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Araçoiaba/PE.
Representante: Joamy Alves de Oliveira, Prefeito.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.646/2014-6
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração doPessoal - MD/CA.
Interessados: Antonio Vieira da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.667/2014-3
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Fernando Bastos Costa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.731/2014-3
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Jorge da Matta Freire e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.449/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Nova Rosalândia/TO.
Responsáveis: José Bernardes da Silva e Trion Construtora Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.741/2014-2
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2013.
Unidade: Secretaria de Articulação e Cidadania Ambiental - SAIC/MMA.
Responsáveis: Aldenir Chaves Paraguassu e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.778/2014-3
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Andrea Rodrigues Monaco e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.782/2014-0
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
Interessados: Annita Patricia Fairon Pereira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.783/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Sexta Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Ana Lucia de Oliveira Fontes Machado e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.786/2014-6
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Oitava Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Ana Lúcia Rabêlo Gomes e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.790/2014-3
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.
Interessados: Andreia Carina Spohr Martins Campello e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.795/2014-5
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA.
Interessadas: Isolda Araújo de Oliveira e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.816/2014-2
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Decio Paulo Iracett Silveira e Luiz Piovesan Mello.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.829/2014-7
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessado: Adalberto Cardoso.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.372/2014-0
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Adi Maria de Moura Matos e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.490/2014-3
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Francisca Torres Leão e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.757/2014-0
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Avelina de Souza Campos e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.222/2013-0
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Maria Antonia Moura Faria e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.616/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Maria Bezerra Lopes e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.500/2014-2
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Marcílio Alexandre Teixeira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.647/2014-3
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessado: Andre de Sousa Alves.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.978/2014-0
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Sebastião Ely Soares e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.692/2014-2
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessados: Carlos Augusto Alves de Santana e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.852/2014-0
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Diretoria de Adminisração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Agenora Loiola Ferreira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.220/2014-7
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Celso de Almeida Guimarães e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.249/2014-5
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
Interessadas:Alice Piva de Carvalho e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.252/2014-6
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessada: Ivoni Edi da Cunha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.259/2014-0
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Nona Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Darcy de Campos Caceres e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.551/2014-3
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE.
Interessados: Adriene Milcent Assis e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.553/2014-6
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
Interessados: Alice Correia Bertoldi e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.558/2014-8
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessados: Alda Montenegro Costa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-023.562/2014-5
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Oitava Região Militar - MD/CE.
Interessados: Leni Lima de Melo e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.633/2014-0
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Aguinaldo Francisco da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.635/2014-2
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Alfredo Gomes Estanqueira Neto e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.636/2014-9
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Antonio Amaro de Lima e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.642/2014-9
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Dario Mendes Moreira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.643/2014-5
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Dorcilio PEreira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.645/2014-8
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Edwy dos Santos Pessoa Barros e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.648/2014-7
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Francisco Luiz Dutra e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.653/2014-0
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: João Nepomuceno da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.655/2014-3
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: José Araújo Barreto e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.664/2014-2
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Maurício Barrios e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.667/2014-1
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Otoniel Leite do Alto e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.674/2014-8
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Valder Freire Mesquita e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.677/2014-7
Natureza: Reforma.
Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
Interessados: Alberto Carrozzo e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.680/2014-8
Natureza: Reforma.
Unidade: Nona Região Militar - MD/CE.
Interessados: Aylton Caldas e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.705/2014-0
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Elio Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.711/2014-0
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Manoel Cabral Correa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.796/2014-6
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Eloisa Baptista Mendoza e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.814/2014-4
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessados: Alysson Roberto Guedes Santos e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.822/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Abigail Tenorio Lins e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.823/2014-3
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Oitava Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Adelia França Cavalcante e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.832/2014-2
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Belmira Silva e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.835/2014-1
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Alzira Pereira de Lima e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.866/2014-4
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionista - Área Militar - MD/CA.
Interessados: Ana Gomes de Britto Soares e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.729/2014-0
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Antonio Irio Pscheidt e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.733/2014-8
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Helio Francisco de Queiroz Fernandes e Reynaldo Guntharo Dambit.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.737/2014-3
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Antônio Gomes Collyer Filho e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.746/2014-2
Natureza: Representação.
Unidade: Centro de Inteligência do Exército - CIEX/MD/CE.
Representante: Latina Motors Comércio Exportação e Importação Ltda. Advogados constituídos nos autos: Luiz Roberto Buzolin Júnior, OAB/SP 236.866, e Denise La Fosse, OAB/SP 230.595.

TC-025.216/2014-7
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Cleiton Fernandes dos Santos e Luiz Henrique da Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.549/2013-8
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Diretoria de Adminisração do Pessoal - MD/CA.
Interessadas: Judite Risoraide dos Santos e Nadir Rosa Santos de Santana.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.227/2014-2
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: 23º Batalhão de Infantaria - MD/CE.
Interessados: Abner Nasser dos Reis Barbosa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.234/2014-9
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Comissão Regional de Obras da 7ª Região Militar - MD/CE.
Interessado: Jorge Eduardo Nunes Pereira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.255/2014-6
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Escola de Formação Complementar do Exército - MD/CE.
Interessados: Aline de Almeida Ferraz e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.256/2014-2
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército - MD/CE.
Interessados: Abner Rosa Lodoro e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.257/2014-9
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército - MD/CE.
Interessados: Daniel Maiolini Ribeiro e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.258/2014-5
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército - MD/CE.
Interessados: Guilherme Almeida Gomes e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.259/2014-1
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército - MD/CE.
Interessados: Lucas Escutari Almeida de Felice e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.260/2014-0
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército - MD/CE.
Interessados: Patrick da Silva Costa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.261/2014-6
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Escola de Saúde do Exército - MD/CE.
Interessado: Raquel Lima de Carvalho Agrelli.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.409/2014-3
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: 20º Regimento de Cavalaria Blindado - MD/CE.
Interessado: Rodrigo Pereira Nogueira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.637/2014-6
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Osório - MD/CE.
Interessadas: Kátia Lúcia Carvalho da Silveira e Sônia de Carvalho Dutra Pereira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.703/2014-9
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessado: Séris de Fátima Rossato.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.760/2014-2
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessado: Hilton Moreira Venezuela.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.793/2014-8
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Cleide Baiense Barbosa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.797/2014-3
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
Interessada: Vilma Terezinha Lang Camargo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.799/2014-6
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Oitava Região Militar - MD/CE.
Interessada: Mauricea da Costa Barros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.800/2014-4
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Décima Região Militar - MD/CE.
Interessados: Clarinda Pereira Soares e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-026.921/2014-6
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Adriano Lama Gonçalves e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.937/2014-0
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Adriano Cardoso de Brito e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.941/2014-7
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Elza Lúcia Batista Sena e Rosângela de Oliveira Santos.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.040/2014-3
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Décima Região Militar - MD/CE.
Interessada: Antônia Ribeiro de Souza.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.065/2014-6
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e ensionistas - MD/CE.
Interessados: Ilton Aparecido Teixeira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.066/2014-2
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Luiz Claudio Pereira da Costa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.070/2014-0
Natureza: Reforma.
Unidade: Décima Região Militar - MD/CE.
Interessados: Alderi Severiano da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.094/2014-6
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Balbina Muller Lepaus e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.095/2014-2
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Fátima Terezinha Morais Vieira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.098/2014-1
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Adriana de Medeiros Silva e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.101/2014-2
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Ana aulina Homrich dos Santos e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.102/2014-9
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Admilma Abecassis Gomes e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.107/2014-0
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Oitava Região Militar - MD/CE.
Interessada: Maria de Nazare da Cunha adalon.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.109/2014-3
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessada: Maria Julia Flores de Flores.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.121/2014-3
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA.
Interessadas: Cristina Valéria da Silva dos Santos e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.209/2014-8
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Diretoria de Administação do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Ana Maria de Jesus e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.230/2014-7
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessados: Maria Izabel Leitão Neves e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.232/2014-0
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA.
Interessados: Alda Montenegro Costa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.237/2014-1
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Jurema Gimenez Netto dos Reys e Maria Theresinha Rodrigues de Amorim.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.241/2014-9
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA.
Interessadas: Iracema Mori Buenano e Natalia Agostinho Urbani.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.260/2014-3
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Arlete Heloiza da Fonseca e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.261/2014-0
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Almerinda do Vale Alves e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.263/2014-2
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
Interessados: Adel Domingues de Souza e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.264/2014-9
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
Interessados: Edina Marcondes Henrique e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.268/2014-4
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
Interessada: Marlene de Oliveira Missiaggia.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.270/2014-9
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Décima Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Geralda Costa Soares e Maria Rosália Santos da Costa.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.369/2014-5
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recuros Naturais Renováveis - Ibama.
Interessados: Célia Medeiros Apulino de Carvalho e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.385/2014-0
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Alcidéa Andrade da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.386/2014-7
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Direotira de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Aline Lins do Couto e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.388/2014-0
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Direotira de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Benedito Ferreira da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.608/2014-0
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: 20º Regimento de Cavalaria Blindado - MD/CE.
Interessado: Herny Ford Dal Col Frois.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.101/2013-8
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessado: Radamés Geraque Murta.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.121/2013-9
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2012.
Entidade: Departamento Regional do Senai no Estado do Amazonas - Senai/AM.
Responsáveis: Aldemurpe Oliveira de Barros e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.467/2011-0
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2010.
Entidade: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe/MD.
Responsável: Paulo Hortênsio Albuquerque e Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.717/2013-6
Natureza: Monitoramento.
Entidade: Município de Itumbiara/GO.
Responsáveis: Edward Robinson Lacerda e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.042/2013-0
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Taguatinga/TO.
Representante: Eronides Teixeira de Queiroz, Prefeito.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-001.125/2004-2
Apenso: TC-025.678/2010-8 (COBRANÇA EXECUTIVA)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Tartarugalzinho - AP
Responsável: Espólio de Adelino Fernandes Gurjão Filho
Advogado constituído nos autos: Paulo Alberto dos Santos (OAB/AP 66).

TC-001.557/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Pauini - AM
Responsável: Francisco das Chagas de Jesus Gomes da Costa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.739/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - Sesapi/PI
Responsáveis: Paulo Afonso Lages Gonçalves e Paulo Henrique Paes Landim
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.121/2013-7
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Japurá - AM
Interessada: Câmara Municipal de Japurá - AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.920/2013-7
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Beberibe - CE
Interessado: Carlos Eduardo Maciel Pereira, Procurador-Geral do Município de Beberibe - CE
Advogado constituído nos autos: Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB/CE 11.677).

TC-012.199/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP
Interessados: Angelino de Moura e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.474/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Fundação Casa de Rui Barbosa
Interessados: Geni de Jesus Kuh e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.820/2008-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT/RS
Interessadas: Bárbara Schneider de Souza e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.848/2013-3
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Beberibe - CE
Interessada: Michele Cariello de Sá Queiroz Rocha
Advogado constituído nos autos: Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB/CE 11.677).

TC-019.428/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (vinculador)
Interessados: Aline Iramina e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-021.116/2007-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social do Espírito Santo - Setas/ES
Responsáveis: Antonio Carlos Pimentel Mello e outros
Advogados constituídos nos autos: Roberto Tenório Katter, OAB/ES 5334; Amulio Finamore Filho, OAB/ES 1.418; Hygoor Jorge Cruz Freire, OAB/ES 1.171; José Júlio dos Reis, OAB/DF 22.057; e Renata Lima de Oliveira, OAB/ES 19.879; e Letícia Maria Ruy Ferreira, OAB/ES 13.027 e OAB/DF 18.361.

TC-026.056/2013-5
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Quixeré - CE
Interessado: Francisco Raimundo Santiago Bessa, Prefeito do Município de Quixeré - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.780/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Centro de Tecnologia Mineral
Interessada: Maria de Lourdes Bastos Barcellos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.894/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Fundação Casa de Rui Barbosa
Interessada: Regina Lucia Vicente da Cunha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.175/2012-0
Natureza: Prestação de Contas Ordinária
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA
Responsáveis: Ana Jaqueline Carvalho Feitosa Nunes e outros
Exercício: 2011
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.589/2013-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Barreira - CE
Interessado: Francisco de Araújo Macedo Filho, Procurador da República no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.455/2013-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Município de Brejo Santo - CE
Responsáveis: Aronio Lucena Salviano e N J Construtora Ltda - ME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.578/2011-6
Natureza: Prestação de Contas Ordinária
Órgão/Entidade: Fundação Biblioteca Nacional
Responsáveis: Celia Maria de Albuquerque Mattos Portella e outros
Exercício: 2010
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-009.413/2013-8
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - Art. 112 do R.I)
Natureza: Tomada de Contas Especial
REVISOR: Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI (Ata 29/2014)
Órgão/Entidade: Município de Altos/PI
Responsável: Eliete Alves Félix Fonseca
REVISOR: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-003.600/2012-2
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Prefeitura Municipal de Almino Afonso - RN.
Responsáveis: Bernardo Cesar Carlos Belarmino de Amorim; C L Construções & Serviços Ltda.; Cid Leite Vieira; Cn Construções Ltda.; Construtora Primos Ltda.; Construções e Serviços de Limpeza Azevedo Ltda - Serlimpa; Jackson Carlos Godeiro; Lawrence Carlos Amorim de Araújo; Marcos Jacob Fernandes Nunes; Wm Comércio e Indústria Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.282/1998-1
Natureza: Prestação de Contas, exercício 1997.
Órgão: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (extinto).
Responsáveis: Maurício Hasenclever Borges, José Gilvan Pires de Sá e outros.
Advogados constituídos nos autos: Érica Bastos da Silveira Cassini (OAB/DF 16.124) e Vanessa Khristine Carvalho Lima (OAB/GO 18.351).

TC-004.450/2010-8
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Interessados: Maria Helena de Rezende Brito Portela; Maria Iris Mendes da Rocha Sá.
Advogado constituído nos autos: Arianne Beatriz Fernandes Ferreira (OAB/PI 7343).

TC-004.451/2010-4
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
Interessados: Maria Veralucia Leite Nogueira; Onofre Martins de Sousa Filho.
Advogada constituída nos autos: Arianne Beatriz Fernandes Ferreira (OAB/PI 7343).

TC-005.868/2012-2
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
Interessado: Dulce Regina Niffingger e Souza.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.623/2013-1
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena/MG.
Recorrente: Sidney Chaves.
Advogado constituído nos autos: Saint-Clair Campanha Filho (OAB/MG 89.253).

TC-010.389/2002-3
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Maranhão.
Interessado: Bernardo dos Santos Batista.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.562/2014-9
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Interessados: Marlon Rossetto Braga; Michele Leal Morais; Micheline Pires Sampaio; Miky Maximiano de Oliveira; Nathalia Vaz da Trindade; Neiliane Cristina da Silva Souza; Neuza Ribeiro Cotta; Neyrivone Santos Carvalho; Noemi Matos Machado; Olga Jurema de Oliveira Barbosa; Patricia Maria Santos Correia; Paula Regina Wenceslau Lloyd; Priscila Jordana da Silveira e Souza; Priscilla Andrade de Almeida; Quesia da Costa Izidoro; Rafael Gariglio Cezar; Rafael Gustavo Barbosa; Rafaella Nunes Alves; Rejane Cristina de Oliveira; Renata Iris Dima; Rodrigo Mendonça de Vasconcelos Barbosa; Rodrigo de Almeida Brum; Rose Helena Vieira Celestino Ferreira; Saila Stefânia Salatiel Teixeira; Samantha Nervo Otero; Sandra Tereza Lopes; Solange da Silva Quintão; Tatiane Bertolina de Carvalho Borges; Tulio Roriz Ferreira de Castro; Vaneide Salomao dos Santos Medeiros; Vanessa Viegas Passos; Vera Maria Salviano Gianesini; Victor Santos de Barros; Vitor Maia Santos; Waldenice Pinheiro de Araujo; Wilson Gustavo Rodrigues Alves; Zoraide Machado Brito.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.851/2008-6
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
Interessados: Aristides Martingo Maia; Arnoldo de Oliveira Filho; Jackson Ferreira de Souza Callado; Jaqueline Ferreira de Souza Callado; Julcineia da Luz Goncalves; Juraci da Rosa Rodrigues Lima; Maria Azir Almeida Lopes; Maria Celia dos Santos; Maria Dolores da Silva; Ricardo Gaspar Muller; Thais Julcinéia Gonçalves.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.086/2014-0
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Interessados: Ana Paula Cavalcante de Oliveira; Gabriela Maia Lemos Lyra; Thais Lasneaux Barboza.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.648/2013-1
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Sul.
Interessadas: Perla Arantes de Almeida Hess e Silvia Aparecida da Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.952/2010-9
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
Interessados: Gerson Rizzatti; Edevaldo Altamiro Dutra; Eliane Zeferino; Erna Unlauf Machado Cabral; Felomena Muller; Gerson Rizzatti; Getulio Dorneles Larratea; Isolde Melchioretto.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.305/2010-7
Natureza: Pedido de Reexame em Pensão Civil.
Órgão: Ministério da Saúde.
Recorrente: Edna Maxima Dias. Instituidor: Silvino da Silva Barbosa.
Advogado constituído nos autos: Wilson da Rocha Viana (OAB/RJ 51.855).

TC-025.737/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN.
Responsável: Pedro Augusto Lisbôa.
Interessado: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).
Advogados constituídos nos autos: João Eudes Ferreira Filho, OAB/RN 6.405; Hugo Leonardo Santos Cruz, OAB/RN 10.036 e Bárbara Dantas Neri, OAB/RN 11.523.

TC-026.818/2011-6
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa/ES - MEC.
Interessado: Germano Alberto Ricardo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.624/2014-5
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS.
Interessado: Antonio Muinos de Souza Araujo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.687/2014-7
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Superintendência Estadual do INSS em Maceió/AL.
Interessado: José Josué Nunes.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.688/2014-3
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Superintendência Estadual do INSS em Natal/RN.
Interessado: Valeria Calife da Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-000.243/2010-8
Apenso: TC 036.036/2012-9
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: não há
Responsáveis: Alberto José Mendonça Cavalcante; Jorge Briseno Torres; José Nelson do Nascimento; Jurandir Bóia Rocha; Katia Born Ribeiro; Luis Abilio de Sousa Neto; Maria de Fátima Borges de Omena; Petrúcio César Bandeira Mendes e Thalmann Bernardes Farias
Interessados: Diretorio do Partido Socialista Brasileiro em Alagoas e Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
Advogado constituído nos autos: Isaclea Mayria Olanda Oliveira (OAB/AL 10.546).

TC-003.419/2010-0
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Belém - PA.
Responsáveis: Cleide Mara Ferreira da Fonseca; Duciomar Gomes da Costa e William Lola Mendes
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Advogados constituídos nos autos: Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (OAB/PE 14.265), Sábato G. M. Rossetti (OAB/PA 2.774), Sávio Leonardo de Melo Rodrigues (OAB/PA 12.985), Cecília Rodrigues Brasil (OAB/PA 15.168-B), Maurício Blanco de Almeida (OAB/PA 10.375) e Milla Trindade Rossetti Brasil Monteiro (OAB/PA 13.709).

TC-005.963/2011-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Gastone Righi Cuoghi e Oswaldo Marques Cera Advogados constituídos nos autos: Francisco Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (OAB/SP nº 97.557) e Roberto Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (OAB/SP nº 120.070).

TC-006.967/2010-8
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes - RJ
Responsáveis: Arnaldo França Vianna e Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes - RJ
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Advogados constituídos nos autos: João Batista de Oliveira Filho (OAB/MG 20.180); José Sad Júnior (OAB/MG 65.791); Rodrigo Rocha da Silva (OAB/MG 79.709); Thiago Lopes Lima Naves (OAB/MG 96.182); Igor Bruno Silva de Oliveira (OAB/MG 98.899); Flávio Marcelo Ramos da Silva (OAB/MG 108.928).

TC-009.025/2009-4
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (vinculador)
Responsáveis: Paulo Celso de Bruin; Roberto Camanho e Sociedade Brasileira de Comando Numérico
Advogados constituídos nos autos: Félix Ruiz Alonzo (OAB/SP nº 12.211); Fernanda Torres Araújo (OAB/SP nº 270.533); Camila Frias Fernandes (OAB/SP nº 229.011); Ian Henryk Barski (OAB/SP nº 283.535); Diego Pupo Elias (OAB/SP nº 212.930); Maristela Costa Mendes Caires Silva (OAB/SP nº 245.335) e Genivaldo Pereira Barreto (OAB/SP nº 237.829).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-011.913/2009-0
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Responsáveis: Gilson Matos Moreira; José Roberto Escórcio; João Barizon Sobrinho; Mauro Farias Dutra; Nassim Gabriel Mehedff; Secretaria do Emprego e Relaçoes do Trabalho/SP; Walter Barelli; Ágora - Associação Para Projetos de Combate À Fome
Interessado: Sspe-mte
Advogados constituídos nos autos: Alcimira Aparecida dos Reis Gomes (OAB/DF 13.710), Mirian de Souza Carvalho (OAB/TO 3.864), Ronaldo de Almeida (OAB/SP n° 236.199) e David Grunbaum Ambrogi (OAB/DF 25.055).

TC-014.263/2012-2
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Brasiléia - AC
Responsáveis: Aldemir Lopes da Silva; Nativa Construções Comércio e Representações Ltda.
Interessados: Prefeitura Municipal de Brasiléia - AC; Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional
Advogada constituída nos autos: Rafaela Yusif Awni El-Shawwa (OAB/AC nº 2.801).

TC-014.841/2004-1
Apenso: TC 009.453/2010-5
Natureza: Pedido de Reexame em Relatório de Auditoria.
Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.
Responsáveis: Cícero Mauro Fialho Rodrigues e Rita de Cassia Borges de Campos Quitiere
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.509/2009-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Vera - MT
Responsáveis: Isani Luiza Konerat; Klass Comércio e Representações Ltda.
Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS; Prefeitura Municipal de Vera - MT
Advogados constituídos nos autos: Luciano André Frizão (OAB/MT 8.340-B) e Arlindo José Vogel (OAB/MT 5.360-A).

TC-022.328/2006-3
Natureza: Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Entidade: Município de São Mateus do Maranhão/MA
Interessado: Francisco Rovélio Nunes Pessoa
Advogados: Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro (OAB/DF 25.341)

- Relator, Ministra ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

TC-001.982/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Fundo Nacional de Saúde FNS.
Responsáveis: Edson Paulino Cordeiro e Município de Rio Pardo de Minas/MG.
Unidade: Município de Rio Pardo de Minas/MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.149/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Responsável: Antonio Luiz Ferreira Tupiná.
Unidade: Prefeitura Municipal de Cônego Marinho - MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.654/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: Liorne Branco de Almeida Júnior.
Unidade: Município de Alto Alegre do Maranhão - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.333/2012-1
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Luci Acúrcio Torres, Maria Farias de Oliveira, Maria José Bezerra, Nadege Sousa Rabelo Oliveira, Terezinha Sobral da Camara e Valdenice Alexandre da Silva.
Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.747/2013-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: Bernardo Lima Furtado.
Unidade: Município de Araguanã - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.750/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Responsável: João José Gonçalves de Souza Lima.
Unidade: Município de Maracaçumé /MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.710/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Caixa Econômica Federal.
Responsável: José de Jesus Rodrigues de Sousa.
Unidade: Município de Barreirinhas/MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.682/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessada: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
Responsável: Geralda Terezinha Parreiras Marques Ribeiro.
Unidade: Município de Bonfim/MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.957/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome - MDS.
Responsáveis: Antônio Soares Dias e Município de Francisco Sá/MG.
Unidade: Município de Francisco Sá/MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.963/2014-2
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Ademir Cavalheiro Martins, Assunção de Maria Braga Moreira, Brás Antônio Maciel Pinheiro, Carlos José Cavalcanti de Lima, Edna Maria da Paz, Gerônimo Cavalcanti Barbosa, Gilmar Ferreira Alves, Gilson Campos Soares, Helda Renilda Meireles Borba, Jorge Luiz Teixeira de Albuquerque, Lindalva Rodrigues de Sousa, Luiz Ferreira da Silva, Maria Luzinete Batista Sousa Fernandes, Mariza Cristina Ribeiro Reis, Mariza Mayumi Nagano, Marta Maria Macêdo Rolim, Nilson Meneses Castro, Reinaldo Rodrigues de Carvalho, Rita Maria Crisostomo de Moraes e Sérvia Vaz dos Santos.
Unidade: Controladoria-Geral da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.656/2013-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: José Humberto Ribeiro da Cruz e Juvelci dos Santos Meneses.
Unidade: Município de Jequitaí - MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.867/2014-8
Natureza: Representação.
Representante: Wap Air Refrigeração Ltda..
Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.439/2012-0
Natureza: Pedido de Reexame.
Recorrente: Jose Manoel Medeiros.
Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
Advogados constituídos nos autos: Fabrizio Costa Rizzon, (OAB- RS 47.867) e (SC 19.111 A); Pedro Maurício Pita Machado,(OAB- RS) 24.372, (SC 12.391 A e DF 29.543) e outros.

TC-032.191/2013-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Amedeo Pannone - falecido; Paulo Cesar da Costa; Rubens Barros Santos e Município de Cambuquira - MG.
Unidade: Município de Cambuquira - MG.
Advogada constituída nos autos: Elaine Manes Lopes Oliveira, (OAB/MG 95.111).

TC-034.473/2011-4
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Recorrente: Francisco das Chagas Cruz.
Unidade: Município de Rio do Fogo/RN.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-002.724/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Fundação do Ensino Técnico de Santa Catarina - Fetesc (extinta).
Responsáveis: Fundação do Ensino Técnico de Santa Catarina - Fetesc, (extinta); Edson José Firmino, Enio Miguel de Souza, Marli Gonçalves Borges e Maria Osvalda Pereira Wiggers.
Advogados constituídos nos autos: Sandro Lopes Guimarães, OAB/SC 9.174; Bruno Souto Alonso, OAB/SC 20.026; Júlio Santiago da Silva Filho, OAB/SC 8.294; Vitor Hugo Cenci, OAB/SC 15.615; Maria Beatriz Spada Morosini, OAB/SC 29.400; Artur Refatti Perfeito, OAB/SC 30.211; Karolina Costa, OAB/SC 33.972; Rubens Ritter Von Jelita, OAB/SC 7.513; Bernardo Lazzarotto de Oliveira, OAB/SC 31.912; Fabian Martins de Castro, OAB/SC 10.361; Antônio Márcio Zuppo Pereira, OAB/SC 22.558; Rafael Pelegrim, OAB/SC 25.786; Maína Alexandre Lopes, OAB/SC 31.570; Priscila Ugioni Duarte, OAB/SC 33.362; Joel de Menezes Niebuhr, OAB/SC 12.639; Pedro de Menezes Niebuhr, OAB/SC 19.555; Carlos Edoardo Balbi Gahnem, OAB/SC17.191; Cauê Vecchia Luzia, OAB/SC 20.219; Gustavo Henrique Carvalho Schiefler, OAB/SC 32.637; Amauri dos Santos Maia, OAB/SP 204.164; Eduardo de Carvalho Rêgo, OAB/SC 33.647; Rodrigo de Abreu, OAB/SC 14.820.

TC-027.748/2013-8
Natureza: Embargos de Declaração.
Órgão: Superintendência Regional no Estado do Tocantins do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes SR-TO/DNIT.
Embargantes: Ética Construtora Ltda. e Geoserv - Serviços de Geotecnia e Construção Ltda..
Advogados constituídos nos autos: Carlos Nascimento de Deus Neto, OAB/GO 18.197; Marina Junqueira Lima, OAB/GO 21.682; Mario Andrade Carvalho Filho, OAB/GO 38.179 e Milton Lima Filho, OAB/GO 39.185.

TC-030.656/2013-3
Natureza: Representação.
Unidade: Comando do Exército.
Interessada: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-032.123/2013-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Alto Alegre/RR.
Responsável: Viru Oscar Friedrich.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-003.912/2013-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Canavieira/PI
Responsáveis: José Donato de Araújo Neto e Mágila Construtora Ltda.
Advogado constituído nos autos: César Augusto Fonseca Gondim, OAB/PI nº 6352.

TC-007.523/2008-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Associação Nacional de Sindicatos Social Democratas - SDS
Responsáveis: Antônio Sérgio Torquato; Enilson Simões de Moura; Humberto Carlos Parro; Raimundo de Sousa; Sônia Maria José Bombardi e Associação Nacional de Sindicatos Social Democratas - SDS
Advogados constituídos nos autos: Nilton Stachissini (OAB/SP 79.671); Diego Ricardo Marques (OAB/DF 30.782).

TC-010.923/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Milhã/CE
Responsável: José Cláudio Dias de Oliveira
Advogados constituídos nos autos: Wilson da Silva Vicentino, OAB/CE nº 12.844, e outros

TC-016.150/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Icó/CE
Responsável: Francisco Leite Guimarães Nunes
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.784/2013-8
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Município de Guaramiranga/CE
Responsável: Francisco Ilton Cambé Barrozo
Advogado constituído nos autos: Francisco Carlos Machado da Ponte (OAB/CE nº 13.679).

TC-016.787/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Icó/CE
Responsáveis: Eleva Serviços e Incorporações Ltda. - ME; Francisco Antônio Cardoso Mota e Manoel Humberto Coelho D'Alencar Júnior
Advogado constituído nos autos: não há

TC-022.026/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Fartura do Piauí/PI
Responsáveis: Miguel Antonio Braga Neto e Construtora João de Barro Ltda
Advogados constituídos nos autos: Adriano Moura de Carvalho, OAB/PI nº 4503 e outros

TC-028.492/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Diretório Regional do Partido Trabalhista Brasileiro no Estado do Ceará - PTB/CE
Responsáveis: Antônio Costa Silva; José Arnaldo Cruz Bezerra de Menezes; José Arnon Cruz Bezerra de Menezes; José Rodrigues Sampaio; Nielson Queiroz Guimarães; Paulo Afonso de Accioly Sousa Filho; Pedro Ribeiro Filho e Roberto Rivelino Freire Queiroz Advogados constituídos nos autos: Francisco Irapuan Pinho Camurça (OAB/CE 6.476) e outros.

TC-031.797/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Milhã/CE
Responsáveis: José Cláudio Dias de Oliveira e Construtora Litoral e Projetos Ltda.
Advogados constituídos nos autos: Carlos Alberto Câmara Vasconcelos (OAB-CE 15.334), Carlos Bolívar Pontes Pimentel (OAB/CE 16.825), Manoel Undino Gomes da Fonseca Neto (OAB/CE 20.584) e outros.

TC-032.312/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Limoeiro do Norte - CE
Responsáveis: Cosampa Projetos e Construções Ltda.; Goiana Construções e Prestações de Serviços Ltda; João Dilmar da Silva e João Udison Saraiva Cruz
Advogados constituídos nos autos: Maria Imaculada Gordiano de Oliveira Barbosa, OAB/CE 8.667, e Francisco Fernando Antônio Albuquerque Lima, OAB/CE 17.658.

Secretaria das Sessões, 13 de novembro de 2014.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da 2ª Câmara

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 632, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a publicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício da Presidência, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que determina o art. 8º da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e o art. 50 da Lei n. 12.919, de 24 de dezembro de 2013, bem como o que dispõe o Decreto de 7 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º O cronograma anual de desembolso mensal do Superior Tribunal de Justiça a que se refere a Portaria STJ n. 40 de 5 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 11 de fevereiro de 2014, passa a ser o constante do anexo desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
ÓRGÃO: 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
R$ 1,00

ATÉ O MÊS	CATEGORIA A		CATEGORIAS C e D		
	Pessoal e Encargos Sociais	Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (art. 100, CF) - Precatório e RPV	Outras Despesas Correntes e de Capital	Cumprimento de Sentença Judicial Devida pela União, Autarquias e Fundações (art. 100, CF) - Precatório	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais
JANEIRO	94.934.231,66	-	24.436.146,33	-	2.715,00
FEVEREIRO	158.414.502,51	7.263.811,00	52.803.811,66	37.687.041,00	3.429.622,82
MARÇO	221.894.773,36	7.263.811,00	81.171.476,99	37.687.041,00	3.432.389,44
ABRIL	285.375.044,21	7.263.811,00	109.539.142,32	37.687.041,00	3.435.156,06
MAIO	348.855.315,06	7.263.811,00	137.806.562,65	37.687.041,00	4.072.577,68
JUNHO	412.335.585,91	7.263.811,00	166.073.982,98	37.687.041,00	4.075.344,30
JULHO	475.815.856,75	7.263.811,00	194.341.403,31	37.687.041,00	4.078.110,92
AGOSTO	539.296.127,60	7.263.811,00	222.608.823,64	37.687.041,00	4.080.877,54
SETEMBRO	602.776.398,45	7.263.811,00	250.876.243,97	37.687.041,00	4.083.644,16
OUTUBRO	676.256.669,30	7.263.811,00	279.143.664,30	37.687.041,00	4.086.410,78
NOVEMBRO	749.736.940,15	7.263.811,00	307.411.084,63	37.687.041,00	4.089.177,40
DEZEMBRO	822.717.211,00	7.263.811,00	335.678.505,00	37.687.041,00	4.091.946,00

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 483, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a realização de correição extraordinária no Tribunal Regional Federal da 5ª Região

O MINISTRO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral da Justiça Federal é órgão de fiscalização, controle e orientação normativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;

CONSIDERANDO que compete à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, nos termos da Lei 11.798, de 29 de outubro de 2008, a realização de inspeções e correições permanentes ou periódicas, ordinárias ou extraordinárias, gerais ou parciais, sobre os tribunais regionais federais;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento dos resultados da inspeção realizada em março de 2014; resolve:

1. Determinar a realização de Correição Extraordinária no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, abrangendo a Presidência, Vice-Presidência e as áreas administrativas;

2. Esclarecer que, durante a Correição, os trabalhos forenses e/ou prazo processuais não serão suspensos, devendo as atividades jurisdicionais e administrativas prosseguir normalmente;

3. Designar o dia 19 de novembro de 2014, às 10 horas, para o início dos trabalhos;

4. Informar que os trabalhos de correição ocorrerão no período de 19 a 21 de novembro de 2014, conforme o inciso IV do art. 30 do Provimento/CG n. 1, de 5 de janeiro de 2009;

5. Designar para conduzir os trabalhos de correição, conforme autoriza o § 1º do art. 30 do referido Provimento, a Dra. Kelly Cristina Oliveira Costa, Juíza Federal convocada para a Corregedoria-Geral;

6. Designar para auxiliarem nos trabalhos de correição, os servidores Denise Guimarães Tângari, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Rosa Miriam Farias Prysthon e Paulo José Ribeiro Alves;

7. Designar a servidora Denise Guimarães Tângari como responsável pelas anotações e pela guarda de documentos, arquivos eletrônicos e informações destinados à consolidação do relatório, nos termos do § 2º, do art. 30, do Provimento/CG n. 1, desta Corregedoria;

8. Determinar a expedição de ofício ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região cientificando-o da correição;

9. Determinar a expedição de ofícios ao Ministério Público Federal e ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e

10. Determinar a autuação deste expediente como Correição Extraordinária.

11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACORDÃOS(*)

REPUBLICAÇÃO

PROCESSO: 2009.71.50.001910-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): GÜNTHER GAULKE JÚNIOR
PROC./ADV.: ELISÂNGELA BÜTTENBENDER DE SOUZA
OAB: RS-71 035
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA

EMENTA

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. COBRANÇA DE HONORÁRIOS PERICIAIS. PROCESSO TRABALHISTA. PARTE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA PARCIALMENTE REFORMADA PELA 1.ª TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL, APENAS PARA MAJORAR O VALOR DOS HONORÁRIOS. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. PRESCRIÇÃO ÂNUA. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ QUE SE FIRMOU NO SENTIDO DE QUE O PRAZO PRESCRICIONAL DA PRETENSÃO À COBRANÇA DE HONORÁRIOS PERICIAIS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA É DE 5 (CINCO) ANOS (DECRETO N.º 20.910/32, ART. 1.º). CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO INCIDENTE.

- Comprovada a similitude fático-jurídica e a divergência entre o acórdão recorrido e o REsp n.º 895598, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 1.º mar. 2007, do STJ, tem cabimento o incidente de uniformização. Não demonstrada a divergência em relação aos demais precedentes - o REsp n.º 180961 SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 9 fev. 2004, por tratar de ação de cobrança de honorários já fixados e com liquidação homologada contra o Município de São Paulo; e o REsp n.º 281432 RJ, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 24 abr. 2011, por envolver ação trabalhista objeto de transação entre partes privadas quanto à responsabilidade pelos honorários dos assistentes técnicos por cada uma delas - em ambos os casos por ausência de similitude fático-jurídica entre as questões.

- Hipótese na qual a União alega que o acórdão da Turma Recursal de origem, reformando parcialmente sentença de parcial procedência, apenas para majorar o valor dos honorários periciais divergiu da jurisprudência dominante do STJ, no sentido de que "o prazo prescricional da ação de cobrança de honorários do perito é de um ano, a teor do art. 206, § 1º, inciso III, do Novo Código Civil. Aplica-se tal prazo - continua o acórdão -, em detrimento do quinquenal, previsto no art. 10 do Decreto nº 20.910/32, em razão de sua especialidade quanto ao tema". Embora não referindo rigorosamente o paradigma ao tipo de demanda, fixou ele que "incumbe ao Estado o dever de prestar assistência nos casos contemplados pela Lei nº 1060/50, sendo certo que a assistência judiciária compreende os honorários periciais, suficiente para estabelecer a divergência. Isso porque, ainda segundo a decisão, cabe ao Estado "o pagamento dos honorários periciais e dos gastos com a pericia, pois é seu dever a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem a insuficiência de recursos", conclusão que abrange as verbas objeto da condenação do beneficiário de assistência jurídica gratuita em reclamação trabalhista. Aliás, nem há sentido em condenar o beneficiário de justiça gratuita em despesas com serviços de perícia, já que agir assim seria condenar o expert a arcar com o respectivo custo. Em tais casos, o pagamento constitui sem sombra de duvida encargo da Fazenda Publica, sob pena de afronta à Constituição.

- A jurisprudência do STJ hesitou relativamente aos prazos de prescrição aplicáveis às pretensões contra a Fazenda Pública, à luz do Código Civil e do Decreto n.º 20.910/32, não apenas nos casos de cobrança de honorários periciais, mas em geral, havendo grande debate sobre a questão da reparação de dano. Não subsiste, no entanto, mais dúvida quanto à matéria, havendo pacificado o STJ a incidência do Decreto, tido como lei especial em relação ao Código Civil. Assim, quando a parte vencida for beneficiária da gratuidade de justiça e o Estado for condenado a arcar com os honorários periciais, o prazo prescricional para a sua cobrança é o quinquenal, seja em razão do art. 12 da Lei n.º 1.060/1950, seja pela aplicação do artigo 1.º do Decreto n.º 20.910/1932.

- Aplicando a prescrição quinquenal sobre a pretensão do autor, não afrontou o acórdão recorrido a jurisprudência dominante do STJ.

- Pedido de uniformização conhecido para, uniformizando no âmbito da TNU a tese de que o prazo prescricional da pretensão à cobrança de honorários periciais contra a Fazenda Pública é de 5 (cinco) anos (Decreto n.º 20.910/32, art. 1.º), negar provimento ao incidente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao incidente, nos termos do voto condutor, parte integrante deste acórdão.

Brasília (DF), 17 de outubro de 2012.

JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
Juiz Federal Relator

(*) Republicado por ter saído no DOU, de 31-10-2014, Seção 1, pág. 180, com incorreção no original.

PROCESSO: 0502376-63.2011.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZ GOMES DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMENTA

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO DENTRO DO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS DA DATA DO ÓBITO. MARCO INICIAL DO BENEFÍCIO. DATA DO ÓBITO. ART. 74, I, DA LEI 8.213/91. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

1- Cuidam os autos da ação na qual o demandante requer a concessão do benefício de pensão por morte em razão do falecimento de sua esposa, cujo óbito ocorreu em 13/8/2010.

2- A parte autora interpôs pedido de uniformização em face de acórdão que, ao julgar parcialmente procedente o recurso interposto pelo INSS, reformou parcialmente a sentença de procedência do JEF, a qual havia julgado procedente o pedido de pensão por morte a partir da data do óbito, para conceder o benefício a partir do ajuizamento da ação, sob o fundamento de que "a entrevista do autor na autarquia impedia a concessão do benefício por via administrativa".

3 - O recorrente aponta como divergência o RESP nº 201001525348, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, STJ - Segunda Turma, DJE em 3/2/2011, no sentido de que: "Conforme o entendimento jurisprudencial do STJ, o pagamento de pensão por morte deve retroagir ao momento em que o dependente requereu administrativamente sua habilitação."

4- No mesmo sentido, é firme a orientação na Turma Nacional de Uniformização no sentido de que o efeito financeiro do benefício de pensão por morte, na vigência do art. 74 da Lei n° 8.213/91, com redação conferida pela Lei n° 9.528/97, deve retroagir à data do óbito, quando o benefício é requerido até 30(trinta) dias depois deste, ou na data em que ocorreu o requerimento, quando requerida após aquele prazo. Em tais situações, esta Turma Nacional de Uniformização aplica raciocínio jurídico semelhante em casos de aposentadorias, conforme se infere do teor da Súmula n° 33, aplicável analogicamente ao caso: "Quando o segurado houver preenchido os requisitos legais para concessão da aposentadoria por tempo de serviço na data do requerimento administrativo, esta data será o termo inicial da concessão do benefício". Neste sentido, confira-se: PEDILEF 200840007128794, JUÍZA FEDERAL ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, TNU, DOU 20/09/2013 pág. 142/188.

5- À luz desta orientação, considerando que não há controvérsia acerca da qualidade de segurado do de cujus e havendo sido requerido o benefício antes de decorrido o prazo de 30(trinta) dias da data do óbito, infiro que a decisão combatida não se amolda à jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização, ao fixar o início do benefício na data do ajuizamento da ação. Em verdade, o caso o caso comporta a aplicação do art. 74, I, da Lei 8.213/91, confirmando a jurisprudência já consolidada na TNU sobre o assunto.

6. Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal conhecido e provido para reformar o Acórdão recorrido e restabelecer a sentença de 1º Grau, que reconheceu o direito ao benefício de pensão por morte ao autor desde a data do óbito.

ACORDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar provimento ao Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília, 08 de outubro de 2014.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500285-67.2011.4.05.8311
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA VERÔNICA DE SOUZA MONTEIRO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. MOTIVO DA CESSAÇÃO. NÃO COMPARECIMENTO DA SEGURADA AO PROCESSO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE ACÓRDÃO RECORRIDO E ACÓRDÃO PARADIGMA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Cuidam os autos de ação na qual o demandante requer o restabelecimento de benefício de auxílio-doença, cessado em 16/8/2007.

1.1. A sentença de 1º Grau julgou procedente o pedido, em parte, para conceder o benefício a partir de 24/05/2011, sob o fundamento de ser esta a data de início da incapacidade apontada no laudo pericial.

1.2. Por sua vez, o acórdão recorrido, da lavra da 2a. Turma Recursal de Pernambuco, reformou a sentença para fixar o termo inicial do benefício na data do ajuizamento da ação, a saber, em 19/04/2011, nos seguintes termos: "De início, é de se dizer que assiste razão à demandante quanto à data de início da incapacidade, na medida em que o laudo pericial afirmou, em resposta ao quesito 8 do juízo, que a autora encontra-se incapaz de exercer suas atividades laborativas "desde o acidente com fratura dos ossos do antebraço", o qual ocorreu, segundo ele, no ano de 2004.(...) Nada obstante, o restabelecimento do benefício não deve se dar na data da sua cessação. Com efeito, do extrato do sistema PLENUS exibido no bojo da contestação depreende-se que a cessação do auxílio-doença concedido em 08/05/2003 (NB 1286183860) deu-se em 31/03/2007, em função do não comparecimento da segurada ao processo de reabilitação profissional. Ora, neste caso, correto o posicionamento da autarquia ao cessar o pagamento do benefício, tendo ela aplicado à espécie o disposto nos arts. 62 da Lei de Benefícios e 77 do Decreto 3.048/99, que assim dispõem: Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez. Art.77. O segurado em gozo de auxílio-doença está obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da previdência social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos".

2. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência tem cabimento quando fundado em divergência, a ser demonstrada e comprovada pela parte recorrente, entre o acórdão recorrido e súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

2.1. No intuito de comprovar a divergência, a parte recorrente apresentou decisão paradigma da Turma Recursal do Mato Grosso, Processo n. 2007.36.00.900943-6, Rel. Juliano Taveira Bernardes, 1ª Turma, no seguinte sentido: "Constatado que a cessação do benefício de auxílio-doença fora indevida, deve ser restabelecido o seu pagamento desde essa data, e não da apresentação do laudo pericial em juízo", e desta TNU, Pedido n. 200772570036836, Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, 11/06/2010, que assim dispõe: "(...) quando a perícia judicial não conseguiu especificar a data de início da incapacidade (DII), e em se tratando de restabelecimento de auxílio-doença, em sendo a incapacidade atual decorrente da mesma doença ou lesão que justificou a concessão do benefício que se pretende restabelecer, presume-se a continuidade do estado incapacitante desde a data do cancelamento, que, sendo reputado indevido, corresponde ao termo inicial da condenação ou data de (re)início do benefício".

3. No presente caso, observa-se que a recorrente não logrou demonstrar a similitude fático-jurídica entre o acórdão vergastado e os paradigmas colacionados, porquanto o motivo de fato utilizado pela 2a. Turma Recursal de Pernambuco para deixar de fixar o início do benefício na data da cessação do benefício, qual seja, "não comparecimento do segurado ao programa de reabilitação profissional", não é enfrentado nas decisões apontadas como paradigmas.

4. Não restando comprovada a similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e o aresto paradigma, não se tem por caracterizada a divergência de interpretação. Nesse sentido, é a Questão de Ordem n. 22 da TNU: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma. (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)."

6. Ante o exposto, não conheço do Incidente de Uniformização.

ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 08 de outubro de 2014.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

DECISÕES

PROCESSO: 0059215-23.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FERNANDO ANTONIO SOUSA PELETEIRO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que restituiu os autos à origem para a adequação do julgado à orientação pacificada nesta Turma.

A discussão dos autos se dá acerca da incidência ou não do imposto de renda sobre o benefício auxílio-creche, recebido pela parte autora.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão, a qual, segundo ela, consiste na ausência de manifestação da do então Ministro Presidente desta TNU a respeito dos julgados do STJ por ela juntados em seu pedido de uniformização.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Depreende-se, de uma análise profícua dos autos, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração. Explico:

Observo que a decisão ora embargada determinou a restituição dos autos à origem com fundamento em PEDILEF desta TNU, no qual resta consignado que os julgados trazidos pela parte (os mesmos ora apresentados), não se prestam a comprovar a divergência do acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ, tendo em vista que não espelham a orientação pacífica daquela Corte Superior, sendo possível a apresentação de diversos outros julgados mais recentes (aqueles trazidos pela embargante datam do ano de 2002) em sentido contrário.

Ora, sendo os julgados trazidos pela União os mesmos decididos no PEDILEF aplicado, não há falar na ocorrência de omissão na decisão embargada.

Cumpre ressaltar que Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006777-77.2014.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL (UNIÃO)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): DIOGENES WEISS DE VARGAS
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO OAB: RS-33559

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração, o qual ora recebo como agravo, interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo autor, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A discussão nos autos versa sobre a incidência de imposto de renda sobre valores recebidos em atraso e acumuladamente, em virtude de demanda judicial.

Na inicial, a parte autora pleiteia a devolução dos valores já recolhidos, porquanto defende que não incide imposto de renda sobre o montante recebido em atraso, acumuladamente. Isto porque o cálculo da exação deveria ter sido feito mês a mês e, caso tivesse sido realizado dessa forma, verificar-se-ia que o valor seccionado estaria isento de tributação, motivo pelo qual tampouco poderia incidir o referido imposto sobre os juros de mora decorrentes de tal verba, por sua natureza acessória.

O juízo de piso julgou procedente o pedido da parte autora, reconhecendo a não incidência do tributo sobre os valores percebidos cumulativamente, bem como condenou a União a devolver os valores equivocadamente recolhidos.

A Turma Recursal, de igual sorte, negou provimento ao recurso interposto pela União, por entender que "[...]a forma de apuração do tributo não pode ser feita pela simples aplicação da tabela a alíquotas vigentes no momento do recebimento, sobre o montante recebido. Tenho que devem ser consideradas as parcelas mensalmente devidas, nas respectivas competências, e fazer-se o cotejo com a tabela e alíquota então vigentes[...] Dessa forma, há que se acolher parcialmente o recurso para declarar que a incidência do Imposto de Renda sobre os valores recebidos acumuladamente pela parte autora deve ser feita considerando-se isoladamente os valores em relação às respectivas competências (ano-base), mediante uso de alíquota e base de cálculo do tributo vigentes em cada momento [...]"

A União sustenta, no presente recurso, que é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios, em razão do acréscimo patrimonial observado no caso concreto. Assevera que "Como, no caso em tela, é reconhecida a natureza salarial dos valores recebidos judicial e administrativamente, exigível é o imposto de renda incidente sobre os juros moratórios", tendo em vista que os juros tem caráter acessório e, por isso, devem seguir a mesma sorte do montante principal. Aponta, como paradigmas, julgados do STJ.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria em discussão já foi decidida no Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1.118.429/SP, decidido sob o rito dos repetitivos. Confira-se:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARCELAS ATRASADAS RECEBIDAS DE FORMA ACUMULADA.

1. O Imposto de Renda incidente sobre os benefícios pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando a renda auferida mês a mês pelo segurado. Não é legítima a cobrança de IR com parâmetro no montante global pago extemporaneamente. Precedentes do STJ.

2. Recurso Especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e do art. 8º da Resolução STJ 8/2008."

(REsp 1118429/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/03/2010, DJe 14/05/2010)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, no sentido a cobrança de imposto de renda sobre valores recebidos acumuladamente deve observar o regime de competência, ou seja, o tributo deve ser calculado mês a mês, com a aplicação da respectiva alíquota, como se o pagamento houvesse sido realizado tempestivamente na esfera administrava, e não judicialmente, como ocorreu na espécie.

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006777-77.2014.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DIOGENES WEISS DE VARGAS
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO OAB: RS-33559
REQUERIDA: FAZENDA NACIONAL (UNIÃO)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de antecipação da tutela requerida por DIOGENES WEISS DE VARGAS, por petição incidental no processo em epígrafe.

Sustenta o requerente, em síntese, que a Fazenda está cobrando tributo que ainda está sendo discutido judicialmente e "tendo em vista que isto pode ocasionar uma execução fiscal e com isto uma possível penhora de bens, a parte autora requer a concessão de medida liminar para suspender o crédito tributário até o trânsito da presente lide."

Afirma que estão presentes os requisitos legais necessários ao deferimento da medida pleiteada, quais sejam, o fumus boni juris e o periculum in mora.

É, no essencial, o relatório.

O pedido de antecipação da tutela não comporta provimento.

O requerente ingressou com petição requerendo a antecipação dos efeitos da tutela, sustentando, em síntese, que "mesmo sem o transito em julgado da presente demanda, a Receita Federal do Brasil inscreveu o nome e CPF do autor em dívida ativa e enviou aviso de cobrança com a DARF para pagamento do tributo que entende como correto."

O pedido de antecipação dos efeitos da tutela deve ser indeferido, porquanto o requerente não comprovou a presença dos requisitos legais exigidos, pois apenas relata que foi demonstrado o fumus boni juris e o periculum in mora, sem, todavia, demonstrar a sua existência.

Com efeito, o requerente juntou à sua petição um DARF de cobrança de tributo; todavia, não há demonstração de que a referida cobrança diga respeito ao débito em discussão no presente feito.

Assim, a demonstração da fumaça do bom direito constitui ônus do requerente que, se não for comprovada, impossibilita a concessão da medida pleiteada.

Inexistindo o primeiro dos requisitos, desnecessária se faz a análise do segundo, qual seja, o periculum in mora.

Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela antecipada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013206-94.2013.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADEMAR BLUM
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO OAB: RS-33559
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL (UNIÃO)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de antecipação da tutela requerida por ADEMAR BLUM, por petição incidental no processo em epígrafe.

Sustenta o requerente, em síntese, que a Fazenda está cobrando tributo que ainda está sendo discutido judicialmente, tendo ingressado com ação de execução fiscal.

Afirma que estão presentes os requisitos legais necessários ao deferimento da medida pleiteada, quais sejam, o fumus boni juris e o periculum in mora.

É, no essencial, o relatório.

O pedido de antecipação da tutela não comporta provimento.

O requerente ingressou com petição requerendo a antecipação dos efeitos da tutela, sustentando, em síntese, que "mesmo sem o transito em julgado da presente demanda, a Receita Federal do Brasil ajuizou a execução fiscal n. 035/1.13.0003106-1, a qual tramita na 1ª. Vara Cível da Comarca de Sapucaia do Sul/RS."

O pedido de antecipação dos efeitos da tutela deve ser indeferido, porquanto o requerente não comprovou a presença dos requisitos legais exigidos, pois apenas relata que foi demonstrado o fumus boni juris e o periculum in mora, sem, todavia, demonstrar a sua existência.

Com efeito, o requerente juntou à sua petição uma carta de citação em execução fiscal, acompanhada dos documentos que a instruem, documentos esses dos quais não é possível inferir se o débito ali cobrado é o mesmo em discussão na presente lide.

Assim, a demonstração da fumaça do bom direito constitui ônus do requerente que, se não for comprovada, impossibilita a concessão da medida pleiteada, como no presente caso.

Inexistindo o primeiro dos requisitos, desnecessária se faz a análise do segundo, qual seja, o periculum in mora.

Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela antecipada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013206-94.2013.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL (UNIÃO)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ADEMAR BLUM
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO OAB: RS-33559

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração, o qual ora recebo como agravo, interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo autor, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A discussão nos autos versa sobre a incidência de imposto de renda sobre valores recebidos em atraso e acumuladamente, em virtude de demanda judicial.

Na inicial, a parte autora pleiteia a devolução dos valores já recolhidos, porquanto defende que não incide imposto de renda sobre o montante recebido em atraso, acumuladamente, isto porque o cálculo da exação deve ser feito mês a mês e, caso tivesse sido realizado dessa forma, verificar-se-ia que o valor seccionado estaria isento de tributação.

O juízo de piso julgou procedente o pedido da parte autora, reconhecendo a não incidência do tributo sobre os valores percebidos cumulativamente, bem como condenou a União a devolver os valores equivocadamente recolhidos.

Em sede de recurso, foi mantido o decisum retro citado.

A União sustenta, no presente recurso, que é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios, em razão do acréscimo patrimonial observado no caso concreto. Assevera que "Como, no caso em tela, é reconhecida a natureza salarial dos valores recebidos judicial e administrativamente, exigível é o imposto de renda incidente sobre os juros moratórios", tendo em vista que os juros tem caráter acessório e, por isso, devem seguir a mesma sorte do montante principal. Aponta, como paradigmas, julgados do STJ.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão já foi decidida no Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1.118.429/SP, decidido sob o rito dos repetitivos. Confira-se:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARCELAS ATRASADAS RECEBIDAS DE FORMA ACUMULADA.

1. O Imposto de Renda incidente sobre os benefícios pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando a renda auferida mês a mês pelo segurado. Não é legítima a cobrança de IR com parâmetro no montante global pago extemporaneamente. Precedentes do STJ.

2. Recurso Especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e do art. 8º da Resolução STJ 8/2008."

(REsp 1118429/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/03/2010, DJe 14/05/2010)

Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, no sentido a cobrança de imposto de renda sobre valores recebidos acumuladamente deve observar o regime de competência, ou seja, o tributo deve ser calculado mês a mês, com a aplicação da respectiva alíquota, como se o pagamento houvesse sido realizado tempestivamente na esfera administrava, e não judicialmente, como ocorreu na espécie.

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0007663-16.2011.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: LORISNEI FORTES DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO FERNANDES DE SOUZA OAB: MT-5721
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso que, mantendo a sentença, deixou de reconhecer imunidade aos servidores militares.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a necessidade de uniformizar o entendimento que venha a ser adotado no Supremo Tribunal Federal, que reconheceu repercussão geral da matéria no RE 596.701:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR INATIVO. REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RELEVÂNCIA JURÍDICA E ECONÔMICA DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0517407-63.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CELIANE CRISTINA BARBOSA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de repetição de indébito tributário.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.

No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.

Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, o indeferimento do recurso da parte autora pela ausência de preparo, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.

Destarte, incide a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2012.51.51.028443-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): WALTER SIMÕES SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ RICARDO CAMPOS SOUTO OAB: RJ-135913

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, reconheceu a possibilidade de renúncia ao desconto do adicional de contribuição de 1,5% (um e meio por cento) destinado à manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765/60.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 05071018920114058400:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. MILITAR. CONTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA DE 1,5%. MP Nº 2.215-10/01. PENSÃO MILITAR. LEI Nº 3.765/60. PRAZO PARA A RENÚNCIA. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DO E. STJ. RESP Nº 1.183.535/RJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE

[...]

8. Quanto ao exame do mérito, a Medida Provisória nº 2.131/2000 estabeleceu a continuidade do benefício de pensão militar para filhas solteiras de militares, prevista na Lei nº 3765/1960, desde que não houvesse renúncia expressa do militar contribuinte em determinado prazo, previsto no §1º, do art. 31 da referida norma.

9. Analisando a natureza jurídica dessa contribuição, destaco que, ainda que um tributo seja por natureza compulsório, essa natureza impositiva não se aplica plenamente no caso de algumas contribuições. Como leciona Paulo Ayres Barreto, "as prescrições constitucionais que se voltam para a espécie tributária contribuições permitem-nos inferir ser a vantagem ou especial benefício traço característico nas contribuições", para concluir que, "nas contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas, a ênfase no vocábulo 'interesse'. Exige-se a contribuição em prol da categoria, de seu interesse, em benefício dos que a compõem. Em verdade, por mais tênue que seja a forma de reversão do tributo pago a esse título, não há como negar que há alguns benefícios decorrentes da organização das categorias profissionais ou econômicas." (Contribuições - Regime Jurídico, Destinação e Controle, 2ª ed., São Paulo: Noeses, 2011, pág. 116/117).

10. A relação jurídica entre os militares ativos e inativos, responsáveis pelo custeio da contribuição adicional de 1,5%, prevista na Lei 3.765/1960, bem como a vantagem que esse adicional lhes oferece, aproxima essa contribuição específica, das contribuições de interesse de categoria, razão pela qual não se deve perder de vista a relação entre custeio e benefício representada pelo termo "interesse".

11. Nesse sentido, a permissão de renúncia ao benefício e à própria contribuição, trazida pelo art. 31, apenas esclarece o sentido finalístico do tributo, a necessidade de contrapartida no pagamento da contribuição, posto ser a sua arrecadação destinada especificamente ao pagamento de pensão militar à dependente deste, observadas determinadas circunstâncias.

12. A fixação de um prazo máximo para o exercício do direito de renúncia, seria, portanto, irrelevante, se verificada a ausência do interesse na manutenção da obrigação tributária, até mesmo pela necessidade de redução do déficit da previdência militar, conforme destacado em decisão trazida como paradigma, do Superior Tribunal de Justiça, segunda a qual "o prazo indicado no art. 31 da MP 2.215-10/2001 é inteiramente inócuo, sendo possível a manifestação de renúncia após o prazo estabelecido, tendo em vista a ausência de prejuízo ao erário, convergindo a renúncia com a finalidade da nova legislação: minorar o déficit da previdência militar." (REsp nº1.183.535-RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª T, 03/08/2010).

13. Somente por amor à argumentação, mesmo que não se entenda pela facultatividade da contribuição, forçoso reconhecer que a estipulação de uma renúncia de receita condicionada a uma renúncia de despesa pela União Federal, não deveria ficar restrita a um prazo exíguo; se a desistência manifestada intempestivamente pelo autor vai de encontro à própria finalidade da renúncia em questão, conclui-se que o prazo fixado viola a razoabilidade, e reflexamente, o princípio da proporcionalidade como condicionante interpretativo dos direitos sociais.

4. A atribuição do ônus da renúncia ao militar contribuinte, portanto, não descaracteriza o fato de que por meio da MP nº 2.131/2000, a União Federal estabeleceu verdadeira renúncia de receita tributária, condicionada à cessação de uma despesa futura, o que permite concluir que, ainda que desrespeitado o prazo, possui direito o autor aos efeitos dessa renúncia.

15. Entrementes, de acordo com a Questão de Ordem nº 20 da TNU, os autos deverão retornar à Turma Recursal de origem para que, considerando a premissa de direito ora fixada, proceda à adequação do julgado.

16. Diante do quanto exposto, vislumbrada divergência jurisprudencial, dou provimento ao Incidente para (i) firmar a tese de que em razão da especificidade da contribuição adicional prevista no artigo 31, caput, da Medida Provisória nº 2.215-10/2001, a renúncia pode ser exercida após o prazo fixado no §1º do citado artigo; (ii) anular o acórdão recorrido, nos termos da Questão de Ordem nº 20, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional. 17. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2011.51.01.013623-6

ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

REQUERIDO(A): ANTONIO DE QUEIROZ FIGUEIREDO

PROC./ADV.: RODRIGO RAMOS DE OLIVEIRA OAB: RJ-100415

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, reconheceu a possibilidade de renúncia ao desconto do adicional de contribuição de 1,5% (um e meio por cento) destinado à manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765/60.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 05071018920114058400:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. MILITAR. CONTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA DE 1,5%. MP Nº 2.215-10/01. PENSÃO MILITAR. LEI Nº 3.765/60. PRAZO PARA A RENÚNCIA. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DO E. STJ. RESP Nº 1.183.535/RJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE

[...]

8. Quanto ao exame do mérito, a Medida Provisória nº 2.131/2000 estabeleceu a continuidade do benefício de pensão militar para filhas solteiras de militares, prevista na Lei nº 3765/1960, desde que não houvesse renúncia expressa do militar contribuinte em determinado prazo, previsto no §1º, do art. 31 da referida norma.

9. Analisando a natureza jurídica dessa contribuição, destaco que, ainda que um tributo seja por natureza compulsório, essa natureza impositiva não se aplica plenamente no caso de algumas contribuições. Como leciona Paulo Ayres Barreto, "as prescrições constitucionais que se voltam para a espécie tributária contribuições permitem-nos inferir ser a vantagem ou especial benefício traço característico nas contribuições", para concluir que, "nas contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas, a ênfase no vocábulo 'interesse'. Exige-se a contribuição em prol da categoria, de seu interesse, em benefício dos que a compõem. Em verdade, por mais tênue que seja a forma de reversão do tributo pago a esse título, não há como negar que há alguns benefícios decorrentes da organização das categorias profissionais ou econômicas." (Contribuições - Regime Jurídico, Destinação e Controle, 2ª ed., São Paulo: Noeses, 2011, pág. 116/117).

10. A relação jurídica entre os militares ativos e inativos, responsáveis pelo custeio da contribuição adicional de 1,5%, prevista na Lei 3.765/1960, bem como a vantagem que esse adicional lhes oferece, aproxima essa contribuição específica, das contribuições de interesse de categoria, razão pela qual não se deve perder de vista a relação entre custeio e benefício representada pelo termo "interesse".

11. Nesse sentido, a permissão de renúncia ao benefício e à própria contribuição, trazida pelo art. 31, apenas esclarece o sentido finalístico do tributo, a necessidade de contrapartida no pagamento da contribuição, posto ser a sua arrecadação destinada especificamente ao pagamento de pensão militar à dependente deste, observadas determinadas circunstâncias.

12. A fixação de um prazo máximo para o exercício do direito de renúncia, seria, portanto, irrelevante, se verificada a ausência do interesse na manutenção da obrigação tributária, até mesmo pela necessidade de redução do déficit da previdência militar, conforme destacado em decisão trazida como paradigma, do Superior Tribunal de Justiça, segunda a qual "o prazo indicado no art. 31 da MP 2.215-10/2001 é inteiramente inócuo, sendo possível a manifestação de renúncia após o prazo estabelecido, tendo em vista a ausência de prejuízo ao erário, convergindo a renúncia com a finalidade da nova legislação: minorar o déficit da previdência militar." (REsp nº1.183.535-RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª T, 03/08/2010).

13. Somente por amor à argumentação, mesmo que não se entenda pela facultatividade da contribuição, forçoso reconhecer que a estipulação de uma renúncia de receita condicionada a uma renúncia de despesa pela União Federal, não deveria ficar restrita a um prazo exíguo; se a desistência manifestada intempestivamente pelo autor vai de encontro à própria finalidade da renúncia em questão, conclui-se que o prazo fixado viola a razoabilidade, e reflexamente, o princípio da proporcionalidade como condicionante interpretativo dos direitos sociais.

4. A atribuição do ônus da renúncia ao militar contribuinte, portanto, não descaracteriza o fato de que por meio da MP nº 2.131/2000, a União Federal estabeleceu verdadeira renúncia de receita tributária, condicionada à cessação de uma despesa futura, o que permite concluir que, ainda que desrespeitado o prazo, possui direito o autor aos efeitos dessa renúncia.

15. Entrementes, de acordo com a Questão de Ordem nº 20 da TNU, os autos deverão retornar à Turma Recursal de origem para que, considerando a premissa de direito ora fixada, proceda à adequação do julgado.

16. Diante do quanto exposto, vislumbrada divergência jurisprudencial, dou provimento ao Incidente para (i) firmar a tese de que em razão da especificidade da contribuição adicional prevista no artigo 31, caput, da Medida Provisória nº 2.215-10/2001, a renúncia pode ser exercida após o prazo fixado no §1º do citado artigo; (ii) anular o acórdão recorrido, nos termos da Questão de Ordem nº 20, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional. 17. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2012.51.01.101520-2

ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

REQUERIDO(A): RAUL MOREIRA DOS REIS

PROC./ADV.: GRAZIELA SUELI MENINI OAB: RJ-121085

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, reconheceu a possibilidade de renúncia ao desconto do adicional de contribuição de 1,5% (um e meio por cento) destinado à manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765/60.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 05071018920114058400:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. MILITAR. CONTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA DE 1,5%. MP Nº 2.215-10/01. PENSÃO MILITAR. LEI Nº 3.765/60. PRAZO PARA A RENÚNCIA. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DO E. STJ. RESP Nº 1.183.535/RJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE

[...]

8. Quanto ao exame do mérito, a Medida Provisória nº 2.131/2000 estabeleceu a continuidade do benefício de pensão militar para filhas solteiras de militares, prevista na Lei nº 3765/1960, desde que não houvesse renúncia expressa do militar contribuinte em determinado prazo, previsto no §1º, do art. 31 da referida norma.

9. Analisando a natureza jurídica dessa contribuição, destaco que, ainda que um tributo seja por natureza compulsório, essa natureza impositiva não se aplica plenamente no caso de algumas contribuições. Como leciona Paulo Ayres Barreto, "as prescrições constitucionais que se voltam para a espécie tributária contribuições permitem-nos inferir ser a vantagem ou especial benefício traço característico nas contribuições", para concluir que, "nas contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas, a ênfase no vocábulo 'interesse'. Exige-se a contribuição em prol da categoria, de seu interesse, em benefício dos que a compõem. Em verdade, por mais tênue que seja a forma de reversão do tributo pago a esse título, não há como negar que há alguns benefícios decorrentes da organização das categorias profissionais ou econômicas." (Contribuições - Regime Jurídico, Destinação e Controle, 2ª ed., São Paulo: Noeses, 2011, pág. 116/117).

10. A relação jurídica entre os militares ativos e inativos, responsáveis pelo custeio da contribuição adicional de 1,5%, prevista na Lei 3.765/1960, bem como a vantagem que esse adicional lhes oferece, aproxima essa contribuição específica, das contribuições de interesse de categoria, razão pela qual não se deve perder de vista a relação entre custeio e benefício representada pelo termo "interesse".

11. Nesse sentido, a permissão de renúncia ao benefício e à própria contribuição, trazida pelo art. 31, apenas esclarece o sentido finalístico do tributo, a necessidade de contrapartida no pagamento da contribuição, posto ser a sua arrecadação destinada especificamente ao pagamento de pensão militar à dependente deste, observadas determinadas circunstâncias.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

12. A fixação de um prazo máximo para o exercício do direito de renúncia, seria, portanto, irrelevante, se verificada a ausência do interesse na manutenção da obrigação tributária, até mesmo pela necessidade de redução do déficit da previdência militar, conforme destacado em decisão trazida como paradigma, do Superior Tribunal de Justiça, segunda a qual "o prazo indicado no art. 31 da MP 2.215-10/2001 é inteiramente inócuo, sendo possível a manifestação de renúncia após o prazo estabelecido, tendo em vista a ausência de prejuízo ao erário, convergindo a renúncia com a finalidade da nova legislação: minorar o déficit da previdência militar." (REsp nº1.183.535-RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª T, 03/08/2010).

13. Somente por amor à argumentação, mesmo que não se entenda pela facultatividade da contribuição, forçoso reconhecer que a estipulação de uma renúncia de receita condicionada a uma renúncia de despesa pela União Federal, não deveria ficar restrita a um prazo exíguo; se a desistência manifestada intempestivamente pelo autor vai de encontro à própria finalidade da renúncia em questão, conclui-se que o prazo fixado viola a razoabilidade, e reflexamente, o princípio da proporcionalidade como condicionante interpretativo dos direitos sociais.

4. A atribuição do ônus da renúncia ao militar contribuinte, portanto, não descaracteriza o fato de que por meio da MP nº 2.131/2000, a União Federal estabeleceu verdadeira renúncia de receita tributária, condicionada à cessação de uma despesa futura, o que permite concluir que, ainda que desrespeitado o prazo, possui direito o autor aos efeitos dessa renúncia.

15. Entrementes, de acordo com a Questão de Ordem nº 20 da TNU, os autos deverão retornar à Turma Recursal de origem para que, considerando a premissa de direito ora fixada, proceda à adequação do julgado.

16. Diante do quanto exposto, vislumbrada divergência jurisprudencial, dou provimento ao Incidente para (i) firmar a tese de que em razão da especificidade da contribuição adicional prevista no artigo 31, caput, da Medida Provisória nº 2.215-10/2001, a renúncia pode ser exercida após o prazo fixado no §1º do citado artigo; (ii) anular o acórdão recorrido, nos termos da Questão de Ordem nº 20, determinando a realização de novo julgamento à luz do entendimento desta Turma Nacional. 17. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507823-80.2012.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA
PROC./ADV.: MATHEUS DÓSEA LEITE OAB: SE-5 845
PROC./ADV.: ALCEU CASTRO IVO OAB: SE-4 340
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, mantendo a sentença, deixou de reconhecer imunidade tributária aos servidores militares.

É, no essencial, o relatório.

No caso dos autos, verifica-se a necessidade de aguardar o entendimento que venha a ser adotado pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu repercussão geral da matéria no RE 596.701:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR INATIVO. REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RELEVÂNCIA JURÍDICA E ECONÔMICA DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.53.004497-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PFN
REQUERIDO (A): ELIZEU PINTO PESSANHA
PROC./ADV.: SÉRGIO LUIS DE SOUZA ALVES OAB: RJ 127.768

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

A Turma de origem modificou a sentença para julgar procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre proventos de aposentadoria da parte autora por ser portador de sequela gravíssima decorrente de Acidente Vascular Cerebral - AVC.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual é "incabível interpretação extensiva do aludido benefício à situação que não se enquadre no texto expresso da lei, em conformidade com o estatuído pelo art. 111, II, do CTN".

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505122-24.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PFN
REQUERIDO (A): JORGE CORRÊA
PROC./ADV.: VITOR SOARES FERREIRA OAB: RN 6.176

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

A Turma de origem modificou a sentença para julgar procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre proventos de aposentadoria da parte autora, por ser portador de imunodeficiência comum variável, equiparando-a a AIDS.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual não é admissível isenção por equiparação, porquanto o rol constante da Lei 7.713/1988 é taxativo, não comportando interpretação extensiva para abarcar situações não previstas expressamente na lei.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0517426-35.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JESSÉ PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: BRUNO BAPTISTA OAB: PE19.805
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, afastando a sentença, acolheu o pedido inicial de restituição dos valores referentes ao Imposto de Renda incidente sobre o montante recebido de entidade de previdência privada, a título de complementação de aposentadoria.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a questão versada nos presentes autos, qual seja, a incidência do imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos entre 1989 e 1995, foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.012.903/RJ, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, conforme ementa do julgado:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08."

(REsp n. 1.012.903/RJ, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, Dje de 13.10.2008.)

Quanto à sistemática de cálculo dos valores a restituir, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do incidente de uniformização de jurisprudência n. 2006.83.00.51.5712-4, assim se pronunciou, verbis:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem')."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0538689-31.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUIZ JOSÉ FERREIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: BRUNO BAPTISTA OAB: PE19.805
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de restituição dos valores referentes ao Imposto de Renda incidente sobre o montante recebido de entidade de previdência privada, a título de complementação de aposentadoria.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a questão versada nos presentes autos, qual seja, a incidência do imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos entre 1989 e 1995, foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.012.903/RJ, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, conforme ementa do julgado:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08."

(REsp n. 1.012.903/RJ, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, Dje de 13.10.2008.)

Quanto à sistemática de cálculo dos valores a restituir, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do incidente de uniformização de jurisprudência n. 2006.83.00.51.5712-4, assim se pronunciou, verbis:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem')."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507572-51.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARLY CASTELLAR DE CASTRO
PROC./ADV.: BRUNO BAPTISTA OAB: PE19.805
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, afastando parcialmente a sentença, acolheu o pedido inicial de restituição dos valores referentes ao Imposto de Renda incidente sobre o montante recebido de entidade de previdência privada, a título de complementação de aposentadoria.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a questão versada nos presentes autos, qual seja, a incidência do imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos entre 1989 e 1995, foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.012.903/RJ, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, conforme ementa do julgado:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08."

(REsp n. 1.012.903/RJ, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, Dje de 13.10.2008.)

Quanto à sistemática de cálculo dos valores a restituir, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do incidente de uniformização de jurisprudência n. 2006.83.00.51.5712-4, assim se pronunciou, verbis:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem')."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001462-08.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): ALISSON GIOVANE DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV: MARCELLA FERREIRA PEGORINI OAB: SC-28 006

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, não há incidência da contribuição previdenciária sobre férias e respectivo terço aos avulsos, tendo em vista que as referidas verbas possuem caráter indenizatório.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A partir da análise dos autos verifica-se que a divergência jurisprudencial trazida no bojo do incidente de uniformização não guarda consonância com os termos das decisões de origem, uma vez que o objeto de debate encontra-se pautado na não incidência da contribuição previdenciária sobre as férias e o respectivo 1/3 enquanto que o respectivo pedido de uniformização versa sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas ou não gozadas. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Nesse sentindo, incidem os óbices previstos na Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5003854-18.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): HERNANDO MANOEL DE FREITAS
PROC./ADV: MARCELLA FERREIRA PEGORINI OAB: SC-28 006

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, não há incidência da contribuição previdenciária sobre férias e respectivo terço aos avulsos, tendo em vista que as referidas verbas possuem caráter indenizatório.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A partir da análise dos autos verifica-se que a divergência jurisprudencial trazida no bojo do incidente de uniformização não guarda consonância com os termos das decisões de origem, uma vez que o objeto de debate encontra-se pautado na não incidência da contribuição previdenciária sobre as férias e o respectivo 1/3 enquanto que o respectivo pedido de uniformização versa sobre a incidência do IRPF e contribuição previdenciária sobre férias gozadas ou não gozadas. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Nesse sentindo, incidem os óbices previstos na Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ainda que assim não fosse, se forçoso for o entendimento de que as decisões de origem trataram da discussão do IRPF sobre 1/3 de férias o presente recurso encontraria óbice ao seu seguimento pela incidência da Questão de Ordem nº 18: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001456-98.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): JOSÉ FARIAS FILHO
PROC./ADV: MARCELLA FERREIRA PEGORINI OAB: SC-28 006

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, não há incidência da contribuição previdenciária sobre férias e respectivo terço aos avulsos, tendo em vista que as referidas verbas possuem caráter indenizatório.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A partir da análise dos autos verifica-se que a divergência jurisprudencial trazida no bojo do incidente de uniformização não guarda consonância com os termos das decisões de origem, uma vez que o objeto de debate encontra-se pautado na não incidência da contribuição previdenciária sobre as férias e o respectivo 1/3 enquanto que o respectivo pedido de uniformização versa sobre a incidência do IRPF sobre férias. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Nesse sentindo, incidem os óbices previstos na Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma;"na Questão de Ordem nº 10: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."

Ainda que assim não fosse, se forçoso for o entendimento de que as decisões de origem trataram da discussão do IRPF sobre 1/3 de férias o presente recurso encontraria óbice ao seu seguimento pela incidência da Questão de Ordem nº 18: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002803-69.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): JOÃO MANOEL WITT FERNANDES
PROC./ADV: MARCELLA FERREIRA PEGORINI OAB: SC-28 006

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, não há incidência da contribuição previdenciária sobre férias e respectivo terço aos avulsos, tendo em vista que as referidas verbas possuem caráter indenizatório.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A partir da análise dos autos verifica-se que a divergência jurisprudencial trazida no bojo do incidente de uniformização não guarda consonância com os termos das decisões de origem, uma vez que o objeto de debate encontra-se pautado na não incidência da contribuição previdenciária sobre as férias e o respectivo 1/3 enquanto que o respectivo pedido de uniformização versa sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas ou não gozadas. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Nesse sentindo, incidem os óbices previstos na Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001494-13.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): JORGE SATURNINO DA COSTA
PROC./ADV: MARCELLA FERREIRA PEGORINI OAB: SC-28 006

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, não há incidência da contribuição previdenciária sobre férias e respectivo terço aos avulsos, tendo em vista que as referidas verbas possuem caráter indenizatório.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A partir da análise dos autos verifica-se que a divergência jurisprudencial trazida no bojo do incidente de uniformização não guarda consonância com os termos das decisões de origem, uma vez que o objeto de debate encontra-se pautado na não incidência da contribuição previdenciária sobre as férias e o respectivo 1/3 enquanto que o respectivo pedido de uniformização versa sobre a incidência do IRPF e contribuição previdenciária sobre férias gozadas ou não gozadas. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Nesse sentindo, incidem os óbices previstos na Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001921-10.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): HELCIUS NORIVAL FRANCISCO
PROC./ADV: MARCELLA FERREIRA PEGORINI OAB: SC-28 006

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, não há incidência da contribuição previdenciária sobre férias e respectivo terço aos avulsos, tendo em vista que as referidas verbas possuem caráter indenizatório.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A partir da análise dos autos verifica-se que a divergência jurisprudencial trazida no bojo do incidente de uniformização não guarda consonância com os termos das decisões de origem, uma vez que o objeto de debate encontra-se pautado na não incidência da contribuição previdenciária sobre as férias e o respectivo 1/3 enquanto que o respectivo pedido de uniformização versa sobre a incidência do IRPF e contribuição previdenciária sobre férias gozadas ou não gozadas. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Nesse sentindo, incidem os óbices previstos na Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001984-35.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): WILSON LUIZ NEVES
PROC./ADV: MARCELLA FERREIRA PEGORINI OAB: SC-28 006

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, não há incidência da contribuição previdenciária sobre férias e respectivo terço aos avulsos, tendo em vista que as referidas verbas possuem caráter indenizatório.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A partir da análise dos autos verifica-se que a divergência jurisprudencial trazida no bojo do incidente de uniformização não guarda consonância com os termos das decisões de origem, uma vez que o objeto de debate encontra-se pautado na não incidência da contribuição previdenciária sobre as férias e o respectivo 1/3 enquanto que o respectivo pedido de uniformização versa sobre a incidência do IRPF e contribuição previdenciária sobre férias gozadas ou não gozadas. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nesse sentindo, incidem os óbices previstos na Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001475-07.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): OSMAR ANTONIO DIAS
PROC./ADV: MARCELLA FERREIRA PEGORINI OAB: SC-28 006

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, não há incidência da contribuição previdenciária sobre férias e respectivo terço aos avulsos, tendo em vista que as referidas verbas possuem caráter indenizatório.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A partir da análise dos autos verifica-se que a divergência jurisprudencial trazida no bojo do incidente de uniformização não guarda consonância com os termos das decisões de origem, uma vez que o objeto de debate encontra-se pautado na não incidência da contribuição previdenciária sobre as férias e o respectivo 1/3 enquanto que o respectivo pedido de uniformização versa sobre a incidência do IRPF e contribuição previdenciária sobre férias gozadas ou não gozadas. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Nesse sentindo, incidem os óbices previstos na Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001452-61.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): JEAN CARLOS DOS SANTOS
PROC./ADV: MARCELLA FERREIRA PEGORINI OAB: SC-28 006

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, não há incidência da contribuição previdenciária sobre férias e respectivo terço aos avulsos, tendo em vista que as referidas verbas possuem caráter indenizatório.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A partir da análise dos autos verifica-se que a divergência jurisprudencial trazida no bojo do incidente de uniformização não guarda consonância com os termos das decisões de origem, uma vez que o objeto de debate encontra-se pautado na não incidência da contribuição previdenciária sobre as férias e o respectivo 1/3 enquanto que o respectivo pedido de uniformização versa sobre a incidência do IRPF e contribuição previdenciária sobre férias gozadas ou não gozadas. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Nesse sentindo, incidem os óbices previstos na Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0532613-88.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSÉ AURELIANO DE BARROS FILHO
PROC./ADV.: ANA CLÁUDIA NEIVA COELHO OAB: PE-18189

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de restituição dos valores referentes ao Imposto de Renda incidente sobre o montante recebido de entidade de previdência privada, a título de complementação de aposentadoria.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a questão versada nos presentes autos, qual seja, a incidência do imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos entre 1989 e 1995, foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.012.903/RJ, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, conforme ementa do julgado:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08."

(REsp n. 1.012.903/RJ, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, Dje de 13.10.2008.)

Quanto à sistemática de cálculo dos valores a restituir, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do incidente de uniformização de jurisprudência n. 2006.83.00.51.5712-4, assim se pronunciou, verbis:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem')."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003155-27.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): NIVALDO FRANCISCO CARDOZO
PROC./ADV: MARCELLA FERREIRA PEGORINI OAB: SC-28 006

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, não há incidência da contribuição previdenciária sobre férias e respectivo terço aos avulsos, tendo em vista que as referidas verbas possuem caráter indenizatório.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A partir da análise dos autos verifica-se que a divergência jurisprudencial trazida no bojo do incidente de uniformização não guarda consonância com os termos das decisões de origem, uma vez que o objeto de debate encontra-se pautado na não incidência da contribuição previdenciária sobre as férias e o respectivo 1/3 enquanto que o respectivo pedido de uniformização versa sobre a incidência do IRPF e contribuição previdenciária sobre férias gozadas ou não gozadas. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Nesse sentindo, incidem os óbices previstos na Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004742-05.2013.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): ARI ANTUNES DOS SANTOS
PROC./ADV: LAURIANE S. CHIAPARINI OAB: SC-23847

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina, que, mantendo a sentença, julgou procedente a pretensão inicial para declarar a inexigibilidade de juros e multa no cálculo da indenização, e reformando-a no que concerne a exclusão da União no polo passivo da demanda.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ no sentido de que o INSS é parte legítima exclusiva para responder pela controvérsia instaurada acerca da indenização de que trata o art. 45-A da Lei 8.212/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

De início, cumpre ressaltar que a questão acerca da legitimidade não atrai a incidência da Súmula 43/TNU, porquanto esta Turma Nacional de Uniformização pacificou o entendimento nos sentido de que "a análise da legitimidade ad causam, não obstante possua natureza processual, reflete no direito material das partes a ponto de ser passível de uniformização de jurisprudência". (PEDILEF 0000734-43.2011.4.01.9330, DOU 22.3.2013)

O Superior Tribunal de Justiça, por meio do REsp 1.325.977/SC, DJe de 24.9.2012, assim elucidou a questão, verbis:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LEGITIMIDADE DA FAZENDA NACIONAL PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA DEMANDA. LEI 11.457/2007. TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE PELAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO INSS PARA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. APOSENTADORIA. RECOLHIMENTO EXTEMPORÂNEO DAS CONTRIBUIÇÕES. INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS E MULTA SOMENTE A PARTIR DA EDIÇÃO DA MP 1.523/96. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. Trata-se, na origem, de ação ordinária que objetiva o reconhecimento da inexigibilidade de multa e juros de mora no cálculo de indenização necessária à expedição de certidão de tempo de serviço para contagem recíproca. Tal indenização relaciona-se com o recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelo

recorrido, ora agravado.

2. O recolhimento dessas contribuições previdenciárias foi transferido à Secretaria da Receita Federal do Brasil pelo art. 2o. da Lei 11.457/07, que previu, por outro lado, em seus arts. 16 e 23, a transferência da responsabilidade pela sua cobrança judicial para a Fazenda Nacional, de modo que à Procuradoria-Geral Federal compete apenas a representação judicial e extrajudicial do INSS.

3. Em outras palavras, da mesma forma que se atribui à Fazenda Nacional a legitimidade ativa para a cobrança judicial da dívida ativa da União Federal, atribui-se-lhe também a legitimidade, no caso, passiva, para a sua defesa em processos como o presente, em que se pleiteia a inexigibilidade de multa e juros de mora incidentes sobre o montante relativo ao recolhimento, em atraso, das contribuições previdenciárias mencionadas no art. 2o. da Lei 11.457/07.

4. Esta Corte firmou entendimento de que a obrigatoriedade imposta pelo § 4o. do art. 45 da Lei 8.212/91 quanto à incidência de juros moratórios e multa no cálculo da indenização das contribuições previdenciárias somente opera a partir da edição da MP 1.523/96 que, conferindo nova redação à Lei de Organização da Seguridade Social acrescentou tal parágrafo ao referido art. 45.

5. Recurso Especial da Fazenda Nacional desprovido.

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001500-20.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): JAMIL JORGE VANZUITA
PROC./ADV: MARCELLA FERREIRA PEGORINI OAB: SC-28 006

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, não há incidência da contribuição previdenciária sobre férias e respectivo terço aos avulsos, tendo em vista que as referidas verbas possuem caráter indenizatório.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A partir da análise dos autos verifica-se que a divergência jurisprudencial trazida no bojo do incidente de uniformização não guarda consonância com os termos das decisões de origem, uma vez que o objeto de debate encontra-se pautado na não incidência da contribuição previdenciária sobre as férias e o respectivo 1/3 enquanto que o respectivo pedido de uniformização versa sobre a incidência do IRPF e contribuição previdenciária sobre férias gozadas ou não gozadas. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Nesse sentindo, incidem os óbices previstos na Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ainda que assim não fosse, se forçoso for o entendimento de que as decisões de origem trataram da discussão do IRPF sobre 1/3 de férias o presente recurso encontraria óbice ao seu seguimento pela incidência da Questão de Ordem nº 18: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5040707-93.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PLINIO MARCELO SCHMIDT
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES OAB: RS-43166
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem afastou a sentença, para julgar improcedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é indevida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que a parte autora/requerida não demonstrou que a cobrança do imposto de renda incidiu sobre verbas rescisórias, isentas, ou que de algum modo não estivessem sujeitas à tributação.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5062558-28.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLOVIS CAMARA ZIMMER
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES OAB: RS-43 166
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem afastou a sentença, para julgar improcedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é indevida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que a parte autora/requerida não demonstrou que a cobrança do imposto de renda incidiu sobre verbas rescisórias, isentas, ou que de algum modo não estivessem sujeitas à tributação.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5055249-19.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FERNANDO AZAMBUJA FILHO
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES OAB: RS-43166
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou improcedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é indevida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que a parte autora/requerida não demonstrou que a cobrança do imposto de renda incidiu sobre verbas rescisórias, isentas, ou que de algum modo não estivessem sujeitas à tributação.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5009959-88.2011.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): MARCIA DE AMORIM
PROC./ADV: FABRÍCIO NATAL DELL´ AGNOLO OAB: SC 14.050

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina, que, mantendo a sentença, julgou procedente a pretensão inicial para declarar a inexigibilidade de juros e multa no cálculo da indenização para expedição de certidão de tempo de serviço e reformando no que concerne a inclusão da União e do INSS no pólo passivo da demanda.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ no sentido de que o INSS é parte legítima exclusiva para responder pela controvérsia instaurada acerca da indenização de que trata o art. 45-A da Lei 8.212/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

De início, cumpre ressaltar que a questão acerca da legitimidade não atrai a incidência da Súmula 43/TNU, porquanto esta Turma Nacional de Uniformização pacificou o entendimento nos sentido de que "a análise da legitimidade ad causam, não obstante possua natureza processual, reflete no direito material das partes a ponto de ser passível de uniformização de jurisprudência". (PEDILEF 0000734-43.2011.4.01.9330, DOU 22.3.2013)

O Superior Tribunal de Justiça, por meio do REsp 1.325.977/SC, DJe de 24.9.2012, assim elucidou a questão, verbis:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LEGITIMIDADE DA FAZENDA NACIONAL PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA DEMANDA. LEI 11.457/2007. TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE PELAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO INSS PARA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. APOSENTADORIA. RECOLHIMENTO EXTEMPORÂNEO DAS CONTRIBUIÇÕES. INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS E MULTA SOMENTE A PARTIR DA EDIÇÃO DA MP 1.523/96. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. Trata-se, na origem, de ação ordinária que objetiva o reconhecimento da inexigibilidade de multa e juros de mora no cálculo de indenização necessária à expedição de certidão de tempo de serviço para contagem recíproca. Tal indenização relaciona-se com o recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelo recorrido, ora agravado.

2. O recolhimento dessas contribuições previdenciárias foi transferido à Secretaria da Receita Federal do Brasil pelo art. 2o. da Lei 11.457/07, que previu, por outro lado, em seus arts. 16 e 23, a transferência da responsabilidade pela sua cobrança judicial para a Fazenda Nacional, de modo que à Procuradoria-Geral Federal compete apenas a representação judicial e extrajudicial do INSS.

3. Em outras palavras, da mesma forma que se atribui à Fazenda Nacional a legitimidade ativa para a cobrança judicial da dívida ativa da União Federal, atribui-se-lhe também a legitimidade, no caso, passiva, para a sua defesa em processos como o presente, em que se pleiteia a inexigibilidade de multa e juros de mora incidentes sobre o montante relativo ao recolhimento, em atraso, das contribuições previdenciárias mencionadas no art. 2o. da Lei 11.457/07.

4. Esta Corte firmou entendimento de que a obrigatoriedade imposta pelo § 4o. do art. 45 da Lei 8.212/91 quanto à incidência de juros moratórios e multa no cálculo da indenização das contribuições previdenciárias somente opera a partir da edição da MP 1.523/96 que, conferindo nova redação à Lei de Organização da Seguridade Social acrescentou tal parágrafo ao referido art. 45.

5. Recurso Especial da Fazenda Nacional desprovido.

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008625-09.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTONIO JORGE LEITAO SCHILLING
PROC./ADV.: CELSO SIMÕES DA CUNHA OAB: RS-62 300
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, afastando a sentença, rejeitou o pedido inicial de inexigibilidade da cobrança do Imposto de Renda incidente sobre verbas auferidas por ocasião da adesão do autor ao plano de repactuação promovido pela entidade de previdência privada à qual é vinculado.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0003761-84.2009.4.03.6311, firmou o entendimento no sentido de que:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. INCENTIVO À ADESÃO AO PROCESSO DE REPACTUAÇÃO DO REGULAMENTO DE PLANO DE BENEFÍCIOS DE FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. VALOR MONETÁRIO. INCIDÊNCIA DE IRPF. INCIDENTE PROVIDO. 1. A União Federal interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, sob o fundamento de que a decisão impugnada está em desacordo com entendimento do STJ (REsp 908914 / MG, Resp 960029 / SC, REsp 957.350/CE) ao reconhecer a não incidência do Imposto de Renda sobre os valores recebidos em virtude da adesão à repactuação do plano de previdência complementar da Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS. 2. O STJ já firmou entendimento reconhecendo o caráter remuneratório da verba "valor monetário - repactuação" (REsp 1173279/AM, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2012, DJe 23/05/2012). 3. O tema em questão já foi pacificado por esta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 05036615120124058400, Relator Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU 20/09/2013), quando se reafirmou o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de "valor monetário" como incentivo à migração para novo plano de benefícios de previdência privada. 4. Incidente de Uniformização conhecido e provido para reformar o v. acórdão, reconhecendo a incidência de IRPF sobre o valor recebido a título de "valor monetário" referente à repactuação do plano de previdência complementar da Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS."

(PEDILEF 00037618420094036311, Rel. Juiz Federal André Carvalho Monteiro, Julgado em 12/12/2013)

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002884-37.2012.4.04.7116
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALADI DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FERNANDO DA SILVA CALVETE OAB: RS-43 031
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem afastou parcialmente a sentença, no ponto em que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é indevida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que as verbas trabalhistas recebidas possuem natureza nitidamente remuneratória, não se submetendo às hipóteses de isenção ou não incidência do imposto de renda.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009598-61.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANDRE LUIS SANTOS ROCHA
PROC./ADV.: CELSO SIMÕES DA CUNHA OAB: RS-62 300
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, afastando a sentença, rejeitou o pedido inicial de inexigibilidade da cobrança do Imposto de Renda incidente sobre verbas auferidas por ocasião da adesão do autor ao plano de repactuação promovido pela entidade de previdência privada à qual é vinculado.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0003761-84.2009.4.03.6311, firmou o entendimento no sentido de que:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. INCENTIVO À ADESÃO AO PROCESSO DE REPACTUAÇÃO DO REGULAMENTO DE PLANO DE BENEFÍCIOS DE FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. VALOR MONETÁRIO. INCIDÊNCIA DE IRPF. INCIDENTE PROVIDO. 1. A União Federal interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, sob o fundamento de que a decisão impugnada está em desacordo com entendimento do STJ (REsp 908914 / MG, Resp 960029 / SC, REsp 957.350/CE) ao reconhecer a não incidência do Imposto de Renda sobre os valores recebidos em virtude da adesão à repactuação do plano de previdência complementar da Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS. 2. O STJ já firmou entendimento reconhecendo o caráter remuneratório da verba "valor monetário - repactuação" (REsp 1173279/AM, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2012, DJe 23/05/2012). 3. O tema em questão já foi pacificado por esta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 05036615120124058400, Relator Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU 20/09/2013), quando se reafirmou o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de "valor monetário" como incentivo à migração para novo plano de benefícios de previdência privada. 4. Incidente de Uniformização conhecido e provido para reformar o v. acórdão, reconhecendo a incidência de IRPF sobre o valor recebido a título de "valor monetário" referente à repactuação do plano de previdência complementar da Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS."

(PEDILEF 00037618420094036311, Rel. Juiz Federal André Carvalho Monteiro, Julgado em 12/12/2013)

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005490-02.2011.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUIZ SEMPREBOM
PROC./ADV.: ANDRÉA REGIANE SANGALETTI OAB: SC-13759

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, reconheceu a inexigibilidade de juros e multa no cálculo da indenização para expedição de certidão de tempo de serviço.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acolhimento da pretensão deduzida importaria no reconhecimento da ilegitimidade passiva ad causam da União, discussão incabível tendo em vista o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000239-20.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): ROSE MARI PINHEIRO
PROC./ADV: ALDAIR PAUVELZ OAB: SC-33 613

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem manteve a sentença para julgar procedente o pedido inicial de isenção do imposto de renda incidente sobre pensão especial de ex-combatente da FEB, bem com a respectiva restituição dos valores descontados a título de imposto de renda incidente sobre a pensão militar a partir de 16/01/2008.

A decisão recorrida entendeu que a concessão da isenção do IR no caso concreto é devida visto que "no caso dos autos, conforme se observa do Título de Pensão Militar anexo (fl.01 do documento ANEXO2 - evento 15), a autora teve deferido o benefício de pensão especial com base no art.30 da Lei nº 4242/63, o qual dispõe: 'art. 30. É concedida aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, da FEB, da FAB e da Marinha, que participaram ativamente das operações de guerra e se encontram incapacitados, sem poder prover os próprios meios de subsistência e não percebem qualquer importância dos cofres públicos, bem como a seus herdeiros, pensão igual à estipulada no art. 26 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960. Parágrafo único. Na concessão da pensão observar-se-á o disposto nos arts.30 e 31 da mesma Lei nº 3.765, de 1960'."

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual não reconhece a isenção do imposto de renda no benefício de pensão especial de ex-combatente.

O incidente de uniformização foi admitido na origem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Não prospera a irresignação.

Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização decidiu que "a isenção do imposto de renda beneficia apenas os ex-combatentes cuja pensão especial seja decorrente de incapacidade ou invalidez" (PEDILEF 2010.71.65.001556-1, DOU de 7/1/13).

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ademais, verifica-se que restou ausente a demonstração da similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas anexos ao incidente. Desta feita, incide à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000251-82.2014.4.04.7116
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GERALDO RODRIGUES BITTENCOURT
PROC./ADV.: GISELE CRISTINE DEUSCHLE OAB: RS-37 808
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional que retorna a esta TNU, por determinação da Turma de Origem, suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que julgou improcedente o pedido de restituição declaração de ilegalidade da incidência e cobrança de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, tendo em vista tal verba possuir natureza remuneratória, é ela passível de contribuição previdenciária.

Ao determinar o retorno dos autos, a Turma informou que o mérito do recurso não foi inteiramente decidido, o que impossibilita a adequação do julgado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Verifico que, de fato, a matéria não fora detidamente analisada anteriormente. Sendo assim, passo a fazê-lo:

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça, por meio do REsp 1.230.957/RS, decidido em sede de repetitivo da controvérsia, consolidou entendimento no sentido de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. DISCUSSÃO A RESPEITO DA INCIDÊNCIA OU NÃO SOBRE AS SEGUINTES VERBAS: TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS; SALÁRIO MATERNIDADE; SALÁRIO PATERNIDADE; AVISO PRÉVIO INDENIZADO; IMPORTÂNCIA PAGA NOS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA.

[...]

1.2 Terço constitucional de férias.

No que se refere ao adicional de férias relativo às férias indenizadas, a não incidência de contribuição previdenciária decorre de expressa previsão legal (art. 28, § 9º, "d", da Lei 8.212/91 - redação dada pela Lei 9.528/97).

Em relação ao adicional de férias concernente às férias gozadas, tal importância possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa). A Primeira Seção/STJ, no julgamento do AgRg nos EREsp 957.719/SC (Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe de 16.11.2010), ratificando entendimento das Turmas de Direito Público deste Tribunal, adotou a seguinte orientação: "Jurisprudência das Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte consolidada no sentido de afastar a contribuição previdenciária do terço de férias também de empregados celetistas contratados por empresas privadas".

[...]

Recurso especial de HIDRO JET EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS LTDA parcialmente provido, apenas para afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o adicional de férias (terço constitucional) concernente às férias gozadas.

Recurso especial da Fazenda Nacional não provido.

Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ."

(REsp 1230957/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 26.2.2014, DJe 18.3.2014)

Todavia, a matéria encontra-se sob análise perante o Supremo Tribunal Federal, no RE 593068, no qual foi reconhecida a repercussão geral do tema. Vejamos:

"CONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL. TRIBUTÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REGIME PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO. BASE DE CÁLCULO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. GRATIFICAÇÃO NATALINA (DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO). HORAS EXTRAS. OUTROS PAGAMENTOS DE CARÁTER TRANSITÓRIO. LEIS 9.783/1999 E 10.887/2004. CARACTERIZAÇÃO DOS VALORES COMO REMUNERAÇÃO (BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO). ACÓRDÃO QUE CONCLUI PELA PRESENÇA DE PROPÓSITO ATUARIAL NA INCLUSÃO DOS VALORES NA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO (SOLIDARIEDADE DO SISTEMA DE CUSTEIO). 1. Recurso extraordinário em que se discute a exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre adicionais e gratificações temporárias, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno', e 'adicional de insalubridade'. Discussão sobre a caracterização dos valores como remuneração, e, portanto, insertos ou não na base de cálculo do tributo. Alegada impossibilidade de criação de fonte de custeio sem contrapartida de benefício direto ao contribuinte. Alcance do sistema previdenciário solidário e submetido ao equilíbrio atuarial e financeiro (arts. 40, 150, IV e 195, § 5º da Constituição). 2. Encaminhamento da questão pela existência de repercussão geral da matéria constitucional controvertida."(RE 593068 RG, Relator(a): Min. Joaquim Barbosa, julgado em 7.5.2009, DJe-094 Divulg 21.5.2009 Public 22.5.2009 Ement Vol-02361-08 PP-01636 LEXSTF v. 31, n. 365, 2009, p. 285-295)

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Suprema.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507230-74.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ADILSON JOSÉ CAMPELO DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO CÂNDIDO MAIA DE LIMA OAB: PE-11105

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem manteve a sentença, no ponto em que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

No caso dos autos, não é possível averiguar se as verbas recebidas têm natureza remuneratória ou indenizatória, o que impossibilita à TNU averiguar se sobre elas incide ou não imposto de renda, a teor do entendimento do STJ.

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para que verifique, no caso concreto, a incidência ou não de imposto de renda sobre a verba trabalhista em questão e, consequentemente sobre os juros de mora dela decorrentes, fazendo, se for o caso, a adequação do julgado ao entendimento do STJ, esclarecido no REsp 1.089.720/RS.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0518202-69.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): EDMAR JORDÃO DE VASCONCELOS
PROC./ADV.: RODRIGO BARBOSA VALENÇA CALABRIA OAB: PE-21251

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem manteve a sentença, que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

No caso dos autos, não é possível averiguar se as verbas recebidas têm natureza remuneratória ou indenizatória, o que impossibilita à TNU averiguar se sobre elas incide ou não imposto de renda, a teor do entendimento do STJ.

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para que verifique, no caso concreto, a incidência ou não de imposto de renda sobre a verba trabalhista em questão e, consequentemente sobre os juros de mora dela decorrentes, fazendo, se for o caso, a adequação do julgado ao entendimento do STJ, esclarecido no REsp 1.089.720/RS.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509946-06.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO MOACIR PEREIRA
PROC./ADV.: ESTHER LANCRY OAB: PE-134

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

No caso dos autos, não é possível averiguar se as verbas recebidas têm natureza remuneratória ou indenizatória, o que impossibilita à TNU averiguar se sobre elas incide ou não imposto de renda, a teor do entendimento do STJ.

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para que verifique, no caso concreto, a incidência ou não de imposto de renda sobre a verba trabalhista em questão e, consequentemente sobre os juros de mora dela decorrentes, fazendo, se for o caso, a adequação do julgado ao entendimento do STJ, esclarecido no REsp 1.089.720/RS.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516352-43.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELIAS JOSÉ OLIVEIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: RICARDO JOSÉ AMORIM CAMPOS OAB: PE-19091

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem afastou a sentença que julgou improcedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

No caso dos autos, não é possível averiguar se as verbas recebidas têm natureza remuneratória ou indenizatória, o que impossibilita à TNU averiguar se sobre elas incide ou não imposto de renda, a teor do entendimento do STJ.

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para que verifique, no caso concreto, a incidência ou não de imposto de renda sobre a verba trabalhista em questão e, consequentemente sobre os juros de mora dela decorrentes, fazendo, se for o caso, a adequação do julgado ao entendimento do STJ, esclarecido no REsp 1.089.720/RS.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507285-25.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EDSON MARCOS SURUAGY DE ASSIS
PROC./ADV.: PAULO CÂNDIDO MAIA DE LIMA OAB: PE-11105
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem afastou a sentença que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

No caso dos autos, não é possível averiguar se as verbas recebidas têm natureza remuneratória ou indenizatória, o que impossibilita à TNU averiguar se sobre elas incide ou não imposto de renda, a teor do entendimento do STJ.

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, determino a restituição dos autos à origem para que verifique, no caso concreto, a incidência ou não de imposto de renda sobre a verba trabalhista em questão e, consequentemente sobre os juros de mora dela decorrentes, fazendo, se for o caso, a adequação do julgado ao entendimento do STJ, esclarecido no REsp 1.089.720/RS.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501885-42.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: EDJA DE FÁTIMA LIRA GUEIROS
REQUERENTE: JOSÉ NETO SOARES DE QUEIROZ
REQUERENTE: MESSIER EURGENIO COELHO
REQUERENTE: RONALDO PATRIOTA COSTA
REQUERENTE: SIMONE RAMALHO DE ARAÚJO
PROC./ADV.: CAROLINA DE MEDEIROS AGRA OAB: AL-6100
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas.

A Turma de origem afastou a sentença que julgou procedente o pedido inicial de restituição do imposto de renda incidente sobre 1/3 constitucional de férias gozadas.

Sustenta a parte requerente que os valores pagos a título de gratificação de férias possuem natureza indenizatória.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501845-60.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: EVELINE ARAÚJO GONÇALVES
REQUERENTE: GENY FÉLIX BEZERRA
REQUERENTE: GERALDO CARVALHO JATOBÁ
REQUERENTE: GILDA ARQUIMÍNIO DE CARVALHO
REQUERENTE: HEIDER LISBOA DE SÁ
PROC./ADV.: CAROLINA DE MEDEIROS AGRA OAB: AL-6100
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A Turma de origem manteve a sentença que julgou improcedente o pedido inicial de restituição do imposto de renda incidente sobre 1/3 constitucional de férias gozadas.

Sustenta a parte requerente que os valores pagos a título de gratificação de férias possuem natureza indenizatória.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502264-80.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA CORREIA DE LEMOS
REQUERENTE: MARIA FRANCISCA TEREZA CAVALCANTE
REQUERENTE: ROSEANE NOGUEIRA MENDONÇA DE FREITAS
REQUERENTE: VERALUSE SUARES
PROC./ADV.: CAROLINA DE MEDEIROS AGRA OAB: AL-6100
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou improcedente o pedido inicial de restituição do imposto de renda incidente sobre 1/3 constitucional de férias gozadas.

Sustenta a parte requerente que os valores pagos a título de gratificação de férias possuem natureza indenizatória.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501153-61.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: FÁBIO DANTAS JUCÁ
PROC./ADV.: CAROLINA DE MEDEIROS AGRA OAB: AL-6100
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou improcedente o pedido inicial de restituição do imposto de renda incidente sobre 1/3 constitucional de férias gozadas.

Sustenta a parte requerente que os valores pagos a título de gratificação de férias possuem natureza indenizatória.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501214-19.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: AMARO BARROS DE LIMA
REQUERENTE: FERNANDO ANTONIO NEPOMUCENO GRAÇA
REQUERENTE: FRANCISCO ASSIS DA CUNHA
REQUERENTE: MARCOS ALMEIDA SAMPAIO
REQUERENTE: NELSON UMBELINO DA SILVA
PROC./ADV.: CAROLINA DE MEDEIROS AGRA OAB: AL-6100
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou improcedente o pedido inicial de restituição do imposto de renda incidente sobre 1/3 constitucional de férias gozadas.

Sustenta a parte requerente que os valores pagos a título de gratificação de férias possuem natureza indenizatória.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1.470.443/PR, afetado sob o rito dos repetitivos. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. REGRA FERAL DE INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA, MESMO EM SE TRATANDO DE VERBA INDENIZATÓRIA. ART. 16, CAPUT E PARÁGRADO ÚNICO DA LEI 4.506/64. CASO DE JUROS DE MORA DECORRENTES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PAGOS EM ATRASO."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso repetitivo acima referido.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013480-58.2013.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANTONINHO CANDIDO GOULART
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO OAB: RS-33559

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração, o qual ora recebo como agravo, interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela Fazenda Nacional, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A discussão nos autos versa sobre a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefícios previdenciários pagos em atraso.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide imposto de renda sobre os juros moratórios vinculados a verbas de natureza previdenciária.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1.470.443/PR, afetado sob o rito dos repetitivos. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. REGRA FERAL DE INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA, MESMO EM SE TRATANDO DE VERBA INDENIZATÓRIA. ART. 16, CAPUT E PARÁGRADO ÚNICO DA LEI 4.506/64. CASO DE JUROS DE MORA DECORRENTES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PAGOS EM ATRASO."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso repetitivo acima referido.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5024078-83.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): IVONE SELVINA WEIRICH
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO OAB: RS-33559

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração, o qual ora recebo como agravo, interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela Fazenda Nacional, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A discussão nos autos versa sobre a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefícios previdenciários pagos em atraso.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide imposto de renda sobre os juros moratórios vinculados a verbas de natureza previdenciária.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1.470.443/PR, afetado sob o rito dos repetitivos. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. REGRA FERAL DE INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA, MESMO EM SE TRATANDO DE VERBA INDENIZATÓRIA. ART. 16, CAPUT E PARÁGRADO ÚNICO DA LEI 4.506/64. CASO DE JUROS DE MORA DECORRENTES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PAGOS EM ATRASO."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso repetitivo acima referido.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5024079-68.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELI VIEIRA DE LIMA
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO OAB: RS-33559

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela Fazenda Nacional, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A discussão nos autos versa sobre a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefícios previdenciários pagos em atraso.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide imposto de renda sobre os juros moratórios vinculados a verbas de natureza previdenciária.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1.470.443/PR, afetado sob o rito dos repetitivos. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. REGRA FERAL DE INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA, MESMO EM SE TRATANDO DE VERBA INDENIZATÓRIA. ART. 16, CAPUT E PARÁGRADO ÚNICO DA LEI 4.506/64. CASO DE JUROS DE MORA DECORRENTES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PAGOS EM ATRASO."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso repetitivo acima referido.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5024084-90.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA CIRLENE RODRIGUES
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO OAB: RS-33559

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração, o qual ora recebo como agravo, interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela Fazenda Nacional, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A discussão nos autos versa sobre a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefícios previdenciários pagos em atraso.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide imposto de renda sobre os juros moratórios vinculados a verbas de natureza previdenciária.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1.470.443/PR, afetado sob o rito dos repetitivos. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. REGRA FERAL DE INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA, MESMO EM SE TRATANDO DE VERBA INDENIZATÓRIA. ART. 16, CAPUT E PARÁGRADO ÚNICO DA LEI 4.506/64. CASO DE JUROS DE MORA DECORRENTES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PAGOS EM ATRASO."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso repetitivo acima referido.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5023837-12.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): NEUSA MARIA GATTELLI
PROC./ADV.: MARIANA PETRY OAB: RS-63 368

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração, o qual ora recebo como agravo, interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela Fazenda Nacional, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A discussão nos autos versa sobre a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefícios previdenciários pagos em atraso.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide imposto de renda sobre os juros moratórios vinculados a verbas de natureza previdenciária.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1.470.443/PR, afetado sob o rito dos repetitivos. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. REGRA FERAL DE INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA, MESMO EM SE TRATANDO DE VERBA INDENIZATÓRIA. ART. 16, CAPUT E PARÁGRADO ÚNICO DA LEI 4.506/64. CASO DE JUROS DE MORA DECORRENTES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PAGOS EM ATRASO."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso repetitivo acima referido.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005207-87.2013.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): BALDUINO VOLPINI
PROC./ADV.: LUCIDIO LUIZ CONZATTI OAB: RS-19697

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração, o qual ora recebo como agravo, interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela Fazenda Nacional, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A discussão nos autos versa sobre a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefícios previdenciários pagos em atraso.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide imposto de renda sobre os juros moratórios vinculados a verbas de natureza previdenciária.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1.470.443/PR, afetado sob o rito dos repetitivos. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. REGRA FERAL DE INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA, MESMO EM SE TRATANDO DE VERBA INDENIZATÓRIA. ART. 16, CAPUT E PARÁGRADO ÚNICO DA LEI 4.506/64. CASO DE JUROS DE MORA DECORRENTES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PAGOS EM ATRASO."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso repetitivo acima referido.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000524-61.2014.4.04.7116
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALDAIR PFEIFER DE CAMARGO
PROC./ADV.: GISELE CRISTINE DEUSCHLE OAB: RS-37808
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem afastou a sentença que julgou procedente o pedido inicial de restituição do imposto de renda incidente sobre 1/3 constitucional de férias gozadas.

Sustenta a parte requerente que os valores pagos a título de gratificação de férias possuem natureza indenizatória.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5000253-52.2014.4.04.7116
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO HENRIQUE DE CAMARGO MELLO
PROC./ADV.: GISELE CRISTINE DEUSCHLE OAB: RS-37808
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou improcedente o pedido inicial de restituição do imposto de renda incidente sobre 1/3 constitucional de férias gozadas.

Sustenta a parte requerente que os valores pagos a título de gratificação de férias possuem natureza indenizatória.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000325-81.2014.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): HELGA HELIANI SCHERER PERLIM
PROC./ADV.: LUIZ ANTONIO MULLER MARQUES OAB: RS-39 450

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, diante de sua natureza indenizatória.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça, por meio do REsp 1.230.957/RS, decidido em sede de repetitivo da controvérsia, consolidou entendimento no sentido de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. DISCUSSÃO A RESPEITO DA INCIDÊNCIA OU NÃO SOBRE AS SEGUINTES VERBAS: TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS; SALÁRIO MATERNIDADE; SALÁRIO PATERNIDADE; AVISO PRÉVIO INDENIZADO; IMPORTÂNCIA PAGA NOS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA.

[...]

1.2 Terço constitucional de férias.

No que se refere ao adicional de férias relativo às férias indenizadas, a não incidência de contribuição previdenciária decorre de expressa previsão legal (art. 28, § 9º, "d", da Lei 8.212/91 - redação dada pela Lei 9.528/97).

Em relação ao adicional de férias concernente às férias gozadas, tal importância possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa). A Primeira Seção/STJ, no julgamento do AgRg nos EREsp 957.719/SC (Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe de 16.11.2010), ratificando entendimento das Turmas de Direito Público deste Tribunal, adotou a seguinte orientação: "Jurisprudência das Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte consolidada no sentido de afastar a contribuição previdenciária do terço de férias também de empregados celetistas contratados por empresas privadas".

[...]

Recurso especial de HIDRO JET EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS LTDA parcialmente provido, apenas para afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o adicional de férias (terço constitucional) concernente às férias gozadas. Recurso especial da Fazenda Nacional não provido.

Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ."

(REsp 1230957/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 26.2.2014, DJe 18.3.2014)

Todavia, a matéria encontra-se sob análise perante o Supremo Tribunal Federal, no RE 593068, no qual foi reconhecida a repercussão geral do tema. Vejamos:

"CONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL. TRIBUTÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REGIME PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO. BASE DE CÁLCULO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. GRATIFICAÇÃO NATALINA (DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO). HORAS EXTRAS. OUTROS PAGAMENTOS DE CARÁTER TRANSITÓRIO. LEIS 9.783/1999 E 10.887/2004. CARACTERIZAÇÃO DOS VALORES COMO REMUNERAÇÃO (BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO). ACÓRDÃO QUE CONCLUI PELA PRESENÇA DE PROPÓSITO ATUARIAL NA INCLUSÃO DOS VALORES NA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO (SOLIDARIEDADE DO SISTEMA DE CUSTEIO). 1. Recurso extraordinário em que se discute a exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre adicionais e gratificações temporárias, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno', e 'adicional de insalubridade'. Discussão sobre a caracterização dos valores como remuneração, e, portanto, insertos ou não na base de cálculo do tributo. Alegada impossibilidade de criação de fonte de custeio sem contrapartida de benefício direto ao contribuinte. Alcance do sistema previdenciário solidário e submetido ao equilíbrio atuarial e financeiro (arts. 40, 150, IV e 195, § 5º da Constituição). 2. Encaminhamento da questão pela existência de repercussão geral da matéria constitucional controvertida."(RE 593068 RG, Relator(a): Min. Joaquim Barbosa, julgado em 7.5.2009, DJe-094 Divulg 21.5.2009 Public 22.5.2009 Ement Vol-02361-08 PP-01636 LEXSTF v. 31, n. 365, 2009, p. 285-295)

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Suprema.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011200-47.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO RITTER
PROC./ADV.: JOSÉ LUIS WAGNER OAB: RS-18097

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, na ação de repetição de indébito, considerou prescritos eventuais valores recolhidos/descontados anteriormente ao decênio que precedeu à propositura da ação.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 201071520034660:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Acórdão que reformou em parte a sentença procedência de primeiro grau, a reconhecer que a contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias é tributo sujeito ao lançamento de ofício e não por homologação. 2. A jurisprudência dominante do STJ firmou-se no sentido ora esposado, pelo que a repetição dos valores indevidamente recolhidos a esse título deve observar a prescrição qüinqüenal prevista no art. 168, I, CTN e não a decenal (tese do 5 + 5). 3. Pedido de Uniformização conhecido e desprovido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida"

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5031496-33.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: OSWALDO MARINO UNCHALO SEVERO
PROC./ADV.: CARLOS HENRIQUE POPHAL OAB: RS-65 702
PROC./ADV.: JEFERSON LUÍS CARVALHO OAB: RS-80 375
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu a preliminar de prescrição, extinguindo o feito com resolução de mérito.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que no incidente interposto o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.

Ademais, a divergência com fundamento em paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal, realizada pelo requerente através de pedido de reconsideração, não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, §2º, da Lei 10.259/01, e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0034715-75.2011.4.03.6301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MÔNICA OZORIO POPPE
PROC./ADV.: GABRIEL YARED FORTE OAB: SC-34 644
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido no tocante ao cômputo do período de gozo de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 50070453820124047101:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU.

[...]

2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0025494-48.2009.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: CARLOS ROBERTO JASSNIKER
PROC./ADV.: JOSÉ MORENO SANCHES JÚNIOR OAB: MT-4759
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de revisão.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento PEDILEF 00260980920094013600:

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ CONCEDIDA DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI Nº. 9.876/99. INCIDÊNCIA DO ART. 29, II DA LEI Nº. 8.213/91. CÁLCULO DO SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO PELA MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DOS MAIORES SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO CORRESPONDENTES A 80% DO PERÍODO CONTRIBUTIVO, INDEPENDENTE DA DATA DE FILIAÇÃO DO SEGURADO E DO NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES MENSAIS NO PERÍODO CONTRIBUTIVO. TESE PACIFICADA NESTA TURMA NACIONAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº. 2 DESTA TNU.DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART.15, §§ 1º E 3º RI/TNU).

1 - Esta Turma Nacional pacificou, em sede de Incidente de Uniformização representativo da controvérsia, a tese de que o salário-de-benefício da aposentadoria por invalidez concedida sob a vigência da Lei nº. 9.876/99 deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo (PEDILEF 2009.51.51.066212-3, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, julgado em 3.8.2011).

2 - O acórdão recorrido reformou a sentença do JEF e deu provimento ao recurso inominado do INSS defendendo a possibilidade de o Regulamento da Lei de Benefícios impor critérios de cálculo diferenciados - para efeitos de transição - uma vez que a própria Lei nº. 9.876/99 estabelecera a possibilidade de aplicação de critérios distintos, ao prever o mínimo de 80% de contribuições a ser considerado no período de cálculo, possibilitando que o Regulamento estabelecesse um percentual maior para os segurados que não contassem com o número mínimo de contribuições previsto na regra de transição.

3 - Divergência jurisprudencial configurada.

4 - Incidente de Uniformização conhecido e provido.

5 - Sentença do JEF de origem restabelecida. Condenação do INSS em honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação (aplicação da Questão de Ordem nº. 2 desta TNU: "O acolhimento do pedido de uniformização gera dois efeitos: a reforma da decisão da Turma Recursal e a conseqüente estipulação de honorários advocatícios, se for o caso, bem assim a prejudicialidade do recurso extraordinário, se interposto"). 6-Devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004772-31.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: AIRTON ANTONIO HOFMEISTER DE AGUIAR
PROC./ADV.: MARIANA PETRY OAB: RS-63 368
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, submeteu o pedido de desaposentação à prévia devolução dos montantes recebidos em função do benefício anterior.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se a necessidade de aplicação, por analogia, da tese a firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.334.488:

RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DESAPOSENTAÇÃO E REAPOSENTAÇÃO. RENÚNCIA A APOSENTADORIA. CONCESSÃO DE NOVO E POSTERIOR JUBILAMENTO. DEVOLUÇÃO DE VALORES. DESNECESSIDADE.

1. Trata-se de Recursos Especiais com intuito, por parte do INSS, de declarar impossibilidade de renúncia a aposentadoria e, por parte do segurado, de dispensa de devolução de valores recebidos de aposentadoria a que pretende abdicar.

2. A pretensão do segurado consiste em renunciar à aposentadoria concedida para computar período contributivo utilizado, conjuntamente com os salários de contribuição da atividade em que permaneceu trabalhando, para a concessão de posterior e nova aposentação.

3. Os benefícios previdenciários são direitos patrimoniais disponíveis e, portanto, suscetíveis de desistência pelos seus titulares, prescindindo-se da devolução dos valores recebidos da aposentadoria a que o segurado deseja preterir para a concessão de novo e posterior jubilamento. Precedentes do STJ. 4. Ressalva do entendimento pessoal do Relator quanto à necessidade de devolução dos valores para a reaposentação, conforme votos vencidos proferidos no REsp 1.298.391/RS; nos Agravos Regimentais nos REsps 1.321.667/PR, 1.305.351/RS, 1.321.667/PR, 1.323.464/RS, 1.324.193/PR, 1.324.603/RS, 1.325.300/SC, 1.305.738/RS; e no AgRg no AREsp 103.509/PE.

5. No caso concreto, o Tribunal de origem reconheceu o direito à desaposentação, mas condicionou posterior aposentadoria ao ressarcimento dos valores recebidos do benefício anterior, razão por que deve ser afastada a imposição de devolução.

6. Recurso Especial do INSS não provido, e Recurso Especial do segurado provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ.

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0002493-61.2010.4.01.3806
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: JOSE ANTONIO CORREIA ANDRADE
PROC./ADV: LUIZ GONZAGA DE ARAÚJO OAB: DF-22853
PROC./ADV: ROSA MARIA BARBOSA OAB: DF-12991
PROC./ADV: ROCHELE M. R. LOCATELLI.OAB: DF-24444
PROC./ADV: GRACIELA EVA MAIA.OAB: MG131275 PROC./ADV: MARCO AURÉLIO TORRES MÁXIMO OAB:DF-27140 REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, deixou de conceder o pedido de aposentadoria por idade como segurado especial, por não ter comprovado o desempenho de atividade rural em economia familiar por longo período.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a qualidade de empregado rural do tratorista, enquanto o acórdão recorrido afirma que tal função, ainda que exercido em área rural, exclui a incidência da qualidade de segurado especial por atividade rural.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009031-40.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NAIR RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: THAIS FIGUEIRÓ FERNANDES MONTEIRO OAB: RS-41 872

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A parte embargante alega, em síntese, que não se trata de reexame probatório.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte embargante, em parte.

A despeito de haver tese de mérito a ser uniformizada, verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada na edição da Súmula 63:

"A comprovação de união estável para efeito de concessão de pensão por morte prescinde de início de prova material."

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para sanar a omissão quanto à fundamentação da decisão, sem efeitos infringentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516150-83.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: FERNANDO GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: VANESSA SILVEIRA DE SOUZA OAB: AL-10 532
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, submeteu o pedido de desaposentação à prévia devolução dos montantes recebidos em função do benefício anterior.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se a necessidade de aplicação, por analogia, da tese a firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.334.488:

RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DESAPOSENTAÇÃO E REAPOSENTAÇÃO. RENÚNCIA A APOSENTADORIA. CONCESSÃO DE NOVO E POSTERIOR JUBILAMENTO. DEVOLUÇÃO DE VALORES. DESNECESSIDADE.

1. Trata-se de Recursos Especiais com intuito, por parte do INSS, de declarar impossibilidade de renúncia a aposentadoria e, por parte do segurado, de dispensa de devolução de valores recebidos de aposentadoria a que pretende abdicar.

2. A pretensão do segurado consiste em renunciar à aposentadoria concedida para computar período contributivo utilizado, conjuntamente com os salários de contribuição da atividade em que permaneceu trabalhando, para a concessão de posterior e nova aposentação.

3. Os benefícios previdenciários são direitos patrimoniais disponíveis e, portanto, suscetíveis de desistência pelos seus titulares, prescindindo-se da devolução dos valores recebidos da aposentadoria a que o segurado deseja preterir para a concessão de novo e posterior jubilamento. Precedentes do STJ. 4. Ressalva do entendimento pessoal do Relator quanto à necessidade de devolução dos valores para a reaposentação, conforme votos vencidos proferidos no REsp 1.298.391/RS; nos Agravos Regimentais nos REsps 1.321.667/PR, 1.305.351/RS, 1.321.667/PR, 1.323.464/RS, 1.324.193/PR, 1.324.603/RS, 1.325.300/SC, 1.305.738/RS; e no AgRg no AREsp 103.509/PE.

5. No caso concreto, o Tribunal de origem reconheceu o direito à desaposentação, mas condicionou posterior aposentadoria ao ressarcimento dos valores recebidos do benefício anterior, razão por que deve ser afastada a imposição de devolução.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6. Recurso Especial do INSS não provido, e Recurso Especial do segurado provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ.

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação ou manutenção do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.51.51.045196-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ADRIANA ORIVES MARINS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão das cláusulas do contrato de financiamento estudantil.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado deixou de se manifestar quanto aos juros compostos, de modo que deve ser acolhida a tese consolidada no Superior Tribunal de Justiça, evidenciada no julgamento do(a) REsp 1.155.684:

"1. Caso em que se pugna a incidência do Código de Defesa do Consumidor, a declaração de ilegalidade da cobrança de juros capitalizados e, por conseguinte, a repetição simples do valor pago a maior e a inversão dos ônus sucumbenciais.

2. A hodierna jurisprudência desta Corte está assentada no sentido de que os contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil - Fies não se subsumem às regras encartadas no Código de Defesa do Consumidor.[...]

3. A jurisprudência desta Corte mantém-se firme no sentido de que, em se tratando de crédito educativo, não se admite sejam os juros capitalizados, haja vista a ausência de autorização expressa por norma específica. Aplicação do disposto na Súmula n. 121/STF.[...]

4. Por conseguinte, havendo pagamento de valores indevidos, o que será apurado em sede de liquidação, é perfeitamente viável a repetição simples ou a compensação desse montante em contratos de financiamento estudantil.

(REsp 1155684 RN, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, julgado em 12/5/2010, DJe 18/5/2010)"

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo para admitir e prover o incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0008817-35.2012.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): PAOLA SANTOS BRAGA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso que, mantendo a sentença, concedeu o auxilio financeiro requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 00150845720114013600:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CIVIL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. AUXÍLIO-FINANCEIRO. DECRETO-LEI 2.179/84. INCOMPATIBILIDADE COM NOVO REGIME DE REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIOS DAS CARREIRAS DA POLÍCIA FEDERAL (LEI 11.358/2006). APLICAÇÃO DO ART. 14 DA LEI N. 9.624/98. 50% DA REMENURAÇÃO DA CLASSE INICIAL DO CARGO. MATÉRIA UNIFORMIZADA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO

[...]

5. No mérito, a controvérsia cinge-se à legislação a ser aplicada acerca do percentual devido a título de auxílio-financeiro aos candidatos aprovados em concurso público para o cargo de agente da polícia federal. O Decreto-Lei n. 2.179/84 dispunha sobre a percepção de vencimento pelos candidatos submetidos aos cursos de formação profissional para ingresso no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, prevendo, em seu art. 1º, que "enquanto aluno do curso de formação profissional a que alude o artigo 8º da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, realizado para o provimento de cargos integrantes do Grupo-Polícia Federal, o candidato perceberá 80% (oitenta por cento) do vencimento fixado para a primeira referência da classe inicial da categoria funcional a que concorra". O recorrido, enquanto aluno do curso de formação, percebeu seu auxílio-financeiro com base na Lei n. 9.264/98, a qual prevê que "os candidatos preliminarmente aprovados em concurso público para provimento de cargos na Administração Pública Federal, durante o programa de formação, farão jus, a título de auxílio financeiro, a cinqüenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo" (art. 14). Abro aqui um parêntese para mencionar que tal Decreto-Lei foi revogado recentemente pela Medida Provisória n. 632, de 24 de dezembro de 2013, com vigência a partir de 1º de janeiro do corrente ano.

6. Ocorre que a Lei n. 11.358/2006 instituiu o regime de subsídio em parcela única para a Carreira da Polícia Federal. Dessa forma, conforme entendimento desta Turma Nacional (Pedilef 0000051-26.2012.4.01.3201, Relator Juiz Federal Flores da Cunha, j. 12/03/2014, DOU 21/03/2014), em face desse novo regime de remuneração deve ser aplicado, para fins de pagamento do auxílio-financeiro, o disposto no art. 14 da Lei n. 9.624/98, que prevê o pagamento de 50 % (cinquenta por cento) da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal.

7. Esse entendimento se aplica ao caso em tela, em que o requerido, aprovado em concurso público aberto por meio de edital do ano de 2004, veio a realizar o curso de formação somente em 2008, conforme se colhe da petição inicial, posteriormente, portanto, ao advento da Lei n. 11.358/2006.

8. Pedido de Uniformização conhecido e provido para reformar o acórdão da Turma Recursal de Mato Grosso reafirmando a tese de que se aplica o disposto no artigo 14 da Lei 9.624/98, para pagamento de cinquenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal, a contar da Lei 11.358/2006, que instituiu o regime de subsídio em parcela única a essa organização. Afastada a condenação da União ao pagamento dos honorários advocatícios.

9. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a, do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0004532-96.2012.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FABIO STEINBACH
PROC./ADV.: CAMILE FIORESE OAB: PR-51 678

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso que, mantendo a sentença, concedeu o auxilio financeiro requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 00150845720114013600:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CIVIL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. AUXÍLIO-FINANCEIRO. DECRETO-LEI 2.179/84. INCOMPATIBILIDADE COM NOVO REGIME DE REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIOS DAS CARREIRAS DA POLÍCIA FEDERAL (LEI 11.358/2006). APLICAÇÃO DO ART. 14 DA LEI N. 9.624/98. 50% DA REMENURAÇÃO DA CLASSE INICIAL DO CARGO. MATÉRIA UNIFORMIZADA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO

[...]

5. No mérito, a controvérsia cinge-se à legislação a ser aplicada acerca do percentual devido a título de auxílio-financeiro aos candidatos aprovados em concurso público para o cargo de agente da polícia federal. O Decreto-Lei n. 2.179/84 dispunha sobre a percepção de vencimento pelos candidatos submetidos aos cursos de formação profissional para ingresso no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, prevendo, em seu art. 1º, que "enquanto aluno do curso de formação profissional a que alude o artigo 8º da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, realizado para o provimento de cargos integrantes do Grupo-Polícia Federal, o candidato perceberá 80% (oitenta por cento) do vencimento fixado para a primeira referência da classe inicial da categoria funcional a que concorra". O recorrido, enquanto aluno do curso de formação, percebeu seu auxílio-financeiro com base na Lei n. 9.264/98, a qual prevê que "os candidatos preliminarmente aprovados em concurso público para provimento de cargos na Administração Pública Federal, durante o programa de formação, farão jus, a título de auxílio financeiro, a cinqüenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo" (art. 14). Abro aqui um parêntese para mencionar que tal Decreto-Lei foi revogado recentemente pela Medida Provisória n. 632, de 24 de dezembro de 2013, com vigência a partir de 1º de janeiro do corrente ano.

6. Ocorre que a Lei n. 11.358/2006 instituiu o regime de subsídio em parcela única para a Carreira da Polícia Federal. Dessa forma, conforme entendimento desta Turma Nacional (Pedilef 0000051-26.2012.4.01.3201, Relator Juiz Federal Flores da Cunha, j. 12/03/2014, DOU 21/03/2014), em face desse novo regime de remuneração deve ser aplicado, para fins de pagamento do auxílio-financeiro, o disposto no art. 14 da Lei n. 9.624/98, que prevê o pagamento de 50 % (cinquenta por cento) da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal.

7. Esse entendimento se aplica ao caso em tela, em que o requerido, aprovado em concurso público aberto por meio de edital do ano de 2004, veio a realizar o curso de formação somente em 2008, conforme se colhe da petição inicial, posteriormente, portanto, ao advento da Lei n. 11.358/2006.

8. Pedido de Uniformização conhecido e provido para reformar o acórdão da Turma Recursal de Mato Grosso reafirmando a tese de que se aplica o disposto no artigo 14 da Lei 9.624/98, para pagamento de cinquenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal, a contar da Lei 11.358/2006, que instituiu o regime de subsídio em parcela única a essa organização. Afastada a condenação da União ao pagamento dos honorários advocatícios.

9. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a, do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0004704-38.2012.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RICARDO RODRIGUES LIMA
PROC./ADV.: CAMILE FIORESE OAB: PR-51 678

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso que, mantendo a sentença, concedeu o auxilio financeiro requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 00150845720114013600:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CIVIL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. AUXÍLIO-FINANCEIRO. DECRETO-LEI 2.179/84. INCOMPATIBILIDADE COM NOVO REGIME DE REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIOS DAS CARREIRAS DA POLÍCIA FEDERAL (LEI 11.358/2006). APLICAÇÃO DO ART. 14 DA LEI N. 9.624/98. 50% DA REMENURAÇÃO DA CLASSE INICIAL DO CARGO. MATÉRIA UNIFORMIZADA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO

[...]

5. No mérito, a controvérsia cinge-se à legislação a ser aplicada acerca do percentual devido a título de auxílio-financeiro aos candidatos aprovados em concurso público para o cargo de agente da polícia federal. O Decreto-Lei n. 2.179/84 dispunha sobre a percepção de vencimento pelos candidatos submetidos aos cursos de formação profissional para ingresso no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, prevendo, em seu art. 1º, que "enquanto aluno do curso de formação profissional a que alude o artigo 8º da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, realizado para o provimento de cargos integrantes do Grupo-Polícia Federal, o candidato perceberá 80% (oitenta por cento) do vencimento fixado para a primeira referência da classe inicial da categoria funcional a que concorra". O recorrido, enquanto aluno do curso de formação, percebeu seu auxílio-financeiro com base na Lei n. 9.264/98, a qual prevê que "os candidatos preliminarmente aprovados em concurso público para provimento de cargos na Administração Pública Federal, durante o programa de formação, farão jus, a título de auxílio financeiro, a cinqüenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo" (art. 14). Abro aqui um parêntese para mencionar que tal Decreto-Lei foi revogado recentemente pela Medida Provisória n. 632, de 24 de dezembro de 2013, com vigência a partir de 1º de janeiro do corrente ano.

6. Ocorre que a Lei n. 11.358/2006 instituiu o regime de subsídio em parcela única para a Carreira da Polícia Federal. Dessa forma, conforme entendimento desta Turma Nacional (Pedilef 0000051-26.2012.4.01.3201, Relator Juiz Federal Flores da Cunha, j. 12/03/2014, DOU 21/03/2014), em face desse novo regime de remuneração deve ser aplicado, para fins de pagamento do auxílio-financeiro, o disposto no art. 14 da Lei n. 9.624/98, que prevê o pagamento de 50 % (cinquenta por cento) da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal.

7. Esse entendimento se aplica ao caso em tela, em que o requerido, aprovado em concurso público aberto por meio de edital do ano de 2004, veio a realizar o curso de formação somente em 2008, conforme se colhe da petição inicial, posteriormente, portanto, ao advento da Lei n. 11.358/2006.

8. Pedido de Uniformização conhecido e provido para reformar o acórdão da Turma Recursal de Mato Grosso reafirmando a tese de que se aplica o disposto no artigo 14 da Lei 9.624/98, para pagamento de cinquenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal, a contar da Lei 11.358/2006, que instituiu o regime de subsídio em parcela única a essa organização. Afastada a condenação da União ao pagamento dos honorários advocatícios.

9. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a, do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0004534-66.2012.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FLAVIO BRAFMAN
PROC./ADV.: CAMILE FIORESE OAB: PR-51 678

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso que, mantendo a sentença, concedeu o auxilio financeiro requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 00150845720114013600:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CIVIL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. AUXÍLIO-FINANCEIRO. DECRETO-LEI 2.179/84. INCOMPATIBILIDADE COM NOVO REGIME DE REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIOS DAS CARREIRAS DA POLÍCIA FEDERAL (LEI 11.358/2006). APLICAÇÃO DO ART. 14 DA LEI N. 9.624/98. 50% DA REMENURAÇÃO DA CLASSE INICIAL DO CARGO. MATÉRIA UNIFORMIZADA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO

[...]

5. No mérito, a controvérsia cinge-se à legislação a ser aplicada acerca do percentual devido a título de auxílio-financeiro aos candidatos aprovados em concurso público para o cargo de agente da polícia federal. O Decreto-Lei n. 2.179/84 dispunha sobre a percepção de vencimento pelos candidatos submetidos aos cursos de formação profissional para ingresso no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, prevendo, em seu art. 1º, que "enquanto aluno do curso de formação profissional a que alude o artigo 8º da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, realizado para o provimento de cargos integrantes do Grupo-Polícia Federal, o candidato perceberá 80% (oitenta por cento) do vencimento fixado para a primeira referência da classe inicial da categoria funcional a que concorra". O recorrido, enquanto aluno do curso de formação, percebeu seu auxílio-financeiro com base na Lei n. 9.264/98, a qual prevê que "os candidatos preliminarmente aprovados em concurso público para provimento de cargos na Administração Pública Federal, durante o programa de formação, farão jus, a título de auxílio financeiro, a cinqüenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo" (art. 14). Abro aqui um parêntese para mencionar que tal Decreto-Lei foi revogado recentemente pela Medida Provisória n. 632, de 24 de dezembro de 2013, com vigência a partir de 1º de janeiro do corrente ano.

6. Ocorre que a Lei n. 11.358/2006 instituiu o regime de subsídio em parcela única para a Carreira da Polícia Federal. Dessa forma, conforme entendimento desta Turma Nacional (Pedilef 0000051-26.2012.4.01.3201, Relator Juiz Federal Flores da Cunha, j. 12/03/2014, DOU 21/03/2014), em face desse novo regime de remuneração deve ser aplicado, para fins de pagamento do auxílio-financeiro, o disposto no art. 14 da Lei n. 9.624/98, que prevê o pagamento de 50 % (cinquenta por cento) da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal.

7. Esse entendimento se aplica ao caso em tela, em que o requerido, aprovado em concurso público aberto por meio de edital do ano de 2004, veio a realizar o curso de formação somente em 2008, conforme se colhe da petição inicial, posteriormente, portanto, ao advento da Lei n. 11.358/2006.

8. Pedido de Uniformização conhecido e provido para reformar o acórdão da Turma Recursal de Mato Grosso reafirmando a tese de que se aplica o disposto no artigo 14 da Lei 9.624/98, para pagamento de cinquenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal, a contar da Lei 11.358/2006, que instituiu o regime de subsídio em parcela única a essa organização. Afastada a condenação da União ao pagamento dos honorários advocatícios.

9. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a, do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0004702-68.2012.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARTA REGINA DE AZEVEDO SARAIVA JAMBERS
PROC./ADV.: CAMILE FIORESE OAB: PR-51 678

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso que, mantendo a sentença, concedeu o auxilio financeiro requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 00150845720114013600:

PROCESSO: 0007640-70.2011.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): DANIEL HENRIQUE MARQUES
REQUERIDO(A): ROMULO MENDONCA BAILÃO
PROC./ADV.: GILMAR PEREIRA ROSA OAB: MT-12544

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso que, mantendo a sentença, concedeu o auxilio financeiro requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 00150845720114013600:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CIVIL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. AUXÍLIO-FINANCEIRO. DECRETO-LEI 2.179/84. INCOMPATIBILIDADE COM NOVO REGIME DE REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIOS DAS CARREIRAS DA POLÍCIA FEDERAL (LEI 11.358/2006). APLICAÇÃO DO ART. 14 DA LEI N. 9.624/98. 50% DA REMENURAÇÃO DA CLASSE INICIAL DO CARGO. MATÉRIA UNIFORMIZADA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO

[...]

5. No mérito, a controvérsia cinge-se à legislação a ser aplicada acerca do percentual devido a título de auxílio-financeiro aos candidatos aprovados em concurso público para o cargo de agente da polícia federal. O Decreto-Lei n. 2.179/84 dispunha sobre a percepção de vencimento pelos candidatos submetidos aos cursos de formação profissional para ingresso no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, prevendo, em seu art. 1º, que "enquanto aluno do curso de formação profissional a que alude o artigo 8º da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, realizado para o provimento de cargos integrantes do Grupo-Polícia Federal, o candidato perceberá 80% (oitenta por cento) do vencimento fixado para a primeira referência da classe inicial da categoria funcional a que concorra". O recorrido, enquanto aluno do curso de formação, percebeu seu auxílio-financeiro com base na Lei n. 9.264/98, a qual prevê que "os candidatos preliminarmente aprovados em concurso público para provimento de cargos na Administração Pública Federal, durante o programa de formação, farão jus, a título de auxílio financeiro, a cinqüenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo" (art. 14). Abro aqui um parêntese para mencionar que tal Decreto-Lei foi revogado recentemente pela Medida Provisória n. 632, de 24 de dezembro de 2013, com vigência a partir de 1º de janeiro do corrente ano.

6. Ocorre que a Lei n. 11.358/2006 instituiu o regime de subsídio em parcela única para a Carreira da Polícia Federal. Dessa forma, conforme entendimento desta Turma Nacional (Pedilef 0000051-26.2012.4.01.3201, Relator Juiz Federal Flores da Cunha, j. 12/03/2014, DOU 21/03/2014), em face desse novo regime de remuneração deve ser aplicado, para fins de pagamento do auxílio-financeiro, o disposto no art. 14 da Lei n. 9.624/98, que prevê o pagamento de 50 % (cinquenta por cento) da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal.

7. Esse entendimento se aplica ao caso em tela, em que o requerido, aprovado em concurso público aberto por meio de edital do ano de 2004, veio a realizar o curso de formação somente em 2008, conforme se colhe da petição inicial, posteriormente, portanto, ao advento da Lei n. 11.358/2006.

8. Pedido de Uniformização conhecido e provido para reformar o acórdão da Turma Recursal de Mato Grosso reafirmando a tese de que se aplica o disposto no artigo 14 da Lei 9.624/98, para pagamento de cinquenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal, a contar da Lei 11.358/2006, que instituiu o regime de subsídio em parcela única a essa organização. Afastada a condenação da União ao pagamento dos honorários advocatícios.

9. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a, do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0014934-76.2011.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MANOEL TEIXEIRA SALGADO NETO
PROC./ADV.: CRISTIANE TEIXEIRA DA SILVA OAB: SP-252249

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso que, mantendo a sentença, concedeu o auxilio financeiro requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 00150845720114013600:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CIVIL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. AUXÍLIO-FINANCEIRO. DECRETO-LEI 2.179/84. INCOMPATIBILIDADE COM NOVO REGIME DE REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIOS DAS CARREIRAS DA POLÍCIA FEDERAL (LEI 11.358/2006). APLICAÇÃO DO ART. 14 DA LEI N. 9.624/98. 50% DA REMENURAÇÃO DA CLASSE INICIAL DO CARGO. MATÉRIA UNIFORMIZADA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO

[...]

5. No mérito, a controvérsia cinge-se à legislação a ser aplicada acerca do percentual devido a título de auxílio-financeiro aos candidatos aprovados em concurso público para o cargo de agente da polícia federal. O Decreto-Lei n. 2.179/84 dispunha sobre a percepção de vencimento pelos candidatos submetidos aos cursos de formação profissional para ingresso no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, prevendo, em seu art. 1º, que "enquanto aluno do curso de formação profissional a que alude o artigo 8º da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, realizado para o provimento de cargos integrantes do Grupo-Polícia Federal, o candidato perceberá 80% (oitenta por cento) do vencimento fixado para a primeira referência da classe inicial da categoria funcional a que concorra". O recorrido, enquanto aluno do curso de formação, percebeu seu auxílio-financeiro com base na Lei n. 9.264/98, a qual prevê que "os candidatos preliminarmente aprovados em concurso público para provimento de cargos na Administração Pública Federal, durante o programa de formação, farão jus, a título de auxílio financeiro, a cinqüenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo" (art. 14). Abro aqui um parêntese para mencionar que tal Decreto-Lei foi revogado recentemente pela Medida Provisória n. 632, de 24 de dezembro de 2013, com vigência a partir de 1º de janeiro do corrente ano.

6. Ocorre que a Lei n. 11.358/2006 instituiu o regime de subsídio em parcela única para a Carreira da Polícia Federal. Dessa forma, conforme entendimento desta Turma Nacional (Pedilef 0000051-26.2012.4.01.3201, Relator Juiz Federal Flores da Cunha, j. 12/03/2014, DOU 21/03/2014), em face desse novo regime de remuneração deve ser aplicado, para fins de pagamento do auxílio-financeiro, o disposto no art. 14 da Lei n. 9.624/98, que prevê o pagamento de 50 % (cinquenta por cento) da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal.

7. Esse entendimento se aplica ao caso em tela, em que o requerido, aprovado em concurso público aberto por meio de edital do ano de 2004, veio a realizar o curso de formação somente em 2008, conforme se colhe da petição inicial, posteriormente, portanto, ao advento da Lei n. 11.358/2006.

8. Pedido de Uniformização conhecido e provido para reformar o acórdão da Turma Recursal de Mato Grosso reafirmando a tese de que se aplica o disposto no artigo 14 da Lei 9.624/98, para pagamento de cinquenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal, a contar da Lei 11.358/2006, que instituiu o regime de subsídio em parcela única a essa organização. Afastada a condenação da União ao pagamento dos honorários advocatícios.

9. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a, do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006155-93.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): TATIANA NUNES LIMA
PROC./ADV.: FRANCIS ALAN WERLE OAB: SC-22405

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando a sentença, concedeu o auxilio financeiro requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 00150845720114013600:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CIVIL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. AUXÍLIO-FINANCEIRO. DECRETO-LEI 2.179/84. INCOMPATIBILIDADE COM NOVO REGIME DE REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIOS DAS CARREIRAS DA POLÍCIA FEDERAL (LEI 11.358/2006). APLICAÇÃO DO ART. 14 DA LEI N. 9.624/98. 50% DA REMENURAÇÃO DA CLASSE INICIAL DO CARGO. MATÉRIA UNIFORMIZADA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO

[...]

5. No mérito, a controvérsia cinge-se à legislação a ser aplicada acerca do percentual devido a título de auxílio-financeiro aos candidatos aprovados em concurso público para o cargo de agente da polícia federal. O Decreto-Lei n. 2.179/84 dispunha sobre a percepção de vencimento pelos candidatos submetidos aos cursos de formação profissional para ingresso no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, prevendo, em seu art. 1º, que "enquanto aluno do curso de formação profissional a que alude o artigo 8º da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, realizado para o provimento de cargos integrantes do Grupo-Polícia Federal, o candidato perceberá 80% (oitenta por cento) do vencimento fixado para a primeira referência da classe inicial da categoria funcional a que concorra". O recorrido, enquanto aluno do curso de formação, percebeu seu auxílio-financeiro com base na Lei n. 9.264/98, a qual prevê que "os candidatos preliminarmente aprovados em concurso público para provimento de cargos na Administração Pública Federal, durante o programa de formação, farão jus, a título de auxílio financeiro, a cinqüenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo" (art. 14). Abro aqui um parêntese para mencionar que tal Decreto-Lei foi revogado recentemente pela Medida Provisória n. 632, de 24 de dezembro de 2013, com vigência a partir de 1º de janeiro do corrente ano.

6. Ocorre que a Lei n. 11.358/2006 instituiu o regime de subsídio em parcela única para a Carreira da Polícia Federal. Dessa forma, conforme entendimento desta Turma Nacional (Pedilef 0000051-26.2012.4.01.3201, Relator Juiz Federal Flores da Cunha, j. 12/03/2014, DOU 21/03/2014), em face desse novo regime de remuneração deve ser aplicado, para fins de pagamento do auxílio-financeiro, o disposto no art. 14 da Lei n. 9.624/98, que prevê o pagamento de 50 % (cinquenta por cento) da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal.

7. Esse entendimento se aplica ao caso em tela, em que o requerido, aprovado em concurso público aberto por meio de edital do ano de 2004, veio a realizar o curso de formação somente em 2008, conforme se colhe da petição inicial, posteriormente, portanto, ao advento da Lei n. 11.358/2006.

8. Pedido de Uniformização conhecido e provido para reformar o acórdão da Turma Recursal de Mato Grosso reafirmando a tese de que se aplica o disposto no artigo 14 da Lei 9.624/98, para pagamento de cinquenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal, a contar da Lei 11.358/2006, que instituiu o regime de subsídio em parcela única a essa organização. Afastada a condenação da União ao pagamento dos honorários advocatícios.

9. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a, do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516971-70.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FILLIPE GABRIEL BARBOSA GOMES
PROC./ADV.: GUSTAVO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI OAB: PE-16 104

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, concedeu o auxilio financeiro requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 00150845720114013600:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CIVIL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. AUXÍLIO-FINANCEIRO. DECRETO-LEI 2.179/84. INCOMPATIBILIDADE COM NOVO REGIME DE REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIOS DAS CARREIRAS DA POLÍCIA FEDERAL (LEI 11.358/2006). APLICAÇÃO DO ART. 14 DA LEI N. 9.624/98. 50% DA REMENURAÇÃO DA CLASSE INICIAL DO CARGO. MATÉRIA UNIFORMIZADA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO

[...]

5. No mérito, a controvérsia cinge-se à legislação a ser aplicada acerca do percentual devido a título de auxílio-financeiro aos candidatos aprovados em concurso público para o cargo de agente da polícia federal. O Decreto-Lei n. 2.179/84 dispunha sobre a percepção de vencimento pelos candidatos submetidos aos cursos de formação profissional para ingresso no Departamento Federal de Segurança Pública e na Polícia do Distrito Federal, prevendo, em seu art. 1º, que "enquanto aluno do curso de formação profissional a que alude o artigo 8º da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, realizado para o provimento de cargos integrantes do Grupo-Polícia Federal, o candidato perceberá 80% (oitenta por cento) do vencimento fixado para a primeira referência da classe inicial da categoria funcional a que concorra". O recorrido, enquanto aluno do curso de formação, percebeu seu auxílio-financeiro com base na Lei n. 9.264/98, a qual prevê que "os candidatos preliminarmente aprovados em concurso público para provimento de cargos na Administração Pública Federal, durante o programa de formação, farão jus, a título de auxílio financeiro, a cinqüenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo" (art. 14). Abro aqui um parêntese para mencionar que tal Decreto-Lei foi revogado recentemente pela Medida Provisória n. 632, de 24 de dezembro de 2013, com vigência a partir de 1º de janeiro do corrente ano.

6. Ocorre que a Lei n. 11.358/2006 instituiu o regime de subsídio em parcela única para a Carreira da Polícia Federal. Dessa forma, conforme entendimento desta Turma Nacional (Pedilef 0000051-26.2012.4.01.3201, Relator Juiz Federal Flores da Cunha, j. 12/03/2014, DOU 21/03/2014), em face desse novo regime de remuneração deve ser aplicado, para fins de pagamento do auxílio-financeiro, o disposto no art. 14 da Lei n. 9.624/98, que prevê o pagamento de 50 % (cinquenta por cento) da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal.

7. Esse entendimento se aplica ao caso em tela, em que o requerido, aprovado em concurso público aberto por meio de edital do ano de 2004, veio a realizar o curso de formação somente em 2008, conforme se colhe da petição inicial, posteriormente, portanto, ao advento da Lei n. 11.358/2006.

8. Pedido de Uniformização conhecido e provido para reformar o acórdão da Turma Recursal de Mato Grosso reafirmando a tese de que se aplica o disposto no artigo 14 da Lei 9.624/98, para pagamento de cinquenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que estiver concorrendo o candidato, inclusive para as carreiras componentes da Polícia Federal, a contar da Lei 11.358/2006, que instituiu o regime de subsídio em parcela única a essa organização. Afastada a condenação da União ao pagamento dos honorários advocatícios.

9. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a, do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2012.51.51.101287-1
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ANTONIO ALBERTO DE SOUSA
PROC./ADV.: ANDRÉ CORRÊA CARVALHO PINELLI OAB: MG 75.853
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, deixou de reconhecer imunidade aos servidores militares.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a necessidade de uniformizar o entendimento que venha a ser adotado no Supremo Tribunal Federal, que reconheceu repercussão geral da matéria no RE 596.701:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR INATIVO. REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RELEVÂNCIA JURÍDICA E ECONÔMICA DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504151-65.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ MIRANDA LUCENA
PROC./ADV.: ANTONIO GERALDO LEITE OAB: CE 11.873
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.

A Turma de origem, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de averbação de atividade especial da parte autora no período de 18.12.1975 a 28.5.1981, diante da inexistência de laudo técnico de condições ambientais para aferir a quantidade de ruído.

A parte requerente sustenta que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU segundo a qual "o perfil profissiográfico previdenciário supre a ausência de laudo técnico para a caracterização do exercício da atividade praticada sob condições especiais".

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 50379486820124047000 reafirmou o entendimento nos seguintes termos:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. AGENTE AGRESSIVO RUÍDO. PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP). DOCUMENTO ELABORADO COM BASE EM LAUDO PERICIAL. DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO CONJUNTA DO LAUDO, SALVO EM CASO DE DÚVIDA JUSTIFICADA. INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO INSS N. 84/2002 E 27/2008. HIPÓTESE AUSENTE NOS AUTOS. FORMULÁRIO PREENCHIDO POR PREPOSTO DA EMPRESA. LEI N. 8.213/91, ART. 58, § 1º. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

(...)

4. A questão posta a desate diz respeito à possibilidade de reconhecimento do PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário - como documento hábil à comprovação do agente agressivo ruído, independentemente da apresentação do laudo técnico.

5. O PPP foi instituído pela Instrução Normativa do INSS n. 84/02, editada em 17/12/2002, e republicada em 22/01/2003, que, em seu artigo 148, assim dispôs: "Art. 148. A comprovação do exercício de atividade especial será feita pelo PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário - emitido pela empresa com base em laudo técnico de condições ambientais de trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança, conforme Anexo XV - ou alternativamente, até 30/06/2003, pelo formulário, antigo SB - 40, Dises BE 5.235, DSS-8030, Dirben 8.030. § 1º. Fica instituído o PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, que contemplará, inclusive, informações pertinentes aos formulários em epígrafe, os quais deixarão de ter eficácia a partir de 01/07/2003, ressalvado o disposto no parágrafo 2º deste artigo. § 2º Os formulários em epígrafe emitidos à época em que o segurado exerceu atividade, deverão ser aceitos, exceto no caso de dúvida justificada quanto a sua autenticidade. (...)

6. A Instrução Normativa n. 27, de 30/04/08, que alterou a Instrução Normativa n. 20/07, atualmente em vigor, rege a matéria quanto aos documentos necessários para requerimento de aposentadoria especial, consagrando, em seu artigo 161, inciso IV, que o único documento exigível do segurado para fins de comprovação de tempo especial, com a efetiva exposição aos agentes nocivos, é o PPP, se o período a ser reconhecido é posterior a 1º de janeiro de 2004: "(...) IV - para períodos laborados a partir de 1º de janeiro de 2004, o único documento exigido do segurado será o Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP".

7. Contudo, o parágrafo 1º do mesmo dispositivo normativo amplia de forma inequívoca o período que pode ser objeto de reconhecimento como especial, ao prever que, quando for apresentado o PPP, que contemple também os períodos laborados até (anteriormente a) 31/12/03, serão dispensados os demais documentos referidos neste artigo: "(...) § 1º Quando for apresentado o documento de que trata o 14 do art. 178 desta Instrução Normativa (Perfil Profissiográfico Previdenciário), contemplando também os períodos laborados até 31 de dezembro de 2003, serão dispensados os demais documentos referidos neste artigo".

8. Forçoso reconhecer que a própria Administração Pública, por intermédio de seus atos normativos internos, a partir de 2003, prevê a desnecessidade de apresentação do laudo técnico, para comprovação da exposição a quaisquer agentes agressivos, inclusive o ruído, desde que seja apresentado o PPP, considerando que o documento sob exame é emitido com base no próprio laudo técnico, cuja realização continua sendo obrigatória, devendo este último ser apresentado subsidiariamente em caso de dúvidas a respeito do conteúdo do PPP.

9. Verifica-se, pois, que o acórdão recorrido não logrou êxito em demonstrar dúvida quanto veracidade das informações ali esposadas, limitando-se a afirmar a ausência de indicação de que o documento foi elaborado com base em laudo técnico e de assinatura por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. Embora o documento não esteja assinado por engenheiro do trabalho, o nome do profissional responsável pelo registro das condições ambientais foi indicado no formulário, presumindo-se, assim, que este foi elaborado com base em laudo técnico. Hipótese em que não se faz necessária a assinatura do técnico, que na verdade é exigência para o LTCAT e não PPP, segundo artigo 58, § 1º da lei n 8.213/91: Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. § 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista (g.n).

10. Não é cabível exigir-se, dentro da via judicial, mais do que o próprio administrador, sob pretexto de uma pretensa ilegalidade da Instrução Normativa, que, conforme já dito, não extrapolou o ditame legal, apenas o aclarou e explicitou, dando a ele contornos mais precisos, e em plena consonância com o princípio da eficiência, que deve reger todos os atos da Administração Pública.

11. No mesmo toar já decidiu essa Turma Nacional de Uniformização no Pedido de Uniformização (TNU, PEDIDO 2006.51.63.00.0174-1, Rel. Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DJ 04/08/2009).

12. Incidente de uniformização provido, restabelecendo-se os efeitos da sentença e condenando-se o INSS ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação, nos termos da Súmula 111 do STJ.

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à instância de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505981-03.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA JOSÉ SILVA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JUCIÊ FERREIRA DE MEDEIROSOAB: CE 18.543-B
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação do período laborado em atividade especial, ao fundamento de que a parte autora não demonstrou ter trabalhado em sala de aula, enquanto professora, por tempo suficiente a almejar a aposentadoria especial.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual é cabível a averbação do tempo de serviço como especial da atividade exercida como professor, nas funções de coordenação, direção e assessoramento pedagógico.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

O Supremo Tribunal Federal já sedimentou a sua jurisprudência nos seguintes termos:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. PROFESSOR. ATIVIDADES EXERCIDAS FORA DA SALA DE AULA. POSSIBILIDADE. ADI Nº 3.772/DF. JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL DO DEBATE. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 28.9.2011. O acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, firmada após decisão proferida no julgamento da ADI 3.772/DF, no sentido de que a aposentadoria especial concedida aos professores deve ser estendida àqueles que exer-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

çam atividades relacionadas com a correção de provas, o atendimento aos pais e alunos, a preparação de aulas, a coordenação e o assessoramento pedagógico e a direção da unidade escolar. Precedentes. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal dependeria da reelaboração da moldura fática delineada no acórdão regional e prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Agravo regimental conhecido e não provido.

(STF, ARE 714566 AgR/MG, Rel. Min. Rosa Weber, DJe 14.10.2014)

Conclui-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência da TNU.

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à instância de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo a fim de determinar a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 05162138220114058400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: OTÁVIO JONSON FERRO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN 5.291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de abstenção de descontar parcelas recebidas a título de VNPI, por erro da Administração.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender pelo ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu do aresto proferido pela TNU que, ao contrário, decidiu pela impossibilidade dos descontos, diante da boa-fé, por seu caráter indenizatório.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela

Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.

[...]

5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.

6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.

7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."

Conclui-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência da TNU sobre o tema em comento.

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à instância de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, a, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO:0509208-56.2013.4.05.8103
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TERESINHA CAVALCANTE DE LOIOLA
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN 5.291
REQUERIDO (A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.

A Turma de origem, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de pagamento do valor referente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração do servidor relativa aos meses de abril e maio de 1988.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual incide a Súmula 85/STJ na cobrança das diferenças referentes a 7/30 da URP dos meses de abril e maio de 1988, correspondentes ao índice de 3,77%.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça, através da Pet 7.154/RO, firmou entendimento no sentido de que incide a Súmula 85/STJ nas ações de cobrança de diferenças remuneratórias decorrentes da URP de abril e maio de 1998, pois possuem natureza de trato sucessivo.

Conclui-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência da TNU no presente caso.

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à instância de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, a, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001461-82.2011.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SANDRA MARIA CHIESA
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA PIEROZAN OAB: RS 44.061
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação do período laborado como professor(a), ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual é cabível a averbação do tempo de serviço como especial da atividade exercida como professor, mesmo após a edição da Emenda Constitucional 18/1981.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

A TNU, pelo PEDILEF 2006.70.54.000056-9, assim decidiu:

ATIVIDADE ESPECIAL. PROFESSOR. JURISPRUDÊNCIA DO STJ E PRECEDENTES DA TNU NO SENTIDO DE SER POSSÍVEL O RECONHECIMENTO DA ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO COMO ESPECIAL, CONFORME PREVÊ O DECRETO N.º 53.831 / 64, E SUA CONVERSÃO EM TEMPO COMUM, MESMO APÓS A EC 18 / 81 E ATÉ A Lei 9032 / 95. TEMPUS REGIT ACTUM. AS RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 9.032/95 NÃO PODEM RETROAGIR. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO COM A DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM A FIM DE QUE, NOS TERMOS DO ART. 15, §§ 1º E 3º, DO RI/TNU, MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA **DECISÃO RECORRIDA.**

Conclui-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência da TNU.

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à instância de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo a fim de determinar a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.51.01.008941-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): WILMA XIMENES CARDOSO
PROC./ADV.: FREDERICO IVAR CARNEIRO OAB: RJ-90166

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, reformando a sentença, pronunciou a prescrição em desfavor da administração no que tange a revisão da aposentadoria.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 200972610007462:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. APOSENTADORIA. ATO COMPLEXO. REVISÃO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL. REGISTRO PELO TRIBUNAL DE CONTAS. MATÉRIA JÁ PACIFICADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU.

1. O autor, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que rejeitou o pedido de restituição de valores pagos a título de contribuição previdenciária para fins de contagem recíproca para aposentadoria por tempo de serviço no regime estatutário. Argumenta o recorrente que o julgado contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a aposentadoria de servidor público não é ato administrativo complexo, motivo pelo qual o prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei 9.784/99 tem início com a publicação do ato de concessão do benefício e não após a manifestação do Tribunal de Contas.

2. O ato de aposentadoria no serviço público é expedido pelo órgão a que está o servidor vinculado, que é publicado no órgão oficial. Esse ato não se considera perfeito e acabado nesse momento, tendo em vista que a Constituição, no seu art. 71, III, atribui ao Tribunal de Contas da União, o que é repetido pelo art. 59, III, da Constituição do Estado de Santa Catarina, o dever de apreciar a legalidade da concessão de aposentadoria. E não há prazo para isso, devendo apenas fazer valer a garantia constitucional do contraditório caso alguma modificação no ato de concessão que afete direito do servidor seja perpetrada pelo Tribunal de Contas após cinco anos do ato inicial de concessão da aposentadoria. 3. Reputado legítimo o ato administrativo que concedeu a aposentadoria ao servidor, o Tribunal de Contas faz o seu registro como tal, fixando aí o início do prazo de cinco anos para que possa ser ele revisto, nos termos do art. 54 da Lei 9.784/99.

4. A discussão posta em debate já está pacificada na jurisprudência. O Superior Tribunal de Justiça, acompanhando orientação do Supremo Tribunal Federal deflagrada no MS 25.409/DF (DJ 18-5-2007), Plenário, relator o Sr. Ministro Sepúlveda Pertence, firmou entendimento no sentido de que o prazo decadencial de cinco anos para a Administração rever o ato de aposentadoria somente tem início com a manifestação do Tribunal de Contas, pois o referido ato administrativo é complexo, exigindo-se a manifestação de vontade de órgãos distintos para se aperfeiçoar. Sobre esse assunto, acórdão proferido pela Corte Especial, no AgRg nos EREsp 1.143.366/PR (DJ 1-2-2013), da relatoria da Srª Ministra Laurita Vaz.

5. No caso em exame, é de se constatar que o acórdão recorrido julgou improcedente a devolução de valores pagos pelo autor a título de contribuição previdenciária, por entender que a revisão administrativa do ato de concessão da aposentadoria não estava abarcada pela decadência, em razão da ausência de homologação do Tribunal de Contas. Referida decisão consignou o entendimento esposado pelas Cortes Superiores.

6. Incidente de uniformização desprovido, decidido nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia, a fim de firmar a orientação de que o prazo decadencial de cinco anos previsto no art. 54 da Lei 9.784/99 para alterar ato de aposentadoria de servidor público se inicia a partir do registro do ato no Tribunal de Contas, não do ato de concessão expedido pelo órgão a que estava vinculado."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5047056-24.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): AGACIR DE JESUS DRULLA
PROC./ADV.: MARIO SERGIO DE ALMEIDA OAB: PR 17.431

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

A Turma de origem julgou procedente o pedido inicial da parte autora de averbação de tempo de serviço especial em comum para efeito de aposentadoria especial.

Sustenta o requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência de Turma Recursal de Minas Gerais segundo a qual, "inexistindo informação sobre a média ponderada do ruído a que estava exposta a parte autora, somente pode ser reconhecida a especialidade da atividade quando o nível mínimo de ruído aferido superar os limites legais de tolerância".

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente comporta seguimento.

Com efeito, no julgamento do PEDILEF 2010.72.55.003655-6, a Turma Nacional firmou o entendimento no sentido de que, "para fins de enquadramento de atividade especial por exposição à agente nocivo ruído em níveis variados, deve ser levada em consideração a média ponderada; na ausência de adoção dessa técnica pelo laudo pericial, deve ser realizada a média aritmética simples entre as medições levantadas pelo laudo".

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado na Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem para adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2012.51.70.105441-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JESUÍNA FRÓES DA SILVA
PROC./ADV.: ANDRÉ CORRÊA CARVALHO PINELLI OAB: MG 75.853
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, deixou de reconhecer imunidade aos servidores militares.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a necessidade de uniformizar o entendimento que venha a ser adotado no Supremo Tribunal Federal, que reconheceu repercussão geral da matéria no RE 596.701:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR INATIVO. REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RELEVÂNCIA JURÍDICA E ECONÔMICA DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009915-19.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): ANELIZE SOARES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CRISTINA DALL'ONDER SEBBEN OAB: RS 6.655

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de autorização para utilização plena da margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos do militar ou pensionista, incluídos os descontos obrigatórios.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009876-95.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): DALVA IONE MANZONI DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MÁRIA ADRIANA SEVERIANO OAB: RS 89.308

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de autorização para utilização plena da margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos do militar ou pensionista, incluídos os descontos obrigatórios.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010915-30.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): DAIANE GARCIA LOPES
PROC./ADV.: CRISTINA DALL'ONDER SEBBEN OAB: RS 6.655

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de autorização para utilização plena da margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos do militar ou pensionista, incluídos os descontos obrigatórios.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002812-34.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): MARIA DELOURDES PIRES CORRÊA
PROC./ADV.: GABRIELA FERREIRA DE OLIVEIRA MARTINS DA ROCHA OAB: RJ 112.031

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de autorização para utilização plena da margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos do militar ou pensionista, incluídos os descontos obrigatórios.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5043883-46.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): ENILDA MARIA VERCOZA SEVERO
PROC./ADV.: GUILHERME SANTOS BORGES OAB: RS 60.941

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de autorização para utilização plena da margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos do militar ou pensionista, incluídos os descontos obrigatórios.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5043126-52.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): WILDA DA TRINDADE MALLET
PROC./ADV.: GUILHERME SANTOS BORGES OAB: RS 60.941

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de autorização para utilização plena da margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos do militar ou pensionista, incluídos os descontos obrigatórios.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0528231-52.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVANILDO FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: LUZIMAR RAMOS DA SILVA OAB: PE 5.66B

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, acolheu parcialmente o pedido de reconhecimento de atividade prestada sob condições especiais, para fins de conversão e consequente concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, sob o fundamento de que os requisitos legais foram parcialmente demonstrados.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) retrata(m) o entendimento de que a atividade de pedreiro não se enquadra na categoria profissional constante no Código 2.3.3 do Anexo a que se refere o art. 2º do Decreto n. 53.831/64, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007608-68.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ADENEIDE CARVALHO DE PAULA
PROC./ADV.: CLÁUDIO DORNELES DA SILVA OAB: RS-54 799

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de autorização para utilização plena da margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos da pensionista, incluídos os descontos obrigatórios.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009207-42.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NINA ROSA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: CLÁUDIO DORNELES DA SILVA OAB: RS-54 799

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, julgou procedente o pedido de autorização para utilização plena da margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos da pensionista, incluídos os descontos obrigatórios.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005776-97.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LINDARICE FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: CLÁUDIO DORNELES DA SILVA OAB: RS-54 799

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de autorização para utilização plena da margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos da pensionista, incluídos os descontos obrigatórios.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010563-72.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA JOSE MARINHO DA SILVA
PROC./ADV.: CLAUDIO DORNELES DA SILVA OAB: RS-54 799

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, julgou procedente o pedido de autorização para utilização plena da margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos da pensionista, incluídos os descontos obrigatórios.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007606-98.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA ANGELICA LIMA DA SILVA
PROC./ADV.: CLÁUDIO DORNELES DA SILVA OAB: RS-54 799

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de autorização para utilização plena da margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos da pensionista, incluídos os descontos obrigatórios.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009644-83.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LEONTINA DE OLIVEIRA ROCHA
PROC./ADV.: CLÁUDIO DORNELES DA SILVA OAB: RS-54 799

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, julgou procedente o pedido de autorização para utilização plena da margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos do pensionista, incluídos os descontos obrigatórios.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009646-53.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NEUSA IRENE KRUL
PROC./ADV.: CLÁUDIO DORNELES DA SILVA OAB: RS-54 799

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de autorização para utilização plena da margem consignável até o limite de 70% dos vencimentos da pensionista, incluídos os descontos obrigatórios.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5007749-73.2011.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE DOMINGUES ALVES PENA
PROC./ADV.: PAULO BRAUNER

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, afastando a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, sob o fundamento de que restou demonstrada nos autos a periculosidade da atividade de vigilante, exercida pelo autor/requerido entre 1995 e 2011.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003758-50.2011.4.04.7118
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA ELENA DERLAM
PROC./ADV.: JELSON CARLOS ACCADROLLI OAB: RS 19.127
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de averbação de período laborado como rurícola, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto a Turma de origem julgou improcedente o pedido, por entender que os documentos apresentados pela parte autora não são aptos a comprovar a qualidade de segurado especial no período de carência exigido, e os paradigmas colacionados, por seu turno, consideram que a carteira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais constitui início de prova material para tal fim.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504975-50.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIANE BRITO LYRA NUNES DA SILVA
PROC./ADV.: FERNNANDO FERNANDES MANO OAB: PB-14 081

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de percepção do adicional por tempo de serviço calculado sobre o vencimento, correspondente à dupla jornada de vinte horas semanais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502050-81.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ALEXANDRE JORGE DE ANDRADE NEGRI
PROC./ADV.: FERNNANDO FERNANDES MANO OAB: PB-14 081
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de percepção do adicional por tempo de serviço calculado sobre o vencimento, correspondente à dupla jornada de vinte horas semanais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502075-94.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIÂNGELA DE MEDEIROS BARBOSA
PROC./ADV.: FERNNANDO FERNANDES MANO OAB: PB-14 081

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de percepção do adicional por tempo de serviço calculado sobre o vencimento, correspondente à dupla jornada de vinte horas semanais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502495-02.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FRDERAL DA PARAÍBA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOANA DÁRC MORAIS DA SILVEIRA FRADE
PROC./ADV.: FERNNANDO FERNANDES MANO OAB: PB-14 081

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de percepção do adicional por tempo de serviço calculado sobre o vencimento, correspondente à dupla jornada de vinte horas semanais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501911-32.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SUELY UMMEN ALMEIDA DE LUCENA
PROC./ADV.: FERNNANDO FERNANDES MANO OAB: PB-14 081

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de percepção do adicional por tempo de serviço calculado sobre o vencimento, correspondente à dupla jornada de vinte horas semanais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502076-79.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARLY COUTINHO BELTRÃO
PROC./ADV.: FERNNANDO FERNANDES MANO OAB: PB-14 081

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de percepção do adicional por tempo de serviço calculado sobre o vencimento, correspondente à dupla jornada de vinte horas semanais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002607-45.2012.4.04.7011
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALCIDES LOPES HERNANDES
PROC./ADV.: FERNANDA ZACARIAS GABRIEL OAB: PR 32.022
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de averbação de período laborado como rurícola, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto a Turma de origem julgou improcedente o pedido, por entender que os documentos apresentados pela parte autora não são aptos a comprovar a qualidade de segurado especial no período de carência exigido, e os paradigmas colacionados, por seu turno, consideram que a documentação apresentada, em nome de seu pai constitui início de prova material para tal fim.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008347-13.2014.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA BERNADETI KALINOSKI
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA OAB: RS 36.024
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, em sede de juízo de adequação, afastou a decadência e rejeitou o cômputo de períodos de trabalho especial e rural.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, notadamente no que tange à DIB porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) solução diversa do acórdão vergastado, que considerou relevante o fato de "a autora somente levou ao conhecimento da Autarquia os documentos referentes à especialidade do labor quando do pedido de revisão efetuado em 24.01.2008".

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506016-83.2011.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MONALIZA SANTOS E SOUZA LIEBIG
PROC./ADV.: FERNNANDO FERNANDES MANO OAB: PB-14 081

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de percepção do adicional por tempo de serviço calculado sobre o vencimento, correspondente à dupla jornada de vinte horas semanais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0515533-95.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RONALDO MOTA LEITE BARBOSA
PROC./ADV.: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR OAB: DF-11555

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Ceará que, mantendo a sentença, concedeu diferenças oriundas da implementação da URV.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a ocorrência de prescrição da citada verba, ao passo que o acórdão vergastado entendeu que "o reconhecimento administrativo do direito ora reclamado ocorreu em 2000 e, desde então, tramita processo administrativo para o pagamento das diferenças devidas".

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501876-72.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA GOMES
PROC./ADV.: FERNNANDO FERNANDES MANO OAB: PB-14 081

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de percepção do adicional por tempo de serviço calculado sobre o vencimento, correspondente à dupla jornada de vinte horas semanais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500220-96.2011.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ROQUELINA MARIA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento da renda mensal vitalícia c/c a conversão em aposentadoria por invalidez de segurado especial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s), em sentido oposto ao acórdão vergastado, retrata(m) a possibilidade de transformação de renda mensal vitalícia para benefício de aposentadoria por invalidez, o que justificaria sua acumulação com a pensão por morte.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516973-87.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE MARIA SOARES SALES
PROC./ADV.: MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA PEREIRA OAB: CE-4643
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, pronunciou a decadência.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o prazo de revisão de benefício teria início, quando for o caso, do dia em que o segurado tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo, de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509284-17.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEVERINO DO RAMO FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB: SP-140741
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, pronunciou a decadência.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "o prazo decadencial do direito da parte autora de ter seu benefício revisado, nos termos da lei previdenciária, começa a contara partir da data do início do benefício de aposentadoria por invalidez que titulariza e não da data da concessão do benefício de auxílio-doença", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5066357-45.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): KURT CHRISTIANO HELLER
PROC./ADV.: NÉLIO KOCH OAB: RS 54.952

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Sustenta a parte agravante que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da TNU e de turmas recursais de outras regiões segundo a qual o cálculo das diferenças de gratificação de desempenho (GDPST) deve observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria do servidor.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o acórdão recorrido parece, em uma análise perfunctória, para dissentir da jurisprudência do STJ, segundo a qual o cálculo das diferenças de GDPST deve observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria do servidor.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5014694-45.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSÉ OSMAR DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FABIANE DALMÔNICO OAB: SC-22581
PROC./ADV.: J.N. COELHO NETO OAB: SC-5596
PROC./ADV.: GEOVANI COELHO OAB: SC-5987
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos de reconhecimento de labor especial e improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, sob o fundamento de que os requisitos legais foram parcialmente demonstrados.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do(s) aresto(s) acostado(s) como paradigma(s) é no sentido de que, por força do Anexo do Decreto nº 53.831/64, o exercício das atividades desenvolvidas por eletricitas são consideradas como perigosas, passíveis à concessão de aposentadoria especial, em princípio, divergente da posição adotada no acórdão recorrido.

Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002813-47.2012.4.04.7015
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: GEORGINA DE OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.: CARLOS ROBERTO MIRANDA OAB: PR-206675
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Paraná que declarou a inexigibilidade de valores recebidos a título de antecipação de tutela posteriormente revogada.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, é flagrante a divergência suscitada.

Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, ao editar a Súmula 51, firmou entendimento nos seguintes termos:

"Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."

No entanto, o Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo da controvérsia, já firmou entendimento no sentido de que é devida a devolução dos valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Vejamos:

"PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR RECEBIDA DE BOA-FÉ PELA PARTE SEGURADA. REPETIBILIDADE. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO.

1. A Corte a quo não analisou a controvérsia à luz dos arts. 467 a 468 do Código de Processo Civil. Desse modo, ausente o prequestionamento. Incidência do enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

2. A Primeira Seção, por maioria, ao julgar o REsp 1.384.418/SC, uniformizou o entendimento no sentido de que é dever do titular de direito patrimonial devolver valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento reafirmado sob o regime do art. 543-c do CPC, no julgamento do REsp 1.401.560/MT (acórdão pendente de publicação).

Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1416294/RS, Rel. , SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 24/03/2014).

Tendo em vista o evidente conflito entre a Súmula 51 desta TNU e o entendimento pacificado do STJ em recurso repetitivo, necessária se faz a distribuição do feito a um dos juízes da TNU, para que o colegiado reexamine a matéria.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2012.51.51.023510-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: GLORIA REGINA SEPULVEDA VALENTE
PROC./ADV.: MÉLAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE OAB: RJ-104771
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "em se tratando de "ato omissivo continuado da Administração Pública, qual seja,a falta de pagamento das parcelas de quintos adquiridas pelo exercício de cargos comissionados no período compreendido entre a edição da Lei 9.624, de 8.4.1998 e a publicação da MP 2.225-45/2001, em 4.9.2001, não há falar em prescrição do fundo de direito", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0008940-27.2008.4.01.4100
ORIGEM: RO - SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: SIDNEI KAZUME MIAMOTO
PROC./ADV.: ANA PAULA MORAIS DA ROSA OAB: TO-4291
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Rondônia que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o prazo prescricional para pleitear diferenças pagas a menor somente correriam a partir da última parcela, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0017563-17.2007.4.01.4100
ORIGEM: RO - SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: MARIA NAUTILIA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ANA PAULA MORAIS DA ROSA OAB: TO-4291 / OAB: RO-1793
REQUERIDO(A): IBAMA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Rondônia que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o prazo prescricional para pleitear diferenças pagas a menor somente correriam a partir da última parcela, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0039905-76.2007.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: LICÍNIO LEAL BARBOSA
PROC./ADV.: MARIA ISABEL SILVA DIAS OAB: GO 13.796
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Goiás que, reformando a sentença, reconheceu o direito de o autor "optar pela inclusão em seus proventos da vantagem de que trata o art. 2º da Lei 8.911/94 (Opção de Função), em prejuízo da vantagem pessoal do 62-A, da Lei nº 8.112/90".

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a acumulação das verbas citadas, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504143-62.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ FELIX DE ARAÚJO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

O requerente, servidor inativo do extinto DNER, sustenta que recebe a gratificação de desempenho GDAPEC (Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT). Pleiteia, no entanto, a paridade com os percentuais recebidos pelos servidores ativos neste segundo órgão.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) traz(em) entendimento em sentido oposto àquele do acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0514742-94.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: HERONDINA DE LUCENA MONTEIRO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O requerente, servidor inativo do extinto DNER, sustenta que recebe a gratificação de desempenho GDAPEC (Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT). Pleiteia, no entanto, a paridade com os percentuais recebidos pelos servidores ativos neste segundo órgão.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) traz(em) entendimento em sentido oposto àquele do acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516679-42.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SEVERINO ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

O requerente, servidor inativo do extinto DNER, sustenta que recebe a gratificação de desempenho GDAPEC (Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT). Pleiteia, no entanto, a paridade com os percentuais recebidos pelos servidores ativos neste segundo órgão.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) traz (em) entendimento em sentido oposto àquele do acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505531-97.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: DULCE PEREIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

O requerente, servidor inativo do extinto DNER, sustenta que recebe a gratificação de desempenho GDAPEC (Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT). Pleiteia, no entanto, a paridade com os percentuais recebidos pelos servidores que ainda estão em atividade neste segundo órgão.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) traz(em) entendimento em sentido oposto àquele do acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0512043-96.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARDELICE LACAVA DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

O requerente, servidor inativo do extinto DNER, sustenta que recebe a gratificação de desempenho GDAPEC (Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT). Pleiteia, no entanto, a paridade com os percentuais recebidos pelos servidores ativos neste segundo órgão.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) traz (em) entendimento em sentido oposto àquele do acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505615-98.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FRANCISCO CANINDÉ FRANÇA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

O requerente, servidor inativo do extinto DNER, sustenta que recebe a gratificação de desempenho GDAPEC (Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT). Pleiteia, no entanto, a paridade com os percentuais recebidos pelos servidores ativos neste segundo órgão.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) traz (em) entendimento em sentido oposto àquele do acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511001-12.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUIZA BEZERRA TRINDADE
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

O requerente, servidor inativo do extinto DNER, sustenta que recebe a gratificação de desempenho GDAPEC (Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT). Pleiteia, no entanto, a paridade com os percentuais recebidos pelos servidores ativos neste segundo órgão.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) traz (em) entendimento em sentido oposto àquele do acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510963-97.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: DARIO FREIRE DE LIMA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

O requerente, servidor inativo do extinto DNER, sustenta que recebe a gratificação de desempenho GDAPEC (Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT). Pleiteia, no entanto, a paridade com os percentuais recebidos pelos servidores ativos neste segundo órgão.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) traz (em) entendimento em sentido oposto àquele do acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505140-45.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOÃO MATHEUS PETROVICH
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

O requerente, servidor inativo do extinto DNER, sustenta que recebe a gratificação de desempenho GDAPEC (Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT). Pleiteia, no entanto, a paridade com os percentuais recebidos pelos servidores ativos neste segundo órgão.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) traz (em) entendimento em sentido oposto àquele do acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509587-76.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ALZIRA DA SILVA COSTA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O requerente, servidor inativo do extinto DNER, sustenta que recebe a gratificação de desempenho GDAPEC (Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT). Pleiteia, no entanto, a paridade com os percentuais recebidos pelos servidores ativos neste segundo órgão.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) traz (em) entendimento em sentido oposto àquele do acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513382-27.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSE VIDAL DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

O requerente, servidor inativo do extinto DNER, sustenta que recebe a gratificação de desempenho GDAPEC (Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT). Pleiteia, no entanto, a paridade com os percentuais recebidos pelos servidores ativos neste segundo órgão.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) traz (em) entendimento em sentido oposto àquele do acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510807-46.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ELIZABETH PINHEIRO DE LIMA
PROC./ADV.: MÁRIO ABY-ZAYAN TOSCANO LYRA OAB: RN-7474
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que, na data do óbito do instituidor do benefício, este já havia perdido a condição de segurado do RGPS.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Isto porque, enquanto o acórdão recorrido afirma que o instituidor da pensão havia perdido a qualidade de segurado, o aresto paradigma consigna que: "Com respeito ao período de graça que se reconhece pela circunstância de o segurado contar com mais de 120 contribuições sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado, é de se anotar que não prejudica a prorrogação o eventual fato do trabalhador supervenientemente perder a qualidade de segurado. Uma vez alcançado o número de contribuições exigidas em lei (art. 15, §1º, da Lei 8.213/91), o autor pode valer-se, a qualquer tempo, da prorrogação decorrente do número de contribuições vertidas ao sistema."

Entendo, portanto, que a referida discussão merece melhor análise pelo colegiado desta TNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito a um dos juízes da TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509730-65.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: NELI COSME RODRIGUES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

O requerente, servidor inativo do extinto DNER, sustenta que recebe a gratificação de desempenho GDAPEC (Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT). Pleiteia, no entanto, a paridade com os percentuais recebidos pelos servidores ativos neste segundo órgão.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) traz (em) entendimento em sentido oposto àquele do acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504129-78.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA APARECIDA FERREIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

O requerente, servidor inativo do extinto DNER, sustenta que recebe a gratificação de desempenho GDAPEC (Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT). Pleiteia, no entanto, a paridade com os percentuais recebidos pelos servidores ativos neste segundo órgão.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) traz (em) entendimento em sentido oposto àquele do acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0026573-35.2009.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: MARIA DAS DORES NASCIMENTO SOUSA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Pará que, afastando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restaram demonstrados a união estável e a dependência econômica entre a autora e o de cujus.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0006116-74.2011.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: ROSETE PANTOJA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que, afastando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a dependência econômica entre a autora e o de cujus.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504725-54.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA MARIA DE SOUZA
PROC./ADV.: PAULO CÉSAR DO ESPÍRITO SANTO SOARES OAB: CE-24 092
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de salário-maternidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503957-60.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CICERA RODRIGUES DE SOUSA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a possibilidade de utilização de documentos como início de prova material, tais como: declaração do proprietário do imóvel rural em que a parte exerce o labor campesino e declarações de sindicatos de trabalhadores rurais, em entendimento oposto àquele esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

PROCESSO: 5008434-31.2012.4.04.7110

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: JÚLIO CEZAR DA PORCIÚNCULA PACHECO

PROC./ADV.: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR OAB: DF-11555

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que a edição do Ato 711, de 12 de dezembro de 2000, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho implicou renúncia tácita à prescrição, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000918-87.2012.4.04.7100

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: LOURIVAL MAY CHULA

PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE OAB: RS-59707

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, rejeitou a concessão da verba pleiteada.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) retrata(m) a possibilidade de extensão da vantagem prevista no artigo 63 da MP 2.229 - 43/2001 aos demais membros da carreira, de forma contrária ao acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008067-04.2012.4.04.7208

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: MARISA DE ALMEIDA

PROC./ADV.: NILTON ANDRÉ SALES VIEIRA OAB: SC-18660

PROC./ADV.: SIMONE CRISTINE DAVEL OAB: SC-29073

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, rejeitou a incorporação da verba pleiteada.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) retrata(m) a possibilidade de incorporação de décimos a partir do novo critério legal, de forma contrária ao acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008068-86.2012.4.04.7208

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: MÔNICA BOLDA

PROC./ADV.: NILTON ANDRÉ SALES VIEIRA OAB: SC-18660

PROC./ADV.: SIMONE CRISTINE DAVEL OAB: SC-29073

PROC./ADV.: LILIANE QUINTAS VIEIRA OAB: SC-31653

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, rejeitou a incorporação da verba pleiteada.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) retrata(m) a possibilidade de incorporação de décimos a partir do novo critério legal, de forma contrária ao acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001692-22.2014.4.04.7109

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: JOÃO JOSÉ DOS SANTOS OLIVEIRA

PROC./ADV.: ALMIR VANDERLEI MACHADO BASTOS OAB: RS-34523

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou a verba pleiteada.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) "Portaria n. 181, de 26.03.1999, que define os cursos relacionados à percepção da gratificação não faz restrições quanto às instituições que promovem os cursos e à situação jurídica do militar,", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000414-54.2012.4.04.7109

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: EDISON LUIZ FURTADO SOARES

PROC./ADV.: ALMIR VANDERLEI MACHADO BASTOS OAB: RS-34523

REQUERIDO(A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou a verba pleiteada.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) "Portaria n. 181, de 26.03.1999, que define os cursos relacionados à percepção da gratificação não faz restrições quanto às instituições que promovem os cursos e à situação jurídica do militar,", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009965-76.2012.4.04.7200

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: WALDIR VIEIRA DUART

PROC./ADV.: ANTÔNIO PINHEIRO JÚNIOR OAB: RS-76005

REQUERIDO(A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição.

Sustenta que a pretensão teria sido objeto de reconhecimento administrativo em junho de 2010, quando "foi determinada a revisão das evoluções funcionais concedidas administrativamente aos servidores que ingressaram na Tabela Permanentedo ex-DNER em data posterior a 13.03.1985, considerando-se prejudicado o pagamento dos exercícios anteriores".

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) hipótese de renúncia à prescrição no referido marco, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5023912-66.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MIRIAM FLORIANO
PROC./ADV.: GIOVANA ABREU DA SILVA SEGER OAB: SC-20998
REQUERIDO(A): JUÍZO SUBSTITUTO DA 1ª VARA DO JEF CIVEL E PREVIDENCIÁRIO DE BLUMENAU
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
LITISCONSORTE : UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, em sede de mandado de segurança, rejeitou a pretensão de obstar a devolução de valores recebidos a maior, por força de erro de cálculos na execução.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) casos em que reconhecida boa-fé do beneficiado, seria indevida a repetição do indébito, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2012.51.51.027654-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ZELAIR DOS SANTOS CALIXTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
LITISCONSORTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC./ADV.: PROCURADOR ESTADUAL
LITISCONSORTE : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, rejeitou a pretensão de realização imediata de cirurgia.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a prevalência do direito a saúde em casos semelhantes ao do acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504472-35.2012.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ FELICIO DE OLIVEIRA NETO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE 20.417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, rejeitou o pedido inicial de pensão por morte.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados retratam que "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto", (Súmula 41/TNU), de forma contrária ao acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0013745-44.2008.4.03.6306
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: VAGNER CASTIGLIA PACHECO
PROC./ADV: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido da parte autora para obter a revisão do benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de contribuição, por não terem sidos reconhecidos os períodos solicitados como exercício de trabalho em atividade especial.

Sustenta a parte ora requerente que o Laudo Técnico fornecido pela parte é insuficiente à comprovação das condições de exposição do trabalhador aos agentes nocivos decorrentes do emprego.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista o não preenchimento dos requisitos exigidos pela norma.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

De igual modo, incide à espécie versada nos autos a Questão de Ordem nº 22, nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ainda que assim não fosse, tem-se por pacificado na TNU entendimento no mesmo sentido declarado nas instâncias de origem, no qual PPP é meio probatório para se demonstrar as condições de exposição ao agente nocivo ruído, conforme PEDILEF nº: 200971620018387

"PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. RUÍDO. PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO. DISPENSABILIDADE DE LAUDO TÉCNICO.

[...]

5. Reiterado o entendimento de que, em regra, deve ser considerado exclusivamente o PPP como meio de comprovação da exposição do segurado ao agente insalubre, inclusive em se tratando de ruído, independentemente da apresentação do respectivo laudo técnico-ambiental. 6. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011. 7. Pedido improvido."

Nesse sentido, aplica-se ainda à espécie a Questão de Ordem nº 13: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.(Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005)."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.024120-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: WALACY FONTES BEZERRA PEREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, rejeitou a pretensão de fornecimento do medicamento pleiteado após a contestação.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) "o pedido de troca de medicamento não caracteriza emenda à inicial, mas mera contingência de tratamento da doença", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502373-37.2013.4.05.8302
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSILDA MARIA TENÓRIO DA SILVA
PROC./ADV.: DAVI LUCAS DONATO CUNHA OAB: PE-853-
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental, interposto contra decisão que julgou improcedente o agravo que inadmitiu pedido de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, nos termos do art. 7º, VII, c, do RITNU.

Nas razões do agravo, sustenta a requerente, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta conhecimento.

Com efeito, a Resolução CJF 163, de 9/11/11, alterou a redação do art. 34 do RITNU (Resolução 22/08), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:

Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.

Outrossim, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, com a redação dada pela Resolução 163/11, é irrecorrível o julgado que nega seguimento ao incidente de uniformização, bem como reforma a decisão de inadmissão do incidente de uniformização quando o recorrente demonstrar o equívoco no qual incidiu o prolator e quando o pedido de uniformização for interposto contra acórdão em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, proferido pelo Presidente da TNU, nas hipóteses previstas nas alíneas c e d do inciso VII do art. 7º.

Dessa forma, ante a aplicação imediata da norma superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, deve-se, em matéria recursal, observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Nesse contexto, tendo a referida resolução sido publicada em 14/11/11, o seu texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a publicação da decisão ora agravada ocorreu em data posterior.

Cumpre consignar, por fim, que o pedido de uniformização foi inadmitido em virtude do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0502295-74.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: PAULO MANOEL DE SOUZA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
PROC./ADV.: TATIELI CORTÊS TEIXEIRA OAB: RN-9002
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

A matéria trazida à baila nesta instância - inclusão do IRSM de fevereiro de 1994 - não foi sequer ventilada em instâncias inferiores, tendo em vista que a petição inicial limitou-se a pugnar pela aplicação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e nº 41/2003.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 10/TNU ("Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido").

Alem disso, o acórdão recorrido, ao indeferir o reajuste do benefício, em face de sua não limitação ao teto, está de acordo com o entendimento do STF que, no julgamento do RE 564.354/SE, em sede de repercussão geral, assim decidiu:

"DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário." Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 14/2/11 (grifo nosso)

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504102-30.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE XAVIER DE ABREU
PROC./ADV.: FRANCISCO XAVIER DE ABREU OAB: CE-6574
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a parte não se desincumbiu do ônus de demonstrar a divergência. As razões de recorrer se limitam a demonstrar a inocorrência de decadência, ao passo que o acórdão vergastado, que confirmou a sentença, adentrou no mérito do pedido, assentando:

3. Embora o benefício do autor tenha sido concedido há mais de 10 anos, à sua situação não se aplica o disposto no art. 103 da Lei 8.213/91, porque incapaz.

4. No mérito, improcede o pedido inicial. Trata-se de benefício com renda mínima, ao qual, ainda que procedida à revisão pretendida, não haverá variação da RMI.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510113-70.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO VICTOR DA SILVA
PROC./ADV.: GEÍSSA BRAGA CAVALCANTE OAB: CE-16025
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, pronunciou a decadência.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

O atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, seguindo a mesma orientação do STF (RE 626489) quanto à matéria, assentou que o prazo de dez anos para decadência do direito à revisão de benefícios previdenciários, criado pela Medida Provisória 1.523-9/97, que entrou em vigor em 28 de junho de 1997, também se aplica aos benefícios concedidos antes dessa data:

"PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESPS 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC [...]"

(REsp 1326114/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 28/11/2012, DJe 13/05/2013)

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5016573-65.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NELSON GUIMARÃES
PROC./ADV.: TIAGO BARRETO CASADOOAB: AL 7.705
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, confirmando a sentença, rejeitou o pedido de restituição dos valores de contribuição previdenciária incidente sobre 50% da gratificação de desempenho GDIBGE.

Sustenta a requerente divergência de entendimento com julgados dos Tribunal Regional Federal e do Supremo Tribunal Federal, pleiteando a referida restituição.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais e do Supremo Tribunal Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509710-04.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JEOVÁ LIMA CAMPOS
PROC./ADV.: GEÍSSA BRAGA CAVALCANTE OAB: CE-16025
PROC./ADV.: FLÁVIA ANGERT CARNEIRO OAB: CE-19617
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, pronunciou a decadência.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

O atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, seguindo a mesma orientação do STF (RE 626489) quanto à matéria, assentou que o prazo de dez anos para decadência do direito à revisão de benefícios previdenciários, criado pela Medida Provisória 1.523-9/97, que entrou em vigor em 28 de junho de 1997, também se aplica aos benefícios concedidos antes dessa data:

"PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESPS 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC [...]"

(REsp 1326114/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 28/11/2012, DJe 13/05/2013)

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501752-90.2011.4.05.8308
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIVALDA SANTOS DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB/PE 573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, concedeu o benefício pleiteado desde a data da realização do laudo pericial.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

A tese ora defendida - momento de caracterização da incapacidade - depende da análise de prova de forma contrária àquela feita pela Turma Recursal de origem, que assentou:

"Verifica-se, todavia, que o perito informou a data de início da incapacidade da autora em 22/01/2011 (seis meses antes da realização da perícia). Logo, ao tempo do requerimento administrativo, em 05/11/2009, a autora ainda não havia preenchido requisito indispensável para concessão do benefício pretendido, devendo a DIB ser alterada para data da realização do laudo pericial, em 22/07/2011, pelo que merece prosperar as alegações da autarquia recorrente."

Dessa forma, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Além disso, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) trazido(s) à colação, porquanto as bases fáticas são distintas. No presente caso, não há "dúvida quanto ao momento em que tais requisitos consubstanciar-se-iam em benefício do autor, se do requerimento administrativo ou da propositura da ação", como se pretende demonstrar.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0514184-73.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: DAIRTON CORREIA RALF
PROC./ADV.: BRUNO BAPTISTA OAB: PE19.805
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, pronunciou a decadência.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

O atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, seguindo a mesma orientação do STF (RE 626489) quanto à matéria, assentou que o prazo de dez anos para decadência do direito à revisão de benefícios previdenciários, criado pela Medida Provisória 1.523-9/97, que entrou em vigor em 28 de junho de 1997, também se aplica aos benefícios concedidos antes dessa data:

"PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESPS 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC [...]"

(REsp 1326114/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 28/11/2012, DJe 13/05/2013)

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0520496-89.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JANETE VICENTE GOMES
PROC./ADV.: ROBERTO JOSÉ AMORIM CAMPOS OAB: PE-22366
PROC./ADV.: SHEILA VANESSA ROCHA LARANJEIRA CAMPOS OAB: PE-28008
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, pronunciou a decadência.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

O atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, seguindo a mesma orientação do STF (RE 626489) quanto à matéria, assentou que o prazo de dez anos para decadência do direito à revisão de benefícios previdenciários, criado pela Medida Provisória 1.523-9/97, que entrou em vigor em 28 de junho de 1997, também se aplica aos benefícios concedidos antes dessa data:

"PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESPS 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC [...]"

(REsp 1326114/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 28/11/2012, DJe 13/05/2013)

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Além disso, especificamente quanto ao termo inicial, verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 200871610029645:

"PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. REVISÃO DE ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DIREITO INTERTEMPORAL. CONFLITO DE LEIS NO TEMPO. SUCESSÃO DE NORMAS REDUZINDO E AUMENTANDO O PRAZO. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS 28/6/1997. 1.A partir de 28/06/1997, começou a correr o prazo decadencial de dez anos para a revisão dos benefícios previdenciários. O prazo decadencial foi reduzido para cinco anos a partir de 21/11/1998 e tornou a ser aumentado para dez anos a partir de 20/11/2003. Quando sobreveio norma jurídica reduzindo para cinco anos o prazo decadencial em curso, prevaleceu a solução clássica de direito intertemporal concernente à retroatividade das leis sobre prazos prescricionais: se, para terminar o prazo antigo, falta tempo igual ou maior que o estabelecido pela lei nova, aplica-se esta, contando-se da data da sua vigência o novo prazo. Quando a lei tornou a aumentar o prazo de decadência para dez anos, a nova lei aplicou-se imediatamente, mas computando-se o lapso temporal já decorrido na vigência da norma revogada. 2.Para os benefícios concedidos até 27/06/1997, aplica-se o prazo de decadência de dez anos, contado a partir de 27/6/1997; para os benefícios concedidos a partir de 28/06/1997, ao final, sempre se aplica o prazo de decadência de dez anos, contado a partir do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação. 3.Incidente parcialmente provido."

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508273-41.2012.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CLEIDE LUIZA DA SILVA
PROC./ADV.: ROBERTO JOSÉ AMORIM CAMPOS OAB: PE-22366
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, pronunciou a decadência.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

O atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, seguindo a mesma orientação do STF (RE 626489) quanto à matéria, assentou que o prazo de dez anos para decadência do direito à revisão de benefícios previdenciários, criado pela Medida Provisória 1.523-9/97, que entrou em vigor em 28 de junho de 1997, também se aplica aos benefícios concedidos antes dessa data:

"PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESPS 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC [...]"

(REsp 1326114/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 28/11/2012, DJe 13/05/2013)

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Além disso, especificamente quanto ao termo inicial, verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 200871610029645:

"PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. REVISÃO DE ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DIREITO INTERTEMPORAL. CONFLITO DE LEIS NO TEMPO. SUCESSÃO DE NORMAS REDUZINDO E AUMENTANDO O PRAZO. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS 28/6/1997. 1.A partir de 28/06/1997, começou a correr o prazo decadencial de dez anos para a revisão dos benefícios previdenciários. O prazo decadencial foi reduzido para cinco anos a partir de 21/11/1998 e tornou a ser aumentado para dez anos a partir de 20/11/2003. Quando sobreveio norma jurídica reduzindo para cinco anos o prazo decadencial em curso, prevaleceu a solução clássica de direito intertemporal concernente à retroatividade das leis sobre prazos prescricionais: se, para terminar o prazo antigo, falta tempo igual ou maior que o estabelecido pela lei nova, aplica-se esta, contando-se da data da sua vigência o novo prazo. Quando a lei tornou a aumentar o prazo de decadência para dez anos, a nova lei aplicou-se imediatamente, mas computando-se o lapso temporal já decorrido na vigência da norma revogada. 2.Para os benefícios concedidos até 27/06/1997, aplica-se o prazo de decadência de dez anos, contado a partir de 27/6/1997; para os benefícios concedidos a partir de 28/06/1997, ao final, sempre se aplica o prazo de decadência de dez anos, contado a partir do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação. 3.Incidente parcialmente provido."

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506072-42.2013.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSÉ PEDRO DA SILVA
PROC./ADV.: ROBERTO JOSÉ AMORIM CAMPOS OAB: PE-22366
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, pronunciou a decadência.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

O atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, seguindo a mesma orientação do STF (RE 626489) quanto à matéria, assentou que o prazo de dez anos para decadência do direito à revisão de benefícios previdenciários, criado pela Medida Provisória 1.523-9/97, que entrou em vigor em 28 de junho de 1997, também se aplica aos benefícios concedidos antes dessa data:

"PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESPS 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC [...]"

(REsp 1326114/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 28/11/2012, DJe 13/05/2013)

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0532072-21.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: IVAN VILARIM QUIRINO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, pronunciou a decadência.

A parte não se insurgiu contra a decisão que inadmitiu o incidente regional.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

O atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, seguindo a mesma orientação do STF (RE 626489) quanto à matéria, assentou que o prazo de dez anos para decadência do direito à revisão de benefícios previdenciários, criado pela Medida Provisória 1.523-9/97, que entrou em vigor em 28 de junho de 1997, também se aplica aos benefícios concedidos antes dessa data:

"PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESPS 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC [...]"

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(REsp 1326114/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 28/11/2012, DJe 13/05/2013)

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006773-66.2011.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EVA FATIMA DE ALMEIDA GUTTERRES
PROC./ADV.: RAQUEL SILVINO GONÇALVES RODRIGUES OAB: RS-53422
PROC./ADV.: WALDEREZ MARIA XAVIER OAB: RS-34788
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o cômputo de períodos de trabalho para fins previdenciários.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Inicialmente, verifica-se que o(s) aresto(s) do Tribunal Regional Federal da 3ª Região mostra(m)-se inservível(is). A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

Além disso, a parte não se desincumbiu do ônus de demonstrar a divergência quanto aos paradigmas do STJ e desta Turma Nacional. Os três arestos adotam a mesma orientação do acórdão vergastado no sentido de que apenas é válida a "declaração não contemporânea de ex-patrão como início de prova material para fins de demonstração do tempo de serviço exercido como empregada doméstica anterior à vigência da Lei n.º 5.859/72".

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001429-46.2012.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GERALDO MARCOLIN
PROC./ADV: HERMES BUFFON OAB: RS 29.996
PROC./ADV: IVANI PETERLE OAB: RS-50366
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando parcialmente a sentença, rejeitou parte do pedido de averbação do tempo de serviço rural ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua condição de segurado especial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, verifica-se que também incide à espécie a Questão de Ordem nº 22, nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000685-17.2013.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ASSIS FACCIN
PROC./ADV.: HERMES BUFFON OAB: RS 29.996
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante reconhecimento de atividade especial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a exposição a agentes nocivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000783-66.2012.4.04.7103
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OLMIRO PRELELUE SOTELO
PROC./ADV.: LEONARDO GONÇALVES LEITE OAB: RS-50233

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço, mediante reconhecimento de atividade especial, sob o fundamento de que restou demonstrada a exposição do autor/requerido a agentes nocivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000972-35.2012.4.04.7106
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCONDES SANTOS DA SILVA
PROC./ADV.: RICARDO CARVALHO DA ROSA OAB: RS-51461

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, sob o fundamento de que a sentença trabalhista homologatória de acordo, juntada como início de prova material, foi corroborada por outros elementos aptos a demonstrar a efetiva existência dos períodos laborativos alegados na inicial.

Sustenta o requerente que a sentença trabalhista apenas servirá como início de prova material se estiver fundada em elementos que comprovem a atividade laboral.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio da edição da Súmula 31, firmou entendimento no sentido do aresto combatido, de que "a anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários."

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ademais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5051144-28.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RICARDO ALVAREZ MATO
PROC./ADV.: TAISE VIELMO CÔRTES OAB: RS-39542

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por idade, reconhecendo como período de serviço aquele registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão da autarquia requerente esbarra no óbice da Súmula 75/TNU, segundo a qual "A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em relação à qual não se aponta de feito formal que lhe comprometa a fidedignidade goza de presunção relativa de veracidade, formando prova suficiente de tempo de serviço para fins previdenciários, ainda que a anotação de vínculo de emprego não conste no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)."

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ademais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5051074-11.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MIGUEL AZEVEDO PLENTZ
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA OAB: RS-56506
PROC./ADV.: MARIA ISABEL PEREIRA DA COSTA OAB: RS-14504

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por idade, reconhecendo como período de serviço aquele registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão da autarquia requerente esbarra no óbice da Súmula 75/TNU, segundo a qual "A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em relação à qual não se aponta de feito formal que lhe comprometa a fidedignidade goza de presunção relativa de veracidade, formando prova suficiente de tempo de serviço para fins previdenciários, ainda que a anotação de vínculo de emprego não conste no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)."

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ademais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001975-65.2011.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EDISON ARMANDO DE FRANCO NUNES
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLLI NETO OAB: RS-71 787
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, extinguiu o processo, sem resolução do mérito, em razão de ausência de interesse processual.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido não se manifestou acerca da tese sustentada pela parte ora requerente, tendo, na realidade, extinto o feito, sem resolução do mérito. Por esse motivo, mostra-se aplicável a Questão de Ordem n. 35 desta TNU, segundo a qual: "O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado."

Ainda que assim não fosse, tampouco no mérito a parte obteria maior êxito, uma vez que esta TNU, no julgamento do PEDILEF 200970530053463, firmou orientação no sentido de que não é possível a conversão da atividade comum de professor em especial, após o advento da Emenda Constitucional n. 18/1991. Senão, vejamos:

"PREVIDENCIÁRIO - ATIVIDADE PENOSA DE PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL - IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO EM ATIVIDADE COMUM APÓS O ADVENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 18, PUBLICADA EM 09/07/1981 - JURISPRUDÊNCIA DA TNU E DO STJ SUPERADOS PELA JURISPRUDÊNCIA DO STF - PEDILEF CONHECIDO E IMPROVIDO."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501331-50.2013.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEVERINO AMANCIO DA SILVA NETO
PROC./ADV.: ALEXANDRINA FARIAS OAB: PE-13834

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu parcialmente o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição c/c conversão de tempo especial em comum, sob o fundamento de que os requisitos legais foram parcialmente cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido não se manifestou acerca da tese sustentada pela parte ora requerente, deixando, na realidade, de conhecer do recurso. Por esse motivo, mostra-se aplicável a Questão de Ordem n. 35 desta TNU, segundo a qual: "O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5015599-28.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERNANI SCHIMIDT
PROC./ADV.: IVONE MARIA MOSCHEM OAB: RS-14423

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de averbação do período laborado sob o Regime Geral de Previdência Social, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão foram cumpridos.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual não é cabível a averbação do tempo de serviço acrescido junto ao serviço público.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A TNU, através do PEDILEF 2009.71.50.014760-3, entendeu ser possível a "utilização em regime próprio de previdência de tempo de serviço reconhecido como especial e convertido em tempo comum enquanto o segurado exercia atividade vinculada ao Regime Geral da Previdência Social".

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005558-23.2014.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANEIDES PERIN GIRARDI
PROC./ADV.: ADRIANA VIER BALBINOT OAB: RS-21700

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu parcialmente o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, apenas para reconhecer o exercício da atividade campesina durante determinado período, sob o fundamento de que restaram atendidos os requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013202-69.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: AURI ROSA DE SOUZA
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA OAB: RS 33.075
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA OAB: RS-59469
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, mediante o reconhecimento de atividade rural e insalubre.

O aresto combatido consignou, com fundamento nos elementos probatórios, que, durante determinado período, não restou demonstrada a condição de rurícola da autora, e que não se comprovou a sua exposição a agentes nocivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0027143-48.2009.4.01.3600
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: LUZINETE CARVALHO TORQUATO DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ LUIS WAGNER OAB: RS-18097
REQUERIDO(A): CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLOGICA DE MATO GROSSO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Pará que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição de parte das parcelas pleiteadas.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a parte não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os arestos de Turma Regional de Uniformização e Tribunal Regional Federal mostra(m)-se inservível(is).

A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0007240-13.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ODETE SAMPAIO SILVA
PROC./ADV.: GUILHERME DE CARVALHO.
OAB: SP-229461
PROC./ADV.: LUANA DA PAZ BRITO SILVA
OAB: SP-291815
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a parte não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os arestos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, TRT, TJGO ou ainda do STF mostra(m)-se inservível(is).

A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0009503-52.2010.4.01.3000
ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: JOSE CLEUDO SOARES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANA PAULA MORAIS DA ROSA OAB: TO-4291
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Acre que, reformando a sentença, rejeitou o reajustamento da verba pleiteada.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 00277148720074013600:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INDENIZAÇÃO DE CAMPO. ART. 15 DA LEI Nº. 8.270/91. DECRETO Nº. 5.554/05. ADICIONAL DE DESLOCAMENTO INCIDENTE SOBRE O VALOR DAS DIÁRIAS. REAJUSTAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. PACIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DESTA CORTE. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)

1 - O Decreto nº. 5.554/2005 não resultou em reajustamento do valor das diárias dos servidores da FUNASA, a justificar a majoração da indenização de campo. Aplica-se o mesmo raciocínio aos Decretos nºs 5.992/2006 e 6.258/2007 os quais apenas efetuaram modificações no rol de destinos que importavam no pagamento de adicional de 50% (cinqüenta por cento) - já previsto na legislação - antes conferido ao servidor, somente, quando ele se deslocava para cidades de população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes.

2 - Precedentes da TNU (v.g., PEDILEF 2007.35.00.714048-9, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgado em 18.12.2008). Reiteração e consolidação da tese por ocasião do julgamento do PEDILEF nº. 2007.30.00.907017-0/AC, julgado em 3.8.2011 consoante voto-desempate do Ministro Presidente.

3 - Incidente conhecido e provido, determinada a devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507264-27.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ NILSO PEREIRA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANAOAB: CE 9.436
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, não considerou como especial o período laborado a partir de 29.4.1995, em que esteve exposto ao agente nocivo ruído, em limite inferior a 85 decibéis.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização que não exige a apresentação de laudo técnico juntamente com o PPP.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

De início, a parte requerente deixou de infirmar o fundamento de indeferimento de seu pleito a partir de 29.5.1995, pois o limite de ruído foi inferior a 85 dB, não colacionando nenhum aresto paradigma sobre o tema.

Incide, assim, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".

Ainda que assim não fosse, pelo mesmo motivo, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2.014

PROCESSO: 5008363-47.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SADI BROTTO NECKEL
PROC./ADV.: IGOR LOSS DA SILVA OAB: RS 57.143

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de averbação de período laborado em condições especiais, em atividades profissionais sujeitas a agentes nocivos à saúde e à integridade física, na função de mecânico.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007925-88.2012.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: HILDEGARD LAGEMANN
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA PIEROZAN OAB: RS-44061
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de averbação de tempo de labor rural e a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, sob o fundamento de que não restou comprovado o retorno da parte à atividade rural.

O acórdão recorrido entendeu que a parte não comprovou ter retornado ao labor rural depois do ano de 1972, não tendo apresentado provas documentais de tal retorno, nem tampouco prova testemunhal que corroborasse eventual documento juntado. Além disso, consignou que não é cabível a concessão do benefício para aquele que intercala a atividade rural com a atividade urbana.

A parte sustenta que é possível a concessão de benefício ao trabalhador rural que intercala ambas as atividades e que as provas dos autos são suficientes para comprovar o exercício de atividade rural no período pretendido.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Muito embora esta TNU já tenha pacificado entendimento no sentido de que, "o exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural, condição que deve ser analisada no caso concreto" (Súmula 46/TNU), certo é que, no caso concreto, foram analisadas as demais circunstâncias da hipótese, uma vez que, ainda que o acórdão, como visto, não entendeu como comprovado o retorno da parte ao labor rural após o ano de 1972 e que a prova rural tampouco se mostra apta a demonstrar tal fato.

Assim sendo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005170-31.2011.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JANES FAVARETTO SCANAGATTA
PROC./ADV: HERMES BUFFON OAB: RS 29.996
PROC./ADV: IVANI PETERLE OAB: RS-50366
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação de período laborado como rurícola, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, uma vez que "a documentação anexada aos autos não demonstrou que a atividade agrícola exercida pela parte autora era essencial para o sustento do grupo familiar, somada a renda auferida pelo pai do autor no exercício da atividade urbana."

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Incide de igual modo à espécie versada nos autos a Questão de Ordem nº 22, nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502296-69.2011.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): REGIVALDO SEVERINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: BRUNO BAPTISTA OAB: PE19.805
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, acolheu parcialmente o pedido de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante a conversão do período em que o demandante laborou em atividade especial somado àquele desempenhado em atividade comum, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram integralmente cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, entenderam que a parte autora preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assim, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0010387-88.2005.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: NELSON BURIAN
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu parcialmente o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição mediante o reconhecimento de tempo de serviço laborado em condições especiais e sua conversão em tempo de serviço comum, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão foram parcialmente cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ademais, no que tange à discussão acerca da fixação da data de início do benefício, verifica-se que esta matéria não foi ventilada no acórdão proferido pela Turma Recursal de origem, motivo pelo qual não pode ser examinada por esta TNU. Incide, no caso, a Questão de Ordem 10/TNU que dispõe: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005232-71.2011.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA ANDREOLI DE FARIAS
PROC./ADV: VINICIUS AUGUSTO CAINELLI OAB: RS 40.715

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido da parte autora para averbar período trabalhados em atividade especial, bem como a revisão da renda mensal inicial do benefício de aposentadoria.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

De igual modo, incide à espécie versada nos autos a Questão de Ordem nº 22, nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002631-76.2012.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VITAL EVARISTO DA COSTA
PROC./ADV.: IZAEL SKOWRONSKI OAB: PR 36.260
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de averbação de período laborado como rurícola, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais.

O incidente foi inadmitido na origem por ser intempestivo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, do exame dos autos, verifica-se que o Pedido de Uniformização interposto pela parte requerente é intempestivo. Isso porque, consoante o art. 13 do RITNU o prazo para interposição do referido incidente é de dez dias contados da publicação do acórdão que se pretende impugnar.

A parte requerente teve ciência do acórdão recorrido em 18.2.2014 e o incidente de uniformização somente foi interposto em 10.3.2014, quando já ultrapassado o prazo legal.

Ainda que assim não fosse, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Regional a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005181-78.2011.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): CESIRA MARTELLO GRISON
PROC./ADV: CELSO PALAURO OAB: RS-77892

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido da parte autora para reconhecer o tempo de serviço comum e especial demonstrado na inicial e subsequente condenação do INSS a pagar o benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela norma.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

De igual modo, incide à espécie versada nos autos a Questão de Ordem nº 22, nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002379-36.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELENIR NOGUEIRA DE ALMEIDA
PROC./ADV: JEFFERSON PICOLI OAB: RS-50336
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, julgou procedente o pedido da parte autora para averbar o tempo de serviço rural e condenar o INSS a conceder o benefício da aposentadoria por tempo de contribuição.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

De igual modo, incide à espécie versada nos autos a Questão de Ordem nº 22, nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0005467-39.2008.4.03.6311
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: SUAYNE CORREA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e estudo do laudo social, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua condição de miserabilidade.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5065302-59.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PRISCILA SILVIA RODIRGUES NEVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e estudo do laudo social, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua condição de miserabilidade.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5001152.76.2011.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLÁUDIO TEIXEIRA LEITE
PROC./ADV.: ALMIR VENDERLEI MACHADO BASTO-SOAB: RS 34.523
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, confirmando a sentença, rejeitou o pedido de promoção da parte autora ao posto de Terceiro Sargento.

Sustenta a requerente divergência de entendimento com julgados dos Tribunais Regionais Federais da Quinta e Primeiras regiões.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ainda que assim não fosse, as instâncias de origem concluíram que, embora a parte autora tenha preenchido o requisito constante do Decreto 4.853/03, ou seja, possuir a idade mínima exigida, tal promoção depende da existência de vagas, o que não ocorreu no caso concreto.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não seria possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5014631-08.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FLAVIO SCHAAB
PROC./ADV.: IARA SOLANGE DA SILVA SCHNEIDER OAB: RS-26135
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de reconhecimento de serviço especial, relativo a determinado período, sob o fundamento de que o autor não comprovou exposição acima do nível de tolerância aos agentes nocivos tolueno, acetato de etila e hexano.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5012437-35.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HELENA HEUSSNER ROBINSOHN PORT
PROC./ADV.: IARA SOLANGE DA SILVA SCHNEIDER OAB: RS-26135

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição à parte autora, relativo á período posterior à edição da Lei 9.032/95, sob o fundamento de que bastaria uma única exposição aos agentes biológicos para que houvesse contaminação da autora/requerida.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003282-41.2013.4.04.7118
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LURDES DESENGRINI PEDROSO
PROC./ADV: EDMILSO MICHELON OAB: RS-36152
PROC./ADV: KARLA J. SCHWERZOAB: RS-61 344
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação do tempo de serviço rural para fins de concessão de aposentadoria especial por idade rural, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002551-16.2011.4.04.7118
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ERMENIO NATALINO SANDRI
PROC./ADV: JELSON CARLOS ACCADROLLI OAB: RS-19127
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação do tempo de serviço rural ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua condição de segurado especial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, verifica-se que também incide à espécie a Questão de Ordem nº 22, nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000520-89.2012.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ISRAEL MARTINS
PROC./ADV: MARCOS HUGO DELLA LATTA OAB:RS-31698
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou parcialmente o pedido de averbação do tempo de serviço rural e a respectiva concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000520-89.2012.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ISRAEL MARTINS
PROC./ADV: MARCOS HUGO DELLA LATTA OAB:RS-31698
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação do tempo de serviço rural e a respectiva concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação das condições mínimas exigidas.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002062-91.2011.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JACIR ANTONIO TOLDO
PROC./ADV: TICIANE BIOLCHI OAB: RS-60912

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, concedeu parcialmente o pedido da autora para averbar parte do tempo de serviço em atividade especial, mas sem conferir a respectiva aposentadoria por tempo de contribuição ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Incide também à espécie a Questão de Ordem nº 22 nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006788-26.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SILVERIO DA ROSA
PROC./ADV: CARLOS ALBERTO BORRÉ OAB: RS-39 679
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, julgou parcialmente improcedente o pedido da autora para averbar parte do tempo de serviço em atividade especial ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, incide também à espécie a Questão de Ordem nº 22 nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5016153-07.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JUCE RENATO PANEGALLI
PROC./ADV: GABRIEL DINIZ DA COSTA OAB: SC-23515
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão, ora recebido com recurso de agravo, interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, julgou parcialmente improcedente o pedido da autora para averbar parte do tempo de serviço em atividade especial ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

De igual modo, há de se considerar na presente decisão que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Nesse sentido, incide à espécie a Questão de Ordem nº 22 nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003307-91.2012.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALDUIR FAZOLO
PROC./ADV: ELIANE BALBINOTTE PIVOTTO OAB: RS-65818 REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão, ora recebido com recurso de agravo, interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, não concedeu o pedido da autora para averbar parte do tempo de serviço em atividade especial rural ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua condição de segurado especial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

De igual modo, há de se considerar na presente decisão que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Nesse sentido, incide à espécie a Questão de Ordem nº 22 nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002116-26.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ANTÔNIO CLODORI GONÇALVES DIAS
PROC./ADV: ANELISE CAMARGO BITENCOURT OAB: RS-58 909

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão, ora recebido com recurso de agravo, interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu em parte o pedido da autora para averbar parte do tempo de serviço em atividade especial rural e em ato subsequente condenou o INSS a conceder o benefício de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, a partir da DER.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Nesse sentido, incide à espécie a Questão de Ordem nº 22 nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002138-14.2012.4.04.7103
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EDEMAR DE SALLES RIBAS
PROC./ADV: FERNANDA BRATZ SILVA OAB: RS-63 447
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido da parte autora para averbar o tempo de serviço solicitado na inicial para fins de concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação dos requisitos mínimos exigidos.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000719-53.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JORGE ALBERTO SALTON
PROC./ADV: JELSON CARLOS ACCADROLLI OAB: RS-19127
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou parcialmente improcedente o pedido da parte autora reconhecendo a especialidade de determinado período trabalhado em condições especiais de médico e professor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, incide de igual modo à espécie a Questão de Ordem nº 22, nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5017455-40.2012.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELISA LUIZA FORMOLO RECH
PROC./ADV: ROBERTA TAUFFER PIVA OAB: RS-70 032
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou parcialmente improcedente o pedido de a averbação de tempo de serviço prestado em atividade rural para se conceder aposentadoria por tempo de contribuição.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua condição de segurado especial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, incide de igual modo à espécie a Questão de Ordem nº 22, nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009171-28.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTONIO CARLOS PAZ DUTRA
PROC./ADV.: LUCIANO MOSSMANN OAB: RS-49275
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu o interesse de agir da parte requerida, acolhendo parcialmente o pleito formulado, relativo à revisão de sua Renda Mensal Inicial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de se infirmar o entendimento firmado pela Turma recursal encontraria óbice no enunciado da Súmula 43/TNU, segundo a qual "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001994-80.2012.4.04.7122
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALEXANDRE PACHECO DE VARGAS
PROC./ADV: RODRIGO DA VEIGA LIMA OAB: RS-77 503
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido da parte autora por não terem sido reconhecidos os períodos solicitados como exercício de trabalho em atividade especial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, tendo em vista o não preenchimento dos requisitos exigidos pela norma.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

De igual modo, incide à espécie versada nos autos a Questão de Ordem nº 22, nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ainda que assim não fosse, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001062-22.2012.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): VALDIR BENTO DA SILVA
PROC./ADV: TICIANE BIOLCHI OAB: RS-60912
PROC./ADV: RIMICHEL TONINI OAB: RS-81 362

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido da parte autora reconhecendo período indicado na inicial como exercício laboral em condições especiais e convertendo-os em tempo comum pelo fato 1,4 (25 anos).

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

De igual modo, incide à espécie versada nos autos a Questão de Ordem nº 22, nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010454-67.2013.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROSMAR DOS SANTOS REIS
PROC./ADV.: VIVIAN VIEIRA ALBRECHT OAB: RS-47180
PROC./ADV.: NATÁLIA VANNI OAB: RS-77 116
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu o interesse de agir da parte requerida, acolhendo parcialmente o pleito formulado, relativo à revisão de sua Renda Mensal Inicial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de se infirmar o entendimento firmado pela Turma recursal encontraria óbice no enunciado da Súmula 43/TNU, segundo a qual "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002952-78.2012.4.04.7118
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CELIA DA ROSA DA SILVA
PROC./ADV.: AMARILDO VANELLI PINHEIRO OAB: RS-33546
PROC./ADV.: ROQUE VANELLI PINHEIRO OAB: RS-27294
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de conversão de tempo especial de magistério para comum, em período posterior à Emenda Constitucional 18/81, sob o fundamento de que a partir da reforma constitucional e posteriores alterações legislativas a atividade de professor possui tempo diferenciado de aposentadoria, não mais se confundindo com atividade especial/insalubre.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 50109441320134047003, firmou entendimento na direção do aresto combatido, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. MAGISTÉRIO. CONVERSÃO DE PERÍODO POSTERIOR À EC 18/81. IMPOSSIBILIDADE. REGIME EXCEPCIONAL. EFETIVO EXERCÍCIO EM FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 40, INCISO III, "B", DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ADI Nº 178-7/RS. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STF. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

(...)

6. Já no mérito, vislumbro que o entendimento do STJ e deste Colegiado a respeito da matéria - possibilidade de conversão da atividade penosa de professor mesmo depois da EC 18/81 -, encontra-se superado pelo STF. 7. De fato, no Recurso Extraordinário nº 627.505/PR, o INSS logrou provimento em face de decisão proferida pela TNU (PEDILEF Nº 2005.70.53.000464-1, Rel. Juiz Federal Manoel Rolim Campbell Penna, DJ 17/10/2008). A Rel. Min. CARMEN LÚCIA citou a ADI nº 178 (Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, DJ 26.04.1996), e pronunciou que "(...) O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento no sentido de que a aposentadoria especial de professor pressupõe o efetivo exercício dessa função pelo tempo mínimo fixado na Constituição da República. Assim, para efeito de aposentadoria, não é possível a conversão do tempo de magistério em tempo de exercício comum. (...) o acórdão recorrido está em desarmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal" (RE nº 627.505/PR, Julgamento: 03/08/2010, DJe-154 20/08/2010). 8. Mais recentemente, este Colegiado reconheceu a superação da Jurisprudência do STJ e TNU pelos pronunciamentos do STF: PEDILEF 2009.70.53.005346-3, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Flores da Cunha, DOU 22/03/2013. O Nobre Colega citou a ADI nº 178, bem como decisões recentes das duas Turmas da Excelsa Corte, para demonstrar o posicionamento unânime, firme e atual do STF, exatamente no sentido contrário aos julgados desta Casa até então. 9. Diante do exposto, conheço do Incidente formulado pela Autora, e nego-lhe provimento. 10. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

(PEDILEF 50109441320134047003, Rel. Juíza Federal Kyu Soon Lee, Julgado em 10/09/04, DOU 26/09/2014)

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5001195-49.2012.4.04.7118
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA OROSKI ONYSZKO
PROC./ADV.: AMARILDO VANELLI PINHEIRO OAB: RS-33546
PROC./ADV.: ROQUE VANELLI PINHEIRO OAB: RS-27294
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de conversão de tempo especial de magistério para comum, em período posterior à Emenda Constitucional 18/81, sob o fundamento de que, a partir da reforma constitucional e posteriores alterações legislativas, a atividade de professor possui tempo diferenciado de aposentadoria, não mais se confundindo com atividade especial/insalubre.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 50109441320134047003, firmou entendimento na direção do aresto combatido, nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. MAGISTÉRIO. CONVERSÃO DE PERÍODO POSTERIOR À EC 18/81. IMPOSSIBILIDADE. REGIME EXCEPCIONAL. EFETIVO EXERCÍCIO EM FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 40, INCISO III, "B", DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ADI Nº 178-7/RS. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STF. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

(...)

6. Já no mérito, vislumbro que o entendimento do STJ e deste Colegiado a respeito da matéria - possibilidade de conversão da atividade penosa de professor mesmo depois da EC 18/81 -, encontra-se superado pelo STF. 7. De fato, no Recurso Extraordinário nº 627.505/PR, o INSS logrou provimento em face de decisão proferida pela TNU (PEDILEF Nº 2005.70.53.000464-1, Rel. Juiz Federal Manoel Rolim Campbell Penna, DJ 17/10/2008). A Rel. Min. CARMEN LÚCIA citou a ADI nº 178 (Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, DJ 26.04.1996), e pronunciou que "(...) O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento no sentido de que a aposentadoria especial de professor pressupõe o efetivo exercício dessa função pelo tempo mínimo fixado na Constituição da República. Assim, para efeito de aposentadoria, não é possível a conversão do tempo de magistério em tempo de exercício comum. (...) o acórdão recorrido está em desarmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal" (RE nº 627.505/PR, Julgamento: 03/08/2010, DJe-154 20/08/2010). 8. Mais recentemente, este Colegiado reconheceu a superação da Jurisprudência do STJ e TNU pelos pronunciamentos do STF: PEDILEF 2009.70.53.005346-3, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Flores da Cunha, DOU 22/03/2013. O Nobre Colega citou a ADI nº 178, bem como decisões recentes das duas Turmas da Excelsa Corte, para demonstrar o posicionamento unânime, firme e atual do STF, exatamente no sentido contrário aos julgados desta Casa até então. 9. Diante do exposto, conheço do Incidente formulado pela Autora, e nego-lhe provimento. 10. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

(PEDILEF 50109441320134047003, Rel. Juíza Federal Kyu Soon Lee, Julgado em 10/09/04, DOU 26/09/2014)

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO:5002639-20.2012.4.04.7118
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SERGIO SEBASTIÃO DE MATTOS
PROC./ADV.: EDMILSO MICHELON OAB:RS-36152
PROC./ADV.: KARLA J. SCHWERZ OAB:RS-61 344
REQUERIDO (A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando parcialmente a sentença, afastou o reconhecimento do tempo de serviço laborado sob condições especiais, bem como a concessão do benefício de aposentadoria especial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

No que concerne ao pedido de nulidade da decisão por ausência da realização de prova pericial é situação que faz incidir a Súmula 43 da TNU: "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

Ademais, os acórdãos paradigmas não guardam a similitude necessária a análise da divergência suscitada. Nesse sentido, incide à espécie a Questão de Ordem nº 22 nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004656-20.2011.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSE SIDINEI MACHADO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que declarou a prescrição do fundo do direito do autor, como prejudicial de análise de mérito, no qual se pleiteava a revisão do benefício de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Turma Recursal da mesma Região não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001499-78.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PEDRO ELOI FERREIRA
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA OAB: RS 33.075
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA OAB: RS-59469
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de reconhecimento de atividade especial de determinado período laborado pelo autor, sob o fundamento de que não restou demonstrada por laudo pericial a sua exposição ao agente nocivo ruído.

O aresto combatido também consignou ser impossível aceitar formulário preenchido com base em declarações do próprio segurado, bem como anotações em sua CTPS.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5014024-95.2012.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CARLOS HUMBERTO MATOS OLIVIERA
PROC./ADV.: ROBERTA TAUFFER PIVA OAB: RS-70 032
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de reconhecimento de atividade especial relativamente à função de vigilante exercida pelo autor em compreendido entre os anos de 1998 e 2007, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a periculosidade da atividade exercida, embora houvesse porte de arma de fogo pelo autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 0506806-03.2007.4.05.8300, firmou entendimento no sentido do aresto combatido, de que somente até 05/03/1997 é possível se presumir como especial a atividade de vigilante, desde que haja porte arma de fogo, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL - POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA ATIVIDADE DE VIGILANTE QUE PORTA ARMA DE FOGO COMO ESPECIAL SOMENTE ATÉ 5 DEMARÇO DE 1997 - REEXAME DE PROVA QUANTO À EXISTÊNCIA DE RECOLHIMENTOS. SÚMULA 42 - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

[...]

3- [...] Quanto ao período trabalhado na empresa ENESP Serviço de Vigilância como vigilante, a jurisprudência do STJ e desta TNU entendem no sentido de que SOMENTE ATÉ 5 de março de 1997 é possível seu enquadramento como especial, desde que haja porte de arma. Com efeito, o acórdão recorrido firmou idêntico entendimento. Por outro lado, a partir de 05/03/97, a atividade de vigilante foi excluída do rol de atividades sujeitas à aposentadoria especial, por força do Decreto n. 2.172/97, não havendo, pois, direito à conversão a partir desta data.

4. Voto no sentido de NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO."

(PEDILEF 0506806-03.2007.4.05.8300 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL; RELATOR: JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, DJ 09/05/14.)"

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000483-22.2007.4.03.6319
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ CARLOS LOUREIRO FILHO
PROC./ADV.: LUÍS HENRIQUE BARBANTE FRANZÉ OAB: SP-112 781

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de averbação do período laborado como trabalhador rural, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão foram cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0510278-41.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOANA DARC DE ALENCAR
PROC./ADV.: CÍCERO EMERICIANO DA SILVA OAB: CE-7827

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, concedeu o pedido de revisão.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

O acórdão recorrido está de acordo com o entendimento do STF que, no julgamento do RE 564.354/SE, em sede de repercussão geral, assim decidiu:

"DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário." Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 14/2/11 (grifo nosso)

Destarte, incide, mutatis mutandis, o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.51.51.022079-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: DULCE MARIA AZEVEDO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, rejeitou a pretensão de fornecimento do medicamento especificamente pleiteado.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

A tese ora defendida - imprescindibilidade do tratamento - depende da análise de prova de forma contrária àquela feita pela Turma Recursal de origem, que assentou:

"No caso em exame, verifico que o médico que realiza o acompanhamento ambulatorial do autor atestou às fls. 46 que não há , em princípio, qualquer empecilho à substituição do colírio travatan pelo 'maleato de timolol' listado na RENAME/2010 anexa e já fornecida gratuitamente pela rede pública de saúde."

Dessa forma, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501633-28.2012.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARINETE RODRIGUES VIEIRA
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4 224
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará, que rejeitou o pedido de salário maternidade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501457-15.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SOLIMAR RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4 224
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de salário maternidade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503339-46.2012.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA CLEONEIDE INACIO DE SOUSA
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4 224
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de salário maternidade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500222-47.2012.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: KIVIA MARIA FERREIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4 224
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de salário maternidade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502957-53.2012.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA CIRLENE RODRIGUES MELO
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4 224
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de salário maternidade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500245-90.2012.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA JOSINEIDE DA SILVA PINHEIRO
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4 224
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de salário maternidade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0502577-93.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CAMILLER DE SOUSA PEREIRA
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4 224
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de salário maternidade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002593-61.2012.4.04.7011
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DANIANI DA SILVA DE SOUZA
PROC./ADV.: MARIO SERGIO GARCIA OAB: PR-35 238

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, acolheu o pedido de concessão de salário-maternidade, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A Turma Recursal de origem, com base no contexto fático-probatório da lide, concluiu que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, haja vista a comprovação da qualidade de segurada especial.

Dessa forma, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001521-94.2011.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VANIA DA SILVA CARVALHO
PROC./ADV.: LUIZ CARLOS FERNANDES DOMINGUES OAB: PR-12605

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando parcialmente a sentença, acolheu o pedido de concessão de salário-maternidade, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, haja vista a comprovação da qualidade de segurada especial.

Dessa forma, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002054-35.2011.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARGARETH TEREZINHA ZENIEWICZ
PROC./ADV.: RODRIGO GIORDANI BOSIO OAB: PR-60 426

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando parcialmente a sentença, acolheu o pedido de concessão de salário-maternidade, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, haja vista a comprovação do exercício da atividade rural em regime de economia familiar no período de carência.

Dessa forma, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506123-27.2011.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ERIDÂNIA DE LIRA ABREU
PROC./ADV.: MARIA CLAUDINO OAB:PB-5775
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, haja vista a ausência de comprovação da sua condição de segurada especial.

Dessa forma, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502624-16.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUISA GOMES DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE 9.761
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação de período laborado como rurícola, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua qualidade de segurado especial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505304-04.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: BEATRIZ FARRAPO MUNIZ
PROC./ADV.: JOAQUIM JOCEL DE VASCONCELOS NETO OAB: CE 20.392
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação de período laborado como rurícola, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua qualidade de segurado especial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501059-27.2011.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA PAULA BENIGNO DA SILVA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE 6.584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE 12.152
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação de período laborado como rurícola, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua qualidade de segurado especial.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0517956-62.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA DA COSTA AGUIAR LIMA
PROC./ADV.: GUSTAVO HENRIQUE SILVA BORGES OAB: CE 18.590
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação de período laborado como rurícola, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da carência exigida legalmente.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005584-35.2011.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROSALIA TEREZINHA GELSDORF
PROC./ADV.: BERNADETE LERMEN JAEGER OAB: RS 34.712
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação do período em que a parte autora laborou como rurícola, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua condição de segurado especial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0012605-21.2007.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JERÔNIMO RONES BORGES RIBEIRO
PROC./ADV: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

A Turma de origem mantendo a sentença julgou improcedentes os pedidos iniciais de averbação de tempo de serviço especial em comum, bem como a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição por não terem sido preenchidos os requisitos exigidos pela norma vigente.

A decisão de origem expõe em suas razões que:

"Analisando o laudo pericial, verifico que o Perito concluiu que o autor, durante os períodos especificados na inicial, não ficou exposto de forma habitual e permanente a agentes perigoso, penosos e ruídos considerados especialmente nocivos pela legislação previdenciária. Assim, não restou comprovada a caracterização de atividade especial. Do direito à aposentadoria por tempo de contribuição. O parecer da contadoria do juízo informa que, observados os períodos já reconhecidos em sede administrativa, o autor, até a data da EC 20/98, contava 20 anos, 04 meses e 16 dias de contribuição; até a data da Lei nº 9.876/99, contava 21 anos, 03 meses e 28 dias de contribuição e até a data do requerimento administrativo, contava com 28 anos, 05 meses e 23 dias de contribuição e 46 (quarenta e seis) anos de idade, portanto, tempo e idade insuficientes para a obtenção do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição."

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da Turma Recursal de outras regiões, da Turma Nacional de Uniformização e do STJ, uma vez que "a exposição a hidrocarbonetos é suficiente ao reconhecimento da especialidade da atividade, de modo a viabilizar o manejo do presente recurso."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente cumpre verificar que restou ausente na demonstração dos pressupostos de admissibilidade a presença da similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas colacionados ao incidente de uniformização. Assim, faz incidir à espécie a Questão de Ordem nº "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ainda que assim não fosse, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento da PET 9.059, dirimiu a questão jurídica objeto do presente recurso no sentido de que, na vigência do Decreto 2.172/97, "o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003". Eis a ementa do referido julgado:

PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ÍNDICE MÍNIMO DE RUÍDO A SER CONSIDERADO PARA FINS DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. APLICAÇÃO RETROATIVA DO ÍNDICE SUPERIOR A 85 DECIBÉIS PREVISTO NO DECRETO N. 4.882/2003. IMPOSSIBILIDADE. TEMPUS REGIT ACTUM. INCIDÊNCIA DO ÍNDICE SUPERIOR A 90 DECIBÉIS NA VIGÊNCIA DO DECRETO N. 2.172/97. ENTENDIMENTO DA TNU EM DESCOMPASSO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que fez incidir ao caso o novo texto do enunciado n. 32/TNU: O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído.

2. A contagem do tempo de trabalho de forma mais favorável àquele que esteve submetido a condições prejudiciais à saúde deve obedecer a lei vigente na época em que o trabalhador esteve exposto ao agente nocivo, no caso ruído. Assim, na vigência do Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997, o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003. Precedentes: AgRg nos EREsp 1157707/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 29/05/2013; AgRg no REsp 1326237/SC, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 13/05/2013; REsp 1365898/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/04/2013; AgRg no REsp 1263023/SC, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 24/05/2012; e AgRg no REsp 1146243/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 12/03/2012.

3. Incidente de uniformização provido.

No mesmo sentido, já está pacificado nesta TNU o entendimento no qual para se ter reconhecida a especialidade da atividade laboral dos empregados expostos aos agentes de ruído é necessário que ele tenha uma exposição habitual e permanente, conforme PEDILEF nº 200771950041827/ RS:

"ATIVIDADE ESPECIAL. TEMPO ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM APÓS 28/05/1998. EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE. PROVA DA EXPOSIÇÃO AOS AGENTES NOCIVOS NA LEGISLAÇÃO. LAUDO EXTEMPORÂNEO. RUÍDO. REVISÃO DA SÚMULA 32 DA TNU. EPI. SÚMULA 09 DA TNU."

Ante o exposto, aplicam-se os óbices constantes na Questão de Ordem nº 13:"Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.(Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005)."E na Questão de Ordem nº 24: "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia. (Aprovada na 5ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, dos dias 13 e 14.09.2010)."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5050432-09.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): DARCI CARLOS DA SILVA CORREA
PROC./ADV.: MARIA HELENA DA SILVA ALVES OAB: RS 52.794

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de averbação de período laborado em condições especiais, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, pela comprovação da sua condição de segurado especial.

A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Além do mais, esta TNU, por meio da Súmula 75, pacificou o entendimento no sentido de que "A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em relação à qual não se aponta defeito formal que lhe comprometa a fidedignidade goza de presunção relativa de veracidade, formando prova suficiente de tempo de serviço para fins previdenciários, ainda que a anotação de vínculo de emprego não conste no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501458-93.2010.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MIGUEL ALVES DE ARAÚJO
PROC./ADV.: JOSEAN ROBERTO PIRES CIRQUEIRA OAB: CE 11.825
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação de período laborado como rurícola, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua condição de segurado especial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5008442-08.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DARCI CARDOSO DA SILVA
PROC./ADV.: JAIR ALBERTO MAYER OAB: RS-23244
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de majoração de percentual de adicional de insalubridade.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Inicialmente, verifica-se que o paradigma da Turma Recursal do Rio Grande do Sul não se mostra apto a demonstrar a divergência, posto que da mesma Região.

A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

A tese ora defendida - caracterização da insalubridade em grau máximo - depende da análise de prova de forma contrária àquela feita pela Turma Recursal de origem, que assentou:

"[...] conforme perícia judicial (64-LAU1) o autor informou que foi eleito dirigente sindical há 03 (três) mandatos (seis anos), durante o período da tarde (14-19 horas), cumprindo jornada de trabalho no laboratório no período da manhã (8- 12 horas).

Neste contexto, conclui a perícia judicial, 'considerando que o autor labora em metade de sua jornada de trabalho em tarefas burocrático-administrativas, que na outra metade atua na limpeza e arrumação de vidrarias de laboratórios, bem como na manipulação de produtos químicos potencialmente lesivos, que a manipulação de inseticidas e defensivos agrícolas para a preparação de aulas práticas já não é mais realizada desde período anterior a 2005, portanto há mais de 06 (seis) anos, não se pode caracterizar a Insalubridade de Grau Máximo conforme determina o Anexo 14 da NR-15.'

Assim sendo, tenho como acertada a decisão do Juízo a quo que não reconheceu o direito a percepção do adicional de insalubridade em grau máximo."

Dessa forma, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Além disso, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) do STJ trazido(s) à colação, porquanto as bases fáticas são distintas, tendo em vista que não trazem ínsita a circunstância específica do presente caso, em que a jornada de trabalho não é integralmente submetida aos agentes nocivos.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004260-76.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: BALDOMIRO DA SILVA
PROC./ADV.: JAIR ALBERTO MAYER OAB: RS-23244
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de majoração de percentual de adicional de insalubridade.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Inicialmente, verifica-se que o(s) paradigma(s) do TRF4 não se mostra(m) apto(s) a demonstrar a divergência, posto que, além de não oriundo(s) do sistema dos Juizados Especiais Federais, é(são) da mesma Região do acórdão recorrido.

A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

A tese ora defendida - caracterização da insalubridade em grau máximo - depende da análise de prova de forma contrária àquela feita pela Turma Recursal de origem, que assentou:

"Percebe-se, pois, que não há, no laudo anexado pela ré, qualquer indicação de exposição a agentes biológicos em virtude do desempenho das funções que o autor alega exercer.

Note-se que a ausência de contato habitual e permanente com a rede de esgoto resulta ainda mais patente se levarmos em consideração a descrição da atividade do autor fornecida pela ré,segundo a qual ele: "exerce a função de instalador hidráulico, fazendo ligações e consertos de água em banheiros, pias, vasos sanitários, chuveiros, laboratórios, esgotos, também faz instalação de gás em laboratórios"(PROCADM3, evento nº 23)"

Dessa forma, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Além disso, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) do STJ trazido(s) à colação, porquanto as bases fáticas são distintas, tendo em vista que não trazem ínsita a circunstância específica do presente caso, em que a jornada de trabalho não é integralmente submetida aos agentes nocivos.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500481-02.2013.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROMARIA DANTAS DA SILVA
PROC./ADV: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500625-73.2013.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EDIANA GOMES SOARES
PROC./ADV: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501244-71.2011.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DIVINO DA SILVA
PROC./ADV: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503818-90.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RADITI DE SOUSA VASCONCELOS
PROC./ADV: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340 PROC./ADV: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

No que concerne ao pedido de nulidade das decisões de origem, há de se firmar que tal análise não pode ser feita no âmbito desta TNU, tendo em vista que encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não demonstrou, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, fazendo incidir à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504149-96.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA ELIZIANE NOGUEIRA DE SOUSA
PROC./ADV: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530 REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

No que concerne ao pedido de nulidade das decisões de origem há de se firmar que tal análise não pode ser feita no âmbito desta TNU, tendo em vista que encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não demonstrou, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, fazendo incidir à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501408-39.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MONICA RAQUEL DA SILVA
PROC./ADV: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

No que concerne ao pedido de nulidade das decisões de origem há de se firmar que tal análise não pode ser feita no âmbito desta TNU, tendo em vista que encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não demonstrou, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, fazendo incidir à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505276-79.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LUCIVANDA VASCONCELOS DOS SANTOS
PROC./ADV: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340 PROC./ADV: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

No que concerne ao pedido de nulidade das decisões de origem há de se firmar que tal análise não pode ser feita no âmbito desta TNU, tendo em vista que encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não demonstrou, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, fazendo incidir à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501488-57.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARTA MARIA DA SILVA
PROC./ADV: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501531-57.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ERISLANDIA ALBUQUERQUE BARBOSA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE 6.584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE 12.152
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua condição de segurado especial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502361-66.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JEANIA BANDEIRA MENDONÇA
PROC./ADV: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não demonstrou, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, fazendo incidir à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503352-76.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA JOCILENE DA SILVA MAIA
PROC./ADV: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇAOAB: CE-20530
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não demonstrou, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, fazendo incidir à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500743-77.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SEBASTIANA ALBINO DA SILVA
PROC./ADV: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não demonstrou, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, fazendo incidir à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503656-32.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA CHEILA DE OLIVEIRA
PROC./ADV: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não demonstrou, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, fazendo incidir à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503541-54.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA JANE KELE CARNEIRO DE OLIVEIRA
PROC./ADV: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não demonstrou, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, fazendo incidir à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501673-95.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PATRICIA SAMPAIO
PROC./ADV: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não demonstrou, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, fazendo incidir à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503091-68.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA JAIRIANE DOS SANTOS DA SILVA
PROC./ADV: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrado nos autos o atendimento dos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões. Nesse sentido, incide à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500534-77.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA HELENA DA SILVA
PROC./ADV.: GLEDSON MARTINS ARAÚJO OAB: CE 20.910
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação de período laborado como rurícola, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua condição de segurado especial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001585-30.2013.4.04.7103
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JADIR PEREIRA DE CARVALHO
PROC./ADV.: SAMIR ADEL SALMAN
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação de período laborado em condições especiais (motorista), ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação de seus requisitos essenciais.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003168-94.2011.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: HILDOR ISER
PROC./ADV.: ZILA MARIA DOS SANTOS SILVEIRA OAB: RS 42.238
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação de período laborado em condições especiais, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação de seus requisitos essenciais.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 501628190.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DANIEL FRANCISCO CORREA SILVA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA OAB: RS 36.024
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO OAB: RS 33.559
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, manteve a sua condenação em litigância de má-fé no valor de 1% sobre o valor da causa, por alterar a verdade dos fatos visando a obtenção de benefício previdenciário.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ, no sentido de que só há litigância de má-fé quando demonstrado o dolo e o prejuízo à parte adversa, o que não ocorreu à espécie.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A discussão acerca da ocorrência ou não de litigância de má-fé esbarra no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ainda que assim não fosse, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000655-70.2012.4.02.5169
ORIGEM: Turma Recursal Seção Judiciária do Rio de Janeiro
REQUERENTE: WALACE SOARES LILIO
PROC./ADV.: LUIZ AUGUSTO S. COELHO DA SILVA OAB: RJ-77878
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, rejeitou o pagamento da verba pleiteada.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a parte não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os arestos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região mostra(m)-se inservível(is).

A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005900-51.2011.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: OSI DUARTE QUINTANA
PROC./ADV: ROGÉRIO A. CARUCCIO OAB: RS-26 356
PROC./ADV: LUCIANA M. S. REINHARDT OAB: RS-69 137
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão, ora recebido como agravo, interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu parcialmente o pedido da parte autora para conceder o cômputo do tempo de serviço rural e urbano para fins do recebimento de aposentadoria.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513033-21.2012.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: EDILENE MIGUEL DOS SANTOS
PROC./ADV.: GLAUBER ROCHA SILVA OAB: AL-7 945
PROC./ADV.: MARCEL GAMELEIRA OAB: AL-9 096
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício de pensão por morte, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe frisar que as instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram pela inexistência da qualidade de segurado especial por parte do instituidor da pensão, requisito necessário à concessão do benefício pleiteado.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente, nos seguintes termos:

PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do Pedilef da parte autora da demanda.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0003262-04.2012.4.02.5154
ORIGEM: TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JANE LUCIA CARDOSO DOS SANTOS
PROC./ADV.: NATHANAEL LISBOA TEODORO DA SILVA OAB: RJ-160042
REQUERENTE: TARCISIO MONTEIRO DOS SANTOS
PROC./ADV.: NATHANAEL LISBOA TEODORO DA SILVA OAB: RJ-160042
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou comprovada a dependência econômica.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, soberanas na análise do acervo fático-probatório, concluíram que os autores não demonstraram a dependência econômica necessária para a concessão do benefício previdenciário requerido. O acórdão recorrido destaca que "Entendo que, no caso concreto, a parte autora não se desincumbiu deste ônus, eis que ausentes elementos de convicção nos autos no sentido de ser o segurado falecido responsável pelo custeio de despesas pessoais ou domésticas indispensáveis para a sobrevivência da parte ora recorrente".

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504582-70.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: ZILMA APARECIDA COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou comprovada a dependência econômica da requerente.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, soberanas na análise do acervo fático-probatório, concluíram que não restou demonstrada a dependência econômica entre mãe e filho, necessária para a concessão do benefício previdenciário requerido.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não demonstrou, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, fazendo incidir à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0014867-75.2006.4.03.6302
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LUIZ AUGUSTO RAMASSA
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aver-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

bação de atividade laborada em condições especiais, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A análise acerca da tese de cerceamento de defesa (consubstanciado na alegada ausência de intimação para a realização de perícia) encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501707-69.2009.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SUELI MARIA DA COSTA DIAS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, acolheu parcialmente o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que restou comprovado que a recorrente realmente convivia em união estável com o falecido, à época do óbito.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, soberanas na análise do acervo fático-probatório, concluíram que o benefício previdenciário requerido deveria se rateado, nos seguintes termos: "A documentação carreada ao feito, bem como a inspeção judicial realizada na localidade de residência da autora constataram que esta realmente convivia em união estável com o falecido, à época do óbito. Todavia, igualmente se extrai dos autos que a ex-esposa do de cujus, apesar de separada de fato deste, dependia da renda auferida por ele na agricultura, de modo que igualmente faz jus à cota-parte da pensão, juntamente com a filha menor, dependente presumida do instituidor.".

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502005-28.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA CIRLANE DO NASCIMENTO MENEZES
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO OAB: CE-11410
PROC./ADV.: SABRINA DE SOUZA ARAÚJO OAB: CE-23 523
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, a TNU, por meio do PEDILEF nº 05058174020064058103, firmou orientação no sentido de que:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE REAL FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NULIDADE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PREJUDICADO. 1. Esta TNU possui entendimento consolidado no sentido de que a generalidade do acórdão, que não se confunde com a fundamentação sucinta, a não se ater às especificidades do caso que lhe é trazido, acaba por violar o direito à fundamentação da sentença, inserto no art. 93, IX, da CF/88. (Cf. TNU, Pedilef 0502440-02.2008.4.05.8100, de 30/09/2011, Relator Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho; PEDILEF 200481100176162, Juiz Federal José Antonio Savaris, DOU 08/04/2011 SEÇÃO 1; PEDILEF 200481100281978, Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 23/03/2010; PEDILEF 200481100181248, Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11/03/2010; PEDILEF 200481100094273, Juíza Federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann, 25/03/2011 e PEDILEF 200481100188656, Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, 08/04/2011). 2. Com efeito, a decisão sem fundamentação é aquela que não aponta quaisquer elementos fáticos, concretos, específicos, mesmo que sucintamente, para resolver a lide posta em Juízo. Ademais, a ausência de fundamentação em decisões genéricas constitui verdadeiro obstáculo à via recursal, uma vez que impede a possibilidade de impugnação específica das razões do julgado. 3. O fato de serem os Juizados Especiais Federais regidos pelos princípios da celeridade, informalidade e simplicidade não é razão para que o direito de fundamentação seja relativizado, visto que a fundamentação da decisão é o que possibilita a devolução da prestação jurisdicional aos litigantes. (Cf. PODER JUDICIÁRIO TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS PEDILEF 200481100188656, Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, 08/04/2011.) 4. Com relação à análise do incidente de uniformização nacional de jurisprudência, fica completamente impossibilitado o exame da divergência e de sua similitude-fática com o paradigma apresentado pela parte Requerente, uma vez que não é possível estabelecer relação de comparação entre uma decisão absolutamente genérica e outra que aprecia o caso concreto 5. Na hipótese dos autos, verifica-se que não foram especificados pela Turma de origem os motivos da não convalidação da atividade rural da parte Autora, tendo considerado, de forma genérica, que a parte Autora não comprovou o labor rural. Em outras palavras, o acórdão recorrido fixa diversas premissas, mas simplesmente deixa de demonstrar qual delas - e por qual razão - encontra aplicabilidade no caso dos autos. Assim, ele afigura-se nulo por absoluta ausência de fundamentação, em ofensa à garantia prevista no art. 93, IX, da Constituição da República - nulidade que deve ser reconhecida de ofício. 6. Ressalte-se que a anulação da decisão importa em postergar a entrega definitiva da tutela jurisdicional, mas é a medida necessária para que a prestação jurisdicional se opere com necessário respeito ao devido processo legal, quanto mais quando se considera o efeito externo prospectivo de uma decisão anulatória. 7. Anulação do acórdão recorrido, com determinação de retorno dos autos à Turma Recursal de origem para prolação de outro. Pedido de uniformização prejudicado.."

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado nesta Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, anulo a sentença e o acórdão recorridos e determino a restituição dos autos à Turma de origem para que seja proferida nova decisão, após a análise das provas documentais e testemunhais produzidas.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503753-32.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DEIGILA ARAÚJO MONTEIRO
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJOOAB: CE-11410
PROC./ADV.: SABRINA DE SOUZA ARAÚJO OAB: CE-23 523
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação de seus requisitos essenciais.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503474-46.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA CLAUDIA ARAUJO
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO OAB: CE-11410
PROC./ADV.: SABRINA DE SOUZA ARAÚJO OAB: CE-23 523
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão, o qual ora recebo como agravo, interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação de seus requisitos essenciais.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501982-04.2012.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ERICA MERCIA PIMENTA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ADEILSON FERREIRA DE ANDRADE OAB: RN-4741
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício de pensão por morte, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe frisar que as instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que não restou comprovado nos autos o requisito da qualidade de segurado especial, necessário à concessão do benefício pleiteado.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente, nos seguintes termos:

PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do Pedilef da parte autora da demanda.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500296-89.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA NAIANA DE SOUSA FILHA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação de seus requisitos essenciais.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500978-10.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA IRACILMA HOLANDA SANTOS
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação de seus requisitos essenciais.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502351-95.2012.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO FABIO DE SOUZA SOARES
PROC./ADV.: ADEILSON FERREIRA DE ANDRADE OAB: RN-4741
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício de pensão por morte, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe frisar que as instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que não restou comprovado nos autos o requisito da qualidade de segurada especial, necessário à concessão do benefício pleiteado.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente, nos seguintes termos:

PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do Pedilef da parte autora da demanda.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502970-06.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA RENATA DA SILVA ALVES
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação de seus requisitos essenciais.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0505507-09.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALEXANDRA FERREIRA SOUSA
PROC./ADV.: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA OAB: CE-9527
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe frisar que as instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que não restou comprovado nos autos o requisito da qualidade de segurada especial, necessário à concessão do benefício pleiteado.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente, nos seguintes termos:

PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do Pedilef da parte autora da demanda.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503758-54.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA AURENICE MAGALHAES COELHO
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação de seus requisitos essenciais.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505692-41.2007.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ALDILENE MACEDO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação de seus requisitos essenciais.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502983-05.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TALITA FERREIRA LIMA
PROC./ADV.: ALEXANDRE VICTOR PONTES COSTA OAB: CE-25 534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502463-16.2011.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALINY ELLDA ALBINO
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIAOAB: CE-6584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0519255-69.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROSIANE MACHADO CARNEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a dependência econômica entre a autora e o de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0515836-41.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ROSINEIDE MONTEIRO CAVALCANTE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a dependência econômica entre a autora e o de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502631-90.2012.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA FERREIRA LIMA
PROC./ADV.: MARIA CLAUDINO OAB: PB-5775
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a união estável, nem a dependência econômica, entre a autora e o de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505344-10.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: LUIZA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002599-53.2012.4.04.7016
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LUZIANO WITS DA SILVA FILHO
PROC./ADV.: ITAMAR DALL´AGNOL OAB: PR-36 775
REQUERENTE: MARIA ELIZABETH WITS DA SILVA
PROC./ADV.: ITAMAR DALL´AGNOL OAB: PR-36 775
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelas partes ora requerentes, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501539-91.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO FERNANDES DE MEDEIROS
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 00116672920074036301
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: THALIA ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: ALINI C. PREVIATTI OAB: RS-64319
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua dependência econômica para com o de cujus.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505873-48.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DALVENI DE BRITO
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE 6.584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE 12.152
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua condição de segurado especial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501650-52.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LINDAIANE MARIA HOLANDA TEIXEIRA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE 6.584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE 12.152
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua condição de segurado especial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501595-04.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EDILENE VASCONCELOS DE SOUSA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE 6.584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE 12.152
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua condição de segurado especial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0013208-94.2007.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOÃO DE OLIVEIRA
PROC./ADV: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de averbação do período laborado em condições especiais ao fundamento de que não restaram demonstrados os requisitos da habitualidade e permanência a exposição dos agentes nocivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

De igual modo, incide à espécie versada nos autos a Questão de Ordem nº 22, nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000522-91.2012.4.03.6303
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANTONIO CLARET RIBEIRO
PROC./ADV: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, confirmando a sentença, não concedeu o pedido de revisão da renda mensal inicial solicitada pelo autor da demanda.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se inicialmente que a pretensão arguida em sede de incidente de uniformização busca o reconhecimento do direito da parte autora a ter a revisão da renda mensal inicial mediante a aplicação de índices de reajuste aplicados ao teto de contribuição para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Nesse intento, colacionou acórdãos paradigmas que dispõe sobre a majoração de renda mensal mediante aplicação de novo teto dos benefícios, sem, contudo, demonstrar a similitude fático-juridica ao pleito de se ter a incidência de índices aplicados ao teto de contribuição.

Nesse sentido, não é possível conferir seguimento ao incidente de uniformização ora proposto, conforme dispõe a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ainda que assim não fosse, tem-se que o acórdão recorrido, ao indeferir o reajuste do benefício, está de acordo com o entendimento do STF que, no julgamento do RE 564.354/SE, em sede de repercussão geral, assim decidiu:

"DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário." Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 14/2/11 (grifo nosso)

Ainda, há de se ressaltar que a decisão recorrida concluiu pelo não reconhecimento da pretensão ora deduzida, haja vista a possibilidade de apuração de inexistência de limitação ao teto na revisão da renda mensal inicial por não se confundir com o valor do benefício, na esteira do julgamento do STF:

"A irredutibilidade do valor real do benefício, princípio constitucional delineado pelo art.201, §4º, da Constituição da República, é assegurada pela aplicação da correção monetária anual, cujos índices são estabelecidos por meio de lei, razão pela qual não cabe ao Poder Judiciário escolher os parâmetros, seja o índice de atualização o INPC, IGP-DI, IPC, BTN, ou qualquer outro diverso daqueles definidos pelos legislador. Assim sendo, a fórmula de reajuste dos benefícios mantidos pela previdência social obedece a critérios fixados estritamente em leis infraconstitucionais. O STF já se pronunciou a respeito, concluindo que a adoção de índice previsto em lei, para atualização dos benefícios previdenciários, não ofende as garantias da irredutibilidade do valor dos benefícios e da preservação do seu valor real, por ter a respectiva legislação criado mecanismos para essa preservação (RE 231.412/RS, DJ 25.09.98, relator Min. Sepúlveda Pertence)"

Assim, manifestamente inadmissível o incidente suscitado pela parte requerente, visto que carente de interesse processual, aplicando-se, mutatis mutandi, o art. 267, VI, parte final, do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0013108-42.2007.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOÃO CAMPOQUIARI
PROC./ADV: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou parcialmente procedente o pedido da parte autora reconhecendo a condição especial de trabalho da parte autora apenas no período compreendido 01/12/1975 a 01/03/1977.

Sustenta a parte ora requerente que as decisões de origem estão em confronto com o entendimento do STJ e das Turmas Recursais de diversas regiões no que concerne ao exame das condições expostas ao trabalhador rural.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

De igual modo, incide à espécie versada nos autos a Questão de Ordem nº 22, nos seguintes termos: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500945-54.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO BARBOSA
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO OAB: CE-9711
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511253-76.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ ARI FILHO
PROC./ADV.: LUIZ CARLOS DE BRITO OAB: CE-20617
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503370-54.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: DANIZO FERREIRA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO OAB: CE-9711
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501631-29.2010.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOAQUIM RODRIGUES DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada da de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505034-47.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JACINTA DE FÁTIMA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002316-97.2011.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALZIRA DA SILVA KREFTA
PROC./ADV.: LEONARDO DOLFINI AUGUSTO OAB: PR 28.799
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502166-18.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO BRAGA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada da de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502256-03.2009.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO DE LIMA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0519654-64.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CLEOMAR BRAGA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a dependência econômica entre a autora e o de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0500479-06.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ISADORA COSTA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503793-63.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA HISTER LEITÃO RODRIGUES
PROC./ADV.: VÂNIA MARIA GOMES DUWE OAB: CE-12235
PROC./ADV.: TALIANA RODRIGUES VERAS OAB: CE-28 772
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506592-30.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA JOSÉ OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.: JOSENILTON ROCHA LOPES OAB: CE-19882
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510398-59.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DO CARMO GONÇALVES DA SILVA
PROC./ADV.: HUMBERTO DE SOUSA FELIX OAB: RN 5.069
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência das Súmulas 42 e 43, ambas da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não pretendeu o reexame, mas a revalorização da prova, nos termos da Questão de Ordem 6, desta TNU.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

A parte requerente deixou de infirmar o fundamento no sentido de que o tema atinente a ocorrência de cerceamento de defesa, por alegada negativa de reexame das provas dos autos, é matéria de ordem processual, atraindo a aplicação da Súmula 43/TNU.

Incide, por analogia, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".

Além do mais, não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de agosto de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5067730-48.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CRISTIANO MORAES DOS SANTOS
PROC./ADV.: RODRIGO DA SILVA BOLZANI OAB: RS-56653
REQUERENTE: CRISTILAINE CAROLINE MORAES DOS SANTOS
PROC./ADV.: RODRIGO DA SILVA BOLZANI OAB: RS-56653
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelas partes ora requerentes, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem manteve a sentença para extinguir o feito sem resolução de mérito, por entender que os autores não são partes legítimas para figurarem no polo ativo da demanda.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

De início, verifico que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Além do mais, a pretensão de análise acerca da tese de ilegitimidade passiva ad causam encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 8 de setembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5058104-68.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): MARIA LOURDES DA LUZ RECH
PROC./ADV.: JULIANA M. C. DUTRA OAB: RS 77.135

DECISÃO

Trata-se incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que acolheu o pedido de condenação da União ao pagamento da Gratificação de Desempenho (GDATA).

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

O Supremo Tribunal Federal, através do RE 597.154/PB, firmou entendimento no seguinte sentido:

"Questão de ordem. Repercussão Geral. Recurso Extraordinário. GDATA e GDASST. Servidores inativos. Critérios de cálculo. Aplicação aos servidores inativos dos critérios estabelecidos aos ativos, de acordo com a sucessão de leis de regência. Jurisprudência pacificada na Corte. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do tribunal, desprover o recurso, autorizar a devolução aos tribunais de origem dos recursos extraordinários e agravos de instrumento que versem sobre o mesmo tema e autorizar as instâncias de origem à adoção dos procedimentos do art. 543-B, §3º, do Código de Processo Civil."

Destarte, incide, por analogia, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007083-47.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDSON LUCAS CALOMÉ
PROC./ADV.: LUCIANA RAMBO OAB: RS-52887

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que acolheu parcialmente o pedido de averbação do período laborado sob o Regime Geral de Previdência Social, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão foram cumpridos.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual não é cabível a averbação do tempo de serviço acrescido junto ao serviço público.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A TNU, através do PEDILEF 2009.71.50.014760-3, entendeu ser possível a "utilização em regime próprio de previdência de tempo de serviço reconhecido como especial e convertido em tempo comum enquanto o segurado exercia atividade vinculada ao Regime Geral da Previdência Social".

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5017208-80.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VILMA ZANCAN BRUCHES
PROC./ADV: LUCIANA PEREIRA DA COSTA OAB: RS-56506
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Compulsando os autos, verifica-se que a parte ora requerente, inconformada com o acórdão de origem, suscitou pedido de uniformização regional, com fundamento no art. 14, §1º, da Lei n. 10.259/2001 (evento 66).

Após o incidente ter sido inadmitido pela presidência da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, formulou recurso de agravo.

Entretanto, os autos foram remetidos para esta Turma Nacional.

Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para o prosseguimento do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002045-88.2011.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JACOB PILATTI
PROC./ADV.: ROBERTO OLIVEIRA WEBER OAB: RS-62962

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu a prática de atividade especial de determinado período laborado pelo autor, sob o fundamento de que restou demonstrada por laudo pericial a sua exposição ao agente nocivo frio.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000568-39.2012.4.04.7120
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BOLIVAR TRINDADE NUNES
PROC./ADV.: LUIZ CARLOS SCHMIDT KRUBE OAB: RS-40204

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de que restou demonstrado o exercício da atividade campesina por tempo superior à carência, no período imediatamente anterior ao implemento do requisito etário.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006670-40.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NEIDE DIAS ETCHEVERRY
PROC./ADV.: LEONITA MACHRY OAB: RS-24679

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de averbação do período laborado em condições especiais sob o Regime Geral de Previdência Social, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão foram cumpridos.

Sustenta a requerente ser vedado pelo ordenamento jurídico e pela jurisprudência do STJ a contagem recíproca de tempo ficto, ou prestado em condições especiais, entre regimes jurídicos diversos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A TNU, através do PEDILEF 2009.71.50.014760-3, entendeu ser possível a "utilização em regime próprio de previdência de tempo de serviço reconhecido como especial e convertido em tempo comum enquanto o segurado exercia atividade vinculada ao Regime Geral da Previdência Social".

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009541-71.2011.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ISANE LUCIA WILHELM DRESCHER
PROC./ADV.: LAURA DRESCHER KAZZI OAB: RS-60857
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, afastando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante reconhecimento de atividade rurícola.

Consta nos autos que a requerente interpôs simultaneamente incidentes de uniformização regional e nacional, tendo sido ambos admitidos, não julgado o incidente regional até o presente momento.

É, no essencial, o relatório.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio da Questão de Ordem nº 28, decidiu que, havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.

Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para o prosseguimento do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de agosto de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002848-92.2012.4.04.7116
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADÃO KRUPINSKI
PROC./ADV.: LUCIANA CHECHI OAB: RS-58988

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que restaram preenchidos pelo autor os requisitos necessários.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5028075-35.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CECÍLIA NUNES CAETANO
PROC./ADV.: ANTÔNIO AUGUSTO LOSEKANN COELHO OAB: RS-68 599

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu parcialmente o pedido de averbação do período laborado sob o Regime Geral de Previdência Social, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão foram cumpridos.

Opostos embargos de declaração, não foram conhecidos.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual não é cabível a averbação do tempo de serviço acrescido junto ao serviço público.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A TNU, através do PEDILEF 2009.71.50.014760-3, entendeu ser possível a "utilização em regime próprio de previdência de tempo de serviço reconhecido como especial e convertido em tempo comum enquanto o segurado exercia atividade vinculada ao Regime Geral da Previdência Social".

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5065031-84.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALBERTO NAIDITCH
PROC./ADV.: RAQUEL WIEBBELLING OAB: RS-63882

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de averbação do período laborado sob o Regime Geral de Previdência Social, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão foram cumpridos.

Opostos embargos de declaração, não foram conhecidos.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual não é cabível a averbação do tempo de serviço acrescido junto ao serviço público.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A TNU, através do PEDILEF 2009.71.50.014760-3, entendeu ser possível a "utilização em regime próprio de previdência de tempo de serviço reconhecido como especial e convertido em tempo comum enquanto o segurado exercia atividade vinculada ao Regime Geral da Previdência Social".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500384-90.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ADELAIDE REGO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Sustenta a parte agravante que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da TNU e de turmas recursais de outras regiões segundo a qual é devida a extensão das diferenças de gratificação de desempenho (GDIT) dos servidores em atividade aos servidores inativos.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 677.730/RS, em regime de repercussão geral. Confira-se:

Recurso extraordinário. Paridade dos inativos. Art. 40, § 8º, da CF (redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998). Servidores aposentados e pensionistas do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Extensão dos efeitos financeiros previstos no Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Repercussão geral reconhecida.

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Suprema.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007644-68.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: OLÍVIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Voltam os autos à TNU por despacho da Juíza Federal Caniela Tocchetto Cavalheiro, sob a alegação de que a decisão por mim proferida mostra-se incongruente, porquanto a Secretaria daquela recursal certificou que a referida decisão "não está correta".

É, no essencial, o relatório. Decido.

A Secretaria da Turma Recursal alega que a decisão não está correta, porquanto "... o incidente nacional foi admitido pela Presidência da 2ª TRSC e a decisão da TNU tratou de agravo contra decisão que negou seguimento ao incidente de Uniformização."

Compulsando os autos, verifico que a decisão de admissibilidade negou provimento ao agravo da parte requerente. Publicada a decisão e intimados pessoalmente os advogados públicos representantes das partes, houve o trânsito em julgado, conforme Certidão da Secretaria da TNU.

Destarte, mesmo que haja a alegada incongruência, que pode ser considerada como erro material, não houve qualquer manifestação das partes litigantes, que deixaram transcorrer em branco os prazos recursais, ou seja, conformaram-se com a decisão de mérito, que tem como fundamento a Súmula 42/TNU e a QO 22/TNU.

Assim, considerando que a decisão transitou em julgado, nada há que ser feito, não detendo a Secretaria da Turma recursal legitimidade para decidir acerca do acerto ou erro das decisões proferidas pela TNU.

Ante o exposto, devolvam-se os autos à Turma recursal, para as providências que entender pertinentes.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509463-93.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GERALDO FELIPE DE SOUZA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Sustenta a parte agravante que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da TNU e de turmas recursais de outras regiões segundo a qual é devida a extensão das diferenças de gratificação de desempenho (GDIT) dos servidores em atividade aos servidores inativos.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 677.730/RS, em regime de repercussão geral. Confira-se:

Recurso extraordinário. Paridade dos inativos. Art. 40, § 8º, da CF (redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998). Servidores aposentados e pensionistas do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Extensão dos efeitos financeiros previstos no Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Repercussão geral reconhecida.

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Suprema.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0525515-47.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ TAVARES DA SILVA FILHO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, acolheu o pedido de reconhecimento de tempo de serviço como especial, sua conversão em comum e, por via de consequência, a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, por entender que presentes os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não merece prosperar.

Inicialmente, cabe destacar o seguinte trecho do acórdão recorrido: "Esta Turma tem uma compreensão distinta do Magistrado que prolatou a sentença. É que a autorização da empresa para que o signatário do PPP produza o documento é desnecessária, a não ser que o INSS apresente questionamentos razoáveis quanto à existência de fraude e irregularidades. Não trazendo a autarquia previdenciária elementos para que se duvide da regularidade do documento, deve-se acolher o que nele está disposto".

Com efeito, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5017848-11.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NELI HILLESHEIM,
PROC./ADV.: TANIA MARIA PRETTI OAB: SC-5409

DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de reconhecimento da atividade rural em regime de economia familiar, para fins de concessão de aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de que presentes os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, soberanas na análise do acervo fático-probatório, analisaram todo o conjunto probatório acostado aos autos e concluíram que a parte autora faz jus ao benefício previdenciário requerido.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013451-08.2013.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DORVALINA MOREM DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ LUIS WAGNER OAB: RS 18.097
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE OAB: RS 59.707
PROC./ADV.: LUCIANA RAMBO OAB: RS 52.887
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que acolheu o pedido de condenação da União ao pagamento da Gratificação de Desempenho (GDATA).

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos para declarar a prescrição das parcelas que antecederam cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ, no sentido de que a citação válida constitui causa interruptiva do prazo prescricional, ainda que realizada em processo extinto sem resolução do mérito.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

Verifica-se que os paradigmas juntados pela requerente abordam a questão da interrupção do prazo prescricional, matéria esta que não foi enfrentada no aresto impugnado. Assim, aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011935-90.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LIRIA LEITZKE BONOW
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, afastando parcialmente a sentença, acolheu o pedido de revisão do cálculo de RMI formulado pelo autor, consignando que deve ser observada a prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que antecedo o ajuizamento da ação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ, no sentido de que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBENS/PFEINSS não configura causa interruptiva do prazo decadencial.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5000047-23.2013.4.04.7100, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RMI. ART. 29, II, DA LEI Nº 8.213/91. INÍCIO DA PRESCRIÇÃO NA DATA DA EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS, EM 15.04.2010. PRECEDENTES DESTA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.

3 (...) Esta Turma Nacional consolidou o entendimento segundo o qual o dies a quo da prescrição do direito à revisão da Renda Mensal Inicial (RMI) dos benefícios previdenciários, na forma do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, é a publicação do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010. Até cinco anos após a publicação desse instrumento normativo, é possível requerer a revisão da RMI, administrativa ou judicialmente, retroagindo os efeitos financeiros daí resultantes à data da concessão do benefício. (Confira-se: PEDILEF 5001752-48.2012.4.04.721. Rel. JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, julgado em 13.03.2014).

4. Segundo a Juíza Federal Kyu Soon Lee, "... uniformizou-se a tese de que tal ato administrativo, o qual reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, e não pela metade, como pretende o recorrente. Por conseguinte, para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, como é o caso dos autos, firmou-se entendimento de que não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando". 5. Indo-se aos presentes autos, tem-se que a ação foi ajuizada em 02.01.2013. O Acórdão recorrido, portanto, está em sintonia com a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização. 6. Pedido de Uniformização de jurisprudência conhecido e improvido."

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508143-91.2011.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA JOSÉ VICENTE DANTAS
PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB: PB-12 519
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

Sustenta a parte recorrente que as decisões proferidas, sentença e acórdão, foram genéricas, não analisando as provas acostadas aos autos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, a TNU, por meio do PEDILEF nº 05058174020064058103, firmou orientação no sentido de que:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE REAL FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NULIDADE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PREJUDICADO. 1. Esta TNU possui entendimento consolidado no sentido de que a generalidade do acórdão, que não se confunde com a fundamentação sucinta, a não se ater às especificidades do caso que lhe é trazido, acaba por violar o direito à fundamentação da sentença, inserto no art. 93, IX, da CF/88. (Cf. TNU, Pedilef 0502440-02.2008.4.05.8100, de 30/09/2011, Relator Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho; PEDILEF 200481100176162, Juiz Federal José Antonio Savaris, DOU 08/04/2011 SEÇÃO 1; PEDILEF 200481100281978, Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 23/03/2010; PEDILEF 200481100181248, Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11/03/2010; PEDILEF 200481100094273, Juíza Federal Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann, 25/03/2011 e PEDILEF 200481100188656, Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, 08/04/2011). 2. Com efeito, a decisão sem fundamentação é aquela que não aponta quaisquer elementos fáticos, concretos, específicos, mesmo que sucintamente, para resolver a lide posta em Juízo. Ademais, a ausência de fundamentação em decisões genéricas constitui verdadeiro obstáculo à via recursal, uma vez que impede a possibilidade de impugnação específica das razões do julgado. 3. O fato de serem os Juizados Especiais Federais regidos pelos princípios da celeridade, informalidade e simplicidade não é razão para que o direito de fundamentação seja relativizado, visto que a fundamentação da decisão é o que possibilita a devolução da prestação jurisdicional aos litigantes. (Cf. PODER JUDICIÁRIO TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS PEDILEF 200481100188656, Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, 08/04/2011.) 4. Com relação à análise do incidente de uniformização nacional de jurisprudência, fica completamente impossibilitado o exame da divergência e de sua similitude-fática com o paradigma apresentado pela parte Requerente, uma vez que não é possível estabelecer relação de comparação entre uma decisão absolutamente genérica e outra que aprecia o caso concreto 5. Na hipótese dos autos, verifica-se que não foram especificados pela Turma de origem os motivos da não convalidação da atividade rural da parte Autora, tendo considerado, de forma genérica, que a parte Autora não comprovou o labor rural. Em outras palavras, o acórdão recorrido fixa diversas premissas, mas simplesmente deixa de demonstrar qual delas - e por qual razão - encontra aplicabilidade no caso dos autos. Assim, ele afigura-se nulo por absoluta ausência de fundamentação, em ofensa à garantia prevista no art. 93, IX, da Constituição da República - nulidade que deve ser reconhecida de ofício. 6. Ressalte-se que a anulação da decisão importa em postergar a entrega definitiva da tutela jurisdicional, mas é a medida necessária para que a prestação jurisdicional se opere com necessário respeito ao devido processo legal, quanto mais quando se considera o efeito externo prospectivo de uma decisão anulatória. 7. Anulação do acórdão recorrido, com determinação de retorno dos autos à Turma Recursal de origem para prolação de outro. Pedido de uniformização prejudicado.."

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado nesta Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, anulo a sentença e o acórdão recorridos e determino a restituição dos autos à Turma de origem para que seja proferida nova decisão, após a análise das provas documentais e testemunhais produzidas.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0518535-55.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): RAMIRA ARRUDA DE SOUZA
PROC./ADV.: PAULIANNE ALEXANDRE TENÓRIO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do que determinou a restituição dos autos para adequação do julgado.

É, no essencial, o relatório.

O pedido não merece acolhimento.

O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que "O pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização" (grifei, AgRg na Pet 10463/PE, 28.5.2014, DJe 02/06/2014), sendo inviável a interposição do referido incidente para o STJ contra decisão monocrática do Presidente da TNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003374-83.2012.4.04.7011
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): FRANCISCO ANTÔNIO DE SOUZA
PROC./ADV.: JOSÉ NILTON RODRIGUES OAB: PR 35.232

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

A Turma de origem julgou procedente o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição à parte autora, tendo em vista que parte do período laborado estava sujeito a exposição a agentes nocivos de forma habitual e intermitente.

Sustenta a parte requerente, no pedido de uniformização, que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, "tanto para o serviço prestado antes de 1995 como para o serviço prestado depois de 1995, exige-se a exposição permanente, sendo que, para os períodos anteriores a 1995 eram ainda aplicáveis os Decretos 83.080/1979 e 53.831/1964".

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

A questão está pacificada no âmbito da TNU, nos termos da Súmula 49: "Para reconhecimento de condição especial de trabalho antes de 29/4/1995, a exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física não precisa ocorrer de forma permanente".

Destarte, incidente, in casu, a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0012844-68.2010.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MURILO DO NASCIMENTO REP. LEGAL JORGELINA TORRES DE SOUZA
PROC./ADV.: RÔMULO DA SILVA ROCHA OAB: AM-6485
PROC./ADV.: DELANO JOSÉ DA SILVA OAB: AM-7030

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que restaram preenchidos os requisitos necessários.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010671-44.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTONIO DE MELLO
PROC./ADV.: IARA SOLANGE DA SILVA SCHNEIDER OAB: RS-26135
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem rejeitou o pedido inicial de averbação de determinado tempo de serviço especial à parte autora, sob o fundamento de que não esteve exposta a níveis de ruído superiores ao permitido pela legislação de regência no período alegado.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Com efeito, no julgamento do PEDILEF 2007.71.95.004182-7, a Turma Nacional revisou o verbete sumular 32/TNU firmando o entendimento de que "o tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído".

Desse modo, incide, à espécie, a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5009602-77.2012.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DEISE SACCARO LAURINDO
PROC./ADV.: EDUARDO FRANCISQUETTI OAB: RS-32532
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se, na origem, de pedido equiparação do auxílio-alimentação de servidores públicos que foi julgado improcedente, por força de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que reformou a sentença de origem.

Inconformada, a parte autora formulou dois pedidos de uniformização, sendo um regional e outro nacional, além de recurso extraordinário.

Após terem pedidos terem sido inadmitidos pelo Presidente da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, o requerente interpôs agravo para as turmas regional e nacional.

Entretanto, os autos foram remetidos para a Turma Nacional de Uniformização.

É, no essencial, o relatório.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio da Questão de Ordem 28, decidiu que, havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.

Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para o prosseguimento do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000595-24.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALEX KLEIN
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRAOAB: RS 33.075
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36 do RITNU, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido, por incidência da Súmula 42/TNU.

Apresentada contrarrazões.

É, no essencial, o relatório.

O pedido não merece acolhimento.

No caso em exame, a Turma não conheceu do incidente concluindo pela impossibilidade de exame de matéria fática no âmbito do recurso, aplicando a Súmula 42/TNU.

Desse modo, inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao pedido uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500017-09.2012.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: CREUZA MIZAEL DA SILVA
PROC./ADV.: HUMBERTO DE SOUZA FÉLIXOAB: PB 5.069
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36 do RITNU, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido, por incidência da Súmula 42/TNU.

Apresentada contrarrazões.

É, no essencial, o relatório.

O pedido não merece acolhimento.

No caso em exame, a Turma não conheceu do incidente concluindo pela impossibilidade de exame de matéria de fato no âmbito do recurso, aplicando a Súmula 42/TNU.

Desse modo, inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao pedido uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507386-14.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA DE CARVALHO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
PROC./ADV.: TATIELY CORTÊS TEIXEIRA OAB: RN-9002
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, rejeitou a conversão de tempo de serviço especial em tempo de serviço comum para efeito de aposentadoria do servidor público federal.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 200650500062065:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONTAGEM RECÍPROCA DE SERVIDOR PÚBLICO EX-CELETISTA. CONVERSÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL EM COMUM. ACRÉSCIMO DECORRENTE DA AVERBAÇÃO. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 20, DA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO.

I. Pedido da parte autora de conversão de atividade insalubre, laborada durante regime celetista, para concessão de regime de aposentadoria próprio dos servidores públicos.

II. Sentença de procedência do pedido.

III. Recurso de sentença, ofertado pela União Federal, provido pela Turma Recursal do Espírito Santo, lastreado o enunciado nº 17, do estado citado: "Para fins de contagem recíproca, o tempo de serviço laborado em atividade especial sob o RGPS não pode ser convertido em comum para efeito do regime estatutário".

IV. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com esteio no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

V. Alegação de que há direito à conversão do tempo especial laborado quando celetista antes do ingresso no regime previdenciário de servidores públicos.

VI. Indicação, pela parte recorrente, de precedentes da lavra do STJ - Superior Tribunal de Justiça: Agravo Regimental no Recurso Especial nº 963.475/PB; e Agravo Regimental no Agravo nº 901.106/SC. VII. Admissibilidade do incidente junto à Presidência da Turma Recursal do Espírito Santo.

VIII. Plausibilidade jurídica entre o precedente apresentado e o caso dos autos - Agravo Regimental no Recurso Especial nº 963.475/PB: "RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CELETISTA. ATIVIDADE INSALUBRE. CONVERSÃO DE REGIME. TEMPO DE SERVIÇO. CONTAGEM RECÍPROCA. POSSIBILIDADE. 1. Os servidores públicos federais que trabalhavam em condições consideradas insalubres antes da edição da Lei 8.112/90 têm direito à contagem especial de tempo de serviço prestado nessa situação, nos termos da legislação vigente à época. Precedentes. 2. Agravo regimental improvido", (AGRESP 200701441067, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, STJ - SEXTA TURMA, 26/05/2008)"; e Agravo Regimental no Agravo nº 901.106/SC: "DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ATIVIDADE INSALUBRE. REGIME CELETISTA. CONVERSÃO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. AVERBAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. O servidor público que tenha laborado em condições especiais sob regime celetista tem direito à contagem diferenciada desse período, mesmo que posteriormente tenha adquirido a condição de estatutário. Precedentes do STJ. 2. O art. 130 do Decreto 3.078/99 apenas assegura ao servidor a possibilidade de utilizar certidões emitidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para comprovar tempo de serviço prestado pelo Regime Geral de Previdência Social, não impondo que tal tempo de serviço seja comprovado única e exclusivamente com base nelas. 3. Agravo regimental improvido", (AGA 200701101931, ARNALDO ESTEVES LIMA, STJ - QUINTA TURMA, 07/02/2008).

IX. Incidência da questão de ordem nº 20, da TNU - Turma Nacional de Uniformização: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito".

X. Parcial provimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora. Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal de origem para readequação do caso à jurisprudência fixada pela TNU - Turma Nacional de Uniformização.

XI. Incidente de uniformização parcialmente provido. Determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem para que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno da TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida.""

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo para admitir e prover o incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0006408-23.2012.4.01.4300
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSÉ DE OLIVEIRA CASTRO JUNIOR
PROC./ADV.: MATEUS ROSSI RAPOSO OAB: TO-2978

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Tocantins que, mantendo a sentença, concedeu diferenças entre os benefícios de auxílio-alimentação pagos à parte autora e pagos aos tribunais superiores.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 05028447220124058501:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS DA JUSTIÇA FEDERAL. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO COM SERVIDORES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CNJ E DO TJDF. ISONOMIA.

[...]

4. O art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90 somente garante isonomia de vencimentos, de forma que não serve de fundamento para estabelecer equiparação de auxílio-alimentação, verba com natureza indenizatória.

5. O art. 37, XIII, da Constituição Federal proíbe a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

6. A Súmula nº 339 do STF enuncia que "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". O auxílio-alimentação não tem natureza de vencimentos, mas as razões da súmula são mesmo assim aplicáveis para repelir a revisão do valor dessa vantagem com fundamento na isonomia. Em matéria de vantagens de servidores públicos, cumpre ao legislador, e não ao Poder Judiciário, dar-lhe concretização.

7. O Supremo Tribunal Federal recentemente decidiu em agravo regimental em recurso extraordinário interposto contra acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte ser impossível majorar o valor de auxílio-alimentação sob fundamento de isonomia com servidores de outro órgão: "EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS POR **DECISÃO JUDICIAL SOB O FUNDAMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA: SÚMULA N. 339 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (RE-AGR 670974, SEGUNDA TURMA, REL. CÁRMEN LÚCIA, DJ 10/10/2012).**

8. Uniformizado o entendimento de que não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 9. Incidente provido para reformar o acórdão recorrido, julgando improcedente a pretensão da parte autora.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo para admitir e prover o incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0518206-72.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: AVAHIL MARIO DOS SANTOS
PROC./ADV.: BRUNO ROMUALDO OAB: PE-29871
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, deixou de reconhecer imunidade tributária aos servidores militares.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, necessário se faz aguarda o entendimento que venha a ser adotado no Supremo Tribunal Federal, que reconheceu repercussão geral da matéria no RE 596.701:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR INATIVO. REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RELEVÂNCIA JURÍDICA E ECONÔMICA DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502662-11.2011.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARCO ANTONIO DOS SANTOS
PROC./ADV.: BRUNO ROMUALDO OAB: PE-29871
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, deixou de reconhecer imunidade tributária aos servidores militares.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, necessário se faz aguarda o entendimento que venha a ser adotado no Supremo Tribunal Federal, que reconheceu repercussão geral da matéria no RE 596.701:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR INATIVO. REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RELEVÂNCIA JURÍDICA E ECONÔMICA DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0524122-87.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: HAMILTON PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: BRUNO ROMUALDO OAB: PE-29871
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, deixou de reconhecer imunidade tributária aos servidores militares.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, necessário se faz aguarda o entendimento que venha a ser adotado no Supremo Tribunal Federal, que reconheceu repercussão geral da matéria no RE 596.701:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR INATIVO. REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RELEVÂNCIA JURÍDICA E ECONÔMICA DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0524827-85.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MAGADIEL JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: BRUNO ROMUALDO OAB: PE-29871
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, deixou de reconhecer imunidade tributária aos servidores militares.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, necessário se faz aguarda o entendimento que venha a ser adotado no Supremo Tribunal Federal, que reconheceu repercussão geral da matéria no RE 596.701:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR INATIVO. REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RELEVÂNCIA JURÍDICA E ECONÔMICA DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0518398-05.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JORGE LUIZ MAGALHÃES DOS ANJOS
PROC./ADV.: BRUNO ROMUALDO OAB: PE-29871
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, deixou de reconhecer imunidade tributária aos servidores militares.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, necessário se faz aguarda o entendimento que venha a ser adotado no Supremo Tribunal Federal, que reconheceu repercussão geral da matéria no RE 596.701:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR INATIVO. REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RELEVÂNCIA JURÍDICA E ECONÔMICA DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0032054-28.2012.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FERNANDA CARDOSO TOURINHO AGUIAR
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, mantendo a sentença, concedeu diferenças entre os benefícios de auxílio-alimentação pagos à parte autora e pagos aos tribunais superiores.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 05028447220124058501:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS DA JUSTIÇA FEDERAL. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO COM SERVIDORES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CNJ E DO TJDF. ISONOMIA.

[...]

4. O art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90 somente garante isonomia de vencimentos, de forma que não serve de fundamento para estabelecer equiparação de auxílio-alimentação, verba com natureza indenizatória.

5. O art. 37, XIII, da Constituição Federal proíbe a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

6. A Súmula nº 339 do STF enuncia que "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". O auxílio-alimentação não tem natureza de vencimentos, mas as razões da súmula são mesmo assim aplicáveis para repelir a revisão do valor dessa vantagem com fundamento na isonomia. Em matéria de vantagens de servidores públicos, cumpre ao legislador, e não ao Poder Judiciário, dar-lhe concretização.

7. O Supremo Tribunal Federal recentemente decidiu em agravo regimental em recurso extraordinário interposto contra acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte ser impossível majorar o valor de auxílio-alimentação sob fundamento de isonomia com servidores de outro órgão: "EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS POR **DECISÃO JUDICIAL SOB O FUNDAMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA: SÚMULA N. 339 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (RE-AGR 670974, SEGUNDA TURMA, REL. CÁRMEN LÚCIA, DJ 10/10/2012).**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8. Uniformizado o entendimento de que não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. 9. Incidente provido para reformar o acórdão recorrido, julgando improcedente a pretensão da parte autora.

10. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo para admitir e prover o incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500155-12.2011.4.05.9820
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: PEDRO FRANCISCO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DAVID SARMENTO CÂMARA OAB: PB 11.227
PROC./ADV.: LUCIANA RAQUEL F. DE FREITAS CÂMARA OAB: PB 11.280
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
INTERESSADO: JUÍZA DA 7ª VARA FEDERAL DE JOÃO PESSOA
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

A Turma de origem indeferiu liminarmente a petição inicial, sob o fundamento de que o mandado de segurança não constitui instrumento processual adequado para impugnação de decisão judicial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, ao argumento de ser cabível o mandado de segurança em face de decisão judicial equivocada, que, não analisou a impossibilidade de devolução dos valores recebidos via RPV de boa-fé pela parte autora.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido, no sentido do cabimento do mandado de segurança contra decisão irrecorrível de Juiz singular do Juizado Especial.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002086-73.2012.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANAIR SCHROEDER
PROC./ADV.: MARIA GEOVANI PILLATI PEREIRA OAB: SC-8259

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, julgou procedentes os pedidos de averbação de período urbano de labor em condições especiais e a conversão de aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial, sob o fundamento de que os requisitos legais foram demonstrados.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) aresto(s) acostado(s) como paradigma(s) entende que quando o Laudo Pericial indicar que a exposição ocorreu de modo intermitente somente é possível o reconhecimento da especialidade se o trabalho foi prestado em período anterior a 28/04/1995, em princípio, divergente da posição adotada no acórdão recorrido.

Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501037-94.2010.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: OSVALDO ALVES MONTEIRO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o prazo prescricional para pleitear diferenças pagas a menor somente correriam a partir da última parcela no caso de pagamento escalonado, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502068-58.2010.4.05.8302
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: LUCAS FLORES DA SILVA GONDIM
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o prazo prescricional para pleitear diferenças pagas a menor somente correriam a partir da última parcela no caso de pagamento escalonado, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0518398-39.2010.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA DO CARMO SOARES DE MENEZES
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o prazo prescricional para pleitear diferenças pagas a menor somente correriam a partir da última parcela no caso de pagamento escalonado, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0521967-77.2012.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ERNANE DE AZEVEDO MENDONÇA
PROC./ADV.: BRUNO BAPTISTA OAB: PE 19.805
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
LITISCONSORTE : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, extinguiu o processo sem resolução de mérito, em razão da incompetência da Justiça Federal.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "Em se tratando de complementação de aposentadoria da Rede Ferroviária Federal, a competência para apreciar e julgar a causa é da Justiça Federal, por envolver interesse da União", ao passo que o acórdão vergastado assentou que os valores devidos na são fruto de dissídios coletivos, o que determinaria a competência da Justiça do Trabalho.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500638-62.2010.4.05.8305
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARDÔNIO ALEXANDRE JAPIASSÚ FILHO
PROC./ADV.: LUIZ ALÍRIO LARANGEIRAS FILHO OAB: PE-21347
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou a concessão da verba pleiteada.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) retrata(m) a possibilidade de extensão da vantagem prevista no artigo 63 da MP 2.229 - 43/2001 aos demais membros da carreira, de forma contrária ao acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0518832-28.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA LIMA
PROC./ADV.: RÔMULO PEDROSA SARAIVA FILHO OAB: PE-25 423
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação dos ativos e inativos no que tange ao pagamento da GDIBGE.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) situações análogas a da citada gratificação, em que reconhecida equiparação, ao passo que o acórdão vergastado assentou que:

4. A disciplina conferida à GDIBGE é diferente daquela dispensada, por exemplo, às demais gratificações intituladas de GDATA, GDASST e GDPGTAS, que também têm sido objeto de diversas demandas judiciais. No caso destas últimas gratificações, as legislações pertinentes estenderam-nas em valores fixos, de modo generalizado, aos servidores a que se destinavam, até que fossem editados os respectivos regulamentos acerca dos critérios de avaliação dos agentes públicos.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0528607-38.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA EULÁLIA LEITE
PROC./ADV.: BRUNO BAPTISTA OAB: PE19.805
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de incidência de juros progressivos nas contas de FGTS.

Sustenta, em síntese, que "A ora suscitante opôs então embargos de declaração, diante da flagrante omissão de provas carreadas aos autos (a comprovação da adesão da ora suscitante ao regime do FGTS sempre esteve às fls. 02 do anexo 06 dos presentes autos), que restaram desprovidos pela e. Turma Recursal, agora não mais pela ausência de provas, mas sim, mais uma vez, pela aplicação da prescrição trintenária".

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) o afastamento da prescrição de fundo de direito, ao passo que o acórdão vergastado assentou que:

2. Tratando-se de discussão sobre aplicação de juros progressivos em conta de FGTS relativa a vínculo empregatício transcorrido entre 1964 e 1970, quaisquer diferenças porventura devidas em relação a este período já foram fulminadas pelo decurso do prazo prescricional trintenário, tendo em vista que a presente ação só foi ajuizada em 26/09/2008, quando já haviam se passado cerca de 38 anos desde o vencimento da última prestação pleiteada (1970).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000148-18.2013.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PEDRO PAULO DEVES
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA PIEROZAN OAB: RS-44061

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, julgou parcialmente procedente o pedido de revisão de benefício, com a retroação da DIB para a data em que a parte autora preencheu os requisitos para a aposentadoria, sob o fundamento de que os requisitos legais foram parcialmente demonstrados.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s), no que concerne à prescrição das prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na interpretação jurídica dos pedidos autorais, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5023442-54.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MAFALDA VOGEL
PROC./ADV.: GABRIEL DINIZ DA COSTA OAB: SC-23515
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de retroação da DER de aposentadoria por idade concedida em 13/12/2010 para 20/02/2009, data do primeiro requerimento na esfera administrativa.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s), no que concerne à concessão de aposentadoria híbrida, utilizando a soma de tempo de serviço rural e urbano, independentemente da comprovação da qualidade de segurada especial na DER.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na interpretação jurídica dos pedidos autorais, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0512325-35.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA OAB: CE12564

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de concessão de benefício assistencial ao idoso, a partir do requerimento administrativo, sob o fundamento de que preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s), no que concerne ao termo inicial do pagamento do benefício, se na data da juntada da perícia socioeconômica ou da data do requerimento administrativo.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010858-18.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SULAMI MOSER
PROC./ADV.: VANESSA MARIA SENS RECKELBERG OAB: SC-14627
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, julgou improcedente a revisão pleiteada.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) considera(m) que deve ser excluído o fator previdenciário do benefício de aposentadoria por tempo de serviço do professor, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0026991-91.2005.4.01.4100
ORIGEM: RO - SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS REC. NAT. RENOVÁVEIS - IBAMA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO PAIVA CARDOSO
PROC./ADV.: MARCO AURÉLIO CARBONE OAB: RO-396

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Rondônia que, mantendo a sentença, concedeu o reajuste pleiteado à inicial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) hipótese de interrupção do prazo prescricional no caso de reconhecimento administrativo da verba, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0026626-37.2005.4.01.4100
ORIGEM: RO - SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLEONICE MARIA RIBEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: SANDRA PEDRETI BRANDÃO OAB: RO-459

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Rondônia que, mantendo a sentença, concedeu o reajuste pleiteado à inicial.

É, no essencial, o relatório.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "Com a renúncia ao prazo prescricional, novo termo a quo teve início a partir da edição da medida provisória, independentemente de suas reedições", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502234-73.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: MARIA GOMES SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, reformando a sentença, indeferiu sua pretensão de fornecimento de medicamento / realização de procedimento.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, notadamente quanto à afirmação do acórdão vergastado que assentou:

"No caso dos autos, conforme laudo pericial constante do anexo n.º 11 (resposta ao quesito 8), deve-se destacar que a prestação buscada em juízo sequer consta do rol de medicamentos de dispensação excepcional, listados na Portarias Ministeriais n.º 2.577/2006; n.º 2.891/2009; n.º 3.237/2007 e n.º 3.439/2011."

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0512647-17.2009.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: BARTOLOMEU ALVES DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: KALLYNE SILVA SERRANO OAB: PB-14722
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de dupla aposentadoria (previdenciária e estatutária).

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "tem direito, em tese, a aposentadoria pelo tesouro nacional o ferroviário da antiga "The Great Western Of Brazil Railway Company Limited" que tenha nela ingressado antes da encampação, passando para a Rede Ferroviária Federal na condição de servidor cedido", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505602-29.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: NOELIA BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE OAB: CE -15142
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de revisão dos vencimentos da parte autora.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) "a concessão do índice de 13,23% à parte autora não caracteriza "aumento de vencimento de servidor sob fundamento da isonomia", e muito menos viola a reserva de iniciativa do Presidente da República para legislar sobre revisão geral anual dos servidores, uma vez que o fundamento da presente sentença reside em se prestigiar a máxima efetividade ou a correta observância da norma prevista no art. 37, X, da Constituição Federal.", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503697-61.2010.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCA DE ARAÚJO MEDEIROS SILVA
PROC./ADV.: WAGNER LEANDRO DA SILVA OAB: RN 3.619
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s), em sentido oposto ao acórdão vergastado, retrata(m) "quando se trata de contagem especial do tempo de atividade insalubre durante o regime estatutário, ainda não foi editada a lei dando concretude a esse direito. [...] Nesse contexto, não havendo noticia de que o requerimento formulado pelo servidor fora negado pela Administração, inexiste prescrição de fundo de direito, pois a lesão renova-se com a mora do Legislativo em assegurar-lhe o direito consagrado pela norma constitucional.".

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504858-04.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: ANTONIO CASTRO DO AMARAL
PROC./ADV.: CARLOS HENRIQUE F COSTA OAB: AL-3747
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação de auxílio-alimentação.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710.293:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que for pacificado no âmbito do STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0520005-70.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MARISA RIBEIRO DE LIRA PEREIRA
PROC./ADV.: ILANA SILVA OAB: AL-6764
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que houve renúncia tácita da prescrição das verbas pleiteadas em virtude do reconhecimento administrativo, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008323-82.2014.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): CELI BURG DE MACEDO
PROC./ADV.: SOMARA GATELLI BAZANA OAB: RS 55.090

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias entenderam haver comprovação da qualidade de segurado do cônjuge falecido da parte autora, sendo devido o benefício previdenciário.

A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0501596-63.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MACIRA RÉGIA SOTERO
PROC./ADV.: TOMAZ DE AQUINO CRISÓSTOMO DA SILVA OAB: PE-3996
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição da pretensão do(a) servidor(a) pública.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que as razões de recorrer impugnam o mérito, apreciado apenas pela sentença de piso, enquanto a inadmissão do recurso inominado fundou-se em questão processual preliminar:

8. Recurso a que se nega seguimento, ante o não pagamento das custas recursais, ressalvado o entendimento pessoal deste Relator, no sentido de que a ausência de manifestação expressa do magistrado a quo não implica em indeferimento tácito do pedido de assistência judiciária formulado na inicial.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 35/TNU ("O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501398-26.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ELYSE DALLA NORA REIS
PROC./ADV.: TOMAZ DE AQUINO CRISÓSTOMO DA SILVA OAB: PE-3996
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição da pretensão do(a) servidor(a) pública.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que as razões de recorrer impugnam o mérito, apreciado apenas pela sentença de piso, enquanto a inadmissão do recurso inominado fundou-se em questão processual preliminar:

8. Recurso a que se nega seguimento, ante o não pagamento das custas recursais, ressalvado o entendimento pessoal deste Relator, no sentido de que a ausência de manifestação expressa do magistrado a quo não implica em indeferimento tácito do pedido de assistência judiciária formulado na inicial.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 35/TNU ("O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505143-09.2013.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: SILVIO DINIZ ARAÚJO
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS MEDEIROS OAB: PE-4347
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação de auxílio-alimentação.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) trazido(s) à colação, porquanto as bases fáticas são distintas, visto tratar da irredutibilidade de remuneração de servidor militar por força de alterações legislativas que previram equiparação ao valor do soldo de cabo engajado.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0518835-75.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARCOS JOSE DE LIMA SOBRAL
PROC./ADV.: ÍTALO EDUARDO BENTES NORMANDE OAB: PE-1652
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de reconhecimento de desvio de função.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Diferentemente do paradigma acostado desta Turma Nacional, neste caso não há tese jurídica a ser firmada. Naquela hipótese, a controvérsia dizia respeito à base de cálculo para a apuração das diferenças remuneratórias, tendo sido uniformizado que deve ser considerado "o tempo de serviço e progressões funcionais semelhantes a que faria jus o autor se enquadrado naquela função, e não com base na situação de profissional iniciante".

No presente caso, a irresignação cinge-se a caracterização do desvio, pretendendo análise de prova de forma contrária àquela feita pela Turma Recursal de origem, que assentou:

"Destaque, outrossim, que, em análise as atribuições legais de cada cargo, o de técnico e o de auxiliar de enfermagem, não se percebe um limite claro entre as atividades de cada um, de forma que, em muitas situações, elas parecem confundir-se, não se podendo afirmar como certeza que esta ou aquela atividade, presumidamente exercida pela parte autora, seria de um ou de outro cargo citado.

Na hipótese em exame, portanto, tem-se que a sentença analisou perfeitamente a lide, sendo desnecessárias novas considerações além das já lançadas no bojo do ato monocrático recorrido, razão pela qual a mantenho pelos seus próprios fundamentos, com lastro no que se contém no art. 46, da Lei nº 9.099/95, norma de acordo com os princípios que regem os juizados especiais federais."

Mesmo os demais paradigmas admitem apenas genericamente o reconhecimento do desvio de função, o que depende da análise casuística, que não foi favorável à parte requerente.

Dessa forma, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500231-60.2013.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): EZEQUIEL FRANCISCO DOS SANTOS
PROC./ADV.: NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de pensão por morte à parte autora, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, pela comprovação da condição de segurado especial do instituidor do benefício.

A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Além do mais, esta TNU, por meio da Súmula 75, pacificou o entendimento no sentido de que "A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em relação à qual não se aponta defeito formal que lhe comprometa a fidedignidade goza de presunção relativa de veracidade, formando prova suficiente de tempo de serviço para fins previdenciários, ainda que a anotação de vínculo de emprego não conste no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0518844-37.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA SOARES ALVES
PROC./ADV.: ÍTALO EDUARDO BENTES NORMANDE OAB: PE-1652
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de reconhecimento de desvio de função.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Diferentemente do paradigma acostado desta Turma Nacional, neste caso não há tese jurídica a ser firmada. Naquela hipótese, a controvérsia dizia respeito à base de cálculo para a apuração das diferenças remuneratórias, tendo sido uniformizado que deve ser considerado "o tempo de serviço e progressões funcionais semelhantes a que faria jus o autor se enquadrado naquela função, e não com base na situação de profissional iniciante".

No presente caso, a irresignação cinge-se à caracterização do desvio, pretendendo análise de prova de forma contrária àquela feita pela Turma Recursal de origem, que assentou:

"Destaque, outrossim, que, em análise as atribuições legais de cada cargo, o de técnico e o de auxiliar de enfermagem, não se percebe um limite claro entre as atividades de cada um, de forma que, em muitas situações, elas parecem confundir-se, não se podendo afirmar como certeza que esta ou aquela atividade, presumidamente exercida pela parte autora, seria de um ou de outro cargo citado.

Na hipótese em exame, portanto, tem-se que a sentença analisou perfeitamente a lide, sendo desnecessárias novas considerações além das já lançadas no bojo do ato monocrático recorrido, razão pela qual a mantenho pelos seus próprios fundamentos, com lastro no que se contém no art. 46, da Lei nº 9.099/95, norma de acordo com os princípios que regem os juizados especiais federais."

Mesmo os demais paradigmas admitem apenas genericamente o reconhecimento do desvio de função, o que depende da análise casuística, que não foi favorável à parte requerente.

Dessa forma, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509646-15.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): IVONE DA SILVA MARTINS
PROC./ADV.: ARNEDO CORREIA BARCELAR OAB: PE 09.896

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria por idade, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, pela comprovação dos requisitos legais necessários.

A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5018402-18.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): LAURA VOIGT
PROC./ADV.: PABLO JOSÉ SANCHES OAB: RS 58.808

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de inexigibilidade da cobrança de valores percebidos indevidamente pela parte autora.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu do aresto proferido no julgamento do REsp 1.350.804 que, ao contrário, decidiu pela possibilidade dos descontos, mesmo diante de boa-fé.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela

Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.

[...]

5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.

6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.

7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008145-73.2013.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): DELAIR CABRAL DE OLIVEIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: EDIVAN FORTUNA OAB: RS 67.738

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de inexigibilidade da cobrança de valores percebidos indevidamente pela parte autora.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu do aresto proferido no julgamento do REsp 1.350.804 que, ao contrário, decidiu pela possibilidade dos descontos, mesmo diante de boa-fé.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela

Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.

[...]

5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.

6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.

7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002006-30.2012.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): LIRA BERNADETE LIMBERGER
PROC./ADV.: JONAS J. SCHUSTER OAB: RS 62.026
PROC./ADV.: MARCELO LUIS SCHMIDT OAB: RS 61.951

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de inexigibilidade da cobrança de valores percebidos indevidamente pela parte autora.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu do aresto proferido no julgamento do REsp 1.350.804 que, ao contrário, decidiu pela possibilidade dos descontos, mesmo diante de boa-fé.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela

Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.

[...]

5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.

6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.

7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004006-78.2013.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JOSÉ RODRIGUES FERREIRA
PROC./ADV.: RICARDO AUGUSTO CASALI OAB: RS 45.681

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de inexigibilidade da cobrança de valores percebidos indevidamente pela parte autora.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu do aresto proferido no julgamento do REsp 1.350.804 que, ao contrário, decidiu pela possibilidade dos descontos, mesmo diante de boa-fé.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela

Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.

[...]

5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.

6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.

7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502585-92.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA LUCIA RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO OAB: CE-9711
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe frisar que as instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que não restou comprovado nos autos o requisito da qualidade de segurada especial da parte autora, necessário à concessão do benefício pleiteado.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente, nos seguintes termos:

PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do Pedilef da parte autora da demanda.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005504-12.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): PAULO JONI CARDOSO JAEGER
PROC./ADV.: DANIELA MARIOSI BOHRER OAB: RS 49.362

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de inexigibilidade da cobrança de valores percebidos indevidamente pela parte autora.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu do aresto proferido no julgamento do REsp 1.350.804 que, ao contrário, decidiu pela possibilidade dos descontos, mesmo diante de boa-fé.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela

Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.

[...]

5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.

6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.

7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004309-78.2011.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIANA BRASIL DUTRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de inexigibilidade da cobrança de valores percebidos indevidamente pela parte autora.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu do aresto proferido no julgamento do REsp 1.350.804 que, ao contrário, decidiu pela possibilidade dos descontos, mesmo diante de boa-fé.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela

Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.

[...]

5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.

6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.

7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5002240-06.2012.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA LOURDES CAVALLI DE PIZZOL
PROC./ADV.: TICIANE BIOLCHI OAB: RS 60.912

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de inexigibilidade da cobrança de valores percebidos indevidamente pela parte autora.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu do aresto proferido no julgamento do REsp 1.350.804 que, ao contrário, decidiu pela possibilidade dos descontos, mesmo diante de boa-fé.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela

Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.

[...]

5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.

6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.

7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503533-43.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: REGINA DA SILVA FERREIRA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe frisar que as instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que não restou comprovado nos autos o requisito da qualidade de segurada especial da parte autora, necessário à concessão do benefício pleiteado.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente, nos seguintes termos:

PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do Pedilef da parte autora da demanda.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504299-36.2011.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA ALVES VIEIRA
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE 4.224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da condição de segurado especial do de cujus.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500804-10.2013.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: NÁGILA DA SILVA TIMBAÚBA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe frisar que as instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que não restou comprovado nos autos o requisito da qualidade de segurada especial da parte autora, necessário à concessão do benefício pleiteado.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente, nos seguintes termos:

PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do Pedilef da parte autora da demanda.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503105-73.2012.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA CLAUDILENE ALMEIDA NASCIMENTO
PROC./ADV.: CÉLIA BRITO OAB: CE-10560
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da sua condição de segurado especial.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000566-75.2010.4.02.5053
ORIGEM: ES - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOALDO FARIAS SOUZA
PROC./ADV.: PATRÍCIA MARIA MANTHAYA OAB: ES-12930

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Espírito Santo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Inicialmente, cabe destacar que a Turma Nacional de Uniformização, por meio da Súmula 47, firmou o entendimento no sentido de que "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez".
No caso dos autos, a sentença, confirmada pelo acórdão e com base em nas condições pessoais do segurado, reconheceu o direito da parte autora ao benefício.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503219-88.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA SIMONE PENHA SANTANA
PROC./ADV: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões. Nesse sentido, incide à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500802-65.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: AMANDA ROCHA DA SILVA
PROC./ADV: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões. Nesse sentido, incide à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500478-12.2011.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ELIZONETE DA SILVA
PROC./ADV: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões. Nesse sentido, incide à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500807-87.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA IZAILA DUARTE MENDES
PROC./ADV: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões. Nesse sentido, incide à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506444-19.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA LARISSE MUNIZ
PROC./ADV: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
PROC./ADV: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões. Nesse sentido, incide à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500861-87.2011.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ADY ALVES RAMOS
PROC./ADV.: DAVI LUCAS DONATO CUNHA OAB: PE-853-
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora recorrente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, posto que a sua incapacidade é preexistente à filiação/nova filiação ao Regime Geral de Previdência Social.
Dessa forma, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5028506-74.2014.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NELCI TEREZINHA ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: AMILTON PAULO BONALDO OAB: RS-29 580
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação de cumprimento dos requisitos necessários para tanto.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013511-51.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUCIO KUMMEL MEDINA
PROC./ADV.: MARILINDA DA CONCEIÇÃO MARQUES FERNANDES OAB:RS-16762
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão, o qual ora recebo como agravo, interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação de cumprimento dos requisitos necessários para tanto.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001224-50.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NAIR DE FÁTIMA DA ROSA LOPES
PROC./ADV.: ÁTILA MOURA ABELLA OAB: RS-66173

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, pela comprovação de cumprimento dos requisitos necessários para tanto.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5031011-33.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GLECI DE FATIA DA SILVA DIERSMANN
PROC./ADV.: TATIANA DE SOUZA OLIVEIRA OAB: RS-56438
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação de cumprimento dos requisitos necessários para tanto.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002651-79.2012.4.04.7103
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IOLANDA FLORES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MANOEL DA ROSA FREITAS NETO OAB: RS-42346
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação de cumprimento dos requisitos necessários para tanto.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010509-49.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOICE BEATRIZ KOCH
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA OAB: RS 33.075
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação de cumprimento dos requisitos necessários para tanto.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5012059-79.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CATARINA FÁTIMA KUNTZ
PROC./ADV.: AMILTON PAULO BONALDO OAB: RS-29 580
REQUERENTE: IVO KUNTZ
PROC./ADV.: AMILTON PAULO BONALDOOAB: RS-29 580
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação de cumprimento dos requisitos necessários para tanto.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516631-18.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO EVILASIO FARIAS BRITO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE 7.576
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, pronunciou a decadência.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

O atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, seguindo a mesma orientação do STF (RE 626489) quanto à matéria, é no sentido de que o prazo de dez anos para decadência do direito à revisão de benefícios previdenciários, criado pela Medida Provisória 1.523-9/97, que entrou em vigor em 28 de junho de 1997, também se aplica aos benefícios concedidos antes dessa data:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESPS 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC [...]"

(REsp 1326114/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 28/11/2012, DJe 13/05/2013)

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502197-58.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: BERNADETE NASCIMENTO MARTINS
PROC./ADV.:JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões. Nesse sentido, incide à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502549-28.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA CINEIDA GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4 224
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de salário maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505620-57.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GERUSA ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: ANA CAROLINA S. DUARTE OAB: RN-9246
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, excluiu a beneficiária e pensionista junto à Marinha do Brasil.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Inicialmente, observa-se que, no propósito de demonstrar a divergência que autoriza o conhecimento do presente recurso, os arestos do Tribunal Regional Federal da 5ª e do STF mostra(m)-se inservível(is).

A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

Além disso, verifica-se que a pretensão de reconhecimento da incompetência absoluta do Juizado Especial Federal importaria na análise de matéria processual, discussão incabível tendo em vista o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"). Neste sentido, PEDILEF 05125258120074058100:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. PEDIDO DE DIFERENÇAS SALARIAS DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DO GRAU DE INSALUBRIDADE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. ALEGAÇÃO DE ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. QUESTÃO PROCESSUAL. [...]"

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501315-90.2013.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUIS CARLOS MOTA DE ARAUJO
PROC./ADV.: ADRIANO BEZERRA CAMINHA DE OLIVEIRA OAB: CE-15 494
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, determinou a inaplicabilidade da Lei nº 5.645/70, do Decreto nº 84.669/80 e da Lei nº 11.357/2006 para fins de progressão/promoção da carreira de agente penitenciário federal.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a parte não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. O único aresto reproduzido, do Superior Tribunal de Justiça, trata de servidores públicos federais do Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento que pretendem o reconhecimento de estabilidade.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Além disso, no REsp 1400370/PR não foi proferida qualquer decisão que autorize o cotejo analítico com o acórdão vergastado, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0521923-76.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MAURICIO TEIXEIRA DANTAS
PROC./ADV.: ANTÔNIO JOSÉ GONÇALVES AIRES OAB: CE-22406
PROC./ADV.: DOMINGOS EDUARDO BEZERRA LINS OAB: CE-23155
REQUERIDO(A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão dos vencimentos da parte autora.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a parte não se desincumbiu do ônus de demonstrar a divergência. As razões de recorrer, no sentido do que dispõe os acórdãos paradigmas, se limitam a demonstrar o afastamento da prescrição de fundo do direito, ao passo que o acórdão vergastado fundamenta-se em motivo diverso para afastar a revisão:

"Com efeito, o reajuste de abril de 1988 foi incorporado/reposto em agosto do mesmo ano, por força do Decreto-Lei 2.453/88 e, por sua vez, o reajuste de maio de 1988 foi incorporado/reposto em novembro daquele ano, em virtude da Medida Provisória 20/88, posteriormente convertida na Lei nº 7.686/88."

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506637-49.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOÃO BARRETO FILHO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o rejuste requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.

No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.

Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, o indeferimento do recurso da parte autora pela ausência de preparo, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência. Destarte, incide a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Além disso, é impossível a análise da tese meritória, tendo em vista que não foi apreciada pelas instâncias de origem e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.

Assim, incide o óbice da Questão de Ordem 35 desta TNU ("O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5002023-87.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCIA ELOISA DE CAMARGO DA SILVA DE
PROC./ADV.: SADI GUARESCHI OAB: RS-28.633

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, declarou a irrepetibilidade de valores percebidos pela requerida, sob o fundamento de que houve erro da Administração, sendo a verba alimentar recebida de boa fé.

Sustenta o requerente que, na hipótese de ter ocorrido pagamento a maior de benefício decorrente de erro da administração pública, é possível efetuar descontos nos proventos recebidos pela autora, independentemente da boa fé.

Aduz, ainda, que a jurisprudência do STJ é no sentido de que há possibilidade de descontos de parcelas recebidas indevidamente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O STJ, no julgamento do REsp 1.244.182/PB, de relatoria do Min. Benedito Gonçalves, firmou o seguinte entendimento acerca do tema:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ART.46, CAPUT, DA LEI N. 8.112/90 VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE POR INTERPRETAÇÃO ERRÔNEA DE LEI. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO. BOA-FÉ DO ADMINISTRADO. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC.

1. A discussão dos autos visa definir a possibilidade de devolução ao erário dos valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, quando pagos indevidamente pela Administração Pública, em função de interpretação equivocada de lei.

2. O art. 46, caput, da Lei n. 8.112/90 deve ser interpretado com alguns temperamentos, mormente em decorrência de princípios gerais do direito, como a boa-fé.

3. Com base nisso, quando a Administração Pública interpreta erroneamente uma lei, resultando em pagamento indevido ao servidor, cria-se uma falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos, impedindo, assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa-fé do servidor público.

4. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

5. Recurso especial não provido."

(REsp 1.244.182/PB, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 19/10/2012)

Portanto, consoante o julgado acima, entende-se pela impossibilidade de devolução dos valores decorrentes de erro exclusivo da administração, mormente quando há reconhecimento da ausência de má-fé do beneficiário, como no caso vertente.

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5015610-57.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADRIANO TABORDA CHISTINO
PROC./ADV.: SANDRA REGINA BERTOLOTTI OAB: RS-40 285

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, declarou a irrepetibilidade de valores percebidos pela requerida, sob o fundamento de que houve erro da Administração, sendo a verba alimentar recebida de boa fé.

Sustenta o requerente que, na hipótese de ter ocorrido pagamento a maior de benefício decorrente de erro da administração pública, é possível efetuar descontos nos proventos recebidos pela autora, independentemente da boa fé.

Aduz, ainda, que a jurisprudência do STJ é no sentido de que há possibilidade de descontos de parcelas recebidas indevidamente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O STJ, no julgamento do REsp 1.244.182/PB, de relatoria do Min. Benedito Gonçalves, firmou o seguinte entendimento acerca do tema:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ART.46, CAPUT, DA LEI N. 8.112/90 VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE POR INTERPRETAÇÃO ERRÔNEA DE LEI. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO. BOA-FÉ DO ADMINISTRADO. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC.

1. A discussão dos autos visa definir a possibilidade de devolução ao erário dos valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, quando pagos indevidamente pela Administração Pública, em função de interpretação equivocada de lei.

2. O art. 46, caput, da Lei n. 8.112/90 deve ser interpretado com alguns temperamentos, mormente em decorrência de princípios gerais do direito, como a boa-fé.

3. Com base nisso, quando a Administração Pública interpreta erroneamente uma lei, resultando em pagamento indevido ao servidor, cria-se uma falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos, impedindo, assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa-fé do servidor público.

4. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

5. Recurso especial não provido."

(REsp 1.244.182/PB, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 19/10/2012)

Portanto, consoante o julgado acima, entende-se pela impossibilidade de devolução dos valores decorrentes de erro exclusivo da administração, mormente quando há reconhecimento da ausência de má-fé do beneficiário, como no caso vertente.

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502808-62.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: ANA MARIA GOMES DE ANDRADE
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, mantendo a sentença, rejeitou o rejuste requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Inicialmente, observa-se que os arestos do STF mostra(m)-se inservível(is) a demonstrar divergência. A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

Além disso, não é possível reconhecer a divergência no que tange à prescrição de fundo do direito, posto que o acórdão vergastado coaduna-se com os paradigmas ao afastar a citada prejudicial de mérito. Diversamente, fundamenta-se na incorporação dos índices pleiteados às revisões e aos novos planos de cargos e salários posteriores.

Por fim, não se ignora a colação do acórdão do STJ no AgRg nos EDcl no REsp 1135866/RN que, no entanto, trata de conversão errônea de vencimentos em URV, ao passo que o presente caso se refere ao reajuste da URP abril/maio de 1988, não se podendo assumir que possuem a mesma natureza jurídica.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503272-44.2013.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZ FERNANDES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o rejuste requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Inicialmente, observa-se que os arestos do STF e TRF5 mostra(m)-se inservível(is) a demonstrar divergência. A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

Além disso, não é possível reconhecer a divergência no que tange à prescrição de fundo do direito, posto que o acórdão vergastado coaduna-se com os paradigmas ao afastar a citada prejudicial de mérito. Diversamente, fundamenta-se na incorporação dos índices pleiteados às revisões e aos novos planos de cargos e salários posteriores.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502815-54.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: JOSÉ EVERALDO DE ASSIS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, mantendo a sentença, rejeitou o rejuste requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Inicialmente, observa-se que os arestos do STF mostra(m)-se inservível(is) a demonstrar divergência. A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

Além disso, não é possível reconhecer a divergência no que tange à prescrição de fundo do direito, posto que o acórdão vergastado coaduna-se com os paradigmas ao afastar a citada prejudicial de mérito. Diversamente, fundamenta-se na incorporação dos índices pleiteados às revisões e aos novos planos de cargos e salários posteriores.

Por fim, não se ignora a colação do acórdão do STJ no AgRg nos EDcl no REsp 1135866/RN que, no entanto, trata de conversão errônea de vencimentos em URV, ao passo que o presente caso se refere ao reajuste da URP abril/maio de 1988, não se podendo assumir que possuem a mesma natureza jurídica.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502811-17.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: ERIOSVALDO PEREIRA GAMA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação de auxílio-alimentação, com fundamento na isonomia.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) trazido(s) à colação, que fixou o entendimento que "O pagamento de verbas a título de auxílio-alimentação e auxílio-transporte correspondem ao pagamento de verbas indenizatórias, portanto, não incide na espécie imposto de renda.", porquanto as bases fáticas são distintas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502814-69.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: IVANDETE DA SILVA DE LIMA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação de auxílio-alimentação, com fundamento na isonomia.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) trazido(s) à colação, que fixou o entendimento que "O pagamento de verbas a título de auxílio-alimentação e auxílio-transporte correspondem ao pagamento de verbas indenizatórias, portanto, não incide na espécie imposto de renda.", porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500870-26.2014.4.05.8502
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: ALOISIO SOUSA
PROC./ADV.: JOSÉ NICODEMOS DE A. JÚNIOR OAB: RN-6792
REQUERIDO(A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de reajuste requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a parte não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Arestos do Tribunal Regional Federal da 1ª e súmula do STF mostra(m)-se inservível(is).

A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504557-20.2009.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA
REQUERIDO (A): ELISÂNGELA OLIVEIRA DA SILVA
REQUERIDO (A): ELIANE DE OLIVEIRA FREITAS
REQUERIDO (A): MARIA LUCIENE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DAVID SARMENTO CÂMARA OAB: PB 11.227

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, pela comprovação da condição de segurado especial do instituidor da pensão.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500008-25.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA SANDRA GOMES DE HOLANDA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB 4.007
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela ausência de comprovação da condição de segurado especial do instituidor da pensão.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008255-24.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): GERALDINA ANETE SCHIMOIA CARLOSSO
PROC./ADV.: ADRIANO FALLEIRO OAB: RS 50.933

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sule que, ao revogar a tutela antecipada concedida, isentou a parte requerida da devolução dos valores pagos anteriormente, sob o fundamento de que se trata de verba alimentar recebida de boa fé.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, é flagrante a divergência suscitada.

Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, ao editar a Súmula 51, firmou entendimento nos seguintes termos:

"Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."

No entanto, o Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo da controvérsia, já firmou entendimento no sentido de que é devida a devolução dos valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Vejamos:

"PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR RECEBIDA DE BOA-FÉ PELA PARTE SEGURADA. REPETIBILIDADE. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO.

1. A Corte a quo não analisou a controvérsia à luz dos arts. 467 a 468 do Código de Processo Civil. Desse modo, ausente o prequestionamento. Incidência do enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

2. A Primeira Seção, por maioria, ao julgar o REsp 1.384.418/SC, uniformizou o entendimento no sentido de que é dever do titular de direito patrimonial devolver valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento reafirmado sob o regime do art. 543-c do CPC, no julgamento do REsp 1.401.560/MT (acórdão pendente de publicação).

Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1416294/RS, Rel. , SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 24/03/2014).

Tendo em vista o evidente conflito entre súmula a Súmula 51 desta TNU e o entendimento pacificado do STJ em recurso repetitivo, necessária se faz a distribuição do feito a um dos juízes da TNU, para que o colegiado reexamine a matéria.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de agosto de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003869-96.2013.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): REMI LAMB
PROC./ADV.: NATÁLIA VANNI OAB: RS 77.116

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5000047-23.2013.4.04.7100, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RMI. ART. 29, II, DA LEI Nº 8.213/91. INÍCIO DA PRESCRIÇÃO NA DATA DA EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS, EM 15.04.2010. PRECEDENTES DESTA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.

3 (...) Esta Turma Nacional consolidou o entendimento segundo o qual o dies a quo da prescrição do direito à revisão da Renda Mensal Inicial (RMI) dos benefícios previdenciários, na forma do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, é a publicação do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010. Até cinco anos após a publicação desse instrumento normativo, é possível requerer a revisão da RMI, administrativa ou judicialmente, retroagindo os efeitos financeiros daí resultantes à data da concessão do benefício. (Confira-se: PEDILEF 5001752-48.2012.4.04.721. Rel. JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, julgado em 13.03.2014).

4. Segundo a Juíza Federal Kyu Soon Lee, "... uniformizou-se a tese de que tal ato administrativo, o qual reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, e não pela metade, como pretende o recorrente. Por conseguinte, para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, como é o caso dos autos, firmou-se entendimento de que não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando". 5. Indo-se aos presentes autos, tem-se que a ação foi ajuizada em 02.01.2013. O Acórdão recorrido, portanto, está em sintonia com a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização. 6. Pedido de Uniformização de jurisprudência conhecido e improvido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002545-11.2012.4.04.7106
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): FILOMENA ALFONSO GONÇALVES
PROC./ADV.: MARIA ODETE SCHILLREF OAB: RS 60.696

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de inexigibilidade da cobrança de valores percebidos indevidamente pela parte autora.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé, em razão de erro cometido pela Administração, divergiu do aresto proferido no julgamento do REsp 1.350.804 que, ao contrário, decidiu pela possibilidade dos descontos, mesmo diante de boa-fé.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela

Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.

[...]

5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.

6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.

7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508017-55.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DO CARMO GALVÃO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de aposentadoria por idade, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe destacar que a Turma Nacional de Uniformização, por meio da Súmula 24, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

O tempo de serviço do segurado trabalhador rural anterior ao advento da Lei n.º 8.213/91, sem recolhimento de contribuições previdenciárias, pode ser considerado para a concessão de benefício previdenciário do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), exceto para efeito de carência, conforme a regra do art. 55, § 2.º, da Lei n.º 8.213/91.

Com efeito, nos termos da decisão proferida no PEDILEF 201071520022449, esta Corte uniformizadora ratificou o citado entendimento sumulado:

"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. APOSENTADORIA POR IDADE URBANA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA MANTIDA PELA 1.ª TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTROVÉRSIA QUANTO AO CUMPRIMENTO DA CARÊNCIA. SÚMULA N.º 24 DA TNU. ENTENDIMENTO PACIFICADO DA TNU. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE. - Comprovada a similitude fático-jurídica e a divergência jurisprudencial entre o acórdão recorrido e a Súmula n.º 24 desta TNU, tem cabimento o Incidente de Uniformização. - A aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida por Lei, ao segurado que completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se do sexo feminino, ou 30 (trinta) anos, se do sexo masculino. E o tempo de serviço do segurado trabalhador rural anterior ao advento da Lei n.º 8.213/91, sem o recolhimento de contribuições previdenciárias, pode ser considerado para a concessão de benefício previdenciário do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), exceto para efeito de carência, conforme a regra do art. 55, § 2.º, da Lei n.º 8.213/91. - Hipótese na qual o recorrente alega que o acórdão da Turma Recursal de origem, confirmando sentença de parcial procedência, divergiria do entendimento consolidado na Súmula n.º 24 desta Turma, no sentido de que o período de labor rural prestado na condição de segurado especial anterior a 1991, só seria contabilizado para fins de cômputo de tempo de serviço, mas não com a finalidade de preencher a carência mínima exigida em lei. - Caso em que a sentença deferiu parcialmente o pedido sob o fundamento de que "deve o INSS reconhecer e averbar, para todos os fins, inclusive carência, o período de 01/01/1966 a 07/04/1967, desempenhado em atividade rural em regime de economia familiar", ou seja, foi considerado para fins de carência interregno no qual a autora desempenhou labor rurícola, apesar de não ter havido recolhimento das contribuições relativas ao tempo de serviço rural, o que destoa não só do entendimento desta TNU, como também da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Apesar de a sentença ter verificado que a autora contava apenas 13 anos, 7 meses e 15 dias de tempo de serviço para fins de carência, o que inviabilizou a aposentadoria por idade urbana, foi computado período rural anterior à vigência da Lei n.º 8.213/91, sem o necessário recolhimento das contribuições previdenciárias, o que diverge da Súmula n.º 24 ("O tempo de serviço do segurado trabalhador rural anterior ao advento da Lei n.º 8.213/91, sem recolhimento de contribuições previdenciárias, pode ser considerado para a concessão de benefício previdenciário do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), exceto para efeito de carência, conforme a regra do art. 55, § 2.º, da Lei n.º 8.213/91"). - Na concessão do benefício de aposentadoria por idade de segurado urbano, portanto, não deve ser considerado o tempo de serviço exercido como trabalhador rural (sem recolhimento de contribuições) para efeito de carência, antes do advento da Lei n.º 8.213/91. Para a jurisprudência da TNU, "Não vedou o legislador pátrio a contagem de tempo de serviço rural para efeito de aposentadoria urbana no mesmo regime previdenciário, mas ressalvou a necessidade de cumprimento, para essa finalidade, da carência a que se refere o art. 52 da Lei n.º 8.213/91" (PEDILEF n.º 200472950000462, Rel. Juíza Federal Mônica Jacqueline Sifuentes, DJ 5 ago. 2005). - Pedido de uniformização conhecido e provido, para, reformando o acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido autoral. - O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre a mesma questão sejam automaticamente devolvidos às respectivas Turmas de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido (TNU - Regimento Interno, art. 7.º, inciso VII, letra "a")."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502750-54.2012.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA CLEVIANE LIMA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO AURÉLIO DE AZEVÊDO NETO OAB: CE-13 583
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício de salário-maternidade, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe frisar que as instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que não restou comprovado nos autos o requisito da qualidade de segurada especial da parte autora, necessário à concessão do benefício pleiteado.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente, nos seguintes termos:

PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do Pedilef da parte autora da demanda.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0504078-98.2012.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ELLIS MARLISETE SILVA CANDIDO
PROC./ADV.: SEBASTIANA FERREIRA NOBRE OAB: RN-9932
REQUERENTE: JOÃO MACENA DE LIMA NETO
PROC./ADV.: SEBASTIANA FERREIRA NOBRE OAB: RN-9932
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão do benefício de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou comprovada a qualidade de segurado especial do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias sobre a matéria não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0011665-51.2010.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: AIRTON MODESTO ALVES
PROC./ADV: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

A Turma de origem mantendo a sentença julgou improcedente o pedido inicial de averbação de tempo de serviço especial em comum por não terem sido preenchidos os requisitos exigidos pela norma vigente.

A decisão de origem expõe em suas razões que:"Em juízo aprofundado, examinando cuidadosamente os autos virtuais, encontrei elementos suficientes para manter integralmente a sentença recorrida. O magistrado a quo avaliou bem as afirmações, documento(s) e laudo(s) contidos nos autos, fazendo correto juízo de valor sobre o conjunto fático-probatório. Irreparável aplicação, portanto, do princípio da livre convicção motivada ou persuasão racional (art.93, IX, da Constituição Federal, e, entre outros, artigo 131 do Código de Processo Civil). "

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da Turma Recursal de outras regiões, da Turma Nacional de Uniformização e do STJ, uma vez que não foram produzidas todas as provas necessárias à completa instrução do feito, causando um cerceamento de defesa em desfavor da parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente cumpre verificar que restou ausente na demonstração dos pressupostos de admissibilidade a presença da similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas colacionados ao incidente de uniformização. Assim, faz incidir à espécie a Questão de Ordem nº 22 "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ainda que assim não fosse, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento da PET 9.059, dirimiu a questão jurídica objeto do presente recurso no sentido de que, na vigência do Decreto 2.172/97, "o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003". Eis a ementa do referido julgado:

PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ÍNDICE MÍNIMO DE RUÍDO A SER CONSIDERADO PARA FINS DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. APLICAÇÃO RETROATIVA DO ÍNDICE SUPERIOR A 85 DECIBÉIS PREVISTO NO DECRETO N. 4.882/2003. IMPOSSIBILIDADE. TEMPUS REGIT ACTUM. INCIDÊNCIA DO ÍNDICE SUPERIOR A 90 DECIBÉIS NA VIGÊNCIA DO DECRETO N. 2.172/97. ENTENDIMENTO DA TNU EM DESCOMPASSO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que fez incidir ao caso o novo texto do enunciado n. 32/TNU: O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído.

2. A contagem do tempo de trabalho de forma mais favorável àquele que esteve submetido a condições prejudiciais à saúde deve obedecer a lei vigente na época em que o trabalhador esteve exposto ao agente nocivo, no caso ruído. Assim, na vigência do Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997, o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003. Precedentes: AgRg nos EREsp 1157707/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 29/05/2013; AgRg no REsp 1326237/SC, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 13/05/2013; REsp 1365898/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/04/2013; AgRg no REsp 1263023/SC, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 24/05/2012; e AgRg no REsp 1146243/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 12/03/2012.

3. Incidente de uniformização provido.

No mesmo sentido, já está pacificado nesta TNU o entendimento no qual para se ter reconhecida a especialidade da atividade laboral dos empregados expostos aos agentes de ruído é necessário que ele tenha uma exposição habitual e permanente, conforme PEDILEF nº 200771950041827/ RS:

"ATIVIDADE ESPECIAL. TEMPO ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM APÓS 28/05/1998. EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE. PROVA DA EXPOSIÇÃO AOS AGENTES NOCIVOS NA LEGISLAÇÃO. LAUDO EXTEMPORÂNEO. RUÍDO. REVISÃO DA SÚMULA 32 DA TNU. EPI. SÚMULA 09 DA TNU."

Ante o exposto, aplicam-se os óbices constantes na Questão de Ordem nº 13:"Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.(Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005)."E na Questão de Ordem nº 24: "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia. (Aprovada na 5ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, dos dias 13 e 14.09.2010)."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502162-75.2011.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO SANTANA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO EDNALDO ALTINO DE MELO OAB: CE-20795

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de pensão por morte, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU no sentido de que o direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial se sujeita ao prazo decadencial de dez anos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe destacar que se trata de ato de concessão inicial de benefício previdenciário e não de revisão de benefício anteriormente concedido.

A respeito do tema, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE, decidido em sede de repercussão geral, firmou entendimento no seguinte sentido:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.

1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário.

2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário.

3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição.

4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência.

Dessa forma, incide, por analogia, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ademais, verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5058679-76.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JORGE LUIS DA SILVA BARBOSA
PROC./ADV.: RICARDO FLORES
OAB: RS-45194
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação de atividade laborada em condições especiais, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não preencheu os requisitos básicos para a concessão da averbação pleiteada.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006427-38.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): GILSON CLEIDIONEI DALMOLIN
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC 23.056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, acolheu pedido inicial da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5000047-23.2013.4.04.7100, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RMI. ART. 29, II, DA LEI Nº 8.213/91. INÍCIO DA PRESCRIÇÃO NA DATA DA EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS, EM 15.04.2010. PRECEDENTES DESTA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.

3 (...) Esta Turma Nacional consolidou o entendimento segundo o qual o dies a quo da prescrição do direito à revisão da Renda Mensal Inicial (RMI) dos benefícios previdenciários, na forma do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, é a publicação do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010. Até cinco anos após a publicação desse instrumento normativo, é possível requerer a revisão da RMI, administrativa ou judicialmente, retroagindo os efeitos financeiros daí resultantes à data da concessão do benefício. (Confira-se: PEDILEF 5001752-48.2012.4.04.721. Rel. JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, julgado em 13.03.2014).

4. Segundo a Juíza Federal Kyu Soon Lee, "... uniformizou-se a tese de que tal ato administrativo, o qual reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, e não pela metade, como pretende o recorrente. Por conseguinte, para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, como é o caso dos autos, firmou-se entendimento de que não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando". 5. Indo-se aos presentes autos, tem-se que a ação foi ajuizada em 02.01.2013. O Acórdão recorrido, portanto, está em sintonia com a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização. 6. Pedido de Uniformização de jurisprudência conhecido e improvido.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0008687-89.2010.4.02.5151
ORIGEM: TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CONCEIÇÃO APARECIDA FERREIRA DE CARVALHO
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE BARROS E CASTRO OAB: RJ-145022
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de pensão por morte, sob o fundamento de que houve a prescrição de fundo do direito.

A decisão recorrida julgou improcedente o pedido, sob o fundamento de que houve a prescrição de fundo do direito, nos seguintes termos: "o acórdão proferido pela Turma Recursal desta Seção Judiciária, manteve a sentença de improcedência por fundamentos diversos, aplicando a prescrição do fundo de direito de acordo com a Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista que a parte autora entrou com o requerimento administrativo de pensão por morte em 2003, o qual foi indeferido no mesmo ano, ajuizando a presente ação judicial pleiteando o benefício apenas em 2010". Por outro lado, sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e desta TNU.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

O Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE, decidido em sede de repercussão geral, firmou o seguinte entendimento:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.

1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário.

2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário.

3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição.

4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência.

No mesmo sentido, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0506802-35.2008.4.05.8201, pacificou o entendimento no sentido de que: "Aos benefícios previdenciários não é aplicável o prazo previsto no decreto-lei 20.910/32, posto que o prazo para o ajuizamento da ação é decenal, nos termos da nova redação dada ao art. 103 da Lei 8.213/91, sendo certo que a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação":

Dessa forma, conclui-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que não corre a prescrição quinquenal para o ajuizamento das ações previdenciárias, mas tão somente o prazo decenal de decadência, nos termos do art. 103 da Lei 8.213/91.

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado nesta Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que seja aplicado o entendimento pacificado no âmbito desta TNU, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010718-30.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: IVO LIERMANN
PROC./ADV.: MARIA SALETE HONORATO OAB: SC-11270
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando o fundamento da sentença de improcedência, pronunciou a decadência.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

O atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, seguindo a mesma orientação do STF (RE 626489) quanto à matéria, é no sentido de que o prazo de dez anos para decadência do direito à revisão de benefícios previdenciários, criado pela Medida Provisória 1.523-9/97, que entrou em vigor em 28 de junho de 1997, também se aplica aos benefícios concedidos antes dessa data:

"PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESPS 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC [...]"

(REsp 1326114/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 28/11/2012, DJe 13/05/2013)

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008918-52.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ OLEGÁRIO RICHARTZ
PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5010955-18.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA MARLI DONINI
PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5014663-25.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: HELIO ROBERTO WAGNER
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHUTZ OAB: SC 15.426
PROC./ADV.: RODRIGO FIGUEIREDO OAB: SC-24692
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, pronunciou a decadência.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 200871610029645, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. REVISÃO DE ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DIREITO INTERTEMPORAL. CONFLITO DE LEIS NO TEMPO. SUCESSÃO DE NORMAS REDUZINDO E AUMENTANDO O PRAZO. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS 28/6/1997. 1.A partir de 28/06/1997, começou a correr o prazo decadencial de dez anos para a revisão dos benefícios previdenciários. O prazo decadencial foi reduzido para cinco anos a partir de 21/11/1998 e tornou a ser aumentado para dez anos a partir de 20/11/2003. Quando sobreveio norma jurídica reduzindo para cinco anos o prazo decadencial em curso, prevaleceu a solução clássica de direito intertemporal concernente à retroatividade das leis sobre prazos prescricionais: se, para terminar o prazo antigo, falta tempo igual ou maior que o estabelecido pela lei nova, aplica-se esta, contando-se da data da sua vigência o novo prazo. Quando a lei tornou a aumentar o prazo de decadência para dez anos, a nova lei aplicou-se imediatamente, mas computando-se o lapso temporal já decorrido na vigência da norma revogada. 2.Para os benefícios concedidos até 27/06/1997, aplica-se o prazo de decadência de dez anos, contado a partir de 27/6/1997; para os benefícios concedidos a partir de 28/06/1997, ao final, sempre se aplica o prazo de decadência de dez anos, contado a partir do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação. 3.Incidente parcialmente provido. 4.O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ademais, verifica-se que os paradigmas juntados pela requerente abordam a questão da substituição de benefícios previdenciários, matéria esta que não foi enfrentada no aresto impugnado. Razão pela qual aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010899-31.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: PEDRO PAULO KUHN
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHUTZ OAB: SC 15.426
PROC./ADV.: RODRIGO FIGUEIREDO OAB: SC-24692
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, pronunciou a decadência.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 200871610029645, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. REVISÃO DE ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DIREITO INTERTEMPORAL. CONFLITO DE LEIS NO TEMPO. SUCESSÃO DE NORMAS REDUZINDO E AUMENTANDO O PRAZO. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS 28/6/1997. 1.A partir de 28/06/1997, começou a correr o prazo decadencial de dez anos para a revisão dos benefícios previdenciários. O prazo decadencial foi reduzido para cinco anos a partir de 21/11/1998 e tornou a ser aumentado para dez anos a partir de 20/11/2003. Quando sobreveio norma jurídica reduzindo para cinco anos o prazo decadencial em curso, prevaleceu a solução clássica de direito intertemporal concernente à retroatividade das leis sobre prazos prescricionais: se, para terminar o prazo antigo, falta tempo igual ou maior que o estabelecido pela lei nova, aplica-se esta, contando-se da data da sua vigência o novo prazo. Quando a lei tornou a aumentar o prazo de decadência para dez anos, a nova lei aplicou-se imediatamente, mas computando-se o lapso temporal já decorrido na vigência da norma revogada. 2.Para os benefícios concedidos até 27/06/1997, aplica-se o prazo de decadência de dez anos, contado a partir de 27/6/1997; para os benefícios concedidos a partir de 28/06/1997, ao final, sempre se aplica o prazo de decadência de dez anos, contado a partir do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação. 3.Incidente parcialmente provido. 4.O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ademais, verifica-se que os paradigmas juntados pela requerente abordam a questão da substituição de benefícios previdenciários, matéria esta que não foi enfrentada no aresto impugnado. Razão pela qual aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011744-66.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): PAULO SERGIO ESPINDOLA DOS SANTOS
PROC./ADV: GABRIEL YARED FORTE OAB: SC-34644

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011744-66.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): PAULO SERGIO ESPINDOLA DOS SANTOS
PROC./ADV: GABRIEL YARED FORTE OAB: SC-34644

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008158-21.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MILTON CESAR SPINOSA
PROC./ADV: GABRIEL YARED FORTE OAB: SC-34644

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008479-56.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): SALETE MARIA MAYER PELOSO
PROC./ADV: GABRIEL YARED FORTE OAB: SC-34644

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) O Decreto 6.939 de 18.08.2009 interrompeu a prescrição com vistas à correta aplicação do disposto no artigo 29, inciso II, da Lei n.º 8.213/199;

b) a prescrição somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu,ou seja, a partir de 18.08.2009, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011574-79.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SONIA APARECIDA SOARES
PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27 747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010913-66.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NATAN DOS SANTOS
PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27 747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004611-70.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO ARCENIO RAMOS
PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27 747
PROC./ADV.: MARCELO FERREIRA DA SILVA OAB: SC- 17 715

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010370-97.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JAIR MOSER
PROC./ADV: JOÃO CARLOS STAACK OAB: SC-31 779

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000785-81.2013.4.04.7206
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PEDRO ZELIO MACHADO DOS REIS
PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27 747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001438-62.2013.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IRENE BORBA DE AMORIM
PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27 747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000262-72.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): VERA KRETZ
PROC./ADV: JOÃO CARLOS STAACK OAB: SC-31 779

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5014611-29.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NORIVAL SILVA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHUTZ OAB: SC 15.426
PROC./ADV.: RODRIGO FIGUEIREDO OAB: SC-24692
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, pronunciou a decadência.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 200871610029645, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. REVISÃO DE ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DIREITO INTERTEMPORAL. CONFLITO DE LEIS NO TEMPO. SUCESSÃO DE NORMAS REDUZINDO E AUMENTANDO O PRAZO. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS 28/6/1997. 1.A partir de 28/06/1997, começou a correr o prazo decadencial de dez anos para a revisão dos benefícios previdenciários. O prazo decadencial foi reduzido para cinco anos a partir de 21/11/1998 e tornou a ser aumentado para dez anos a partir de 20/11/2003. Quando sobreveio norma jurídica reduzindo para cinco anos o prazo decadencial em curso, prevaleceu a solução clássica de direito intertemporal concernente à retroatividade das leis sobre prazos prescricionais: se, para terminar o prazo antigo, falta tempo igual ou maior que o estabelecido pela lei nova, aplica-se esta, contando-se da data da sua vigência o novo prazo. Quando a lei tornou a aumentar o prazo de decadência para dez anos, a nova lei aplicou-se imediatamente, mas computando-se o lapso temporal já decorrido na vigência da norma revogada. 2.Para os benefícios concedidos até 27/06/1997, aplica-se o prazo de decadência de dez anos, contado a partir de 27/6/1997; para os benefícios concedidos a partir de 28/06/1997, ao final, sempre se aplica o prazo de decadência de dez anos, contado a partir do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação. 3.Incidente parcialmente provido. 4.O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ademais, verifica-se que os paradigmas juntados pela requerente abordam a questão da substituição de benefícios previdenciários, matéria esta que não foi enfrentada no aresto impugnado. Razão pela qual aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000154-43.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): RITA MARIA PINTO
PROC./ADV: JOÃO CARLOS STAACK OAB: SC-31 779

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) O Decreto 6.939 de 18.08.2009 interrompeu a prescrição com vistas à correta aplicação do disposto no artigo 29, inciso II, da Lei n.º 8.213/199;

b) a prescrição somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu,ou seja, a partir de 18.08.2009, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009402-67.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JERRY SEBERINO
PROC./ADV: JOÃO CARLOS STAACK OAB: SC-31 779

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010956-37.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JENI POSSAMAI
PROC./ADV: JOÃO CARLOS STAACK OAB: SC-31 779

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001851-02.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ELAINE MARIA GRABOSKI BACHMANN
PROC./ADV: JOÃO CARLOS STAACK OAB: SC-31 779

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) O Decreto 6.939 de 18.08.2009 interrompeu a prescrição com vistas à correta aplicação do disposto no artigo 29, inciso II, da Lei n.º 8.213/199;

b) a prescrição somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu,ou seja, a partir de 18.08.2009, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002785-45.2013.4.04.7209
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IRIA GOLTZ
PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009409-59.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): EUCLERIA FREDERICO
PROC./ADV: JOÃO CARLOS STAACK OAB: SC-31 779

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) O Decreto 6.939 de 18.08.2009 interrompeu a prescrição com vistas à correta aplicação do disposto no artigo 29, inciso II, da Lei n.º 8.213/199;

b) a prescrição somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu,ou seja, a partir de 18.08.2009, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010816-03.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): DONARIA PEREIRA CARDOSO
PROC./ADV: JOÃO CARLOS STAACK OAB: SC-31 779

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) O Decreto 6.939 de 18.08.2009 interrompeu a prescrição com vistas à correta aplicação do disposto no artigo 29, inciso II, da Lei n.º 8.213/199;

b) a prescrição somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu,ou seja, a partir de 18.08.2009, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009149-79.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CÉLIO NICOLETI
PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27 747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000230-67.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ELZA OURIQUES
PROC./ADV: JOÃO CARLOS STAACK OAB: SC-31 779

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5014733-30.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AMARILDO MARTINS
PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27 747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011382-49.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): HAROLDO VON ZESCHAU
PROC./ADV: JOÃO CARLOS STAACK OAB: SC-31 779

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) O Decreto 6.939 de 18.08.2009 interrompeu a prescrição com vistas à correta aplicação do disposto no artigo 29, inciso II, da Lei n.º 8.213/199;

b) a prescrição somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu,ou seja, a partir de 18.08.2009, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006722-27.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ODILON PINTO DE BARROS
PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004053-53.2012.4.04.7215
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NILTA RADAVELLI LEONI
PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000893-23.2012.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS BUENO DA SILVA
PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

REPRODUÇÃO PROIBIDA - ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5014894-40.2012.4.04.7205

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): ELAINE DO NASCIMENTO BERNARDES

PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5014233-61.2012.4.04.7205

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): ROSANGELA DA SILVA

PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5014754-06.2012.4.04.7205

ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): MARIA CATARINA GOMES

PROC./ADV.: ANDRÉ GOEDE E SILVA OAB: SC-27747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001153-93.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANDREI GLAUCIO DALLA COSTA
PROC./ADV.: MEETABEL ANDRADE SILVA OAB: SP-15975

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013679-29.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DIEGO BLOCKVEL
PROC./ADV.: MEETABEL ANDRADE SILVA OAB: SP-15975

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000643-80.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIETE DE OLIVEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MEETABEL ANDRADE SILVA OAB: SP-15975

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

REPRODUÇÃO PROIBIDA - ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002509-14.2013.4.04.7209
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RONALDO ADRIANO GROSSKOPF
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC-23056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000525-86.2013.4.04.7211
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NILTON GOES
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC-23056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013148-40.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GODOFREDO BERGAMO
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC-23056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5014410-25.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): WANIA RADUENZ
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC-23056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009173-98.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANDRESSA PAIM DE MELO
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC-23056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509069-75.2011.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: DANIEL RAMON BRAZ DE AQUINO
REQUERENTE: DANIELLA RAMONE BRAZ DE AQUINO
REQUERENTE: MARIA DAS NEVES BRAZ DE AQUINO
REQUERENTE: TAINA ALVES DE AQUINO
REQUERENTE: TALITA ALVES DOS SANTOS AQUINO
PROC./ADV.: HUMBERTO DE SOUSA FELIX OAB: RN-5069

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelas partes ora requerentes, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do instituidor.

Parecer do Ministério Público Federal pelo provimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013152-77.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ELIZER VARELLA
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC 23.056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5000047-23.2013.4.04.7100, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RMI. ART. 29, II, DA LEI Nº 8.213/91. INÍCIO DA PRESCRIÇÃO NA DATA DA EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS, EM 15.04.2010. PRECEDENTES DESTA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.

3 (...) Esta Turma Nacional consolidou o entendimento segundo o qual o dies a quo da prescrição do direito à revisão da Renda Mensal Inicial (RMI) dos benefícios previdenciários, na forma do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, é a publicação do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010. Até cinco anos após a publicação desse instrumento normativo, é possível requerer a revisão da RMI, administrativa ou judicialmente, retroagindo os efeitos financeiros daí resultantes à data da concessão do benefício. (Confira-se: PEDILEF 5001752-48.2012.4.04.721. Rel. JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, julgado em 13.03.2014).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Segundo a Juíza Federal Kyu Soon Lee, "... uniformizou-se a tese de que tal ato administrativo, o qual reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, e não pela metade, como pretende o recorrente. Por conseguinte, para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, como é o caso dos autos, firmou-se entendimento de que não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando". 5. Indo-se aos presentes autos, tem-se que a ação foi ajuizada em 02.01.2013. O Acórdão recorrido, portanto, está em sintonia com a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização. 6. Pedido de Uniformização de jurisprudência conhecido e improvido.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006887-50.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): CRISTIANE APARECIDA DOS REIS TRENTINI
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC 23.056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5000047-23.2013.4.04.7100, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RMI. ART. 29, II, DA LEI Nº 8.213/91. INÍCIO DA PRESCRIÇÃO NA DATA DA EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS, EM 15.04.2010. PRECEDENTES DESTA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.

3 (...) Esta Turma Nacional consolidou o entendimento segundo o qual o dies a quo da prescrição do direito à revisão da Renda Mensal Inicial (RMI) dos benefícios previdenciários, na forma do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, é a publicação do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010. Até cinco anos após a publicação desse instrumento normativo, é possível requerer a revisão da RMI, administrativa ou judicialmente, retroagindo os efeitos financeiros daí resultantes à data da concessão do benefício. (Confira-se: PEDILEF 5001752-48.2012.4.04.721. Rel. JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, julgado em 13.03.2014).

4. Segundo a Juíza Federal Kyu Soon Lee, "... uniformizou-se a tese de que tal ato administrativo, o qual reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, e não pela metade, como pretende o recorrente. Por conseguinte, para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, como é o caso dos autos, firmou-se entendimento de que não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando". 5. Indo-se aos presentes autos, tem-se que a ação foi ajuizada em 02.01.2013. O Acórdão recorrido, portanto, está em sintonia com a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização. 6. Pedido de Uniformização de jurisprudência conhecido e improvido.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008564-42.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ALENIR MARIA NASCIMENTO
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC 23.056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5000047-23.2013.4.04.7100, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RMI. ART. 29, II, DA LEI Nº 8.213/91. INÍCIO DA PRESCRIÇÃO NA DATA DA EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS, EM 15.04.2010. PRECEDENTES DESTA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.

3 (...) Esta Turma Nacional consolidou o entendimento segundo o qual o dies a quo da prescrição do direito à revisão da Renda Mensal Inicial (RMI) dos benefícios previdenciários, na forma do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, é a publicação do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010. Até cinco anos após a publicação desse instrumento normativo, é possível requerer a revisão da RMI, administrativa ou judicialmente, retroagindo os efeitos financeiros daí resultantes à data da concessão do benefício. (Confira-se: PEDILEF 5001752-48.2012.4.04.721. Rel. JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, julgado em 13.03.2014).

4. Segundo a Juíza Federal Kyu Soon Lee, "... uniformizou-se a tese de que tal ato administrativo, o qual reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, e não pela metade, como pretende o recorrente. Por conseguinte, para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, como é o caso dos autos, firmou-se entendimento de que não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando". 5. Indo-se aos presentes autos, tem-se que a ação foi ajuizada em 02.01.2013. O Acórdão recorrido, portanto, está em sintonia com a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização. 6. Pedido de Uniformização de jurisprudência conhecido e improvido.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002508-35.2013.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): EDESIA BAGIO CARDOZO
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC 23.056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, acolheu parcialmente o pedido da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5000047-23.2013.4.04.7100, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RMI. ART. 29, II, DA LEI Nº 8.213/91. INÍCIO DA PRESCRIÇÃO NA DATA DA EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS, EM 15.04.2010. PRECEDENTES DESTA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.

3 (...) Esta Turma Nacional consolidou o entendimento segundo o qual o dies a quo da prescrição do direito à revisão da Renda Mensal Inicial (RMI) dos benefícios previdenciários, na forma do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, é a publicação do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010. Até cinco anos após a publicação desse instrumento normativo, é possível requerer a revisão da RMI, administrativa ou judicialmente, retroagindo os efeitos financeiros daí resultantes à data da concessão do benefício. (Confira-se: PEDILEF 5001752-48.2012.4.04.721. Rel. JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, julgado em 13.03.2014).

4. Segundo a Juíza Federal Kyu Soon Lee, "... uniformizou-se a tese de que tal ato administrativo, o qual reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, importou a renúncia tácita por parte do INSS aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, e não pela metade, como pretende o recorrente. Por conseguinte, para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos da publicação do referido Memorando-Circular, como é o caso dos autos, firmou-se entendimento de que não incide prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando". 5. Indo-se aos presentes autos, tem-se que a ação foi ajuizada em 02.01.2013. O Acórdão recorrido, portanto, está em sintonia com a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização. 6. Pedido de Uniformização de jurisprudência conhecido e improvido.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011365-05.2011.4.04.7122
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JOSE IRASSU DA SILVA
PROC./ADV.: ÁUREA CONCEIÇÃO SCHMITT OAB: RS 17.622

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de averbação de período laborado em condições especiais, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, pela comprovação da sua condição de segurado especial.

A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Além do mais, esta TNU, por meio da Súmula 75, pacificou o entendimento no sentido de que "A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em relação à qual não se aponta defeito formal que lhe comprometa a fidedignidade goza de presunção relativa de veracidade, formando prova suficiente de tempo de serviço para fins previdenciários, ainda que a anotação de vínculo de emprego não conste no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5036637-67.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): CLAUDEMIRO CAMARGO
PROC./ADV.: RICARDO FLORES OAB: RS 45.194

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de averbação de período laborado em condições especiais, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, pela comprovação da sua exposição a agentes agressivos.

A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004045-25.2011.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): DARCI JOÃO VOIGT
PROC./ADV.: ADRIANA MARIA SCHORR DIEMER OAB: RS 73.616

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de averbação de período laborado em condições especiais, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, pela comprovação da sua exposição a agentes agressivos.

A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007370-71.2012.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ANA MARGARETE REICHERT DOS SANTOS
PROC./ADV.: ARCELO ANTÔNIO CAYE OAB: RS 24.476

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de averbação de período laborado em condições especiais, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, pela comprovação da sua exposição a agentes agressivos.

A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008772-57.2011.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARTEMIO JOSE FLORES MENDONCA
PROC./ADV: RODOLFO ACCADROLLI NETO OAB: RS-71 787
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria de por idade rural ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos necessários.

O acórdão traz em suas razões de decidir que "em caso de abandono do labor rural para exercício de atividade urbana, a TNU tem entendido pela impossibilidade de utilização do princípio da continuidade do trabalho rural, sendo exigidas provas mais consistentes para formação do convencimento. Assim, correta a sentença recorrida ao exigir do auto a apresentação de prova documental consistente."

Sustenta a parte ora requerente que as decisões de origem merecem reforma, uma vez que os documentos anexados aos autos são suficientes à demonstração do início de prova material.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias analisaram todo o conjunto probatório e concluíram que o ora requerente não faz jus ao benefício previdenciário requerido.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Verifica-se ainda que da análise dos acórdãos anexados que não houve a efetiva demonstração da similitude fático jurídica exigida para o seguimento do recurso, fazendo incidir deste modo a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006081-24.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JORGE EGIDIO NONNEMACHER
PROC./ADV: LUCIO CAZZUNI MATTES OAB: RS-74368
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação do tempo de serviço especial dos períodos de 05/10/1983 a 27/07/1991 e de 04/11/1991 a 30/04/1992.

O acórdão traz em suas razões de decidir que"não é possível o reconhecimento da especialidade pela efetiva exposição a agentes nocivos, visto que os formulários descritivos não informam sua presença nas atividades desempenhadas pelo autor."

Sustenta a parte ora requerente que as decisões de origem encontram-se em confronto com as decisões do STJ e da TNU, visto que o entendimento declarado assentaram que a exposição aos agentes nocivos antes de 1995 não necessitavam ser com caráter permanente e exclusivo.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias analisaram todo o conjunto probatório e concluíram que o ora requerente não faz jus ao benefício previdenciário requerido.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001648-40.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): FRANCISCO BORBA NETO
PROC./ADV: JOÃO CARLOS STAACK OAB: SC-31 779

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007429-26.2011.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LORACI PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV: RODOLFO ACCADROLLI NETO OAB:RS-71 787
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria de por idade rural.

O acórdão traz em suas razões de decidir que "entre um período rural e outro a autora permaneceu afastadas do campo por lapso superior a 03 anos, e aos trabalhadores rurais não se aplica o disposto no §1º do art. 3º da Leu nº 10.666/2003, pelo qual 'Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurada não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data do requerimento do benefício.'[...] E computando-se apenas o último período reconhecido pelo INSS a autora ainda não perfaz a carência exigida para a aposentadoria por idade."

Sustenta a parte ora requerente que as decisões de origem merecem reforma, uma vez que a parte ora requerente completou a carência para percepção do beneficio, ainda que a atividade tenha se dado de maneira descontínua.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias analisaram todo o conjunto probatório e concluíram que o ora requerente não faz jus ao benefício previdenciário requerido.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, verifica-se na análise dos acórdãos anexados que não houve a efetiva demonstração da similitude fático jurídico exigido para o seguimento do recurso, fazendo incidir deste modo a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500737-79.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JAMILE PEREIRA BARROS
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505328-02.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA SOCORRO MARQUES
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513251-79.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO ALEXANDRE MARCOS LIMA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002037-19.2013.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): WESCLEY RALDI SANTANA
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC-23056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora, determinando que o INSS proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENUNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0513715-06.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LEILIANE SANTIAGO DA COSTA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501595-28.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA REGINA SANTOS SILVA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506982-52.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO CARMO RAMOS
PROC./ADV: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE-20417
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento do auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, acerca da incapacidade da parte autora ser posterior ao reingresso no RGPS, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

De outra parte, verifica-se que o acórdão recorrido não destoa da jurisprudência da TNU, incidindo a Questão de Ordem 13/TNU. Confira-se o seguinte julgado:

Não há direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez quando a incapacidade para o trabalho se consolida antes do reingresso do segurado no Regime Geral de Previdência Social. Rejeitada a tese jurídica segundo a qual o art. 42, § 2º, e o art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 somente se aplicam quando a incapacidade para o trabalho é preexistente ao momento em que ocorre a filiação previdenciária pela primeira vez. Precedentes da TNU: PEDIDO 2008.70.51.004022-7, Relator Juiz Federal Alcides Saldanha, DOU 22/07/2011; PEDIDO 2007.70.51.004608-0, Relator Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DOU 25/03/2011; PEDIDO 2008.72.55.005224, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 11/06/2010. (PEDILEF 200933007050980, Rel. Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES, DOU de 13/4/12)

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0512135-38.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZA ISABEL MENDONÇA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000100-90.2012.4.04.7212
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): INES DALLA CORTE
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC-23056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013224-76.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARINA NEUSA PINHEIRO
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC-23056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007037-18.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARLENE CROSKI SCHMIDT
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC-23056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007623-89.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CAIR PONCIO DA SILVA VALLER
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC-23056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007699-67.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JACQUELINE FACHINE DOS SANTOS
PROC./ADV.: RODRIGO MACOHIN OAB: SC-24170

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014111400312

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5016773-15.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: YONICE ROELLA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503857-36.2012.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SÉRGIO ROBERTO PEDROSA DE CASTRO
PROC./ADV: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de concessão do reestabelecimento do auxílio-doença, com efeitos a partir da data do ajuizamento da ação.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data da cessação do benefício anterior.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao ajuizamento da ação, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do laudo pericial, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5014527-22.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANASIRA FERREIRA DE MELO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500443-84.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZ EDIVALDO PINHEIRO
PROC./ADV: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pela ausência de incapacidade para atividade habitual exercida pelo requerente.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

De igual modo, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas. Nesse sentido, incide o óbice da Súmula 22/TNU "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ainda que assim não fosse, no tocante aos demais paradigmas, verifico que tampouco a sugerida divergência jurisprudencial restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009287-13.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANTONIO PONTES DINIZ
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao idoso, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a situação de miserabilidade social, após análise específica do contexto socioeconômico do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5017882-64.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: WALDEMAR DA CONCEIÇÃO PIZZE
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5014574-54.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SOLANGE SOARES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5012495-44.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NILVA CASTURINA BRETESKA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004864-49.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA AUGUSTA CORADIM
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos o estado de miserabilidade social, após análise específica do contexto socioeconômico da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5017492-60.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO CARLOS ANDRÉ
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006883-62.2011.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FRANCELINA MACHADO MARTINS
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008784-31.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: APARECIDA SANTIAGO BETIM
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5029803-23.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA MARISE LAU
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5019134-08.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ZOZIMA MARIA DA ROSA SCHUTZ
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009615-16.2011.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ELOINA MARTINS DA LUZ
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5016551-81.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SIRLEI BERRE DA SILVA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002981-57.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANTONIA RODRIGUES TEIXEIRA BRAGA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0524497-09.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MATHEUS MIRANDA DA MOTA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade das decisões já proferidas, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505930-18.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS BARBOSA DIAS
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade das decisões já proferidas, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516934-27.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCINEIDE GUERRA NOGUEIRA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade das decisões já proferidas, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0517601-13.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade das decisões já proferidas, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505600-55.2010.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCIDALVA ARAÚJO DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade das decisões já proferidas, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0526032-36.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALDENORA VALERIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade das decisões já proferidas, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505484-15.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDA NONATA DO NASCIMENTO MARTINS
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade das decisões já proferidas, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509216-76.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TÂNIA MARIA CARVALHO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade das decisões já proferidas, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516337-58.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SOCORRO MARINHO GOMES
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade das decisões já proferidas, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503400-79.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO DO CARMO DA SILVA NETO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade das decisões já proferidas, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da condição de hipossuficiência da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006021-88.2011.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO DE JESUS ARAUJO
PROC./ADV.: EMMANUEL MARTINS OAB: SC-23080

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, anulando a sentença, afastou a extinção do processo e determinou o retorno dos autos à origem para a regularização do polo passivo.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acolhimento da pretensão deduzida, que visa prevalecer o entendimento da sentença ("indeferimento da petição inicial é medida que se impõe, já que não cumprida a emenda da inicial"), importaria em discussão incabível tendo em vista o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502564-43.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO DA SILVA ROCHA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que deu parcial provimento ao recurso inominado do INSS para modificar a data de início do benefício para o ajuizamento da ação.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual o termo a quo do benefício em debate é a data do requerimento administrativo do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

"a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500)."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pelo não preenchimento dos requisitos necessários à concessão do benefício na data do requerimento administrativo, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do ajuizamento da ação, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503857-36.2012.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SÉRGIO ROBERTO PEDROSA DE CASTRO
PROC./ADV: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de concessão do reestabelecimento do auxílio-doença, com efeitos a partir da data do ajuizamento da ação.

A decisão de origem concedeu parcialmente o pedido da inicial e conferiu o benefício previdenciário ao autor nos seguintes termos: "De acordo com as conclusões do expert, a parte autora apresentou-se incapacitada temporariamente para o trabalho de outubro de 2012 a dezembro de 2012. Como, quanto ao momento da cessão administrativa, não há contraprova de que a parte autora encontrava-se incapacitada, presume-se o acerto do ato administrativo. Além disso, a autarquia previdenciária somente passou a ter ciência da incapacidade superveniente do postulante com o ajuizamento do feito, sendo tal momento considerado a data do início do benefício.Nessa toada, o autor faz jus ao restabelecimento do auxílio-doença a partir de 18 de dezembro de 2012 (data do ajuizamento da presente demanda) a 31 de dezembro de 2012, uma vez que o perito judicial atestou que o suplicante pode ter tornado capaz após termo final."

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data da cessação do benefício anterior.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 501723172009405850O).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao ajuizamento da ação, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do laudo pericial, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0514206-13.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUZIA RIBEIRO DE SOUZA
REPRESENTANTE: MARIA RIBEIRO DE SOUSA ROCHA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 e da Questão de Ordem 22, ambas da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão/erro material na decisão embargada, porquanto houve a similitude fática entre acórdão recorrido e paradigmas indicados, que versam sobre a exclusão da renda do filho maior na aferição da condição de miserabilidade. Aduz que decisão embargada não foi fundamentada, devendo ser anulada.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido, no que tange à renda do filho na aferição da condição de miserabilidade.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto acolho os embargos para anular a decisão embargada e, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501780-94.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ISLANE TOMAZ TEIXEIRA
REQUERENTE: INGRID TOMAZ TEIXEIRA
REQUERENTE: ESMERALDA TOMAZ DE LIMA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE 9.436
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado do cônjuge falecido da parte autora, sendo indevido o benefício previdenciário.

A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509893-37.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE WESLLEY TERTO NUNES DA SILVA
REQUERENTE: ANA WESLIANY TERTO NUNES DA SILVA
REQUERENTE: CÍCERA TERTO DA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE 9.436
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado do cônjuge falecido da parte autora, sendo indevido o benefício previdenciário.

A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500928-70.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: NAIRLENE DE SOUZA PEREIRA
REQUERENTE: PEDRO JOSÉ PEREIRA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado do cônjuge falecido da parte autora, sendo indevido o benefício previdenciário.

A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505917-21.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA JOSÉ SANTOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCEL COSTA FORTES OAB: SE-3815

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, mantendo a sentença, reconheceu a irrepetibilidade de valores recebidos de boa-fé.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante no Superior Tribunal de Justiça, evidenciada no julgamento do(a) REsp 1244182:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 46, CAPUT, DA LEI N. 8.112/90 VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE POR INTERPRETAÇÃO ERRÔNEA DE LEI. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO. BOA-FÉ DO ADMINISTRADO. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC.

1. A discussão dos autos visa definir a possibilidade de devolução ao erário dos valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, quando pagos indevidamente pela Administração Pública, em função de interpretação equivocada de lei.

2. O art. 46, caput, da Lei n. 8.112/90 deve ser interpretado com alguns temperamentos, mormente em decorrência de princípios gerais do direito, como a boa-fé.

3. Com base nisso, quando a Administração Pública interpreta erroneamente uma lei, resultando em pagamento indevido ao servidor, cria-se uma falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos, impedindo, assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa-fé do servidor público.

4. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

5. Recurso especial não provido."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504658-55.2012.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ VILASIO COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial a deficiente, sob o fundamento de que a incapacidade parcial é restrita ao exercício das atividades que demandem grande esforço físico, estando o autor apto ao exercício de outras, considerando suas condições pessoais e que seu último emprego fora de vigilante, atividade esta sem qualquer relação com um eventual esforço físico exagerado.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Com efeito, para avaliação do grau de incapacidade do requerente, entendo-se como capaz de enquadrá-lo como deficiente físico ou não, seria necessária reanálise fática. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5014702-10.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO BATISTA DA COSTA BRITO
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC-23056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora, determinando ao INSS que proceda ao pagamento dos atrasados decorrentes de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501172-47.2012.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DO NASCIMENTO OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial a deficiente, sob o fundamento de que a incapacidade parcial é restrita ao exercício das atividades que demandem grande esforço físico ou habilidades intelectuais, estando o autor apto ao exercício de outras, considerando suas condições pessoais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Com efeito, para avaliação do grau de incapacidade do requerente, entendendo-se como capaz de enquadrá-lo como deficiente físico ou não, seria necessária reanálise fática. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003491-68.2012.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDELI MACHADO COSTA
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN SIEGEL OAB: SC-23056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006914-20.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIAS FREITAS
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC-23056

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008552-19.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: TIBIRIÇA CHAVES
PROC./ADV.: SILMAR FERREIRA DITRICH OAB: PR-25134
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, julgou extinto o processo sem resolução de mérito, sob o fundamento de que houve trânsito em julgado.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.

Ademais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal encontra óbice no enunciado da Súmula 43/TNU, segundo a qual "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009719-26.2011.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA HOMEM CARVALHO
PROC./ADV.: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO OAB: PR-16794
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, com posterior conversão em aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500606-85.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO BERNARDO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, não acolheu o pedido de restabelecimento do benefício assistencial de prestação continuada.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio da Súmula 47, firmou o entendimento no sentido de que, "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez".

No caso dos autos, embora se tenha verificado que o requerente de fato é portador de incapacidade parcial por meio de perícia médica, não houve o restabelecimento do benefício e se encontra ausente a avaliação das condições pessoais e sociais do segurado.

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado nesta Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as condições sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004672-28.2012.4.04.7006
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANTONIO MELNIK
PROC./ADV.: SILMAR FERREIRA DITRICH OAB: PR-25134
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral do autor, inexistindo enquadramento na situação descrita no art. 16, I, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003649-44.2012.4.04.7007
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: BERNADETE ANGELINA BEAL RIGATTI
PROC./ADV.: MATEUS FERREIRA LEITE OAB: PR 15.022
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508986-28.2012.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ERILEIDE ALVES PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão da data do início do benefício concedido, alterando-a para constar como sendo a data do requerimento administrativo e não a data do ingresso com a presente ação.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Com efeito, para que seja possível avaliar se a incapacidade do requerente era anterior ao ingresso com a ação, é necessário reanalisar o laudo pericial, o que não é admitido em sede de incidente de uniformização. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0502101-83.2012.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA PAULA COSTA PINTO
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial para concessão do benefício assistencial de prestação continuada por não ter sido reconhecida a incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

De início, verifica-se a ausência de similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido a cotejo, porquanto as bases fáticas são distintas. Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que o atendimento do pleito da parte requer uma reanálise do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no entendimento já consolidado por esta TNU por meio da Súmula 42 "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002656-35.2011.4.04.7007
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VALDIR RENATO SELL
PROC./ADV.: MATEUS FERREIRA LEITE OAB: PR 15.022
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que,mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez/auxílio-acidente, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501585-63.2012.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOAQUIM GOMES DA COSTA
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial para concessão do benefício assistencial de prestação continuada por não ter sido reconhecida a incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

De início, verifica-se a ausência de similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido a cotejo, porquanto as bases fáticas são distintas. Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que o atendimento do pleito da parte requer uma reanálise do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no entendimento já consolidado por esta TNU por meio da Súmula 42 ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.)"

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008429-15.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JACINTO DE SENA
PROC./ADV.: NEIMAR TOMASELLI OAB: SC-30729

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501592-55.2012.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA MACHADO
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial para concessão do benefício assistencial de prestação continuada por não ter sido reconhecida a incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

De início, verifica-se a ausência de similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido a cotejo, porquanto as bases fáticas são distintas. Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que o atendimento do pleito da parte requer uma reanálise do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no entendimento já consolidado por esta TNU por meio da Súmula 42 "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006494-77.2011.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIANO FREIRE
PROC./ADV.: SILMAR FERREIRA DITRICH OAB: PR-25134
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5006084-45.2013.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SALETE MARIA DE CORDOVA
PROC./ADV.: RODRIGUES E BITENCOURT AD. ASSOCIADOS OAB: -

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502474-17.2012.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO FELIX DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial para concessão do benefício assistencial de prestação continuada por não ter sido reconhecida a incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

De início, verifica-se a ausência de similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido a cotejo, porquanto as bases fáticas são distintas. Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que o atendimento do pleito da parte requer uma reanálise do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no entendimento já consolidado por esta TNU por meio da Súmula 42 "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011625-90.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERA LÚCIA PEREIRA
PROC./ADV.: PATRICIA ANDREIA HECK OAB: SC-23831

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003267-05.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ OCKNER
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) o Decreto 6.939 de 18.08.2009 interrompeu a prescrição com vistas à correta aplicação do disposto no artigo 29, inciso II, da Lei nº 8.213/1991;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001677-91.2012.4.04.7216
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VILMAR LOPES
PROC./ADV.: ZULAMIR CARDOSO DA ROSA OAB: SC-4760

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010400-02.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LAUDETE AGUIAR FERNANDES
PROC./ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO OAB: PR-30452
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000300-78.2013.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TERESINHA CARVALHO BORGERT
PROC./ADV.: RUANDA SCHLICKMANN MICHELS OAB: SC-13904

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) o Decreto 6.939 de 18.08.2009 interrompeu a prescrição com vistas à correta aplicação do disposto no artigo 29, inciso II, da Lei nº 8.213/1991;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010241-92.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DALVO VIRGILIO DA SILVA
PROC./ADV.: HORST WIRTH OAB: SC-8185

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a jul-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

gados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5012521-02.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): VALDEMIRO KOPP
PROC./ADV: CLEUZA DE JESUS ALVES RÉGIS OAB: SC-34942

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda a revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) O decreto 6939 de 18.08.2009 interrompeu a prescrição com vistas à correta aplicação do disposto no art. 29, II, da Lei nº 8.213/9;1

b) A prescrição somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, ou seja, 18.08.2009, fazendo com que;

d) estejam prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011308-07.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ALBERTINA DIAS
PROC./ADV: VANESSA CRISTINA PASQUALINI OAB: SC-13 695

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda a revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) O decreto 6939 de 18.08.2009 interrompeu a prescrição com vistas à correta aplicação do disposto no art. 29, II, da Lei nº 8.213/9;1

b) A prescrição somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, ou seja, 18.08.2009, fazendo com que;

d) estejam prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007284-21.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE LURDES KOPROWSKI
PROC./ADV.: ROBSON RAFAEL PASQUALI OAB: SC-31222

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5020036-55.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CLAUDINEY ESTEVAM
PROC./ADV.: LUIZ LOPES BARRETO OAB: PR-23 516
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002841-90.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALMIR MICZIKIWICZ
PROC./ADV.: JONNI STEFFENS OAB: SC 5.232

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estão prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0512150-07.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IRISMAR SOARES SOUZA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o requisito da incapacidade laborativa.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A tese ora defendida depende da análise de prova de forma contrária àquela feita pela decisão vergastada que, baseando-se na perícia judicial, ficou convencida da capacidade laborativa no caso concreto.

Com efeito, a Turma Recursal de origem deixou de analisar as condições pessoais, como pretende o incidente, tendo em vista que não foi reconhecida sequer a incapacidade parcial. Destarte, incide o entendimento firmado na Súmula 77/TNU ("O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual").

Além disso, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009594-97.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADILVAM BORGES VIEIRA
PROC./ADV.: DALTO EDUARDO DOS SANTOS OAB: SC-25126

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estão prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001545-06.2013.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIANA FOERSTER
PROC./ADV.: RUBENS COELHO OAB: SC-6879
PROC./ADV.: FELIPE PREIMA COELHO OAB: SC-23740

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) o Decreto 6.939 de 18.08.2009 interrompeu a prescrição com vistas à correta aplicação do disposto no artigo 29, inciso II, da Lei nº 8.213/1991;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estão prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000390-92.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ASTA KRUGER
PROC./ADV.: KELIN CORREIA OAB: SC-21930

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estão prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004124-79.2012.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERONI SALAZAR FAUSTINO
PROC./ADV.: JOSÉ MARTINS DAS NEVES OAB: SC-25681

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estão prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010830-84.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO: CRISTIANO OBERTHIER
PROC./ADV.: -

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando partes da sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estão prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como pa-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

radigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006796-81.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): IVONETE DA SILVA GOMES
PROC./ADV: MARCELO FERREIRA DA SILVA OAB: SC- 17 715

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando a sentença, determinou ao INSS que proceda a revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso. "

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006500-10.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): LOURDES IAGINSKI SUAVE
PROC./ADV: CLEUZA DE JESUS ALVES RÉGIS OAB: SC-34942

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda a revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso. "

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013076-19.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): GILMAR SILVA
PROC./ADV: CLEUZA DE JESUS ALVES RÉGIS OAB: SC-34942

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda a revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso. "

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008114-75.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): NERIVALDO TAVARES
PROC./ADV: JOSIANE BRANDÃO COUTINHO OAB: SC-30 224

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda a revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso. "

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001453-49.2013.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): CLAUDETE APARECIDA DE LIMA FERNANDES
PROC./ADV: GISELE COSTA CANDIDO OAB: SC-25411

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda a revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente pode ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas essas premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001743-64.2013.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): EDSON MACCARI
PROC./ADV: GISELE FIDELIS CONSTANTE OAB: SC-18 595

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda a revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) o decreto 6939 de 18.08.2009 interrompeu a prescrição com vistas à correta aplicação do disposto no art. 29, II, da Lei nº 8.213/9;1

b) A prescrição somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, ou seja, 18.08.2009, fazendo com que;

d) estejam prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso de agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0523001-53.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA LINDALVA DE MELO ARAÚJO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial para concessão do benefício assistencial de prestação continuada por não ter sido reconhecida a miserabilidade.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

De início, verifica-se a ausência de similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido a cotejo, porquanto as bases fáticas são distintas. Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que o atendimento do pleito da parte requer uma reanálise do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no entendimento já consolidado por esta TNU por meio da Súmula 42 "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503484-90.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CRISTIANA SAIVA FERNANDES MARIANO
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA OAB: CE-8731
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial a deficiente, sob o fundamento de que não há deficiência incapacitante que permita a concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Primeiro, há de se ressaltar que o recurso em análise enfatiza em toda a sua extensão a condição de miserabilidade do recorrente. No entanto, o motivo do indeferimento do pedido fora a inexistência de deficiência e não a ausência de condição de miserabilidade. Assim, aplica-se ao caso a Questão de Ordem n. 35 ("O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma que emanou o acórdão impugnado"). De fato, não fora analisada a questão da hipossuficiência porque ausente o primeiro requisito: a deficiência.

Mesmo que assim não fosse, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Com efeito, para avaliação do grau de miserabilidade do requerente, seria necessária reanálise fática. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004810-80.2012.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CALMEZINDA FREITAS DE CARVALHO
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, reconheceu equiparação entre ativos e inativos no tocante ao valor de gratificação.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante no Supremo Tribunal Federal, evidenciada no julgamento do RE 631.880:

"RECURSO. Extraordinário. Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST. Critérios de cálculo. Extensão. Servidores públicos inativos. Repercussão geral reconhecida. Precedentes. Reafirmação da jurisprudência. Recurso improvido. É compatível com a Constituição a extensão, aos servidores públicos inativos, dos critérios de cálculo da GDPST estabelecidos para os servidores públicos em atividade."

Destarte, incide, mutatis mutandis, o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006378-80.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CELIR PINTO DE ARAÚJO DA SILVA
PROC./ADV.: GUSTAVO QUINTINO RIBEIRO OAB: SC-23616

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, reconheceu equiparação entre ativos e inativos no tocante ao valor de gratificação.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante no Supremo Tribunal Federal, evidenciada no julgamento do(a) RE 631.880:

"RECURSO. Extraordinário. Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST. Critérios de cálculo. Extensão. Servidores públicos inativos. Repercussão geral reconhecida. Precedentes. Reafirmação da jurisprudência. Recurso improvido. É compatível com a Constituição a extensão, aos servidores públicos inativos, dos critérios de cálculo da GDPST estabelecidos para os servidores públicos em atividade."

Destarte, incide, mutatis mutandis, o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0040744-02.2010.4.03.9301
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: GABRIEL HENRIQUE ANCELLONI CAHE
PROC./ADV.: RICARDO A. M. SALGADO JR. OAB: SP 138.058
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que não conheceu de recurso inominado por considerá-lo inepto, na medida em que não efetuou o devido preparo.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.

No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.

Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, ausência de regularidade formal do recurso inominado, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.

Destarte, incide a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500397-55.2009.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA ADRIANA SILVA DO NASCIMENTO DE ARAÚJO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE 7.576
PROC./ADV.: CLAUDIO MILITÃO SABINO OAB: CE-19570
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0519843-87.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: VANDELEUZA JOSÉ DE LEMOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização, aplicando o óbice contido na Súmula 42 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de erro material na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a sua revaloração.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela não demonstração do estado de miserabilidade da autora, e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501163-08.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: JOSENILTON CORREIA DOS SANTOS
REQUERENTE: LADIMAR ALVES DE ALMEIDA
REQUERENTE: MARIA CLÁUDIA ARAÚJO PEREIRA
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS TEIXEIRA
REQUERENTE: MARISETE MARIA CAVALCANTE
PROC./ADV.: CAROLINA DE MEDEIROS AGRA OAB: AL-6100
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas.

A Turma de origem afastou a sentença que julgou procedente o pedido inicial de restituição do imposto de renda incidente sobre 1/3 constitucional de férias gozadas.

Sustenta a parte requerente que os valores pagos a título de gratificação de férias possuem natureza indenizatória.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501212-49.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: LUIZ MANOEL DA SILVA
REQUERENTE: MARIA CELINA DE MOURA PEREIRA
REQUERENTE: MARIA CONCEIÇÃO COSTA
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS MARANHÃO DE ALMEIDA
REQUERENTE: MARIA SIMONE HONORATO
PROC./ADV.: CAROLINA DE MEDEIROS AGRA OAB: AL-6100
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas.

A Turma de origem afastou a sentença que julgou procedente o pedido inicial de restituição do imposto de renda incidente sobre 1/3 constitucional de férias gozadas.

Sustenta a parte requerente que os valores pagos a título de gratificação de férias possuem natureza indenizatória.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.459.779/MA, em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. INCIDÊNCIA SOBRE ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS GOZADAS."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504720-73.2009.4.05.8305
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ANTONIO MARCOS DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Chamo o feito à ordem.

Compulsando os autos, verifica-se que foram suscitados incidentes de uniformização nacional e regional pela parte autora (eventos 014 e 017).

Entretanto, apenas o incidente nacional foi submetido ao juízo de admissibilidade pelo Juiz Presidente da Primeira Turma Recursal/PE, que inicialmente sobrestou o feito (05/09/2011), e posteriormente, julgou-o prejudicado (14/11/2013).

Não há, portanto, decisão acerca do incidente regional da parte autora.

Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para as providências cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0532720-98.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MANOEL DE LIMA FILHO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Chamo o feito à ordem.

Compulsando os autos, verifica-se que foram suscitados incidentes de uniformização nacional e regional pela parte autora (eventos 014 e 017).

Entretanto, apenas o incidente nacional foi submetido ao juízo de admissibilidade pelo Juiz Presidente da Primeira Turma Recursal/PE, que inicialmente sobrestou o feito (05/09/2011), e posteriormente, julgou-o prejudicado (14/11/2013).

Não há, portanto, decisão acerca do incidente regional da parte autora.

Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para as providências cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004219-58.2011.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARCOS ROGÉRIO MEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOSÉ ADRIANO MALAQUIASOAB: PR 20.195
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

A Turma de origem, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual indevida a cobrança de Contribuição Previdenciária sobre o terço constitucional de férias, por sua natureza indenizatória.

É, no essencial, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça, por meio do REsp 1.230.957/RS, decidido em sede de repetitivo da controvérsia, consolidou entendimento no sentido de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. DISCUSSÃO A RESPEITO DA INCIDÊNCIA OU NÃO SOBRE AS SEGUINTES VERBAS: TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS; SALÁRIO MATERNIDADE; SALÁRIO PATERNIDADE; AVISO PRÉVIO INDENIZADO; IMPORTÂNCIA PAGA NOS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA.

[...]

1.2 Terço constitucional de férias.

No que se refere ao adicional de férias relativo às férias indenizadas, a não incidência de contribuição previdenciária decorre de expressa previsão legal (art. 28, § 9º, "d", da Lei 8.212/91 - redação dada pela Lei 9.528/97).

Em relação ao adicional de férias concernente às férias gozadas, tal importância possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa). A Primeira Seção/STJ, no julgamento do AgRg nos EREsp 957.719/SC (Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe de 16.11.2010), ratificando entendimento das Turmas de Direito Público deste Tribunal, adotou a seguinte orientação: "Jurisprudência das Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte consolidada no sentido de afastar a contribuição previdenciária do terço de férias também de empregados celetistas contratados por empresas privadas".

[...]

Recurso especial de HIDRO JET EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS LTDA parcialmente provido, apenas para afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o adicional de férias (terço constitucional) concernente às férias gozadas.

Recurso especial da Fazenda Nacional não provido.

Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ."

(REsp 1230957/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 26.2.2014, DJe 18.3.2014)

Todavia, a matéria encontra-se sob análise perante o Supremo Tribunal Federal, no RE 593.068, no qual foi reconhecida a repercussão geral do tema. Vejamos:

"CONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL. TRIBUTÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REGIME PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO. BASE DE CÁLCULO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. GRATIFICAÇÃO NATALINA (DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO). HORAS EXTRAS. OUTROS PAGAMENTOS DE CARÁTER TRANSITÓRIO. LEIS 9.783/1999 E 10.887/2004. CARACTERIZAÇÃO DOS VALORES COMO REMUNERAÇÃO (BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO). ACÓRDÃO QUE CONCLUI PELA PRESENÇA DE PROPÓSITO ATUARIAL NA INCLUSÃO DOS VALORES NA BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO (SOLIDARIEDADE DO SISTEMA DE CUSTEIO). 1. Recurso extraordinário em que se discute a exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre adicionais e gratificações temporárias, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno', e 'adicional de insalubridade'. Discussão sobre a caracterização dos valores como remuneração, e, portanto, insertos ou não na base de cálculo do tributo. Alegada impossibilidade de criação de fonte de custeio sem contrapartida de benefício direto ao contribuinte. Alcance do sistema previdenciário solidário e submetido ao equilíbrio atuarial e financeiro (arts. 40, 150, IV e 195, § 5º da Constituição). 2. Encaminhamento da questão pela existência de repercussão geral da matéria constitucional controvertida."(RE 593068 RG, Relator(a): Min. Joaquim Barbosa, julgado em 7.5.2009, DJe-094 Divulg 21.5.2009 Public 22.5.2009 Ement Vol-02361-08 PP-01636 LEXSTF v. 31, n. 365, 2009, p. 285-295)

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Suprema.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0527935-59.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EMÍLIA RODRIGUES DA MOTA
PROC./ADV.: MARINETE MARTINS DA SILVEIRA
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de erro material/ contradição na decisão embargada, porquanto não pretende a aposentadoria rural, mas a urbana por idade. Além disso não se trata de reexame de provas, mas pedido de aplicação correta da Lei e da jurisprudência do STJ e da TNU.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

A parte embargante alega, de início, a ocorrência de erro material na decisão embargada, ao se referir à Seção Judiciária de Alagoas e ao mencionar erroneamente benefício assistencial, ao invés de aposentadoria rural por idade. No mérito, aduz que não se trata de reexame de provas, uma vez que as suas alegações estão comprovadas nos autos.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste parcialmente à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

De início, constato a existência de erro material na redação do primeiro parágrafo da decisão embargada, o qual referiu-se equivocadamente à Seção Judiciária de Alagoas e ao mencionar erroneamente benefício assistencial, quando, na verdade, os autos versam sobre aposentadoria por idade urbana.

Por essa razão, corrijo o referido parágrafo que assim deverá constar:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria urbana por idade, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Quando à matéria de fundo, as instâncias de origem, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que a parte autora não preencheu os requisitos necessários para a concessão da referida aposentadoria. Assim, correta a incidência da Súmula 42/TNU.

Ante o exposto, acolho parcialmente os embargos tão somente para a correção de erro material, mantendo a decisão embargada por seus próprios fundamentos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010548-45.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: REGINALDO ALVES
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, em razão da ausência de incapacidade da parte autora para as atividades laborativas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de Turmas Recursais de outras regiões, segundo a qual, para a concessão do benefício por incapacidade aos portadores do vírus da AIDS, é possível considerar outros pontos relativos ao caso concreto a fim de avaliar a existência da incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A TNU, por meio da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5043567-13.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: OILES DA SILVA
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, em razão da ausência de incapacidade da parte autora para as atividades laborativas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de Turmas Recursais de outras regiões, segundo a qual, para a concessão do benefício por incapacidade aos portadores do vírus da AIDS, é possível considerar outros pontos relativos ao caso concreto a fim de avaliar a existência da incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte agravante.

A TNU, por meio da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0028200-43.2005.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANA MARIA DE LIMA
PROC./ADV.: CIBELE PRIETCH PAGNO OAB: MT-9947

DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso que, reformando a sentença, afastou a prescrição de fundo de direito e reconheceu a revisão pleiteada.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 200651510562450:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL ANTERIOR À LEI N° 8.112/90. REVISÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO.

[...]

7. No mérito, o incidente é de ser provido. Com efeito, a jurisprudência dominante do STJ consolidou-se no sentido de que ocorre "a prescrição do fundo de direito nos casos em que houver pretensão de revisão do ato de aposentadoria de servidor público, com inclusão de tempo de serviço insalubre, desde que decorridos mais de cinco anos entre o ato da concessão e o ajuizamento da ação". Precedentes: AGRESP 1174119, AGA 1285546, Resp 1032428. 8. Referido entendimento também foi acolhido no âmbito desta TNU, conforme PEDILEF 200651510056600 e 200451510075724."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da TNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500438-18.2011.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ GERALDO DA CRUZ OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE SANTOS OLIVEIRA. OAB: SE-611

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, reformando a sentença, concedeu adicional de inatividade ao servidor militar.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 05051481820104058500:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR INATIVO. ADICIONAL DE INATIVIDADE. SUPRESSÃO. MP Nº 2.131/2000. LEGALIDADE. PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE PROVENTOS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. INCIDENTE PROVIDO.

1. Pretende a União a modificação de acórdão que reconheceu o direito da parte autora ao restabelecimento do adicional de inatividade, suprimido por força da MP nº 2.131/2000. Alega que a jurisprudência do eg. STJ, assim como a da excelsa Suprema Corte, teria se firmado no sentido da ausência de direito adquirido do servidor público a regime jurídico, assegurada apenas a irredutibililidade de vencimentos.

2. Razão assiste à recorrente. A orientação tanto da Suprema Corte quanto do eg. STJ sobre a matéria consolidou-se no sentido de que o servidor público não possui direito adquirido a regime jurídico, podendo as parcelas que integram a sua remuneração ser modificadas por lei, desde que não resulte em redução do seu valor nominal total. No caso específico da supressão da parcela denominada "adicional de inatividade" dos proventos dos militares da reserva, por força da MP nº 2.131/2000, a jurisprudência das Cortes Superiores é pacífica no sentido de que tal mudança não implicou decesso remuneratório. Vejam-se, a propósito, os seguintes precedentes que ilustram o entendimento cristalizado: Agravo regimental no agravo de instrumento. Militar. Adicional de inatividade. Supressão. MP nº 2.131/2000. Direito adquirido a regime jurídico. Impossibilidade. Princípio da irredutibilidade de vencimentos. Violação. Não ocorrência. Precedentes. 1. A jurisprudência desta Corte está consolidada no sentido de que não há direito adquirido a regime jurídico, devendo ser preservado o valor nominal da remuneração, sob pena de ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimento.2. A supressão do adicional de inatividade pela MP nº 2.131/2000 não afronta o princípio do direito adquirido, uma vez que não houve decesso na remuneração dos agravantes, conforme consignou o Tribunal de origem. 3. Agravo regimental não provido. (AI 632933 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, julgado em 07/02/2012, DJe 15/03/2012) ADMINISTRATIVO. MILITAR. ADICIONAL DE INATIVIDADE MEDIDA PROVISÓRIA 2.131/2000. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. ACÓRDÃOS ORIUNDOS DO MESMO TRIBUNAL. SÚMULA 13/STJ. 1. É descabida a alegação de existência de direito adquirido, uma vez que a irredutibilidade dos vencimentos foi assegurada pela nova sistemática de remuneração instituída pela Medida Provisória 2.131/2000. Precedentes do STJ. 2. Acórdãos oriundos do mesmo Tribunal não se prestam à configuração de dissídio jurisprudencial (Súmula 13/STJ). 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 67.423/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 28/02/2012, DJe 12/04/2012)

3. No caso concreto dos autos, o MM. Juiz sentenciante afirmou, expressamente, que a "supressão [do adicional de inatividade] não acarretou redução de vencimentos do autor". O acórdão recorrido não afasta esta conclusão, reformando a sentença apenas por força de posicionamento diverso adotado em julgamento de Recurso Extraordinário. Logo, considerada a situação fática apurada, de que não houve decesso remuneratória com as modificações introduzidas pela MP nº 2.131/2000, não há que se falar em ilegalidade na supressão da parcela vindicada, já que a reestruturação da carreira trouxe compensações diversas.

4. Incidente provido, para restabelecer a sentença monocrática, que julgou improcedente o pedido inicial. É como voto."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo para admitir e prover o incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5001436-20.2012.4.04.7216
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALEXANDRE DE BARROS SABINO
REQUERIDO(A): CARLOS EDUARDO BARROS SABINO
REQUERIDO(A): MIGUEL BARROS SABINO
REQUERIDO(A): PATRICIA NEVES DE BARROS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando a sentença quanto ao mérito, assentou que os valores recebidos de boa-fé a título de benefício previdenciário, decorrentes de provimento antecipatório de tutela, são irrepetíveis por possuírem caráter alimentar.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

A Primeira Seção do STJ, por meio do julgamento proferido no REsp 1.401.560/MT, em regime de recurso repetitivo, reafirmou o entendimento no sentido da possibilidade de restituição dos valores pagos por força de decisão judicial precária.

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado do STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007805-23.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ELIZETE BEZERRA MENDES
PROC./ADV.: CLAUDIO DORNELES DA SILVA OAB: RS-54 799

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, fixou o limite da margem consignável do servidor militar no valor de 70% dos proventos.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a referida limitação no importe de 30%, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5056764-89.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RUBERVAL CAETANO JOBIM
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA OAB: RS-23021

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu valor integral da gratificação GDPST ao servidor aposentado.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "o cálculo da gratificação deve observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003800-46.2013.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EPAMINONDAS ROSA DA SILVA
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA OAB: RS-23021
PROC./ADV.: RENATO KLIEMANN PAESE OAB: RS-29 134

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, concedeu valor integral da gratificação GDPST ao servidor aposentado.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "o cálculo da gratificação deve observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002796-04.2013.4.04.7103
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RODRIGO SALVADOR SACKIS
PROC./ADV.: ÉDER TEIXEIRA CHAMORRA OAB: RS-57 269
LITISCONSORTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu reparação por danos materiais.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "Não há direito à pleiteada indenização em face da anulação de concurso público eivado de vícios, máxime quando os efeitos gerados pela nulidade atingiram mera expectativa de direito de candidato", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002451-97.2011.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA DE MELO SOUZA
PROC./ADV.: CLAUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, afastando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao idoso, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a situação de miserabilidade social.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003971-46.2012.4.04.7013
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARCILIA LOPES DE CAMARGO SANTOS
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, afastando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao idoso, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a situação de miserabilidade social da autora.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008736-72.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ARACI CARNEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, afastando a sentença, acolheu o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que houve incapacidade temporária em determinado período.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000630-71.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ FERNANDO DE CARVALHO ROCHA
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA OAB: RS-23021
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, concedeu valor integral de gratificação ao servidor aposentado.

É, no essencial, o relatório.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "o cálculo da gratificação deve observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001563-03.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUCIMAR MARIA FOSSATI DE CARVALHO
PROC./ADV: RODOLFO ACCADROLLI NETO OAB: RS-71 787
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo autor, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, não reconheceu a especialidade de determinados períodos trabalhados em atividade de magistério para fins de conversão em tempo comum.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Isto porque, enquanto o acórdão paradigma afastou o pedido de conversão da atividade de magistério exercida pela parte requerente em razão da impossibilidade instituída pela EC 18/81, a sentença julgou procedente no mérito por reconhecer que a segurada entrou na regra de transição da referida emenda por "ter a autora completado até a data do requerimento administrativo mais de 31 anos, 03 meses e 05 dias de tempo de serviço/contribuição, faz jus à aposentadoria por tempo de contribuição pela nova regra permanente, com RMI de 100%(cem por cento) do salário de benefício e com base nas contribuições vertidas até a DER."

Entendo, portanto, que a referida discussão merece melhor análise pelo colegiado desta TNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito a um dos juízes da TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5050594-38.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANA MARIA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: RACHEL TIECHER SILVEIRA OAB: RS 78.476
LITISCONSORTE: LETÍCIA MARIA GOMES DA SILVA
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de pensão por morte à parte autora, companheira do segurado falecido, sob o fundamento de que foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.

O recurso inominado, da litisconsorte Letícia Maria Gomes da Silva, viúva, foi provido, para julgar improcedente o pedido da parte autora, pela não comprovação da alegada união estável.

Sustenta a parte requente divergência de entendimento com julgados de turma recursal de diferente região, segundo a qual aceita a prova de convivência elaborada em cartório. Aduz que a prova testemunhal foi favorável à comprovação da união estável.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004665-79.2011.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA EDUARDA TILIAKI BARROZO
PROC./ADV.: SANDRA SOUZA ALMEIDA OAB: PR-58858

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, concedeu o auxílio-reclusão.

O Ministério Público manifestou-se pelo provimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) retrata(m) que para enquadramento do segurado no conceito de baixa renda para fins de percepção de auxílio-reclusão, deve corresponder ao último salário-de-contribuição efetivamente apurado antes do encarceramento, de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011065-42.2012.4.04.7208
ORIGEM: Turma Regional de Uniformização da 4ª Região
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): OTACIANO CARLOS FREITAS COSTA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região que, reformando o acórdão de origem, concedeu a verba pleiteada.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) retrata(m) a impossibilidade de extensão da vantagem prevista no artigo 63 da MP 2.229 - 43/2001 aos demais membros da carreira, de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5047922-23.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): TIAGO DUARTE BARBOSA
PROC./ADV.: FÁBIO DIAS CAMPÃO OAB: RS-77 018

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu a verba pleiteada à inicial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) retrata(m) a impossibilidade de extensão da vantagem prevista no artigo 63 da MP 2.229 - 43/2001 aos demais membros da carreira, de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5017162-91.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RAFAEL ANDRADE VANZO
PROC./ADV.: FÁBIO DIAS CAMPÃO OAB: RS-77 018

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu a verba pleiteada à inicial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) retrata(m) a impossibilidade de extensão da vantagem prevista no artigo 63 da MP 2.229 - 43/2001 aos demais membros da carreira, de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003677-84.2013.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELTON PINTO COLARES
PROC./ADV.: RENATO DUARTE DOS PASSOS FILHO OAB: RS-84273

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu diferenças de vencimentos em função da progressão funcional.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o termo inicial para a aplicação do regramento pretendido seria da data do requerimento administrativo quando houver necessidade de opção por parte do servidor, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003638-87.2013.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADMIR ALMEIDA DURO
PROC./ADV.: RENATO DUARTE DOS PASSOS FILHO OAB: RS-84273

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença diferenças de vencimentos em função da progressão funcional.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o termo inicial para a aplicação do regramento pretendido seria da data do requerimento administrativo quando houver necessidade de opção por parte do servidor,, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004065-84.2013.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELTON PINTO COLARES
PROC./ADV.: RENATO DUARTE DOS PASSOS FILHO OAB: RS-84273

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu diferenças de vencimentos em função da progressão funcional.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o termo inicial para a aplicação do regramento pretendido seria da data do requerimento administrativo quando houver necessidade de opção por parte do servidor, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5038307-43.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CLARA ZANOLLA
PROC./ADV.: SILVIA RESMINI GRANTHAM OAB: RS-57 193

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu a decadência do direito da Administração de revisar o ato de averbação da Certidão de Tempo de Serviço.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o referido prazo decadencial só teria início após o registro no Tribunal de Contas da União, voltando a correr pela metade, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005182-81.2011.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANA VIRGÍNIA LADEIRA SANZO
PROC./ADV.: VIVIANE VASCONCELOS OAB: RS-59 134

DECISÃO

Trata-se de incidentes de uniformização nacionais suscitados pelas partes ora requerentes, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu período de trabalho especial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "não se admite a conversão do tempo de serviço especial em comum para fins de contagem recíproca de tempo de serviço", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito os incidentes de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011155-49.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NELCI BETTIM DOS SANTOS
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA OAB: RS-23021
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT OAB: RS-41818
PROC./ADV.: TIAGO GORNICKI SCHNEIDER OAB: RS-68 833

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu a revisão da aposentadoria para fins de contagem de tempo de serviço especial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "ocorre 'a prescrição do fundo de direito nos casos em que houver pretensão de revisão do ato de aposentadoria de servidor público, com inclusão de tempo de serviço insalubre, desde que decorridos mais de cinco anos entre o ato da concessão e o ajuizamento da ação'", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005638-31.2011.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SIDNEY DE RAMOS GOMES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
LITISCONSORTE : UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu licença ambiental e seguro-defeso.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o "Ato de renovação de licença que não agride direito subjetivo, se não há para a Administração interesse em dar continuidade à exploração", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009764-93.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERENTE: ROGERIO ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ROGER HONÓRIO MEREGALLI DA SILVA OAB: RS45470

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, concedeu em parte o pedido relativo à progressão na carreira.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) "Atendidos os referidos requisitos, a autora passou a ter direito subjetivo à progressão, sendo que o decorrente ato administrativo é meramente declaratório,não podendo, portanto, somente ser editado em janeiro de cada ano e produzir efeitos financeiros após 1º de março do mês subseqüente, nos termos do art. 5º do Decreto nº 2.565, de 28/04/1998", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004310-07.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA DE SOUSA SILVA
PROC./ADV.: ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA OAB: PR 23.320
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, afastando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao idoso, sob o fundamento de que o cônjuge da requerente opôs obstáculos à verificação, por oficial de justiça, das reais condições socioeconômicas da família.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5040625-08.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DARCI CATARINA DE PAULA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial (LOAS)

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados retratam como absoluta a presunção de carência econômica quando preenchido o requisito objetivo da renda per capita inferior ¼ do salário mínimo, de forma contrária ao acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001676-67.2011.4.04.7014
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LILA CORDEIRO DE TOLEDO
PROC./ADV.: CIRLEI MALHERBI DOS SANTOS OAB: PR 11.054
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial (LOAS)

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados retratam como absoluta a presunção de carência econômica quando preenchido o requisito objetivo da renda per capita inferior ¼ do salário mínimo, de forma contrária ao acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5018874-25.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JAIR OTAVIO NOGUEIRA SOARES
PROC./ADV.: ODAIR APARECIDO DE MORAES JÚNIOR OAB: PR- 45 958

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, afastando parcialmente a sentença, acolheu o pedido de conversão do benefício de auxílio/doença em aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que restaram preenchidos os requisitos necessários.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5035509-84.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LUIZA ROSA DE LIMA MENDES
PROC./ADV.: CLÁUDIA SALLES VILELA VIANNA OAB: PR-26744
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, afastando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a patologia portada pela autora não a torna incapaz ao desempenho das atividades laborativas.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006627-82.2012.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EDMILSON BONFIM
PROC./ADV.: MOSHE LABIAK EVANGELISTA OAB: PR-24 826
PROC./ADV.: UBIRAJARA LABIAK EVANGELISTA OAB: PR-26 850
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, afastando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a patologia portada pelo autor não o torna definitivamente incapaz ao desempenho das atividades laborais, considerando seu contexto socioeconômico.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503197-39.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO JOSÉ BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão do benefício assistencial, alegando que não foram preenchidos os requisitos legais.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto a Turma de origem julgou improcedente o pedido, por entender que os rendimentos do núcleo familiar da parte autora superam em muito o limite legal, e os paradigmas colacionados, por seu turno, entendem que a renda auferida pela irmã maior e os benefícios previdenciários, no valor de um salário-mínimo, auferidos pelos pais da parte autora não devem ser considerados para o cômputo da renda per capita.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0002113-56.2011.4.01.9350
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: CONCEIÇÃO ROSA DA SILVA GONÇALVES
PROC./ADV.: ROOSEVELT KRISNAMURT FERREIRA OAB: GO-29627
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Goiás que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502772-39.2013.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: GENILDO DA SILVA ROCHA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

O acórdão recorrido, que manteve a sentença de origem, fundamenta-se na ausência de inaptidão total para o trabalho, ao passo que os paradigmas juntados retratam a necessidade de análise das condições pessoais quando reconhecida a incapacidade parcial.

Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503569-42.2013.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: SEVERINO RAMOS DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

O acórdão recorrido, que manteve a sentença de origem, fundamenta-se na ausência de inaptidão total para o trabalho, ao passo que os paradigmas juntados retratam a necessidade de análise das condições pessoais quando reconhecida a incapacidade parcial.

Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0523896-03.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DOS ANJOS CUNHA DE LIMA
PROC./ADV: FRANCISCO DANILO DE SOUZA LIMA OAB: CE-19 989
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, alterou a data de início da percepção do benefício à data da interposição da ação, nos seguintes termos:

"[...] Vale ressaltar que, embora tal prática seja legítima aos aplicadores do direito, mencionada técnica não é deferida aos servidores do INSS, os quais devem se pautar na estrita legalidade administrativa, não sendo razoável que os efeitos da concessão do benefício retroajam à época do requerimento administrativo, visto que a Autarquia Federal não agiu ao arrepio da lei ao negá-lo. Assim, deve a data da DIB ser alterada para a data da interposição da ação."

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na análise das circunstâncias especiais do caso concreto. Enquanto a sentença concedeu o benefício à parte autora com vigência a partir do requerimento administrativo, por terem sido preenchidos os requisitos em momento anterior à propositura da demanda, o acórdão de origem reformou a DIB à interposição da ação por entender que aos servidores e ex-servidores do INSS não é razoável se considerar a data de início do benefício à época do requerimento administrativo em respeito ao princípio da legalidade.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502936-53.2012.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EDUARDO CÉSAR DIAS ANDRADE SANTANA
PROC./ADV.: PEDRO DIAS DE ARAÚJO JÚNIOR OAB: SE-80

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, mantendo a sentença, reconheceu a irrepetibilidade de valores recebidos por força de licença para participação em curso de formação, concedida em sede de antecipação de tutela e confirmada por sentença, posteriormente reformada pelo TRF5.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o incidente defende que o caso se assemelharia ao REsp 1.384.418, que reconhece a possibilidade de restituição dos valores pagos por força de decisão judicial precária, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0012638-49.2013.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FRANCISCO VALDESLEY GOMES RODRIGUES
PROC./ADV.: LEONARDO DA COSTA OAB: AC-3 584

DECISÃO

Trata-se de incidentes nacionais de uniformização de jurisprudência suscitados pela partes ora requerentes, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que, mantendo a sentença, concedeu o pagamento de correção monetária incidente sobre a GDPST, referente ao período de 1º de janeiro de 2011 a 30 de julho de 2011.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "foram pagas na época apropriada - em julho de 2011 - as diferenças de pontuação da GDPST decorrentes da retroação dos efeitos compensatórios do 1º ciclo avaliativo, cujo término fora previsto para o mês de junho de 2011, não havendo de se falar em atraso ou mora que justifique a condenação no pagamento de correção monetária", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000142-38.2013.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JORGE MATIAS DELLA GIUSTINA
PROC./ADV.: ANGELA ROBERTA TROMBETA DELLA GIUSTINA OAB: SC-18654

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando a sentença, reconheceu a equiparação do valor recebido a título de auxílio pré-escolar para membros do mesmo poder.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que a impossibilidade de equiparação da citada verba, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001938-58.2013.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): BRUNO DE FARIAS FAVARO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, reconheceu a equiparação do valor recebido a título de auxílio pré-escolar para membros do mesmo poder.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que a impossibilidade de equiparação da citada verba, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001906-93.2012.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): IRMA ELLI EHLERS MULLER
PROC./ADV.: JOÃO VICENTE FEREGUETE OAB: RS-61101-A

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu a repetição do IRPF sobre a pensão do ex-combatente.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 201071650015561:

"TRIBUTÁRIO. IRPF. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE NÃO PORTADOR DE INCAPACIDADE OU INVALIDEZ. ISENÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.

1. A União pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, afastou a incidência de imposto de renda sobre pensão especial de ex-combatente da FEB e determinou a restituição dos valores retidos, observada a prescrição quinquenal. Alega que apenas o ex-combatente portador de sequela física ou psicológica da guerra faz jus à isenção do imposto de renda. Apontou como paradigma o acórdão proferido por esta Turma no Pedilef 2007.72.57.002736-7.

2. O Superior Tribunal de Justiça e esta Turma de Uniformização firmaram o entendimento de que a isenção do imposto de renda beneficia apenas os ex-combatentes cuja pensão especial seja decorrente de incapacidade ou invalidez. Precedentes do STJ (EDcl no AgRg no REsp 957.455/RS, 1ª Turma, relator o Sr. Ministro Luiz Fux, e o REsp 1.264.923/RS, 2ª Turma, relator o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques) e desta Turma (Pedilef 050066179.2008.4.05.8401, relator o Sr. Juiz Antônio Schenkel e Pedilef 2007.72.57.002736-7, relatora a Srª Juíza Joana Carolina Pereira)

3. A aposentadoria especial de ex-combatente concedida nos termos no art. 53, II, do ADCT/88 não possui natureza indenizatória, tendo em vista que independe da ocorrência de dano.

4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

5. O Presidente deste Colegiado poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24-10-2011.

6. Pedido de uniformização provido para julgar improcedente o pedido inicial."

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006980-76.2013.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LORENA JACI BUTZKE DOS SANTOS
PROC./ADV.: LEONARDO KAUER ZINN OAB: RS-51 156

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, na ação de repetição de indébito, concedeu o reajuste pleiteado à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 200971690011084:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. DIFERENÇAS DOS 11,98%. PERÍODOS DE JUN. 1994 a MAR. 1999 e DE FEV. 2000 a DEZ. 2001. VALORES RECONHECIDOS ADMINISTRATIVAMENTE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA REFORMADA PELA 1.ª TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DA TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DA 1.ª REGIÃO, DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO E DA 1.ª TURMA RECURSAL DO ACRE. CONTROVÉRSIA EXCLUSIVA QUANTO À

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INTERRUPÇÃO E REINÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. PARADIGMAS DE TRF. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES DA TRU - 1.ª REGIÃO E 1.ª TR/AC. DIVERGÊNCIA CONFIGURADA. JURISPRUDÊNCIA FIRMADA PELO STJ E PELA TNU NO SENTIDO DE QUE SE A ADMINISTRAÇÃO NÃO PAGA DÍVIDA RECONHECIDA OU NÃO PRATICA ATO QUE DEMONSTRE O SEU DESINTERESSE NO PAGAMENTO RESTA SUSPENSO O PRAZO PRESCRICIONAL. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO INCIDENTE.

- Comprovada a similitude fático-jurídica e a divergência entre o acórdão recorrido, que entendeu não ter havido o reinício da contagem do prazo prescricional, e os paradigmas da Turma Regional de Uniformização da 1.ª Região (IUJEF n.º 200530009099482, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Filho, DJ 1.º abr. 2008) e da 1.ª Turma Recursal do Acre (RI n.º 200530009099496, Rel. Juiz Federal Pedro Francisco da Silva, j. 1.º dez. 2006; e outros), tem cabimento o Incidente de Uniformização. Afastada, porém, a alegação de divergência com a jurisprudência de Tribunal Regional Federal (TRF - 1.ª Região) por ausência de previsão legal (Lei n.º 10.259/01, art. 14, § 2.º; TNU - Regimento Interno, art. 6.º, incisos I a III).

- As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. A prescrição de que se trata somente pode ser interrompida uma vez, e recomeça a correr, pela metade, da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper; e consumar-se-á no curso da lide sempre que a partir do último ato ou termo da mesma, inclusive da sentença nela proferida, embora passada em julgado, decorrer o prazo de dois anos e meio. Mas além de se distinguir a renúncia à prescrição pelo reconhecimento às parcelas ou ao próprio direito, anteriores a cinco anos do requerimento ou pedido judicial, da interrupção, que se dá em relação ao direito dentro do próprio quinquênio, não corre o prazo prescricional durante a demora que, no estudo, ao reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la.

- Hipótese na qual a recorrente alega que a decisão da Turma Recursal de origem, confirmando sentença de parcial procedência do pedido de parcelas atrasadas anteriores a 2001 do reajuste de 11,98%, divergiria da jurisprudência dominante da Turma Regional de Uniformização da 1.ª Região e da 1.ª Turma Recursal do Acre, segundo a qual o ato que reconhece administrativamente o direito à incorporação do reajuste de 11,98% constitui causa interruptiva da prescrição, cujo prazo volta a correr pela metade a contar da interrupção, conforme disposto no art. 3.º do Decreto n.º 4.597/42. Em razão da tese, estaria prescrita a pretensão do recorrido às diferenças anteriores a 2002 resultantes do referido reajuste.

- Em matéria semelhante, "O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, nas ações em que os servidores públicos pleiteiam diferenças salariais decorrentes da conversão do Cruzeiro Real em URV, não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que antecedeu a propositura da demanda. Inteligência da Súmula 85/STJ. 2. Assiste aos servidores do Poder Judiciário o direito ao resíduo de 11,98% em seus vencimentos, referente à conversão de tais valores de cruzeiros reais para URVs, conforme disposto na Medida Provisória 434/94 e suas reedições e no art. 22 da Lei n.º 8.880/94. Jurisprudência pacificada nas duas Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal" (STJ-REsp n.º 715667 RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJE 19 jun. 2006). Admitido pela própria União o direito ao reajuste de 11,98%, com interrupção da prescrição em face do ato administrativo do órgão competente, em relação ao reinício do prazo tem também decidido o STJ que, havendo reconhecimento de direito em processo administrativo, "este se ultima apenas com o cumprimento da obrigação, de sorte que o prazo prescricional permanece suspenso, conforme disposto no art. 4.º do Decreto n.º 20.910/32" (STJ - REsp n.º 1194939 RS, Rel. Ministro Luiz Fux, DJE 14 out. 2010), entendimento também pacificado nesta TNU (PEDILEF n.º 05022347920084058102, Rel. Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira, j. 29 fev. 2012; PEDILEF n.º 200771500154623, Rel. Janilson Bezerra de Siqueira, j. 27 jun. 2012).

- No caso, o reconhecimento da dívida ocorreu em 2000, em sede administrativa (P.A n.º 5.349/00), com interrupção da prescrição na referida data, cujo curso permanece suspenso até que a União efetive o pagamento ou pratique algum ato que torne evidente e inequívoco seu desinteresse em quitar a dívida, quando recomeçará o prazo a correr, pela metade (Decreto n.º 20.910/32, art. 9.º). No caso dos autos, como ressaltado pelo acórdão recorrido, "não obstante o ato administrativo no PA n.º 5.349/00, que reconheceu o direito à integralização do índice referente à conversão, a menor, em URV, das gratificações mensais a partir de 2002, tenha interrompido a prescrição quinquenal, tenho que, até este momento, não se operou o recomeço da contagem, pela metade, do indigitado prazo, pois, ao contrário do que alega a ré, ainda não ocorreu o último ato do processo para interromper a prescrição. Com efeito, o Ofício GAB-SGP n.º 109/2009 do Tribunal Regional Eleitoral, anexado pelo autor ao ingressar com a ação, baseado na informação do processo administrativo n.º 1820/2007, comprova que a questão não foi esgotada no âmbito administrativo, porque o pagamento da diferença de URV incidente sobre as gratificações de Chefes de Cartório e Escrivães Eleitorais do período de 1994 a 2001 aguarda pronunciamento do Tribunal Superior Eleitoral, que ainda não ocorreu, permanecendo interrompido, portanto, o prazo prescricional, a teor do art. 3.º, do Decreto-Lei n.º 4.597/42. Por outro lado, embora não tenha havido o recomeço do prazo prescricional, na hipótese, deve ser observada a prescrição quinquenal administrativa, cuja contagem é feita retroativamente ao ano 2000, quando foi protocolado o processo administrativo n.º 5.349, que enseja o afastamento das parcelas anteriores a 1995. Isto é, caso a Administração reconhecesse o direito às diferenças postuladas no PA n.º 5.349/2000, o pagamento, em âmbito administrativo, limitar-se-ia, em razão do referido instituto, aos cinco anos anteriores ao protocolo do requerimento. Dessa forma, entendo deva ser respeitada a prescrição administrativa e, nestes termos, considero prescritas as parcelas anteriores a 01.01.1995. Como o autor pretende o pagamento de diferenças somente a partir de junho de 1997, consoante requerimento formulado na inicial, há de ser afastada a prejudicial de prescrição levantada pela ré". Incide, pois, o dispositivo segundo o qual "Não corre a prescrição durante a demora que, no estudo, no reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiver as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la" (Decreto n.º 20.910/33, art. 4.º). E não há como considerar a pretensão subsidiária de limitar a concessão das diferenças "até dezembro de 1996, data da edição da Lei n.º 9.421/96, que fixou novos padrões remuneratórios para os servidores do Poder Judiciário", uma vez não tratada tal matéria no acórdão recorrido, e, nem ao menos, suscitada no recurso inominado contra ele interposto.

- Incidente de Uniformização conhecido para, reafirmando a tese de que o reconhecimento da dívida em sede administrativa antes de consumada a prescrição interrompe o seu curso, ficando o prazo suspenso até que ocorra o pagamento ou até que o devedor pratique ato que configure resistência em quitar a dívida, quando recomeçará a correr, pela metade (Decreto n.º 20.910/32, art. 9.º), negar provimento ao recurso.

- O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre a mesma questão sejam automaticamente devolvidos às respectivas Turmas de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido (TNU - Regimento Interno, art. 7.º, inciso VII, letra "a")."

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003214-30.2013.4.04.7106
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUCI MAIRI ETCHICHURY COSTEIRA
PROC./ADV.: MARCOS LAGUNA PEREIRA OAB: RS-58394

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, na ação de repetição de indébito, concedeu o reajuste pleiteado à inicial.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 200971690011084:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. DIFERENÇAS DOS 11,98%. PERÍODOS DE JUN. 1994 a MAR. 1999 e DE FEV. 2000 a DEZ. 2001. VALORES RECONHECIDOS ADMINISTRATIVAMENTE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA REFORMADA PELA 1.ª TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DA TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DA 1.ª REGIÃO, DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO E DA 1.ª TURMA RECURSAL DO ACRE. CONTROVÉRSIA EXCLUSIVA QUANTO À INTERRUPÇÃO E REINÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. PARADIGMAS DE TRF. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES DA TRU - 1.ª REGIÃO E 1.ª TR/AC. DIVERGÊNCIA CONFIGURADA. JURISPRUDÊNCIA FIRMADA PELO STJ E PELA TNU NO SENTIDO DE QUE SE A ADMINISTRAÇÃO NÃO PAGA DÍVIDA RECONHECIDA OU NÃO PRATICA ATO QUE DEMONSTRE O SEU DESINTERESSE NO PAGAMENTO RESTA SUSPENSO O PRAZO PRESCRICIONAL. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO INCIDENTE.

- Comprovada a similitude fático-jurídica e a divergência entre o acórdão recorrido, que entendeu não ter havido o reinício da contagem do prazo prescricional, e os paradigmas da Turma Regional de Uniformização da 1.ª Região (IUJEF n.º 200530009099482, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Filho, DJ 1.º abr. 2008) e da 1.ª Turma Recursal do Acre (RI n.º 200530009099496, Rel. Juiz Federal Pedro Francisco da Silva, j. 1.º dez. 2006; e outros), tem cabimento o Incidente de Uniformização. Afastada, porém, a alegação de divergência com a jurisprudência de Tribunal Regional Federal (TRF - 1.ª Região) por ausência de previsão legal (Lei n.º 10.259/01, art. 14, § 2.º; TNU - Regimento Interno, art. 6.º, incisos I a III).

- As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. A prescrição de que se trata somente pode ser interrompida uma vez, e recomeça a correr, pela metade, da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper; e consumar-se-á no curso da lide sempre que a partir do último ato ou termo da mesma, inclusive da sentença nela proferida, embora passada em julgado, decorrer o prazo de dois anos e meio. Mas além de se distinguir a renúncia à prescrição pelo reconhecimento às parcelas ou ao próprio direito, anteriores a cinco anos do requerimento ou pedido judicial, da interrupção, que se dá em relação ao direito dentro do próprio quinquênio, não corre o prazo prescricional durante a demora que, no estudo, ao reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la.

- Hipótese na qual a recorrente alega que a decisão da Turma Recursal de origem, confirmando sentença de parcial procedência do pedido de parcelas atrasadas anteriores a 2001 do reajuste de 11,98%, divergiria da jurisprudência dominante da Turma Regional de Uniformização da 1.ª Região e da 1.ª Turma Recursal do Acre, segundo a qual o ato que reconhece administrativamente o direito à incorporação do reajuste de 11,98% constitui causa interruptiva da prescrição, cujo prazo volta a correr pela metade a contar da interrupção, conforme disposto no art. 3.º do Decreto n.º 4.597/42. Em razão da tese, estaria prescrita a pretensão do recorrido às diferenças anteriores a 2002 resultantes do referido reajuste.

- Em matéria semelhante, "O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, nas ações em que os servidores públicos pleiteiam diferenças salariais decorrentes da conversão do Cruzeiro Real em URV, não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que antecedeu a propositura da demanda. Inteligência da Súmula 85/STJ. 2. Assiste aos servidores do Poder Judiciário o direito ao resíduo de 11,98% em seus vencimentos, referente à conversão de tais valores de cruzeiros reais para URVs, conforme disposto na Medida Provisória 434/94 e suas reedições e no art. 22 da Lei n.º 8.880/94. Jurisprudência pacificada nas duas Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal" (STJ-REsp n.º 715667 RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJE 19 jun. 2006). Admitido pela própria União o direito ao reajuste de 11,98%, com interrupção da prescrição em face do ato administrativo do órgão competente, em relação ao reinício do prazo tem também decidido o STJ que, havendo reconhecimento de direito em processo administrativo, "este se ultima apenas com o cumprimento da obrigação, de sorte que o prazo prescricional permanece suspenso, conforme disposto no art. 4.º do Decreto n.º 20.910/32" (STJ - REsp n.º 1194939 RS, Rel. Ministro Luiz Fux, DJE 14 out. 2010), entendimento também pacificado nesta TNU (PEDILEF n.º 05022347920084058102, Rel. Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira, j. 29 fev. 2012; PEDILEF n.º 200771500154623, Rel. Janilson Bezerra de Siqueira, j. 27 jun. 2012).

- No caso, o reconhecimento da dívida ocorreu em 2000, em sede administrativa (P.A n.º 5.349/00), com interrupção da prescrição na referida data, cujo curso permanece suspenso até que a União efetive o pagamento ou pratique algum ato que torne evidente e inequívoco seu desinteresse em quitar a dívida, quando recomeçará o prazo a correr, pela metade (Decreto n.º 20.910/32, art. 9.º). No caso dos autos, como ressaltado pelo acórdão recorrido, "não obstante o ato administrativo no PA n.º 5.349/00, que reconheceu o direito à integralização do índice referente à conversão, a menor, em URV, das gratificações mensais a partir de 2002, tenha interrompido a prescrição quinquenal, tenho que, até este momento, não se operou o recomeço da contagem, pela metade, do indigitado prazo, pois, ao contrário do que alega a ré, ainda não ocorreu o último ato do processo para interromper a prescrição. Com efeito, o Ofício GAB-SGP n.º 109/2009 do Tribunal Regional Eleitoral, anexado pelo autor ao ingressar com a ação, baseado na informação do processo administrativo n.º 1820/2007, comprova que a questão não foi esgotada no âmbito administrativo, porque o pagamento da diferença de URV incidente sobre as gratificações de Chefes de Cartório e Escrivães Eleitorais do período de 1994 a 2001 aguarda pronunciamento do Tribunal Superior Eleitoral, que ainda não ocorreu, permanecendo interrompido, portanto, o prazo prescricional, a teor do art. 3.º, do Decreto-Lei n.º 4.597/42. Por outro lado, embora não tenha havido o recomeço do prazo prescricional, na hipótese, deve ser observada a prescrição quinquenal administrativa, cuja contagem é feita retroativamente ao ano 2000, quando foi protocolado o processo administrativo n.º 5.349, que enseja o afastamento das parcelas anteriores a 1995. Isto é, caso a Administração reconhecesse o direito às diferenças postuladas no PA n.º 5.349/2000, o pagamento, em âmbito administrativo, limitar-se-ia, em razão do referido instituto, aos cinco anos anteriores ao protocolo do requerimento. Dessa forma, entendo deva ser respeitada a prescrição administrativa e, nestes termos, considero prescritas as parcelas anteriores a 01.01.1995. Como o autor pretende o pagamento de diferenças somente a partir de junho de 1997, consoante requerimento formulado na inicial, há de ser afastada a prejudicial de prescrição levantada pela ré". Incide, pois, o dispositivo segundo o qual "Não corre a prescrição durante a demora que, no estudo, no reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiver as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la" (Decreto n.º 20.910/33, art. 4.º). E não há como considerar a pretensão subsidiária de limitar a concessão das diferenças "até dezembro de 1996, data da edição da Lei n.º 9.421/96, que fixou novos padrões remuneratórios para os servidores do Poder Judiciário", uma vez não tratada tal matéria no acórdão recorrido, e, nem ao menos, suscitada no recurso inominado contra ele interposto.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

- Incidente de Uniformização conhecido para, reafirmando a tese de que o reconhecimento da dívida em sede administrativa antes de consumada a prescrição interrompe o seu curso, ficando o prazo suspenso até que ocorra o pagamento ou até que o devedor pratique ato que configure resistência em quitar a dívida, quando recomeçará a correr, pela metade (Decreto n.º 20.910/32, art. 9.º), negar provimento ao recurso.

- O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre a mesma questão sejam automaticamente devolvidos às respectivas Turmas de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido (TNU - Regimento Interno, art. 7.º, inciso VII, letra "a")."

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008795-69.2012.4.04.7200
ORIGEM: Turma Regional de Uniformização da 4ª Região
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RAFAEL MENDES DOS SANTOS
PROC./ADV.: FABRÍCIO MENDES DOS SANTOS OAB: SC-9683

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região que, mantendo o acórdão de origem, concedeu a verba pleiteada.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Com efeito, a Questão de Ordem 32/TNU disciplina que "O prazo para a interposição dos incidentes de uniformização nacional e regional é único e inicia-se com a intimação do acórdão proferido pela turma recursal, sendo incabível incidente nacional contra acórdão proferido por turma regional quando esta mantiver o acórdão de turma recursal pelos mesmos fundamentos".

No caso em exame, a Turma Regional manteve os mesmos fundamentos da Turma Recursal de Santa Catarina, por isso incabível o incidente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008504-84.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: REGINALDO APARECIDO ALVES
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a situação de miserabilidade social, após análise específica do contexto socioeconômico do autor.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010561-51.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DELAIR BLENS DE ALMEIDA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao idoso, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a situação de miserabilidade social, após análise específica do contexto socioeconômico da autora.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010065-80.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA INEZ MININEL ONOFRE
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a incapacidade laboral da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5017431-39.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DIVA APARECIDA DA SILVA RIBEIRO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao idoso, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a situação de miserabilidade social, após análise específica do contexto socioeconômico da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5038233-61.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LUCIA ROCIO DE MELO DE FREITAS
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, julgou improcedentes os pedidos de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez em razão da ausência de preenchimento dos requisitos exigidos para a concessão dos benefícios previdenciários.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias examinaram o acervo fático-probatório e concluíram que a requerente não faz jus aos benefícios previdenciários pleiteados, haja vista que não restou demonstrada a sua incapacidade laborativa.

Depreende-se, dessa forma, que foi analisada toda a documentação trazida aos autos, de modo que a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5012055-72.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NILDA MULLER VENTURINI
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao idoso, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a situação de miserabilidade social, após análise específica do contexto socioeconômico da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013945-22.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IVONIL CASTORINA PRADO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a incapacidade laborativa da autora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5051784-11.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FRANCISCO ARAUJO CHAVES
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, julgou improcedentes os pedidos de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez em razão da ausência de preenchimento dos requisitos exigidos para a concessão dos benefícios previdenciários.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias examinaram o acervo fático-probatório e concluíram que o requerente não faz jus aos benefícios previdenciários pleiteados, haja vista que não restou demonstrada a sua incapacidade laborativa.

Depreende-se, dessa forma, que foi analisada toda a documentação trazida aos autos, de modo que a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001659-12.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA OANNY SOARES PADILHA
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a miserabilidade, após análise específica do contexto socioeconômico da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007225-97.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NAZARE SEVERINO RODRIGUES
PROC./ADV.: CLAUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a incapacidade laborativa da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000866-97.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA SOARES BARROS
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a incapacidade laborativa da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006193-62.2013.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARCOS DE SOUSA
PROC./ADV: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
PROC./ADV: CYNTHIA RODRIGUES PEREIRA LUCIO OAB: PR-49713
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pela ausência de incapacidade para atividade habitual exercida pelo requerente.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

De igual modo, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas. Nesse sentido, incide o óbice da Súmula 22/TNU "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5021792-39.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IVO WALTRICK DE MIRANDA
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, em razão da ausência de preenchimento dos requisitos exigidos para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias examinaram o acervo fático-probatório e concluíram que o requerente não faz jus ao benefício previdenciário pleiteado, haja vista que não restou demonstrada a sua incapacidade laborativa.

Depreende-se, dessa forma, que foi analisada toda a documentação trazida aos autos, de modo que a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010594-02.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA ELIANE BRITO DE CHAGAS
PROC./ADV: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pela ausência de incapacidade para atividade habitual exercida pelo requerente.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

De igual modo, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas. Nesse sentido, incide o óbice da Súmula 22/TNU "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004527-60.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALEXANDRE ALBERTO PAWELSKI
PROC./ADV: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

CADERNO DISPONIBILIZAÇÃO PROIBIDA PARA COMERCIALIZAÇÃO

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, tendo em vista a preexistência da incapacidade do autor ao reingresso à qualidade de segurado.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

De igual modo, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas. Nesse sentido, incide o óbice da Súmula 22/TNU "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5015561-90.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ROBERTO COSTA E SILVA
PROC./ADV: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pela ausência de incapacidade para a atividade habitualmente exercida pelo requerente.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

De igual modo, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas. Nesse sentido, incide o óbice da Súmula 22/TNU "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009704-63.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ROSA LOPES DA SILVA BALBINO
PROC./ADV: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, uma vez que "o ingresso no RGPS no ano de 2005 ocorreu com o claro intuito de gozo de benefício por incapacidade, eis que a parte autora, com idade avançada (54 anos à época) e acometida de diversas enfermidades de natureza progressiva e degenerativa, decidiu adquirir a condição de segurada vertendo contribuições individuais. Assim, descumprindo o requisito, pressuposto para a concessão do benefício, impõe-se o Indeferimento do pedido."

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

De igual modo, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas. Nesse sentido, incide o óbice da Súmula 22/TNU "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5053464-31.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: RAQUEL GARZUZE DA SILVA AMORA
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, julgou improcedentes os pedidos de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez em razão da ausência de preenchimento dos requisitos exigidos para a concessão dos benefícios previdenciários.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias examinaram o acervo fático-probatório e concluíram que a requerente não faz jus aos benefícios previdenciários pleiteados, haja vista que não restou demonstrada a sua incapacidade laborativa.

Depreende-se, dessa forma, que foi analisada toda a documentação trazida aos autos, de modo que a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002627-76.2011.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ESTER LEANDRO DA COSTA DOS SANTOS
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a incapacidade laboral da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007346-94.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FADOL FLORES PIMENTA
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, julgou improcedentes os pedidos de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez em razão da ausência de preenchimento dos requisitos exigidos para a concessão dos benefícios previdenciários.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias examinaram o acervo fático-probatório e concluíram que a parte requerente não faz jus aos benefícios previdenciários pleiteados, haja vista que não restou demonstrada a sua incapacidade laborativa.

Depreende-se, dessa forma, que foi analisada toda a documentação trazida aos autos, de modo que a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003220-95.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARLENE BATISTA DOS ANJOS
PROC./ADV.: CLAUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a incapacidade laboral da autora para a realização de outras atividades laborativas.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003528-68.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA NOGUEIRA
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos o estado de miserabilidade social, após análise específica do contexto socioeconômico da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5022380-12.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NOEMIA GOMES VIEIRA
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de parcelas atrasadas devidas entre a propositura da ação ajuizada anteriormente (25/09/2007) e a concessão administrativa do benefício de aposentadoria por invalidez (17/12/2007), sob o fundamento de que a parte autora não se encontrava incapacitada de modo total e permanente no citado período.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias examinaram o acervo fático-probatório e concluíram que a requerente não faz jus ao benefício previdenciário pleiteado, haja vista que não restou demonstrada a sua incapacidade laborativa total e permanente no período de 25/09/2007 a 17/12/2007.

Dessa forma, considerando que foi analisada toda a documentação trazida aos autos, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011607-36.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARCOS ANTONIO ADRIANO
PROC./ADV: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pela ausência de incapacidade laboral do requerente.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

De igual modo, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas. Nesse sentido, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007047-27.2011.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ADELAIDE CAMARGO GORDIANO DE CASTRO
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao idoso, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos o estado de miserabilidade social, após análise específica do contexto socioeconômico da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007534-53.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANTONIO CARDOSO DA SILVA
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, julgou improcedentes os pedidos de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez em razão da ausência de preenchimento dos requisitos exigidos para a concessão dos benefícios previdenciários.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias examinaram o acervo fático-probatório e concluíram que o requerente não faz jus aos benefícios previdenciários pleiteados, haja vista que não restou demonstrada a sua incapacidade laborativa.

Depreende-se, dessa forma, que foi analisada toda a documentação trazida aos autos, de modo que a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5024882-21.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARLENE VIDAL MARTINS
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, julgou improcedentes os pedidos de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez em razão da ausência de preenchimento dos requisitos exigidos para a concessão dos benefícios previdenciários.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias examinaram o acervo fático-probatório e concluíram que a requerente não faz jus aos benefícios previdenciários pleiteados, haja vista que não restou demonstrada a sua incapacidade laborativa.

Depreende-se, dessa forma, que foi analisada toda a documentação trazida aos autos, de modo que a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5017985-71.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: GENI ALVES GONÇALVES
PROC./ADV.: ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA OAB: PR 23.320
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao idoso, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos o estado de miserabilidade social, após análise específica do contexto socioeconômico da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010419-08.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: GESSIELE MORAES DE CARVALHO
PROC./ADV.: ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA OAB: PR 23.320
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos o estado de miserabilidade social, após análise específica do contexto socioeconômico da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011235-53.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIANA SILVA GARCIA
PROC./ADV.: ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA OAB: PR 23.320
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao idoso, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos o estado de miserabilidade social, após análise específica do contexto socioeconômico da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5011760-17.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): TIAGO ALZUGUIR GUTIERREZ
PROC./ADV.: JOÃO CARLOS HARGER JÚNIOR OAB: SC-29 753

DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, concedeu indenização por danos materiais em decorrência de furto de motocicleta em prédio público.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

A matéria trazida à baila nesta instância - ausência de vigilância especializada - não foi sequer ventilada em instâncias inferiores, tendo em vista que o recurso inominado limitou-se a defender aspectos outros da responsabilidade do Estado.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 10/TNU ("Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido").

Quanto aos juros impostos, verifica-se que a parte não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Embora tenha reproduzido aresto supostamente oriundo da 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, não o identificou sequer pelo número.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0046548-25.2008.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANDERSON CAVICHIOLI
PROC./ADV.: BENEDITA PEREIRA DE MAGALHÃES OAB: DF-31859

DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal que, mantendo a sentença, reconheceu o pagamento de ajusta de custo.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a parte não se desincumbiu do ônus de demonstrar a divergência. As razões de recorrer, bem como os paradigmas acostados, tratam de remoção a pedido, ao passo que o acórdão vergastado fundamenta-se em situação fática distinta, ao conceder o pedido inicial:

"No caso, é incontroverso que o Autor foi requisitado para ocupar Função Comissionada e efetivamente entrou em exercício perante o Órgão requisitante, implicando em mudança de domicílio por lapso indeterminado, motivo pelo qual faz jus ao recebimento de ajuda de custo, como decidido em Primeiro Grau".

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0058672-02.2006.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALERIA MARIA CHAVES DE FIGUEIREDO
PROC./ADV.: MARIA ISABEL SILVA DIAS OAB: GO 13.796

DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Goiás que, mantendo a sentença, determinou que a entidade pública de abstivesse de descontar em folha valores do auxílio-transporte pagos indevidamente.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante no Superior Tribunal de Justiça, evidenciada no julgamento do(a) REsp 1244182:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 46, CAPUT, DA LEI N. 8.112/90 VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE POR INTERPRETAÇÃO ERRÔNEA DE LEI. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO. BOA-FÉ DO ADMINISTRADO. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC.

1. A discussão dos autos visa definir a possibilidade de devolução ao erário dos valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, quando pagos indevidamente pela Administração Pública, em função de interpretação equivocada de lei.

2. O art. 46, caput, da Lei n. 8.112/90 deve ser interpretado com alguns temperamentos, mormente em decorrência de princípios gerais do direito, como a boa-fé.

3. Com base nisso, quando a Administração Pública interpreta erroneamente uma lei, resultando em pagamento indevido ao servidor, cria-se uma falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos, impedindo, assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa-fé do servidor público.

4. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

5. Recurso especial não provido."

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002847-46.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDINA TOMAZELLI PAULINO
PROC./ADV.: GRACIANE TAÍS ALVES COELHO OAB: SC-21636
PROC./ADV.: J.N. COELHO NETO OAB: SC-5596

DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou a irrepetibilidade da verba alimentar recebida de boa-fé por força de erro da administração.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 50094896020114047204:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO ADMINISTRATIVA DE BENEFÍCIO. CONSTATAÇÃO DE ERRO. INEXIGIBILIDADE DAS PRESTAÇÕES PAGAS A MAIOR. BOA-FÉ DO SEGURADO E CARÁTER ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMA ÚNICO QUE NÃO REFLETE A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo INSS contra acórdão da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que negou provimento ao recurso da parte ré por entender que a parte autora não contribuiu para o erro do cálculo de seu benefício, posteriormente revisado pelo INSS, não podendo, assim, sofrer qualquer desconto em seu benefício. 2. Em seu pedido de uniformização, o INSS sustenta que a decisão guerreada não se harmoniza com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça a respeito da matéria, que somente afasta a aplicação do art. 115 da Lei n. 8.213/91 quando a majoração indevida do benefício deu-se por decisão judicial (REsp 1.110.075, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 03/08/2009). 3. Pedido de uniformização admitido na origem. 4. Tenho que o paradigma trazido pela parte recorrente não reflete a jurisprudência atual e dominante do STJ acerca da matéria em discussão. Precedentes mais recentes podem ser consultados na base de jurisprudência daquele Tribunal no sentido da desnecessidade de devolução de parcelas pagas a maior na hipótese de erro administrativo (AgRg no REsp 1084292/PB, Sexta Turma, Rel. Min. Vasco Della Giustina (Des. convocado), DJe 21/11/2011; AgRg no Ag 1428309/MT, Quinta Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe 31/05/2012). 5. Esta Turma Nacional também tem reconhecido o caráter alimentar da prestação e a boa-fé do segurado quando a percepção a maior do benefício é decorrente de erro da própria Administração. Nesse sentido: Pedilef 5001609-59.2012.4.04.7211, Rel. Paulo André Espírito Santo, DOU 21/01/2014; Pedilef 200481100262066, Rel. José Antonio Savaris, DOU 25/11/2011; e Pedilef 00793098720054036301, Rel. Janilson Bezerra de Siqueira, DOU 25/05/2012. Veja-se que não se tratou em tais casos da devolução de valores concedidos por força de tutela antecipada, mas sim do caráter alimentar da parcela recebida e da boa-fé do segurado na percepção de renda mensal maior, calculada equivocadamente pelo INSS.

[...]

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011562-89.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: YOSHIAKI ISHIBATA
PROC./ADV.: MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA OAB: PR 16.802
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo das provas dos autos e condições sócio-econômicas da parte autora, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5012552-86.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA LUIZA VANZELLA MEISEN
PROC./ADV.: MARCO HENRIQUE D. BEFFA OAB: PR 29.156
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo das provas dos autos e condições sócio-econômicas da parte autora, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0016372-81.2008.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANA LUCIA VIANA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que, mantendo a sentença, julgou parcialmente procedente o pedido de restabelecimento do benefício de auxílio-doença, a contar da juntada do laudo pericial, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, posto que ajuizou a ação quando ainda ostentava a qualidade de segurada.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003454-93.2011.4.04.7007
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EZEQUIEL DIAS MOTTA
PROC./ADV.: DÉBORA CRISTINA DE SOUZA MACIEL OAB: PR 52.599
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo das provas dos autos e condições sócio-econômicas da parte autora, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007532-83.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA LINDAMIR RIBEIRO
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, julgou improcedentes os pedidos de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez em razão da ausência de preenchimento dos requisitos exigidos para a concessão dos benefícios previdenciários.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

As instâncias ordinárias examinaram o acervo fático-probatório e concluíram que a requerente não faz jus aos benefícios previdenciários pleiteados, haja vista que não restou demonstrada a sua incapacidade laborativa.

Depreende-se, dessa forma, que foi analisada toda a documentação trazida aos autos, de modo que a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002147-52.2012.4.04.7013
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA APARECIDA ALMEIDA
PROC./ADV.: JOSÉ FRANCISCO DO PRADO JÚNIOR OAB: PR 43.662
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo das provas dos autos, entendeu que o requisito da incapacidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000099-23.2012.4.04.7013
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DEVENIR JOSÉ DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FERNANDO ROSA FORTES OAB: PR 48.296
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo das provas dos autos, entendeu que o requisito da incapacidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5016250-66.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NELSON DA CUNHA
PROC./ADV.: ORLANDO RIBEIRO OAB: PR 19.291
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico e das provas dos autos, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004028-94.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: TARCILIO PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JORGE ROBERTO M. JUNIOR OAB: PR 43.381
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico e das provas dos autos, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008684-31.2011.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: GILVAN BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: CAROLINA BAPTISTA BENATTO OAB: PR 31.007
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico e das provas dos autos, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003061-46.2012.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: TAKEO ONISHI
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ SPANCERSKI OAB: PR 33.257
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico e das provas dos autos, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001127-19.2013.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CÍCERO DE ALMEIDA RODRIGUES
PROC./ADV.: ROSEMAR CRISTINA L. M. VALONE OAB: PR 30.511
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico e das provas dos autos, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001127-19.2013.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CÍCERO DE ALMEIDA RODRIGUES
PROC./ADV.: ROSEMAR CRISTINA L. M. VALONE OAB: PR 30.511
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico e das provas dos autos, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000531-44.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANTONIO FEITOZA DE LIMA
PROC./ADV.: ANA C. ARNALDI ZANONI OAB: PR 33.213
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico e das provas dos autos, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005176-77.2011.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: RICARDO MARCON DE SOUZA
PROC./ADV.: MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA OAB: PR 16.802
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico e das provas dos autos, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5024573-34.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: PEDRO PARAILIO DE LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo das provas dos autos, entendeu que o requisito da incapacidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003842-65.2012.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: RICARDO MARCON DE SOUZA
PROC./ADV.: MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA OAB: PR 16.802
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico e das provas dos autos, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5046860-88.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSELIA SANTOS DE FREITAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo das provas dos autos, entendeu que o requisito da incapacidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000497-27.2013.4.04.7015
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: APARECIDO PELEGRINA
PROC./ADV.: CIRINEU DIAS OAB: PR 22.500
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico e das provas dos autos, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003317-74.2012.4.04.7008
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARILDA MOREIRA SANTOS
PROC./ADV.: RODRIGO GABRIEL BROTTO OAB: PR-38 242
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez/auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006245-07.2012.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ZENILDA GONCALVES BUREI
PROC./ADV.: JOSELICE BAUTITZ OAB: PR-24854
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada especial da autora no período anterior ao início da incapacidade.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006081-54.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ERMENEGILDA SILVEIRA DOS REIS
PROC./ADV: RENATA SILVA BRANDÃO OAB: PR-30452
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

A Turma de origem, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos necessários à concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não merece prosperar.

O STJ, por sua Terceira Seção, assentou que a limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada como a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

No presente caso, a instância ordinária, com base no acervo fático-probatório da lide, incluindo análise minuciosa das condições físicas e financeiras da parte ora recorrente, concluiu pela ausência dos requisitos necessários à concessão do benefício assistencial.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5036529-47.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MAYUMY AKIKO REMEDI
REQUERENTE: ORCÍLIO REMEDI
REQUERENTE: RODRIGO FERRASSA PLACIDO REMEDI
PROC./ADV.: RAFAEL BUCCO ROSSOT OAB: PR-43538
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a incapacidade é preexistente ao ingresso no RGPS.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006439-47.2011.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NADIR PEREIRA DE CARVALHO
PROC./ADV.: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO OAB: PR-16794
PROC./ADV.: EDNA MARIA ARDENGHI DE CARVALHO OAB: PR-39716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a incapacidade da autora é preexistente ao seu ingresso no RGPS.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001748-59.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ZELIA SUELI SILVA
PROC./ADV.: ANDRE LUIZ PERES ARANTES OAB: PR-64 097
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005779-25.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IOLANDA BITTENCOURT
PROC./ADV.: SONIA APARECIDA YADOMI OAB: PR-30987
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que a incapacidade da autora é preexistente ao seu ingresso no RGPS.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003260-28.2013.4.04.7006
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EVA DORVALINO GOMES
PROC./ADV.: EDILBERTO SPRICIGO OAB: PR-42702
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que,mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5020048-35.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARLOS ROBERTO BUCKO
PROC./ADV.: ALAN RODRIGO PUPIN OAB: PR-42543

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que restaram preenchidos os requisitos necessários.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5039615-89.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SUELY APARECIDA PIRES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LORENA MARINS SCHWARTZ OAB: PR-16 773

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que a autora/requerida preencheu os requisitos necessários.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004990-20.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NELSON TAIETTI FELICIO
PROC./ADV.: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO OAB: PR-16794
PROC./ADV.: EDNA MARIA ARDENGHI DE CARVALHO OAB: PR-39716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral do autor.

Consignou, ainda, a instância de origem, que não se poderia atender o pleito alternativo de concessão de aposentadoria por idade, diante da ausência de interesse de agir, tendo em vista que o requerente não formulou requerimento administrativo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008617-26.2012.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ADETI HENNING
PROC./ADV.: LEONARDO DOLFINI AUGUSTO OAB: PR 28.799
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5020036-55.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CLAUDINEY ESTEVAM
PROC./ADV.: LUIZ LOPES BARRETO OAB: PR-23 516
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004993-72.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANTONIA MARIA JESUS DOS SANTOS
PROC./ADV.: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO OAB: PR-16794
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a enfermidade portada pela autora não a torna incapaz de realizar as atividades laborais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005699-86.2011.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANGELINA NEVES DAM
PROC./ADV: JOÃO LUIZ SPANCERSKI OAB: PR-33257
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

A Turma de origem fixou o termo inicial do benefício previdenciário à data da juntada do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual o termo a quo do benefício em debate é a data do cancelamento indevido.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

"a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500)."

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento diverso da perícia, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do laudo pericial, sendo irretocável o acórdão impugnado, incidindo à espécie a Questão de Ordem nº 13: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.(Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005)."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2013.

PROCESSO: 5002430-06.2011.4.04.7015
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: GALERANA MERCIA STABILE
PROC./ADV: CARLOS ANTONIO STOPPA OAB: PR 10.709
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

A Turma de origem, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos necessários à concessão do benefício assistencial de prestação continuada.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não merece prosperar.

No presente caso, as instâncias ordinárias, com base no acervo fático-probatório da lide, incluindo análise minuciosa das condições pessoais, sociais e econômicas da parte ora recorrente, concluíram que não foi verificada a carência econômica necessária à percepção do benefício.

Com efeito, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, as decisões de origem devem ser mantidas.

Ainda que assim não fosse, a pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001425-69.2013.4.04.7017
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA DA CONCEIÇÃO MACHADO SILVA
PROC./ADV: NATALINA INACIO LIMA PIAZZA OAB: PR-46634

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

A Turma de origem, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos necessários à concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não merece prosperar.

O STJ, por sua Terceira Seção, assentou que a limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada como a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

No presente caso, a instância ordinária, com base no acervo fático-probatório da lide, incluindo análise minuciosa das condições pessoais, sociais e financeiras da parte ora recorrente, concluiu pela ausência dos requisitos necessários à concessão do benefício assistencial.

Assim, a pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002062-68.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IVONE VAZ DE OLIVEIRA PASSARIN
PROC./ADV: HÉLDER MASQUETE CALIXTI OAB:PR-36289
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

A Turma de origem, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos necessários à concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não merece prosperar.

No presente caso, as instâncias ordinárias, com base no acervo fático-probatório da lide, incluindo análise minuciosa das condições pessoais, sociais e econômicas da parte ora recorrente, concluiram pela ausência dos requisitos necessários à concessão do benefício assistencial.

Com efeito, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, as decisões de origem devem ser mantidas.

Ainda que assim não fosse, a pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006928-29.2012.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): PATRÍCIA DE MIRANDA ANDRADE
PROC./ADV: ANDERSON MACOHIN OAB:SC-23056

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, concedeu parcialmente o pleito da segurada, condenando o INSS a abster-se de cobrar os valores pagos a maior pelo erro de cálculo na renda mensal inicial do auxílio-doença.

Sustenta a parte ora requerente que é devida a devolução dos valores indevidamente pagos ao segurado ainda que sejam de boa-fé, uma vez que o indébito foi decorrente de erro administrativo.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece prosperar.

Verifica-se que a questão versada nos autos, qual seja, devolução de valores de benefícios recebidos indevidamente, já foi apreciado por esta TNU e nesse sentido já consolidou seu entendimento por meio do PEDILEF nº200971950009710 nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO ADMINISTRATIVA DE BENEFÍCIO. CONSTATAÇÃO DE ERRO. INEXIGIBILIDADE DAS PRESTAÇÕES PAGAS A MAIOR. BOA-FÉ DO SEGURADO E CARÁTER ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMA ÚNICO QUE NÃO REFLETE A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo INSS contra acórdão da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que negou provimento ao recurso da parte ré por entender que a parte autora não contribuiu para o erro do cálculo de seu benefício, posteriormente revisado pelo INSS, não podendo, assim, sofrer qualquer desconto em seu benefício. 2. Em seu pedido de uniformização, o INSS sustenta que a decisão guerreada não se harmoniza com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça a respeito da matéria, que somente afasta a aplicação do art. 115 da Lei n. 8.213/91 quando a majoração indevida do benefício deu-se por decisão judicial (REsp 1.110.075, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 03/08/2009). 3. Pedido de uniformização admitido na origem. 4. Tenho que o paradigma trazido pela parte recorrente não reflete a jurisprudência atual e dominante do STJ acerca da matéria em discussão. Precedentes mais recentes podem ser consultados na base de jurisprudência daquele Tribunal no sentido da desnecessidade de devolução de parcelas pagas a maior na hipótese de erro administrativo (AgRg no REsp 1084292/PB, Sexta Turma, Rel. Min. Vasco Della Giustina (Des. convocado), DJe 21/11/2011; AgRg no Ag 1428309/MT, Quinta Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe 31/05/2012). 5. Esta Turma Nacional também tem reconhecido o caráter alimentar da prestação e a boa-fé do segurado quando a percepção a maior do benefício é decorrente de erro da própria Administração. Nesse sentido: Pedilef 5001609-59.2012.4.04.7211, Rel. Paulo André Espírito Santo, DOU 21/01/2014; Pedilef 200481100262066, Rel. José Antonio Savaris, DOU 25/11/2011; e Pedilef 00793098720054036301, Rel. Janilson Bezerra de Siqueira, DOU 25/05/2012. Veja-se que não se tratou em tais casos da devolução de valores concedidos por força de tutela antecipada, mas sim do caráter alimentar da parcela recebida e da boa-fé do segurado na percepção de renda mensal maior, calculada equivocadamente pelo INSS. 6. Aplicação ao caso da Questão de Ordem TNU n. 13 para não conhecer do pedido de uniformização ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido"). 7. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a, do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Destarte, incide à espécie o óbice da Questão de Ordem nº 13: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5004584-56.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SILVESTRE SELHORST
PROC./ADV.: MARCELO SELHORST OAB: RS-70 896
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou a pretensão de transformação da aposentadoria em integral.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante no Supremo Tribunal Federal evidenciada no julgamento do RE 656.860:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS. ART. 40, § 1º, I, DA CF. SUBMISSÃO AO DISPOSTO EM LEI ORDINÁRIA. 1. O art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal assegura aos servidores públicos abrangidos pelo regime de previdência nele estabelecido o direito a aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. O benefício será devido com proventos integrais quando a invalidez for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, "na forma da lei". 2. Pertence, portanto, ao domínio normativo ordinário a definição das doenças e moléstias que ensejam aposentadoria por invalidez com proventos integrais, cujo rol, segundo a jurisprudência assentada pelo STF, tem natureza taxativa. [...]"

Destarte, incide, mutatis mutandis, o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003048-78.2011.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DALVA PEIXOTO DE ALMEIDA
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE OAB: RS-59707
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou a pretensão de transformação da aposentadoria em integral.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante no Supremo Tribunal Federal evidenciada no julgamento do RE 656.860:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS. ART. 40, § 1º, I, DA CF. SUBMISSÃO AO DISPOSTO EM LEI ORDINÁRIA. 1. O art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal assegura aos servidores públicos abrangidos pelo regime de previdência nele estabelecido o direito a aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. O benefício será devido com proventos integrais quando a invalidez for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, "na forma da lei". 2. Pertence, portanto, ao domínio normativo ordinário a definição das doenças e moléstias que ensejam aposentadoria por invalidez com proventos integrais, cujo rol, segundo a jurisprudência assentada pelo STF, tem natureza taxativa. [...]"

Destarte, incide, mutatis mutandis, o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507816-14.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: COSME RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Questão de Ordem 13 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto a jurisprudência da TNU entendeu que, até antes de 1995, não é necessário comprovação efetiva da exposição às condições prejudiciais a integridade física, porém, no presente caso houve comprovação do exercício da atividade de vigilante por meio do PPP.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e na jurisprudência da TNU, entenderam pela ausência de prova da periculosidade da atividade prestada e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 2 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5050520-47.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SELMA FAGUNDES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, negou a irrepetibilidade de valores indevidos recebidos por beneficiário de boa-fé na via administrativa, a título de pensão por morte.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender que seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu de julgados da TNU, que, ao contrário, decidiu pela impossibilidade de tais descontos, diante da boa-fé da parte.

É, no essencial, o relatório.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela

Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.

[...]

5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.

6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.

7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."

Conclui-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência da TNU, razão pela qual, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5018808-30.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MOOSELE JOSUÉ MEIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de pagamento das diferenças entre valores de auxílio-alimentação, sob o fundamento de que o benefício deve ser pago de forma isonômica.

Consta nos autos que a requerente interpôs simultaneamente incidentes de uniformização regional e nacional, tendo sido determinada a retenção do primeiro, tendo em vista que houve admissão de recurso idêntico no processo n. 5003657-03.2012.4.04.7207, não julgado até o presente momento.

É, no essencial, o relatório.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio da Questão de Ordem nº 28, decidiu que, havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.

Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para o prosseguimento do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0012031-95.2007.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSETTE PEREIRA GODOY
PROC./ADV: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação do período laborado como professora, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual é cabível a averbação do tempo de serviço como especial da atividade exercida como professor, mesmo após a edição da Emenda Constitucional 18/1981.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se inicialmente que os acórdãos paradigmas não guardam relação fático-jurídica com os termos fundamentados no acórdão recorrido, uma vez que restou afastado o pedido de conversão do período especial, por entender que o caso concreto não se enquadra em uma das hipóteses reconhecidas como atividade especial de magistério, enquanto que os acórdãos paradigmas tratam da possibilidade de conversão da atividade de magistério após a EC 18/81. Nesse sentido, aplica-se à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ainda que assim não fosse, tampouco, no mérito, a parte obteria êxito, uma vez que esta TNU, no julgamento do PEDILEF 50109441320134047003, firmou orientação no sentido de que não é possível a conversão da atividade comum de professor em especial, após o advento da Emenda Constitucional n. 18/1991. Senão, vejamos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL. MAGISTÉRIO. CONVERSÃO DE PERÍODO POSTERIOR À EC 18/81. IMPOSSIBILIDADE. REGIME EXCEPCIONAL. EFETIVO EXERCÍCIO EM FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 40, INCISO III, "B", DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ADI Nº 178-7/RS. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STF. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO."

No mesmo sentido, o pretório excelso já sedimentou seu entendimento sobre o assunto por meio do ARE 703550:

"Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral da questão constitucional reconhecida. Reafirmação de jurisprudência. 2. Direito Previdenciário. Magistério. Conversão do tempo de serviço especial em comum. 3. Impossibilidade da conversão após a EC 18/81. Recurso extraordinário provido. Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reputou constitucional a questão. O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada. No mérito, por maioria, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não se manifestou a Ministra Cármen Lúcia. (ARE 703550 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 02/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-207 DIVULG 20.10.2014 PUBLIC 21.10.2014)"

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0009161-21.2005.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA AMÉLIA TORRES DA SILVA
PROC./ADV.: ALEXANDRE CALIXTO OAB: SP-175240

DECISÃO

Compulsando os autos, verifica-se que a parte ora requerente, inconformada com o acórdão de origem, suscitou pedido de uniformização regional, com fundamento no art. 14, §1º, da Lei n. 10.259/2001 (evento 36).

Após o incidente ter sido admitido pelo Juízo Federal Coordenador das Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo, os autos foram remetidos para esta Turma Nacional.

Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para o prosseguimento do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500478-21.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MAYCON SAVIO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, dando provimento a recurso do INSS, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foi preenchido o requisito legal relativo à renda per capita do requerente e de sua família.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente ao cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as condições sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001308-33.2012.4.04.7011
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SUELI DA SILVA PERIN
PROC./ADV: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR 23.771
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente merece seguimento.

Com efeito, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as condições sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003169-48.2012.4.04.7013
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IZALINA BARBOSA DE OLIVEIRA
PROC./ADV: JOSÉ FRANCISCO DO PRADO JÚNIOR OAB: PR-43662
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização interposto contra acórdão que negou provimento ao Pedido de Uniformização Nacional, suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

A Turma de origem, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos necessários à concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88, visto que a composição da renda familiar supera o limite objetivo de ¼ do salário mínimo.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente merece prosperar.

Em que pese ter havido um entendimento diverso pelas instâncias de origem é de se notar que o entendimento solidificado no âmbito do STJ exclui na composição da renda familiar per capita o valor do benefício previdenciário percebido pelo idoso, conforme Resp nº 1355052:

"BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO OU ASSISTENCIAL, NO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO, RECEBIDO POR IDOSO OU DEFICIENTE QUE FAÇA PARTE DO NÚCLEO FAMILIAR, (NÃO) DEVE SER CONSIDERADO NA AFERIÇÃO DA RENDA PER CAPITA PREVISTA NO ARTIGO 20, § 3º, DA LEI N. 8.742/93 ANTE A INTERPRETAÇÃO DO QUE DISPÕE O ARTIGO 34, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 10.741/03 (ESTATUTO DO IDOSO)."

No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 580.963/PR (DJe 14.11.2013), assim decidiu:

Benefício assistencial de prestação continuada ao idoso e ao deficiente. Art. 203, V, da Constituição.

A Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar o art. 203, V, da Constituição da República, estabeleceu os critérios para que o benefício mensal de um salário mínimo seja concedido aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

2. Art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993 e a declaração de constitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1.232.

Dispõe o art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 que:

"considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo".

O requisito financeiro estabelecido pela Lei teve sua constitucionalidade contestada, ao fundamento de que permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial previsto constitucionalmente.

Ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.232-1/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4499599. Supremo Tribunal Federal Inteiro Teor do Acórdão - Página 1 de 97

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Decisões judiciais contrárias aos critérios objetivos preestabelecidos e processo de inconstitucionalização dos critérios definidos pela Lei 8.742/1993.

A decisão do Supremo Tribunal Federal, entretanto, não pôs termo à controvérsia quanto à aplicação em concreto do critério da renda familiar per capita estabelecido pela LOAS. Como a Lei permaneceu inalterada, elaboraram-se maneiras de

contornar o critério objetivo e único estipulado pela LOAS e de avaliar o real estado de miserabilidade social das famílias com entes idosos ou deficientes. Paralelamente, foram editadas leis que estabeleceram critérios mais elásticos para concessão de outros benefícios assistenciais, tais como: a Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; a Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; a Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; a Lei 9.533/97, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. O Supremo Tribunal Federal, em decisões monocráticas, passou a rever anteriores posicionamentos acerca da intransponibilidade dos critérios objetivos. Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais

por parte do Estado brasileiro).

4. A inconstitucionalidade por omissão parcial do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. O Estatuto do Idoso dispõe, no art. 34, parágrafo único, que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS. Não exclusão dos benefícios assistenciais recebidos por deficientes e de previdenciários, no valor de até um salário mínimo, percebido por 2 Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4499599. Supremo Tribunal Federal Inteiro Teor do Acórdão -

idosos. Inexistência de justificativa plausível para discriminação dos portadores de deficiência em relação aos idosos, bem como dos idosos beneficiários da assistência social em relação aos idosos titulares de benefícios previdenciários no valor de até um salário mínimo. Omissão parcial inconstitucional.

5. Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003.

6. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

Conclui-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência do STF, no sentido de que o benefício de caráter previdenciário concedido a membro da família não será considerado para efeitos de cálculo da renda familiar.

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou seguimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000732-30.2013.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO BENTO DOS SANTOS
PROC./ADV: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO OAB: PR-16794
PROC./ADV: EDNA MARIA ARDENGHI DE CARVALHO OAB: PR-39716
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte ora requerente que os acórdãos de origem estão em confronto com o entendimento pacificado no âmbito do STJ e da TNU, nos quais refutam a aferição da renda per capita familiar sem que sejam feitas as análises circunstanciais do requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente comporta seguimento.

Inicialmente, no que concerne ao entendimento da TNU acerca da composição da renda familiar a jurisprudência consolidou-se no sentido de que, "na composição da renda, a noção de grupo familiar deve ser aferida conforme interpretação restrita do disposto no art. 16 da Lei nº. 8.213/91 e no art. 20 da Lei nº. 8.742/93 o que, no caso concreto, exclui do grupo familiar os filhos maiores de 21 anos não inválidos, conforme a redação desses dispositivos em vigor da data do requerimento do benefício". Nesse sentido: PEDILEF 200663010523815.

Ademais, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido." (REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao incidente. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as condições sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501691-82.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JOSÉ JURANDY DA SILVA
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE PAIVA PINHEIRO T. LIMA OAB: CE 16.516
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE 7.128

DESPACHO

Trata-se, na origem, de pedido de benefício assistencial que foi julgado improcedente, sendo reformado pelo acórdão recorrido para dar parcial provimento ao recurso inominado da parte autora.

Inconformada, o autor formulou pedido de uniformização regional, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01.

Inadmitido pelo Presidente da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a parte autora interpôs agravo para a Turma Regional. Entretanto, os autos foram remetidos para a Turma Nacional de Uniformização.

Desse modo, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma de origem para o prosseguimento do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506935-41.2012.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ RODRIGUES DE AZEVEDO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora recorrente, pretendendo a reforma de acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará, que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, com efeitos a partir do laudo pericial, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos legais.

Sustenta o requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido está divergente com julgado da TNU e da Turma Recursal de outra região, que aponta pela concessão do benefício a partir da data da cessação indevida do benefício.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Razão assiste ao recorrente.

A TNU, no julgamento do PEDILEF 05017677720064058100, reafirmou o seu entendimento no sentido de que:

"PREVIDENCIÁRIO. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA. DOENÇA ANTERIOR À PERÍCIA. CONSTATAÇÃO PELA SENTENÇA. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO: DATA DO CANCELAMENTO INDEVIDO DO BENEFÍCIO E NÃO A DATA DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO. 1. O autor, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que, confirmando os termos da sentença, acolheu em parte o pedido do recorrente, reputando devida a concessão do auxílio-doença a partir da realização da perícia médica judicial (DIB 19-6-2007). Sustenta, em síntese, que a decisão impugnada contraria o entendimento predominante do Superior Tribunal de Justiça e da Turma Recursal do Paraná, no sentido de que o marco inicial da concessão do auxílio-doença somente é contado a partir da juntada do laudo médico-pericial, nos casos em que não houver requerimento administrativo. Pede, ao final, que a DIB seja fixada na data do cancelamento indevido do aludido benefício. Cita como paradigmas o processo de n. 2005.70.95.00.1275-0 e o REsp 445.604/SC. 2. Encontra-se configurada a divergência exigida pelo art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, já que o cerne principal da discussão cinge-se à definição do termo inicial do benefício previdenciário de auxílio-doença, na hipótese de a perícia judicial não conseguir especificar a data de início da incapacidade laborativa do segurado (DII). 3. Ao sentenciar, disse o juiz: "7. Designada perícia, concluiu o vistor oficial que o autor deambula 'quase' normalmente, tendo se submetido a duas cirurgias para correção da coluna, portador que é de hérnia de disco, o que não compromete, todavia, as suas atividades de rotina. Finalizou: 'Atualmente, encontra-se em tratamento no Hospital Geral de Fortaleza, no ambulatório de dor, com o atestado apresentando CID.10:54.5 (lombalgia). Fazendo uso de Amitriplina 25 mg/dia e Trileptol 300mg duas vezes ao dia. A incapacidade não impede o paciente de desenvolver outros tipos de trabalho. A impossibilidade é apenas a de submeter-se a atividade que requeira esforço físico. A pessoa em questão era pedreiro'. 8. Diante da conclusão da perícia, verifica-se que, embora o autor apresente moléstia que exige cuidados, tal fato não se caracteriza, por si só, como incapacitante para deferimento do benefício de Aposentadoria por Invalidez." 4. Razão assiste ao recorrente. Esta Turma já firmou o entendimento de que, em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante desde a data do indevido cancelamento. Precedentes: Pedilef 2010.71.65.00.1276-6 (DJ: 26-10-2012), relator o Sr. Juiz Janilson Bezerra de Siqueira , Pedilef 2009.71.50.0133-8 (DJ: 31-8-2012), relator o Sr. Juiz Alcides Saldanha Lima e o Pedilef 2007.72.57.00.3683-6 (DJ: 11-6-2010), de relatoria da Srª Juíza Jacqueline Michels Bilhalva. 5. Percebe-se, pelos termos da sentença, confirmada pelo acórdão, que o recorrente já estava doente quando da realização da perícia, havendo referência a uma única doença, relacionada a problemas ortopédicos, inclusive em atendimento em ambulatório de hospital público. Assim, não poderia ter sido deferido o benefício por incapacidade desde o exame. 6. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 7. Incidente conhecido e provido para: (i) reafirmar a tese de que, em se tratando de restabelecimento de benefício de auxílio-doença e verificada a incapacidade anterior à perícia, a data do exame não pode ser considerada como marco do seu reinício; (ii) reformar o acórdão impugnado, determinando o pagamento das parcelas atrasadas do auxílio-doença do recorrente desde a data da indevida cessação, ou seja, a partir de 16-2-2006 (NB 136.369.231-0."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

FALTA PLAP DE ASSINATURA DIGITAL

Determino, pois, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

ATOS ORDINATÓRIOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao embargado para resposta:

PROCESSO: 0014197-40.2006.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
EMBARGANTE: IRANY SALES DE SOUZA
PROC./ADV.: ROQUE RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR
OAB: SP-89472
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0508448-75.2011.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
EMBARGANTE: MANOEL PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 5003682-52.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
EMBARGANTE: JENIFFER CAROLINA DOS SANTOS
PROC./ADV.: BADRYED DA SILVA
OAB: PR-42071
EMBARGANTE: JESSICA CRISTINA SANTOS
PROC./ADV.: BADRYED DA SILVA
OAB: PR-42071
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 5005632-48.2012.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: WALMOR PAULO KRUGER
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA PIEROZAN
OAB: RS-44061
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0000812-59.2005.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
EMBARGANTE: KAUE THOMAZ DOS REIS OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0012101-18.2007.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
EMBARGANTE: DORIVAL ANTONIO LICCIARDI
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2009.51.51.014879-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
EMBARGANTE: ANTONIO MANUEL TORRE DO VALLE DAVILLEZ
PROC./ADV.: ORNEY MARTINS CORREA
OAB: RJ 102.232
EMBARGADO(A):CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB: BB-0000000
PROCESSO: 2008.51.51.032235-6
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
EMBARGANTE: ANTONIO PEREIRA VALENTIN
PROC./ADV.: MARIA DE FÁTIMA MACIEL GROSSI KOSSUGA
OAB: RJ 72.171
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2010.51.51.007147-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
EMBARGANTE: MARIA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES MOREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 5005890-07.2011.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: ANIDA HEIDEMANN SCHEER
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 5018630-18.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE: MAURO JOSÉ FERNANDES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0022254-56.2011.4.02.5151
ORIGEM: Turma Recursal Seção Judiciária do Rio de Janeiro
EMBARGANTE: ROSIL FIRMINO MARINHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0512527-11.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
EMBARGANTE: EDSON EPIFANIO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCESSO: 0506908-94.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
EMBARGANTE: RICARDO BARBOSA PEREIRA
PROC./ADV.: RICARDO DIEGO NUNES PEREIRA
OAB: SE-5 549
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 5001527-61.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO(A):JOEL SOARES
PROC./ADV.: FABIANO MATOS DA SILVA
OAB: SC-13585
PROCESSO: 5058423-02.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):: VERA BEATRIZ BARBOSA
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
OAB: RS-23021
PROCESSO: 5040297-10.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
EMBARGANTE: ARLINEU RIBAS
PROC./ADV.: ELISANGELA PEREIRA
OAB: PR-26296
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0501719-81.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO(A): MARCOS DE MOURA PEREIRA
PROC./ADV.: CRISTIANE PÉRSICO DE ALMEIDA
OAB: RN-4199
PROCESSO: 0012809-79.2009.4.01.3900
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
EMBARGANTE: NESTOR DA COSTA BARRADAS
PROC./ADV.: JOSEMI NOGUEIRA ARAUJO
OAB: GO-23053
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0515720-05.2011.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
EMBARGANTE: CACILDA OLIVEIRA SANTOS SOUZA
PROC./ADV.: NARA LUCIA TREVISAN GANDOLFO
OAB: AL-6535
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 5000764-48.2012.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE: EDUARDO REZENDE DE REZENDE
PROC./ADV.: PAULA CRISTHINA BOEIRA MENDES
OAB: SC-25 932
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 5013545-80.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):ALBI JUSTINO DE CASTRO
PROC./ADV.: EMMANUEL MARTINS
OAB: SC-23080
PROCESSO: 2007.71.60.004050-0
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: ROSÂNGELA ALVES LEITE PEREIRA
PROC./ADV.: REGIANE ALVES LEITE
OAB: RS-41300
EMBARGADO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCESSO: 2007.38.00.733726-2
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
EMBARGANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): MARIA LÚCIA ZEI DA ROCHA E OUTROS
PROC./ADV.: ARLETE ROSA AMARAL
OAB: MG-83635
PROCESSO: 0000026-64.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
EMBARGANTE: ABDO FARRET NETO E OUTROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
PROC./ADV.: JOSÉ NICODEMOS DE A. JÚNIOR
OAB: RN-6792
PROC./ADV.: EDUARDO ANTÔNIO DANTAS NOBRE
OAB: RN-1476
EMBARGADO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao suscitado para contrarrazões ao Incidente de Uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO: 0000042-20.2012.4.04.7295
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITANTE: MANOEL FELIX ALVES
PROC./ADV.: ANA CAROLINA ZANATTA OLSEN
OAB: SC-23111
SUSCITADO(A): JUÍZO FEDERAL E JEF CIVIL E CRIMINAL DE TUBARÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
LITISCONSORTE : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 5010930-17.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITANTE: JUSTINA MESNEROVISCZ
PROC./ADV.: J.N. COELHO NETO
OAB: SC-5596
PROC./ADV.: RODRIGO COELHO
OAB: SC-18124
SUSCITADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0503665-15.2012.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE: VERA MARIA PEREIRA DE LIMA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO
OAB: CE 7.576
SUSCITADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao recorrido para contrarrazões ao Recurso Extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal:

PROCESSO: 5003815-39.2013.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VILMA AGAPITO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: WALDEREZ MARIA XAVIER
OAB: RS-34788
PROC./ADV.: VALDINEI ANTUNES GONÇALVES
OAB: RS-34172
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 0003074-36.2006.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ONOFRE MALAQUIAS PEREIRA
PROC./ADV.: VALDIR NAPOLITANO
OAB: SP-29931
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 12 de novembro de 2014

Processo TRT Nº 4642/2010

Ratifico a inexigibilidade da licitação, com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista a prorrogação do prazo de vigência do Contrato TRT nº 23/2010, firmado com a Empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 59.456.277/0001-76, cujo objeto é a atualização de licenças de software e de suporte para programa de computador Oracle Database Standard Edition, no valor global de R$ 29.871,40, por 12 meses, a contar de 23 de dezembro de 2014.

Des. FRANCISCO DAS C. DE LIMA FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 454, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

Fixa os valores das anuidades, taxas e multas devidas aos Conselhos Regionais de Administração e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência que lhe é conferida pela Lei 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto 61.934, de 22 de dezembro de 1967, e o Regimento do CFA aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 432, de 8 de março de 2013,

CONSIDERANDO o disposto no art. 12, alínea "a", da Lei nº 4.769/1965; no art. 2º da Lei nº 11.000/2004; no art.40, alínea "a", do Decreto nº 61.934/1967; e na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011; e a

DECISÃO do Plenário em sua Reunião Extraordinária, realizada no dia 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fixar os valores das anuidades, taxas e multas devidas aos Conselhos Regionais de Administração.

§ 1º O pagamento das anuidades deverá ser efetuado até o dia 31 de março de cada ano.

§ 2º As anuidades pagas após 31 de março de cada ano serão acrescidas de multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

§ 3º O profissional que requerer cancelamento ou licença de registro deverá pagar os duodécimos da anuidade até a data do requerimento, com os devidos acréscimos legais.

Art. 2º O CRA poderá conceder desconto de até 30% (trinta por cento) para pagamento da anuidade em cota única, efetuado até 31 de março de cada ano.

Art. 3º Os valores das anuidades, taxas e multas devidos por Pessoa Física são:

I - ANUIDADE DE PESSOAS FÍSICAS - PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R$)
Administrador	331,00
Bacharel em determinada Área da Administração	
Tecnólogo	225,00

II - TAXAS	VALOR (R$)
a) Registro Profissional	29,00
b) Carteira de Identidade Profissional	29,00
c) Substituição de Carteira ou Expedição de 2ª via	29,00
d) Cancelamento de Registro Profissional	117,00
e) Licença de Registro Profissional	117,00
f) Transferência de Registro Profissional	29,00
g) RRT (Registro de Responsabilidade Técnica)	29,00
h) RCA (Registro de Comprovação de Aptidão ou Registro de Atestado de Capacidade Técnica)	29,00
i) Certidões (de Regularidade, RCA, Acervo Técnico e outras)	29,00
j) Visto em documentos expedidos por outros CRAs	29,00
k) Remessa e Retorno (Processo em grau de recurso)	135,00

III - MULTAS	VALOR (R$)
a) Exercício ilegal da Profissão	
a.1) Falta de Registro Profissional no CRA	797,00
a.2) Não Graduado em Administração	2.655,00
a.3) Falta de pagamento da anuidade devida ao CRA	532,00
b) Sonegação de informações/documentos - Embaraço à Fiscalização	2.655,00

§ 1º O valor da taxa prevista na alínea "j" do inciso II deste artigo refere-se a um único documento, independente do número de folhas, devendo-se multiplicar o valor fixado pelo número de documentos anexados ao requerimento.

§ 2º Os serviços relacionados no inciso II deste artigo, exceto o previsto na alínea "d", poderão ser obtidos se o profissional estiver em dia com suas obrigações legais e regulamentares perante o CRA.

§ 3º Fica terminantemente proibida a inclusão de cobrança no boleto da anuidade, que deverá se destinar exclusivamente para o recebimento da anuidade.

Art. 4º Os recém-formados que se registrarem no respectivo CRA em até 60 (sessenta) dias após a colação de grau, a critério do Plenário do CRA, poderão ter a isenção da primeira anuidade.

Parágrafo único Os Bacharéis em Administração e os graduados em Cursos Tecnológicos que colarem grau nos meses de novembro e dezembro e providenciarem o registro profissional junto ao CRA em um dos citados meses, ficarão isentos, respectivamente, do pagamento de 2/12 (dois doze avos) ou de 1/12 (um doze avos) da anuidade do ano em curso, bem como do pagamento integral da anuidade do ano subsequente, de acordo com os critérios do Plenário de cada CRA.

Art. 5º Quando do primeiro registro, os Profissionais de Administração que não se enquadrarem no artigo anterior, recolherão apenas as parcelas correspondentes aos duodécimos vincendos da anuidade do exercício.

Art. 6º Fica facultado ao CRA da jurisdição do Profissional registrado comprovadamente carente, realizar o parcelamento da anuidade do exercício, sem desconto, desde que o prazo de pagamento não ultrapasse o exercício financeiro.

§ 1º Ao profissional que não apresentar condições de atender ao disposto no caput deste artigo, será concedida isenção, mediante aprovação pelo Plenário do CRA.

§ 2º Será considerado profissional carente ou hipossuficiente, aquele que atender ao disposto no Artigo 1º da Resolução Normativa CFA nº 360/2008.

Art. 7º Os valores das anuidades, taxas e multas devidas por Pessoa Jurídica são:

I - ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	REGISTRO PRINCIPAL	REGISTRO SECUNDÁRIO
CAPITAL SOCIAL	R$	R$
a) Até R$ 50.000,00	455,00	227,00
b) De R$ 50.000,01 a R$ 200.000,00	628,00	314,00
c) De R$ 200.000,01 a R$ 500.000,00	869,00	434,00
d) De R$ 500.000,01 a R$ 1.000.000,00	1.203,00	601,00
e) De R$ 1.000.000,01 a R$ 2.000.000,00	1.663,00	831,00
f) De R$ 2.000.000,01 a R$ 10.000.000,00	2.299,00	1.149,00
g) Acima de R$ 10.000.000,01	3.181,00	1.590,00
h) Empresa Júnior, SEBRAE-UF	455,00	227,00

II - TAXAS	R$
a) Registro de Pessoa Jurídica	88,00
b) Cancelamento de Registro de Pessoa Jurídica	117,00
c) Certidões	88,00
d) RCA (Registro de Comprovação de Aptidão ou Registro de Atestado de Capacidade Técnica	88,00
e) Visto em documentos fornecidos por outros CRAs (valor por doc)	29,00
f) Remessa de Retorno (processo em grau de recurso)	135,00

III - MULTAS	R$
a) Falta de registro de Pessoa Jurídica no CRA	3.181,00
b) Conivência com o exercício ilegal da Profissão de Administrador	2.655,00
c) Falta do Administrador Responsável Técnico	1.590,00
d) Pela falta de pagamento da anuidade do CRA, de acordo com as seguintes classes de Capital Social	
d.1) Até R$ 50.000,00	455,00
d.2) De R$ 50.000,01 até R$ 200.000,00	628,00
d.3) De R$ 200.000,01 até R$ 500.000,00	868,00
d.4) De R$ 500.000,01 até R$ 1.000.000,00	1.203,00
d.5) De R$ 1.000.000,01 até R$ 2.000.000,00	1.663,00
d.6) De R$ 2.000.000,01 até R$ 10.000.000,00	2.299,00
d.7) Acima de R$ 10.000.000,01	3.181,00
e) Sonegação de informações/documentos - Embaraço à Fiscalização	2.655,00

§ 1º O valor da taxa prevista na alínea "e" do inciso II deste artigo refere-se a um único documento, independente do número de folhas, devendo-se multiplicar o valor fixado pelo número de documentos anexados ao requerimento.

§ 2º No caso de a pessoa jurídica não possuir capital social e nos casos de empresas sem fins lucrativos, as mesmas recolherão a anuidade com base na faixa de capital de até R$ 50.000,00 (R$ 455,00).

§ 3º Será cobrada anuidade complementar à pessoa jurídica, sempre que houver atualização do seu capital social.

§ 4º Qualquer um dos serviços relacionados no inciso II deste artigo somente poderão ser requeridos por pessoa jurídica que estiver em dia com suas obrigações legais e regulamentares perante o CRA, entendido como em dia, inclusive, o parcelamento de débitos em andamento.

§ 5º Os Conselhos Regionais de Administração ficam autorizados a conceder desconto de até 30% (trinta por cento) às Organizações de Capital Social até R$ 5.000,00, às entidades sem fins lucrativos e às que não possuem Capital, que efetuarem o pagamento da anuidade até o dia 31/03/2015.

Art. 8º As filiais ou representações de pessoas jurídicas localizadas na jurisdição do CRA de sua sede, com capital destacado no quadro constante do inciso I do art. 7º, pagarão anuidade correspondente a este capital.

Art. 9º Quando do primeiro registro, a Pessoa Jurídica recolherá apenas os duodécimos vincendos da anuidade do exercício.

Art. 10 As filiais ou representações de pessoas jurídicas, instaladas em jurisdição de outro CRA que não o de sua sede, pagarão anuidade referente ao Registro Secundário, conforme estabelecido no inciso I do Artigo 7º, desta Resolução Normativa.

Art. 11 Nos casos de reincidência da mesma infração, praticada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após a primeira, o valor da multa corresponderá ao dobro da antecedente.

Art. 12 As certidões expedidas pelos CRAs terão os seguintes prazos de validade:

I - Certidão de RCA (Registro de Comprovação de Aptidão): 6 (seis) meses;

II - Certidão de AT (Acervo Técnico): 6 (seis) meses;

III - Demais certidões: até 31 de dezembro do exercício de sua expedição.

Art. 13 O descumprimento desta Resolução Normativa, no seu todo ou em parte, implicará em responsabilidade pessoal e pecuniária do infrator, sem prejuízo das penalidades previstas no Código de Ética dos Profissionais de Administração e na legislação vigente.

Art. 14 Esta Resolução Normativa entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução Normativa CFA nº 436, de 22 de novembro de 2013.

SEBASTIÃO LUIZ DE MELLO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 222, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Homologa o resultado das eleições do Coren/RN, referentes ao mandato do triênio 2015/2017, Quadro I e Quadro II/III e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, em conjunto com o Primeiro-Secretário da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

CONSIDERANDO o art. 8º, VIII da Lei nº 5.905/1973, que estabelece como competência do Cofen homologar, suprir ou anular atos dos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o que consta no Parecer do GTAE nº 67/2014, grupo instituído pela Portaria Cofen nº 039/2014, cuja composição foi posteriormente alterada pela Portaria Cofen nº 433/2014, posteriormente derrogada pela Portaria Cofen nº 752/2014;

CONSIDERANDO que, após a votação, o Plenário do Coren/RN proclamou o resultado das eleições do Regional, por meio da Decisão nº 75/2014, descumprindo, portanto, o que estabelece o §4º do art. 57 da Resolução Cofen nº 355/2009, o qual prevê que a publicação do resultado das eleições só poderá ocorrer depois da homologação pelo Plenário do Cofen;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Cofen, em sua 456ª Reunião Ordinária, quando foi homologado o resultado das eleições do Coren/RN, referentes ao mandato do triênio 2015/2017, e proclamados os eleitos naquele pleito;

CONSIDERANDO tudo mais o que consta dos autos do PAD Cofen nº 240/2014, decide:

Art. 1º Anular a Decisão Coren/RN nº 75/2014.

Art. 2º Homologar o resultado das Eleições do Coren/RN, ocorridas nos dias 13 e 14/09/2014, para o Quadro I e para os Quadros II/III, referentes ao mandato correspondente ao triênio 01/01/2015 a 31/12/2017, para que produzam os reais e legais efeitos previstos na Resolução Cofen nº 355/2009.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Proclamar, como vencedores das Eleições ao Quadro I, os seguintes profissionais, todos componentes da CHAPA 01, a saber:

Conselheiros Efetivos do Quadro I:

Maria Neuza da Nóbrega Almintas, Coren-RN 15.057-ENF;

Francisca Gerlane Sarmento de Oliveira, Coren-RN 37.765-ENF;

Ricardo Manhães de Araújo, Coren-RN 30.156-ENF;

Suerda Santos Menezes, Coren-RN 63.738-ENF;

Maria do Socorro Oliveira Lima, Coren-RN 15.056-ENF.

Conselheiros Suplentes do Quadro I:

Aura Helena Gomes Dantas de Araújo, Coren-RN 24.395-ENF;

Hylarina Maria Montenegro Diniz Silva, Coren-RN 37.325-ENF;

Maria Jardete Ferreira Marques, Coren-RN 33.668-ENF;

Vera Lúcia da Silva Ferreira, Coren-RN 26.699-ENF;

Jarbas de Morais Paiva, Coren-RN 61.843-ENF. Art. 4º Proclamar, como vencedores das Eleições aos Quadros II/III, os seguintes profissionais, todos componentes da CHAPA 01, a saber:

Conselheiros Efetivos dos Quadros II/III:

Henrique Eduardo Pessoa da Silva, Coren-RN 188.456-AE;

Lucielma da Silva Ferreira, Coren-RN 204.587-AE;

Luís Flavio Bandeira da Luz, Coren-RN 269.339-TE;

José Cláudio Miranda de Macedo, Coren-RN 56.323-TE.

Conselheiros Suplentes dos Quadros II/III:

Vanildo Fernandes de Moura, Coren-RN 243.375-AE;

José Josimar Henrique da Silva, - Coren-RN 478.761-AE;

Luzirene Barbosa de Oliveira, - Coren-RN 262.933-AE;

Sonia Maria Anacleto Trigueiro Silva, Coren-RN 204.685-AE.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSVALDO ALBUQUERQUE SOUSA FILHO
Presidente do Conselho

GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE
1º Secretário

RETIFICAÇÃO

No Art. 3º, da Decisão Cofen nº 221, de 12 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 2014, na Seção 1, página 78, na relação de Conselheiros Suplentes dos Quadros II/III, inclua-se, por ter sido omitido: Ildefonso Márcio Oliveira da Silva, Coren-SP 441.041-TE.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

RECURSO DE ARQUIVAMENTO

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 1178/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 455/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 28 de julho de 2014. (data do julgamento) ANA MARIA VIEIRA RIZZO, Presidente da Sessão; MANUEL LOPES LAMEGO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 1734/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Sindicância nº 0036/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 29 de julho de 2014. (data do julgamento) ANA MARIA VIEIRA RIZZO, Presidente da Sessão; MANUEL LOPES LAMEGO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7729/2011 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 64.636/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator.

Brasília, 15 de setembro de 2014. (data do julgamento) MARTA RINALDI MULLER, Presidente da Sessão; ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 0072/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 78.459/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de setembro de 2014. (data do julgamento) ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; MAURO SHOSUKA ASATO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2881/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 616/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de setembro de 2014. (data do julgamento) MARTA RINALDI MULLER, Presidente da Sessão; JAILSON LUIZ TÓTOLA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2891/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Sindicância nº 136/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de setembro de 2014. (data do julgamento) RENATO FRANÇOSO FILHO, Presidente da Sessão; ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3279/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Sindicância nº 0146/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de setembro de 2014. (data do julgamento) JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4019/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Sindicância nº 101/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 15 de setembro de 2014. (data do julgamento) JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4282/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 88.858/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de setembro de 2014. (data do julgamento) ALDAIR NOVATO SILVA, Presidente da Sessão; ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4640/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Sindicância nº 35/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de setembro de 2014. (data do julgamento) ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; RENATO FRANÇOSO FILHO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5028/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Sindicância nº 136/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 16 de setembro de 2014. (data do julgamento) ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; MAURO SHOSUKA ASATO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5250/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 101/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 15 de setembro de 2014. (data do julgamento) ALDAIR NOVATO SILVA, Presidente da Sessão; ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5251/2014 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 808/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 15 de setembro de 2014. (data do julgamento) ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES, Relatora.

Brasília-DF, 12 de outubro de 2014.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o caput do art. 128, acrescenta o art. 128-A, altera o caput do art. 131, com alteração e renumeração de seus parágrafos, acrescenta o art. 131-B e altera e renumera os parágrafos e altera o inciso II do anterior § 2º, atual § 5º, do art. 133 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n. 8.906, de 1994).

O CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, V, da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 - Estatuto da Advocacia e da OAB, e considerando o decidido nos autos da Proposição n. 49.0000.2014.012597-4/COP, resolve:

Art. 1º O Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8.906, de 1994), passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 128. O Conselho Seccional, até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da votação, no último ano do mandato, convocará os advogados inscritos para a votação obrigatória, mediante edital resumido, publicado na imprensa oficial, do qual constarão, dentre outros, os seguintes itens: ..." "Art. 128-A. A Diretoria do Conselho Federal, no mês de fevereiro do ano das eleições, designará Comissão Eleitoral Nacional, composta por 05 (cinco) advogados e presidida preferencialmente por Conselheiro Federal que não seja candidato, como órgão deliberativo encarregado de supervisionar, com função correcional e consultiva, as eleições seccionais e a eleição para a Diretoria do Conselho Federal." "Art. 131. São admitidas a registro apenas chapas completas, que deverão atender ao mínimo de 30% (trinta por cento) e ao máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo, com indicação dos candidatos aos cargos de diretoria do Conselho Seccional, de conselheiros seccionais, de conselheiros federais, de diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados e de suplentes, se houver, sendo vedadas candidaturas isoladas ou que integrem mais de uma chapa. § 1º O percentual mínimo previsto no caput deste artigo poderá ser alcançado levando-se em consideração a chapa completa, compreendendo os cargos de titular e de suplência, não sendo obrigatória a observância em cargos específicos ou de diretoria, incluindo a do Conselho Federal. § 2º Para o alcance do percentual mínimo previsto no caput deste artigo observar-se-á o arredondamento de fração para cima, considerando-se o número inteiro de vagas subsequente. § 3º É facultativa a observação do percentual mínimo previsto neste artigo nas Subseções que não possuam Conselho. § 4º O requerimento de inscrição, dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral, é subscrito pelo candidato a Presidente e por 02 (dois) outros candidatos à Diretoria, contendo nome completo, nº de inscrição na OAB e endereço profissional de cada candidato, com indicação do cargo a que concorre, acompanhado das autorizações escritas dos integrantes da chapa. § 5º Somente integra chapa o candidato que, cumulativamente: a) seja advogado regularmente inscrito na respectiva Seccional da OAB, com inscrição principal ou suplementar; b) esteja em dia com as anuidades; c) não ocupe cargos ou funções incompatíveis com a advocacia, referidos no art. 28 do Estatuto, em caráter permanente ou temporário, ressalvado o disposto no art. 83 da mesma Lei; d) não ocupe cargos ou funções dos quais possa ser exonerável ad nutum, mesmo que compatíveis com a advocacia; e) não tenha sido condenado em definitivo por qualquer infração disciplinar, salvo se reabilitado pela OAB, ou não tenha representação disciplinar em curso, já julgada procedente por órgão do Conselho Federal; f) exerça efetivamente a profissão, há mais de cinco anos, excluído o período de estagiário, sendo facultado à Comissão Eleitoral exigir a devida comprovação; g) não esteja em débito com a prestação de contas ao Conselho Federal, na condição de dirigente do Conselho Seccional ou da Caixa de Assistência dos Advogados, responsável pelas referidas contas, ou não tenha tido prestação de contas rejeitada, após apreciação do Conselho Federal, com trânsito em julgado, nos 08 (oito) anos seguintes; h) com contas rejeitadas segundo o disposto na alínea "a" do inciso II do art. 7º do Provimento n. 101/2003, ressarcir o dano apurado pelo Conselho Federal, sem prejuízo do cumprimento do prazo de 08 (oito) anos previsto na alínea "g"; i) não integre listas, com processo em tramitação, para provimento de cargos nos tribunais judiciais ou administrativos. § 6º A Comissão Eleitoral publica no quadro de avisos das Secretarias do Conselho Seccional e das subseções a composição das chapas com registro requerido, para fins de impugnação por qualquer advogado inscrito. § 7º A Comissão Eleitoral suspende o registro da chapa incompleta ou que inclua candidato inelegível na forma do § 5º, concedendo ao candidato a Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Seccional prazo improrrogável de cinco dias úteis para sanar a irregularidade, devendo a Secretaria e a Tesouraria do Conselho ou da Subseção prestar as informações necessárias. § 8º A chapa é registrada com denominação própria, observada a preferência pela ordem de apresentação dos requerimentos, não podendo as seguintes utilizar termos, símbolos ou expressões iguais ou assemelhados. § 9º Em caso de desistência, morte ou inelegibilidade de qualquer integrante da chapa, a substituição pode ser requerida, sem alteração da cédula única já composta, considerando-se votado o substituído. § 10. Os membros dos órgãos da OAB, no desempenho de seus mandatos, podem neles permanecer se concorrerem às eleições." "Art.131-B. Desde o pedido de registro da chapa, poderá ser efetuada doação para a campanha por advogados, inclusive candidatos, sendo vedada a doação por pessoas físicas que não sejam advogados e por qualquer empresa ou pessoa jurídica, sob pena de indeferimento de registro ou cassação do mandato. § 1º Será obrigatória a prestação de contas de campanha por parte das chapas concorrentes, devendo ser fixado pelo Conselho Federal o limite máximo de gastos. § 2º Também será fixado pelo Conselho Federal o limite máximo de doações para as campanhas eleitorais por parte de quem não é candidato." "Art. 133. ... § 1º A propaganda eleitoral, que só poderá ter início após o pedido de registro da chapa, tem como finalidade apresentar e debater propostas e ideias relacionadas às finalidades da OAB e aos interesses da Advocacia, sendo vedada a prática de atos que visem a exclusiva promoção pessoal de candidatos e, ainda, a abordagem de temas de modo a comprometer a dignidade da profissão e da Ordem dos Advogados do Brasil ou ofender a honra e imagem de candidatos. § 2º A propaganda antecipada ou proibida importará em notificação de advertência a ser expedida pela Comissão Eleitoral competente para que, em 24 (vinte e quatro horas), seja suspensa, sob pena de aplicação de multa correspondente ao valor de 01(uma) até 10 (dez) anuidades. § 3º Havendo recalcitrância ou reincidência, a Comissão Eleitoral procederá à abertura de procedimento de indeferimento ou cassação de registro da chapa ou do mandato, se já tiver sido eleita. § 4º Se a Comissão Eleitoral entender que qualquer ato configure infração disciplinar, deverá notificar os órgãos correcionais competentes da OAB. § 5º É vedada: I - no período de 15 (quinze) dias antes da data das eleições, a divulgação de pesquisa eleitoral; II - no período de 30 (trinta) dias antes da data das eleições, a regularização da situação financeira de advogado perante a OAB para torná-lo apto a votar; III - no período de 60 (sessenta) dias antes das eleições, a promoção pessoal de candidatos na inauguração de obras e serviços da OAB; IV - no período de 90 (noventa) dias antes da data das eleições, a concessão ou distribuição, às Seccionais e Subseções, por dirigente, candidato ou chapa, de recursos financeiros, salvo os destinados ao pagamento de despesas de pessoal e de custeio ou decorrentes de obrigações e de projetos pré-existentes, bem como de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, ressalvados os casos de reposição, e a convolação de débitos em auxílios financeiros, salvo quanto a obrigações e a projetos pré-existentes. § 6º Qualquer chapa pode representar, à Comissão Eleitoral, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias, para que se promova a apuração de abuso. § 7º Cabe ao Presidente da Comissão Eleitoral, de ofício ou mediante representação, até a proclamação do resultado do pleito, instaurar processo e determinar a notificação da chapa representada, por intermédio de qualquer dos candidatos à Diretoria do Conselho ou, se for o caso, da Subseção, para que apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias, acompanhada de documentos e rol de testemunhas. § 8º Pode o Presidente da Comissão Eleitoral determinar à representada que suspenda o ato impugnado, se entender relevante o fundamento e necessária a medida para preservar a normalidade e legitimidade do pleito, cabendo recurso, à Comissão Eleitoral, no prazo de 3 (três) dias. § 9º Apresentada ou não a defesa, a Comissão Eleitoral procede, se for o caso, a instrução do processo, pela requisição de documentos e a oitiva de testemunhas, no prazo de 3 (três) dias. § 10. Encerrada a dilação probatória, as partes terão prazo comum de 2 (dois) dias para apresentação das alegações finais. § 11. Findo o prazo de alegações finais, a Comissão Eleitoral decidirá, em no máximo 2 (dois) dias, notificando as partes da decisão, podendo, para isso, valer-se do uso de fax. § 12. A decisão que julgar procedente a representação implica no cancelamento de registro da chapa representada e, se for o caso, na anulação dos votos, com a perda do mandato de seus componentes. § 13. Se a nulidade atingir mais da metade dos votos a eleição estará prejudicada, convocando-se outra no prazo de 30 (trinta) dias. § 14. Os candidatos da chapa que tiverem dado causa à anulação da eleição não podem concorrer no pleito que se realizar em complemento. § 15. Ressalvado o disposto no § 7º deste artigo, os prazos correm em Secretaria, publicando-se, no quadro de avisos do Conselho Seccional ou da Subseção, se for o caso, os editais relativos aos atos do processo eleitoral." Art. 2º O disposto nos §§ 1º e 2º do art. 131-B do Regulamento Geral, segundo a redação atribuída por esta Resolução, será regulamentado em normativo posterior do Conselho Federal, que organizará o sistema de controle interno para esse fim, devendo ser aplicado a partir das eleições da Ordem dos Advogados do Brasil a serem realizadas no ano de 2018. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO
Presidente do Conselho

HENRIQUE NEVES MARIANO
Relator

ACÓRDÃO

PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2014.013296-6/COP. Origem: Presidência do Conselho Federal da OAB. Memorando n. 109/2014-GPR. Assunto: Ajuizamento de mandado de segurança coletivo com pedido de liminar. Corregedoria Nacional da Justiça. Correição Ordinária n. 0006100-10.2014.2.00.0000. Decisão Cautelar. Tramitação sigilosa. Correição. Tribunal Regional Federal 1ª Região. Requisições de precatórios e RPVs. Recálculo. Provisionamento. Relator: Conselheiro Federal Walter Cândido dos Santos (MG). EMENTA N. 054/2014/COP: Mandado de Segurança Coletivo com Pedido de Liminar. Corregedoria Nacional da Justiça. Correição Ordinária n. 0006100-10.2014.2.00.0000. Decisão Cautelar. Tramitação sigilosa. Correição. Tribunal Regional Federal 1ª Região. Requisições de precatórios e RPVs. Recálculo. Provisionamento. Irregularidades. Legitimidade do Conselho Federal da OAB. Unificação dos procedimentos relativos a precatórios pelo CJF e sua aplicação uniforme por todos os Tribunais Regionais Federais. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília/DF, 4 de novembro de 2014. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente. Walter Cândido dos Santos, Relator.

Brasília-DF, 12 de novembro de 2014.
MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO
Presidente do Conselho

PROVIMENTO Nº 161, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o art. 2º, a alínea "k" do § 2º do art. 3º, o caput e o inciso II do § 1º do art. 6º e o caput do art. 7º, com alteração e renumeração dos seus parágrafos, acrescenta o art. 8º-A e altera o caput do art. 10, com alteração e renumeração de seus parágrafos e incisos, os incisos VI, VII, VIII e X do art. 12, o caput do art. 14 e o inciso I do art. 15 do Provimento n. 146/2011, que "Dispõe sobre os procedimentos, critérios, condições de elegibilidade, normas de campanha eleitoral e pressupostos de proclamação dos eleitos nas eleições dos Conselheiros e da Diretoria do Conselho Federal, dos Conselhos Seccionais e das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil e da Diretoria das Caixas de Assistência dos Advogados e dá outras providências".

O CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, V, da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 - Estatuto da Advocacia e da OAB, e considerando o decidido nos autos da Proposição n. 49.0000.2014.012597-4/COP, resolve:

Art. 1º O Provimento n. 146/2007, que "Dispõe sobre os procedimentos, critérios, condições de elegibilidade, normas de campanha eleitoral e pressupostos de proclamação dos eleitos nas eleições dos Conselheiros e da Diretoria do Conselho Federal, dos Conselhos Seccionais e das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil e da Diretoria das Caixas de Assistência dos Advogados e dá outras providências", passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 2º A Diretoria do Conselho Federal, no mês de fevereiro do ano das eleições, designará Comissão Eleitoral Nacional, composta por 05 (cinco) advogados e presidida preferencialmente por Conselheiro Federal que não seja candidato, como órgão deliberativo encarregado de supervisionar, com função correcional e consultiva, as eleições seccionais e a eleição para a Diretoria do Conselho Federal." "Art. 3º... § 2º... k) fiscalizar a propaganda eleitoral dos candidatos, exercendo poder de polícia no âmbito da OAB, advertindo as chapas e determinando-lhes providências, sob pena de instauração de processo de que trata o art. 133, §§ 6º e 7º, do Regulamento Geral; ..." "Art. 6º A publicação do edital na imprensa oficial deverá ocorrer até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da votação, devendo esse termo final da publicação, no caso de encerramento em dia não útil, ser prorrogado para o primeiro dia útil subsequente: § 1º... II - prazo para o registro das chapas, na Secretaria do Conselho, do primeiro dia útil após a publicação do edital até 30 (trinta) dias antes da data da votação, no expediente normal da OAB, até as 18 (dezoito) horas; ..." "Art. 7º Para registro de chapa, que deverá atender ao mínimo de 30% (trinta por cento) e ao máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo, o interessado deverá protocolar requerimento na Comissão Eleitoral. § 1º O percentual mínimo previsto no caput deste artigo poderá ser alcançado levando-se em consideração a chapa completa, compreendendo os cargos de titular e de suplente, não sendo obrigatória a observância em cargos específicos ou de diretoria, incluindo a do Conselho Federal. § 2º Para o alcance do percentual mínimo previsto no caput deste artigo observar-se-á o arredondamento de fração para cima, considerando-se o número inteiro de vagas subsequente. § 3º É facultativa a observação do percentual mínimo previsto neste artigo nas Subseções que não possuam Conselho. § 4º O requerimento de registro deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral e protocolado do primeiro dia útil após a publicação do edital até 30 (trinta) dias antes da data da votação, no expediente normal da OAB, até as 18 (dezoito) horas. § 5º O requerimento de registro deverá ser subscrito pelo candidato a Presidente e por 02 (dois) outros candidatos à Diretoria, os quais poderão promover a livre substituição de candidatos nesse prazo, que, no caso de encerramento em dia não útil, deverá ser prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. § 6º O requerimento deverá conter: nome completo dos candidatos, com indicação dos cargos aos quais concorrem, os números de inscrição na OAB e os endereços profissionais; comprovação, por meio de certidão, de que estão adimplentes junto à Seccional onde são candidatos, bem como a declaração destes de que estão adimplentes junto às outras Seccionais onde tenham inscrição; autorização dos integrantes da chapa, mencionando o cargo que postulam e a denominação da chapa; denominação da chapa com no máximo 30 (trinta) caracteres e a foto do candidato a Presidente para constar da urna eletrônica. § 7º Somente será aceito o registro da chapa completa, constante do requerimento de inscrição. § 8º Nas Subseções, o pedido de registro conterá os nomes dos candidatos à Diretoria e ao Conselho Subseccional, se existente. § 9º O candidato não pode participar de mais de uma chapa, devendo ser considerado, quando for o caso, apenas o primeiro requerimento apresentado. § 10. A chapa será representada perante a Comissão Eleitoral por seu candidato a Presidente ou por advogado por ele formalmente designado." "Art.8º-A. Desde o pedido de registro da chapa, poderá ser efetuada doação para a campanha por advogados, inclusive candidatos, sendo vedada a doação por pessoas físicas que não sejam advogados e por qualquer empresa ou pessoa jurídica, sob pena de indeferimento de registro ou cassação do mandato. § 1º Será obrigatória a prestação de contas de campanha por parte das chapas concorrentes, devendo ser fixado pelo Conselho Federal o limite máximo de gastos. § 2º Também será fixado pelo Conselho Federal o limite máximo de doações para as campanhas eleitorais por parte de quem não é candidato." "Art. 10. A propaganda eleitoral, que só poderá ter início após o pedido de registro da chapa, deve manter conteúdo ético de acordo com o Estatuto e demais normas aplicáveis, tendo como objetivo apresentar e debater ideias relacionadas às finalidades da OAB e aos interesses da advocacia, vedando-se: ... § 1º A propaganda antecipada ou proibida importará em notificação de advertência a ser expedida pela Comissão Eleitoral competente para que, em 24 (vinte e quatro horas), seja suspensa, sob pena de aplicação de multa correspondente ao valor de 01 (uma) até 10 (dez) anuidades. § 2º Havendo recalcitrância ou reincidência, a Comissão Eleitoral procederá à abertura de procedimento de indeferimento ou cassação de registro da chapa ou do mandato, se já tiver sido eleita. § 3º Se a Comissão Eleitoral entender que qualquer ato configure infração disciplinar, deverá notificar os órgãos correcionais competentes da OAB. § 4º Havendo notícia de ofensa à honra e à imagem dos candidatos, bem como à imagem da Instituição, a Comissão Eleitoral deverá encaminhá-la ao órgão competente da estrutura da OAB, com o objetivo de apurar infração ética, independentemente do indeferimento ou cassação do registro ou do mandato. § 5º É vedada a propaganda que não tenha por finalidade o contido no art. 9º e no caput deste artigo, e mais: I - qualquer propaganda transmitida por meio de emissora de televisão ou rádio, excluindo entrevistas, debates e notícias sobre a campanha eleitoral, desde que integrando a programação normal da emissora; II - utilização de outdoors e assemelhados; III - qualquer meio de divulgação em espaço publicitário comercializado em ruas e logradouros, independente de tamanho, a exemplo de cartazes eletrônicos, em veículos de transportes públicos, como ônibus e táxis, bem assim em outros pontos de divulgação ou, ainda, em veículos contratados mediante aluguel, ressalvados os espaços publicitários de comitês de candidaturas; IV - propaganda na imprensa que exceda, por edição, a 1/8 (um oitavo) de página de jornal padrão e a 1/4 (um quarto) de página de revista ou tabloide, ainda que gratuita, não podendo exceder, ainda, a 10 (dez) edições; V - propaganda com uso de carros de som e assemelhados, ou seja, qualquer veículo ou instrumento fixo ou ambulante de emissão sonora, como megafones. A vedação não atinge a sonorização de atos públicos de campanha com a presença de candidatos; VI - quaisquer pinturas ou pichações em prédios públicos ou privados, com exceção de pinturas alusivas à chapa, nos respectivos comitês; VII - distribuição e venda de bens e serviços, de qualquer natureza, inclusive camisetas e bonés, ressalvado o disposto no inciso IV do § 6º deste artigo; VIII - propaganda na internet em desacordo com os §§ 6º, VI, 7º, 8º e 9º deste artigo. § 6º É permitida a propaganda, mediante: I - envio de cartas, mensagens eletrônicas (e-mail), mensagens instantâneas para telefones celulares (WhatsApp) e "torpedos" (SMS e MMS) aos advogados; II - cartazes, faixas e placas de até 02 m² (dois metros quadrados) nos escritórios de advocacia e dentro do limite de distância compreendido no raio de 300 (trezentos) metros dos fóruns e das sedes da OAB, desde que não explorados comercialmente por empresas que vendam espaço publicitário; III - banners e adesivos de até 600 cm² (seiscentos centímetros quadrados), desde que não explorados comercialmente por empresas que vendam espaço publicitário; IV - uso e distribuição de bótons; V - distribuição de impressos variados; VI - manutenção de sítios eletrônicos, blogs na internet e assemelhados, desde que devidamente informados à Comissão Eleitoral para fins de registro. § 7º É permitida propaganda na internet por meio de mensagens eletrônicas (email), blogs, redes sociais e sítios eletrônicos próprios das chapas, vedado o anonimato. § 8º É permitida propaganda gratuita na internet por meio de sítios eletrônicos de terceiros ou portais, a qual não pode exceder a 01 (um) banner de dimensão de até 234X60 (duzentos e trinta e quatro por sessenta) pixels e de tamanho de até 25 (vinte e cinco) kbytes, limitando-se aos formatos ".jpg", ".png" ou ".gif", contendo o nome da chapa. § 9º Na internet, é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga. § 10. No dia da eleição será possível o pedido de voto, fora do recinto de votação, vedada a contratação para esse fim e a propaganda eleitoral nos prédios onde estiverem situadas as salas de votação. § 11. Fica também vedada a contratação de terceiros para veiculação e exibição de bandeiras, bandeirolas e assemelhados na parte externa do prédio onde estiverem situadas as salas de votação. § 12. A Comissão Eleitoral deverá zelar pela boa imagem da Instituição, pelos preceitos éticos da profissão, bem assim pelo cumprimento das determinações adotadas, providenciando, para esse fim, junto às autoridades públicas, a retirada imediata das propagandas consideradas irregulares." "Art.12. ... VI - no período de 15 (quinze) dias antes das eleições, a divulgação de pesquisa eleitoral, nos termos do art. 133, § 5º, inciso

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA

I, do Regulamento Geral; VII - no período de 30 (trinta) dias antes das eleições, a regularização da situação financeira de advogado perante a OAB para torná-lo apto a votar, nos termos do art. 133, § 5º, inciso II, do Regulamento Geral; VIII - no período de 90 (noventa) dias antes das eleições, a concessão ou distribuição, às Seccionais e Subseções, por dirigente, candidato ou chapa, de recursos financeiros, salvo os destinados ao pagamento de despesas de pessoal e de custeio ou decorrentes de obrigações e de projetos pré-existentes, bem como de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, ressalvados os casos de reposição, e a convolação de débitos em auxílios financeiros, salvo quanto a obrigações e a projetos pré-existentes, nos termos do art. 133, § 5º, inciso IV, do Regulamento Geral; ... X - promoção pessoal de candidatos na inauguração de obras e serviços da OAB, no período de 60 (sessenta) dias antes das eleições, nos termos do art. 133, § 5º, inciso III, do Regulamento Geral; ..." "Art. 14. O procedimento para apuração de abuso segue o disposto nos §§ 6º a 15 do art. 133 do Regulamento Geral, observando-se o seguinte: ..." "Art.15. ... I - compõem o corpo eleitoral todos os advogados inscritos, recadastrados ou não, adimplentes com o pagamento das anuidades, vedados novos parcelamentos nos 30 (trinta) dias antes das eleições. ..." Art. 2º O disposto nos §§ 1º e 2º do art. 8º-A do Provimento n. 146/2011, que "Dispõe sobre os procedimentos, critérios, condições de elegibilidade, normas de campanha eleitoral e pressupostos de proclamação dos eleitos nas eleições dos Conselheiros e da Diretoria do Conselho Federal, dos Conselhos Seccionais e das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil e da Diretoria das Caixas de Assistência dos Advogados e dá outras providências", segundo a redação atribuída por este Provimento, será regulamentado em normativo posterior do Conselho Federal, que organizará o sistema de controle interno para esse fim, devendo ser aplicado a partir das eleições da Ordem dos Advogados do Brasil a serem realizadas no ano de 2018. Art. 3º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO
Presidente do Conselho

HENRIQUE NEVES MARIANO
Relator

1ª CÂMARA

ACÓRDÃO

REPRESENTAÇÃO N. 49.0000.2013.002210-3/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Repdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Interessado: Antonio Carlos Boabaid OAB/SC 3160. Relator: Conselheiro Federal Antônio Osman de Sá (RO). EMENTA N. 055/2014/PCA. Representação - Conversão de inscrição suplementar em definitiva sem ouvir a Seccional de origem - Anuidades pendentes perante a Seccional de origem - Inobservância do Provimento 42/78 - Nulidade da conversão - Preliminares de nulidade da representação e de decadência rejeitadas - Reclamação acolhida para manter a suspensão do exercício da advocacia em todo o território nacional até quitação do débito na Seccional de origem, nos termos do art. 37, parágrafo II da Lei 8.906/94 - Ressalvada a validade dos atos praticados pelo advogado até decisão definitiva desta representação. Encaminha-se Ofício à Representada (OAB/SC) a fim de apurar as irregularidades quando da inscrição e manutenção em seu Quadro, do advogado interessado, já que tinha delas conhecimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do CFOAB, por quinze votos (RO, RS, SP, TO, AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, MG, PB, PE e PI) a três (PR, SE e PA) acompanhar o voto do Relator no sentido de rejeitar as preliminares de nulidade da representação e de decadência administrativa; e por dezesseis votos (RO, AC, AL, AM, AP, CE, DF, PA, PB, PR, PE, PI, RS, SP, SE e TO) a um (BA), acolher o voto do Relator, no sentido de conhecer da reclamação e dar-lhe provimento para anular a conversão da inscrição suplementar em principal. Impedido de votar o representante da OAB/Rio de Janeiro e Santa Catarina. Brasília, 20 de maio de 2014. Cléa Carpi da Rocha, Presidente em exercício. Antônio Osman de Sá, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.013767-1/PCA. Recte: Cid Couto Filho OAB/SC 7076. Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Interessado: Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Dr. Luiz Fernando Boller. Relatora: Conselheira Federal Cléa Carpi da Rocha (RS). EMENTA N. 056/2014/PCA. Desagravo Público. Recurso contra decisão unânime do Conselho Pleno da Seccional de Santa Catarina. Ausentes pressupostos de admissibilidade. Inteligência do art.75 do EAOAB. Mesmo que ultrapassada a vulneração do referido dispositivo legal, não há violação a direito e à prerrogativa profissional a instauração de procedimento ético-disciplinar no âmbito da OAB a ensejar o Desagravo Público. Não configuração das hipóteses dos artigos 7º, § 5º, do Estatuto da Advocacia e da OAB, e art. 18, do Regulamento Geral. Recurso conhecido e não provido. Mantida decisão a quo. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Impedido de votar o representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 3 de junho de 2014. Cláudio Pereira de Souza Neto, Presidente. José Danilo Correia Mota, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2014.006666-6/PCA. Recte: Evandro Francisco de Farias. (Advs: Benicio Pinto Pessanha Junior OAB/RJ 114885, Gustavo Magalhães Vieira OAB/RJ 108621, Lirismar Santos de Souza Campelo Júnior OAB/RJ 109389 e Outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Erick Venâncio Lima do Nascimento (AC). EMENTA N. 057/2014/PCA. DISPENSA DO EXAME DE ORDEM. REGRA DE TRANSIÇÃO. LEI 4.215/63. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM A ADVOCACIA. SITUAÇÃO PESSOAL. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO À DISPENSA DO EXAME DE ORDEM. O bacharel que concluiu o curso de direito durante o período de transição da Lei nº 4.215/63 para a Lei nº 8.906/94, mas, à época da conclusão, não se inscreveu nos quadros da Ordem, em decorrência do exercício de atividade incompatível com a advocacia, não possui direito adquirido de apenas quando cessada a incompatibilidade e após encerrado o prazo legal prescrito no art. 84 do EAOAB, ser dispensado do Exame de Ordem. Recurso Improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 16 de setembro de 2014. Cléa Carpi da Rocha, Presidente em exercício. Erick Venâncio Lima do Nascimento, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.007684-0/PCA. Recte: João Justino Barbosa Sobrinho OAB/PE 28081. (Adv: João Justino Barbosa Sobrinho OAB/PE 28081). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal José Geraldo Ramos Virmond (SC). EMENTA N. 058/2014/PCA. Recurso Interposto contra acórdão unânime do Conselho Estadual. Não cabimento. Inteligência do artigo 75 da Lei 8.906/94. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no artigo 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Pernambuco. Brasília, 16 setembro de 2014. Cláudio Pereira de Souza Neto, Presidente. José Geraldo Ramos Virmond, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.007688-0/PCA. Recte: Paulo Ramos de Barros. Recdo: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Antônio Osman de Sá (RO). EMENTA N. 059/2014/PCA. PEDIDO DE INSCRIÇÃO NOS QUADROS DA OAB/PE - GUARDA MUNICIPAL - INDEFERIMENTO. A função de Guarda Municipal é incompatível com o exercício da advocacia, haja vista que fere o disposto no art. 28, V, do EAOAB e art.1º, do Provimento nº 62/1988, do CFOAB, porquanto se trata de atividade que se vincula indiretamente à atividade policial de qualquer natureza. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o representante da OAB/Pernambuco. Brasília, 16 de setembro de 2014. Cláudio Pereira de Souza Neto, Presidente. Antônio Osman de Sá, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.014023-6/PCA. Recte: Mauro Gilberto Delmondes OAB/PI 8295. (Adv: João Paulo da Silva Xavier, OAB/RJ 179108). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Piauí. Relator: Conselheiro Federal José Guilherme Carvalho Zagallo (MA). EMENTA N. 060/2014/PCA. Incompatibilidade para o exercício da advocacia do Técnico da Fazenda Estadual com competência, controle e recolhimento de impostos, além de outras tarefas de arrecadação de tributos estaduais. Incompatibilidade do art. 28, inciso VII, da lei 8.906/94. Indeferimento da Inscrição. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedida de votar a representante da OAB/Piauí. Brasília, 4 de novembro de 2014. Cláudio Pereira de Souza Neto, Presidente, José Guilherme Carvalho Zagallo, Relator. RECURSO N. 07.0000.2014.001576-0/PCA. Recte: Ricardo Vilela de Melo. Recdo: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal José Guilherme Carvalho Zagallo (MA). EMENTA N. 061/2014/PCA. Incompatibilidade para o exercício da advocacia do Auditor Fiscal de Atividades Urbanas do Distrito Federal, especialidade Controle Ambiental. Incompatibilidade do art. 28, inciso VII, da Lei 8.906/94. Indeferimento da Inscrição. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o representante da OAB/Distrito Federal. Brasília, 4 de novembro de 2014. Cláudio Pereira de Souza Neto, Presidente. José Guilherme Carvalho Zagallo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.000352-3/PCA. Recte: Wilson de Jesus Amorim. (Adv: Marcelo Alves da Costa OAB/RJ 113739). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Manoel Caetano Ferreira Filho (PR). EMENTA N. 062/2014/PCA. Dispensa de exame de ordem. Bacharel formado anteriormente à Lei 8.906/94. Incompatibilidade ao tempo do término do curso, mas inexistente na época do pedido de inscrição - Inocorrência das ressalvas previstas na resolução 02/94 do CFOAB - Impossibilidade da dispensa do exame de ordem. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 4 de novembro de 2014. Edilson Oliveira e Silva, Presidente em exercício. Manoel Caetano Ferreira Filho, Relator. REQUERIMENTO N. 49.0000.2014.006839-1/PCA. Reqte: Francisco Roberval Lima de Almeida OAB/CE 21107. Reqdo: André Clark Nunes Cavalcante - Promotor de Justiça do Estado do Ceará e Igor Pereira Pinheiro - Promotor de Justiça do Estado do Ceará. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Ceará. Relator: Conselheiro Federal Mauricio Gentil Monteiro (SE). EMENTA N. 063/2014/PCA. Pedido de desagravo. Grave ofensa às prerrogativas profissionais. Repercussão Nacional. Competência do Conselho Federal e, nele, do Conselho Pleno. Inteligência dos Arts. 18, §§ 4º e 5º, 19 e 75 do Regulamento Geral c/c Art. 44, II e 54, III do Estatuto da Advocacia e da OAB. Em tema da mais alta relevância para a advocacia nacional, finalidade institucional da OAB, é imperativo lógico que a decisão sobre a concessão de desagravo a ser eventualmente promovido pelo Conselho Pleno seja tomada pelo próprio Conselho Pleno, que terá adequada representatividade e legitimidade para tanto. Questão de ordem julgada procedente, para reconhecimento da incompetência da Primeira Câmara e remessa dos autos ao Conselho Pleno. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, declarando a incompetência da Primeira Câmara para reconhecer o pedido, bem como determinando a sua remessa ao Conselho Pleno deste Conselho Federal, que possui legitimidade e representatividade para promover o Desagravo solicitado. Brasília, 4 de novembro de 2014. Edilson Oliveira e Silva, Presidente em exercício. Mauricio Gentil Monteiro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.006891-8/PCA. Recte: Cleber Silvério. Recdo: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Manoel Caetano Ferreira Filho (PR). EMENTA N. 064/2014/PCA. Dispensa de exame de ordem. Bacharel formado anteriormente à Lei 8.906/94. Incompatibilidade ao tempo do término do curso, mas inexistente na época do pedido de inscrição - Inocorrência das ressalvas previstas na resolução 02/94 do CFOAB - Impossibilidade da dispensa do exame de ordem. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o representante da OAB/Distrito Federal. Brasília, 4 de novembro de 2014. Edilson Oliveira e Silva, Presidente em exercício. Manoel Caetano Ferreira Filho, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.008718-3/PCA. Recte: André Luíz Rebelo Tenorio OAB/PE 14559. (Advs: Andréa Cristina Carvalheira Guthmann OAB/PE 30864 e José Paulo da Silva OAB/PE 31168). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal José Guilherme Carvalho Zagallo (MA). EMENTA N. 065/2014/PCA. Bacharel em direito membro de Guarda Municipal exerce o cargo ou função pública incompatível com o exercício da advocacia, por isso deve ser negada sua inscrição como advogado. A atividade de Guarda Municipal, embora não relacionada no art. 144 da Constituição da República, tem sua previsão no mesmo capítulo em que se encontra aquele artigo - Capítulo III do Título V - Da Segurança Pública. Embora se trate de guarda para proteção de bens municipais, isso não exclui a incidência do art. 28, V, da Lei n. 8.906/94. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso, mantendo a decisão recorrida que determinou o cancelamento da inscrição do recorrente. Impedido de votar o representante da OAB/Pernambuco. Brasília, 4 de novembro de 2014. Cláudio Pereira de Souza Neto, Presidente. José Guilherme Carvalho Zagallo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.009633-8/PCA. Recte: Juçara Adelina Soares Flor OAB/SC 10851. Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Helder José Freitas de Lima Ferreira (AP). EMENTA N. 066/2014/PCA. Procurador Geral de Câmara de Vereadores. Advocacia privada. Incompatibilidade. Irrelevante para caracterizar a incompatibilidade para o exercício da advocacia privada, se o Procurador Geral tem suas atribuições no Poder Executivo ou Legislativo Municipal. O Procurador Geral da Câmara de Vereadores, durante o período de investidura, está legitimado para exercer a advocacia, exclusivamente, vinculada à função, e em mais nenhuma atividade, mesmo estando a exercer o cargo por nomeação, a teor do art. 29 do EAOAB, Lei 8.906/94. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 4 de novembro de 2014. Cláudio Pereira de Souza Neto, Presidente. Helder José Freitas de Lima Ferreira (AP), Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.010839-9/PCA. Recte: Luiz Junior Peruzzolo OAB/SC 22702. Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Erick Venâncio Lima do Nascimento (AC). EMENTA N. 067/2014/PCA. Impedimento. Procurador-Geral. Art. 29 do EAOAB. Pretensão de reconhecimento da incompatibilidade do art. 30, I, EAOAB. Exoneração do cargo no curso da tramitação processual e antes do julgamento do recurso. Perda do objeto recursal. A pretensão de apreciação de recurso visando reforma de decisão do Conselho Seccional que reconheceu o impedimento prescrito no art. 29 da Lei nº 8.906/94, para que seja reconhecido o impedimento previsto no art. 30, I, do mesmo diploma, encontra óbice na verificação de que o recorrente deixou de exercer o cargo de Procurador-Geral antes mesmo da interposição de recurso ao Conselho Federal. Reconhecida a perda do objeto recursal. Processo extinto sem apreciação do seu mérito. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo do recurso para declarar a perda do objeto recursal. Impedido de votar o representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 4 de novembro de 2014. Cláudio Pereira de Souza Neto, Presidente. Erick Venâncio Lima do Nascimento, Relator. Helder José Freitas de Lima Ferreira, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.011063-1/PCA. Recte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Piauí. Recdo: Augusto Teixeira Lima. Relator: Conselheiro Federal Lúcio Teixeira dos Santos (RN). EMENTA N. 068/2014/PCA. Recurso do presidente da OAB/PI contra decisão do Conselho Pleno daquela Seccional que deferiu inscrição de bacharel ocupante de cargo de Técnico Fazen-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

dário. Existência de Lei Estadual que regulamenta o cargo. Previsão expressa das atribuições de fiscalização, recolhimento e arrecadação de tributos. Incompatibilidade reconhecida, com base no inciso VII, art. 28, do EOAB. Recurso provido para indeferir a inscrição do recorrido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Impedida de votar a representante da OAB/Piauí. Brasília, 4 de novembro de 2014. Cláudio Pereira de Souza Neto, Presidente. Lúcio Teixeira dos Santos, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.011065-6/PCA. Recte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Piauí. Recdo: Cristiane Alves Lemos. Relator: Conselheiro Federal Helder José Freitas de Lima Ferreira (AP). EMENTA N. 069/2014/PCA. Técnico da Fazenda Estadual. Advocacia. Incompatibilidade. Atribuições previstas para o cargo, inclusive de arrecadação de tributos, ainda que momentaneamente essa atribuição tenha sido delegada a instituições bancárias privadas. É irrelevante não estar o agente exercendo as funções, porque o § 1º do art. 28 indicado dispõe que a incompatibilidade persiste nessa situação. Impossibilidade de anotação na carteira profissional como impedido de advogar contra a fazenda que o remunera. Incompatibilidade absoluta. Atribuições previstas no Art. 28, VII, da Lei 8.906/1994, Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Impedida de votar a representante da OAB/Piauí. Brasília, 4 de novembro de 2014. Cláudio Pereira de Souza Neto, Presidente. Helder José Freitas de Lima Ferreira, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.011067-2/PCA. Recte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Piauí. Recdo: Francisco das Chagas Reis. Relator: Conselheiro Federal Mauricio Gentil Monteiro (SE). EMENTA N. 070/2014/PCA. Cargo de Técnico da Fazenda do Estado do Piauí, que tem dentre as suas atribuições legais as de "recolhimento de impostos" e "arrecadação de tributos estaduais", é incompatível com a advocacia, nos termos do art. 28, inciso VII da Lei nº 8.906/1994, incompatibilidade que persiste ainda que o ocupante do cargo ou função deixe de exercê-lo temporariamente (art. 28, § 1° do mesmo diploma legal). Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Impedida de votar a representante da OAB/Piauí. Brasília, 4 de novembro de 2014. Cláudio Pereira de Souza Neto, Presidente. Mauricio Gentil Monteiro, Relator.

Brasília-DF, 12 de novembro de 2014.
CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO
Presidente da 1ª Câmara

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 12 de novembro de 2014

Recurso nº 49.0000.2014.000488-7/PCA -ED. Embte: Henrique de Freitas Baltazar da Penha OAB/DF 1671-A. (Adv: José Luiz Teixeira de Aguiar OAB/RJ 43351). Embdo: Acórdão de fls. 179/181. Recte: Henrique de Freitas Baltazar da Penha OAB/DF 1671-A. (Adv: José Luiz Teixeira de Aguiar OAB/RJ 43351). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Ruy Hermann Araujo Medeiros (BA). DESPACHO: "Henrique de Freitas Baltazar da Penha interpõe Embargos de Declaração de decisão que negou provimento a recurso. (...). Assim, rejeito os embargos. Não fosse por isso, falta suporte para os embargos, pois estes se referem a fatos supostamente ocorridos no âmbito de Seccional e não em razão do julgamento pela Primeira Câmara, fato que essa, naquele momento, não poderia apreciar. Submeto a presente decisão ao Presidente da Primeira Câmara. Brasília, 16 de setembro de 2014". Ruy Hermann Araújo Medeiros, Relator. DESPACHO: "Acolho r. despacho de fls. 191, proferido pelo relator, Conselheiro Federal Ruy Hermann Araújo Medeiros (BA). Publiquem-se. Após devolvam-se os autos à origem para devidas providências. Brasília, 16 de setembro de 2014. Cláudio Pereira Neto, Presidente".

CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO

2ª CÂMARA

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 11 de novembro de 2014

PEDIDO DE REVISÃO Nº 49.0000.2013.015428-4/SCA. Reqte: L.A.B.P. (Advs: Luiz Antonio Balbo Pereira OAB/SP 101492 e Paulo Antonio da Silva OAB/SP 84263). Reqda: Decisão da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). DESPACHO: "Trata-se de pedido de desistência do PEDIDO DE REVISÃO do processo disciplinar em que havia o Requerente sofrido sanção disciplinar, protocolizado perante o Conselho Federal da OAB em 28/10/2014, sob o nº 49.0000.2014.013075-0. Inexistindo qualquer óbice ao pleito, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA REVISIONAL. Dê-se ciência ao M.D. Presidente da Segunda Câmara, para retirada da pauta de julgamentos do dia 04 de novembro de 2014, bem assim às Partes e ao Conselho Seccional da OAB/SP. Brasília, 03 de novembro de 2014. André Godinho, Relator". DESPACHO: "Acolho o entendimento do ilustre Relator, manifestado no r. Despacho de fls. 541, cujos fundamentos adoto para determinar o arquivamento do presente Pedido de Revisão, com o consequente retorno dos autos ao Conselho Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 3 de novembro de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente".

CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO

3ª CÂMARA

ACÓRDÃO

RECURSO N. 49.0000.2012.013086-4/TCA. Recte: Chapa Advogados Araucarienses Unidos - Repte Legal: Simon Gustavo Caldas de Quadros OAB/PR 23423 (Adv: Carolina Guidoti Lorenzett OAB/PR 3374). Recdo: Comissão Eleitoral da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Wadih Nemer Damous Filho (RJ). EMENTA N. 057/2014/TCA. Eleição - Recurso. Nulidade do indeferimento do registro de inscrição da Chapa Advogados Araucarienses Unidos e nulidade do pleito eleitoral por não substituição de candidato inelegível - Falta de dados objetivos em relação à última alegação - Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Terceira Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que integra o presente julgado. Brasília, 1º de dezembro de 2013. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Wadih Nemer Damous Filho, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.007006-5/TCA. Recte: Carlos Adelino Lage Salles OAB/RJ 34514. Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Jorge Luiz Borba Costa (PA). EMENTA N. 058/2014/TCA. Recurso. Benefício de isenção de anuidade da Ordem dos Advogados do Brasil. Recorrente portador de cardiopatia grave e diabete. Requisitos à concessão de benefícios previstos no Provimento n. 111/06 do CFOAB. Não preenchimento dos requisitos. Recurso conhecido. Pedido não provido. Condição que não inabilita ao exercício da profissão. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 16 de setembro de 2014. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Jorge Luiz Borba Costa, Relator. PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 2010.32.09199-01/TCA. (SGD: 49.0000.2012.003165-5/TCA). Interessados: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. (Gestão 2013/2015: Presidente: Luis Cláudio da Silva Chaves OAB/MG 53514; Vice-Presidente: Eliseu Marques de Oliveira OAB/MG 30327; Secretária-Geral: Helena Edwirges Santos Delamonica OAB/MG 47001; Secretário-Geral-Adjunto: Sérgio Rodrigues Leonardo OAB/MG 85000 e Diretor-Tesoureiro: Antonio Fabrício de Matos Gonçalves OAB/MG 59472. Exercício 2009: Raimundo Cândido Junior OAB/MG 21209; Luis Cláudio da Silva Chaves OAB/MG 53514; Ronaldo Garcia Dias OAB/MG 35797; Ronaldo Bretas de Carvalho Dias OAB/MG 29171 e Luiz Fernando Valladão Nogueira OAB/MG 47254). Relator: Conselheiro Federal Felipe Sarmento Cordeiro (AL). EMENTA N. 059/2014/TCA. Prestação de contas. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Provimento nº 101/03, e alterações, atendidos. Constatada a aplicação correta dos recursos arrecadados, aprova-se, a prestação de contas referente ao exercício de 2009, do Conselho Seccional da OAB/MG. Contas aprovadas. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, aprovando a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, relativa ao exercício 2009. Impedido de votar o Representante da OAB/Minas Gerais. Brasília, 04 de novembro de 2014. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Felipe Sarmento Cordeiro, Relator. PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2011.000109-0/TCA. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. (Gestão 2013/2015. Presidente: Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves OAB/PE 13576; Vice-Presidente: Adriana Rocha de Holanda Coutinho OAB/PE 13766; Secretário-Geral: Silvio Pessoa de Carvalho Júnior OAB/PE 19264; Secretário-Geral Adjunto: Fernando Jardim Ribeiro Lins OAB/PE 16788 e Diretor Tesoureiro: Bruno de Albuquerque Baptista OAB/PE 19805. Exercício 2008: Jayme Jemil Asfora Filho OAB/PE 13455; Carlos Eduardo Gomes Pugliesi OAB/PE 14373; Leonardo Accioly da Silva OAB/PE 17265; Pelópidas Soares Neto OAB/PE 16182 e Silvio Pessoa de Carvalho Júnior OAB/PE 19264). Relator: Conselheiro Federal Felipe Sarmento Cordeiro (AL). EMENTA N. 060/2014/TCA. Prestação de contas. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Provimento nº 101/03, e alterações, não totalmente atendidos. Constatada a aplicação correta dos recursos arrecadados, aprova-se, a prestação de contas referente ao exercício de 2008, do Conselho Seccional da OAB/PE. Contas regulares. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, aprovando a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Pernambuco, relativa ao exercício 2008. Impedido de votar o Representante da OAB/Pernambuco. Brasília, 04 de novembro de 2014. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Felipe Sarmento Cordeiro, Relator. PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2011.000108-2/TCA. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. (Gestão 2013/2015. Presidente: Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves OAB/PE 13576; Vice-Presidente: Adriana Rocha de Holanda Coutinho OAB/PE 13766; Secretário-Geral: Silvio Pessoa de Carvalho Júnior OAB/PE 19264; Secretário-Geral Adjunto: Fernando Jardim Ribeiro Lins OAB/PE 16788 e Diretor Tesoureiro: Bruno de Albuquerque Baptista OAB/PE 19805. Exercício 2009: Jayme Jemil Asfora Filho OAB/PE 13455; Carlos Eduardo Gomes Pugliesi OAB/PE 14373; Leonardo Accioly da Silva OAB/PE 17265; Pelópidas Soares Neto OAB/PE 16182 e Silvio Pessoa de Carvalho Júnior OAB/PE 19264). Relator: Conselheiro Federal Felipe Sarmento Cordeiro (AL). EMENTA N. 061/2014/TCA. Prestação de contas. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Provimento nº 101/03, e alterações, não totalmente atendidos. Constatada a aplicação correta dos recursos arrecadados, aprova-se, a prestação de contas referente ao exercício de 2009, do Conselho Seccional da OAB/PE. Contas regulares. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, aprovando a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Pernambuco, relativa ao exercício 2009. Impedido de votar o Representante da OAB/Pernambuco. Brasília, 04 de novembro de 2014. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Felipe Sarmento Cordeiro, Relator. PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2012.006449-3/TCA. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. (Gestão 2013/2015. Presidente: Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves OAB/PE 13576; Vice-Presidente: Adriana Rocha de Holanda Coutinho OAB/PE 13766; Secretário-Geral: Silvio Pessoa de Carvalho Júnior OAB/PE 19264; Secretário-Geral Adjunto: Fernando Jardim Ribeiro Lins OAB/PE 16788 e Diretor Tesoureiro: Bruno de Albuquerque Baptista OAB/PE 19805. Exercício 2010: Henrique Neves Mariano OAB/PE 13889; Catarina Almeida de Oliveira OAB/PE 15378; Pelópidas Soares Neto OAB/PE 16182; Leonardo Santana da Silva Coêlho OAB/PE 17266 e Hebron Costa Cruz de Oliveira OAB/PE 16085). Relator: Conselheiro Federal Felipe Sarmento Cordeiro (AL). EMENTA N. 062/2014/TCA. Prestação de contas. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Provimento nº 101/03, e alterações, não totalmente atendidos. Constatada a aplicação correta dos recursos arrecadados, aprova-se, a prestação de contas referente ao exercício de 2010, do Conselho Seccional da OAB/PE. Contas regulares. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, aprovando a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Pernambuco, relativa ao exercício 2010. Impedido de votar o Representante da OAB/Pernambuco. Brasília, 04 de novembro de 2014. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Felipe Sarmento Cordeiro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.011938-1/TCA - ED. Embgte: Chapa 2 - União. Repte Legal: Robson Cavalieri OAB/SP 146941. Embgdo: Acórdão de fls. 115/117 da Terceira Câmara do CFOAB. Recte: Chapa 2 - União. Repte Legal: Robson Cavalieri OAB/SP 146941. Recdo: Comissão Eleitoral da OAB/São Paulo - Subseção Mairinque. Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Chapa OAB em Contínuo Progresso. Relator: Conselheiro Federal Setembrino Idwaldo Netto Pelissari (ES). EMENTA N. 063/2014/TCA. Embargos de Declaração - Omissão. Inexistência. Rediscussão do Julgado. Impossibilidade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento aos embargos de declaração. Impedido de votar o Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 04 de novembro de 2014. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Setembrino Idwaldo Netto Pelissari, Relator. PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2014.004592-0/TCA. Interessados: Conselho Federal da OAB (Exercício 2013. Presidente: Marcus Vinícius Furtado Coelho OAB/PI 2525 e OAB/DF 18958, Vice-Presidente: Claudio Pacheco Prates Lamachia OAB/RS 22356, Secretário-Geral: Cláudio Pereira de Souza Neto OAB/RJ 96073 e OAB/DF 34238, Secretário-Geral Adjunto: Cláudio Stábile Ribeiro OAB/MT 3213 e Diretor-Tesoureiro: Antonio Oneildo Ferreira OAB/RR 155). Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). EMENTA N. 064/2014/TCA. Prestação de contas. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Provimento n. 101/03, e alterações, atendidos. Constatada a aplicação correta dos recursos arrecadados, o nível de excelência da gestão financeira, à base dos demonstrativos contábeis, e de resultados administrativos evidentes, aprova-se a prestação de contas referente ao exercício de 2013, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Contas aprovadas, com a liberação dos gestores nominados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, aprovando a Prestação de Contas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, relativa ao exercício 2013, com louvor. Brasília, 04 de novembro de 2014. Raimundo Ferreira Marques, Presidente em exercício. Fernando Santana Rocha, Relator.

Brasília-DF, 11 de novembro de 2014.
ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da 3ª Câmara

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 10 de novembro de 2014

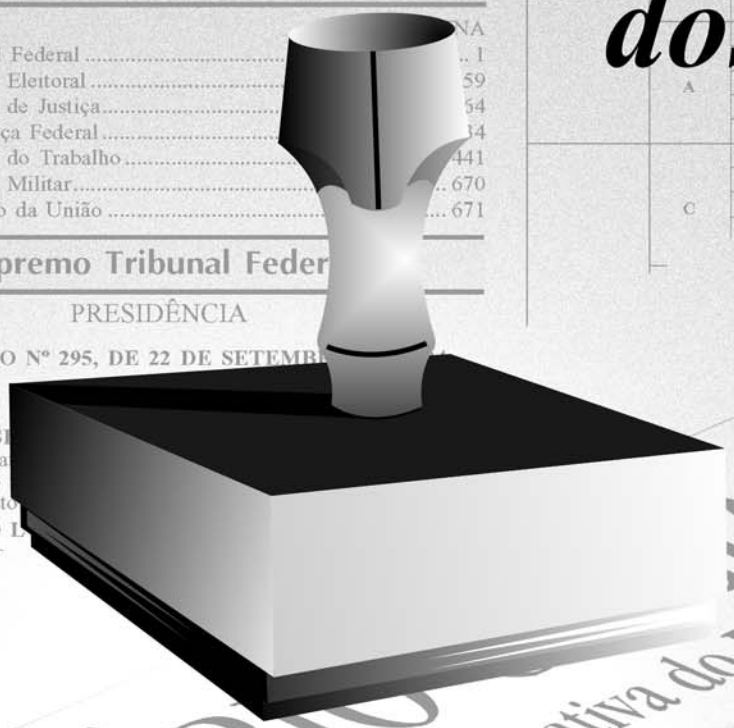
RECURSO N. 49.0000.2013.009829-8/TCA-ED. Embgte: Bothomé Advogados Associados. Repte Legal: Fabrício Fir Bothomé OAB/RS 44277. (Advs: João Carlos Silva dos Anjos OAB/RS 21979 e Marina Andrade dos Anjos OAB/RS 83875). Embgdo: Acórdão de fls. 99/104 da Terceira Câmara do CFOAB. Recte: Bothomé Advogados Associados. Repte Legal: Fabrício Zir Bothomé OAB/RS 44277. (Adv: Giovana Michelin Letti OAB/RS 44303, OAB/PR 50113, OAB/MS 13570-A, OAB/SC 21422 e OAB/RJ 174977). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Daniel Victor da Silva Ferreira (RN). DESPACHO: "Trata-se de embargos de declaração interposto contra decisão desse colegiado, de fls. 99-104, que conheceu do Recurso, mas negou-lhe provimento. Afirma que cumpriu a formalidade apontada na decisão como fator impeditivo à inscrição da sociedade na Seccional recorrida. (...). Portanto, nego seguimento aos embargos de declaração, por ausência de cumprimento dos requisitos legais a sua interposição, determinando que os autos sejam baixados a Seccional de origem, após o trânsito em julgado. É como voto. Brasília, 16 de setembro de 2014. Daniel Victor da Silva Ferreira, Relator". DESPACHO: "Acolho o r. despacho de fls. 254/255, proferido pelo Relator, Conselheiro Federal Daniel Victor da Silva Ferreira (RN). Publique-se. Brasília, 08 de outubro de 2014. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente".

ANTONIO ONEILDO FERREIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.



Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

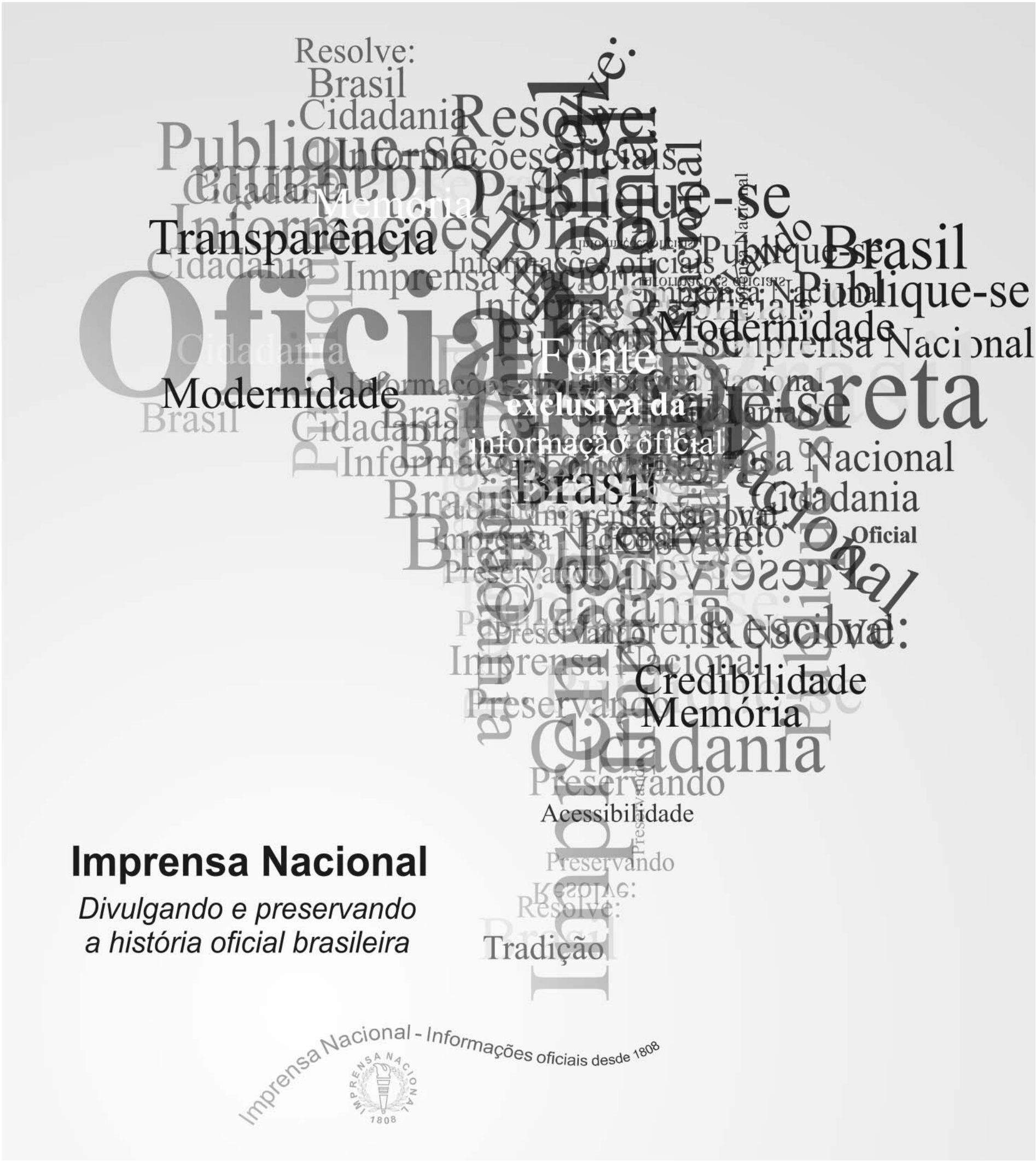
SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES
LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572 / 3257-3500 / 3257-3200
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405




Resolve:
Brasil
Cidadania
Publique-se
Informações oficiais
Memória
Transparência
Modernidade
Fonte
exclusiva da
informação oficial
Brasil
Oficial
Preservando
Credibilidade
Memória
Cidadania
Acessibilidade
Tradição
Imprensa Nacional
Divulgando e preservando
a história oficial brasileira
Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014111400360

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.